Simpósio Internacional

Pensar e Repensar a América Latina

Comemoração dos **25 anos**
do Programa de Pós-Graduação Interunidades
em Integração da América Latina

PROLAM – Universidade de São Paulo

11 a 14 de Novembro de 2014

Auditório István Jancsó-
Complexo Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin
Rua da Biblioteca s/n – Cidade Universitária – São Paulo (ao lado da Reitoria)

ANAIS

Simpósio Internacional “Pensar e Repensar a América Latina”;
Simpósio Internacional “Pensar y Repensar la América Latina”;
International Symposium “Thinking and Rethinking Latinamerica” /
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi, Maria Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago, Thaís de Oliveira (Organizadoras) ; tradução de Thaís de Oliveira – São Paulo : ECA/USP, 2015.
1251 p.

ISBN 978-85-7205-133-0

1.Relações internacionais – América Latina - Congressos 2. Integração– América Latina - Congressos I. Urquidi, Vivian Grace Fernández-Dávila II. Nepomuceno, Maria Margarida III. Lago, Mayra Coan IV. Oliveira, Thaís de.

Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina"
Simpósio Internacional "Pensar y Repensar la América Latina"
International Symposium "Thinking and Rethinking Latinamerica"

ANAIS

Comissão Organizadora

Vivian Grace Fernández -Dávila Urquidi

Maria Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

Thaís de Oliveira

ISBN 978-85-7205-133-0

2015

Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina"
Simpósio Internacional "Pe nsar y Repensar la América Latina"
International Symposium "Thinking and Rethinking Latinamerica"

Realização
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-PROLAM/USP

Comissão Organizadora
Profa.Dra. Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Mayra Coan Lago
Thaís de Oliveira

Comissão Científica
Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud
Prof. Dr André Martin
Prof.Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho
Prof. Dr. Dennis Oliveira
Profa. Dra. Dilma de Melo Silva
Profa. Dra.Flávio Rocha de Oliveira
Prof.Dr. Jean Cesar Ditzz
Profa.Dra Joana de Fátima Rodrigues
Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves
Profa. Dra. Lucia Emilia Nuevo Barreto Bruno
Prof.Dr. Luiz Antonio Dias
Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo
Prof.Dr Marco Chandía Araya
Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali
Profa.Dra. Marilene Proença Rebello de Souza
Profa.Dra. Raquel Paz
Profa.Dra.Regiane Nitsch Bressan
Prof.Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas
Prof. Dr. Ricardo Luis Chaves Feijó
Prof. Dr Salvador Andrés Schavelzon
Profa.Dra. Simone Rocha de Abreu
Profa. Dra. Sueli Gandolfi Dallari
Prof.Dr Wagner de Melo Romão
Prof.Dr. Wagner Menezes

Comissão de Apoio
Claudia Marcela Blanco Tifaro
Eric Tigre
Hector Louzada
Marcelo Kaique de Oliveira Alves
Marcos Antônio Fávaro Martins
Paula Andrea Rodriguez Alvarado
Ricardo Gustavo Garcia de Mello
Wilbert Villca Lopez

Designer Gráfica
Marina Jungue

Tradutora
Thaís de Oliveira
São Paulo – PROLAM/USP

ISBN 978-85-7205-133-0

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

APRESENTAÇÃO

ALIANÇA DO PACÍFICO: ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO 14
Alessandra Cavalcante de Oliveira

SÃO PAULO E BUENOS AIRES: "CIDADES-SUPORTE" PARA A NOVA ARTE URBANA 28
Alessandra Mello Simões Paiva

INSULARIDADES LATINO AMERICANAS: JOGOS DE SOCIABILIDADE E MORADAS DA ARTE NAS FAVELAS CARIOCAS 42
Alexandre Guimarães e Isabela Frade

A PERMANÊNCIA DE JULIO CORTÁZAR: APROXIMAÇÕES PARA UMA LEITURA DE RAYUELA 58
Amanda Luzia da Silva

VISÕES E REPRESENTAÇÕES DA MARGINALIDADE NO TERRITÓRIO: DE LIMA À METRÓPOLE LATINO-AMERICANA (1950-1970) 73
Ana Claudia Veiga de Castro e Nilce Aravecchia Botas

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA 88
Ana Maura Tomesani Marques

COMUNISTAS E NACIONALISTAS NO BRASIL E NO PERU: REPENSANDO UM VELHO PROBLEMA 105
André Kaysel Velasco e Cruz

O RECONHECIMENTO NA EXPANSÃO DOS DIREITOS NA BOLÍVIA PELOS MOVIMENTOS INDÍGENAS 122
Andrey Borges Pimentel Ribeiro

O ESTADO PLURINACIONAL NA BOLÍVIA COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES TRADICIONAL E MULTICULTURAL 138
Andrey Borges Pimentel Ribeiro

AGENCIAMENTOS ANTROPODIGITAIS E MULTIDÕES AUTO-ORGANIZADAS: TENDÊNCIAS DE SUBJETIVAÇÃO EMERSAS NOS PROTESTOS DE 2011 NO CHILE E DE 2013 NO BRASIL 153
Antonino Condorelli

A MEMÓRIA DA GUERRILHA NO MÉXICO E NO BRASIL: A VELHA ESQUERDA E O PROCESSO DE RETIFICAÇÃO NAS AUTOBIOGRAFIAS DE GUSTAVO HIRALES E FERNANDO GABEIRA 165
Azucena Citlalli Jaso Galván

JORGE AMADO E *DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS*: UMA REDISCUSSÃO DO HIBRIDISMO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA 179
Benedito José de Araújo Veiga

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA IMIGRANTES DA BOLÍVIA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO DECENTE, DIVISÃO DO TRABALHO E INTEGRAÇÃO REGIONAL 193
Bianca Carolina Pereira da Silva

SAÚDE MENTAL DOCENTE: REPENSANDO TEORICAMENTE OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA A PARTIR DE ESTUDOS BRASILEIROS 208
Cristina Miyuki Hashizume

AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA 218
Daniela Andreia Schlogel

PETRÓLEO Y RENTISMO EN LA POLÍTICA INTERNACIONAL DE VENEZUELA. BREVE RESEÑA HISTÓRICA (1958-2012) 228
Daniele Benzi

¿ORDEN MULTIPOLAR VS. INTEGRACIÓN REGIONAL? AMÉRICA LATINA EN LA GEOPOLÍTICA MUNDIAL A PRINCIPIOS DEL SIGLO XXI 242

Daniele Benzi e Rubén Haro R

QUALIDADE REGULATÓRIA E INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA LATINA 257
Eduardo Augusto do Rosário Contani e José Roberto Ferreira Savoia

PRÁTICAS CULTURAIS NAS ASSOCIAÇÕES LATINOAMERICANAS DE DOZE PASSOS: O CASO DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS 267
Eliane Ganev

MÚSICA POPULAR, MEMÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADE: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA MÚSICA POPULAR REGIONAL ARGENTINA (1960-2010) 279
Emilio Gonzalez

TEORIA DO POPULISMO: A SUBSUNÇÃO TEÓRICA AO IDEÁRIO LIBERAL 291
Eribelto Peres Castilho

DIPLOMACIA PÚBLICA Y AMÉRICA DEL SUR; DE LOS CONCEPTOS A LA PRÁCTICA. 301
Érico Sousa Matos

A FORMAÇÃO DA "COLEÇÃO LATINO-AMERICANA" NO MoMa ENTRE 1931-1943: ARTE, POLÍTICA E CULTURA 318
Eustáquio Ornelas Cota Jr

NEOLIBERALISMO NA VENEZUELA: DAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS DE CARLOS ANDRÉS PEREZ AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI 328
Fabiana de Oliveira e Vitor Stuart Gabriel de Pieri

NEODESENVOLVIMENTISMO OU NEOLIBERALISMO: INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E IDEOLOGIA 348
Fabio Luis Barbosa dos Santos

ENTRE A IV REPÚBLICA E O ESTADO COMUNAL: DILEMAS DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA 363
Fabio Luis Barbosa dos Santos

LATIN AMERICAN REGIONALISM TOWARD THE SECOND DECADE OF THE 21ST CENTURY: REFRAINING FROM INTEGRATION AND REVISITING POWER COALITIONS 377
Fabrício H. Chagas Bastos

A FORMAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: ASPECTOS SOCIAIS POLÍTICOS 390
Felipe Cordeiro da Rocha e Renata Peixoto de Oliveira

HISPANO-AMERICANISMO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ALBA-TCP 402
Felipe Freitas Gargiulo

PERFORMANCES CULTURAIS ARTE/EDUCATIVAS NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-UFG 419
Fernanda Pereira da Cunha, João Marcos de Souza e Yasmin Gonçalves e Lyra

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO EVO MORALES: PARADIGMA DO "VIVIR BIEN" 435
Flavia Loss de Araujo

GOVERNOS DE ESQUERDA E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA EXPLORAÇÃO ANALÍTICA SOBRE OS ATUAIS REGIMES NA BOLÍVIA E NA VENEZUELA 451
Francesca Baggia e Nathália França Figuerêdo Porto

DUAS VOZES DO SUBÚRBIO: BUENOS AIRES E RIO DE JANEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XX 470
Gabriela Cassilda Hardtke Böhm

REAVALIZAR OS ESPAÇOS DE EXPOSIÇÃO NO CONTEXTO DIGITAL: POSSIBILIDADES ARTÍSTICAS ATRAVÉS DA REALIDADE AUMENTADA 486
Giovanna Graziosi Casimiro

***JOAQUIM E O INVENCIONISMO:* NOTAS ENTRE A PROVÍNCIA E A AMÉRICA LATINA** 498
Helena de Oliveira Andrade

DIREITO À CIDADE E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO URBANA: UMA ANÁLISE DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM SÃO PAULO, MEDELLÍN E BOGOTÁ 509
Heliete Rodrigues Viana e Patrícia Brasil

ALBERTO KORDA: A FOTOGRAFIA COMO TESTEMUNHA 537
Isa Bandeira

HORIZONTALIDADES DO OLHAR FOTOGRÁFICO NAS FORMULAÇÕES POÉTICAS DE ROSANA PAULINO, WALTER FIRMINO E MARTA MARIA PÉREZ 548
Janaina Barros Silva Viana

AS VOZES FEMININAS NA LITERATURA MARGINAL 562
Jéssica Balbino

DITADURA, IMPRENSA E ABERTURA POLÍTICA NO CEARÁ: A ATUAÇÃO DOS JORNAIS "CORREIO DA SEMANA" E "O POVO" E O FIM DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1974-1985) 588
João Batista Teófilo Silva

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E NO CHILE: UM ESTUDO COMPARTIVO DA PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES E CIVIS NA TRAMA GOLPISTA 600
Jorge Nelson Cáceres Olave Junior

O VALOR ECONÔMICO E EDUCACIONAL DO CAPITAL COGNITIVO NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO 614
José Aparecido Da Silva e Rosemary Conceição dos Santos

HÉLIO OITICICA E O SALTO DA SUPERFÍCIE 629
Julio Meiron

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA EM RELAÇÃO A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E NA PUNIÇÃO DOS CRIMES OCORRIDOS NAS DITADURAS MILITARES 642
Kelly Pereira Prata

CULTURA COMO UM RECURSO POLÍTICO DOS ESTADOS: O CASO DO MERCOSUL 657
Lucas Belmino Freitas

A CONSTRUÇÃO DO PARLASUL E O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DIRETA 677
Lucas Bispo dos Santos

LUTAS SOCIAIS E GOVERNOS SUL-AMERICANOS: CONFIGURAÇÃO POLÍTICA, PERSPECTIVAS E IMPASSES 702
Luiz Fernando da Silva

O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: REPARAÇÃO HISTÓRICA OU MERITOCRACIA? 718
Magaly Corrêa Lazzoli

OS MINISTROS DE XANGÔ: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO CORPO DE *OBÁS DE XANGÔ DO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ* 729
Marcelo Mendes Chaves

LIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO URUGUAI DOS NOVOCENTOS: BATLLISMO E ARIELISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICA URUGUAIA 741
Marcos Alves de Souza

IDENTIDADE E COSMOPOLITISMO NO CINEMA ARGENTINO 757
Maria Alzuguir Gutierrez e Estevão de Pinho Garcia

QUAIS AGENDAS DE AÇÕES POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA SUGEREM OS RDHS (PNUD/ONU) PARA A AMÉRICA LATINA? 769
Maria José de Rezende

OS DISCURSOS PARLAMENTARES DE RODÓ 779
Maria Margarida Cintra Nepomuceno

DIPLOMACIA CULTURAL: O BRASIL NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DE GETÚLIO 793
Maria Margarida Cintra Nepomuceno

JUVENTUDE E ESCOLARIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 805
Mariana Cunha Bhering

ASPECTOS DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA, COLOMBIANA E CHILENA. UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA MORADIA ADEQUADA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA 814
Mariana Dias Ribeiro, Eleonora Freire Bourdette Ferreira e Luiz Cláudio Deulefeu

DAS MADRES DE LA PLAZA DE MAYO À CONVENÇÃO CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS DAS NAÇÕES UNIDAS: COMO REIVINDICAÇÕES LOCAIS PODEM REQUALIFICAR O DISCURSO INTERNACIONAL DOS DIREITOS UMANOS 829

Marina Figueiredo

***SI, SOMOS LATINOAMERICANOS:* O PAPEL DOS SEMANÁRIOS *ERCILLA* E *MARCHA* PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE AMÉRICA LATINA NO CHILE E NO URUGUAI (1939-1974)** 846

Mateus Fávaro Reis

CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NAS MANIFESTAÇÕES DO CONGO E DO MOÇAMBIQUE NA CIDADE DE SÃO TOMÁS DE AQUINO, EM MINAS GERAIS 860

Maurício de Mello

***CANTANDO A NAÇÃO:* AS REPRESENTAÇÕES NACIONAIS NAS LETRAS DE CARLOS GARDEL E CARMEN MIRANDA** 872

Mayra Coan Lago

OS TRABALHADORES NO TRABALHISMO DE GETÚLIO VARGAS E NO JUSTICIALISMO DE JUAN DOMINGO PERÓN 890

Mayra Coan Lago

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA COMPARAÇÃO BRASIL E ARGENTINA 904

Milene Cristina Santos e Tharsila Helena Paladini Augusto

A ALIANÇA DO PACÍFICO COMO RETOMADA DO REGIONALISMO BASEADO EM ACORDOS DE COMÉRCIO 918

Paulo Roberto Silva

ALBA: ALTERNATIVA LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO ANTI-IMPERIALISTA? 927

Raíssa Teixeira Almeida de Souza

MERCOSUL EDUCACIONAL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR 938

Raquel Helene Salvato Delatorre, Bruno César Silva e Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina

EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL PARA UMA *OUTRA INTEGRAÇÃO* DO MERCOSUL: DIÁLOGOS COM O *NOVO REGIONALISMO* DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 952
Regina Laisner

AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO MERCOSUL: O CASO DO MERCOSUL CULTURAL 967
Regina Laisner, Gabriela Scarpari de Giacomo e Renata Porto Bugni

A RELIGIÃO CATÓLICA COMO LEGITIMADORA DO DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL COLONIAL 983
Renata Ferreira Munhoz

O GOVERNO MENEM E A REFORMA DO ESTADO NA ARGENTINA 994
Reynaldo Zorzi Neto

A TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DE TRISTÁN MAROF 1008
Ricardo Neves Streich

HISTÓRIA E DRAMATURGIA NO MÉXICO 1022
Robson Batista dos Santos Hasmann

RIOS DE TEMPO, RIOS DE SANGUE! A CONTENDA POR PERÓN NO ROMANCE DE TOMÁS ELOY MARTINEZ 1037
Rodrigo Medina Zagni

A PRÁTICA DA TRADIÇÃO EM TEMPOS DE CULTURA-MUNDO E DEMOCRATIZAÇÃO 1052
Rosemary Conceição dos Santos e José Aparecido Da Silva

IDENTIDAD Y TRADUCCIÓN EN *MACUNAÍMA*….DE MÁRIO DE ANDRADE 1065
Roxana Calvo

IDENTIDADE NACIONAL NA CONCEPÇÃO DE JOSÉ INGENIEROS E MANOEL BOMFIM 1080
Ruth Cavalcante Neiva

AUTONOMIA E COLONIALISMO NA VISÃO DE INTELECTUAIS MAPUCHE DO CHILE 1091
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto

1104

MEMÓRIA DA DIÁSPORA ARMÊNIA NA AMÉRICA DO SUL NOS RELATOS DE SEUS DESCENTES
Silvia Regina Paverchi

ARTISTAS CONTRA OS MODELOS HEGEMÔNICOS DA ARTE 1119
Simone Rocha de Abreu

ESCOLAS DE FRONTEIRA: EDUCAÇÃO E DEMANDA SOCIAL NA FRONTEIRA CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO 1134
Suzana Vinicia Mancilla Barreda

PAISAGEM, ARTE E MEMÓRIA 1151
Sylvia A. Dobry-Pronsato

CONHECENDO OS VIZINHOS 1160
Sylvia Werneck

¿QUÉ HAY POR DETRÁS DEL "*GAUCHO MALO*"? 1172
Thaís de Oliveira

INTEGRAÇÃI FÍSICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AMÉRICA DO SUL: OLHARES DA GEOPOLÍTICA 1182
Thaís Virga Passos e Maria Cristina Cacciamali

ARTE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE TEATRO EM COMUNIDADE 1206
Valéria Teixeira Graziano e Eduardo Salles Ulian

ESTAMOS EN EL SIGLO XXI*: APROXIMAÇÃO ENTRE AS OBRAS DE *LUIS FELIPE NOÉ* E *MEDIANERAS 1221
Vinicius Custodio de Lima Silva e Simone Rocha de Abreu

O EMPODERAMENTO DAS MARGENS ATRAVÉS DOS DISCURSOS CINEMATOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS 1235
Vinícius Wingler Borba Santiago

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) completou 25 anos no ano de 2013. Para celebrar a data, discentes e professores do Programa organizaram o Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina". O evento procurou reunir estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados na temática latinoamericana, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da região e das pesquisas produzidas, tal como incentivar a importância de se repensar e refletir a América Latina.

Deste modo, o Simpósio foi composto por doze Seminários de Pesquisa, em que foram apresentados trabalhos de pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação, que abordaram temáticas de América Latina, e Palestras com pesquisadores da região.

Gostaríamos de agradecer à Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP, à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, ao Sistema integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, à Comissão de Apoio e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que o evento acontecesse, pois sem eles, este não seria possível.

Comissão Organizadora

ISBN 978-85-7205-133-0

Aliança do Pacífico: análise da estratégia de integração regional para o desenvolvimento

Alessandra Cavalcante de Oliveira
Mestre pelo PROLAM/USP
Doutoranda pelo PROLAM/USP
e-mail: alessandraoliveira@usp.br

Resumo

A Aliança do Pacífico visa promover o desenvolvimento dos países integrantes a partir da transformação produtiva. Para tal feito, o bloco busca incentivar a integração produtiva para criar cadeias regionais de valor, que contribuiria para diversificar a produção, intensificar o comércio na região e se tornar menos dependente da exportação de bens primários. A partir da literatura sobre o tema, o presente artigo analisa em qual medida tal política contribuiria de fato para promover o desenvolvimento econômico e social e se a Aliança do Pacífico tem condições para tal empreendimento. Ao analisar a evolução do bloco, observa-se que existe vontade política para estimular a integração. Porém, para ser uma iniciativa exitosa dependerá do empenho da Aliança do Pacífico em dar continuidade ao processo, pois os resultados somente poderão ser alcançados a longo prazo.

Palavras-chave

Integração Regional; Integração Produtiva; Aliança do Pacífico; Regionalismo Aberto

Resumen

La Alianza del Pacífico tiene como objetivo promover el desarrollo de los países miembros a partir de la transformación productiva. Para garantizar esto, el bloque busca fomentar la integración productiva para crear cadenas regionales de valor, que ayudaría a diversificar la producción, incrementar el comercio en la región y ser menos dependientes de la exportación de bienes primarios. A partir de la literatura sobre el tema, este artículo examina en qué medida tal política promueve, en realidad, el desarrollo económico y social y si la Alianza del Pacífico tiene condiciones para tal proyecto. Mediante el análisis de la evolución del bloque, se observa que existe la voluntad política para fomentar la integración. Sin embargo, para ser una iniciativa exitosa dependerá del compromiso de la Alianza del Pacífico de mantener el proceso, porque los resultados sólo se pueden lograr en el largo plazo.

Palabras clave

Integración Regional; Integración Productiva; Alianza del Pacífico; Regionalismo Abiert

Introdução

A Aliança do Pacífico, formada por Chile, Colômbia, México e Peru, foi criada oficialmente em 2012, com a assinatura do Acordo Marco. Considerado uma iniciativa de regionalismo aberto, o bloco visa promover uma integração profunda entre os seus membros para alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Além disso, o projeto

ISBN 978-85-7205-133-0

integracionista pretende tornar-se uma plataforma de projeção ao mundo, com destaque para a região da Ásia-Pacífico. Com isso tudo, a Aliança do Pacífico espera promover um maior crescimento e desenvolvimento socioeconômico de seus países.

Ao analisar a evolução do processo de consolidação do bloco e os discursos dos presidentes dos quatro países, contata-se que a estratégia principal do bloco é promover o desenvolvimento da região a partir da transformação produtiva. Para tal feito, o bloco busca incentivar a integração produtiva para criar cadeias regionais de valor, que contribuiria para diversificar a produção, intensificar o comércio na região e se tornar menos dependente da exportação de bens primários. Além disso, a Aliança do Pacífico pretende promover políticas que possibilitem que seus países ascendam a melhores posições nas cadeias globais de valor.

A partir da literatura sobre integração produtiva, o presente artigo busca analisar em qual medida tal política contribuiria de fato para promover o desenvolvimento econômico e social e se a Aliança do Pacífico tem condições para tal empreendimento. Para tanto, o estudo apresenta a evolução das ações que têm sido empreendidas pelo bloco para criar as condições necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor.

O tema será discutido em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira parte apresenta um breve histórico da Aliança do Pacífico, sobre a sua criação, objetivos e evolução. Na seção seguinte, é tratado sobre a contribuição da integração produtiva para promover o desenvolvimento econômico regional. Em seguida, analisam-se as ações empreendidas pela Aliança do Pacífico para criar as cadeias regionais de valor. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Aliança do Pacífico: nascimento e evolução do processo integracionista

O bloco Aliança do Pacífico, composto incialmente por México, Colômbia, Chile e Peru, é mais uma iniciativa de integração regional na América Latina que visa, por meio de políticas conjuntas coordenadas, promover um maior desenvolvimento econômico e social de seus integrantes. E deste modo, poder avançar em um espaço amplo que os tornem mais atrativos para investimentos e comércio de bens e serviços a fim de se projetarem com maior competitividade especialmente à região da Ásia Pacífico (DECLARACIÓN PRESIDENCIAL SOBRE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011).

ISBN 978-85-7205-133-0

A iniciativa foi criada oficialmente em junho de 2012, com a assinatura do Acordo Marco, no Observatório Paranal, na cidade de Autofagasta, no Chile, após um ano de negociações entre as quatro nações a fim de se formatar o documento que oficializaria a união e o início do processo de negociações de diversos temas, além da liberalização comercial, para a criação de uma integração profunda entre eles. (DECLARACIÓN DE PARANAL, 2012).

A Aliança do Pacífico foi o resultado da evolução dos fóruns de discussões do Arco do Pacífico, grupo informal criado, em 2007, composto por 11 países dos três continentes americanos[1], banhados pelo Oceano Pacífico. Este grupo foi iniciativa do então presidente peruano Alan Garcia Perez, como resposta ao novo cenário comercial mundial, voltado à crescente importância dos países da Ásia e do Pacífico, como parceiros comerciais potenciais das nações da América Latina.

O Arco do Pacífico buscava, portanto, orientar o comércio dos países latino-americanos para aprofundar a articulação do espaço econômico do Pacífico. A meta deste fórum consistia em promover um conjunto de vínculos comerciais, políticos e de cooperação, que compreendesse toda a costa do Pacífico da América Latina, partindo do México ao Chile (MÉXICO, 2011).

Porém, para um avanço maior nas negociações e na concretização das metas apresentadas, pelos seus membros, era necessária uma maior institucionalização, que seria alcançada somente com a criação de um bloco formal, que fosse além de apenas um fórum de discussões. Entendendo desta maneira, o então governo peruano, novamente tomou a frente e propôs a criação de um bloco formal que se chamaria Aliança do Pacífico. Alan Garcia Perez conseguiu o apoio do México, Colômbia e Chile para esta nova iniciativa. E em uma reunião entre os quatro mandatários, durante a XX Cúpula Ibero-Americana, em Mar Del Plata, na Argentina, decidiram avançar na conformação de uma Área de Integração Profunda entre os quatro países (COLÔMBIA, 2014).

Desta forma, em 28 de abril de 2011, os presidentes de Chile, Colômbia, México e Peru assinaram a Declaração Presidencial sobre a Aliança do Pacífico, que ficou mais conhecida como Declaração de Lima, por ter sido firmada em Lima, no Peru. Neste documento, constam os objetivos do novo bloco, que além da criação da Área de Livre

[1] Fazia parte do Arco do Pacífico, onze países dos três continentes americanos. São eles, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

ISBN 978-85-7205-133-0

Comércio de bens, busca ainda a livre circulação de serviços, de capitais, de investimentos e de pessoas (DECLARACIÓN PRESIDENCIAL ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011).

Além dos quatro países signatários, os representantes da Costa Rica e do Panamá, acompanharam todo o processo como observadores. Essas duas nações estão em processo de negociações para integrar a Aliança do Pacífico, que depende da implantação de Tratado de Livre Comércio com todos os países membros – requisito obrigatório para fazer parte do bloco. A Costa Rica já está em processo de adesão e o Panamá, por sua vez, aguarda a aprovação de sua entrada no bloco. A Aliança do Pacífico possui também mais de 30 países observadores de diversos continentes.

Com a conclusão das negociações dos diversos temas discutidos ao longo de dois anos, os resultados foram incluídos no Protocolo Adicional do Acordo Marco, aprovado em fevereiro de 2014, durante a VIII reunião de cúpula, realizada em Cartagena. O documento ainda precisa ser submetido à votação nos congressos dos países-membros (DECLARACIÓN DE CARTAGENA DE INDIAS, 2014).

Um dos temas de maior destaque presente neste protocolo é o Acordo Comercial, que define a desgravação imediata de 92% do universo tarifário assim que o documento entrar em vigor. O restante de aproximadamente 8% será realizado de forma gradual, com um cronograma que se estende até 2030 para os produtos mais sensíveis. Existe também uma categoria com poucos produtos que não sofrerão eliminação de tarifas (PROTOCOLO ADICIONAL AL ACUERDO MARCO DE ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014).

Apesar do acordo comercial alcançado parecer ser uma grande conquista, pois foi negociado em apenas dois anos, em verdade, este feito representa apenas uma redução tarifária marginal, uma vez que os países integrantes já possuíam acordos bilaterais de livre comércio[2], que abarcava em torno de 90% de seus produtos.

Tabela 1 – Acordos comerciais entre os integrantes da Aliança do Pacífico em vigor e percentual de livre comércio (2012)[3]

[2] Importante ressaltar que todos os acordos de livre comércio já estavam em vigor antes da criação do bloco. A única exceção diz respeito ao Acordo de Integração Comercial entre o México e o Peru, que entrou em vigor apenas em fevereiro de 2012, com desgravação tarifária imediata de 87%.

[3] ACE: Acordo de Complementação Econômica, firmada no âmbito da Associação Latino-americano de Integração (ALADI); CAN: acordo firmado no âmbito da Comunidade Andina, AIC (Acordo de Integración Comercial) fora do âmbito da ALADI.

ISBN 978-85-7205-133-0

	Chile	Colômbia	México	Peru
Chile	------	ACE 24 97%	ACE 41 98%	ACE 38 95%
Colômbia	ACE 24 97%	------	ACE 33 92%	CAN 100%
México	ACE 41 98%	ACE 33 92%	-------	AIC 87%
Peru	ACE 38 95%	CAN 100%	AIC 87%	-----

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CAN, ALADI, Secretaría de Economia de México, de Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia

Portanto, apesar do grande dinamismo que o bloco apresentou em seus primeiros anos de vida, o acordo comercial alcançado e que ainda precisa ser ratificado não seria o principal destaque da Aliança do Pacífico. Ao analisar os demais temas negociados é possível observar que uma das finalidades mais importante da iniciativa é, na verdade, criar condições para promover a integração produtiva, ou seja, fragmentar a produção entre os países-membros. Deste modo, é possível dizer que o estabelecimento da Área de Livre Comércio seria, então, apenas um dos instrumentos necessários para facilitar a criação de encadeamentos produtivos entre as empresas de diversos setores dos países integrantes.

O interesse do bloco em promover a integração produtiva, como será explicado mais detalhadamente na próxima seção, estaria relacionado aos benefícios gerados pela fragmentação do processo de produção, tais como: o aumento do comércio intrabloco, a possibilidade de diversificar a produção e exportação, e assim, tornar-se menos dependente da venda de poucos bens primários.

A Integração Produtiva como instrumento para o desenvolvimento regional

Apesar de não ser um processo recente, nos últimos anos, tem-se debatido com mais intensidade na área acadêmica e no meio político a importância de a América Latina se inserir nas cadeias globais de valor[4] e, principalmente, estimular a integração produtiva regional[5]. O

[4] As cadeias de valores, que podem ser regionais ou globais, dependendo de sua abrangência, é entendida como um conjunto de atividades que as empresas se engajam para levar um produto ou serviço ao mercado, desde a sua concepção ao uso final. Tais atividades compreendem às diferentes fases de produção (o desenho, a transformação física e diversos serviços) até chegar ao consumidor final (CEPAL, 2013; OECD, 2013).

ISBN 978-85-7205-133-0

aumento do interesse sobre o tema estaria relacionado às experiências bem-sucedidas ocorridas na Europa e, principalmente, na Ásia de países que conseguiram melhorar seus indicadores econômicos e sociais ao participar de cadeias produtivas regionais.

Inúmeros estudos demonstram, ao analisar as experiências bem sucedidas, que por meio da integração produtiva, a região teria a oportunidade de diversificar a sua produção para exportação, aumentar o fluxo de comércio intra-regional, ter acesso à inovação tecnológica, criar novas cadeias regionais de valor, e por fim, ascender a melhores posições nas cadeias globais de valor, não sendo apenas fornecedores de matérias-primas (CEPAL, 2013, p. 164). O avanço deste processo levaria também à consolidação de fluxos comerciais do tipo intraindustrial, ou seja, do mesmo setor, principalmente de manufaturados, em que ocorrem a importação de partes e componentes, processamento industrial e exportação de componentes mais complexos ou de produtos finais (MACHADO, 2010, p. 123).

A integração produtiva pode ocorrer por meio da instalação de filiais de multinacionais em outros países, que ficarão responsáveis pela produção de um determinado estágio da cadeia da produtiva. Outro caso que pode ocorrer também a integração produtiva é quando as grandes empresas passam a adquirir bens intermediários de uma rede de fornecedores. Estes, por sua vez, podem suprir várias linhas de produtos de distintas empresas. Além disso, o mesmo fornecedor pode adquirir partes e componentes de uma ampla rede de fornecedores subsidiários os quais, possuem também contratos de fornecimento com outros fabricantes de partes ou componentes (MACHADO, 2010, p. 121; DULLIEN, 2010, p. 163).

Participar das cadeias de valor pode ser uma grande oportunidade para a internacionalização das pequenas e medias empresas, que passam a ser exportadoras diretas ou indiretas, ou seja, como fornecedoras de produtos intermediários às empresas de maior tamanho. A participação nestas cadeias, buscando ascender a segmentos de maior valor agregado pode facilitar o acesso a tecnologias de ponta, melhores práticas produtivas internacionais, abrindo oportunidades para um incremento industrial a longo prazo (CEPAL, 2013, p. 184; CEPAL, 2014, p. 73; UNCTAD, 2013b, p. 24,). Estas conquistas podem levar a melhores qualidades de emprego e consequente, maiores salários.

[5] Esta é entendida como o processo de fragmentação da produção, ou seja, os estágios de produção dos produtos passam a ocorrer em diferentes países, o que pode implicar na criação de uma divisão internacional vertical do trabalho no âmbito de uma cadeia produtiva.

ISBN 978-85-7205-133-0

As multinacionais instalam filiais ou se associam aos fornecedores de outros países em busca de reduzir os custos de sua produção. Deste modo, uma empresa pode estabelecer um processo de produção que em país com mão-de-obra mais barata e desqualificada, porém, abundante. E à medida que necessite de profissionais com níveis de educação mais elevados, a multinacional pode optar por outro país para a instalação de sua filial ou a aquisição de bens com os fornecedores (HAMAGUCHI, 2010, p. 312). O autor explica também que o custo médio de fragmentação será menor na medida em que o total da operação aumente em razão da economia de escala. Portanto, uma região com amplo mercado de consumo ou com uma capacidade grande de exportação para o mercado externo, apresenta uma condição favorável para a integração produtiva regional.

Medeiros (2010, p. 260), por sua vez, alerta que a divisão vertical de trabalho pode gerar importantes assimetrias entre os países conforme a sua especialização na cadeia global de valor. Portanto, a integração produtiva pode tanto contribuir para o desenvolvimento dos países mais atrasados tecnologicamente quanto ser uma armadilha para àqueles que estão na base da cadeia.

Deste modo, para que os países possam ascender a etapas de produtos de maior valor na cadeia produtiva, é necessária a implementação de diversas medidas. A UNCTAD (2013b, p. 196) indica como fatores primordiais: a adoção de políticas de desenvolvimento industrial, criar um ambiente propício para o comércio e o investimento, colocar em prática pré-requisitos de infraestrutura; melhorar a capacidade produtiva de empresas locais e habilidade da força de trabalho. Para mitigar os riscos envolvidos na participação das cadeias globais de valor, esses esforços devem ocorrer dentro de uma forte estrutura de governança, com regulação reforçada e fiscalização e de capacitação de apoio às empresas locais. Aliado a estas ações, Medeiros (2010, p.284), ao analisar a experiência chinesa, defende a necessidade de o país também se esforçar para absorver progresso técnico, por meio do investimento em P&D.

Contudo que foi apresentado nesta seção, portanto, o interesse da Aliança do Pacífico em promover a integração produtiva entre os países integrantes estaria ligado aos inúmeros efeitos positivos que este processo pode propiciar levando a um maior desenvolvimento econômico e social de suas populações. Deste modo, o bloco tem promovido diversas iniciativas que visam criar as condições necessárias para facilitar o desenvolvimento das cadeias regionais e globais de valor. As ações empreendidas pelo bloco serão analisadas na seção seguinte.

ISBN 978-85-7205-133-0

A Aliança do Pacífico e a integração produtiva

O bloco Aliança do Pacífico, apesar de não possuir um programa específico de integração produtiva, tem executado, desde a sua criação, inúmeras ações que visam criar cadeias regionais de valor[6] e também melhorar a sua inserção nas cadeias globais de valor. Porém, esses objetivos são possíveis de serem alcançados somente em um período maior de tempo devido à complexidade de medidas necessárias a ser empreendidas para criar as condições necessárias para o surgimento dessas cadeias. Por esta razão, apesar dos esforços conjuntos dos países integrantes não estarem inseridos em um programa de planificação de política industrial, mesmo assim, é necessário um planejamento para definir as ações a serem implementadas para criar e fortalecer essas cadeias produtivas.

O interesse do bloco em participar das cadeias de valor está relacionado aos benefícios que estas podem trazer para os países em desenvolvimento. Um deles é a oportunidade de internacionalizar as pequenas e medias empresas, que passam a ser exportadoras diretas ou indiretas, ou seja, como fornecedoras de produtos intermediários às empresas de maior tamanho. A participação nestas cadeias, buscando ascender a segmentos de maior valor agregado, pode facilitar o acesso a tecnologias de ponta, melhores práticas produtivas internacionais, abrindo oportunidades para um incremento industrial a longo prazo. Estas conquistas podem levar a melhores qualidades de emprego e consequentemente, a maiores salários (CEPAL, 2013, p. 92; CEPAL, 2014, p.43; UNCTAD, 2013a, p.25). A criação de cadeias regionais de valor, além de intensificar as trocas comerciais intra-regional, favorece o comércio intraindustrial, proporcionando a diversificação produtiva para a exportação. Além disso, contribui para a atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e o fortalecimento das empresas translatinas (CEPAL, 2013, p. 165).

Uma das medidas implementada pela Aliança do Pacífico a fim de criar condições para a implantação das cadeias regionais de valor foi a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), em 2012, composto por líderes empresariais, que discutem e apresentam propostas para a facilitação de comércio, medidas para melhorar os fluxos

[6] A cadeia de valor é entendida com um conjunto de atividades necessárias para levar um produto ou serviço desde a sua concepção por meio de diferentes etapas de produção até chegar ao consumidor final.

ISBN 978-85-7205-133-0

comerciais, investimentos, entre outros temas de interesse. Este trabalho tem sido realizado com o apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Uma das ações, em andamento, coordenada pelo BID, que teve início em 2014, é a elaboração de um estudo para identificação de encadeamentos produtivos entre os quatro países, principalmente entre as micro, pequenas e médias empresas. A finalidade é aprofundar o comércio na região e promover a projeção a outros mercados, em particular a Ásia. O CEAP também solicitou ao BID um estudo sobre competitividade logística (DECLARACIÓN DEL CONSEJO EMPRESARIAL DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014).

Como já mencionado anteriormente, no início de 2014, foi firmado o Protocolo Adicional ao Acordo Marco, que ainda precisa ser aprovado pelo congresso dos quatro países membros para entrar em vigor. Neste documento, além da lista de produtos a serem desgravados, constam capítulos importantes para a exploração de encadeamentos produtivos, como: medidas para facilitação de comércio e cooperação aduaneira, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas e as regras de origem. Dos temas incluídos no Protocolo Adicional, um dos mais importantes que oferece as condições para se iniciar a exploração de encadeamentos produtivos são as regras de acumulação de origem. Por meio destas regras será possível que bens intermediários e insumos provenientes de outros países do bloco sejam incorporados a um produto, que por sua vez, será considerado originário deste último país, responsável pela etapa final da produção. Em outras palavras, a acumulação permite que as etapas para a produção de uma mercadoria sejam distribuídas entre dois países-membros e exportada para um terceiro integrante do bloco, desfrutando do mesmo benefício tarifário. Esta medida possibilitará, portanto, o aumento de encadeamentos produtivos entre os países-membros e a produção de bens mais competitivos para serem exportados para o mercado da Ásia-Pacífico, que é um dos principais objetivos da Aliança do Pacífico (DECLARACIÓN DE SANTIAGO, 2014).

Visando também o fomento à competitividade das empresas, a Aliança do Pacífico implantou o projeto “Sinergia entre os países da Aliança do Pacífico - para o melhoramento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas”. A iniciativa visa promover a troca de conhecimentos e experiências em cada um dos países mediante oficinas nas áreas de: competividade empresarial; desenvolvimento empresarial; monitoramento e evolução do impacto de programas; e projetos que contemplem essas empresas (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013). E no início de 2014, foram iniciados os trabalhos com a Organização para

ISBN 978-85-7205-133-0

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em uma primeira etapa, auxiliará os membros da Aliança do Pacífico na adoção de políticas que impulsem a competitividade e internacionalização das Pequenas e Médias Empresas, assim como, de suas exportações e sua incorporação nas cadeias globais de valor (DECLARACIÓN DE PUNTA MITA, 2014).

O bloco conta ainda com apoio das agências promotoras de exportação: ProExport Colombia, ProChile, PromPerú, Proinversión e ProMéxico. As cinco agências têm promovido, desde 2011, um amplo trabalho de divulgação a fim de promover os bens e serviços dos países da Aliança do Pacífico nos mercados internacionais. A iniciativa consiste em atrair investimentos estrangeiros, aumentar a trocas comerciais entre os países, além de instalar representações de promoção conjunta para chegar a novos mercados (DECLARAÇÃO DE MÉRIDA, 2012).

Os esforços empreendidos pelos países da Aliança do Pacífico para gerar cadeias regionais de valor, por meio da integração produtiva, são ainda muito incipientes para que se possa realizar uma análise aprofundada sobre o tema. Mas por se tratar de uma iniciativa muito recente, criada em 2012, com a assinatura do Acordo Marco, o bloco se encontra ainda em um estágio inicial, com a elaboração de estudos, como por exemplo, para a identificação de possíveis encadeamentos produtivos. E como o Protocolo Adicional ainda não entrou em vigor, os prazos para a desgravação tarifária não tiveram início, tal como todos os capítulos negociados.

Outro tema muito importante para facilitar a criação das cadeias produtivas é a disponibilidade de infraestrutura de qualidade, que além de melhorar a conectividade, reduz o custo com transporte e logística e, com isso, aumenta a produtividade dos fatores e a competividade. De acordo com a CEPAL (2013, p. 171) para superar o déficit de infraestrutura na América Latina será necessário volumosos investimentos. Para satisfazer as necessidades da região, referente a um crescimento anual de 4% do PIB e 1% da população, até o ano 2020, os países deveriam investir anualmente uma média de 5%. Em relação a este tema, somente em fevereiro de 2014, os presidentes dos quatros países autorizaram que fosse avaliada a criação de um Fundo de Cooperação para Infraestrutura, que incluísse a possibilidade de captar aportes de fundos estrangeiros (DECLARACIÓN DE CARTAGENAS, 2014).

Deste modo, a observação possível de fazer sobre a iniciativa, ao analisar a sua evolução, nota-se que a Aliança do Pacífico tem buscado agir em consonância com as

ISBN 978-85-7205-133-0

orientações presentes nos diversos estudos elaborados pela CEPAL, nos últimos anos, sobre o caminho que a América Latina deve trilhar para se inserir nas cadeias globais de valor. Porém, os desafios são grandes para o bloco conseguir criar as cadeias regionais de valor, uma vez que a região carece de infraestrutura e o nível de integração entre os países-membros é muito baixo. As trocas comerciais realizadas entre eles, ao somar exportações e importações, chegaram ao máximo de 10,84% do total comercializado com o mundo, que foi o caso da Colômbia, em 2012 (COMTRADE, 2012). Além disso, há inúmeras ações a serem empreendidas para que o bloco possa conseguir transformar a estrutura produtiva da região e, assim, alcançar um desenvolvimento econômico e social desejado.

Considerações Finais

O artigo buscou analisar em qual medida políticas voltadas para desenvolver a integração produtiva dentro da Aliança do Pacífico pode contribuir para promover o desenvolvimento econômico e social de seus integrantes e se o bloco tem condições para tal empreendimento.

A Aliança do Pacífico é composta por quatro países com orientação política semelhante, que compartilham da mesma visão como promover o desenvolvimento regional e a inserção internacional. O bloco, embora não tenha um programa específico de integração produtiva, desde a sua criação, tem realizado um trabalho integrado de planejamento entre seus quatro membros para criar as condições necessárias para a geração de cadeias regionais de valor.

Contudo, como tratado no artigo, existem obstáculos que devem ser removidos para que a integração produtiva consiga se desenvolver plenamente no bloco e obter os resultados almejados. Deste modo, há ainda inúmeras ações a serem empreendidas para que o bloco consiga transformar a estrutura produtiva dos países-membros e, assim, alcançar o desenvolvimento econômico e social como se almeja.

Enfim, a partir da análise da iniciativa observa-se que existe vontade política em avançar em um planejamento conjunto a fim de promover o desenvolvimento para a região. Porém, para ser uma iniciativa exitosa dependerá do empenho do bloco em dar continuidade ao processo, que implica uma complexidade de tarefas a serem executadas. E por se tratar de ações com resultados a serem obtidos somente a longo prazo, é necessário que os esforços sejam tratados com políticas públicas de estado, não se restringido à duração de um único mandato de governo. Desta forma, o bloco terá condições de empreender as políticas públicas

ISBN 978-85-7205-133-0

necessárias visando alcançar o futuro desejado para seus países. Além disso, à medida que a Aliança do Pacífico evolua, deve-se pensar em formas de promover a convergência com outros blocos da região para que América Latina não fique ainda mais fragmentada. Tal efeito levaria a região a enfraquecer sua influência no sistema multilateral.

Referências Bibliográficas

ACUERDO MARCO ALIANZA DEL PACÍFICO. 2012. Disponível em: <http://www.sre.gob.mx/images/stories/informe/anexos/Anexo_22.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2013.

ALIANZA. 2013c. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/cooperacion//>. Acesso em: 10 de jul. 2013.

CEPAL. 2013. Comercio internacional y desarrollo inclusivo: construyendo sinergias. Santiago do Chile: Nações Unidas. Abril de 2013. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/49724/ComercioInternacionalyDesarrolloInclusivo.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.

CEPAL, 2014. Integração Regional: Por uma estratégia de cadeias inclusivas. Santiago do Chile: Nações Unidas, maio de 2014. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/52743/Integracaoregional.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.

COLÔMBIA. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. (2014) 100 Preguntas de Alianza del Pacífico. Disponível em: <www.mincit.gov.co/tlc/publicaciones.php?id=7180&dPrint=1/> Acesso em 24 de nov. 2014.

DECLARACIÓN DE CARTAGENA DE INDIAS. (2014). Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documentos-de-interes-de-la-viii-cumbre-de-la-alianza-del-pacifico/>. Acesso em: 14 de jun. 2014.

DECLARACIÓN DE MÉRIDA DE LA II CUMBRE DE ALIANZA DEL PACÍFICO. 2011. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_Merida.pdf>. Acesso em 30 de agosto 2014.

DECLARACIÓN DE PARANAL DE LA IV CUMBRE DEL ALIANZA DEL PACÍFICO. 2012. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/Declaracion_de_Paranal.pdf>. Acesso em: 30 de agosto 2014.

DECLARACIÓN DE PUNTA MITA DE LA IX CUMBRE DE ALIANZA DEL PACÍFICO. 2014. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/2014/Declaracion_Punta_Mita.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2014.

DECLARACIÓN DE SANTIAGO DE LA VI CUMBRE DE ALIANZA DEL PACÍFICO. 2012. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/declaracion_santiago.pdf>. Acesso em: 30 de agosto 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL SOBRE ALIANZA DEL PACÍFICO. 2011. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_Lima_I_Cumbre.pdf>. Acesso: em 10 de jul. 2013.

DECLARACIÓN DEL CONSEJO EMPRESARIAL DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/2014/DECLARACION_V_SESION_CEAP_100214.pdf>. Acesso em 10 de julho 2014.

DULLIEN, S. Integração produtiva na União Europeia: uma perspectiva alemã. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOLHERS, M (orgs). **Integração Produtiva:** caminhos para o Mercosul. Série Cadernos da Indústria ABDI, Brasília, Volume XVI, pp. 156- 219, 2010. Disponível em:<http://www.abdi.com.br/Estudo/Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20Caminhos%20para%20o%20Mercosul.pdf>. Acesso em: 30 agosto, 2014.

HAMAGUCHI, N. Integração produtiva regional no leste da Ásia. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOLHERS, M (orgs). **Integração Produtiva:** caminhos para o Mercosul. Série Cadernos da Indústria ABDI, Brasília, Volume XVI, pp. 307- 343, 2010. Disponível em:<http://www.abdi.com.br/Estudo/Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20Caminhos%20para%20o%20Mercosul.pdf>. Acesso em: 30 agosto, 2014.

MACHADO, J. B. Integração produtiva: referencial analítico, experiência europeia e lições para o Mercosul In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOLHERS, M (orgs). **Integração Produtiva:** caminhos para o Mercosul. Série Cadernos da Indústria ABDI, Brasília, Volume XVI, pp. 119- 155, 2010. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20Caminhos%20para%20o%20Mercosul.pdf>. Acesso em: 30 de agosto 2014.

MEDEIROS, C. A. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOLHERS, M (orgs). **Integração Produtiva:** caminhos para o Mercosul. Série Cadernos da Indústria ABDI, Brasília, Volume XVI, pp. 255 – 303, 2010. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20Caminhos%20para%20o%20Mercosul.pdf>. Acesso em: 30 de agosto 2014.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores (2011). Foro del Arco del Pacífico Latinoamericano. Disponível em: <http://www.sre.gob.mx/index.php/foro-del-arco-del-pacifico-latinoamericano/546>. Acesso em: 25 de nov. 2014.

OECD. Interconnected economies: benefiting from global value chains: synthesis report. 2013. Disponível em: http://www.oecd.org/sti/ind/interconnected-economies-GVCs-synthesis.pdf/ Acessado em 14 de junho de 2014.

PROTOCOLO ADICIONAL DEL ACUERDO MARCO. (2014). Disponível em: http://alianzapacifico.net/documentos-de-interes-de-la-viii-cumbre-de-la-alianza-del-pacifico/ Acesso em: 14 de jun. 2014.

UNCTAD (2013a). **Global value chains and development**: investment and value added trade in the global economy. United Nation Publications, 2013. Disponível em: http://unctad.org/en/publicationslibrary/diae2013d1_en.pdf>. Acesso em: 30 agosto 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

UNCTAD (2013b). **Global Value Chains**: Investiment and Trade for development. World Investiment Report 2013. United Nation Publication, 2013. Disponível em: http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2013_en.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

São Paulo e Buenos Aires: "cidades-suporte" para a nova arte urbana

Alessandra Mello Simões Paiva
Doutoranda
Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP)
alesimoespaiva@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda os inúmeros aspectos da nova arte urbana a partir de um estudo comparativo entre São Paulo e Buenos Aires. Utilizando o conceito de "cidades-suporte", que remonta à origem do termo "suporte" nas artes e sua ligação com a materialidade da obra, a pesquisa está ancorada em um corpus teórico multidisciplinar. A proposta é analisar o caráter simbólico da cidade e a relação da nova arte urbana com os campos da História, da Teoria e da Crítica da Arte, e sua condição frente às problemáticas apresentadas pela arte contemporânea. Sobretudo, procura-se enfatizar que a arte realizada no suporte da cidade reafirma o caráter presencial e transformador da experiência estética.

Palavras-chave: Arte Contemporânea, Arte Urbana, Grafite, Teoria da Arte, Crítica de Arte.

Resumen

Este trabajo aborda los inúmeros aspectos del nuevo arte urbano a partir de un estudio comparativo entre São Paulo y Buenos Aires. Utilizando el concepto de "ciudad-soporte", que remonta al origen del término "soporte" en las artes y su relación con la materialidad de la obra, la investigación está anclada en un corpus teórico multidisciplinario. La propuesta es analizar el carácter simbólico de la ciudad y la relación del nuevo arte urbano con los campos de la Historia, de la Teoría y de la Crítica del Arte y su condición ante los problemas presentados por el arte contemporáneo. Antes que nada, se busca señalar que el arte hecho sobre el soporte de la ciudad reafirma el carácter presencial y transformador de la experiencia estética.

Palabras clave: Arte Contemporáneo, Arte Urbano, Graffiti, Teoría del Arte, Crítica de Arte.

A presença das artes visuais - entre outros gêneros artísticos - no espaço da cidade favorece um campo ativo de conscientização. A arte é o território por excelência para a

ISBN 978-85-7205-133-0

prática de um "Olhar-Cidadão" [1], isto é, o olhar que se apropria de seu meio a partir de uma posição estética e política; o olhar que sabe situar-se nas entrelinhas do bombardeio imagético urbano; o olhar que sabe identificar as mensagens subliminares de poder veiculadas nas imagens dos espaços públicos; e, por fim, o olhar que se apropria de seu entorno visual para criar uma linguagem de diálogo e resistência. Neste cenário, a utilização do espaço urbano como suporte para a manifestação artística vem se tornando, nas últimas décadas, um fenômeno cada vez mais recorrente nas grandes cidades.

Diante deste panorama, fazemos as seguintes perguntas: Quais as relações entre arte e cidade? Como isto ocorre especialmente na América Latina? Como podemos situar o lugar deste fenômeno artístico no panorama geral da arte contemporânea? Estas são questões basilares deste trabalho, cujo objetivo foi investigar as características históricas e atuais das relações entre arte e cidade, por meio do estudo comparado entre as cidades de São Paulo e Buenos Aires. Tendo como resultado Tese de Doutorado realizada junto ao Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP) (com conclusão prevista para dezembro de 2014), a pesquisa se apoiou em um corpus teórico multidisciplinar. Além de apresentar uma visão geral a respeito do caráter subjetivo e simbólico da cidade, a proposta foi relacionar estas questões com os campos da História, da Teoria e da Crítica da Arte. Por isso, também optamos por utilizar o conceito de "cidades-suporte", que remonta à origem do termo "suporte" nas artes e sua ligação com a materialidade da obra. Buscamos, sobretudo, um entendimento epistemológico da arte urbana, considerando os domínios do popular e seu papel frente às tradições elitistas, abrindo possibilidades diversas a respeito da interpretação das artes visuais, abarcando principalmente o imaginário visual do cotidiano.

O entendimento da cidade deixou de ser tarefa exclusiva de arquitetos e urbanistas; nas últimas décadas, a discussão sobre o fenômeno urbano espraiou-se para as mais variadas áreas do conhecimento. Silva (2011, p. XXVI) sinaliza que a Psicanálise e a Semiótica podem propor uma recategorização do urbano, situando-o como sujeito real e imaginário: "A cidade possui motivos suficientes para que dela se ocupem as ciências do simbólico que aparecem em cena como a organização de um saber [...]". A cidade passou a ser compreendida como dimensão sempre aberta à construção de sentidos, metáfora que "[...] insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível" (CERTEAU, 1994, p. 172). Segundo Canevacci

[1] Alusão ao termo "Cidadão-Dançante", do coreógrafo e educador corporal Ivaldo Bertazzo, cujos espetáculos exprimem uma metodologia que discute a apropriação do corpo por aquele que o habita, a relação entre corpo e cidadania, as supostas divisões entre cultura popular e erudita, as transformações do corpo no trabalho, enfim, todo um suporte conceitual e prático cujos princípios buscam a autonomia do corpo.

ISBN 978-85-7205-133-0

(2004, p. 43): “A cidade é o lugar do olhar. Por este motivo, a comunicação visual se torna o seu traço característico”.

O termo “condição urbana” (MONGIN, 2009) - sistematizado pelo filósofo e historiador francês Olivier Mongin - torna-se aqui extremamente adequado para definir uma ideia de cidade permeada de fraturas, contrastes, isto é, a cidade enquanto possibilidade e experiência. Segundo o autor, esta definição diferencia a “cidade-objeto” (aquela que parte do ponto de vista de arquitetos e urbanistas que a descrevem por fora) e a “cidade-mercadoria” (a serviço dos interesses corporativos) da “cidade-sujeito”, a urbes do escritor, que vê a cidade de dentro.

Centro de São Paulo, 2014. Diálogo entre a imagem, que fala de uma cidade voraz, e a dura realidade da “cidade-mercadoria”, representada, ao fundo, por uma pessoa dormindo ao relento.

Fonte: Alessandra Simões

Portanto, a cidade física se relaciona com a cidade subjetiva de forma intrínseca, da mesma forma como a produção e a circulação de bens vinculam-se aos sistemas de signos e discursos. Um olhar para estas relações revela que as características da arte urbana no contexto latino-americano são peculiares e denotam forte acento político. Segundo Pallamin (2000, p. 46): “Enquanto ‘espaço de representação’, a obra de arte é também um agente na produção do espaço, adentrando-se nas contradições e conflitos aí presentes.”

Especialmente a partir das neo-vanguardas, no pós-guerra, os artistas inauguraram novas relações entre estética e cidade que fornecem chaves precisas para o entendimento do ato de fruir a cidade. Certeau (1994, ps. 178-179) fala em uma “retórica da caminhada” como uma “arte de moldar percursos”, que combina estilos e usos. Estas ideias podem ser adaptadas à concepção deste presente trabalho, uma vez que caminhadas alheatórias feitas por esta pesquisadora nas cidades de São Paulo e Buenos Aires, entre os anos de 2011 e 2014, foram

ISBN 978-85-7205-133-0

fundamentais para o entendimento destas cidades enquanto constituições retóricas, moldadas aos olhos dos transeuntes, que podem se tornar fruidores da "cidade-suporte". Um detalhe interessante é apontado por Mongin (2009, p. 65): "A experiência da caminhada, aquela que leva ao encontro inesperado, é hoje simbolizada pela arquitetura da 'passagem'". Durante minhas caminhadas pelas cidades de Buenos Aires e São Paulo, essas "arquiteturas de passagem" foram interpretadas como escadarias, túneis, passarelas, corredores subterrâneos, becos, onde foram encontrados muitos registros visuais. Havia sempre algo a chamar a atenção, uma sedução pelo inesperado nestes locais que se assemelham a respiros, intervalos no caos ordinário da cidade.

"Arquitetura da passagem", São Paulo, 2013. Fonte: Alessandra Simões

Interessante citar também o quanto a utilização do ônibus como meio de transporte durante esta pesquisa foi útil para a construção de "cidades metafóricas". Certeau (1994, p.199) lembra que na Atenas contemporânea os transportes coletivos se chamam "metaphorai" (do grego moderno). Isto é, para ir e vir na cidade deve-se tomar uma "metáfora", um ônibus ou um trem. Assim como na caminhada, nesses transportes podemos criar percursos subjetivos, marcados pela travessia e organização de lugares, montando-se "frases-itinerários". Mais uma vez, as narrativas evocam um valor de "sintaxe espacial", como define o autor. Circular de transporte público em São Paulo e Buenos Aires abriu também inúmeras possibilidades para a fruição visual dessas "cidades-suporte". De ônibus, as paradas significam pausa para alguma surpresa visual, como no caso do Museu a Céu Aberto, na Avenida Cruzeiro do Sul, em São Paulo. Em Buenos Aires, os espaços subterrâneos do metrô remontam às origens do grafite nova iorquino, quando as superfícies dos trens eram tomadas por assinaturas e imagens com estilos influenciados pela cultura hip-hop.

Assim, esta "pesquisadora-caminhante" passou a desenhar cidades para si; no caso

ISBN 978-85-7205-133-0

deste estudo, as cidades de São Paulo e Buenos Aires inseridas em um contexto político e cultural latino-americano, com suas peculiaridades, histórias, memórias e aspirações. Afinal: "Criar a cidade é constituí-la, inscrevê-la numa duração singular, mas também religa-la a outras cidades [...]", afirmou Mongin (2009). Neste contexto, a arte urbana - como pode ser atestado por meio de sua significativa presença em São Paulo e Buenos Aires - se tornou protagonista no processo de construção da identidade dessas cidades, que estão entre as maiores metrópoles latino-americanas e apresentam uma realidade ibero-americana comum. Ambas encerram-se sob o signo da imagem. Percorrer suas ruas significa adentrar em uma arena urbana marcada por signos embaralhados, em profusão, que assaltam o transeunte a cada instante, atordoado com a coexistência de monumentos históricos e aparatos imagéticos contemporâneos. Canevacci (2004) partiu de pesquisa etnográfica feita nas ruas de São Paulo e constatou que: "Nossa cultura é uma cultura feita e descrita com super-signos, e na qual a assim chamada sign-flation - ou seja, a inflação dos signos - produz um reembaralhamento comunicativo, após o colapso do poder dos símbolos" (CANEVACCI, 2004, p. 185).

São Paulo e Buenos Aires se tornaram "cidades-suporte", labirintos de imagens e signos, com grafias próprias, escritas cada uma a sua maneira, porém com histórias, estilos e linguagens em comum. A capital portenha, por exemplo, apresenta uma peculiaridade interessante: o fileteado. Produzido originalmente por imigrantes italianos no final do século 19, este estilo de pintura publicitária/decorativa, com espirais de cores intensas, motivos florais e caligrafia rebuscada (uma linguagem próxima à da Art Nouveau), foi aplicado inicialmente em ônibus, carrinhos de mão e furgões de entrega. Porém, foi proibido pela ditadura. Atualmente, há uma verdadeira febre deste estilo, estampado em vitrines de lojas, edifícios residenciais e institucionais, em diversos bairros da cidade, inclusive, em contraste com poluidores visuais como placas e lixeiras.

Em Buenos Aires (2012), a memória viva se revela na tradição do fileteado. Fonte: Sandro Monari.

Em Buenos Aires, também há presença significativa de letras e imagens feitas com a técnica do estêncil. Com inúmeras variações dimensionais e cromáticas, o estêncil se tornou uma alternativa artística, aos moldes do "faça você mesmo", já que é de confecção bastante

ISBN 978-85-7205-133-0

simples, usabilidade e portabilidade. Como afirma Indij (2011, p. 9, tradução nossa), esta linguagem é uma forma de "[...] chamar atenção do leitor-pedestre, intervindo no automatismo e na circulação cotidiana. Se tratam de gritos, de onomatopeias visuais que pretendem provocar uma reação espontânea em forma de riso, de reflexão [...]". O autor lembra ainda que a palavra estêncil vem do latim "scintilla", que significa centelha, fagulha. Assim, associa esta ideia ao fato de esta arte ser uma provocação, que muitas vezes se dá entre os próprios artistas, quando estes se comunicam por meio de palavras e imagens fixadas nos muros da cidade, respondendo uns aos outros, em um ciclo entrópico.

Técnica do estêncil em paródia aos ícones do capitalismo (o código de barras). Buenos Aires, 2012. Fonte: Alessandra Simões.

Há ainda uma peculiaridade latino-americana a respeito do papel da escritura urbana nas cidades latino-americanas, como aponta Rama (1984) ao enfatizar a importância da letra e dos atores letrados na formação de uma cultura urbana nos primórdios da América Latina. Segundo ele, a palavra escrita seria a única válida, em oposição à palavra falada, que pertencia ao reino do precário. Assim, o grafite poderia ser interpretado como uma tentativa de contestação da valência da escrita, mesmo que clandestina, "[...] uma apropriação depredatória da escritura [...]" (RAMA, 1984, p. 64)

As "cidades-suporte" têm traços em comum, por exemplo, espaços dedicados exclusivamente ao grafite, como determinados locais no bairro La Boca, na capital portenha, e no bairro da Vila Madalena, em São Paulo. Por suas peculiaridades urbanísticas, São Paulo apresenta maior número de obras de grande dimensão, em locais de circulação viária intensa, como túneis e viadutos (por exemplo: viaduto da avenida paulista, partes das avenidas nove de julho e 23 de maio). As obras de Buenos Aires estão localizadas, em grande parte, em localidades de menor circulação viária, como fachadas de edifícios e muros, e muitas em espaços acessados a pé, como praças.

ISBN 978-85-7205-133-0

São Paulo (2012): Vila Madalena, Beco do Batman.

Fonte: Alessandra Simões

Outra peculiaridade: Buenos Aires, em comparação com São Paulo, tem um número maior de obras compostas apenas de palavras, geralmente, feitas em pequenos formatos com a técnica do estêncil (o mesmo ocorre na capital paraguaia, Assunção[2]). Geralmente, são frases criticando a imprensa e grandes corporações privadas, reflexo das diferenças entre os avanços e retrocessos políticos dos países na América Latina. Como afirma Kozak (2004, p.98, tradução nossa): "No caso da Argentina, a afirmação política do grafite não é alheatória nem circunstancial. Portanto, [...] muitas vezes associada a frentes de resistência política – tem larga tradição autóctone".

É possível afirmar que São Paulo e Buenos Aires apresentam as mesmas divisões relativas às tipologias da nova arte urbana em escala mundial, divididas basicamente em dois eixos: a) Um voltado para a ideia de "arte ativista", na qual os artistas trabalham com linguagens altamente experimentais e sistematicamente conceitualizadas, colocando-as de forma diretamente crítica em relação à sociedade capitalista e cujas raízes remontam aos movimentos artísticos modernistas e às neovanguardas. b) Outro em que é possível delinear a configuração do "novo grafite" (com maior ou menor ênfase em sua ligação com as raízes urbanas do grafite ligado ao movimento Hip Hop e com raízes históricas no panorama das grandes pinturas gestuais dos anos 1980), e cujos artistas estão predominantemente focados no desenvolvimento plástico e material de suas obras.

Em relação ao primeiro caso, podemos localizar, entre final dos anos 1990 e início de 2000, um interessante fenômeno que ocorre nas duas capitais: o surgimento de coletivos de jovens

[2] Durante o programa de doutorado, esta pesquisadora também esteve em Assunção, onde produziu uma pesquisa baseada na arte urbana local, resultando em publicação. SIMÕES, A. M. P. Arte urbana na América Latina e o caso de Assunção. São Paulo: Revista Arte e Cultura da America Latina, Sociedade Científica de Estudos de Arte (CESA), v. XXVI, 2012, ps. 101-112.

ISBN 978-85-7205-133-0

artistas, cujo trabalho é voltado para a arte ativista, seja no sentido político direto como indireto, e a partir de poéticas estruturadas em ações realizadas na cidade e envolvendo o público transeunte. Estes grupos utilizam estratégias como o uso de imagens sintéticas e simbólicas, a ocupação do espaço público para alterar seus códigos hegemônicos, o trabalho coletivo em parcerias com outros grupos, a atuação do próprio corpo nas ações. Alguns exemplos: a) O grupo argentino Escombros, criado em 1988, e que utiliza instalações, manifestos, murais, objetos, cartazes, grafites, cartões postais, etc., para abordar a realidade sociopolítica argentina. b) O G.A.C. - Grupo de Arte Callejero, formado em 1997, por iniciativa de estudantes da Escuela Nacional de Bellas Artes Prilidiano Pueyrredón (a maioria mulheres) que, ao não se sentirem representados pelos espaços tradicionais do circuito artístico, acabaram decidindo fazer arte de rua. c) O Contra Filé, surgido em São Paulo, em 2000, tendo como ponto de partida ampliar o direito à produção criativa do espaço urbano, a partir da mistura de técnicas de performance, instalação, escultura e narrativas poéticas. d) BijaRi, fundado em São Paulo, em 2000, e que se intitula como um grupo de criação em artes visuais e multimídia.

O grupo GAC em ação, 2002. Fonte: BOSSI, Lorena; et. al.. Pensamientos, prácticas y acciones del GAC. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009.

Apesar de não serem iniciativas coletivas, dois artistas de São Paulo, Eduardo Srur e Mônica Nador, devem ser lembrados em função do paralelismo de seu trabalho com o dos coletivos citados aqui, já que a cidade e as problemáticas urbanas estão entre os principais objetivos destes artistas, cuja obra também está voltada para a ação. É interessante notar que, a exemplo do grupo BijaRi, o artista Eduardo Srur[3] também mantém atividades não exclusivamente artísticas. Em seu site, é possível acessar a empresa Attack, intitulada a primeira empresa brasileira especializada em intervenções urbanas e por meio da qual o artista realiza diversas ações de marketing.

[3] Informações disponíveis em www.eduardosrur.com.br. Acesso em: 10 fev. 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

Touro Bandido (2010), de Eduardo Srur. Esculturas de touros foram colocadas sorrateiramente, durante a madrugada, sobre algumas vacas do evento Cow Parade, nas avenidas Paulista e Faria Lima, em São Paulo, para questionar o conceito da exposição que se dizia ser o maior evento de arte urbana no mundo. Fonte: acervo do artista.

Em 2004, Nador criou, juntamente com outros artistas, o Jardim Miriam Arte Clube (Jamac), ponto de inflexão em sua trajetória. O projeto envolve oficinas de estêncil e ocupação de espaços desvalorizados do bairro, promovendo seu uso intenso pela comunidade. Práticas de arte ativista como essas desfazem as fronteiras preestabelecidas entre militância e arte. "É aí que este legado crítico se reativa à maneira de um reservatório público de recursos e experiências socialmente disponíveis para converter o protesto em um ato criativo", afirma Longoni[4], ao explicar que o objetivo de artistas como esses não é tratar a política como tema, nem estetizar a política, e sim promover uma profunda integração entre as duas esferas.

Já em relação ao novo grafite portenho e paulistano, podemos atestar uma considerável diversidade de técnicas e estilos. De painéis gigantescos a imagens feitas com estêncil que medem poucos centímetros, as obras exprimem temáticas variadas. Algumas peculiaridades diferem o novo grafite argentino do novo grafite paulistano. A começar pela datação. Em sua grande maioria, a geração portenha é mais nova do que a paulistana; muitos artistas, inclusive, começaram a pintar no início dos anos 2000, o que se costuma atrelar à crise econômica de 2001 (RUIZ, 2011)/(FOX-TUCKER, 2010). Também se estabeleceu que a influência do grafite hip hop nova iorquino na Argentina ocorreu apenas a partir da década de 1990, o que em São Paulo se deu no final dos anos 1970 (a exemplo do consagrado artista Alex Vallauri).

Uma peculiaridade do novo grafite portenho é a utilização recorrente da técnica do estêncil para a criação de formas mais sofisticadas. Artista de destaque é o Stencil Land, que

[4] In: BOSSI, Lorena (et. al.). Prólogo. Pensamientos, prácticas y acciones del GAC. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009, ps. 9-16.

ISBN 978-85-7205-133-0

começou suas atividades com publicidade em 1997. No início dos anos 2000, o artista passou a investigar mais a fundo as possibilidades da técnica, caminho ao qual se mantém fiel até os dias de hoje. Ícones nacionais, como o David de Michelangelo tomando chimarrão e gaúchos tocando guitarra, podem ser visto por toda a cidade. Também encontramos um maior número de coletivos atuantes na capital portenha, o que em São Paulo é mais raro. A maioria desses grupos também trabalha com a técnica do estêncil, como o Rundontwalk, criado em 2002, com obras que, ao longo do tempo, tornaram-se cada vez mais ambiciosas em termos de complexidade e escala.

Grupo Rundontwalk, Buenos Aires, 2012. Fonte: Alessandra Simões

Stencil Land, Buenos Aires, 2012. Fonte: Alessandra Simões

Alguns artistas, atuando individualmente, vêm se destacando por sua marcante plasticidade, como JAZ, que começou sua carreira criativa nas ruas como grafiteiro, e é

ISBN 978-85-7205-133-0

reconhecido como um dos primeiros artistas a trabalhar nas ruas de Buenos Aires, em meados da década de 1990. O estilo de JAZ se transformou ao longo dos anos. Ele afastou-se do grafite e começou a experimentar imagens figurativas inspiradas na cultura argentina e em grandes formatos. Tendo dominado a técnica do aerosol, o artista passou a experimentar outras possibilidades inspiradas em seu próprio trabalho na cenografia, tonando suas imagens cada vez mais rebuscadas em escala e complexidade cromática. Misturando materiais não convencionais, como pintura asfáltica e gasolina, JAZ desenvolveu técnicas artísticas que lhe permitiram pintar enormes murais que se assemelham a delicadas aquarelas.

JAZ, Buenos Aires, 2012. Fonte: Alessandra Simões

Em São Paulo, encontramos um maior número de artistas que trabalham sozinhos, e não em coletivos. Há alguns grupos, como o 6emeia, fundado em 2006, cuja produção é marcada pela pintura sobre equipamentos urbanos, como bueiros, postes, tampas de esgotos e calçadas. Recentemente, o grupo passou a fazer “gravura urbana” utilizando uma técnica que consiste em fazer do asfalto a matriz, cujo desenho é feito com ferramentas para sulcar a superfície, que recebe uma camada de tinta sobre a qual é colocado o tecido para ser imprensa a imagem final.

ISBN 978-85-7205-133-0

Há duas correntes bem delineadas no novo grafite paulistano; uma, de artistas autodidatas provenientes da influência do grafite de periferia de estilo hip-hop; e outra, de artistas com formação universitária (artes ou desenho gráfico, principalmente) que fazem da cidade seu suporte. No primeiro caso, vamos enfocar os artistas que conseguiram de certa forma superar o caráter normativo da linguagem hip-hop para criar uma poética própria, de forte vigor plástico. É o caso do artista Stephan Doitschinoff, conhecido como Calma, autodidata que no início da carreira trabalhou como designer gráfico. A herança do punk rock e da cultura do skate, além do intensivo contato com práticas religiosas na família, fazem parte das influências em seu trabalho, marcado por uma iconografia muito peculiar, que mescla o simbolismo cristão à crítica sócio cultural.

Artista Calma, "Agricultura Celeste", Acrilica sobre tela - 200 x 150cm/2010.

Fonte: Agência Cartaz Assessoria de Imprensa

Reconhecidos internacionalmente, OsGêmeos, dupla de irmãos autodidatas, realizaram inúmeras mostras individuais e coletivas em museus e galerias de diversos países. Suas imagens são compostas por grandes arranjos oníricos com vigoroso trabalho cromático e tratamento gráfico. Personagens míticos incluem peixes gigantes, gatos, seres híbridos, sereias, figuras femininas de olhos gigantes e seres humanos com a pele amarelada e rostos caricaturais. Em

ISBN 978-85-7205-133-0

fundos compostos por paisagens permeadas de referências, como casas, barcos e trilhos flutuantes, além de padrões geométricos rítmicos e coloridos, geralmente estes conjuntos provocam grande impacto visual, o que faz o espectador se deter durante longo tempo em busca de detalhes na composição. Do repertório surrealista, aparecem as gavetas que se abrem para expulsar algum ser estranho, a base de um relógio que vira um rosto, etc. Em montagens para exposições, os artistas preparam ambientes que são verdadeiras instalações, promovendo uma sensação de que o espectador está entrando em um de seus quadros. São universos caleidoscópicos, onde paredes, chão e teto se integram à obra.

Esgotar os exemplos neste breve texto é impossível. Citamos apenas alguns para mostrar, sobretudo, que nossa reflexão está centrada no fenômeno artístico em si, no caso da arte urbana, que se trata de uma "expressão legítima" não por ser uma linguagem legitimada pelo sistema artístico (o que já ocorreu, visto o crescente número de galerias especializadas), e sim por ser um gênero com especificidades delimitadas pela própria natureza de sua linguagem, dotada de códigos e características próprias. Propusemos que a arte urbana é, sobretudo, um processo histórico, cujas particularidades latino-americanas também são identificáveis e concluímos que a arte urbana contemporânea se tornou uma expressão estética autêntica, cuja presença cada vez mais significativa nas cidades latino-americanas revela a força de sua linguagem. Com esta pesquisa, procuramos fazer um exercício epistemológico a respeito das problemáticas conjunturais da arte contemporânea, identificando as mesmas relações na arte urbana.

Bourriaud (2009) aponta que o mal entendido geral sobre o estatuto da arte contemporânea hoje (e destacamos aqui, o da arte urbana também) se deve a uma falha do discurso teórico; e que as práticas contemporâneas se mantêm ilegíveis por serem analisadas a partir de problemas colocados pelas gerações anteriores, especialmente aqueles colocados pelas neovanguardas. É por esse motivo que tentamos estabelecer algumas dessas diferenças, como fizemos entre as neovanguardas e a nova arte ativista portenha e paulistana.

Esse esforço em iluminar as particularidades da nova arte urbana vai ao encontro do que declarou Bourriaud (2009, p. 19): "Nada mais absurdo do que afirmar que a arte contemporânea não apresenta nenhum projeto cultural ou político [...]". Portanto, descobrir os verdadeiros interesses da arte contemporânea, suas relações com a sociedade, história e cultura, é tarefa primordial para criarmos um ponto de apoio conceitual neste "momento pós-histórico da arte" (DANTO, 1997, p.7, tradução nossa), em que a pluralidade e a liberdade envolvem-se em um movimento entrópico. E foi essa a nossa tentativa em relação à nova arte urbana.

ISBN 978-85-7205-133-0

Referências

BOURRIAUD, Nicolas. Estética Relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANEVACCI, Massimo. A Cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTO, Arthur C.. After the end of art: contemporary art and the pale of history. Princeton: Princeton University Press, 1997.

FOX-TUCKER, Matt; ZAUITH, Guilherme. Textura Dos: Buenos Aires street art. Nova York: Mark Batty, 2010.

INDIJ, Guido. 1000 Stenil Argentina Graffiti. Buenos Aires: La Marca, 2011.

KOZAK, Claudia. Contra La pared: sobre graffitis, pintadas y otras intervenciones urbanas. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2004.

MONGIN, Olivier. A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PALLAMIN, Vera. Arte Urbana - São Paulo Região Central (1945 - 1998): obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Fapesp, 2000.

RAMA, Angel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RUIZ, Maximiliano (org.). Nuevo Mundo: latin american street art. Bertlin: Gestalten, 2011.

SILVA, Armando (org.). Imaginários urbanos. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

INSULARIDADES LATINO AMERICANAS
- jogos de sociabilidade e moradas da arte nas favelas cariocas

Alexandre Guimarães

Doutorando em Artes pelo PPGARTES/UERJ

Isabela Frade

Doutora em Comunicação pela ECA/USP

docente PPGARTES/UERJ

apoio FAPERJ

Resumo
Discutimos as diferenças entre os modos de morar na cidade do Rio de Janeiro e em seus espaços de exclusão. Favela e cidade se confrontam, em alteridades gritantes. Na observação de coletivos de artistas que criam sobre suas próprias conformações, as favelas se apresentam como obras de arte. Consideramos os ecos das recentes investidas do poder público na tentativa de urbanizá-las ou mesmo, em determinadas zonas, de erradicá-las. Tratamos das formas estéticas das moradas nos morros cariocas da Mangueira, na Zona Norte e do Pereirão, na Zona Sul, coletando traços de sua história. Analisamos os modos de intervenção oficial nesses quatro últimos anos em que a cidade seguiu um plano de desenvolvimento econômico para se ajustar à imagem de "mercadoria turística total".
Palavras-chave: favelas cariocas, formas relacionais, política de ocupação, arte contemporânea.

Resumen
Se discuten las diferencias entre los modos de vida en la ciudad de Río de Janeiro y sus espacios de exclusión. Favela y ciudad se enfrentan en alteridades flagrantes. En la observación de colectivos de artistas que crean a partir de sus propias conformaciones, los barrios marginales se presentan como obras de arte. Consideramos los ecos de las recientes políticas del gobierno en un intento de urbanización o incluso, como en ciertas áreas, de erradicarlas. Tratamos de las formas estéticas de las viviendas en los cierros de Río de Janeiro, como Mangueira, en la Zona Norte de la cuidad, y Pereirão, en el sur, por la recogida de huellas de su historia. Se analizaron los medios oficiales de intervención en estos últimos cuatro años en que la ciudad siguió un plan de desarrollo económico para adaptarse a la imagen de "mercancía turística total."
Palabras clave: favela, formas relacionales, política de ocupación, arte contemporáneo.

1. INTRODUÇÃO: a estética de favela

A favela como objeto de apreciação estética tem sua estreia na segunda década do

ISBN 978-85-7205-133-0

século XX, quando do encontro com o samba cantado no morro, na romantização dos seus traços de simplicidade e pelo interesse exótico que, cada vez mais explorado como forma de deleite, chega hoje a tomar aspectos grotescos, como turistas fazendo uma espécie de safari nos morros cariocas (FREIRE-MEDEIROS, 2009). As formas, cores e materialidades presentes nos morros, – cenário de espetáculos pelo menos desde 1940[1] -, representam um aspecto significativo e marcante da paisagem carioca.

Na Mangueira, vários subprodutos seguiram se essa "marca favela" e a escola de samba, Estação Mangueira, é o seu cartão de visitas. Assim, também as sonoridades se fazem elemento desta sedução no modelo *reality tours*. A Rocinha, primeira favela a entrar em um circuito oficial do turismo (FREIRE-MEDEIROS, Op. cit.) possui hoje pequenos circuitos de visita e alguns *hostels* que recebem visitantes do mundo inteiro. Esse movimento do turismo internacional torna-se ativo desde 2006, quando oficialmente se trata de sua especulação como potencial marco turístico carioca. Desde seus aspectos mais gerais, também seus pequenos detalhes se integram a essa vontade de consumo: "A onda atual de 'favela chic' tornou até a mais humilde mercadoria brasileira, a sandália de borracha, em um objeto de fetiche." (LEU apud FREIRE-MEDEIROS, Op. cit., p 25).

Esses movimentos mais recentes de orientação turística para as favelas cariocas hoje adquirem traços mais fortes, e muitas intervenções não governamentais cuidam de sua integração, especialmente aquelas da Zona Sul da cidade, com obras de moradias, pavimentação e pintura das fachadas das casas. As cores do projeto Coral, que iniciou o "colorido favela" no Morro Santa Marta, estendeu-se para a Rocinha e outros morros da cidade. Entre os projetos que cuidam dessa "estética da favela", a mais recente intervenção oficial são as obras do PAC do governo federal e que tratam, de um modo diferenciado, novas configurações a se implementar: articulados com estratégias de segurança pública, como alargamentos das vias de circulação, do desmonte de núcleos de edificações para implantação de conjuntos habitacionais uniformes, as obras do PAC I e PAC II tem descaracterizado essa "forma-favela" e introduzido a regular visualidade moderna. De acordo com as transformações que observamos nos morros, nos perguntamos sobre a possível eliminação dessa estética mais livre e caótica na cidade ou, o que nos parece mais plausível, em sua "pacificação" – eliminação de sua forma mais agressiva dos traços de pobreza e precariedade extrema dos pedaços de madeira e metal, das fachadas quebradas e sinuosas e sua domesticação pela cor e pela uniformidade das novas configurações do PAC, que se apresentam aos moradores como obras de implantação de condomínios, dando dignidade aos

ISBN 978-85-7205-133-0

moradores, como pudemos ouvir em nossas entrevistas com a comunidade local.[2] É sobre essa questão que nos debruçamos nesse estudo, ao pensarmos de que modo as visualidades das favelas cariocas estão se tornando elementos de identidade – ora negados, ora afirmados – e em suas possíveis articulações com outros núcleos nas demais cidades latino-americanas, como as villas de Buenos Aires, ou nas encostas de Medellín e em todas as grandes cidades de Nuestra América.

As favelas são concebidas como problemas centrais também nos discursos da esquerda regionalista:

> *"América Latina y el Caribe es la segunda región en el mundo con mayor de nivel de urbanización en el mundo, el mismo que alcanza el 75%, las concentraciones urbanas generalmente se han desarrollado de manera improvisada, por ello es importante analizar el problema de las favelas, pues sin duda, son los espacios urbanos más poblados en las ciudades de América Latina, problemática que viene extendiéndose en gran parte del planeta, en especial, en los llamados países del Tercer Mundo."* (NOVA DEMOCRACIA, 2014)

À improvisação das moradias populares implicada ao sub-desenvolvimento, à análise do problema da pobreza extrema que se aprofunda na América Latina e ao clamor pela urbanização das favelas se contrapõem os discursos sobre as formas de convivência e de beleza que se fazem presentes em muitos nichos dessas configurações ameaçadas pela lógica moderna e do ideário desenvolvimentista. Deixa-se de lado o olhar mais acurado que pode perceber, em seus mínimos contornos, formas de vida particularmente significativas. Por outro lado, aos que estetizam as favelas se fazem cegos, por sua vez, aos horrores da miséria em que vivem sua população.

"Não consideramos as favelas como arte, mas como reserva de arte, como potencial artístico que somente o artista pode tornar visível." (JACQUES, 2011). Segundo Paola Jacques, arquiteta, é o "artista-revelador" quem é o sujeito da evocação da estética das favelas. E, ainda que em certa medida concordemos com essa perspectiva, uma vez que a favela vem sendo matéria prima de muitas criações em arte, nos perguntamos sobre esse traço imaginante da arquitetura da precariedade e de seu aspecto bucólico, obra cantada por muitos, seja em música, em imagem, ou em objetos. Entender a arte como espaço da estética hegemônica se aliena dessa abrangência que designa esses outros espaços como produtores de arte. No entanto, a anti-arte pensa a produção atual e revê seus estatutos: "Não existe pois o problema de saber se arte é isto ou aquilo ou deixa de ser – não ha´ definição do que seja arte." (OITICICA, 1986, p. 77).

ISBN 978-85-7205-133-0

Nos anos 60, o artista carioca Hélio Oiticica criava em imersão no contexto da Mangueira, nosso lócus de pesquisa. Frequentou o lugar durante anos e onde chegou a morar, experimentando, na comunidade, novos modos de viver e de criar. Por isso a obra de Oiticica é emblemática: fala de um espaço outro que ainda não se havia sentido: o espaço de estar em sintonia com modos de vida participativos, forma de solidariedade praticante que a comunidade da favela vive cotidianamente. Essa forma de convivência é um dos focos que alimentam a proposição do CRELAZER – o lazer criativo "usado como ativante não repressivo" (Op. cit., p. 120) assim como a sua própria arquitetura. No dizer do crítico Guy Brett (apud. OITICICA, Op. cit.), essas relações estão claras.

> *"Oiticica, em lugar de visitante, passou a ser um habitante de lá, (...) e creio que existem três aspectos que vieram influenciar sua arte e seu pensamento. Primeiro o samba, (...); a relação social do povo da Mangueira entre eles mesmos e com a sociedade lá fora; e a arquitetura da Mangueira, as casas que as pessoas constroem para elas mesmas, feitas com sobras de material industrial recolhido (...) aos quais elas adaptam livremente suas necessidades e imaginação."* (p. 124).

Falar dessas configurações como arte popular é pensá-las em seu conjunto, é sentir a pulsação de uma condição que não se retém em algo ou em alguém, mas que se produz em associação. A abordagem de Paola Jacques toca nessa totalidade-favela, sentindo seu ritmo visual rizomático. O que cada morada produz, no entanto, a um olhar mais aproximado revela um delicado cuidado e o investimento de uma afetividade intensa. Seus encaixes dos degraus e suas pequenas reentrâncias estão sempre cuidados, ainda que o esgoto escorra, em filetes, acompanhando o declive, e o lixo se acumule como elemento comum neste quadro. A obra de Hélio percebe, por sua vez, essas acomodações singulares, "refletindo e exaltando as coisas da Mangueira" (BRETT, Op. cit., p 125).

A circunstância atual na qual esse trabalho vem se desenvolvendo é parte significativa do próprio processo investigativo: o contexto dessa pesquisa se reflete diretamente em nossas reflexões e ações, uma vez que se trata de um "estado de exceção" no qual estamos inseridos e que não podemos ignorar ou "neutralizar". Na verdade, a exposição e o estudo dessas condições se inscrevem em nossas ações de pesquisa. Se as favelas cariocas são reconhecidas como redutos de violência e crime, de certa maneira, a sociedade brasileira, ao entender a realidade de comunidades urbanas em risco social, naturaliza esse estado de coisas. Elas estão representadas como sua forma intrínseca: algo a ser eliminado no processo de desenvolvimento social. Do mesmo modo, assim, como isso se dá em escala mundial na construção exteriorizada da identidade local das favelas por todo o planeta. Em muitos

ISBN 978-85-7205-133-0

discursos oficiais, em escala global, essa condição é naturalizada e discutida como sendo originária: as favelas, segundo essa versão, nasceriam como espaços degenerativos, sendo necessário ao bem estar social que sejam radicalmente transformadas ou mesmo erradicadas. Segundo a fórmula nodal com a qual esses discursos poderiam ser resumidamente apresentados, as condições insalubres, a violência e a pobreza são explicitadas como formas endêmicas.

Estamos seguindo a direção contrária a esse movimento assim como a de inúmeros sujeitos sociais, estudiosos, ativistas sociais, agentes do serviço social e muitos moradores dessas mesmas favelas, que buscam reverter essa imagem negativa e mostrar, de muitas formas, a sociabilidade positiva que vigora em seu interior. Destacamos os elementos básicos das formas-favela: as casas produzidas com refugo ou material barato, a falta de saneamento em fios de esgoto, os espaços diminutos, as ruelas estreitas e sua sinuosidade labiríntica, o comércio das vendinhas e bibocas, as casas-complexos familiares, em seu crescimento verticalizado ao longo do tempo, as pressões políticas, a vigilância policial nos espaços limítrofes – essas características que a tornam tão desagradável ao olhar arquitetônico dominante que as significam como lixo, matéria a ser eliminada ou reciclada.

É preciso buscar entender e observar que a favela, em função da sua condição de *não-arquitetura*[1] (JACQUES, 2011), torna-se possível pensar em um mundo de modo diferente da concepção da cidade dita formal, já que sua natureza desviante nos revela um conjunto de características que casam com a atividade do *bricoleur*, irmanando-se ao pensamento selvagem de Claude-Levi-Strauss. Neste regime construtivo, não há preocupação de se cumprir prazos de obras, e nem interesse de seguir normas ditadas pelo relógio opressivo da indústria e da vigilância do poder público. O engendramento paulatino das favelas acompanha o ritmo da vida e, nisso, a temporalidade dilatada do artesão, que na sua inteligência, sabe criar sem pressa, permitindo-se ao diálogo mais estreito com a realidade que o acolhe. Neste exercício de arranjos, a considerar o grau de envolvimento entre corpo, espaço e matéria, torna-se inevitável o surgimento de territorialidades afetivas, potencialmente plásticas. Negando e desconstruindo o rigor dos princípios projetivos, cada favela surge contendo uma infinidade de dobras, de desenhos e arranjos muito particulares, jamais concluídos. Coletivamente, somam paisagens absolutamente únicas, enriquecendo sobremaneira os cenários urbanos. São, portanto, "moldadas" e não projetadas; são sentidas e não logicamente erguidas ou executadas; estão isentas, portanto, de seguir uma matemática ordenadora,

[1] JACQUES, Paola Berenstein. *A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. (p.24).

ISBN 978-85-7205-133-0

preferindo, ao contrário, assumir uma liberdade inerente aos fazeres e aos diversos usos que lhe dão existência e personalidade. Com efeito, balizada no improviso e nas soluções que tornam as subjetivações de seus moradores e frequentadores extremamente latentes, não podem absorver regramentos impositivos de uma racionalização do espaço sem que uma forte contradição se estabeleça, ou sem que haja, evidentemente, a destruição violenta dos espaços e lugares indentitários, legitimados pelos modos de vida comuns a cada lugar de convivência. Assim, iniciativas de fora para dentro de qualquer porte jamais podem conviver bem com o discurso da "não-arquitetura", pois os aspectos singulares, desenhados informalmente, seriam inapelavelmente sacrificados. A rica convivência com os espaços inventados e reinventados pelas práticas cotidianas se dissolveria. Nas favelas, os materiais disponíveis tornam-se integrados aos aspectos da própria vida, onde as questões culturais e estéticas se confundem, e é neste labirinto, que este texto deseja percorrer, na tentativa de redimensionar a leitura desses espaços, onde a arte encontra terreno fértil para se constituir.

> *"A construção é quase cotidiana: é continua, sem término previsto, pois sempre haverá melhorias ou ampliações a fazer. A maneira de construir, ao contrário da construção convencional, é implicitamente fragmentária, em função desse contínuo estado de incompletude. Uma construção convencional, ou seja, uma arquitetura feita por arquitetos, tem um projeto, e é esse projeto que determina o fim, o momento de parar, a conclusão da obra. Quando não há projeto, a construção não tem uma forma final preestabelecida e, por isso, nunca termina."* [2]

Identificamos como moradas da arte e como jogos de sociabilidade, tanto as ações desenvolvidas no Morrinho no Peireirão, como o *artivismo lúdico* no trabalho desenvolvido na Mangueira. Guardam, portanto, essas duas favelas, inúmeras vivências de valorização dos discursos que defendem os modos de vida nos morros cariocas.

2. MORRINHO – brinquedo e arte: [re]configurações da favela

O Morrinho inaugura no morro Pereira da Silva um novo desenho, uma nova cartografia. Estende-se para além da área desta comunidade e não apenas no sentido geográfico, mas também no âmbito estético e político, reverberando e projetando o nome da comunidade do Pereirão para inúmeros lugares do globo. Já estiveram presentes em muitas mostras, apresentando-se em diversos países, tendo participando, inclusive, da Bienal de

[2] JACQUES, Paola Berenstein. *A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. (p.24).

ISBN 978-85-7205-133-0

Veneza em edição recente. Atualmente podem ser vistos também no Museu de Arte do Rio, integrando o acervo apresentado sobre a cidade, cuja a identidade vem sendo cada vez mais associada à vida dos morros. Um caso muito especial entre tantas favelas da América Latina que, aos poucos vai chamando atenção de pesquisadores, curadores e do grande público, justamente por abrigar prodigioso feito artístico cujo anúncio mudou o cotidiano da favela em que se situa. Assim, sem possuir a mesma fama e grandeza da Mangueira, começa a adquirir prestígio internacional por intermédio de uma ação coletiva que hoje representa a comunidade em muitos sentidos. O próprio livro *"Uma favela diferente das outras?"* de Lia de Mattos Rocha traz à tona esta reflexão, sem esconder inúmeros depoimentos de moradores e dos próprios integrantes desta obra em permanente trânsito, que surge, inicialmente, em área de proteção ambiental como um novo e vigoroso ecossistema estético. Assim, sentida de um modo diferente, reconfigurando não apenas a favela na qual está inserida, mas também diversas outras comunidades cariocas – retratadas subjetivamente pelos seus autores, inclusive a Mangueira – a *Pequena Revolução* segue seu curso, sobrevivendo ora como brincadeira, ora como obra dentro de museus e espaços expositivos. Neste cenário em miniatura, que já possui dezessete anos de existência e onde residem não propriamente moradores reais, mas sim uma população de personagens fictícios, uma ampla e original visão sobre a favela emerge, reforçando o caráter orgânico, lúdico e rizomático dessas formas de moradia.

ISBN 978-85-7205-133-0

Basta observar o croqui de mapa desenhado pelos integrantes do Morrinho, reproduzido em um de seus catálogos, para constarmos o considerável impacto desta poética na região em que se encontra: nos "fundos" da onde está demarcada os limites da comunidade, em área deslocada, percebemos uma nova ocupação, ampliando a vista aérea desta favela, que avançou em direção à mata vizinha desta esta região. Embora instalada em área de proteção ambiental, o Morrinho conseguiu se firmar como ponto de cultura da cidade e que, portanto, segundo seus autores, possui licença da prefeitura para existir neste terreno. Cumpre observar, ainda neste croqui dotado de muitas referências e caminhos, que no canto inferior direito, existe uma curiosa rosa dos ventos. Nela podemos ler, no sentido Norte/Sul, "PAZ-SIM" e, no sentido Leste/Oeste, "GUERRA NÃO". Além disso, são explícitas nas demais direções, as seguintes mensagens: AMIZADE, CARINHO, RESPEITO e AMOR. Praticamente, um sugestivo apanhado de palavras, que vão nos orientando para os diversos valores defendidos por este coletivo do Pereirão. Um pequeno ensaio, na verdade, da visão apoteótica do que pode encontrar em diversas mensagens pintadas na maquete-brinquedo no Peireirão.

A maquete original do Morrinho no Pereirão, Rio de Janeiro: inegável condição artesanal.

ISBN 978-85-7205-133-0

A poética da *Pequena Revolução*, portanto, é uma exalação da estética de favela, casando-se inclusive com a força lúdica que lhe é peculiar, desenvolvida de modo especial pelas crianças desta comunidade. Diante da rotina de violência entre o tráfico e a polícia, encontraram uma maneira de lidar com a realidade e ao mesmo tempo, passaram protagonizar uma rica brincadeira. Seus autores, assim, ao mesmo tempo, que se divertiam se apropriam do próprio cotidiano, evidenciaram diversos contextos de favelas cariocas que, em seus respectivos âmbitos, configuram e compartilham da vida em um cenário de violência. Assim, paulatinamente, um grande e complexo RPG é inventado, com centenas e centenas de avatares, feitos de peças de LEGO e incrementados por uma criativa customização artística, simulando a vida nos morros do Rio de Janeiro.

> *Segundo um de seus "fundadores (...), a maquete começou a ser construída por ele no quintal da sua casa para 'matar o tempo', após sua mudança para a favela. A partir dessa iniciativa, outros sete meninos passaram a brincar na mesma maquete, cada um construindo a 'sua favela', e representando o papel de 'chefe', responsável pela construção, manutenção e ação de seus habitantes. Cada participante, portanto, aumentou a dimensão da maquete original, incorporando outras 'favelas'. Essas representam favelas reais, como as do Fogueteiro, Prazeres, Borel, Grota, Turano, Querosene, Falet, encontro, entre outras."* [3]

Assim, nessas "moradas da arte", temos a presença singular de uma coleção de geografias, formando espécie de retrato das favelas e complexos acostumados ao noticiário em que se percebe o *"choque do real"* (JAGUARIBE, 2007). Com efeito, a maior maquete do Morrinho torna-se o palco e o cenário de inúmeras narrativas, convertidas em uma segunda etapa em filmes: curtas-metragens onde as mãos desfilam junto com os personagens que, animados também pelas falas emprestadas pelos meninos – que se divertem como dubladores –, produzem efeito irônico sobre o real. O cotidiano de violência está expresso em diversas produções, como o *"Fim do mundo no Morrinho"*, de 2012. Já no documentário *"Deus sabe tudo, mas não é X-9",* curiosa é a passagem em que policiais confundem a brincadeira com planos de alguma facção do crime organizado e resolvem intimidar as crianças e destruir tudo.

A experiência de estar no Morrinho, nos faz repensar sobre as palavras de Canclini

[3] ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Peireirão.* Rio de Janeiro: Quarter: Faperj, 2013.

ISBN 978-85-7205-133-0

sobre a "Socialização da Arte". Marcado pelas cores vibrantes dos tijolos convertidos em casas, pintados de amarelo, azul, verde e vermelho, o Morrinho também acumula uma série de inscrições, configurando assim uma visão totalizante sobre a "imagem-favela.".

> *"(...) a arte não pode substituir a política como meio de transformação social. Mas o fato de ser uma atividade diferente não quer dizer separada: a serviço de uma ou de outra política, conscientemente ou inconscientemente, a arte oferece sempre canais para que o conhecimento ideológico seja transmitido, visualizado, sentido, até corporizado." (p.207)* [4]

3. MANGUEIRA: Largo da Memória em artivismo lúdico

As frequentes idas ao morro da Mangueira se tornaram mais escassas nos últimos meses. Quando vamos, é preciso ligar antes e perguntar sobre o acesso, se está livre e se podemos nos aproximar. É um risco que precisa ser bem calculado para que possamos circular pela favela. A acirrada guerra urbana está em escalada na cidade do Rio de Janeiro e os tiroteios diários no local são noticiados pela mídia e redes sociais. Ficamos sabendo de uma progressiva invasão do morro por traficantes por outra facção através dos jornais, o que coloca a todos em sinal de alerta. Mas não menos violentas estão as demais comunidades cariocas. No Rio de Janeiro, desde o período das eleições, em outubro deste ano, 2014, essas notícias tem sido frequentes. De certo modo, estes espasmos sociais se integram ao jogo da política de ocupação dos morros cariocas. Ao provar sua inviável solução ao que se propõe como "pacificação" das favelas, a solução que se apresenta é o deslocamento desses contingentes populacionais para outras áreas menos instáveis, com "melhores condições de vida" a todos. A discussão sobre a remoção das favelas é um jogo perverso, onde ativistas sociais se embatem com grandes poderes econômicos e políticos, tanto internos quanto externos, e é esse complexo paradoxo que se enfrenta ao pensarmos sobre os modos de morada na Mangueira. Decidimos tocar na história, especialmente nos relatos sobre a sua origem e desenvolver o trabalho sobre os traços do "imaginário favela" propondo tocar em um substrato mais profundo da sociabilidade urbana.

Em nossas pesquisas, descobrimos, de acordo com os relatos de moradores mais

[4] CANCLINI, Nestor Garcia. *A Socialização da Arte - Teoria e Prática na América* Latina (Arte Popular y Sociedad en America Latina) - Ed. Cultrix - São Paulo - Brasil - 220 p. - 262 g. (Português) [ISBN:] [BCM: 126.008.01] (06/07/2006)São Paulo : Editora Cultrix. 1981.

ISBN 978-85-7205-133-0

antigos, que as primeiras casinhas no morro eram feitas de barro. Um detalhe delicioso é que, ainda segundo esses depoimentos, algumas destas casas ainda estão de pé "lá no alto do morro". Como essa região do alto ainda é zona inalcançável para nossa equipe, pela periculosidade extrema dessa localidade, não pudemos ainda documentar esse fato. A partir dessa informação, e desejando tocar no problema de outra forma, a partir de uma sensibilidade própria aos moradores locais, buscamos a forma relacional para tratar dessa situação de modo mais aberto e plural. A partir de pequenas casas de barro, dimensionadas de acordo com a palma da mão de quem modela, decidimos construir em ação conjunta com o coletivo feminino de arte *O Círculo*, pequenas casas de cerâmica as quais instalamos em um canteiro na Rua Icaraí, Mangueira, em um dia de festa escolar da creche Nação Mangueirense.

Dos primeiros objetos *Moradas*, partimos para a modelagem de novas configurações das casas mangueirenses e fazendo essa modelagem em oficinas com as crianças da Rua Icaraí, em algumas sessões e, mais tarde, convidando outras pessoas e grupos para que modelassem conosco, compondo um grande conjunto de representações. Recuperamos a ideia mais ampla, e seguimos por um imaginário do lar e da vivenda, ampliando essa abordagem, e perguntando, no convite à participação, sobre os diferentes modos de morar e sobre qual o recanto mais agradável da casa de cada um. Dos relatos orais, partimos para a construção na argila. Foram inúmeras contribuições que completaram a primeira fase da obra Largo da Memória, com 1000 casinhas de cerâmica. Os objetos foram instalados em uma pracinha no campus UERJ Maracanã, no bosque de pés de vaca rosa, quando o verde-rosa dos cordéis onde foram instaladas como pendentes em diálogo com o verde-rosa das árvores.

ISBN 978-85-7205-133-0

Posteriormente, essa instalação seguirá para a praça Largo da Memória, na própria Mangueira.

Geramos um campo de formas instáveis, vibráteis, que tratam de estabelecer um vínculo com a natureza da própria memória afetiva dos lugares de morada; imagens que buscam a natureza onírica do lar, que tratam de fazer sentir/pensar sobre a relação entre as subjetividades e seus lugares de pertença, onde a casa se apresenta como lugar emblemático da existência em seu nível mais profundo.

"Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ele é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Vista intimamente, a mais humilde moradia não é bela? Os escritores da 'casinha humilde' evocam com frequência esse elemento da poética do espaço. Mas essa evocação é excessivamente sucinta. Como há pouco a descrever na casinha pobre, eles quase não se detém nela. Caracterizam-na em sua atualidade, sem viver realmente a sua primitividade, uma primitividade que pertence a todos, ricos ou pobres, se aceitaram sonhar." (BACHELARD, 2000, p.24)

4. CONCLUSÃO: as moradas da arte e seus jogos de sociabilidade

O objetivo desta comunicação foi reportar determinados reflexos do plano urbanístico oficial atual com referência a elementos colhidos em dois contextos específicos, Pereirão e Mangueira, a partir de modalidades próprias de pesquisa de cunho etnográfico e posterior intervenção, em caráter de pesquisa ação no campo da arte e da educação. Cada um desses territórios se organiza em conformidades particulares, que o olhar em aproximação detecta e que buscamos identificar. Ao mesmo tempo em que compartilham traços de semelhança, certas diferenças se impõem. Uma delas é o fato de que, em termos de reconhecimento social, uma possui status internacional como lugar do carnaval e do samba e outra, pouco conhecida

ISBN 978-85-7205-133-0

em sua própria cidade, é palco para o brilho do coletivo de jovens artistas que já expuseram na Bienal de Veneza e atuam no Museu de Arte do Rio – MAR.

Como resultado de investigação, apresentamos registros de sua história oral e imagética, e entrelaçamos suas narrativas e arquivos com obras de arte que nasceram nesses mesmos lugares, referentes de uma mesma condição de tratar das suas formas próprias de habitar. Na Mangueira, a partir de determinados elementos contidos na obra de Hélio Oiticica, reportamos as singularidades de uma estética desprezada e de zonas de convivência destruídas na implantação do projeto federal PAC I e II, assim como na estratégica ocupação policial pelo estado na UPP local. No Pereirão, observamos o aporte imagético na obra da artista Paula Troppe que, ao registrar crianças que brincavam com cenários de tijolo, envolvendo suas múltiplas narrativas em mostras e discursos da arte contemporânea, deflagrou um processo ininterrupto de produção imagens de alteridade e criação em processos colaborativos que segue crescendo e se diversificando.

A favela se metamorfoseia e se desdobra em séries infinitas de composição. É uma obra rizoma, como detecta Paola Jacques (Op. cit.). Entra no espaço da arte, mas não se legitima como parte da cidade que, em todo momento, dela requer a oclusão. A esse campo paradoxal da imagem amada/odiada que é a favela, se amplia para o pensamento sobre as realidades latino-americanas e a problemática das favelas em todas as nossas grandes cidades. São como ilhas, territórios isolados pela urbe recalcitrante, espaços que acolhem os náufragos desse nosso sistema político corrupto, ávido e perverso. São enormes contingentes de pessoas que, descartados pela economia local, no estrato subserviente do modo colonial ainda reinante, no que se adequam à trama global dominante e rejeitam, como refugo, os que nada podem consumir. E eis que aí onde se mantém, sobreviventes, dos choques constantes das ondas de violência e, resilientes, fazem da precariedade o seu modo de vida e sua poesia. Produzem, a seu jeito, a beleza do humano.

Esses territórios marginais requerem urgentemente o reconhecimento de seus modos de ser para além dos perfis estereotipados pelo preconceito de classe com que são revestidos, e a ultrapassagem do encontro com a dor e com a pobreza, recalcados nos espaços alienados do movimento da cidade. A cada cidade latino-americana, quantos espaços destes subsistem sob o jugo do poder da violência? No Rio, são 1070 favelas (dados recolhidos pelo Jornal O Globo em 30.11.14) que, a cada ano, se subdividem em novas subsidiárias, em um processo

ISBN 978-85-7205-133-0

rizoma. Um crescimento veloz em uma cidade que teima em ser tão linda e trágica. Essa beleza trágica advém de suas ilhas de miséria. Se existe um "planeta favela", como sinaliza Mike Davis (2006), podemos entender uma "cidade-favela" como o Rio, assim como também em um "continente-favela" conformado pelo modelo insular, como Nossa América. Cada uma dessas esferas, do menor ao maior raio, poderá ser pensada em suas configurações gerais e suas especificidades.

Escolhemos seguir o conselho de Gilberto Freyre e olhar sobre as sociedades da América Latina pelo modelo de conformações insulares. Devemos sair com pressa do olhar do exotismo redutor. Descobrir nossos especiais círculos de conformações sociais onde se inscreve a parte negada de nossa cultura. E, mais do que clamar por novas reformas, ou pedir que eliminem esses traços de subdesenvolvimento, pensamos, ao contrário da política do ódio elitista, em fazer como os poetas do início do século e cantar o morro, sentir seus modos e aprender suas formas de solidariedade. Aí a cidade se humaniza, os perigos se amenizam e as pessoas poderão voltar a entrar e sair de suas ruas sem medo ou raiva e permanecer nas praças. Não há como exigir a pureza. Nem devemos aplicar enfeites. Muito menos forçar a paz. Por isso nos aproximamos e escutamos suas vozes.

Deixemos esse trabalho fechar na poesia de Angenor Oliveira, o Cartola, cantor das vicissitudes do morro e das alegrias da arte:

Quem foi que inventou a dor
Vivo sempre preocupado
Por ser um homem marcado
Por sofrer desde menino
Quem foi que inventou o destino?
Quem foi que inventou a dor?
Cantai crianças em minha volta
Esmaga minha revolta
Faz-me sorrir um instante
Dai-me um pouco de alegria
Desta alegria sadia
Que tem noite, noite e dia.[5]

---

[1]De acordo com os dados da pesquisa sobre os espetáculos de teatro de revista, material organizado por Maximiliano Almeida, ainda não publicado, os "quadros de favela" ou pinturas de cenários representando a arquitetura do morro estão presentes desde essa década, compondo parte de um programa regular do teatro de revista carioca.

[5] In MONTEIRO, Denilson, Divino Cartola.

ISBN 978-85-7205-133-0

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

BENTES, Ivana. *TV Morrinho: vida-linguagem.* Catálogo. Mostra TV Morrinho, Brasilian Endowment for the Arts, New York. Nova Iorque, New School University, setembro de 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Imaginários culturais na cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento.* In COELHO, Teixeira. *A cultura pela cidade*. São Paulo, Iluminuras, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A Socialização da Arte - Teoria e Prática na América* Latina. São Paulo, Editora Cultrix, 1981.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 2008.

CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais.* São Paulo, Studio Nobel Ltda., 1996.

CASTRO, Manuel Antonio. *ARTE: Corpo, Mundo*, Terra. Rio de Janeiro, Ed. 7 Letras.

FARETTO, Celso. *Inconformismo estético, inconformismo social, Hélio Oiticica*. In BRAGA, Paula. *A arte de Hélio Oiticica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FRADE, Isabela. *A pedagogia do artesanato*. In.: Textos Escolhidos de Cultura e Arte Popular. Rio de Janeiro, PPGARTES/UERJ, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. *A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001.

JAGUARIBE, Beatriz. *O visível e o invisível. In: O choque do real: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.*

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje – produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Ricardo Gomes. *Objetos: percursos e escritas culturais*. São José dos Campos, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2010.

MONTEIRO, Denilson. *Divino Cartola*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Peireirão.* Rio de Janeiro, Quarter: Faperj, 2013.

SENNETT, Richard. *O Artíficie*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela. Rio* de Janeiro, Editora FGV, 2006.

ISBN 978-85-7205-133-0

A permanência de Julio Cortázar: aproximações para uma leitura de *Rayuela*

Amanda Luzia da Silva
Mestranda e Licenciada em Letras
Português/Espanhol
DLM/USP
amanda.luzia@gmail.com

Resumo
Pretendemos neste trabalho deslindar caminhos ficcionais nebulosos, confusos e cheios de armadilhas, os quais nos permitem investigar a peculiar posição ocupada pelo leitor em *Rayuela* (1963), de Julio Cortázar. Para tanto, trazemos à baila as categorias *lector hembra* e *lector cómplice* contidas no romance e, a partir de sua conceituação, indagamo-nos quanto a uma possível contribuição delas nos debates sobre a importância do leitor na literatura. Tendo isso em vista, as teorizações de Wolfgang Iser (1976) e Umberto Eco (1962) são revisitadas a fim de abordar o problema relativo à interpretação no âmbito da Teoria Literária. Em seguida, partimos a uma sucinta explanação teórica, deixando as análises para a última parte, quando, em sintonia com Susan Sontag (1964), apresentamos uma hipótese de leitura de *Rayuela*.
Palavras-chave: *Rayuela*; Julio Cortázar; leitor; interpretação.

Resumen
Pretendemos en este trabajo deslindar caminos ficcionales nebulosos, confusos y llenos de trampas, los cuales nos permiten investigar la peculiar posición ocupada por el lector en *Rayuela* (1963), de Julio Cortázar. Para eso, traemos a la luz las categorías *lector hembra* y *lector cómplice* pertenecientes a la novela y, bajo su conceptualización, nos indagamos cuanto a su posible contribución en los debates acerca de la a importancia del lector en la literatura. Llevando eso en consideración, las teorizaciones de Wolfgang Iser (1976) y Umberto Eco (1962) son revisitadas para abordar el problema relativo a la interpretación en el ámbito de la Teoría Literaria. Enseguida, partimos a una concisa explanación teórica, dejando los análisis para la última parte cuando, en sintonía con Susan Sontag (1964), presentaremos una hipótesis de lectura de *Rayuela*.
Palabras-clave: *Rayuela*; Julio Cortázar; lector; interpretación.

"*dans ces parages*
du vague
en quoi toute réalité se dissout"

(Stéphane Mallarmé)

Lançando pedrinhas ao acaso

A primeira aproximação a *Rayuela* é desconcertante: o autor dirige-se ao leitor e, semelhante a um jogo de tabuleiro, orienta-o quanto às regras de leitura de seu livro imodesto: "*A su manera este libro es muchos libros, pero sobre todo es dos libros. El lector queda*

ISBN 978-85-7205-133-0

invitado a elegir una de las dos posibilidades" (CORTÁZAR, 2007, p.111)[1]. Desde o primeiro contato, o leitor já descobre que não se trata de um romance comum, caberá a ele decidir o destino de sua leitura. Tal escolha o colocará em diferentes lugares na narrativa, convertendo-o em *lector hembra* ou *lector cómplice*. Optando pelo primeiro livro, o leitor terá de percorrer a perturbadora história de Horacio Oliveira, para quem as ruas parisienses tornaram-se refúgio diante da desordem social. Exilado em si mesmo, Horacio frequenta, com todas as suas opiniões e obsessões, as festas e reuniões de seu círculo de amigos, o *Club de la Serpiente*.

Mesmo que, de maneira geral, o primeiro livro se insira em um "terreno familiar e ortodoxo", como expressado por Cortázar referindo-se a dois dos capítulos mais aclamado de sua obra – os de número 23 e 28 (CORTÁZAR, 2006, p.172) –, ainda assim o leitor é alocado em espaços conflituosos e em uma estrutura narrativa bastante fragmentária. A sequência numérica dos capítulos cria um mecanismo de falsa linearidade, que é denunciado por dois deslocamentos do foco narrativo: o promovido por Oliveira, narrador-personagem, e o executado por um narrador em terceira pessoa, capaz de percorrer os espaços através de múltiplos pontos de vista.

Para além das inquietações da personagem central, temos a leitura do segundo livro. Nele, o leitor apercebe-se, em um movimento frenético de leitura, de uma permutação de dois eixos dialógicos: o da escrita e o do processo de criação literária. Os caminhos narrativos ramificam-se e o romance ganha uma nova dimensão, aglutinando outros gêneros literários, enquanto o leitor é convidado, em uma visada mallarmaica, a colocar-se como cúmplice e participante do processo de destruição da literatura: "*¿Para qué sirve un escritor si no para destruir la literatura? Y nosotros, que no queremos ser lectores-hembra, ¿para qué servimos si no para ayudar en lo posible a esa destrucción*?" (p. 614). No que se refere ao caráter destrutivo de *Rayuela*, convém trazer à luz um personagem peculiar que, no segundo livro, passamos a conhecer mais profundamente. Morelli, o velho escritor, faz uma rápida aparição na primeira parte, mas é na leitura dos *capítulos prescindibles* que nos deparamos com suas reflexões sobre a criação de outro romance dentro do romance cortazariano. Nesse ponto, percebemos certa peculiaridade em torno da figura de Morelli, pois o romance que idealiza recebe características muito semelhantes às da própria *Rayuela*, criando um efeito de espelhamento entre o que é dito e o que é executado.

[1] Conforme mencionado na bibliografia, todas as referências ao romance são extraídas da edição de André Amorós (2007), da editora Cátedra e, portanto, manteremos, nas citações de *Rayuela*, apenas o número da página

ISBN 978-85-7205-133-0

Com efeito, a proposta do velho escritor consiste em escrever um antirromance, capaz extrair da linguagem os significados mais enrijecidos, retirando o leitor do lugar do automatismo em relação à literatura. Em notas esparsas, chamadas *Morellianas*, encontra-se toda a fundamentação destruidora de *Rayuela*: "Toda vez que se radicaliza a invenção, paira sobre o texto a presença do velho Morelli" (ARRIGUCCI JR., 2003, p. 26). Ora, como podemos observar, o escritor é uma mistura de James Joyce, de Stéphane Mallarmé e do próprio Cortázar:

> Provocar, asumir un texto desaliñado, desanudado, incongruente, minuciosamente antinovelístico (...). Como todas las criaturas de elección del Occidente, la novela se contenta con un orden cerrado. Resueltamente en contra, buscar también aquí la apertura y para eso cortar de raíz toda construcción sistemática de caracteres y situaciones. Método: la ironía, la autocrítica incesante, la incongruencia, la imaginación al servicio de nadie (pp. 559-560 [itálicos do autor]).

O projeto literário de Morelli, como o próprio personagem nos diz, procura romper, destruir os moldes tradicionais do gênero romance, quebrar a relação passiva que o leitor estabelece com o texto. Posta em operação, essa incessante operação de retirar o sentido coagulado das palavras, acaba produzindo uma linguagem esmagada, triturada e furtada de elementos sintáticos importantes, o que coloca o leitor em um lugar de desconforto, forçando-o a tomar uma postura mais ativa. Efetivamente, é a destruição da linguagem poética que permite a criação de uma *outra*, menos cristalizada, e que poderá ser manipulada pelo leitor.

Em face do experimento linguístico e estrutural, o leitor é convocado a produzir uma leitura criativa do romance, a identificar-se com o autor. Para além de um mero receptor, ele será o coautor do livro. Um livro que se faz inédito a cada leitura, uma vez que permite ser atualizado incessantemente. O efeito advindo dessa liberdade soergue a construção de novo conceito de literatura, o que nos direciona a uma carta que Mallarmé escreve ao amigo Eugène Lefébure:

> Ele [Montégut] trata do Poeta Moderno, do último, que, no fundo, "é um crítico antes de tudo". É exatamente o que observo sobre mim — criei minha Obra apenas por eliminação, e toda verdade adquirida só nascia da perda de uma impressão que, tendo faiscado, tinha se consumido e me permitia, graças a suas trevas descobertas, avançar mais profundamente na sensação das Trevas Absolutas. A Destruição foi minha Beatriz (MALLARMÉ apud STROPARO, 2008, p.49).

Mallarmé retoma dois pontos importantes de sua busca poética: o poeta como crítico e a destruição como musa. É sob essa ótica que podemos entender como a criação deve ser atravessada por uma visada analítica, o poeta passa a refletir sobre o seu próprio fazer artístico, o que na prática já era, efetivamente, uma forma de rompimento com a tradição

ISBN 978-85-7205-133-0

crítica que perpetuava o caráter intocável do artista, considerado o portador da aura, da inspiração e da iluminação. Ao contrário, a poesia se produz a partir de um labor, do estudo, de reflexões acerca dos modos de produção artística e do papel do poeta no processo de criação.

E, no segundo ponto, Mallarmé traz à luz o que seria sua Beatriz, uma musa muito diferente daquela que encontramos em Dante: ela não o direciona ao paraíso, mas o leva ao caminho da morte. Ela é a figuração mesma da destruição, não somente da literatura, mas a do próprio poeta, que deve colocar-se em um lugar de neutralidade em relação à linguagem: ele deverá "morrer" para que a poesia possa brotar. A neutralização do papel do poeta, seu apagamento em relação à escritura, levanta novas possibilidades na criação artística: as palavras se liberam do sentido último e calcado pelas fórmulas e sentidos canonizados, o que permite que a linguagem seja impelida contra o seu próprio limite.

A proposta de Mallarmé radicalizou nossa maneira de olhar a literatura, pois decretava que para além da abolição da métrica, a própria impressão dos versos nas páginas já era uma sugestão de que a poesia não poderia mais ser concebida de forma quadrada, "enformada". Em seu poema *UN COUP DE DÉS N'ABOLIRA JAMAIS L'HASARD* (1897), observamos como as palavras parecem "jogadas" na página em branco, uma mistura de confusão e perda de controle. Em letras garrafais, Mallarmé nos revela: "UM LANCE DE DADOS NÃO ABOLIRÁ JAMAIS O ACASO". O que o poeta francês aventava, com sua proposta destruidora, era a invenção de sua própria morte, do seu próprio apagamento (cf. STROPARO, 2013, p. 53). As palavras, no espaço em branco das páginas do livro, já não cabem mais, devem estar soltas e abertas às intermitências do acaso, já não existe razão para elucubrar "o que o poeta quis dizer" ou sentiu enquanto escrevia suas rimas. O leitor de Mallarmé, assim como o de Julio Cortázar, vê-se diante de uma proposta destruidora, mas ao mesmo tempo libertadora e seminal:

> Ora tudo parece indicar que o livro, nesta sua forma tradicional, tem os dias contados. Marllarmé, que descortinou no meio da cristalina construção da sua escrita, sem dúvida tradicionalista, a imagem autêntica do que estava por vir, integrou pela primeira vez, no *Coup de dés*, as tensões gráficas do reclame na escrita (BENJAMIN, 2002, p. 205).

A velha fórmula colapsou, adverte-nos Walter Benjamin, a destruição em Mallarmé já não nos permite manusear o livro como outrora. Da mesma forma que os leitores de Mallarmé foram obrigados a mudar o seu modo de olhar a poesia, assim também propõe *Rayuela*, quando impele para dentro de uma história desconjuntada, cheia de falhas e exageros, o seu leitor, tornando-o uma peça chave para a constituição da obra.

ISBN 978-85-7205-133-0

A estrutura é semelhante a uma máquina, composta por peças e engrenagens, o leitor assume o papel do operador, manuseando e dando movimento as palavras do livro. Nesse ponto, percebemos a maleabilidade e a força do projeto Morelliano (que também é o de Cortázar), dando a sua obra um caráter de "eterno movimento":

> Por lo que me toca, me pregunto si alguna vez conseguiré hacer sentir que el verdadero y único personaje que me interesa es el lector, en la medida en que algo de lo que escribo debería contribuir a mutarlo, a desplazarlo, a extrañarlo, a enajenarlo (p. 608).

Como podemos observar no fragmento acima, o leitor é tomado como personagem do futuro romance de Morelli, como uma peça necessária para que a máquina funcione. Neste fragmento, percebemos que a proposta de Morelli é transportar a leitura ao tempo e instante de escrita de seu antirromance. Ora, uma vez que os excertos presentes na narrativa são incorporados, a tentativa autodestruidora de Morelli passa a ser também a de *Rayuela*, seu caráter revolucionário permite um duplo movimento: de um lado a obra precisa do leitor para existir, de outro, o leitor é compelido para dentro dela. É esse movimento duplo, ser o operador e ser o operado, que queremos aproximar neste trabalho o estudo sobre o leitor e o caráter de obra em movimento de *Rayuela*.

Descentrando caminhos

Em meados dos anos sessenta e início dos setenta, não havia um jovem latino-americano entusiasta, que ousasse ignorar o fenômeno que se nutriu ao redor de *Rayuela*. A tal ponto que, em nosso tempo, ainda é possível deparar-se com escritores e intelectuais que, com nostalgia, rememoram à época de efervescência cultural dos sessenta, quando o romance tornou-se um objeto fetiche de diversos círculos de amigos:

> *Quienes éramos jóvenes en los sesenta y éramos estudiantes cuando surgieron los grandes conflictos políticos del mayo francés o del gran movimiento estudiantil mexicano que terminó en una gran masacre, adoptamos una actitud libertaria, una manera de vivir menos solemne y en mucho se lo debemos a Julio Cortázar. Él adquirió para nosotros prácticamente una dimensión bíblica. Yo estoy seguro de que sí desaparecieron todos los ejemplares de* Rayuela, *aun los del ciberespacio, entre mis amigos y yo la podríamos reconstruir* (CELORIO apud MANZONI, 2004, p.50).

Escrito em espanhol corrente e sumamente marcado por traços dialetais do *Río de la Plata*, era natural que os jovens leitores argentinos se sentissem identificados com o romance e fossem capturados pela inventividade cortazariana. Contudo, o fenômeno literário de *Rayuela* ultrapassou as fronteiras linguísticas, de modo que foi igualmente lido e devorado

ISBN 978-85-7205-133-0

por leitores de outras nacionalidades vizinhas. Foi recebido com o mesmo entusiasmo desde o México até o Chile, tornando-se uma espécie de manual *cult* de referência de toda a intelectualidade jovem daquele tempo. O êxito do livro ultrapassou também as bibliotecas e livrarias, atingindo, por interesses dos mais diversos, o meio acadêmico de onde surgiram leituras bastante antagônicas, tornando-se uma espécie de livro-ícone interpretado "*hasta la asfixia por la crítica de los `60 y `70*" (CAMPOMASSI; VÁSQUEZ, 1996, p. 316).

Publicado em 1963, com uma tiragem modesta de 3000 exemplares, o romance de Julio Cortázar superou em número de vendas, recebendo consecutivas reimpressões em anos subsequentes, considerado um episódio sem precedentes na história da literatura latino-americana (Cf. RAMA, 1982, p.267). Antes de sua aparição, era comum, entre escritores e leitores do continente, acudir às produções europeias como referência àquilo que se entendia por alto padrão literário. Apesar de receber o adjetivo anglicizado de *best-seller*, *Rayuela* abriria caminhos à entrada de outros romances de escritores do continente em um fenômeno literário e editorial complexo que ficou conhecido como *Boom do romance latino-americano*[2].

Além das reverberações que ressoaram a partir da publicação de *Rayuela* no marco da literatura latino-americana, cabe também ressaltar alguns aspectos que correspondem ao processo de produção artística no âmbito da cultura ocidental da segunda metade do século passado. Há que se levar em consideração que a proposta de Julio Cortázar corroborava, em grande parte, as correntes subversivas que marcavam o momento histórico, intelectual e artístico da década de 60. Os debates da época solevavam uma busca de continuidade em relação às rupturas promovidas pelas vanguardas artísticas do início do século XX, propondo, para além da radicalização do modelo estético, uma atitude de liberação em face de um código cultural e social conservador. Profundamente atrelada ao momento de revolução cultural dos sessenta, *Rayuela* poderia, sem risco de imprecisões, ser tomada como filha de seu tempo, "*una novela esperada"*, nos termos de Beatriz Sarlo (Cf. 1985, p. 952).

Embora tenha sido recebida com euforia por grande parte do público leitor – sobretudo, pelos jovens adeptos ao discurso libertador –, a recepção desse *romance esperado* foi marcada por resposta das mais diversas. Entre elogios rasgados e críticas exasperadas, leituras e análises das mais diversas foram feitas: feministas e o escandaloso "leitor fêmea"; existencialistas e o descontentamento com o mundo; vanguardistas e as subversões catárticas

[2] O *Boom latino-americano* foi caracterizado como um fenômeno de divulgação editorial de grandes obras de escritores latino-americanos nas décadas de 60 e 70. Além de Cortázar, temos outros escritores relacionados como Gabriel García Marquez, Carlos Fuentes, Juan Rulfo, Gabriel Cabrera-Infante e Mario Vargas Llosa.

ISBN 978-85-7205-133-0

da estrutura narrativa. Um exemplo salutar das críticas negativas recebidas por *Rayuela* encontra-se na série de artigos "*Cortázar: el socialismo de los consumidores*" (1974), de Ricardo Piglia:

> *Escritor liberal, en fin, Cortázar parece concebir el socialismo como una comunidad de consumidores libres y exclusivos. Paradójicamente la militancia de su escritura termina por convertirse en una lucha por la libertad de comercio*" (PIGLIA, 1975, p.29).

O tom severo empregado pelo escritor elucida a latente contradição interpretativa de *Rayuela*, subversiva por um lado – na qual procura romper com os modos conservadores de comportamento social –, e leniente, por outro, – adaptando-se sem grandes conflitos ao sistema reprodutivista da cultura de consumo.

No que toca à sua composição, encontramos em *Rayuela* uma mistura de textos de ficção e não-ficção, de poesia e de prosa, de narrativa e de exposição teórica. Em meio à criação de um mundo fictício, no qual conhecemos a história de Horacio, suas desventuras ontológicas, seus amores e sua loucura, surge elementos deslocados no espaço da página provinientes do mundo exterior à realidade fictícia cortazariana. Em *Rayuela*, Julio Cortázar lança mão de inúmeros recursos estílisticos, recorre a citações de grandes poetas, músicos e artistas plásticos. O caráter quantitivo, e até verborrágico do texto, torna-se um apelo ao consumo de cultura e, ao mesmo tempo, a uma busca incessante por uma atitude *menos solene* em face das imposições normativas das instituições burguesas.

Vemos, portanto, uma ambiguidade latente, o livro torna-se igualmente uma exaltação ao consumo de cultura – como executado também pelos artistas do *Pop art* – e um manifesto contra a prática cotidiana mediada pelo funcionalismo liberal. Os personagens são consumidores insaciáveis de música, pintura e literatura, mas ao mesmo tempo são "vagos", em todos os sentidos que a expressão recupera: vagueiam sem direção alguma, amam o ócio e o tempo que se pode perde com ele.

Por uma arte *não-interpretável*

A partir da segunda metade do século XX, com o recrudescimento na arte de novas estéticas de ruptura – nas artes plásticas tivemos o *Pop art*, no cinema a *nouvelle vague*, na literatura o *nouveau roman* –, a teoria fez sentir a necessidade de se propor novas abordagens para a leitura das obras que eram produzidas por esses movimentos, os quais ganhavam projeção no mundo ocidental. A velha máxima de procurar o sentido oculto e uma significação que englobasse e permitisse encontrar a verdade última por trás da obra, tornou-

ISBN 978-85-7205-133-0

se risível face ao caráter constitutivamente ambíguo de obras de artistas como Andy Warhol (cf. SONTAG apud ISER, 1996, p. 34-37). As novas teorias abriam um debate revolucionário contra o dogmatismo interpretativo e a hermenêutica tradicional, que se alicerçavam no conceito de verdade indubitável, aquela que encontra estabilidade apenas no descortinar das intenções primeiras do autor.

Umberto Eco foi um dos primeiros a questionar a caracterização do objeto artístico como unívoco, aquele que resguarda uma verdade absoluta. Em seu livro *A obra aberta* (1962), Eco defende que toda obra de arte é, em maior ou menor medida e como o próprio título nos sugere, aberta. Caberia, portanto, ao intérprete (termo utilizado pelo semiótico italiano) preencher os espaços vazios deixados pelo autor. A obra seria, então, uma máquina posta em movimento pelo receptor que teria autonomia e liberdade criadora:

> Este [o autor], numa poética da *obra em movimento*, pode perfeitamente produzir em vista de um convite à liberdade, interpretativa, à feliz indeterminação dos resultados, à descontínua imprevisibilidade das escolhas subtraídas à necessidade, mas esta *possibilidade* para a qual se *abre* a obra é tal no âmbito de um campo de relações. Como no universo einsteiniano, na *obra em movimento* o negar que haja uma única experiência privilegiada não implica o caos das relações, mas a regra que permite a organização das relações. A *obra em movimento*, em suma, é a possibilidade de uma multiplicidade de intervenções pessoais, mas não é o convite amorfo a interpretação indiscriminada: é o convite não necessário nem unívoco à intervenção orientada, a nos inserirmos livremente num mundo que, contudo, é sempre aquele desejado pelo autor (ECO, 1969, pp. 61-62, [itálicos do autor]).

A obra aberta é um convite do autor ao fazer construtivo, o intérprete deverá participar do processo, de modo que a obra só poderá ser assim nomeada no momento de interação com o receptor. Contudo, é importante enfatizar que apesar do convite a uma liberdade interpretativa, isso não significa, forçosamente, que o intérprete possa dar a significação que ele bem entender. Ao contrário, a obra oferece uma estrutura, que embora seja aberta é constituída também por regras pré-estabelecidas. O intérprete deverá manejar com sensibilidade o que lhe foi oferecido, estando, com efeito, conectado ao universo oferecido pelo autor.

Nesse sentido, podemos entender como as conceituações de Umberto Eco vêm ao encontro do debate sobre o papel do intérprete na arte que, no caso da literatura, voltaremos a nomeá-lo de leitor. Em seu livro, *O demônio da teoria: Literatura e senso comum* (1998), Antoine Compagnon discorre sobre os temas mais controversos da teoria literária e que ganharam relevância nas décadas de 70 e 80, tais como: o autor, o mundo, o estilo, o história, o valor e o leitor. Os debates em que foram inseridos tais tópicos de análise criaram diversos

ISBN 978-85-7205-133-0

impasses dado o seu caráter inapreensível, a complexidade e o estupor em que foram envolvidos durante o seu processo de extrema teorização: Segundo Compagnon, o estudo sobre o leitor foi configurado basicamente por dois extremos: (1) o *New Cristicism* americano que se orientava pelo rompimento com a tradição dogmática – que buscava encontrar a significação do objeto literário através do fenômeno histórico –, e propunham o estudo dos elementos formais e estruturais do texto – excluindo, contudo, o receptor de suas análises; (2) e as inúmeras abordagem de sobrevalorização da leitura, que encontram seus maiores representantes na Estética da Recepção e Teoria do Efeito Estético. As análises desses teóricos eram essenciais para entender o papel do leitor nos estudos literários, através dos quais era possível problematizar o seu lugar na literatura: de excluído dos focos de interesse dos teóricos em face da preocupação por revelar o sentido oculto deixado pelo autor até o leitor como concentrador de todas as atenções, especificamente, no caso dos estudiosos da Estética da Recepção que "o colocam em primeiro plano na literatura, [e] identificam a literatura à sua leitura" (COMPAGNON, 2012, p. 137). Como nos relata Compagnon:

> O destino que teve o leitor na teoria literária é exemplar. Ignorado pela filologia durante muito tempo, depois pelo *new criticism*, formalismo e estruturalismo, mantido a distância com empecilho (...). Depois que a atenção ao texto permitiu contestar a autonomia do texto. (...) Numerosos trabalhos, inspirados na fenomenologia ou na estética da recepção, que levaram em consideração a leitura e outros elementos literários, comprovam esse fato. Mas, uma vez ocupado esse lugar, foi como se os adeptos do leitor quisessem, por sua vez, excluir todos os seus concorrentes (COMPAGNON, 2012, p. 161 [itálicos do autor]).

No excerto acima, Compagnon incursiona o movimento duplo de total exclusão do leitor e, o oposto, ele como principal objeto de estudos dos críticos. Embora estejamos lançando mão de teorias aparentemente divergentes, em ambas encontramos componentes que nos permitem agregar à discussão que propomos aqui. Ao valorizar o estudo das estruturas textuais e suas interações, o *New Criticism* fomentou uma ruptura com o modelo da hermenêutica clássica – que recupera a figura do exegeta, intérprete que encontrará a explicação unificadora do texto a partir da descoberta da intenção do autor – e, por consequência, permitiu que a Teoria do Efeito Estético pudesse defender a proposta de autonomia da leitura, soerguendo o leitor como consolidador da obra.

Wolfand Iser, em seu livro *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético* (1976), defende o seu posicionamento de que o *texto* somente poderá receber o estatuto de *obra* em mão do leitor do leitor, o que, de certa maneira, corrobora as afirmações de Umberto Eco, a respeito do conceito de obra aberta:

> Desse modo, é só na leitura que a obra enquanto processo adquire seu caráter próprio. Por isso, a seguir nos referiremos a 'obra' apenas quando esse processo de constituição se realiza na constituição

ISBN 978-85-7205-133-0

exigida do leitor e estimulada pelo texto. A obra é o ser constituído do texto na consciência do leitor (ISER, 1996, p.51).

Na proposta de Iser, a obra não pode ser anterior à leitura, ela passa a existir junto com o leitor, em sua "consciência receptora". Isso posto, o teórico alemão entende que a obra possui uma existência virtual, isto é, não pertence à composição material do texto – do livro na prateleira – e nem a um contexto histórico específico, mas à consciência do leitor no momento dado em que a leitura acontece. É a partir desse caráter virtual da obra, que será possível entender o mecanismo de interação entre leitor e texto. Assim, a leitura é vista como uma situação comunicativa, nela, o texto oferece a estrutura ou "uma partitura" e ao leitor fica a incumbência de consolidar a obra como tal, preencher as lacunas e espaços em brancos constitutivos do texto. Nessa perspectiva, que podemos traçar as relações entre Iser e Eco, pois, para ambos, a obra tem um caráter de movimento, uma espécie de rede de conexões aberta, na qual o leitor terá a possibilidade inserir elementos, construir sínteses e operar com o que lhe foi oferecido.

Talvez seja o momento propício para voltar a *Rayuela* e verificar como o romance também pode ser considerado uma obra aberta, uma vez que oferece uma estrutura flexível e ilimitada, convidando o leitor a integrar-se à obra assumindo um papel criativo dentro dela.

Quando o leitor abre o livro e confronta-se com o *tablero de direcciones*, uma voz ecoa parecendo imputar-lhe uma tarefa: *é preciso escolher!* Seus olhos hesitantes encontram na página uma estranha organização numérica, sendo que a sequência dos últimos capítulos se repete de forma infinita: *131-58-131*... O tabuleiro antecipa: o livro não está aqui para oferecer ao leitor um final conclusivo, uma verdade indubitável, esse jogo permanecerá aberto. Assumindo o papel de jogador – um jogador ingênuo, pois a narrativa cortazariana o submeterá ao fracasso –, nosso leitor descobre a existência de Morelli e de seu livro ambicioso. O estranho projeto do velho escritor espelha o de Cortázar e, como tal, também permanecerá inconcluso:

Proyecta uno de los muchos finales de su libro inconcluso, y deja una maqueta. La página contiene una sola frase: «En el fondo sabía que no se puede ir más allá porque no lo hay». La frase se repite a lo largo de toda la página, dando la impresión de un muro, de un impedimento. No hay puntos ni comas ni márgenes. De hecho un muro de palabras ilustrando el sentido de la frase, el choque contra una barrera detrás de la cual no hay nada. Pero hacia abajo y a la derecha, en una de las frases falta la palabra lo. Un ojo sensible descubre el hueco entre los ladrillos, la luz que pasa (p. 531).

Neste fragmento podemos inferir projeções acerca desse livro inconcluso de Morelli (e o de Cortázar?), que termina por aprisionar o leitor na impossibilidade de sobrepujar a barreira criada pelo próprio livro: uma página final repete compulsivamente a mesma frase e constrói

ISBN 978-85-7205-133-0

um muro de palavras para além do qual não é possível perpassar. O leitor passa a se ver preso em um labirinto de onde não há uma saída aparente.

Com efeito, o desconforto é *ainda maior* àqueles de olhos sensíveis que conseguem distinguir uma pequena lacuna em meio à proliferação de palavras: *"En el fondo sabía que no se puede ir más allá porque no ... hay,* a ausência do pronome *lo* do espanhol implica a perda do referencial: o que é que não existe? A supressão da pequena partícula resulta em uma falha no texto, uma fresta por onde passa luz. O que poderia ser essa luz senão um eco que revela a existência de uma outra realidade por trás do muro? Mas a qual realidade, visto que perdemos lastro representativo? Cabe, pois, ao leitor inferir novos referentes: espaços, tempos, personagem fictícias e reais, correlacionar as citações jogadas a esmo no texto, encontrar sentidos, inventar outros.

Quando já não é possível interpretar

Diante de interpretações tão antagônicas e, ao mesmo tempo, tão ambíguas provenientes da estrutura constitutivamente aberta do texto cortazariano, talvez seja tempo de procurar novas maneiras de voltar a *Rayuela*. Neste último tópico, buscamos uma aproximação com o *pop art*, sobretudo, a partir da figura de Andy Warhol, artista em cuja obra se encontra uma ambiguidade estrutural que se tonar a chave para entender a mensagem que oferece. Trazemos à baila, portanto, as reflexões de Susan Sontag, em seu ensaio "*Against the interpretation*" (1964), no qual a escritora procura esboçar um breve histórico sobre a evolução do conceito de interpretação artística desde os clássicos até o *Pop art*.

Partindo do conceito aristotélico de *mimesis*, sobre o qual teria repousado, ao longo dos anos, a maioria das ideias de artistas e críticos em relação à arte, a escritora atribui o problema da interpretação à busca por responder a velha máxima dos manuais de literatura e de arte: "*o que a obra está tentando nos dizer*?". Tal inquietação ganha força durante o período de consolidação da classe burguesa, no final de século XVIII, quando a interpretação passa, em grande parte, a resumir a arte ao seu conteúdo. Nesse sentido, a constante tentativa por encontrar na realidade aquilo que a arte estaria representando, levar-nos-ia (supostamente) a refletir, a partir de sua mensagem, o mundo que nos contorna. Essa operação de entender e questionar a realidade através da fruição artística, e da interpretação que dela se faz, resignificou o papel da arte dentro da instituição burguesa. O maior problema dessa atitude, segundo Sontag, é o de perder algo essencial na interação com o receptor, isto é, a experiência. Pois bem, o fato de que, ao interpretar a obra, o sentido oculto seria desvendado,

ISBN 978-85-7205-133-0

levou-nos a caminhos tortuosos, nesse sentido, Sontag recorda-nos as diferentes facetas da crítica em torno da obra de Franz Kafka. Do estudo das alegorias sociais, passando pela revelação profética e religiosa, até a extrema psicopatologização do escritor, a crítica teria escrito grandes impropérios em nome da revelação da verdadeira interpretação kafkiana:

> Today is such a time, when the project of interpretation is largely reactionary, stifling. Like the fumes of the automobile and heavy industry which befoul the urban atmosphere, the effusion of interpretation of art today poisons our sensibilities. In a culture whose nof energy and sensual capability, interpretation is the revenge of the intellect upon art (SONTAG, 2009, p.7).

Ao compreender que o modo pelo qual a interpretação foi ganhando forma ao longo dos anos, até o início do século XX quando a obra passa a ser completamente silenciada pelo discurso *revelador*, coloca o ato interpretativo em oposição direta ao fazer artístico. Autor e receptor são colocados em lados contrários e distanciados. A constatação da agressividade e autoritarismo da nova crítica – sobretudo as que se autodenominavam freudiana e marxista, que atuavam, justamente, à revelia do que o próprio Marx e Freud teriam ensinado – leva Sontag ao *Pop art*.

Para ela, o movimento artístico oferece uma obra cuja ambiguidade constitutiva devolve ao receptor um impasse interpretativo: não é possível distinguir até que ponto trata-se de uma crítica ou uma apologia à indústria de consumo. Andy Warhol torna-se, nesse contexto, uma figura ímpar: a criação de uma *persona* (quase irracionalmente) confortável com a fama, a qual não parecia com nada o modelo do artista do passado:"¡Un artista! (...) ¿Qué quieres decir con un artista? ¡Un artista también puede cortar un salami! ¿Por qué pensáis que los artistas son algo especial? No es más que un trabajo como otro cualquiera" (WARHOL, 2002, p.193).

O *Pop art*, ao levar até o limite a dubiedade de sua proposta, joga com o receptor ao oferecer o conteúdo tão óbvio, tão escancarado, tão evidente que o intérprete é levado a acreditar de que há uma verdade a ser desvendada: afinal, o que estaria guardado (qual seria o segredo) da reprodução em série das latas de sopa Campbell (1962)? Repulsa ou elogio à compra de produtos industrializados? A resposta de Sontag é de que não há nada, o conteúdo já está dado, é este que se encontra na superfície da obra. As latas de sopa não guardam segredo, são apenas latas de sopa. Inseridos, portanto, no campo das ambiguidades e dos impasses sem aparente resolução, poderemos voltar nosso olhar ao capítulo 99 de *Rayuela*.

Estamos, portanto, no apartamento de Morelli, os membros do *club de la serpiente* põem-se a revirar as folhas soltas daquele que seria o novo livro do velho escritor. Inquietas diante dos fragmentos do novo livro, as personagens abrem uma espécie de "rebelião" contra o suposto "narrador" em terceira pessoa, de *Rayuela*, que é silenciado por sua própria criação. Nesse

ISBN 978-85-7205-133-0

capítulo, o espaço constrói-se de maneira secundária, de modo que a conversação entre as personagens torna-se o objeto central da atenção do leitor.

Embora seja possível afirmar que os pontos de vistas apresentados pelos personagens giram em torno da relação descontínua entre linguagem e realidade – tema que, como se sabe, é elementar para entender a escrita cortazariana –, nota-se um movimento que aponta constantemente a uma impossibilidade de convergir às interpretações que eles oferecem do texto. A Etienne o objetivo de Morelli era bastante modesto e de modo algum subversivo, tratar-se-ia apenas uma tentativa de romper os hábitos cristalizados do leitor; a Oliveira, ao contrário, a proposta do escritor teria um caráter metafísico, pois, ao desvencilhar-se da crença de que a linguagem possa representar a realidade, o leitor teria a possibilidade de encontra-se com um mais além, que, sim, existe, mas que nos permaneceria incógnito dada a confiança cega que depositamos nessa incompleta e imperfeita realidade cuja fronteira, na visão do protagonista, é constituída por significantes. Diante das elucubrações do amigo, Etienne ironiza:

> - Llamele de hipótesis de trabajo, cualquier cosa así. Lo que Morelli busca es quebrar los hábitos mentales del lector. Como ves, algo muy modesto, nada comparable al cruce de Alpes por Aníbal. Hasta ahora, por lo menos, no hay gran cosa de Metafísica en Morelli, salvo que vos, *Horacio Curiacio, sos capaz de encontrar metafísica en una lata de tomates*. Morelli es un artista que tiene una idea especial del arte, consistente más que nada en echar abajo las formas usuales, cosa corriente en todo buen. (pp. 615-616, itálicos nossos)

Controverso como *Rayuela*, como podemos observar nas discussões intermináveis do *club*, há pelo menos duas formas muito diferentes de interpretar a obra de Morelli: uma proposta por Etienne e a outra por Horacio. No diálogo, Etienne sugere que Horacio exagera ao procurar uma metafísica nas experimentações do velho escritor, uma vez que tais recursos não escondiam sentido oculto, mas apenas uma proposta de interação menos mecanizada entre leitor e texto.

Tateando sobre os efeitos de leitura do romance, levantamos um questionamento estruturante: se os leitores-personagens parecem hesitar quanto à impossibilidade de desvendar a intenção de Morelli, poderíamos igualmente questionar uma interpretação que apresente uma síntese esclarecedora de *Rayuela*? A resposta à questão leva-nos ao encontro do discurso autocrítico que povoa o texto com ironia e humor mordazes: a afirmação, nesse sentido, vem sempre conjugada à negação daquilo que afirma, cavando sobre o discurso narrativo uma dúvida constitutiva. Diante dos argumentos de Etienne e Horacio, o leitor de *Rayuela* acaba por não ter precisão sobre qual dos dois teria razão. Afinal, todas as citações, fragmentos inconclusos, nomes, referências, toda a miscelânea em *Rayuela* teria, por fim, algum sentido? Trata-se de

ISBN 978-85-7205-133-0

uma brincadeira arquitetada por Cortázar, e como Horacio, estaríamos tentamos desenvolver teses filosóficas por trás latinhas de tomate? Ou, ao contrário, a composição de *Rayuela* é a precisa busca por uma nova relação com a palavra e, desde esse princípio, poderemos encontrar a verdadeira realidade escondida por trás do muro que a linguagem nos aprisiona? A resposta a todas essas questões é (des)estruturante: *impossível saber*.

Tomada a consciência de que, na verdade, nunca teremos certeza alguma é que poderemos voltar e voltar novamente a *Rayuela*. É no terreno da imprecisão que somos reconduzidos: o texto tal como nos é dado não guarda a resposta correta, sintetizadora. Ao contrário, desestabiliza: "Poderia citar vários momentos em que os personagens desconfiam de si mesmos na medida em que se sentem como desenhadas por seu pensamento e discurso, e temem que o desenho seja enganoso" (p. 611). Será a partir do mesmo eixo articulador que veremos surgir um segmento de imagens espelhadas: os personagens do livro de Morelli desconfiam que seus contornos sejam enganosos; em *Rayuela*, os personagens-leitores hesitam quanto ao discurso caviloso de Morelli; e, nós, em nossa cena de leitura, questionamo-nos se o discurso cortazariano nos está dizendo o que realmente aparenta dizer. Do mesmo modo que os personagens parecem constatar que não há uma resposta satisfatória sobre as intenções daqueles fragmentos, o leitor de *Rayuela* terá que conviver com a ideia de um livro que se arma e se desarma em suas mãos, sem a pretensão, afinal, de encontrar uma verdade interpretativa.

Referências bibliográficas

ARRIGUCCI JR, Davi**. O escorpião encalacrado: uma poética da destruição em Julio Cortázar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BENJAMIN. Walter. **Rua de mão única. Infância berlinense: 1900.** Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BÜRGUER, Peter. **Teoria da Vanguarda**. Trad. João Pedro Antunes. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COMPAGNON. Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum.** Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CORTÁZAR, Julio**. Rayuela**. Edición de Andrés Amorós. Madrid: Editora Cátedra, 2007.

_____. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

ISBN 978-85-7205-133-0

ECO. Umberto. **A obra aberta: Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva: 1976.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético.** São Paulo: Ed. 34, 1996-1999. 2 v.

PIGLIA. Ricardo. "CORTÁZAR: El socialismo de los Consumidores: nota final". In: **Jornal Últimas Notícias**. Caracas, 24 de agosto de 1974. p.29

RAMA, Ángel. "El Boom em Perspectiva". In: La crítica de la cultura en America Latina. Biblioteca Ayacucho, S/D. p. 266 - 306.

SARLO, Beatriz. "Releer Rayuela desde el Cuaderno de Bitácora". In: **Revista Iberoamericana,** Pittsburg, no 132-133, julio-diciembre, 1985.

SONTAG, Susan. "Against the interpretation". In**: Against the interpretation and others essays**. London: Penguin Books, 2009, pp. 3-14.

WARHOL, Andy. **Mi filosofía de A a B y de B a A**. Trad. Marcelo Covián. Barcelona: Tusquets Editora, 2002.

ISBN 978-85-7205-133-0

Visões e representações da marginalidade no território: de Lima à metrópole latino-americana (1950-1970)

Ana Claudia Veiga de Castro

Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

anacvcastro@gmail.com

Nilce Aravecchia Botas

Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

nilce_aravecchia@hotmail.com

Resumo

Trata-se de discutir, numa perspectiva histórica, a construção da ideia de marginalidade urbana, na sua relação com uma identidade latino-americana que surge desde o II pós-Guerra. Tomando Lima como um caso paradigmático da urbanização latino-americana a partir do surgimento das *barriadas limeñas*, pretende-se formular um olhar compreensivo para um processo maior que acabou por definir uma identidade das cidades do continente entre as décadas de 1950 e 1970. Aproximando a literatura do peruano Julio Ramon Ribeyro (1929-1994) da experiência do concurso para um bairro de habitação social em Lima (PREVI-Lima, 1957-1965), com especial atenção à ação do arquiteto inglês John Turner (1927-), pretende-se divisar os elementos comuns nos distintos âmbitos culturais que constroem simbólica e materialmente a cidade.

Palavras-chave: território; identidade; urbanização; favela; cultura urbana

Resumen

Desde una perspectiva histórica, buscase discutir la construcción de la idea de “marginalidad urbana”, en su relación con una identidad latinoamericana en la post-II guerra. Tomando Lima como un caso ejemplar de urbanización en América Latina, por la aparición de las barriadas Limeñas, tenemos la intención de formular una visión integral de un proceso más amplio que

ISBN 978-85-7205-133-0

con el tiempo empieza a definir una identidad para las ciudades del continente, sobretodo entre los años 1950 y 1970. Al acercarse de la literatura del peruano Julio Ramón Ribeyro (1929-1994), de la experiencia de un barrio de viviendas sociales en Lima (Previ-Lima, 1957-1965), con especial atención a la acción del arquitecto Inglés John Turner (1927-), pretendiese divisar los elementos comunes en los diferentes entornos culturales que construyen simbólica y materialmente la ciudad.

Palabras-clave: territorio; identidad; urbanización; barriadas; cultura urbana

Visões e representações da marginalidade no território: de Lima à metrópole latino-americana (1950-1970)[1]

E de repente aqueles homens podiam ser montão,
montoeira, aos milhares mis e centos milhentos,
vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam
os caminhos todos, tomavam contas das cidades.
Guimarães Rosa, *Grande Sertão Veredas*

Seja marginal, seja herói
Hélio Oiticica

Em busca de um conceito – a marginalidade e a literatura sociológica na América Latina

Em 1966, o sociólogo peruano Aníbal Quijano publica o texto "Notas sobre o conceito de marginalidade social", escrito para uma "discussão interna" da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), órgão ao qual o autor estava vinculado. Tratava-se de uma espécie de levantamento não sistemático sobre o termo "marginalidade" na teoria sociológica, diante do fato de que tal palavra vinha ganhando nos últimos anos uma "popularidade extraordinária, particularmente na América Latina". Mas como não parecia haver muita clareza conceitual sobre os significados que o termo carregava, Quijano se propunha a elencar trabalhos e formas de uso do mesmo, a fim de produzir subsídios para uma reelaboração mais precisa do conceito. O sociólogo reconhecia ao menos duas matrizes às quais o termo parecia se ancorar. Uma, ligada à "teoria da personalidade marginal", desenvolvida pela sociologia de Chicago – inicialmente na obra de Robert Park – que reconhecia a marginalidade como uma

[1] Nota prévia: esse artigo é um primeiro esforço de reflexão que pretende unir as pesquisas desenvolvidas pelas autoras "Habitação e planejamento na América Latina: o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento - CINVA", de Nilce Aravecchia Botas e "As cidades e as ideias: A América Latina como problema para a história da cidade e do urbanismo entre práticas e discursos (1930-1960)", de Ana Castro), ambas no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP), de modo a propiciar um intercâmbio de bibliografias e discussões. Por isso, longe de ser algo conclusivo, trata-se de uma primeira visão sobre a cidade latino-americana entre as décadas de 1930-1970 a partir da questão da marginalidade, tomando Lima como um "canteiro" de ideias.

ISBN 978-85-7205-133-0

marca da personalidade. Como fenômeno psicológico e individual, a marginalidade nesse caso consistia no "conjunto de tensões e conflitos entre os elementos que, provenientes de culturas antagônicas, estão incorporados à personalidade de um indivíduo numa situação de mudança e de conflitos culturais". Tal percepção levara, segundo Quijano, à elaboração de uma "teoria do homem marginal": um indivíduo, que pertencendo a uma zona cultural marginal, "desenvolve um tipo de personalidade que inclui elementos culturais conflitivos e se sente afetado por essa dificuldade de se integrar de maneira coerente em termos de participação cultural" (QUIJANO, 1978).

A outra matriz, à qual o próprio Aníbal Quijano se ligava, correspondia a uma "teoria da situação social marginal". Desenvolvendo-se separadamente da matriz anterior, inscrevia-se numa problemática distinta, vinculando o conceito preferencialmente aos grupos sociais e não aos indivíduos. O uso do termo com essa acepção, a essa altura, parecia já ter se generalizado na literatura sobre os problemas do subdesenvolvimento – de maneira eminentemente empírica, insistia o sociólogo – e portanto uma maior precisão conceitual, ainda que tardia, se fazia necessária. Reconhecendo que a palavra havia se introduzido no vocabulário da sociologia, mas também dos governos e dos políticos, em geral a partir dos problemas da urbanização após a segunda Guerra, como consequência do surgimento de núcleos de população recém imigrada nas periferias das cidades da maior parte das aglomerações latino-americanas, Quijano insistia que a preocupação maior que se notava não parecia ser com a situação precária em si, mas antes com o que tais populações poderiam ser capazes de fazer, dado seu relativo gigantismo se comparado aos núcleos originais:

> Naquele momento não era tanto, talvez, o espetáculo da miséria concentrada nos novos povoamentos o que constituía o problema, mas o que parecia estar disposta a fazer a população que neles habitava (QUIJANO, 1978, p. 18).

O sociólogo mostra assim como a questão da habitação toma a frente nas preocupações, talvez por ser o elemento mais visível do problema, convertendo, em diversos países latino-americanos daí em diante, o "problema da moradia no problema nacional por excelência" (QUIJANO, 1978, p. 19). Mas ao notar que o problema da precariedade da habitação não era exclusivo das áreas fisicamente marginais, podendo ser encontrado no centro das cidades – sabe-se como os cortiços/ *vencindades*/ *conventillos* são uma realidade muito presente em

ISBN 978-85-7205-133-0

todas as capitais latino-americanas desde o início do século 20 –, tornava-se inevitável admitir que a questão não era apenas de moradia, mas sim de um conjunto de precariedades urbanas e urbanísticas históricas. Desse modo, diz Quijano, "a primitiva conotação física da marginalidade tornou-se um conceito cada vez menos claramente delimitado" (1978, p. 19), agregando por extensão, a partir disso, os próprios habitantes, fazendo com que essa população – moradora da periferia ou do centro – fosse ela mesma entendida como marginal. Quijano elenca sete abordagens principais da literatura sociológica, reconhecendo pequenas variações entre elas, para buscar fornecer elementos que levassem a construção de uma maior precisão conceitual. Vale notar aqui que o sociólogo peruano contribui para consagrar a versão hegemônica do termo "marginalidade" na América Latina, ao publicar em 1973 o artigo "La Formación de un Universo Marginal en las Ciudades de América Latina" no livro *Imperialismo y América Latina*, organizado por Manuel Castells.

O conceito expresso nessa ocasião fundava-se sobretudo em categorias econômicas de uma vertente estruturalista do marxismo, notando a não correspondência da urbanização latino-americana à base produtiva. Isso indicava como a industrialização "dependente" não conseguia absorver a massa de migrantes e revelava o descompasso evidente entre a urbanização e a proletarização, cujo efeito seria a produção de grupos "marginais" que, sem trabalho fixo nas cidades, teriam de se valer de expedientes e subterfúgios para a sua manutenção. Ou seja, transformando-se em trabalhadores informais, ou marginais ao sistema, e "inchando" o setor de serviços. No entanto, como esse grupo não era residual numericamente, ele se transformava em um novo polo da estrutura urbana capitalista, ocupando os espaços também "marginais" da estrutura urbana: favelas, *barriadas*, *callampas*, *villas misérias*, *ranchos*, favelas, mas também cortiços, *convetillos* e *vencidades*, de onde emergiriam práticas organizativas – de associações de bairros a movimentos urbanos de luta por terra e moradia, passando pelas demandas por infraestrutura – que em seguida passariam a ser valorizadas por uma certa esquerda desses países justamente pela potencial "autonomia" que tais organizações guardavam frente ao predomínio da "cultura burguesa dominante". O autor defendia que esse fenômeno revelava a não capacidade desses países em integrar a sua população dentro de um "projeto de país" que pudesse expandir o assalariamento para incorporar o conjunto da população no desenvolvimento capitalista, como se esperara durante o período desenvolvimentista, levando a um certo descrédito à ação do Estado (QUIJANO, 1973). Isso mostra como era um momento delicado para a crítica urbana, que se movia no fio da navalha entre a aposta da urbanização como modernização e incorporação, e o desejo de

ISBN 978-85-7205-133-0

ver naqueles grupos marginais uma força revolucionária que pudesse romper o sistema capitalista burguês[2]. O desdobramento dessa discussão levaria ao predomínio da crítica de viés anti-urbano que, a partir do trabalho de importantes intelectuais, teria grande repercussão[3].

Os que não participam do lado eufórico da vida social – *barriadas limeñas* e a literatura de Júlio Ramon Ribeyro

Como em outras cidades capitais latino-americanas – talvez até de modo mais exacerbado – Lima vive desde a década de 1940 um intenso crescimento urbano que provoca a urbanização de áreas importantes em volta do núcleo histórico. A partir do êxodo de camponeses e serranos que chegavam à cidade, Lima cresceria de maneira monstruosa, ocupando-se cada vez mais as encostas dos morros ao redor da cidade. Essa forma de ocupação recebeu o nome de *barriadas*, bairros enormes de construções mais ou menos precárias, informais, autoconstruídas – que era a maneira possível para que esse contingente populacional passasse a viver na cidade –, pouco distinto das demais ocupações precárias que surgiam em outros países da América Latina nesse mesmo momento[4].

---

[2] Críticas e desdobramentos da marginalidade como forma de explicação do fenômeno urbano latino-americano foram muitas. No próprio livro de Castells, Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer discutem o tema, com conclusões que são visíveis nas intenções do volume *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, publicado em 1975. Outra autora que tematiza a questão é a norte-americana Janice Perlman, em *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro* (1977), a partir de uma pesquisa no início dos anos 1960 na favela da Catacumba, no Rio, e sua posterior remoção para Cidade de Deus e Vila Kennedy, extrema zona oeste, em 1968.

[3] Adrián Gorelik mostra como no âmbito da CEPAL a comparação entre as experiências chilena e cubana, com a interrupção da primeira num Estado capitalista e com o desenvolvimento da segunda numa perspectiva socialista, revelava os limites do Estado capitalista para a solução dos problemas urbanos: "Esse diagnóstico teve, desse momento em diante, um peso fundamental na própria definição do papel do planejador, que passou a ser, em foros internacionais, propagandista de uma planificação impossível, ou crítico das estruturas e do reformismo, que pretendeu alterá-los por meio do saber técnico; congelou também na América Latina, durante mais de uma década, um debate teórico sobre o planejamento urbano e regional que nesse mesmo momento estava começando com força na Europa. A terceira consequência relacionava-se à consolidação da ideia de que a revolução viria do campo. A perda de confiança no desenvolvimento significou, desde finais dos anos de 1960, uma perda crescente de confiança no Estado capitalista para promover a mudança, e na cidade como seu principal agente, e o contraste entre as experiências chilena e cubana parecia oferecer razões abundantes para esse ponto de vista: a ambiguidade do primeiro grupo de especialistas diante da grande cidade se definiu claramente em direção a uma constante anti-urbana no pensamento social. Essa visão crítica da cidade não estava dirigida somente à concentração econômica e às disparidades regionais, mas ao próprio papel da cidade como agente social de reprodução do sistema capitalista e de suas classes médias como fator contrarrevolucionário" (GORELIK, 2005).

[4] Para um panorama da urbanização latino-americana nos anos 1940, a partir de um contemporâneo, cf. VIOLICH, 1944. Trata-se de extenso levantamento de mais de 20 cidades do subcontinente.

ISBN 978-85-7205-133-0

Não parece estranho, desse modo, perceber que surge em toda a América Latina uma literatura que vai tangenciar essa forma de urbanização, distinta da dos países centrais e prenhe de consequências – e mais que isso, que reconhece e elege nesses grupos marginais que urbanizavam as cidades os seus protagonistas. A literatura de ficção, nos anos 1940, parece indicar na sua própria matéria literária o descompasso entre a modernização, a urbanização e a industrialização, tomando esses novos habitantes como personagens chave para construir o lugar da América Latina no mundo. Desse modo, as questões ligadas à vida urbana em plena transformação demográfica e econômica – contrastes sociais, culturais, delinquência juvenil, violência, desemprego e subemprego – isso tudo passaria a ser tema para essa literatura que, ao se ancorar nas transformações urbanas, dava conta de falar de um lugar específico, de um *ethos* particular, e de uma sociedade determinada. Por isso, se ainda era possível observar àqueles anos a continuidade do tradicional romance da terra, ligado às questões indígenas e rurais[5], tornava-se cada vez mais visível a emergência das soluções literárias encravadas no conflito urbano, dando aos personagens citadinos o protagonismo, como já mostrou Angel Rama (2001, p. 150).

Esse, segundo o crítico uruguaio, teria sido o primeiro período de auge da narrativa latino-americana, que deixando o ensaísmo e a poesia de lado como formas típicas, vive o aumento do número de romances, contos e narrativas breves em uma multiplicação das temáticas de corte urbano. Ao reconhecer essa "bifurcação de correntes" na literatura do subcontinente, Rama mostra como a problemática urbana em plena constituição seria imediatamente incorporada por uma geração de escritores ativa nesse decênio (RAMA, 2001, p. 150). [6]. Julio Ramón Ribeyro, escritor peruano da chamada geração de 1950, se insere nesse contexto de maneira exemplar. Formando junto a Luiz Loayza, Enrique Congrais, Caros Zavaleta e Vargas Vicuña uma roda de amigos que partilhava das mesmas leituras e da vontade de mudar as formas de narração, eles buscavam superar o indigenismo e o ruralismo das décadas anteriores, ainda que devotando uma admiração pelos antigos mestres, como por exemplo José Maria Arguedas, ou seja, reconhecendo-se parte de uma tradição. Informadas entretanto pela literatura de vanguarda dos países centrais – Joyce, Proust, Faulkner – e também pelo cinema do neo-realismo italiano – De Sica, Rossellini, Visconti – as narrativas de Ramón Ribeyro tocam de maneira profunda os problemas de sua

[5] Característico não apenas do Brasil (os romances regionais da geração de 1930, com os quais certamente temos mais familiaridade), mas da América Latina em geral, como mostra o autor.
[6] Rama, neste artigo aqui citado (2001), apresenta um breve levantamento de autores por toda a América Latina que passam a encarar as cidades e mais que isso, tomam seus habitantes como foco em suas literaturas.

ISBN 978-85-7205-133-0

época, a cidade de Lima, cidades peruanas imaginadas (HOSSIASSON, 2007)[7], ou o que poderíamos chamar de "a cidade latino-americana". Como afirma uma estudiosa de sua obra, observa-se em seus contos

> uma perspectiva sempre deslocada, descentrada, na consideração do mundo social de que trata a narrativa; há uma óbvia inclinação pelo que é aparentemente secundário. (...) Seu alvo são os perdedores, aqueles que não participam do lado eufórico da vida social (HOSSIASSON, 2007, p. 285).

É desse modo que podemos ler o conto "Ao pé da escarpa". Escrito em 1959 e publicado em 1964, a história se refere às observações da vida limenha na década de 1950 – o autor passaria a viver em Paris como embaixador da Unesco desde 1961 – por meio da história de uma família pobre, um pai e dois filhos que vivem em uma praia deserta perto da cidade. Tentando sobreviver, constroem uma primeira tapera num barranco entre a escarpa e o mar.

O conto abre com a imagem de uma figueira-brava, "essa planta selvagem que brota e se multiplica nos lugares mais amargos e escarpados" (RIBEYRO, 2007, p 95.), o que nos indica de algum modo de que matéria também é feita aquela gente. O dia-a-dia difícil, relatado pelo pai narrador, parece fazer parte de um mundo "ao mesmo tempo aquém e além da civilização" (HOSSIASSON, 2007). Paulatinamente surgem novos personagens naquele mundo vazio: primeiro um homem de rua, que se aproxima do pai e presta serviços em troca de comida e abrigo. Depois, alguns veranistas de domingo, que começam a frequentar a praia quase selvagem e passam a formar uma pequena clientela, exigindo sua limpeza e alguma comodidade. Pai, filhos e homem se entregam com afinco à tarefa de limpar a areia e retirar do mar vergalhões de ferro, que impedem o banho. Um filho morre afogado. Subitamente, entretanto, surgem outros pobres. Desta vez porém em maior quantidade e que ocupam o terreno logo acima da escarpa, com seus barracos construídos do dia para a noite. Homens do governo – ou do mercado, não se sabe ao certo – chegam para inspecionar a área, fazendo medições e mostrando interesse pelos terrenos. O outro filho se casa e vai embora. A polícia busca o homem de rua – era um fugitivo da lei. Querem expulsar os

[7] Sem entretanto dissolver as lições dos grandes escritores do século 19, como Tchekov ou Stendhal, como aponta outro crítico (ECHENIQUE, 2007).

ISBN 978-85-7205-133-0

moradores mas o velho resiste, procurando na cidade um advogado. Diz que está lá há mais de sete anos, o terreno lhe pertence por direito.

> _ Estão jogando a favela no mar.
>
> Eles se contentavam em responder:
>
> _ É um abuso.
>
> Nós sabíamos, é claro, mas o que fazer? Estávamos divididos, brigados, não tínhamos plano, cada qual queria fazer do seu jeito. Uns queriam ir embora, outros, protestar. Alguns os mais miseráveis, os que não tinham trabalho, se alistaram na companhia e destruíram suas próprias casas.
>
> Mas a maioria foi descendo pela ribanceira. Erguiam suas casas a vinte metros dos tratores para, no dia seguinte, recolher o que sobrava delas e voltar a erguê-las dez metros adiante. (RIBEYRO, 2007, p. 123).

Os moradores angariam algum dinheiro para pagar os advogados, mas outros moradores são cooptados. A resistência se desfaz, só o homem permanece. Só que ele também tem que sair, os tratores chegam para derrubar tudo, até sua casa construída com os refugos da expansão urbana da própria cidade. Assim, ele chama de volta o filho, a nora grávida, e juntos os três partem para uma nova franja da cidade, um pouco mais distante, ainda desocupada, onde começarão tudo de novo. Ao achar no novo terreno uma outra figueira-brava, "cavando entre as pedras, fincamos a primeira viga da nossa casa nova" (RIBEYRO, 2007, p. 128).

No meio do século 20, em plena marcha de modernização e progresso, o foco do autor recai naqueles que estão sendo expulsos do processo. Seus personagens, colocados "frontal e brutalmente entre a mais corriqueira e penosa realidade e a ilusão total" (ECHENIQUE, 2007, p.10), são a outra face do processo de modernização daquelas cidades, ou talvez, sua verdadeira face. Pode-se aferir desse modo como a ideia de marginalidade social – aqueles "excluídos do festim social" – ainda que não assim nomeada, começa a fazer parte dessa realidade que se expressa por meio da literatura, sendo tomada como mote para a criação

ISBN 978-85-7205-133-0

literária e dela tirando sua força[8]. A ida para uma nova margem não habitada dessa cidade materializa de modo dramático o processo da marginalização. Marginalização de uma população "que brota e se multiplica nos lugares mais amargos e escarpados" dessas cidades.

Breve parêntesis – a Europa do pós-guerra em busca do seu lugar no mundo olha o popular

Se nos anos 1950 a palavra "marginalidade" ainda não se afirmara com clareza ao se tratar das cidades, e do lugar dos pobres na cidade, parece ser nesse momento que um certo olhar surge na cultura arquitetônica deslocando a ideia de arquitetura erudita como a única forma de resolver os problemas urbanos para uma miríade de possibilidades que incluem o saber popular. Essa discussão se processa a partir do questionamento dos parâmetros universais defendidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Nesses congressos, prevalecia a ideia do arquiteto urbanista como "demiurgo" capaz de transformar as relações sociais por meio do espaço planejado, predominando a concepção de que o saber técnico legitimava a ação planejadora. A necessidade da reconstrução das cidades europeias no fim da Segunda Guerra, entretanto, coloca o problema em outros termos. Se no início do século 20 um olhar sobre o "primitivo" em culturas consideradas "exóticas" já informara a produção da vanguarda, buscando-se uma suposta essencialidade apoiada na ideia de universalidade que poderia dar sentido a própria arte e arquitetura modernas; a situação violenta da Guerra parece operar uma conversão teórica. Do "olhar sobre o outro" se passaria ao "olhar a partir do outro". O princípio da alteridade, formulado desde a antropologia – e nesse sentido as discussões capitaneadas por Levi-Strauss tem papel importante[9] – levaria os arquitetos a superarem a busca de uma suposta essência da forma moderna e se centrarem nos relativismos e nas diversidades culturais. Para os artistas da nova geração que cresceram diante da destruição causada pela Guerra, a proposta civilizatória contida no Movimento Moderno parecia não fazer mais sentido. Pode-se divisar os ecos dessas discussões na arquitetura do "faça você mesmo" do pintor Hundertwasseer, nos movimentos que levarão à

[8] Ainda que essa não seja uma leitura única de sua obra, como acontece com a boa literatura. Para uma "abertura de sentidos" que a obra de Ribeyro provoca, cf. ECHENIQUE, 2007.

[9] Essa discussão é complexa e valeria uma aproximação mais detida: como a renovação dos estudos antropológicos no segundo pós-Guerra vai afetar uma mudança de olhares no campo da cultura em geral. Entretanto, tal discussão ultrapassa os limites deste artigo. Sobre essas apropriações e desdobramentos na arquitetura, cf. MONTANER, 1994.

ISBN 978-85-7205-133-0

Internacional Situacionista e à defesa da arquitetura sem arquitetos, ou nas manifestações da "arte povera" dos italianos de Turin, entre tantos outros exemplos (MONTANER, 1994).

Tal processo fica claro ao se observar as elaborações do importante historiador da arquitetura Leonardo Benevolo, que em seu *História da cidade*, publicado em 1970, aborda os "estabelecimentos marginais" nas cidades do "Terceiro Mundo", antevendo ali potencialidades para a disciplina arquitetônica (BALLENT, 2004). O trabalho de Benévolo, desenvolvido ao longo da década de 1960, condensava a discussão em curso e coincidia com essa série de referências que marcam o debate da arquitetura e da cidade. Assim, pode-se dizer que no âmbito dos CIAM e, por extensão, em uma parte significativa do universo erudito da cultura arquitetônica, os temas que antes se vinculavam às propostas de universalização de moradia e de cidade – que deveria ser alcançada pelas técnicas de construção e de planejamento –, passavam a dar lugar às propostas que relativizam a própria técnica e suas formas de apropriação. Num momento em que as trocas intelectuais se tornavam cada vez mais intensas, a forma como as vanguardas dos países periféricos vinham ressignificando o próprio conceito de vanguarda a partir da década de 1930 constituíam elementos para as formulações na própria Europa (GORELIK, 2005b).

Todo poder ao usuário – o que se aprende com a cidade marginal

Um ano antes da publicação do livro de contos de Ramón Ribeyro, mais precisamente em agosto de 1963, John Turner, arquiteto inglês que trabalhava no Peru nesse momento, organiza um número da revista *Architectural Design*, importante publicação inglesa no campo da arquitetura e do urbanismo, intitulado "Dwelling resources in South America". O volume reunia uma série de artigos, assinados por Turner e outros profissionais, tratando de problemas habitacionais em vários países da América Latina e especialmente no Peru. Turner aproveitava sua experiência em relatos, críticas e reflexões sobre as possibilidades da atividade profissional naquele momento de urbanização intensa do subcontinente, e parecia antever na potencialidade organizativa daqueles gigantescos assentamentos habitacionais algo que poderia e deveria iluminar os procedimentos e os métodos arquitetônicos voltados para a problemática habitacional em geral.

ISBN 978-85-7205-133-0

John Turner chegara em Lima em 1957, a convite do arquiteto modernista Eduardo Neira[10], e seu primeiro trabalho foi como colaborador na reconstrução de Arequipa, cidade atingida por um terremoto em 1958. Já então o arquiteto começa a refletir sobre a capacidade organizativa das comunidades pobres a partir de seus próprios meios. Dessa primeira experiência, Turner volta suas atenções ao reconhecimento das estratégias de organização das comunidades marginais que se fixavam nas cidades peruanas em geral, e em Lima em particular. É a partir dessas observações que ele passa a defender que as cidades latino-americanas em rápido crescimento tinham muito a oferecer para a revisão dos parâmetros supostamente universais da arquitetura moderna. Baseado em uma série de estudos empíricos, Turner buscava mostrar como os bairros projetados e construídos pela própria população funcionavam melhor e davam respostas mais rápidas que as promovidas pelo Estado, já que as pessoas envolvidas seriam "especialistas" em seus problemas, muito mais que qualquer técnico de planejamento. Disso resultaria que elas deviam ser livres para construírem suas casas e não ter que se submeter a morar nos grandes conjuntos construídos pelo Estado – massivos e sem caráter – ideia que ganharia o mundo a partir do livro *Todo el poder para los usuarios*, de 1977.

Em "Dwelling resources in South America", aquele primeiro artigo de 1963, ao descrever e analisar as *barriadas limeñas*, Turner tomara um caso específico: o assentamento de Pampa de Coma em Lima, com uma população em torno de 30 mil habitantes, na verdade parte de um bairro periférico muito maior chamado Caraballo, que no total abrigava cerca de 100 mil pessoas. Descrevia seus moradores como pertencentes a famílias de classe trabalhadora, com salários muito baixos, e se surpreendia como essa população, sem grande qualificação profissional e sem o instrumental necessário, conseguia planejar grandes áreas habitacionais em escala urbana e construir milhares de unidades de moradia com estruturas minimente aceitáveis. Na tomada aérea do bairro, fotografia publicada em seu artigo, Turner dá uma ideia desse domínio popular do território, chamando a atenção para o traçado ortogonal obedecido nas ruas e lotes da porção mais plana do terreno (TURNER, 1963).

Nessa visão, as ocupações das *barriadas* tornavam-se a solução mais eficaz para o problema da habitação no Peru. Para defender essa tese, o arquiteto buscava destacar como o bairro se diferenciava das chamadas *shanty-towns* ou *barrios de lata* característicos de áreas mais centrais, densos aglomerados espontâneos de barracas provisórias, que providenciavam pouco abrigo e segurança, mas que tinham localização mais privilegiada, sendo próximos de

[10] Turner e Neira conheceram-se por ocasião de um encontro de verão promovido pela direção dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), em Veneza em 1950 (BALLENT, 2004).

ISBN 978-85-7205-133-0

atividades comerciais e industriais desenvolvidas na cidade. As *barriadas*, entretanto, se desenvolveriam em áreas muito mais distantes e periféricas e, ainda que inicialmente também fossem caracterizadas pela precariedade e provisoriedade, tinham sua ocupação e seu desenvolvimento planejados em etapas, de forma consciente por parte da população. Assim, as habitações, de início frágeis e provisórias, por meio de investimentos e de transformações materiais ao longo do tempo, tornavam-se abrigos mais seguros e consolidados (TURNER, 1963).

A minuciosa observação empírica de Turner permitiu que sua descrição chegasse ao nível dos materiais e processos construtivos de onde as formas de fazer, adaptáveis às etapas de desenvolvimento do bairro e às condições materiais dos moradores, encaixavam-se perfeitamente às discussões informadas pelo relativismo cultural e antropológico que permeava o debate europeu sobre arte e arquitetura referido aqui anteriormente. O arquiteto destacava que nas *barriadas* mais "desenvolvidas" era possível observar as etapas de construção:

> primeiro a "*choza*", uma barraca temporária muito primitiva, à base de tapetes pendurados em canas de bambu; na segunda fase o "cerco" que, como o próprio nome sugere, rodeia a "*choza*" anterior com paredes de alvenaria; e assim progressivamente os alicerces e o piso, com uma cobertura, quando também se instala a eletricidade, e se iniciam as obras de canalização e de drenagem (TURNER, 1963, p.376).

Por fim, diz Turner, a habitação e o próprio loteamento convertem-se em abrigos e bairros perfeitamente aceitáveis, similares aos de trabalhadores de classe média da cidade consolidada. Por essa chave interpretativa, a habitação importava mais pelo seu processo do que por sua forma final (TURNER, 1963). Mais que modelos universais de tamanho, e de parâmetros de insolação e ventilação, oferecidos pelos arquitetos do Movimento Moderno, tratava-se de investigar os processos produtivos e as formas de apropriação do território. Sua visada antropológica sobre a construção espontânea permitia que se valorizasse a cidade produzida para além de sua forma final. Diferentemente das vanguardas do início do século, não era mais a forma essencial a ser buscada no primitivo exótico que gerava novos valores, mas a capacidade de adaptação das pessoas ao território como estratégia de sobrevivência,

ISBN 978-85-7205-133-0

cujos atributos poderiam inspirar a revisão da cultura arquitetônica. Turner apontava aí um caminho para ultrapassar a redução formal e estilística, a encruzilhada em que havia chegado a arquitetura do Movimento Moderno. É esse olhar que pauta a contribuição do arquiteto inglês para a ação habitacional em Lima. É certo que para a sua visada contribuíram outros agentes e processos, cuja genealogia pode ser buscada de diversas maneiras[11], mas sem dúvida foi a partir desse pensamento que as formas de habitação consideradas marginais apresentam-se em sua dimensão produtiva e não apenas formal como uma saída possível para as promessas de engajamento social da cultura arquitetônica erudita formuladas a partir do Movimento Moderno.

É nesse sentido também que se pode compreender o concurso PREVI/Lima, ocorrido na capital peruana em 1966. Iniciado pouco depois que Turner havia deixado o Peru para se vincular ao MIT como professor[12] – a operação PREVI constituiu-se no convite a arquitetos internacionalmente reconhecidos[13] para elaborar projetos que respondessem à chamada de Turner para *projetarem habitação social para aquelas pessoas naquele lugar*. Nesse sentido, a arquitetura deveria ser entendida por seus processos e ações, restando à forma final o caráter de consequência. As figuras mais importantes do cenário arquitetônico naquele momento se mobilizaram para o concurso, e, de fato, tanto pelas exigências do programa, quanto pelo clima ideológico do momento, os projetos habitacionais iriam se dissolver em tramas baseadas em células individuais que, ao menos na sua aparência, remetia às *barriadas limeñas*, ainda que essa referência pudesse aparecer de formas diversas nas concepções de cada autor (BALLENT, 2004, p. 92). As diretrizes do concurso, indicando que os projetos deveriam prever a continuidade das transformações materiais depois da implantação do conjunto habitacional, recuperavam a lógica das *barriadas*, permitindo aos moradores darem novos significados àquelas propostas arquitetônicas, colocando em xeque a ideia de hegemonia do centro sobre a periferia. Mas nesse processo, a mensagem de Turner sobre dar a

[11] Anhai Ballent revela como foi crucial para Turner, sua proximidade com Eduardo Neira e também o próprio processo de conformação da legislação e das instituições de peruanas de planejamento que já haviam contado com a importante participação de nomes como José Luis Sert e Paul Lester Wiener, ligados ao Movimento Moderno (BALLENT, 2004). De outra forma, Richard Harris, num grande esforço de pesquisa, busca identificar os antecedentes norte-americanos do pensamento de Turner, nas políticas de habitação baseadas na ajuda-mútua (*aided self-help housing*) implementadas pelos EUA em Porto Rico, sob a coordenação e a liderança de Jacob Crane (HARRIS, 1988).

[12] Sua transferência para os EUA, no exato momento do episódio que foi tão importante para a consolidação de um pensamento sobre arquitetura e cidade, apesar de paradoxal, revela sua dupla contribuição: no próprio trabalho junto aos colegas do Peru, e também como sistematizador dessas ideias para difundi-las pelo mundo em sua atividade acadêmica e didática.

[13] Entre eles, Atelier 5, Kikutake, Kurokawa e Maki, Herbert Ohl, Christopher Alexander, Candilis, Josic y Woods e James Stirling.

ISBN 978-85-7205-133-0

liberdade de construir para os moradores e, mesmo sua ênfase nos processos de produção e não na forma final da arquitetura, acabava entretanto se perdendo, na medida em que a síntese ainda parecia estar nas mãos do arquiteto e, portanto, do saber erudito.

Ideias para seguir pensando – breve reflexão

Buscou-se aqui retomar brevemente a construção da ideia de marginalidade urbana na sua relação com uma identidade latino-americana formulada desde o Segundo pós-Guerra, a partir do caso de Lima e suas *barriadas*. A aproximação permitiu perceber como a ideia de marginalidade urbana já vinha se constituindo ao longo das décadas de 1940 a 1960, antes de ganhar proeminência no debate sociológico e urbanístico dos anos de 1970, fosse no debate especializado das vanguardas europeias, fosse no campo da cultura latino-americana. Entre o olhar especializado sobre as cidades e as formulações simbólicas operadas no campo da literatura, nota-se como esse conceito vai se constituindo como um elemento da própria identidade latino-americana. A complexidade que envolve o termo, como pretendemos apontar, parece estar sempre tensionada entre pares de opostos, local/ universal; periferia/ centro; popular/ erudito. Por extensão, América Latina/ Europa e Estados Unidos; países periféricos/ países centrais. A identificação dessa complexidade revela como a questão, e o próprio conceito, não se esgota nesse debate, carecendo de maiores e mais profundas reflexões, e nos levam a insistir que ao discutir a arquitetura e o urbanismo não podemos excluir os demais campos da cultura.

Bibliografia

BALLENT, A.. “Learn from Lima”. *Block*, Buenos Aires, UTDT, n. 6, mar. 2004.

BENEVOLO, L., *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ECHENIQUE, A. B., “Prólogo” in: RIBEYRO, J. R., *Só para fumantes*, São Paulo: CosacNaify, 2007, pp. 9-20.

GORELIK, A., A produção da cidade latino-americana. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 17 n.1 jun., 2005.

_____, *Das vanguaradas à Brasilia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005b.

ISBN 978-85-7205-133-0

HARRIS, R., “The silence of the experts: ‘aided self-help housing’", 1939-1954. *Habitat International*, vol. 22, n. 2, 1988.

HOSIASSON, L., “Posfácio” in: RIBEYRO, J. R., *Só para fumantes*, São Paulo: CosacNaify, 2007, pp. 283-295.

MONTANER, J. M., *Después del Movimiento Moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1994.

QUIJANO, A., “Notas sobre o conceito de marginalidade social” (1966) in: PEREIRA, Luiz, *Populações “marginais”.* São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 11-72.

_____, “La Formación de un Universo Marginal en las Ciudades de América Latina” in: CASTELLS, M. (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, pp. 141-166.

RAMA, A., “Meio século de narrativa latino-americana (1922-1972)” (1973). In: AGUIAR, F. e GUARDINI, S. (orgs.). *Angel Rama: literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 111-208.

RIBEYRO, J. R., “Ao pé da escarpa” (1959), in: *Só para fumantes*, São Paulo: CosacNaify, 2007, pp. 95-128.

TURNER, J., “Dwelling resources in South America”, *Architectural Design*, n.8, aug., 1963, pp. 375-377.

_____, *Vivienda: todo el poder para los usuarios*. Madri: H. Blumme, 1977.

VIOLICH, F., *Cities of Latin America* New York: Reinhold Publishing Co., 1944.

ISBN 978-85-7205-133-0

Cooperação Internacional e Segurança Pública na América Latina

Ana Maura Tomesani Marques

Resumo

O objetivo deste trabalho é confrontar as demandas das polícias latino-americanas com os programas para a segurança pública fomentados pelas agências oficiais de cooperação internacional para o desenvolvimento no continente. A hipótese principal é a de que não há convergência entre os programas patrocinados por estas agências e as agendas de reformas institucionais defendidas pelas polícias locais. Em que pese o fato de haver poucos trabalhos que analisem a atuação destas agências no campo da segurança pública, os poucos existentes apontam para uma tendência a generalizar soluções para os países latino-americanos, impondo uma agenda pouco afeita às necessidades policiais locais (TUCHIN & GOLDING, 2003; ZIEGLER & NIELD, 2002) e/ou para a resistência destas organizações a lidar com assuntos relacionados diretamente às forças de segurança (BAYLEY,2006; HAMMERGREN, 2003; LEEDS, 2006). Como resultado, ter-se-ia uma agenda regional de conteúdo basicamente preventivo, pouco reformista e que excluiria as polícias dos programas na área de segurança. A hipótese será testada com base em sete estudos de casos de países latino-americanos nos quais serão levantadas e analisadas as agendas de reformas institucionais defendidas pelas polícias locais. Estas agendas serão em seguida cotejadas com os programas na área de segurança pública implementados pelas agências de cooperação internacional nestes mesmos países.
Palavras-chave: Segurança Pública, Reforma da Polícia, Cooperação Internacional, América Latina.

Abstract

The objective of this work is to confront the demands of Latin American police with the programs for public safety promoted by official agencies of international cooperation for development in the continent. The main hypothesis is that there is no convergence between the programs sponsored by these agencies and the agendas of institutional reforms advocated by the local police. Despite the fact that there are few studies that examine the role of these agencies in the field of public safety, the few existing point to a tendency to generalize solutions to Latin American countries, imposing an agenda that is not close to the local police needs (TUCHIN & GOLDING, 2003; ZIEGLER & NIELD, 2002) and / or to the resistence of these organizations to deal with issues related directly to the security forces (BAYLEY,2006; HAMMERGREN, 2003; LEEDS, 2006). As a result, there is a regional agenda that is basically preventive and would exclude the police of the programs in the security area. The hypothesis will be tested based on seven case studies of Latin American countries in which agendas of institutional reforms advocated by the local police will be analyzed. These agendas will then be collated with programs in public safety implemented by international cooperation agencies in those countries.
Key Words: Public Safety, Police Reform, International Cooperation, Latin America.

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa de doutorado tem como objetivo principal descrever e avaliar as diferenças existentes entre as demandas das instituições policiais latino-americanas, em

ISBN 978-85-7205-133-0

termos de qualificação e desenvolvimento institucional, e as linhas de fomento praticadas por agências oficiais[1] de cooperação internacional na região das Américas. A hipótese principal do trabalho é a de que os programas propostos e desenvolvidos por estas agências na área da segurança pública para a região das Américas não são convergentes com as demandas apresentadas pelas instituições policiais. O trabalho irá investigar o processo de formação e implementação dessas duas agendas, descrevendo os princípios, conceitos e mecanismos causais orientadores. A hipótese do estudo estabelece que a oferta de programas (de qualificação, desenvolvimento institucional e tecnologia) por parte das agências tem baixa articulação com as demandas vocalizadas pelas instituições policiais do continente. A hipótese permitirá avaliar até que ponto essa desarticulação dificulta o desenvolvimento institucional das polícias em aspectos como respeito aos direitos humanos, gestão, eficácia no policiamento e na persecução penal entre outras dimensões. Como estratégia de verificação, foram selecionados sete países da região nos quais serão levantadas as agendas das policiais locais. Levantaremos em paralelo todos os programas no campo da segurança pública financiados por agências de cooperação internacional que atuam nos países selecionados.

A questão da violência latino-americana vem chamando a atenção de muitas destas agências nos últimos anos[2], que desenvolveram programas específicos para a redução da criminalidade e vêm financiando diversos projetos na América Latina. Em que pese o fato de haver bem poucos trabalhos que analisem a atuação e a performance destas agências no campo específico da segurança pública, os poucos existentes apontam para uma tendência a generalizar soluções para os países latino-americanos, impondo uma agenda pouco afeita às necessidades policiais locais (TUCHIN & GOLDING, 2003; ZIEGLER & NIELD, 2002) e/ou para a existência de certa resistência destas organizações para lidar com assuntos relacionados diretamente às polícias (HAMMERGREN, 2003; LEEDS, 2007; BAYLEY, 2006). Este fato chama a atenção, pois muitos estudos atribuem a insegurança do continente, sobretudo, ao despreparo das polícias latino-americanas, que não foram capazes de se ajustar

[1] As agências oficiais de cooperação são organizações governamentais que, em cada país, são responsáveis pelo envio de recursos para países estrangeiros (ODA – *official development aid*, em inglês) visando ao financiamento de projetos em desenvolvimento. Alguns exemplos seriam a USAID (United States Agency for International Development), a CIDA (Canadian International Development Agency), o DFID (Department for International Development – United Kingdom), a Jica (Japan International Cooperation Agency) ou a ABC (Agência Brasileira de Cooperação).

[2] A região é a que apresenta as maiores taxas de homicídios no mundo, com cerca de 30 assassinatos por 100 mil habitantes (Latinobarómetro, 2010). O relatório *Estudo Global de Homicídios* (UNODC, 2011) afirma que estão na América Latina os países com maior número de homicídios em termos absolutos (Brasil, 49.409 assassinatos em 2010) e relativos (Honduras, 82,1 por 100 000 habitantes). Além disso, a segurança é a principal preocupação dos latino-americanos segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Latinobarómetro em 2008 e 2010.

ISBN 978-85-7205-133-0

aos novos desafios criminais (aumento da criminalidade organizada transnacional principalmente) e políticos (como os processos de redemocratização que ocorreram em vários países da Região) (DAMMERT, 2005, 2007; DAMMERT & BAILEY, 2005; FRUHLING, 2003; PINHEIRO, 1997) e que, por esta razão, estariam clamando por reformas institucionais (PINHEIRO, 1997; SOARES, 2007).

Com os referidos levantamentos em mãos, verificaremos se há ou não convergência entre a pauta de reivindicações das polícias latino-americanas e a agenda de cooperação internacional para a segurança pública na América Latina e buscaremos compreender as razões para o resultado obtido. Entendemos que as agências de cooperação internacional constituem um aparato de execução de diretrizes de política externa, veículos para a prática do *soft power* (KROENING et al, 2010; NYE, 2010). E, nesta perspectiva, os programas destas agências refletiriam a cristalização de preocupações internas e ocultariam, talvez, uma agenda que pode não necessariamente estar comprometida com o desenvolvimento dos países destinatários. Espera-se que o produto final deste projeto de pesquisa contribua para compreender o processo de formulação de agenda das agências oficiais de cooperação para o desenvolvimento, além de ajudar a compor um quadro de desafios e carências das policias latino-americanas.

2. SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Este projeto de pesquisa está construído com base numa bibliografia interdisciplinar. Lançamos mão primeiramente de referências que nos ajudaram a reconstruir o cenário da segurança pública na América Latina nos últimos 30 anos e entender a necessidade de reformas institucionais por parte das polícias latino-americanas. Trata-se de uma bibliografia constituída no campo das ciências sociais, mais precisamente da sociologia e da ciência política. A seguir, tratamos da bibliografia que nos fornece os subsídios que vertebram nossa hipótese, que é a reduzidíssima bibliografia que trabalha especificamente com a cooperação internacional para os programas de segurança pública na América Latina[3].

2.1 A Segurança Pública na América Latina

DAMMERT (2005; 2007), DAMMERT & BAILEY (2005), FRUHLING (2003) E PINHEIRO (1997) afirmam que a reabertura política nos países do Região das Américas se

[3] Vale ressaltar que há farta bibliografia sobre cooperação internacional para forças de segurança visando à defesa nacional dos países destinatários. Reforce-se que não é este o foco deste projeto de pesquisa, que busca analisar programas que trabalhem exclusivamente com a segurança interna dos países beneficiários – mais precisamente com a redução da criminalidade urbana.

ISBN 978-85-7205-133-0

deu de forma mais ou menos similar: de imediato, houve a extinção dos órgãos oficiais de repressão do regime autoritário, mas esta ação não foi acompanhada da esperada transformação da cultura organizacional das instituições policiais. Ou seja, existe o reconhecimento formal dos direitos à vida, à integridade física e à liberdade de expressão, bem como houve também a criminalização da tortura e da discriminação racial e de classe. Contudo, a violência oficial e a corrupção policial continuam muito presente nestes países de democracia recente, como também assinala SAÍN (2009; 2012) e KAHN (2009). O quadro é acentuado por conta da emergência do crime organizado (BAYLEY & GODSON, 2002; ANDREAS & NADELMAN, 2006), que constitui um novo desafio para as instituições policiais e do qual elas são as primeiras vítimas, dado o poder de corrupção que estes grupos exercem. A condição de vulnerabilidade dos policiais por conta do despreparo técnico e material e das condições precárias[4] de trabalho é apontada por diversos pesquisadores como veículo condutor para atividades delituosas (MUNIZ & PROENÇA, 2007; SENASP, 2009; 2010) como os bicos, os *acertos* (MINGARDI, 1992) e as parcerias com as organizações criminosas, num exercício de retroalimentação com efeito perverso para a segurança pública.

Os governos têm enorme dificuldade de lidar com esta questão - segundo DAMMERT & BAILEY (2005), DAMMERT (2007) e ADORNO (1999), implementar reformas institucionais democratizantes nas polícias num momento de aumento da criminalidade pode não contar com apoio popular, o que contribui para atrasar cada vez mais estas reformas. A situação que se conflagra é então a de um círculo vicioso: policiais incapazes de prestar um serviço satisfatório e dentro dos padrões democráticos à população como uma condição que favorece a cooptação dos mesmos por grupos criminosos organizados, por agentes políticos locais e mesmo por parte de policiais superiores na hierarquia. Em suma, há uma agenda de mudanças preconizadas pela redemocratização que não foi completamente concluída pelas polícias e um cenário que as impele a novas mudanças, quando a estrutura favorece a permanência do *status quo*.

O quadro descrito acima parece sugerir a necessidade de uma reforma estrutural substantiva nas forças policiais para que estas possam cumprir seu papel a contento

[4] Pesquisa realizada pela SENASP (2010) que entrevistou vários policiais civis em São Paulo levantou uma série de demandas dos mesmos com relação às suas condições de trabalho – baixos salários, carência de equipamentos básicos para a sua segurança, horas excessivas de trabalho contínuo, férias em atraso, treinamento muito curto. A pesquisa revelou ainda que existe uma enorme demanda por assistência psicológica e psiquiátrica no corpo policial. Um dos entrevistados explicou que não havia coletes à prova de balas para todos os policiais que participavam de ações perigosas e que os existentes precisavam ser revezados. Além disso, eram os próprios policiais que tinham que comprar sua munição.

ISBN 978-85-7205-133-0

(PINHEIRO, 1997; SOARES, 2007) – adequar-se aos padrões democráticos de atuação policial e desenvolver competências para enfrentar a criminalidade urbana. Isso significa repensar os meios de seleção e formação dos policiais, o controle interno e externo da conduta policial, a avaliação externa da gestão policial, o fortalecimento de vínculos com a comunidade (FRUHLING, 2009; FRUHLING et al, 2006), a reformulação de planos de carreira e salários e a redefinição dos mandatos policiais (MUNIZ & PROENÇA, 2007).

2.2 A Comunidade Internacional de Doadores e a Segurança Pública na AL

As organizações oficiais de cooperação internacional vêm sugerindo uma agenda na área de segurança pública nos últimos 20 anos como forma de reduzir a criminalidade nos países latino-americanos. Algumas delas criaram programas com linhas de fomento em áreas como "*peacebuilding*", "*armed violence*", "*conflict prevention*", "*urban safety*", "*poverty and security*", "*youth violence*" como forma de prevenir a violência e com isso reduzir os índices de criminalidade. Trata-se de uma agenda voltada para o enfrentamento dos fatores de risco para a violência e que não contempla as organizações policiais, que constituem as instituições legalmente responsáveis pela prevenção e repressão do crime.

Parte da literatura que trata destes programas no Região das Américas parece acreditar na hipótese de que exista certa resistência destas agências para lidar com questões que esbarrem em reformas das instituições policiais. Alguns autores sugerem que programas que visam reformas institucionais, apesar de serem pouco custosos, surtem efeito somente a longo prazo e exigem monitoramento permanente. HAMMERGREN (2003) explica que a USAID iniciou um programa de reforma de sistemas de justiça na América Latina no início dos anos 80 cujos resultados ficaram aquém do desejado. Os oficiais responsáveis pelo programa acabaram concluindo que mudanças estruturais e organizacionais no sistema de justiça destes países são lentas e precisam ser monitoradas por longos períodos, que ultrapassam o tempo de um mandato político ou de uma gestão administrativa. Por esta razão, o programa foi abandonado pela agência no final dos anos 90. LEEDS (2007) parece corroborar desta ideia segundo a qual programas neste campo – ela trabalha mais especificamente com *police reform* - acabam afastando doadores por requererem longos períodos de tempo até gerarem resultados palpáveis. A maior parte da ajuda para este tipo de programa ocorre entre governos, está baseada em assistência técnica e os acordos não costumam passar de dois anos. Este período talvez seja suficiente para deflagrar mudanças, mas insuficiente para atingir os

ISBN 978-85-7205-133-0

resultados esperados em termos de reestruturação da cultura organizacional das instituições policiais visando à democratização das mesmas e à melhoria dos serviços prestados.

Já BAYLEY (2006) esclarece que limitações legais e políticas podem restringir doações destinadas a programas de reforma policial. Segundo este autor, todo tipo de investimento para financiamento de programas relacionados a policiamento nos EUA foi proibido em 1974, como uma reação do congresso americano à forma como recursos destinados a treinamento e equipamento policial foram utilizados entre 1962 e 1974 na América Latina e no Vietnã - estratégias repressivas e cruéis de policiamento durante a vigência de governos autoritários nestas localidades, sob o argumento do combate ao comunismo. Esta proibição permanece e, afastado o "fantasma" do comunismo, a proibição de 1974 foi emendada com uma série de exceções para possibilitar este tipo de assistência, tendo como argumento principal a neutralização de ameaças à soberania americana (crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo, etc.). Com isso, a assistência policial prestada por parte dos EUA a vários países está diluída em muitos órgãos governamentais distintos, com nomes que nem sempre estão relacionados diretamente aos programas financiados, o que pode ocultar um enorme montante de recursos que, se estivessem transparentes, poderiam ser questionados não apenas pelo congresso americano, mas também por muitas organizações de direitos humanos preocupadas com o destino e utilização final destes recursos. Por esta razão, estes recursos não figuram nos orçamentos anuais da USAID, por exemplo.

É interessante notar ainda que os organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Inter-americano Desenvolvimento, parecem um pouco mais permeáveis a questões que se relacionam de forma mais direta com as polícias. Estes organismos possuem um histórico de ações no Região das Américas e se mostram mais abertos a este tipo de financiamento (HAMMERGREN, 2007). Para estes orgnismos, é possível que a tese da "resistência" às reformas policiais não se aplique - e caberia pesquisar as razões desta maior abertura ao tema, algo que talvez fuja ao escopo deste projeto de pesquisa. Ainda assim, há uma série de críticas à sua atuação no continente pelo fato disponibilizarem recursos com base numa agenda que generaliza excessivamente os problemas de segurança latino-americanos. TULCHIN & GOLDING (2003) atribuem a este fato a adoção maciça do policiamento comunitário no continente, afirmando que esta teria sido uma condição imposta por estes organismos para o recebimento de empréstimos destinados à democratização da polícia. Esta mesma crítica é reforçada no trabalho de ZIEGLER & NIELD (2002), que reuniram as conclusões de uma conferência intitulada "*Police Reform and the International Community: From Peace*

ISBN 978-85-7205-133-0

Processes to Democratic Governance" promovida pelo Washington Office on Latin America (WOLA). Segundo as autoras, as discussões ocorridas evidenciaram que não há um modelo universal de democratização da polícia a ser aplicado uniformemente nos países latino-americanos e que os *donnors* (organizações financiadoras) carecem de conhecimentos sobre os países nos quais atuam, o que leva ao desperdício de recursos com projetos inadequados às demandas locais. A conferência ressaltou ainda a importância das contribuições que cada país beneficiário possa oferecer ao desenho de policiamento que deseje adotar e salientou que o empoderamento local é muito fraco quando as ações são impostas por uma agenda externa.

3. JUSTIFICATIVA

O que justifica, do ponto de vista prático e científico, entendermos a relação entre demandas policiais e a agenda das agências oficiais de cooperação internacional na América Latina? Ao longo da década de 90, construiu-se na América Latina um consenso segundo o qual os problemas da segurança pública não constituíam necessariamente problemas de polícia: a intervenção em diversas áreas da gestão pública, como educação, proteção da família, juventude, sistema judiciário, a assistência social e educacional ao preso ou interno (DAMMERT, 2007, MESQUITA NETO, 2006) poderiam prevenir a violência e gerar reflexos nas taxas de criminalidade. Esta abordagem que coloca a segurança pública como resultante de ações governamentais transversais e prioriza a prevenção do crime e a proteção do cidadão ganhou a alcunha de "segurança cidadã" (ESCOBAR et al, 2005; DAMMER & BAILEY, 2005) e vem sendo trabalhada como o novo paradigma da segurança pública na América Latina. Trata-se de uma abordagem na qual a polícia constitui uma peça, dentre várias, na prevenção da criminalidade.

Esta perspectiva ganhou força e parece ter conquistado ao longo dos últimos 20 anos a simpatia da comunidade internacional de doadores. As fundações privadas foram as primeiras a fomentar projetos nesta área, no início dos anos 90, como desdobramento de programas na área de direitos humanos (LEEDS, 2007). No Banco Mundial o tema vem ganhando espaço desde 2004, quando surgiu no Setor de Desenvolvimento Urbano do Banco, passando em 2010 para o Setor de Desenvolvimento Social e ganhando inclusive uma Equipe de Segurança Cidadã para pensar estas questões[5]. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento estabeleceu uma Unidade de Segurança Pública e vem investindo desde 1998 no setor - a atual plataforma de segurança cidadã do BID tem uma carteira de projetos terminados ou em

[5] Informações obtidas com Flávia Carbonari, funcionária do Banco e parte da Equipe de Segurança Cidadã, em jun/12.

ISBN 978-85-7205-133-0

execução de mais de US$ 450 milhões[6]. O tema cresceu também entre os organismos ligados às Nações Unidas, com destaque para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que inclusive financiou em parte o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) durante o segundo mandato do Governo Lula[7]. Já a OECD[8] tem organizado publicações e discussões para sensibilizar os países membros – estas, porém, estão mais voltadas à área de *conflict and fragility*, e não à segurança pública e ao enfrentamento da violência urbana.

Os programas de segurança ocupam ainda uma pequena porção dos orçamentos destas organizações, a despeito da importância do assunto para os cidadãos latino-americanos[9]. A questão que se coloca é sobre a existência ou não de um alinhamento dos programas vigentes às demandas das forças policiais dos países destinatários. A abordagem da "segurança cidadã", que domina as agendas das organizações de cooperação, é voltada prioritariamente para a prevenção e não tem pretensões reformistas. Se teve o mérito de revelar o caráter multifacetado da segurança, esta abordagem pode ter contribuído também para isolar as instituições policiais – e pode inclusive ter sido forjada com este objetivo.

Cumpre-nos verificar se há mecanismo de escuta das demandas policiais na construção desta pauta. Se este não for o caso, estamos diante de uma agenda que alija as polícias do processo de formatação de programas que lhes dizem respeito diretamente, deixando de creditá-las como atores importantes e contribuindo para adiar reformas necessárias. E, neste caso, caberá investigar a que demandas esta agenda procura responder e o que pode estar ocultando. Como já dito anteriormente, parte-se do pressuposto de que as agências de cooperação internacional são veículos para a prática do *soft power* e, sendo assim, compreender as razões que levam uma agência a concentrar doações numa área em detrimento de outra pode revelar interesses (e desinteresses) que constrangem ou limitam o desenvolvimento de setores menos privilegiados por estes recursos.

---

[6] Informação obtida no site do BID em 20 de setembro de 2013: http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-02-21/seguranca-cidada-no-brasil,10338.html#.UjxmQIafg-I

[7] Não há nos site oficiais um dado disponível sobre a origem dos recursos do PRONASCI, mas há informações no site do PNUD que revelam que boa parte das ações do PRONASCI contou com recursos do PNUD: http://www.pnud.org.br/Busca.aspx?q=pronasci, visitado em 26/02/14.

[8] A OECD (Organization for Economic Cooperation and Cooperation and Development) reúne a comunidade de países doadores do hemisfério norte.

[9] Dados da OECD revelam que os recursos das agências de cooperação bilateral para os países em desenvolvimento estão pulverizados em várias áreas, como infra-estrutura social e econômica, governança, educação, meio-ambiente, agricultura, saúde, abastecimento de água e esgoto (mais de 80% do total). A rubrica *Conflict, Peace & Security* recebeu, em 2012, menos de 2% de toda a ajuda bilateral concedida pelos países que fazem parte da OECD aos países em desenvolvimento: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE5, visitado em 21/02/14.

ISBN 978-85-7205-133-0

Além disso, é conveniente que os países destinatários conheçam os determinantes do processo decisório que define a agenda destas organizações. Isso os tornaria menos reféns de decisões que parecem aleatórias e mais aptos a criar mecanismos de pressão internacional sobre alguns temas que os interessam. No caso que tratamos aqui, entender se existe mesmo resistência ao tema das reformas policiais por parte destas instituições e, especificamente, se há subtemas que despertam mais ou menos resistência dentro desta área, poderia conduzir governos e ONGs a pensar estratégias mais eficientes de chamar a atenção para a questão.

Do ponto de vista científico, este projeto se justifica pela ausência de trabalhos acadêmicos que tracem um perfil longitudinal e comparativo de atuação destas agências e os analise à luz da literatura especializada. Há diversos estudos de caso sobre agências e suas doações para áreas e destinatários específicos (BROWN et alli, 2008), enfatizando tendências nesta ou naquela direção – não sabemos, entretanto, o que orienta estas *tendências*. O que está sendo proposto é uma análise da atuação destas agências com base na literatura das Relações Internacionais sobre cooperação inter-Estados e nos modelos que esta literatura oferece. Esperamos que este trabalho contribua para a compreensão dos fatores que explicam a cooperação – ou a ausência dela – e determinam o desenho dos programas fomentados por estas agências, dos interesses envolvidos e das pautas que estão ocultas no processo de construção destas agendas.

4. OBJETIVO

Muito embora trabalhos como os mencionados anteriormente nos levem a crer que as agências oficiais de cooperação negligenciem as instituições policiais nos países em desenvolvimento - seja resistindo a criar linhas de fomento para este campo ou criando programas demasiadamente generalistas para dar conta das especificidades das polícias localmente - não há estudos objetivos que testem esta hipótese. O objetivo principal deste projeto é justamente o de levantar os programas existentes e compará-los com as atuais demandas das polícias latino-americanas para verificar se estas demandas encontram reflexo na agenda de segurança das agências de cooperação internacional. Se o resultado for negativo (o que confirma a nossa hipótese), o próximo passo então será procurar entender, à luz da literatura que busca explicar a cooperação nas relações internacionais, as razões que levaram estas agências a optar por outros setores dentro do campo da segurança para a sua atuação, preterindo intervenções ligadas diretamente às polícias.

ISBN 978-85-7205-133-0

Como objetivos específicos, espera-se que ao final desta pesquisa tenhamos tido condições de 1) traçar um padrão de atuação das agências oficiais de cooperação na América Latina no tocante à segurança pública e, se as informações coletadas permitirem, diferenciá-las do padrão de atuação dos organismos multilaterais; 2) verificar se há uma agenda latino-americana de reforma policial ou se há somente demandas isoladas e pouco articuladas; 3) aprofundar a literatura que trabalha o fenômeno da cooperação nas relações internacionais e criar, se for o caso, um modelo específico que dê conta de explicar a cooperação bilateral para o campo da segurança pública.

5. SELEÇÃO DOS CASOS

Selecionamos sete casos para compor uma amostra intencional de países do continente. Os países que compõem a amostra possuem semelhanças institucionais, como o sistema de governo – democracias presidencialistas - e o sistema de justiça construído com base no direito romano. Diferem bastante, contudo, no que diz respeito aos processos de democratização pelos quais passaram, quanto à organização do sistema de justiça criminal, à igualdade/desigualdade social e quanto ao nível e tendência da criminalidade.

A seleção dos países buscou ser representativa da Região das Américas. Com isso, teremos condições de verificar a hipótese proposta em países que não necessariamente seguiram uma trajetória típica da Região - em outras palavras, países que não viveram períodos de ditadura militar (como a Colômbia e Costa Rica, por exemplo), nos quais a desigualdade social é menos acentuada comparativamente à totalidade de países da Região (caso do Uruguai), a taxa de homicídios é relativamente baixa (Chile) e o tráfico de drogas não pressiona de forma tão intensa as forças policiais (Costa Rica). Este desenho de pesquisa visa maximizar a variabilidade no *outcome* de interesse da pesquisa, ao permitir a observação de casos nos quais as demandas policiais são potencialmente baixas, já que as polícias não precisaram se adequar a uma agenda democrática e/ou casos nos quais os desafios criminais são bastante diversos (o crime organizado transnacional versus o crime difuso, por exemplo). A estratégia de pesquisa adotada permite, nesse sentido, facilitar a produção de evidências que facilitam a aceitação da hipótese nula do estudo, qual seja, a de que o fomento para programas de combate à violência por parte das agências de cooperação internacional (doravante ACIs) estaria perfeitamente de acordo com a demanda por reformas policias e seria uma função destas demandas. Desta forma, nossa pesquisa atenderia ao requisito da falseabilidade, ou da possibilidade da prova em contrário – ou seja, estaria estruturada de forma que a rejeição de

ISBN 978-85-7205-133-0

nossa hipótese principal é perfeitamente praticável, tornando mais sólido o resultado de nosso teste de hipóteses (MACE & PÉTRY, 2000; GAUTHIER, 1997; de KING et al.,1994).

O quadro seguinte lista os países selecionados em nossa amostra e os compara quanto às características sócio-políticas.

*Dados mais recentes de cada país. Fonte: para Brasil, IPEA

País	**Processo de (Re)Democratização (últimos 30 anos)**[10]	**Organização do Sistema de Justiça Criminal**	**Índice de Gini***	**Nível de Criminalidade (homicídios por 100.000 hab)****	**Tendência nas taxas de homicídios*****
Brasil	Transição de ditadura militar para democracia	República federativa, sistema de justiça estadual, polícias estaduais (civil e militar), lei	52.2 (2012)	21,8	ESTÁVEL
Chile	Transição de ditadura militar para democracia	Estado Unitário dividido por regiões, sistema de justiça nacional, polícia nacional militarizada, lei penal nacional.	52,1 (2009)	3,7	BAIXA
Colômbia	Democracia que coexistiu com período de guerra civil entre os anos 80 e 90. Pacificação no início dos anos 2000.	Estado Unitário dividido em regiões, sistema de justiça nacional, polícia nacional de natureza civil, lei penal nacional.	55,9 (2010)	33,2	BAIXA
Costa Rica	Democracia consolidada com ampliação e aprofundamento gradual da democracia	Estado Unitário dividido em regiões, sistema de justiça nacional, polícia nacional de natureza civil, lei penal nacional.	50,7 (2009)	10,0	ESTÁVEL
El Salvador	Transição de ditadura militar para democracia com guerra civil	Estado Unitário dividido em regiões, sistema de justiça nacional, polícia nacional de natureza civil, lei penal nacional.	48,3 (2009)	70,2	ALTA
México	Abertura política depois de 70 anos de dominação de um partido	República federativa, sistema de justiça nacional, polícias federal, estadual, municipal e do DF, lei penal nacional.	47,2 (2010)	23,7	ALTA
Uruguai	Transição de ditadura militar para democracia	Estado Unitário dividido em regiões, sistema de justiça nacional, polícia nacional de natureza civil, lei penal nacional.	45,3 (2010)	5,9	ESTÁVEL

(http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16494).

Para todos os outros países, Banco Mundial (http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI).

** Dados do UNODC para 2011.

*** Para o cálculo, foram utilizados os dados de 2005-2007 e 2009-2011.

[10] Os conceitos *transição* e *democracia consolidada* utilizados aqui são tributários de O'Donnel (1988).

ISBN 978-85-7205-133-0

6.0 COLETA DE DADOS E TESTE DE HIPÓTESES

A coleta de dados será feita a partir de dados secundários (leitura de textos/artigos sobre as polícias destes países, verificação da existência de planejamento estratégico das mesmas) e primários (entrevistas não-presenciais via aplicação de questionários semi-estruturados à distância). O número de entrevistas em cada país dependerá do número de corpos policiais existentes e portanto de quantos comandantes e secretários de segurança serão entrevistados. As respostas a estes questionários devem nos ajudar a compor uma lista com ações práticas que, segundo os entrevistados, devem ser implementadas para que as polícias estejam em condições de combater a violência, reduzir as taxas de criminalidade, recuperar a confiança da população e reduzir a sensação de insegurança. Ou seja, a análise e o processamento das informações coletadas levará à formação de uma lista de demandas (DemPol) para cada polícia de cada país.

A seguir**,** realizaremos um levantamento dos programas implementados em cada um destes países nos últimos 15 anos – este é o período aproximado de quando estas organizações começaram a fazer este tipo de doação/empréstimo para o continente. Para realizar esta coleta, vamos buscar os dados junto aos Ministérios de Relações Exteriores de cada país, já que todo tipo de cooperação, seja técnica ou envolvendo aporte de recursos a órgãos do governo, deve ser autorizada pelo país de destino. Com isso, teremos uma lista de programas financiados na área de segurança por país. Será preciso conhecer em profundidade cada projeto e verificar qual o resultado esperado de cada um deles - acreditamos que o "resultado esperado" dos projetos é a melhor unidade de análise para trabalharmos, uma vez que a definição dos programas e mesmo os objetivos declarados podem ser demasiadamente vagos para permitir inferir sobre a agenda que se pretende cumprir. O produto final desta etapa será uma lista de projetos (concluídos e em andamento), subdividida em resultados esperados de cada um deles – uma lista que sintetiza, portanto, a agenda destas agências nestes países (AgACIs).

Cumpridas as duas etapas exploratórias anteriores, temos em mãos, de um lado, uma lista de demandas policiais (DemPol) para, segundo os próprios policiais, combater a violência urbana na América Latina; de outro, uma lista com os resultados esperados dos projetos financiados pelas agências de cooperação internacional (AgACIs). A intenção nesta etapa é verificar se as demandas policiais nos países estudados estão de alguma forma contempladas pelos programas desenvolvidos, nestes mesmos países, pelas ACIs. Para isso, colocaremos as listas DemPol e AgACIs de cada país lado a lado e analisaremos os pontos em comum. Desta análise sairá um quadro com os pontos de conexão entre elas – ou seja, aqueles

ISBN 978-85-7205-133-0

pontos que nos autorizarão dizer se a agenda das ACIs reflete as demandas policiais nestes países ou não. Acreditamos que estas duas medidas – demandas policiais e resultados esperados de projetos das ACIs – asseguram que compararemos "*aquilo que as polícias querem ver implementado*" e "*aquilo que as ACIs querem ver implementado*", garantindo a homogeneidade de nossas unidades e análise (KING e al., 1994) e a validade interna de nosso procedimento (MACE & PÉTRY, 2000; GAUTHIER, 1997).

A etapa de coleta de dados deve perdurar por 3 semestres a partir do início da pesquisa. Vale esclarecer que não está descartada a eventual necessidade de viajar a alguns dos países-casos ou dos países-sede das agências de cooperação identificadas na pesquisa para a realização das entrevistas. Contudo, reiteramos que buscaremos utilizar ao máximo as ferramentas tecnológicas à nossa disposição (e-mail, surveys online, Skype, etc.) para dirimir esta necessidade.

O cumprimento das etapas descritas anteriormente poderá nos levar a três resultados possíveis: a **confirmação da hipótese principal**: a agenda das ACI está desconectada das demandas das polícias latino-americanas, havendo pouquíssima ou nenhuma coincidência entre elas; a **rejeição da hipótese principal e aceitação da hipótese nula**: a agenda das ACIs é construída em função das demandas policiais e está, portanto, alinhada com as mesmas; **rejeição/confirmação parcial da hipótese**: a agenda das ACIs contempla em partes as demandas das polícias latino-americanas.

Para chegarmos a estes resultados, precisaremos criar alguns critérios segundo os quais poderemos apontar a conexão ou não entre as listas, o que talvez requeira a criação de uma escala para auxiliar nesta tarefa. Caso nossa hipótese seja confirmada, será necessário verificar se há, de fato, resistência ao tema da reforma policial por parte das ACIs (hipótese secundária). Para isso, considerando os dados agregados dos países da amostra, selecionaremos um número X dentre aquelas agências (o número exato dependerá de quantas ACIs aparecerão no estudo como um todo) cujas agendas apresentaram baixa ou nula conexão com as demandas policiais e marcaremos entrevistas com os coordenadores de programas de segurança para a América Latina destas agências.

Referências Bibliográficas:

ISBN 978-85-7205-133-0

ADORNO, S. (1999). “Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem”. In: Tempo Social. São Paulo, Depto. de Sociologia da USP, Vol. 11, nº 2, São Paulo, p. 129-153, outubro de 1999.

ANDREAS, P., NADELMANN, E. (2006) Policing the Globe: Criminalization and Crime Control in International Relations. Oxford University Press.

BAYLEY, J. e GODSON, R. (2002) Organized Crime and Democratic Governability: Mexico and the U.S.-Mexican Borderlands. Ed. Prentice Hall e Pittisburg Latin American Studies.

BAYLEY, D. (2006). *Changing the Guard*. Nova York, Oxford University Press.

BRADY, H. & Collier, D. dir. (2004). Rethinking social Inquiry: diverse tools, shared standards. Lanham (MD), Rowman & Littlefield Publishers.

BATTISTELLA, D. (2009). *Théories des relations internationales*, 3ème ed., Paris, Presses de science Po.

CHEVRIER, J. (1997). La spécification de la problématique. Em Benoît Gauthier (sob a direção de), *Recherche sociale, de la problématique à la collecte de données*, Sillery, Presses de l’Université du Québec, pp. 51-82.

DAMMERT, L. (2007) Dilemas de la reforma policial en América Latina. *Policıa, Estado y Sociedad: Prácticas y Saberes Latinoamericanos. Rio de Janeiro: Publit.*

DAMMERT, L. (2005) Reforma Policial em América Latina. Revista Quórum. Universidad de Alcalá, Espanha. 53-83.

DAMMERT, L.; BAILEI, J. (2005) Reforma Policial y participación militar en el combate a la delinquencia. Análisis y desafíos para América Latina. Revista Fuerzas Armadas y Sociedad. Año 19, nº 1, 2005, pp. 133-152.

ESCOBAR, S. et al. (2005). Seguridad Ciudadana: concepciones y políticas. Caracas: Nueva Sociedad.

FRUHLING, H. (2003) Policia Comunitária y Reforma Policial en América Latina. Cuál es su impacto? Revista Experiências Temáticas, 2003, 171-184.

FRUHLING, H. et ali (2006) El desafio de la Reforma Policial em América Latina. Revista Eletrónica Agenda Pública. Edición Año V, nº 8, Enero 2006.

FRUHLING, H. (2009). *Violencia y Policía en América Latina*. Quito, Flacso Ecuador.

ISBN 978-85-7205-133-0

KING et al (1994). *Designing Social Inquiry. Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, Princeton University Press.

GAUTHIER, B. (1997). La structure de la preuve. Em Benoît Gauthier (sob a direção de), *Recherche sociale, de la problématique à la collecte de données*, Sillery, Presses de l'Université du Québec, pp. 127-158.

HAMMERGREN, L. (2003), International Assistance to Latin American Justice Programs : Toward an Agenda for Reforming the Reformers. Em Jensen, Ericket Heller, T. (sob a direção de), *Beyond common knowledge: empirical approaches to the rule of law*, Stanford, Stanford University Press, p.p. 290-335.

KAHN, T. (2007). Obstáculos às Políticas de Segurança na América Latina. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 21, nº 1, Janeiro-Junho 2007. P. 92-95.

KROENING, M. et al (2010). Taking Soft Power Seriously. *Comparative Strategy*, 29 : 412-431.

LEEDS, B.A. (1999). Domestic Political Institutions, Credible Commitments, and International Cooperation. American Journal of Political Science. Vol. 43, nº 4, pp. 979-1002. Midwest Political Science Association.

LEEDS, E. (2007). Serving States and Serving Citizens: Halting Steps toward Police Reform in Brazil and Implications for Donor Intervention. *Policing and Society*, 17 (1), London, Taylor and Francis, pp. 21-37.

MACE, G. & PÉTRY, F. (2000), *Guide d'élaboration d'un projet de recherche*. 2e éd. Sainte-Foy, Presses de l'ULAVAL.

MILNER, H. (1992). International Theories of Cooperation among Nations: Strengths and Weaknesses. World Politics, vol. 44, nº 3, pp. 466-496, Princeton University Press.

MANZINI, E. J (1990). A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158.

MESQUITA NETO, P. (2006). Políticas Municipais de Segurança Cidadã: Problemas e Soluções. In: Análises e Propostas, nº 33. Dezembro de 2006.

MINGARDI, G. (1992). *Tiras, Gansos e Trutas : Cotidiano e Reforma na Polícia Civil*. São Paulo, Scritta Editorial.

MUNIZ, J. & PROENÇA Jr, D. (2007). Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*, USP, v. 21, nº 61, p. 159-172.

NYE, J. (2010). *The Future of Power*. Washington, DC: PublicAffairs.

ISBN 978-85-7205-133-0

O'DONNEL, G. (1988). Transições, continuidades e alguns paradoxos. Em Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell, eds., *A Democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.

PINHEIRO, P.S. (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracia. *Tempo Social*, Revista de Soc., USP, São Paulo, 9 (1) : 43-52.

CLP Papers, nº 5, 2010.

SAÍN, M.F. (2009) La Reforma Policial em América Latina: Uma mirada crítica desde el progressismo. Documentos do Seminario Internacional «Reforma policial, ciudadanía y democracia», realizado por Nueva Sociedad en Bogotá el 30 y 31 de marzo de 2009.

SAÍN, M.F. (2012) Gestão da Segurança Pública na América Latina: Campos em Diálogo. Revista Brasileira de Segurança Pública nº 10, vol. 1, 2012, p. 204-220.

SENASP (2009). O que pensam os profissionais da segurança pública no Brasil. Relatório de Pesquisa. Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SENASP (2010). *Percepções dos Gestores da Polícia Civil sobre Vitimização, Letalidade e Saúde Ocupacional no Estado de São Paulo*. Produto II – Relatório Qualitativo. Ministério da Justiça / SENASP / PNUD.

SOARES, L. E. (2007) A Política Nacional de Segurança Pública: Histórico, dilemas e perspectivas. In: Estudos avançados 21. 2007. p. 77-97.

TULCHIN, J. S., GOLDING, H.A. (2003). Introduction: Citizen Security in Regional Perspective. In: Fruhlin, H., Tulchin, J.S. & Golding, H.A. eds. Crime and Violence in Latin America: citizen security, democracy and State. Washington, Woodrow Wilson Center Press. Pp. 1-12.

ZIEGLER, M., NIELD, R. (2002). *From Peace to Governance: Police Reform and the International Community*. Washington, John Hopkins University.

Documentos Consultados:

Corporación Latinobarometro (2010). *Informe 2010*. Santiago de Chile, Chile. Em: http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp

Corporación Latinobarometro (2008). *Informe 2008*. Santiago de Chile, Chile. Em: http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp

ISBN 978-85-7205-133-0

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2004). *Analise dos Custos e da Violência no Brasil*. Em: http://www.cipedya.com/doc/101559

UNICEF (2008). *Déclaration de UNICEF contra la violencia en contra de los ninos, ninas y adolescentes en Amèrica Latina y Caribe*. Em: http://www.unicef.org/republicadominicana/UNICEF_Declaracion__contra__violencia(1).pdf

UNODC (2011). *The Global Study on Homicide*. Em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf

UNODC (2013). *World Drug Report*. Em : http://www.unodc.org/wdr/

World Bank (2011). *Crime and Violence in Central America: A Development Challenge*. Em: http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/FINAL_VOLUME_I_ENGLISH_CrimeAndViolence.pdf

ISBN 978-85-7205-133-0

Comunistas e Nacionalistas no Brasil e no Peru: repensando um velho problema

Communists and Nationalists in Brazil and Peru: rethinking an old problem

André Kaysel Velasco e Cruz

Mestre e doutorando em Ciência Política pela USP e professor de Ciência Política na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)

andrekaysel@gmail.com

Resumo: Este trabalho procura rever criticamente as formulações de autores como Francisco Weffort e Octavio Ianni, para os quais a aliança entre o PCB e o nacionalismo teria sido uma das causas da derrota da esquerda em 1964. Para tanto, empreenderei um estudo comparativo das relações entre comunistas e nacionalistas no Brasil, entre os anos 50 e 60, e no Peru, entre os 20 e 30. Enquanto no país andino comunistas e nacionalistas se separaram, partindo de uma origem comum, no Brasil se aproximaram a partir de origens hostis. Com essa comparação quero demonstrar que a aproximação do PCB em relação ao nacionalismo, ao invés de ser entendida como sua fraqueza, deveria ser lida como demonstração de força, na medida em que possibilitou ao partido uma inserção positiva na conjuntura política do período.

Palavras-chave: Brasil, Peru, comunismo, nacionalismo, América Latina.

Abstract: This work seeks to give a critical account of the idea of authors such as Francisco Weffort and Octavio Ianni, for whom the alliance between the Brazilian Communist Party (BCP) and the nationalists was one of the causes of the defeat of the left in 1964. With this purpose, I shell develop a comparison of the relationship between communists and nationalists in Brazil, during the 50s and 60s, and in Peru, during the 20s and 30s. While in the andiane country communists and nationalists separated themselves, departing from a common background, in Brazil they converged departing from hostile origins. With this comparison I seek to demonstrate that, instead of being understood as it's weakness, the alliance between the BCP and the nationalists should be regarded as a demonstration of strength, since it provided the party with a positive insertion in the political life of the period.

Key words: Brazil, Peru, communism, nationalism, Latin America.

ISBN 978-85-7205-133-0

A derrota sofrida pelas esquerdas brasileiras com o golpe de abril de 1964 abriu um período de profundos e ásperos debates acerca dos motivos que teriam levado àquela derrota. Sendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) a principal organização da esquerda naquele momento, seria de se esperar que a estratégia política proposta pelos comunistas, bem como as bases teóricas que lhe deram suporte, caíssem sob ataque. Dentre os mais conhecidos críticos das formulações comunistas sobre o Brasil e a linha política que delas se derivava, acabariam se destacando os adeptos da chamada "Escola sociológica paulista", nucleada em torno da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). É bom lembrar que a chamada "Escola Sociológica Paulista" foi muito influenciada por um campo ideológico mais amplo no qual convergiam trotskistas, luxemburguistas e a chamada "esquerda democrática". Além da comum oposição ao stalinismo e ao PC, Gildo Marçal Brandão elenca outros traços distintivos dessa corrente ideológica: a visão da formação social brasileira como tendencialmente capitalista; uma leitura do conflito social que o reduziria à contradição capital/trabalho e esperaria aí a reprodução de uma estrutura de classes semelhante às europeias; a recusa sistemática da política de alianças e o anti-varguismo. Estes dois últimos elementos teriam retardado, em um primeiro momento, e acelerado em um segundo a ascensão da corrente ao "pódio ideológico (BRANDÃO, 1997, p. 218).

O divisor de águas que separa a marginalidade de uma posição política e intelectual de destaque dos acadêmicos paulistas, claro está, foi o golpe civil-militar de 1964. Aliás, essa foi a leitura feita por um de seus mais destacados membros. Refletindo sobre a trajetória dos participantes do grupo de estudos de O Capital, Roberto Schwarz afirmou que a derrota dos comunistas e nacionalistas parecia, retrospectivamente, ter dado razão às críticas dos intelectuais paulistas (SCHWARZ, 1999, p. 92).

> Assim, as passagens de Brandão e Schwarz destacam, como um dos pontos centrais de crítica da "Escola sociológica paulista" aos comunistas, a aliança que estes últimos haviam mantido com os nacionalistas, em particular com o trabalhismo, no período que antecedeu ao golpe. A importância da crítica ao vínculo entre a esquerda e o nacionalismo pode ser melhor aquilatada observando-se algumas passagens de dois destacados membros dessa corrente intelectual: o cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octávio Ianni.

ISBN 978-85-7205-133-0

Procurando explicar, por exemplo, a aceitação por parte da esquerda da estrutura sindical herdada do "Estado Novo", Weffort aponta os seguintes fatores:

"A aliança política da esquerda com Goulart, o desenvolvimento de uma estrutura dual do sindicalismo em que as organizações paralelas passam a complementar a organização oficial, a expansão da ideologia nacionalista que, depois da criação do ISEB, deveria orientar tanto os movimentos anti-imperialistas do período quanto a subordinação do movimento operário aos grupos populistas (…)." (WEFFORT, 1978/1979, p. 4)

Dessa maneira, ao invés de entender a polarização política e social daquele momento em termos de luta de classes, o PC teria aceito a versão nacionalista, segundo a qual o conflito fundamental se daria entre a "nação" e a "anti-nação", isto é, o imperialismo e seus representantes no Brasil. Seguindo esse argumento, o PC teria deixado de lado a teoria marxista, em favor de uma aceitação acrítica dos marcos ideológicos do nacionalismo populista, como sustenta a seguinte passagem de Octávio Ianni:

> "(…) a esquerda brasileira flutuou sempre entre dois polos: o marxismo-leninismo e a democracia populista. Todavia, entre o fascínio abstrato da teoria e o fascínio efetivo da prática, esta sempre levou a vantagem. Neste sentido, a cultura política da esquerda no Brasil não conseguiu libertar-se da cultura da democracia populista." (IANNI, 1968, p. 112)

Daí que o partido, além de emprestar seu apoio ao governo populista de João Goulart, defenderia a tese da aliança da classe operária com a "burguesia nacional", no exato momento em que esta se associava ao imperialismo contra a primeira.

Para ambos os autores, a incorporação do nacionalismo ao ideário comunista seria o elo ideológico que os teria vinculado ao que ambos denominam como "populismo". Para Weffort o "populismo" designaria uma forma de "bonapartismo", na qual o Estado, diante da ausência de uma classe ou fração de classe hegemônica, se erigiria em árbitro do conflito de classes (Weffort, 2003). Já para Ianni, ainda que empregando o conceito de bonapartismo, o termo se referiria mais especificamente à uma aliança entre a classe operária, a pequena-burguesia urbana e a burguesia industrial, em oposição às antigas oligarquias e os capitais imperialistas (Ianni, 1968, 1991). Seja como for, em ambas as versões a aliança do PCB com movimentos pluriclassistas de ideário nacionalista e anti-imperialista teria representado uma autêntica "capitulação" ideológica, responsável em grande medida pelo malogro de 64.

O intuito deste trabalho, baseado em minha tese de doutorado, é o de criticar essa tese consagrada, lançando mão da perspectiva comparada. No caso, compararei, no plano da história das ideias políticas, as relações entre marxistas de matriz comunista e nacionalistas populares no Brasil, entre os anos 50 e 60, e no Peru, entre as décadas de 20 e 30. A escolha do caso peruano se deve ao fato, apontado por alguns autores (ARICÓ, 1987a, 1987b),

ISBN 978-85-7205-133-0

(PORTANTIERO, 1987, 1990), (PORTANTIERO e DE IPOLA, 1981) e (GODIO, 1983), de que foi nesse país, por volta de 1928, que se deu - em torno das figuras polares de José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de La Torre - o primeiro grande embate ideológico entre socialistas, principalmente aqueles simpáticos à Internacional Comunista (IC), e nacionalistas populares, caracterizados pela oposição ao imperialismo e às oligarquias, pela hegemonia no campo da esquerda latino-americana[1]. Ainda segundo essa bibliografia, a cisão entre comunistas e nacionalistas populares, a qual marcaria a história da esquerda na região até pelo menos a Revolução Cubana (1959), teria obstaculizado a construção de forças sociais com capacidade contra-hegemônica.

Minha principal hipótese é de que essa relação seguiu nos dois casos padrões opostos. Enquanto no Brasil verificou-se uma convergência a partir de posições antagônicas, no país andino sucedeu o contrário, a hostilidade evoluindo a partir de uma origem comum. Por meio dessa comparação procurarei demonstrar que, ao invés de indicar a fraqueza do PCB, sua aproximação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)[2] e sua busca de inserção em um campo nacionalista mais amplo seriam indicativos de sua disposição de afirmar-se de modo positivo nos cenários político e cultural do país, nos quais a "questão nacional" ocupava um lugar central no período aberto pelo retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1950 e encerrado com a queda de Goulart em 1964.

> Se fosse preciso escolher um traço característico do século XX na América Latina, este seria, possivelmente, o ingresso definitivo das massas populares na vida política da região, as quais se chocaram contra as instituições liberal-oligárquicas legadas pelo século anterior (AGGIO, 2003, pp. 137-138).

Dentre as várias questões daí decorrentes está a de que formas ideológicas a presença popular na política deveria assumir.

Afinal, quais as ideologias ou formas discursivas que disputaram e ganharam a adesão dos grupos sociais que ascendiam à cidadania política? As correntes ideológicas que procuraram exprimir as reivindicações das massas trabalhadoras podem ser agrupadas em dois grandes ramos: de um lado, os discursos que procuraram constituir a identidade dos grupos

[1] Os autores utilizam o termo "populista". Porém, adotei a alternativa de "nacionalismo popular" pois a considero mais próxima da auto-imagem que possuíam os atores e menos carregada de uma conotação pejorativa.
[2] O PTB foi a principal força política nacionalista do período 1945-1964. Sobre sua ideologia, cf. (DELGADO, 2001).

ISBN 978-85-7205-133-0

subalternos enfatizando a noção de "classe" e, de outro, aqueles que o fizeram por meio das noções de "povo" e "nação". O primeiro caso seria representado pelas correntes de esquerda de orientação marxista (socialistas e comunistas) e o segundo pelas vertentes nacionalistas populares ou, como frequentemente são chamadas, "populistas". Se os primeiros restringiram-se ao campo da esquerda e do socialismo, os segundos tiveram uma localização mais ambígua, cruzando o espectro esquerda-direita.

A história das ideologias que, na América Latina, procuraram organizar e representar o universo das classes subalternas na região é, em grande medida, a história da disputa entre essas duas vertentes. Ao longo das décadas, marxistas e nacionalistas populares alternaram momentos de agudo conflito ou, mais raramente, de alguma aproximação ou mesmo de fusão (como no caso da Revolução Cubana de 1959). Em suma, não se pode compreender a política latino-americana no século XX sem entender essas duas correntes, ora rivais, ora aliadas.

No Peru, a crise da dominação oligárquica foi relativamente precoce, datando de 1919. Naquele ano uma série de mobilizações operárias, pela jornada de oito horas e contra a carestia, e estudantis, pela reforma universitária, em Lima acabaram levando à derrocada do governo do presidente José Pardo, cujo partido, o Partido Civil ou civilista, hegemonizava a vida política do país desde 1895, no período que ficou conhecido como "República aristocrática" (GALINDO e BURGA, 1994). Essas mobilizações assinalaram a emergência de uma nova geração no seio da intelectualidade peruana. Segundo o historiador Alberto Flores Galindo, a geração de intelectuais peruanos do decênio de 1920 teria sido uma geração "anti-acadêmica", formada nas redações jornalísticas, as quais teriam funcionado como uma "greta" no monopólio cultural exercido pela oligarquia, por meio da qual se destacaram muitos jovens oriundos das classes médias e com ideias radicais (GALINDO, 1994, p. 445).

Assim, a descontinuidade entre os intelectuais de extração e mentalidade oligárquica e a geração radical se expressa até no tipo de atividade e na forma de escrita. Enquanto, na geração anterior, os intelectuais universitários não tinham qualquer envolvimento com a imprensa, os jovens anti-oligárquicos se formaram nas redações e adquiriram um estilo por elas influenciado: frases curtas, precisão e adjetivação sóbria.

Cabe destacar também que a vida intelectual peruana nos anos 1920 não estava apenas em Lima. A existência de órgãos como *La Sierra*, editado pelo grupo "Resurgimiento" de Cuzco, e Boletín Titicaca, publicada pelo grupo "Orkopata" de Puno, mostra que os departamentos do altiplano começaram a tomar parte de modo autônomo no debate nacional.

ISBN 978-85-7205-133-0

Isso é importante para que se entenda a difusão no período do ideário indigenista. No Peru, ao longo dos anos 1920, se estabeleceu uma rede de conexões entre Lima e as capitais provinciais que envolvia a associação Pró-Indígena e os assinantes de revistas como *Amauta* ou *La Sierra*, por meio da qual os simpatizantes da causa indígena na capital se conectaram a diversos grupos de provincianos e vice-versa.

Assim, essa rede "indigenista" pôde exercer pressão dentro e fora do Estado e erigir-se em "porta-voz" e defensora das comunidades indígenas oprimidas pelos *gamonales* (BOURRICAUD, 1972, p. 111).[3] Esse conjunto de inovações indicam como as manifestações de 1919 assinalaram, no plano intelectual, uma profunda ruptura geracional no país andino. De um lado, estava a chamada "geração do centenário" – em alusão ao centenário da independência peruana (1924) – e, do outro, a "geração de 1900" (KLAREN, 2004, pp. 289-290). Enquanto os membros da primeira eram, via de regra, oriundos das classes médias provincianas e, não raro mestiços, os da segunda, como José de La Riva Aguero, Francisco e Ventura García Calderón e Victor Andrés Belaúnde, tinham origens mais aristocráticas, em geral limenhas e brancas. Além disso, enquanto a "geração do centenário" tinha um perfil político mais radical e indigenista, os adeptos da "geração de 1900", eram mais conservadores, de formação católica ou positivista e inclinações iberistas.

Entre os diversos nomes que constituem a "geração do centenário", aqueles que mais se destacaram foram, sem dúvida, Haya de La Torre e Mariátegui. Estes dois intelectuais e líderes políticos são os pontos de referência das duas principais correntes que polarizariam a esquerda peruana até o final do século XX. Além disso, ambos tiveram, relevo no panorama continental, ultrapassando as fronteiras nacionais. Por fim, os fundadores da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) e do socialismo peruano inauguram um novo modo de pensar os problemas de seu país. Nas palavras de Julio Cotler:

> "É com Mariátegui e Haya de La Torre que se iniciam no Peru novas correntes de interpretação do problema peruano que, desde distintas perspectivas e projeções políticas, buscarão compreendê-lo a partir de suas condições materiais de existência e suas relações com o passado colonial, a estrutura de classes resultante, sua implantação no Estado e sua repercussão na definição da nação peruana. (COTLER, 2009, p. 49)

É verdade que a "geração do centenário" não era homogênea e que as obras de Mariátegui e Haya de La Torre tampouco constituíram suas únicas duas alternativas. Porém,

[3] O termo *gamonal* se refere ao membro da camada senhorial do altiplano andino que mantém com os indígenas relações de tipo servil e patriarcal.

ISBN 978-85-7205-133-0

os traços comuns acima apontados permitem falar em uma "geração" que, ao se contrapor a seus predecessores, introduziu novas formas de pensar o país. Aqui cabe destacar a nova modalidade de nacionalismo que partia, não de uma "essência" acabada do que seria o Peru, mas sim do reconhecimento do caráter incompleto e inacabado da identidade nacional. Tal leitura pode ser bem exemplificada pela seguinte passagem de um dos mais conhecidos membros da geração dos anos 1920:

> "O passado peruano não é algo acabado e admirável e o Peru segue sendo uma série de compartimentos estanques, de extratos superpostos ou coincidentes e com solução de continuidade. Por tudo isso, o nacionalismo, que em outras partes não é necessário ou fatalmente está superado, urge aqui. Em outras partes o nacionalismo é algo destruidor, aqui, deve ser construtor. Construtor de consciência e de soluções. Em outras partes é ofensivo, aqui necessita ser defensivo. Defensivo contra o absenteísmo e defensivo contra a pretensão estrangeira de absorção material e mental." (BAZADRE, 1931, pp. 6-7)

Estas linhas sintetizam de modo exemplar os elementos constitutivos dos nacionalismos populares latino-americanos: o nacionalismo como força ideológica de construção de algo ainda inexistente – a nação – a qual precisa se afirmar contra forças internas e externas.

A formulação de Bazadre, a qual veio a público em 1931, parece ecoar o título de uma coluna, publicada por Mariátegui na revista *Mundial* de Lima, entre 11 de setembro de 1925 e 19 de maio de 1929 da qual saiu boa parte dos seus *Siete Ensayos*: "peruanicemos al Peru".[4] Em um artigo de polêmica com os intelectuais conservadores, os quais rejeitavam as ideias radicais por serem alheias à "peruanidade", o autor marxista foi categórico: "o Peru é ainda uma nacionalidade em formação. O estão construindo, sobre os inertes estratos indígenas, os aluviões da civilização ocidental." (MARIÁTEGUI, 1995, p. 289).

Em um artigo posterior, Mariátegui explicita qual seria o obstáculo fundamental à construção da "peruanidade"

> "O índio é o cimento de nossa nacionalidade em formação. A opressão afasta o índio da civilidade. O anula, praticamente, como elemento de progresso. Os que empobrecem e deprimem o índio, empobrecem e deprimem a nação. (…) Somente quando o índio obtiver o rendimento de seu trabalho adquirirá a qualidade de consumidor e produtor que a economia de uma nação moderna necessita em todos os indivíduos. Quando se fala da peruanidade, haveria que se perguntar se essa peruanidade compreende o índio. Sem o índio não há peruanidade possível." (*Idem*, p. 292)

[4] O volume de mesmo título que compõe as Obras Completas do autor não contém apenas os artigos escritos na referida sessão, mas também outro publicados no mesmo periódico, sob outras epígrafes, e alguns publicados em *Amauta*. Confronte-se a nota dos editores (MARIÁTEGUItegui, 1995, p. 283).

ISBN 978-85-7205-133-0

Daí que o nacionalismo conservador e iberista, ou, como preferia Mariátegui, o "nacionalismo à ultransa", seria "a única ideia verdadeiramente estrangeira" no país e, por isso mesmo, sem enraizamento real nas camadas populares (*Idem*, p. 291). Estas passagens de "Peruanicemos al Peru", esboçam os contornos de um projeto radical que articula indigenismo, nacionalismo e modernidade, o qual unificava aquilo que, no vocabulário latino-americano da época, se denominava como a "vanguarda peruana". A associação, por exemplo, entre o "peruano" e o indígena" como fundamento da nacionalidade pode ser identificada no seguinte trecho do mais conhecido discurso de Haya de La Torre:

> "O Estado não representa esses interesses (das maiorias) porque, nem na ordem material, nem na espiritual, cooperou para desenvolver aquilo que há de verdadeiramente peruano no Peru; porque depois de 110 anos de vida independente temos ainda esquecida a população herdeira dos verdadeiros donos deste solo que são os três milhões de indígenas que não sabem ler nem escrever (…)." (HAYA DE LA TORRE, 2008, p. 34)

Dessa situação, de exclusão das maiorias indígenas e de ausência de representatividade do Estado junto às massas populares, o então candidato à presidência derivava o núcleo da reivindicação política de sua agremiação:

> "Por isso é que nós temos que lutar pela peruanização do Estado e pela incorporação econômica e política das maiorias nacionais que constituem a força vital da nação e que são também as que democraticamente, por seu número e sua qualidade, têm o direito de intervir nos destinos nacionais." (*Idem*, p. 35)

Em que pese essa unidade de pontos de vista mais gerais sobre o país e seus problemas, Mariátegui e Haya de La Torre desenvolveriam importantes discrepâncias as quais acabariam por conduzi-los à ruptura em 1928, com importantes consequências para a trajetória posterior da esquerda peruana. Ainda que reivindicasse o marxismo, Haya afirmava que seu uso seria insuficiente para compreender os dilemas peruanos e latino-americanos. Para ele, o emprego do materialismo histórico pela intelectualidade do subcontinente seria mais uma manifestação de seu arraigado colonialismo mental:

"Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos" (HAYA DE LA TORRE, 2002., p. 49).

Já Mariátegui, ao invés de opor as pretensões de universalidade do marxismo à singularidade da realidade latino-americana, procurava empreender uma síntese entre o

ISBN 978-85-7205-133-0

universal e o particular. Isso fica claro na seguinte passagem de um de seus mais conhecidos texto, claramente endereçada a Haya de La Torre:

"O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém, nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é, nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específica nem particularmente europeu. É um movimento mundial ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental." (MARIÁTEGUI, 1991, p. 127)

Após a ruptura dos dois intelectuais, seus seguidores se dividiram em duas correntes político-partidárias. Enquanto os vinculados a Haya fundariam em 1931 o Partido Aprista Peruano (PAP)[5] – o qual se converteria no principal partido de massas do país – aqueles ligados à Mariátegui criariam,em 1928 o Partido Socialista Peruano (PSP), rebatizado em 1930 como Partido Comunista do Peru (PCP)[6].

> No entanto, nenhuma das duas correntes nas quais se subdividiu a esquerda peruana foi capaz de levar adiante um programa de reforma ou revolução da sociedade. Os comunistas, após a morte de Mariátegui em 1930, acabaram aderindo ao sectarismo obreirista que caracterizava a linha política da IC naquele período, isolando-se da massa popular. Já a APRA, ainda que se tenha convertido na principal força popular do país, enfrentou uma decidida oposição da oligarquia e dos militares, enfrentando longos períodos de proscrição. Dessa maneira, ainda que o Peru tenha vivido uma crise precoce da dominação oligárquica, esta não se resolveu por meio da criação de um novo regime, capaz de incorporar as massas indígenas e promover um programa de desenvolvimento autônomo, conduzindo a vida política do país a um impasse que duraria décadas (MANRIQUE, 2009, p. 53).

> Já no Brasil, esse processo se deu de modo completamente diferente e com resultados marcadamente distintos. A assim chamada "Revolução de 1930" representou o deslocamento da fração oligárquica primário-exportadora – especialmente da burguesia cafeeira paulista – por uma heterogênea coalizão, na qual confluíram as frações oligárquicas não-exportadoras e as classes médias urbanas (VIANNA, 1976, pp. 102-103). Esse processo pode ser entendido como uma

[5] A Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) foi fundada por Haya de La Torre em 1924, em seu exílio no México, como "frente única" continental contra o imperialismo. Em 1931, após o retorno de Haya ao Peru, é organizado o PAP como partido nacional. Contudo, é habitual, tanto entre adeptos como entre antagonistas, referir-se à agremiação como APRA.

[6] Mariátegui, em que pese sua declarada adesão ao comunismo, foi duramente criticado pelos representantes da IC por diversos motivos, os quais podem ser sintetizados em sua tentativa de produzir um marxismo adaptado às condições peruanas e latino-americanas. Cf. (GALINDO, 1994).

ISBN 978-85-7205-133-0

> "revolução sem revolução", conduzida pelo alto por um Estado autoritário e preservando-se a estrutura fundiária anterior, nos moldes do que Lênin denominou como "via prussiana" e Gramsci como "revolução passiva" (*Idem*, pp. 139-140).

Após um período de instabilidade e indefinição, o novo pacto se estabiliza no regime ditatorial do "Estado Novo" (1937-1945). Contudo, no momento da transição democrática de 1945, revelaram-se importantes tensões no interior do próprio bloco dirigente que se havia consolidado no período anterior. Tais divergências eram fruto de contradições internas ao processo de desenvolvimento capitalista que o país vivia desde 30. Seguiria o país em um processo de industrialização capitaneada pelo Estado, ou dever-se-ia retornar a um padrão agro-exportador pautado pelo livre comércio? Prevalecendo a opção industrializante, deveria o país apostar na formação de capitais próprios, ou necessitaria recorrer aos estrangeiros? Isso para não falar nos problemas derivados da incorporação de novas classes sociais ao Estado, como os trabalhadores urbanos: que papel poderiam ter em um contexto de abertura democrática?

> As divergências entre as diferentes frações das classes dominantes em torno dessas questões acabariam por impedir um retorno a pactos oligárquicos, abrindo caminho para uma participação, ainda que limitada a princípio, dos grupos subalternos, como ficaria claro com o retorno de Vargas ao poder de modo democrático pelo PTB em 1950, não apenas contra os setores agrupados na União Democrática Nacional (UDN), mas contra o próprio governo Dutra do Partido Social democrático (PSD), agremiação oriunda do Estado Novo.

> Nessa nova conjuntura, os temas do nacionalismo e do desenvolvimento ganhariam centralidade na vida intelectual brasileira, polarizando as posições no espectro ideológico. Dentre os que assumiam posições nacionalistas e desenvolvimentistas, ganhou importância crucial um grupo de intelectuais que, a partir de 1952, passou a se reunir no parque nacional de Itatiaia para refletir sobre os grandes problemas nacionais à luz das principais questões do mundo de então. O chamado "grupo de Itatiaia" daria origem, no ano seguinte, ao Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP) e à revista *Cadernos do Nosso Tempo*, os quais foram o ponto de partida da criação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão de pesquisa e ensino de pós-graduação vinculado ao ministério da educação (JAGUARIBE, 2005), (ALMEIDA, 2005). Para entender como os isebianos viam o nacionalismo, é útil recorrer a uma citação do sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos. Após rejeitar a identificação do nacionalismo com atitudes xenófobas ou com "modismos", este autor sustentava que: "O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, a expressão da emergência do ser nacional" (RAMOS, 1956, p. 32)

ISBN 978-85-7205-133-0

Assim, o nacionalismo era visto como uma verdadeira "necessidade histórica", ditada pelo próprio processo de desenvolvimento econômico e de afirmação popular na vida política do país. Aliás, ambos processos – o do desenvolvimento e o da democratização – eram vistos como íntima e reciprocamente imbricados. Nessa chave, o desenvolvimento econômico daria às massas a possibilidade de passar de uma condição de alienação à de sujeito histórico, como transparece na seguinte passagem da aula inaugural do primeiro ano letivo do ISEB:

"Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os seus setores, dá a indivíduos existentes no seio das massas sua oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência de sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo (…) em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente." (PINTO, 1956, p. 15)

Formulações como estas, de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos, procuravam dar resposta, no plano teórico a processos políticos concretos, notadamente a radicalização das demandas populares, as quais encontravam no nacionalismo e no trabalhismo varguista a linguagem por meio da qual se expressar.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) esteve, em um primeiro momento ,não apenas alheio, mas, por vezes, em franca oposição a essa efervescência nacionalista. Sua resposta à cassação de seu registro, ocorrida em 1947, foi uma política sectária que procurava aplicar mecanicamente ao Brasil os esquemas e consignas da Revolução Chinesa, o que pode ser verificado no conhecido *Manifesto de Agosto*, publicado por Prestes em agosto de 1950, em pleno processo eleitoral, o qual condenava todas as candidaturas presidenciais como sendo pró-imperialistas e pregava a insurreição armada das massas operárias e camponesas (PRESTES, 1950).

A oposição do PC ao 2º. Governo Vargas, no mesmo momento em que este sofria o assédio dos liberal-conservadores, levou os nacionalistas a considera-lo como força anti-nacional:

"Em suma, por motivos opostos, mas igualmente antinacionalistas, os comunistas brasileiros e os moralistas são companheiros de viagem por uma trilha que conduz, segundo eles esperam, a derrubada do atual governo do Sr. Getúlio Vargas." (CADERNOS DE NOSSO TEMPO, *1997*, p. 16).

Essa hostilidade recíproca seria reduzida, à medida em que o PC se envolveria, na prática, em campanhas nacionalistas, como a da criação da Petrobrás. Porém, uma nova linha política só viria a ser elaborada em 1958, com a chamada *Declaração de*

ISBN 978-85-7205-133-0

Março do Comitê Central (CC), a qual reconhecia o caráter progressista do desenvolvimento capitalista então em curso no país e se dispunha a integrar uma ampla frente "nacional-democrática" em prol das reformas estruturais necessárias à consecução da revolução burguesa (PCB, 1958).

Ainda que a nova orientação do partido o tenha tornado um participante efetivo no movimento nacionalista que, em inícios dos anos 60 se mobilizou pelas "reformas de base", as tensões no plano ideológico entre o "marxismo-leninismo" da agremiação e o nacionalismo popular não desapareceram de todo. Isso fica claro se se observa uma polêmica travada entre o já citado Guerreiro Ramos e Jacob Gorender, então membro do CC do PCB. Ao comentar o livro de Ramos, *A Redução Sociológica*, o dirigente comunista, ainda que elogie a obra, critica a ideia de uma "ideologia do desenvolvimento", então defendida pelos isebianos:

> "A aspiração a formular, pretensamente acima das classes, a ideologia global para uma nação, dividida em classes, constitui, consciente ou inconscientemente, genuína aspiração burguesa." (GORENDER, 1965, p. 226)

Em sua resposta, Ramos acusa seu interlocutor, em que pese suas qualidades, de ser vítima da "estreiteza específica" que a militância comunista imporia aos intelectuais (RAMOS, 1965, p. 39). Após negar que ssua obra assumiria um ponto de vista burguês, Ramos afirma que o conceito fundamental do materialismo histórico não seria a "classe operária", mas sim o de "totalidade", razão pela qual seu caráter revolucionário não estaria em um conceito particular, mas no próprio método (*Idem*, p. 41).

O que me interessa aqui é apontar como os termos e problemas de fundo da polêmica entre Gorender e Ramos são análogos aqueles que subjaziam à controvérsia que opôs no Peru, cerca de três décadas antes, Haya de La Torre e Mariátegui. Em ambos os casos, a questão fundamental que dividia os contendores era a dos alcances e das limitações de uma teoria – o materialismo histórico – que se pretendia universal para dar conta das singularidades de realidades históricas muito distintas de seu contexto de origem.

Porém, sessam aí as semelhanças. Além dos dois brasileiros não ocuparem em seu contexto político-intelectual a posição central dos peruanos, a própria polêmica não teve, nem de longe, a mesma importância histórica,

ISBN 978-85-7205-133-0

sendo uma nota marginal em um quadro de aliança entre comunistas e nacionalistas. A comparação se justifica para demonstrar como, não apenas a aproximação entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Brasil não tinha nada de automática, como também que subjaziam a ela muitas das tensões que, no Peru dos anos 20 e 30, conduziram os dois polos à ruptura.

Como então explicar a convergência entre comunistas e nacionalistas no Brasil? Para alguns, como Leôncio Martins]Rodrigues, a permeabilidade do PCB ao nacionalismo se deveria à composição pequeno-burguesa e militar que suas fileiras adquiriram com a entrada de Prestes em meados dos anos 1930 (RODRIGUES, 1997, pp 441-442). Porém, a presença massiva de quadros pequeno-burgueses em nada diferencia o PCB de outros partidos comunistas (BRANDÃO, 1997, p. 199). Já a presença de militares, ainda que seja de fato a grande peculiaridade sociológica do PC brasileiro, já existia desde a década de 1930, sendo que a orientação simpática ao nacionalismo só emergiria no final dos anos 50.

> A meu ver as razões do encontro devem ser buscadas tanto na especificidade da conjuntura interna, como também na externa. No primeiro caso, as contradições, acima aludidas, do processo de desenvolvimento capitalista pelo qual passava o Brasil davam ao nacionalismo um papel ambíguo: por um lado, a ideologia nacionalista propugnava a conciliação das classes em nome do desenvolvimento e, por outro, funcionava como vetor de polarização da sociedade e de radicalização dos setores subalternos.
>
> Já no plano externo, merece destaque a transformação sofrida pelo movimento comunista. Se entre os anos 20 e 30, a IC promovia uma política de alinhamento automático dos PCs com suas diretrizes, nos anos 50, não apenas a organização já não existia mais, como a URSS, como parte de sua política de “coexistência pacífica” com os EUA, estimulava os PCs a buscarem uma inserção legal na vida política de seus países.

ISBN 978-85-7205-133-0

Qual seria o espaço, fora do campo nacionalista, possível para o PCB, então uma agremiação clandestina, para ampliar seu enraizamento político na sociedade? Como bem anota Jacob Gorender, foi no período entre a *Declaração de Março* de 1958 e o golpe militar de 1964 que o partido atingiu seu período de maior influência política efetiva (GORENDER, 1987, p. 45). Além disso, Gildo Marçal Brandão destaca que, por mais pobre que fosse, o marxismo-leninismo do PCB acabaria por fornecer, ao lado do estruturalismo da CEPAL e das formulações do ISEB, uma teoria capaz de fundamentar a necessidade do desenvolvimento (BRANDÃO, 1997, pp. 231-233).

Como afirmei de saída, as relações entre o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular seguiriam, no Brasil e no Peru, trajetórias opostas: indo da hostilidade à aliança em um caso e de uma origem comum ao antagonismo no outro. Mais do que isso, no Peru houve um projeto da formulação de um marxismo local ou nacional, bem expresso na obra de Mariátegui, o qual, todavia, não encontrou condições históricas de se viabilizar politicamente, premido entre o "localismo" da APRA e o "cosmopolitismo" da IC. Já no Brasil, ainda que não tenha havido nada de comparável no plano intelectual, condições históricas favoráveis, tanto interna como externamente, propiciaram uma aproximação que facultou aos comunistas brasileiros um enraizamento na cultura política de seu país que de outro modo não teriam.

Assim sendo, as formulações de Weffort e Ianni a respeito de uma suposta "capitulação ideológica" do PC ao nacionalismo "populista" não levam em consideração as alternativas históricas postas diante dos atores concretos, como também falham no que se propõem a fazer, já que o fracasso das esquerdas em 64 não pode ser creditado a sua adoção de um ideário nacionalista. Afinal, poucos anos antes, uma revolução socialista vitoriosa em Cuba não partira de ideias semelhantes? Além disso, o enfoque

ISBN 978-85-7205-133-0

proposto pelos cientistas sociais paulistas desconhece o problema, a meu ver crucial, das tensões entre o marxismo como cultura intelectual e a realidade das formações sociais latino-americanas, que se evidencia de modo mais nítido no conflito entre marxistas e nacionalistas. Dessa maneira, ao invés de opor o "fascínio da teoria" ao da "realidade", se deveria indagar pelos motivos que conduziram a seu desencontro.

Bibliografia

AGGIO, A. 2003. "A Emergência das Massas e A Teoria do Populismo na América Latina". In. e La Huerta, Milton (org.). Pensar o Século XX: política e história na América Latina. São Paulo: Ed. UNESP.

ALMEIDA, C. M. de. 2005. "ISEB: fundação e ruptura". *In.* TOLEDO, C. N. *Intelectuais e Política no* Brasil: a experiência do *ISEB. Rio de Janeiro: Revan.*

ARICÓ, J. 1987a. "O Marxismo Latino-americano nos Anos da III. Internacional". In. HOBSBAWM, E. J. *1987.* História do Marxismo. *Vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra.*

_____. 1987b. "Uma Geografia de Gramsci na América Latina". *In.* NOGUEIRA, M. A. E COUTINHO, C. N. (org.). *Gramsci e A América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BAZADRE, Jorge. 1931. *Peru: problema y posibilidad.* Lima: Casa Editorial Rosay.

BOURRICAUD, F. 1972. "The Adventures of Ariel". *Daedalus. Vol. 101. No. 3. Summer.*

BRANDÃO, Gildo Marçal. 1997. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964).* São Paulo: Hucitec.

CADERNOS DE NOSSO TEMPO. 1997. "Três Etapas do Comunismo Brasileiro". *In.* SCHWARTZMANN, S. (org.). *O Pensamento Nacionalista e Os Cadernos de Nosso Tempo.* Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. UnB.

COTLER, Julio. 2009. *Classes, Estado y Nación en El Peru*. Lima: IEP.

DELGADO, L. A. N. 2001. "Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil". *In.* FERREIRA, J. (org.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ISBN 978-85-7205-133-0

GALINDO, Alberto Flores. 1994. *La Agonia de Mariátegui: la polemica com la Comintern*. *In. Idem. Obras Completas.* Vol. 1. Lima Fundación Andina.

___. E BURGA, Manuel. 1994. *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática. In.* GALINDO, A. F. *Obras Completas.* Vol. 1. Lima: Fundación Andina.

GODIO, Julio. 1983. *Historia del Movimiento Obrero en América Latina (1918-1930): comunismo y nacionalismo*. México D. F./Caracas/ Buenos Aires: Nueva Sociedad/Nueva Imagen.

GORENDER, J. 1965. "Correntes Sociológicas no Brasil". *In.* RAMOS, A. G. *A Redução Sociológica.* 2ª. edição. Rio de Janeiro: TBM.

___. 1987. *O Combate Nas Trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.

HAYA DE LA TORRE, V. R. 2008. "Discurso/Programa". *In. Obras Escojidas.* Vol. IV. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de La Torre.

___. 2002. "El Aprismo És Una Doctrina Completa y Un Método de Acción Realista". *In.* MONTESINOS, J. N. (org.). *Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora.* México D. F.: FCE.

IANNI, Octavio. 1991. *A Formação do Estado Populista na América* Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___. 1968. *O Colapso do Populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JAGUARIBE. H. 2005. "ISEB e O Desenvolvimento Nacional". *In.* TOLEDO, C. N. *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB.* Rio de Janeiro. Revan.

KLAREN, Peter. 2004. *Nación y Sociedad en La Historia del Peru.* Lima: IEP.

MANRIQUE, Nelson. 2009. *Usted Fue Aprista! Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: PUC/CLACSO.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 1995. *Peruanicemos Al Peru. In. Mariátegui Total.* VOl. I. Lima: Amauta.

___. 1991. "Aniversario y Balance". *In.* QUIJANO, A. (org.). *Textos Básicos.* México D. F.: FCE.

ISBN 978-85-7205-133-0

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). 1958. *Declaração do Comitê Central Sobre A Política do PCB. In.* http://www.marxists.org/arquivos_tematicos/documentos/novidades/. Acessado em 27/04/14.

PINTO, Álvaro Vieira. 1956. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional.* Rio de Janeiro: ISEB.

PORTANTIERO, J. C. 1990. "O Marxismo Latino-Americano". *In.* HOBSBAWM, E. J. (org.). *História do Marxismo*. Vol. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___. 1987. "O Nacional-Popular: Gramsci em chave latino-americana". *In.* NOGUEIRA, M. A. E COUTINHO, C. N. (org). *Gramsci e A América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ . E De IPOLA, E. 1981. "El Nacional-Popular y Los Populismo Realmente Existentes". *In. Nueva Sociedad*. No. 54, maio/junho. Caracas: Nueva Sociedad.

PRESTES, Luís Carlos. 1950. "Manifesto de Agosto". Disponível em http://www.brasilrepublicano.org.br/. Acessado em 29/04/14.

RAMOS. 1965. *A Redução Sociológica*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: TBM.

___. 1956. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ediorial Andes.

SCHWARTZ, Roberto. 1999. "Um Seminário de Marx". *In. Idem. Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIANNA, Luís Werneck. 1976. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WEFFORT, F. C. 1978/1979. "A Democracia e O Movimento Operário". *In. Revista de Cultura Contemporânea*. Nos. 1 e 2. São Paulo: CEDEC.

___. 2003. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ISBN 978-85-7205-133-0

O RECONHECIMENTO NA EXPANSÃO DOS DIREITOS NA BOLÍVIA PELOS MOVIMENTOS INDÍGENAS[1]

Andrey Borges Pimentel Ribeiro
Mestrando
Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFG
Email: andy_rib@hotmail.com

Resumo: O artigo busca recompor a história política e constitucional da Bolívia a partir da teoria do reconhecimento de Honneth. Isto é feito, primeiramente, recompondo a teoria social de Honneth. Em seguida, é apresentada a história política e constitucional boliviana à luz da resistência e do conflito com vistas à negação do reconhecimento por parte do Estado aos povos indígenas daquele país. E, finalmente, demonstra a expansão de direitos na Constituição de 2009 em contraposição às anteriores, especialmente a de 1967.

Palavras chaves: Política; Constituição; Conflito; Resistência; Negação.

Abstract: The article seeks to reconstruct the Bolivia's political and constitutional history since the Honneth's theory of recognition. This is done, first, rebuilding the Honneth's social theory. Then presents the bolivian's political and constitutional history beyond resistance and conflict through denial of recognition by the State to the indigenous peoples of the country. And finally, shows an expansion of rights in 2009 in contrast to the previous constitutions, especially 1967.

Key words: Politic; Constitution; Conflict; Resistance; Denial.

Introdução

A Constituição da Bolívia de 2009 traz uma ampla gama de direitos sociais, sobretudo voltados para a questão indígena. Estes direitos constitucionais amplos são frutos de uma história política baseada na resistência indígena que se caracteriza pelo combate às negações de reconhecimento por parte do Estado. Nesse sentido, a pergunta que anima este artigo é: a teoria social do reconhecimento de Axel Honneth pode contribuir para explicar a expansão dos direitos na Bolívia pelos movimentos indígenas mediante a Constituição de 2009?

[1] Parte do desenvolvimento deste artigo é objeto de minha Dissertação de Mestrado em andamento, mas com outra perspectiva, pois não utilizo Teoria do Reconhecimento como aporte teorético em minha Dissertação.

ISBN 978-85-7205-133-0

A teoria do reconhecimento contemporânea tem raízes na filosofia hegeliana. A opção teorética é a perspectiva de reconhecimento prevista em Axel Honneth e sua proposta de teoria social de teor normativo. Honneth (2003) ressalta que sua abordagem carece de testes empíricos, baseados na história. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo recompor a história política e constitucional da Bolívia tendo em vista a teoria do reconhecimento de Honneth.

Para tanto, opta-se pela metodologia estudo de caso em que há uma relação de causalidade entre os eventos, a saber, entre a denegação de direitos e a motivação para a resistência com o escopo de ampliar o rol jurídico estatal. Ademais, evidencia uma comparação entre os textos constitucionais de 2009 e o de 1967 através de análise documental. Isto é feito, primeiramente, recompondo a teoria social de Honneth. Em seguida, é apresentada a história política e constitucional boliviana à luz da resistência e do conflito com vistas à negação do reconhecimento por parte do Estado aos povos indígenas daquele país. E, finalmente, demonstra a expansão de direitos na Constituição de 2009 em contraposição às anteriores, especialmente a de 1967. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas no presente artigo.

1. A Teoria Social do Reconhecimento de Axel Honneth

"Luta por Reconhecimento" é a obra central do autor alemão Axel Honneth, publicada em 1992. Sua base filosófica hegeliana é evidenciada pelo próprio autor (NOBRE, 2003), sendo que Honneth concentra sua tese nos escritos primeiros de Hegel, em Jena, pois, segundo o mesmo (2003), é neste momento[2] que Hegel expõe seu potencial teorético em uma construção social cujo cerne é a luta por reconhecimento. O livro em tela é proveniente da tese de livre-docência de Honneth, e, conforme o próprio autor deixa claro no prefácio de sua obra, é uma tentativa de "desenvolver os fundamentos de uma teoria social de teor normativo" (HONNETH, 2003, p. 23).

Honneth se propõe a resgatar o potencial conflitivo de Hegel. Esta tarefa tem duas metas preliminares: primeiro, transpor a metafísica hegeliana para uma base empírica; segundo, atualizar essa estrutura tendo em vista a sociedade contemporânea (HONNETH, 2003, p. 117-118). Mead é o referencial teórico de Honneth para cumprir os dois objetivos acima destacados. No caso, Mead e sua psicologia social perfazem um caminho para "traduzir

[2] Honneth retoma o jovem Hegel e seu potencial de luta por reconhecimento, potencial este, que, segundo o próprio Honneth, se perde em suas obras posteriores. No caso, Honneth tenta revitalizar esse potencial hegeliano em uma inovadora teoria social que é o cerne de seu trabalho.

ISBN 978-85-7205-133-0

a teoria hegeliana da intersubjetividade em uma linguagem teórica pós-metafísica" (HONNETH, 2003, p. 123).

Tal qual Hegel, Mead parte da constituição do indivíduo através de relações intersubjetivas. Também acompanha Hegel na tríade que vai desde o amor, passando pelo direito até a sociedade. Em uma construção diferente com base na psicologia, Mead explica a formação do ser desde a sua concepção no ventre materno até a sua inserção na seara social em uma dinâmica reflexiva cujo movimento é constante na definição de si, partindo da dupla consecução do ser enquanto sujeito e objeto, em que primeiro constitui o objeto de si para depois entendê-lo como sujeito na interação intersubjetiva[3]. Todo esse processo tem por escopo a formação da identidade no ser individuado progressivamente (HONNETH, 2003, p. 144). Mead coaduna com Hegel quanto ao significado da ampliação do reconhecimento jurídico como uma evolução moral da sociedade, em que dois processos se evidenciam: primeiro, um aumento da "dimensão do espaço para a liberdade individual"; segundo, um incremento social tangente ao "número crescente de sujeitos pela adjudicação de pretensões jurídicas" (HONNETH, 2003, p. 146). Mas, assim como Hegel, Mead se perde em seu quadro explicativo. Quando Mead tenta conectar o ser à sociedade em sua luta por reconhecimento, reduz a realização de si à "experiência do trabalho socialmente útil" e "não se conclui daí uma independência em relação às finalidades éticas da coletividade correspondente" (HONNETH, 2003, p. 150-151).

Em todo caso, a psicologia social de Mead permite uma "inflexão 'materialista'" da luta por reconhecimento hegeliana (HONNETH, 2000, p. 155). O trabalho de Honneth (2000, p. 156) é contemporizar Hegel a Mead em uma justificação consoante aos "resultados da pesquisa empírica". Nas palavras de Honneth (2003, p. 157): "tanto em Hegel como em Mead não se encontra uma consideração sistemática daquelas formas de desrespeito que podem tornar experienciável para os atores sociais, na qualidade de um equivalente negativo das correspondentes relações de reconhecimento, o fato do reconhecimento denegado". Um desenho normativo passa a ser delineado na explicação da resistência social quanto à sua motivação, isto é, o reconhecimento opera de maneira dialética correlata à sua própria negação. Primeiramente, o amor e sua integridade corporal têm como contraponto os maus-tratos físicos cujo efeito é a perda de confiança em si mesmo (HONNETH, 2003, p. 214-216).

[3] Ressalta-se, neste ponto, que o reconhecimento adquire para Honneth, inspirado em Mead, um aspecto pré-linguístico na formação do ser desde o amor maternal, o que não afasta a importância da linguagem na maior parte das relações sociais intersubjetivas voltados para o reconhecimento.

ISBN 978-85-7205-133-0

Em seguida, o direito e a integridade social têm como antípodas a privação de direitos e a exclusão que geram a perda do respeito em si próprio (HONNETH, 2003, p. 216-217). Por último, a solidariedade tem seu oposto na degradação e na ofensa que impedem a dignidade resultando em perda de estima pessoal (HONNETH, 2003, p. 217-218).

Em Hegel e Mead "faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa" (HONNETH, 2003, p. 220), por isto, o autor de "Luta por Reconhecimento" busca na psicologia pragmática de Dewey uma "concepção dos sentimentos humanos nos termos da teoria da ação" em que "os sentimentos representam de modo geral as reações afetivas no contrachoque do sucesso ou do insucesso de nossas intenções práticas" (HONNETH, 2003, p. 221). Dessa forma, Honneth (2003, p. 224) situa a luta por reconhecimento em função de impulsos motivacionais derivados de "reações emocionais de vergonha" em que "os sujeitos humanos não podem reagir emocionalmente neutros às ofensas sociais".

A explicação da resistência em termos normativos parte de pressupostos sensitivos de injustiça, sendo que seus motivos "se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas" (HONNETH, 2003, p. 258). Há, portanto, uma eticidade coletiva que leva o sujeito e sua correlata experiência pessoal a se inserir em um "círculo de muitos outros sujeitos" afastando qualquer posição de neutralidade diante do desrespeito, o qual não é "passivamente tolerado" e "restitui ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito perdido" (HONNETH, 2003, p. 258-260). A busca de um critério normativo reflete a equação entre as determinações formais e abstratas concernentes ao indivíduo e seu potencial e as perspectivas concretas e externas esboçadas no teor comunitário (HONNETH, 2003, p. 271-272). A despeito da insuficiência das teorias de Hegel e Mead, "ambos avançaram até o limiar em que começa a se entrever um conceito de solidariedade social que aponta para uma estima simétrica entre cidadãos juridicamente autônomos" (HONNETH, 2003, p. 279). Neste ponto se engendra o critério de Honneth (2003, p. 279) considerando a tríade tipológica de Hegel e Mead como uma retroalimentação sistemática com vistas à "comunidade de valores" a qual define as "finalidades partilhadas em comum (...) submetidas às limitações normativas postas com a autonomia juridicamente garantida de todos os sujeitos, é o que resulta de sua posição num tecido de relações".

ISBN 978-85-7205-133-0

A receita de Honneth para equilibrar a tensão entre o universal e a especificidade é a simetria, a qual possibilita uma luta por reconhecimento que alargue o escopo ético em uma espiral constante e evolutiva cujo resultado é um progresso moral da sociedade apoiado em buscas por estima. Mas, essa indicação de critério normativo de cunho material deve se atentar para a complexidade contemporânea e sua vasta gama de intenções, o que estimula movimentos políticos a atuarem incisivamente. Por isso, Honneth (2003, p. 280) diz que o arsenal de valores materiais ainda precisa ser bastante ampliado, o que renova o conflito e, na condição atual, demonstra ainda uma tensão insuperável. O ativismo político dos movimentos sociais na teoria de Honneth é uma busca por reconhecimento no binômio igualdade/desigualdade, sendo que o direito aparece como uma referência para esta busca, pois, quando o direito não reconhece ou reconhece erroneamente – que é o mesmo que não reconhecer – a tensão social continua no ativismo político. Nesse diapasão, Honneth (2003) indica que sua teoria normativa requer testes empíricos, sobretudo em termos históricos, assim, a história política e constitucional boliviana segue como um ambiente propício para estabelecer a relação entre a atuação política indígena em função do reconhecimento ou não de suas reivindicações a partir do direito, mais especificamente, constitucional.

2. História política e constitucional boliviana em função da resistência indígena[4]

À ordem colonial, seguiu-se a instauração da República na Bolívia proclamada em 1825[5]. Uma Assembleia Constituinte se instaurou ainda naquele ano e dela resultou uma Constituição, porém, não foi aprovada. Apenas no ano seguinte, 1826, surgiu a primeira Constituição da Bolívia, redigida por Símon Bolívar[6] (KLEIN, 2010). Apesar de Símon Bolívar ter encerrado formalmente o tributo indígena e a servidão obrigatória, seu sucessor, Antônio José Sucre, derrogou tais medidas, sendo que "eram precisamente os tributos indígenas que passariam a ser um dos sustentáculos econômicos da República, sobretudo durante a primeira metade do século XIX" (CAMARGO, 2006, p. 118). Da mesma forma, a servidão indígena continuou no cenário republicano, sob outras modalidades, tanto no campo

[4] Todo este tópico faz parte de minha pesquisa de dissertação, com breves adaptações.
[5] A Bolívia se declarou independente da Espanha em 1809, durante o período das invasões napoleônicas na Europa continental quando a Espanha e suas colônias foram controladas pela França. No entanto, à independência seguiram-se mais de uma década de guerras na Bolívia até a proclamação da República.
[6] Símon Bolívar foi o primeiro presidente da Bolívia.

ISBN 978-85-7205-133-0

quanto nas cidades. Em outras palavras, a situação dos indígenas piorou com a independência da Bolívia, pois não tinham qualquer representação política[7].

A Constituição de 1826 durou muito pouco tempo, e já no ano de 1831 durante a presidência do general Santa Cruz y Calahumana foi aprovada outra Constituição, que introduziu o bicameralismo e substituiu a presidência vitalícia por um mandato de quatro anos renováveis. No ano de 1836, Peru e Bolívia se juntaram na Confederação Peru-Boliviana, e foi elaborada mais uma Constituição nesse mesmo ano. Essa Constituição, muito similar à de 1831, durou tão pouco quanto à própria Confederação, a qual findou em 1839. Neste mesmo ano, mais uma Constituição foi criada em substituição às anteriores (KLEIN, 2010). De 1839 a 1880, as oligarquias bolivianas dominaram o cenário político, sendo que, quando uma oligarquia substituía a outra no poder, logo tratava de legitimar seu poder mediante uma nova Constituição (CARMAGNANI, 1984). Por essa razão, o período abriga seis Constituições – 1843, 1851, 1861, 1868, 1871 e 1878 – que têm em comum a concentração do poder no Executivo.

Na história boliviana, a Constituição de 1880, elaborada após a derrota na Guerra do Pacífico para o Chile, foi a que teve maior longevidade. Entretanto, o Estado boliviano ao final do século XIX continuava um governo "civilista e oligárquico" (CAMARGO, 2006, p. 127). Foi nesse contexto que Zárate Willka, o *Mallku*[8], em 1899, apareceu como uma figura que uniu os índios, em especial, quéchuas e aimarás, em função de uma causa comum pela questão indígena. Apesar de capturado e assassinado no cárcere em 1903, Zárate Willka e os levantes por ele organizados conseguiram emplacar uma nova dimensão do indígena, que "marca o nascimento do índio político" (CAMARGO, 2006, p. 130).

A Bolívia viveu uma espécie de "apartheid" (CAMARGO, 2006, p. 130-134) cujo ápice compreendeu do final do século XIX até a primeira metade do século XX, momento em que foram deflagrados ciclos de rebeliões entre 1910 e 1930. Após esse interstício, ocorreu a Guerra do Chaco contra o Paraguai entre os anos de 1932 e 1935. A derrota escancarou a ausência completa de uma unidade política em torno de uma ideia de nação. Desenvolveu-se a consciência social na Bolívia de que não existia "povo boliviano", pois o indígena fora alijado do processo nacional (CAMARGO, 2006, p. 134-139). A Constituição de 1938, confeccionada logo após a Guerra do Chaco continuava silente quanto à questão indígena,

[7] No período colonial, "ao menos teoricamente, eram representados por autoridades, como o *corrigidor de indios*" (CAMARGO, 2006, P. 119).
[8] "Personificação do cunho sagrado do *ayllu* como um todo" (CAMARGO, 2006, p. 48-49).

ISBN 978-85-7205-133-0

assim como as Constituições de 1945 e de 1947. Todavia, após a guerra contra o Paraguai, os movimentos indígenas ganharam corpo, culminando na Revolução de 1952[9].

A Revolução de 1952 é fundamental para a compreensão da Bolívia contemporânea (CANQUI, 2012). A essência revolucionária está em incluir politicamente novos grupos sociais em uma remodulação de Estado representativo de tais grupos. Com propostas de reformas, a inspiração da Revolução é a questão da identidade nacional. O índio é aglutinado a uma visão de classe[10], tratado como campesino. Se por um lado deu visibilidade ao índio, por outro, negou-lhe sua condição étnica. Dentre as medidas pós-revolucionárias, destacaram-se as reformas agrária de 1953 e a educacional de 1955, bem como a centralidade do Estado na gestão econômica (CAMARGO, 2006, p. 150-153).

O termo índio nos trâmites revolucionários de 1952 mantinha um sentido pejorativo e deveria ser substituído por campesino. A negação da etnicidade indígena continuou no Estado boliviano pós-revolucionário (CAMARGO, 2006, p. 155). A saída era integrar o índio à classe campesina[11], pois o mesmo constituía capital político. Assim, o índio passou a ter direito ao voto e a ser organizado pelo sindicalismo[12]. A despeito das críticas quanto à questão indígena ser negada pela Revolução, a mesma teve o mérito de possibilitar a "projeção política de sua [do índio] diferença étnica e cultural" (CAMARGO, 2006, p. 163). Isto é, foi possível a discussão da causa indígena, a qual foi amadurecendo após 1952 (CANQUI, 2012).

A aparição do katarismo, que disseminou a identidade aimará na década de 1970, foi possível após a Revolução de 1952 (CANQUI, 2012, p. 205-214). Desta maneira, o Manifesto de *Tiahuanacu*, de 1973, proveniente do katarismo reconheceu a contribuição da Revolução de 1952, mas inovou ao evocar as lutas anticoloniais dos séculos anteriores, elaborando a noção de maioria étnica nacional consciente de sua força e reinterpretando mitos andinos em sua composição ética para uma projeção pública do movimento (CAMARGO, 2006, p. 149-169). O katarismo estimulou a criação de uma organização política própria que desencadeou uma série de ações coletivas. Seu apelo ético ancestral serviu como fonte moral de resistência em discursos contundentes pela autonomia indígena (CAMARGO, 2006, p. 170-175).

[9] A Revolução de 1952 na Bolívia, "compara-se, em termos históricos, à Revolução mexicana de 1910 e à Revolução cubana de 1959, as três representando, igualmente, momentos traumáticos de redefinição política, econômica e até mesmo cultural, em seus respectivos países" (CAMARGO, 2006, p. 149).
[10] O enquadramento do índio como elemento revolucionário encontra eco no pensamento de Mariátegui (1981).
[11] Esta formatação encontrou resistência "na forma de militância aimará que se exprime ainda hoje como etnia e comunidade" (CAMARGO, 2006, p. 157).
[12] Também o sindicalismo não conseguiu lograr pleno êxito enquanto forma de organização, pois "não constituiu, mesmo após 1952, modalidade universal de organização da população rural" (CAMARGO, 2006, p. 157).

ISBN 978-85-7205-133-0

Obviamente que o ativismo encontrava dificuldades e fragmentações, mas conseguia, em grande medida, vincular o indígena a uma unidade ética comum.

De 1964 a 1982, a Bolívia viveu a ditadura militar, a qual, de certa forma, continuou o modelo governamental centrado no Estado desde a Revolução de 1952. A Constituição de 1967 se insere no contexto pós-revolucionário, situando o reconhecimento de direitos de povos indígenas entre suas disposições, contudo, de maneira tímida e ainda com teor integracionista. Até a década de 1980, entretanto, "não se contestava o caráter integracionista das legislações nacionais de proteção às populações indígenas" (CAMARGO, 2006, p. 175). Porém, as grandes narrativas da história passaram a ser questionadas, sobretudo com o pensamento pós-colonial[13]. Houve uma gradual substituição do discurso integracionista "pelo reconhecimento de realidades multiétnicas em vários países" (CAMARGO, 2006, p. 178).

Com o fim dos regimes militares em 1982, Siles Zuazo assume a presidência até 1985, quando Paz Estenssoro volta para exercer seu quarto mandato. O governo de Estenssoro tem como principal característica o rompimento com "o paradigma econômico do Estado" (CAMARGO, 2006, p. 181), o que na prática significou uma adequação ao modelo neoliberal. Paz Zamora, que governou a Bolívia entre 1989 e 1993, sucedendo Paz Estenssoro, deu continuidade ao modelo neoliberal de seu predecessor. Houve larga expulsão do camponês da zona rural, o que gerou inchaço urbano ao mesmo tempo em que a população rural não conseguia participação política e econômica. Ademais, o Estado se tornava cada vez mais fraco e ausente, possibilitando "clientelismo e fragmentação na ordem política" (CAMARGO, 2006, p. 182).

Entre 1993 e 1997, presidiu a Bolívia Sanchez de Lozada. Seu governo foi "o mais ambicioso programa de reformas estruturais na Bolívia desde a Revolução de 1952" (CAMARGO, 2006, p. 183). Empreendeu reformas econômicas, administrativas e educacionais. A questão indígena pautou seu governo, inclusive com uma reforma constitucional em 1994 e a "introdução da representação parlamentar distrital" (CAMARGO, 2006, p. 185). Também promulgou, durante sua gestão, a Lei de Participação Popular de 1994, a qual municipalizou a zona rural permitindo maior interação entre o Estado e aquele meio. Uma consequência desta lei foi a abertura de espaço institucional para lideranças indígenas (CAMARGO, 2006, p. 186).

[13] O uso deste "termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra" (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

ISBN 978-85-7205-133-0

Banzer Suárez, presidente à época da ditadura boliviana, voltou à cadeira política do executivo em 1997; no entanto, não deu continuidade às reformas de Lozada. Seu governo foi marcado por crises, muitas associadas ao "aprofundamento da descrença popular nos méritos do regime econômico neoliberal" (CAMARGO, 2006, p. 187). A Bolívia demonstrava ser um país extremamente frágil economicamente, evidenciado pela contração do Produto Interno Bruto entre 1999 e 2000. Os protestos passaram a ser uma constante em seu governo, articulado por vários grupos não setorizados, ou seja, havia um estado de crise geral que nos anos 2000 corresponderam a conflitos drásticos e "levaram Banzer a decretar o estado de sítio" (CAMARGO, 2006, p. 188). É deste período a Guerra da Água motivada pela concessão do governo à exploração da água, riqueza natural do país.

O presidente supracitado não terminou seu mandato, e seu vice, Jorge Quiroga, assumiu a presidência em 2001 (CAMARGO, 2006, p. 189). Seu governo durou até 2002, quando Sanchez de Lozada voltou à presidência. Porém, Lozada encontrou seu modelo neoliberal sendo alvo de protestos. Ademais, o país estava dividido por levantes e movimentos sociais atuantes. O então presidente, Sanchez de Lozada, se viu diante de um quadro de crise acentuado, o qual ele não conseguiu contornar, nem mesmo com as reformas constitucionais de 2002. Assim, em 2003, os protestos ganharam formas agudas e eram reprimidos da mesma maneira pelo governo. Além de estradas bloqueadas, La Paz se viu paralisada e cercada de violência traduzida em mortes (CAMARGO, 2006, p. 190-191).

Lozada foi forçado a renunciar seu mandato ainda no ano de 2003, o qual é marcado pela Guerra do Gás, tendo em vista o projeto de venda de gás para os Estados Unidos da América[14]. O vice de Lozada, Carlos Mesa, assumiu em meio à tensão gerada pelos hidrocarbonetos. Embora os ânimos tenham sido, de certa forma, apaziguados, inclusive por reformas constitucionais em 2004, Mesa não conseguiu lograr êxito frente à crise generalizada no país, levando-o a renunciar após intensos problemas sociais em junho de 2005. Em seu lugar, eleito pelo Congresso, ocupou o posto de presidente da Bolívia entre junho de 2005 e janeiro de 2006, de forma interina, Eduardo Rodríguez Veltzé, ex-presidente da Corte Suprema de Justiça do país. Também realizou reformas constitucionais em 2005, porém, seu governo, na realidade, tinha a missão de organizar novo pleito eleitoral para presidente, o que ocorreu ainda em 2005, tendo sido eleito Evo Morales[15], o primeiro presidente indígena da

[14] Este projeto foi "o grande tema unificador dos protestos que apearam o Presidente Sanchez de Lozada do poder" (CAMARGO, 2006, p. 191)
[15] Antes de ter sido presidente, Evo Morales foi deputado eleito em 1997 e 2002.

ISBN 978-85-7205-133-0

Bolívia e atual presidente do país, ligado ao movimento cocaleiro. Porém, Morales é produto de uma história política de denegação de direitos aos indígenas e resistência destes.

Ainda no ano de 2002, Evo Morales "foi vítima de manobra do governo Quiroga" (CAMARGO, 2006, p. 203), o que o fortaleceu politicamente, pois soube articular tal fato como perseguição das elites e partidos tradicionais. Já neste ano de 2002, o Congresso mostrava algo novo e surpreendente para a realidade boliviana: uma verdadeira divisão na composição dos congressistas, sendo que metade deles era formada por "congresistas vestidos de chamarras, ponchos y sombreros" (SANJINÉS, 2004, p. 203), os quais transpareciam nas vestimentas suas origens campesinas e indígenas. A composição de metade do Congresso por camponeses e indígenas em 2002 é anterior à presidência de Evo Morales em 2005 e também a convocação de uma Assembleia Constituinte em 2006 com a subsequente promulgação da Constituição da Bolívia de 2009.

3. Expansão dos direitos indígenas na Constituição da Bolívia de 2009 em contraposição à Constituição de 1967[16]

A Assembleia Constituinte, após aprovada sua instituição em 2006, foi regulamentada para operar a partir de 21 comissões temáticas distribuídas pelo território boliviano. Seu funcionamento foi estendido até dezembro de 2007. O tumulto foi constante nos trabalhos da Assembleia, "e somente após um acordo no Congresso, com numerosas modificações no texto, é que a Constituição seria conduzida até sua aprovação" (SCHAVELZON, 2010, p. 4).

A questão indígena e sua busca por reconhecimento passou a compor a agenda pública a partir da Revolução de 1952. Desde então, através de ações incisivas, a situação de exclusão social do indígena e a denegação de reconhecimento étnico foram alimentadas no debate político. A amplitude do debate público sobre a questão indígena é proporcional à evolução do ativismo político dos movimentos indígenas desde 1952. Os protestos drásticos da década de 2000 como a Guerra do Gás e a Guerra da Água precederam a instauração da Assembleia Constituinte em 2006 a qual funcionou como uma institucionalização de um espaço para deliberação. A extensão temporal da Assembleia até 2007 mostrou um fluxo interacional entre o espaço institucional máximo e as comissões que intermediavam as propostas debatidas em ambientes mais localizados.

[16] Todo este tópico faz parte de minha pesquisa de dissertação, com breves adaptações.

ISBN 978-85-7205-133-0

Na confecção do texto constitucional durante a Assembleia, os propósitos indígenas foram se materializando nos artigos. A reestruturação do Estado tendo em vista sua etnia multifacetada deu a tônica das discussões que engendraram a nomenclatura Plurinacional ao Estado da Bolívia. O artigo 5º da Constituição de 2009 evidencia isto com o reconhecimento oficial de 36 línguas indígenas, sendo que o inciso segundo do mesmo dispositivo impõe a obrigatoriedade de cada departamento manter documentos oficiais em pelo menos duas línguas: espanhol e outra língua indígena (SCHAVELZON, 2010, p. 4-5). Dessa maneira, vale destacar que "a ideia de Estado Plurinacional aludia a formas ou sentidos políticos diversos e, às vezes em conflito (...) [mas] não seria o único tema aberto a controvérsias" (SCHAVELZON, 2010, p. 8).

A Constituição de 2009 consiste em uma ampliação do escopo normativo em relação à Constituição de 1967. Não somente a forma textual mais ampla, como também as matérias tratadas pela Constituição de 2009, permitem inferir que houve uma modificação institucional substantiva se comparada com a Constituição anterior, de 1967, ainda que consideradas as reformas desta, a saber, nos anos de 1994, 2002, 2004 e 2005. As comparações feitas consideram a Constituição vigente a partir de 2009 em relação à Constituição de 1967, consolidada pelas referidas reformas. A seguir são trazidos dispositivos da Constituição de 2009 sem correspondentes na Constituição de 1967.

A Constituição da Bolívia de 2009 traz dispositivos constitucionais inéditos[17] na história do constitucionalismo boliviano. A primeira novidade fica por conta da compreensão da Bolívia enquanto Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, de acordo com o artigo 1º. A novidade se concentra na plurinacionalidade e no comunitário, pois não há correspondentes na Constituição de 1967. Esta última já previa a Bolívia como sistema unitário e Estado de Direito Social Democrático desde seu texto original. Mas, a despeito das modificações de 1994 e 2004, as quais compreenderam a Bolívia como multiétnica e pluricultural[18], continuava a propagar uma versão uníssona de povo boliviano que está longe da proposta de plurinacionalidade. A plurinacionalidade, por outro lado, remete a questões cruciais e necessárias para o contexto boliviano: a descentralização e a autonomia, ambas ratificadas no artigo 1º da Constituição de 2009 e sem correspondente na de 1967.

[17] De acordo com Schavelzon (2010, p. 447), "os primeiros artigos da nova Constituição (foram) redigidos pela Comissão Visão País a partir da proposta das organizações sociais no Pacto de Unidade, integrado por indígenas das terras altas e das terras baixas, camponeses e colonizadores, e também com a participação de setores do MAS afins a estas colocações".

[18] Tais reformas foram feitas sob as orientações do multiculturalismo, sendo um de seus expoentes Charles Taylor, que também trabalha com a categoria "reconhecimento", mas distinta da de Honneth (SOUZA, 2000).

ISBN 978-85-7205-133-0

O artigo 2º da Constituição de 2009 declara a existência pré-colonial das nações indígenas em seu território, o que fundamenta seu direito à autonomia, ao autogoverno, à cultura, ao reconhecimento de instituições e à consolidação de territórios. Por óbvio que, se o Estado reconhece constitucionalmente estes direitos às nações de origem pré-coloniais, há, formalmente, uma redefinição da extensão do poder político estatal.

Uma definição normativa de nação boliviana aparece no artigo 3º da Constituição de 2009, o qual é composto pela totalidade de bolivianas e bolivianos, – preocupação com a inclusão de gênero – de nações e povos indígenas originários campesinos, e as comunidades interculturais e afro-bolivianas. Ainda de acordo com o dispositivo, em conjunto essa nação constitui o povo boliviano. Essa concepção constitucional não é exaustiva, ou seja, não contempla em si própria tudo o que representa ser o povo boliviano. O que há é uma pretensão de se ampliar o escopo de nação e povo bolivianos, ampliando os conceitos de nação e de povo tradicionais. Não se trata, portanto, de uma nova conceituação, mas simplesmente uma tentativa de não excluir aqueles que não foram historicamente contemplados pelo processo político na Bolívia.

A Constituição de 2009, ao contrário da de 1967 que declarava o Estado boliviano católico apostólico romano, declara em seu artigo 4º o Estado independente de religião, o que amplia o campo de manifestação de outras religiões, sem o constrangimento de estar desconforme com a religião oficial do Estado, fazendo com que as diversas celebrações de cultos, credos e seitas, além de permitidas, sejam também legítimas.

O reconhecimento dos idiomas indígenas como oficiais pareados com o castelhano afirma a extensão da plurinacionalidade do Estado. O artigo 5º, I da Constituição de 2009 reconhece vários idiomas – total de 36 – como oficiais no Estado da Bolívia. Na prática, com a Constituição de 2009, o acesso às questões de Estado é aumentado, tendo em vista que a língua não pode ser fator de limitação às pessoas quanto à coisa pública.

A soberania, atributo tradicional de conceituação do Estado, é alargada em termos de exercício. Assim, a soberania na Constituição de 2009 reside no povo, sendo este seu titular, todavia, o exercício desta soberania no artigo 7º da Constituição vigente, compreende, além da forma delegada, a forma direta.

Em relação aos valores e fins do Estado, a Constituição de 2009 reconhece em seu texto perspectivas axiológicas indígenas (viver bem, não ser mentiroso, não ser ladrão). Os artigos 8º, 9º e 10 reconhecem valores e fins de um Estado pacífico e pautado em valores

ISBN 978-85-7205-133-0

indígenas, dentre outros, afirmando mais uma vez, a ideia de Estado Plurinacional. No mesmo diapasão, ao dispor sobre sistema de governo, a Constituição da Bolívia de 2009 prevê o exercício da democracia de forma comunitária, que é justamente uma maneira de garantir autogoverno aos índios (item 3 do artigo 11).

Com relação ao funcionamento dos poderes de Estado, a Constituição de 2009 afirma o poder do Estado através dos órgãos Executivo, Legislativo, Judiciário e Eleitoral (artigo 12, I). Isto porque o exercício da soberania popular é redimensionado nesta última Constituição em função do exercício da democracia, o qual, além de representativo, pode também ser direto e participativo e, ainda, comunitário. Daí o estabelecimento de um órgão Eleitoral de poder estatal (constitucionalizado entre os artigos 205 e 208).

Do artigo 13 ao artigo 107 (e isto incluem os incisos) da Constituição de 2009, são arrolados direitos fundamentais e garantias, que podem ser resumidos nos seguintes: disposições gerais destes direitos fundamentais e garantias (artigos 13 e 14); direitos fundamentais (artigos 15, 16, 17, 18,19 e 20); direitos civis (artigos 21, 22, 23, 24 e 25); direitos políticos (artigos 26, 27, 28 e 29); direitos das nações e povos indígenas originários campesinos (artigos 30, 31 e 32); direito ao meio ambiente (artigos 33 e 34); direitos à saúde e à seguridade social (artigos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45); direito ao trabalho e ao emprego (artigos 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55); direito à propriedade (artigos 56 e 57); direitos da infância, adolescência e juventude (artigos 58, 59, 60 e 61); direitos das famílias (artigos 62, 63, 64, 65 e 66); direitos das pessoas maiores adultas (artigos 67, 68 e 69); direitos das pessoas com incapacidade (artigos 70, 71 e 72); direitos das pessoas privadas de liberdade (artigos 73 e 74); direitos dos consumidores (artigos 75 e 76); direitos à educação (artigos 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 e 97); direitos às culturas (artigos 98, 99, 100, 101 e 102); direito à ciência, tecnologia e investigação (artigo 103); direitos ao deporto e recreação (artigos 104 e 105); direitos à comunicação social (artigos 106 e 107). O artigo 108 da Constituição de 2009 arrola deveres das bolivianas e dos bolivianos.

Apenas a título de direitos fundamentais, é possível contabilizar 92 artigos – do artigo 15 ao artigo107 (desconsiderados aqui, os incisos e itens de cada artigo) na Constituição da Bolívia de 2009. Esta evidência em termos de ampliação da concessão de direitos é majorada pelas garantias dos mesmos por diversos dispositivos constitucionais: garantias jurisdicionais (artigos 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123 e 124);

ISBN 978-85-7205-133-0

ações de defesa – ação de liberdade (artigos 125, 126 e 127), ação de amparo constitucional (artigos 128 e 129), ação de proteção de privacidade (artigos 130 e 131), ação de inconstitucionalidade (artigos 132 e 133), ação de cumprimento (artigo 134), e ação popular (artigos 135 e 136). Quanto ao controle das ações do Estado, a Constituição da Bolívia de 2009 traz as instituições da participação e do controle social como maneiras de fiscalizar a gestão pública e o Estado. O artigo 241 da Constituição de 2009 garante a participação do povo através da sociedade civil organizada na elaboração de políticas públicas. Além de afirmar a democracia, tal dispositivo impõe ao Estado observância às prioridades elencadas pela sociedade. Já o controle social é exposto nos dispositivos dos artigos 241 e 242 da Constituição de 2009, e consiste basicamente em um controle sobre a gestão pública em qualquer nível do Estado.

No que diz respeito à atuação e limites ao poder político do Estado, os dispositivos dos artigos 306 a 320 da Constituição da Bolívia de 2009 representam uma mudança drástica em relação à política econômica, pois impõe a necessidade de ação do Estado na economia, prevendo, especificamente nos artigos 316 e 317 a função do Estado em relação a esta, e, especifica a política econômica (artigos 318 a 320), a política fiscal (artigos 321 a 325), a política monetária (artigos 326 a 329), a política financeira (artigos 330 a 333), as políticas setoriais (artigos 334 a 338), e ainda, estabelece os bens e recursos do Estado e sua distribuição (artigos 339 a 341). A possibilidade de protagonismo do Estado na economia na Constituição de 2009 contrasta com o contexto neoliberal precedente e acentuado a partir do ano de 1985, que é apontado como uma das causas para a eclosão de revoltas cujo desfecho foi a própria Constituição atual.

O Estado boliviano, então, deve agir em prol da consecução de direitos. Todavia, essa atuação não é discricionária, mas limitada e condicionada aos próprios ditames constitucionais, inclusive a própria dimensão do reconhecimento dos direitos e as formas de garanti-los. Isto reflete na organização do Estado e sua possibilidade de atuação, sendo que a jurisdição é alargada de forma a contemplar questões pertinentes à realidade da Bolívia. Assim, foram criadas a jurisdição agroambiental (artigos 186, 187, 188 e 189 da Constituição de 2009) e a jurisdição indígena originária campesina (artigos 190, 191 e 192 da Constituição de 2009) – afirmação da autonomia dos povos indígenas. Nesse viés, o Tribunal Constitucional Plurinacional também está nesta perspectiva à medida que o artigo 197 da Constituição de 2009 garante representatividade no mesmo do sistema indígena originário

ISBN 978-85-7205-133-0

campesino. Os artigos 289 a 296 dispõem sobre a autonomia indígena originário campesina, o que reforça os limites do Estado quanto a esta questão.

Considerações finais

O artigo buscou traçar uma linha histórica baseada na política-constitucional da Bolívia que é afetada pela busca de reconhecimento dos indígenas daquele país quando suas reivindicações são denegadas em termos de direito, sobretudo constitucional. Assim, pode-se afirmar que a teoria social de teor normativo de Honneth contribui para explicar a expansão dos direitos na Bolívia pelos movimentos indígenas mediante a Constituição de 2009, em especial se comparada com as anteriores.

Bibliografia

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, pp. 89-117, 2013.

BOLÍVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Congreso Nacional, 2009.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. *Bolívia – A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CANQUI, Roberto Choque. *Historia de una lucha desigual. Los contenidos ideológicos y políticos de las rebeliones indígenas de la Pre y Post Revolución Nacional*. 2. ed. La Paz: Unidad de Investigaciones Históricas Unih-Pakaxa, 2012.

CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930.* Barcelona. Espanha. Editorial Crítica. 1984.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KLEIN, Herbert S. *Historia de Bolivia. De los origenes al 2010*. 4. ed. aum. y corrig. La Paz, Libreria Editorial "G.U.M.", 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1981.

NOBRE, Marcos. Apresentação: Luta por reconhecimento – Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SANJINÉS, Javier C. Movimentos sociales y cambio político en Bolivia. *Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales*, vol. 10, n. 1, enero-abril, 2004, pp. 203-218.

ISBN 978-85-7205-133-0

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Revista Lua Nova*, n. 50, São Paulo, 2000, p. 133-158.

SCHAVELZON, Salvador. *A Assembléia Constituinte da Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional.* Rio de Janeiro, 2010. 592 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

http://pdba.geogetown.edu/Constitutions/Bolivia/consboliv2005.html (Constituição da Bolívia de 1967). Acessado em 03/05/2014.

http://www.ine.gob.bo/. Acesso em 03/05/2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

O ESTADO PLURINACIONAL NA BOLÍVIA COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES TRADICIONAL E MULTICULTURAL[1]

Andrey Borges Pimentel Ribeiro
Mestrando
Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFG
Email: andy_rib@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo não é tentar compor uma definição de Estado Plurinacional, mas enfatizar a importância desta proposta normativa como superação de duas abordagens políticas do Estado, a saber: (1) a representação tradicional com a ideia de Estado-Nação cujas múltiplas identidades são canalizadas para uma única identidade, estabelecendo uma representação genérica e abstrata incompatível com a realidade; (2) o multiculturalismo como proposta política cuja premissa reconhece a diversidade de identidades, contudo, procede de modo integracionista, criando uma assimetria entre as múltiplas identidades, pois uma delas serve de referência às demais, condicionando-as. Assim, o Estado Plurinacional, enquanto conceito em aberto e proposta normativa vinculada à política, inverte as propositurs tradicional e multicultural de Estado, pois não é uma estrutura de representação das identidades pronta.

Palavras chaves: Nacionalismo; Identidade; Representação; Constituição; Colonialidade.

Abstract: This article is not trying to write a definition of the Plurinational State, but emphasize the importance of this regulatory proposal as overcoming two state policy approaches, namely: (1) the traditional representation with the idea of the nation-state whose multiple identities are channeled into a single identity, establishing a generic and abstract representation inconsistent with reality; (2) multiculturalism as a political proposal whose premise recognizes the diversity of identities, however, comes from integrationist mode, creating an asymmetry between the multiple identities, because one of them is a reference to the other, conditioning them. Thus, the Plurinational State, as a concept open and normative proposal from politics, reverses the traditional and multicultural propositions of State, it is not a representation of the structure ready identities.

Key words: Nationalism; Identity; Representation; Constitution; Coloniality.

[1] Todo o desenvolvimento deste artigo é adaptado de minha Dissertação de Mestrado em andamento.

ISBN 978-85-7205-133-0

Introdução

A Constituição da Bolívia de 2009 instituiu o Estado Plurinacional, porém, não há definições precisas, nem mesmo através das normas jurídicas, do que seja esta instituição. A ideia por trás desta nomenclatura constitucional é expandir o aparato tradicional do Estado tendo em vista a realidade plural boliviana.

O objetivo deste artigo não é tentar compor uma definição de Estado Plurinacional, mas enfatizar a importância desta proposta normativa como superação de duas abordagens políticas do Estado, a saber: (1) a representação tradicional com a ideia de Estado-Nação cujas múltiplas identidades são canalizadas para uma única identidade, estabelecendo uma representação genérica e abstrata incompatível com a realidade; (2) o multiculturalismo como proposta política cuja premissa reconhece a diversidade de identidades, contudo, procede de modo integracionista, criando uma assimetria entre as múltiplas identidades, pois uma delas serve de referência às demais, condicionando-as.

Assim, o Estado Plurinacional, enquanto conceito em aberto e proposta normativa vinculada à política, inverte as proposituras tradicional e multicultural de Estado, pois não é uma estrutura de representação das identidades pronta. Portanto, uma reflexão do Estado Plurinacional da Bolívia como reconhecimento de uma realidade de identidades diversas pode possibilitar novas formas de representação para a América Latina, ainda apegada ao tradicionalismo estatal ou ao multiculturalismo que evidenciam a colonialidade do poder na relação entre Estado e identidade. Para tanto, o artigo desenvolve a ideia de representação tradicional com ênfase no Estado-Nação e sua importação à América Latina. Em seguida, aborda o multiculturalismo e sua proposta integracionista. Finalmente, reflete sobre o contexto de criação do Estado Plurinacional na Bolívia.

1. A representação tradicional do Estado-Nação

De acordo com Bourdieu (2014, p. 30), a dimensão de Estado parte de uma "representação legítima do mundo social". A questão representativa é talvez o traço filosófico mais presente desde a criação do Estado Moderno e seu posicionamento político hobbesiano em que se transfere o direito pleno de liberdade de ação para um ser fictício (DOUZINAS, 2009). Obviamente que a ideia de soberania não é originária de Thomas Hobbes (1588-1679), pois lhe é anterior, porém, a relação de representação pelo Estado através da transferência de soberania é hobbesiana e permeia toda a filosofia liberal (DOUZINAS, 2013). Contudo, com

ISBN 978-85-7205-133-0

o desenvolvimento do nacionalismo, foi estabelecida uma soberania específica, a soberania do tipo nacional.

Mesmo com o Estado Constitucional desenvolvido no decorrer da Revolução Francesa, a representação continuou a perspectiva hobbesiana. Kalyvas (2013, p. 60-61) destaca que foi Emmanuel Sieyès (1748-1836) quem, contemporaneamente, estipulou o conceito de poder constituinte como "um sujeito nacional homogêneo e orgânico, *la nation*" em detrimento de uma representação mais abrangente e real. Sieyès estabeleceu o poder constituinte como uma vontade nacional durante os trâmites da Revolução Francesa, iniciando a trajetória política moderna de representação em função da nação a partir da Constituição (KALYVAS, 2013).

Historicamente, a primeira aparição do termo "nacionalismo" data do final do século XIX, portanto, trata-se de um fenômeno recente (HOBSBAWN, 1998). Entretanto, como supracitado, as origens do nacionalismo[2] remetem à Revolução Francesa, sendo que, logo após 1830 surgiram os "movimentos nacionalistas conscientes", os quais refletiam a ambiguidade no compartilhamento dos mesmos ideais de nacionalidade por povos e países distintos para defender unicamente sua própria nação (HOBSBAWN, 1977). Ao mesmo tempo, o "desenraizamento dos povos" (HOBSBAWN, 1977, p. 196) fez com que a ideia de nação fosse mais do que um pertencimento territorial para se constituir em ideal e em projeto.

Diante da incipiência dos "movimentos nacionalistas conscientes", surgiu "o princípio de nacionalidade" como forma de interligar "as políticas doméstica e internacional" no século XIX, mais precisamente entre os anos de 1848 e 1870. A pauta das discussões políticas na Europa, sobretudo internacionalista, girava "em torno da criação de uma Europa de Estados-nações" (HOBSBAWN, 1996, p. 125). A influência da Revolução Francesa na Europa continental foi enorme, mas, apesar de as revoluções terem fracassado[3] em seu escopo transformador, a política europeia ainda buscava as mesmas pretensões, dentre as quais, a afirmação da nacionalidade. O princípio de nacionalidade se constituía como um fundamento para nacionalidades rivais – alemães, italianos, húngaros, enfim, qualquer base nacional – afirmarem "seu direito de serem Estados independentes e unidos", pois, neste contexto,

[2] Segundo Charles Taylor (2005, p. 13), o escritor alemão, Johann Gottfried von Herder (1744-1803), é "o fundador do nacionalismo moderno" em uma perspectiva filosófica. No artigo, mais do que a questão filosófica do nacionalismo, é tratada a prática nocional e a adoção desta pelos países europeus e sua disseminação para além dos limites regionais destes.

[3] De acordo com Hobsbawn (1996, p. 126), o fracasso revolucionário foi quanto ao próprio fato do absolutismo, o qual, de certa forma continuava. Exemplo mais evidente disto foi o governo de Napoleão Bonaparte na França pós-revolucionária.

ISBN 978-85-7205-133-0

mesmo "1848, a 'primavera dos povos', foi claramente, e, sobretudo em termos internacionais, uma afirmação de nacionalidade" (HOBSBAWN, 1996, p. 126).

O argumento de "nação" passou a ser naturalizado, dado "como coisa óbvia (...). Mas não há nada lógico nessa implicação" (HOBSBAWN, 1996, p. 127-128). Ora, a construção da nação é um processo amplo, complicado e desgastante, quanto mais a transformação da nação em Estado-nação, o qual exige território e povo – membros da nação – bem definidos e coerentes baseados em atributos comuns como se fossem bens coletivos tais quais história, cultura, etnicidade e língua (HOBSBAWN, 1996, p. 127-128). A desconsideração da complexidade interna territorial mitigava as "aspirações nacionais de povos pequenos", pois se encontravam em um contexto de política internacional de afirmação estatal (HOBSBAWN, 1996, p. 133).

Para conseguir lograr êxito na fundação do Estado, o nacionalismo era exposto como uma ferramenta para arquitetar o mesmo enquanto uma única nação. Desta maneira, o "artefato" da nação necessitava ser construído, e nisto reside "a importância crucial das instituições que podiam *impor* a uniformidade nacional, que eram principalmente o Estado" (HOBSBAWN, 1996, p. 141-142). Porém, esta realização do Estado-nação constituiu o "paradoxo do nacionalismo" – incompreendido pelo liberalismo – que "ao formar sua própria nação, automaticamente criava contra-nacionalismos para aqueles que, a partir de então, eram forçados à escolha entre assimilação ou inferioridade" (HOBSBAWN, 1996, p. 145). A exigência do Estado-nação é, portanto, a "nacionalização da sociedade" (QUIJANO, 2005, p. 239).

Assim, o Estado-nação apresenta-se como estrutura de poder e produto deste, em função da ideia comungada de nacionalidade única, como um bem comum. Mas, para que se alcance essa homogeneização, um processo de dominação territorial é feito mediante a imposição de uma única parcela cultural da sociedade (QUIJANO, 2005, p. 240). Na Europa, o caso mais bem sucedido de nacionalização é a França, ao passo que a Espanha é o seu contraponto em termos de sucesso. Segundo Quijano (2005, p. 240-241), as explicações para isso se devem à "democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e do controle da geração e gestão das instituições políticas". Ainda de acordo com Quijano, o desfecho da Revolução Francesa permitiu, gradualmente, a democratização desses fatores.

O paradoxo relativo ao nacionalismo refere-se ao contexto da Europa, sendo "difícil falar de nacionalismo" além do limite europeu no limiar do século XIX (HOBSBAWN, 1977,

ISBN 978-85-7205-133-0

p. 202). Afinal, o "moderno Estado-nação é uma experiência muito específica" (QUIJANO, 2005, p. 239). Ainda assim, o projeto de Estado-nação extrapolou as fronteiras europeias, advindo especialmente da França[4], implicando ainda mais problemas tangentes a esta ideia. Com o processo de emancipações políticas na região da América Latina no início do século XIX, aos recém-criados Estados independentes seguiram-se Constituições, com o fito de legitimar o poder político. Assim, o constitucionalismo praticado na região latino-americana suscitou, ao longo do século XIX, a formação do Estado-nação. Na América Latina isto foi levado a cabo na perspectiva da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), com a importação de um modelo exógeno carente de condições sociais para tanto (HOBSBAWN, 1977, p. 204).

No continente americano, o caso dos Estados Unidos da América é peculiar devido à sua colonização britânica, distinta das bem definidas linhas de exploração ibéricas. A composição do Estado-nação estadunidense exclui, desde as origens, o índio de seu processo político, tratando-o como estrangeiro[5]. O projeto britânico nas colônias americanas permitia, muitas vezes, uma gestão local das questões políticas, e quando houve a declaração de independência, de certa forma, a nacionalidade estadunidense já estava em plena formação. Tanto que quando chegava um emigrante[6] aos Estados Unidos da América, o mesmo acabava incorporado ao nacionalismo do país. Isto, conforme bem observou Tocqueville (apud QUIJANO, 2005, p. 241), funcionava como mecanismo de nacionalização a partir da democratização.

Os casos latino-americanos, mais especificamente, do cone sul, como Argentina[7], Chile e Uruguai, são similares ao dos Estados Unidos da América; no entanto, diferenciam-se, principalmente a Argentina, no que tange à distribuição de terras a qual se produziu de forma mais concentrada nos casos sul-americanos (QUIJANO, 2005, p. 242). No restante dos países da América Latina, a implantação do Estado-nação aos moldes europeus foi impossibilitada pelas ausências tanto de uma identidade nacional quanto de democracia, gerando "uma situação aparentemente paradoxal: Estados independentes e sociedades coloniais" (QUIJANO, 2005, p. 243). Em termos gerais, as elites e grupos oligárquicos que se

[4] Eric Hobsbawn destaca que a "ideologia do mundo moderno (...) foi obra da Revolução Francesa" (1977, p. 84).
[5] Mesmo com relação aos imigrantes, os "Estados Unidos (...) não viriam a ser multinacionais mas, pelo contrário, absorveriam os imigrantes na própria nação" (HOBSBAWN, 1996, p. 145).
[6] O emigrante, em tela, se trata de um europeu ou descendente de europeu, tendo em vista "que dois grupos específicos não estavam autorizados a participar da vida política. Estes eram, evidentemente, negros e índios" (QUIJANO, 2005, p. 242).
[7] Hobsbawn (1996, p. 145) coaduna no sentido de coincidir o caso argentino com o estadunidense quanto à recepção do imigrante.

ISBN 978-85-7205-133-0

estabeleciam na América Latina absorviam o "modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais" (QUIJANO, 2005, p. 246). O que escapava às elites era uma realidade distinta baseada em diversas nacionalidades.

A importação do modelo de Estado baseado na ideia de uma única nação já seria um problema tendo em vista o paradoxo perceptível desde a Europa, em que a nacionalização implica homogeneização social e sobreposição cultural. Mas, o caso latino-americano se torna ainda mais drástico tendo em vista que não havia qualquer ideia de nacionalidade enraizada no contexto societal. Foi necessário forjar nações as quais simplesmente não existiam. Ademais, ao forjar a nação em uma perspectiva de colonialidade, replicando um modelo estrangeiro, apenas se reproduzia a "rearticulação do poder sobre novas bases institucionais" (QUIJANO, 2005, p. 245). Então, se a nacionalização na Europa constituía paradoxo, na América Latina o paradoxo foi ainda mais dramático, pois foi realizado tendo em vista uma nacionalidade concebida nos moldes europeus, ou seja, a representação estatal destoa completamente da realidade plural e variada, ou seja, da realidade plurinacional da região. Isto é ainda mais evidente no caso boliviano, por exemplo, no qual, de acordo com Quijano (2005, p. 243) o "moderno Estado-nação" chega a ser "impossível".

A tensão entre o nacionalismo e as diversas facetas culturais de uma sociedade as quais não são representadas pelo discurso uníssono enraizado no Estado-nação sempre foi uma preocupação, pois uma tendência de realidade plurinacional é mais pertinente do que a abstração de uma única nação. A rigor, no século XX, o grande problema dessas sobreposições de nacionalidade que, importavam em subjugações culturais e étnicas resultou, em última instância, na Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN, 1995). A questão dos Bálcãs aliada ao imperialismo na África retomou o debate sobre nacionalidades, etnias e culturas. O caso dos judeus, historicamente delicado, no século XX ganhou contornos graves dramatizados pelo Holocausto, porém, por trás da racionalização máxima da violência em burocráticos campos de concentração, estava a diferença que não era tolerada pelo discurso nacionalista uníssono derivado da evolução do nacionalismo (HOBSBAWN, 1998).

O período da Guerra Fria exacerbou a questão nacional – e plurinacional – em movimentos contrários à permanência de colônias, especialmente na África e na Ásia. Inclusive, no contexto da guerra em tela, o conflito bélico prometido entre as duas potências mundiais – Estados Unidos da América e União Soviética – não se realizava diretamente, mas era feito empiricamente nos laboratórios latino-americanos, africanos e asiáticos espalhados

ISBN 978-85-7205-133-0

mundo afora, com a temática de nacionalidade surgindo em vários momentos (HOBSBAWN, 1995).

Com a derrocada da União Soviética na década de 1990, a discussão a respeito do embate entre nacionalidade e plurinacionalidade adquiriu relevância e notoriedade, passando a ser uma preocupação central na geopolítica contemporânea devido à dissolução do vasto território soviético em diversos países. Alguns deles voltavam à sua configuração anterior à anexação soviética, outros se recompunham de maneira distinta agregando povos etnicamente correspondentes a uma região da qual historicamente não faziam parte. Em outras palavras, o leste europeu ressuscitava com vigor renovado o debate relativo à plurinacionalidade mitigada.

Concomitante ao desmoronamento do bloco soviético, uma suposta hegemonia estadunidense[8] (WALLERSTEIN, 2009; AMIN, 2004) se efetivava nos anos 1990 em torno de discursos hegemônicos de liberalismo econômico sob a égide do neoliberalismo e também de direitos humanos com a promessa de emancipação mundial em prol de uma humanidade universal (DOUZINAS, 2009), os quais partem do mesmo pressuposto uníssono presente no ditame da nacionalidade. Por trás desses discursos hegemônicos está o antigo aparato filosófico liberal que precipitou o nacionalismo como base do Estado-nação.

Então, o paradoxo incompreendido pelo liberalismo revigorava a problemática em torno da plurinacionalidade, delimitando uma realidade a ser enfrentada. Esta realidade é apresentada por Ramón Máiz (2000, p. 142) como um grave problema contemporâneo, sendo que a centralização em torno do Estado-nação deve ceder a um "reconocimiento diferenciado". Uma das propostas de reconhecimento diferenciado remete ao multiculturalismo.

2. O Estado na proposta do multiculturalismo

A construção da nacionalidade moderna acompanhou os fundamentos da igualdade sob o aparato iluminista da Revolução Francesa. A Declaração Francesa de 1789 (DOUZINAS, 2013, p. 81-82) elevou a igualdade como um de seus fundamentos, todavia, o arcabouço liberal constitucional o interpretou de maneira meramente formal, restrita a esfera

[8] Segundo Wallerstein (2009, p. 53), apenas "o período que vai de 1945 até mais ou menos 1970 foi de inquestionável hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo". Já para Samir Amin (2004), o imperialismo é um fenômeno coletivo, o que afasta a perspectiva de hegemonia.

ISBN 978-85-7205-133-0

jurídica, o que significa que "*legal equality has reproduced the gap between rich and poor*"[9] (DOUZINAS, 2013, p. 86-87). Antes da Revolução Francesa, a igualdade foi uma presunção do cristianismo de Paulo de Tarso – "judeu helenizado e cristão" (RUSSEL, 2004, p. 198) – disseminado na Idade Média, contrariando a ideia de diferença constante na história do pensamento humano desde a antiguidade clássica (DOUZINAS, 2009). Afinal, a ideia de que os homens são iguais soaria completamente estranha à Platão em sua "República" ou à Aristóteles em sua "Política". Mesmo assim, inspirada nas epístolas paulinas, a doutrina medieval nominalista passou a conceber o indivíduo em uma perspectiva de igualdade (VILLEY, 2007; DOUZINAS, 2009). Tal inovação provocou ao longo do tempo, a antropologia humana de Hobbes do individualismo em que a igualdade aparece como um direito natural a ser abandonado com o contrato social. Locke absorve esse direito natural à igualdade como um preceito teórico para justificar o liberalismo, então, o homem é liberdade por natureza, e a liberdade é sua própria dignidade manifesta (VILLEY, 2007).

O advento da noção moderna de dignidade em substituição à honra típica do Antigo Regime fez com que a individualidade do ser aparecesse como algo importante, em que o homem é compreendido como que dotado de originalidade. Segundo Taylor (2000, p. 244), Rousseau é o primeiro filósofo a conceber o indivíduo como um ser permeado de "sentimento de existência", o que lhe permite discernir o certo do errado baseado em princípios morais "na recuperação do contato moral autêntico com nosso próprio ser". Também de acordo com o canadense, em Herder o ideal de autenticidade é acentuado com a definição de que "cada pessoa possui a sua própria medida" (TAYLOR, 2000, p. 244-245), o que significa dizer que cada pessoa tem uma maneira original de ser. Assim, o ideal de autenticidade aparece como uma novidade do século XVIII, um fenômeno historicamente recente e peculiar da cultura ocidental. O próprio Herder, ainda com Taylor (2000, p. 245), aplicou esse ideal moderno de autenticidade em dois níveis: "não só à pessoa individual entre outras pessoas mas também ao povo dotado de sua cultura entre outros povos".

No campo da igualdade, o que Taylor reconstrói, filosoficamente, é o caminho percorrido de um conceito restrito para um conceito ampliado, sendo que a igualdade moderna evolui da mera formalidade para a materialização em ações concretas. A operação política, nesse diapasão, imbrica os dois momentos acima explanados. Um primeiro momento de universalização apoiado na ideia de dignidade igual para todos os cidadãos, que ao mesmo tempo ensejou uma mudança na identidade apoiada na autenticidade, originando uma política

[9] "a igualdade legal tem reproduzido a lacuna entre ricos e pobres" (tradução livre).

ISBN 978-85-7205-133-0

da diferença como um segundo momento (TAYLOR, 2000, p. 250-251). A política da universalidade deve abarcar as diferenças, formatando então uma legítima política dessa diferença, que por sua vez, não deixa de apresentar uma base universalista: "é aqui que o princípio de igualdade universal coincide com a política de dignidade. (...) A exigência universal estimula um reconhecimento da especificidade" (TAYLOR, 2000, p. 251). Em suma, a igualdade se construiu e se constrói histórica e hodiernamente entre a tensão do universal com o diverso, consolidando um conceito de igualdade sintetizado por sua desigualdade inerente.

O processo é similar no campo da nacionalidade, mesmo porque o fundamento é a modernidade e sua linha filosófica alicerçada no liberalismo. A ideia básica da nacionalidade é a união em prol de um bem comum, de uma identidade coletiva, como algo universal para todos e que, em última instância, os torna iguais. No entanto, ao estabelecer Estados-nações sem considerar as especificidades locais de seus próprios conterrâneos, o nacionalismo deixou de considerar a peculiaridade de sua própria realidade territorial. Por isto que a constatação de Ramón Máiz (2000, p. 142) a respeito da plurinacionalidade contemporânea enseja "estatuto políticos de reconocimiento diferenciado". A proposta de Ramón Máiz consiste em um federalismo plurinacional como uma teoria normativa de política que consiga equacionar federalismo, democracia e nacionalismo. Sua ênfase é nos casos europeus, sobretudo o espanhol. Em grande medida, sua proposta segue a linha de raciocínio multicultural presente na perspectiva de Charles Taylor, por esta razão, segue uma apresentação do modelo de reconhecimento de Taylor, que é uma proposta de multiculturalismo, utilizado empiricamente no Canadá, mais especificamente pertinente ao Québec e sua relação com o restante do país, em que uma série de medidas políticas e constitucionais foi tomada para preservar a meta comum da província francófona em tela (TAYLOR, 2000, p. 260-266).

A questão posta por Taylor (2000, p. 267) é que o liberalismo não comporta neutralidade, pois em si mesmo é uma acepção cultural. Nesse viés, a complexidade das sociedades na contemporaneidade efetiva um crescente multiculturalismo. Muito embora o multiculturalismo não seja uma novidade, com a expansão da globalização, a miscigenação cultural e a sobreposição de uma cultura sobre a outra, de forma impositiva e baseada em argumentos de superioridade, passaram a compor a agenda política, revitalizando o debate em torno do reconhecimento[10] (TAYLOR, 2000, p. 267). Ao mesmo tempo, o multiculturalismo

[10] A categoria "reconhecimento" é amplamente utilizada por Charles Taylor, inclusive, a reconstrução da igualdade pelo autor é para posicionar o pioneirismo hegeliano quanto ao uso da categoria em tela como uma

ISBN 978-85-7205-133-0

é um campo transversal de estudos, sendo que, de forma geral, apresenta um aspecto factual de englobar diferentes culturas em convivência; e, um aspecto teórico normativo. Taylor desenvolve uma teoria de justiça nessa seara normativa multicultural de postura comunitarista[11], que abrange uma noção de cidadania entre a tensão cultural, esboçando uma democracia que corresponda aos desafios contemporâneos. Para tanto, sua proposta é uma exigência de "que todos reconheçamos o igual valor de diferentes culturas; que não apenas as deixemos sobreviver, mas reconheçamos seu *valor*" (TAYLOR, 2000, p. 268). Essa proposta traduz toda sua construção teórica baseada na tensão da igual dignidade com a diferença, o que evidencia o conteúdo moral do debate sobre o multiculturalismo.

Resta um problema importante que se refere "a própria compreensão do que significa ter valor (...) para nós" (TAYLOR, 2000, p. 270); então, como valorar? O modo de valorar as diferenças e considerar seu igual valor na categoria do reconhecimento de Taylor remete à "fusão de horizontes" da hermenêutica gadameriana. É uma forma de superar os impasses inerentes à diferença em que "chegamos ao juízo em parte por meio da transformação de nossos padrões" (TAYLOR, 2000, p. 270). No caso, há uma necessidade de transcender os próprios preceitos valorativos "quando empreendemos o estudo do outro" (TAYLOR, 2000, p. 273). Taylor posiciona-se em favor da valorização efetiva de diferentes culturas, sendo que um atestado desse valor é a existência dessas culturas na contemporaneidade. A permanência temporal sugere indício de algum atributo que deve e vale a pena ser reconhecido.

Quando o Estado-nação se efetiva a partir do nacionalismo, o que ele faz é ratificar a postura de igualdade formal que não reconhece a diferença. A plurinacionalidade aparece como fator real de tensão que questiona a nacionalidade única positivada. Assim, a plurinacionalidade coincide com a igualdade em termos materiais, a partir da própria realidade a que se refere. Institucionalizar a plurinacionalidade tem sido uma prática atual averiguada pelos próprios autores aqui referenciados, Ramón Máiz e Charles Taylor. Todavia, as propostas multiculturais destes autores, muitas vezes, podem ser incompatíveis com as realidades distintas das que eles próprios estudam com afinco, como são os casos espanhol e canadense, respectivamente. Simplesmente importar esses modelos pode significar uma reprodução da colonialidade do poder, embora não é recomendável desconsiderar suas contribuições teoréticas na seara da plurinacionalidade. Aliás, o multiculturalismo é

teoria social. Contemporaneamente, além de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser são expoentes do reconhecimento enquanto teoria social.

[11] Edmund Burke é o precursor dos ideais comunitaristas. Para uma abordagem desse pioneirismo bem como as críticas relativas a tal postura liberal, ver Douzinas (2009).

ISBN 978-85-7205-133-0

extremamente influente, tendo sido, inclusive, conforme anteriormente elucidado, adotado na América Latina na década de 1990 por Colômbia e Bolívia e que fora objeto de análise de Donna Lee Van Cott (2000). Mas, em termos institucionais, a Bolívia em sua Constituição de 2009 inovou ao se declarar como Estado Plurinacional, e este é o objeto do tópico seguinte.

3. O Estado Plurinacional da Bolívia

A par da proposta multicultural de política de reconhecimento de Taylor, o caso boliviano se apresenta como um desafio para a teoria política e social contemporânea. Isto porque, em termos normativos e institucionais, avança ao incorporar em sua Constituição de 2009 o elemento da plurinacionalidade como integrante do próprio conceito de Estado, desde seu artigo 1º, ao afirmar que a "*Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario*" (BOLIVIA, 2009). Esta declaração é acompanhada no mesmo artigo de um fundamento: "*Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo*" (BOLIVIA, 2009). Então, a plurinacionalidade, ao mesmo tempo em que adjetiva o Estado, o justifica a partir do fato da pluralidade e do pluralismo. A nomenclatura inovadora sugerida pelo dispositivo constitucional está no campo normativo. Porém, antes de uma crítica ao escopo normativo, interessa refletir sobre as possibilidades políticas e sociais advindas desta institucionalização da plurinacionalidade desde o Estado.

Nesses termos, o Estado Plurinacional boliviano aparece como uma novidade institucional que converge com toda a discussão sobre a plurinacionalidade e os problemas advindos da imposição do nacionalismo como fundamento do Estado-nação. Converge por enxergar o mesmo problema, mas inova ao incluir em seu aparato constitucional a plurinacionalidade como um conceito aberto, despojada de uma única definição normativa pronta e acabada, sendo que o conceito apenas será alcançado na proporção que a política corrobore com tal propositura, efetivando-a em termos sociais de acordo com a própria Constituição de 2009, o que atende a prerrogativa de constitucionalismo tão cara à história política da América Latina da qual a Bolívia é um caso típico.

Catherine Walsh (2009, p. 73) destaca que as políticas multiculturais da década de 1990 implementadas na Bolívia tinham influência, sobretudo, do Banco Mundial, em uma tentativa integracionista do "*neoliberalismo étnico*", de trazer o indígena para o mundo ocidental de forma efetiva, inserindo-o na economia. Ademais, o multiculturalismo não atendia a perspectiva e a expectativa do indígena em sua acepção de mundo e compreensão da realidade, sendo sempre uma política de subsídios, como uma "esmola" institucionalizada.

ISBN 978-85-7205-133-0

Por esta razão, Schavelzon (2010, p. 3) afirma que o "Estado Plurinacional procuraria superar (...) o multiculturalismo, de reconhecimento da diferença enquanto continue subordinada, restringida, associado às reformas da década de 90"[12]. É justamente por isto que o multiculturalismo não é uma boa alternativa ao modelo liberal majoritário, pois tem a mesma base liberal de solidificar os princípios etéreos do liberalismo na Constituição em detrimento das visões de mundo alheias ao mesmo. Por esta mesma razão, o caso do Québec não se encaixa na realidade latino-americana, quanto mais da Bolívia, e o modelo de Taylor (2000) se torna incompatível. O autor canadense defende a luta por autonomia do Québec baseado em seus objetivos coletivos enquanto Província diversa da universalidade constitucional do Canadá. O argumento de Taylor para defender a autonomia é a necessidade de salvaguardar a possibilidade futura de escolha por um objetivo coletivo anterior, como um pré-compromisso redutor da escolha individual. Nessa perspectiva comunitarista[13] de Taylor está presente a condição liberal de aceitação de uma visão de mundo, ou para utilizar as palavras do autor canadense, o "credo" dominante. Assim, o multiculturalismo acaba se tornando um "mero reconhecimento" como "aceitação do diverso, que o reconhece sempre que se mantiver subordinado e sem aceitação plena de direitos políticos e territoriais" (SCHAVELZON, 2010, p. 32).

A plurinacionalidade difere do multiculturalismo desde sua natureza. Enquanto este compõe uma proposta normativa de justiça, aquele é um reconhecimento de fato da realidade. Nesse sentido, Walsh (2009, p. 96) afirma que "*ésta* [a plurinacionalidade] *reconoce y describe la realidad de países como Bolivia* (...) – *con distintas naciones o nacionalidades indígenas cuyas raíces predatan al Estado nacional, y conviven com pueblos afro y blanco-mestizos*"[14]. Este é o teor do artigo 2º da Constituição da Bolívia de 2009 ao justificar o "*dominio ancestral*" sobre seus próprios territórios devido à "*la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos*" (BOLIVIA, 2009). Aliás, na Constituição da Bolívia de 2009, o plurinacional remete aos anseios de descolonização, pluralismo e participação política, principalmente do indígena, em uma busca por

[12] Nesse sentido, Schavelzon (2010, p. 71) destaca que "o projeto do Estado Plurinacional se distinguia da experiência das reformas da década de 90, consideradas multiculturalistas e, portanto, um reconhecimento meramente teórico das diferenças, não realmente descolonizador e marcado pela sua cumplicidade com a república liberal".

[13] No caso, o autor defende a causa do Québec em uma nítida adaptação comunitarista ao estilo de Burke (1982) em que este último considera a "sociedade não somente entre os vivos mas também entre os vivos, os mortos e aqueles que haverão de nascer".

[14] "esta reconhece e descreve a realidade de países como Bolívia e Equador – com distintas nações ou nacionalidades indígenas cujas raízes pré-datam ao Estado nacional, e convivem com povos afro e branco-mestiços" (tradução nossa).

ISBN 978-85-7205-133-0

"*reconfigurar el mapa político*"[15] (PRADA apud WALSH, 2009, p. 114), sendo a autonomia indígena uma pauta deste processo. Aliás, o indígena é o cerne da plurinacionalidade na região andina, a qual tem sido pensada pelos próprios movimentos a partir de suas experiências peculiares, "*no por la academia ni por representantes de entidades internacionales*"[16] (WALSH, 2009, p. 115).

O Estado Plurinacional estabelecido constitucionalmente na Bolívia tem por referência os povos indígenas (WALSH, 2009, p. 115) ancestrais os quais se consideram originários por precederam cronologicamente a Conquista. A ideia de nação, incorporada ao vocabulário e perspectiva dos Andes, ganha uma semântica plural à medida que deixa de enxergar apenas uma nação, mas nações que convivem desde tempos anteriores à chegada do europeu no século XV. Mas, para além de uma discussão sobre nacionalidade em si, o que está em jogo na Bolívia é a estrutura de poder alicerçada desde a colonialidade (WALSH, 2009, p. 116-117) e seus efeitos negativos perceptíveis na histórica exclusão social de indígenas e camponeses, os quais são maiorias em números absolutos. Claro que a propositura do Estado Plurinacional não se faz de forma convergente dentre os próprios povos indígenas bolivianos, pois suas convicções e valores são bastante diversos; porém, o questionamento da forma tradicional de Estado baseado na nação e sua filosofia liberal cujos expoentes são o capitalismo e a permanência de estruturas coloniais (WALSH, 2009, p. 118), ou o multiculturalismo cujo bojo é um viés integracionista, logo, também liberal, fazem com que haja um ponto em comum para repensar a instituição do Estado a partir da Constituição.

O conceito amplo e aberto de Estado Plurinacional é definido politicamente à medida que a autonomia seja delineada pela ação política, mais notadamente, na efetivação da autonomia que é o grande propósito indígena e comunitário. Tal artifício é proposital, pois se trata de uma instituição que permite "desenvolver as autonomias e a territorialidade para ir além do multiculturalismo do reconhecimento que não dá poder político às minorias étnicas do país" (SCHAVELZON, 2010, p. 116). A perspectiva do Estado-nação e sua insuficiência na contemporaneidade ganham contornos evidentes na realidade latino-americana expondo sua tipicidade, ao mesmo tempo em que a forma de estipular tal questão através da institucionalização constitucional torna o caso boliviano desviante e inovador em relação ao tratamento dado à questão. A construção da autonomia, especialmente indígena, é possível mediante a institucionalização da plurinacionalidade através da Constituição. Trata-se de um

[15] "reconfigurar o mapa político" (tradução nossa).
[16] "não pela academia nem por representantes de entidades internacionais" (tradução nossa).

ISBN 978-85-7205-133-0

processo político complexo que envolve a própria história constitucional boliviana, sobretudo quanto à sua denegação de direitos e de reconhecimento das diversas etnias em seu próprio território. Contudo, o mérito do Estado Plurinacional é compreender uma realidade histórica tendo em vista soluções políticas práticas.

Considerações finais

O artigo teve por escopo o Estado enquanto elemento de representação social e política. A partir disto, buscou desenvolver uma linha histórica e filosófica que permite visualizar o Estado desde a perspectiva do Estado-nação até o Estado Plurinacional – este, especificamente no contexto boliviano – passando pelas propostas multiculturais de Estado. Nesse diapasão, o artigo permite inferir que o Estado Plurinacional, ainda que normativo, se constitui em uma possibilidade institucional para melhor compor e representar a sociedade à medida que declara a realidade plurinacional do ente político.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. A geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: *Nova hegemonia mundial – alternativas de mudança e movimentos sociais*. (Org.) Atílio A. Baron. Buenos Aires: Clacso, 2004, p. 73-110.

BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Congreso Nacional, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). Edição de Patrick Champagne et al. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: EdUnB, 1982.

DOUZINAS, Costas. *Philosophy and resistance in the crisis – Greece and the future of Europe*. Cambridge: Polity, 2013.

_____. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KALYVAS, Andreas. Democracia constituinte. *Lua Nova*, v. 89, 2013, pp. 37-84.

ISBN 978-85-7205-133-0

MÁIZ, Ramón. Nacionalismo y acomodación democrática em Estados multinacionales. *Araucaria*, México, 4, 2000, pp. 142-154. Disponível em < http://webspersoais.usc.es/export/sites/default/persoais/ramon.maiz/descargas/Artigo_33.pdf> (Acessado em 16/05/2014).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eucorentrismo e ciências sociais. In: *Perspectivas latino-americanas*. Edgar Lander (organizador). 7. ed. Argentina: Clacso, 2005. p. 227-278.

RUSSEL, Bertrand. *História do pensamento ocidental.* Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004 (Clássicos de ouro ilustrados).

SCHAVELZON, Salvador. *A Assembléia Constituinte da Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional.* Rio de Janeiro, 2010. 592 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *Hegel e a sociedade moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VAN COTT, Donna Lee. *The Friendly Liquidation of the Past: The Politics of Diversity in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2000.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: *A América Latina e os desafios da globalização*. (Coord.) Emir Sader e Theotonio dos Santos. PUC – RJ. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 51-77.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

Agenciamentos antropodigitais e multidões auto-organizadas: tendências de subjetivação emersas nos protestos de 2011 no Chile e de 2013 no Brasil

Antonino Condorelli

Mestre em Educação e Doutorando em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

condor_76@hotmail.com

Resumo

Os protestos populares de 2011 no Chile e de junho de 2013 no Brasil manifestaram subjetividades e tendências de auto-organização da ação coletiva fortemente influenciadas pelas redes digitais. Essas tendências parecem não sobrepor-se ou substituir, mas complementar, reforçar e hibridar-se com modos de subjetivação pré-existentes, produtos das ecologias socio-tecno-culturais locais. Como pensar essas subjetividades? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo exploro algumas concepções do digital procurando suas percepções do sujeito e a maneira como pensam a relação entre cultura e redes digitais. Na segunda parte, teço um diálogo entre essas concepções e as subjetividades que, segundo pesquisas com base empírica, emergiram nos protestos chilenos e brasileiros.
Palavras-chave: digital; redes sociais; mobilização social; Chile, Brasil.

Resumen

Las protestas populares de 2011 en Chile y de junio de 2013 en Brasil manifestaron subjetividades y tendencias de auto-organización de la acción colectiva fuertemente influenciadas por las redes digitales. Esas tendencias parecen no sobreponerse o substituir, sino complementar, reforzar e hibridarse con modos de subjetivación pre-existentes, productos de ecologías socio-tecno-culturales locales. ¿Cómo pensar esas subjetividades? Para contribuir con esa reflexión, en la primera parte de este artículo exploro concepciones de lo digital buscando sus percepciones del sujeto y cómo piensan la relación entre cultura y redes digitales. En la segunda parte, establezco un diálogo entre esas concepciones y las subjetividades que, según investigaciones con base empírica, emergieron en las protestas chilenas y brasileñas.
Palabras clave: digital; redes sociales; movilización social; Chile, Brasil.

Introdução

Nos últimos anos eclodiram em diversos países e continentes protestos sociais que surgiram e se auto-organizaram espontaneamente de forma horizontal, colaborativa, não-hierárquica, não mediada por organizações sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos populares organizados, etc.) e que criaram entre seus participantes vínculos efêmeros baseados em uma afinidade temporária de sentimentos, tendo como principal plataforma de mobilização e articulação as redes sociais da internet. Um fenômeno semelhante se produziu em 2011 no Chile, onde - pela primeira vez desde os protestos contra

ISBN 978-85-7205-133-0

o regime militar nos anos Oitenta – milhares de pessoas desceram às ruas de forma espontânea em diversas cidades do país, mobilizando-se e auto-organizando-se por meio de redes sociais digitais (especialmente Facebook e Twitter), para manifestar por diversas causas, desde uma reforma do sistema educacional à luta contra projetos de forte impacto ambiental em áreas protegidas. Dois anos depois, em junho de 2013, centenas de cidades brasileiras viveram uma onda análoga de protestos populares. As manifestações – que, como no Chile e em outros países, aconteceram espontaneamente e de maneira auto-organizada, articulando-se via redes sociais da internet - não tiveram linhas de ação e lideranças unívocas e apresentaram uma pluralidade de bandeiras, o que fez com que a onda de protestos se desdobrasse em feixes de sentidos múltiplos, não reconduzíveis a linhas únicas de pensamento e ação, que (re)inventaram constantemente suas formas de ação, produziram comunidades temporárias e multiplicaram o tempo todo suas demandas. Em ambos os casos, essas mobilizações manifestaram tendências de auto-eco-organização da ação coletiva que parecem ter fortes ligações com os agenciamentos digitais[1] contemporâneos, isto é, as ecologias de relações das quais participam sujeitos humanos e tecnologias digitais de comunicação em mútua inter-(re)definição.

Pesquisas realizadas sobre as mobilizações chilenas e brasileiras (SCHERMAN, ARRIAGADA, VALENZUELA, 2013; RICCI, 2014) mostram que a maioria dos que participaram delas são jovens entre 20 e 30 anos. O papel que as redes sociais digitais desempenharam no surgimento e na configuração desses movimentos parece sinalizar a emergência entre as novas gerações desses países latino-americanos de tendências de subjetivação[2] fortemente relacionadas às - embora não derivadas de forma determinista das - atuais teias de inter-retroações entre sujeitos humanos e tecnologias digitais de produção, divulgação, armazenamento e reprodução de signos conectadas em redes de telecomunicações.

Tanto no Brasil como no Chile, porém, essas tendências de subjetivação parecem não sobrepor-se ou substituir, mas complementar, reforçar e hibridar-se com modos de subjetivação pré-existentes, produtos de ecologias sócio-tecno-culturais complexas. Além

[1] Utilizo o termo *agenciamento* no sentido que lhe atribui Karen Barad (2003), o de relação constitutiva das partes nela envolvidas.

[2] Neste artigo entenderei *subjetividade* como o conjunto de tendências perceptivo-cognitivo-relacionais que configuram a entidade que se auto-experiencia como sujeito individual e das percepções/representações que tem si e de sua relação com os outros sujeitos e com o mundo, compreendendo por *subjetivação* os processos que contribuem – de maneira complexa, não-linear e não-determinista – para a emergência de determinadas subjetividades.

ISBN 978-85-7205-133-0

disso, parecem não constituir alternativas reais às subjetividades e às lógicas de uso e de acesso às tecnologias digitais que permeiam e dominam as redes sociotécnicas, mas expressar apenas algumas entre as múltiplas possibilidades inscritas nelas.

Como pensar os sujeitos que emergem/participam de ecologias antropodigitais latino-americanas contemporâneas como a chilena e a brasileira? As subjetividades que emergem delas são essencialmente reprodutoras ou criadoras? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo realizo uma análise de discurso de algumas concepções do digital que mais circulam pelo pensamento contemporâneo internacional e brasileiro, buscando em seus pressupostos epistemológicos as percepções do sujeito que delas derivam e a forma como pensam a relação entre cultura enquanto modo de subjetivação e redes digitais. Na segunda parte, teço um diálogo entre essas concepções e traços perceptivo-cognitivo-comportamentais que, segundo apontam pesquisas com base empírica (SCHERMAN, ARRIAGADA, VALENZUELA, 2013; RICCI, 2014), emergiram nos protestos chilenos de 2011 e brasileiros de 2013, mostrando que nestes países os agenciamentos digitais não estão produzindo subjetividades radicalmente novas, mas reorganizando tendências de subjetivação já existentes.

Epistemologias do digital, sujeito e cultura

A ideia de sujeito como elemento determinante na configuração das redes digitais que, simultaneamente, contribuem para a produção de subjetividades desponta de forma contundente nas perspectivas teóricas mais recentes sobre o digital. Mas qual é o sujeito que emerge das redes digitais?

As concepções de Pierre Lévy (1998; 2010a; 2010b) de nova ecologia cognitiva[3] e inteligência coletiva[4] como emergências das interconexões cada vez mais generalizadas

[3] A ecologia cognitiva produto das redes digitais de comunicação se constituiria, para Pierre Lévy (2010b), como uma teia de atores humanos e não-humanos, processos e dinâmicas cognitivas que geraria a emergência de uma mente pensante coletiva não-redutível às individuais que dela participam. Na esteira das ideias de Gregory Bateson, para Lévy, "todo sistema dinâmico, aberto e dotado de um mínimo de complexidade possui uma forma de 'mente' "(Idem. p. 142). A emergência de uma ecologia cognitiva, portanto, não seria uma prerrogativa específica das interconexões digitais, mas a própria natureza do processo de cognição. O adjetivo "nova" que Lévy atribui à ecologia cognitiva produzida pelas interações digitais revela, porém, o caráter peculiar que o autor atribui a esta última, que representaria o momento culminante de um processo histórico de progressiva realização dos potenciais humanos.

[4] Na esteira de sua concepção de ecologia cognitiva, Pierre Lévy (1998) concebe a inteligência coletiva como a emergência de uma mente coletiva a partir das interações digitais que promovem o compartilhamento de memórias e competências, uma mente capaz de produzir pensamento, solucionar problemas, levantar questões,

ISBN 978-85-7205-133-0

propiciadas pelas tecnologias digitais de comunicação remetem para um processo orgânico – embora não planejado – com a finalidade social e histórica de levar os potenciais humanos (entendidos como inerentes) de liberdade e cooperação à sua suposta plenitude, isto é, a apropriação da técnica pelo social em favor dos indivíduos. Indivíduos que, embora Lévy os insira em ecologias bio-noo-socio-técnicas que relativizam sua suposta autonomia – "Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, 'eu' não pensaria. O pretenso sujeito inteligente nada mais é que um dos micro atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe" (LÉVY, 2010b, p. 137) –, tendem a emergir dessas ecologias muito parecidos com os sujeitos clássicos do pensamento humanista: autônomos, totalmente livres e abertos ao diálogo e à cooperação. Para o autor, a simples conexão de sujeitos entre si criaria "uma suposta vontade coletiva de construir laços sociais baseados na partilha de conhecimentos" (RÜDIGER, 2011, p. 168). Se essa concepção parece limitada para dar conta da complexidade dos agenciamentos digitais, por outro lado parece ser (conscientemente ou não) exatamente a percepção de si das atuais gerações digitais.

Para diversos pensadores a dimensão dos significados, do imaginário, das práticas simbólicas também desempenha um papel fundamental na (re)configuração das redes digitais e, recursivamente, essas últimas participam da incessante (re)invenção dos imaginários. O que emerge das interações digitais não é o mero produto da pesquisa tecnológica de novas maneiras de transmitir e armazenar informações, mas, como afirma Francisco Rüdiger (2011), elas articulam também o "profetismo religioso e secular, as utopias sociais, a sensibilidade estética e, mais genericamente, a nossa capacidade de imaginação, veiculada pela literatura e as artes mas, sobretudo, pelas práticas de indústria cultural (p. 14). André Lemos (2010) reconduz a própria técnica ao campo da cultura, defendendo que suas formas precisam ser compreendidas no "movimento caótico e sempre inacabado" (p. 17) que as atrela aos conteúdos da vida social. Em uma linha de pensamento semelhante à de Lemos, Erick Felinto (2006), propõe uma teoria da cibercultura como imaginário, sugerindo considera-la uma totalidade cultural coerente – o que, na opinião do autor, não quer dizer sem contradições, mas um sistema dotado uma lógica própria e dirigido para determinados fins – a ser investigada em seus múltiplos aspectos (econômicos, sociais, tecnológicos, comunicacionais) a partir da análise das mútuas imbricações e inter(re)configurações entre aspectos materiais e culturais que cercam as tecnologias digitais.

---

processar informações autonomamente, de forma não redutível às atividades das inteligências individuais que a integram.

ISBN 978-85-7205-133-0

Cruzar essas perspectivas teóricas com a ideia de sujeito como, simultaneamente, emergência e elemento determinante na (re)configuração das ecologias digitais nos permite conceber estas últimas como rearranjos, inacabados e em incessante (re)construção, de (inter)subjetividades e processos/dispositivos de subjetivação pré-existentes.

Agenciamentos digitais e multidão

Quais subjetividades produziram as (e emergiram das) mobilizações espontâneas e auto-organizadas que, nos últimos anos, eclodiram no Chile e no Brasil? Que relações têm com as redes digitais e com as culturas de onde brotaram?

Rudá Ricci (2014) aponta algumas características que emergiram com força das chamadas Jornadas de Junho. Entre as mais relevantes para a reflexão aqui posposta, a primeira é a lógica das redes sociais, que "não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização" (p. 21) forjando uma comunidade "entrelaçada pela identidade e afeto" (Idem, p. 21):

> A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. (...) Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas. (Idem, p. 21-22).

As ideias de Lévy (2010a), que enxerga na própria conexão entre sujeitos a condição de emergência de uma vontade de cooperação baseada no conhecimento compartilhado e a ação conjunta, parecem manifestar-se na concepção de mobilização que permeou os protestos de 2013 no Brasil[5].

Como mostram Andrés Scherman, Arturo Arriagada e Sebastián Valenzuela (2013), referindo-se à juventude digital chilena, esse fenômeno está enraizado em uma tendência contemporânea das gerações alfabetizadas nos meios de comunicação digitais, a da construção de identidades (sejam pessoais, sociais, políticas, etc.) instáveis e fluídas baseadas em afinidades emotivas temporárias.

[5] Na esteira de Lévy (2010b), também me parece possível afirmar que a ecologia cognitiva que emerge das inter-retroações digitais - uma teia de percepções, sensações, emoções, sentimentos, ideias, ações gerada pela interação entre os agentes em comunicação com propriedades não encontráveis separadamente nos atores que participam delas - contribuiu para reconfigurar o sentir, o pensar e consequentemente o agir (pelo menos durante um certo período) de muitos de seus pontos de rede que, isoladamente e participando de outros agenciamentos, talvez não tivessem encontrado estímulo e razão para saírem às ruas.

ISBN 978-85-7205-133-0

A lógica das redes sociais parece sustentar também outra característica dos protestos apontada por Ricci (2014): o enxameamento ou *swarming* - pessoas e grupos que coordenam espontaneamente suas ações sem dar-se nem receber ordens – que pode ser observado em manifestações de massa com tecnologias que permitam a interatividade e a conexão instantânea. Para Ricci, é um fenômeno que se relaciona "com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada" (Idem, p. 33).

Ambos esses aspectos – a mobilização articulada por identidade afetiva e a dinâmica do enxameamento – favoreceram, tanto no Chile como no Brasil, a emergência nas manifestações de feixes de sentido e de ação múltiplos, não-orgânicos e extremamente heterogêneos. Características também imputáveis à comunicação e organização em rede, que "não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta" (Idem, p. 22).

No caso chileno, entretanto, apesar da heterogeneidade de demandas os focos das reivindicações ficaram bem definidos, girando ao redor de alguns macro-temas aglutinadores: reforma do sistema educacional para a implantação de uma educação pública gratuita e universal, questões ambientais ligadas a projetos de desenvolvimento que ameaçam áreas protegidas e a luta contra o centralismo político-administrativo (SCHERMAN, ARRIAGADA, VALENZUELA, 2013). Nas "Jornadas de Junho" brasileiras, em compensação, "cada um ou pequeno grupo constituía uma manifestação em si" (RICCI, 2014, p. 22), o que fez com que a rua se constituísse em uma "escola política em movimento, dinâmica, sem dono" (Idem, p. 22). Como apontarei mais na frente, essa diferença pode ser compreendida tendo em conta o entrecruzamento dos dispositivos de subjetivação digitais com mecanismos e processos pré-existentes de produção de subjetividades.

As pesquisas de Ricci (2014) e de Scherman, Arriagada e Valenzuela (2013) parecem apontar que os movimentos chilenos de 2011 e brasileiros de 2013 teriam feito emergir tendências de subjetivação estritamente relacionados a agenciamentos digitais (embora não sejam necessariamente produto exclusivo destes últimos). Inegavelmente, as ecologias sócio-tecno-culturais contemporâneas (isto é, as teias de inter-retroações entre elementos humanos e não humanos, materiais e simbólicos que redefinem constantemente o mundo experienciado e os sujeitos que o experienciam) favoreceram a emergência, em muitos países, de novas subjetividades. Novas não no sentido de radicalmente distintas das que as precederam, mas

ISBN 978-85-7205-133-0

que combinam de uma maneira peculiar características herdadas de modos de subjetivação anteriores e elementos que surgiram tanto dos processos sócio-tecno-culturais das últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, como da recente digitalização do cotidiano.

Entre essas tendências da subjetividade contemporânea, Zygmunt Bauman (2013) enfatiza a extrema individuação – que não é necessariamente sinônimo de diferença e singularidade, apenas ênfase perceptiva em uma suposta autonomia, independência e essencial disjunção do sujeito individual do resto do mundo – e o anseio constante, em nome da segurança existencial proporcionada pelo vínculo, por novas formas de comunidade que não sufoquem (pelo menos na percepção de quem delas participa) a individualidade, nem a submetam a normas rígidas não compatíveis com a atual condição existencial fluida do sujeito. Um sujeito crítico (embora não necessariamente autoconsciente de seus condicionamentos e das mediações que participam de sua subjetivação), mas ansioso em um universo social e cultural em incessante movimento, cuja atenção é dispersa, que processa superficialmente a informação e que espera resultados imediatos. Um sujeito, portanto, mais à vontade nas redes sociotécnicas contemporâneas do que nas tradicionais comunidades:

> Uma rede (...) pode ter pouca ou nenhuma preocupação por sua obediência a normas por ela estabelecidas (se é que uma rede tem normas, o que frequentemente não ocorre), e portanto o deixa muito mais à vontade, e acima de tudo não o pune por sair dela. (Idem, p. 44).

A convivência em redes – não apenas digitais - permite, segundo Bauman, viver a experiência da solidariedade sem relacioná-la à necessidade de qualquer compromisso duradouro: “Solidariedade não tanto em compartilhar a causa escolhida quanto em ter uma causa; você e todo o resto de nós (‘nós’, quer dizer, as pessoas da praça) com um propósito, a vida com um significado” (Idem, p. 53).

Scherman, Arriagada e Valenzuela (2013) mostram como essas tendências se manifestam na juventude chilena contemporânea:

> Siguiendo la tendencia internacional, la juventud chilena da cuenta de bajos niveles de participación política tradicional. Entre 1988 y 2009, el nivel de participación electoral de los jóvenes entre 18 y 29 años disminuyó de un 35% a un 9%. Para algunos autores, este fenómeno mundial de bajos niveles de compromiso electoral refleja cambios en la definición y las prácticas individuales de ejercer ciudadanía. (…) sugieren que los “ciudadanos obedientes” están siendo reemplazados por los “ciudadanos autorrealizados”. Los primeros canalizan sus

ISBN 978-85-7205-133-0

> acciones políticas a través de formas de participación tradicionales como el voto. Los segundos, en tanto, lo hacen a través de acciones cívicas como el trabajo comunitario y actividades políticas no convencionales –como protestar–, incorporando el uso de tecnologías digitales. (p. 182).

Essa busca de atividades de auto-realização individual por meio da afinidade de interesses, sentimentos ou ideais – que as tecnologias digitais propiciam e potencializam – se encontra em sintonia com as tendências de subjetivação apontadas por Bauman (2013) e revela que as redes digitais incentivaram um aumento da criticidade e da participação social e política das jovens gerações, ao passo que suas lógicas de funcionamento e de uso parecem estar desestimulando a assunção de compromissos de longo prazo, que pressupunham laços duradouros e a procrastinação da realização afetivo/emocional imediata.

Essas cooperações de individualidades, que se auto-experienciam como disjuntas, dentro redes de solidariedade temporária não emergiram especificamente com o surgimento das redes sociais digitais, aponta Bauman (2013): são uma das principais emergências das sociabilidades contemporâneas. Porém, como o próprio sociólogo polonês sugere, existe uma mútua imbricação entre um fenômeno e outro: em um incessante movimento recursivo, as mídias sociais são simultaneamente produto e produtor de relações sociotécnicas e subjetividades, e as ecologias de inter-retroações das quais as tecnologias digitais de comunicação participam se constituem em um mecanismo complexo, não-linear, polilógico e rizomático de subjetivação.

As redes sociais, afirma ainda Ricci (2014), “conectam emoções, micronarrativas, comentários sobre situações cotidianas. Forjam uma comunidade de intenções e, quando muito, constroem uma escalada de indignação ou admiração coletiva” (p. 223). Sentimentos que emergem de um húmus fertilizado por uma sensação - característica da subjetividade contemporânea - de autonomia, de inciativa individual que se soma voluntariamente, por afinidade, a uma multidão auto- organizada:

> Em todas as entrevistas e discussões envolvendo manifestantes de junho, a palavra autonomia aparece como uma vírgula em uma frase, despontando em algum momento ao longo da conversa. (...) Parece um traço geracional, tal a preocupação de todos em ressaltar que não há intenção alguma de uma ou outra força liderar qualquer ato ou falar em nome de alguém. (Idem, p. 36).

Portanto, se de um lado o sujeito independente, autônomo, autoconsciente e espontaneamente colaborativo pela simples interconexão de Lévy (2010a) parece inadequado

ISBN 978-85-7205-133-0

como operador conceitual para inteligir a complexidade das ecologias digitais, por outro parece ser exatamente a *experiência de si* que os sujeitos que emergem dessas ecologias vivenciam.

Por outro lado, as subjetividades que emergiram nas mobilizações sociais chilenas de 2011 e brasileiras de 2013 não parecem um produto exclusivo, radicalmente novo dos agenciamentos digitais contemporâneos, mas uma (re)configuração temporária, instável, aberta e em incessante (re)modelação que surge do entrecruzamento complexo de redes sociotécnicas com ecologias antropo-sócio-culturais historicamente consolidadas, que – como lembram as perspectivas culturalistas sobre o digital já mencionadas - funcionam como dispositivos de subjetivação tão importantes quanto as teias digitais. No caso do Chile - segundo apontam Scherman, Arriagada e Valenzuela (2013) – as lógicas de uso e tendências de subjetivação das redes digitais interagiram com uma propensão já presente na juventude daquele país, desde a última década do século XX, a se envolver em ações políticas e sociais não mediadas por instâncias e instituições tradicionais, como o voto e os partidos políticos, como consequência de uma maior prosperidade material e uma crise geral da representatividade política. Da mesma forma, as redes digitais se entrecruzaram com a força e a penetração históricas do movimento estudantil entre a juventude chilena e uma igualmente consolidada tendência de muitos jovens do país a se interessarem na política e se envolverem em alguma forma de participação. Isso leva ao autores a defender que os usuários de redes sociais digitais:

> tienen más tendencia a protestar porque se involucran en actividades que son esenciales para la acción colectiva, como el procesamiento de información útil, el intercambio y la formación de opiniones sobre asuntos públicos, y la construcción de una identidad común con sus pares. Esto significa que poseer una cuenta en Facebook o el uso frecuente del medio aumenta la probabilidad de realizar estas actividades, pero no facilita directamente la acción de protestar. Así, el efecto del uso de Facebook es indirecto en aquellos individuos que protestan y, a su vez, es mediado por el comportamiento particular de los individuos en el sitio. (p. 185).

Já os traços identificados por Ricci (2014) nas “Jornadas de Junho” brasileiras podem ser atribuídos *simultaneamente* às subjetivações digitais contemporâneas e às ecologias sócio-tecno-culturais brasileiras que, historicamente, tem produzido subjetividades marcadas pela inconstância, pela construção de laços sociais centrada na afetividade e a emoção mais do que no compartilhamento de projetos de longo prazo, pela *hybris* carnavalesca que incentiva um

ISBN 978-85-7205-133-0

extravasamento "controlado" dos excedentes criativos, substancialmente não ameaçador para a ordem.

No caso brasileiro, também participou da configuração dos protestos um imaginário juvenil permeado por signos, conceitos, sensorialidades e emoções construídos – de forma não determinista e unilinear, mas pela intervenção de múltiplas mediações em processos de constante absorção e ressignificação (MARTÍN-BARBERO, 1997) - na interação diária com as mensagens veiculadas pela indústria cultural, como revelam o poder de mobilização que tiveram certos slogans de campanhas publicitárias e sua ampla circulação entre os manifestantes. Junto a esses fatores, o *ethos* das manifestações também foi influenciado pelos sentidos construídos na inter-retroação diária – direta ou indireta – dos jovens com os meios de comunicação de massa gerenciados pelos oligopólios históricos da comunicação no Brasil. Como lembra Venício Lima:

> desde que a televisão se transformou em "mídia de massa" hegemônica, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores. E é no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura foram formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia (2013, p. 90).

Os protestos chilenos e as Jornadas de Junho, então, parecem produto de múltiplas lógicas de subjetivação entrecruzadas, ecologias complexas de inter-retroações das quais participaram agenciamentos digitais e redes sócio-tecno-culturais pré-existentes com suas próprias noosferas, tendências cognitivas e relacionais, sensorialidades, etc.

Considerações finais

As redes bio-psico-noo-sócio-tecnoculturais contemporâneas, que envolvem agenciamentos digitais, fizeram emergir subjetividades que se auto-experienciam como autônomas, autoconscientes, separadas dos demais sujeitos e que (re)criam digitalmente vínculos baseados na afinidade e na ausência de compromissos de longo prazo.

São subjetividades essencialmente críticas e com um elevado potencial de mobilização espontânea, mas impacientes e ansiosas por resultados imediatos. Subjetividades que – como revelam os protestos de 2011 no Chile e os de 2013 no Brasil - têm se revelado hábeis em se auto-organizar por meio de tecnologias digitais de comunicação, capazes de tecer relações, práticas sociais e micropolíticas alternativas às dominantes nas ecologias sociotécnicas atuais, mas ao mesmo tempo incapazes de manter vivas por longos períodos as comunidades criadas

ISBN 978-85-7205-133-0

e de refletir sobre as tendências de subjetivação que permeiam suas percepções, sua cognição e suas tendências de ação.

São, além do mais, subjetividades moldadas pelo entrecruzamento e a mútua imbricação de vetores de subjetivação produto das redes sociotécnicas digitais e processos subjetivantes pré-existentes.

Referências

BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs - Journal of Women in Culture and Society*. University of Chicago Press, vol. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida*. Diálogos com David Lyon. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

FELINTO, Erick. Os computadores também sonham? Para uma teoria da cibercultura como imaginário. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 15, jul./dez. 2006, p. 1-15.

LEMOS, André. *Cibercultura*. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 7 ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. 15 ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010b.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: *Cidades rebeldes*. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato... [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RICCI, Rudá. *Nas ruas*: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura*. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERMAN, Andrés. ARRIAGADA, Arturo. VALENZUELA, Sebastián. La protesta en la era de las redes sociales: el caso chileno. In: ARRIAGADA, Arturo. LUCERO, Patricio Navia

ISBN 978-85-7205-133-0

(Org.). *Intermedios*. Medios de comunicación y democracia em Chile. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013. p. 179-199.

ISBN 978-85-7205-133-0

A memória da guerrilha no México e no Brasil: A velha esquerda e o processo de retificação nas autobiografias de Gustavo Hirales e Fernando Gabeira

Azucena Citlalli Jaso Galván
Mestranda Programa de Pós-Graduação em História Social
Bolsista CAPES
Universidade de São Paulo
acjasogalvan@gmail.com

Resumo

O trabalho tem como objetivo a análise dos romances autobiográficos do brasileiro Fernando Gabeira e o mexicano Gustavo Hirales. Ambos foram ex-guerrilheiros urbanos que retificam sua posição política após temporadas em prisão. Desta maneira, faremos uma contextualização dos autores, para, posteriormente, aprofundar no diálogo entre ambos, destacando dois temas recorrentes: a caraterização da velha esquerda (justificação da ação armada) e o processo de "retificação" ou de crítica à esquerda armada (distanciamento de um processo derrotado). Isto no contexto da disputa pela memória do movimento armado no continente, e das limitações (políticas, sociais e metodológicas) que o tema representa para a historiografia. Daí que a análise dos romances e as autobiografias, como fontes históricas, seja um exercício fundamental para o avanço na construção da literatura científica sobre a esquerda armada.

Palavras-chave: autobiografia; guerrilha no México; guerrilha no Brasil; Partidos Comunistas; retificação guerrilheira.

Resumen

El trabajo tiene como objetivo el análisis de las novelas autobiográficas del brasileño Fernando Gabeira y el mexicano Gustavo Hirales. Ambos fueron ex guerrilleros urbanos rectifican su posición política después de temporadas en prisión. De esta manera, haremos una contextualización de los autores para, posteriormente profundizar en el diálogo entre ambos, destacando dos temas recurrentes: la caracterización de la vieja izquierda (justificación de la acción armada) y el proceso de "rectificación" o de crítica a la izquierda armada (distanciamiento de un proceso derrotado). En el contexto de la disputa por la memoria del movimiento armado en el continente, y de las limitaciones (políticas, sociales y metodológicas) que el tema representa para la historiografía. De ahí que el análisis de las novelas y las autobiografías, como fuentes históricas, sea un ejercicio fundamental para el avance en la construcción de la literatura científica sobre la izquierda armada.

ISBN 978-85-7205-133-0

Palabras clave: autobiografía; guerrilla en México; guerrilla en Brasil; Partidos Comunistas; rectificación guerrillera.

Dois autores: seus textos e contextos

Gustavo Adolfo Hirales Morán nasceu no ano de 1945 em Mexicali, Baja California, no norte do México. Desde muito jovem militou em organizações de esquerda, e a partir de 1966 nas Juventudes do Partido Comunista Mexicano (JCM). Depois da repressão ao movimento estudantil na Cidade do México em 1968, formou parte de uma das tantas cisões do partidão mexicano, integrando o grupo denominado "Os Processos", nome derivado do documento intitulado "Processo revolucionário", apresentado pelo militante e estudante de economia Raúl Ramos Zavala, no III Congresso da JCM em 1970.

Após uma serie de fracassos nas primeiras ações armadas dos comandos, curiosamente chamados Carlos Lamarca e Carlos Marighela, Ramos Zavala é morto em combate, pelo que Ignacio Salas Obregón, um católico radicalizado, praticante da teologia da libertação e membro do Movimento Estudantil Profissional (MEP), assume a liderança e cria a Coordenadora Nacional (de grupos armados), precedente da Liga Comunista 23 de Setembro, fundada até 1973[1]. Gustavo Hirales foi o encarregado de reclutar os restos das organizações armadas rurais do norte do país, especificamente, do Movimento 23 de Setembro, sobreviventes da intentona armada do ano de 1965. Nesses primeiros meses da Liga formou parte da Direção[2].

Foi preso em Sinaloa em agosto de 1973, junto outro militante num enfrentamento com a Polícia Judicial. Na prisão, Hirales deu informações sobre alguns encontros marcados

[1] A Liga Comunista 23 de Setembro esteve conformada por vários grupos, dentre eles "Os Lacandones", que eram um núcleo armado de brigadistas do Instituto Politécnico Nacional e da Universidade Nacional Autónoma do México. Por outro lado, uniram-se também "Os Enfermos" de Sinaloa, "Os Processos" de Nuevo León, "Os Macías" de Monterrey, o "Grupo Oaxaca", o "Frente Estudantil Revolucionário" de Jalisco, o "Movimento 23 de Setembro" de Chihuahua e a "Brigada Vermelha" do DF. Além de alguns militantes do "Movimento Armado Revolucionário", que proporcionaram apoio logístico e militar. (CASTELLANOS, 2008, p. 207).

[2] Em 1965, inaugura-se a experiência armada mexicana contemporânea com o malogrado assalto ao quartel militar da cidade de Madera, Chihuahua, do Grupo Popular Guerrilheiro. Embora contasse com uma ampla base camponesa e um movimento de massas em ascensão, o grupo encabeçado pelo professor rural Arturo Gámiz García, fracassou na sua primeira ação armada, propiciando o surgimento de outros grupos como o Movimento 23 de Setembro e o Grupo Guerrilheiro do Povo Arturo Gámiz, entre outros, que foram vorazmente caçados pelo exército mexicano, entre 1965 e 1968. Já no sul do país, no estado de Guerrero, operava a guerrilha do professor Genaro Vázquez Rojas (Associação Cívica Nacional Revolucionária), desde 1967. Em 1969, outro grupo se levanta no mesmo território, encabeçado pelo professor Lucio Cabañas Barientos (Partido dos Pobres), constituindo-se no referencial da luta armada rural. No caso das guerrilhas do sul, a Liga não conseguiu estabelecer uma aliança por diferenças teóricas insuperáveis. Estas discussões foram genialmente descritas no romance de Carlos Montemayor, *Guerra en el paraiso*, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

com outros militantes da Liga, depois de jornadas de tortura, o que contribuiu à captura e desaparição de outros militantes, entre eles as lideranças Salas Obregón e Salvador Corral[3].

Um mês depois da detenção de Hirales Morán (17 de setembro de 1973), a Liga executou o sequestro do empresário Eugenio Garza Sada como primeira grande ação de propaganda. O resultado foi a morte de dois militantes, assim como do próprio empresário e duas escoltas. A versão da imprensa, segundo o próprio Hirales, foi que ele mesmo tinha se deixado prender para desviar a atenção, enquanto que ele era o comandante da operação desde dentro do cárcere. (HIRALES, 1996, p. 69-70). Por outro lado, o fato desatou duas coisas: a indignação da cúpula empresarial mexicana, que denunciou como responsável indireto ao presidente Luis Echeverría pelo fracasso na contenção do terrorismo, e por outro lado, a repressão contra os grupos ditos "terroristas".

Finalmente Hirales foi acusado de associação delituosa, porte de arma proibida e roubo com violência. É dos últimos presos em sair do cárcere após a aprovação da anistia. Anos depois militou nas fileiras do PCM, de novo, e, posteriormente no Partido Mexicano Socialista. Trabalhou no Programa Nacional de Solidariedade entre 1991 e 1993[4], e foi assessor da delegação do governo federal nas Conversas pela Paz em Chiapas no ano do levantamento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994), entre outros cargos de consultoria desempenhados até o ano 2009 na área de direitos humanos e na Secretaria de Governação. Foi colunista nos jornais *El Nacional* e *Unomásuno*. Além de colaborador nas revistas *Nexos* e *Etcétera* (todos eles de circulação nacional).

O livro intitulado *Memoria de la guerra de los justos* publicado em 1996, é a memória autobiográfica ficcional dos tempos de atividade armada do autor mexicano. Escrito em terceira pessoa, muda constantemente o nome das personagens, colocando o apelido, ou nome completo, ou, na maioria das vezes, o nome de clandestinidade das pessoas citadas. Está dividido em três partes. Na primeira descreve sua caída nas mãos dos agentes repressivos. Na

[3] Este é um dos episódios mais polêmicos do livro, já que ex-militantes falam que Hirales delatou às lideranças da Organização, pelo que é acusado de colaborar com os agentes da repressão. (HERNÁNDEZ, 9/10/2007; HIRALES, 1/12/2007). No livro, o autor menciona que somente reconheceu os cadáveres através de fotografias que foram mostradas pelos policiais: "hace unos días vino la tira, a enseñarme las fotos del compa. – Si es él: a mí me llevaron a verlo, en el Hospital Militar, querían que 'les ayudara' a identificarlo... – ¿Y? – Ni madres, no les dije nada. – Pues yo sí – dice el G... – ¿Por qué, cabrón? – Pensé que era su único chance, hacer pedo por su caída, y también para que no lo siguieran chingoteando para saber quién era… mandamos una carta al Más Noticias, exigiendo su presentación con vida…". (HIRALES, 1996, p. 82).

[4] O programa Solidariedade, impulsado pelo ex-presidente Carlos Salinas de Gortari, é considerado como uma das peças chave da contrainsurgência no território zapatista, baseado em programas assistencialistas militarizados de combate à pobreza, inserido na denominada Guerra de Baixa Intensidade. (MORQUECHO, 19/12/2010).

ISBN 978-85-7205-133-0

segunda parte faz um percurso por sua militância, desde 1966 nas JCM, pondo ênfase na sua viagem para uma escola de quadros na República Democrática Alemã, assim como sua adesão à cisão liderada por Ramos Zavala, e, portanto, à luta armada, até a fundação da Liga. Já na última parte, Hirales destaca suas reflexões e balanços sobre o movimento armado, partindo das informações oferecidas pelos próprios presos políticos que iam chegando à prisão de Topochico. Aí começa o que posteriormente seria conhecido como "retificação guerrilheira".

Noutra geografia, Fernando Paulo Nagle Gabeira nasceu em 1941 na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Em 1964 muda-se para o Rio de Janeiro. Jornalista de profissão trabalhou como editor no *Jornal Brasil* e, de maneira paralela, no jornal militante *Panfleto*. Em 1968 começa sua militância na leninista Dissidência Universitária de Guanabara, cisão do PCB em Rio de Janeiro, que para então já tinha um projeto de clandestinidade, comandada por Daniel Aarão, Franklin Martins e Cláudio Torres.

Após um processo de treinamento militar proporcionado pela Coordenadoria Regional da Ação Libertadora Nacional (ALN) em São Paulo[5], participou do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, no ano de 1969. O objetivo era a libertação de quinze prisioneiros políticos e a difusão de um manifesto nos médios massivos de comunicação. Este ano é um divisor de águas na história da esquerda no Brasil. É considerado por Jacob Gorender como o ano de imersão total nas armas e o fim da luta de massas, dando início a uma série de ações expropriatórias e de propaganda armada. (GORENDER, 1987, p. 153).

A participação ou importância do autor na operação, a maneira na que foi descrito no romance, assim como a reinvenção feita para o cinema em 1997[6], é motivo de grande polêmica na batalha pela memória da luta armada no Brasil. Embora no filme pareça que o Gabeira foi o autor intelectual da operação, e, ao mesmo tempo, o grande crítico dos excessos cometidos pelos guerrilheiros, após várias entrevistas e depoimentos de militantes que participaram da ação, isso foi desmentido é questionado. Os entrevistados e especialistas

[5] A ALN foi fundada de uma cisão do PCB liderada por Marighella e Câmara Ferreira, com treinamento militar em Cuba. (GORENDER, 1987, p. 96).

[6] O roteiro do filme *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto baseado no livro de Gabeira, chegou a concorrer para o prémio Óscar de melhor filme estrangeiro. Para debater a verossimilhança do filme, assim como o compromisso com a história e a memória dos protagonistas, vivos e mortos, o próprio Aarão Reis Filho compilou uma série de textos feitos por historiadores especialistas no tema, depoimentos e entrevistas aos protagonistas, publicados originalmente no jornal *Folha de São Paulo*, assim como alguns outros escritos especialmente, onde se fazem desmentidos, acréscimos e críticas da forma de apropriação e "sequestro" da história feita pelo cineasta. (AARÃO REIS FILHO, 1997).

ISBN 978-85-7205-133-0

falam que Gabeira não participou diretamente no operativo, mas, por falhas logísticas, permaneceu na casa da Rua Barão de Petrópolis – onde deixaram o sequestrado – porque era o espaço que estava destinado para o aparelho de propaganda, a gráfica da organização, da que ele era o responsável[7].

Em 1970, Gabeira foi preso e torturado. Posteriormente foi trocado, junto com outros 44 presos pelo embaixador da Alemanha Ocidental Ehrenfried von Holleben, sequestrado numa ação conjunta da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da ALN, em junho de 1970. A partir dessa data começou seu exílio de quase 10 anos, morando na Argélia, Chile (onde presenciou o golpe de Estado do general Pinochet contra o governo da Unidade Popular de Salvador Allende), França, Itália e Suécia. Volta para o Brasil no contexto da anistia de 1979, reiniciando sua carreira de jornalista nos jornais *Zero Hora* e *Folha de São Paulo*.

Ainda no exilio, na Europa, vinculou-se ao Partido Verde (PV) defendendo os direitos das minorias e do meio ambiente. Foi candidato à presidência da República em 1989, sem resultados positivos. Posteriormente foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, convertendo-se no único representante do PV no Congresso em 1994. Reeleito outras três vezes, desfilou entre o PV e o Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2001 e 2003. Foi candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2010, mais de novo, foi vencido. (14/7/2014).

O livro que utilizaremos neste trabalho, como mencionamos anteriormente, *O que é isso, companheiro?* editado pela primeira vez em 1979, é uma autobiografia ficcional escrita em primeira pessoa, focado no episódio do sequestro do embaixador norte-americano. Dividido em 16 capítulos, o romance começa no ano de 1973, durante o golpe militar no Chile. A partir disso Gabeira faz um balanço dos grupos de esquerda antes de 1964 no Brasil, assim como as falhas e omissões da mesma perante o golpe. Posteriormente faz um panorama da esquerda armada e expões seus motivos para se unir a tal esforço revolucionário. Por último, descreve os preparativos do sequestro; o sequestro; as condições de clandestinidade após o operativo; a captura, tortura e prisão do autor; finalizando com sua libertação após ser trocado pelo embaixador alemão.

Diálogos possíveis

[7] Aarão Reis diz que "ele nunca teve essa ideia. Aliás, em entrevistas anteriores, no fim do exílio, ele muitas vezes dava a entender eu tinha tido essa ideia e tinha redigido o manifesto, mas depois ele próprio veio a público esclarecer que não". Enquanto que, sobre suas características críticas retratadas no livro diz que "se o Gabeira tivesse essa crítica aguda do processo todo, ele nunca seria admitido numa organização de esquerda (...) inclusive tinha uma propensão até a ver com uma certa repulsa o passado dele como intelectual." (AARÃO REIS FILHO, 1997, p. 82).

ISBN 978-85-7205-133-0

Como dito anteriormente, a proposta deste trabalho é tentar fazer com que os autores apresentados e colocados dentro de uma mesma tendência historiográfica, dialoguem, mostrando tanto semelhanças nos processos armados e nas formas narrativas, como alguns dissensos nos balanços respectivos. O intuito, então, é ampliar as possibilidades de fazer uma história comparativa da esquerda latino-americana e das práticas que os Estados utilizaram para conte-la. Tendo em vista o anterior, destacaremos dois temas: a) a caraterização da velha esquerda; e, b) o processo de "retificação" ou de crítica à esquerda armada.

a) Caraterização da velha esquerda

Como pudemos constatar em ambos os textos, a esquerda que decide pegar em armas, o faz, fundamentalmente, a partir das críticas feitas às formas organizativas dos Partidos Comunistas, e, sobretudo, às posições ditas reformistas que representavam. Assim, Gustavo Hirales considera um vacilo ideológico do PCM, o fato de não ter sido capazes de assimilar as experiências (táticas e estratégicas) do terceiro mundo, especialmente a Revolução Cubana. Ele, como parte das JCM, diz que "*el rollo del PC cada vez nos sonaba más bofo, más aleatorio e insubstancial. Se toleraba al partido como receptáculo, como laboratorio y lugar de encuentro de las nuevas ideas, las inquietudes y los instintos para los cuales, sin embargo, ya se percibía muy estrecho*." (HIRALES, 1996, p. 131). Além dessa critica geral, o que é considerado como a grande traição do partido à juventude dos anos sessenta e setenta, foi a falta de apoio que o PCM manifestou ao movimento estudantil na Cidade do México em 1968.

O mexicano, então, faz um esforço por se diferenciar dessa velha guarda, apontando a todo o momento características que chegam a misturar-se com a cultura corrupta e violenta desenvolvida pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder desde 1929. Hirales diz sobre as lideranças do partido que

> *podían, cínica, abierta, abyectamente, reprimir en nombre de sus putos privilegios, de los intereses más sórdidos y nauseabundos, de los vicios y excesos de caciques, porros y padrinos, de charros sindicales nacidos del gangsterismo y el crimen, de mafias, pandillas y todo tipo de asociaciones dizque honorables, dizque representativas de la "crema" de este país, y dieron por hecho que nosotros, sí, que nosotros los jóvenes habíamos sido puestos allí para extasiarnos ante sus habilidades manipulatorias, sus tranzas (lo que sus panegiristas llamaban "excelsa arte política"), sus infinitas dotes camaleónicas; para imitarlos o tragarnos toda la mierda.* (HIRALES, 1996, p. 170).

A diferença nas características da militância dos autores faz com que o balanço seja também diferente. Hirales fez o balanço sendo que sua formação política se desenvolveu

ISBN 978-85-7205-133-0

dentro do partido, enquanto que Gabeira olha pra história da esquerda partidária desde fora. O brasileiro faz um panorama da questão, colocando que existiam quatro organizações antes do golpe de Estado de 1964: o Partido Trabalhista do Brasil (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Política Operária (Polop) e Ação Popular (AP).

Focado nas características do PCB, Gabeira enfatiza a incapacidade da organização para fazer autocrítica. Mas esta característica que define a velha esquerda é herdada à esquerda armada. O autor coloca ironicamente que "quase todos os documentos de esquerda começam assim: mais uma vez a realidade confirmou nossas previsões; ou mesmo: o socialismo avança em todo o mundo e o capitalismo vive sua crise sem saída. Estamos nessa há muitos anos." (GABEIRA, 2014, p. 32).

Neste mesmo sentido, Gabeira descreve a linha do partido como simplista e mecânica, sobretudo, no que diz respeito à leitura da realidade: "Se o Brasil era capitalista, a revolução a ser feita era uma revolução socialista. Se o Brasil era capitalista, estava maduro para o socialismo. Deixávamos muito de lado o exame das condições chamadas subjetivas: o nível de organização e consciência dos trabalhadores, por exemplo." (GABEIRA, 2014, p. 32). A descrição das debilidades e erros do partidão são misturadas com as características da esquerda armada socialista, porém, o autor não aprofunda nos programas particulares, nem nas propostas teóricas dos grupos.

As cisões, seguindo os autores, foram uma questão comum a ambos partidos comunistas. São definidas por Gabeira como "brigas de casal: aquele constrangimento em discutir a divisão dos bens, aquele não conseguir sentar-se na mesma mesa durante os primeiros meses de separação, aquela expectativa de que os amigos se definiam por um ou pelo outro." (GABEIRA, 2014, p. 28). As cisões nos grupos políticos e movimentos sociais já consolidados desde a década dos cinquenta, então, são a matriz de uma grande parte dos grupos armados. Porém, o Gabeira é muito supérfluo nas suas apreciações.

Poderíamos dizer, que Hirales descreve mais detidamente a linha teórica que aderiram "os processos", com relação à perspectiva de luta eleitoral proposta pelo PCM, no intuito de fazer mais clara a distinção entre ambas. Para ele, "*no puede haber 'apertura democrática' alguna, 'puesto que el autoritarismo es la norma vital, sostén institucionalizado del control social, sobre la cual obligadamente debe marchar la política del régimen'*." Ele conclui que o partidão "*trata de 'caracterizar en sus rasgos más relevantes (...) un tipo de sociedad burguesa cuya supervivencia descansa en el ejercicio del poder político en formas instituidas*

ISBN 978-85-7205-133-0

como son el autoritarismo y la represión'." (HIRALES, 1996, p. 142). Esses foram os argumentos que, naqueles anos, legitimaram a via das armas.

b) A esquerda armada e a retificação

O processo de retificação guerrilheira, como é conhecido no México, tem a ver com o balanço negativo da atuação da esquerda armada, partindo da experiência pessoal, pondo ênfase nos erros organizativos e programáticos. A seguir exemplificaremos as principais características expostas pelos autores.

O primeiro a ser ressaltado é a concepção da revolução socialista pela via armada como uma ilusão relacionada à juventude. O conceito de ilusão na sua definição de dicionário diz que é uma imagem ou representação sem verdadeira realidade, sugeridos pela imaginação ou causados pelo engano dos sentidos. (RAE, 2001). Para os autores, essas ilusões foram amadurecendo após os episódios de repressão, tortura e fracasso das operações armadas, que demostraram a impossibilidade da vitória.

Fernando Gabeira coloca o AI-5 como ponto de início do rompimento das ilusões das juventudes brasileiras, isto por que o Ato desloca o horizonte de luta. Antes de 1968, "tínhamos de organizar as camadas médias, os operários e, ainda por cima, nos implantarmos no campo – onde seriam feitas as guerrilhas. Sem contar as ações na cidade, para recolher dinheiro e armas." (GABEIRA, 2014, p. 79). Com o movimento estudantil no auge, a meta era possível. Com o aumento da repressão desatado pelo AI-5, e de grande parte dos militantes de esquerda na cadeia, as coisas começaram a dificultar-se, igual que as formas de viver a clandestinidade.

Essa perspectiva é compartilhada por Hirales, que diz que a guerrilha foi uma ilusão destruída pela prisão e tortura: "*Media hora antes, quince minutos antes, vivía en otro mundo, el de las radiantes (sic) expectativas revolucionarias, el del crecimiento sostenido de la Organización Partidaria, el de la confirmación de su protagonismo.*" (HIRALES, 1996, p. 16).

As ilusões elaboradas pelas juventudes latino-americanas dos anos sessenta e setenta tinham suas fontes de inspiração, segundo nossos autores, na cultura, especificamente na literatura e na música, assim como noutras experiências de luta do terceiro mundo. No texto de Hirales as referências musicais são constantes, sobretudo na citação de versos de Bob Dylan. Por outro lado, as referências literárias permeiam o livro todo, desde o título, que faz referência à peça do teatro escrita pelo argelino Albert Camus: *Les Justes*, história que se

ISBN 978-85-7205-133-0

desenvolve na Rússia de 1905, e gira em torno da discussão entre dois militantes revolucionários que defendem posições opostas, uma romântica e a outra realista. Mas é o livro de francês André Malraux (*La Condition Humaine*) a que ganha destaque nas descrições de vários dos episódios de reflexão na prisão e tortura do mexicano:

> *Están tapados con pedazos de la misma alfombra terrosa que hace de colchón. Se acercan uno al otro, se toman de la mano en un apretón solidario. Turbados, se sueltan. A él le parece que esta escena y la vio en alguna película… ¿o la leyó? Claro, la parte aquella de La condición humana en la que los comunistas prisioneros, esperan la muerte, y Katow, el revolucionario profesional, el internacionalista, estrecha la mano de Suen, el insurrecto chino que yacía, herido, a su lado: "… y en la ciudad se comenzaba a amar a aquellos moribundos, como si ya estuviesen muertos."* (HIRALES, 1996, p. 22).

Gabeira, pelo contrario, coloca como influências fundamental, dois episódios históricos que geraram discussões na velha esquerda e inclusive dividiram-na. Referimo-nos, em primeira instância, à invasão da Tchecoslováquia por tropas soviéticas:

> De um lado, estavam os intelectuais independentes que já haviam condenado a invasão através de um manifesto publicado pela imprensa. (...) De outro lado, estavam os intelectuais do PC, buscando, de todas as formas possíveis, divulgar indiretamente a discordância que se instalara no interior do partido. E, finalmente, estávamos nós, mediadores de um debate onde havia uma concorrência básica: todos eram contra a invasão. (GABEIRA, 2014, p. 64).

O outro episódio mencionado é a Revolução Cubana, sobretudo, o Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana em 1967. Esse espaço que serviu para a difusão dos métodos revolucionários cubanos, perante as propostas soviéticas mais conservadoras[8], viu-se revestido de uma aura esperançosa, pela ausência de Che Guevara, que já estava em campanha na Bolívia.

Estes dois momentos radicalizaram o processo de discussão das organizações de esquerda antes de 64, e precipitaram as cisões. A mais importante se da no interior do PCB (Guanabara, Rio e São Paulo), tendo como dirigente o Carlos Marighela, que participou da conferencia e após retornar para o território brasileiro funda a ALN, acatando as orientações da OLAS. Os jovens abandonados pelo PCB encontraram um referente simbólico na Havana.

Outra característica da esquerda guerrilheira colocada pelos autores é o dogmatismo armado. Assim, no caso mexicano, esta característica é exemplificada na luta pelos presos políticos. Hirales narra sua própria situação e as contradições que afrontou quando recebeu o

[8] A OLAS aprova três resolutivos: assimilação das teses político-militares de Debray, ou seja, a luta armada como método de luta; o reconhecimento de Cuba como vanguarda latino-americana; assim como a condena de certas práticas políticas de alguns partidos comunistas do continente. (REY TRISTÁN, 2005, p. 1697).

ISBN 978-85-7205-133-0

pedido dos companheiros que ainda estavam nas ruas, para não cair no desespero, pois "*ya se habían puesto en contacto con el abogado (un ilustre profesor de la universidad, un liberal de vieja cepa que, 'por principios', había aceptado defender a los primeros subversivos presos en Monterrey, también universitarios).*" Perante essa demonstração de fraqueza ideológica dos guerrilheiros, o autor não duvida em ironizar a impossibilidade de lutar por outros médios que não sejam os liberais: *"¡Vaya!, sus valedores estaban muy contaminados de liberalismo pequeñoburgués, mira que creer en las coartadas legaloides de la burguesía… Pero él mismo no estaba exento de ese pecado; además, las 'mamadas legaloides' de la burguesía venían a ser la única ramita de la cual, si acaso, asirse…*" (HIRALES, 1996, p. 37).

A "razão retorcida" foi o nome que Hirales deu à impossibilidade de universalizar as reivindicações dos grupos armados, sendo que as pautas estavam fora da realidade dos "oprimidos" que eles idealizaram. Assim, ele descreve o inevitável isolamento dos guerrilheiros num monólogo muito ilustrativo:

> *tú, terrorista, execrado por los que saben, por los conscientes, ajeno y anónimo ante los que no saben, desconocido para la inmensa mayoría de aquellos en cuyo nombre crees que luchas, aislado de tu propia cohorte, la de los otros subversivos y armados, apestado en el flanco izquierdo de la vida; tú que blasfemaste contra todo lo sagrado; tú narciso, iconoclasta, que ibas arrasando dogmas sólo para inmediatamente sustituirlos por otros nuevos, creador de monstruos de la razón retorcida, en esta hora de la verdad, en la única hora verdadera de todo nombre sobre la tierra, dinos, ¿cuál es tu verdad? ¿A qué infierno, si no cielo, acudirá en busca de paz y refugio tu pobre alma intensa?* (HIRALES, 1996, p. 38).

Fazendo a mesma análise, o brasileiro Gabeira fala da falsa proletarização "que era a tentativa de transformar seus intelectuais em proletários, sem tirar nem pôr, incapazes de serem distinguidos no meio dos outros." (GABEIRA, 2014, p. 139). Segundo ele, nunca abandonou sua identidade de intelectual, apesar das críticas de estudantes e operários, que o viam simplesmente como um intelectual "que tinha se passado para o seu lado, mas ainda não se curara completamente de suas deformações. Algumas vantagens, entretanto, eu tinha. Jamais me seduziu a ideia de me passar por operário." (GABEIRA, 2014, p. 141).

Neste sentido, Gabeira fez uma colocação geracional, para tentar se distanciar da ortodoxia e a "razão retorcida" dos guerrilheiros, apoiada na tese da ilusão própria da juventude. Ele diz que

> Aquela geração de jovens políticos tinha uns dez anos menos que eu. Minha revolta se curtiu no triângulo familiar, nas lutas para ter os amigos que quisesse, escolher a carreira que me parecesse melhor, chegar em casa mais tarde. Esses jovens se chocam na adolescência com um problema inédito por

ISBN 978-85-7205-133-0

> anos: a ditadura militar. Nos tempos de secundarista, combatíamos uma política educacional elitista, mas num quadro de um governo democrático. Essas diferenças foram pesando muito nas formações que se defrontavam ali, diante de uma atividade comum. Para eles, tudo era política partidária. Alguns não tinham tido nem sua primeira namoradinha e já estavam inscritos numa organização. (GABEIRA, 2014, p. 49).

Essa falta de espaço para as subjetividades e a ortodoxia dos grupos armados, teve uma repercussão de maiores dimensões, no caso descrito pelo mexicano. A rigidez no controle das relações pessoais – junto ao aumento da repressão e endurecimento das condições de clandestinidade – desencadeou uma série de acusações que derivaram em expulsões, e inclusive em execuções ao interior da própria organização. A organização se constituiu numa vanguarda sem massas que guiar, com uma visão cristológica e apocalíptica da luta: "*El honor de ser considerado miembro de la vanguardia implicaba aceptar (y además de buen grado) el régimen ascético de vida que, para los iniciados, era el único posible. Las infracciones a este código implícito (o la sospecha de infracción) se pagarían, en la etapa de la descomposición, hasta con la vida*." (HIRALES, 1996, p. 321).

Recriando um diálogo com outro preso, Hirales coloca a questão da observância quase religiosa da linha política da organização, que tinha que se fazer evidente para não correr riscos, pois "*unos a otros se acusaban de 'oportunistas', 'demócratas', 'pequeñoburgueses', organizaban polémicas en sus periodiquitos que nadie leía, además de las tres o cuatro decenas de involucrados. En este periodo empezó a fraguarse una moda infame: el asesinato de miembros de la Liga por supuestas herejías doctrinales o políticas.*" (HIRALES, 1996, p. 321). Hirales chega mencionar que as fofocas mais absurdas converteram-se em argumentos políticos de desqualificação. Por exemplo, a desconfiança que gerou o fato de que Hirales praticara o sexo de maneira pequeno-burguesa, isto quer dizer que ele fazia muito barulho, e "*el proletariado es más discreto hasta en eso.*" (HIRALES, 1996, p. 53).

Da mesma forma, Gabeira entende esse processo como uma defesa do edifício marxista-leninista que ficava vulnerável diante as subjetividades individuais. Afastando-se já dos militantes armados, o brasileiro diz que eles "eram capazes de localizar todas as intenções escondidas num discurso político, apontar as causas económicas de uma certa vida histórica. No entanto, faziam uma leitura linear dos sentimentos." (GABEIRA, 2014, p. 50). Sendo que esta desatenção do individuo ajudou a aprofundar o isolamento, já que grande parte dos movimentos das chamadas minorias (feministas, negros, homossexuais, ecologistas etc.), não encontraram espaços na luta armada.

ISBN 978-85-7205-133-0

Finalmente, podemos dizer que o balanço negativo é compartilhado por ambos os autores. A retificação (pela via institucional) é o único caminho a seguir, pelo que, segundo Hirales, "*juntó a la raza para darles la buena nueva: había que rectificar a fondo y en serio, compas, ¡había que dar un golpe de timón! Así empezó la famosa y nunca suficientemente bien ponderada rectificación guerrillera. Para que vean…*" (HIRALES, 1996, p. 232). Já Gabeira, um pouco mais modesto, não tenta fundar o movimento de retificação, mas coincide nos "horrores" e desacertos cometidos pela guerrilha, assumindo que "minha responsabilidade era enorme, e só com o tempo fui reconhecendo horrorizado a dimensão de meus descaminhos." (GABEIRA, 2014, p. 135).

Conclusão

Acreditamos sejam pertinentes os estudos comparativos para o estudo das esquerdas latino-americanas da segunda metade do século XX. A possibilidade de comparar as histórias de uma maneira mais profunda, pensando nas práticas da esquerda e nos sistemas políticos das diversas geografias da América-Latina nos permitiria, então, fazer generalizações a partir das recorrências; demonstrar as singularidades em oposição ás semelhanças; e, por último, produzir explicações causais. (PRADO, 2005, p. 22). A possibilidade de traçar paralelos entre as ditaduras do cone sul, com o regime autoritário mexicano, resulta muito instigante. Como sabemos, o sistema político mexicano está longe de ser considerado uma ditadura: consolidou-se após uma revolução popular; teve, desde então, eleições presidenciais ininterruptas; teve governos civis desde 1946; e, no recorte que tratamos neste trabalho (1970-1976), teve um governo, com uma política exterior virada para latino-américa, progressista e inclusive de confronto – discursivo – com os Estados Unidos.

Não entanto, na historiografia sobre o movimento armado socialista mexicano, encontramos uma omissão acadêmica de quase trinta anos.[9] O sistema político mexicano demostrou sua eficácia na construção de instituições centralizadas de alcances nacionais (médios de comunicação de massas, entidades escolares, religiosas, assim como corporações econômicas) que geraram os consensos necessários para o apagamento da memória da guerrilha contemporânea, assim como do seu correlato, a guerra suja. Diz Sandra Oceja que para o caso das guerrilhas mexicanas, "*uno de los efectos que tal fuerza conformadora de la*

[9] O levante indígena do Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1994 avivou o interesse na academia, sobretudo porque o EZLN tem suas origens nas Forças de Libertação Nacional, grupo armado urbano do norte do México, além da teologia da libertação e outras tradições guerrilheiras do sul do território mexicano, que começaram sua atuação na década dos sessenta e setenta. A partir dessa data, incrementaram-se, ainda que não em números significativos, os números de teses, artigos e livros, que tentam aprofundar na questão armada.

ISBN 978-85-7205-133-0

cultura dominante ha tenido es el encubrimiento de éstas con un discurso capaz de poner en tela de juicio su existencia y realidad; de imprimir un sello de legitimidad respecto a sus fundamentos; o bien, de ser ignoradas y omitidas del lenguaje." (OCEJA, 2013, p. 9).

Partindo dos textos que apresentamos neste trabalho, fazendo um esforço para generalizar, poderíamos falar que o "abandono" dos partidos comunistas as juventudes latino-americanas foi um dos fatores que fizeram com que o movimento armado tomasse força no continente? O estudo dos programas políticos das organizações armadas é uma via para responder esta pergunta. Marcelo Ridentti fez um esforço historiográfico nesse sentido, para o caso da esquerda armada brasileira. (RIDENTTI, 1993). Já no caso mexicano, o problema é dificultado pela falta de documentos teóricos produzidos pelos grupos armados. A exceção do Grupo Popular Guerrilheiro, as Forças de Libertação Nacional e da Liga Comunista 23 de Setembro, não se tem conhecimento dos documentos de outras organizações. Aí, o esforço teria que ser dirigido para a história oral, para os arquivos particulares e para o ainda pouco visitado, acervo da policia política.

O outro ponto que tentamos destacar neste trabalho está relacionado com as perspectivas que os autores utilizaram para narrar seu passado dentro os movimentos armados, assim como com o balanço negativo que estes fizeram dele. A pergunta que surgiu, foi sobre a efetividade dos órgãos repressivos e a contrainsurgência, que possibilitou estas versões. Quiçá, para aprofundar nesta questão, seria pertinente analisar, a tortura e prisão dos militantes armados. Encontramos paralelos impressionantes nas descrições dos autores dos livros analisados, nos métodos utilizados para torturar e conseguir depoimentos; no comportamento dos agentes da repressão respeito dos guerrilheiros; os procedimentos de desaparição-tortura-apresentação; inclusive, achamos semelhança nos locais onde foram torturados. Porque em duas geografias tão distantes, com sistemas políticos diferentes executaram-se exatamente os mesmos métodos repressivos? Porque grande parte dos sobreviventes das torturas e prisões – nem todos, claro – difundiram a ideia de derrota? A resposta desta pergunta já é matéria de outro trabalho.

Referências

AARÃO REIS FILHO, "Um passado imprevisível: A construção da memória da esquerda nos anos 60" In: *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997, p. 31-45.

CASTELLANOS, Laura. *México armado*; 1943-1981. México: ERA, 2008.

ISBN 978-85-7205-133-0

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*; A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HERNÁNDEZ, Luis. "El retorno de Galio Bermúdez" In: *La Jornada*, 9/10/2007. Disponível em: http://www.jornada.unam.mx/2007/10/09/index.php?section=opinion&article=021a1pol Acesso em: 14/7/2014.

HIRALES, Gustavo. "Carta de Gustavo Hirales" In: *Etcétera*, 1/12/2007. Disponível em: http://www.etcetera.com.mx/articulo/de_gustavo_hirales/1102/ Acesso em: 14/7/2014.

_____. *Memoria de la guerra de los justos*. México: Cal y Arena, 1996.

MONTEMAYOR, Carlos. *Guerra en el Paraíso*. México: Debolsillo, 2009.

MORQUECHO, Gaspar. "La guerrilla zapatista a contracorriente" In: *Contralínea*, 19/12/2010. Disponível em: http://contralinea.info/archivo-revista/index.php/2010/12/19/la-guerrilla-zapatista-a-contracorriente/ Acesso em: 14/7/2014.

OCEJA, Sandra. *La novela de la guerrilla en México y el poder de los espacios legibles*. 2013. Tese (Mestrado em Estudos Políticos e Sociais) – Faculdade de Ciências Políticas, UNAM, México.

"Perfil de Fernando Gabeira" In: *Portal dos Jornalistas*. Disponível em: http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=149 Acesso em: 14/7/2014.

PRADO, Maria Ligia. "Repensando a história comparada da América Latina" In: *Revista de História*, n. 153 (2º - 2005), p. 11-33.

Real Academia Española (RAE) (2001). Ilusión. In: *Diccionario de la lengua española* (22.a ed.). Disponível em: http://lema.rae.es/drae/?val=ilusi%C3%B3n Acesso em: 16/7/2014.

REY TRISTÁN, Eduardo. "La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) y la polémica sobre las formas de la revolución latinoamericana. El caso uruguayo" In: GUTIÉRREZ, Antonio & LAVIANA, María Luisa (coord.), *Estudios sobre América*, Sevilla: AEA, 2005, p. 1693-1705.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina- PROLAM/USP
ISBN 978-85-7205-133-0

JORGE AMADO E *DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS*: UMA REDISCUSSÃO DO HIBRIDISMO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA

JORGE AMADO AND *DONA FLOR AND HER TWO HUSBANDS*: A REDISCUSS ABOUT THE LATIN AMERICA´S CULTURAL HYBRIDISM

Benedito José de Araújo Veiga
Professor Titular
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
bveiga@uol.com.br

Resumo: A literatura comporta leituras que a afastam da mera linearidade. Por exemplo: Jorge Amado, em *Dona Flor e seus dois maridos*, rediscute as raízes afrodescendentes da cultura baiana, trabalhando o realismo maravilhoso, na arte literária. Vadinho, um dos personagens centrais, é um malandro; por outro lado, no candomblé, é um "filho de santo", de Exu ─ Orixá que, segundo seus crentes, quando não atendido em seus pedidos, provoca desavenças. Vadinho, com tal proteção, depois de morto, retorna em sua juventude, no dia do primeiro aniversário do segundo casamento de dona Flor, com o correto doutor Madureira, para buscar seu lugar de esposo. Surgem choques entre as pretensões do ex-cônjuge e as do novo marido, inclusive sexuais, e o consentimento de dona Flor que, após seu pedido para o afastamento do egun, resolve aceitar todos seus desejos numa relação conjugal renovada. O insólito ficcional está presente para se repensar o hibridismo cultural na América Latina.
Palavras-chave: Jorge Amado; *Dona Flor*; candomblé; hibridismo cultural; América Latina.

Abstract: The lecture holds readings that gets far away from the simple linearity. For example: Jorge Amado, at *Dona Flor and her two husbands*, rediscusses the afrodescendants' roots from Bahia's culture, woking at the marvelous realism, at literary art. Vadinho, one of the main characters, is a malandro; on the other hand, in the candomblé, he is the "filho de santo" of Exu – An Orixá that, according your followers, when he doesn't have his wishes fulfilled, he causes disagreements. Vadinho, with such protection, after death, comes back to life at your youth, on the day of Dona Flor's first wedding day, with the correct Doctor Madureira, looking for your place of husband. Then happens chocks of pretensions between the ex-husband and the current husband, including sexual chocks, and Dona Flor's consent, that after your request for the removal of the egun, decides to accept all your wishes in a renew marital relationship. The presence of the fictional unusual is to represent the Latin America's cultural hybridism.
Key words: Jorge Amado; *Dona Flor;* candomblé; cultural hybridism; Latin America.

> Sem amor não poderei viver, sem o seu amor.
> Melhor será morrer com ele. Se eu não o tiver
> comigo, irei em desespero procurá-lo em quanto
> homem passe em minha frente, buscarei seu gosto
> em cada boca, ululante, esfomeada loba correrei
> nas ruas. Minha virtude é ele.

ISBN 978-85-7205-133-0

Jorge Amado

Como outras heroínas ente dois amores, dona Flor vê-se retalhada por dois maridos que representam estilos de vida, visões de mundo e até mesmo ideologias, valores e estilos culturais não somente opostos, mas contraditórios entre si.

Roberto DaMatta

Preliminares

Quando fazemos a escolha de *Dona Flor e seus dois maridos*, romance de Jorge Amado publicado em 1966, para uma análise de seus conflitos e achados, evidente que temos em mira a discussão do hibridismo cultural na América Latina, partindo-se de uma obra que mostra com clareza a coexistência de diversos povos num ambiente próprio ou diverso com seus embates, por vezes, medonhos, hostis ou camuflados.

Antenado com os novos rumos da cultura em geral e, em especial, das letras, o balanço amadiano não rejeita as benesses do mercado, aceita-as como um produtor de bens culturais, buscando tirar o maior proveito delas: a fatura é liquidada, sem desprezo dos valores intrínsecos dos bens postos no comércio.

Néstor García Canclini, em *Culturas híbridas*, reforça esses novos rumos da cultura, refletindo sobre o papel do culto e do popular tradicionais, no conjunto do mercado simbólico, que são direcionados sem, contudo, serem supressos:

> O que desvanece não são tanto os bens antes conhecidos como culto ou populares, quanto a pretensão de uns e de outros de configurar universos autossuficientes, e de que as obras produzidas em cada campo sejam unicamente "expressão" de seus criadores.
>
> É lógico que também confluam as disciplinas que estudam esses universos. O historiador de arte que escrevia o catálogo de uma exposição situava o artista em uma sucessão articulada de buscas, um certo "avanço" em relação ao que já havia sido feito nesse campo. O folclorista e o antropólogo relacionavam o artesanato a uma matriz mítica ou a um sistema sociocultural autônomos que davam a esses objetos sentidos precisos. Hoje, essas operações se revelam quase sempre construções culturais multicondicionadas por agentes que transcendem o artístico ou o simbólico. (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 22-23).

Trata-se de um momento em que, para tudo ou quase, existe um questionamento: os próprios autores literários ─ e todo seu universo artístico -- participam desses debates, convidando e estimulando seus leitores a se envolverem:

ISBN 978-85-7205-133-0

> O que é a arte não é apenas uma questão estética: é necessário levar em conta como essa questão vai sendo respondida na interseção do que fazem os jornalistas e os críticos, os historiadores e os museólogos, os *marchands*, os colecionadores e os espectadores. Da mesma forma, o popular não se define por uma essência *a priori*, mas pelas estratégias instáveis, diversas, com que os próprios setores subalternos constroem suas posições, e também pelo modo como o folclorista e o antropólogo levam à cena a cultura popular para o museu ou para a academia, os sociólogos e os políticos para os partidos, os comunicólogos para a mídia. (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 23).

É essa participação de todos os usuários das produções, inclusive com seus retornos, com opiniões e ligações com o mercado, que vai, de certa forma, indicar os fracassos ou os sucessos dos criadores.

Contudo, as transposições do popular para o chamado erudito passam por desafios continuados. Amado não esconde o viés cultural que lhe interessa:

> Vadinho, o primeiro marido de dona Flor, morreu num domingo de carnaval, pela manhã, quando, fantasiado de baiana, sambava num bloco, na maior animação, no Largo Dois de Julho, não longe de sua casa. Não pertencia ao bloco, acabara-se de nele misturar-se, em companhia de mais quatro amigos, todos com traje de baiana, e vinham de um bar no Cabeça onde o uísque correra farto à custa de um certo Moysés Alves, fazendeiro de cacau, rico e perdulário.
>
> O bloco conduzia uma pequena e afinada orquestra de violões e flautas; ao cavaquinho, Carlinhos Mascarenhas, magricela celebrado nos castelos, ah!, um cavaquinho divino. Vestiam-se os rapazes de ciganos e as moças de camponesas húngaras ou romenas; jamais, porém, húngara ou romena ou mesmo búlgara ou eslovaca rebolou como rebolavam elas, cabrochas na flor da idade e da faceirice.
>
> Vadinho, o mais animado de todos, ao ver o bloco despontar na esquina e ao ouvir o ponteado do esquelético Mascarenhas ao cavaquinho sublime, adiantou-se rápido, postou-se ante a romena carregada na cor, uma grandona, monumental como uma igreja ─ e era a Igreja de São Francisco, pois se cobria com um desparrame de lantejoula dourada ─, anunciou:
>
> ─ Lá vou eu, minha russa do Tororó... (AMADO, 1997, p. 3).

Vadinho, o maior de todos os foliões, morre exatamente em pleno carnaval, uma festa popular muito trabalhada pelo escritor, desde seu primeiro romance, de 1931. Há toda uma mistura de costumes utilizada por Amado, começando pela fantasia de baiana do personagem central e "de mais quatro amigos", envolvidos no clima total de anarquia, de certa inversão de valores nos festejos, da fuzarca e aproveitamento dos menos comedidos e gastadores: "à custa de um certo Moysés Alves, fazendeiro de cacau, rico e perdulário".

ISBN 978-85-7205-133-0

Mas, o clima de hibridismo se faz presente quando lemos: "minha russa do Tororó": uma mulata, filha da terra, camuflada de "romena carregada na cor". Há também uma leitura irônica dos exageros do barroco baiano, muito cantados pelos turistas: "e era a Igreja de São Francisco, pois se cobria com um desparrame de lantejoula dourada".

E dessa maneira somos instados a penetrar no universo miscigenado amadiano, cientes de suas opções literárias, marcadamente situando no centro de seus interesses o marginal, o desprovido de qualquer amparo social, e aproveitando para dar suas provocações à classe média, guardiã dos valores em moda.

Dona Flor, seu universo e suas peripécias

Quando pensamos em *Dona Flor*, as ideias do hibridismo cultural logo se avolumam. A narrativa cobre os pontos principais da discriminação imperante na sociedade baiana, sobretudo nos tempos dos fins da ditadura de Getúlio Vargas, aproximadamente em 1943, quando a figura do boêmio era discriminada e desprezada pelas normas governamentais, como comprova a exemplar leitura de Vadinho feita pela "respeitável" professora norte-americana dona Gisa:

> *Foi breve sua passagem por esse vale de lágrimas*, pronunciou o respeitável professor Epaminondas Souza Pinto afetado e afobado, tentando cumprimentar a viúva, dar-lhe os pêsames, antes mesmo dela chegar junto ao corpo do marido. Dona Gisa, também professora e até certo ponto também respeitável, conteve o açodamento do colega e conteve o riso. Se em verdade fora breve a passagem de Vadinho pela vida ─ vinha de completar trinta e um anos ─, para ele, dona Gisa bem o sabia, não fora o mundo vale de lágrimas e, sim, palco de farsas, engodos, embustes e pecados. Alguns deles aflitos e confusos, sem dúvida, submetendo seu coração a árduas provas, a agonias e sobressaltos: dívidas a pagar, promissórias a descontar, avalistas a convencer, compromissos assumidos, prazos improrrogáveis, protestos e cartórios, bancos e agiotas, caras amarradas, amigos esquivando-se, sem falar nos sofrimentos físicos e morais de dona Flor. Porque, considerava dona Gisa em seu português arrevesado ─ era vagamente norte-americana, naturalizara-se e se sentia brasileira mas o diabo da língua, ah!, não conseguia dominá-la ─, se houvera lágrimas na breve passagem de Vadinho pela vida, elas tinham sido choradas por dona Flor e foram muitas, davam de sobra para o casal. (AMADO, 1997, p. 7-8).

Um balanço rápido e geral da existência curta do doidivanas é atestado por dona Gisa, sem deixar de recordar os "sofrimentos físicos e morais de dona Flor" ─ sozinha, a esperar o retorno das farras e das jogatinas de seu marido ─, e as confusões às quais se envolvia Vadinho, de empréstimos, notas promissórias assinadas e vencidas, etc., só lhe interessando, na verdade, os momentos de *bon vivant* que levava.

ISBN 978-85-7205-133-0

No entanto, para dona Flor nada disso importava: sua viuvez só fez reavivar a saudade continuada de Vadinho e o desejo de tê-lo, incontido:

> Na cama de viúva, emudecidos os últimos acordes da serenata, perdidas a voz dos cantores e rosa negra, dona Flor estremece ao recordar aqueles dias de tamanho susto e dura decisão. De que não era capaz para não perder Vadinho, para conservá-lo a seu lado, para tê-lo mesmo assim, jogador e mulherengo, com rapariga de casa posta, fazendo filho por aí, na rua, ao deus-dará? De que seria capaz, ela o mostrou então. (AMADO, 1997, p. 121).

Para melhor discutirmos *Dona Flor*, decidimos retrabalhar o assunto em dois subitens: *Dona Flor* e o realismo maravilhoso e *Dona Flor* e a mistura de culturas.

Dona Flor e o realismo maravilhoso

Antes de adentrarmos no realismo maravilhoso, é útil colocarmos as ideias de Tzvetan Todorov, em seu ensaio *Introdução à literatura fantástica*, de 1975, quando nos lembra que " A literatura só se torna possível na medida em que se torna impossível. Ou o que se diz está ali presente e já não há lugar para a literatura; ou se abre um lugar para a literatura, e nesse caso não há mais nada a dizer". (TODOROV, 1975, p. 183).

Esse insinuante paradoxo nos adverte dos cuidados que devem ser tomados, quando se observa um texto literário: *Dona Flor*, por exemplo, não é, em absoluto, um caso de literatura fantástica. A hesitação do leitor ─ se é ou não verdade o que está lendo, a integração do leitor no mundo dúbio das personagens ─ isto não existe.

Para tratarmos de literatura fantástica deveriam estar presentes três condições: em princípio, é preciso que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo das personagens como um mundo de criaturas vivas e a hesitar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados; seguindo, esta hesitação pode ser igualmente experimentada por uma personagem, desta forma o papel do leitor é, por assim dizer, confiado a uma personagem e ao mesmo tempo a hesitação encontra-se representada, torna-se um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com a personagem; também é importante que o leitor adote uma certa atitude para com o texto: ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação "poética". (TODOROV, 1975, p. 38-39).

Concretamente, em *Dona Flor* o leitor não se preocupa em considerar a realidade de Vadinho senão como vinculada a um mundo de criaturas vivas; não ocorre hesitação no

ISBN 978-85-7205-133-0

receptor nem em qualquer personagem do enredo; não existe a recusa de uma interpretação alegórica ou "poética".

O texto nos remete a outras verdades híbridas:

> Sozinha, dona Flor deu as costas a tudo aquilo; os doces, as garrafas de bebida, a desarrumação das salas, os ecos das conversas na calçada, o fagote a um canto, mudo e grave. Andou para o quarto de dormir, abriu a porta e acendeu as luzes.
>
> ─ Você? ─ disse numa voz cálida mas sem surpresa, como se o estivesse esperando.
>
> No leito de ferro, nu como dona Flor o vira na tarde daquele domingo de carnaval quando os homens do necrotério trouxeram o corpo e o entregaram, estava Vadinho deitado, a la godaça, e sorrindo lhe acenou com a mão. Sorriu-lhe em resposta dona Flor, quem pode resistir à graça do perdido, àquela face de inocência e de cinismo, aos olhos de frete? Nem uma santa de igreja, quanto mais ela, dona Flor, simples criatura.
>
> ─ Meu bem... ─ aquela voz querida, de preguiça e lenta.
>
> ─ Por que veio logo hoje? ─ perguntou dona Flor.
>
> ─ Porque você me chamou. E hoje me chamou tanto e tanto que eu vim... ─ como se dissesse ter sido o seu apelo tão insistente e intenso a ponto de fundir os limites do possível e do impossível. ─ Pois aqui estou, meu bem, cheguei indagorinha... ─ e, semilevantando-se, lhe tomou da mão. (AMADO, 1997, p. 344).

Mesmo no dia do primeiro aniversário de seu segundo casamento, dona Flor não esquece Vadinho: em seguida às comemorações, ao se deparar com o morto-vivo no quarto de dormir, não demonstra surpresa nem qualquer hesitação. Ao demandar do primeiro marido explicações sobre a escolha do dia de seu retorno, recebe um esclarecimento contundente: "─ Porque você me chamou. E hoje me chamou tanto e tanto que eu vim...".

Desde o início de sua volta, Vadinho, sempre completamente nu, deixa bem claro o clima de cumplicidade entre os dois: entre ele e dona Flor.

Irlemar Chiampi, em *O realismo maravilhoso*, de 2012, esclarece-nos a respeito de sua conceituação, baseada na não contradição com o natural, como vamos encontrar no texto amadiano:

> Maravilhoso é o "extraordinário", o "insólito", o que escapa ao curso ordinário das coisas e do homem. Maravilhoso é o que contém a *maravilha*, do latim *mirabilia*, ou seja, "coisas admiráveis" (belas ou execráveis, boas ou horríveis), contrapostas às *naturalia*. Em *mirabilia* está presente o "mirar":

ISBN 978-85-7205-133-0

> olhar com intensidade, ver com atenção ou ainda *ver através*. [...] O maravilhoso recobre, nesta acepção, uma diferença não qualitativa, mas quantitativa com o humano; é um grau exagerado ou inabitual no humano, uma dimensão de beleza, de força ou riqueza, em suma, de perfeição, que pode ser *mirada* pelos homens. Assim, o maravilhoso preserva algo do humano, em sua essência. A extraordinariedade se constitui da frequência ou intensidade com que os fatos ou os objetos exorbitam as leis físicas e as normas humanas. (CHIAMPI, 2012, p. 48).

É exatamente o que presenciamos em *Dona Flor*: Vadinho, com seu retorno, "é um grau exagerado ou inabitual do humano"; "uma dimensão de beleza, de força ou riqueza, em suma, de perfeição que pode ser *mirada* pelos homens".

E não apenas dona Flor tinha plena convicção do que estava acontecendo, mas, ainda os companheiros da farra de seu primeiro marido, como também pelos seus colegas, nos jogos continuados e nos salões do crupiê, pressentiam alguma coisa de estranho acontecendo:

> No decote de pelancas, sentiu Madame Claudete a mão lhe colocar uma das grandes, das de madrepérola, das de quinhentos, dinheiro de sobra para pagar o quarto e garantir uma quinzena de almoços.
>
> *A seu dispor, Madama, a seu serviço*, pareceu-lhe ouvir aquela voz de astúcia e picardia. *Merci, mon chou*, respondera no costume antigo. Tomou o caminho da caixa para remir sua fortuna, sendo demasiado velha e sofrida para buscar explicação. Um dos jogadores certamente, com generosidade e rapidez, lhe pusera no decote uma daquelas fichas afanadas. *Merci, mon vieux*, fosse quem fosse. (AMADO, 1997, p. 353).

E mais: na Escola de Culinária Sabor e Arte, sob o comando de dona Flor, no momento de uma de suas aulas, o "tinhoso" interfere:

> Muito pachola, na maciota, num passo leve, quase passo de dança, ele rodeou três vezes a abundante Zulmira Simões Fagundes, crioula augusta, opíparos quadris, soltos, independentes, seios de bronze (ao menos pareciam), secretária particular do poderoso magnata senhor Pelancchi Moulas, muito particular, no dizer do povo.
>
> Tendo lhe aprovado as ancas com distinção e louvor, Vadinho quis tirar a limpo de uma vez por todas o enigma dos seios: seriam mesmo de bronze ou apenas uma extraordinária rigidez? Para tanto elevou-se no ar e, pondo-se com os pés para cima e a cabeço para baixo, espiou pelo decote do vestido da princesa da nação nagô. (AMADO, 1997, p. 356).

Vadinho, no seu retorno, está completamente envolvido de qualidades que transcendem o mero humano: é invisível; flutua no ar; com sucesso, perturba ou ajuda os humanos. Conforme muito bem lembrado por Chiampi, ao definir o maravilhoso, desfruta da

ISBN 978-85-7205-133-0

extraordinariedade, quando "os fatos ou os objetos exorbitam as leis físicas e as normas humanas".

Roberto DaMATTA, em *A mulher que escolheu não escolher*, seu posfácio à edição *Dona Flor* da Companhia das Letras, apesar do brilho de suas interpretações, desliza numa falha de memória, que, talvez, modificaria algumas de suas conclusões. Escreve o antropólogo:

> Aceitando suas razões, reconhecendo a hierarquia dos seus desejos, ela pode viver com mais honestidade a igualdade que os dois amores demandam. Mas, vejam bem, um não sabe do outro, porém dona Flor, como uma consciência relacional, sabe dos dois e os critica com critério e equilíbrio. É preciso deixar vir à tona as pulsões da censura para que a liberdade que incomoda possa florescer. (DaMATTA, 2008, p. 468). (Grifos nossos).

Enquanto Amado, em *Dona Flor*, narra o contrário:

> ─ Vai embora, doido, ele já está entrando em casa, vai fechar a porta.
>
> ─ Por que hei de ir, me diga?
>
> ─ Ele chega e vai te ver aqui, que é que eu vou dizer?
>
> ─ Tola... Ele não me vê, só quem me vê és tu, minha flor de perdição... (AMADO, 1997, p. 345). (Grifos nossos).

Na leitura do texto amadiano, Vadinho, como dona Flor, tudo sabem. Quem fica sem saber da presença do primeiro marido é o Doutor Madureira!

***Dona Flor* e a mistura de culturas**

Sigmund Freud, em *O inquietante*, começa nos mostrando que nos estudos psicanalíticos não é comum as investigações sobre o belo, sendo seu texto atual um desses inovadores domínios:

> É raro o psicanalista sentir-se inclinado à investigações estéticas, mesmo quando a estética não é limitada à teoria do belo, mas definida como teoria das qualidades de nosso sentir. Ele trabalha em outras camadas da vida psíquica, e pouco lida com as emoções atenuadas, inibidas quanto à meta, dependentes de muitos fatores concomitantes, que geralmente constituem o material da estética. Pode ocorrer, no entanto, que ele venha a interessar-se por um âmbito particular da estética, e então este será, provavelmente, um âmbito marginal, negligenciado pela literatura especializada na matéria. (FREUD, 2010, p. 329).

ISBN 978-85-7205-133-0

Felizmente, para o nosso caso, esse estudo feudiano, mesmo de modo tangencial, se refere ao domínio dos mortos, suas ligações com os ainda vivos e das possibilidades de contatos com entre os dois mundos.

O cientista austríaco prossegue, indicando as superações no tradicional da literatura sobre os mortos:

> Para muitas pessoas é extremamente inquietante tudo o que se relaciona com a morte, com cadáveres e com o retorno dos mortos. [...] Mas em nenhum outro âmbito nossos pensamentos e sentimentos mudaram tão pouco desde os primórdios, o arcaico foi tão bem conservado sob uma fina película, como em nossa relação com a morte. Dois fatores contribuem para essa imobilidade: a força de nossas reações emotivas originais e a incerteza de nosso conhecimento científico. nossa biologia ainda não pôde decidir se a morte é o destino necessário de todo ser vivo ou apenas um incidente regular, mas talvez inevitável dentro da vida. (FREUD, 2010, p. 361).

Em *Dona Flor*, o sentimento do inquietante está completamente controlado. Mesmo os dois fatores mais marcantes ─ a força de nossas reações emotivas e a incerteza de nossos conhecimentos científicos ─ são absorvidos pela mistura cultural e as crenças nos ritos afro-baianos: predomina o tratamento alegórico da linguagem, como mostra o autor:

> Gabava-se Vadinho de jamais ter estado doente e de ser capaz de atravessar oito dias e oito noites sem dormir, jogando e bebendo ou na farra com mulheres. E por vezes não passava realmente oito dias sem aparecer em casa, deixando dona Flor em desespero, como maluca? No entanto, ali estava o laudo dos doutores da Faculdade: era um homem condenado, fígado imprestável, rins estrompados, coração aos pandarecos. Podia morrer a qualquer momento, como morrera. Assim, de repente. A cachaça, as noites nos cassinos, a esbórnia, a correria doida à cata de dinheiro para o jogo haviam arruinado aquele organismo belo e forte, deixando-lhe apenas a aparência. Sim, porque, olhando-o só pelo lado de fora, quem o julgaria tão implacavelmente liquidado? (AMADO, 1997, p. 9).

A heroína guarda vivamente as lembranças da última visão de Vadinho morto, quando os "homens do rabecão largaram o corpo em cima da cama, no quarto de dormir":

> Dona Flor contemplou o corpo do marido antes de chamar os prestimosos e impacientes vizinhos para a delicada tarefa de vesti-lo. Lá estava ele, nu como gostava de ficar na cama, uma penugem doirada a cobrir-lhe braços e pernas,mata de pelos loiros no peito, a cicatriz de navalha no ombro esquerdo. Tão belo e másculo, tão sábio no prazer! Mais uma vez as lágrimas assomaram aos olhos da jovem viúva. Tentou não pensar no que estava pensando, não era coisa para dia de velório. (AMADO, 1997, P. 9-10).

ISBN 978-85-7205-133-0

A mistura dos sentimentos de dona Flor, entre o visível e o sensual, termina por torná-la uma personagem que acredita e vive no mundo do maravilhoso, num mundo com leis totalmente diferentes do nosso. Os acontecimentos sobrenaturais que se produzem não lhe são absolutamente inquietantes.

Conforme insiste DaMMATTA, dona Flor vive num mundo de relações pessoais que aceitam a morte mas não deixam morrer os mortos:

> ressuscita Vadinho, cujo espectro carnavalizadoramente retorna não no seu feitio macabro e frágil, pedindo rezas, mas como uma alegre e contraditória encarnação do erotismo, oferecendo e demandando sexo ─ aquela sexualidade desabrida de que dona Flor tem saudade quando se depara com a satisfatória mas insossa, porque serena e econômica, rotina matrimonial administrada com tanto método por seu segundo marido. (DaMATTA, 2008, p. 464).

Amparada no candomblé, dona Flor procura apoio nos vínculos de Vadinho com os crentes de seu culto e em seus Orixás, com seus comandos e suas subjugações:

> Dizem ter sido o Asobá[1] Didi quem fez o jogo para o finado e os búzios por três vezes confirmaram o santo: o santo de Vadinho era Exu[2] e nenhum outro. Se Exu é o diabo, como consta por aí? Talvez Lúcifer, o anjo decaído, o rebelde que enfrentou a lei e se vestiu de fogo.
>
> Comida de Exu é tudo quanto a boca prova e come, mas bebida é uma só, a cachaça pura. Nas encruzilhadas Exu aguarda sentado sobre a noite para tomar o caminho mais difícil, o mais estreito e complicado, o mau caminho no dizer geral, pois Exu só quer saber de reinação.
>
> Exu mais reinador o de Vadinho. (AMADO, 1997, p. 350).

Dona Flor, com a intenção de livrar-se da sedução de seu marido morto, recorre à sua comadre Dionísia, que acabara de chegar em sua casa para uma visita cordial, a fim de fazer um "trabalho" nos "terreiros" e conseguir a volta de Vadinho para o"reino dos mortos":

> Dionísia de Oxóssi[3] foi cruzando a porta e foi dizendo:
>
> ─ Que é que tem, minha comadre? Está tão pálida...
>
> Sentando-se de novo, salva por milagre, dona Flor murmura:

[1] Autoridade do candomblé.
[2] Exu não é um Orixá, mas um criado deles e um intermediário entre os homens e os Orixás. O fato de lhe ser dedicada a segunda-feira e os momentos iniciais de qualquer festa é para que tudo ocorra bem, sem que ele traga perturbação.
[3] Orixá da caça, encontra símile em São Jorge.

ISBN 978-85-7205-133-0

> ─ Foi Deus quem lhe mandou, comadre Dionísia. Só você pode me ajudar. Sente aqui, junto de mim.
>
> ─ O que é que vosmicê tem, comadre? Está tremendo toda...
>
> Dona Flor segurou as mãos da iawô[4] de Oxóssi:
>
> ─ Comadre, preciso que alguém dê um jeito de me livrar de Vadinho, que mande ele ir embora e não deixe mais me perturbar pois faz tempo que está me perturbando, e eu já não sou eu, já nem sei o que faço, minha vontade se acabou.
>
> ─ O finado meu compadre?
>
> ─ Arranje para ele voltar para seu sossego, porque senão nem sei, comadre, o que vai acontecer... Nem posso lhe contar... Toda hora ele quer me levar com ele, ainda agora quando você chegou estava querendo, e me deu uma leseira, quase que eu vou... Se continuar, acaba me levando... (AMADO, 1997, p. 411-412).

Com o sucesso do ebó[5], dona Flor, numa viravolta repentina, não aceita o afastamento de Vadinho, por ela pedido, e volta atrás, não sem causar, antes, uma rebelião dos Orixás:

> As portas do inferno se abriram e o anjo revel transpôs a entrada do quarto de dormir (e amar) de dona Flor, aceso o olhar em frete, a boca num convite e todo inteiro nu. Se nem uma santa resistiu a esse olhar, ao apelo desse riso, a esse peito aberto, como poderá fazê-lo dona Flor? Onde estás, comadre Dionísia, com teu colar de Oxóssi e com o ebó composto pelo ojé[6]? Depressa, Dionísia, depressa com o babalaô[7] e com o mokan[8] para amarrar o tinhoso na noite de seu sono eterno. Se ele continua vivo, dona Flor não pode responder por sua honra e pela testa do doutor.Toda uma vida honesta, o exemplar comportamento, a decência, a respeitabilidade e eis que esse invejável capital corre perigo: amanhã o bom nome de dona Flor, símbolo de virtudes, vai estar na boca do mundo, na lama, no desprezo. Amanhã outra mulher, apontada a dedo, coberta de remorso e vergonha. (AMADO, 1997, p. 418-419).

A heroína não teme os caminhos seguidos, após a indecisão de pertencer aos dois esposos, termina "feliz da vida, satisfeita de seus dois amores", intervindo nos momentos finais da quase partida de Vadinho. Dona Flor investe no poder das triangulações: uma interpretação do romance, como prática social do Brasil, encarado este como "Estado-

[4] Iniciada no candomblé.
[5] Sacrifício de animais para os Orixás e especialmente para Exu.
[6] Cabeça de boi ou bode, qualquer caça que seja bicho de quatro pés, galos, conquém, milho cozido, feijão fradinho, feijão preto, arroz, obi (fruto africano), alubaça (cebola), abadô (milho torrado).
[7] Autoridade do candomblé, espécie de conselheiro; como se fora irmão da mãe-de santo.
[8] Instrumento para segurar o egun.

ISBN 978-85-7205-133-0

nacional", que tem dado errado, e como uma "sociedade sedutora e maravilhosa", que amamos. (DaMATTA, 1997, p. 134).

A sugestão de poder escolher os dois, uma contradição aparente que relativiza e distancia o europeu do povo brasileiro, como bem encaminha DaMATTA, utilizando Amado da ironia e da perspectiva carnavalalizadora e relacional:

> Nesse sentido, *Dona Flor* é mais que um romance meramente baiano, no qual a uma fórmula de sucesso duvidoso se repete, como sugerem os críticos "uspianos" da obra pós-esquerdista de Jorge Amado. Pois ele é também ─ e sobretudo! ─ uma densa especulação sobre o escolher não escolhendo. É uma parábola de viés enganadoramente populista, na qual uma consciência feminina, educada para ser obediente, ativamente transforma a relação mediadora, que é sempre lida como consequência, num sujeito, colocando-a como central, e não resultado das oposições. (DaMATTA, 2008, p. 467).

A chamada do insólito ficcional serve de apoio constante para se desvendar o hibridismo cultural na América Latina, vívido e importante para sua compreensão, nos dias de hoje.

Considerações quase finais

Partimos do ensaio de Benedito Veiga, *Dona Flor da cidade da Bahia*, de 2006, sobretudo quando ele está analisando a significação do hibridismo cultural e da heroína amadiana para a fixação de imagens da mulher brasileira/baiana e da implantação do polo turístico de Salvador; constatamos que os liames de *Dona Flor* com a criação de imagens da baianidade se tornam fortes pela repercussão que a obra literária de Amado tem nacional e internacionalmente.

Ao levantar algumas dessas imagens, a da mulher brasileira/baiana, que se reporta a *Gabriela cravo e canela*, aparecem várias modulações de um mesmo modelo: a mulher sabor e arte[9], boa de mesa e de cama, que envolve a mulher doméstica ─ encarregada da preparação da boa comida caseira e a mulher "rechonchuda, servida de carnes"[10], modulada para os exercícios sexuais; a mulher socialmente desvinculada do comportamento familiar pequeno-burguês, o que a deixa, ao mesmo tempo ─ em lugar ambíguo, -- livre e degradada, desejada enquanto fêmea, mas relegada para assumir os compromissos de ser esposa, como Gabriela; a mulher fisicamente de aparência "exótica", com costumes simples e estranhos ao meio urbano burguês, o que a transforma em mulher misteriosa, ambiguamente amada e rejeitada; a mulher

[9] Nome da escola de culinária de dona Flor.
[10] Uma das descrições de dona Flor feita por Vadinho no romance, p. 65.

ISBN 978-85-7205-133-0

livre, para aceitar ou não, a tradição do paradigma ocidental, despojada do dilema da opção entre um ou outro, a mulher que não escolhe, ou escolhe os dois[11].

Tais leituras da mulher brasileira/baiana decorrem em grande parte da transposição do imaginário do centro colonizador europeu que, se valendo do equivocado binômio natureza *versus* cultura, ainda credita, para a representação feminina nas terras colonizadas, as vertentes preconceituadas do animalesco e do serviçal, ambas tecendo a subjugação da fêmea ao macho. A mulher nos trópicos ainda é lida sem quase nenhuma abertura para considerações de sua intelectualidade.

Conjugadas nesse imaginário da mulher brasileira/baiana as flexões entre dona Flor e Gabriela mostram-se, principalmente, considerada a primeira como uma continuação, um desdobramento da segunda, que implica a assunção de maior urbanidade e, talvez, uma postura mais radical entre os valores pequeno-burgueses hegemônicos.

Amado assume o papel de interlocutor das artes na Bahia e propala na mídia jornalística um fato novo nas terras baianas: o inter-relacionamento entre a cultura popular e a cultura erudita e a quebra da nitidez de contornos em suas fronteiras.

A dona Flor de Amado, herdeira e prosseguidora da Gabriela, impulsiona a instalação do polo turístico de Salvador, principalmente por meio dos toques sensitivos ou sensoriais ou sensuais, como bem sugere o nome de sua escola de arte culinária: "Sabor e Arte", com ou sem jogos de sonoridades léxicas, mas sempre saborosos e atrativos. Com dona Flor, estão presentes os prazeres da cama e os da mesa. Os primeiros, colocando em cheque a opção clássica, paradigmática, ocidental do trabalho, da ordem, do "pecado" ou o binarismo do construto mental e linguístico da escolha entre "ser ou não ser".

Quanto aos prazeres da mesa, dona Flor transforma Salvador em um palco de comilanças e gulodices, com inegáveis atrações turísticas, como comprova a quase imediata apropriação de seu nome por restaurantes e casas de diversões. As associações de rotina entre o feminino e a comida logo acontecem: dona Flor, como diz Amado, entre outras descrições: "meu manuê[12] de milho verde, meu acarajé cheiroso, minha franguinha gorda[13]" e os temperos das "comidas baianas", repletos de azeite de dendê, de leite de coco, de pimenta.

Assim, não só *Gabriela* e *Dona Flor* davam a diferença da Bahia com hábitos, costumes, alimentação e até mesmo em seu direito de não escolher, mas agora a própria população ganhava identidade ao se identificar com *Gabriela* / *Dona Flor*, deixando vir à

[11] Leitura de dona Flor feita por Roberto DaMATTA, no ensaio A mulher que escolheu não escolher, p. 467.
[12] Pequeno bolo assado em folha de bananeira.
[13] Uma das descrições da dona Flor feita por Vadinho, p. 7.

ISBN 978-85-7205-133-0

toma o hibridismo das raças que junto com os costumes negros iriam diferenciar a Bahia (feminina, mulher) tanto do Sul quanto do Nordeste do Brasil. (VEIGA, 2006, p. 73-102).

Referência bibliográfica

Texto:

AMADO, Jorge. *Dona Flor e seus dois maridos*. História moral e de amor. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso*; forma e ideologia no romance hispano-americano. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Coleção Debates; 160).

DaMATTA, Roberto. Do país do carnaval à carnavaliazação: o escritor e seus dois brasis. In: Cadernos de literatura brasileira: Jorge Amado, São Paulo, Instituto Moreira Salles, n. 3, p. 120-135, mar. 1997.

DaMATTA, Roberto. A mulher que escolheu não escolher. Posfácio. In: AMADO, Jorge. *Dona Flor e seus dois maridos*. História moral e de amor. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 463-469.

FREUD, Sigmund. O inquietante. In: _____. *Obras completas*, v. 14. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 329-376.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1998. (Ensaios Latino-americanos).

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975. (Coleção Debates; 98).

VEIGA, Benedito. *Dona Flor da cidade da Bahia*: ensaios sobre a memória da vida cultural baiana. Rio de Janeiro: 7Letras; Salvador: Casa de Palavras / FCJA - FAPESB, 2006.

Notas de rodapé:

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MAGALHÃES, Elyete Guimarães de. *Orixás da Bahia*. 4. ed. Salvador: Artes Gráficas, 1974.

ISBN 978-85-7205-133-0

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA IMIGRANTES DA BOLÍVIA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO DECENTE, DIVISÃO DO TRABALHO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Bianca Carolina Pereira da Silva
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação Interunidades em Integração da América Latina
Universidade de São Paulo
Políticas Públicas na América Latina
biancacp.silva@usp.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar propostas de formação profissional formuladas para os imigrantes da Bolívia estabelecidos em São Paulo, a partir do Estado boliviano e brasileiro, assim como das organizações da sociedade civil atuantes na temática das migrações. Considerando a população imigrante como parcela relevante sujeita a condições de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho local, busca-se pensar em como essas ações podem incidir com relação à promoção do trabalho decente, à divisão do trabalho e a integração regional.

Palavras-chave: Imigração boliviana; Educação profissional; Trabalho decente; Divisão do Trabalho; Integração Regional.

Resumen: El artículo analiza propuestas de formación profesional formuladas para los inmigrantes de Bolivia establecidos en la ciudad de San Pablo, desde el Estado boliviano y brasilero, así como de las organizaciones de la sociedad civil actuantes en el tema de las migraciones. Considerando la población inmigrante como parcela relevante susceptible a mayores condiciones de vulnerabilidad en el mercado laboral local, buscamos plantear como tales acciones pueden incidir con relación a promoción del trabajo decente, la división del trabajo y la integración regional.

Palabras-clave: Inmigración boliviana; Educación profesional; Trabajo decente; División del Trabajo; Integración Regional.

A partir dos anos 1990 os setores produtivos se inseriram em um contexto cada vez mais competitivo, impactando na estrutura do trabalho e do mercado de trabalho. Desde então,

ISBN 978-85-7205-133-0

exige-se cada vez mais trabalhadores com capacidade de adaptação às novas demandas desses setores, gozando de habilidades e competências adequadas. O suprimento dessa necessidade é geralmente reconhecido como o principal papel da formação para o trabalho.

Viabilizada pelo âmbito privado, em vista dos investimentos das próprias empresas na formação de seus funcionários, essa experiência atende geralmente a um público mais restrito, constituído por homens que possuem maiores níveis de escolaridade. Promovida a partir da intervenção do Estado, pode possibilitar o acesso a públicos mais diversos e vulneráveis da esfera formal ou mesmo informal: a população mais pobre, menos escolarizada, mulheres e grupos étnicos (CACCIAMALI, 2005, p.88) (CHAHAD, p.41-43). Em conjunto com o fomento ao emprego e a proteção aos desempregados, a formação profissional constitui o que se denomina como políticas de mercado de trabalho.

O presente artigo tem por objetivo analisar propostas de formação profissional formuladas para os imigrantes da Bolívia estabelecidos em São Paulo, a partir da esfera do Estado boliviano e brasileiro, assim como das organizações da sociedade civil atuantes na temática das migrações. Considerando a população imigrante como parcela relevante também sujeita a condições de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho local, busca-se pensar em como essas ações podem incidir tanto com relação à promoção do trabalho decente, como quanto à divisão do trabalho e a integração regional.

O fenômeno migratório boliviano para São Paulo (1980-2010)

Entre o inicio da década de 1980 e a época atual é possível apreender uma situação de melhora nos índices sócio-econômicos da Bolívia, registrados pelo próprio país em seus Censos (1992, 2001) ou via organismos internacionais, como no caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Não obstante, ao longo desse período verifica-se a persistente assimetria com relação a outros países da região, como a Argentina e o Brasil, sendo este um fator de expulsão populacional daquela sociedade, enquanto as últimas têm em suas condições relativamente mais favoráveis o fator de atração destes sujeitos (BAENINGER, 2012), (FREITAS, 2012), (TORALES; GONZÁLEZ; VICHIC, 2003), (SILVA, 1997).

O fenômeno emigratório internacional é, assim, um tema de grande relevância para a Bolívia. Em 1999 o país realizou uma estimativa de que 20% de sua população vivia no exterior (CEPAL; CELADE; OIM Apud FREITAS, 2012). Já no último Censo boliviano (2012),

ISBN 978-85-7205-133-0

registrou-se que no intervalo de 11 anos, entre 2001 e 2012, 11% das residências entrevistadas contavam com algum membro em outro país. Cerca de 50% dessa população migrante estava estabelecida na Argentina, 20% residia na Espanha e 10% no Brasil (INE, 2010).

No Brasil, a imigração boliviana veio se concentrando, principalmente, na área metropolitana de São Paulo, especialmente na capital. O início deste fluxo para a cidade se deu em meados da década de 1980, pelo ingresso de indivíduos geralmente oriundos das classes populares, com baixa qualificação e interesse de inserção profissional no mercado de trabalho paulista, particularmente no ramo das confecções (SILVA, 2006). A maior parte deles veio de La Paz, Cochabamba, Oruro, Potosí, Santa Cruz de la Sierra e Beni, especialmente das áreas rurais, que até o período atual são as que registram maiores índices de desigualdade (OIT, 2011).

Dados disponibilizados pelos censos bolivianos de 1992 e 2001 mostram que nesse período, quando o fluxo migratório para São Paulo já estava em crescimento, os índices de Educação básica em tais departamentos da Bolívia com maior contingente na cidade tiveram avanços, porém não superaram o nível de escolarização básica entre a população com mais de 19 anos, especialmente as mulheres (INE,1992; 2001).

Tabela 1. Promédio de anos de estudo da população boliviana de 19 anos ou mais, por sexo, segundo departamento com maior predominância no fluxo migratório para a cidade de São Paulo (1992-2001)

Descrição	1992 Total	1992 Homens	1992 Mulheres	2001 Total	2001 Homens	2001 Mulheres
BOLIVIA	6,06	6,95	5,23	7,43	8,24	6,65
La Paz	6,49	7,63	5,42	7,88	9,00	6,84
Cochabamba	6,03	6,89	5,24	7,35	8,16	6,61
Oruro	6,74	7,95	5,68	7,98	9,04	6,98
Potosí	4,10	5,17	3,19	5,03	6,04	4,15
Santa Cruz	6,82	7,33	6,31	8,12	8,59	7,66
Beni	6,30	6,83	5,74	7,44	7,86	6,98

Fonte: Censo boliviano de 1992 e 2001.

Atualmente essa população boliviana residente em São Paulo já conta com aproximadamente 19 mil indivíduos (CENSO, 2010). Com tal dimensão constituiria o segundo maior fluxo migratório estrangeiro na cidade, superando as tradicionais comunidades de japoneses e italianos, cujos fluxos remontam respectivamente aos princípios do século XX e final do XIX, perdendo apenas para os imigrantes portugueses.

ISBN 978-85-7205-133-0

Eles continuam inseridos no setor das confecções, ainda que desde então o mesmo tem registrado o acréscimo de imigrantes do Paraguai (SOUCHAUD, 2012). Uma das principais razões disso, enfim, é que estes estrangeiros têm se apresentado como a parcela de trabalhadores mais suscetível a aceitar as condições precárias de trabalho nas confecções, as quais permitem o barateamento dos custos da produção, tornando o setor mais competitivo. As longas jornadas diárias, excedendo as oito horas regulamentadas, os baixos salários e os ambientes insalubres, são exemplos destas condições conflitantes com a legislação trabalhista brasileira. É também recorrente que as oficinas de costura sirvam como o próprio alojamento destes trabalhadores e seus familiares (SILVA, 2006), (AZEVEDO, 2005). Favorece esta situação a preexistência de redes de captação de mão de obra de empregadores que os buscam no país de origem, direcionando-os para a região e a esta atividade produtiva (AZEVEDO, 2005), (CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006).

A experiência boliviana de formação profissional

Tendo em vista esse cenário de grande deslocamento de mão de obra pouco qualificada, vivenciando muitas vezes ambientes de precariedade, observamos as ações promovidas pelo país de emigração, a Bolívia, visando sua melhor inserção profissional por meio da formação para o trabalho. A leitura da legislação especifica para sua população imigrante nos parece uma das maneiras possíveis de nos situarmos quanto às possibilidades de ação do estado boliviano com relação a sua população emigrante, ou seja, de apreender como este se propõe a interagir com os sujeitos fora do seu território.

A Lei de migrações mais recente do Estado Plurinacional da Bolívia data do ano de 2013. É composta por 12 títulos e 69 artigos, sendo que destes, especificamente o título de número dez, com dois capítulos e 12 artigos, refere-se aos bolivianos e bolivianos estabelecidos no exterior. O primeiro capítulo está destinado à atuação do Estado para garantia do direito de seus cidadãos circularem internacionalmente, tratando da elaboração de convênios, atuação em organismos internacionais, assistência e administração das migrações bolivianas[1]. O segundo se refere à promoção de direitos e sua proteção, sendo que dentre esses nos interessa mais especificamente o direito do acesso à Educação para os seus cidadãos estabelecidos no

[1] Art. 52. Garantía de aplicación de principio; Art. 53. Suscripción de convenios.; Art. 54. Gestión y promoción en organismos internacionales; Art. 55. Asistencia en delitos internacionales; Art. 56. Rendición pública de cuentas y evaluación de resultados de gestión.

ISBN 978-85-7205-133-0

exterior[2]. Para entender sua abrangência, faz-se necessário recorrer à legislação boliviana de Educação vigente atualmente, a lei 070 Avelino Siñani Elizardo Pérez, elaborada no marco dos discursos que vêm caracterizando a atual gestão do governo nacional, como se nota em seu artigo referente às orientações previstas para a Educação:

> Art. 1º. Es descolonizadora, liberadora, revolucionaria, anti-imperialista, despatriarcalizadora y transformadora de las estructuras económicas y sociales; orientada a la reafirmación cultural de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, las comunidades interculturales y afrobolivianas en la construcción del Estado Plurinacional y el Vivir Bien.

A lei especifica também quanto à abrangência da Educação para o conjunto da população boliviana, na qual se inclui os cidadãos que migraram do país:

> Art. 3º. Es universal, porque atiende a todas y todos los habitantes del Estado Plurinacional, así como a las bolivianas y los bolivianos que viven en el exterior, se desarrolla a lo largo de toda la vida, sin limitación ni condicionamiento alguno, de acuerdo a los subsistemas, modalidades y programas del Sistema Educativo Plurinacional.

Assim, visando atender as diferentes demandas educativas do conjunto da população boliviana, a estrutura do Sistema Educativo Plurinacional compreende três categorias denominadas 1) Subsistema de Educação Regular 2) Subsistema de Educação Alternativa e Especial e 3) Subsistema de Educação Superior de Formação Profissional. Verificamos que destas, é no âmbito da Educação Alternativa que se tem buscado contemplar mais propriamente os emigrantes. Em 2013 foi fundado em La Paz o CEPEAD - Centro Plurinacional de Educação Alternativa à Distância. Trata-se de um centro de formação profissional mantido pelo Ministério de Educação do Estado Plurinacional da Bolívia, via Vice Ministério de Educação Alternativa e Especial. Em seus objetivos, o centro propõe:

> Garantizar la educación de la población boliviana joven y adulta migrante en el exterior y de la población joven y adulta en el territorio nacional, prioritariamente de organizaciones sociales, culturales y productivas e incidiendo en el desarrollo comunitario, mediante procesos educativos a distancia para contribuir al Vivir Bien y la construcción del Estado Plurinacional.

Pode-se observar a partir disso que a formação e qualificação destes sujeitos está integrada na perspectiva do desenvolvimento da própria sociedade boliviana, mostrando, como mencionamos anteriormente, o importante papel da migração para a mesma. A estratégia

[2] Art. 57. Promoción y protección de derechos; Art. 58. Registro de personas nacidas en el Exterior; Art. 59. Protección, atención, vinculación y Retorno; Art. 60. Retorno de bolivianas y bolivianos; Art. 61. Facilidades para el retorno; Art. 62. Certificación de oficio u ocupación; Art. 63. Acceso a la educación; Art. 64. Excepción del trámite.

ISBN 978-85-7205-133-0

articulada por esse programa é a da disponibilização de cursos à distância, segundo a demanda de mercado dos locais em que os cidadão bolivianos estão estabelecidos no exterior. Atualmente está em andamento o curso Técnico em Gerontologia Sócio-Comunitária e Técnico em Educação Infantil devido às demandas do mercado de trabalho na Espanha, o Técnico em Construção Civil visando atender ao mercado argentino e, por fim, o Técnico em Confecção em vista do mercado de trabalho de São Paulo. Estes são desenvolvidos em módulos, dos conhecimentos mais básicos aos mais avançados. Ao final, os estudantes recebem certificação do Ministério da Educação da Bolívia.

Essa estratégia pode visar tanto à melhor inserção laboral e econômica dos cidadãos bolivianos no exterior, contribuindo inclusive para a manutenção do envio de remessas e para as relações entre os países envolvidos, quanto para a melhor reinserção dos mesmos na sociedade de origem, ao decidirem retornar à Bolívia podendo desenvolver suas atividades produtivas com os conhecimentos e posses adquiridos no processo de imigração. Essa última perspectiva é também contemplada na legislação migratória boliviana nos artigos referentes às facilidades para o retorno e certificação de oficio ou ocupação. Conforme analisou Abdelmalek Sayad (1998, p. 258-263), a emigração pode cumprir um papel de formação e qualificação de trabalhadores relativamente relevante para a própria sociedade de origem.

A experiência brasileira de formação profissional dos imigrantes

No Brasil observamos como caso sintomático da relevância que tem adquirido a questão da qualificação profissional dos imigrantes, a elaboração do projeto PRONATEC Imigrantes realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego em 2013.

Em um “Diálogo de capacitação para imigrantes latinos em São Paulo” realizado na Delegacia Regional do Trabalho deste município, o qual contou com a participação de representantes da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do poder municipal representado pela Coordenadoria de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e de um grupo de imigrantes bolivianos, foi apresentada a proposta de viabilização dos cursos de qualificação profissional para os imigrantes em estado de maior vulnerabilidade em São Paulo, identificados como os de nacionalidade boliviana, peruana e paraguaia. O projeto previa a criação de 500 vagas iniciais para esse público no primeiro semestre de 2014, especialmente na área têxtil e de calçados, via esse programa de responsabilidade do governo

ISBN 978-85-7205-133-0

federal que tem promovido o acesso ao ensino técnico em instituições do sistema S, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Este busca articular a demanda do mercado de trabalho local com o oferecimento dos cursos.

Não obstante, o projeto ainda não foi de fato implementado, sendo um dos fatores para isso a dificuldade de adaptação do mesmo às próprias necessidades dos imigrantes, tal como a integração de cursos de português para estrangeiros na grade curricular. Assim, registramos nesse caso um déficit com relação às habilidades básicas para o adequado andamento destes cursos: o ensino e aprendizagem do conhecimento da língua portuguesa, que é um capital cultural importante para a integração dos sujeitos. Além do domínio do idioma, outro possível desafio para sua execução se dá em vista da documentação. No evento realizado, discutiu-se sobre a desburocratização para a inscrição dos interessados, pois geralmente há dificuldades de aceitação do protocolo provisório do registro nacional do estrangeiro ou do acesso e reconhecimento dos registros de estudos realizados na Bolívia.

Mais recentemente cursos de português estão sendo oferecidos via Pronatec para falantes de língua espanhola e francesa. Nas inscrições, foram exigidos CPF, RNE ou seu protocolo, dados bancários e declarações de escolaridade e residência, estas últimas, abrindo um precedente importante, podiam ser auto-declaradas. Além disso, a Coordenação de Políticas para Migrantes, a qual abordaremos adiante, elaborou uma enquete para circular entre a população imigrante, visando mapear até o final do presente ano sua demanda específica em novos cursos do PRONATEC voltados para o aprendizado do idioma português e de formação profissional. Infere-se, deste modo, uma possível maior articulação entre os órgãos do poder municipal e federal, resultando em uma perspectiva de novos avanços na elaboração e efetivação do projeto do PRONATEC Imigrante.

Enquanto tal projeto de qualificação profissional para imigrantes em situação de maior vulnerabilidade e via programa do governo federal não adquire plena efetivamente, podemos observar alguns outros projetos e propostas que vem sendo desenvolvidos em São Paulo.

Uma ação efetivada foi o curso de formação de Empreendedorismo no Setor Têxtil, promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Este teve sua primeira turma concluída em dezembro de 2013 e seu objetivo foi qualificar oficineiros e costureiros bolivianos resgatados em operações de combate ao trabalho escravo. Em sua programação foram contempladas noções básicas de empreendedorismo, legislação trabalhista brasileira e organização da produção.

ISBN 978-85-7205-133-0

No mesmo ano, outro dado relevante, como mencionamos, é a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para Imigrantes, integrada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania[3]. Sua origem remete ao Plano de Metas da gestão do atual prefeito, Fernando Haddad (PT), que apresenta na pauta de Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos o item Migrações e Trabalho Escravo. Sob gestão dessa nova coordenadoria, foi realizada em São Paulo a I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. Esse evento de caráter consultivo teve por objetivo fazer o levantamento de propostas e eleger os delegados para a I Conferência Nacional de Migração e Refúgio, promovida pelo Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, com apoio das agências das Nações Unidas UNODC, OIM, ACNUR e PNUD.

Naquela ocasião reuniram-se principalmente imigrantes, membros de ONGS e associações de imigrantes e refugiados, representantes consulares, acadêmicos e estudantes universitários, os quais discutiram e aprovaram 57 propostas, além de elegerem 50 delegados.[4] As propostas se articularam em torno de quatro eixos principais: (1) Promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos; (2) Promoção do Trabalho Decente; (3) Inclusão social e reconhecimento cultural; (4) Legislação federal e política nacional para as migrações. Muitas delas reiteram as indicações elaboradas em 2005, pela "CPI do trabalho escravo". As discussões do primeiro e segundo eixo abordaram a questão da formação profissional de imigrantes. Respectivamente, os grupos aprovaram para encaminhamento na Conferência Nacional as seguintes propostas:

Promover a discussão e orientar sobre o trabalho escravo. Divulgar direitos laborais de imigrantes nas redes sociais, nas redes de vagas de emprego e em rádios comunitárias. Requalificação profissional com preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular, acesso às escolas técnicas e universidades.

Capacitação profissional de imigrantes pelas instituições existentes, por meio das instituições existentes e articulação com instituições de ensino qualificadas, que possibilite a instrução através da aquisição de conhecimentos gerais (Administração e Direito), que possibilitem a mobilidade social dos imigrantes, usando como exemplo o projeto piloto entre SEBRAE e o Consulado peruano; flexibilização da documentação exigida para os cursos.

[3] É importante observar que na esfera do poder municipal, uma ação anterior que identificou a necessidade de elaboração de políticas públicas para imigrantes em situação vulnerável foi a chamada "CPI do trabalho escravo' (2005), a qual foi motivada por denuncias veículadas em mídia nacional e internacional sobre a existência de trabalho em condições análogas a de escravo entre imigrantes da Bolívia na cidade.

[4] Na eleição de delegados, os bolivianos lograram 10 dos 50 postos possíveis, sendo o restante deles distribuídos entre representantes de outras 16 nacionalidades. A maior parte dos eleitos é participante de associações políticas e culturais que atuam com a questão migratória em São Paulo.

ISBN 978-85-7205-133-0

A primeira proposta sugerida articula o acesso a formação profissional ao combate ao trabalho escravo e a promoção do trabalho decente, via conhecimento dos direitos dos trabalhadores. A segunda enfatiza esse tipo de formação como meio de mobilidade social, especificando o que identificaram como as principais demandas dos imigrantes a serem atendidas pelas instituições de ensino qualificadas para tanto: além dos conhecimentos dos direitos dos sujeitos imigrantes, as noções de administração (empreendedorismo), importantes para a gestão do próprio negócio, além de uma maior facilidade quanto à documentação requerida. Essa proposta poderia ser contemplada com a efetiva adequação do PRONATEC para as demandas dos sujeitos imigrantes.

Da Coordenadoria de Políticas Públicas para imigrantes, pautada no Plano de Metas municipal, pode-se ver como outro projeto favorável a esses objetivos a criação do CRAI - Centro de Referencia e Acolhida para Imigrantes, no qual se pretende oferecer cursos de formação para o trabalho, além de outros serviços importantes, como orientação para postos de emprego. As ações desenvolvidas pelo poder municipal no contexto recente vêm sendo caracterizadas pela oficialização e regularização de espaços físicos e simbólicos dos novos migrantes, importantes para a melhor integração destes sujeitos nesta sociedade. Além das experiências mencionadas, expressões disso são a incorporação no calendário da cidade de festividades dos imigrantes, como a Alasitas[5], e o processo instaurado de regularização da feira da Rua Coimbra, situada no bairro do Brás, na qual há quinze anos, bolivianos vendem de maneira informal produtos típicos de seu país. Para a formalização, um passo importante foi o oferecimento do curso de "Boas Práticas em Manipulação de Alimentos", promovido pela Coordenação de Políticas para Migrantes, em conjunto com a Coordenadoria de Vigilância em Saúde e a Subprefeitura da Mooca, contando com a freqüência de 80 feirantes.

Outra esfera importante a ser observada é o trabalho das organizações, como a Pastoral do Imigrante, o Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante e o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante que vem intervindo de modo mais imediato e continuo com relação às demandas desta população. Nelas há em comum um histórico de defesa dos direitos dos imigrantes, com ações voltadas para a assessoria jurídica, combate ao trabalho escravo, mudanças na legislação imigratória, além de cursos de português.

[5] A festa boliviana conhecida como Alasitas é organizada desde 1999 pelos imigrantes bolivianos em São Paulo. Neste evento realizado sempre no dia 24 de janeiro, as pessoas adquirem miniaturas dos bens desejados, visando alcançar sua realização ao longo do ano. Trata-se de uma festividade que foi originada na cidade de La Paz, mas se tornou tradicional em diferentes regiões da Bolívia.

ISBN 978-85-7205-133-0

Dentre essas entidades, particularmente com relação à questão da formação para o trabalho, destaca-se o Centro de Apoio ao Migrante. Criada em 2005, a ONG está atualmente estabelecida no bairro Armênia, próximo à Praça Kantuta que é o principal espaço oficial de sociabilidade dos bolivianos em São Paulo. Além dos cursos de português em nível básico, intermediário e avançado que oferece em dez pontos da cidade, promove cursos de informática, bem como cursos de formação musical e de modelismo. De acordo com seus responsáveis, tais cursos foram pensados a partir da identificação da demanda dos imigrantes, especialmente aqueles de nacionalidade boliviana e peruana. Em seu conteúdo programático, contemplam além das noções específicas da área, informações sobre legislação.

Por fim, situamos neste contexto de mobilizações por qualificação profissional de imigrantes da Bolívia estabelecidos em São Paulo o projeto Si Yo Puedo, realizado aos domingos na Praça Kantuta desde 2012. Fundado por uma boliviana residente há 25 anos em São Paulo e mantido por voluntários bolivianos e brasileiros, o projeto tem como característica principal, além dos cursos de português, a atuação na democratização de informações relevantes para a comunidade, especialmente com relação às oportunidades de acesso a educação de nível técnico, tanto em instituições públicas, como particulares[6]. Recentemente o Si Yo Puedo colocou em andamento um projeto piloto de curso de empreendedorismo em nível básico e avançado. O primeiro nível foi pensado para que os bolivianos pudessem adquirir noções para abertura do próprio negócio, mas não obteve adesão. A turma de nível avançado, formada por aqueles que já obtêm seus próprios negócios segue em andamento.

Tendo em vista esse leque de projetos e proposições direcionados à formação para o trabalho dos imigrantes da Bolívia em São Paulo, pretendemos conforme mencionamos anteriormente, observar como os mesmos podem impactar com relação à promoção do trabalho decente, a divisão do trabalho estabelecida e a integração regional.

Trabalho decente

[6] Na ocasião da Conferencia, uma das principais articuladoras da segunda proposta referente à qualificação profissional foi uma jovem imigrante de nacionalidade boliviana integrante desse projeto, o que permite identificar o contexto de influência da mesma.

ISBN 978-85-7205-133-0

De acordo com a OIT, o *trabalho decente* é definido como o respeito aos direitos no trabalho, especialmente àqueles apontados como fundamentais pela *Declaração da OIT Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* e seu seguimento adotada em 1998:

(1) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (2) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (3) abolição efetiva do trabalho infantil; (4) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Especialmente a partir da atuação do Estado na viabilização adequada dos cursos, poderiam ser abertas possibilidades mais favoráveis para que estes sujeitos se insiram em emprego assalariado em empresas condizentes com as normas do trabalho, ou mais particularmente, possam abrir e gerir os seus próprios negócios de forma regularizada, estando assim mais propícios a gozar da proteção social. O curso de Empreendedorismo no Setor Têxtil, direcionado para os bolivianos resgatados em condição de trabalho análogo à escravidão promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego é uma experiência piloto importante, que pode servir como modelo para novas ações.

Vale destacar que está em vigência o Acordo Multilateral de Seguridade do Mercosul, possibilitando aos nacionais dos países membros que trabalharam em outros equivalentes o direito à Previdência Social. De modo que os imigrantes bolivianos que desenvolveram atividades produtivas de forma regular no Brasil poderão acessá-lo, ao se lograr a plena adesão do país ao bloco.

Divisão do trabalho

O trabalho desenvolvido por imigrantes estrangeiros em São Paulo, como o caso dos bolivianos centralizados no setor das confecções, é de inegável relevância para o mercado local: trata-se de um fluxo laboral que desde os anos 1980 se tornou cada vez mais crescente, ocupando esta atividade produtiva que vem sendo colocada em segundo plano pelos trabalhadores nacionais. Tal setor registrava maior empregabilidade de migrantes brasileiros nordestinos, mas desde aquela década, tem registrado menor participação da mão de obra nacional devido a fatores como a maior resistência desta população às condições de trabalho oferecidas, já que a legislação trabalhista costumava cobrir de forma mais satisfatória os direitos dos cidadãos brasileiros; a busca por inserção no setor dos serviços, sendo um fator

ISBN 978-85-7205-133-0

relevante o desenvolvimento de maiores índices de escolaridade; o refluxo dos índices das migrações internas (CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006) (SOUCHAUD, 2012, p.80, 90).

Em vista desse panorama, parece-nos pertinente situar o setor do vestuário como promotor de um mercado de trabalho para imigrantes, conforme propôs Sayad, "(...) trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes" (SAYAD, 1998, p.55). Os projetos observados de formação profissional para imigrantes bolivianos propostos e realizados, apesar de indicarem alguma variabilidade, seguem contemplando comumente cursos ligados ao setor do vestuário. Porém, em seus objetivos e nas narrativas dos sujeitos[7], a aprendizagem dos conhecimentos de modelismo e/ou de empreendedorismo aparecem como perspectivas de melhor inserção laboral e mobilidade social no mesmo. Dessa forma, justifica-se o investimento em educação profissionalizante no universo de uma atividade produtiva no qual já possuem considerável inserção.

Integração regional

Para o Brasil, país que detém a economia mais sólida e promissora da região, e que por isso se configura como país de destino dos seus fluxos migratórios, como o de bolivianos, a promoção de políticas voltadas para a melhor inserção desta mão de obra no mercado é relevante para que se obtenha um cenário trabalhista em condições condizentes com a legislação do país e compromissos firmados com os Estados e organismos como a OIT.

A boa gestão do fenômeno pode ser considerada como questão de interesse de mecanismos de integração regional, como o Mercosul, no qual a Bolívia desenvolve seu processo de adesão como membro pleno. Desde o seu estabelecimento na década de 1990, o bloco, idealizado com o objetivo de propiciar melhor inter-relação e inserção das economias regionais no âmbito internacional, tem aprofundado o debate sobre a necessidade de se dotar o processo de integração de uma real dimensão sócio-laboral. Um resultado sintomático disso é a Declaração Sócio Laboral do Mercosul. Constando de 25 artigos, a Declaração estabeleceu normas condizentes com as determinadas em outros documentos internacionais a favor da promoção do trabalho decente, tais como a Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1998. Quanto aos trabalhadores migrantes, tem de especifico o artigo 4º, o qual dispõe que:

[7] Foram realizadas entrevistas com imigrantes que visam os cursos ou responsáveis pela sua promoção.

ISBN 978-85-7205-133-0

Todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades.

Os demais artigos que tratam dos direitos dos trabalhadores em geral, que, assim, também se aplicam aos estrangeiros, estabelecem sobre a não discriminação, a promoção da igualdade, a eliminação do trabalho forçado, o trabalho infantil e de menores, direitos dos empregadores, a liberdade de associação, liberdade sindical, negociação coletiva, fomento do emprego, proteção dos desempregados, formação profissional e desenvolvimento dos recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, inspeção do trabalho e seguridade social. De acordo com Cacciamali, a importância desta Declaração, a qual menciona como "carta de princípios', justifica-se da seguinte maneira: "(...) abre o espaço de negociação e fornece as instruções para a formulação de diretrizes que possam harmonizar as políticas ativas de mercado de trabalho no Mercado Comum do Sul" (CACCIAMALI, 2005, p.86).

Enquanto avança o processo de plena adesão da Bolívia, os seus migrantes já são favorecidos no âmbito do Mercosul no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Bolívia e Chile, que condiz fortemente com o sentido da Declaração Sócio Laboral. Elaborado em 2002, mas com plena vigência apenas a partir de 2009, o acordo reafirma a igualdade de direitos de todos os migrantes nacionais de um Estado Parte quando residentes no território de outro Estado, com exceção daqueles direitos barrados pelas constituições federais, como a proibição ao voto de estrangeiros no caso do Brasil. Propõe-se a favorecer a livre circulação de trabalhadores da região como forma estratégica de viabilização da integração social, bem como o combate ao tráfico de pessoas.

Para isso propõe como principal critério para o visto de residência temporária de dois anos a comprovação da nacionalidade, documentação pessoal e pagamento de taxas, não exigindo comprovação prévia de rendimentos. Seu requerimento pode ser realizado independentemente da condição migratória em que ingressaram, sem atribuição de multas nos casos de entrada irregular. Já para a concessão do visto de permanência, requer que os indivíduos apresentem a comprovação de meios de subsistência, sendo necessário para isso o exercício de uma atividade laboral regular. A dificuldade de comprovação deste item, dada a comum inserção precária dos bolivianos em São Paulo, é um dos aspectos que tem contribuído para os grandes índices de situação migratória irregular deste fluxo, reproduzindo as condições de vulnerabilidade. De forma que a questão da promoção do trabalho decente, sendo uma das vias a qualificação profissional, se reafirma como fator relevante para tanto.

ISBN 978-85-7205-133-0

Considerações Finais

Os projetos e propostas de formação profissional analisados estão em fase de discussão ou de recente implementação. Abrem perspectivas de impacto no que se refere à promoção do trabalho decente, à melhor inserção laboral, ainda que no nicho de trabalho no qual os imigrantes estão inseridos, bem como no processo de integração regional ao compor o quadro de ampliação de direitos destes sujeitos. Cabe acompanhar o sucessivo desenvolvimento dos mesmos, primordialmente a partir da promoção do Estado, no sentido de sua consolidação como política pública. Processo para o qual é indispensável o diálogo com os sujeitos interessados e com as organizações que vem empreendendo ações voltadas para estes imigrantes, visando à captação de suas demandas específicas e sua efetiva viabilização.

Referencias Bibliográficas

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes de. *A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo:* Brasil/Bolívia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Pós-graduação em Integração da América Latina. São Paulo: 2005.

BAENINGER, Rosana. *O Brasil na rota das migrações latinoamericanas.* (In) Imigração Boliviana no Brasil. Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. pp. 9-18.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul*. (In) Estudos Avançados, vol.19, n°55, São Paulo, 2005. pp. 85-104.

CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes de. *Entre tráfico humano e a opção da mobilidade social*: o caso dos imigrantes bolivianos indocumentados na cidade de São Paulo. Cadernos PROLAM/USP (5), 2006, pp.129-145.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Políticas de emprego, mercado de trabalho e integração regional: algumas diretrizes para o Mercosul. (In) Direito do Trabalho na Integração Regional. São Paulo : Observador Legal, 2002. pp.37-47.

Instituto Nacional de Estadística. Estadísticas Sociales: Educación. Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: http://www.ine.gob.bo. Consulta: dezembro de 2013.

ISBN 978-85-7205-133-0

Informe sobre Desarrollo Humano en Bolivia. PNUD-Bolívia. Disponível em: http://idh.pnud.bo/d7/content/el-desarrollo-humano Consulta: Fevereiro de 2013.

FREITAS, Patrícia Tavares. *Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção.* (In.) Imigração Boliviana no Brasil. Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. pp. 155-178.

O que é Trabalho Decente. OIT Brasil. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente Consulta: novembro de 2013.

Pela 1ª vez, bolivianos superam japoneses e italianos na capital. Estadão, 05/05/2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br. Consulta em: novembro de 2013.

Perfil Migratorio Bolivia. Organização Internacional para as Migrações. Buenos Aires: 2011.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Sidney Antonio. *Costurando sonhos* : trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Sidney Antonio. *Bolivianos em São Paulo*: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados 20 (57), 2006.

SOUCHAUD, Sylvain. *A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latinoamericana em São Paulo?* (In.) Imigração Boliviana no Brasil. Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. pp. 75-92.

TORALES, Ponciano; González, M. Estela; VICHIC, Nora Pérez. *Migraciones laborales en Sudamérica: la comunidad andina*. Estudios sobre migraciones internacionales. OIT, n.60. 2003.

ISBN 978-85-7205-133-0

SAÚDE MENTAL DOCENTE: REPENSANDO TEORICAMENTE OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA A PARTIR DE ESTUDOS BRASILEIROS

CRISTINA MIYUKI HASHIZUME

Doutora em Psicologia - IPUSP

Professora adjunta do Departamento de Psicologia- UEPB

crismiyu@gmail.com

Resumo:

A partir de autores da psicologia institucional e Psicodinâmica do Trabalho, o presente trabalho objetivou refletir sobre as repercussões do trabalho docente na saúde (mental e física) do trabalhador, investigando o modo como esses têm enfrentado adversidades em seu cotidiano laboral e as conseqüências da atividade para a subjetividade do trabalhador. Nosso objetivo, portanto, é mapear tais estratégias, cartografando as saídas criadas pelos trabalhadores, assim como analisar as interferências no psicológico do trabalhador. A metodologia empregada no presente estudo é de levantar problematizações teóricas provenientes de pesquisas-interventivas e observações participantes sobre o tema realizadas em escolas de ensino fundamental na Grande São Paulo entre os anos de 2005 e 2013. Atentamos, também, para o contexto em que o trabalho docente ocorre, importante para analisarmos o pano de fundo em que se configura no cenário do trabalho docente. Como principais análises sobre os escritos produzidos no intervalo referido, reconhecemos a Sociologia e Política como campos importantes do conhecimento para nos ajudar a analisar a saúde mental do trabalhador, porém, tais disciplinas não contemplam a peculiaridade de cada trabalhador, sendo necessário reconhecermos o nível micro-instituinte e sua interferência na história do docente trabalhador. Analisamos os modos dos professores se defenderem das adversidades do meio a partir de autores como Dejours e Clot e a teoria da Clinica Social, que se oferecem como um suporte de interlocução para a discussão transdisciplinar entre Psicologia, Sociologia, Política na América Latina.

Palavras-chave: trabalho docente; saúde mental; função psicológica do trabalho.

Resumen

De los autores de la psicología institucional y la psicodinámica del trabajo, este estudio tuvo como objetivo reflexionar sobre el impacto de la enseñanza sobre la salud (mental y física) del trabajador , la investigación de cómo éstos se han enfrentado a la adversidad en su trabajo diario y las consecuencias de la actividad a la subjetividad del trabajador. Nuestro objetivo, por tanto, es mapear estas estrategias , trazar los eventos creados por los trabajadores, así como analizar la interferencia en el psicológico del trabajador. La metodología utilizada en este estudio es explorar problematizaciones teóricas a partir de investigación- intervención y

ISBN 978-85-7205-133-0

los participantes sobre el tema: “las escuelas primarias en São Paulo entre 2005 y 2013”. Creímos también con el contexto en el que el la enseñanza es importante analizar el contexto en el que toma forma en el escenario de la enseñanza. El análisis principal de los escritos producidos en ese articulo , reconocemos la sociología y la política como importantes campos de conocimiento para ayudarnos a analizar el trabajador de la salud mental, sin embargo, estas disciplinas no abordan la peculiaridad de cada trabajador , es necesario reconocer el nivel micro -instituinte y su injerencia en la historia de labor docente. Hemos analizado las formas como los profesores se defienden contra las adversidades del medio según autores como Dejours y Clot y la teoría de la Clínica Social , ofreciéndose como las interacciones de apoyo para la discusión interdisciplinar de la psicología , la sociología , la política en América Latina.

Palabras clave : enseñanza; salud mental ; función psicológica de trabajo.

Introdução

Pesquisas mais recentes na área de Saúde do docente (CODO, 2000; NEVES, 1999; HASHIZUME, 2002, 2010; LACAZ,1996 ; SATO & BERNARDO, 2005; ATHAYDE, 2000; NEVES, 1999; HECKERT,2000) têm abarcado diversas visões disciplinares a respeito do tema. Essas pesquisas têm demonstrado a ocorrência de *stress*, cansaços agudos, burnout [1], ao mesmo tempo em que manifesta resistência do trabalhador à essa nova forma de organização do trabalho docente: globalizado, flexível e precarizado. Para além de categorizarmos essas doenças montando quadros tipológicos de sintomas e formas de tratamento, nosso interesse aqui é compreendermos como se dá o sofrimento/ adoecimento do docente no ambiente de trabalho a partir de suas estratégias de lida com as adversidades.

Pela etimologia da palavra trabalho, *tripalium* significa sacrifício. Na Antiguidade, o trabalho tinha um cunho de obrigatoriedade e de sofrimento e era destinado apenas aos que não possuíam condições para se dedicar a outras atividades mais elitizadas, como o lazer, as artes, a cultura em geral. (ARBORNOZ, 1992)

Na Revolução Industrial, com a produção em série, a máquina passa a ditar o ritmo do trabalho e a ser responsável pela produção em si. Os trabalhadores se limitam à sobrevivência reificada no trabalho alienado. Dentre outras consequências que o trabalho

[1] Apud CODO, W. *Educação*: carinho e trabalho. Por *burnout* entende-se uma síndrome que afeta principalmente trabalhadores da área social. A causa para tal síndrome estaria no fim do sentido que o trabalhador deveria ver em seu trabalho, e é causada pela exposição excessiva a esse ambiente, além do desgaste causado pela falta de infra-estrutura de trabalho, desmotivação pelo salário, dentre outros fatores.

ISBN 978-85-7205-133-0

reificado apresenta, os trabalhadores-professores deixam de ter prazer no trabalho, já que não vê mais no produto resultado da aplicação de seu tempo. Seu prazer se limita ao tempo em que se está fora do trabalho. Há esse tempo, porém, está contaminado com o tempo do trabalho, já que este requer descanso e lazer para se repor as energias para a melhor produtividade. Já dizia Marx que no trabalho nos animalizamos e nas necessidades básicas nos humanizamos, demonstrando a inversão de estados que seriam aceitos como mais coerentes. A Psicodinâmica do trabalho, proposta por Dejours (1986) compreende o trabalho como estruturante psíquico, analisando o sofrimento em direção ao prazer. O trabalho é considerado uma atividade que não é neutra em relação à subjetividade do indivíduo e sempre causa sofrimento, que pode ser revertido de forma criativa ou ser patológico. Frente à díade prazer-sofrimento, o trabalho docente se mostra como uma atividade que é mediada pelas relações intersubjetivas do trabalhador, que se desdobra para promover um equilíbrio (instável) entre o trabalho patogênico e as defesas contra esse sofrimento. Na medida em que o trabalhador consegue manter um certo equilíbrio psicológico mesmo diante da precariedade da organização do trabalho, o campo da normalidade configura-se como um enigma: aberto para a liberdade da vontade dos sujeitos.

Nesse sentido, há uma racionalidade que impera no modo subjetivo do trabalhador, que se esforça por promover sua saúde no cotidiano de trabalho. O reconhecimento no trabalho é uma contrapartida esperada pelo trabalhador por parte da instituição onde trabalha, haja vista o sofrimento causado, a energia e engajamento dispensados na sua atividade. Existe, portanto, uma lógica no modo de configuração do sofrimento, que pode ganhar um sentido no processo de construção da identidade do trabalhador. Tal movimento eleva a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática.

A visão que temos hoje, de que trabalho é alheio ao prazer, provem de um modo de funcionamento capitalista que também proletariza o professor, separando o conceptor do trabalho (equipe de especialistas) do seu executor (professor, que executaria as ideias planejadas por outrem). Da mesma forma, dá ao trabalho um sentido instrumental, que seria meramente útil para a geração de renda (trabalho visto como emprego), desassociando-o de uma visão de atividade criativa, instigante e socializante. Faz-se ressaltar que essa separação, proposta pelo movimento da Administração Científica do Trabalho nos idos da década de 20, principalmente nos EUA, compromete de forma significativa a atividade docente, já que esta é caracterizada principalmente pela construção de novas formas de ensinar e aprender no exercício do trabalho. Com a fragmentação dos processos de trabalho (também o docente),

ISBN 978-85-7205-133-0

cabe ao professor executar o trabalho concebido, refletido e decidido por políticos e gestores que fazem parte da cúpula decisória da educação. Frente à separação entre concepção e fazer-docente, o conceito de trabalho docente se esvazia, resumindo-o a um mero emprego incapaz de evocar no professor o sentimento de pertencimento e reconhecimento junto a seus pares. Ao se transformar em emprego[2], o magistério passa a representar uma fonte de renda para trabalhadores que se limitam a cumprir o mínimo de exigências necessárias para a realização da atividade, já que esta não lhes é prazerosa. Nessa visão, perde-se completamente o conceito de trabalho como atividade gratificante que instiga o indivíduo em sua inteligência, criatividade, com fins de modificar o mundo em seu próprio benefício e melhoria da qualidade de vida.

Retomando a cisão provocada pelo trabalho alienado, em que lazer e prazer são vistos como alheios e incompatíveis com o trabalho, o que acirra uma corrida em direção ao consumo de produtos de entretenimento, que cada vez mais diferenciam os que possuem capital para investir nessa atividade daqueles que não o possuem. O docente, que realiza uma atividade altamente intelectualizada (ou que deveria assim ser), necessita do tempo livre para investir em atividades que lhe sejam prazerosas e o instiguem em sua criatividade, pensamento crítico e aprofundado sobre o conhecimento que leciona. Dada a sobrecarga de trabalho, muitos docentes sequer conseguem preparar suas aulas ou manter um mínimo de tempo dedicado a si mesmo e a seu bem estar. A alienação que presenciamos em outros trabalhadores que desempenham trabalhos braçais ou mesmo mecanizados tem se estendido à realidade escolar. Estudos têm discutido a proletarização dos docentes ao longo do processo de desvalorização do magistério e da educação pública, aspectos que serão melhor discutidos adiante.

Todas essas deformações recentes do conceito de trabalho docente são motivo de preocupação para os trabalhadores comprometidos com a educação, já que esse contexto afeta decisivamente a saúde (mental e geral) do docente como categoria profissional.

As alterações no âmbito da saúde não podem ser entendidas como fraquezas ou incapacidades individuais, como muitas teorias de stress parecem apontar. Os trabalhadores se inserem em um contexto político-histórico-social que permeia suas relações sociais e acaba

[2]Apesar de termos o entendimento de que o trabalho no modo capitalista de produção se trata de uma atividade alienada, para fins didáticos, adotaremos nesse ensaio o termo emprego para nos referir à atividade explicitamente sem significado algum para o trabalhador e trabalho como uma atividade que ainda permite alguma parcela de prazer e reconhecimento.

ISBN 978-85-7205-133-0

por delinear uma forma de viver peculiar àquele profissional. É no entremeio desses fatores típicos da profissão que devemos compreender o complexo processo de eliciamento do sofrimento do professor.

Professores dos ensinos fundamental e médio parecem não sentir ter seu trabalho valorizado (por pares, por usuários-alunos, pais e por coordenadores), o que lhes dá uma percepção de si como despreparados para defender um saber-fazer próprio que os coloque no lugar de produtores e conceptores de sua atividade laboral. Todas essas alterações no mundo do trabalho trouxeram mudanças no processo de organização da escola, tendo o professor o seu lugar modificado. Nesse sentido, a divisão do trabalho, assim como o modo de pensar cientificista passa a definir a organização do processo de trabalho na educação, configurando uma estratificação de poderes e saberes na instituição escolar, gerando dicotomização do processo de trabalho (GOMES, 2001). Ao sabor de reformas educacionais vindas de gabinetes, onde se encontrariam os "pensadores da educação", o trabalho docente torna-se cada vez mais superficial e instável passando a ser considerado ineficiente e responsável pelo fracasso escolar. Paralelamente, produz-se uma crença, no meio educacional, de que a produção do fracasso escolar se dá principalmente na escola pública, o que pressupõe uma visão eugenista e preconceituosa acerca da clientela pobre e dos professores que lecionam em comunidades carentes (PATTO, 2000).

Heckert et al (2001) apontam que as reformas educacionais são vistas como solução para os problemas existentes no cotidiano escolar e acabam dificultando o fazer-diário dos personagens escolares, comprometendo a autonomia das escolas. Em nosso ponto de vista, acreditar que apenas políticas públicas e novas leis mudarão a dinâmica escolar é simplificar uma realidade dinâmica e complexa que ultrapassa o âmbito instituído.

Alguns fatores que podemos destacar como influenciadores de uma dada saúde docente são: as crises na educação (pública), no papel da escola, na autoridade do professor, na valorização social em relação ao magistério e à educação como um todo, além de um processo doloroso de lidar com duplas ou triplas jornadas de trabalho para minimamente garantir um padrão de vida que lhe propicie investir em atividades para além de sua própria sobrevivência. Soma-se a isso o caráter peculiar do trabalho docente em sendo uma atividade que afeta o professor já que este lida diretamente com pessoas por longos períodos de tempo e o fato de ser uma profissão predominantemente feminina, o que nos exige um olhar diferenciado frente à categoria.

ISBN 978-85-7205-133-0

A violência institucionalizada aparece no cenário laboral de diferentes formas: através de um contexto indigno de trabalho, da precariedade no trabalho, da reificação das relações sociais, da financeirização dos critérios de avaliação de qualidade no trabalho. Esse cenário impacta nas relações de trabalho de modo a formar um novo sujeito, que segundo Blanch & Cantera(2009) se encontra na intersecção entre a submissão e resistência. Esse é o contexto estudado por nós, que atravessa a saúde e o cotidiano de trabalho dos docentes de escolas públicas estudados no intervalo de 2005 a 2013.

Nosso objetivo, no presente artigo, é mapear teoricamente as estratégias dos trabalhadores, cartografando as saídas criadas pelos trabalhadores, assim como analisar as interferências (das adversidades) no psicológico do trabalhador. A metodologia empregada no presente estudo trata-se de problematizações teóricas provenientes de pesquisas-interventivas e observações participantes sobre o tema realizadas em escolas de ensino fundamental na Grande São Paulo entre os anos de 2005 e 2013.Todos os trabalhos realizados tinham como tema principal focar a saúde e condições de trabalho dos professores. Atentamos, também, para o contexto em que se ocorre o cenário do trabalho docente.

Entendemos a violência no trabalho como uma questão relacionada aos direitos humanos do trabalhador, já que impede uma série de ações por parte deste. Nossas vivências na educação fundamental denunciam a falta de condições laborais em que se dá o magistério: precarização de condições de trabalho, baixa remuneração, várias jornadas de trabalho, falta de políticas públicas de progressão funcional, vínculos instáveis de trabalho, mesmo no serviço público, ambiente altamente desgastante pelo intenso contato com os alunos e demais professores, podemos dizer se tratar de um ambiente que favorece o desenvolvimento de algumas patologias da pós modernidade, quais são: doenças de hipersolicitação (ansiedade); doenças de esgotamento do trabalho (*burnout*); doenças da impotência (depressão); doenças da solidão (fruto da competitividade e produtivismo). Apontamos a violência no trabalho como algo que pode ser decisivo na relação que o trabalhador estabelecerá com a atividade desempenhada. A Sociologia do Trabalho e Socioclínica do trabalho têm contribuído significativamente para analisar a função psicológica do trabalho.

A abordagem clínica para autores como Araújo e Carreteiro (2001) se refere a uma postura de dar atenção ao sofrimento demandado pelo outro através da escuta focada e ao mesmo tempo, contextual. Nesse sentido, a postura clínica não se restringe à prática psicológica em consultório, mas é extensiva a diferentes áreas do conhecimento em

ISBN 978-85-7205-133-0

Humanidades. A socioclínica, especificamente, se refere a um atendimento clínico que se amplia e considera as diferentes influências econômicas, sociais, políticas, de mercado, situando as grandes problematizações que atingem os trabalhadores dentro desse cenário.

Da análise institucional nos apropriamos de conceitos como a micropolítica - instituinte, responsável pelas problematizações entre profissionais e comunidade escolar, assim como o de implicação em que se assume a posição política e parcial (ou não neutra) do pesquisador na pesquisa. Analisamos os modos dos professores se defenderem das adversidades do meio a partir de autores como Dejours, que utiliza o conceito de estratégia defensiva como um método individual ou coletivo de recalcar inconscientemente agentes que podem causar sofrimento ao trabalhador. Se por um lado, tais estratégias podem aliviar o sofrimento, por outro, podem tornar o trabalhador ainda mais adaptado às condições (geralmente precárias) de trabalho. Como exemplos de tais práticas, temos o absenteísmo do professor para fugir do cotidiano exaustivo de trabalho, a realização de várias atividades enquanto se dá aula, as saídas constantes da sala, durante o tempo da aula, o isolamento do professor em relação a seus alunos, além do uso de discursos políticos radicais que impedem que a atividade seja analisada em sua especificidade.

Clot (2006), principal representante de uma abordagem clínica da psicologia do trabalho, questiona o enfoque da Psicologia do Trabalho dejouriana, no sentido de que esta tem como objeto de estudo principal o trabalho em si, deixando de lado o sentido deste para o trabalhador. Na visão da clínica do trabalho de Clot, o foco central deve estar na subjetividade do trabalhador e como ela se interpõe entre a realidade e o vivido dessa realidade. Tal subjetividade permite que o trabalhador compatibilize mundos e tempos diversos que são vividos simultaneamente, cuja contradição o sujeito espera superar. Tal personalização do comportamento no trabalho se opõe aos efeitos inversos e sistemáticos de unificação da organização do trabalho e conduz o trabalhador a se modificar para assimilar.

Se levarmos em conta nossa experiência empírica do trabalho docente sendo uma atividade altamente prescrita pela gestão escolar, o docente só se torna sujeito quando consegue ter flexibilidade para manejar entre o prescrito e o real, num exercício de inteligência e criatividade. Nesse sentido, quanto mais acachapado se sentir o docente, tendo em vista a prescrição opressiva de seu trabalho, menos poderá realizar a gestão de si e do seu modo de atuar.

ISBN 978-85-7205-133-0

Entendendo a atividade como um componente essencial da lógica de ação, o trabalhador, para se livrar das dissonâncias no trabalho, é chamado a virar sujeito, num embate em que deve transformar as tensões do trabalho em intenções mentais pessoais que procurará em seguida, torná-las operacionais. Autores como Piaget e Wallon são utilizados por Clot (2006) para referendarem os processos cognitivos envolvidos na construção do saber do trabalhador. Tal saber é afetado pelos processos afetivos, sociais, mas principalmente é construído pelo sujeito na sua relação com a atividade, no que o autor chama de "recuo de sociabilidade", processo que renova a sociabilidade ambiente.

O trabalho psicológico, para o autor, seria o que se faz no universo dos outros para dele participar ou separar-se: é o trabalho assumido pelo sujeito no âmbito do trabalho dos outros. Portanto, é necessário despreender-se da organização do trabalho para manter-se no controle como sujeito da atividade.

Pensando na condição do professor por nós estudada em diversas vivências empíricas ao longo dos últimos oito anos, deparamo-nos com um questionamento crucial. Numa megalópole como é a Grande São Paulo, os docentes pesquisados demonstraram vivenciar com grande dificuldade sua busca por um processo de subjetivação próprio, tornando-se sujeito em sua ação, através da gestão de si e dos outros. Dar escuta às dificuldades que os processos de subjetivação macro eliciam nos indivíduos é um primeiro passo para favorecer uma reflexão de cada trabalhador. Uma abordagem clínica do trabalho, no sentido de fazê-lo falar, refletir, se implicar no processo, pode ser uma estratégia que elicia a problematização de sua relação com a atividade realizada no trabalho. Nesse sentido, grupos de sensibilização para o tema são importantes como experiência política a ser vivenciada pelos trabalhadores.

Aos docentes, se torna ainda mais importante tal processo, tendo em vista ser um trabalho imaterial e lidar com pessoas, jovens em formação, num trabalho que deve lhe desafiar intelectual e potencialmente. A mudança, portanto, não deve partir da divisão do trabalho institucional, mas deve ocorrer motivada pelos trabalhadores NA divisão do trabalho. Nesse sentido, o docente- trabalhador deve ser resgatado como protagonista de sua atividade, à despeito das estratégias macro instituídas da gestão educacional.

Ainda, para efeitos de conclusão, gostaríamos de chamar atenção para o imbricamento entre saúde e educação. Práticas significativas têm sido desenvolvidas em programas federais em Educação no Trabalho e parcerias entre universidade e equipamentos de saúde no sentido de problematizar as dificuldades dos trabalhadores no cotidiano de

ISBN 978-85-7205-133-0

trabalho. Em grupos e em produção coletiva, muitas soluções têm sido criadas, nas especificidades do trabalho em saúde, que podem servir de exemplo para as práticas em educação, dando voz ao saber específico de educadores. Tal produção incessante de um conhecimento localizado, temporal e micropolítico pode colaborar na instituição de novos modos de pensar, mais atrelados às realidades dos territórios atendidos pelos docentes. O protagonismo docente na produção de conhecimento sobre o trabalho é fundamental para o desenvolvimento de estratégias resolutivas de questões recorrentes na educação pública.

Referências:

ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*? São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARAÚJO, J. N. G. & CARRETEIRO, T.C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica.* São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

ATHAYDE, M. et al. *Trabalhar na escola*? 'Só inventando o prazer'. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001.

_____ . & SILVA, C. O.. *Identidade e Multiplicidade*. Revista do Departamento de Psicologia – UFF. V.8, no.3, p.4-10, 1996.

BAUDELOT, C. & ESTABLET, R. *Escuela capitalista*. México : Siglo Veintiuno, 1980

BRITO, J. et all. Saúde do trabalhador e práxis educativa: a formação no processo de produção de conhecimento em saúde. In: ATHAYDE, M. et alli. *Trabalhar na escola*? 'Só inventando o prazer'. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001.

CAPONI, S. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. *História, Ciências, Saúde*, Vol. IV (2), Santa Catarina, jul-out, 1997. P. 287-307.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. (trad. Guy Reynaud). 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CLOT. Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CODO, W. *Educação*: carinho e trabalho. São Paulo: Vozes, 1999.

DEJOURS, C. *Contribuição da clínica e da Psicopatologia do trabalho para a redefinição de trabalho*. Impresso. 1986

BLANCH, J.& CANTERA, L.M. *Subjetivación Del trabajo em El capitalismo flexible*. In: MENDES, A.M. Trabalho & Saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

GOMES, L. *Trabalho multifacetado de professores*: a saúde entre limites. [mestrado] FIOCRUZ, 2002.

HECKERT, A.L. Os processos de formação na atualidade. In: MACHADO, L.D. et alli. *Texturas da Psicologia*: subjetividade e política no contemporâneo: Casa do Psicólogo, 2001.

LACAZ,F.A.C. *Saúde do Trabalhador*: um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos Serviços e do Movimento Sindical. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Médicas. Unicamp, Campinas, 1996.

MINAYO, C. et alli. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1): 7-18, 2000.

NEVES, M.Y. *Trabalho e Saúde Mental*: A dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. Rio de Janeiro, 1999, tese (doutorado) - UFRJ.

PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar*. Casa do psicólogo, 1987.

RIDENTI, M. *Professores E Ativistas Na Esfera Pública*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____ . *Em busca do povo brasileiro* : artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 10, n. 4, Dec. 2005 .

ISBN 978-85-7205-133-0

AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Daniela Andreia Schlogel
Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina
Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA
daniela.schlogel@unila.edu.br

Resumo

As iniciativas institucionais de integração da América Latina empreendidas pelos Estados Nacionais carregam uma perspectiva de homem e de mundo. Este estudo procura identificar quais foram às principais contribuições teóricas do século XX que influenciaram tais iniciativas e contribuíram na formação dos processos em curso. Para tanto são analisadas as propostas de integração sugeridas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no momento da sua criação e posteriormente no período do Regionalismo Aberto. Além das contribuições da CEPAL são resgatadas as contribuições do autor Ruy Mauro Marini ao tema. Dentro destas três concepções de integração busca-se entender o que os autores concebem como integração, como e por quem esta deve ser realizada. Além de perguntar: Que parte da população se beneficia com a os diferentes tipos de integração? Este artigo faz uma análise bibliográfica através de uma perspectiva crítica. Os processos de integração identificados na realidade concreta influenciam e são influenciados pelas contribuições teóricas. Parte-se da necessidade de compará-las e identificar qual perspectiva de integração é plausível como caminho proposto ao desenvolvimento dos países da América Latina. Visando também contribuir com o exercício de pensar a integração. Das contribuições analisadas todas representaram papeis importantes e a proposta de Marini se mostra relevante porque sugere que a integração pode ser um caminho possível para romper com a dependência.

Palavras-chave: Integração, América Latina e dependência.

Resumen

Las iniciativas de integración institucional en América Latina realizados por los Estados-nación tienen una perspectiva del hombre y del mundo. Este estudio trata de identificar cuáles fueron las principales contribuciones teóricas del siglo XX que influyeron en este tipo de iniciativas y contribuyeron en la conformación de los procesos en curso. Para ello se

ISBN 978-85-7205-133-0

analizaron lãs diferentes propuestas de integración propuestas por la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) en el momento de su creación, y más tarde en el período de regionalismo abierto. Además de las contribuciones de la CEPAL son contribuciones redimidos del Ruy Mauro Marini al tema. Dentro de estas tres concepciones de integración buscamos entender lo que los autores conciben como la integración, cómo y por quién se debe realizar. Además de preguntar: ¿Qué parte de la población se beneficia de los diferentes tipos de integración ? Este artículo es una revisión de la literatura a través de una perspectiva crítica. Los procesos de integración identificados en realidad influyen y se ven influidos por las contribuciones teóricas. Parte de la necesidad de compararlos y determinar que integración es el camino verosímil que propone el desarrollo de América Latina. Y también con el objetivo de contribuir al ejercicio de pensar acerca de la integración. Todas las contribuciones analizadas representarón papeles importantes y la propuesta Marini es significativa porque sugiere que la integración puede ser un camino posible para romper la dependencia.

Palabras clave : Integración , América Latina y Dependencia.

1. INTRODUÇÃO

O período pós-segunda guerra representou uma reorganização do cenário internacional. Os Estados Unidos se apresentavam como maior potência econômica e militar do mundo ocidental e foram criadas diversas instituições para organizar a nova ordem mundial. Entre elas o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e a Organização das Nações Unidas.

Em 1949 foi criada a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, a CEPAL. Mais ou menos no mesmo período de outras instituições com semelhante caráter, como a Comissão Econômica para a África, Comissão Econômica para a Europa, Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, e um pouco mais tarde a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental.

O pós-guerra foi marcado pela guerra fria e pela divisão do mundo em países capitalistas e países socialistas. Os demais eram áreas de influência que estavam sendo disputadas.

As novas instituições internacionais criadas pelos Estados Unidos faziam parte das bases necessárias à sua hegemonia. Segundo Nilson Araújo de Souza,

ISBN 978-85-7205-133-0

> Como emissores do dinheiro mundial, controlando as instituições de regulação internacional, usando as transnacionais como ponta de lança de sua expansão econômica internacional e dispondo do mais poderoso exército do mundo capitalista – que, aliás, havia ocupado o território da maioria das nações européias envolvidas na guerra - , contavam os EUA com todas as condições para dominar esse "bloco". (SOUZA, 2009, p. 42)

Embora a CEPAL tenha sido criada neste contexto, ela tinha autonomia suficiente para representar um papel importante na América Latina. Os autores que escreveram as mais importantes obras de fundação da Cepal contribuíram de forma original e autêntica para se criar uma corrente especifica de pensamento latino-americano. Para facilitar o entendimento chamaremos a produção da Cepal dos anos 1950 a 1980 de velha Cepal e dos anos 1990 de Regionalismo Aberto.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A CEPAL DOS ANOS 1950

A partir dos anos 1950 vários autores mundo teorizaram sobre a questão do "desenvolvimento". Entre eles estão Walt Whitman Rostow, Paul Rosestein-Rodan, Paul Baran, entre outros. Estes autores desenvolveram "etapas para o desenvolvimento" que poderiam ser generalizadas aos demais países. Diferente destes, os autores latino-americanos da Cepal como Raul Prebish e Celso Furtado pensaram um uma teoria para o desenvolvimento da realidade específica da América Latina. Para Bielschowsky,

> La teorización cepalina cumpliría esse papel em América Latina. Sería la version regional de la nueva disciplina que se instalaba com vior en el mundo acadêmico anglosajón siguiendo la estela "ideológica" de la hegemonía heterodoxa keynesiana, o sea, la versión regional de la teoría del desarrollo. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 18)

O pensamento Cepalino da década de 1950 tinha como tema central a industrialização. Seus principais temas foram mudando de acordo com seu período histórico. Nos anos 1960 o tema era como desobstruir a industrialização; nos anos 1970 era como diversificar a pauta de exportação; nos anos 1980 como superar o endividamento e nos anos 1990 como fazer uma transformação produtiva com equidade. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 12)

A novidade encontrada no pensamento cepalino foi a matriz metodológica e os diferentes planos analíticos dos textos. Os países latino-americanos foram concebidos através da forma como se inseriram internacionalmente na economia mundial, das contradições e tendências estruturais internas do desenvolvimento periférico e da ação do Estado. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 17)

ISBN 978-85-7205-133-0

Para Marini, a principal contribuição da Cepal foi a crítica à teoria clássica das vantagens comparativas, onde cada país deveria se especializar na produção do bem que tivesse mais produtividade e lhe proporcionasse mais capacidade de competição, que todos seriam beneficiados. A Cepal demonstrou que na prática havia deterioração dos termos de intercambio e que isso provoca uma transferência de renda dos países primário-exportadores para os países industrializados. (MARINI, 1992, p.75)

O fato de a América Latina ter que exportar cada vez mais para poder importar a mesma quantidade, era um dos fatores que somado aos condicionantes estruturais, faziam com que os países da região tivessem uma tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos. Para superar esta condição seria necessário que os países latino-americanos se industrializassem. A industrialização deveria ocorrer através do processo de substituição de importações, começando a produzir internamente os produtos mais simples, até chegar a produção interna dos bens de capital.

No processo de industrialização por substituição de importações, os países latinoamericanos não deixariam de precisar de divisas. Porque não parariam de importar até que o processo estivesse completo. Aconteceria a substituição do que seria importado. Para obter divisas continuaria sendo importante o incentivo às exportações. Para completar este processo seria necessário também diversificar a pauta de exportação. E é neste ponto que entra a integração regional e a necessidade de integração da América Latina.

A integração regional aparece na Cepal como um dos caminhos para se resolver o problema da tendência estrutural ao desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países periféricos. Por este motivo, a Cepal participou da criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). Baseada na ideia de que era necessário iniciar um processo de diversificação das exportações, “por la vía teoricamente más fácil del comercio intrarregional”. (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 23)

3. INTEGRAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO DO REGIONALISMO ABERTO

O regionalismo aberto foi proposto pela CEPAL nos anos 1990. Como afirma Gentil Corazza, além de representar uma mudança no marco teórico defendido em geral pela CEPAL, a própria combinação de palavras é contraditória. “Regionalismo” remete a uma organização de delimitadas regiões, ao contrário de “aberto” que remete a ideia do fim das fronteiras. (CORAZZA, 2006, p.145)

ISBN 978-85-7205-133-0

O contexto histórico do surgimento do Regionalismo Aberto é interessante. A queda do muro de Berlim em 1989 simbolizou o fim da guerra fria, e a década de 1990 começou com ares de 'vitória do capitalismo'. Alguns autores chamaram o período de 'fim da história', defendendo que a partir de então a tendência era que todos os países mais cedo ou mais tarde se inseririam na dinâmica capitalista mundial. Pautado na ideia de que o capitalismo e a democracia burguesa *"constituem o coroamento da história da humanidade"*, e que humanidade teria chegado ao *"ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes."* (GOMES, 2014)

Os Estados Unidos, maior potência econômica e militar do período, manifestou em 1970 uma crise econômica da qual ainda estava tentado se recuperar em 1990. Nesse contexto foi imposto aos países subdesenvolvidos da América Latina, o Consenso de Washington. Segundo Souza (2009, p. 123), integrantes do governo e das empresas transnacionais estadunidenses, além de instituições econômicas norte americanas, bem como o FMI e o Banco Mundial criaram o consenso de Washington como uma 'alternativa' de superação para as dificuldades enfrentadas pela economia mundial, baseado em dez pontos que receitavam a retirada do Estado da economia para a auto-regulação do mercado. Estava criado o neoliberalismo que impôs aos países subdesenvolvidos latino-americanos entre outras coisas, a desregulamentação financeira e a flexibilização das leis trabalhistas.

É neste contexto que o regionalismo aberto é proposto pela Cepal em 1994, como uma etapa pela qual passariam os países latino-americanos até a economia mundial tornar-se livre e aberta de qualquer restrição. Esse tipo de regionalismo não teria como objetivo proteger os interesses dos países membros e sim respeitar as 'leis imutáveis' do mercado livre. O papel do Estado neste cenário é garantir os contratos e a competitividade internacional, conduzindo os países a se adequarem a uma 'nova ordem' onde as aberturas de suas economias e as flexibilizações de suas leis obedecem a interesses do mercado, ou seja, dos grandes grupos transnacionais.

A integração econômica deveria promover economias de escala e de escopo. Que gerariam ganhos de eficiência das cadeias produtivas formadas nos diversos países América Latina. Isso ocorreria através de uma certa especialização produtiva.

A tese central da Cepal de 1994 propõe que haja uma transformação produtiva com equidade, como se fosse possível que cada país, ou um grupo de países, oferecesse seus

ISBN 978-85-7205-133-0

recursos ao mercado internacional, sem impor restrições, e consequentemente o crescimento da economia internacional beneficiaria com igualdade países latino-americanos. Essa tese lembra, de fato, a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, não por acaso, visto que o regionalismo aberto cepalino tem relação muito estreita com o neoliberalismo dos anos 1990 que resgata ideias da economia clássica.

Segundo Nilson Araújo de Souza, para os autores do neoliberalismo

> O Estado deveria limitar-se a promover os "mercados competitivos" e a garantir a "lei e a ordem" e os "contratos privados". Isso significa que não caberia outro papel o Estado que proteger a propriedade privada e seu corolário, o mercado. E este, deixado livre, cuidaria da regulação da economia. Era o ressurgimento do pensamento neoclássico, que predominara nas Ciências Econômicas até a Grande Depressão e fora desbancado por John Maynard Keynes. (SOUZA, 2009, p. 124)

O regionalismo aberto da Cepal propõe que "la interdependencia nacida de acuerdos especiales de carácter preferencial y aquella impulsada básicamente por las señales del mercado resultantes de la liberalización comercial en general" sejam conciliadas (CEPAL, 1994). Além de propor que estas políticas sejam compatíveis com outras políticas que tendem a aumentar a competitividade internacional. O que parece uma tentativa de deixar claro que as iniciativas de integração devem, antes de mais nada, serem compatíveis com o receituário neoliberal. Mesmo parecendo que o regionalismo aberto não trás uma proposta nova em relação à simples liberalização comercial. A Cepal defende que:

> Lo que diferencia al regionalismo abierto de la apertura y de la promoción no discriminatoria de las exportaciones es que comprende un ingrediente preferencial, reflejado en los acuerdos de integración y reforzado por la cercanía geográfica y la afinidad cultural de los países de la región. (CEPAL, 1994)

A proximidade geográfica e a afinidade cultural aparece como o diferencial do regionalismo aberto da simples abertura econômica, porem demasiadamente fraco, visto que está se defendendo a subordinação de blocos regionais às relações de mercado.

Foi no mesmo ano da publicação da Cepal que os Estados Unidos propuseram a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que extinguiria as barreiras alfandegárias de 34 países americanos. Visando que a assimetria entre as economias poderia ter impacto negativo do acordo na maioria dos países que se tornariam refém dos EUA a ALCA não teve adesão dos demais países latino-americanos. Na mesma época foi criado o NAFTA, entre os EUA, o México, e o Canadá, um exemplo de regionalismo aberto, que tem

ISBN 978-85-7205-133-0

transformado o economia mexicana em grande consumidora dos EUA e consequentemente consolidado a sua posição de economia dependente.

4. INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA RUY MAURO MARINI

Ruy Mauro Marini foi um dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência. A tentativa de resgatá-lo para acrescentar a este trabalho se dá pela necessidade de procurar uma perspectiva da integração alternativa às correntes mais conhecidas do pensamento econômico.

Semelhante a Cepal dos anos 1950 que construiu sua análise a partir da relação dos países centrais com os países periféricos, Marini considera que a situação de dependência dos países latino-americanos é resultante da forma subordinada como estes foram inseridos no cenário internacional. E que a dependência engendra o desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*[1] na América Latina. A semelhança está só no ponto de partida da análise, porque a forma com que são construídas as ideias, é distinta.

O que a Cepal chamou de transferência de renda, Marini desenvolveu como transferência de valor. Ao explicar os mecanismos de troca desigual, Marini se refere a *"níveis de abstração distintos no processo das trocas mercantis"* (CARCANHOLO, 2013, p. 81). Considerando que capitais diferentes podem produzir uma mesma mercadoria em graus diferentes de produtividade e com diferentes graus de valor individual, essa mesma mercadoria é vendida pelo preço de mercado. Assim, o capital com mais produtividade acaba por ter uma mais-valia extraordinária e se apropriar de um valor que ele mesmo não produziu. Então, economias com capitais menos produtivos acabam produzindo um valor do qual não conseguem se apropriar. Esse é o primeiro mecanismo de transferência de valor.

De acordo com Carcanholo (2013, p.82), o segundo mecanismo de transferência de valor exposto por Marini está em um nível de abstração menor. Os países que conseguem produzir, em determinados setores, mercadorias com composição orgânica do capital acima da média, conseguem comercializá-las por um preço acima do valor que produziram. É o caso de alguns produtos industriais que exclusivamente produzem as economias centrais. A exclusividade associada a certo grau monopolista permite a estas últimas a obtenção de um lucro extraordinário. São essas perdas que as economias latino-americanas tendem a compensar internamente, como afirma Marini,

[1] Termo de origem latina que significa "único em seu gênero".

ISBN 978-85-7205-133-0

> Frente a estes mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. (MARINI, 2011, p. 145)

Os mecanismos de compensação interna incluem a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, a superexploração da força de trabalho. Isso quer dizer que os desdobramentos deste arranjo internacional afetam de maneira mais dura e direta a população trabalhadora e suas famílias.

A Cepal historicamente propôs reformas para a superação do subdesenvolvimento latino-americano. Marini por sua vez sugere que não é possível romper com a dependência dentro do capitalismo. Embora as posturas teóricas sejam diferentes Marini reconhece a necessidade da integração latino-americana como caminho necessário e possível para a superação desta condição.

No livro de 1992, afirma Marini que:

> De partida, a buscada integração à nova economia mundial é um caminho que não pode deixar de ser seguido. Ela supõe, entretanto, reunir condições e criar uma correlação de forças mais favorável para os países da região, ao invés de ir de peito aberto em direção a uma integração com os grandes centros que disfarça mal a anexação que ela encobre. (MARINI, 1992, p. 60)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo introdutório reuniu apenas alguns apontamentos teóricos sobre o tema da integração latino-americana. As posturas teóricas das diferentes escolas dos do pensamento econômico tem impacto na realidade concreta, como podemos observar na relação entre a Cepal dos anos 1950 e a criação da ALALC, o regionalismo aberto e a criação do NAFTA.

Trazer a contribuição do Marini é importante no sentido de mostrar que a integração é também um ponto de convergência entre teorias com raízes distintas.

Para a Cepal a integração teria a virtude de atender as demandas dos setores industriais que promoveriam a industrialização latino-americana. Para Marini, mesmo a integração regional atendendo a interesses burgueses, de elites locais, ela proporcionaria poder de negociação frente aos centros imperialista. Este último afirma que as economia latino-

ISBN 978-85-7205-133-0

americanas não são viáveis isoladamente e que se deve pensar um Estado supranacional. (MARINI, 1992, p. 145)

As propostas de integração da velha Cepal visavam aumentar o tamanho do mercado de setores industriais que necessitavam de grande escala para dar sequência ao processo de substituição de importações. A melhora real na vida da população seria desdobramento da superação do subdesenvolvimento. Com o esgotamento do processo de substituição de importações, o fim da guerra fria e um novo panorama internacional, o Regionalismo Aberto dos anos 1990, propõem outros caminhos. Para este último, os países latino-americanos deveriam se adequar as novas tendências mundiais dos anos 1990. A integração regional não seria menos importante, mas deveria ser combinada com a abertura dos mercados, a reforma dos estados e as privatizações.

Os indicadores sociais dos anos 1990 mostraram que a massa de trabalhadores dos países latino-americanos não foram beneficiados pelo tipo de política econômica adota do período.

As propostas integracionistas de Ruy Mauro Marini são contemporâneas ao Regionalismo Aberto, porém visavam o enfrentamento do neoliberalismo, através da integração política para além da integração comercial. Para isso seria necessária a formação de uma nova economia, que pudesse incorporar o grande contingente populacional à cultura, ao trabalho e ao consumo. A integração regional poderia criar as condições necessárias para se romper com a dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, RICARDO. Cincuenta años de pensamiento em la Cepal: textos selecionados. Chile: CEPAL, 1998.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria Superexploração da Força de Trabalho. IN: NIEMEYER, A. F. (Org.) Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini – Brasília: IPEA, 2013.

CEPAL. El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. Disponível em: http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/4377/P4377.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl Acesso em 05/11/2014

ISBN 978-85-7205-133-0

CORAZZA, GENTIL. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latiana na globalização. Porto Alegre: Ensaios FEE, v.27, n.1, p 135-152. 2006.

GOMES, LUIS MARCOS. O Fim da História. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/fukuyama.htm Acesso em: 28/05/2014.

MARINI, RUY MAURO. América Latina: Dependência e Integração. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. IN: Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). São Paulo: Expressão Papular, 2011.

SOUZA, NILSON ARAUJO DE. Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

Petróleo y rentismo en la política internacional de Venezuela. Breve reseña histórica (1958-2012)[1]

Daniele Benzi

Dr. en Ciencia, Tecnología y Sociedad
Universidad Andina Simón Bolívar
daniele.benzi@uasb.edu.ec

Resumen
El presente ensayo ofrece una breve reseña histórica de las políticas de integración regional y cooperación internacional puestas en práctica por Venezuela desde la restauración de la democracia representativa en 1958 hasta la fecha. Si bien se identifica un nítido parte aguas entre las varias etapas del régimen del Pacto de Punto Fijo (1958-1998) y el inicio del proceso bolivariano, en este análisis se insiste en que el desenvolvimiento de la política internacional venezolana y de sus proyectos de integración regional y cooperación internacional lleva marcadamente el sello que define estructuralmente a Venezuela como un país rentista petrolero, implicando la continuidad de ciertos patrones, condicionamientos y peculiaridades que, a la hora de caracterizar su funcionamiento y valorar su impacto, parecerían incidir de manera ambigua en la consecución de los objetivos emancipadores del proyecto bolivariano.

Palabras clave: Política exterior venezolana; integración regional; cooperación internacional; rentismo.

Oil rentism in the Venezuelan foreign policy. A brief history (1958-2012)

Abstract
This paper provides a brief historical review of the regional integration and international cooperation policies implemented by Venezuela since the restoration of representative democracy in 1958 to date. Even though a clear breakup between the various stages of PuntoFijo regime (1958-1998) and the beginning of the Bolivarian process is identified, this analysis emphasizes that the Venezuelan foreign policy, regional integration projects and international cooperation markedly bear the stamp that defines structurally the country as an oil-rentier state, thus implying certain patterns, constraints and peculiarities that, in order to characterize its actual functioning and asses its impact, appear to ambiguously affect the emancipatory purposes of the Bolivarian project.

Key words: Venezuelan foreign policy; regional integration; international cooperation; rentism.

Petróleo y rentismo en Venezuela

Desde la segunda década del siglo XX se repite de manera incontrovertible que "Venezuela es, no sabemos si afortunadamente o lamentablemente, petróleo" (MAZA ZAVALA, 2006,

[1] La versión integral de este texto ha sido publicada en coautoría con la Magíster Ximena Zapata Mafla en Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina Vol. 3, N° 3 (enero de 2014), disponible en http://tallersegundaepoca.org/taller/article/view/21/20.

ISBN 978-85-7205-133-0

p.19). No hay aspecto de la política, economía y sociedad de este país que no esté directa o indirectamente condicionado por un hecho tan sencillo y a la vez tan crucial para acercarse a su comprensión. Y, por si lo anterior fuera poco, tampoco convendría subestimar que cuando hablamos de petróleo no nos referimos simplemente al recurso *par excellence* e imprescindibledel modelo de desarrollo y patrón civilizatorio mundialmente dominantes, sino que, en el caso de la República Bolivariana, estamos hablando en la actualidad del mayor país petrolero del hemisferio occidental y entre los primeros a nivel mundial por reservas probadas, extracción y capacidad exportadora (BENZI; ZAPATA, 2013,p. 69).

Las características del "capitalismo rentístico" y del "Petroestado", con su peculiar "cultura paternalista y del milagro" que parece brotar espontáneamente del "cuerpo natural" de la nación, han sido largamente analizadas por la literatura especializada. En tanto origen y al mismo tiempo resultado del complejo y multidimensional fenómeno del "rentismo petrolero", han dado forma a un rosario de eufemismos tales como "enfermedad holandesa" ó, seguramente más apropiado para el trópico, "enfermedad neocolonial", "maldición de los recursos naturales", "paradoja de la abundancia", "crecimiento empobrecedor" y "maldesarrollo" entre otros, configurando un "subdesarrollo atípico" o una "categoría peculiar del subdesarrollo mono-exportador". "Sembrar el petróleo", por otra parte, desde la lúcida admonición de Arturo Uslar Pietri en 1936, ha sido un imperativo redentor pero desafortunado, revelándose más bien un mantra ritual-seductor probablemente inherente al "ethos rentista" e "irracionalidad de la identidad venezolana", a la vez que improbable y frustrante vía de escape contra la paradójica condena infligida por el "excremento del diablo".[2] En fin, "Las consecuencias del predominio del modelo rentista en la dinámica económica, sociopolítica, cultural, institucional del país han sido profundas, contradictorias y variadas […]" (KORNBLITH, 1994, p. 146).

¿Qué es el *rentismo* al fin y al cabo? En términos políticos, consiste esencialmente en un patrón de relaciones clientelares que se nutre y sustenta en la renta petrolera que un Estado capta del mercado mundial, acompañado muy a menudo por prácticas asistenciales y paternalistas que bien se casan con estilos y métodos populistas o autoritarios de gobierno. Simplificando, esta dinámica perversa y potencialmente destructiva es generada por el poder y la libertad aparentes que la renta petrolera, en cuanto ingreso por un bien extraído y no producido cuyo valor comercial es fijado en el mercado mundial, le otorga al Estado para

[2]Entre la amplísima bibliografía consagrada al tema, consúltese por lo menos el editorial de Arturo Uslar Pietri (1936), PÉREZ ALFONZO (1976), BAPTISTA y MOMMER (1987), así como el penetrante y visionario texto de CORONIL (2002).

ISBN 978-85-7205-133-0

distribuirla sin exigir contrapartidas demasiado onerosas. De ahí surge la figura del "Estado mágico", sus cualidades milagrosas e hipertrófica corte burocrática con las conocidas secuelas de centralismo, corrupción, verticalismo, improvisación, clientelismo e ineficiencia. Pero, sobre todo, ahí se conforma históricamente el papel que el Estado venezolano posee "como elemento institucional clave en el control de la renta petrolera" o, en otras palabras, como epicentro de una lucha de clases que gira alrededor de la propiedad del petróleo y captura de la renta (BUSQUETA FRANCO, 2008, pp. 25-26). Las relaciones harto complejas entre propiedad y gestión nacional, extranjera o mixta de recursos estratégicos no renovables en un sistema mundial capitalista adicto al petróleo forman parte integral, el meollo muy probablemente, de esta lucha.

En términos socioeconómicos, además de un aparato productivo insignificante, se ha mostrado que la dependencia petrolera y los efectos del rentismo por lo general llevan consigo desequilibrios macroeconómicos estructurales y coyunturales constantes. Una composición de clases y su relativa cultura política y empresarial que se define en las negociaciones y conflictos por el acceso y control no sólo de la renta sino de la corriente rentística que ésta genera o, en su defecto, por la intermediación parasitaria. Y, por último, un imaginario colectivo de "sociedad rica" moldeado por el consumismo efímero y despilfarrador que engendra patrones sistemáticos de corrupción y escasísima productividad y eficiencia del trabajo.

En este sentido, Víctor Álvarez (2014) ha hablado de un "genoma económico del capitalismo rentístico […] portador de potenciales patologías que es necesario comprender para mantenerl[a]s bajo control". La cuestión, sin embargo, quizás no radique tanto en la comprensión de estas patologías, cuanto en la voluntad y capacidad políticas de mantenerlas bajo control, ya que de ellas se han beneficiado directa e indirectamente cientos de miles de venezolanos inclusive, como es bien sabido, bajo las banderas y actuales consignas del socialismo del siglo XXI. Uno de los errores más graves cometido por los más altos y honestos dirigentes chavistas con su ex líder a la cabeza en el período 2003-2008 ha sido probablemente considerar el proyecto político bolivariano inmune de esas patologías, o cuando menos subvalorarlas fuertemente, confiándose en las capacidades, ética y conciencia revolucionarias del "bravo pueblo" de cosechar de la noche a la mañana los improbables frutos de su prurito distributivo, refundacional y modernizador.

Ahora bien, no nos parece ocioso insistir en que las relaciones entre industria petrolera, Estado y sociedad civil no constituyen simplemente un ángulo privilegiado e ineludible de

ISBN 978-85-7205-133-0

análisis para estudiar las dinámicas internas de Venezuela, sino que son de fundamental importancia para entender también su inserción en el sistema mundial, el desenvolvimiento de su política exterior y participación en proyectos de integración regional y cooperación internacional. La "variable energética", en otras palabras, parecería en realidad el *quid* que condiciona, cuando no determina, sus prioridades y objetivos, viabilidad intrínseca y, sobre todo, el estatus, *modus* de relacionarse y los márgenes de maniobra que el país posee en la arena internacional.

Lo anterior, entrelazado íntimamente con las oscilaciones – no necesariamente rupturas – tanto en plano económico como político doméstico, ha conferido a la acción internacional de Venezuela un carácter en cierto sentido errático, es decir, uno en que la continuidad, organicidad y eficiencia operativa, mimetizadas bajo una retórica apabullante, a menudo ha brillado por su ausencia. Por ello, aun cuando no estén perfectamente definidas y delimitadas, dejando amplio espacio a las más variadas interpretaciones y matices, fórmulas viejas y nuevas como "diplomacia petrolera" o "petrodiplomacia", "petrocooperación" o "cooperación con base rentista", expresan bien ciertos rasgos estructurales y patrones recurrentes que, con relativa independencia del gobierno en el poder, pueden observarse en la política exterior venezolana.

Finalmente, para los fines de nuestro análisis existe otro aspecto igualmente importante que es preciso recalcar de entrada. Concierne el papel que el factor petrolero y, nuevamente, el rentismo juegan en la instrumentación de las políticas exteriores con miras a la integración regional. En este caso, salta a luz una ambivalencia y, como se verá, una discontinuidad bastante pronunciada entre el período previo al proyecto bolivariano y el actual, que remite con toda probabilidad a la relación entre el raquítico sector empresarial venezolano y el Estado, por un lado, así como a las propias ideas y políticas referentes al papel de este último en la propiedad y gestión del sector petrolero, por el otro. De ahí, la oscilación entre una integración regional pensada en función de la diversificación de la economía nacional en términos de mercancías y mercados, y una integración potenciadora de las ventajas poseídas por Venezuela en el sector de los hidrocarburos que, sin embargo, parecería fortalecer su condición histórica de país "importador de todo".

Política exterior, cooperación internacional e integración regional durante el Pacto de Punto Fijo (1958-2012)

A pesar de no haberse logrado fraguar una política exterior de Estado, es decir, autónoma de los gobiernos de turno, el destacado internacionalista Demetrio Boersner (2007) ha señalado

ISBN 978-85-7205-133-0

que durante el régimen de Punto Fijo, los dos mayores partidos políticos venezolanos de la IV República, Acción Democrática (AD) y el Partido Social Cristiano (COPEI), forjadores y al mismo tiempo principales beneficiarios del "pacto" bautizado ingeniosamente por Juan Carlos Rey (1991) como "sistema populista de conciliación de élites", fijaron y compartieron algunos grandes objetivos que marcarían las pautas de las relaciones exteriores de Venezuela durante cuatro décadas.En opinión de Boersner y de otros analistas, éstos serían a grandes rasgos: 1. La promoción, fortalecimiento y defensa internacional de la democracia representativa bajo el paraguas de la llamada Doctrina Betancourt, consistente en el repudio de aquellos gobiernos nacidos al margen del voto popular; 2. La búsqueda de una creciente autonomía del país en el escenario político y económico regional y mundial, en solidaridad con América Latina y el entonces bloque político del Tercer Mundo; 3. La seguridad e integridad del territorio nacional (Ibídem).

Si bien es cierto, otros estudiosos han matizado y añadido importantes elementos enfatizando, por un lado, el incuestionable alineamiento atlántico, más allá de la inclinación tercermundista, a lo mucho con grados variables de "autonomía relativa" y sin "subordinación incondicional" a los Estados Unidos, y, por el otro, precisamente el factor petrolero cuyo resultado, pese a la recurrente oposición de determinados sectores domésticos, habría dado lugar a una proyección internacional a menudo "sobredimensionada" para las características estructurales y potencialidades reales del país, fuertemente centrada en las figuras presidenciales (SERBIN, 2011). De ahí, el así llamado "excepcionalismo venezolano", es decir, la existencia de un sistema democrático estimado estable para los parámetros de la región y sostenible gracias a la renta petrolera (Ibídem).

Por ello, las consideraciones anteriores confieren más sentido que unidad o simplemente coherencia a las continuidades observables en política exterior durante la IV República, inherentes, en última instancia, a las "múltiples identidades" de Venezuela, a saber, un país democrático, en desarrollo, productor de petróleo y americano, con una posición geopolítica privilegiada en razón de sus diferentes frentes caribeño, andino y amazónico.

Sin ser una novedad absoluta, todo lo anterior se vio expresado por primera vez de manera muy nítida en la década del '70 durante el primer gobierno de Rafael Caldera (1969-1974) y, sobre todo, de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) con el proyecto de la "Gran Venezuela". Este último, aprovechando un ingreso de petrodólares sin precedentes y ejecutando finalmente la nacionalización de la industria petrolera, quiso ampliar los objetivos y áreas de interés de la política exterior venezolana, tradicionalmente volcada hacia los Estados Unidos y, en el

ISBN 978-85-7205-133-0

marco regional, hacia Centroamérica y el Caribe, también hacia un frente andino y amazónico.

En lo relativo a la asistencia al desarrollo, el rol de Venezuela como donante inicia precisamente con el incremento en esta década de los precios del crudo y el efímero auge de los principales Estados de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), por un lado, y de las negociaciones eventualmente naufragadas en torno a un Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI), por el otro. Se trata, por lo tanto, de una política de solidaridad internacional y cooperación Sur-Sur cuyo origen y características están estrechamente vinculadas al petróleo como recurso energético y a los excedentes fiscales que, a raíz de la primera bonanza del período 1974-1977, genera su venta en el mercado internacional.Su notable redimensionamiento en los años ’80 y ’90 será precisamente consecuencia de la caída de los ingresos petroleros, de la pesada carga de la deuda externa y del paulatino deslinde de la empresa nacional de petróleo del poder ejecutivo con la promoción, bajo los lineamientos de las así llamadas políticas de “internacionalización” y “apertura”, de una “agenda oculta” cuyo objetivo fundamental no fue otra cosa que la solapada privatización de PDVSA (MOMMER, 2011). Por ello, de acuerdo con lo mencionado más arriba, en el ámbito regional Centroamérica y el Caribe, o el área del Gran Caribe, se volvieron nuevamente el espacio de proyección y de interés estratégico prioritarios.

En síntesis, bajo el postulado de que Venezuela “no podía ser una isla de prosperidad en un mar de pobreza”, distintos gobiernos otorgaron en esta época ayuda energética, donaciones y préstamos blandos a numerosos Estados de América Latina y el Caribe, así como a fondos humanitarios del sistema ONU e instituciones financieras internacionales (CAF, BID, Banco Mundial y Fondo Monetario Internacional entre otras), empujando además por una activa política de promoción de la imagen del país en Estados Unidos y Europa (CRAZUT, 2006). Al mismo tiempo, paradójicamente, a partir de la primera administración de Carlos Andrés Pérez el Estado venezolano empezó a adquirir una cantidad cada vez mayor de empréstitos con bancos internacionales que pronto, frente al descenso del precio del petróleo, volverían insostenible la deuda externa del país.

A pesar de algunos vaivenes y de la valoración en cuanto a los resultados, no cabe duda de que Venezuela ha sido un “país con una vocación de larga data para la integración” (MARTÍNEZ CASTILLO, 2011) El texto de la constitución de 1961, la participación en la ALALC (hoy ALADI) a partir del mismo año y, a pesar de las resistencias iniciales, la adhesión en 1973 al Pacto Andino (hoy CAN) son todas evidencias al respecto. Lo mismo

ISBN 978-85-7205-133-0

vale integralmente por lo que se refiere a los procesos de integración regional que, agotada la fase estructuralista de matriz cepalina para ampliar la política nacional de sustitución de importaciones, se volcarán sucesivamente al modelo de regionalismo abierto. Al mismo tiempo, la participación venezolana en los mecanismos de concertación política como el Grupo de Contadora y sucesivamente el Grupo de Río ha sido relevante. El intento predominante de incentivar al empresariado venezolano mirando a la integración económica y comercial como un instrumento de diversificación de la matriz estructural del país fue la tónica dominante de la época hasta la progresiva negativa venezolana hacia el ALCA.A pesar del uso del petróleo como herramienta para la cooperación, a diferencia de la etapa que se analiza a continuación, prácticamente no se pensó en hacer de los recursos energéticos el eje de la integración regional.

La política internacional de la Revolución Bolivariana (1999-2012)

Existe un amplio consenso y distintas evidencias acerca de la "drástica reorientación" y "radicalización" impresa a la política exterior venezolana desde la llegada de Hugo Chávez al poder (SERBIN, 2011). Ésta, para la mayoría de los analistas, estaría definida en lo fundamental por su carga "política e ideológica" y "matriz bolivariana", conduciendo a significativos cambios en términos de principios, objetivos y alianzas.Su despliegue, a partir de 1999, se enmarca en un escenario doméstico electoralmente favorable pero políticamente muy tenso y complejo, signado básicamente por la ruptura del delicado juego de negociaciones y compromisos del Pacto de Punto Fijo y el consecuente desplazamiento de las élites tradicionales de lugares clave del aparato estatal. La adopción de una nueva constitución y el nacimiento de la V República destacan en términos materiales y simbólicos este viraje. Otro giro sustancial se consuma tras el intento de golpe de 2002 y el paro petrolero y empresarial de 2002-2003, cuando el gobierno bolivariano, con un masivo apoyo popular, logra la definitiva "reconquista" de PDVSA, es decir, tanto el control sobre la renta como el poder de decisión y gestión de las políticas petroleras. Desde entonces la figura carismática de Hugo Chávez protagonizará de manera absoluta no sólo la escena política interna – en primer lugar como principal impulsor a partir de 2005-2006 del tercer giro del proceso, mucho más radical esta vez, hacia el "socialismo de siglo XXI" – sino también la política internacional.

A raíz de una visión multicéntrica y pluripolar en términos globales y unionista y bolivariana en la esfera regional, así como de la influencia de las viejas experiencias del nacionalismo revolucionario tercermundista, el gobierno bolivariano ha tratado de articular un

ISBN 978-85-7205-133-0

nuevo mapa regional e internacional de alianzas y vínculos procurando darle, si bien sin éxito, un explícito sesgo antiimperialista y específicamente antiestadounidense.

En el ámbito latinoamericano, una clara muestra es dada por la estrecha relación establecida con los demás gobiernos "progresistas" y algunos de los movimientos sociales antineoliberales (BENZI; ZAPATA, 2013).Este último punto, expresado oficialmente bajo el lema de la "diplomacia desde abajo y de los pueblos", ha marcado una discontinuidad importante en política exterior, exponiendo el gobierno venezolano a fuertes ambivalencias y tensiones tanto en sus relaciones con otros países aliados y especialmente no aliados, como con las propias organizaciones y movimientos sociales que pretende apoyar y de las cuales busca el apoyo.Mucho más trascendental, sin embargo, ha sido el peculiar matrimonio con Cuba que, revirtiendo una posición ideológica, geopolítica y simbólica relativamente consolidada en la diplomacia venezolana desde hace cuarenta años, para bien y para mal se ha tornado un ingrediente esencial y definitorio del proyecto bolivariano tanto en su esfera doméstica como proyección regional.

Asimismo, la República Bolivariana ha estrechado vínculos con países que mantienen algún tipo de conflicto con los Estados Unidos tales como Irán, Siria, Bielorrusia, Sudán, Iraq y Libia antes del derrocamiento de Saddam Hussein y Gadafi. En todos estos casos, evidentemente, el componente antiimperialista se cruza con la geopolítica y geoeconomía del petróleo. Se ha acercado a Rusia, principalmente en el plano militar, volviéndose un buen cliente en la compra de armamentos. Finalmente, ha buscado intensificar las relaciones comerciales con China, Vietnam y Malasia entre otros países, con el fin de promover el intercambio tecnológico y reducir su dependencia de Estados Unidos en tanto principal comprador del petróleo venezolano.

Así, en efecto, en un claro movimiento de reversión de la "apertura" de la década de los años '90, la política bolivariana ha intentado romper con el monopolio de las transnacionales occidentales en la cadena del crudo reforzando el papel del Estado, impulsando una política de maximización de precios, diversificando la inversión extranjera, así como tratando de reorientar sus exportaciones hacia otros grandes mercados, además del norteamericano, en particular en Asia y en menor medida Sudamérica (Ibídem). En este sentido destaca la relación con China, actualmente uno de los principales socios comerciales y a la vez fuente de financiamiento-endeudamiento del gobierno venezolano.

En síntesis, existen sin dudas distintos elementos que sugieren un parte aguas histórico en términos de principios, lineamientos y objetivos en la política internacional de Venezuela. No

ISBN 978-85-7205-133-0

obstante, más allá del abanico de rupturas señalado, hasta en los análisis que aseguran la tesis del giro radical asoma un complejo entramado de continuidades.El sobredimensionamiento de la política exterior, por ejemplo, la centralidad de la figura presidencial o la proyección estratégica hacia el área del Gran Caribe son en este sentido las más destacables juntándose, según destacan algunos analistas, con el retorno cíclico de una idea mesiánica, la que desde la gesta heroica de Simón Bolívar le otorgaría a Venezuela una especie de "misión histórica" y "destino manifiesto" de liderazgo del proceso de liberación y unión regional. Más importante aún, desde el enfoque aquí propuesto, es la continuidad en lo que históricamente ha marcado y sigue marcando las pautas de la política internacional de Venezuela, es decir, su condición de Estado rentista petrolero y las modalidades de uso del petróleo y de los petrodólares como instrumentos de política exterior, sea en clave ofensiva, defensiva y de cooperación o, desde el énfasis propio del gobierno bolivariano, para promover la integración regional y la cooperación Sur-Sur "dentro de una perspectiva de cambio estructural" (ROMERO, 2007).De ahí, el desplazamiento de una orientación principalmente económico-comercial a un enfoque integral y multidimensional de la integración que prioriza la dimensión política, social y de seguridad además de la energética. En efecto, en función del proyecto nacional y en la búsqueda de "objetivos de mayor liderazgo mundial" formulados bajo las consignas y auspicios de una Venezuela "potencia energética mundial" y "potencia social, económica y política dentro del espacio latinoamericano y caribeño", sus políticas de integración y cooperación han perseguido tanto la diversificación-expansión económica y defensa del proceso bolivariano frente a los persistentes esfuerzos de la oposición interna y de los Estados Unidos para aislar y desestabilizar su gobierno, como el compromiso ideológico de solidaridad internacional de matriz tercermundista.

Favorecido por un tsunami de petrodólares, el gobierno bolivariano ha reanudado y al mismo tiempo reformulado, pero, sobre todo, significativamente ampliado tanto los objetivos como los mecanismos y centros operativos de sus programas y acciones de integración y cooperación Sur-Sur.A través de una mirada unilateral pero acertada en lo fundamental, Carlos Romero y Claudia Curiel han clasificado "el universo de transferencias, donaciones, inversiones y adquisiciones" realizado por el gobierno venezolano bajo cinco categorías principales: 1) Estrategias PDVSA de inversión, ampliación y diversificación; 2) Acuerdos de cooperación energética; 3) Donaciones y aportes directos; 4) Intercambios compensados; 5) Operaciones de financiamiento a gobiernos, empresas y otros actores (ROMERO; CURIEL, 2009).

ISBN 978-85-7205-133-0

En término de procesos, en cambio, además de haber promovido junto con el gobierno de la mayor de las Antillas la creación de la Alianza Bolivariana, Venezuela ha abandonado el G3 y la CAN a la vez que ha solicitado y finalmente obtenido una plena incorporación al MERCOSUR. Asimismo, ha influido notablemente en la agenda y dirección tanto de la UNASUR como de la CELAC.

Si bien muy importantes en el plano político y si acaso simbólico, el despliegue de semejantes iniciativas no ha implicado para Venezuela beneficios sostenibles desde el punto de vista económico y comercial, ni mucho menos la ha ayudado a disminuir su dependencia del petróleo y del mercado estadounidense.Dentro del marco de los proyectos de integración y cooperación llevados a cabo bajo el paraguas del ALBA-TCP y de Petrocaribe, tampoco se ha logrado trascender la concesión unilateral de ventajas comerciales o subsidios a los miembros de estos esquemas. Por otro lado, los planteamientos del TCP y los programas y empresas Grannacionales, así como la puesta en marcha de un Banco y del SUCRE no dejan de mostrar de manera patente una gran dosis de indecisión e/o indefinición estratégica o la repetición de fórmulas y esquemas de estrategias tercermundistas posiblemente ya inviables en nuestra época. En particular, a pesar del discurso parcialmente novedoso, del tamaño de los emprendimientos y de algunas innovaciones relativas sobre todo a la búsqueda de fórmulas que produzcan mayor complementariedad e integración, la mayoría de las actuaciones se ha resuelto hasta ahora en una abigarrada mezcla entre el repertorio de acciones e instrumentos de la “Venezuela Saudita” de los años ’70 y el internacionalismo cubano, especialmente en salud, educación y deporte, viabilizado gracias a las triangulaciones y financiamiento directo del “donante bolivariano”.La falta de continuidad, el burocratismo y verticalismo de las autoridades responsables además de su frecuente recambio, así como el alto nivel de improvisación han sido una constante en la mayoría de los proyectos propuestos, creando malestar y fricciones inclusive en los aliados más cercanos.

Finalmente, los límites y posibilidades de la estrategia de integración regional iniciada por Chávez deben entenderse en el marco de las complejas dinámicas internacionales y regionales en las que ésta se desenvuelve. En este sentido, aunque en el transcurso de la década pasada aparecieron dos potenciales líderes para representar América del Sur como bloque en el nuevo escenario internacional, Brasil y Venezuela, por diferentes razones y al margen de las patentes ventajas brasileñas en comparación con las cada vez menos viables pretensiones venezolanas, hasta la fecha, ningún liderazgo estable y reconocido se ha podido consolidar en la región. La relación entre Brasil y Venezuela, por otra parte, ha oscilado en los últimos años entre

ISBN 978-85-7205-133-0

cooperación y conflicto.No obstante, no se trata solo de estos dos países. Por debajo de la retórica integracionista, las fricciones constantes, a veces vehiculadas o instrumentalizadas por actores extraregionales viejos y nuevos, inhiben el fortalecimiento de un nuevo regionalismo sudamericano, así como el posicionamiento internacional de América del Sur como bloque unitario. En estas dinámicas, la diplomacia petrolera puede desempeñar un papel limitado y sólo coyuntural.

En síntesis, a la luz de las consideraciones desarrolladas hasta aquí, cobra cierto sentido la hipótesis y relativa conceptualización que algunos analistas han propuesto del ALBA-TCP y, por extensión, de todas las políticas de integración y cooperación de la República Bolivariana como de una proyecciónen el plano internacional de la lógica rentística que define a la sociedad venezolana (BRICEÑO, 2011). Más que la "aplicación" de la lógica rentista, sin embargo, de la misma manera que las nefastas secuelas que a todas luces el rentismo despliega en la dinámica interna del proceso bolivariano, consideramos más bien que se trate de un efecto perverso el cual, a pesar de ser de sobra conocido por la aplastante mayoría de los observadores, no se ha logrado encarar de forma adecuada. Asimismo, y paradójicamente, el *modus operandi* de la actuación bolivariana no solo guarda cierta semejanza con la Venezuela Saudita de los años '70 sino que, por el contexto de confrontación en que se inscribe respecto a Estados Unidos, repite hasta cierto punto las estrategias de asistencia internacional practicadas por las grandes potencias durante la Guerra Fría en dónde los objetivos de desarrollo económico venían supeditados a las prioridades de la política exterior (BURGES, 2007; CORRALES; PEINFOLD, 2011)

En el plano internacional, el rentismo repercute en que sean muchos los actores que quieren acceder a los recursos energéticos y a la renta petrolera de la República Bolivariana. Ésta, en particular si construye alrededor de ellos un tambaleante proyecto geopolítico de corte socialista cuya adhesión por otra parte no es vinculante para los beneficiarios de su cooperación, trata de satisfacer esas demandas. Lo hace, como se ha dicho, por medio de acuerdos de inversión y cooperación energética particularmente generosos, ayuda financiera y donaciones, intercambios compensados, ayuda presupuestaria a gobiernos, financiamiento a empresas y a otros actores políticos que, sin embargo, no están sustentados en instituciones eficientes y transparentes y, sobre todo, en una economía sólida.Por otro lado, la propia dinámica política y estructura primario-exportadora, extractiva y altamente sujeta a los vaivenes del mercado mundial de los principales socios y beneficiarios de la cooperación venezolana, aunada invariablemente a un historial de dependencia de la ayuda internacional,

ISBN 978-85-7205-133-0

quizás favorezca cierta acogida y reproducción de la dinámica rentista. En este sentido, si bien las relaciones instauradas por medio de la cooperación Sur-Sur son mucho más equilibradas que las Norte-Sur y menos vinculadas a condicionalidades político-económicas explícitas, no implica que no reproduzcan patrones asimétricos y de dependencia, o que no fomenten una mentalidad asistencial y de aprovechamiento político de la ayuda y cooperación muy arraigada en los distintos segmentos y niveles de las sociedades y Estados receptores.

A manera de conclusión

Al finalizar este artículo, la República Bolivariana atraviesa su peor momento desde el golpe de 2002. Frente a una situación económica en que, a tientas, el gobierno lucha cotidianamente para alejar el espectro del colapso, las presiones y maniobras de la oposición al chavismo – nacional y foránea, golpista y dispuesta a negociar con el oficialismo – podrían lograr su capitulación a un año apenas de la partida "física" del Comandante. En el seno del propio chavismo, por otra parte, se están midiendo y posiblemente tensando las relaciones de fuerza entre las diferentes facciones militares y civiles que eventualmente definirían el rumbo a seguir de la era post-Chávez.

En lo que atañe a nuestros objetivos, nos interesa concluir remarcando sólo algunos puntos que consideramos pertinentes cualquiera que sea el desenlace final de la situación actual.Si por un lado hay indicios claros de que la política internacional bolivariana sustentada en los recursos energéticos, financieros y en mucho menor medida ideológicos para crear diferentes diques de contención alrededor del proceso ha sido moderadamente exitosa, no existe ninguna garantía de que por sí sola sea suficiente para asegurar la sobrevivencia del gobierno venezolano, ya no de la revolución, frente a sus propios fracasos y arremetidas de las oposiciones. En el resbaloso tablero geopolítico mundial, una postura más enérgica de Rusia, China o Irán a favor de la República Bolivariana es por el momento meramente eventual. El único garante de la paz hoy en día en Venezuela es la UNASUR, cuya mediación, de todas formas, está subordinada a la negociación por parte del gobierno con los sectores opositores para una solución pactada de la crisis. Sin embargo, aparece claro en estos momentos el cambio en la coyuntura regional, reflejada en la actitud muy cautelosa de los gobiernos que con más fuerza podrían haber incidido en la situación. De ello se hace eco el tibio consenso de la Unión Sudamericana de Naciones que asume la forma de "acompañamiento" al diálogo. El ALBA-TCP, por otro lado, se encuentra políticamente inerme. Mientras el apoyo de los movimientos de solidaridad con el proceso parecería limitado al grado de presión que puedan

ISBN 978-85-7205-133-0

ejercer sobre sus respectivos gobiernos y lobbies parlamentarios ya que la influencia que tienen en sus sociedades nacionales es absolutamente marginal.

En lo que se refiere a la alianza estratégica con Cuba, a estas alturas queda claro que la "nueva" dirigencia cubana, acompañada por una generación de economistas genuinamente nueva, más que en una política de mayor complementación e integración con Venezuela tal y como la pensaron los líderes supremos Fidel Castro y Hugo Chávez, sin renunciar a los beneficios que el país sigue obteniendo del socio bolivariano en esta delicada fase de "actualización", está pensando más bien en el desacople, por lo menos en términos económicos dada su elevadísima dependencia que, según evolucionen las circunstancias en la hermana República, podría serle todavía fatal.

Finalmente, lo alcanzado en términos de integración, bien sea en su dimensión energética, social, productiva y comercial o financiera, es posiblemente reversible ya que se enmarca técnicamente en acuerdos de cooperación o, desde otra perspectiva, incluso funcional a otros enfoques ideológicos y de política económica más o menos ortodoxos.Los ambiciosos objetivos internacionales contemplados en el Plan de la Patria 2013-2019 – el testamento político de Hugo Chávez –, muchos de los cuales compartibles y hasta imprescindibles en la óptica de una estrategia emancipadora de izquierda, se verán necesariamente reformulados, tal vez de manera drástica, así como los medios para alcanzarlos. En todo caso, los resultados perdurables y la viabilidad de una integración alternativa sustentada en el excremento del diablo bajo el liderazgo de un Estado rentista petrolero y la guía de un líder carismático, aun si revolucionarios, han mostrado límites muy evidentes sobre los cuales no hay que dejar de reflexionar.

Bibliografía

ÁLVAREZ, Víctor. "¿Cómo transformar la economía rentista e importadora en un nuevo modelo productivo exportador?". Consultado en http://victoralvarezrodriguez.blogspot.com/2014/02/como-transformar-la-economia-rentista-e.html. Acceso octubre de 2014.

BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernardo. El petróleo en el pensamiento económico venezolano. Caracas: Ediciones IESA, 1987.

BENZI, Daniele; ZAPATA, Ximena. "Geopolítica, Economía y Solidaridad Internacional en la nueva Cooperación Sur-Sur: el caso de la Venezuela Bolivariana y Petrocaribe". América Latina Hoy, Vol. 63, p.p. 65-89, 2013.

BRICEÑO, José. "El ALBA como propuesta de integración regional". En ALTMANN, Josette (coord.). América Latina y el Caribe: ALBA: ¿Una nueva forma de Integración Regional?, Buenos Aires: Teseo, FLACSO, Fundación Carolina, OIRLA, 2011, pp. 19-84.BOERSNER, Demetrio. "Dimensión internacional de la crisis venezolana". En MAIHOLD, Günther (ed.). Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, pp. 313-344, 2007.

ISBN 978-85-7205-133-0

BURGES, Sean. “Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil’s Lula and Venezuela’s Chávez”. Third World Quarterly, v. 28, n. 7, pp. 1343–1358, 2007.
BUSQUETA FRANCO, Josep Manuel. “Venezuela rumbo al socialismo. La utilización solidaria e internacionalista de los recursos petroleros”. VV.AA. Políticas Económicas y Sociales y Desarrollo Humano Local en Venezuela. El caso de Venezuela. Cuadernos de Trabajo de Hegoa n.44, Bilbao, pp. 25-35, 2008.
CORONIL, Fernando. El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela, Caracas: Nueva Sociedad, 2002.
CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael.Dragon in the tropics.Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela.Washington D.C.: BrookingInstitutionPress, 2011.
KORNBLITH, Miriam. “La crisis del sistema político venezolano”: Nueva Sociedad Nro. 134, pp. 142-157, noviembre-diciembre 1994.
MARTÍNEZ CASTILLO, Alberto. “Venezuela: política e integración regional”. Cuadernos del Cendes, año 28, n. 78 Tercera época, pp. 95-114, 2011.
MAZA ZAVALA, Domingo. Prólogo a CRAZUT, Ramón. La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana. Esfuerzos, expectativas y frustraciones, Caracas: UCV y BCV, 2006.
MOMMER, Bernard. “Venezuela y la OPEP 50 años después”. Le Monde Diplomatique (suplemento especial), Año III, Número 24, Caracas, marzo de 2011.
PÉREZ ALFONZO, Juan Pablo. Hundiéndonos en el excremento del diablo. Caracas: Editorial Lisboa, 1976.
REY, Juan Carlos. “La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación”. Revista de Estudios Políticos Nº 74, pp. 533-578, 1991.
ROMERO, Carlos. “La integración como instrumento de la política exterior de Venezuela”. Consultado en http://www.iri.puc-rio.br/pdf/carlos-romero.pdf. Acceso agosto de 2012.
ROMERO, Carlos; CURIEL, Claudia. “Venezuela: Política Exterior y Rentismo”. Cadernos PROLAM/USP p. 39-61 (Ano 8 — Vol. 1 — 2009).
SERBIN, Andrés. Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011.
SERBIN, Andrés. El Caribe ¿Zona de paz? Geopolítica, integración y seguridad. Caracas: Nueva Sociedad, 1989.
SERBIN, Andrés. “La política exterior de Venezuela y sus opciones en el marco de los cambios globales y regionales”. Estudios Internacionales, Año 26, N° 104, pp. 637-680, 1993.
SHIHATA, Ibrahim. La otra cara de la OPEP: asistencia financiera del tercer mundo. Londres: Longman, 1982.
USLAR, Pietri Arturo. “Sembrar el petróleo”. Ahora. Año 1. No.183, Venezuela, 1936.

ISBN 978-85-7205-133-0

¿Orden multipolar vs. Integración regional? América Latina en la geopolítica mundial a principios del siglo XXI

¿Multipolar world order vs. regional integration? Latin America in world geopolitics in the early twenty-first century

Daniele Benzi
Dr. en Ciencia, Tecnología y Sociedad
Universidad Andina Simón Bolívar
daniele.benzi@uasb.edu.ec

Rubén Haro R
Estudiante de Sociología
Universidad Central del Ecuador
rdhr_7@hotmail.com

Resumen

El presente trabajo reflexiona sobre las implicaciones que la incipiente conformación de un orden mundial multipolar está teniendo en los procesos de integración en América Latina y el Caribe. Desde un enfoque geopolítico y de análisis histórico-sociológico se examina la posición y relaciones recíprocas de tres países clave –Estados Unidos, Brasil y China– así como las tendencias socioeconómicas de la región en el marco de la economía mundial. Se sostiene, que si el relativo declive hegemónico de la potencia norteamericana ha favorecido tanto la reactivación de dinámicas integracionistas distintas al regionalismo abierto dominante en los años ’80 y ’90, como la constitución de nuevos esquemas de concertación política entre las naciones latinoamericanas, el carácter cada vez más caótico que está asumiendo la transición del “momento unipolar” estadounidense a un orden multipolar aún muy frágil en el plano global, paradójicamente, acrecienta también las fuerzas centrífugas y la propensión a la fragmentación regional.

Palabras claves: orden multipolar; integración regional; América Latina.

.

Abstract
This paper discusses the implications of the emerging multipolar global order for the Latin American and Caribbean integration processes. Drawing on a geopolitical and historical-sociological approach, it analyses the positions and mutual relations of three key countries- the United States, Brazil and China- as well as the recent socio-economic trends of the region in the world economy. It is argued that while the relative decline of the US hegemony has favored both, the reactivation of integration dynamics which differ from the open regionalism doctrine of the ’80s and ’90s, and the creation of new political schemes among Latin American nations, the increasingly chaotic nature of the current transition- from a US-dominated unipolar order to a still fragile multipolar global order-, paradoxically increases the centrifugal forces and the propensity for regional fragmentation.

Key words: multipolar order; regional integration; Latin America.

Introducción

ISBN 978-85-7205-133-0

A principios del siglo XXI América Latina experimenta procesos relativamente intensos de conflicto político, económico y social, dentro de un escenario global en el cual los (des)equilibrios geopolíticos y las dinámicas de la acumulación capitalista están cambiando profunda y aceleradamente.

En el presente texto se explora la hipótesis de que la tortuosa conformación de un orden multipolar, en un marco de crisis "múltiple" o "civilizatoria" del capitalismo mundial cada día más marcada, en lugar de alentar la cohesión y fortalecer la integración latinoamericana, paradójicamente, acrecienta las fuerzas centrífugas y la propensión a la fragmentación regional. Sostenemos en particular, que si el relativo declive hegemónico de la potencia norteamericana ha favorecido tanto la reactivación de dinámicas integracionistas distintas al regionalismo abierto dominante en los años '80 y '90, como la constitución de nuevos esquemas de concertación política con una visión soberana entre las naciones latinoamericanas, el carácter cada vez más *caótico*[1] que está asumiendo el tránsito del "momento unipolar" estadounidense a un orden multipolar aún muy frágil en el plano global, deriva en un debilitamiento de la región como bloque en la intricada e imprevisible transición del sistema mundial.

En los apartados que siguen, esbozamos sintéticamente los argumentos que sustentan nuestra hipótesis, organizados alrededor de cinco puntos claves: 1. El concepto de *caos sistémico* y su pertinencia para describir las principales dinámicas y tendencias del mundo contemporáneo; 2. El patrón de acumulación e inserción de América Latina y el Caribe en la economía mundial y su relación con los procesos de integración regional; 3. La estrategia desplegada por los Estados Unidos para contener su pérdida de influencia en la región; 4. Los problemas que genera el liderazgo brasileño en las dinámicas integracionistas de América del Sur; y, por último, 5. El ambivalente rol chino en el espacio latinoamericano.

Caos sistémico y (des)orden multipolar

Caos sistémico es un concepto acuñado por los teóricos y analistas del sistema-mundo capitalista para caracterizar ciertas fases de cambio cíclico, evolutivo y/o estructural propias del capitalismo como sistema histórico mundial. Al margen de las divergencias en determinados puntos nodales de la elaboración de este enfoque y de las profundas diferencias en los pronósticos de mediano/largo plazo, tanto para Arrighi como para Wallerstein el caos

[1] Como se detallará más adelante, utilizamos la expresión "caótico" para definir el estado actual del sistema mundial en el sentido que le otorgan los analistas del sistema-mundo capitalista, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein en particular, a través del concepto de *caos sistémico*.

ISBN 978-85-7205-133-0

sistémico es una situación en la cual los marcos institucionales del capitalismo no logran neutralizar las rivalidades interestatales y la competición entre empresas, los conflictos sociales y la emergencia intersticial de nuevas configuraciones de poder (ARRIGHI; SILVER, 1999). Dicho de otra forma, los mecanismos habituales de restablecimiento del equilibrio del sistema ya no pueden operar de manera eficaz, debido a la magnitud alcanzada por las contradicciones cíclicas y las tendencias seculares intrínsecas al funcionamiento del capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 1995).[2]

Existen cuatro grandes áreas profundamente entrelazadas en las cuales sus síntomas no han parado de manifestarse de manera cada vez más intensa en los últimos años, hasta el punto de volverse relativamente frecuente y familiar en el ámbito de los estudios críticos el uso de expresiones tales como crisis "múltiple", "sistémica" o "civilizatoria":

1. El régimen o patrón de acumulación financiero dominante durante la *belle époque* del neoliberalismo muestra claras señales de agotamiento, que se expresan en desequilibrios crecientes y estallidos de burbujas especulativas cada vez más turbulentas. Como ha quedado patente en las últimas décadas, para salir al paso de la crisis del régimen fordista, el viraje iniciado en los años '70 hacia un modelo de acumulación centrado en las finanzas, se ha convertido en el detonante más cercano y principal foco de transmisión de conmociones cíclicas e itinerantes alrededor del globo, que han amenazado -en sus fases más agudas- con colapsar el entero sistema financiero internacional. Lo anterior, por otro lado, ha venido acompañado del paulatino desplazamiento de la economía mundial de su tradicional centro Euro-Atlántico hacia un eje Asia-Pacífico. Se pueden destacar por lo menos dos consecuencias trascendentales: el recrudecimiento a nivel global de la concentración y competición empresarial acompañada de una inestabilidad financiera que se ha vuelto crónica, y la reconfiguración de la geografía económica del capitalismo. La embrionaria división internacional del trabajo resultante, hace que las dimensiones continentales de China e India, por si solas, pongan a dura prueba los esquemas de análisis tradicionales así como la capacidad de carga del planeta en términos socio-ambientales, aun sin considerar las numerosas debilidades de estos países y su exposición cada vez mayor a las turbulencias financieras globales (LI, 2008).

2. Las ambiciones imperiales de la tropa *neocon*, liderada por G.W. Bush, e iniciadas con la ocupación de los campos petrolíferos iraquíes, acorde con el proyecto de rediseñar la geopolítica de Oriente Medio y posicionarse estratégicamente en el corredor euroasiático, de

[2] Un resumen actualizado del enfoque de ambos autores para comparar similitudes y diferencias en Arrighi y Silver (2013) y Wallerstein (2013).

ISBN 978-85-7205-133-0

momento han fracasado. La región más caliente del planeta se ha transformado en un incendio inextinguible y cúmulo de ruinas en la que, paradójicamente, para contener un declive considerado inevitable por los propios estrategas norteamericanos, Obama y sus aliados están respondiendo con más guerra, abriendo nuevas grietas que ya trascienden abundantemente el perímetro del área. Está quedando evidente, que si por un lado las alianzas tradicionales vacilan, por el otro las nuevas que se vislumbran se apoyan sobre pilares muy frágiles. En resumen, la expresión acuñada por Wallerstein (2010) de "desorden geopolítico masivo" parece, en estos momentos, absolutamente acertada. La puesta en juego: nuevos equilibrios y proyección de poder en puntos clave de la península euroasiática, así como las esferas de influencias y capacidad de presión en el Sudeste asiático.

3. La aparición de nuevas configuraciones y jerarquías de poder, aunque muy inestable todavía, sanciona el fin de un largo ciclo de dominación occidental. De asentarse, el futuro orden multipolar capitalista que algunos autores ya denominan precisamente como "post-occidental" o "post-hegemónico", sería en efecto por primera vez desde hace unos 500 años verdaderamente *global*, sin que ello signifique mayor democracia o representatividad real entre el conjunto de actores estatales y no estatales que forman parte del sistema internacional. Lo que de todos modos parece inevitable, es la creciente participación en los asuntos de gobierno mundial de las elites políticas y económicas de un número seleccionado de países emergentes. Por el momento, sin embargo, las "instituciones multilaterales globales se encuentran en un marasmo [...] sin que haya esquemas de gobernanza global capaces de dar respuestas a [los] nuevos desafíos" (ROJAS, 2013, p. 1-7).

4. Los conflictos sociales se agudizan a nivel sistémico y al interior de la mayoría de los Estados-nación, debido en gran medida al incremento de las desigualdades, no sólo relativas a la esfera económica, que se registra desde mediados de los años '70. Lo anterior, sin embargo, no ha desembocado (¿todavía?) en movimientos comparables a los estallidos sociales acontecidos a lo largo de los años '60 y '70. Más bien, los brotes de protesta susceptibles de convertirse en un gran movimiento anti-sistémico, que de manera más o menos uniforme se han dado alrededor del globo desde los años '90, alcanzando su tope con las movilizaciones de 2002-2003 en contra de la invasión de Iraq, han sido desactivados exitosamente al interior de los marcos estatales, recurriendo a una mezcla de represión, cooptación y distracción de masas, o, en diversas áreas, han sido subsumidos por los conflictos geopolíticos derivados en enfrentamientos "civiles" y finalmente en guerras.

ISBN 978-85-7205-133-0

No sorprende entonces que las tensas relaciones entre potencias en ascenso y en declive, y la persistente hegemonía de la "*haute finance*", más una severa crisis económica y ambiental de la cual no se vislumbra salida, aunadas a los renovados tambores de guerra y cruzadas neocoloniales, nos recuerden por el momento el caótico escenario a caballo entre los siglos XIX y XX, magníficamente consignado en el primer capítulo de *La Gran transformación* de Karl Polanyi (1944).

Patrón de acumulación e integración en América Latina y el Caribe

En la primera década de este siglo, el panorama político, económico y social de América Latina, así como el escenario y dinámica de sus procesos de integración, han cambiado bastante, sobre todo considerando que ocurrió en un tiempo muy corto. Si los años '80 habían sido bautizados por la CEPAL como la "década perdida" para el desarrollo, esta última apareció a algunos analistas como la "década ganada", en razón de las altas tasas de crecimiento, reducción la pobreza y en menor medida de la desigualdad, del crecimiento del empleo, pero también en virtud de una gestión macroeconómica aparentemente más sólida y equilibrada, reflejada por ejemplo en la reducción de la deuda externa, la acumulación de ingentes reservas y en una política de mayor estabilidad monetaria. A pesar de algunas notables excepciones, la confirmación de lo anterior estaría en la ausencia de conmociones de gran envergadura a raíz de la crisis mundial comenzada en 2007-2008.

Con mayor o menor grado de intensidad, sin embargo, también está clara una tendencia general en cuanto al significativo aumento del peso de los recursos naturales (minerales e hidrocarburos, principalmente) y de la expansión de los monocultivos (soja, palma africana y caña de azúcar, por ejemplo) en la oferta exportable de prácticamente todos los países del área. Con un acertado juego de palabras, Maristella Svampa (2013) se ha referido a este fenómeno como el "Consenso de los *commodities*", cuyo alcance y efectos van mucho más allá del ámbito doméstico de cada Estado y de su comercio internacional, proyectándose directamente en términos geopolíticos y geoeconómicos en un marco regional y mundial de mediano y, posiblemente, largo plazo. De hecho, independientemente de la actual coyuntura de altos precios de las materias primas, indispensables al desarrollo capitalista y su patrón civilizatorio mundialmente dominante, es altamente probable que la región, en cuanto depósito no sólo de enormes reservas de gas y petróleo, sino también de agua dulce, minerales estratégicos, biodiversidad y vastas áreas para la agricultura y la ganadería industriales, será un nodo importante de disputas geopolíticas de las décadas por venir.

ISBN 978-85-7205-133-0

Hasta ahora, el auge de los precios de las materias primas y la atracción de inversión extranjera directa, explican en gran medida el buen desempeño de los últimos años en términos de crecimiento del PIB regional, lanzando al mismo tiempo numerosas sombras sobre la sostenibilidad política, económica y socio-ambiental de este patrón de acumulación. En este sentido, como sugiere Gudynas (2012, p. 133), América Latina mantiene una "inserción internacional subordinada a la globalización, en la que los países siguen siendo tomadores de precios, no coordinan entre sí la comercialización de sus productos y defienden la liberalización del comercio global".

La desindustrialización comenzada ya en época neoliberal de países escasamente industrializados; la artificial apreciación de las monedas locales frente al dólar estadounidense; el mantenimiento de sistemas fiscales fuertemente regresivos; y, por último, la creciente devastación ambiental acompañada de un aumento de los conflictos sociales relacionados, por un lado, a las dinámicas de desposesión y defensa de territorios sacrificados a la extracción de materias primas y, por otro lado, a las disputa políticas por el control de la renta derivada de su comercio en el mercado mundial, son referidos normalmente como los principales factores de riesgo y debilidad.

Como resultado, la integración ha experimentado en los últimos diez o quince años un acelerado y en muchos sentidos todavía indescifrable proceso de cambio. El dato a destacar es sin duda el vibrante activismo, ahora en fase de estancamiento, que ha caracterizado en este período a algunos países con importantes recursos tangibles y/o intangibles -Brasil, Venezuela, Argentina y México, en primer lugar–, impartiendo a la dinámica regional una orientación en línea con sus objetivos de política exterior y sus visiones del futuro orden internacional. El carisma y el voluntarismo de líderes como Lula da Silva, Néstor Kirchner y Hugo Chávez, fue para bien o para mal, un ingrediente esencial de la ola integracionista en la última década, que ahora, precisamente, tiene que lidiar con sus ausencias. Del mismo modo, el importante papel desempeñado por los movimientos sociales en oposición al proyecto del ALCA, no ha sido capaz de trascender el momento de la resistencia, desarrollando una propuesta de integración alternativa o siquiera complementaria a las promocionadas por los principales gobiernos.

Se ha asomado la hipótesis de un "nuevo regionalismo" que, tras la estela de la literatura norte-europea y anglosajona, ha sido bautizado como "post-liberal" y "post-hegemónico", por nombrar sólo dos de las caracterizaciones más comunes (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). En una fase embrionaria, el "nuevo regionalismo" aparece ahora como un proceso muy complejo

ISBN 978-85-7205-133-0

y limitado sólo a la zona de América del Sur, con ninguna certeza acerca de una posible consolidación.

Los principales nudos que complican la consolidación de un "nuevo regionalismo" se refieren a las incertidumbres relativas a la proyección hacia los mercados extra-regionales que orientan los grandes proyectos de infraestructura en marcha, como el IIRSA o la integración energética; la articulación entre gobiernos y empresa privada, especialmente ese segmento con creciente proyección internacional bautizado como de las "multilatinas" o "translatinas"; las tensiones políticas heredadas y las más recientes entre los Estados de la región, instigadas a menudo por Estados Unidos; y, por último, las dificultades relativas a la creación de una nueva arquitectura financiera regional evidente en la creación de un Banco del Sur y en el fortalecimiento de un Fondo de Reserva Regional. Fiel reflejo de ello, son la baja interdependencia y complementariedad económicas asociadas a su vez al incremento de las asimetrías.

Si bien, saludable al principio, en comparación con la hegemonía del "regionalismo abierto" de los años '80 y '90, el surgimiento de diferentes esquemas de ruptura tales como la UNASUR, el ALBA-TCP y la CELAC -al margen de su indiscutible relevancia como espacios de diálogo político pero no de concertación-, parecerían ahora poner al desnudo la falta de cohesión, la insuficiente fuerza institucional y la tendencia a la fragmentación. La falta de profundidad de la integración y la ausencia de una visión estratégica compartida de largo plazo, representan la otra faceta. Desde esta perspectiva, la proliferación de siglas y acuerdos, a veces complementarias, a veces superpuestas, contradictorias o conflictivas de forma explícita, sigue siendo una característica importante de la zona. Aunque con buena razón se siga otorgando a la integración un papel clave en la definición de los horizontes y oportunidades para los países de la región en el mundo del siglo XXI. En los siguientes párrafos trataremos de mostrar cuán empinado aún está el camino a recorrer.

La estrategia de Estados Unidos y la integración latinoamericana

Los dos últimos siglos de América Latina han sido profundamente marcados por la constante injerencia política, económica y militar de los Estados Unidos. Se trata, en verdad, de una historia de desencuentros y frustraciones en la cual el sub-continente ha sido, según el momento, "patio trasero", "reserva estratégica" y hasta "laboratorio" para los más variados experimentos de control y dominación por parte de su vecino del Norte (SAXE-FERNÁNDEZ, 2009). La Doctrina Monroe y la del Destino Manifiesto representan, en este sentido, la base fundamental a través de la cual los Estados Unidos han elaborado,

ISBN 978-85-7205-133-0

implementado y actualizado constantemente su política hemisférica: como el "*big stick diplomacy*" en algunas fases, o la "política del buen vecino" en otras, pero siempre bajo las tenazas de la deuda externa que encarna la "diplomacia del dólar". Finalmente, la doctrina ideológica contemplada en la política de Seguridad Nacional fue un acompañante clave en los procesos latinoamericanos de integración en la segunda mitad del siglo XX. Desde mucho antes, en realidad, si nos remontamos a las visiones antagónicas del siglo XIX, entre bolivarianismo y monroísmo por un lado, o latinoamericanismo y panamericanismo por el otro. No es de extrañar, entonces, que desde el punto de vista de las élites gobernantes latinoamericanas, las relaciones con su vecino se hayan caracterizado por una constante oscilación entre la aquiescencia y la búsqueda de autonomía, dependiendo de la coyuntura y/o del bloque o líder histórico en el poder (RUSSELL; TOKATLIAN, 2013).

El enorme costo social y económico del Consenso de Washington ha contribuido de manera decisiva al viraje político de buena parte de los países de la región. La arrogancia de los neoconservadores y sus desastrosas aventuras en Medio Oriente han creado un vacío de poder del que se han aprovechado otros Estados regionales y extra-regionales. Implicando así un revés importante, pero no decisivo ni mucho menos definitivo, del proyecto continental norteamericano. Tratando de reeditar una postura de buena vecindad de sabor roosveltiano en la primavera de 2009, la breve luna de miel de Obama con la región se disolvió en unos meses cuando, en palabras de Carlos Romero, "*la crudeza del poder no necesitó de las lecciones de Maquiavelo para develarse en Honduras*" (2010: 88). En este sentido, se ha señalado la prevalencia de cierta inercia en las posiciones frente a la región, determinada no sólo por las otras prioridades internas y externas -desde la reforma de la salud a las guerras en Oriente Medio pasando por la crisis financiera de 2008-, sino también por las presiones hacia el *statu quo* procedentes de ciertos sectores del Congreso, del Departamento de Estado y de los servicios (BRENNER; HERSHBERG, 2014).

Desde entonces, las relaciones diplomáticas con Venezuela, Ecuador y Bolivia no han mejorado significativamente. Aquellas con Cuba lograron ciertos avances, debido no tanto al cambio de actitud norteamericano cuanto a la habilidad cubana de beneficiarse del "giro a la izquierda", logrando reinsertarse plenamente en el sistema interamericano. Las relaciones con Brasil y Argentina quizás estén experimentando ahora el peor momento desde hace mucho tiempo. Finalmente, en la Cumbre de las Américas de 2012 hasta los aliados más cercanos reprocharon a Obama el fracaso de la "guerra al narcotráfico" y la anacrónica hostilidad hacia la mayor de las Antillas (Ibídem). El nacimiento del ALBA-TCP, de la UNASUR y de la

ISBN 978-85-7205-133-0

CELAC, por otra parte, aunque en los dos últimos casos tal vez no en el sentido revolucionario que le atribuyen algunos analistas de la izquierda, son una clara muestra de la ambición de diferentes gobiernos hacia una mayor independencia y autonomía.

Nos guste o no, a pesar de que las preocupaciones y prioridades de Estados Unidos estén por ahora en otras áreas, y a pesar de las declaraciones de John Kerry según quien la doctrina Monroe habría "muerto", América Latina siempre ha sido una región clave para la hegemonía mundial estadounidense (ZIBECHI, 2012). Por ello, es oportuno interpretar los cambios en su estrategia hemisférica a la luz de la reorientación de sus objetivos globales. El nuevo énfasis hacia la región Asia-Pacífico constituye el principal elemento y eje articulador.

La agenda ecómico-comercial no se ha alejado en nada de los postulados básicos del Consenso de Washington, sino que más bien trata de revivir el proyecto del ALCA a lo largo del eje TLCAN, CAFTA-DR y Alianza del Pacífico con la proyección hacia el TPP. En términos de seguridad, Washington busca la subordinación de los militares latinoamericanos y sigue proponiendo respuestas militarizadas contra el narcotráfico y el crimen organizado. La consolidación del Proyecto Mesoamérica tras el ingreso de Colombia en 2008, que dio origen a los programas CARSI[3] y CBSI[4], los mismos que junto al ASPAN[5] conforman un cuerpo de seguridad militarizado que engloba a Norteamérica, Centroamérica y el Caribe, resguardando los intereses geoestratégicos contemplados en el TLCAN y el CAFTA-DR, se inscriben en ese marco. Lamentablemente, a pesar de las críticas ya mencionadas, el resultado ha sido de momento ampliar el teatro de operaciones de los cárteles y los índices de violencia. Por último, si en términos políticos el discurso estadounidense continúa apostando al fortalecimiento democrático de la región, en varios casos, desde Honduras hasta Paraguay, la actitud concreta ha sido cuando menos ambigua.

A diferencia de Brasil, cuya autonomía relativa es cada vez mayor en virtud también de una diversificación sustancial de las relaciones económicas y comerciales, México, un tiempo admirado en toda la región y el Tercer Mundo por la independencia de su política exterior, forma ahora parte de la jurisdicción y perímetro de seguridad de Estados Unidos. Su economía, con el TLCAN, se ha convertido en un apéndice de la norteamericana, a la vez que los flujos migratorios y el tráfico y blanqueo del dinero de la droga, hacen sin rodeos un problema interno en los EU. Por ello, sería muy difícil, aunque sus elites realmente lo

[3] Iniciativa Regional de Seguridad para América Central.
[4] Iniciativa Regional de Seguridad para la Cuenca del Caribe.
[5] Alianza para la Seguridad y Prosperidad de América del Norte, creado en 2005.

ISBN 978-85-7205-133-0

quisieran, lograr un espacio independiente y menos distante de América Latina en una nueva configuración multipolar.

El mismo destino están corriendo los países de Centroamérica y del Caribe, si bien con algunas diferencias y una importancia geopolítica y económica sin duda inferior en términos globales a la de México. Aquí están en disputa todavía ciertos espacios de influencia contendidos por el petróleo y los petrodólares bolivarianos, pero también por las incursiones brasileñas que desde la ocupación "humanitaria" de Haití hasta el puerto cubano de Mariel, buscan afianzar la presencia del "coloso del Sur" al margen de la intermediación venezolana.

Por último, aunque los Estados Unidos no sean miembros formales de la Alianza del Pacífico firmada en 2012 por México, Colombia, Perú y Chile (Costa Rica y Panamá están a punto de convertirse en miembros plenos), la visión y objetivos propuestos están perfectamente en sintonía con el modelo norteamericano de regionalismo abierto. De hecho, una orilla en el Pacífico y un Tratado de Libre Comercio con los Estados Unidos son los principales elementos en común entre sus participantes. En este sentido, José Luis Fiori (2014) ha argumentado que "la Alianza del Pacífico tiene una importancia más estratégica e ideológica que económica [...] y sería políticamente casi insignificante si no fuera por el hecho de que se trata de una parte de la estrategia de Estados Unidos para la creación del Acuerdo Trans-Pacífico (TPP), el principal instrumento de la política de reafirmación del poder económico y militar de Washington en la región del Pacífico".

Brasil potencia: entre los BRICS y la integración sudamericana

La integración de América del Sur, en tanto piedra angular del posicionamiento de la región en un orden multipolar aún incipiente, está profundamente influenciada o inclusive determinada por la postura que frente a ella tomarán las élites políticas, económicas y militares de Brasil. Paradójicamente, sin embargo, a pesar de los esfuerzos realizados durante los dos mandatos de Lula da Silva, ante la resistencia de otras naciones de la región a aceptar su liderazgo y en virtud de la aceptación del país en el "club de los grandes", todavía no existe en la sociedad brasileña un consenso pleno sobre la conveniencia de seguir insistiendo en un proyecto que, en los hechos, juntamente a las indudables ventajas conlleva también muchos costos. No obstante, la hipótesis avanzada por varios diplomáticos y académicos, según quienes Brasil, por sí solo, no sería capaz de afrontar los retos de un mundo multipolar en una "era de gigantes", sigue siendo válida. A partir de ahí, precisamente, la tensión y el esfuerzo

ISBN 978-85-7205-133-0

constante de los gobiernos del PT para tratar de articular las dimensiones regional y global de la política exterior de la nación.

En lo que se refiere a la esfera regional, varios autores utilizan la imagen de los “círculos concéntricos” -MERCOSUR, UNASUR y CELAC- para analizar la proyección del liderazgo brasileño en los procesos de integración, tanto en una perspectiva diacrónica y sincrónica, como en términos de prioridades (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014). En cada uno de los círculos emergen flagrantes y crecientes desequilibrios con los países más pequeños -Paraguay, Uruguay, Bolivia y Ecuador, por ejemplo-, compensados parcialmente, en ausencia de políticas de convergencia adecuadas, con la excepción de la modesta experiencia del MERCOSUR, y por el papel de mediador, jugado durante diferentes crisis internas y/o fricciones entre gobiernos. Desde esta perspectiva, se multiplican las dudas sobre el tipo de integración que Brasil puede ofrecer a las naciones más vulnerables, es decir, un modelo consensuado y posiblemente, mutuamente beneficioso, o la repetición a escala local de un patrón centro-periferia penetrado por lógicas de subordinación y dependencia. Fiel reflejo de ello, la revisión de los debates sobre el “sub” o el “nuevo” imperialismo de los países semiperiféricos (ZIBECHI, 2013).

Por otro lado, el "gigante del Cono Sur" mantiene una relación cordial con sus colegas de la UNASUR y de la CELAC que han dado vida a la Alianza del Pacífico. Sin embargo, son evidentes hasta el momento las diferencias en cuanto a la visión estratégica de la integración en relación a la adopción de un modelo libre comercio OMC plus. Finalmente, Brasil tiene una relación crucial pero no fácil, tanto con el antagonista histórico, Argentina, como con la República Bolivariana, que los gobiernos del PT han defendido y apoyado siempre, a pesar de no apreciar los esfuerzos para consolidar el ALBA-TCP como un proyecto supuestamente complementario, pero que en los hechos está en competencia con el liderazgo brasileño (COMINI; FRENKEL, 2014).

En cuanto a Estados Unidos, con la llegada del PT a Itaramaty, la diplomacia brasileña ha puesto en marcha una estrategia sinuosa pero no menos efectiva de "oposición limitada", combinando "el desacuerdo y la colaboración, consulta y obstrucción, deferencia y resistencia" sin renunciar a ningún punto clave de su agenda regiona y global (RUSSELL; TOKATLIAN, p. 231). De hecho, a través del Consejo de Defensa de UNASUR y otras iniciativas, Brasil ha tratado de abonar el terreno para una limitación sustancial y no transitoria del poder de Estados Unidos en la región.

ISBN 978-85-7205-133-0

A la luz de estas dificultades, no es difícil entender por qué los ambiciosos proyectos como el Banco del Sur en el marco de una nueva arquitectura financiera regional, o la integración energética, tanto en la versión radical pensada en su momento por el ex presidente Chávez como en la versión más moderada propuesta por otros actores, se hayan perdido en el camino o avancen muy lentamente. No es ninguna coincidencia que ninguno de los dos, a diferencia de la IIRSA que representa la conexión brasileña al Pacífico, sea prioritario para el gobierno de Planalto.

Tomando prestado el esquema interpretativo de las transiciones hegemónicas de Giovanni Arrighi, Raúl Zibechi ha esbozado las contradicciones de Brasil "potencia", entre la integración regional y un nuevo imperialismo, señalando que, después de la conformación del sistema-mundo moderno, no ha habido en la región hasta ahora un estado hegemónico "autóctono". Si Estados Unidos será una presencia imponente y engorrosa en cualquier escenario futuro y China un contrapeso y un competidor a la vez, para los movimientos anti-sistémicos de Brasil y América Latina se abre un escenario inédito, cuya comprensión definirá los retos y las oportunidades que ofrece (ZIBECHI, 2013)

El impacto chino en la integración

La presencia del gigante asiático en la dinámica económica de la región ha crecido de manera exponencial en la última década. En cuanto a la inversión extranjera directa, el aumento fue enorme tras el estallido de la crisis global. Varios autores han señalado que su impacto ha logrado reorientar las políticas comerciales y de desarrollo de varios países en un tiempo muy corto, afectando en algunos casos las decisiones estratégicas relacionadas con los alineamientos geopolíticos en el escenario hemisférico e internacional. Sin embargo, a pesar de la excepción de Paraguay, de momento el desembarco chino es mucho más pronunciado en el Cono Sur. Todos los gobiernos de la región, independientemente de su orientación política o de otra naturaleza, consideran prioritaria la intensificación del comercio y la apertura sin reservas a la inversión extranjera del país asiático. De hecho, esa es la principal diferencia entre el acercamiento de China y el de otras potencias extra-regionales como la India, Rusia o Irán: el tamaño y el alcance de los intercambios y la escasa atención formal a las consideraciones de carácter geopolítico y militar. De este modo, incluso aquí se ha empezado a hablar de un “Consenso de Pekín”, que, para América Latina, consistiría esencialmente “en la adhesión a la idea de que el sendero inevitable para el desarrollo de la región es la profundización de estos vínculos con la República Popular China” (SLIPAK, 2014, p. 113). Por esta razón, “la integración latinoamericana ha debido incorporar una variable o vector

ISBN 978-85-7205-133-0

«asiático» que está alterando el curso del proceso y dando lugar a nuevos alineamientos, fracturas y tensiones" (TURZI, 2014, p. 79).

Si bien, a menudo se sostiene que el acercamiento de China se está produciendo en el "espíritu de Bandung" y con un enfoque de cooperación Sur-Sur, Tokatlian (2009, p. 78-79) ofrece una caracterización que, en un balance global, parece más realista y quizás útil: "Hoy Beijing se aproxima al área a través de una activa diplomacia económica caracterizada por el pragmatismo, apoyada en la conciliación, buscando la estabilidad, preocupada por no irritar Washington y dirigida a fortalecer los vínculos interestatales". Las relaciones de China con América Latina forman parte de un triángulo más amplio, cuyo tercer vértice es constituido por Estados Unidos. Y, "mientras Estados Unidos y China constituyen dos actores unitarios e independientes, Latinoamérica es un mosaico de países cuyas conductas internacionales tienen grados variables de autonomía relativa" (Ibídem, p. 83).

La asimetría de las relaciones con el gigante asiático también se ve acentuada por el hecho de que, a pesar de que se haya creado recientemente un foro China-CELAC, la estrategia china se ha dado hasta el momento sobre la base de negociaciones bilaterales. A pesar del hecho de que las exportaciones de América Latina a Asia se han multiplicado por cuatro, en el período 2000-2012, mientras que las importaciones crecieron más de diez veces, "América Latina carece de una visión única o de una voz unificada con respecto a Asia-Pacífico" (TURZI, 2014, p. 84).

La mayoría de los analistas están de acuerdo en que, actualmente y de manera previsible en el mediano plazo, el principal interés estratégico de China hacia el subcontinente se resume en dos palabras: recursos naturales y mercados. La información disponible acerca de los flujos comerciales, inversiones directas, constitución de *joint venture* y empresas mixtas, créditos blandos y ayuda a los gobiernos, respalda con cifras este amplio consenso. Esto también se aplica a países como Brasil, Argentina y Chile. El desembarco de China está acompañado de esta manera por el "estigma neocolonial". A partir de ahí, sin embargo, las opiniones y valoraciones divergen notablemente entre dos polos, a menudo conviviendo dentro de un mismo análisis y estando formuladas con distintos matices: ¿La relación con China, que parece destinada a profundizarse en el futuro cercano, representa una amenaza, un reto, una alternativa, o una oportunidad histórica?

Lo que parece claro, en cambio, es que en el corto plazo el "hambre" importadora china rinde altos dividendos y equilibrio fiscal; que la ampliación y diversificación de los mercados e inversiones ofrece una mayor autonomía no sólo en términos económicos sino también

ISBN 978-85-7205-133-0

políticos; que los márgenes para la cooperación, sobre todo en temas relacionados con el desarrollo tecnológico, son extremadamente mayores respecto a los países occidentales; y, por último, que se trata de relaciones indudablemente más equilibradas y respetuosas de la soberanía nacional de cada país. Pero como estamos viendo en estos días, hacer depender de ellas el futuro de la región, podría revelarse fatalmente en otro espejismo o en un billete de ida para que los pueblos de América Latina del siglo XXI vivan nuevamente otros cien años de soledad.

Bibliografía

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos, Governance and Modern World System*. Minneapolis and London: Minnesota Press, 1999.

ARRIGHI, Giovanni, SILVER, Beverly. The End of the Long Twentieth Century. En CALHOUN Craig; DERLUGUIAN, Georgi. *Business as usual: The roots of the global financial meltdown*. New York and London: New York University Press, 2011.

BRENNER, Philip; HERSHBERG, Eric. Washington's Asia-Pacific Response to a Changing Hemispheric Order. En Pensamiento Propio n. 39, p. 139-162, año 19, Enero-Junio 2014.

BRUCKMANNM, Mónica. *Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana*. Lima: Fondo Editorial José Carlos Mariátegui, 2012.

BURCHARDT, Hans-Jürgen. Logros y contradicciones del extractivismo. Bases para una fundamentación empírica y analítica. Buenos Aires: Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, 2014.

COMINI, Nicolás; FRENKEL, Alejandro. Una UNASUR de baja intensidad: Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 250, p. 58-77, Marzo/Abril. 2014.

FIORI, José Luis. Alla pacifica conquista del Pacifico. En Limes n. 6 giugno, p. 135-142, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 237, p. 128-146, Enero/Febrero de 2012.

LI, Minqi. *The rise of China and the demise of the capitalist world-economy*. New York: Monthly Review Press, 2008.

MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. Latin American Politics and Society, v. 53, issue. 3, p. 1–24, Fall 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (editors). *The Rise of Post-hegemonic Regionalism. The Case of Latin America*. New York, London: Springer, v. 4, 2012.

ROJAS, Francisco. Transformaciones globales y cambios en las relaciones de poder en América Latina y el Caribe. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 246, p. 129-143, Jul. 2013.

ROMERO, Carlos. Las secuelas regionales de la crisis en Honduras. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 226, p.85-99, Marzo/Abril, 2010.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Modelos de política exterior y opciones estratégicas: El caso de América Latina frente a Estados Unidos. En Revista cidob d'Afers Internacionals, n. 85-86, p. 211-249, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan. América Latina y su gran estrategia: entre la aquiescencia y la autonomía. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, n.104, p. 157-180, 2013.
SAGUIER, Marcelo. Minería para el desarrollo integral en la estrategia de Unasur. Revista Conjuntura Austral, v. 5, n. 21-22, p. 39-65, Dez. 2013/Mar. 2014.
SAXE-FERNÁNDEZ, John. América Latina: ¿Reserva estratégica de Estados Unidos? OSAL, Buenos Aires: CLACSO, Año X, n. 25, p. 19-25, abr. 2009.
SLIPAK, Ariel. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o «Consenso de Beijing»?. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 250, p. 102-113, Marzo/Abril. 2014.
SVAMPA, Maristela. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 244, p. 30-46, Marzo/Abril, 2013.
TOKATLIAN, Juan. Una mirada desde América Latina. En PAZ, Guadalupe y ROETT, Riordan (editores). La presencia de China en el hemisferio occidental. Consecuencias para Ámerica Latina y Estados Unidos. Buenos Aires: Libros del Zorzal, p. 77-116. 2009.
TURZI, Mariano. Asia y la ¿(des)integración latinoamericana? Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, n. 250, p. 78-87, Marzo/Abril. 2014.
VIGEVANI, Tullio; ARAGUSUKU, Juliano. Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: Círculos concêntricos. Pensamiento Propio, n. 39, p. 163-201, Enero/Junio. 2014.
WALLERSTEIN, Immanuel. *After liberalism*. New York: New Press, 1995.
WALLERSTEIN, Immanuel. ¿Hacia dónde se dirige el mundo? En GANDASEGUI, Marcos (hijo), CASTILLO, Dídimo (compiladores). *Estados Unidos: la crisis sistémica y las nuevas condiciones de legitimación*. México: CLACSO y Siglo XXI Editores, p. 37-42, 2010.
WALLERSTEIN, Immanuel. Structural crisis or why capitalists may no longer find capitalism rewarding. En WALLERSTEIN, Immanuel et. al. *Does capitalism have a future?* Oxford: Oxford University Press, 2013.
ZIBECHI, Raúl. *Brasil Potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo, Marzo, 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

Qualidade Regulatória e Investimentos em Infraestrutura na América Latina

Regulatory Quality and Investments in Latin America Infrastructure

Eduardo Augusto do Rosário Contani

Doutor em Administração

FEA- USP

contani@gmail.com

José Roberto Ferreira Savoia

Doutor em Administração

FEA-USP

jrsavoia@usp.br

Resumo

Em decorrência de reformas econômicas e da liberalização dos mercados da América Latina ao longo da década de 1990, houve rápida expansão nos setores de infraestrutura. No entanto, atualmente a proporção de investimentos em relação ao PIB permanece baixa, em torno de 23,1%. Pode-se atribuir alguma responsabilidade aos aspectos regulatórios, que não acompanharam a evolução econômica. O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a qualidade regulatória e os investimentos em infraestrutura em dez países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Testou-se a relação da qualidade regulatória de cada país com a formação bruta de capital fixo e investimento estrangeiro direto líquido (IED), em relação ao PIB. Foram encontrados indícios de maior IED nos países que apresentam maior qualidade regulatória.

Palavras-chave: América Latina, infraestrutura, qualidade regulatória, investimentos.

Abstract

As a result of economic reforms and liberalization of Latin American markets over the 1990s, there was rapid expansion in infrastructure sectors. However, currently the ratio of investment

ISBN 978-85-7205-133-0

to GDP remains low, around 23.1%. There is some responsibility to regulatory aspects, which have lagged behind economic development. The objective of this paper is to analyze the relationship between regulatory quality and investment in infrastructure in ten Latin American countries (Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Mexico, Paraguay, Peru, Uruguay and Venezuela). We tested the relationship of regulatory quality of each country's gross fixed capital formation and net foreign direct investment (FDI) to GDP. We found evidence of greater FDI in countries with the most regulatory quality.

Keywords: Latin America, infrastructure, regulatory quality, investments.

INTRODUÇÃO

Em decorrência de reformas econômicas e da liberalização dos mercados da América Latina ao longo da década de 1990, houve rápida expansão e crescimento nos setores de infraestrutura, num processo ora de complementação da ação do Estado por entidades privadas, ora de sua total substituição. A percepção das limitações fiscais do Estado e as demandas crescentes de investimento, produzida pelo aumento das populações urbanas, levaram à redução do estatismo. De fato a forte intervenção na economia e o desempenho de funções empresariais tiveram de ser progressivamente abandonadas, dando espaço para o surgimento de uma nova classe de investidores, locais e internacionais, na operação das diversas utilidades, como saneamento, enérgica, telecomunicações e estradas.

Não obstante ser uma solução para a continuidade dos serviços houve no conjunto dos países reações fortes contra as concessões, privatizações e parcerias público-privadas. Esta relação dual com o capital privado na infraestrutura já havia levado a constantes mudanças das regras nos países. O Brasil, por exemplo, inicia sua infraestrutura a partir de capitais privados, durante o Império. Nacionaliza as empresas ao longo dos anos trinta e quarenta, para finalmente, nos anos noventa voltar a permitir a participação de investidores privados.

A esse respeito, Fishlow, 2011 destaca a rápida e profunda transição produzida a partir das mudanças do marco regulatório e da privatização da indústria de transformação (1992), mineração (1997), petróleo (com o fim do monopólio estatal em 1997), telecomunicações (1998), energia elétrica (1998), a criação da Lei das Concessões (1995) e, posteriormente, das Parcerias Público-Privadas (2004) afetando toda a sociedade brasileira, pelo aumento do bem-estar e ampliação dos investimentos.

ISBN 978-85-7205-133-0

Mesmo assim, passados alguns anos a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB ficou estabilizada em torno de 17 a 19% do PIB, enquanto os investimentos em infraestrutura foram se reduzindo para cerca de 2,0 a 2,5% do PIB. Considerando-se um estoque de infraestrutura da ordem de 58% do PIB, o investimento mínimo necessário para reposição seria de 30%, segundo Carrasco, Joaquim e Pinho de Melo (2014).

No entanto, este comportamento parece ser apenas de caráter transitório, uma vez que não houve crescimento substancial e permanente dos investimentos na América Latina. Dados de 2012 apontam que a proporção de investimentos em relação ao PIB permanece em torno de 23,1% (FMI, 2014) para os países da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), o que é baixo se comparado com outros países emergentes. Ao se avaliar as causas que contribuem para este quadro, pode-se atribuir alguma responsabilidade aos aspectos regulatórios, que não acompanharam a evolução econômica.

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a qualidade regulatória, os investimentos em infraestrutura, investimentos estrangeiros diretos e a formação bruta de capital fixo em dez países da América Latina.

Atribui-se certa responsabilidade aos aspectos regulatórios, que não acompanharam a evolução econômica. Desta forma, a hipótese deste trabalho é que os aspectos regulatórios interferem no nível de investimentos em infraestrutura na região.

REVISÃO DA LITERATURA

Para atender ao objetivo do artigo, primeiramente é apresentado o conceito de qualidade regulatória, em seguida são apresentados os investimentos em infraestrutura realizados na América Latina.

Qualidade Regulatória na América Latina

O índice de qualidade regulatória, produzido pelo Banco Mundial, reflete a percepção da habilidade dos governos em formular e prover políticas e regulações para o desenvolvimento do setor privado. O índice de qualidade regulatória no período de 2007 até 2012 indica três grupos de países latinos, classificados por qualidade: (i) alta, composto apenas pelo Chile; (ii) intermediária, composto por Brasil, Colômbia, México, Peru e Uruguai e (iii) baixa, cujos componentes são Argentina, Equador, Paraguai e Venezuela (**Figura 1** e **Tabela 1**).

ISBN 978-85-7205-133-0

Nota-se um movimento ascendente do Paraguai, que poderia integrar, em médio prazo, o grupo intermediário. No final da década de 1990, o Chile já apresentava uma qualidade regulatória alta. A Argentina se apresentava no grupo intermediário, e os países com pior índice eram Equador, Venezuela e Paraguai. Mesmo assim, a diferença entre o grupo intermediário e baixo não era elevada.

A partir de 2002, a qualidade regulatória da Argentina despencou contaminada também pelo *default* da dívida soberana. Nessa mesma direção as instituições venezuelana e equatoriana apresentaram alguma deterioração no período, o que culminou na piora da percepção da qualidade.

Figura 1 – Índice de qualidade regulatória na América Latina

Fonte: Banco Mundial (2011)

Tabela 1 – Índice de Qualidade Regulatória de 2007 a 2012

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	-0,70	-0,74	-0,85	-0,76	-0,72	-0,96
Brasil	-0,02	0,07	0,11	0,16	0,18	0,09
Chile	1,48	1,54	1,48	1,46	1,48	1,54
Colômbia	0,24	0,26	0,15	0,26	0,37	0,39
Equador	-1,11	-1,13	-1,28	-1,16	-1,02	-1,04
México	0,37	0,33	0,23	0,26	0,29	0,47
Paraguai	-0,57	-0,51	-0,42	-0,34	-0,35	-0,32
Peru	0,28	0,35	0,40	0,46	0,48	0,49
Uruguai	0,20	0,25	0,37	0,38	0,43	0,40
Venezuela	-1,41	-1,37	-1,58	-1,61	-1,47	-1,54

Estimatitvas de qualidade variam de -2.5 (fraca) a 2.5 (forte).
Fonte: Banco Mundial (2014)

ISBN 978-85-7205-133-0

Decorrente de um ambiente de baixa qualidade regulatória existe a percepção por parte dos agentes de um risco regulatório. Guasch (2004) define risco regulatório como: "*the risk of government noncompliance with agreed-upon regulatory terms or of unilateral changes by government on the regulatory framework*".

Um ambiente regulatório com alta volatilidade nas decisões e baixo grau de independência da agência reguladora de infraestrutura contribuem para um nível considerado baixo de investimento. Carrasco, Joaquim e Pinho De Melo (2014) desenvolveram um modelo econométrico com a utilização da variável de qualidade regulatória como medida de risco regulatório e chega a intervalo de valores entre 1,34% a 1,89% para o Brasil. O custo de capital exigido pelas empresas neste setor é afetado demasiadamente.

O risco regulatório, por sua vez, poderia ser atenuado com as revisões periódicas tarifárias com regras bem estabelecidas, sem volatilidade de um período a outro. Deve-se buscar, também, maior eficiência nos serviços para se atingir a modicidade tarifária.

A política tarifária do setor de infraestrutura na América Latina, baseada em regulação de preço máximo (*price cap*), consiste no estabelecimento de um teto para os serviços tarifados. Imagina-se existir fortes incentivos para a eficiência das empresas, com vistas à modicidade tarifária. Porém, em comparação com a abordagem *rate-of-return* (taxa de retorno), em que uma base de ativos é remunerada de acordo com uma taxa fixa de retorno, não há evidências empíricas de que uma abordagem se sobressai em relação à outra no que tange à eficiência.

Ferro, Romero e Covelli (2011) afirmam que um dos objetivos da regulação de infraestrutura é assegurar que os atuais e futuros usuários tenham acesso a serviços e produtos de alta qualidade, com eficiência e a tarifas módicas.

Com relação ao impacto da regulação, Andres, Foster e Guasch (2006) pontuam motivos para que se analise a qualidade da regulação, tais como: (i) melhoria das condições gerais de negócios em detrimento a privilégios de poucos grupos de interesse, uma vez que países com melhores instituições tendem a criar um ambiente regulatório focado e (ii) desempenho econômico e (iii) limitação na arbitrariedade do regulador, ocasionado por uma transparência maior na regulação.

ISBN 978-85-7205-133-0

Investimentos em Infraestrutura na América Latina

Segundo dados proferidos por Antonio Juan Sosa, vice-presidente da Confederação Andina de Fomento – CAF (El País, 2014), a América Latina necessita investir em torno de 145 bilhões de dólares por ano em infraestrutura, em obras como construção de estradas, redes de metrô, abastecimento de água potável, energia elétrica, logística e telecomunicações. Atualmente os investimentos em infraestrutura são inferiores a 3% do PIB, resultado que não tem variado nos últimos anos. Há predominância de um setor específico, os transportes, que correspondiam a 48% dos investimentos totais em infraestrutura em 2011, seguido de energia (25%), telecomunicações (20%) e saneamento (7%).

Carrasco *et al.* (2014) destacam o baixo índice de investimentos em infraestrutura em relação ao PIB brasileiro, de 2,16% a.a. para o período de 2001 a 2012, valor insuficiente para repor o estoque de infraestrutura, o que se exige um valor de pelo menos 3,5% a.a. O país também fica muito abaixo na comparação com o Chile, que no quadriênio de 2008 a 2011 computou 5,10% a.a. Os desafios são grandes: é necessário manter o estoque de capital *per capita* existente e universalizar os serviços de saneamento e eletricidade.

Calderón e Servén (2004) realizam um diagnóstico dos investimentos em infraestrutura na América Latina e concluem que há um déficit elevado, devido à combinação de baixo investimento público e responsabilidade limitada do setor privado. O único setor que se aproximou dos padrões globais de investimento foi o de telecomunicações.

Dentre os países estudados, Calderón e Servén (2004) relaciona o sucesso na atração de altos volumes de investimento privado no Chile, Colômbia e Bolívia, justamente os países em que o investimento público também foi mais alto no período.

A base de dados do F.M.I. (2014) apresenta uma relação de investimento em relação ao PIB dos países da América Latina. Não há uma diferença significativa entre os países, todos investindo entre 15% e 27% do PIB. Nos últimos anos, porém o Paraguai e o Brasil têm apresentado valores inferiores a 20% do PIB.

ISBN 978-85-7205-133-0

Figura 2 – Gráfico Investimento em relação PIB (%) em países da América Latina de 1980 a 2012

Fonte: FMI (2014)

Bengoa e Sanchez-Robles (2003), ao estudarem os investimentos estrangeiros diretos na América Latina, concluem que os países receptores necessitam adequar capital humano, possuir estabilidade econômica e mercado liberalizado para se beneficiar de investimentos de longo prazo.

Baer e Miles (2013) relacionam a inovação aos investimentos estrangeiros diretos, mensurando-os pela criação de patentes e a assinatura de 18 países latino-americanos da Convenção de Paris e a adesão ao Consenso de Washington. Seus principais resultados indicam a necessidade de uma base de inovação maior por meio de mais IED.

Nos últimos anos, o Chile se destacou por atrais maior valor líquido de investimentos estrangeiros diretos em relação ao PIB. A Colômbia e o México também apresentaram valores acima da média regional nos últimos anos (F.M.I., 2014)

ISBN 978-85-7205-133-0

Figura 3 –FDI líquido (% em relação ao PIB)

Fonte: FMI (2014)

METODOLOGIA

Neste trabalho foi testada a relação da qualidade regulatória de cada país com os respectivos investimentos realizados, a saber: investimentos em infraestrutura, investimentos totais em formação bruta de capital fixo e investimento estrangeiro direto líquido (IED). Para os investimentos em infraestrutura, foram considerados apenas aqueles realizados nos setores de Energia Elétrica, Telecomunicações, Saneamento e Transportes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao se analisar a evolução do índice regulatório no período de 2007 até 2012, verifica-se a existência de três grupos distintos de países, classificados por sua qualidade: (i) alta e composto apenas pelo Chile; (ii) intermediária e composto por Brasil, Colômbia, México, Peru e Uruguai e (iii) baixa, cujos componentes são Argentina, Equador, Paraguai e Venezuela. Em seguida, foi testada a relação da qualidade regulatória de cada país com os respectivos investimentos realizados, a saber: (i) investimento em infraestrutura e (ii) investimento estrangeiro direto líquido (IED). Ao final da década de 1990, o Chile já apresentava uma qualidade regulatória alta e a Argentina se apresentava no grupo intermediário.

ISBN 978-85-7205-133-0

Ao se analisar o indicador investimentos totais em relação ao PIB, o ambiente regulatório de maior qualidade não exerce influência sobre os investimentos. No entanto, os países com maior qualidade regulatória apresentavam indícios de maior IED em relação ao PIB.

CONCLUSÃO

Este artigo objetivou analisar a relação entre a qualidade regulatória, os investimentos em infraestrutura, investimentos estrangeiros diretos e a formação bruta de capital fixo em dez países da América Latina.

Não foi encontrada, na região, relação direta entre investimentos e qualidade regulatória, entretanto existem indícios de maior IED em relação ao PIB nos países que apresentam maior qualidade.

Dentre os desafios a serem enfrentados nos próximos anos, estão o crescimento econômico incerto, as taxas de juros e inflação oscilantes, a qualidade dos serviços públicos e a menor capacidade na atração de IED para infraestrutura.

Para que os demais países latino-americanos ao menos se estabelecem num patamar próximo ao do Chile, deve ocorrer uma melhoria na qualidade dos seus organismos de regulação e na promoção de reformas microeconômicas que possam atrair mais investidores externos, principalmente tentando trazer para a governança das empresas os organismos internacionais, que passam a dar mais credibilidade para os agentes externos e internos.

Como proposições para melhorar o ambiente regulatório e aumentar a atração de investimentos em infraestrutura, está a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico, a elevação do nível de governança pública, com o estabelecimento e respeito a regras consistentes e controles internos. Outra solução é o aumento na participação do setor privado para infraestrutura, por meio de PPPs.

REFERÊNCIAS

ANDRES, L.; FOSTER, V.; GUASCH, J. L. The impact of privatization on the performance of the infrastructure sector: the case of electricity distribution in Latin American countries. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 3936, 2006.

BAER, W.; MILES, W. **Foreign direct investment in Latin America: Its changing nature at the turn of the century**. Routledge, 2013.

ISBN 978-85-7205-133-0

BANCO MUNDIAL. **Regulatory Quality Index**. Disponível em: http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx. Acesso em 7.nov.2014.

BENGOA, M.; SANCHEZ-ROBLES, B. Foreign direct investment, economic freedom and growth: new evidence from Latin America. **European journal of political economy,** v. 19, n. 3, p. 529-545, 2003.

CALDERÓN, C.; SERVÉN, L. Trends in infrastructure in Latin America, 1980-2001. **World Bank**, 2004.

CARRASCO, V.; JOAQUIM, G.; PINHO DE MELO, J. M. Risco Regulatório no Brasil: Teoria e Mensuração. In: CASTELAR, A. e FRISCHTAK, C. (Ed.). **Gargalos e Soluções no Infraestrutura de Transportes.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, v.1, 2014. p.21-37.

EL PAÍS. **A América Latina precisa dobrar seu investimento em infraestrutura**. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2014/05/30/economia/1401470028_960764.html. Acesso em 6 de novembro de 2014.

FISHLOW, Albert. **O novo Brasil:** as conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais. Saint Paul Editora, 2011.

F.M.I. **World Economic Outlook: Recovery Strengthens, Remains Uneven**. Washington-DC: 2014.

FERRO, G.; ROMERO, C. A.; COVELLI, M. P. Regulation and performance: A production frontier estimate for the Latin American water and sanitation sector. **Utilities Policy,** v. 19, n. 4, p. 211-217, 2011.

GUASCH, J. Luis. **Granting and renegotiating infrastructure concessions:** doing it right. World Bank Publications, 2004.

ISBN 978-85-7205-133-0

Práticas culturais nas associações latinoamericanas de Doze Passos: o caso dos Alcoólicos Anônimos

Eliane Ganev

Doutora em Integração da América Latina (PROLAM/USP, 2002); Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/ISP, 1998); Bacharel em Serviço Social (UNISANTOS, 1985)

Docente Titular do Mestrado Acadêmico de Políticas Sociais e da Graduação em Serviço Social da Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo, SP)

eliane.ganev@cruzeirodosul.edu.br;

Resumo

Tomando como ponto de partida a nossa pesquisa de doutorado (GANEV, 2002), o presente estudo pretende verificar como a diversidade cultural latinoamericana vem sendo tratada e vivenciada pragmaticamente no cotidiano de grupos ligados a associações de *Anônimos* derivadas de Alcoólicos Anônimos (AA) e orientadas pelos chamados Doze Passos, Doze Tradições e Doze Conceitos originários de AA. Para tanto, organizamos um estudo exploratório com base em metodologia de natureza qualitativa, uso de questionários e contatos em meio virtual, seguidos de breve exercício reflexivo. Os resultados apontaram um grau de integração definido como ótimo pelos participantes do estudo, corroborando em geral os achados da pesquisa inicial e acrescentando elementos de interesse social.

Palavras-chave: práticas culturais; associações de anônimos; integração cultural.

Abstract

Taking as starting point our doctoral research (GANEV, 2002), this study aims to determine as the Latin American cultural diversity is being treated and pragmatically experienced in daily groups linked to *Anonymous* associations derived from Alcoholics Anonymous (AA) and driven by so-called Twelve Steps, Twelve Traditions, and Twelve Concepts originating from AA. For both, we organized an exploratory study based on qualitative methodology, use of questionnaires and contacts in virtual media, followed by brief reflective exercise. The results showed a degree of integration defined as optimal by the participants of the study, generally corroborating the findings of the initial research and adding elements of social interest.

Keywords: cultural practices; anonymous associations; cultural integration

ISBN 978-85-7205-133-0

Introdução

Tomando como ponto de partida a nossa pesquisa de doutorado (GANEV, 2002), o presente artigo pretende discutir como a diversidade cultural latinoamericana vem sendo tratada e vivenciada pragmaticamente no cotidiano de grupos ligados a associações de *Anônimos* derivadas de Alcoólicos Anônimos (AA) e orientadas pelos chamados Doze Passos, Doze Tradições e Doze Conceitos originários de AA. De fato, pouco mais de uma década atrás, tivemos a oportunidade de investigar práticas culturais presentes em grupos de Alcoólicos Anônimos então existentes no Brasil e no Uruguai – em particular suas práticas comunicativas – tendo como perspectiva alcançar uma compreensão realista quanto às suas potencialidades em face da questão da integração latinoamericana (dentre outras questões), de um ponto de vista antes cultural.

Um dos achados do estudo foi a constatação de que os três conjuntos de princípios que pautam a recuperação individual, a convivência entre os membros da organização e suas relações públicas – respectivamente, os chamados Doze Passos, Doze Tradições e Doze Conceitos para Serviços Mundiais de AA – guardam estreita relação com o tipo de práticas comunicativas que viceja nos grupos de AA (e, por extensão, em outras organizações pautadas pelos mesmos princípios[1]). Em linhas gerais, tais práticas se caracterizam pela possibilidade de estabelecer identificação e empatia em nível profundo, superando o isolamento imposto pelo alcoolismo ativo[2], visto que fomentam o intercâmbio de experiências individuais e a deflagração de processos de ressocialização, reeducação e reinserção social a curto, médio e longo prazos – processos que os membros da organização denominam *recuperação do alcoolismo,* ou ainda, um *modo de vida* calcado na sobriedade e simplicidade, a partir da abstinência etílica obtida numa base diária.

O trabalho empírico dessa pesquisa anterior consistiu em aproximações a grupos de AA no Brasil (na cidade de São Paulo, SP, de forma regular durante três anos), e no Uruguai (em Montevideo, Las Piedras e Salto, de forma breve no transcorrer de uma semana), o que

[1] No Brasil, existem atualmente pouco mais de uma dezena delas, como por exemplo: Narcóticos Anônimos, Jogadores Anônimos, Nicotina Anônimos, Comedores Compulsivos Anônimos, Devedores Anônimos, Psicóticos Anônimos, Dependentes de Amor e Sexo Anônimos etc, além das chamadas "irmandades paralelas", as quais reúnem *familiares* de portadores de dependências diversas (Alanon, para familiares de alcoólicos; Naranon, que reúne familiares de dependentes de outras drogas, dentre outras). Seus sítios oficiais podem ser facilmente encontrados em buscadores da Internet.

[2] O alcoolismo é concebido aqui como patologia, em consonância com os acúmulos da pesquisa acadêmica e tal como configurado na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Outras referências podem ser encontradas, dentre outros, em Vaillant (1999) e Diehl et al. (2011)

ISBN 978-85-7205-133-0

nos permitiu sondar especificidades das dinâmicas pelas quais foram formados os primeiros grupos e escritórios da organização em ambos os países, de um ponto de vista cultural. À época, ficamos instigados pela indagação de como a proposta de recuperação de AA, nascida nos anos 1930 nos Estados Unidos e configurada essencialmente por – e entre – indivíduos brancos, homens, protestantes e de alta renda, pôde ser apropriada e replicada com relativo êxito até os dias atuais no seio das sociedades latino-americanas, cuja formação social sabidamente mesclou etnias e culturas tão díspares quanto a(s) dos povos nativos do continente, a(s) das nações africanas vítimas do escravismo colonialista europeu e aquelas dos próprios colonizadores[3].

Para enfrentar tal indagação, necessário se faz entrar no mérito dessa proposta em suas linhas gerais[4]. Diremos então que os Doze Passos se referem à conduta pessoal e propõem um *modo de vida sóbrio e espiritual*, a ser alcançado a partir da abstinência etílica contínua – obtida "um dia de cada vez"[5] – e mediante: o reconhecimento, pelo indivíduo, da sua relação *problemática* com o álcool e da sua impotência pessoal frente a tal relação; a disposição de fazer o necessário para superá-la, *coletivamente* (frequentando as reuniões de troca de vivências e experiências, participando das ações coletivas, buscando – e posteriormente exercendo – o "apadrinhamento pessoal"[6]) e buscando ajuda "superior"[7], através de uma espécie de *faxina* dos problemas provocados pelo alcoolismo ativo: inventariando sua história de vida, compartilhando-a com outrem capaz de ajudar e orientar, modificando condutas específicas em face de padrões indesejáveis de conduta então detectados, e reparando os danos acumulados e/ou deixados para trás. E ainda, adotando procedimentos de *manutenção* desse modo de vida em longo prazo, através da *regularidade* do autoexame, da reparação de danos, da reflexão existencial e do voluntariado enquanto hábitos e valores introjetados e

[3] No caso brasileiro, Ribeiro (1995) nos deixou o legado de um denso e inspirado relato das implicações destas *mestiçagens* entretecidas e atravessadas por múltiplas formas de violência, inclusive culturais.

[4] O enunciado integral dos princípios discutidos a seguir encontram-se disponíveis em http://www.alcoolicosanonimos.org.br. Acesso em 03/11/2014. Para uma discussão mais demorada das suas implicações enquanto práticas culturais em contexto latino-americano, ver artigo no qual sintetizamos parcialmente a nossa pesquisa de doutorado (GANEV, 2003).

[5] As expressões entre aspas e sem indicação de fonte, neste artigo, referem-se sempre ao jargão interno de AA. Quando necessário, detalhamos seus significados em notas de rodapé.

[6] *Padrinhos* e *madrinhas* no contexto de AA são membros mais experientes em relação ao modo de vida proposto, e que se dispõem a partilhar sua experiência com os recém-chegados aos grupos da organização.

[7] Os Anônimos trabalham com um conceito de Poder ou Força Superior, rigorosamente indefinido *a priori*, cabendo a cada membro adotar uma concepção qualquer que faça sentido para si (relacionada ou não a credos religiosos existentes), tendo em comum apenas o reconhecimento de que há tarefas ou metas pessoais que não podem ser realizadas ou logradas apenas com recursos e pontos de vista próprios. A finalidade explícita dessa proposição é fraturar em nível profundo o egocentrismo que caracteriza o alcoolismo ativo e estimular uma atitude de abertura (ainda que mínima) para a apreciação de pontos de vista distintos e a aceitação de ajuda.

ISBN 978-85-7205-133-0

adotados, não mais de modo restrito ao alcoolismo e às suas consequências, mas enquanto uma filosofia e um modo de vida.

Já as Doze Tradições propõem um *modo de convivência,* em princípio interno, mas que os membros incorporam e em alguma medida utilizam também em todos os seus demais vínculos e pertencimentos. Elas incluem princípios e práticas visando a que os grupos construam uma cotidianidade coletiva marcada por unidade, democracia (ausência de hierarquia institucional e de "governo humano" ou poder político, decisões baseadas em consenso, rotatividade na prestação de serviços, inexistência de sanções regimentais), autonomia (interna e em relação a outras organizações sociais), autossuficiência financeira (restrita a recursos próprios e limitados ao estritamente necessário e a uma reserva prudente, sem formação de patrimônio – os grupos não têm existência jurídica, apenas os escritórios locais e nacionais são formalizados), unicidade de propósito (o objetivo ou *missão* da organização é singelo: limita-se à preservação da recuperação dos membros através da socialização de sua proposta junto a potenciais novos membros, isto é, "alcoólicos que ainda sofrem") e anonimato (a divulgação "dos princípios, mas não das personalidades", se faz "por atração ao invés de promoção", tanto para poupar os membros do estigma e do egocentrismo sempre passível de se impor novamente, quanto para poupar a própria organização das consequências negativas da exposição de indivíduos/identidades, tais como uma indesejada formação de poder político interno, ou o risco de exploração midiática de eventuais recaídas de membros com projeção pública, por exemplo)[8].

Por fim, os Doze Conceitos detalham os princípios que regem e orientam a estruturação da entidade nos diversos países. Estabelecem os principais fóruns da estrutura

[8] Abrimos aqui parênteses para apenas registrar aspectos que consideramos instigantes numa discussão mais ampla das práticas culturais em geral e especificamente na América Latina. Embora fujam ao foco do presente artigo, poderão estimular novos estudos. Internamente, os membros definem as organizações de Anônimos como Organizações Não Governamentais (ONGs) e talvez elas até o sejam juridicamente. Contudo, destoam das demais ONGs em aspectos importantes, visto que: recusam o recebimento de verbas públicas ou privadas, seja a título de doação, parceria ou quaisquer outros formatos possíveis, trabalhando tão somente com recursos dos próprios membros, de forma também anônima e não compulsória (ninguém, nestas organizações, tem condições objetivas de saber quem colabora, nem com quanto, havendo também tetos de colaboração individual que não devem ser ultrapassados); sua atividade-fim (e tudo quanto se faz necessário para materializá-la nos territórios) é 100% voluntária, havendo apenas, em cada região do país, uns poucos escritórios formalizados enquanto pessoas jurídicas e dispondo de raros funcionários contratados (sempre em espaços alugados e financiados pelos grupos). Assim, fica impedida a formação de patrimônio institucional e a possibilidade de enriquecimento material individual (ainda que lícito); por outro lado, o anonimato impede a projeção pública dos membros (inclusive daqueles que já a têm). Tudo isto tem evitado, ao longo de décadas e de modo efetivo, a formação de poder político e econômico interno, como também ingerências ou manipulações externas (de natureza política, partidária, eleitoral, ideológica, religiosa ou quaisquer outras), e ainda, o fenômeno da corrupção. Para maior detalhamento destes aspectos, ver o artigo mencionado na Nota de Rodapé n° 3. Para aprofundamento ou proposição de novas problematizações, ver Santos (1991).

ISBN 978-85-7205-133-0

nacional e a relação desta com os grupos (os quais financiam 100% das atividades públicas dos Anônimos em cada país e, portanto, são os reais detentores de autoridade e responsabilidade institucional); definem os direitos e deveres dos membros que prestam os serviços voluntários ligados ao funcionamento dessa estrutura (estão incluídos aí os chamados "direito de participação, de decisão e de apelação", este último referido aos direitos das minorias em relação às decisões internamente tomadas); bem como o conceito de liderança com o qual se pretende operar, além dos critérios para uma escolha cuidadosa destes líderes, chamados "servidores de confiança"; e estipulam certos cuidados para uma incorporação institucional separada daquelas atividades que exigem maior aporte financeiro (basicamente, serviços de relações públicas e de edição e publicação da literatura oficial), a fim de evitar todo e qualquer "grande acúmulo de dinheiro e poder".

Esse triplo conjunto de diretrizes – todas oriundas de avaliações criteriosas, democráticas e sobretudo pragmáticas, dos primeiros anos de recuperação individual dentro dos primeiros grupos e no contexto das primeiras articulações intergrupais – encontra-se consubstanciado em algumas dezenas de publicações oficiais dentre livros, livretes e folhetos, traduzidos em dezenas de idiomas. E tem possibilitado a recuperação mais ou menos efetiva de milhões de dependentes de álcool, virtualmente de todas as nacionalidades do planeta, nos últimos 78 anos[9].

Vale lembrar que o alcoolismo incide sobre todo e qualquer perfil sociohumano em termos de etnia, idade, sexo, orientação sexual, política e religiosa, escolaridade, renda etc. Desse modo, é regra geral que cada grupo de AA esteja permanentemente atravessado por grandes e profundas heterogeneidades sociohumanas. Quando consideramos esse dado de forma articulada à natureza aberta dos princípios acima sintetizados, podemos compreender a característica de *plasticidade* estrutural dessa organização social em face das culturas locais e seus rebatimentos sobre a qualidade da integração entre seus participantes e protagonistas[10].

Dito isto, podemos agora passar à indagação central que motivou a elaboração do presente artigo: as práticas culturais das entidades e grupos de Anônimos estariam afetando especificamente os processos de integração entre distintas nacionalidades latinoamericanas, do ponto de vista das microrrelações sociais postas no cotidiano? Como?

[9] Conforme informações disponíveis em http://www.alcoolicosanonimos.org.br/a-irmandade.html, acesso em 03/11/2014.
[10] Para um maior aprofundamento da reflexão em torno dos aspectos até aqui resumidos, ver os nossos estudos antes mencionados.

ISBN 978-85-7205-133-0

Para nos ajudar a buscar linhas de resposta, idealizamos e realizamos um novo, embora breve mergulho empírico no universo de AA, buscando sujeitos latinoamericanos que estivessem vivendo em países latinoamericanos *distintos do seu país de origem*, a fim de sondar a qualidade de sua integração em outro país do continente, e ainda, eventuais relações entre tal qualidade de integração e o seu pertencimento a um grupo de Anônimos. Para tanto, elaboramos um questionário com perguntas abertas e realizamos contatos por telefone e e-mail, ao longo de três meses, entre agosto a outubro de 2014[11].

No item a seguir, apresentaremos as vozes dos sujeitos desse levantamento, acompanhadas de algumas reflexões em torno do tema e do objetivo aqui propostos[12].

Integração entre latinoamericanos no contexto das organizações de Anônimos

No período acima informado, localizamos cinco membros de AA dentro do perfil concebido para o presente estudo; dentre eles, dois puderam ser contatados diretamente e nos encaminharam suas respostas por e-mail, dentro do prazo solicitado. Serão aqui apresentados com prenomes fictícios – respectivamente, *Pablo* e *Hernandez*[13]. A partir das suas respostas às nossas perguntas de perfil socioeconômico geral, apuramos que, em comum, ambos têm ascendência argentina, idade superior a 50 anos e escolaridade equivalente ao nosso nível superior; moram e trabalham há muitos anos no Brasil, com renda superior a dez salários mínimos nacionais e moradia própria em nosso país. No que tange à recuperação do alcoolismo, ambos ingressaram em AA já no Brasil e possuem mais de 10 anos de abstinência contínua de álcool e de dedicação à reconstrução de suas vidas.

Além disso, Pablo (55 anos) nasceu e morou na Argentina por 39 anos (sendo que, na infância, durante dois anos morou no Panamá) e vive no Brasil há 16 anos (em São Paulo). É solteiro, não tem filhos, mora só e trabalha há 16 anos como consultor em informática, o que lhe tem possibilitado viajar para diversos países da América Latina, África e Estados Unidos, para permanências de curta duração. Já Hernandez (60 anos), embora tenha nascido nos Estados Unidos, aos dois anos de idade foi com os pais para a Argentina (país de nascimento

[11] Elaboramos também um diário de campo eletrônico com o registro desses contatos e dos retornos recebidos, que permanece arquivado, juntamente com o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do questionário então aplicado, como também os retornos recebidos.

[12] Embora não seja possível um maior detalhamento do ponto de vista metodológico, necessário será informar que a abordagem para esta oitiva e para o trato analítico das falas dos sujeitos encontraram inspiração, dentre outros, em Halbwachs (1990), Medina (1995) e Bosi (1999).

[13] Alteramos também uns poucos detalhes do perfil de ambos, a fim de melhor preservar a confidencialidade das identidades.

ISBN 978-85-7205-133-0

destes) e lá viveu durante os 21 anos seguintes, vindo então para o Brasil em 1976 e aqui permanecendo até hoje. É hoje empresário e tem quatro filhos (sendo três adultos do seu primeiro casamento). Mora atualmente no Paraná, com o filho caçula e a atual esposa.

Passaremos agora às respostas diretamente relacionadas ao tema ora em discussão[14]. De início, quisemos saber "como os sujeitos avaliam a acolhida que receberam de AA no Brasil"[15]. Ouçamos cada um:

> **Pablo**: A acolhida foi muito boa e não senti nunca um tratamento diferente pelo fato de ser estrangeiro. Nem melhor nem pior, igual aos nacionais.
>
> **Hernandez**: Não foi diferente de outras áreas de meu relacionamento. Muito bem acolhido, sem fazer nunca nenhuma diferenciação por causa da nacionalidade.

Notamos grande similaridade nas respostas, circunstância que se repetirá em quase todas as demais questões, como veremos – e aqui talvez caiba pontuar que nada, em nossos contatos prévios, nos autoriza supor que os respondentes se conheçam entre si, e menos ainda que qualquer deles estivesse a par da participação do outro, visto que seus nomes foram indicados por fontes distintas e distantes no âmbito da organização[16].

Seguiremos a partir daqui com as demais respostas, reservando para o final deste item uns poucos comentários que resgatam e tomam como referência elementos da nossa pesquisa inicial.

Indagamos ainda "se eventuais diferenças de idioma afetam ou afetaram sua comunicação em AA", recebendo os seguintes retornos:

> **Pablo**: Não me lembro de momentos em que [a diferença de idiomas] afetasse a comunicação, mas sim de momentos em que inexplicavelmente utilizo mais palavras ou expressões dos meus idiomas maternos. Atribuo isso ao foco momentâneo na emoção, que distrai da preocupação de falar corretamente o português.
>
> **Hernandez**: Não, pois ingressei [em AA] muitos anos depois de ter chegado ao Brasil e já não tinha problema com o idioma.

[14] Mantivemos a escrita original dos participantes, com mínimas correções de pontuação e grafia de palavras, até porque ambos se expressam fluentemente em português formal, também por conta de suas atividades profissionais. Quando necessário, acrescentamos entre colchetes complementos que poderão facilitar a compreensão do leitor. Por questões de espaço, eliminamos eventuais repetições ou aspectos não associados ao nosso tema central.

[15] Aqui e doravante, colocamos entre aspas o enunciado das perguntas do questionário.

[16] Com respeito ao acolhimento que ambos afirmaram ter recebido, se pudermos acrescentar aqui uma pitada de informalidade, em nenhum ponto do questionário eles fizeram qualquer referência à popular rivalidade entre brasileiros e argentinos, que se manifesta em dimensões e momentos diversos do cotidiano, em ambos os países.

ISBN 978-85-7205-133-0

Perguntamos depois, "se os sujeitos percebem eventuais diferenças culturais relevantes na convivência cotidiana em AA, decorrentes das diversas nacionalidades latinoamericanas e, em caso positivo, como estas afetam o seu processo de recuperação do alcoolismo e de integração em território estrangeiro":

> **Pablo**: Não percebo que as diferenças culturais sejam relevantes na minha convivência. Atribuo isto ao fato de ter conhecido AA neste país [Brasil] e ter absorvido e ter crescido na minha sobriedade segundo a cultura, ritos e costumes locais. E, por outra parte, devido ao fato de AA enfatizar a aceitação do próximo num ambiente sumamente diverso. Ser estrangeiro é apenas mais um aspecto da diversidade, como pode ser a origem em outro estado ou cidade, a classe social, educação, capacidade econômica, sexualidade etc.
>
> **Hernandez**: Tendo passado muitos anos como imigrante neste país, absorvi bastante as idiossincrasias do povo brasileiro, costumes, hábitos. Dessa forma, nunca percebi diferenças culturais, já que a minha assimilação aos costumes brasileiros já estava incorporada na minha vida.

Indagamos também "se os participantes acreditam que AA contribuiu ou contribui para a sua integração em geral no país onde vivem atualmente e, em caso positivo, como":

> **Pablo**: Com certeza tem contribuído e continua a contribuir. A abordagem dos Doze Passos dá uma importância muito grande ao trabalho grupal, portanto fomenta o relacionamento com os companheiros (em particular) do Grupo Base (de frequência e comprometimento maior), surgindo com o tempo laços muito fortes de amizade e de afeto com muitas pessoas. (...) participando em encargos no grupo ou na irmandade, a experiência do apadrinhamento (apadrinhando ou sendo apadrinhado) ou apenas o acompanhamento pelo fato de ouvir o progresso e as dificuldades de diversas pessoas, [tudo isso] acaba criando um vínculo que ajuda muito a integração. No meu caso, o fato de ouvir com atenção e ter que expressar meus sentimentos, quase que diariamente, num idioma diferente e para várias pessoas, fez com que minhas habilidades com o idioma melhorassem muito. O conhecimento de fatos muito íntimos ou corriqueiros do cotidiano de outros membros e o exercício da compreensão, empatia e compaixão pelo outro, acaba fornecendo um entendimento e aceitação da cultura local que, acho, é um diferencial na hora de avaliar o grau de integração na cultura local.
>
> **Hernandez**: Sim, o sentimento de irmandade com meus iguais quebra qualquer fronteira, de raça, credos, condição social.

No questionário havia ainda duas perguntas; a penúltima sobre a eventual participação dos sujeitos em reuniões realizadas "em língua espanhola, presenciais ou em meio virtual, e os significados de tal participação[17]":

[17] É costume nas Irmandades de Anônimos, dentro de suas possibilidades, oferecer reuniões específicas em idiomas distintos do idioma nacional, para propiciar espaços alternativos a membros vivendo em território estrangeiro. Em São Paulo, por exemplo, são oferecidas reuniões presenciais regulares em língua inglesa e

ISBN 978-85-7205-133-0

> **Pablo:** Já participei num grupo de fala hispânica e em grupos em inglês, fui apadrinhado e apadrinhei nos três idiomas (Português, Espanhol e Inglês). Minha preferência são os grupos em português. Gosto das reuniões em inglês e das diferenças no entendimento do programa de recuperação. Utilizo muito a literatura em inglês. E não me sinto à vontade em reuniões de fala hispânica justamente pelas diferenças no formato, nos diversos ritos, e até no entendimento da proposta de recuperação.
>
> **Hernandez:** Não, desconheço reuniões em espanhol. Gostaria de participar, por curiosidade.

A última pergunta do questionário consistiu num convite para que os participantes acrescentassem quaisquer aspectos "que não nos ocorreu perguntar" e que desejassem ainda expressar. À parte alguns detalhes, ambos aproveitaram para registrar seus agradecimentos pela participação no estudo.

Neste ponto, entendemos ser oportuno passar a uma apreciação das falas apresentadas, ainda que sucinta. Vale salientar que, pelas dimensões deste artigo e pela natureza das aproximações que pudemos realizar, só poderemos apresentar pontuações reflexivas e não conclusivas, embora sinalizando para uma clara coesão entre os achados atuais e as hipóteses problematizadas nos nossos estudos anteriores, atrás referidos.

De fato, por ocasião da publicação parcial da nossa pesquisa de doutoramento assinalamos a relação de sintonia entre as práticas sociais dos Anônimos (em particular as práticas comunicativas) e a perspectiva de integração latinoamericana, visto que a

> (...) diversidade humana presente em qualquer grupo de AA (...) confronta seus membros, de forma direta e imediata, com o problema da *diferença cultural* (econômica, política, ideológica, religiosa, étnica, educacional, sexual, física etc) e opera na direção de um significativo *ataque ao etnocentrismo em geral e às incontáveis microformas de preconceito e estereotipia* (GANEV, 2003, p. 68, itálicos do original[18]).

Em outras palavras, "A atitude etnocêntrica (...) não resiste à dinâmica das reuniões de grupo, na qual *o diferente tem voz e identidade"* (Op.cit., p. 68), o que permite a cada membro "*acompanhar e compreender o movimento do outro, nos termos do outro"* (Op.cit., p. 68), de tal forma que "a convivência com tantas e tamanhas diferenças faz aflorar um senso de *etno-relatividade* (não no sentido estrito de *etnia,* mas no da diferença cultural em geral)" (Op.cit., p. 68). Em complemento, pontuávamos ainda que

> O contato com jeitos diferentes de viver, com indivíduos que professam valores, crenças e pertencimentos diferentes, propicia um processo de

espanhola. E, com o advento da Internet e das redes sociais, estas possibilidades se ampliaram através das chamadas "reuniões virtuais".

[18] Os itálicos das citações seguintes são também do original.

ISBN 978-85-7205-133-0

> *tomada de consciência* (não apenas racional, mas afetivo) de que os preconceitos são produtos de um aprendizado remoto de construções coletivas (...). Tal conscientização permite (...) desconstruir o caráter hierárquico e ameaçador das diferenças, substituindo-o por uma valorização destas últimas, que passam a ser encaradas como *alternativas*, como *riqueza humana* (Op.cit., p. 68).

Assim, a partir das vozes de Pablo e Hernandez depreendemos que as variáveis da nacionalidade, do idioma, das especificidades e dos costumes diversos não operaram na contramão da integração de ambos em outro país latinoamericano, distinto do seu país de origem. No entendimento de Pablo, dadas as características de AA, de "enfatizar a aceitação do próximo num ambiente sumamente diverso" (e considerando-se que o alcoolismo ativo em comum, como também o desejo comum por superação são as forças motrizes da "unidade"), temos que "Ser estrangeiro é apenas mais um aspecto da diversidade, como pode ser a origem em outro estado ou cidade, a classe social, educação, capacidade econômica, sexualidade etc". Poderíamos ainda dizer que a cultura institucional dos Anônimos contribui para diluir ou minimizar tal classe de dificuldades eventualmente experimentadas por indivíduos que passam a viver em território estrangeiro. Hernandez fornece outra chave para uma melhor apreensão do grau de profunda integração e da reafirmada unidade na diversidade, ao utilizar a palavra "irmandade" para fazer referência à organização *Alcoólicos Anônimos*, o que nos permite inferir que um contexto similar poderá ser encontrado nas organizações congêneres.

Pensamos também que a cultura de AA, "por si mesma e pelos contrastes que estabelece com elementos das culturas locais, inspira a emergência de uma subjetividade crescentemente desalienada, vale dizer, autoconsciente (inclusive quanto às suas marcas culturais) e autorregulada", sendo que estas regulações são baseadas "em critérios que abarcam tanto o bem-estar individual quanto o coletivo" (GANEV, 2002, p. 109). A esse respeito, novamente é Pablo quem se estende um pouco mais em aspectos sutis e delicados dos processos de integração: "O conhecimento de fatos muito íntimos ou corriqueiros do cotidiano de outros membros e o exercício da compreensão, empatia e compaixão pelo outro, acaba fornecendo um entendimento e aceitação da cultura local que, acho, é um diferencial" na avaliação da qualidade da integração.

Acrescentaremos ainda um comentário em relação à aparente contradição de Pablo em sua penúltima resposta, quando declara sua preferência por grupos "em português", não se sentindo à vontade em reuniões em língua hispânica "justamente pelas diferenças no formato, nos diversos ritos, e até no entendimento da proposta de recuperação". Nossos estudos iniciais fornece indicações interessantes para uma leitura alternativa destas declarações.

ISBN 978-85-7205-133-0

Por um lado, na pesquisa parcialmente divulgada em 2003 apuramos que, tanto em nível local (entre bairros ou entre regiões de um mesmo país) quanto entre países, a participação regular nas reuniões de Anônimos dá ensejo à criação coletiva de "um jargão específico, um conjunto de gírias e expressões com significados só acessíveis para seus membros, além de um repertório comum de histórias, metáforas, piadas (...) usadas como referência" e que são dinamicamente modificadas, como em geral ocorre no âmbito de quaisquer instituições (GANEV, 2003, p. 70). Por outro lado, no exercício comparativo então realizado entre membros e grupos de AA brasileiros e uruguaios constatamos a vigência de diferenças objetivas e subjetivas relacionadas a variados aspectos da proposta de recuperação e convivência da organização em cada país, tais como: a prevalência de traços de maior expansividade e afetividade entre os membros brasileiros, em contraste com certo retraimento relativo e atitude mais decidida por parte dos uruguaios (Op.cit., p. 74); além disso, no Brasil e no Uruguai predominavam então maneiras distintas de organizar o espaço físico dos grupos; receber os novatos; levar a dinâmica das reuniões diárias; lidar com a noção de autoridade e de unidade a partir dos princípios da organização; organizar ações de informação ao público, dentre outros aspectos (GANEV, 2002, p. 122 a 145). Estas diferenças aqui tomadas a título de exemplo nos permitem fazer uma leitura da fala anterior de Pablo, não mais como contradição, mas sim como livre escolha dentre um rol de alternativas disponíveis.

Já Hernandez afirmou que ainda não participou de reuniões em língua espanhola e manifestou uma característica comum entre os membros de AA, que evidentemente ocupa um lugar de apoio e potencialização dos processos de integração: a curiosidade.

Finalizando, entendemos que as breves considerações que permearam a nossa apresentação do estudo exploratório recém-realizado, a partir de questões de algum modo trabalhadas em nossa pesquisa anterior, dispensam um tópico específico de considerações finais no presente artigo. Esperamos apenas que as reflexões, ora resgatadas e atualizadas mediante uma nova aproximação de campo, possam ser úteis na interlocução, não só acadêmica, mas também política, em torno das práticas culturais em território latinoamericano. Ainda que a partir de numa experiência institucional específica, pretendemos que o seu enquadramento seja feito numa perspectiva de transformação em totalidade da organização da vida social em nossas sociedades, no rumo da superação da alienação humana, material e imaterial.

ISBN 978-85-7205-133-0

Entendemos que a inserção já histórica dos Anônimos em nosso(s) território(s) traz aportes de práticas culturais singulares nessa perspectiva e, dadas as suas deliberadas marcas de *discrição* em termos de visibilidade social, e do que poderíamos chamar de *abstinência ou abstenção política* em nível institucional (embora não em nível individual, visto que o horizonte da recuperação dos muitos Anônimos seja o de "devolvê-los à sociedade" em plenitude), cabe ao campo da pesquisa e a nós, sujeitos pesquisadores, empreender o trabalho de garimpo e de verificação metódica das potencialidades e dos eventuais limites aí latentes.

Referências

AA. Site oficial: http://www.alcoolicosanonimos.org.br. Acesso em 03/11/2014.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiróz, 1989.

DIEHL, Alessandra. et al. (orgs). Dependência Química. Prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GANEV, E. *Dize-me como andas* e saberei quem és: o método de alcoólicos anônimos à luz da comunicação social no contexto latinoamericano - Brasil e Uruguai. 2001. 185 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina). PROLAM/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____ Regulações Institucionais e Integração Cultural: um binômio viável. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, ano 2, vol.2, 2003, p.45-78.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

MEDINA, Cremilda C.A. Entrevista, o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

OMS. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm. Acesso em 03/11/2014.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado na transição pós-moderna: para um novo senso comum. Humanidades, São Paulo, vol.7, n° 3, 1991, p. 267-282.

VAILLANT, George E. A história natural do alcoolismo revisitada. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ISBN 978-85-7205-133-0

MÚSICA POPULAR, MEMÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADE: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA MÚSICA POPULAR REGIONAL ARGENTINA (1960-2010)

MÚSICA POPULAR, MEMÓRIA, REGIÓN Y IDENTIDAD: LA PRODUCCIÓN DE SENTIDOS EN LA MÚSICA POPULAR REGIONAL DE LA ARGENTINA (1960-2010)

Emilio Gonzalez
Doutorando em História Social
PUC/SP
elparaguaio@yahoo.com.br

Resumo
O trabalho pretende investigar as construções e reapropriações de discursos históricos no âmbito da música popular regional argentina – o *folklore.* A ideia passa por rediscutir o próprio conceito de "música política" ou, como é mais conhecida, *música de protesto.* Estabelecendo um recorte temático – os discursos identitários regional(is) - e temporal, o trabalho analisará produções musicais surgidas entre as décadas de 1960 à década de 80. Isso porque historicamente falando, trata-se de um período de profundas transformações sociais, políticas e ideológicas, estético-culturais, que levariam a uma completa redefinição sobre o papel social e político da música e do artista; e na percepção da *música* enquanto poderosa arma de reivindicação, afirmação e protesto. Amparando-se em algumas canções e discos produzidos nessa época, discutiremos a maneira estes artistas se posicionaram frente às grandes problemáticas de seu tempo, e frente aos próprios embates políticos vividos em seus meios. Pretende-se pensar que conceito de América Latina estas produções ajudaram a formular, numa época em que a música se torna uma importante arma de luta e resistência, e uma eficaz propagadora de ideologias e ideais revolucionários - ainda que tais ideais tenham ficado restritos a uma vanguarda intelectual e artística.
Palavras-chave: Música Popular; Política; Identidades

Resumen
Este trabajo se propone a investigar construcciones y reapropriaciones de los discursos históricos hechos en el âmbito de la musica popular regional argentina – el folklore. La idea quiere rediscutir el concepto de "música política", o, más bién, como se la conoce, "música de protesta". Estableciendo un marco específico en el tema - los discursos identitários regionales – y en la temporalidade, la pesquisa irá analizar producciones musicales que surgieran entre los años 1960 a 80. Esto ocurre porque, historicamente, se trata de un período de profundas transformacciones sociales, políticas y ideológicas, estético-culturales, que acabarian por llevar a una completa redefinición respecto del papel social y politico de la música y el artista; y además, en la percepción de la música como poderosa arma de reivindicación, afirmación y reclamo. Amparado en el trabajo con canciones y discos ahí producidos, se discutira la forma como estes artistas tomaran sus posiciones frente a grandes problemáticas de su época, y frente a los embates políticos vividos por ellos. Se quiere pensar qual el concepto de Latino América ellos ayudaran a construir, en um tempo donde la música se torna una importante arma de lucha y resistência, además de una eficaz difusora de ideologias y ideas revolucionárias – aún que tales hayan quedado restritos tan solamente a algunas vanguardias intelectuales y artísticas.
Palabras-clave: Música Popular; Política; Identidades

ISBN 978-85-7205-133-0

INTRODUÇÃO: CULTURA POPULAR, NAÇÃO E IDENTIDADES SOCIAIS

Pensados a partir da cultura popular (ou de inspiração popular), alguns embates em torno da identidade do homem rural argentino começou a ser travado na Argentina já em meados do século XIX. É conhecida a querela, no campo literário, da disputa travada entre a burguesia liberal portenha (unitários), contra os caudilhos (federalistas) do interior do país. Quando a jovem nação Argentina recém surgia, era fundamental a definição de identidades que reforçasse hierarquias sociais e regionais. Desta demanda, destacava Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888), liberal portenho, que em 1845 publicou sua obra *Facundo*[1]. Nela, Sarmiento expressava toda a aversão nutrida pelo pensamento liberal (do qual compartilhava) ao estilo de vida do homem rural do interior argentino (o *gaucho*[2]). Para ele, o *gaucho* era uma subespécie humana, fruto da barbárie caudilhesca e do atraso[3].

Em 1872, o interior do país recém era pacificado à força, e as últimas *lanzas montoneras* (guerrilhas rurais lideradas por chefes caudilhos) definitivamente derrotadas. Foi quando começou a surgir na imprensa argentina histórias avulsos d'*El Gaucho Martín Fierro,* assinados por um certo José Hernández. Publicado posteriormente em forma de livro, e transformado postumamente no grande poema nacional argentino, *Martin Fierro* encarnava o simples trabalhador rural argentino, o *gaucho*, que longe de ser bárbaro e violento, era apenas uma vítima do desigual e violento sistema social rural, e um proscrito errante que tentava sobreviver em meio à feroz luta entre os *unitários* e os *federalistas*[4].

Em maior ou menor grau, *El Martín Fierro* ajudou a resolver o tabu civilizatório em torno da figura do *gaucho*, tornando possível uma apropriação (ou apropriações) deste personagem a partir de então. A figura do *gaucho* passaria a marcar definitivamente os discursos sobre a

[1] (Titulo original): "Facundo, civilización y barbárie em las pampas argentinas". Entre outras razões, essa obra tratou-se de uma crítica clara ao *caudilho* Juan Manuel de Rosas (1793-1877), representante da vertente federalista, e que governou o país de forma ditatorial entre 1835 a 1952. Nessa obra, Sarmiento realizava uma mordaz e aguda crítica aos caudilhos (chefes políticos rurais), caracterizando-os como símbolos do atraso, e como enclaves ao processo civilizatório. Foi publicada pela primeira vez no Chile, durante o exílio de Sarmiento.

[2] Respeitando a pronúncia adotada na Argentina, Paraguai e Uruguai, a palavra será grafada sem o acento agudo na letra "u".

[3] Para combater e superar a barbárie *gaucha*, Sarmiento defendia um sistema de educação e instituições pautadas no liberalismo e em outros valores e conceitos da civilização europeia. Sua ideia era estabelecer a hierarquia, disciplina e obediência ao poder central (Buenos Aires), sendo necessário dobrar o interior rebelde e separatista..

[4] Basicamente, tratava-se de um conflito entre a burguesia portenha (Buenos Aires) – os unitários – em seus planos pretensamente centralistas e dominantes, para quem a unificação da nação em torno da capital representaria não apenas o monopólio do mando político, mas também das rendas aduaneiras; e de outro lado, a resistência encampado pelas lideranças e chefes políticos do interior da Argentina (caudilhos), que defendiam a autonomia política e, principalmente, econômica das províncias do interior argentino, expressando-se na doutrina do *federalismo*. Este conflito perdurou desde os primeiros anos após a independência do país (1810), resolvendo-se apenas na década de 1880, após a guerra do Paraguai e a vitória do projeto centralizador da burguesia portenha.

ISBN 978-85-7205-133-0

identidade nacional argentina a partir do final do século XIX e inicio do XX, incluindo os discursos das elites. Isso porque no alvorecer do século XX, discursos sobre o "popular" ajudaram a estruturar projetos nacionalistas e elaborações sobre o regionalismo, como subproduto a compor a nação como um todo. Experimentado de forma clara a partir dos anos 1920, 30 e 40, na América Latina e na Europa, a construção da identidade nacional articulada a discursos sobre o regionalismo afetariam de forma definitiva a produção cultural, literária e artística, inclusive aquela consumida pelas elites.

No caso argentino, pensado em termos estilísticos, o *gaucho* foi rapidamente incorporado aos discursos nacionais, e ganhando força à medida que se forjava a ideia de uma nação construída em torno do binômio "tango-folklore". Essa fórmula permitia articular o projeto oligárquico-liberal, colocando num mesmo patamar discursos sobre a migração europeia ("traduzidos", musicalmente falando, nas melodias do *tango,* de origem alegada européia); e o *fokclore,* referindo-se aos ritmos e estilo/estética de vida do *gaucho*[5].

O próprio peronismo, emergindo com maior força nos anos 1940, utilizou-se deste binômio "tango-folklore", e não foram poucos os artistas populares que se engajaram e se aliaram aos projetos e discursos nacionalistas deste período. No caso do *folclore,* e com raríssimas exceções, artistas produziam discursos musicais, poéticos e literários que evidenciavam e enalteciam as paisagens campestres, as tradições e festas rurais, a religiosidade, e as relações de amizade entre o peão e o fazendeiro, reforçando assim as hierarquias sociais já existentes no meio rural, suavizando assim a exploração do homem sobre o homem, colocando em matizes coloridas e paternais a violência do pesado e desgastante trabalho rural.

A exceção aqui ficaria por conta de autores que, isoladamente, buscaram compreender o campo como local de trabalho e exploração, e não como paisagem. Entre eles, destaca-se a obra do longevo compositor argentino Atahualpa Yupanqui (1908-92), e que desde fins da década de 1930 já "incomodava" as oligarquias argentinas, tornando-se (como ele próprio se auto-denominou) "el payador perseguido"[6].

---

[5] Mesmo nos dias atuais, falar em *folkore* referindo-se à produção musical do interior argentino, significa pensar algo próximo àquilo que, aqui no Brasil, chamaríamos de "música de raiz". No caso, ritmos populares, cantados pelas populações e artistas que vivem no meio rural. Entre os principais ritmos/danças utilizadas pelos cantores de *folklore,* podemos destacar: a *zamba, chacareira, milonga, vidala, cueca, chamarrita, chamamé* e *vals.*

[6] Segundo Dario Marchini, Atahualpa Yupanqui gostava de se definir através da frase "Pienso; luego, exílio!". De fato, *el payador* (trovador) *perseguido* viveu boa parte de sua carreira artística perseguido, censurado, proibido e exilado, por conta da forte temática social de suas composições e de seu ativismo político. Curiosamente, Yupanqui foi perseguido pelas oligarquias argentinas no período pré-peronista; depois, foi censurado e perseguido pelo peronismo; e por fim, também perseguido e censurado pelos militares que haviam derrubado Perón do poder em 1955. Finalmente, também teve suas composições proibidas durante a última ditadura militar argentina, que durou de 1976 a 83.

ISBN 978-85-7205-133-0

OS ANOS 1960 E A CANÇÃO DE PROTESTO

Apesar do pioneirismo de Atahualpa Yupanqui, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que o *folklore* emergiria sistematicamente como arma de luta e intervenção política. Isso porque à medida que a Guerra Fria acentuava a divisão ideológica do mundo, e tinha como sua consequência mais visível a intervenção estadounidense na América Latina (inclusive através de ditaduras e/ou governos fantoches), a ideia de se buscar alternativas que produzissem uma "América Latina Libre" conferia aos seus elementos nativistas – inclusive, e principalmente, à sua música – um papel privilegiado e estratégico. Era o momento de rejeitar o "American Way of Life", e construir um outro rosto mais próximo à realidade do continente e sua população: campesino, rural, trabalhador; *gaucho.*

No caso argentino, essa mudança de foco acabou por conferir sentidos múltiplos à música popular de raiz, e um papel especialmente protagonista para os chamados *folkloristas:* agora, munidos de uma função que também era política, o *folklore* passava a tomar por mote temas e tipos populares do interior do Pais e do continente, como forma de recuperar aquilo que se acreditava ser a verdadeira América Latina, sem a intervenção externa (no caso, estadounidense). Neste sentido, mesmo quando se tratavam apenas de vanguardas artísticas, os *folkloristas* acabaram sendo alçados – muitas vezes, até de forma exagerada - à condição de *intérpretes* da realidade e dos anseios sociais e nacionais de sua população. Surge daí a chamada "canção de protesto" (como ficaria conhecida no Brasil a partir da vinculação deste movimento à música participante ou *política*). Dentre os cantores "de protesto" associados a este movimento, destacam-se nomes como Mercedes Sosa, Ariel Ramirez e Armando Tejada Gómez, entre outros. Este movimento teve profunda repercussão também em outros países, como Uruguai (Daniel Viglietti, Alfredo Zitarroza, Los Olimarenõs), Chile (Victor Jara, Violeta Parra, Quillapayún, Inti Illimani), Cuba (Silvio Rodriguez, Pablo Milanés), México (Amparo Ochôa, Gabino Palomares), Venezuela (Ali Primera), chegando, inclusive, no Brasil, onde acabaria associado à época dos *Festivais*[7], ou diluído em propostas estéticas/políticas/discursivas de artistas que dialogavam diretamente com a música produzida no interior da América Latina. Destes movimentos, destacam-se nomes de artistas como

[7] No Brasil, após 1964, a proibição e fechamento de vários meios por parte da censura que foi instaurada com a ditadura militar, acabou levando muitos artistas a desenvolverem um tipo de ativismo político muito peculiar, apresentando-se em festivais televisivos e radiofônicos, onde costumavam interpretar temas musicais com forte teor político. Dentre eles, o "Festival da Música Popular Brasileira" (TV Excelsior e TV Record) e "Festival Internacional da Canção" (TV Rio e Rede Globo), entre outros. Tais eventos ocorreram entre 1965 a 1968, sendo proibidos após a publicação do AI-5 (13 de dezembro de 1968).

ISBN 978-85-7205-133-0

Milton Nascimento, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jair Rodriguez, Elis Regina, Edu Lobo, Geraldo Vandré e Chico Buarque, sendo estes dois últimos, de maneira mais emblemática, a gravarem e serem também gravados por outros artistas latino-americanos identificados com a chamada "canção de protesto".

Voltando ao caso argentino, Dario Marchini, um dos autores a se debruçar sobre o tema, associa essa valorização e politização do *nacional* (incluindo as identidades rurais) por parte especialmente das classes médias urbanas, a elementos como o modismo pós-Revolução Cubana, o orgulho nativista pró-latino-americano, e ao próprio interesse das gravadoras e do mercado discográfico, em processo de ascensão:

> Seguramente habrá habido alguna razón o suma de causas concurrentes, para que las zambas y chacareras irrumpieran en forma aluvional en las altaneras calles de la Buenos Aires de asfalto y luz de mercurio. Las explicaciones ensayadas por quienes se jactan de saber, son abundantes. Desde la clásica "reacción ante la irrupción de modelos forâneos colonialistas" (que, en realidad, no eran tales), hasta los más sofisticados razonamentos sociológicos que no excluen las motivaciones latinoamericanistas alumbradas por la poderosa mística de la revolución cubana; cierto nacionalismo a flor de piel en las mayorías desposeídas que añoraban al líder proscripto en el tíbio exílio madrileño; o el simple esnobismo del medio pelo *jaurretcheano.* Lo cierto es que la musica de origen provinciano comenzó a ganar espacios en reuniones e lugares de entretenimiento de los porteños. Por que de eso se trataba el fenómeno de la legitimación brindada a la musica folklorica por los jovenes, mayormente, de familias de clase media de la cosmopolita y arrogante Capital Federal de los argentinos. En otras palabras, los porteños descubrieran una música que siempre estuvo viva entre los trabajadores que, al calor de la incipiente industrialización de la décadas peronista, arribaran a la gran ciudad y levantaron precarias barriadas en lo que hoy conocemos como el Gran Buenos Aires. Y el mercado discográfico se frotó las manos[8].

Em 1963, um grupo de artistas, intelectuais e músicos produziram e assinaram um manifesto fundacional do movimento *Nuevo Cancionero.* Endossado por nomes que posteriormente se tornariam centrais no movimento da canção política latino-americana, o manifesto vinha assinado por nomes como Armando Tejada Gómez, Mercedes Sosa e Ariel Ramirez. Numa parte deste manifesto, seus autores sugeriam uma outra direção para se compreender o

[8] MARCHINI, M. Dario. *No Toquen!* Musicos populares, gobierno y sociedad . 1ª. Ed. Buenos Aires, Catálogos, 2008, p.127. Importante destacar que nessa mesma época, no Chile, outro cantor e compositor identificado com a canção política, Victor Jara, também problematizava essa relação entre o cantor popular (artista) e o popular em si (as temáticas por eles trabalhadas), e se mostrava incomodado com os *rótulos* que advinham da popularização e da mercantilização do *folklore* como música genuinamente política - *de protesto.* Jara reivindicava, em seu lugar, a condição de músico popular, *do povo:* "La canción, de pronto, puede ser un arma terrible también, y por eso que la industria de la canción, manejada por grandes empresas (...) viendo que surge una canción nueva que está al lado de las luchas del combate del pueblo, la industrializa también, y le da un título de *protesta*. (...). Nuestra canción no es una canción de protesta; es una canción popular, porque ella está unida intimamente a la juventud y al pueblo. Intimamente en sus sentimientos más nobles, en sus deseos fervientes de ser libre, y de vivir mejor. Por eso, popular." (Álbum VICTOR JARA *habla y canta en vivo en La Habana - Cuba*. Introdução à "Plegária a un Labrador", 1972.

ISBN 978-85-7205-133-0

fenômeno da grande acolhida do *folklore* entre os moradores dos meios urbanos: a valorização devia-se a processos migratórios e deslocamentos de trabalhadores, que vinham do interior do País, para as periferias da capital, Buenos Aires. O acirramento das contradições capitalistas, o subdesenvolvimento e a miséria deveriam ser a chave para compreender porque a música nativista, de repente, passava a ser "descoberta" pelos jovens abastados e até então indiferentes que viviam nas grandes cidades argentinas:

> En lo que respecta a Buenos Aires, apuntamos este hecho: debido al auge industrial que se inicia a raíz de la Segunda Guerra Mundial, la capital, recibió el aporte masivo de inmensos contingentes humanos del interior del país. Ellos traían junto a la esperanza de una vida mejor en la gran ciudad, sus raídas guitarras y la magia de sus paisajes natales. A la postre, serían el mercado que exigiría cada día más música nacional nativa y que terminarían por imponer al hombre y la mujer porteños, un gusto y una pasión inquietante por este inmenso y abismal país continente. Todo el país comenzó a verse a sí mismo en el cancionero, sospechando que a sus espaldas, un mundo cautivante y desconocido se había puesto en movimiento. El auge de la música folklórica es un signo de la madurez que el argentino ha logrado en el conocimiento del país real. Son los primeros síntomas masivos de una actitud cultural diferente; ni desprecio ni olvido[9].

Dada a forte musicalidade da Argentina, e também ao momento marcado pela difusão de novas ideologias, estilos, linguagens e possibilidades estéticas, a música de raiz produzida no interior da Argentina vai abandonando definitivamente seu caráter local, e passa a se conectar com as grandes demandas que estavam acontecendo na América Latina, e ao redor do mundo. Numa entrevista concedida pelo músico Juan Falu ao autor dessa pesquisa, o artista argentino assim se referiu ao período em questão:

> Los 60 fueron años particularmente ricos na história da musica folklorica argentina. Eu acho que é interessante considerar que quando nós falamos de folklore na Argentina estamos englobando diversas linguagens. Não tan só a musica tradicional de origem folklorico, si no las sucesivas transformações nessa musica. Y los 60 fueran años de muita transformación, qualitativamente muito importante. Y los musicos adolescentes que amaban esta musica y queríamos atingir una musicalidade. Para nós, era suficiente escutar a nossa própria musica. Por eso, eu sou parte de um grupo de musico que escutaban muito os Beatles. Nós tínhamos já escutado, por exemplo, Single Singles. Tínhamos já 15, 16 años. Escuchábamos Bach, Jazz... já comenzaba Piazolla a ser ouvido por nós. Y ouvia muito João Gilberto. Antes, a musica Bossa-Nova em geral. Foi o começo do conhecimento do Brasil para nós. Então, somos parte de uma geração e así que se musicalizó tendo como referência a própria musica y esas otras que estaba nomeando. Mas não necesariamente a música que estaba de moda. Por eso que o rock, por exemplo, para mi, e para muitos colegas meus fica fora do nosso universo musical. Completamente fora[10].

[9] GOMEZ, Armando Tejada. *Manifiesto Del Nuevo Cancionero*, 1963. Consultado em 21/10/2011 em: http://www.tejadagomez.com.ar/adhesiones/manifiesto.html

[10] Juan Falu, músico argentino, nasceu e se criou na província de Tucumán. No período em que era estudante universitário, militou em movimentos artísticos e organizações de esquerda. Com o início da ditadura militar

ISBN 978-85-7205-133-0

Ou seja, se vislumbram inúmeras possibilidades de se entender e interpretar o repentino e decisivo interesse que a música popular de raiz produzida no interior da Argentina a partir deste período passa a exercer sobre setores médios, estudantes, intelectuais e artistas de vanguarda. Independente da perspectiva que se possa assumir, o fato é que, desde a segunda metade do século XX, vai ficando cada vez mais difícil pensar a música nativista regional argentina sem que determinados conflitos sociais e disputas de classe e ideológicos estivessem presentes. A música vai deixando de ser tratada como mero entretenimento, e passa a operar como palco de intensas disputas na construção de sentidos e memórias sobre a nação, sua história e seus arranjos de classes sociais. Ou mesmo como interlocutora das demandas sociais e políticas da classe trabalhadora, em sintonia com o discurso das vanguardas artísticas e intelectuais, e como espaço de reflexão e atuação política de artistas engajados naquele projeto de soberania e autodeterminação da sociedade latino-americana. Para estes últimos (entre os quais se incluem os artistas vinculados ao movimento *nuevo cancioneiro*), o imperativo era um só: focar menos a "paisagem", e mais o "homem".

Nessa linha, a música popular nativista produzida na Argentina entre as décadas de 1960 a 80 acaba assumindo este papel de protagonista bastante claro, já que além das questões que citamos acima, a construção deste ideário latino-americano passará também pela vitória da Revolução Cubana (1959) e seu impacto nas vanguardas artísticas. Isso porque a Revolução Cubana redefine não apenas o papel da América Latina no jogo geopolítico estadounidense, como também coloca a arte como um poderoso interlocutor a romper fronteiras e difundir ideologias, numa época em que outros meios (universidade, jornais, partidos) estavam sob censura violenta dos regimes ditatoriais na maioria dos países latino-americanos. Mesmo assim, há que se considerar que essa "música de protesto" teve um alcance bastante limitado, porque restrito a apenas uma pequena parte da vanguarda de intelectuais, artistas e ativistas políticos. Na avaliação de Falu:

> Yupanqui es el primer artista popular massivo que faz uma denúncia social. Tem muitas musicas tucumanas com este conteúdo. Depois aparece a Mercedes Sosa, que es otro símbolo de la canção, digamos, ideologizada. Ela si, es tucumana. Mas ese yá es un tema para mi que me deja unas reflexões (...), por exemplo, a influência da ideologia e dos processos sociais na canção. Bom, é um tema muito interessante, e acho que é bom quebrar alguns esquemas. Por

argentina (1976-83), fugiu do País para não ser preso, torturado e morto pela repressão. Seu irmão acabou morto pelo regime. Já no Brasil, participou e colaborou em inúmeros conjuntos latino-americanos que atuavam no Pais no inicio dos anos 1980. Pode-se dizer que Falu contribuiu e participou decisivamente para a difusão da "música de protesto" latino-americana no Brasil, sendo um dos co-fundadores do grupo Tarancón. Atualmente, o músico vive em Buenos Aires. Entrevista concedida a Emilio Gonzalez em 28/02/2012 em Buenos Aires, ARG.

ISBN 978-85-7205-133-0

> exemplo, para anunciar o tema e fazer uma síntese: no necessariamente a canção de protesta era popular! Muitas veces era feita e escutada e curtida, digamos, por un sector social más de clase média e intelectual. No necesariamente era popular[11].

O importante é isto: muitos artistas passaram a ter uma noção clara sobre o papel histórico e político de sua música frente ao público a qual se dirigiam, cujo olhar se deslocava do mero *entretenimento musical,* para o ativismo político. Assim, conscientemente, muitos se tornaram agentes de discursos políticos e identitários, alguns dos quais chegando a propagar bandeiras claramente de esquerda, com conteúdo revolucionário, anti-imperialista e pró-Latino-Americano[12]. Assim, mais do que meros narradores de *fatos históricos* ou *contadores de causos,* o papel do artista do folklore passa a ser completamente redesenhado, arvorando-se ele próprio à condição de intérprete de realidades distintas, ideias e concepções presentes nas falas e memórias das classes populares, ainda que na maioria das vezes continuasse a se tratar de um popular completamente idealizado, no qual intelectuais e referências acadêmicas substituíam o "povo" de carne e osso propriamente dito.

Além disso, também em determinados contextos, a simples menção a músicas de raiz folklórica já era em si um ato político-ideológico pró-Latino Americano, como ocorreu no Brasil no inicio dos anos 1980. Nessa época, centenas de artistas latino-americanos radicados no Brasil animavam a "festa da redemocratização' brasileira, operando como sua principal trilha sonora. Neste caso, mesmo músicas falando de amor, amizade e descrevendo paisagens poderia ser uma "música de protesto".

APÊNDICES: OUTRAS CANÇÕES POLÍTICAS

Dado ao tamanho deste texto, não iremos avançar muito neste ponto, mas importa notar que, devido a este rápido e intenso processo de politização assumido pela musica popular argentina

[11] Idem.

[12] São muitas as canções que trazem este conteúdo, podendo citar algumas: "Soy Loco por Ti, América" (Brasil, 1967), composta por Caetano Veloso, Gilberto Gil e Capinam, onde a identidade camponesa e guerrilheira é evocada (referência clara à revolução cubana); "Canción con todos" (Argentina, 1969), composta por Cesar Isella e Armando T. Gomez, onde são mencionadas elementos como os recursos naturais e do solo, como bases para a construção de uma identidade de luta dos povos latino-americanos; "Milonga de Andar Lejos" (Uruguai, 1967), de Daniel Viglietti, onde o autor conclama a unidade das classes e dos grupos étnicos da América Latina numa luta contra os exploradores/opressores do continente. Em alguns casos, como em "A desalambrar", do mesmo Daniel Viglietti, questões como a reforma agrária aparece de forma clara; ou na música "Plegária a un Labrador", de Victor Jara (1971), que, à semelhança da música "Viola Enluarada", de Geraldo Vandré (Brasil, 1967), conclama à resistência armada contra os regimes opressivos e ditatoriais.

ISBN 978-85-7205-133-0

entre os anos 1960 e 70, acabaria por surgir também artistas ligadas a campos ideológicos distintos, inclusive de direita e/ou portando bandeiras conservadoras. Ou seja, a canção política não pode ser entendida apenas quando propõe um viés revolucionário e/ou de esquerda, mas deve ser pensada também a partir da consciência que o artista tinha de que sua música poderia propagar ideologias, propor novos (ou a conservação de antigos) arranjos sociais e culturais, e reforçar laços de pertencimento a um grupo e nação. Ou seja, mesmo que aparentemente desprovida de discurso abertamente contestatórios, ou quando vindos através de "suportes musicais" insuspeitos (porque desprovidos de engajamento político), as mesmas disputas políticas acabam ganhando terreno.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com num importante grupo de folklore argentino, Los Chalchaleros, que em 1979 distribuíram um disco sob o título "Con Alan Debray" (referência a um maestro arranjador de orquestras de tango, famoso no País). Politicamente falando, o grupo Los Chalchaleros, já então um dos mais antigos em atividade no País[13], sempre foi um conjunto associado às oligarquias argentinas. Além do fato de que seus próprios integrantes eram filhos de fazendeiros ricos da província de Salta, o grupo fez seu nome apresentando-se em feiras de agronegócio, festas religiosas e patronais, festividades oficiais, etc. Portanto, tratava-se de um grupo sem qualquer ligação com aquelas vanguardas revolucionárias de esquerda surgidas na Argentina. Porém, neste disco mencionado, o então insuspeito grupo "de direita" Los Chalchaleros recolocaria no mercado fonográfico temas de artistas que estavam sob censura pela repressão que se seguiu ao golpe de 1976. Um deles era o "proibido" Atahualpa Yupanqui, que teve vários temas gravados, incluindo a famosa canção "El Arriero Vá", considerada por muitos uma de suas mais importantes músicas de viés politico[14].

Outro aspecto geralmente sonegado quando das análises sobre o tema "música política" é o fato de que a musica de raiz folklórica, mesmo neste período de clara politização de esquerda, também serviu de suporte para discursos conservadores e de direita. Destacamos, entre outros, a obra musical de Hernan Figueroa Reyes (falecido em 1972) e Roberto Rimoldi Fraga, ambos alinhados à ideia da tradição e família, e respeito às hierarquias sociais rurais (caudilhismo). Mesmo assim, pode-se dizer que eles também "subvertiam" campos de memória oficiais, à medida que reabilitavam alguns personagens "malditos", como os líderes "caudilhos" que no século XIX lutaram contra Buenos Aires e contra suas pretensões

[13] O grupo iniciou suas atividades por volta de 1948. Gravou seu primeiro disco em 1953, e só encerrou suas atividades em 2002, devido a problemas de saúde de seus fundadores.

[14] A música descreve um boiadeiro (arriero) levando uma boiada pela paisagem agreste do norte argentino, enquanto reflete sobre sua tristeza e sobre a expropriação de seu trabalho. No refrão, aparece a seguinte: "As tristezas são nossas; as vaquinhas são alheias".

ISBN 978-85-7205-133-0

centralistas e unitaristas. Assim agindo, estes artistas passavam a reivindicar a memória *gaucha* da história Argentina; mas não do *gaucho* integrado à nação, como no binômio "tango-folklore" (como discutimos antes); trata-se do *gaucho* integrado à força, contra sua vontade, e lutando pelo direito de ser livre e independente. Nessas formulações, aparecem líderes políticos exemplares, que como Juan Manuel Rosas, Martin Miguel de Guemes, José Gervásio de Artigas e Felipe Varela.

Hernan Figueroa Reyes (1937-1973), por exemplo, produziu em 1971 o disco *Viva Güemes*, inteiramente dedicado à memória do "caudilho" Martín Miguel de Güemes (1785-1821). Güemes foi um herói regional da independência Argentina (1811-1815), responsável por formar um importante cordão de resistência ao norte do País (na fronteira com o Alto Peru, onde as tropas espanholas eram mais fortes), evitando a retomada do controle da Argentina, por parte das tropas realistas. Consolidada a independência, Güemes acabaria rompendo com Buenos Aires por discordar das claras pretensões centralistas da burguesia portenha. Proscrito por Buenos Aires, acabou tendo que lutar contra o exército que ajudara a constituir. Hemofílico, acabou ferido em uma batalha, e agonizou até morrer, quando tinha apenas 36 anos de idade. O disco de Figueroa Reyes constitui uma narrativa biográfica e exaltação heróica dos feitos militares atribuídos de Güemes. Hernan Figueroa Reyes, "El Cantor Enamorado", tinha um perfil bastante conservador. De carreira meteórica e promissora, faleceu em um acidente automobilístico no interior da Argentina, aos 36 anos de idade.

Em 1967, surgia nos palcos argentinos um jovem talentoso e dono de uma voz forte e poderosa, Roberto Rimoldi Fraga. Entre canções exaltando a pátria e as paisagens argentinas, Rimoldi Fraga dedicaria também parte importante de sua obra para esculpir a "memória federalista", descrevendo heroicamente caudilhos que lutaram pelas bandeiras federalistas no decorrer do século XIX. Entre eles, Felipe Varela (1821-1870), José Gervásio de Artigas (1764-1850) e Juan Manoel de Rosas (1793-1877). Rimoldi Fraga também é autor da música "Argentina, pa'lo que guste mandar"[15]. Nela, além do forte teor nacionalista e patriótico, Fraga deixa bastante claras as suas posições e vinculações políticas e ideológica conservadoras:

> Mi tierra está hecha con sangre de valientes que entregaron la vida a cambio de Patria (...) Por eso es que todos juntos tenemos que defender el suelo con que soñaron nuestros próceres de ayer. (...) para que así con fervor en este himno al trabajo se convierta en realidad lo que

[15] "Pa´lo que guste mandar" é uma expressão típica do interior argentino, que quer dizer algo como "estou a seu completo dispor".

ISBN 978-85-7205-133-0

> pretende mi canto: la consigna es hermanarse por defender la Nación. Por eso es que te convoco ante Dios, Patria y Hogar. ¡Este es mi hombro, Argentina, pa' lo que gustes mandar!

Ainda que situado à direita mais conservadora, politicamente falando, Rimoldi Fraga irá ressignificar também personagens geralmente reivindicados pela esquerda latino-americana, como é o caso de José Gervásio de Artigas (1764-1850). Artigas é considerado o responsável pela independência do Uruguai. Primero, ajudando Buenos Aires a lutar contra o domínio espanhol. Depois de 1813, até 1820 (quando foi derrotado), quando rompeu com as pretensões centralistas portenhas, lutando pela independência e secessão de importantes territórios platinos do atual interior argentino[16]. Artigas é um líder carismático latino-americano por excelência, incluindo pelas esquerdas, que o enxergam como um pioneiro na ideia de "América Libre", e socialmente mais justa. Artigas foi o primeiro a realizar uma reforma agrária, a conceder cidadania aos indígenas e a abolir a escravidão. Tratam-se de bandeiras clássicas cultivadas pela esquerda latino-americana, que assim, o associam a outros próceres libertadores da América, como Simon Bolívar[17]. É evidente que nada disso aparece no *caudilho* conservador esculpido por Rimoldi Fraga, que prefere valorizar Artigas pelo seu aspecto militar, como general "caudilho" lutando pela secessão do interior argentino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, importa aqui perceber que os embates e conflitos deflagrados através da música popular jamais produziram consensos, e que mesmo a música "não partidária" (ou não panfletária) também pode ser vista como interlocutora das grandes questões políticas das quais se ocuparam os artistas argentinos e latino-americanos a partir da segunda metade do século XX. O conceito que se desenvolveu e se difundiu entre vários estudiosos do tema geralmente considera como musica política apenas aquela que, intencionalmente (e claramente) assume posições políticas, e de esquerda. Essa é uma falsa questão, e o caso argentino está repleto de exemplos neste sentido, pois abre um campo imenso de

[16] A "Federação" formada por Artigas criava um novo Estado entre Brasil, Argentina e Paraguai, agregando além do território do Uruguai (que também era pretendido por Brasil e Argentina), as atuais províncias de Entre Rios, Corrientes e Misiones. Apesar de inimigas na geopolítica sulamericana, a federação Argentina e o Império do Brasil se uniram tacitamente para combater e derrotar Artigas, pelo risco que representava à integridade de seus territórios pretendidos. Artigas acabou exilado no Paraguai, onde morreria, em 1850.

[17] Em um disco intitulado "Viva Chile", lançado na Itália em 1980, o grupo chileno Inti Illimani gravou uma música que homenageava Simon Bolivar, e ao final, aproximava seus feitos aos de José Artigas. O grupo Inti Illimani saiu do Chile para o exílio europeu após o golpe que instaurou a ditadura de Augusto Pinochet (1973-89). O grupo era um dos principais esteios artísticos do governo socialista de Salvador Allende, sendo uma das referências de esquerda no tocante a chamada "canção de protesto".

ISBN 978-85-7205-133-0

possibilidades para quem se propõe a pensar o papel político desempenhado pela música e pelos artistas regionais, e os embates ali realizados. Embates que, em muitos casos, em pouco (ou nada) se diferem daqueles realizados no âmbito da historiografia acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

AYALA, Marcos & AYALA, Maria Ignez N. *Cultura Popular no Brasil:* Perspectiva de análise. São Paulo; Ática, 1987

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata.* Brasília: Ed. UNB, 1998

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. São Paulo: Revista Brasilera de História, Vol. 16, No. 31/32, 1996.

CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural.* São Paulo: Papirus, 1995

DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

GARCIA, Tânia C. *Atahualpa Yupanqui e as Representações do Popular nos Tempos de Perón.* Anais Eletrônico do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006.

GOMEZ, Armando Tejada. *Manifiesto Del Nuevo Cancionero,* 1963. Consultado em 21/10/2014 em: http://www.tejadagomez.com.ar/adhesiones/manifiesto.html

MARCHINI, M. Dario. *No Toquen!* Musicos populares, gobierno y sociedad . 1ª. Ed. Buenos Aires, Catálogos, 2008

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata – 1808-1828.* São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2002

POLLACK, Michel. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.01. 2. n. l, 1989

POMER, León: *As Independências na America Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. "A Guerra do Paraguai e a Formação do Estado na Argentina." In: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois.* Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995

PORTORRICO, Emilio Pedro. *Dicccionário Biográfico de La Musica Argentina de Raíz Folklorica*. Buenos Aires, 1997.

ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 1996

VEGA, Carlos. *Apuntes para la Historia del Movimiento Tradicionalista Argentino.* (Textos Recompilados). Buenos Aires, ARG; Secretaria de Cultura de la Presidencia de la Nación; Instituto Nacional de Musicología "Carlos Vega", 1981.

ISBN 978-85-7205-133-0

Teoria do Populismo: A subsunção teórica ao ideário liberal.

Theory of Populism: The theoretical subsumption to liberal ideology.

Eribelto Peres Castilho

Doutorando e Mestre (2008) em História Social - PUC/SP.

Professor Adjunto IV da Faculdade Zumbi dos Palmares (FAZP)

eribeltopc@gmail.com

Resumo: O presente artigo procura problematizar a afamada *Teoria do Populismo* como explicação *política* da "Revolução Burguesa Brasileira", ocorrida entre os anos 1930-1964. Para tanto, buscamos apresentar inicialmente, a partir de alguns excertos da produção teórica de autores filiados a essa interpretação histórica *tradicional*, os principais pressupostos que configurariam o n*úcleo duro* de tal conceito. Posteriormente, recuando às origens de outra célebre noção teórica surgida na Europa na primeira metade do século XX – a teoria da sociedade de massas –, procuramos apresentar a *gênese* e *função social* desse constructo teórico – *o populismo* – buscando demonstrar seus impasses interpretativos, bem como seus limites para a compreensão das particularidades da recente história brasileira.

Palavras Chave: Populismo; Política; Democracia; Revolução; Classe Trabalhadora.

Abstract: This article questions the famous theory of populism as a political explanation of the "Brazilian Bourgeois Revolution" that occurred between the years 1930-1964. To reach this objective, first we try to present the key assumptions that would shape the core of this concept from some excerpts of the theoretical work of authors affiliated with this traditional historical interpretation. Afterwards, recalling the origins of another famous theoretical notion emerged in Europe in the first half of the twentieth century – the theory of mass society – we present the genesis and social function of this theoretical construct – populism – seeking to demonstrate its interpretive impasses and its limits for understanding the particularities of Brazil's recent history.

Key words: Populism; policy; democracy; revolution; Working Class.

ISBN 978-85-7205-133-0

Um Breve Esboço da Teoria do Populismo.

Para que possamos melhor compreender a afamada *Teoria do Populismo*, necessário expormos inicialmente, ainda que de modo breve e circunscrito, alguns pressupostos e conceitos que configuram o *núcleo duro* desse *constructo teórico*. Para tal exposição, que não tem a pretensão de esgotar o assunto, utilizamo-nos tão somente de alguns excertos da produção teórica de um dos baluartes dessa interpretação histórica *tradicional* – Francisco Weffort –, o que não significa que ignoramos que tal *modelo teórico* tem em outros autores configurações diversas e perceptíveis, ainda que marcadas todas por um procedimento teórico elementar de "captação de alguns dados empíricos referentes à aparência do âmbito estritamente político, em detrimento dos demais" (COTRIM, 1999, p. 53).

Importante observar inicialmente que para F. Weffort,

> o populismo como estilo de governo (...) só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expansão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-64). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios, e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas no jogo político. (WEFFORT, 2003, p. 71)

Como se vê, para a conceituação do dito *estilo populista* de governo, Weffort toma como marco histórico a crise ocorrida em 1930. Esta crise, segundo o autor, conduziu a uma espécie de *vazio político*, a uma crise de hegemonia do poder político da oligarquia[1], abrindo-se um espaço possível e efetivo para a alteração da cúpula dirigente.

[1] Para a discussão crítica do conceito de Oligarquia, tema que extrapola os limites do presente texto, ver *Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)*, item *5 – A Constituição Histórica da denominada "Oligarquia Antiburguesa"* (pp.85-94) inserto na Dissertação de Mestrado: CASTILHO, Eribelto Peres. Formação Econômica do Brasil no Pensamento de Francisco de Oliveira. 2008. 220 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo.

ISBN 978-85-7205-133-0

Todavia, ainda que a crise de 1930 tenha franqueado a possibilidade de substituição da hegemonia oligárquica pela hegemonia da nova burguesia urbano-industrial, não se pode negar, segundo Weffort, que esses grupos dominantes urbanos padeciam de debilidades políticas quando de sua tentativa de substituição da oligarquia nas funções de domínio político. Essas debilidades, tal como observa o autor, exigiu dessa nova fração burguesa urbano-industrial a necessidade de se estabelecer um *pacto político* – seja com a dita classe média, seja com a classe trabalhadora –, que lhe garantiu, por consequência, a conquista efetiva da hegemonia na cúpula de poder político em detrimento da hegemonia oligárquica.

Prosseguindo em sua análise, assinala Weffort que a Revolução de 1930 teria sido um movimento liderado especialmente pela classe média e alguns poucos oligárquicas oriundos de grupos já enfraquecidos sob o ponto de vista da hegemonia política. De acordo com sua interpretação, as classes médias, que já se movimentam antes mesmo da crise de 1929, seriam aquelas ligadas ao setor de serviços ou ao estado, e dependeriam economicamente da expansão do setor agrário-exportador. Entretanto, a expansão deste setor, ao desenvolver a "desigualdade social sem a compensação da igualdade política, levaria a classe média a se opor ao estado oligárquico, embora tal classe não percebesse a conexão entre este e a estrutura de produção agroexportadora. Apesar disso, diz Weffort, tais movimentos representariam a primeira manifestação da crise de hegemonia oligárquica e o começo de sua decadência". (COTRIM, 1999, p. 37).

Nesse sentido, prossegue Cotrim:

> Entendida como oriunda da cisão no interior de uma minoria dominante, a revolução de 30 não ultrapassou, no plano ideológico, os horizontes da oligarquia. Weffort fundamenta essa conclusão afirmando que as reivindicações da classe média (representação e justiça) mantinham-se no interior daquele horizonte, já que se fundavam nos princípios liberais da Constituição de 1891. O tenentismo, entendido também como movimento de classe média, não se alia às massas populares, tendendo para um radicalismo romântico (Ibidem, 1999, p. 37).

Nos termos apresentados acima, temos que o novo *estilo de governo*, erigido em 1930 a partir dos movimentos da classe média – o Tenentismo e a Aliança Liberal[2] –, estruturar-se-

[2] Mantidos no interior dos horizontes da Oligarquia, "a Aliança Liberal e o tenentismo buscaram incorporar as massas políticas, por meio da legislação trabalhista, que, de acordo com Weffort, definiria a cidadania e a participação no estado dos trabalhadores, e seria um dos elementos centrais para o entendimento da aliança

ISBN 978-85-7205-133-0

ia com base em interesses antagônicos e contraditórios. "Dessa situação, que configuraria uma crise de hegemonia decorreriam os componentes que Weffort considera fundamentais para o populismo: personalização do poder, imagem de soberania do estado sobre o conjunto da sociedade e necessidade da participação das massas populares urbanas" (Ibidem, 1999, p. 38).

Os acima descritos componentes do *estilo populista* de governo decorreriam, segundo o autor, do fato de serem os grupos dominantes débeis politicamente, de modo que, necessário era o estabelecimento de um pacto de classes, de uma aliança estabelecida entre as diferentes classes sociais com vistas hegemonia das classes dominantes. No entanto, para que tal pacto fosse exitoso, necessário seria o atendimento de algumas das aspirações básicas da população, especialmente dos setores populares urbanos, tais como "acesso a empregos urbanos, ampliação do consumo, e participação política nos quadros institucionais. Essa aliança policlassista privava as massas de autonomia, e somente nessa condição estas eram fontes de legitimidade para o estado". (Ibidem, 1999, p. 38).

Nesse contexto, a posição assumida por Vargas, principalmente a partir da ditadura do Estado Novo, traduziu, nos marcos do ideário de Weffort, a de um *líder populista*, i. é, daquele que pelo seu "carisma" e poder pessoal colocara-se como um intermediário entre as classes dominantes e a massa. Entretanto, como forma de se firmar como líder populista e obter a confiança das massas urbanas, Vargas teria *doado* a elas a *legislação trabalhista*, operação que não conflitaria com os interesses dos latifundiários, uma vez que as relações trabalhistas no campo não seriam alteradas, mas que garantiria a adesão das massas urbanas ao ***pacto populista***[3], afinal "a manipulação que o líder populista exerce sobre as massas depende da possibilidade de conceber algo a elas". (Ibidem, 1999, p. 38).

---

entre eles e os grupos dominantes por intermédio dos líderes populistas. Essa incorporação das massas à política decorreria da incapacidade da Aliança Liberal em estabelecer solidamente as bases de uma nova estrutura do estado". (COTRIM, 1999, p. 37).

[3] Na análise imanente do ideário do sociólogo Francisco de Oliveira, realizada em nossa dissertação de Mestrado, já havíamos constatado que para ele, que como todo bom *uspiniano* também é ferrenho adepto da *teoria do populismo* ou *crítica do populismo*, a **legislação trabalhista**, no sentido dado por Weffort, teria sido a "cumeeira de um *pacto de classes*"; pacto no qual "a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o 'boom' dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta à situação pré-anos 1930". (OLIVEIRA, 2003, p. 64). Inclusive Cf. Capítulo III - A Economia Brasileira Pós-1930, item 3 – A Revolução Burguesa e a Acumulação Industrial no Brasil pós-1930: O *politicismo* de Francisco de Oliveira (p.114-126) constante na Dissertação de Mestrado: CASTILHO, Eribelto Peres. Formação Econômica do Brasil no Pensamento de Francisco de Oliveira. 2008. 220 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo.

ISBN 978-85-7205-133-0

Essa *extrema* facilidade de *manipulação* dos setores populares urbanos pelos líderes populistas, não decorreu, segundo o autor, tão somente do carisma pessoal dos mesmos, ainda que esse tipo ideal Weberiano – o líder carismático – tenha tido ampla influência na interpretação do período. Tal manipulação decorreu, sobretudo, do caráter de *massa* adquirido por essas classes populares urbanas, resultado de sua heterogeneidade social, que contribuiu para o obscurecimento da consciência de seus interesses comuns de classe.

Com efeito, para Weffort as massas populares urbanas se encontrariam em situação de *disponibilidade política*, uma vez que tais teriam se formado

> por ascensão social e não por decadência das classes médias ou pequena-burguesia. Ao migrar e se transformar em operário, o indivíduo realizaria uma 'revolução individual' em seu estilo de vida, e passaria a desinteressar da revolução social. Decorreria a tendência a legitimar as regras do jogo vigentes no quadro social e político do qual começam a participar, e a se identificar com partidos e líderes ligados ao *status quo*, que, embora saídos das classes não populares, se identificariam com interesses populares de maior participação social e econômica. (COTRIM, 1999, p. 39).

Em poucas palavras, afirmará Weffort: "Por força da clássica antecipação das 'elites', as massas populares permaneceram neste período [1930 a 1964] (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma no jogo político". (2003, p.15)

Em resumo: o *estilo populista de governo*, que se caracterizaria pela aliança de interesses antagônicos e contraditórios, centrado nos poderes pessoais e carismáticos dos líderes populistas e na manipulação dos setores populares urbanos, decorreu, segundo a interpretação de Weffort, da incapacidade de auto-representação dos grupos dominantes e de sua divisão interna. Nesse contexto, o líder populista foi entendido "como intermediário entre os grupos dominantes e as massas; na adesão destas àqueles restaria oculta a divisão da sociedade em classes, no lugar da qual se estabeleceria a ideia de povo (ou Nação) como comunidade de interesses solidários" (COTRIM, 1999, p. 39).

ISBN 978-85-7205-133-0

Xeque Mate* à Teoria do Populismo – Para uma crítica do *tipo ideal* de extração *Weberiana.

Inicialmente, importa assinalar a *gênese* e *função* social da noção de populismo. Nesse passo, devemos recuar às origens de outra célebre noção teórica – a teoria da sociedade de massas –, surgida na Europa na primeira metade do século XX, "momento em que o pensamento liberal se vê às voltas com duas formas distintas de negação da liberal-democracia: a ascensão do nazi-fascismo e a Revolução Russa" (COTRIM, 1999, p. 44).

Esse *constructo teórico* da sociedade de massas, elaborado como forma de se interpretar a ascensão do nazi-fascismo e Revolução Russa como contraposição a liberal democracia, teve seu ponto de partida, que por sua vez condicionará conseguintemente toda a sua elaboração teórica posterior, no "universo liberal, ou o universo do capital". Tratava-se de uma teoria que visava, sobretudo,

> estabelecer as bases para a crítica e rejeição tanto do nazi-fascismo quanto do socialismo, garantindo a superioridade da democracia liberal. O passo inicial nessa direção é o seccionamento e hiperacentuação da esfera política, único modo de identificar nazi-fascismo e socialismo, atribuindo a ambos a mesma negatividade, e os desvinculando da democracia liberal, tomada como expressão da sociedade moderna (COTRIM, 1999, p. 44).

Em poucos termos, no horizonte – *desejável* – da teoria da sociedade de massas encontrava-se, pois, a *democracia liberal*. Esse *tipo ideal* político, sonhado para toda sociedade capitalista moderna e racional, ao ser corrompido ou desviado desaguaria consequentemente no seu contrário ou na sua degenerescência – respectivamente *totalitarismo* e *populismo* –, também estes considerados *tipos ideais* de extração weberiana. Ou seja, enquanto o populismo "seria uma forma incompleta ou em decadência da liberal-democracia, o totalitarismo seria a negação – o oposto – dela. Tanto o fascismo, como o comunismo seriam totalitários, diferenciando-se enquanto sua base social – para o comunismo, os trabalhadores, para o fascismo, a classe média" (BARBOSA, 1980, p. 171 apud COTRIM, 1999, p. 52).

Prosseguindo na apresentação da teoria do populismo, que aqui nos interessa particularmente, podemos observar que sua utilização – enquanto interpretação dos processos de transição política ocorridos na América Latina no século XX – tem nas obras dos hispano-

ISBN 978-85-7205-133-0

americanos Gino Germani, José Graciarena e Torquato di Tella sua origem teórica. A produção desses autores, marcadamente epistemológica e psicossocial[4], assenta-se sobretudo na dicotomia sociedade tradicional/sociedade moderna, composta sempre por elementos contrários, "mas cuja racionalidade é dada pela estrutura do modelo de sociedade moderna. (...) A sociedade tradicional é construída, portanto, em oposição à sociedade moderna', isto é, à liberal democrática; aquela [sociedade tradicional] o começo da história, esta [a sociedade liberal democrática] o fim" (BARBOSA, 1980, p. 162 apud COTRIM, 1999, pp. 50-51).

Como se vê, o modelo de populismo serviu como explicação teórica da forma de transição específica, ocorrida na América Latina, da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Sua especificidade se daria pela "imperfeição, pela negatividade, pela incompletude" (Ibidem, 1999, p. 51) mediante a comparação com a realidade europeia, entendida como o lócus da transição clássica e ideal da sociedade tradicional para a sociedade moderna. De acordo com o *constructo teórico* acima descrito, o populismo existiu na América Latina porque as classes não se transformaram em personagens. "[A] classe operária, inexperiente e recente, não consegue se articular politicamente nem gerar uma ideologia própria. Da mesma maneira outras classes reduzidas aos diversos estamentos. O movimento e a dinâmica da sociedade são dados, portanto, pelos indivíduos e pelos estamentos" (Ibidem, 1999, p. 52).

Ainda no que concernem as classes dominadas, estas

> não existiriam enquanto tais, já que não se organizam enquanto classes, transformando-se assim em massa, indivíduos atomizados, isolados, sem disporem de instrumentos de intermediação ou identificação, porque as aspirações populares superam os meio de participação disponíveis na sociedade. A incapacidade das classes populares de criarem instrumentos de auto-identificação e organização autônomos é explicada por sua formação recente e inexperiência política e organizacional. Este aspecto é fundamental para o modelo do populismo. Decorre daí a aliança com elites reformistas, baseada no ódio a estrutura existente (BARBOSA, 1980, p. 170 apud COTRIM, 1999, p. 52).

[4] Para se ter uma ideia da teoria epistemológica e psicossociológica destes *teóricos da Modernização*, observem como Gino Germani conceitua a exclusão política das ditas "regiões periféricas": "O país encontra-se dividido (esquematicamente) em duas partes: áreas 'centrais' onde se verifica um grau de modernização, com a formação de uma ou várias cidades grandes, base das referidas camadas médias, e todo o resto, constituído por regiões 'periféricas' que incluem a grande maioria da população. A última parte pertence, sociologicamente, ao padrão tradicional (...): economia de subsistência, formas mentais e controle social fundamentado nos mecanismos e normas das instituições tradicionais. Deste modo, a grande maioria da população permanece passiva no processo político *não porque a exclua* (por exemplo, através da formas legais ou ilegais de limitação do voto), mas, *sobretudo*, por sua mentalidade, nível de aspirações e expectativas 'ajustadas' às possibilidades e condições concretamente oferecidas pelo tipo de estrutura que vive". (GERMANI, s.d., p. 164)

ISBN 978-85-7205-133-0

No ardil populista, portanto, essas massas disponíveis seriam apropriadas e manipuladas por elites disponíveis. Todavia, assinala Barbosa (apud COTRIM, 1999, p. 52), a "eficácia da manipulação exige que as massas tenham alguma participação. 'O populismo seria uma forma imperfeita de participação dos estratos inferiores da sociedade' representando, no entanto, 'um crescimento desta participação, em relação à sociedade tradicional".

Em poucas palavras: o conceito de populismo consiste num *modelo*, construído a partir do paralelo com outro *modelo,* que é a liberal-democracia. Esse *modelo degenerado* – o populismo – ao se fiar na noção de massas, herança da historiografia europeia do século XX, suprime a consideração das classes sociais, uma vez que trabalha exclusivamente com as relações "indivíduo-sociedade, indivíduo-estado, elite-massas" (COTRIM, 1999, p. 53). Tal procedimento – prossegue Cotrim –

> implica em desconsiderar a base geradora das manifestações políticas , qual seja, o modo de produção, o modo particular de sua objetivação em cada país, o momento de seu desenvolvimento etc. Evidentemente, nada nos pode dizer a respeito da especificidade da burguesia, de suas várias frações, ou da classe operária. A consciência de classe é igualmente eliminada, uma vez que lida somente com a consciência individual, psicológica, subjetiva e não objetiva. (COTRIM, 1999, p. 53).

Será justamente sobre esse conceito de populismo, portanto, que erigirá toda a pretensa historiografia da "crítica do populismo" no Brasil. Essa crítica não se exercerá sobre o mundo concreto, real, mas sim sobre um *modelo* que é tomado como se fosse expressão da realidade. Conforme assinala Cotrim (1999, p. 53), "o paradigma previamente dado é aplicado sobre a realidade, servindo de molde para captação de dados empíricos e explicação. A crítica é exercida sobre o resultado dessa operação. Assim, o 'populismo', contra a qual se volta a crítica, não é uma realidade, mas um construto ideal".

Com efeito, observará J. Chasin,

> em suas origens e antes do acabamento de seu formato por contornos de natureza politicista, a teoria do populismo teve pretensões históricas, tanto no plano analítico como em seu aroma doutrinário. Abstraídas influências e confluências com a sociologia hispano-americana (Gino Germani, Torcuato Di Tella etc.), que reforçaram seu tempero formalista, a 'crítica do populismo' pretendeu nada menos do que se alçar à condição de teoria do

ISBN 978-85-7205-133-0

> desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1964. Interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da 'radicalidade proletária', cujo teor político supunha resgatar assim da 'diluição de classes, cuja promoção era feita, segundo análise, pela política de massas da burguesia industrial ascendente. Em verdade, a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos-ideais. (CHASIN, 2000, pp. 249-250)

Em poucas palavras, "a gênese e difusão do *tipo ideal do populismo*, na verdade, foi resultado da aplicação do conceito à realidade latino-americana, uma vez que certos fenômenos políticos escapavam a mera identificação ao nazi-fascismo, equalizados pelo conceito de *totalitarismo*" (RAGO, 1998, p. 48, grifos do autor). Os *iniciados* na teoria do populismo, ao recorrerem a *constructos teóricos*, "potencializados por um exagerado weberianismo", nada mais fizeram do que "pinçar" da realidade "alguns fragmentos empíricos para a composição de uma dada forma conceitual, o *tipo ideal*, que em Weber era uma composição utópica, que acaba por se contrapor ao multiverso caótico e infinito das coisas, ou seja, o mundo histórico-cultural, a fim de organizar racionalmente a porção finita, fragmentada, *escolhida* do real". (Ibidem, 1998, p. 48).

Em suma, o *populismo* não pode ser alçado a explicação *política* da suposta revolução burguesa brasileira pós-1930, como ainda hoje uma boa parte da historiografia especializada defende. O conceito de populismo nada mais é do que um arremedo teórico "mal-cosido"[5], construído sobre bases teóricas e ideológicas liberais, e sempre às voltas com a denúncia de uma suposta anomalia ou mesmo ausência na realidade nacional de processos ocorridos num abstrato "modelo" europeu, esse sim considerado o ideal e o objetivo a ser perseguido.

Referências Bibliográficas.

[5] "Além de exemplar quanto à forma de seus procedimentos metodológicos, é através desse pano de fundo mal-cosido que a teoria do populismo assenta a base e os contornos de suas teses mais caras. Operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo fica às voltas com a "anomalia" do quadro brasileiro. Se a burguesia industrial tem de admitir o condomínio de poder, um poder afinal que é um vácuo político, e assim mesmo a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque está em curso uma grande artimanha". (CHASIN, 2000, p. 251)

ISBN 978-85-7205-133-0

BARBOSA FILHO, Rubem. Teoria do Populismo – Uma Revisão Crítica. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Pontifícia Universidade Católica (PUC). Minas Gerais. 1980.

CASTILHO, Eribelto Peres. Formação Econômica do Brasil no Pensamento de Francisco de Oliveira. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo. 2008

CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão.* In: _____. *A Miséria Brasileira*: *1964-1998 – do golpe militar à crise social.* Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Lívia Cristina de Aguiar. O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo. 1999. 308 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Capinas (Unicamp). Campinas. 1999.

GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa época de Transição*. (Trads. Eurico L. Figueiredo & José Jeremias O. Filho). São Paulo: Ed. Mestre Jou, s. d.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

RAGO FILHO, Antonio. A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico. 1998. 382 f. Tese (Doutorado em História) PUC. São Paulo. 1998.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 2003.

ISBN 978-85-7205-133-0

DIPLOMACIA PÚBLICA Y AMÉRICA DEL SUR; DE LOS CONCEPTOS A LA PRÁCTICA.

Érico Sousa Matos;
Magíster Relaciones y Negociaciones Internacionales;
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Argentina;
erico-matos@hotmail.com;

Resumen:

La Diplomacia Pública es el conjunto de métodos aplicados tanto por gobiernos, como por individuos y grupos privados en la conducción de las relaciones internacionales que buscan influir positivamente en la imagen y percepción de un Estado sobre el público general de otro país.

En un contexto internacional en el cual, el avance tecnológico y el proceso de globalización ha forzado la elaboración de nuevas estrategias de comunicación entre los Estados, este trabajo propone discutir los siguientes conceptos: Diplomacia Pública (Public Diplomacy), Diplomacia Mediática (Media Diplomacy) y Diplomacia hecha por los medios (Media-Broker Diplomacy) Cyber-diplomacy y Diplomacia de los Pueblos, aplicados al contexto de América del Sur a través del análisis del caso boliviano y venezolano; estados que han aplicado el uso de tales métodos en la manera de conducir sus relaciones internacionales.

Abstract.

Public diplomacy is defined as the conduction of international relations by governments and private individuals and groups through public media communications, trying to influence positively the perception of the country's image from one State to another.

The technological progress and globalization has forced the improvement of new communication strategies among states. This paper intends to discuss the following: Public Diplomacy; Media Diplomacy; Media-Broker Diplomacy; Cyber-diplomacy and "People's Diplomacy" applied to the context of South America through the analysis of the Bolivian and Venezuelan cases; States that have implemented the use of such methods to conduct international relations.

Keywords

Power – communication – public diplomacy – mass communication

ISBN 978-85-7205-133-0

1. INTRODUCCIÓN.

La diplomacia es comprendida como el arte de negociar entre los Estados, sin la necesidad de recurrir a la fuerza utilizando prácticas y métodos que buscan de manera directa comunicarse y/o ejercer influencia entre uno y otro. Con el transcurrir del tiempo, la tendencia a la democratización de las sociedades y el creciente interés por la política internacional ha transformado a la diplomacia clásica en una diplomacia más abierta, eso es lo que algunos autores llaman de "diplomacia pública".

El desarrollo de tecnologías de la información y comunicación ha acortado las distancias entre los Estados y pueblos promoviendo el debate público sobre temas internacionales. A su vez, esas grandes transformaciones han, sin duda alguna, cambiando las relaciones internacionales, produciendo el ascenso de nuevos actores internacionales, como los medios de comunicación y ONGs, que han pasado a influir en las relaciones entre los Estados. Esto ocasiona el surgimiento de nuevas dinámicas frente a la diplomacia tradicional y cerrada que todavía persiste como principal modelo, especialmente, en países en desarrollo. Aún existe cierto escepticismo en las cancillerías de nuestra región sobre la importancia de desarrollar la diplomacia abierta como herramienta de promoción de política exterior.

Parto del supuesto de que la Diplomacia Pública ha servido para desarrollar una mayor confianza entre los Estados en un mundo cada vez más interconectando, el cual centra sus esfuerzos en lograr la consolidación de una imagen internacional favorable que facilite un mejor diálogo internacional del país con el público general y gobiernos, sin embargo, esto representa, un cambio en la estructura institucional de las cancillerías que son el principal conductor en política internacional dentro de los Estados, pero en América del Sur para lograr estos objetivos se necesita adaptar la realidad institucional a un escenario en el cual las relaciones internacionales no son más territorio exclusivo de los ministerios de relaciones exteriores.

Los Estados en América del Sur han buscado diversificar su influencia internacional utilizando diferentes medios y modelos de diplomacia, ampliando el uso de los medios tradicionales de comunicación; como televisión (diplomacia mediática) y como consecuencia directa del proceso de globalización y del avance tecnológico un acercamiento entre los más diversificados movimientos sociales y su lucha, emergiendo, así, como actores relevante en el escenario internacional regional (diplomacia de los pueblos).

ISBN 978-85-7205-133-0

Este artículo está divido en dos partes; inicialmente son abordados los conceptos de diplomacia en la modernidad, partiendo de la interpretación de que los Estados modernos invierten en comunicación internacional directa con el objetivo de lograr apoyo a sus demandas y obtener capital político internacional. En la segunda parte busco retratar el uso de los Medios de Comunicación y de los movimientos sociales en las relaciones internacionales en un análisis del contexto regional.

2. LA NUEVA DIPLOMACIA

En la Diplomacia Moderna es tan importante hacer y conducir las acciones diplomáticas como emitir mensajes a escala global donde estén reflejadas dichas acciones promovidas por los Estados en temas internacionales. De manera que actores, que hasta entonces estaban alocados por debajo del Estado Nacional, sin participación en temas relevantes del escenario internacional, como es el caso de los medios de comunicación, pasan, en la modernidad a tener postura de mayor relevancia. .

La "Diplomacia Pública", por lo tanto, es el conjunto de métodos aplicados tanto por gobiernos como por individuos y grupos privados que buscan influir positivamente en la imagen y percepción de un Estado de manera directa sobre el público general de otro país. Sin embargo, existen múltiples definiciones en la academia sobre este término, en la cual los Estados pueden actuar de diversas maneras para lograr esa comunicación efectiva, y, así, lograr los resultados esperados.

La diplomacia tradicional ha sufrido enormemente al sumarse a las modernas redes de comunicación masiva (DELANEY; 1968; 15) las cuales propiciaron una comunicación veloz entre las más diversas regiones del mundo posibilitando el traspase de las fronteras de los Estados. El proceso de globalización ha ofrecido a los más diversos actores antes ubicados por de debajo del Estado Nacional; como movimientos sociales, ONGs la posibilidad de compartir desafíos semejantes en sus Estados, este desarrollo tecnológico propicio la posibilidad real de acercarse.

Por lo tanto, la evolución de los medios de información ocasionó un cambio de paradigma en las relaciones internacionales. Durante los siglos XVIII y principios de lo siglo XIX las relaciones internacionales son llevadas a cabo, principalmente, entre los gobiernos y Estados, el papel de diplomacia tradicional era conducir de manera cerrada y secreta estas relaciones.

ISBN 978-85-7205-133-0

La tendencia de democratización de las sociedades ha cambiado esta relación lo cual forzó a los Estados adaptarse a esa realidad.

La historia ha comprobado que la diplomacia cerrada no logró evitar grandes conflictos; como la primera guerra mundial, por ese motivo, de manera muy incipiente, el primer punto de los famosos 14 puntos de Woodrow Wilson solicita al mundo el fin de la diplomacia cerrada y de los acuerdos secretos a los que el presidente estadounidense señalaba como los grande responsables de este conflicto.

Es un hecho moderno buscar utilizar a la opinión pública internacional como un instrumento en la política exterior, esto surge, según el autor realista E.H. Carr, durante la primera guerra mundial en la que los Estados beligerantes buscaban influir en la opinión pública nacional e internacional (CARR, E.H, 2001, p. 177). Por lo tanto, es en ese periodo que emerge la opinión pública internacional como un actor en las relaciones internacionales, es justamente en ese periodo que los Estados pasan a mirar la capacidad de influir en la opinión pública internacional como una herramienta de poder internacional, más allá del poderío bélico.

Aunque la Sociedad de Naciones (1918) no logró como institución evitar nuevos conflictos armados, la Liga fuertemente inspirada en las ideas liberales del siglo XIX sobrestima la infalibilidad y sensatez de la opinión pública como elemento capaz de garantizar la paz, por primera vez en la historia, la opinión pública pasa a ser estimada por el Estado no más como un elemento importante a nivel nacional, sino también en las relaciones internacionales.

Lord Cecil en su discurso la calificó como: “a arma mais poderosa com que [la Liga de las naciones] contamos é a opinião pública” (CARR, E.H, 2001, p. 49), lo que demuestra el gran aprecio y confianza en la opinión pública por líderes políticos experimentados, sin embargo, ese análisis equivocado terminó por alejar a la Liga de los poderes duros lo que hace fracasar a ese proyecto.

Robert Delaney divide la moderna diplomacia en tres modelos; El primero describe una diplomacia tradicional la cual emplea a los modelos clásicos de comunicación exclusivamente entre los Estados; cerrada y profundamente técnica; la segunda es una diplomacia abierta en la cual las personas y los grupos hablan de manera directa por arriba de las fronteras nacionales, y no siempre utilizan a los mismos modos y formas que emplean los Estados; El tercer es un modelo de diplomacia que no es Estatal, sin embargo, representa un gran avance e intercambio de conocimiento entre los más amplios Estados los cuales están dirigidos a los científicos sociales, académicos, movimientos sociales y otros. (DELANEY, 1968, p. 15)

ISBN 978-85-7205-133-0

Eytan Gilboa señala que en la diplomacia tradicional no existe influencia de los medios de comunicación y del público "*Secret diplomacy is characterized by total exclusion of the media and the public from negotiations and related policy-making"* (Gilboa: 2000). A lo largo de los siglos en occidente esta fue la manera en que los Estaos desarrollaron sus relaciones, esto todavía es la praxis más corriente entre los diplomáticos de países en vías de desarrollo[1].

El creciente interés por los temas de política internacional, según Carr, arranca en los países de habla inglesa que iniciaron el cuestionamiento sobre los tratados secretos como los principales responsables por las consecuencias nefastas que dejo la primera gran guerra. El movimiento en contra estos acuerdos secretos es de enorme importancia, pues demostraba el primer síntoma de un creciente interés por los temas de política internacional, que a su vez, anunciaba el nacimiento de una nueva ciencia social (CARR, E.H, 2001, p.4) donde los ciudadanos y la opinión pública empieza a querer participar, de algún modo, sobre los negocios internacionales.

Actualmente no es posible asumir que las cancillerías son los únicos organismos en el Estado que conservan el monopolio exclusivo de las Relaciones Exteriores, (PANDIANI, GUSTAVO, 2006, p.27) ni los únicos detentores de la elaboración o contacto en temas relacionados a política externa[2].

Eytan Gilboa en el artículo titulado *Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects* (2001) Gilboa propone la división de la diplomacia abierta en los tres siguientes segmentos cual denomina como: Diplomacia Pública (Public Diplomacy), Diplomacia Mediática (Media Diplomacy) y Diplomacia hecha por los medios (Media-Broker Diplomacy). Por lo tanto, agrego estos tres modelos presentados por Gilboa para entender conceptualmente los términos de Diplomacia Publica a los dos nuevos conceptos desarrollados en los últimos años la *Cyber-diplomacy* y en América Latina ha sido desarrollado el concepto de la Diplomacia de los Pueblos.

[1] En el texto "Is Public Diplomacy for Everyone?" de Daryl Copeland http://uscpublicdiplomacy.org/blog/is_public_diplomacy_for_everyone accedido en 21 de octubre de 2014

[2] Consultar el Estudio de Frisancho, J. R. C. Paradiplomacia: El posicionamiento de las entidades sub-nacionales en el escenario internacional. Jornadas de Relaciones Internacionales "Poderes emergentes: ¿Hacia nuevas formas de concertación internacional? Área de Relaciones Internacionales – FLACSO. Septiembre de 2010

ISBN 978-85-7205-133-0

2.1. Diplomacia Pública

El término Diplomacia Pública fue utilizado por primera vez en 1965 con el establecimiento del Centro de Diplomacia Pública Edward R. Murrow, de la Universidad Tufts, de Boston. (NIETO, ALFONSO; PEÑA, MARIA, 2008; p. 155). En el Diccionario de Relaciones Internacionales promovido por el Departamento de Estado Estadounidense señala que: "Diplomacia Pública se refiere a los programas patrocinados por el gobierno destinados a informar e influir en la opinión pública de otros países. Sus herramientas principales son publicaciones (diarios, revistas y libros), películas, intercambios culturales, la radio y la televisión" (U.S Depto. State, 1987, p. 85 apud Op. cit: 2008, 155)

Mientras que la diplomacia tradicional se enfoca en la formalización de las relaciones entre los Estados, la Diplomacia Publica busca exceder las comunicaciones exclusivamente gubernamentales. Por lo tanto, es posible entender el carácter de propaganda de la Diplomacia Publica donde el Estado o personas privadas (grupos de influencia) buscan de manera directa e indirecta influir en las actitudes y toma de decisiones en política exterior de otros Estados. (Signitizer; Coombs apud Gilboa, 2001; p. 8)

2.2. Diplomacia Mediática.

En la Diplomacia Pública la publicidad es el componente más importante de la acción, lo que demuestra un fuerte carácter de propaganda política, Mientras que en la Diplomacia mediática, es el Medio de Comunicación el que tiene una importancia más relevante. En la Diplomacia pública se utiliza a los medios como agentes de propaganda, a su vez, en la Diplomacia Mediática los medios no son simples transmisores de información, son instrumentos de negociación con objetivos claros que pueden incluso evitar o terminar conflictos (Op. cit, 2006, 73) ya que pueden establecer una conexión entre los Estados y actores no Estatales que puede auxiliar en el avance de las negociaciones. Gilboa clasifica el uso de diplomacia mediática como opción para un conflicto ya existente, como una herramienta que puede auxiliar a negociar o solucionar el problema (GILBOA: 2001)

De modo que los medios desarrollan un papel fundamental en la comunicación entre los Estados, por ejemplo, el caso de los rehenes en la embajada estadounidense secuestrados en Teherán, donde la amplia utilización de los medios de comunicación entre Estados Unidos y los secuestradores para dialogar o cuando en 1990 a través de la CNN el secretario de Estado

ISBN 978-85-7205-133-0

estadounidense, James Baker, envía un ultimátum a Saddam Hussein en lugar de enviarlo a través de la Embajada de Estados Unidos en Bagdad (BURITY: 2012; 10)

2.3. Diplomacia hecha por los medios de comunicación.

El tercer y más polémico modelo que Gilba propone dice que los medios de comunicación actúan como un verdadero actor en las Relaciones Internacionales, este modelo considera a los medios de comunicación y a los periodistas como "cuarto" poder que puede trabajar en las negociaciones internacionales. Hasta entonces los conceptos anteriores consideran aún que es el Estado el principal conductor de la política exterior, en el cual, los periodistas están ubicados en su función tradicional; relatar a los hechos internacionales y no influyen sobre la política exterior.

Gilboa pasa a considera a los medios de comunicación como un actor que no solamente relata, sino que actúa en la política exterior de los Estados. Gilboa argumenta que eso ocurriría típicamente "*when there is no contact between enemies and no third party to help them resolve their differences. Larson (1988) observed that television provides an interactive channel for diplomacy which is instantaneous or timely and in which journalists frequently assume an equal role with officials in the diplomatic dialogue*" (GILBOA, 2005, p. 99).

2.4. Cyber-diplomacy

Es notable el incremento de las comunicaciones internacionales a través del internet lo cual acortan las distancias físicas y facilitan la interacción entre diversos actores, especialmente, después del ascenso de las redes sociales en los últimos años. Así el académico Pierre C. Pahlavi describe el surgimiento de la *Cyber-diplomacy* , una batalla de persuasión que se intensifico en la era Digital a través de una "guerra electrónica" donde los Estados han utilizado modernas técnicas de persuasión con el bombardeo de imágenes y videos de con el objetivo de construir una esfera que pueda influenciar las mentes de las poblaciones extranjeras (PAHLAVI, 2003).

Por lo tanto, esto representa nuevos desafíos para las cancillerías de los países en vías de desarrollo que debido a cuestiones estructurales provocadas por limitación presupuestaria no logran alcanzar suplir al crecimiento continuo de demanda sobre temas internacionales lo que ocasiona cierta vulnerabilidad frente a posibles amenazas proveniente del exterior. La seguridad Estatal ha evolucionado en el actual mundo interconectado e interdependiente los

ISBN 978-85-7205-133-0

Estados han buscado expandir el concepto de seguridad nacional, más allá, del exclusivismo de las fuerzas armadas como elemento de garantía de defensa nacional

2.5. Diplomacia de los Pueblos.

El académico Andrés Bansart caracteriza este concepto como"*(...) intercambio entre comunidades de base formadas por dos o más territorios: intercambio de preocupaciones, análisis y experiencias. Representa la posible elaboración de proyectos entre comunidades de base con miras a un desarrollo humano común y un cuidado de su ambiente*" (BANSART; ANDRÉS, 2008, p. 33). Por lo tanto, este concepto busca, sobre bases sociales, una diplomacia apartada del concepto de Diplomacia tradicional de los Estados y sus relaciones exclusivamente gubernamentales, incluyendo a la diplomacia pública promovida por las cancillerías. La diplomacia de los Pueblos es especialmente promovida a través de los movimientos sociales que debido ciertas similitudes entre ellos, ya sea geográfica, étnica, social buscan profundizar las relaciones de intercambio cual. Este objetivo representa un claro vínculo de cooperación entre los más variables pueblos en búsqueda de un desarrollo humano común.

3. DIPLOMACIA PÚBLICA EN AMÉRICA DEL SUR: DE LOS CONCEPTOS A LA PRÁCTICA.

América del Sur no ha quedado a fuera de estos cambios en las relaciones internacionales, mismo con limitaciones presupuestarias los Estados han desarrollado nuevas maneras de hacer política exterior con diferentes enfoques y estrategias. Uno de los principales motivos de este interés en desarrollar una política exterior proactiva es debido al peso cada vez mayor que las variables externas tienen sobre políticas nacionales, por lo tanto, es necesario para el Estado lograr establecer una Diplomacia Publica eficaz, sin embargo, no lo es una tarea fácil, como señalan los autores Hachten y Scotton se ha observado en la historia que usualmente los Estados en desarrollo no producen con éxito políticas de Diplomacia Pública y de comunicación internacional, pero sí las reciben de los Estados desarrollados. (HACHTEN, WILLIAN; SCOTTEN, JAMES, 2002, p. 14),

Sin embargo, la evolución tecnológica y la globalización posibilitaran un amplio progreso y oportunidades para el surgimiento de nuevas estrategias de comunicación en los países en vías de desarrollo, donde se destaca el incremento en el uso del internet y de las redes sociales.

ISBN 978-85-7205-133-0

Esto sumado a la tendencia de democratización e internacionalización de las sociedades en un proceso complejo y continuo, hace que sea creciente el flujo de interacciones de diversas índoles en la esfera internacional que pasan a ocupar espacios, hasta entonces, ejercidos de manera exclusiva por el Estado nacional.

Así, promover una política de comunicación internacional eficaz es especialmente complejo para los países en desarrollo, inclusive, entre los Estados de poder mediano, pocos Estados han conseguido elaborar una estructura institucional estatal como a de los Estados Unidos que ejerce a través de la Subsecretaría de Diplomacia Publica formada debido a la preocupación de los Estados Unidos a respecto a su imagen internacional y que se dedica, conforme informaciones publicado en la página web del Departamento de Estado a: *promover los intereses nacionales, y mejorar la seguridad nacional, al informar e influenciar la opinión pública extranjera a través de la ampliación y el fortalecimiento de la relación entre el pueblo y el Gobierno de los Estados Unidos y los ciudadanos del resto del mundo*[3]

No obstante, en América del Sur los gobiernos de Evo Morales y Hugo Chávez han implementados nuevas maneras de conducir la política internacional en sus respectivos países, pero, el modelo de Diplomacia tradicional no ha perdido espacio en la política exterior de ambos países que aun conducen sus relaciones fuertemente basados sobre el modelo tradicional de diplomacia, pero cabe destacar el uso nuevas estrategias de comunicación internacional y diplomacia las mismas que buscan proyectar a nivel regional una imagen positiva de ambos Estados, además de los objetivos específicos como garantizar la seguridad nacional y de auxiliar frente en la solución de disputas internacionales.

3.1. Venezuela y la Diplomacia mediática

Como se ha dicho la opinión pública pasó a ser disputada por los Estados en busca de respaldo, capital político y apoyo a sus demandas. Mientras, esa práctica es corriente en los

[3] The mission of American public diplomacy is to support the achievement of U.S. foreign policy goals and objectives, advance national interests, and enhance national security by informing and influencing foreign publics and by expanding and strengthening the relationship between the people and Government of the United States and citizens of the rest of the world.
The Under Secretary for Public Diplomacy and Public Affairs Richard Stengel leads America's public diplomacy outreach, which includes communications with international audiences, cultural programming, academic grants, educational exchanges, international visitor programs, and U.S. Government efforts to confront ideological support for terrorism. The Under Secretary oversees the bureaus of Educational and Cultural Affairs, Public Affairs, and International Information Programs, as well as the Center for Strategic Counterterrorism Communications, and participates in foreign policy development. Disponible en <<http://www.state.gov/r/index.htm>> (Inglés). Consultado el 21 de Octubre de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

países desarrollados, es relativamente reciente que gobiernos en nuestra región busquen establecer un medio internacional de comunicación que colabore en la proyección del país. En Venezuela la antigua Agencia de Noticia Venezolana "Venpres" fundada en el primer gobierno de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) buscó crear e internacionalizar una agencia de noticias local con el "*objetivo de darle a Venezuela la posibilidad de proyectarse geopolíticamente en el escenario mundial y ejercer diplomacia pública*" (CAÑIZÁLEZ, ANDRÉS; LUGO, JAIRO, 2007, p. 59).

No obstante, bajo el gobierno de Hugo Chávez este proyecto resurge con objetivos similares, ahora, a través de la inauguración de "La Nueva Televisión del Sur" en 2005 – TELESUR - empresa de televisión multi-estatal fundada mediante un acuerdo entre los Gobiernos de Venezuela, Argentina, Cuba y Uruguay que surge bajo el argumento de romper con el monopolio de información ("guerra mediática") de las agencias de noticias estadounidenses y europeas sobre la región, posibilitando un canal de intercambio mayor de noticias referentes a los gobiernos locales. TELESUR adquiere un especial impulso después de los eventos de Abril del 2002, el fallido Golpe de Estado contra Chávez, es un ejemplo, de las marcadas limitaciones presentes a un Estado en vías de desarrollo para poder reaccionar frente a grupos internos descontentos que a través de las redes internacionales de comunicación buscan apoyo a sus acciones.

Los profesores brasileños Leandro Valente y Mauricio Santoro señalan que la actuación lenta de los medios internacionales para clasificar lo ocurrido en Venezuela como un golpe de Estado, buscaba construir una imagen de tranquilidad del país, por eso, en las primeras horas del Golpe de Estado, anunciaban que el presidente Chávez había por su libre voluntad dejado el poder. (VALENTE, LEANDRO: SANTORO, MAURICIO, 2006, p. 9).

Entre las noticias emitidas por TELESUR con un 24% del tiempo total referido es exclusivamente sobre Venezuela (SALÖ; TERENIUS, 2007, p. 45). Además pesa sobre el canal otra característica que podemos relacionar con los rasgos geopolíticos del ex presidente Hugo Chávez. La cobertura de TELESUR se concentra en dos ejes; geopolítico e ideológicos donde Colombia, debido a su proximidad geográfica representa 12% de las noticias, mientras Bolivia, aliado ideológico de Chavez, representa 11%, y Cuba 6%. (op. cit; 2007: 45).

El control accionario de TELESUR es Venezuela 46 %, Argentina 20%, Cuba 19% y Uruguay 10% y Bolivia 5% de participación (MINCI, 2006 apud Op. cit, 2007, p 57),

ISBN 978-85-7205-133-0

mientras tanto, Uruguay y Argentina aún tienen que cumplir con muchos de sus compromisos financieros (Op. cit, 2007, p. 57). El presupuesto destinado a los primeros años de operación del canal fue de 10 millones pagado integralmente a través de la Corporación Venezolana de Petróleo, empresa estatal filial de PDVSA (Últimas Noticias, 2005 apud Op. cit; 2007, p. 56).

El gobierno venezolano ha demostrado a lo largo de los años que TELESUR está en operación, que está dispuesto a utilizar los medios de comunicación para promover una diplomacia Pública a favor de la seguridad del País. Por lo tanto, diferente a el proyecto de Venpress del expresidente de Carlos Andrés Pérez, el Chavismo, utiliza a TELESUR como una herramienta de defensa de Venezuela, contrarrestando la influencia y la hegemonía internacional de los medios de comunicación (Op. cit; 2006; p.11).

Sin embargo, la investigación sobre la imagen de los países de la región se demuestra que Venezuela no ha logrado, incluso utilizando los medios de comunicación, una imagen positiva frente a la opinión publica extranjera ante a la pregunta: ¿Cuál es la opinión general que usted tiene de...? el opción muy favorable + favorable obtuvo un promedio de 22% entre los países de la América Latina, no obstante, la tasa de muy desfavorable + desfavorable ha alcanzado valores de 65% (Colombia) y 43% (Perú) en un promedio de 39% de rechazo.

Fuente: Fundación Chile. IPSOS / 2013

3.2. Bolivia y la diplomacia de los pueblos.

Bolivia prolonga a más de un siglo y medio su demanda marítima contra Chile que ganó la Guerra del Pacífico privando a Bolivia de un acceso soberano al mar. El tema de la mediterraneidad de Bolivia es una cuestión de Estado, a lo largo de la historia, diversos

ISBN 978-85-7205-133-0

gobiernos del más amplio aspecto ideológico han buscado negociar con Chile sobre ese tema, sin embargo, ese tema sigue sin solución.

La mediterraneidad de Bolivia representa un problema clave al proceso de integración de América del Sur, como consecuencia de la falta de solución al reclamo marítimo boliviano, Chile y Bolivia no tienen relaciones diplomáticas desde 1962, aunque las relaciones consulares se mantuvieran entre Santiago y La Paz, durante un corto periodo de tiempo en los gobiernos dictatoriales de Pinochet y Hugo Banzer en los años de 1975 – 1978 (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE BOLIVIA, 2014, p. 98)

A lo largo del siglo XX las negociaciones sobre el tema marítimo entre Chile y Bolivia, estuvieron marcadas por cambios profundos en la estrategia boliviana de negociar pacíficamente con Chile, esto, a su vez, representa una gran oscilación en las relaciones bilaterales culminando en periodos de acercamiento y de enemistad entre ambos países.

El realismo de E.H Carr, aunque reconociendo la importancia de los medios de comunicación internacionales y la capacidad de influenciar como elemento constitutivo del poder internacional, señala la completa inhabilidad de los cambios pacíficos utilizando el ejemplo de Bolivia que fue el primer Estado a invocar el artículo 19 del Pacto de la Liga de las Naciones, el cual dictaba sobre la capacidad de la Asamblea de recomendar a los Miembros de la Liga a revisar tratados que en vigencia supusiesen un peligro para la paz del mundo, sin embargo, la liga argumentó que las condiciones por las que Bolivia se quejó ya estaban dadas durante un largo período sin amenazar la paz, y que por ese motivo no había ninguna razón para someterlas a la Liga. (CARR, E.H., 2001, p. 279)

Sin embargo, ese escenario ha cambiado a lo largo del siglo XX en el que el avance institucional y de las relaciones internacionales ha alejado esta posibilidad de que solamente a través de la fuerza militar es posible ocasionar cambios en el escenario internacional. Por lo tanto, la fuerza militar actualmente no logra ser el único elemento de persuasión existente utilizado por los Estados, pasando a utilizar otros medios.

Tras la elección de Evo Morales, primer líder de origen indígena electo presidente de Bolivia, el gobierno boliviano buscó medios de proyectarse regionalmente a través del acercamiento a las organizaciones sociales, especialmente, a los movimientos indigenistas de la región. Evo Morales lanza la bandera de la Diplomacia de los Pueblos en su discurso en la Cumbre de Mar del Plata, en noviembre de 2005, cuando aún no era presidente de Bolivia, en el que señala los

ISBN 978-85-7205-133-0

pasos que en su futuro gobierno la política exterior boliviana seguiría; entendiéndola como el "acercamiento de pueblos indígenas a pueblos indígenas, de empresario a empresario, de fuerzas armadas a fuerzas armadas, de políticos a políticos"; Evo, afirma que la Diplomacia de los pueblos es una Diplomacia "más bien pública, pero diplomacia de los pueblos, no diplomacia de Estado a Estado. Que la diplomacia de los pueblos ahora va influyendo a la diplomacia de Estado a Estado, de nación a nación" (CABRERA, FERNANDO Entrevista Evo Morales apud BARRETO, H.; MÉNDEZ, P.; BRAVO, M.; FLORES, C., 2007, p. 50)

En el discurso del presidente Morales en el "Día del Mar" es destacable la importancia que el Estado boliviano ha agregado en utilizar esa estrategia de comunicación internacional directa:

> "(…) durante el siglo XX los actores fueron los estados, en Europa los estados se unieron para dominar a otros estados y provocaron las guerras mundiales y como siempre las víctimas fueron los pueblos, en el siglo XXI los actores deben ser los pueblos, son los pueblos, los que rechazaron el capitalismo, los que expulsaron en innumerables ocasiones, a los poderes, transnacionales y han reducido y recuperado sus estados, ahora los pueblos deben dar las lección de una nueva diplomacia, un nuevo tiempo de relaciones internacionales desarrollado por el interés de los pueblos. Esta nueva diplomacia no es otra que la diplomacia de los pueblos, Bolivia quiere el mar para los pueblos antes que sean explotados únicamente por pocas empresas o corporaciones internacionales que agotan los recursos naturales. Bolivia quiere que los mares pertenezcan a los pueblos, al pueblo chileno, al pueblo boliviano, al pueblo peruano, que el mar sea el Océano soberano de todos los pueblos del mundo. Bolivia sabe que es no tener acceso soberano al mar, Bolivia ha sufrido y sufre por ello y por su propia experiencia Bolivia proclama que ningún Estado a nivel mundial esté privado de un acceso soberano al mar, el mar que Bolivia tenga no será privatizado, el mar no será una propiedad privada, el mar de Bolivia será un mar abierto para los pueblos del mundo" (Morales 23 de Marzo de 2014)

Por lo tanto, la Diplomacia de los Pueblos ha sido utilizada por Bolivia con el claro objetivo de actuar como una línea auxiliar en su demanda marítima contra Chile. Sin embargo, no existe pretensión por parte del Gobierno boliviano de utilizar la Diplomacia de los pueblos como una manera de sustituir a la diplomacia tradicional de los estados, sino no más bien de complementarla buscando profundizar por caminos más directos y alternativos, a los oficiales, la integración cultural, económica, social y política de los pueblos del sur (BARRETO, H. et al, 2007, p. 52)

ISBN 978-85-7205-133-0

Sin embargo, construir una institucionalidad que pueda auxiliar en la conducción del uso de este tipo de diplomacia, es aún un desafío para Bolivia, debido a la manera tradicional en que la cancillería ha elegido actuar sobre la demanda marítima. No obstante las directrices del ministerio de relaciones exteriores boliviano, algunas representaciones diplomáticas de Bolivia en el exterior han manifestado intentos por establecer un diálogo directo con los movimientos sociales, para que así estos puedan participar como una línea auxiliar sobre la demanda[4]. De todas maneras, la falta de institucionalidad y coordinación por parte de la cancillería boliviana, se presenta como un obstáculo al pleno desarrollo de las potencialidades del uso de esa estrategia de diplomacia debido la inexistencia de un plan de actuación institucional, el cual fragiliza la acción de las representaciones en el exterior que actúan de manera desconectada.

Al analizar la percepción sobre la imagen del país en el exterior, a diferencia de Venezuela, Bolivia al encontrarse desproveído de medios propios de comunicación internacional, ha elegido centralizar sus esfuerzos en un contacto directo y personal del Presidente Morales con los movimientos sociales y organizaciones de izquierda en el continente, por lo tanto, la necesidad de actuación de las representaciones diplomáticas de modo activo en la promoción de una diplomacia pública es necesaria. Mientras tanto, los datos demuestran que Bolivia no ha logrado una imagen positiva, especialmente en la opinión pública chilena, país con el cual no mantiene relaciones diplomáticas, la tasa en el criterio de muy desfavorable + desfavorable ha alcanzado valores de 54% en este país.

Fuente: Fundación Chile. IPSOS / 2013.

[4] Conferencia del Ex Presidente y Portavoz Internacional de la Demanda Marítima D. Calos Meza Gisbert, en Buenos Aires, Argentina. Accedido en 11 de noviembre de 2014 <<http://www.embajadadebolivia.com.ar/Infocomunica/ebar-2014-carlos-mesa.html>>

ISBN 978-85-7205-133-0

4. CONCLUSIONES

La Diplomacia Pública representa para los Estados en vías de desarrollo, como Venezuela y Bolivia, la posibilidad de que la opinión pública internacional pueda conocer su postura frente a temas que le interesan. Lo que ayuda a reforzar sus posiciones logrando apoyo a sus demandas y capital político internacional. Mientras tanto, la Diplomacia Pública en dichos países encuentra limitaciones en condiciones estructurales de actuación, como es el caso de TELESUR que no ha logrado un gran nivel de penetración en la opinión pública de América Latina. Por esto, urge un cambio en la estrategia de comunicación internacional por parte del gobierno de Nicolás Maduro utilizando mejor la estructura internacional de comunicación profundizando el uso de la *cyber-diplomacy,* debido a la gran importancia que los medios electrónicos y ha ganado en detrimento de los medios tradicionales de comunicación como Televisión.

Aunque en el caso venezolano, ha demostrado intenciones en expandir TELESUR y reajustar a este proyecto, a modo de alcanzar a nuevos públicos internacionales utilizando así, TELESUR, como herramienta del Estado venezolano frente a un bloqueo mediático sobre el país, pero el bajo nivel de aceptación de la imagen de Venezuela en el exterior demuestra que el Gobierno Venezolano, post-Chávez, no ha logrado comunicarse de manera efectiva con América Latina, por lo tanto, su principal medio de comunicación internacional ha fallado. A su vez, Bolivia necesita mediatizar su apoyo de los movimientos sociales a la demanda marítima, el desafío boliviano se encuentra en lograr una mayor inserción en los medios de comunicación internacional.

El principal desafío para ambos países está en institucionalizar y ajustar estas estrategias en promover una diplomacia pública; ya que la falta de un plan institucional entre las cancillerías y las representaciones diplomáticas del país, hace que exista una actuación separada sin coordinación que no logre una imagen favorable del país, no aprovechando las potencialidades de todo el aparato de comunicación internacional desarrollado por ambos Estados.

Referencia

ARON, Raymond. Peace and war: a theory of international relations. New Jersey. Transaction Publishers, p. 60 – 65. 2003.

BURITY, Caroline Rangel Travassos - Mídia e Relações Internacionais: Diplomacia midiática no governo Lula (2003-2010). Disponível em http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365274115_ARQUIVO_CarolineBurity-GTPoliticaexterna.pdf Acesso em: 02 de novembro de 2014

BANSART, Andrés. El Caribe. Una sola posibilidad de integración: La diplomacia de los pueblos. Caracas, Venezuela, Edición del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008.

BARRETO, H.; MÉNDEZ, P.; BRAVO, M.; FLORES, C., "Diplomacia de los Pueblos". In Fundamentos filosóficos de la nueva integración del Sur. Caracas, Venezuela. Edición del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, p. 44-53. 2007.

CARR, Edward Hallett; Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001.

CAÑIZÁLEZ, Andrés; LUGO, Jairo; Telesur: Estrategia geopolítica con fines integracionistas. CONfines Agosto-Diciembre. 2007.

HOFFMAN, Arthur S (org.) Las comunicaciones en la diplomacia Moderna; DELANEY, Robert f. "Introducción"p.13-17. DIMELISA, Cidade do México, 1968

HACHTEN, WILLIAN; SCOTTEN, JAMES, The World News Prism. Global Media in an Era of Terrorism. Wiley-Blackwell; 6 edition. 2002

GILBOA, E. Media Coverage of International Negotiation: A Taxonomy of Levels and Effects. International Negotiation 5(3), 543-568. 2000.

GILBOA, E. Media-Broker Diplomacy: When Journalists Become Mediators Critical Studies in Media Communication Vol. 22, No. 2, June 2005, pp. 99–120

GILBOA, E. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects, Diplomacy & Statecraft, 12:2, 1-28, DOI: 10.1080/09592290108406201. Disponível em http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09592290108406201 Acesso em: 02 de Novembro de 2014

NIETO, Alfonso; PEÑA, María, La diplomacia pública: los medios informativos como instrumento de política exterior. Estudios Políticos. México 2008. Disponível em http://www.journals.unam.mx/index.php/rep/article/view/18763 Acesso em 02 de Novembro de 2014

PAHLAVI, Pierre Cyril. "Cyber-Diplomacy: A New Strategy of Influence", Law and Politics, Policy Analysis, Canadian Political Science Association General Meeting, May 30, 2003 – Disponivel em http://www.cpsa-acsp.ca/paper-2003/pahlavi.pdf Acesso em 11 de Novembro de 2014

SALÖ, Freja; TERENIUS, Elisabeth (2007) - Telesur – "Tele-Chávez" or the public service of Latin America? A case study. Disponível em http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:15541/FULLTEXT01.pdf Acesso em: 02 de Novembro de 2014

ISBN 978-85-7205-133-0

VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/060/60valentesantoro.htm Acesso em: 02 de Novembro de 2014

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE BOLIVIA – El Libro del Mar. Edición: Dirección Estratégica de Reivindicación Marítima – DIREMAR, La Paz, Bolivia. 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

A formação da "Coleção Latino-americana" no MoMA entre 1931-1943: arte, política e cultura.

The formation of the "Latin-American Collection" at MoMA between 1931-1943: art, politics and culture.

Eustáquio Ornelas Cota Jr.
Mestrando em História Social
FFLCH\USP

eustaquio.cota@usp.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de formação da Coleção Latino-americana do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), entre 1935 e 1942. Também pretendemos acompanhar a série de eventos expositivos relacionados ao tema da arte latino-americana ocorridos no Museu entre 1931 e 1943. Para isso, estudamos a produção contida em catálogos e documentos oficiais da instituição no período. Por fim, notamos uma série de vetores políticos e culturais na formação da coleção, o que demonstra que a política artístico-cultural do museu estava longe do terreno da imparcialidade.

Abstract

This article aims to present the trajectory of formation of the Latin American Collection of the Museum of Modern Art in New York (MoMA), between 1935 and 1942. We also intend to follow the series of exhibition events related to the theme of Latin American art occurred in Museum between 1931 and 1943. For this, we have studied the production contained in catalogs and official documents of the institution at that time. Finally, we note a number of political and cultural vectors in the formation of the collection, which shows that the artistic and cultural policy of the museum was far from the land of impartiality.

Palavras-chave: arte latino-americana; MoMA; política cultural.

Desde os anos 1930 teve início o processo de formação da coleção de arte latino-americana do Museu de Arte Moderna de Nova York, mais conhecido como MoMA. Este fato nos levou a indagar como se deu a formação dessa coleção e por que a arte da América Latina esteve presente na pauta da instituição estadunidense desde esta época. Afinal, qual foi o tom dessa iniciativa de formar uma coleção e divulgá-la?

ISBN 978-85-7205-133-0

Nesse artigo pretendemos apresentar brevemente a trajetória de formação dessa Coleção entre 1935 e 1942, e pontuar os eventos expositivos relacionados ao tema da arte latino-americana no período compreendido entre os anos de 1931 e 1943. Além disso, pretendemos esboçar algumas considerações acerca do processo de formação da coleção, partindo do pressuposto que se trata de uma trama complexa, a qual extrapola os limites do campo artístico, contendo relações entre arte, política e cultura.

O Museu de Arte Moderna de Nova York abriu suas portas ao público em 7 novembro de 1929, dias após o colapso da bolsa de Nova York, com uma exposição intitulada "*Cezanne, Gauguin, Seurat, Van Gogh".* O escolhido para dirigir a instituição foi Alfred Barr Júnior [1]. Ele considerava "arte moderna" um termo elástico e de difícil precisão. No entanto, afirmava que nas últimas décadas do século XIX haviam se estabelecido alguns princípios básicos da arte moderna, desenvolvidos posteriormente nos movimentos do século XX. Salientava o modo particular de alguns artistas perceberem o real, ou ainda, a importância dada à imaginação na composição de suas obras. Para Barr, Cezanne, Gauguin, Seurat, Van Gogh foram os pioneiros.

Voltando o olhar para a América Latina, notamos que nos primeiros anos do MoMA, ocorreram algumas exposições individuais de pintores latino-americanos. A primeira delas foi a exposição intitulada "*Diego Rivera*", que ocorreu entre dezembro de 1931 e janeiro de 1932. Alfred Barr e Diego Rivera haviam se conhecido durante uma viagem à Rússia, anos antes deste evento. Rivera, já pintor consagrado em seu país, fora convidado a pintar algumas obras nos Estados Unidos nesse período. Dessa exposição, a obra intitulada *"Agrarian Leader Zapata"* [2] foi adquirida por Abby Aldrich Rockefeller[3] e posteriormente doada ao Museu [4].

---

[1] Alfred Hamilton Barr Jr. (1902-1981) nasceu em Detroit, estudou história da arte na Universidade de Princeton. Barr trabalhou no Wellesley College, em Massachusetts, onde ministrou um curso de história da arte com enfoque no tema da arte moderna, considerado algo novo nos EUA. Também foi aluno e colaborador de Paul J. Sachs e curador de algumas exposições, incluindo a primeira exposição de arte moderna do Fogg Museum of Art, da Universidade de Harvard. Foi diretor do Museu de Arte de Nova York entre 1929 e 1943. Depois disso, ocupou outros cargos de grande influência na mesma instituição.

[2] A obra é uma cópia de um detalhe do mural feito em Cuernavaca, México. Diego a pintou em um estúdio no próprio MoMA, dias antes de sua exposição.

[3] Abby Aldrich Rockefeller (1874-1948) nasceu em Providence; era casada com John D. Rockefeller e mãe de Nelson Aldrich Rockefeller. Tinha interesse pela arte desde muito jovem e sua família possuía uma coleção relevante de arte. Ela foi uma das fundadoras do MoMA, juntamente com Lillie P. Bliss, Mary Quinn Sullivan.

[4] Ver: HUNTER, Sam. "Introduction" to *The Museum of Modern Art, New York*: *The History and the Collection.* New York: Harry N. Abrams, Inc.; MoMA, 1984.

ISBN 978-85-7205-133-0

Outra exposição sobre a produção artística do continente ocorreu entre maio e julho de 1933. Intitulada "*American Sources of Modern Art (Aztec, Mayan, Incan)"* [5] apresentou objetos de antigas civilizações do continente americano, estabelecendo relações entre culturas pré-colombianas e trabalhos de artistas modernos, tais como: Ben Benn, Louis Henri Jean Charlot, John Bernard Flannagan, Marion Walton e Harold Weston (Estados Unidos); Diego Rivera e David Alfaro Siqueiros (México) e Carlos Merida (Guatemala) [6].

Em 1935, Abby Rockefeller doou ao MoMA a tela *Subway* do pintor José Clemente Orozco e no ano seguinte, uma pequena coleção de pinturas, desenhos e gravuras de Diego Rivera. Este foi o início da coleção de obras dos muralistas mexicanos. Também entre maio e setembro de 1940, a instituição promoveu uma exposição chamada "*Twenty Centuries of Mexican Art"* [7]. O evento contou com a participação de José Clemente Orozco, que pintou uma obra durante a exposição. Isso permitiu ao público acompanhar o ofício do artista, transformando a exposição num evento performático [8].

Os primeiros eventos expositivos e as primeiras obras de arte latino-americana que compuseram a coleção do museu na década de 1930 demonstram certo prestígio da arte mexicana, especialmente do movimento muralista nos Estados Unidos.

No entanto, entre outubro e novembro de 1940, pela primeira vez, um artista brasileiro, Candido Portinari, ganhou uma exposição individual no MoMA. Chamada "*Portinari of Brazil",* continha 24 trabalhos do pintor. Antes disso, em 1939, Alfred Barr Jr. havia adquirido para o MoMA a tela "*Morro",* de Portinari, tornando-se o primeiro quadro de um pintor brasileiro a fazer parte da coleção da instituição.[9]

O período entre 1939 e 1943 é muito importante, pois foi nestes anos que o Museu formou e cunhou de "latino-americana" o conjunto de obras de artistas da América Latina. A

---

[5] THE MUSEUM OF MODERN ART (NEW YORK, N.Y.). MoMA Press Release Archives, 1933: Nº 029_1933-04-23_p.02.

[6] Ben Benn (1884-1993) nasceu na Polônia e ainda criança mudou-se com a família para os Estados Unidos. Jean Charlot (1898-1979) era francês naturalizado nos EUA.

[7] Cabe lembrar que apenas em 1934 o MoMA reuniu condições para formar seu acervo. Até então, o foco da instituição era a realização de eventos expositivos. Portanto, a doação de Abby Rockefeller coincide com os primeiros anos de formação do acervo geral do museu.

[8] Ver THE MUSEUM OF MODERN ART (New York, N.Y.). *Art in our time: a chronicle of the Museum of Modern Art* /edited by Harriet S. Bee and Michelle Elligott. New York : Museum of Modern Art, 2004; p.71.

[9] THE MUSEUM OF MODERN ART (NEW YORK, N.Y.). MoMA Press Release Archives, 1940: Nº 069_1940-10-03_401003-10.

ISBN 978-85-7205-133-0

formação da coleção de arte latino-americana do MoMA é parte da trajetória de formação da coleção permanente da instituição. No que se refere ao estudo das coleções, K. Pomian destaca que sua análise "não se limita ao quadro conceitual de uma psicologia do gosto, de interesses particulares ou da busca de prazer estético, mas também informa sobre os valores e dilemas de um grupo" [10]. Esta reflexão é fundamental para pensarmos as razões que levaram os curadores do MoMA a formar a Coleção de Arte Latino-americana naquele período.

Em 1942, o diretor Alfred Barr Jr. e Lincoln Kirstein, curador de algumas exposições do Museu e amigo de Barr, viajaram para a América Latina em busca de obras para o acervo. Compraram obras do México, Cuba, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Equador, Peru e Colômbia. Eles também receberam algumas doações de obras de governos ou personalidades desses países. As obras adquiridas nesse ano compuseram a maior parte da coleção, mais de 200 trabalhos. Ou seja, o conjunto de obras da América Latina teve um salto expressivo nesse período. Afinal, o que levou o MoMA a adquirir no ano de 1942 tantas obras de artistas da América Latina?

Partimos do suposto que existe uma forte relação entre a formação da Coleção e as diretrizes da política externa dos Estados Unidos em relação aos países da América Latina. A chamada "política da boa vizinhança", que tomou forma a partir do governo de Franklin Delano Roosevelt, iniciado em 1933, caracterizou-se por uma série de iniciativas políticas e culturais que buscavam uma aproximação entre todos os países do continente americano.

Nelson Rockefeller[11] foi uma figura central para entender este processo. Ao mesmo tempo em que assumia a presidência do MoMA, em 1939, substituindo Anson Conger Goodyear, ele ia se transformando em uma figura chave da política externa dos Estados Unidos. Em 1941, chegava ao Escritório de Assuntos Interamericano, tendo de deixar o Museu [12].

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, era preciso garantir a adesão da América Latina à política dos Aliados. A criação do *Office of the Coordinator of*

---

[10] *POMIAN, Krzysztof.* Colecção. In: *Encyclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1, p. 51-86, p. 75.

[11] Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979) empresário e político. Foi governador do estado de Nova York (1959-1973) e vice-presidente dos Estados Unidos (1974-1977). Assim como a sua mãe, foi um grande entusiasta e colecionador das artes, ele entrou para o MoMA em 1932 e atuou como tesoureiro, administrador e presidente.

[12] Em seu lugar, John Hay Whitney assumiu a presidência do Museu.

ISBN 978-85-7205-133-0

Commercial and Cultural Relations between the American Republics, em 16 de agosto de 1940, (também conhecido no Brasil como Birô Interamericano),[13] dirigido por Nelson Rockefeller, foi um passo importante na promoção de atividades culturais para pavimentar uma identidade continental. O Birô criou o Fundo Interamericano cujos recursos foram utilizados pelo MoMA. De acordo com os dados catalogados pelo museu sobre as obras adquiridas na América Latina, a maior parte foi feita utilizando os recursos do Fundo Interamericano[14].

Os números totais da coleção chegaram a 266 obras, incluindo aquelas já existentes, algumas doações e o montante adquirido em 1942. Estava, assim, constituída a primeira Coleção de Arte Latino-americana do MoMA.

Analisando a quantidade de obras catalogadas por país de origem, chegamos aos seguintes números [15]:

País	**Nº de artistas**	**Nº de Obras**
Argentina	25	45
Bolívia	1	1
Brasil	12	32
Chile	4	6
Colômbia	4	7
Cuba	10	13

[13] Sobre o termo ver: MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991. Também, PRADO, Maria Ligia Coelho. "Ser ou Não Ser um Bom Vizinho: América Latina e Estados Unidos Durante a Guerra". *Revista USP. Dossiê 50 Anos de Final de Segunda Guerra*. N°26 - São Paulo: USP, 1995.

[14] THE MUSEUM OF MODERN ART ARCHIVES, New York: MoMA Press Release Archives, 1968: Nº 35 – Museum of Modern Art Shows Latin-American Art 1931-1961.

[15] A tabela demonstrada foi elaborada a partir dos dados catalogados pela equipe do MoMA. In: THE MUSEUM OF MODERN ART (New York, N.Y.). *The Latin-American Collection of the Museum of Modern Art*. New York: MoMA, 1943.

ISBN 978-85-7205-133-0

Equador	5	7
México	40	148
Peru	2	2
Uruguai	3	5
Total	**106**	**266**

Apesar de destacar a amplitude e relevância da coleção de arte latino-americana, alguns países foram bem mais contemplados do que outros. Este levantamento numérico demonstra que a maioria da coleção de arte latino-americana do MoMA, apresentada em 1943, era formada basicamente por obras do México. Os muralistas mexicanos tiveram um enorme destaque dentro da coleção e possivelmente na exposição. Por exemplo, Alfaro Siqueiros (8 obras), José Clemente Orozco (24 obras) e Diego Rivera (31 obras).

A Argentina e o Brasil seguem em segundo e terceiro lugar no número de artistas e obras presentes na coleção. No caso da Argentina, não há um artista que se destaque em relação aos demais, em número de obras. Isso demonstra uma aquisição de obras menos concentrada. No entanto, no caso do Brasil, constam 17 obras do pintor brasileiro Candido Portinari pertencentes à coleção.

Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Uruguai somam 41 obras no número total de obras da coleção do MoMA. Isso significa que esta coleção, em 1943, apesar de possuir o título de coleção de arte latino-americana, ainda está longe de ser um conjunto amplamente representativo no que se refere a arte produzida nos países da América Latina.

As obras foram apresentadas numa exposição intitulada "*Latin-American Art in the Museum's Collection",* ocorrida entre 31 de março e 06 de Junho de 1943, na qual se destacavam 69 telas a óleo, 33 desenhos, 31 aquarelas, 94 gravuras, além de algumas esculturas e fotografias [16]. Algo relevante de se pensar é como essa coleção foi comunicada pela exposição. Acreditamos que a exposição também pode ser uma importante fonte para a leitura acerca da visão dos curadores e da instituição sobre a arte na América Latina.

[16] BARR, Alfred H. "Foreword." In: KIRSTEIN, Lincoln. *The Latin-American Collection of the Museum of Modern Art*. New York: Museum of Modern Art, 1943, p.3-4.

ISBN 978-85-7205-133-0

Para Lisbeth Rebollo Gonçalves:

> A exposição é um discurso social que objetiva o entendimento da arte. Dela emerge uma mensagem sobre a produção artística que se apoia na história e na crítica de arte. É, portanto, um discurso apoiado em um conhecimento instituído, dirigido a um público, mais ou menos, especializado. Expressa ideias e quer persuadir. Pode-se dizer que a exposição é uma "mídia" fundamental para a comunicação da arte" (GONÇALVES, 2006, p.236)

Além da exposição, foi publicado pelo Museu sobre essa Coleção de Arte Latino-americana, também em 1943, um volume intitulado "*Latin-American Collection of The Museum of Modern Art*". Esta publicação foi editada por Lincoln Kirstein, com prefácio de Alfred Barr. No texto do prefácio, o diretor do MoMA indica claramente a vontade de aproximação dos Estados Unidos em relação à América Latina, identificando o crescente interesse cultural norte-americano pelo sul do continente. Afirma ele:

> No campo da arte estamos começando a olhar um ao outro direto no rosto com interesse e alguma compreensão. Como prova desse progresso, acreditamos que este volume tem certamente um valor, na verdade, um duplo valor. Em primeiro lugar, este é o registro da mais importante coleção de arte contemporânea da América Latina nos Estados Unidos, ou mesmo em todo o mundo (incluindo nas nossas repúblicas irmãs do sul). Em segundo lugar, esta é a primeira publicação em inglês de um estudo sobre as artes pictóricas da América Latina durante os três séculos anteriores, considerados como um todo, e com referências frequentes à nossa própria arte; um objeto tão vasto, tão complexo e tão pouco explorado que esta mostra assume o caráter de um empreendimento pioneiro [17].

Como podemos perceber, o tom presente no catálogo e na exposição é de um "empreendimento pioneiro". Ou seja, é a primeira vez que uma instituição como o MoMA reúne, coleciona e divulga uma coleção de arte moderna latino-americana no mundo. Segundo o texto do diretor, nunca antes uma coleção havia contemplado uma quantidade de obras, artistas e países da região, com essas proporções apresentadas. Nem mesmo na própria

[17] No original: "In the field of art we are beginning to look each other full in the face with interest and some comprehension. As evidence of progress we believe this volume has a certain value indeed a double value. First of all this is a record of the most important collection of contemporary Latin American art in the United States, or for that matter in the world (including our sister republics to the south). And, secondly… the first publication in English of a survey of the pictorial arts of Latin America during the previous three centuries, considered as a whole, and with frequent reference to our own art subject so vast, so complex and so unexplored that his short piece takes on the character of a pioneer venture." BARR, Alfred H. "Foreword." In: KIRSTEIN, Lincoln. *The Latin-American Collection of the Museum of Modern Art*. New York: Museum of Modern Art, 1943, p.3-4.

ISBN 978-85-7205-133-0

América Latina, ressalta o autor. Apesar disso, admite-se a existência de algumas lacunas na coleção.

Contudo, cabe ressaltar que a Coleção de Arte Latino-americana ocupava uma pequena parte dentro do acervo geral do Museu. Em um levantamento realizado pela instituição, em 1942, sobre pinturas e esculturas, a maioria esmagadora do acervo estava composta por obras de artistas franceses e estadunidenses[18].

Uma questão que marca este período é a presença da arte abstrata na instituição. Em 1936, por exemplo, ocorre a exposição *Cubism and Abstract Art*, apoiada pelo dirigente do Museu, Alfred Barr. Haverá outros eventos sobre arte abstrata nas décadas seguintes indicando o crescente interesse do MoMA pelo abstracionismo. De modo geral, a "arte abstrata" é vista como um movimento divergente ao figuracionismo e ao engajamento político na arte. Além disso, prega a liberdade do artista em relação às questões de cunho político-social. Esse modelo difere-se, por exemplo, da arte produzida pelos muralistas mexicanos, tão presentes no MoMA e nos EUA durante a década de 1930.

Além de interesses artísticos e políticos, também podemos perceber interesses políticos-culturais na formação da coleção. A historiografia reconhece a importância de Paris como paradigma da modernidade artística e cultural do mundo ocidental, entre o século XIX e parte do século XX. Ou seja, "a cidade luz" geralmente é apresentada como o principal pólo cultural desse período, por onde circulavam e de onde emanavam as diretrizes artísticas e culturais modernas para outras partes do globo, incluindo a América Latina e os Estados Unidos.

No caso das "Vanguardas latino-americanas", por exemplo, o autor Jorge Schwartz destaca:

> Escolhemos, num jogo de espelhos enfrentados, cenografias e desenhos geométricos de Xul [Solar] para dialogar com artistas brasileiros dos anos 1920 e inicio dos 1930: além de Nery, Vicente do Rego Monteiro, Emiliano Di Cavalcanti, Lasar Segall e Antônio Gomide. Todos eles, sem exceção, fizeram a peregrinação cultural a Paris, capital das vanguardas por excelência. (SCHWARTZ, 2013, p. 1880)

[18] THE MUSEUM OF MODERN ART. *Painting & Sculpture in the Museum of Modern Art*. Edited by Alfred H. Barr Jr. New York: MoMA, 1942, p. 12-13.

ISBN 978-85-7205-133-0

Trabalhamos com a ideia de que o MoMA é representativo da intenção de membros da elite nova-iorquina de transformar a cidade de Nova York no mais importante pólo cultural do mundo, concorrendo com outras cidades, sobretudo, com Paris.

Então, propomos pensar o MoMA e a cidade Nova York como espaços que se pretendem constituir como um novo pólo artístico-cultural da modernidade, na primeira metade do século XX. A formação de uma coleção de arte Latino-americana no período, em nossa leitura, indica uma real intenção de incluir a América Latina na "zona de influência" desse novo pólo cultural em formação. Nessa lógica, qual seria o papel representado pela arte da América Latina?

Como podemos ver nessa breve apresentação as relações entre arte, política e cultura estão presentes na formação da coleção de arte Latino-americana do Museu de Arte Moderna de Nova York. Como muito bem lembrou a historiadora da arte Aracy Amaral: "a despeito da intencionalidade ou não, explícita pelo produtor, a obra de arte é frequentemente manipulada politicamente em seus estágios de circulação (em galerias, bienais, salões) e consumo".

Em suma, procuramos apontar alguns vetores políticos e culturais detectados nas atividades do MoMA sobre arte latino-americana entre 1931 e 1943. O tom presente nas exposições, eventos e publicações, sem dúvida, é o mesmo presente no processo de formação da coleção: "um empreendimento pioneiro". Com isso, documenta-se as marcas do processo de formação da coleção e a construção de uma visão sobre arte latino-americana, elaborada pelo MoMA, na primeira metade do século XX. Mais que entender os aspectos "formais" da obra de arte, nos interessa aqui compreender a relação entre arte, cultura e política nesse processo. Com clareza, as atividades em torno da arte estão longe de ser um campo "neutro".

Bibliografia

Fontes

THE MUSEUM OF MODERN ART (New York, N.Y.). *The Latin-American Collection of the Museum of Modern Art*. New York: MoMA, 1943.

ISBN 978-85-7205-133-0

THE MUSEUM OF MODERN ART (New York, N.Y.). *Painting & Sculpture in the Museum of Modern Art*. Edited by Alfred H. Barr Jr. New York: MoMA, 1942.

THE MUSEUM OF MODERN ART (NEW YORK, N.Y.). MoMA Press Release Archives, 1933: Nº 029_1933-04-23.

THE MUSEUM OF MODERN ART (NEW YORK, N.Y.). MoMA Press Release Archives, 1940: Nº 069_1940-10-03_401003-10.

Livros e Artigos

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Minas Gerais: UFMG, 1999.

DICKERMAN, Leah; INDYCH-LÓPEZ, Anna. *Diego Rivera: Murals for the Museum of Modern Art.* New York: MoMA, 2011.

GONÇALVES, Lisbeth Ruth Rebollo. "A exposição de arte: conceituação e estratégias". In: RIBEIRO, Marília Andrés; GONÇALVES, Denise da Silva. (orgs.). *Anais do XXV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte.* Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

HUNTER, Sam. Introduction to *The Museum of Modern Art, New York*: *The History and the Collection.* New York: Harry N. Abrams, Inc.; MoMA, 1984.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: *Encyclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Ser ou Não Ser um Bom Vizinho: América Latina e Estados Unidos Durante a Guerra". *Revista USP. Dossiê 50 Anos de Final de Segunda Guerra*. N°26 - São Paulo: USP, 1995.

SCHWARTZ, Jorge. *O fervor das Vanguardas. Arte e literatura na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 188.

THE MUSEUM OF MODERN ART (New York, N.Y.). *Art in our time: a chronicle of the Museum of Modern Art*. Edited by Harriet S. Bee and Michelle Elligott. New York : Museum of Modern Art, 2004.

ISBN 978-85-7205-133-0

Neoliberalismo na Venezuela: das Políticas Compensatórias de Carlos Andrés Perez ao Socialismo do Século XXI

Fabiana de Oliveira

Mestranda em Ciências da Integração (PROLAM/ USP)

Email: fabianaoliveira@usp.br

Vitor Stuart Gabriel de Pieri

Pós-doutorando em Lazer e Turismo (ECA/ USP) e Doutor em Geografia das Relações Internacionais (UNICAMP)

Email:vitorpieri@gmail.com

Introdução

A partir da segunda década do século XX, a economia e a sociedade venezuelana experimentaram profundas transformações, passando de agrário-exportadora a petrolífera. A alteração da estrutura produtiva do país, assim como o surgimento de uma nova elite – já não mais agrária, mas comercial e urbana – e a ampliação da classe média urbana foram algumas delas. A elevação dos preços do petróleo como decorrência da política de aumento de preços e controle da oferta, levada a cabo pela OPEP na década de 1970, elevou a receita fiscal e permitiu a expansão do gasto público, principalmente através de programas sociais. A partir de 1982, no entanto, o governo venezuelano deu início à aplicação de um ajuste macroeconômico ortodoxo composto de restrição monetária e creditícia, queda dos salários, aumento dos juros, contenção dos gastos públicos e desvalorização cambial, medidas que foram aprofundadas em 1984 e em 1988, após a agudização da crise. Os indicadores sociais rapidamente expressaram os custos de tais políticas: em 1990, a Venezuela contava com 11% de desocupados, 42% de trabalhadores condenados à informalidade e 34% de domicílios abaixo da linha da pobreza. Tal ajuste levou a uma série de protestos populares duramente reprimidos – principalmente o *caracazo* - e, em decorrência da instabilidade política, a duas tentativas de golpe em 1992 e a deposição do presidente Carlos Andrés Perez em 1993. Este artigo pretende, então, realizar um balanço dos principais resultados econômicos e sociais do período que se estende de 1982 a 1998, quando o ciclo neoliberal é interrompido pela vitória eleitoral de Hugo Chávez. Para tanto, recorreremos à bibliográfica clássica com intuito de construir uma narrativa que articule dados empíricos e pressupostos teóricos, com o fim de

ISBN 978-85-7205-133-0

compreender de que maneira as reformas liberalizantes experimentadas pela Venezuela levaram à crise social e à refundação do Estado.

Palavras-Chave: neoliberalismo, rentismo, medidas compensatórias, reforma do Estado.

1. Da Economia Tropical ao Rentismo Petroleiro

A hoje chamada República Bolivariana da Venezuela entrou para o mapa geoeconômico da América do Sul ao converter-se em detentora de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, mas ganhou enorme peso geopolítico por experimentar importante e intensa resistência à implementação de uma série de medidas neoliberais.

O país, que em 2013 contava com 30,4 milhões de habitantes e um PIB de US$ 438,3 bilhões[1], optou, como a maioria dos países latino-americanos, por uma forma de inserção internacional primário-exportadora, o que determinou as estruturas sociais, políticas e econômicas da Venezuela. A pauta exportadora esteve composta primeiramente por produtos tropicais, em especial café e cacau, o que exigia uma reestruturação agrícola, implementando-se a *plantation* e a utilização de mão de obra negra em regime de escravidão. Como resultado, o país passou a apresentar um quadro de grande concentração da terra e de aguda marginalização social de negros, indígenas, mestiços e brancos pobres. No plano político, por sua vez, a guerra civil travada entre liberais federalistas e conservadores centralistas, entre 1859 e 1863, marcou a transferência do poder das mãos dos caudilhos para as das oligarquias.

Na década de 1930, a economia e a política venezuelana não apenas já sofriam as transformações decorrentes da exploração e exportação do petróleo descoberto em suas terras, como também já se encontrava fortemente vinculada aos Estados Unidos por meio de diversos acordos comerciais. A expansão petroleira, experimentada pela Venezuela a partir de 1939, financiou a ampliação da infraestrutura, a criação de instituições de fomento à produção, permitiu a criação de partidos políticos e a profissionalização das Forças Armadas. Foi, também, o aumento do gasto público em decorrência da aplicação de políticas sociais o que transformou as características dos regimes autoritários, agora tidos como "populistas" (CANO, 2000).

Tabela 01: Composição das exportações, 1920-1935 (milhões em bolívares)

[1] Disponível em: http://data.worldbank.org/country/venezuela-rb. Acesso em 02 de novembro de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

Anos	Totais	Petrolíferas	%	Café e cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA apud BARROS, 2006, p.212.

Os antagonismos entre o pequeno grupo atrelado à exploração do petróleo e todo o resto da sociedade eram extremados e mesmo a apropriação por parte do Estado de uma porcentagem cada vez maior da renda obtida sobre o recurso não foi capaz de impedir que as pressões exercidas pelos setores médios da população se agudizassem. Como resultado destas tensões internas, a política venezuelana se tornava mais instável, abrindo espaço para a sucessão de uma série de golpes e contragolpes.

> Foi assim que jovens oficiais do exército, liderados por R. Betancourt, golpearam M. Angarita em outubro de 1945, instituindo uma Junta Militar para o período 1946-47, quando então se renova a Constituição e é eleito Gallego. Este, 9 meses após a posse, foi golpeado em novembro de 1948, por Delgado, que por sua vez é assassinado em setembro de 1950. Decorreu-se então mais um período dirigido por uma Junta Militar, de 1948 a 1952 (CANO, 2000, p.504).

Na década de 1950, com o surgimento das ideias cepalinas, a Venezuela parecia tomar consciência da necessidade de utilizar os recursos do petróleo para impulsionar o desenvolvimento de uma indústria nacional de transformação. Foi com este objetivo que o país tratou de limitar as remessas de lucros por parte das empresas estrangeiras e de fazer gestões junto a outros países produtores de petróleo para a formulação de uma postura combinada entre eles, o que posteriormente culminaria na criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Outras medidas ainda foram adotadas, tais como a instituição do Banco Industrial, em 1937 e do Banco Central, em 1939, e a criação da Corporação Venezuelana de Fomento, em 1946. Em 1961, por sua vez, a legislação do Imposto sobre a Renda foi modificada e novos incentivos fiscais surgiram para que os lucros fossem reinvestidos nos setores estratégicos da economia do país. Como resultado, o PIB da incipiente indústria de transformação venezuelana cresceu 174% entre os anos de 1936 e 1950 e 159% na década de 1960, segundo Cano (2000).

Ainda segundo Cano (idem), as transformações logo se fizeram sentir também no âmbito social, pois a mortalidade infantil caíra de 92 para 60 entre os anos de 1960 e 1970,

ISBN 978-85-7205-133-0

enquanto que o analfabetismo passara de 37% para 23% do total da população com idade superior a 15 anos e a porcentagem de domicílios com água potável passara de 33% para 50% no mesmo período.

> Era la época dorada de la Venezuela saudí, una etiqueta equivalente a la de Argentina como granero del mundo, cuando, como suele decirse, se tiraba manteca al techo. El ingreso fiscal real que en 1950 era de 430 dólares saltó, en 1972, a 700 dólares, es decir, un 60 por ciento más. Los gobiernos tenían dinero suficiente para mejorar las condiciones de vida de la población con salud y educación gratuitas, sin que ningún otro sector social o económico tuviera que pagar impuestos por ello (LUZZANI, 2008, p.16-17).

Entre 1968 e 1972, a classe média venezuelana viu a renda *per capita* do país aumentar em 28%, o que lhes permitia reproduzir em Caracas o estilo de vida que assistiam durante suas viagens para as principais cidades do mundo desenvolvido (LUZZANI, 2008). Assim, o valor das exportações petroleiras, que havia quintuplicado entre 1970 e 1979 apesar de uma drástica redução de produtividade, o saldo em transações correntes só foi positivo entre 1973-1976 e 1979-1980, o que se deve à alta elevação das exportações (CANO, 2000).

Durante os mandatos presidenciais de Rafael Caldera (1968-1973) e de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), o domínio do Estado sobre o setor energético se amplia. Em 1971, a exploração do gás passava a ser exclusiva do Estado, enquanto que, em 1973, o mercado interno de petróleo e combustíveis líquidos passou a estar também reservado para o Estado. Em 1975, frente à contração das exportações e dos preços do petróleo, levando, assim, à uma redução do interesse por parte do empresariado estrangeiro, o setor energético e a exploração do minério de ferro passam a ser domínio público.

O maior controle por parte do Estado sobre a exploração petroleira, aliado ao considerável aumento dos preços do petróleo – que passou de US$ 1,8, em 1970, para US$ 16,5 em 1979 –, terminou por transformar a Venezuela em uma espécie de “petro-Estado”. A renda do setor correspondia, em média, a 20% do PIB, enquanto que o refino do petróleo representava cerca de 25% do PIB da indústria. As exportações do óleo haviam representado 90% do total exportado pela Venezuela em 1970, 80% na década de 1980 e 75% entre 1990 e 1996 (CANO, 2000). Em 1974, a renda fiscal de origem petroleira atingiu um dos maiores máximos da história venezuelana ao chegar a 40% do PIB (LUZZANI, 2008). A economia tornou-se dependente das exportações petróleo e da alta carga fiscal extraída das mesmas, tornando-se demasiado vulnerável em relação às oscilações dos preços da *commodity*.

ISBN 978-85-7205-133-0

> Na Venezuela, a evolução da demanda final reflete primariamente a política seguida pelo Estado na apropriação e utilização do excedente petroleiro. Contudo, seria equivocado imaginar que o Estado é totalmente livre na formulação dessa política, mesmo quando seus dirigentes estejam animados de um firme propósito de mudança social. Decisões tomadas no passado respondem pela estruturação de um aparelho produtivo – reflexo da matriz institucional preexistente – dotado de considerável inércia. Em grande parte prolongação do comércio exterior, esse aparelho produtivo possui uma dinâmica própria que influencia o Estado e delimita o seu campo de opções. Sempre que se expande o excedente petroleiro amplia-se a margem de liberdade do Estado (FURTADO, 2008, p.120.

Como afirma Soler (2006), ainda que a sociedade venezuelana tivesse um alto padrão de consumo, em comparação com os demais países latino-americanos, não eram capazes de esgotar os dólares que a alta dos preços do petróleo gerava.

> O auge exportador, ao trazer excessos de divisas ao país, gera um acréscimo correspondente na receita fiscal que vai induzir um proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou "esterilizado"), isso poderá desencadear uma valorização cambial que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele é incomprimível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações e novas pressões inflacionárias (CANO, 2000, p.510).

Ainda segundo Cano (2000), dependendo da intensidade da valorização ou da desvalorização do câmbio, este processo também pode gerar graves distorções na estrutura de preços relativos, deformação estrutural do crescimento do PIB, alocação setorial de investimentos indesejada, pressão sobre os salários e desestímulo a outras exportações. Esta é, então, a origem dos desequilíbrios macroeconômicos enfrentados até os dias recentes pela Venezuela.

Gráfico 01: *Produto Industrial Bruto, 1973-1979 (Taxa interanual de crescimento)*

ISBN 978-85-7205-133-0

Fonte: Banco Central de Venezuela apud LUCAS, 2005.

Além disso, como recorda Furtado (2008), estes abundantes recursos financeiros costumavam ser rapidamente apropriados pelos próprios agentes responsáveis por sua produção, o que criava um abismo de desigualdade no país. Diferente da Argentina, país que financiou a acumulação a partir da alta produtividade de sua agricultura de exportação, a Venezuela sofre com uma forte tendência à concentração devido aos subsídios concedidos ao consumo através das importações, em detrimento das atividades agrícolas e artesanais. É a desorganização destas atividades – ademais da mecanização das mesmas, favorecida pelo fácil acesso à maquinários importados - o que contribuirá para que o excedente de mão de obra se expanda, resultando em queda dos salários nos segmentos sociais de mais baixa renda. Ainda segundo Furtado (2008, p.122), o sistema socioeconômico na Venezuela da primeira metade da década de 1970 era "fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente.", além de que "Via de regra, o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo de crescimento da economia."

Ainda no primeiro governo de Rafael Caldera, foi lançado o Plan Nacional de Desarrollo (1973-1974), que estava baseado na estratégia de desenvolvimento de novos setores produtivos – principalmente de infraestrutura e de indústria básica -, com o fim de diversificar a pauta exportadora e de substituir importações. No entanto, muitas das metas tiveram que ser postergadas devido à expansão do endividamento externo que o déficit no balanço de transações correntes provocou – segundo Espinaza (1997), a dívida externa saltara de 6 para 23 bilhões de dólares apenas entre 1975 e 1979. Profético, Furtado avisava em 1974 que, seguindo a mesma tendência, a elevação dos preços do petróleo deveria levar a um aumento do coeficiente de importações, o que exerceria forte pressão negativa sobre o emprego e a renda. Assim, a maior riqueza oriunda do *boom* do petróleo tornaria a Venezuela

ISBN 978-85-7205-133-0

um país socialmente instável, como os acontecimentos do fim dos anos 1980 viriam a mostrar.

2. Os Ajustes Estruturantes dos Anos 1980

A Venezuela, assim como grande parte dos países latino-americanos, experimentou o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações em 1980, ainda que não tenha logrado completar o ciclo de industrialização. O país foi, ainda, devido a sua condição de extrema vulnerabilidade frente às crises internacionais, duramente atingido pela queda dos preços do petróleo[2], pela retração do crédito após a crise mexicana e pela fuga de capitais.

Ao assumir a presidência, Luis Herrera Campins (1979-1984) defendera a impossibilidade de manter as políticas estatistas de Carlos Andrés Pérez, optando por reduzir os controles e as regulações económicas (LUCAS, 2005). Deu início, então, a uma espécie de "ensaio neoliberal", através da implementação de uma nova política de preços e da redução de subsídios. Frente às restrições que a queda dos preços do petróleo implicavam, também tratou de estabelecer um regime de câmbios diferenciados e de limitar as importações de artigos não essenciais. O período implicou também em aumento da taxa de juros, de maneira a minimizar a fuga de capitais, e de aumento da dívida externa através da obtenção de novos empréstimos.

O novo choque petroleiro de 1982 elevara a receita fiscal da Venezuela, o que levou Campins a retomar a anterior tendência de aumento do gasto público, com o fim de evitar a depressão económica, e de manutenção da valorização cambial.

> A teimosia em manter a valorização cambial entre 1979 e 1982 (e o temos de uma inevitável desvalorização próxima) provocou grande fuga de capital, agravando a situação do balanço de pagamentos. A inflação, em parte contida pela valorização, atinge 22% em 1980, o dobro da ocorrida em 1979, mas com a recessão e algumas medidas restritivas, ela baixa para 16% em 1981. A crise da dívida externa, contudo, aumentou as dificuldades em restringir o elevado gasto público *vis-à-vis* a queda das exportações (e da receita fiscal petroleira), elevando o déficit fiscal; entre 1982 e 1984 o governo faria um ajuste macroeconômico ortodoxo (CANO, 2000, p.514).

[2] O preço do barril, que havia chego a US$ 38,00 em 1981, devido à Revolução Iraniana, caíra para cerca de US$ 12,00 em 1986-1988, atingindo US$ 16,00 em 1989 (CANO,2000).

ISBN 978-85-7205-133-0

Este ajuste consistiu basicamente em manutenção dos juros altos, brusca deterioração dos salários, restrição monetária e creditícia, queda do gasto público, controle de preços de consumo básico e fortes desvalorizações cambiais em 1983 e 1984. Como resultado, houve uma retração acumulada do PIB de 12% entre 1979 e 1985, além de uma redução de salários em 25% e de uma elevação da massa de desempregados para 14% da população economicamente ativa (CANO, 2000).

Com resultados socioeconômicos tão negativos por parte do governo de Campins, a Ação Democrática voltou ao poder com Jaime Lusinchi (1984-1989), quem logo em seguida estabeleceu um novo sistema de câmbio que previa uma taxa fixa em 7,50 bolívares para a maioria das transações, batizando a desvalorização de "sincerização da economia" (LUCAS, 2005). Em seguida, Lusinchi instituiu a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que consistiam basicamente em uma série de pactos sociais a serem negociados com trabalhadores e empresários. Figuravam como seus principais pontos a eleição direta e secreta para governadores e prefeitos, restrição aos cargos vitalícios e, no campo económico, a abertura comercial, maior liberdade para o capital estrangeiro e a proibição de monopólios, além da articulação da política econômica com a social (CANO, 2000). O objetivo era restaurar a legitimidade do sistema político após o descredito em que a representatividade baseada no puntofijismo havia caído com os sucessivos escândalos de corrupção e fracassos econômicos.

As reformas, no entanto, se mostraram insuficientes para impedir novas desvalorizações cambiais em 1986 e 1987 e o retorno do ciclo inflacionário. No campo social, os resultados eram dramáticos: 41,8% dos trabalhadores haviam sido empurrados para a informalidade, enquanto que o salário médio de 1990 apenas equivalia a metade do salário de 1978 (ESPINAZA, 1994).

> Estes fatos fizeram que os níveis de pobreza e indigência da população atingissem valores inusitados: entre 1981 e 1990, a porcentagem dos domicílios cujas famílias se encontravam abaixo da linha de pobreza passa de 22% para 34% (18% para 33% nas zonas urbanas) e a dos que se encontravam abaixo da linha de indigência passa de 7% para 12% (5% para 11% nas zonas urbanas). Os 20% da população urbana com menor nível de renda, que em 1981 recebiam 6,9% da renda total, passam a receber 5,7% em 1990, já os 20% mais ricos sobem sua fração de 37,8% para 44,6% (CANO, 2000, p.519-520).

ISBN 978-85-7205-133-0

A posse de Carlos Andrés Pérez para seu segundo mandato, em 1989, se deu em um cenário de muita descrença e descontentamento popular. De fato, a abstenção chegou a 20%, sintomático do rechaço que sofria o regime representativo e sua extrema partidização (SONNTAG, 1989). Foi também o início da mais ampla adoção de um conjunto de reformas neoliberalizantes, ainda que este tenha sido eleito com o discurso de que promoveria duro enfrentamento à pobreza. O "plano de ajuste económico" consistia em decretar a libre convertibilidade do bolívar, com sua consequente desvalorização, na liberalização da taxa de juros, no decreto de ajuste dos salários, na aplicação de reajustes de preços e no anúncio de uma profunda reforma comercial (LUCAS, 2005). O papel do Estado na condução da economia seria minimizado, abandonando o seu tradicional papel de fomentador da industrialização e de "apaziguador" das tensões sociais resultantes da desigual apropriação da renda petroleira.

> En Venezuela, el contraste entre la prosperidad y el intervencionismo estatal de los 70 y la recesión y el neoliberalismo posteriores fue quizá más marcado que en cualquier otro lugar del continente. Mientras el maná de los ingresos petroleros le permitió al primer gobierno de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) extender el control estatal a sectores básicos de la economía, la caída de ellos llevó a su segundo gobierno (1989-1993) a adoptar una forma "radical" de neoliberalismo, metáforicamente descripta como "tratamiento de choque" (ELLNER, 1996, p.44).

Como recorda Cano (2000), o ano representara uma queda de 7,8% e um salto da inflação de 36% para 81%. As medidas também provocaram um forte desabastecimento de produtos básicos e sua consequente escalada de preços. Foi também o da maior eclosão social da história contemporânea da Venezuela, cuja resposta por parte do Estado foi de brutalidade, violenta repressão e continuidade aos ajustes que castigavam ao povo venezuelano.

3. O *Caracazo* como Auge da Crise Política, Econômica e Social na Venezuela

Passados apenas quatorze dias da volta de Carlos André Pérez ao Palácio de Miraflores, o presidente anunciou o "El Gran Viraje", um conjunto de medidas restritivas que terminaram por ficar conhecidas como o "paquetazo económico".

> En este sentido, se inició en 1989 un Pograma de Ajuste Económico, mejor conocido como "Paquete Económico", consistente en una clásica política de estabilización económica (aplicado de inmediato) y un programa de reestructuración económica (adelantado gradualmente bajo los acuerdos suscritos con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial) […], concebido como un "híbrido de cabeza neoliberal y cuerpo populista", con el

ISBN 978-85-7205-133-0

> cual el gobierno de Carlos Andrés Pérez rompió objetivamente con la ideología socialdemócrata y buscó impulsar un proceso de extendida y rápida capitalización de la economía, cuya recesión era creciente (CHACÍN, 2003, p.112-113).

Tendo herdado de Campíns uma das piores crises socioeconómicas da história recente venezuelana, Pérez acreditava não ter outra saída que não a de criar as condições macroeconómicas capazes de atrair ao capital estrangeiro (SALAMANCA, 1994), ao mesmo tempo em que tentava corrigir os custosos preços sociais com políticas sociais focalizadas. Como medidas compensatórias, uma série de programas assistenciais foram criados, principalmente de caráter alimentício e de saúde básica, assim como políticas de aumento de salários, mas seus efeitos se viam bastante limitados pela inflação e liberalização dos preços.

A acumulação das distorções econômicas e sociais atingiu seu ápice ainda no primeiro ano do segundo governo de Pérez. O estopim foi o decreto de aumento dos preços da gasolina em mais de 100%, o que provocou uma enorme revolta social, o *Caracazo*, iniciada em 27 de fevereiro de 1989.

> La medida puntual que desencadenó el Caracazo fue el aumento de la gasolina, que generó un incremento de los costos del transporte colectivo, y su paralización por parte de los conductores al considerar que el aumento decretado por el gobierno era insuficiente. Este hecho llevó imperceptiblemente a un eslabonamiento de situaciones de violencia que al cabo de varias horas cubrió gran parte de la capital y alcanzaría a otras regiones del país (SALAMANCA, 1994, p.12).

Guarenas foi o primeiro local em que os manifestantes ocuparam as ruas para expressar sua indignação. Do terminal de ônibus desta cidade, os protestos se estenderam logo a Caracas, Barquisimeto, Maracay, Valencia, Mérida, San Cristobal, Barcelona, Maracaibo e diversas outras. Os protestos também foram seguidos de saques e roubos: segundo Luzzani (2008), mais de 20 mil comércios, em sete cidades distintas, foram assaltados em menos de 36 horas. A adesão de policiais metropolitanos de Caracas, assim como a inicial cobertura midiática, serviram para agudizar ainda mais os protestos, frente ao que, como resposta, Pérez suspendeu as garantias constitucionais[3] e instaurou o "Plan Ávila", utilizando o exército para

[3] Estavam, então, suspensos os direitos à liberdade individual, de livre reunião, de inviolabilidade de domicílios, o livre trânsito, a liberdade de expressão e o direito à manifestação pacífica, conforme Decreto n.49, de 28 de fevereiro de 1989.

ISBN 978-85-7205-133-0

conter as revoltas e autorizando a utilização de armas de guerra contra os civis. A intervenção militar esteve marcada por extrema brutalidade, principalmente nos bairros mais pobres, e resultou em milhares de desaparecidos – ainda que as cifras oficiais afirmem que o número consistiu em algumas centenas de vítimas.

Conforme depoimentos apurados pela Defensoria venezuelana[4], jovens, em grande maioria pobres das cidades do interior do país e incorporados às Forças Armadas pelo regime de obrigatoriedade que havia até então, eram orientados a disparar "a todo lo que se mueva (p.29)". Da mesma forma, a localidade caraquenha de 23 de Janeiro teria sido um dos espaços em que mais se deram violações aos direitos humanos por parte das forças repressoras do Estado, principalmente devido ao seu histórico como espaço de resistência popular (e que posteriormente viria a se transformar em um dos principais redutos chavistas), onde eram orientados a disparar contra as casas de forma indiscriminada.

Ao passo de dias, utilizando-se de muita repressão, as manifestações se enfraqueceram e Pérez, aos poucos, reestabeleceu os direitos constitucionais. O pacto bipartidista que havia sustentado a democracia venezuelana por décadas, no entanto, havia sido o principal atingido pela rebelião popular.

> El Caracazo fue un momento de inflexión en la historia venezolana, el acelerador de todos los procesos en marcha y el principio del fin del PPF [Pacto de Punto Fijo], que duró, a los tumbos, nueve años más, hasta que en 1998 el candidato único de adecos y copeyanos, Salas Romer, fue derrotado en las presidenciales por Hugo Chávez (LUZZANI, 2008, p.23).

O novo período de governo de Carlos Andrés Pérez consolidava, então, ademais do esgotamento do acordo de elites que sustentava o sistema político venezuelano, o fim de um ciclo em que o modelo económico rentista sustentara a ilusão de que a abundância de dividas aproximava a Venezuela do mundo desenvolvido, substituindo-a pela realidade revolucionária que tomava as ruas do país.

4. Os Ajustes Estruturais de 1990 e o Declínio do Modelo Neoliberal na Venezuela

O segundo governo de Carlos Andrés Pérez seguiu sob forte tensão e nem mesmo o crescimento médio de 7,5% atingido pela economia venezuelana entre 1990 e 1992 fora o

[4] DEFENSORIA DEL PUEBLO. A 18 años de "El Caracazo": Sed de Justicia. Disponível em: http://www.defensoria.gob.ve/dp/phocadownload/userupload/publicaciones/informes_especiales/el_caracazo.pdf . Acesso em 03 de novembro de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

suficiente para ofuscar o retorno do ciclo inflacionário e a constante deterioração dos salários.

As manifestações e protestos populares seguiam tomando as ruas das principais cidades venezuelanas em 1993, ainda que nenhuma tenha tomado as mesmas dimensões que o *caracazo*. Sob tamanha tensão, sua gestão perdeu o que lhe restava de estabilidade, sofrendo duas tentativas de golpe ao longo de apenas um ano[5]. Sob ameaça de que a oposição convocasse um referendo para decidir a continuidade ou afastamento do então presidente do poder e vendo a sua popularidade despencar, Carlos Andrés Pérez terminou por ser afastado da presidência sob acusações de corrupção, sendo o posto assumido pelo presidente do Senado venezuelano até que novas eleições fossem convocadas.

O segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999), marcando o retorno da COPEI ao Palácio de Miraflores, não foi menos turbulento que o de seu antecessor, Carlos Andrés Pérez. Ainda no início do seu mandato, foi surpreendido com uma aguda crise financeira que atingiu o Banco Latina e uma série de outras instituições financeiras. A fuga de capitais decorrente desta nova crise levou Caldera a implementar um novo sistema de controle de câmbio, em 1994, que novamente desvalorizava o bolívar, sendo 476 bolívares o equivalente a um dólar (LUCAS, 2005). Quanto à abertura comercial, levada a cabo ainda na gestão de Andrés Pérez, sob orientação do FMI, Lucas (p.189) afirma:

> Durante este período, la política de apertura comercial se profundizó y se vio complementada por la suscripción de una série de acuerdos en el ámbito internacional, de relevancia para el sector industrial. El 13 de febrero de 1994 fue suscrito el Tratado de Libre Comércio entre Colombia, México y Venezuela, llamado Grupo de los Tres, el cual entraría en vigencia el 1º de marzo de 1995. El 26 de noviembre de 1994 se adoptó el arancel externo común del Acuerdo de Cartagena, que entró en vigencia el primero de febrero de 1995. […] El 29 de diciembre de 1994, el Congreso de la República promulgó la Ley Aprobatoria del Acuerdo de Marrakech, por la cual se establecia formalmente la incorporación a la Organización Mundial del Comercio (OMC).

As reformas, continuadas e aprofundadas por Caldera, se mostraram insuficientes para recuperar da crise a economia venezuelana. O governo tratou de desenhar, então, um novo plano de estabilização econômica e atração de recursos externos, a "Agenda Venezuela", que previa a diversificação da pauta exportadora do país e a privatização da

[5] A primeira delas, em fevereiro de 1992, foi encabeçada por Hugo Chávez, que posteriormente se tornaria presidente do país. A segunda tentativa ocorreu em novembro do mesmo ano, sob liderança de civis e militares.

ISBN 978-85-7205-133-0

indústria do alumínio, ferro e aço, assim como produção de cimento para construção civil. A partir deste programa, o FMI concedeu à Venezuela um novo crédito de 1,4 bilhão de dólares (LUCAS, 2005), enquanto que, internamente se consolidava um cenário que mais favorecia o investimento de tipo especulativo do que produtivo.

Quanto à exploração do petróleo, Caldera implementou novas formas de cooperação e de associação com o capital privado, o que terminou por atrair majoritariamente o capital estrangeiro. Segundo dados apresentados por Cano (2000), a inflação também seguia a tendência de alta, apesar da relativa queda da carga fiscal e do gasto público, atingindo 40% em 1994, 71% em 1995 e 108% em 1996. Em 1998, a contração ainda maior das políticas fiscal e monetária haviam forçado uma queda da inflação para 31%.

O modelo neoliberal venezuelano, como os exemplos que podem ser observados em quase todos os países da América Latina, se mostrou um fracasso em seus objetivos financeiros e económicos e seus reflexos nos âmbitos político e social se mostraram ainda mais desastrosos.

> Estabilidade monetária e aumento da produtividade do sistema empresarial são ganhos atribuídos aos governos neoliberais da América Latina. Desconstrução do núcleo central da economia, endividamento interno e externo, alienação do patrimônio nacional e transferência de renda são seus custos. Em termos prospectivos, os governos neoliberais reintroduziram mais um século de dependência estrutural, o atraso histórico cuja superação ficou mais adiante (CERVO, 2000, p.17).

A renda média na Venezuela de 1998 era 27% inferior a de 1980, segundo Cano (2000), o que aponta para uma queda brusca do padrão de vida da população neste período. O salário de então também era apenas 34% do salário de 1978, enquanto que a taxa de informalização atingira 48,7% em 1996. Os efeitos da crise russa, ocorrida no mesmo ano, ainda forçaram uma queda do preço do barril do petróleo para apenas US$ 10,00, provocando déficit nas contas correntes e uma brusca redução das reservas de divisas da Venezuela. A abertura comercial e econômica, sugerida pelos organismos financeiros internacionais, longe de tornar a Venezuela um país mais moderno, acentuou sua vulnerabilidade externa. Afinal, “um país como a Venezuela, de fraca base agrícola e industrial, poucas chances teria de abrir sua economia, desregulamentá-la e ‘competir eficientemente’ no mercado mundial, salvo em petróleo (idem, p.538).”

ISBN 978-85-7205-133-0

> El caso venezolano probablemente sea la reacción más significativa para construir um bloque militante em contra de las políticas neoliberales impuestas por los organismos internacionales financeiros, pues – como hemos dicho – los prestamos y rescates financeiros se han convertido em um instrumento de control político y económico. América Latina requiere de políticas económicas sin ataduras, sin condicionantes que limiten el crecimiento de la región, se requiere de um "receituário económico" que garantice dicho crecimiento (RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.62).

Como expressão de seu rechaço às condições impostas pelos organismos financeiros internacionais, a Venezuela foi rápida ao liquidar seus débitos junto aos mesmos tão logo encerrou sua fase de experimentos neoliberais. No entanto, o modelo de desenvolvimento, baseado na monoexportação, e os desequilíbrios macroeconômicos resultantes seguiriam assolando os formuladores das políticas que o país passaria a levar a cabo no período seguinte.

5. Bolivarianismo e a Proposta do Socialismo do Século XXI: Um Ensaio de Flexibilização do Neoliberalismo?

As transformações ocorridas no mundo a partir do desaparecimento da União Soviética e da consequente confrontação ideológica entre capitalismo e socialismo haviam criado um cenário de crise para os paradigmas de esquerda (MAYA, 2008). As circunstancias históricas e sociopolíticas criaram, então, na Venezuela dos anos 2000, um cenário que aglutinava diversos tipos de ideias, desde a revisão da democracia liberal-burguesa, passando pelo nacionalismo e integracionismo, chegando até mesmo à reformulação de um novo tipo de socialismo.

> El bolivarianismo venezolano, como movimiento sociopolítico y como gobierno, posee particularidades dentro de la izquierda emergente en América Latina. Éstas le vienen principalmente de su origen y de las condiciones petrolero-rentísticas que caracterizan a la sociedad. Sin embargo, en muchos aspectos comparte rasgos similares con otros actores de izquierda del continente, que se derivan de su vínculo con parte de la izquierda latinoamericana del pasado, que continúa en él, y que ha influenciado su diagnóstico de los males de la sociedad así como los remedios que aplica (MAYA, 2008, p.56).

Consistindo basicamente em uma aliança entre militares e civis, o bolivarianismo guarda suas semelhanças com outros fenômenos experimentados pela América Latina, tais como o peronismo argentino ou o varguismo brasileiro. No entanto, o que diferencia a Chávez de seus antecessores é que sua aparição política foi resultado de uma crise socioeconômica

ISBN 978-85-7205-133-0

sem precedentes e da resistência ao neoliberalismo, o que provocou também o esgotamento do modelo político-institucional que se perpetuara no país por décadas. O movimento esteve conformado principalmente por militares de baixa patente, originários de regiões pobres das grandes cidades e do interior do país, que frequentaram universidades públicas de qualidade, tiveram formação nacionalista ainda no primeiro mandato de Rafael Caldera (LUZZANI, 2008).

Após a sua segunda vitória eleitoral, em dezembro de 2006, Chávez anunciou o que seria uma "transição acelerada em direção ao socialismo do século XXI"[6], cujos primeiros passos seriam a integração de todas as siglas que apoiavam seu governo em um megapartido, o PSUV[7], e promover uma nova reforma constitucional. Tal decisão criou uma série de antagonismos e discussões nas filas chavistas, levando, inclusive, à saída do governo do General Raúl Isaías Baduel, ministro da Defesa, importante nome do bolivarianismo militar e um dos fundadores do MBR 200. Para Baduel, o socialismo a ser desenvolvido no país deveria ser característicamente venezuelano, evitando os erros das experiências socialistas passadas, e não uma reprodução do que chamava de "capitalismo de Estado soviético" (MAYA, 2008).

Conceito difundido inicialmente pelo marxista alemão Heinz Dietrich Steffan, o "socialismo do século XXI" foi apresentado a Hugo Chávez em 2005, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS. Consiste basicamente em uma proposta de superação do socialismo real, que não eliminou a dominação e a alienação dos trabalhadores, e da construção de uma sociedade onde não existam as relações de produção baseadas na exploração, naturais do capitalismo (SOCORRO, 2013). Suas bases fundamentais são:

> La construcción de una sociedad democráticamente planificada, con democracia directa, participativa y protagónica de los ciudadanos no explotados, no dominados ni alienados por el Estado. Por el contrario, los ciudadanos dirigirán un Estado que responda a los intereses de una sociedad sin clases, donde será abolida la propiedad privada de los medios de producción, donde el suelo y los recursos naturales serán propiedad común, controlada por el Estado (idem, p.14-15).

[6] EL UNIVERSAL. La ofensiva de Hugo Chávez. Disponível em: http://www.eluniversal.com/2007/01/14/pol_art_141448. Acesso em 09 de novembro de 2014.

[7] Segundo Maya (2008), Chávez desejava que todos os partidos que integravam a sua base se dissolvessem, de maneira a que seus quadros fossem incorporados pelo PSUV. Os que não o fizesse deveriam abandonar o governo, o que criou uma série de problemas de ordem política com o PPT, o PCV e o Podemos, que negavam a desaparecer como legendas próprias. De acordo com a autora, estes desentendimentos dentro da base governista seriam a principal razão para a derrota chavista no referendo da reforma constitucional, ocorrido no mesmo ano, o que levou Chávez a retroceder em sua decisão inicial em 2008.

ISBN 978-85-7205-133-0

Em seus aspectos econômicos, o "socialismo do século XXI" é influenciado pela teoria marxista do valor-trabalho, segundo a qual o intercâmbio deve dar-se entre produtos de valores equivalentes, ou seja, que tenham empregado tempo equivalente de trabalho para serem confeccionados. A propriedade privada dos meios de produção, assim como o lucro, também deveriam desaparecer sob este tipo de organização econômica. O modelo produtivo seria voltado para o atendimento das necessidades da sociedade, não visando a obtenção de lucros. Ademais, todas as atividades produtivas consideradas essenciais e estratégicas deveriam estar sob administração estatal, a partir de uma concepção de desenvolvimento endógeno da economia nacional[8].

Algumas das recomendações de Dieterich, tais como a implantação da nova ética socialista, a suprema felicidade social, o modelo de produção socialista e a democracia protagônica e revolucionária, foram incorporados aos Plan de Desarrollo Económico y Social 2007-2013[9] (SOCORRO, 2013).

Apresentado por Chávez como um conjunto de ideias um tanto subjetivas como justiça, igualdade, liberdade e solidariedade, o "socialismo do século XXI" tentou concretizar-se logo que deu início ao seu segundo mandato. Um conjunto de renacionalizações de empresas estratégicas foi realizando, incluindo a CanTV, assim como a nacionalização de outras, como a La Electricidad de Caracas.O anúncio das dos "cinco motores constituintes" é um exemplo, sendo o primeiro deles uma Lei Habilitante que permitiria ao Legislativo delegar, por período determinado, ao Executivo a competência para a elaboração de leis. O segundo consistia em uma reforma da Constituição Bolivariana, retirando dela qualquer aspecto que pudesse se tornar um freio ao processo socialista que o Estado deveria sofrer. O terceiro motor compreendia uma campanha educacional que deveria desenvolver-se em todos os setores da sociedade. O quarto motor dizia respeito a uma nova maneira de divisão do poder político, econômico, social e militar em todo o território, como parte do processo de avanço em direção ao socialismo. O quinto motor, por fim, consistia em conceder maiores poderes aos conselhos comunais, pois estes mudariam a natureza do Estado e impulsionariam o socialismo (MAYA, 2008).

---

[8] DIETERICH, H. Chávez y el socialismo del siglo XXI. Disponível em: http://www.rebelion.org/docs/55395.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2014.

[9] PSUV. Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2007-2013. Disponível em: http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/lineas-generales-delplan-de-desarrollo-economico-y-social-de-la-nacion-2007-2013.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

> La solicitud y expedita aprobación de la Ley Habilitante por parte de la Asamblea Nacional levantó mucha polémica. Fue considerada inconstitucional por algunos, alegando que el carácter genérico de los once ámbitos y el periodo tan largo que se demandaba violaba la función legislativa misma […]. Pero, más allá de los aspectos legales, la rápida delegación de la función legislativa al Ejecutivo por parte de la Asamblea profundizó la tendencia a su subordinación frente a éste, o más específicamente al Presidente (ídem, p.70).

Chávez apresentou em 2007 um projeto de reforma constitucional que, de certa maneira, erosionava as instituições liberais e que deveria facilitar o caminho para a efetiva implementação do "socialismo do século XXI". Algumas das principais mudanças que o projeto apresentava incluíam a possibilidade de reeleição indefinida para o presidente e o aumento do período do mandato de 6 para 7 anos, além da redução da jornada diária de trabalho de 8 para 6 horas e da institucionalização das missões bolivarianas e o fim da autonomia do Banco Central da Venezuela[10].

A proposta de reforma consistia, então, em uma clara proposta de radicalização do projeto bolivariano, mas que sofreu duros golpes por parte de opositores e de apoiadores do chavismo[11]. A forma como o projeto foi apresentado, de maneira muito apressada e pouco debate sobre o mesmo, e as acusações de que se tratava de uma forma antidemocrática e, até mesmo, de um golpe de Estado, fez com que o Chávez fosse, por primeira vez desde sua chegada ao poder, derrotado em um processo de consulta popular, ainda que por diferença pequena (50,7% votaram pelo Não, enquanto que 49,29% o fizeram pelo Sim, segundo dados do CNE[12]).

> La estrategia de avanzar rápidamente hacia un modelo socialista con orientación recentralizadora del Estado, concentración de atribuciones y poderes en el Presidente, concepción del partido y de las organizaciones populares como estructuras estatales, debilitamiento de la alternancia y el pluralismo político y creación de una milicia popular, entre otros aspectos, no fue aceptada por parte importante de las bases bolivarianas. El modelo socialista que implicaba la reforma, bien sea por su complejidad, bien sea por el breve tiempo otorgado para su conocimiento y discusión, o bien sea porque contenía aspectos que contradecían la profundización de la democracia participativa que fue principio legitimador del proyecto

[10] BIBLIOTECA CONSTRUCCIÓN DEL SOCIALISMO. Ahora la batalla es por el sí: discurso de presentación del Proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional. Disponível em: http://www.minpi.gob.ve/minpi/downloads/reformaconst.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2014.
[11] EL PAÍS. Venezuela convoca el referendum sobre la reforma constitucional para el 2 de diciembre. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2007/11/03/actualidad/1194044402_850215.html. Acesso em 09 de novembro de 2014.
[12] Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_referendo_reforma/. Acesso em 09 de novembro de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

> bolivariano en sus inicios, no logró convencer a las mayorías (MAYA, 2008, p.73.

A certeza de que a derrota se havia dado não porque a oposição havia logrado mobilizar mais eleitores pelo "Não", mas sim porque o chavismo fracassara em convencer aos seus próprios eleitores forçara a realização de uma revisão das estratégias e a adoção de um discurso mais moderado[13].

O "socialismo do século XXI" proposto por Chávez, por sua vez, mostrou as dificuldades que a implementação de um modelo socialista pode enfrentar quando a sua aplicação é pensada em um país de economia rentista, pois a própria inserção que o país possui na dinâmica da economia internacional consiste em um fator que impõe enorme limitação ao projeto. No entanto, os princípios do "socialismo do século XXI", aliados às bases que orientaram o projeto chavista desde o MRB-200, promoveram consideráveis alterações na estratégia de desenvolvimento venezuelano, o que se fez ver nas novas instituições criadas e na reorientação da política económica e da atuação internacional da Venezuela.

Considerações Finais

A partir das reflexões propostas, o artigo pretendeu realizar uma análise acerca das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na Venezuela a partir da implementação de políticas neoliberais, entre os anos 1980 e 2000. O "socialismo do século XXI", proposto por Hugo Chávez, é o mais claro resultado de uma das maiores crises vividas pela sociedade venezuelana. O projeto chavista chegou ao poder após a decomposição do tecido social em razão do empobrecimento que assolava a população, assim como do estancamento de uma economia monoexportadora e extremamente vulnerável às oscilações do mercado internacional. Estes foram os fatores, assim como a alta corrupção e a perda de legitimidade da classe política, que levaram à destruição de um modelo de representatividade que havia funcionado sem grandes questionamentos desde 1958, o *puntofijismo*.

O ápice desta crise foi o *Caracazo*, quando o Estado usou de uma enorme capacidade repressiva, contando com o apoio dos principais partidos políticos, dos empresários e dos

[13] Logo após reconhecer a derrota, Chávez anuncia o ano de 2008 como sendo de "revisão, retificação e reimpulso": http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/mensaje_presidente_2008.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

meios de comunicação tradicionais. O fracasso das medidas de austeridade frente à promessa de "modernização econômica que encarnavam, assim como o vazio criado pelo desmoronamento do *puntofijismo*, criou, então, o ambiente necessário para que atores emergentes e propostas políticas, econômicas e sociais renovadoras ganhassem a aderência das massas.

Ainda que não tenha superado completamente o paradigma neoliberal, a Venezuela muito avançou no sentido de flexibilizá-lo. Estes avanços, no entanto, se encontravam, já no final do decênio observado, em claro processo de esgotamento devido a uma série de fatores internos e externos. Entre os fatores de ordem interna convém apontar as próprias contradições presentes no projeto político em desenvolvimento, o centralismo da figura de Hugo Chávez e o vazio de poder deixado pela sua morte e, entre os de ordem externa, a crise econômico-financeira internacional e seus reflexos na economia venezuelana.

Referências Bibliográficas

AMENTA, N. R. *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BARROS, P.S. *Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana.* Cadernos PROLAM/USP, ano 5, vol.2, 2006, pp.209-237.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina.* São Paulo: UNESP, 2000.

CERVO, A.L. *Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina.* Revista Brasileira de Política Internacional, n.43 (2), 2000, pp.5-27.

CHACÍN, N.A. *La atención a la pobreza en Venezuela: del "Gran Viraje" a la "V República", 1989-2002.* Revista Venezolana de Analisis de Conyuntura, n.02, vol.IX, jul-dez. 2003, pp.111-150.

ELLNER, S. *Democracia, tendências internas y partidos políticos de Venezuela.* Nueva Sociedad, n.145, set-out, 1996, pp.42-54.

ESPINAZA, R. Ajuste fiscal, efectos distributivos y perspectivas de mediano plazo. In: CHANG, S. et al. (Org.). *La política económica necessária: estabilización, crecimiento y solidaridad.* Caracas: IESA-UCAB, 1994.

FURTADO, C. *Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GOTT, R. *À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ISBN 978-85-7205-133-0

LUCAS, G. *Industrialización contemporánea en Venezuela: política industrial del Estado venezolano, 1936-2000.* Tese de Doutorado. Universidad Católica Andrés Bello, 2005.

LUZZANI, T. *Venezuela y la revolución: escenarios de la era bolivariana.* Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

MAYA, M.L. *Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo.* Rev. Ven. de Econ. y Ciencias Sociales, v.14, n.3, set-dez. 2008, pp.55-82.

RANGEL, R.M.; GARMENDIA, E.S.R. *El consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina.* Política y Cultura, n.37, Jan. 2012, pp.35-64.

SALAMANCA, L. *Venezuela: la crisis del rentismo.* Nueva Sociedad, n.131, maio-jun. 1994, pp.10-19.

SOCORRO, A.G. *Venezuela: renta petroleira, socialismo del siglo XXI y comercio exterior agroalimentario. 2013.* Disponível em: http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/37443/3/Texto_completo_Argentina_Gutierrez_Sept2013.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2014.

SOLER, A.M. Petróleo: el maná de la discórdia. LÓPEZ, J.T. (Org.). *Venezuela, a contracorriente.* Caracas: Icaria, 2006.

SONNTAG, H.R. *Venezuela: la vuelta de Carlos Andrés Pérez.* Nueva Sociedad, n.99, jan-fev. 1989, pp. 18-23.

ISBN 978-85-7205-133-0

Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia

Neodevelopmentalism or neoliberalism: South American regional integration and ideology

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Professor do Curso de Relações Internacionais da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo)

contato: faboroso@gmail.com

Resumo:

Este texto objetiva contribuir com o debate em torno do sentido da integração regional sul-americana em curso protagonizada pelo Brasil. Nossa hipótese é que existe uma correspondência ideológica entre a proposição de que as gestões petistas avançam um projeto neodesenvolvimentista para o país, e o diagnóstico de que está em curso uma integração regional "desenvolvimentista" ou "pós-liberal", cuja premissa comum é uma minimização das continuidades estruturais determinadas pela política macroeconômica neoliberal praticada pelas gestões petistas desde 2003.

Palavras-chave: Integração Sul-americana; neodesenvolvimentismo; neoliberalismo.

Abstract

This article contributes to the debate on the meaning of the ongoing South American integration led by Brazil. Our hypothesis is that there is an ideological correspondence between the idea that the recent federal governments by PT (Workers Party) in Brazil have advanced a new developmentalism project, and the diagnosys that a "developmentalism" or "post neoliberal" regional integration is on its course. Both proposals minimize the structural continuities imposed by the neoliberal macroeconomic policies which have been enforced by PT administrations since 2003.

Keywords:South American Integration; neodevelomentalism; neoliberalism

Introdução

Em um movimento que se confunde com a própria globalização, a aceleração das tendências à financeirização do capitalismo pressionou por uma abertura econômica multilateral no contexto do colapso soviético, associada à difusão da agenda política identificada com o neoliberalismo, em um processo cuja racionalidade reforçou a liderança geopolítica dos Estados Unidos e culminou com a institucionalização de um regime multilateral de comércio referido a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994 (BRENNER, 2003; GOWAN, 2003; PANITCH; GINDIN, 2006). Projetos de integração

ISBN 978-85-7205-133-0

regional voltaram ao debate político nesta conjuntura, que assistiu a formação de blocos econômicos nos marcos da concorrência intracapitalista, como a APEC (Asia- Pacific Economic Cooperation - 1989) e a União Europeia (1992).

Expressão regional deste movimento, a implementação de um acordo de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá em 1994 (NAFTA - North American Free Trade Agreement) selou o atrelamento da política externa mexicana aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a administração Bush lançou na 1ª Cúpula das Américas em Miami o projeto da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas). Diante deste cenário, a diplomacia brasileira visualizou progressivamente a América do Sul como referência geográfica de um projeto de liderança regional, perspectiva que se materializou em uma aproximação entre o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina das Nações), como uma estratégia para a constituição de um bloco econômico alternativo no espaço sul-americano (IPEA, 2010; FUNAG, 2012; LIMA; COUTINHO, 2007). É neste contexto que surgiu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a proposta da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), constituída como um mecanismo institucional de coordenação de ações dos doze países da América do Sul, com o objetivo de construir uma agenda comum de infraestrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações.

Proposta em uma cúpula de presidentes sul-americanos em Brasília em 2000, originalmente pensada como a dimensão de infraestrutura de um projeto de integração regional referenciada no regionalismo aberto, a IIRSA foi retomada pelo governo Lula, a despeito de mudanças na política externa proposta por esta gestão. Com a constituição da UNASUL em 2008, a iniciativa foi incorporada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) desta organização no ano seguinte, consumando uma situação paradoxal, na medida em que a iniciativa converteu-se no esteio material de uma organização identificada com um projeto de integração regional que postulava uma inversão das premissas que orientaram sua constituição original.

Proposta em uma cúpula de presidentes sul-americanos em Brasília em 2000, originalmente pensada como a dimensão de infraestrutura de um projeto de integração regional referenciada no regionalismo aberto, a IIRSA foi retomada pelo governo Lula, a despeito de mudanças na política externa proposta por esta gestão. Com a constituição da UNASUL em 2008, a iniciativa foi incorporada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) desta organização no ano seguinte, consumando uma situação paradoxal, na medida em que a iniciativa converteu-se no esteio material de uma organização identificada

ISBN 978-85-7205-133-0

com um projeto de integração regional que postulava uma inversão das premissas que orientaram sua constituição original.

Autores identificam no contexto em que foi proposta a IIRSA, ainda na gestão Cardoso, um reconhecimento da necessidade de reorientar os parâmetros da política externa até então prevalente. Embora sinalizando para uma integração sul-americana referenciada no que a CEPAL descreveu neste momento como um "regionalismo aberto" – uma modalidade de integração regional orientada à abertura comercial multilateral -, a ênfase em uma agenda para a América do Sul nos dois últimos anos deste governo emergiu, simultaneamente, como uma forma de contornar a crise do Mercosul e avançar no processo de integração regional, entendida como premissa para recuperar autonomia diante dos Estados Unidos no contexto da administração Bush (VIZENTINI, 2005). Segundo Cervo, três fatores confluíram para este movimento, que seria consolidado na gestão seguinte: a constatação do malogro das experiências neoliberais nos anos 1990 na América Latina, atestado por dados da CEPAL; a percepção de que os países do centro não aplicavam as medidas que recomendavam aos países do subcontinente; e a subsistência de um pensamento crítico no Brasil e na América Latina, que serviu como substrato para a formulação de um norte alternativo para a diplomacia no país e na região (CERVO, 2003).

Apesar do reconhecimento de linhas de continuidade entre as gestões e que a prioridade em relação à América do Sul antecede a eleição de Lula em 2002 (SILVA, 2010), prevalece entre os analistas em polos díspares do espectro político a leitura de que a política externa praticada pelos governos Lula (2003-2010) representa uma inflexão em relação à dinâmica prevalente nos governos anteriores, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como analisaremos adiante. Para se diferenciarem em relação à gestão anterior, os simpatizantes da política externa petista referem o projeto de integração regional em curso à uma inflexão na diplomacia brasileira, em sintonia com a ascensão de governos progressistas de diferentes matizes entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI no continente, questionando as políticas neoliberais domésticas e regionais prevalentes[1]. Neste contexto, o Estado brasileiro teria abandonado o regionalismo aberto característico dos anos anteriores em nome de uma política que enfatiza a integração sul-americana como estratégia de inserção internacional soberana, descrita como "regionalismo desenvolvimentista" ou "pós-neoliberal" (SERBIN; MARTÍNEZ; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Nesta perspectiva,

[1] Os trabalhos organizados ou de autoria de Darc Costa são referências desta posição. COSTA, Darc (org.), 2010; 2011. As posições de Costa são explicitamente questionadas por: GUDYNAS, 2008.

ISBN 978-85-7205-133-0

sugere-se que esta modalidade de integração promoverá "a integração física entre os interiores dos países, passo fundamental para a integração de cadeias produtivas de fornecedores e produtores relacionados, objetivando a formação de economias de escala e a própria integração das sociedades sul-americanas" (DESIDERA NETO; TEIXEIRA, 2012, p. 32).

No entanto, os argumentos que sustentam esta leitura não se mostram convincentes (PADULLA; COUTO, 2012), e esta proposição tem sido problematizada por diversas evidências políticas, que incluem o paradoxo vivenciado pela diplomacia brasileira na crise que culminou na deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai em 2011 (SANTOS, 2013a), além dos numerosos conflitos socioambientais envolvendo a expansão das empreiteiras brasileiras no continente, apoiada na atuação controversa do BNDES (VERDUM, 2008; INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO, 2009; CARVALHO; ALMEIDA, 2009), o que levou um analista a descrever a IIRSA como uma espécie de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a América do Sul, sugerindo que esta cooperação responde aos interesses de internacionalização destas empresas (CECEÑA; AGUILAR; MOTTO, 2007). Nesta perspectiva, esta modalidade de integração é vista como um processo de organização do território em unidades de negócio, no qual a IIRSA constitui "uma metodologia de repasse de recursos naturais, mercados potenciais e soberania a investidores privados, em escala continental, com respaldo político e segurança jurídica" (GARZÓN, 2011). No plano teórico, ressurgem reflexões que resgatam, de modo explícito ou não, as proposições de Rui Mauro Marini nos anos 1970 (MARINI, 2000), apontando para o que este autor descreveu como um "subimperialismo brasileiro" (FONTES, 2012; LUCE, 2007; ZIBECHI, 2012).

Em última análise, a polêmica em torno do caráter da IIRSA e o projeto de integração regional em curso no subcontinente remete a uma apreciação sobre o sentido das gestões presidenciais petistas no Brasil. De modo geral, observa-se uma tendência em estabelecer uma correspondência entre "regionalismo desenvolvimentista" ou "pós-neoliberal", e um projeto nacional "neodesenvolvimentista", ou "pós-neoliberal"[2].

Neodesenvolvimentismo e integração regional

[2] Por exemplo: "Identificamos, portanto, no discurso durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma clara coerência entre a busca de uma maior inserção soberana na globalização, a retomada da estratégia de um projeto nacional de desenvolvimento e a nova agenda de ativismo estatal" (SCHUTTE, 2012, 63-4). Também: SADER, 2010.

ISBN 978-85-7205-133-0

O caráter ideológico da proposição neodesenvolvimentista (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005; MERCADANTE, 2010) foi evidenciado em diversos trabalhos que demonstram a orientação conservadora da política econômica dos governos petistas (PAULANI, 2008; FIORI, 2011; SAMPAIO JR, 2012; CASTELO, 2012). O sentido geral do movimento foi sugerido por Leda Paulani, ao mostrar como se consumou no governo Lula um processo iniciado durante as gestões Cardoso, orientado a fazer do Brasil uma "plataforma de valorização financeira internacional". A abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e a abertura financeira do país por meio de alterações nas contas CC5 entre 1992 e 1994 criaram "a forma e a substância" da inserção do Brasil nas finanças mundializadas, confirmando seu papel como emissor de capital fictício, e criando assim as condições para a implementação do Plano Real. Nos marcos deste movimento, a promulgação da lei de responsabilidade fiscal (2000) sinalizou para os fundamentos jurídicos e políticos da almejada "credibilidade" internacional, convertida em eufemismo do que Paulani descreve como "servidão financeira", uma vez que a manutenção da "confiança dos mercados" supõe a permanente subordinação da política econômica a estes interesses. A inscrição deliberada do governo Lula nesta lógica, que se evidenciou na continuidade macroeconômica mas também nas reformas da previdência e na nova lei de falências aprovadas em seu primeiro mandato, lastreiam a avaliação de que suas gestões constituem "a mais completa encarnação" do neoliberalismo (PAULANI, 2008: 10).

No campo produtivo, a estratégia adotada tem sido apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor do desenvolvimento capitalista nacional. Nos anos 1990, o processo de internacionalização da economia brasileira avançou principalmente por meio da liberalização das importações, do fluxo de capitais e da privatização das principais empresas nacionais, resultando em uma desnacionalização da produção que correspondeu a uma internacionalização do mercado doméstico, ao mesmo tempo em que estimulou a concentração de capitais e a diversificação econômica de alguns dos grandes conglomerados nacionais, muitas vezes envolvidos com as privatizações. Estes setores concentrados e oligopolizados do capitalismo brasileiro, que frequentemente operam como uma extensão de negócios dominados por transnacionais, receberam um impulso para expansão regional de suas atividades a partir de 2003 quando o BNDES alterou seu estatuto, ofertando uma nova linha de crédito especial para estimular a inserção externa destas empresas, desde que promovessem as exportações brasileiras. Assim, política de crédito e política externa articularam-se em prol da internacionalização de setores

ISBN 978-85-7205-133-0

oligopolizados da economia brasileira, gravitando em torno de atividades como construção civil, indústria hidrelétrica, celulose, etanol, siderurgia, metalurgia, petroquímica, cimento etc., em um processo descrito criticamente como uma "otimização das especializações econômicas regressivas" (NOVOA GARZÓN, 2008, p. 192).

No plano ideológico, a política econômica conservadora praticada por um partido identificado com aspirações progressistas ensejou uma redução do debate político aos parâmetros liberais da gestão responsável e portanto, da microeconomia. É neste contexto que prosperou a ideologia neodesenvolvimentista. O denominador comum entre as diferentes formulações neste campo é o diagnóstico de que o país deve buscar uma via alternativa entre a financeirização que caracteriza o neoliberalismo e o nacionalismo associado ao desenvolvimentismo, recuperando a ênfase nas atividades produtivas em detrimento do rentismo, mas sem incorrer em inflação, populismo fiscal e outras mazelas que remetem ao nacional-desenvolvimentismo. Supostos aspectos salutares do neoliberalismo, associados à estabilidade monetária, à competitividade internacional e à liberdade para os capitais, devem ser conciliados ao crescimento econômico, ao desenvolvimento industrial e à participação do Estado, sobretudo na esfera social, identificados com o desenvolvimentismo. Fiori descreve o novo desenvolvimentismo como:

> (...) um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado [*sic*] e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e a política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado [*sic*], o "neo desenvolvimentismo" propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações. (FIORI, 2011).

Elidindo múltiplos antagonismos teóricos e políticos, este enfoque releva as contradições entre a inserção internacional brasileira como plataforma de valorização do capital financeiro internacional e a afirmação das bases sociais, econômicas, políticas e culturais do estado nacional, instrumento imprescindível para qualquer projeto de nação. A função política da ideologia novo desenvolvimentista, segundo Sampaio Jr., seria dupla: "(...) diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de 'neoliberal' e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas" (SAMPAIO JR., 2012).

O ideário neodesenvolvimentista encontra correspondência no campo das relações

ISBN 978-85-7205-133-0

internacionais nas diversas formulações que reconhecem uma inflexão progressista na política externa praticada pelos governos Lula (2003-2010) em relação à dinâmica prevalente nas gestões que o antecederam, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). De modo análogo ao que ocorre na economia, esta leitura é dominante entre os simpatizantes dos governos petistas, a despeito das permanências percebidas. Segundo Amorim, em um texto referente da sugerida guinada, a política externa praticada a partir de então enfatiza: o aprofundamento da integração regional, balizada por uma "aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos"; a retomada da tradição multilateral do Brasil, envolvendo parcerias estratégicas com países afins em todos os continentes e em particular, uma reaproximação com os continentes asiático e africano, embora sem prejuízo das relações harmônicas com os países desenvolvidos; por fim, a inclusão da temática social, expressa na proposição de "uma ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza (AMORIM, 2004).

Referenciada a estas diretrizes, a política externa do governo Lula foi analisada sob distintos prismas, e descrita alternativamente como "desenvolvimento temperado" por Vizentini (VIZENTINI, 2008); como "autonomia pela diversificação" por Vigevani e Cepaluni (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011); analisada em referência a "eixos combinados" por Pecequilo (PECEQUILO, 2008). Uma das formulações mais influentes afinada com esta perspectiva, que reconhece uma inflexão positiva na diplomacia das gestões petistas, endossando a intenção enunciada pelo ministro Celso Amorim de combinar "a promoção da liberalização comercial e da justiça social", é a leitura proposta por Amado Cervo nos marcos de uma mudança de paradigma entre o "Estado normal" e o "Estado logístico", cujo conteúdo é sintetizado na seguinte passagem:

> A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, manter-se na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado (CERVO, 2003).

Por outro lado, as críticas de maior circulação à orientação da política externa das gestões petistas denunciam seu suposto caráter ideológico, procurando associá-la a uma emanação extemporânea do terceiro-mundismo dos anos 1960; a um apoio equivocado a regimes considerados autoritários (LAMPRÉIA, 2013); e a uma expressão infantil de antiamericanismo (GONÇALVES, 2013a, 106). Em uma resenha das interpretações sobre a

ISBN 978-85-7205-133-0

política externa do primeiro governo Lula, Almeida indica que análises neste diapasão encontram ampla acolhida em grandes veículos da imprensa nacional a partir de textos produzidos por jornalistas, mas também se evidenciam nos escritos de professores como Marcelo de Paiva Abreu, do departamento de economia da PUC-Rio, e Eduardo Viola, do IREL-UnB (VIOLA, 2006). Escrevendo em 2006, o diplomata opina que:

> (...) não existe ainda uma "interpretação tory" (isto é, conservadora, ou de direita) da política externa brasileira, cujos fundamentos conceituais continuam solidamente ancorados no desenvolvimentismo e no nacionalismo. Esse fator analítico-interpretativo não permite construir os fundamentos políticos de uma eventual crítica de "direita" (ou "liberal") à atual política externa, que continuará gozando, aparentemente, de amplo apoio em diferentes segmentos da sociedade (ALMEIDA, 2006).

No que tange especificamente à projeção regional brasileira, escritos recentes sob esta ótica enfatizam os óbices encontrados pelas gestões petistas para a realização dos objetivos propostos, apontando problemas de liderança e confiabilidade; ausência de uma estratégia de longo prazo; contradições entre os interesses dos países envolvidos, referidos às diferenças na estrutura produtiva; reticências entre os vizinhos em relação a um protagonismo regional brasileiro (SORJ; FAUSTO, 2011). Embora estes e outros problemas sejam reconhecidos por autores de tendência diversa, a reflexão de viés liberal indica um potencial esvaziamento (RICUPERO, 2009), ou quando menos uma revisão do sentido e alcance do projeto de integração sul-americana proposto nos marcos da UNASUL, embora a importância da região para o Brasil não seja subestimada[3]:

> Nesta visão, que se apoia em evoluções estruturais da economia brasileira e no crescente protagonismo do Brasil em arenas de negociação globais e multilaterais, um investimento significativo do país na região não é inevitável e nem necessariamente desejável. A integração regional não é vista como elemento essencial da política externa brasileira e a importância atribuída à região deveria ser relativizada à luz dos interesses crescentemente diversificados do país, em termos geográficos . O aumento da integração do Brasil com a economia mundial seria o principal objetivo da estratégia de inserção internacional do Brasil, balizando a sua política regional (RIOS; VEIGA, 2011).

A despeito da diferença de enfoque, observa-se uma convergência em ambos polos do espectro político em relação à importância de avançar obras de infraestrutura promovendo a integração continental. Neste contexto, a consecução da IIRSA é defendida por autores que se

[3] A posição de Ricupero, que fala de uma "sempre anunciada mas cada vez mais improvável integração latino-americana" é matizada por Sorj e Fausto: "Acreditamos que a integração regional fundamentada em sólidas bases institucionais comuns não deveria ser abandonada como aspiração." SORJ; FAUSTO, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

situam nos marcos do regionalismo aberto, como José Botafogo Gonçalves, quem se queixa de que a iniciativa "tem sido pouco prestigiada, quando talvez seja a instituição que mais dinamismo possa dar a integração sul-americana", e defende a prática de uma "diplomacia infraestrutural" (GONÇALVES, 2013b, p. 268).

Crítica ao regionalismo desenvolvimentista

Assim, as posições associadas às polaridades da política brasileira contemporânea revelam uma concordância fundamental em relação ao padrão de desenvolvimento que se projeta para o país, como plataforma de expansão do capital multinacional e exportador de gêneros primários, exigindo uma ulterior integração da infraestrutura regional para avançar. Subjacente a ambas leituras está o que Celso Furtado descreveu como "mito do crescimento econômico" como horizonte político. As diferenças entre os enfoques estão referidas aos meios propostos para alcançar este objetivo: enquanto os tucanos apostam na liberalização radical como via para a competitividade internacional, os petistas mobilizam a integração regional para este mesmo propósito, associado ao desígnio de fortalecer o prestígio internacional do país, sob a égide de um mal-disfarçado nacionalismo.

No entanto, analisado do ponto de vista de sua própria racionalidade, este projeto apresenta uma debilidade incontornável, pois supõe uma burguesia identificada com um projeto nacionalista espúrio, baseado em um protagonismo regional que reproduz as assimetrias na divisão internacional do trabalho que caracterizam historicamente a região. No campo das relações internacionais, este dilema foi observado por Vigevani em sua análise sobre a evolução do Mercosul, em que constatou tensões entre a tradição autonomista e universalista da diplomacia brasileira, e os requisitos necessários para aprofundar a integração regional. Em última análise, este autor identifica ambiguidades no comportamento do estrato social que identifica como "elites", em que o desígnio de liderar a integração regional confronta-se com receios em arcar com os custos políticos e econômicos que este compromisso implica, resultando em limitações no escopo e alcance deste processo (VIGEVANI et al, 2008).

É possível constatar uma dinâmica similar condicionando o processo de integração regional sob a égide da UNASUL, cujas ambiguidades estão referidas, em última instância, aos constrangimentos objetivos para conciliar "um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro" (CERVO, 2003), nos marcos de uma política econômica ortodoxa. Evidentemente, os óbices para modificar a política econômica brasileira

ISBN 978-85-7205-133-0

incidem sobre a orientação do processo de integração regional em curso, limitando seu alcance e profundidade. Assim, uma política externa que tem como principal vetor econômico a internacionalização de negócios de capital brasileiro, encontra como limite político os óbices para conciliar um horizonte de integração pautado por um "regionalismo desenvolvimentista", aos interesses locais vinculados ao capital internacional - tensão que se expressa na reivindicação da tradição universalista da diplomacia brasileira. Longe de ser uma peculiaridade brasileira, dificuldades de natureza similar atravessam a política dos demais países do subcontinente, resultando em pressões que corroboram para restringir a dimensão econômica da integração, relegando o processo, em grande medida, à sua dimensão política (SANAHUJA, 2012).

Esta restrição problematiza os alegados nexos entre neodesenvolvimentismo e regionalismo desenvolvimentista. Uma vez que a dimensão econômica do processo limita-se aos negócios potencializados pelas obras de infraestrutura nos marcos da IIRSA, iniciativa incubada no âmbito do regionalismo aberto, a proposição de um regionalismo desenvolvimentista envolve uma manobra retórica, evocando uma inflexão de sentido em um projeto que, na sua substância, permanece o mesmo. Sob esta perspectiva, a associação entre o conjunto de obras e modificações regulatórias associadas à IIRSA e um horizonte neodesenvolvimentista está revestida de um caráter duplamente ideológico, ao associar a expansão de negócios oligopólicos brasileiros e multinacionais ao novo desenvolvimentismo, e na sequência, identificar este novo desenvolvimentismo com uma integração regional pós-neoliberal. Nesta operação, confunde-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólicos com interesse nacional; e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal.

Por fim, confunde-se a gestão de conflitos regionais, principal virtude atribuída a UNASUL, com soberania. Segundo esta chave de leitura, a constituição de organizações regionais que não são conduzidas pelos Estados Unidos é entendida como um avanço na direção de um mundo multipolar, sugerindo um movimento que se opõe aos interesses desta potência . É importante ressaltar que o Departamento de Estado deste país nunca fez esta leitura. Às vésperas da formalização da UNASUL por exemplo, Condoleeza Rice expressou apoio ao protagonismo brasileiro nos marcos de um projeto de integração regional. Questionada sobre a iniciativa brasileira de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano, instância relacionada aos assuntos de segurança no âmbito esta organização, a então secretária de Estado declarou:

ISBN 978-85-7205-133-0

> Bem, eu sou completamente a favor da cooperação regional em nível regional, subregional ou em qualquer nível que possamos atingir. (...) Assim, eu não apenas não tenho um problema com isso (*criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano*) como eu confio na liderança brasileira e anseio em coordenar com ela. O que nós não queremos, é claro, é que o hemisfério como um todo não possa cooperar. Mas eu acho que nós temos muitos meios pelos quais isso pode acontecer. E eu deixarei ao Brasil e aos outros quem devem ser os membros deste esforço (RICE, 2008).

Nesta perspectiva, a liderança brasileira pode ser vista como funcional à ordem mundial sob a égide estadunidense. Observe-se que, até o momento, não houve ocorrências em que a intercessão brasileira contrariou os desígnios deste país. A recente mediação da UNASUL na crise venezuelana foi interpretada por alguns como um trunfo regional, em que a intervenção da organização preveniu uma ulterior desestabilização do governo Maduro. Embora esta análise provavelmente seja correta, poucos na Venezuela acreditam que interesse aos Estados Unidos um aguçamento das tensões no país, a despeito da hostilidade militante ao processo bolivariano. Sob este ângulo, observa-se uma ambiguidade na liderança regional do Brasil sob as gestões Venezuela chavista, ao mesmo tempo em que condenaram iniciativas de maior potencial inovador, como a Alba, o Banco do Sul e a Telesur, a uma relativa marginalidade. Assim, é possível interpretar que o papel brasileiro tem sido neutralizar as expressões mais radicais do bolivarianismo, um processo dinâmico cujo sentido está em permanente disputa, ao mesmo tempo em que multiplicam-se os negócios brasileiros no país.

De modo análogo, o Brasil interveio em direção contrária aos interesses golpistas endossados pelos Estados Unidos nas recentes crises políticas em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). No entanto, em ambos casos esta atuação foi impotente para reverter o curso dos acontecimentos, a despeito de um esforço ostensivo na situação paraguaia. Neste país, explicitou-se um dilema que evidencia as contradições inerentes ao caráter da hegemonia brasileira na região, uma vez que o consistente apoio do governo brasileiro ao empresariado rural brasiguaio enrijeceu os óbices enfrentados pelo governo Lugo para avançar ações mínimas de democratização do acesso à terra, enfraquecendo sua posição diante dos interesses que desencadearam o processo de *impeachment* que a diplomacia brasileira foi então, impotente para frear (SANTOS, 2014).

Consumada a destituição, o Paraguai foi suspenso temporariamente do Mercosul, viabilizando o ingresso efetivo da Venezuela. Poucos meses depois, o articulador do golpe elegeu-se presidente, o país voltou ao Mercosul e os negócios prosseguiram como sempre. Este episódio revela os estreitos limites do progressismo atribuído à diplomacia petista, uma vez que o apoio a Lugo nunca contrariou os interesses do agronegócio protagonizado por empresários brasileiros, elo mais fraco de um negócio comandado por conglomerados transnacionais. Ao contrário, há indícios de que a afinidade política lubrifica as cadeias mercantis, facilitando a expansão de negócios brasileiros em países com governos

ISBN 978-85-7205-133-0

considerados progressistas. O maior empresário rural brasileiro na Bolívia, referiu-se a esta facilidade em uma entrevista:

> Agora, nós, Heloisa, temos a garantia do governo brasileiro, sabe, eu acho que, assim como os "brasiguaios" têm a garantia do governo brasileiro, quando acontece alguma coisa lá existe uma intervenção, eu acredito que nós vamos ter a mesma atenção. O governo, o Celso Amorim, ele veio exclusivamente pra falar com a gente; o Celso Amorim, que eu acho um espetáculo o Celso Amorim, então, eu acho que, se acontecer alguma coisa aqui na Bolívia, o governo imediatamente vai intervir, e aí o Lula chama o Evo e fala: "Olha, a propriedade do Nilson Medina foi invadida, ele tem tudo certo, ele cumpre a função social e tudo…" (GIMENEZ, 2010, ANEXO).

Em suma, o papel atribuído ao protagonismo regional brasileiro, circunscrito a negócios que se harmonizam com a divisão internacional do trabalho prevalente, como o agronegócio e a construção civil, e à gestão de conflitos regionais, pode ser interpretado como funcional à reprodução capitalista e aos interesses estadunidenses na região.

Conclusão

Existe uma correspondência entre o neodesenvolvimentismo como ideologia da política econômica das gestões presidenciais petistas e a noção de um regionalismo desenvolvimentista, ou pós-neoliberal, como ideologia da política externa praticada por estes governos. A função política em ambos os casos é estabelecer uma clivagem em relação às administrações precedentes pretendendo diferenciar-se em relação à ortodoxia neoliberal, sem que este movimento corresponda a qualquer mudança substantiva, seja na política macroeconômica fundada pelo Plano Real, seja no projeto de integração regional que tem como esteio as obras associadas à IIRSA. Ambos polos do debate tem um fundamento comum remetendo, em última análise, ao mito do crescimento econômico. Esta polarização postiça cumpre uma segunda função política, que é balizar o debate por alternativas que elidem as conexões entre crescimento econômico e o aprofundamento da dependência externa e da assimetria social, que caracterizam o subdesenvolvimento. Proposições que apontam para um padrão civilizatório alternativo, seja em torno do *Sumak Kawsay*, do bolivarianismo ou do socialismo, não tem voz no país.

Na economia o debate é restringido à microeconomia, discutindo-se, em última análise, o ritmo e a intensidade do aprofundamento da agenda associada ao neoliberalismo. No terreno das relações internacionais, disputa-se a relevância concedida ao Sul em geral e à América do Sul em particular, como espaço privilegiado de expansão de negócios brasileiros. Os parâmetros do debate são estabelecidos por uma ponderação entre ônus e bônus da integração

regional, segundo uma racionalidade mercantil. O contraponto à posição petista, que sustenta a importância estratégica da região, foi sintetizado de modo lapidar pela ex-assessora da missão brasileira na OMC, Vera Thorstensen, em sua crítica ao Mercosul: "não adianta casar com pobre" (THORSTENSEN, 2014).

A despeito das diferenças de enfoque, a finalidade comum às duas posições é a inserção do espaço econômico brasileiro nos movimentos do capitalismo contemporâneo, como exportador de matérias-primas, base para a expansão do capital multinacional e plataforma de valorização do capital financeiro. Sob esta perspectiva, a política é sempre instrumentalizada pela economia. Assim, ao contrário do que a retórica do regionalismo pós-neoliberal prega, o sentido do processo integracionista não modificou-se a partir da eleição de governos progressistas imbuídos de um horizonte neodesenvolvimentista, mas há indícios de que a interconexão do subcontinente como um imperativo mercantil ensejou uma instrumentalização da afinidade política entre estes governos em favor de negócios locais e internacionais.

Sob esta ótica, a incógnita analítica que desafia as leituras ancoradas neste campo, procurando explicar como um governo politicamente convencional, socialmente conservador e economicamente neoliberal praticaria uma política externa inovadora, perturbadora dos interesses estadunidenses na região, se desfaz. Explicitado o caráter ideológico da articulação entre neodesenvolvimentismo e regionalismo pós-neoliberal, a política das gestões petistas para a América do Sul emerge não mais como o que gostaria de ser, mas como o que ela é, e: uma instrumentalização da integração regional em favor da internacionalização de negócios brasileiros oligopolizados consonante com a divisão internacional do trabalho prevalente, garantindo ao país uma posição de liderança no subcontinente circunscrita à esfera política, a ser exercida em momentos de crise segundo os estreitos limites tolerados pela potência hegemônica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 'Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)'. *Rev. bras. polít. int.,* Brasília , v. 49, n. 1, June 2006.

AMORIM, Celso. 'Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula'. *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política.* Ano 1, n. 1, outubro/Dezembro 2004, p. 41-48.

CARVALHO, Guilherme; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE; UFPA, 2009.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 112, dez. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso>.

acessos em 28 out. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002.
BRENNER, Robert. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial.* Rio de Janeiro: Record, 2003.
CAMPOS, Pedro Henrique. 'As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras'. Em: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
CARMO, Corival Alves do. 'O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa Brasileira'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
CECEÑA, Ana Ester; AGUILAR, Paula; MOTTO, Paulo. *IIRSA: territorialidad de la dominación.* Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolitica, 2007.
_____. 'Os caminhos e os agentes do saqueio na América Latina'. Em: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
CERVO, Amado Luiz. 'Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático'. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 46, n. 2, Dec. 2003 .
COSTA, Darc. ____(org.). *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.
____. 'Integrar é desenvolver a América do Sul"In: *Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 47-70
DESIDERA NETO, Walter; TEIXEIRA, Rodrigo. "La recuperación del Desarrollismo en el Regionalismo Latinoamericano". In:_____. *Perspectivas para la integración de América Latina.* Brasília: CAF; IPEA, 2012.
FIORI, José Luís. A miséria do "novo desenvolvimentismo". 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334>. Acesso em 28/10/2014.
FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história.* 3ed., Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
FUNAG. A América do Sul e a integração regional. FUNAG: Brasília, 2012.
FUSER, Igor. 'A batalha do Brasil'. Portal Vermelho, 21/9/2014. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/249874-1>. Acesso em 28/10/2014.
GIMENEZ, Heloisa Marques. *O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história incomum*. São Paulo, 2010. Dissertação de mestrado apresentada no PROLAM-USP.
GONÇALVES, José Botafogo. 'Por que a ALCA fracassou"? In. PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.
_____. 'Desafios da inserção internacional do Brasil: próximos passos". In. PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013
GOWAN, Peter. *A roleta global.* Rio de Janeiro: Record, 2003.
GUDYNAS, Eduardo. 'As instituições financeiras e a integração na América do Sul'. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sulamericana.*Brasília: Inesc, 2008, p. 21-47.
IIRSA. *IIRSA 10 anos depois: Suas conquistas e desafios.* Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.
INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
IPEA. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa.* Brasília: IPEA, 2010
LAMPRÉIA, Luiz Felipe. 'Os desafios do Brasil'. In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.
LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (orgs.). *Agenda sul-americana : mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
MERCADANTE, Aloísio. *As bases do novo desenvolvimentismo*: análise do governo Lula. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — IE Unicamp, Campinas, 2010.
NOVOA GARZÓN, Luis 'Fernando. Brasil, via BNDES reforça caráter regressivo da integração latino-americana'. Entrevista ao Correio da Cidadania, 19/11/2011.
_____. "O Brasil e seu "desbordamento": o papel do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul". Em: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
PADULLA, Raphael; COUTO, Leandro. 'Integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: Do regionalismo aberto às perspectivas de mudança.' In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos*

temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. 'Capitalismo global e império norte-americano'. IN:_____. *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, ps. 19-70.
PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.
PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013
PECEQUILO, Cristina S. 'A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de política externa do governo Lula (2003-2006)'. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 49, n. 1, June 2006.
RICE, Secretary Condoleezza. *Remarks With Brazilian Foreign Minister Celso Amorim.* Brasilia, Brazil, March 13, 2008. Disponível em: <http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2008/03/102228.htm>. Acesso em 10/5/2014.
RICUPERO, Rubens. 'A sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana". *Revista Política Externa,* V. 18 Nº3, 2009.
RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. 'O Brasil como vetor da integração regional sul-americana: possibilidades e limites". *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 17, julho de 2011.
SADER, Emir. *A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.
SAMPAIO Jr., Plinio de Arruda. 'Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.' *Serv. Soc. Soc.,* São Paulo , n. 112, Dec. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Oct. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004.
SANAHUJA, José Antonio. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. 'A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina'. *Cadernos PROLAM/USP*, v. 22, p. 25-37, 2013.
_____. "A problemática brasiguaia e os dilemas da projeção regional brasileira." In. DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). *O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional*. Brasília: IPEA, 2014.
SCHUTTE, Giorgio Romano. 'Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional'. *Austral*: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.1, n.2, Jul-Dez 2012.
SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
SILVA, André Luiz Reis da . As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000 2010). Meridiano 47 (UnB), v. 120, p. 1-10, 2010.
SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio. 'O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas.' *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 12, julho de 2011.
THORSTENSEN, Thorstensen. Entrevista a Carta Capital. Maio, 2014. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/economia/ficar-atrelado-ao-mercosul-e-afundar-o-brasil-804.html. Acesso em 28/10/2014.
VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sul-americana.*Brasília: Inesc, 2008.
VIGEVANI, Tullo et al . O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 51, n. 1, 2008
_____.; CEPALUNI, Gabriel. 'Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação' In._____. *A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011
_____.; VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América latina. *Lua Nova*, São Paulo , n. 78, 2009.
VIOLA, E. A diplomacia da marola. Primeira Leitura. Nº 50, 2006, p. 90-93.
VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil – De Vargas a Lula.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
_____. 'O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC a Lula'. Ciências e Letras, n 37, 2005, p. 317-331.
ZIBECHI Raúl. *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo.* Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

Entre a IV República e o Estado Comunal: dilemas da Revolução Bolivariana

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

faboroso@gmail.com

Resumo

Com o objetivo de refletir criticamente sobre os dilemas enfrentados pela autodenominada "Revolução Bolivariana", este texto discute os limites do processo à luz dos dilemas estruturais evidenciados pela crise econômica atual (2014), que problematiza a eficácia de uma estratégia revolucionária focada na dimensão política da mudança social e que tem na proposta do Estado Comunal sua proposição mais ousada. Sugerimos que, até o momento, o processo bolivariano liquidou os fundamentos políticos associados ao pacto de *Punto Fijo*, mas foi impotente para superar os constrangimentos econômicos, sociais e culturais característicos do "subdesenvolvimento com abundância de divisas". Em um momento em que as conquistas acumuladas em catorze anos se apequenam face à expectativa de avanços ulteriores, enfrentando problemas econômicos característicos do "subdesenvolvimento com abundância de divisas" e sem a presença de seu líder indisputado, os constrangimentos estruturais pressionam o tempo da conjuntura, ameaçando a consumação da revolução venezuelana.

Palavras-chave

Venezuela; Revolução Bolivariana; Hugo Chávez; Estado Comunal

Resumen

Con el objectivo de relexionar criticamente acerca de los dilemas enfrentados por la autodenominada "Revolución Bolivariana", este texto discute los límites del proceso considerando los dilemas estructurales evidenciados por la crisis económica actual (2014), que problematiza la eficacia de una estrategia revolucionária enfocada em la dimensión política del cambio social y que tiene en la propuesta del Estado Comunal su proposición más ambiciosa. sugerimos que, hasta el momento, el proceso bolivariano ha liquidado los fundamentos políticos asociados al pacto de *Punto Fijo*, mas há sido impotente para superar

ISBN 978-85-7205-133-0

los constrangimientos economicos, sociales y culturales característicos del "subdesenvolvimiento con abundancia de divisas". En un momento en que las conquistas acumuladas en catorce años se apequeñam delate de las expectativas de avanzos ulteriores, enfrentando problemas economicos característicos del "subdesenvolvimiento con abundancia de divisas" y sin la presencia de su líder indisputado, los constrangimientos estructurales presionam el tiempo de la conjuntura, amenazando la consumación de la revolución venezolana.

Palavras clave

Venezuela; Revolución Bolivariana; Hugo Chávez; Estado Comunal

Dilemas da Revolução Venezuelana

Mais além da estreita margem de votos com que se elegeu Nicolás Maduro em março de 2013, os principais desafios que o atual governo enfrenta se localizam no terreno econômico, e se expressam em problemas de abastecimento, uma inflação ascendente (60% em 2013) e uma questão cambial, em que se observa uma notável disparidade entre as diferentes bandas cambiais praticadas e o preço do dólar no mercado paralelo.

Os contornos gerais do processo que configurou esta situação são conhecidos. Em um contexto em que prevalece um câmbio fixo sobrevalorizado, o preço do dólar no câmbio paralelo arrancou de 12 bolívares em outubro de 2012, para atingir o pico de 88 bolívares no final de fevereiro de 2014. Este salto esteve vinculado à uma escassez de divisas em dólar oficial em meados de 2013, provavelmente associada ao substantivo incremento nos gastos públicos a partir de 2010, após cinco trimestres de recessão na sequência da queda no preço do barril de petróleo de U$118 para U$58 no final de 2008. O principal investimento canalizou-se à construção de casas do programa *Gran Misión Vivienda*, lançado em resposta a uma catástrofe natural que deixou milhares de desabrigados no Estado de Vargas. Mais além da motivação imediata, o programa sinalizou uma nova rodada de ações populares nos marcos de uma sequência de disputas eleitorais que se anunciava, e que acabou por consumir as finanças públicas e a saúde de seu líder máximo.

A escassez de divisas provocou uma disparada no preço do dólar paralelo onerando as importações, o que teve repercussões inflacionárias, afetando o poder de compra dos salários. A escassez de alguns produtos que se seguiu gerou compras nervosas com a intenção de

ISBN 978-85-7205-133-0

estocar, o que por sua vez, agravou a escassez. O descolamento na relação entre o dólar o paralelo e o oficial, que saltou de uma relação de duas vezes acima do oficial para mais de dez vezes difundiu atitudes oportunistas, em que comerciantes importando ao câmbio oficial reajustavam seus preços segundo a variação do paralelo, agravando a pressão inflacionária. Neste contexto, o governo lançou uma banda cambial intermediária conhecida como SICAD 2, com o objetivo de esvaziar a demanda pelo dólar no paralelo e romper o ciclo de depreciação e inflação que se instalara. Assim, a partir de fevereiro de 2014 vigoram diferentes faixas cambiais: o dólar a 6,3 bolívares para a importação de bens essenciais; o Sicad 1, que neste momento estava na faixa de 10 bolívares, para itens secundários e viagens internacionais de venezuelanos; o Sicad 2, que segue o sistema de oferta e demanda com intermediação do Banco Central, que estava em torno de 50 bolívares; e por fim, o dólar paralelo, que naquele momento baixou para menos de 70 bolívares (RAMOS, 2014).

Não é meu propósito detalhar os mecanismos da crise presente e possíveis soluções, problema complexo e a respeito do qual há diferentes leituras. Pretendo somente chamar a atenção para aspectos da crise atual que remetem à sua dimensão estrutural [1], e como decorrência, alguns elementos relacionados ao padrão de luta de classes venezuelano que contribuem para aguçá-la.

A raiz estrutural da inflação na Venezuela remete ao descolamento entre o padrão de consumo, mediado por importações que em muitos casos, são subsidiadas pelo Estado, e a base produtiva do país, situação característica do subdesenvolvimento. A peculiaridade venezuelana é contar com o que Furtado descreveu como um "fluxo líquido estável de capital estrangeiro" proveniente das receitas petroleiras (FURTADO: 2008,46), sinalizando para a possibilidade de driblar um dos entraves característicos da industrialização periférica, dado pela escassez de capitais. No entanto esta "abundância de divisas", ao engrenar nas estruturas do subdesenvolvimento, gera as distorções socioeconômicas associadas à "doença holandesa" – que segundo Coronil deveria chamar-se "doença do Terceiro Mundo", uma vez que só se manifesta nesta região – e que na Venezuela resultam em relações sociais subsumidas ao

[1] Cano sugere uma explicação sintética dos mecanismos estruturais nestas linhas: "O auge exportador, ao trazer excesso de divisas ao país, gera um acréscimo correspondente na receita fiscal que vai induzir um proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou "esterilizado"), isso poderá desencadear uma valorização cambial que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele é incomprimível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações e novas pressões inflacionárias. (...) Assim, para tentar atenuar os extremos cambiais (valorização e desvalorização acentuadas), a inflação, a política de investimentos privados, e, notadamente, para evitar aquele paradoxo fiscal a coordenação macroeconômica de uma economia desse tipo é das mais problemáticas". (CANO: 2000, 510.). Ver também: WEISBROT; JOHNSTON: 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

rentismo petroleiro, alicerçadas em um padrão de consumo baseado em importações e subsídios estatais. Longe de se restringir a uma questão econômica, a superação da dependência petroleira implica em modificar as relações sociais cristalizadas pelo subdesenvolvimento, cuja origem remete à colonização, como observa este autor:

> Paradojicamente, el dinero proveniente del petróleo, que era el resultado de las actividades de algunas de las más dinâmicas empresas transnacionales, reforzó en Venezuela concepciones y prácticas surgidas a partir del descubrimiento y la colonización de las Américas, que consideraban la riqueza no tanto como resultado del trabajo productivo sino más bien como la recompensa por atividades no directamente relacionadas con la producción, que incluían la conquista, el saqueo o la pura suerte (CORONÍL: 2013, 470).

Teoricamente semear o petróleo não é um fim em si, uma vez que uma hipotética distribuição equânime da receita petroleira sustentaria uma nação rentista, ou no limite, um socialismo rentista como provocativamente sugerem alguns (ÁLVAREZ, 2012). No entanto, mais além da questão existencial sobre o sentido de uma sociedade que se reproduz como um "parasita da natureza", a superação da dependência petroleira é uma condição para assumir o controle sobre o próprio destino e neste sentido, uma premissa da revolução venezuelana. Em outras palavras, a renda petroleira é a expressão venezuelana do problema da dependência, que é indissociável do padrão de luta de classes que reproduz o subdesenvolvimento, como analisa Florestan Fernandes (FERNANDES, 1968;1975).

Nesta perspectiva, a consigna "semear o petróleo" enuncia o conteúdo econômico, mas elide a dimensão de classe da revolução venezuelana. Esta ambivalência se observa no processo bolivariano, em que a clareza de seu líder máximo em relação ao caráter da burguesia venezuelana, "imagínate que yo hubiera terminado haciendo pacto con la derecha venezuelana, com la burguesia capitalista, es más, yo estaría ya liquidado politicamente (...)" (RANGEL: 2014, 378), a qual corresponde uma progressiva radicalização política e ideológica do processo, convive com um permanente chamado à colaboração de classes, "no hay otro camino que lograr el más grande consenso social posible"(RANGEL: 2014, 361), e uma recorrente queixa à falta de uma oposição leal, que pratique a política "con código ético". Esta ambivalência entre a consciência das implicações políticas da radicalização do processo, e a aspiração à conciliação de classes encontra expressão lapidar em entrevista concedida em setembro de 2012, durante sua última campanha presidencial:

ISBN 978-85-7205-133-0

> Nuestra victoria le conviene a los dueños de Televen, le conviene a los dueños de Venevisión, le conviene a los dueños de las grandes empresas privadas, le conviene a la gran burguesia de la Lagunita Country Club. Por que? Porque con Chávez aqui, se garantiza la tranquilidad del país, la paz del país y el desarollo del país. (...) Yo soy garantia para ustedes, un seguro de estabilidad; que más quiere que te diga? (RANGEL: 2014, 465).

E no entanto, sempre que emerge uma situação crítica, os proprietários venezuelanos mostram que não tem vínculos orgânicos com o espaço econômico nacional e como decorrência, com um projeto de nação. Além das contradições inerentes ao fomento de uma indústria nacional em uma realidade em que os interesses das classes dominantes estão vinculados às importações, a liberalização neoliberal potencializou a especulação financeira, aguçando a volatilidade do espaço econômico nacional. Assim, se estima que entre o auge petroleiro e a liberalização econômica dos anos 1990 houve uma fuga de capitais da ordem de 60 a 90 bilhões de dólares, ou seja, entre duas a três vezes a dívida externa do período. Já nos meses do "paro petrolero" em 2003, a fuga de capitais foi estimada em U$ 7 bilhões.

Na crise atual, observa-se uma convergência entre a especulação financeira, que pressiona o preço do dólar apostando em uma desvalorização do bolívar, e a especulação comercial, que importa mercadorias ao dólar oficial para revendê-las à cotação paralela. No varejo, há múltiplas expressões da atividade especulativa, como o fenômeno dos "raspacupos", que compravam passagens em vôos internacionais para acessarem dólares à cotação oficial, posteriormente revendidos no paralelo, esgotando os assentos virtuais de aviões que, de fato, decolavam vazios (RAMOS, 2014). Ou o contrabando, em pequena e grande escala, de tudo o que se possa imaginar – de gasolina a fraldas, passando por alimentos e remédios, principalmente para a Colômbia. O empenho do governo em preservar o subsídio aos itens de primeira necessidade impulsiona este comércio ilegal, do qual se beneficiam autoridades fronteiriças corruptas. Em suma, os proprietários maiores e menores manejam a crise como uma oportunidade mercantil.

Diante desta realidade, e assumindo como premissa que o processo bolivariano envolve um empenho genuíno em consumar a revolução venezuelana, como explicar a postura conciliatória de Chávez?

É possível interpretar suas declarações como uma tática orientada a minimizar as contradições sociais, em função de uma avaliação desfavorável da correlação de forças para

ISBN 978-85-7205-133-0

um enfrentamento aberto. Uma racionalidade similar pode ser aventada no plano das relações internacionais, em que Chávez frequentemente criticou a orientação neoliberal do Mercosul, ao qual terminou por aderir, ao mesmo tempo em que defendeu a UNASUL como uma via de integração regional anti-neoliberal, embora o que se impôs foi a perspectiva brasileira de uma organização "guarda-chuva", de caráter eminentemente político (SANAHUJA, 2012). Em ambos casos, a Venezuela aceitou os limitados benefícios que estas iniciativas lhe oferecem como contrapeso à virulência estadunidense, em um contexto mundial desfavorável a projetos alternativos ao neoliberalismo, quanto mais de inspiração socialista. No entanto, estas limitações permitem que setores críticos ao governo arquitetem estratégias de integração regional protagonizadas pelo Brasil orientadas a enfraquecer o chavismo, ainda que às custas do interesse nacional, envolvendo por exemplo, a criação de uma moeda única[2].

Em uma conjuntura internacional hostil à mudança, confrontado com uma burguesia cujo horizonte mercantil não está vinculado ao espaço econômico nacional nem à produção de riqueza, herdando um Estado "ineficaz, corrupto, autoritário, indolente e despilfarrador" (MONEDERO: 2013, 18), as esperanças de uma revolução nacional só podem ser depositadas no povo venezuelano, a quem Chávez deu testemunho de sincera fidelidade.

E no entanto, também neste campo o ponto de partida não era auspicioso. Conforme observado, Chávez foi eleito em um contexto de esgarçamento dos partidos políticos e debilidade das classes trabalhadoras, em um processo no qual um setor militar desempenhou o papel de partido contra a ordem e resultou eleito, mobilizando uma ampla mas difusa base de apoio popular. Face a um Estado corrupto, uma central sindical opositora e um movimento camponês incipiente, apoiou-se inicialmente no exército para deslanchar as *misiones*. No entanto, o ensejo de radicalizar a mudança ensejou uma estratégia de transição a uma outra Venezuela, que Chávez descreveu como "socialismo bolivariano", assinalando deste modo que não tem como horizonte o capitalismo nem o paradigma soviético (por isso a noção de "socialismo do século XXI"), mas a nação. A este respeito, gostava de citar Fidel Castro, dizendo que seu maior erro foi acreditar que havia quem soubesse o caminho ao socialismo. E por consequência, a centralidade do lema de Simón Rodríguez: "ou inventamos ou erramos".

O terreno da invenção escolhido por Chávez foi a política, campo em que colheu seus maiores sucessos. E o método, o Estado Comunal.

[2] Segundo relato de meu colega Daniel Carvalho Campos, a partir de debate com integrantes da COVRI (Consejo Venezolano de Relaciones Internacionales) na Universidad Central de Venezuela em julho de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

Houve e há tentativas em curso de fortalecer o poder dos trabalhadores por meio da produção social. No entanto, os entraves estruturais a uma mudança das relações de produção, somados à cultura rentista que permeia as relações sociais, tem se revelado um óbice extraordinário. Assim, a nacionalização e entrega ao controle operário da maior siderúrgica do país em 2008, a SIDOR, no contexto de uma ampla greve reivindicando reajuste salarial, não alterou as relações de trabalho na empresa, nem preveniu conflitos com o Estado nos anos seguintes. De modo similar, observam-se numerosos conflitos trabalhistas nas empresas vinculadas a CVG (Corporação Venezuelana da Guyana), conglomerado público que emprega mais de 20.000 trabalhadores na região (POSADO, 2013). Assim, a despeito da intenção do *Plan Guyana Socialista 2009-2019*, que pretende converter o polo da indústria pesada no país em um "laboratório do novo papel dos trabalhadores no controle e gestão da produção", o presidente Maduro sugeria em discurso pouco depois de eleito, que o modelo de controle operário na Guyana não fracassou, porque na realidade nunca existiu (MADURO, 2013). Ao mesmo tempo no campo, experimentados militantes do MST em missão de cooperação técnica no país testemunham uma realidade singular, em que há um governo que desapropria terras, mas não há quem as trabalhe. Por outro lado, a importação subsidiada de gêneros agrícolas dificulta a produção rentável, e o Estado termina bancando muitas das Empresas de Produção Social constituídas para não devolver as terras aos latifundiários. Em suma, prevalece a cultura de que "é mais fácil colher nos portos do que colher nos campos" (MICILENE; DERLI).

A constituição do Estado Comunal é projetada a partir da consolidação e articulação de diversas instâncias de poder popular, entre os Conselhos Comunais, as Comunas, as Cidades Comunais e por fim, o Estado Comunal, culminando o ideário da "democracia participativa e protagônica". Recebendo inicialmente atribuições políticas, diversas comunas se articulam em torno a atividades produtivas, principalmente no campo, sinalizando uma germinal aproximação entre as dimensões produtiva e legislativa da vida social. Havendo projetos de orientação econômica similar, se constitui um "distrito motor" vinculado às "Regiones Estratégicas de Defensa y Desarrollo Integral" (REDI) promulgadas no "Plan de la Patria (2013-2019), programa de governo legado por Chávez e incorporado por Maduro (PLAN DE LA PATRIA). Em meados de 2014 contabilizavam-se mais de 48 mil Conselhos Comunais e mais de 2 mil Comunas, das quais 754 registradas como tal, e estava em curso um processo de transferência de competências e recursos a estas instâncias comunais mediado

ISBN 978-85-7205-133-0

pelo Ministerio do Poder Comunal, órgão que, segundo afirmou seu vice-ministro, "tiene que tener una existencia finita"[3] (TOLEDO).

A proposta do Estado Comunal como um instrumento de construção do socialismo floresce em uma realidade em que, mesmo opositores ao regime, reconhecem que "las inovaciones participativas impulsadas por el gobierno a lo largo de doce años han enraizado la convicción de que los problemas de la democracia venezolana se pueden resolver con la participación y los esfuerzos de todos" (LÓPEZ MAYA: 2011,113). No entanto, este caminho que enfatiza a via política não está infenso a contradições. Como aponta Victor Álvarez, ao longo do processo bolivariano a economia se tornou "más capitalista", no sentido de que aumentou a participação do setor privado, passando de 64,8% a 70% entre 1999 e 2008-9, fenômeno que explica nas seguintes palavras:

> La política económica bolivariana, al concentrarse en la reactivación y no en la transformación del aparato productivo existente, contribuyó a que el sector capitalista de la economía creciera a uma velocidade mayor que la economía pública y la economía social (ÁLVAREZ, 2012).

Nesta mesma perspectiva, o político e pesquisador venezuelano constata um recrudescimento da exploração dos trabalhadores. Observa que em 1998 o "fator trabalho" absorvia 39,7% do valor criado, superando os 36,2% que cabiam ao capital. Dez anos depois a participação do trabalho caiu a 31,69%, enquanto a dos capitalistas subiu para 49,18%, segundo dados do Banco Central de Venezuela (ÁLVAREZ, 2012). A estes dados soma-se o aumento da dependência em relação ao petróleo, cujas receitas respondem atualmente por quase 95% das exportações, e que ainda tem como principal comprador os Estados Unidos, apesar da crescente participação chinesa.

Além destes dilemas que remetem às relações de produção e à dependência econômica, há modestas reformas nos marcos do capitalismo que sinalizariam para um disciplinamento da riqueza e do consumo que o governo não implementou até o momento. Por exemplo, na Venezuela não há imposto sobre ganhos financeiros, enquanto a vizinha Colômbia tem uma alíquota de 25%, e a carga tributária no país está entre 9% e 12% do PIB,

[3] "El reto de la transformación en Venezuela significa que muchas de las instituciones tienen que trabajar para tendencialmente superar la propia existência (p. e., el Ministerio de las Comunas), o por lo menos cambiar completamente sus funciones y reducirlas a favor de la participación protagónica del pueblo organizado. Eso, por lógica inherente, no lo hace ninguna institución por sí misma" (AZELLINI: 2012, 119).

ISBN 978-85-7205-133-0

enquanto no Brasil alcança 35%. Por fim, o governo ainda não alterou o preço da gasolina, que é a mais barata do mundo, mas cujo subsídio sangra os cofres públicos a cada ano. Este subsídio condensa as contradições inerentes ao padrão de distribuição da renda petroleira que caracterizam o "Estado Mágico". Em primeiro lugar reproduz a desigualdade, uma vez a subvenção àqueles que usufruem de um barateamento do transporte público é ínfima em relação aos proprietários de carros, peruas e jipes, cujo consumo é ainda maior segundo o tamanho e sofisticação do modelo. Por consequência, esta questão remete a outro dilema da revolução venezuelana, envolvendo a necessidade de modificar um padrão de consumo espelhado nas sociedades do capitalismo central. Pois como indicou Furtado, no caso venezuelano "Disciplinar o consumo é pelo menos tão importante quanto orientar a produção" (FURTADO: 2008, 126).

As imensas dificuldades para concretizar o horizonte civilizatório apontado pela via comunal não devem se traduzir em uma subestimação de sua orientação, nem do seu potencial. Discorrendo sobre as tarefas que o movimento revolucionário dos trabalhadores tem diante de si no presente, Meszáros sublinha a inocuidade de uma política restrita ao âmbito parlamentar, uma vez que esta instituição é dominada pelo poder extraparlamentar do capital. Em sua análise, destaca dois princípios orientadores fundamentais:

> El primero es la elaboración de su propio programa extraparlamentario orientado hacia los objetivos integrales de una alternativa hegemónica que garanticen uma transformación sistémica fundamental. Y el segundo, igualmente importante en términos estratégicos organizativos, es su activa participación en la constitución del necesario movimiento de masas extraparlamentario, portador de la alternativa revolucionaria capaz de cambiar también el proceso legislativo de modo cualitativo. Ello representaria un paso importante en dirección a la extinción del estado (MESZÁROS, 43).

Chávez foi um leitor atento e um intelectual voraz, que teve a humildade de aprender com os livros e com a vida. A centralidade adquirida pelo lema "ou inventamos ou erramos", traduz sua consciência de que "la revolución es un eterno revisar". O líder venezuelano também foi um dedicado estrategista[4]e Ramonet chama a atenção para a sua habilidade em ser subestimado, que estaria relacionada à origem pobre (RAMONET: 2013, 21). Assim, é

[4] "En la Academia aprendí lo que Napoleón llama la "flecha del tempo". Cuando un estratega planifica una batalla debe pensar de antemano en el "momento histórico", luego en la "hora estratégica", después en el "minuto táctico" y por fin em el "segundo de la victoria". Nunca olvide ese esquema de pensamento" (RAMONET: 2013, 20).

ISBN 978-85-7205-133-0

plausível que o Estado Comunal emerja inspirado nos Comitês de Defesa da Revolução cubanos (CDRs), em uma estratégia que associa democracia direta e territorialização do poder (BRICEÑO MÉNDEZ, 2014), com a intenção de superar entraves à radicalização do processo venezuelano:

> Creo que ese es el mejor combate contra el burocratismo, contra la ineficiencia del Estado, contra la corrupción. Darle poder al pueblo, he allí los consejos comunales y sus leyes, son unas instituciones ya; he allí las comunas que se están formando; he allí la contraloría social y la ley que se acaba de aprobar, son ejemplos... Son una configuración estratégica general, mucho más complicada, mucho más trabajosa (RANGEL, 333).

Entendo que a proposição do Estado Comunal faz parte de uma estratégia de consolidação da revolução venezuelana, concebida como um longo processo histórico cujo eixo não é a mudança das relações de produção, mas a construção do que Gramsci conceituou como "hegemonia". Se esta é uma estratégia eficaz para avançar na direção da nação diante dos constrangimentos históricos que se apresentam, é uma questão em aberto.

Visto por este ângulo, o problema levantado por López Maya que aponta para uma instrumentalização dos Conselhos Comunais pelo PSUV deve ser matizado, uma vez que expressa uma contradição mais profunda, inerente ao papel de um Estado que pretende dissolver o seu poder (LÓPEZ MAYA, 2011). Mais grave do ponto de vista do seu êxito é a resistência que este processo desperta no próprio campo bolivariano, pois conflita com interesses associados aos canais institucionais prevalentes. E o bolivarianismo, no presente, é poder. Assim, o poder comunal é encarado como um rival por muitos quadros vinculados às diferentes instâncias do poder estatal, e que não se projetam uma "existência finita". Na avaliação de muitos, foi este o motivo subjacente à única derrota eleitoral do chavismo, em uma consulta que pretendia, entre outros, referendar o poder comunal e a orientação socialista do processo.

Conclusão

ISBN 978-85-7205-133-0

Confrontado com os constrangimentos impostos pelo padrão de luta de classes venezuelano para aprofundar a mudança dentro da ordem, Chávez liderou uma progressiva radicalização do processo bolivariano, balizado pelo desígnio de consumar a nação. O amplo apoio popular, afiançado pela fidelidade de um setor expressivo das forças armadas, garantiu a vitória do governo em embates decisivos em seus primeiros anos, que resultaram em uma desarticulação da oposição e no fortalecimento do chavismo, cujas realizações sociais subsequentes se assentaram no reestabelecimento do caráter público da PDVSA. Os avanços incontestáveis no campo social desde então, apoiados nesta reorientação de sentido nacional da renda petroleira lastrearam a legitimidade do processo, reafirmada em numerosas eleições e consultas populares que sepultaram os fundamentos políticos do *puntofijismo*.

No entanto, a pretensão de aprofundar as conquistas populares se deparou com óbices estruturais, cujas raízes antecedem ao próprio *Pacto de Punto Fijo* e remetem ao modo como a renda petroleira engrenou em uma sociedade forjada nos marcos da colonização do Novo Mundo, engendrando a peculiar situação de "subdesenvolvimento com abundância de divisas". Confrontado com uma correlação de forças nacional e internacional desfavorável a projetos de sentido anticapitalista, a autodenominada "revolução bolivariana" elegeu o terreno da política, no qual obteve seus maiores êxitos, como via para uma projetada radicalização do processo. Orientada a superar a disjunção entre produção e legislação, bem como a alienação característica da democracia representativa, estabelecendo um poder popular de base territorial como alternativa ao parlamentarismo, a proposta do Estado Comunal encontra múltiplos obstáculos para avançar, dentre os quais está a resistência de setores chavistas encrustados no Estado. Consciente de que se trata de "una configuración estratégica general, mucho más complicada, mucho más trabajosa", a estratégia parece ter sido um alongamento do tempo revolucionário, com a intenção de solidificar as condições subjetivas para uma ulterior radicalização. No entanto, este empenho em difundir uma identificação positiva entre revolução nacional e socialismo contradiz os limites objetivos que a reprodução capitalista na Venezuela impõem, resultando em paradoxos como o aumento da fatia do capital na riqueza produzida, uma intensificação da exploração do trabalho, uma maior dependência em relação ao petróleo e a reprodução do mimetismo cultural.

Assim, em uma conjuntura em que afloram problemas econômicos característicos do capitalismo venezuelano, o apoio popular ao processo ameaça corroer-se, em um momento em que seu líder máximo já não está. Nesta circunstância, embora a evolução da crise política no começo de 2014 evidenciasse a debilidade da oposição francamente golpista, reunida sob a

ISBN 978-85-7205-133-0

consigna "la salida", o setor que quase venceu Maduro nas urnas aposta em uma deterioração da situação para levar na próxima. Momentaneamente, a derrota da oposição nos pleitos governamentais posteriores à eleição de Maduro esfriou a mobilização em torno ao referendo revogatório, que poderia abreviar o mandato presidencial. No entanto a continuidade do processo bolivariano, que compensou sua debilidade econômica e organizativa com uma recorrente legitimação nas urnas, é suscetível de reversão por esta mesma via, por meio da qual pretendeu converter a ordem herdada, minimamente reformada pela constituição bolivariana, em sua maior força (SANTOS, 2010). Até o momento, esta estratégia revelou-se eficaz para afirmar um projeto de poder alternativo, mas impotente para consumar a nação. O alcance e os limites do processo se expressam na promessa do candidato oposicionista Capriles, de manter as *misiones* funcionando uma vez eleito.

Sem a presença de seu líder indisputado, enfrentando problemas econômicos característicos do "subdesenvolvimento com abundância de divisas", em um momento em que as conquistas acumuladas em catorze anos se apequenam face à expectativa de avanços ulteriores, afloram as vulnerabilidades de um processo corajoso e comprometido com a mudança social, mas que até o momento não teve condições de assentá-la em uma revolução das relações de produção. Os constrangimentos da estrutura assaltam o tempo da conjuntura, ameaçando a consumação da revolução venezuelana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ R., Victor. 'La transición al socialismo de la Revólucion Bolivariana: gobierno socialista o revolución socialista? Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, os. 189-207.

AZELLINI, Darío. 'Participación y poder popular – Consejos Comunales y Comunas'. Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, ps. 117-132.

BRICEÑO MENDEZ, Manuel. *Estado Comunal: la nueva geometría del poder*. Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara, 2014.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina.* São Paulo: UNESP, 2000.

CORONÍL, Fernando. *El Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela.* Caracas: Alfa, 2013.

DÍAZ RANGEL, Eleazar. 'El proceso venezolano: obstáculos para su desarrollo.' Em: VALERO, Jorge (compilador). *Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela*. Caracas: El perro y la rana, 2012, os. 33-40.

ISBN 978-85-7205-133-0

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas.* Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Aldafil, 2006.

_____. Democracia participativa en Venezuela (1999-2010). Orígenes, leyes, percepciones y desafios. Caracas: Fundación Centro Gumilla/ Universidad Católica Andrés Bello, 2011.

MADURO, Nicolás. 'Encuentro del presidente Nicolás Maduro con el Consejo de Movimientos Sociales del Gran Polo Patriótico'. Caracas, 22/5/2013. Disponível em: http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-de-nicolas-maduro/891-lea-la-intervencion-integra-del-presidente-nicolas-maduro-en-el-encuentro-con-el-consejo-de-movimientos-sociales-del-gran-polo-patriotico. Acesso em 10/9/2014.

MÉSZAROS, Istvan. *Actualidad histórica de la ofensiva socialista. Alternativa al parlamentarismo.* Espanha: El viejo topo.

MONEDERO, Juan Carlos. 'Venezuela y la reinvención de la política: el desafio del socialismo en nuevos escenarios'. Em: *Observatorio Social de América Latina*, N. 33. Buenos Aires: CLACSO, 2013, ps. 15-37.

PLAN DE LA PATRIA. Segundo Plan de Desarrollo Económico y social de la Nación (2013-2019). Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

POSADO, Thomas. 'L'État regional du Bolívar au Venezuela. Reflet du désalignement entre le gouvernement chaviste et le mouvement ouvrier'. Mouvements des idées et des luttes. N. 76. Paris, La Découverte, 2013.

RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez. Mi primera vida. Conversaciones con Hugo Chávez*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2013.

RAMOS, Felippe. Entrevista a América Economia Brasil, 16/04/2014. Disponível em: http://americaeconomiabrasil.com.br/content/oposicao-radicalizada-na-venezuela-perde-forca-porque-protestos-mais-violentos-pioram-econom. Acesso em 9/9/2014.

RANGEL, Jose Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo. Entrevistas de José Vicente Rangel al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012).* 3ª ed. Caracas: Correo del Orinoco, 2014.

SANAHUJA, José Antonio. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post–liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. ‘Dilemas da Revolução Bolivariana’. Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea, v. 4, p. 57-64, 2010.

WEISBROT, Mark; JOHNSTON Jake. ‘Venezuela’s economic recovery: is it sustainable?’ Center for Economic and Policy Research, 2012. Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/venezuelas-economic-recovery-is-it-sustainable>. Acesso em 20/6/2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

LATIN AMERICAN REGIONALISM TOWARD THE SECOND DECADE OF THE 21ST CENTURY: REFRAINING FROM INTEGRATION AND REVISITING POWER COALITIONS

REGIONALISMO LATINO-AMERICANO RUMO À SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: ABSTER-SE DE INTEGRAR E REVISITAR COALIZÕES DE PODER

Fabrício H. CHAGAS BASTOS

Doutorando em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

PROLAM/USP / Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

fchagasbastos@usp.br

ABSTRACT

From 2008 onwards, when the shift to the left wing in Latin America was consolidated, the main processes of regional integration, namely Mercosur and Andean Community of Nations, reach a stagnation point that was not previously intended and foreshadowed by these organizations goals, originally inspired in the European Union and liberal ideas. As a hypothesis to explain such a fact, one may argue that the elements of rational search for development and autonomy brought back Third World visions and an appeal to neostructuralism into countries like Brazil, Argentina and Bolivia. This amounts to saying that, in contrast to the neoliberal orientation of the 1990s, which took over the Latin American international agenda almost fully, policies directed at neighbouring spaces at the beginning of the 21st century reproduce a realist approach that blocks the development of supranationalism and slows down the deepening of regional integration. Hence, the occurrence of this aforementioned shift is presented as a resurgence of intergovernmental politics and nationalism, in the form of conventional coalitions of power. It focuses specifically on the Brazilian, Chilean, and Mexican experiences, and takes into account these countries' new strategic interests and power sources, and the policy constraints these actors confront in pursuing their goals. In particular, three factors are in play: the role of democracy in these countries; the regional dynamic of (dis)integration; and the rise of the emerging powers in the international scenario, especially China, South Africa and India. Two main questions that aim to understand what caused the back to Latin American intergovernmentalism (or abandonment of a former project toward supranationalism) can be thus posed, which are as follows: how does the regional dynamic impact the strategic insertion of a coalition? And, what is the influence of this new regional space form in today's global governance?

Key words: regional integration; Latin America; coalitions; disintegration; compared regionalism

ISBN 978-85-7205-133-0

RESUMO
A partir de 2008, quando as esquerdas na América Latina foram consolidadas, os principais processos de integração regional, nomeadamente, Mercosul e a Comunidade Andina, atingiram pontos de estagnação não prenunciados e pretendidos pelas objetivos iniciais dessas organizações, originalmente inspiradas na União Européia e em ideias liberais. Como hipótese que explique tal fato pode-se argumentar que os elementos de pesquisa racional para o desenvolvimento e autonomia trouxeram de volta visões de Terceiro Mundo e um atrativo para o neoestruturalismo em países como Brasil, Argentina e Bolívia. Isso equivale a dizer que em contraste com a orientação neoliberal dos anos 1990, que assumiu o controle da agenda internacional da América Latina quase totalmente, políticas voltadas aos territórios vizinhos no início do século 21 reproduzem uma abordagem realista que bloqueia o desenvolvimento do supranacionalismo e retarda o aprofundamento da integração regional. Consequentemente, a ocorrência dessa citada mudança é apresentada como o ressurgimento do nacionalismo e de políticas intergovernamentais, na forma de coalizões de poder. O foco é dado especificamente nas experiências brasileiras, mexicanas e chilenas, e leva em conta novos interesses estratégicos e políticos, e as restrições políticas enfrentadas por esses atores na busca pelos seus objetivos. Em particular três fatores estão em jogo: o papel da democracia nesses países; a dinâmica regional de (des)integração; e a ascensão de Estados emergentes no cenário internacional, especialmente China, África do Sul e Índia. Duas questões principais visam compreender o que causou o retorno ao intergovernamentalismo latino-americano (ou abandono de um projeto anterior rumo ao supranacionalismo) podem ser assim representadas, que são as seguintes: como a dinâmica regional impacta na inserção estratégica por coalizão? E, qual é a influência desse novo projeto de espaço regional na governança global atual?

Palavras-chave: integração regional; América Latina; coalizões; desintegração; regionalismo comparado

De 2008 em diante, quando a ascensão das esquerdas na América Latina foi consolidada, os principais arranjos de integração regional, nomeadamente, Mercosul e Comunidade Andina, atingiram pontos de estagnação não prenunciados quando de seus objetivos fundacionais – originalmente inspirados na experiência europeia e suas ideias liberais[1].

A história da integração latino-americana tem sido de recorrente aspiração idealista e parcos resultados. Desde a ALALC e a ALADI, o foco dos arranjos era promover o livre comércio entre os países da região, o que esbarrou em obstáculos representados pelas grandes assimetrias produtivas dentro do bloco. Mais adiante no tempo, o Mercosul logrou êxito limitado à ideia de promoção do livre comércio, sem cuidar efetivamente de integração de suas cadeiras produtivas e harmonização macroeconômica. O Pacto Andino colapsa/ou por motivos políticos.

[1] Este trabalho é fruto de pesquisa ainda em desenvolvimento, portanto, pedimos a gentileza de não citá-lo sem consulta prévia ao autor.

ISBN 978-85-7205-133-0

Dois elementos estruturais marcaram profundamente o relacionamento da maioria dos países da região, quais sejam, a redemocratização do final do século XX, e a variação de orientação político-econômica ao longo dos anos – os acelerados mecanismos de adoção do ideário neoliberal, sobretudo na década de 1990, que se modificaram profundamente com as eleições de governos de esquerda no início dos anos 2000.

A orientação neoliberal dos anos 1990 que ocupou as agendas internacionais da América Latina em quase sua totalidade, adentrou o século XXI sobre a roupagem de políticas de abordagem realista, para as quais o desenvolvimento de um supranacionalismo e uma desaceleração do aprofundamento da integração são elementos de busca pragmática por autonomia – trazendo à cena visões terceiro-mundistas e um apelo neoestruturalista para suas economias. Disto, temos que o ressurgimento de políticas de regionalização se orienta por *drivers* intergovernamentais (e em alguma medida nacionalistas), nos termos da formação de coalizões de poder.

Antes que o trabalho emule uma ficção consentida ou sofra de uma esquizofrenia aguda, a tomar pela frase de Luiz Olavo Baptista (2003), em entrevista ao *Valor Econômico*, "as pessoas discutem e criticam um Mercosul que só existe na cabeça delas. E ninguém fala do que existe de verdade", apresentamos, preliminarmente, os resultados do esforço teórico para ampliar o campo de visão acerca da estruturação da análise da integração regional na América Latina, tendo em conta a relevância dos arranjos, a interdependência subjacente a estes e as orientações político-econômicas adotada pelos países na região ao longo dos últimos vinte anos. Não se incluem no escopo desta investigação os processos (harmonização macroeconômica, cooperação em matérias educacionais ou de saúde, entre outros).

O recurso metodológico empreendido tem como base uma proposta alcance médio (*middle range theory*), integrando a abstração da teoria à base empírica dos estudos de caso (arranjos regionais).

Ao nos focarmos na estrutura, visamos eliminar o otimismo outrora exacerbado que chega ao limiar do século sob a forma de estagnação – de opções e humores –, e compreender se o atual estágio de integração continua a promover seus objetivos iniciais ou se pode estar se consubstanciando em um processo de desintegração.

Isto posto, a pergunta que nos dirige é a de como a dinâmica de integração regional na América Latina impacta sobre as escolhas dos países para alcançarem seus objetivos de inserção internacional?

ISBN 978-85-7205-133-0

Disto, derivam duas possíveis respostas, cuja primeira se encaminha para um aprofundamento daqueles processos; e a segunda, por nós desenvolvida, entende que há uma retomada da formação de coalizões regionais e suprarregionais, em detrimento de um avanço continuado da integração na região – acompanhando a dinâmica de distribuição de poder na sociedade internacional.

Esgotamento e Pressões à *Desintegração*

Nosso ponto de partida é a confirmação de que as teorias de integração, cujas referências orientam-se nas etapas superadas pelo caso europeu, não possuem mais vigor explicativo para os arranjos de integração regional do hemisfério Ocidental.

O debate entre *neofuncionalismo* e *intergovernamentalismo liberal* estacou em um ponto crítico, no qual as explicações acerca das motivações para fundação e avanço dos arranjos integrativos, ao centralizarem o conceito de interdependência – tido como motor dos incrementos (graduais) dos processos ou como garantidor de situações de *spill-over* ou de *spill-around* –, não interpretam mais o esquema de *demanda* e *oferta* para os entraves observados nos últimos anos.

É neste contexto que Malamud (2005) e Burges (2005) acertam ao diagnosticarem que as declarações presidenciais e de acadêmicos não encontram respaldo na realidade, e também não refletem a dinâmica das políticas de regionalização. A dualidade se mostra na tradicional visão de que uma América Latina unida seria mais forte e permitiria uma inserção assertiva no mundo globalizado pareça débil e desprovida de pragmatismo.

A multiplicação dos arranjos e cúpulas sub-regionais nos últimos vinte anos é efusiva, não só pela velocidade com que aparecem, mas também pelo clamor que provocam em presidentes e chefes de Estados da região, concentrando toda a energia e responsabilidade nas trocas diplomáticas – ao invés de transferirem esforços para fortalecer mecanismos já (frouxamente) institucionalizados, acabando por dissipá-los.

Tendo em conta as questões postuladas, Daudelin (2012a) propõe um modelo de análise da integração regional que busca explicar quais seriam os elementos que podem pressionar em direção a uma possível *desintegração* de tais arranjos, sobretudo, na América Latina.

Primeiro, o que o autor concebe como *desintegração* é fluido, sendo necessário que enquadremos o conceito usando um mecanismo metodológico inverso. Pela construção de

ISBN 978-85-7205-133-0

Daudelin, os dados de avaliação concreta à integração regional são dados pelos níveis de aprofundamento da interdependência econômica e institucional (defesa e diplomacia, principalmente, além de sua própria constituição política enquanto bloco) – tributa ao neofuncionalismo.

Afinando o conceito, *desintegração* é o momento em que os arranjos de integração regional atingem um estado de estagnação, não inercial, cujos interesses individuais de seus membros não são mais atendidos pelo avanços daqueles, paralisando a ampliação de seu espaço regional.

Disto, passam a uma fase de deterioração/abstenção da importância e velocidade (derivada tanto de fatores estruturais internos e externos – combinados ou não) dos movimentos de aprofundamento da interdependência e de redução das assimetrias, que tomam sentido inverso, isto é, tornando-se cada vez mais limitado em escopo e diminuído em importância a seus membros – a despeito das falhas e lacunas presentes.

Analiticamente, o modelo explicativo também apoia-se no conceito de *interdependência* (Nye; Keohane, 2001), no entanto, associa-se à *assimetria complexa*, de modo a avaliar a integração a partir do ponto de vista de seu alcance e de seu grau de institucionalização através da relação entre assimetria e interdependência – o gráfico e o mapa a seguir permitem melhor visualização de nosso argumento.

Como produto de uma compensação apropriada e/ou de uma alta vulnerabilidade, o estabelecimento de uma relação de confiança pode levar os atores menos poderosos a aceitar uma integração profunda, ao invés de um ambiente de alta assimetria, aceitando os riscos à soberania que implicam.

GRÁFICO 01 – Relação Interdependência x Assimetria Complexa nos mecanismos de integração sul-americanos

ISBN 978-85-7205-133-0

Fonte: Adaptado de Daudelin (2012a).

A influência da desindustrialização, a virada para a China, a abundância de bens primários e energia nos Estados Unidos, apontam para um enfraquecimento da base estrutural do NAFTA. Ambiente em que a interdependência relacionada à segurança permanece, contudo, com laços mais estreitos entre Canadá e os EUA. Na América do Sul o efeito de separação se estende pela dualidade de projetos no eixo Pacífico-Atlântico, com a face do Pacífico, apostando nas relações com a China[2].

Deste modo, sumarizando os argumentos do autor, os principais obstáculos à integração seriam: a) a interdependência limitada que existe entre os países do hemisfério e até mesmo entre as suas sub-regiões e b) as assimetrias grandes que continuam a prevalecer em nível hemisférico e sub-regional, em torno de os EUA e Brasil[3].

O avanço chinês no deslocamento do eixo da economia internacional tem provocando profundas fissuras no modelo latino-americano, promovendo um ávida corrida ao fornecimento de commodities, energéticas ou não, e uma inundação de produtos manufaturados, acirrando ainda mais as posições das economias da região.

O debate que se deve travar então não é mais em qual nível se deve suportar as assimetrias, mas sim com posicionar as manufaturas diante de quatro grupos orientados por *drivers* bastante diferentes, que respondem às pressões de interesses nacionais e externos de maneira completamente diferente. O modelos seriam:

[2] Segundo Daudelin (2012a), a divisão, de fato, também se estenderia à América do Norte, porém os fatores que governariam este movimento são distintos dos sul-americanos, sobretudo, por terem origem doméstica.
[3] Que seriam os dois pivôs de integração no hemisfério Ocidental.

ISBN 978-85-7205-133-0

- Liberais: Chile, Colômbia e Peru
- Atrelados: México e Centro América
- Nacionalistas: Venezuela, Bolívia e Equador
- Estruturalistas: Argentina e Brasil

A comunhão de destinos e percepções na região foi alcançada apenas na década de 1980, quando abriu-se o caminho para a construção de eixos bilaterais e as mal sucedidas iniciativas de integração política, comercial e econômica, como o ABC, a Operação Pan-Americana e a ALALC, que foram substituídas por processos pragmáticos, como o Mercosul, a Comunidade Andina e, mais recentemente, o Acordo do Pacífico[4] (CERVO, 2007; ALMEIDA, 2008).

Paradoxalmente, o movimento que a primeira vista tenderia à dispersão, dada a conjuntura delicadas, acabou por promover sinergias e impulsionar a integração latente daquelas combalidas economias, mesmo que tropegamente e muito longe da "gaiola dourada" weberiana que se figurava na Europa.

Em outras palavras, a América Latina usou da integração como mecanismo de proteção, mesmo que de modo não coordenado e consciente, em um momento crítico de seu posicionamento internacional, cuja adoção de um modelo particular desvelou diferenças e ao mesmo tempo fez com que estas fossem ignoradas em nome de uma coesão futura e promissora.

Neste contexto, o Mercosul pode ser visto como uma iniciativa cujos âmbitos de cooperação e integração permitem gerar um equilíbrio entre outros espaços regionais, como o NAFTA e a União Europeia. Contudo, a perspectiva de evolução para um mercado comum assinalada no Tratado de Assunção não foi implementada, e a dimensão política que representa a adesão da Venezuela como membro pleno enceta reflexões sobre a real potencialidade do bloco como projeto político e ferramenta de negociação em um ambiente multirregional de poder (HURREL, 1994; BERNAL-MEZA, 2008; BRICEÑO-RUIZ, 2009; ABREU, 2010-2011).

[4] Corresponde ao recém firmado acordo de livre comércio entre México, Colômbia, Peru, Costa Rica e Chile, que conta com mais de 210 milhões de habitantes, um PIB superior a €1,5 bilhão (quase 40% do total da América Latina, e mais de 50% de suas exportações). Importante ressaltar que os cinco membros subscreveram tratados de livre comércio com os EUA.

ISBN 978-85-7205-133-0

O desgaste do modelo de gestão neoliberal da globalização, a partir do final dos anos 1990, com o desaparecimento do bloco do socialismo real, refletiu-se na política regional, depois de causados severos impactos nos investimentos sociais (educação, previdência, saúde, entre outros), nas opções econômicas anticíclicas e, em casos mais extremos, tendo impulsionado um processo de desindustrialização[5].

Os resultados saudáveis das economias frente à crise 2008-2009 (como por exemplo, Argentina, Chile, México e Brasil), apesar de partirem de modelos distintos, fortaleceram o argumento de que os países latino-americanos estavam mais preparados para enfrentar a retração[6] – permitindo a expansão do gasto social e a continuação do ritmo de melhora da qualidade de vida das populações da região, que os governos democráticos mais a esquerda estabeleceram ao chegar ao poder.

O modelo de substituição de importações (ISI) cepalino-estruturalista objetivava mover as economias latino-americanas desde um ponto dotação de fatores laboral-intensiva e com baixo uso de capital, especializada em produtos primários, para outro, no qual se daria a produção de bens de alto valor agregado, possível somente por meio de uma pesada intervenção do Estado. Em contraste, as políticas neoestruturalistas abdicam de uma mudança radical, agregando valor à economia de maneira incremental, tirando partido das possibilidades latentes sob as vantagens comparativas atuais.

Panoramicamente, se pode dizer que os latino-americanos buscaram no arcabouço *neoestruturalista* os meios de prover um "meio positivo" de inserção no ambiente globalizado, compreendendo de maneira "holística" o desenvolvimento que levasse em conta os aspectos sociais, institucionais e políticos de cada Estado, para além de seu *framework* econômico exclusivamente, e isto direcionado a um baixo investimento político para a região.

Da desintegração à formação de coalizões na América Latina

Após a confirmação, nos anos 2000, de que os EUA não conseguiriam manter sua condição unipolar como parecia ser o caso nos anos de 1990, a dinâmica de coalizões

[5] Em que se pese a escolha pela abertura indiscriminada da economia, o desenvolvimento de um menor número de setores produtivos, que detivessem maiores vantagens comparativas e pudessem ter melhor inserção no mercado internacional.

[6] Segundo analistas de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, as políticas sólidas em vigor desde as reformas da década de 1990 surtiram o efeito esperado frente ao ambiente de crise. Mesmo os detratores de tais reformas à época, exortaram as fortalezas das economias latino-americanas quando do impacto menos forte em seus mercados.

ISBN 978-85-7205-133-0

floresceu e assumiu técnicas estruturalmente diferentes das observadas durante a dicotomia dos tempos de Guerra Fria.

O embate ideológico tomou posição importante, porém plural; a defesa do interesse individual, sem o embate violento aos interesses contrários passou a nortear o desenvolvimento de política externa entre estados. Como observa Malamud (2013:04)

> Since geographic vicinity is constant, neighborhood spillovers are unavoidable and their joint management appears as a reasonable goal. However, the means for achieving it are diverse and not determined by historical legacies or globalization pressures. In recent years, different forms of regional interaction other than integration have developed worldwide, and several approaches were developed that replicated the complexification of reality with fuzziness and ambiguity at the analytical level.

O desgaste dos arranjos, a partir de nosso instrumento analítico, ao detectar uma tendência à desintegração, leva àqueles a absterem-se investirem capital político e o investirem em coalizões[7]. Apesar destas tradicionalmente se formarem agrupando preferências heterogêneas, o conjunto de interesses comuns cimenta ambos os processos (Ramazini Jr.; Vianna, 2012:50).

A ação conjunta em coalizões, em estruturação teórica possui os mesmos ganhos líquidos que a atuação dos blocos regionais. Contudo, a ação via coalizões pode resultar em uma divisão interna dos trabalhos, nos diversos temas negociados, ao mesmo tempo que pode reduzir os custos políticos de bloqueio de um acordo, ao dissipar a responsabilidade entre os membros (Burges, 2005; Malamud, 2010; Ramazini Jr.; Vianna, 2012).

A transferência do interesse em alimentar institucionalmente os arranjos de integração revela a troca de tais esforços por uma compensação mais profunda e sistemática de seus interesses (não só econômicos), mesmo que as preferências de parcerias relevem a assimetria de poder relativo dos membros (Oliveira; Onuki, 2006).

Dessa forma, algumas diretrizes e comportamentos são vistos como recorrentes entre os países mais bem sucedidos nessas novas formas de agrupamentos e alianças, que podem ser categorizadas como segue:

[7] Acompanhamos Oliveira et al. (2006:465) em sua definição sobre o que são coalizões, descrevendo-as como "grupos que se formam com propósitos de barganha e negociações coletivas [...] que participam de uma negociação e que concordam em agir coordenadamente a fim de chegar a um consenso (*common end*) (apud Narlikar; Woods, 2001).

ISBN 978-85-7205-133-0

a. Evitar a oposição irracional: O Brasil, por exemplo, se opôs várias vezes às principais posições ocidentais[8] e iniciou ações judiciais contra grandes potências em organizações como a OMC. No entanto, tais eventos ocorreram quando ações específicas de certas potências levaram a perdas pontuais em temas como subsídios e semelhantes. Não se observa nesse caso uma necessidade renitente em contradizer posições sistêmicas sem que houvesse uma violação direta de normas institucionais ou leis internacionais.

b. Coletivizar: parte de eventuais projetos de hegemonia regional ou global são executados por meio do convencimento de que os interesses de certo Estado são também o interesse coletivo de um grupo específico de parceiros (como o G20 ou BRICS). Assim, tais coalizões adquirem uma microestrutura de poder interna, de tal forma que legitimam interesses que se tornam comuns ao bloco.

c. Criação de Consenso: há o esforço por manifestar um projeto político benéfico a todos, distribuindo ganhos recíprocos entre os membros.

d. Construir novas organizações: países historicamente periféricos têm a percepção de não poderem controlar ou mesmo influenciar negociações, decisões e a agenda de muitas das organizações multilaterais estabelecidas. Portanto, é crucial na composição da estratégia de inserção internacional a construção de novas instituições em que tenham a capacidade de influenciar seus estatutos e operações de acordo com seus interesses. Em outras palavras, investe-se na formação de entidades, que buscam certo impacto internacional, as necessidades e anseios dos países não sejam apenas ignorados ou preteridos recorrentemente.

e. Propagar um novo pensamento: forma-se uma postura crítica contra as estruturas de poder globais, cujos interesses se divorciam dos do núcleo da estrutura mundial. As estratégias compradas do mundo desenvolvido que levariam ao

[8] Em oposição, a Venezuela de Hugo Chávez, por exemplo, pode ser um tipo de regime considerado como opositor irracional à estrutura, dado que procurava contradizer as grandes potências sobre quaisquer questões discutidas, contrapondo-se a qualquer matéria sem critérios específicos, o que indica pura oposição ideológica e automática.

ISBN 978-85-7205-133-0

desenvolvimento e aceitas desde a Guerra Fria começaram a ter suas inconsistências apontadas mundo afora por países desenvolvimentistas e intelectuais.

Países como o Brasil adotaram estratégias de multipolarização em suas coalizões para desenvolver poderes que não poderiam ter sozinhos ou se confrontando diretamente com outros países. Em outras palavras, consiste de uma política externa de frente dupla em que não há preferência por determinada região com qual se devam relacionar-se, em vez disso, os níveis de relações convencionais e privilegiadas com os países centrais são mantidos ativos enquanto novos acordos com países mais fracos também são estabelecidas.

Considerações finais

De modo diferente ao que Angela Merkel e Nicolas Sarkozy fervorosamente (e com razão) defenderam[9] para a União Europeia (UE), isto é, a indivisibilidade da União e da Zona do Euro, o bloco sul-americano exprime uma visão de regionalismo aberto[10], trabalhando a compatibilidade das agendas interna e externa de seus Estados Partes.

Para recordar, a partir da Guerra Fria e até o final da década de 1990, houve períodos claros de aproximação e distanciamento do Primeiro Mundo ou Terceiro Mundo, dependendo das necessidades históricas, evidenciadas pela escolha entre a autonomia através de distância ou através da participação.

Numerosas visitas oficiais foram feitas para entre países da África, Sudeste da Ásia, China, Índia e Brasil com uma frequência jamais antes vista. Com a aquiescência dos países fracos para agir em seus nomes, criadores de coalizões como os BRICS, erigiram importantes parcerias com outras hegemonias regionais e este fato criou um ambiente estável (sem forte oposição), para desenvolvimento rápido de seus níveis de poder.

Assim, pode-se apontar que as coalizões derivadas dos arranjos de integração sul-americanos oscilam entre *alliance* e *bloc type*[11] (nesta última, identidade[12] e ideologia são

[9] O fracasso do euro é mimetizado como um retorno ao sistema westfaliano (STEPHENS, *online*, 2012).

[10] Regionalismo aberto é o nome dado pela CEPAL para a forma de regionalismo que ganhou terreno nos anos 1990: uma combinação da abertura das economias baseadas em padrões liberais, a edificação de uma economia de escala para aumentar a posição de cada país na economia global e, a defesa dos regimes democráticos (SARAIVA, 2010).

[11] Para os tipos de coalizão Cf. Narlikar, 2003.

[12] A discussão sobre a existência ou não de uma identidade latino-americana, e sua influência no aprofundamento de integração. No entanto, pode-se aponta como contraponto a esta ideia o trabalho de Sen (2006).

ISBN 978-85-7205-133-0

partilhadas). A orientação observada na constituição dos arranjos, e também nas coalizões, é de serem *power-oriented*, isto é, a organização de ambas tende a ser submetida aos maiores detentores de poder, em detrimento da conformação de um sistema legal-institucional regional consensuado. De outro modo, decantados os casos (arranjos de integração) e seus principais motores (Brasil, México e Chile), a política de regionalização tem se transmutado em formação de coalizões de poder, nas quais os interesses nacionais se complementam de forma mais eficaz do que através de integração baseada no imediatismo geográfico.

Indaga-se, com isso, sobre a efetividade de tais processo de integração, sua sobrevivência enquanto instrumentos de uma inserção internacional historicamente diversa da região.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio. Uma visão oriental (uruguaia) da situação regional. *Política Externa*, v. 19, n. 03, p. 67-78, 2010-2011.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond (et al.). *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press: 2005.

BURGES, Sean. Consensual hegemony: theorizing Brazilian foreign policy after the Cold War. *International Relations*, v. 22, n. 01, p. 64-85, 2008.

BURGES, Sean. Strategies and tactics for global change: democratic Brazil in comparative perspective. *Global Society*, v. 26, n. 03, p. 351-368, 2012.

DAUDELIN, Jean. *Asymmetry, Interdependence and (Dis) Integration in the Americas*. Toronto, 23 jan. 2012. Palestra proferida a oficiais no Canadian Forces College.

DAUDELIN, Jean. Brasil y la desintegración de las Américas. *Política Exterior*, Madrid, v. 26, n. 149, p. 50-58, 2012.

GEORGE, Alexander L.; BENETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

HURRELL, Andrew. Regionalismo en las Américas. In: LOWENTHAL, A.; TREVERTON, G. (Comps.). *América Latina en un Mundo Nuevo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

KEOHANE, Robert; NYE JR., Joseph. S. *Power and interdependence*: world politics in transition. 3.ed. New York, Boston: Longman, 2001.

LEIVA, Fernando Ignacio Leiva. *Latin American Neostructuralism - The Contradictions of Post-Neoliberal Development.* Minessota: University of Minnesota Press, 2010.

MALAMUD, Andres. Latin American Regionalism and EU Studies. *Journal of European Integration*, v. 32, n. 06, p. 637-57, 2010.

MALAMUD, Andres. Leader without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 03, p. 1-24, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

NARLIKAR, Amrita. *International Trade and Developing Countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, Amâncio J. N.; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emannuel. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 465-504, 2006.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIANNA, Manuela T. Países em desenvolvimento em uma ordem internacional em transformação: coalizões e soluções de disputas na OMC. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília (DF), v. 55, n. 02, pp. 48-69, 2012.

SEN, Amartya. *The Argumentative Indian: Writings on Indian History, Culture and Identity*. London: Penguin Book, 2005.

SERFATY, Simon. Moving into a Post-Western World. *The Washington Quarterly*, v. 34, n. 02, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

A FORMAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: ASPECTOS SOCIAIS POLÍTICOS

THE FORMATION OF THE RURAL EDUCATION IN TRIPLE FRONTIER REGION: SOCIAL AND POLITICAL ASPECTS

Felipe Cordeiro da Rocha
Graduando em Ciência Política e Sociologia
UNILA
E-mail: felipe.crocha@outlook.com
Renata Peixoto de Oliveira
Doutora em Ciência Política pela UFMG
UNILA
E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos históricos e sociais na formação do campesinato no Paraguai, Brasil e Argentina. O que aqui se pretende é discorrer sobre algumas características gerais da construção do imaginário do campesinato a partir do período da formação dos Estados Nacionais e relacioná-los com a formulação de políticas públicas para o campo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Rural, Políticas Públicas, Tríplice Fronteira.

ABSTRACT

This paper aims to analyze historical and social aspects in the formation of the peasantry in Paraguay, Brazil and Argentina. What is intended here is to expatiate about some general characteristics of the imaginary construction of the peasantry from the period of the formation of National States and relate them to the formulation of public policies for the peasantry in contemporary times

Keywords: Rural Education, Public policies, Triple border.

A ESPECIFICIDADE DO CAMPONÊS E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para falar sobre educação do campo e identidade camponesa é preciso definir quem é este camponês que ao mesmo tempo é objeto e demandante de uma política especifica para o campo. O recorte que se faz aqui de camponês é o de povos do campo, que é amplo e pode abarcar categorias diversas como indígenas, quilombolas, sem-terra, pequenos proprietários, agricultores familiares e boias-frias, todos tendo em comum o espaço rural e o fato serem trabalhadores. Aqui o objetivo é abarcar uma população considerável que demanda um modelo de educação que respeite estas múltiplas identidades.

> (...) quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos

ISBN 978-85-7205-133-0

> tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (FERNANDES, CERIOLI & CALDART Apud ANTONIO e LUCINI 2007, p. 183).

A justificativa para o uso da terminologia educação do campo e não educação rural que aqui se defende está relacionada à condição dos povos do campo primando pelo direito à diversidade e a identidade, além de reconhecer as necessidades destes povos que derivam de sua situação política e de sua inserção cidadã.

> O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios (FERNANDES e MOLINA, 2004 p.32).

Falar sobre território aqui é falar sobre um construto social e do qual não se pode dissociar de seus atores inseridos em um determinado contexto sócio-político na maioria das vezes conflitantes aos interesses das elites rurais.

Aparentemente irrelevante, mas essencialmente importante ressaltar neste trabalho, a noção de políticas públicas para então se pensar a educação do campo. O próprio termo política pública, que segundo Alves e Santos (2012) se refere, em primeiro lugar, ao surgimento do Estado Moderno Capitalista em sua perspectiva histórica de transformação posto que o surgimento do Estado visasse, justamente, garantir a propriedade da terra das classes dominantes. Pensar em políticas públicas é também pensar, de um lado, na necessidade do Estado em conter as crises dentro do modelo de produção capitalista, mas, por outro lado, perceber a influência da luta empreendida pela classe trabalhadora em suas demandas.

Pensar as políticas públicas específicas para o campo, no Brasil e na Argentina, nos leva a perceber que esta necessidade não foi estabelecida durante muito tempo. O Paraguai em certa medida teve uma relação diferente com o campesinato ao menos no período anterior a guerra da tríplice aliança como veremos no subcapítulo história e aspectos políticos e sociais na construção da identidade camponesa no Cone Sul. A própria ampliação das políticas públicas, de maneira geral, foi percebida enquanto ligada, de alguma forma, à inclusão de todas as classes no jogo político. Mas quanto aos camponeses mesmo durante os períodos marcados por profundas transformações que levaram a ampliação da participação política e inserção social de segmentos da classe trabalhadora nestes países, durante os governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945/ 1951 – 1954) no Brasil e de Juan Domingo Perón (1946 – 1955/1973 – 1974) na Argentina os trabalhadores do campo não encontraram políticas públicas destinadas a eles. Questões como a reforma agrária ou o acesso à educação para os camponeses pobres, mesmo que contendo um caráter burguês não entravam em pauta política de nossos países e

ISBN 978-85-7205-133-0

no Paraguai embora tenha havido uma reforma agrária impulsionada pela ditadura de Alfredo Stroessner com a criação em 1963 do Instituto de Bem Estar Rural (IBR) órgão responsável por seu programa nacional de reforma agrária, reforma agrária esta que serve aos interesses de Stroessner ao invés de ao distribuir terras aos trabalhadores promovendo assim desconcentração fundiária ao distribuir grandes porções de terra aos seus aliados políticos acaba por ampliar a concentração de terras e por perseguir os pequenos camponeses.

Mesmo quando percebemos avanços quanto à questão da terra, devemos considerar outro ponto que STÉDILE (2014) salienta o fato de que em muitos países houve a necessidade de se fazer uma aliança tácita entre a burguesia e os campesinato sem terra, pois se de um lado os camponeses queriam terra, de outro a burguesia queria ampliar o mercado interno constituído também pelos trabalhadores do campo. É dessa forma, que no centro do capitalismo, a educação voltada para o camponês nasceu orientada pelo liberalismo econômico, nascendo pela necessidade de se aumentar a produção agrícola, pois nestes países a produção estava ligada a pequena propriedade. Fazia-se então necessário aumentar a produção otimizando o espaço, diante da pequena disponibilidade de terras cultiváveis nestes países.

IDENTIDADE CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como contextualizado na seção anterior, para se entender as razões pelas quais não houve em nossos países a necessidade da incorporação do camponês na economia é preciso repensar sua histórica inserção na economia mundial, relacionada desde a colonização á uma economia agrícola e exportadora de matérias primas com a base no latifúndio e na monocultura. Naquele contexto, o papel do camponês se construiu como subalterno.

Para Mariátegui (2007), antes da chegada do colonizador havia um modelo de organização e de produção coletiva que não foi levado em conta. Já para Ribeiro (2000), a noção de coletivismo e a relação da natureza com o indígena não foi respeitada nem pelo colonizador espanhol quanto pelo português, que tinham como sentido para a ocupação do território o espírito aventureiro, mas também, a esperança no lucro rápido que lhe serviu como justificativa de escolha pelo modelo da grande propriedade, cuja agricultura seria voltada para a exportação. No que se refere a outros produtos primários, como os recursos minerais, a lógica também era mesma. É dentro das condições dadas por esta herança colonial que se moldaram as identidades camponesas em nossa região.

Hoje no Brasil, na Argentina e no Paraguai falar do espaço rural nos remete a uma luta político-ideológica, colocando em lados opostos, os interesses dos que representam a

ISBN 978-85-7205-133-0

agricultura agroexportadora e o grande latifúndio, importante para a balança comercial, e os interesses do pequeno produtor, do indígena, do quilombola e do sem-terra que lutam pela sobrevivência e por melhores condições de vida, acesso a terra e uma política que garanta seu pleno desenvolvimento enquanto cidadão. Também cabe destacar que quanto a construção do imaginário coletivo sobre o camponês, temos a imagem de um segmento considerado pobre, caipira e desvalorizado se comparado ao citadino, habitante dos grandes centros. Daí surge uma hierarquização das políticas públicas e da própria noção de cidadania, ao passo que camponês não é enxergado como sujeito de políticas públicas do mesmo modo que a população urbana.

Dessa forma, na Argentina, Paraguai e Brasil embora tenham presenciado a luta para o direito de acesso à educação por parte das populações do campo; estas enfrentam desafios para implementação de uma política educacional específica para o camponês.

Numa entrevista feita por Rafael Portillo com Isidro Espínola, dirigente do Movimento Agrário do Paraguai (MOAPA) ficou demostrado que os interesses dos movimentos sociais do campo no Paraguai remetem a sua realidade objetiva.

> Entonces nosotros planteamos la reforma agraria desde cuatro puntos de vista fundamentalmente: económico, político, social y cultural. Para hablar de reforma agraria al menos tendríamos que analizar la estructura agraria del país para saber cuáles son los aspectos que se beben cambiar, reforma o debe eliminadora definitivamente. Y desde un punto de económico tenemos aquí unos cuarenta millones de hectáreas que son fértiles para la agricultura y ganadería en Paraguay, ese que posee el país. De eso treinta y seis millones y cuatrocientos hectáreas se encuentran en manos de menos de mil personas, en realidad son cuarenta y cinco familias. En cuanto la producción, en el pago final que cada uno recibe es menos del costo de producción, entonces cada día se va perdiendo y perdiendo. Hay muchos casos que los propios campesinos que tienen unas cinco o seis hectáreas y se van a las ciudades, fundamentalmente porque no tienen como solventar los otros gastos (ESPINOLA, Isidro, 2013)[1]

Falar destas múltiplas identidades e falar de uma singularidade do camponês é algo bastante complexo, mas a premissa é justamente o que eles têm em comum e fazer isso se torna muito mais difícil quando se relaciona três países tão próximos geograficamente mais com uma história e realidade diversa e talvez esse seja o primeiro passo, refazer a história política da inserção do camponês nesta realidade.

Pensar num projeto educacional para o campo pode partir de dois vieses distintos e o pensado para modernização do espaço rural convergente para o modelo do agronegócio que não

[1] Entrevista realizada com Isidro Espínola fundador do MOAPA realizada em 28 de março de 2013 na cidade de Minga Guazú, Paraguai.

ISBN 978-85-7205-133-0

questiona a concentração de terra e o outro oposto a este precisa pensar além do espaço da escola, pois compreende que para o desenvolvimento pleno do camponês é preciso lhe dar autonomia e acesso a cidadania. Assim pensar em educação para o camponês é primeiro pensar numa educação que respeite sua subjetividade e seus interesses como classe, já que a educação não pode ser transformadora por si mesmo se não serve para transformar a realidade do camponês.

> El concepto de que el problema del indio es un problema de educación, no aparece sufragado ni aun por un criterio estricta y autónomamente pedagógico. La pedagogía tiene hoy más en cuenta que nunca los factores sociales y económicos. El pedagogo moderno sabe perfectamente que la educación no es una mera cuestión de escuela y métodos didácticos. El medio económico social condiciona inexorablemente la labor del maestro El gamonalismo es fundamentalmente adverso a la educación del indio: su subsistencia tiene en el mantenimiento de la ignorancia del indio el mismo interés que en el cultivo de su alcoholismo. La escuela moderna –en el supuesto de que, dentro de las circunstancias vigentes, fuera posible multiplicarla en proporción a la población escolar campesina–, es incompatible con el latifundio feudal (MARIÀTEGUI, 2007, p.33)

Este processo de transformar a realidade para Freire (1987) só se dá quando através do oprimido ao reconhecer sua própria condição como oprimido e começar sua busca pela liberdade e aqui liberdade significa lutar inclusive contra uma consciência servil que é internaliza.

HISTÓRIA E ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NO CONE SUL

Para pensar sobre a situação do camponês na região é preciso recorrer à construção de sua identidade que por sua vez está ligada a aspectos de sua construção política e social e por esta razão o que aqui se analisados algumas características desta construção histórica e o primeiro país a ser analisado é o Paraguai que apresentou uma relação conflituosa, mas talvez muito mais inter-relacionada entre o colonizador e a população originária, pois no período jesuítico como Mariátegui (2007) destacou o potencial do índio de trabalho coletivo foi aproveitado pelos jesuítas. Também Odriozola (2004) destaca que devido ao tipo de organização da propriedade estabelecida neste período pelos jesuítas fez que mesmo depois de sua expulsão e mesmo quando se deu a independência política do país a grande propriedade não tivesse a mesma força que em outros países da região.

Quando o país se torna independente, seu primeiro mandatário, o presidente José Gaspar de Francia e Velasco[2] se preocupou com a educação básica e a torna obrigatória, mas não só isso,

[2] Eleito Consul juntamente com Fulgencio Yegros de 1812-1814 e programado ditador temporal de 1814-1816 e Ditador Perpetuo 1816-1840.

ISBN 978-85-7205-133-0

ele a interiorizou e para isso teve que enfrentar diversos desafios como falta de docentes qualificados, porém o mais importante destacar é sua relação com o campesino. Segundo VILABOY (1981) o governo de Francia proclamado ditador perpetuo da nação paraguaia foi baseado no campesinato paraguaio e buscou defender aos seus interesses, inclusive contra os interesses dos latifundiários o que lhe tornou popular entre as classes mais populares e fez que conseguisse o apoio político que necessitava para chegar ao poder, inclusive contra o grupo político que apoiou a aproximação política com Buenos Aires que era um grupo ligado aos grandes proprietários de terra que dependiam de exportar seus produtos e defendiam maior abertura comercial e um projeto distinto projeto defendido por Francia que buscou a autonomia do país.

Segundo Odriozola (2004) em 1810, o que hoje é o território Paraguaio era uma região isolada, onde não havia muitos nobres da península ibérica interessados em viver na colônia, em parte também pela falta de recursos naturais e não havia uma proteção militar o que fez criar a necessidade de um exercito local, e que nascesse um sentimento de independência.

O momento que marcou uma mudança na correlação de forças entre campesinos e latifundiários foi a guerra da tríplice aliança (1864-1870). Um período marcante pela transformação da situação do campesino no Paraguai, que era um país que até então mantinha espaços para o cultivo coletivo em terras públicas que eram públicas. Cabe destacar que até então as terras em sua maioria estavam nas mãos do Estado "Em 1870 o Estado era proprietário de quase todo o território do país. De toda a superfície nacional somente 1,6 era de propriedade privada" (PASTORE apud VÁZQUEZ, 2008, p. 48). No entanto com a promulgação da lei de terras de 1883 quando as terras públicas que eram usadas na produção coletiva foram postas a venda[3] momento aproveitando pelo capital estrangeiro que entra em grande escala no país por conta baixo valor destas terras, cabe destacar que também a elite nacional também se apropriou deste momento para se fortalecer e aumentar seu poderio.

Segundo Vilaboy, (1981) a lei de terras foi um golpe para a população campesina do Paraguai posto que antes o latifúndio não tivesse no país o mesmo poder que em outros países da região e o país desde então se converte no país com a maior terra do mundo segundo índice de Gini de concentração de terra de 2001 que era de 0, 93 (FAO, 2001) e é importante lembrar que nesta escala enquanto mais próximo a um maior é o nível de desigualdade.

[3] A razão para a venda de terras públicas neste momento era levantar fundos para a recuperação do Estado após a guerra.

ISBN 978-85-7205-133-0

> La pérdida del controlador de las fuentes de producción de riquezas; para las poblaciones de la campaña, la perdida de los campos comunales y de los bosques reservados para uso común por la ley del 1ºde julio de 1880 […] para los pequeños y medianos productores de ganado, no ligados con lazos políticos, amistosos o familiares con los miembros de los círculos gobernantes de entonces, la falta de praderas para sus ganados (PASTORE, 1972 p. 245).

O período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954–1989) iniciou um processo de reforma agrária no país, contudo seus resultados indicam que ao invés de democratizar o acesso a terra, estas políticas, pelo contrário aumentaram a concentração fundiária. Segundo Sasiain & Pozzo (2008) o fato de Strossner ter utilizado a terra como moeda de troca, ou seja, em troca de apoio político. Na pratica, ocorria o seguinte, o governo concedia aos seus aliados grandes extensões de terra ao mesmo tempo em que perseguia o movimento campesino aumentando assim o poder dos grandes proprietários, inclusive na política nacional o que ainda ecoa, tendo em vista que os conflitos em Curuguaty são um reflexo de uma política que criminaliza os movimentos sociais, em especial o campesino, e fortalece a concentração de terra.

Quanto aos antecedentes que levaram ao incidente de Curuguaty, destacasse a ocupação de terras públicas doadas pelo Estado à Empresa La Industrial Paraguaya S.A (Lipsa), em 1967, por camponeses. Neste episódio, as terras em questão após terem sido abandonadas pela empresa acima citada acabaram sendo, indevidamente, ocupadas pela empresa do político colorado Brás Riquelme e posteriormente sendo requeridas pelo Movimento pela Recuperação Campesina de Canindeyú (MRCC) para fins de reforma agrária. Em 2004, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT) iniciou os trâmites legais para sua desapropriação e posteriormente, através de decreto presidencial, as mesmas foram finalmente desapropriadas para fins de reforma agrária. Porém, em 2005, a empresa de Riquelme entra com um processo requerendo a propriedade das terras, e em que pese às irregularidades processuais, a empresa Campus do Morumbi vence em primeira e segunda estância.

Em 15 de Junho de 2012, ocorreria a reintegração de posse da Empresa Campos do Morumbi, na ocasião existia um grupo de aproximadamente 70 campesinos, dentre eles homens, mulheres e crianças que entraram em choque com o efetivo policial causando o conflito armado que ficou conhecido como conflito de Curuguaty. Deste conflito resultaram as mortes de onze camponeses e seis policiais que tiveram grande impacto político, diante do fato de o próprio presidente Lugo ter sido acusado pelo massacre. No dia 22 de Junho, o presidente sofreu um processo de impeachment motivado pelos resultados daquele conflito agrário.

ISBN 978-85-7205-133-0

No Brasil o processo de ocupação do território, desde o tempo da colônia teve base no latifúndio, na grande propriedade agroexportadora que tem origem no modelo de colonização e ocupação da terra utilizado por Portugal com a doação de grandes extensões de terra sistema no sistema de sesmarias que teve como consequência desde a colonização um modelo de distribuição de terra baseado na grande propriedade.

Para FRANCO (1997) o espaço que cabia ao homem livre não proprietário no período entre o Brasil colônia e o período quando alcançamos a independência política de Portugal era o espaço que não foi ocupado pelo grande latifundiário e este camponês livre, mas pobre vivia sem a sem posse da terra numa relação que não é de escravo, mas também não é de trabalhador assalariado e sim de num sistema de apadrinhamento. Pela sua condição esta população não tem acesso aos serviços públicos e nem a cidadania.

A elite rural brasileira estava atrelada aos interesses do mercado externo e segundo FERNANDES (2006) não se gestou uma burguesia nacional, por que o papel da burguesia brasileira era de dependente. Nosso mercado dependia do mercado externo, pela sua condição produtor de produtos primários e baseados num modelo de monoculturas, e toda vez que um produto perdia valor no mercado internacional isso impactava sobre as taxas de lucro das elites rurais o que fazia com que os trabalhadores fossem cada vez mais explorados.

A elite rural brasileira resistia a mudanças especialmente aquelas ocorridas na década de 30 com as transformações que ocorreram com a chegada de Vargas ao poder e que modificaram as relações de trabalho dos trabalhadores urbanos que conquistam neste momento direitos trabalhistas direitos esses que não chegam ao campo e é nesse contexto que um pequeno grupo de intelectuais do movimento conhecido como ruralismo pedagógico que pelo acelerado processo de urbanização pelo qual passava o país se preocupa com a fixação do homem no campo.

Essa preocupação por parte dos ruralistas pedagógicos se dá em relação às mudanças que vinham ocorrendo deste de a introdução da mão de obra do imigrante com o fim da escravidão e pela opção dos grandes produtores agrícolas, por exemplo, os cafeicultores paulistas pela mão de obra estrangeira. Estas mudanças vinham ocorrendo por diversas razões das quais podemos citar a necessidade de fixação do homem no campo, já que neste momento se intensifica o êxodo rural devido a um processo de industrialização que demanda mão de obra e pelas influências nacionalistas que afloram com a revolução de 30 e o advento de Vargas ao poder. Outro aspecto a destacar é e a necessidade de uma política de higienização,

ISBN 978-85-7205-133-0

necessidade esta relacionada com as ideias do sanitarista Osvaldo Cruz (1872- 1917) que em 1918 fez uma expedição pelo interior do país e com seus estudos começou a desconstruir as explicações ligadas à ciência racista frequentemente usadas no Brasil ao relacionar um suposto atraso do país ao fato de este ser um país mestiço e a figura do camponês era o símbolo destas ideias. O camponês ficou estigmatizado como jeca, caipira, insolente e preguiçoso e Cruz rejeitou estas ideias e relacionou o marasmo muitas vezes atribuído ao homem do campo não a uma questão de raça, mas sim a doenças relacionadas à falta de saneamento básico e as condições que este vivia e pela necessidade de novos hábitos e a escola era o caminho para levar ao campo políticas higienizas que também eram defendidas pelos ruralistas pedagógicos.

A personagem do Jeca Tatu de Monteiro Lobato que num primeiro momento depreciava da figura do camponês considerando-o preguiçoso, porém após o contato de Lobato com as ideias dos sanitaristas ele reconstrói sua personagem na busca de se retratar com o camponês.

> Cumpre-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado. (LOBATO, apud Leite, 1996, p. 82).

Embora o papel dos intelectuais do ruralismo pedagógico tenha sido muito importante para repensar o campo e preconizar a necessidade de uma política educacional rural, estas ideias não questionavam a concentração da terra e nem mesmo assim elas conseguiram romper o conservadorismo das elites rurais que resistiam a quaisquer mudanças e especialmente aquelas que pudessem expandir os direitos sociais e trabalhistas para os camponeses.

No caso argentino ao pensar na ocupação do território e na agricultura primeiramente remete a pensar na situação dos povos originários, que desde a independência política do país não foram vistos como importantes para a formação da nacionalidade argentina, uma vez que o pensamento positivistas e as ideias relacionadas à eugenesia que chegaram ao país através de autores como Gustave Le Bom (1841-1931) e William Morton Wheeler (1865-1937), ideias estas geralmente baseadas num cientificismo e numa visão distorcida da teoria da evolução que continuou a intelectuais argentinos, especialmente Carlos Octavio Bunge (1875 - 1918) e José Ingenieros (1877-1925) como destaca Grejo (2009).

Pensar no desenvolvimento argentino era também pensar na necessidade de mão de obra, uma vez que o país que dependia de braços para a lavoura e quando se pensou em suprir esta

ISBN 978-85-7205-133-0

necessidade a solução apontada foi trazer mão de obra estrangeira, opção esta em parte ligada a um pensamento racista que relacionava a vinda destes trabalhadores a um processo de civilizatório e a ideia de progresso, já que os povos originários eram vistos como Bárbaros e subdesenvolvidos. Assim compreendemos o racismo enquanto elemento central do ideário social desta época que influenciou as elites politicas que construíram o projeto político de nação.

Domingos Faustino Sarmiento presidente da Argentina entre 1868 e 1874 foi um dos principais defensores da vinda de europeus para povoar o vasto território argentino, já que em sua concepção o advento de europeus estava ligado a vinda de um povo cristão e civilizado e mais que isso, representava a possibilidade de avanço técnico.

> ¿Hemos de cerrar voluntariamente la puerta a la inmigración europea que llama con golpes repetidos para poblar nuestros desiertos, y hacernos, a la sombra de nuestro pabellón, pueblo innumerable como las arenas del mar? ¿Hemos de dejar, ilusorios y vanos, los sueños de desenvolvimiento, de poder y de gloria, con que nos han mecido desde la infancia, los pronósticos que con envidia nos dirigen los que en Europa estudian las necesidades de la humanidad? Después de la Europa, ¿hay otro mundo cristiano civilizable y desierto que la América? ¿Hay en la América muchos pueblos que estén, como el argentino, llamados, por lo pronto, a recibir la población europea que desborda como el líquido en un vaso? ¿No queréis, en fin, que vayamos a invocar la ciencia y la industria en nuestro auxilio.(SARMIENTO, 1990, P. 30).

Porém, num país primário exportador, aonde os estrangeiros que vinham em sua maioria com escasso capital necessitavam trabalhar na perspectiva de melhorar sua vida e que lhe restava era a condição de trabalhadores, por outro lado, e o capital empregado na expansão agrícola também era de origem europeia, especialmente o capital britânico.

A Inglaterra já havia passado pelo processo de industrialização e tinha cada vez maior necessidade de matéria prima para suas indústrias e a Argentina tinha os campos necessários para desenvolver uma pecuária de ovinos voltada para a as demandas da indústria têxtil inglesa, além disso, o país contava com grande extensão de terras férteis.

No momento em que a Argentina conquista sua independência política, é também um momento marcado pela expansão do capitalismo e os países industrializados não só demandavam matéria primas para sua indústria como alimentos mais baratos para sua população, solução esta apontada por Ricardo (1982) para evitar o aumento do custo de vida nos países industrializados e evitar uma necessidade cíclica em que o aumento dos alimentos influenciasse os salários e por sua vez o lucro dos capitalistas industriais.

O modelo de desenvolvimento agrícola argentino como já destacado se produz sobre a base da mão de obra estrangeira, com um modelo agrícola voltado para o mercado externo e as

ISBN 978-85-7205-133-0

necessidades dos países europeus em franca expansão, mas sobre tudo com um modelo que concentra a posse da terra e hoje o país tem menos que 10% de sua população vivendo no campo e que ao mesmo tempo tem um imenso território de 2 766 890 km² o que representa ser o oitavo maior país com maior território no mundo, porém com uma baixa densidade democrática 15 habitantes por km² que segundo dados de 2010 do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) que está concentrada, sobretudo na região de Buenos Aires.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ANTONIO, Clésio Acilino, LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Caderno CEDES, Campinas, v 27, n. 72 p. . 177-195, maio/ago. 2007

ALVES, Ednalva F. Santana e SANTOS, Claudio Eduardo Félix. A política de educação do campo em alguns documentos oficiais. Revista Entrelaçado UFRB, v. 2, n. 6, p. 1-12, set. 2012.

DEMELENNE, Dominique. Estudio sobre la población rural en Paraguay. In: Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México y Perú. Ed. UNE,

Santiago, FAO UNESCO, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica Castanha. O Campo da Educação do Campo. In:_____; JESUS, Sônia M. S. A. Por Uma educação no Campo: Contribuições para um Projeto de Educação do Campo, V.5. Brasília: ARTICULAÇÂO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÂO DO CAMPO. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete.

“Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. In:

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo. 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 Ensayos De Interpretación De La Realidad Peruana Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

ISBN 978-85-7205-133-0

ODRIOZOLA, Jaime Collazo. El dictador Francia y la sociedad paraguaya. 2004. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28100705> ISSN 1870-0365 Acessado em: 17 de abril de 2014.

PASTORE, Carlos. La lucha por la Tierra en Paraguay. Montevideo: Antequera, 1972.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. O Povo Brasileiro: A Formação do Sentido do Brasil

São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARMIENTO, Domingos Faustino. FACUNDO: Civilización y barbarie. Buenos Aires: Elaleph.Com, 1999.

SASIAIN, Efraín Alegre; POZZO, Aníbal. Tierra en Paraguay 1947-2007: 60 años de la entrega del patrimonio nacional Stroessner y el Partido Colorado. Assunção: Arandura editorial, 2008.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária: os desafios de toda sociedade. Revista Adusp, 1997. Disponível em: < http://www.adusp.org.br/files/revistas/10/r10a05.pdf >. Acessado em: 20 de maio 2014.

VILABOY, Sergio Guerra. El Paraguay de Francia. Revista Critica y Utopia. Buenos Aires, 1981 número 5, Pág. 93-135 ISSN 0325-9676. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/critica/nro5/VILABOY.pdf> Acessado em: 01 de maio de 2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

HISPANO-AMERICANISMO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ALBA-TCP[1]

Hispano-Americanismo y Antecedentes Históricos del ALBA-TCP

Felipe Freitas Gargiulo[2]

RESUMO: Este trabalho apresenta o ideário hispano-americanista promovido pelo libertador Simón Bolívar durante as lutas pela independência da América Espanhola no início do século XIX, o qual foi posteriormente retomado por José Martí em Cuba, já no final daquele século, e por Augusto César Sandino na Nicarágua, entre a segunda e a terceira década do século XX. Ainda que tenham obtido pouco êxito em suas tentativas, as idéias propostas por esses três pensadores revolucionários constituem as bases teóricas e ideológicas para a formação no começo do século XXI da ALBA-TCP, plataforma bolivariana de cooperação internacional liderada por Venezuela e Cuba.

Palavras-chave: América Latina; Simón Bolívar; Hispano-Americanismo; ALBA-TCP.

SEMINÁRIO 04: PEESPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

RESÚMEN: Este trabajo presenta el ideario hispano-americanista promovido por el libertador Simón Bolívar durante las luchas por la independencia de la América Española a principios del siglo XIX, el cual fue posteriormente incorporado por José Martí en Cuba, a finales de aquel siglo, y por Augusto César Sandino en Nicaragua, entre la segunda y tercera década del siglo XX. Aunque hayan logrado poco éxito en sus intentos, las ideas propuestas por estos tres pensadores revolucionarios constituyen las bases teóricas e ideológicas para la formación en el comienzo del siglo XXI del ALBA-TCP, plataforma bolivariana de cooperación internacional encabezada por Venezuela y Cuba.

Palabras-clave: América Latina; Simón Bolívar; Hispano-Americanismo; ALBA-TCP.

---

[1] Esta seção é uma versão adaptada e atualizada do primeiro capítulo da minha monografia de bacharelado intitulada *A Integração Regional a Serviço do Desenvolvimento na América Latina: do Hispano-Americanismo de Simón Bolívar aos Regionalismos da CEPAL* (GARGIULO, 2012).

[2] Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC/SP). Mestrando em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Integrante da Cátedra José Bonifácio, vinculada ao Centro Ibero-Americano da Universidade de São Paulo (CIBA-USP), e do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NACI-PUC/SP). Contato: felipegrg@uol.com.br

ISBN 978-85-7205-133-0

Introdução

As discussões acerca dos projetos de integração e desenvolvimento na América Latina começaram ainda no século XIX com o militar e líder político venezuelano Simon Bolívar (1783-1830), durante o período de conquista da emancipação política de seus países, e prosseguiu depois com o poeta e jornalista cubano José Martí (1853-1895), já no final daquele século. Na primeira metade do século XX o líder revolucionário nicaraguense Augusto César Sandino (1895-1934) tentou implantar em seu país o projeto iniciado por Bolívar e Martí, e propôs a sua extensão a outros países da região, assim como fizeram os seus precursores.

No entanto, ainda existiam quatro grandes obstáculos a serem superados: a ausência de unidade política entre países da região, os constantes conflitos internos locais, o temor de uma futura expansão brasileira e as crescentes ambições imperialistas dos Estados Unidos. Ainda que tenham obtido pouco êxito em suas tentativas, as idéias propostas por esses três pensadores revolucionários constituem as bases teóricas e ideológicas para a formação no início deste século da ALBA-TCP, uma plataforma de cooperação internacional impulsionada pelo finado presidente venezuelano Hugo Chávez Frías.

Este trabalho apresenta o ideário hispano-americanista promovido pelo libertador Simón Bolívar durante as lutas pela independência da América Espanhola no início do século XIX, o qual foi posteriormente retomado por José Martí em Cuba, já no final daquele século, e por Augusto César Sandino na Nicarágua, entre a segunda e a terceira década do século XX. Além desta Introdução e das Considerações Finais, o artigo está dividido em outras quatro seções. A próxima seção apresenta o ideário hispano-americanista elaborado pelo libertador Simón Bolívar e seguido por José Martí em Cuba, ambos no século XIX. A terceira seção analisa os principais obstáculos que contribuíram para o fracasso desse ideário, motivando a sua retomada por Augusto César Sandino na Nicarágua durante as primeiras décadas do século XX, conforme mostra a seção seguinte. A quinta seção apresenta a ALBA-TCP como a realização do projeto de integração bolivariana no início do século XXI. Finalmente, as considerações finais apresentam uma síntese geral do artigo.

O Hispano-Americanismo de Simón Bolívar e José Martí no século XIX

As primeiras preocupações com a questão do desenvolvimento na América Latina aparecem nas primeiras décadas do século XIX com a emancipação das antigas colônias espanholas na região, conseguida somente após muitas contestações e longas batalhas

ISBN 978-85-7205-133-0

travadas contra o domínio colonial exercido pela Espanha durante mais de trezentos anos. Obtida a tão sonhada independência da ex-metrópole ibérica, surge também a necessidade de se conceber um projeto de aliança continental com o propósito de impedir qualquer tentativa de recolonização europeia, assim como novas ameaças externas à região, particularmente dos então emergentes Estados Unidos da América (EUA).

A ideologia de manutenção da unidade e da soberania dos países da América Espanhola ficou conhecida na literatura como hispano-americanismo ou integração bolivariana, sendo esta última denominação uma referência a Simón Bolívar, o pioneiro na concepção do projeto integracionista entre as antigas colônias espanholas do continente americano (SENHORAS, 2009).

Bolívar participou ativamente das lutas de libertação da Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia do jugo do poder colonial espanhol, ficando posteriormente conhecido nesses países pela alcunha de "*El Libertador*". Sob a influência de seu professor Simón Rodríguez, ele defendia mudanças radicais na ordem social da época em que viveu, sendo a principal delas a busca incessante pela igualdade entre brancos, índios e negros. Para Bolívar, a igualdade era "a lei das leis", da qual decorriam todas as liberdades e os direitos subsequentes (apud MÉSZÁROS, 1977, p. 92). O libertador tinha como projeto uma América Latina unida e independente, livre do Absolutismo e das monarquias despóticas. Este desejo está claramente expresso na sua famosa *Carta de Jamaica*[1], escrita em setembro de 1815.

> Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria. Aunque aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el Nuevo Mundo sea por el momento regido por una gran república; como es imposible, no me atrevo a desearlo; y menos deseo aún una monarquía universal de América, porque este proyecto sin ser útil, es también imposible. (...) Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse (...).

[1] Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=32>. Acesso em: Outubro de 2012. Neste mesmo documento, Bolívar ainda propõe a criação de três confederações na região: uma ligando o México à América Central; outra no norte da América do Sul unindo Venezuela e Nova Granada, sob o nome de Colômbia; e a terceira no Cone Sul, mais o Peru.

ISBN 978-85-7205-133-0

Para colocar em prática esse projeto, Bolívar pretendia realizar no Panamá um congresso no qual se discutiriam os principais temas de interesse regional, tratando especialmente de questões relativas à guerra e à paz entre as nações, conforme ele próprio vislumbra nas linhas seguintes (idem).

> (...) ¡Qué bello sería que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos! Ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto Congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras tres partes del mundo.

O congresso almejado por Bolívar ocorreria alguns anos mais tarde, em 1826 no mesmo Panamá, onde o libertador reafirma o seu desejo integracionista ao prever a criação de confederações permanentes de nações latino-americanas. O principal documento escrito sobre este encontro é o *Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua* (1826)[2], elaborado e aprovado pela assembleia do congresso. O Art. 2.° do citado documento estabelece de forma bem clara os seus principais propósitos:

> El objeto de este pacto perpetuo será sostener en común, defensiva y ofensivamente si fuera necesario, la soberanía e independencia de todas y cada una de las potencias confederadas de América contra toda dominación extranjera, y asegurarse, desde ahora, para siempre, los goces de una paz inalterable, y promover, al efecto, la mejor armonía y buena inteligencia, así entre los pueblos, ciudadanos y súbditos, respectivamente, como con las demás potencias con quienes debe mantener o entrar en relaciones amistosas.

As idéias debatidas por Bolívar e seus mais fiéis seguidores no Congresso do Panamá consistiam, em linhas gerais, na preservação da soberania nacional das partes envolvidas por meio de acordos da defesa mútua, a partir da formação de um exército continental contra as ameaças de potências estrangeiras; na adoção de mecanismos de conciliação e arbitragem para resolução de conflitos internacionais, discutidos em uma assembleia geral; na garantia da liberdade e igualdade de direitos para cidadãos que desejarem viver em outros países aliados; na completa abolição do tráfico de escravos africanos; e no compromisso pela harmonia e a paz entre os povos. Todas essas proposições, entre outras, estão presentes no referido tratado.

---

[2] Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=32>. Acesso em: Outubro de 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

O evento contou com a participação efetiva das delegações da América Central, Colômbia, México e Peru, ao passo que Brasil, Argentina e Chile não enviaram representantes. Os Estados Unidos foram convidados (pelo vice-presidente colombiano Francisco de Paula Santander, com quem Bolívar possuía divergências políticas), mesmo com protestos do próprio Bolívar e também de alguns países, mas seus enviados não chegaram a tempo de acompanhar a reunião. Apesar dos grandes esforços empreendidos para a sua aprovação, o projeto idealizado por Simón Bolívar fracassou, já que o pacto perpétuo foi ratificado apenas pela Gran Colombia[3] e não entrou em vigor, frustrando aquilo que era então o grande sonho bolivariano. As causas desse fracasso serão analisadas mais adiante, na próxima seção.

A defesa da soberania e da unidade latino-americana também esteve fortemente presente na obra de José Martí, já nas décadas finais do século XIX. Nesse sentido, Martí concebeu um conjunto de valores econômicos, políticos, filosóficos e, sobretudo humanísticos, pelos quais deveriam se guiar os povos de "*Nuestra América*", expressão utilizada em referência ao famoso ensaio de mesmo nome, escrito pelo autor cubano em janeiro de 1891. No Brasil, este e outros textos importantes da obra martiana (traduzidos ao português brasileiro), estão reunidos em livro editado e lançado pela editora Hucitec, no ano de 1983[4].

Em termos econômicos, o poeta e jornalista cubano procurava fornecer à América Latina um programa desenvolvimentista[5] que consistia não apenas em erradicar o seu passado

---

[3] Das três confederações idealizadas por Bolívar na Carta da Jamaica, apenas uma foi criada de fato, com a fundação da República da Colômbia em 1819, à qual se uniram dois anos depois os territórios de Santo Domingo, Panamá e Quito, formando assim a "*Gran Colombia*" (VILABOY, 2007, p. 121). As constantes divergências políticas entre centralistas e federalistas liderados por Bolívar e Santander, respectivamente, e as tensões regionais provocadas por essa disputa foram as principais causas da dissolução desse grande território em 1830-31, fragmentando-o em três Estados independentes: Equador, Venezuela e Nova Granada (atual Colômbia), à qual o Panamá se manteve integrado até 1903.

[4] MARTÍ, José. **Nossa América: antologia**. São Paulo: Hucitec, 1983.

[5] **"**Numa rápida síntese, pode-se dizer que o programa desenvolvimentista exposto por Martí propunha que a agricultura poliprodutora para o mercado nacional deveria ser a base do desenvolvimento econômico continental (...), tanto por sua função alimentar quanto por constituir fonte de matérias-primas em que deveria se basear o impulso industrial, além de vir a garantir a estabilidade social graças a um campesinato proprietário. A produção agropecuária e industrial deveria abrir caminho nos mercados da Europa e dos Estados Unidos, razão pela qual os países latino-americanos deveriam estar presentes nas exposições internacionais organizadas na época. Tais ações econômicas exigiam uma educação com sólido embasamento científico, capaz de preparar a população para o emprego da técnica e da tecnologia modernas. Tudo isso, enfim, a partir do conhecimento das realidades e necessidades de nossos povos, de maneira a aplicar as ciências e o progresso técnico requerido por elas, e não os que são adotados simplesmente por cópia" (ALMANZA, 1990 apud RODRÍGUEZ, 2006, p. 59-60).

ISBN 978-85-7205-133-0

colonial, mas também em enfrentar, a partir do confronto de idéias, a então recente e crescente influência norte-americana sobre a região[6]. Em termos políticos, tal programa implicava na organização de novas formas de governo e de poder[7]. No entanto, é importante assinalar que o conceito martiano de desenvolvimento vai além de fatores econômicos e políticos, pois este adquire um caráter mais filosófico e humanístico (unidade de espírito e de alma) do que econômico ou político (unidade político-estatal), apoiado especialmente na busca e na preservação de uma identidade própria, étnica e cultural, baseada em características e valores comuns dos povos latino-americanos, conforme observa Rodríguez (2006, p. 65), os quais adquiriam função defensiva frente aos perigos provenientes da expansão norte-americana e a ameaça imperialista sobre a América Latina por parte dos Estados Unidos[8].

Fica então evidente que, para José Martí, a ausência de um desenvolvimento autêntico e de caráter mais humanístico era a principal causa da instabilidade política e econômica dos países da região, a qual poderia ser superada a partir de uma futura unidade política e cultural entre os povos latino-americanos, impulsionada por grande cooperação, complementaridade e solidariedade na esfera socioeconômica. Em "*Nuestra América*", como também em outros textos de Martí, observa-se claramente que há uma grande influência das idéias de Simón Bolívar sobre o pensamento martiano, de modo que este procurou apenas retomar e ampliar o alcance do ideário bolivariano.

---

[6] "O aldeão vaidoso acha que o mundo inteiro é a sua aldeia, e, desde que seja ele o prefeito, ou podendo se vingar do rival que lhe tirou a noiva, ou desde que mantenha os cofres cheios, acredita que é certa a ordem universal, ignorando os gigantes que possuem botas de sete léguas e que podem lhe por a bota em cima, bem como a luta dos cometas lá no Céu, que voam pelo ar, adormecidos, engolindo mundos. O que resta de aldeia na América tem que acordar. (...) as árvores deverão se colocar em fileira, para que não passe o gigante das sete léguas! É a hora da apuração e da marcha unida, em que temos que andar em quadrado apertado, como a prata nas raízes dos Andes" (MARTÍ, 1891; 1983, p. 194).

[7] "(...) o bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão ou o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e cumpre sua função, e desfrutam todos da abundância que a natureza colocou para todos no povo que fecundam com o seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é nada mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país" (MARTÍ, 1891; 1983, p. 195-196).

[8] Martí tinha uma visão clara e crítica acerca dos acontecimentos políticos e econômicos de sua época, alertando sobre as reais intenções dos Estados Unidos com relação à América Latina, que estavam implícitas ou ocultas no discurso pan-americanista promovido por esse país. As críticas martianas à proposta estadunidense também estão presentes em outros textos do pensador cubano, com destaque para "A Conferência Monetária das Repúblicas da América" (MARTÍ, 1891; 1983, p. 202-211).

ISBN 978-85-7205-133-0

O Peso da Herança Colonial: uma análise sobre os principais obstáculos que atentam contra a unidade e a soberania da América Latina

Não eram poucos os obstáculos impostos para a concretização do projeto bolivariano na América Latina, seguido sem sucesso por José Martí. A ausência de unidade política entre países da região, os constantes conflitos internos locais, o temor de uma futura expansão brasileira, e as crescentes ambições imperialistas dos Estados Unidos foram (e ainda são) os principais deles.

Os três primeiros são obstáculos de origem interna, que podem ser explicados a partir das diferentes formas em que foram colonizadas as Américas Portuguesa e Espanhola e seus efeitos sobre as próprias nações recém-emancipadas, conforme mostram Vilaboy (2007) e Senhoras (2009).

Único herdeiro da América Portuguesa, o Brasil adotou uma postura diferenciada com relação à América Espanhola, já que além de ter sido o único país da região não colonizado pela Espanha, optou por preservar mesmo após a sua independência uma monarquia centralizadora ligada à Coroa Portuguesa que, por um lado, manteve a integridade física (política) do território brasileiro ao reprimir os diversos movimentos separatistas regionais e, por outro lado, prosseguiu com uma economia sustentada na base da escravidão como fora no período colonial. A vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1865-1870) acabou por reforçar ainda mais esse quadro, dando estabilidade geopolítica ao país e a seus vizinhos do Cone Sul (VILABOY, 2007, p. 123-125; SENHORAS, 2009, p. 26-28).

Diferentemente da ex-colônia portuguesa, os países hispano-americanos acabaram divididos em várias repúblicas distintas e independentes diante da diversidade de interesses oligárquicos herdados da antiga estrutura colonial deixada pelo império espanhol. As elites *criollas* temiam que uma futura expansão do Brasil pudesse não só ampliar o vasto território brasileiro, como também restaurar as monarquias em seus países. Após o congresso de 1826, novos encontros foram realizados em Lima no Peru (1848 e 1864-65) e também em Santiago do Chile (1856), porém os avanços não foram significativos (VILABOY, 2007, p. 123-133; SENHORAS, 2009, p. 29-31).

O outro obstáculo mencionado é de origem externa, já que este estava diretamente relacionado com o expansionismo e o intervencionismo estadunidense sobre todo o continente americano, atentando contra a tão desejada manutenção da soberania das antigas colônias espanholas, incluindo posteriormente o Brasil.

ISBN 978-85-7205-133-0

Nesse sentido, a intenção dos Estados Unidos era criar uma futura área de livre-comércio hemisférica[9], como parte de um projeto maior de liderança global por parte desse país, subordinando os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais nações do continente aos próprios interesses da então emergente potência norte-americana. O projeto de integração hemisférica concebido sob a liderança dos Estados Unidos, contrário ao hispano-americanismo, foi denominado de pan-americanismo[10] (CAMPOS, 2007, p. 22; SENHORAS, 2009, p. 31-32).

Todos esses obstáculos tomados em conjunto vieram a constituir, mesmo depois de obtida a emancipação política da América Latina em relação a Portugal e Espanha, uma herança colonial a partir da qual se explica ainda nos dias atuais boa parte dos problemas inerentes ao subdesenvolvimento da região. Os condicionantes histórico-estruturais que permitem compreendê-la podem ser tanto de ordem econômica como de ordem política e social. Após a independência, os resquícios do período colonial combinavam colonialismo e guerra civil, características marcantes em todo o território latino-americano, conforme STEIN & STEIN (1977).

---

[9] São aspectos fundamentais da futura área de livre-comércio hemisférica: pan-americanismo; controle dos EUA sobre os mercados dos demais países do continente; adoção de políticas de defesa comercial, tais como o emprego de medidas protecionistas para proteger os produtos estadunidenses; garantia de acordos comerciais vantajosos para o país norte-americano (CAMPOS, 2007, p. 14).

A proposta estadunidense foi apresentada na Primeira Conferência Pan-Americana realizada em Washington em 1889, juntamente com outras duas medidas principais: a adoção de uma moeda de prata comum; e um tratado de reciprocidade comercial firmado por todas as nações do continente (CAMPOS, 2007, p. 21 e 23).

[10] O discurso pan-americanista promovido pelos Estados Unidos vai além da criação de uma futura área de livre comércio hemisférica, escondendo as ambições imperialistas deste país baseadas nas doutrinas do Destino Manifesto (pelo qual se justifica o expansionismo estadunidense como uma vontade divina), tais como a famosa Doutrina Monroe (1823) e seus cinco corolários, sendo o mais famoso deles o corolário Roosevelt (1904), também conhecido como "*Big Stick*" (Grande Porrete).

A doutrina formulada pelo presidente James Monroe em 1823 tinha por objetivo evitar qualquer tentativa de recolonização, expansionismo, ou de intervenção das principais potências européias no continente americano, em troca da não interferência norte-americana em assuntos de interesse europeu. Assim, os EUA se colocavam como juiz e guardião de todas as questões pertencentes ao continente como um todo, afetando diretamente a região latino-americana. O seu princípio básico "a América para os americanos" guia até os dias atuais a condução da política externa estadunidense com relação à América Latina (AYERBE, 2004; FERNANDES E MORAIS, 2007, p. 105-106).

Postulado em adição à Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt foi formulado pelo presidente Theodore Roosevelt em 1904 em resposta ao bloqueio dos portos da Venezuela por navios ingleses, alemães e italianos em razão da insolvência no pagamento da dívida externa daquele país. Então, sob o pretexto de defender o continente das ameaças externas, os EUA passariam a interferir diretamente nos assuntos internos dos demais países, apoiando nestes somente governos favoráveis aos seus interesses, justificando assim as sucessivas intervenções norte-americanas em Cuba e na Nicarágua ao longo do século XX. O seu lema famoso "fale macio e use o porrete" batizou este corolário com o nome de "*política do Big Stick*" ou "Grande Porrete" (AYERBE, 2004; FERNANDES E MORAIS, 2007, p. 171).

ISBN 978-85-7205-133-0

No âmbito econômico, a persistência da herança colonial provocou conflitos de interesses econômicos inter-regionais dentro de um mesmo país, reforçados pela falta de diversificação entre os setores agropecuários e industriais e por interesses externos (europeus e norte-americanos), caracterizando economias dependentes e voltadas "para fora". A terra permanecia como o fator produtivo mais barato e abundante e, também, como a principal fonte de riqueza e poder. O espaço agrário latino-americano continuaria dominado por uma oligarquia dona de grandes propriedades de terra (latifúndio), pelo cultivo de gêneros alimentícios para consumo interno (das famílias e seus dependentes) ou exportação e pelo monopólio de acesso à terra, base do poder oligárquico. Soma-se a isso uma indústria local incipiente esmagada pela concorrência externa e a ausência de um sistema financeiro sólido. Por fim, todo esse quadro ainda causaria uma grande concentração de renda e impediria a formação interna de capital (STEIN & STEIN, 1977, Cap. V).

Até o terceiro decênio do século passado, o setor externo costumava ter um alto peso relativo em economias primário-exportadoras, como as da América Latina, onde as exportações eram o motor de toda e qualquer atividade econômica, baseadas em poucos produtos primários e constituindo grande parcela da renda nacional. A quebra desse modelo tradicional primário-exportador ocorreria só após a Grande Depressão, no final dos anos 1920, e a crise da década seguinte. Segundo Conceição Tavares, a crise dos anos 1930 "pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador" (TAVARES, 1963; 1976, p. 32).

No âmbito político e social, herdava-se o elitismo político e a estratificação social, garantindo a incorporação dos setores médios da sociedade (brancos, mulatos, mestiços e alforriados) e a preservação das classes dirigentes locais. Assim como no período colonial, as revoltas de índios e negros foram duramente reprimidas pelo uso da força, julgamento e punição. Durante muito tempo, predominou em países como o Brasil a figura daquele líder rural (coronel no Brasil e *caudillo* na América espanhola) que detinha o controle político e socioeconômico sobre grande parte da população, respaldado pelos governos nacionais com o apoio das principais potências internacionais, especialmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. A rigidez social e o caráter elitista da educação (para brancos e alguns mulatos e mestiços) também constituíram parte da herança colonial. Ainda hoje, a educação é um privilégio restrito (STEIN & STEIN,1977, Cap. VI).

ISBN 978-85-7205-133-0

A Revolução Sandinista na Nicarágua como projeto bolivariano no século XX

Na tentativa de superar a herança colonial, ainda no início do século XX Augusto César Sandino procurou retomar o discurso hispano-americanista de Bolívar e Martí, adaptando-o às necessidades de seu país, a Nicarágua, que se encontrava sob a ocupação militar dos Estados Unidos. A política do "Big Stick" (1904) era então aplicada ao país centro-americano como forma de proteger os interesses estadunidenses vinculados com a construção de um segundo canal interoceânico e o estabelecimento de bases navais na região. Ao longo de quase uma década, Sandino liderou as lutas armadas contra o forte intervencionismo norte-americano e seus aliados internos por meio da adoção de táticas de guerrilha nas batalhas, tornando-se símbolo da resistência nicaraguense à dominação estrangeira e ilustre defensor da soberania nacional, não só de seu país, mas também das demais nações latino-americanas, às quais solicitou apoio através de colaboradores no México e na América Central. E esse apoio era considerado fundamental para o alcance do seu objetivo, conforme afirma o próprio Sandino na convocatória para a discussão do *Plan de Realización del Supremo Sueño de Bolívar*[11], em documento escrito em março de 1929.

> De otro lado, Centro América aislada, menos aún Nicaragua, abandonada, contando sólo con la angustia y el dolor solidario del pueblo latinoamericano, podrían evitar el que la voracidad imperialista construya el Canal Interoceánico y establezca la base naval proyectados, desgarrando tierras centroamericanas. Al propio tiempo teníamos la clara visión de que el silencio con que los Gobiernos de la América Latina contemplaban la tragedia centroamericana, implicaba su aprobación tácita de la actitud agresiva e insolente asumida por los Estados Unidos de Norte América, en contra de una vasta porción de este continente, agresión que significa a la vez la norma colectiva del derecho a la propia determinación de los Estados Latinoamericanos.

Com seu espírito revolucionário, e como chefe do Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua (EDSN), Sandino logo convocou a realização de uma conferência entre os representantes dos governos de todos os países da América Latina. No mesmo documento, o líder guerrilheiro apresenta após a convocatória o seu projeto de aliança continental, no qual se estabelece uma única nacionalidade latino-americana comum a todos os Estados da região, conforme o segundo ponto básico:

[11] Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=32>. Acesso em: Outubro de 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

> La Conferencia de Representantes de los veintiún Estados integrantes de la NACIONALIDAD LATINOAMERICANA declara expresamente reconocido el derecho de alianza que asiste a los veintiún Estados de la América Latina Continental e Insular, y por ende, establecida una sola NACIONALIDAD denominada NACIONALIDAD LATINOAMERICANA, haciéndose de ese modo efectiva la ciudadanía latinoamericana.

A manutenção da soberania absoluta desses Estados ficaria a cargos de órgãos competentes e designados para essa tarefa, de acordo com o ponto básico de número 24:

> La Conferencia de los Representantes de los veintiún Estados integrantes de la Nacionalidad Latinoamericana, declara que la CORTE DE JUSTICIA LATINOAMERICANA, así como las FUERZAS DE MAR Y TIERRA DE LA ALIANZA LATINOAMERICANA, reconocen y se esforzarán por mantener la soberanía absoluta de los veintiún Estados Latinoamericanos y que las gestiones que efectúen en uso de sus atribuciones no entrañan limitación a la Soberanía de ninguno de los Estados Latinoamericanos, ya que lo que pudiera considerarse como limitación a la expresada Soberanía absoluta se hace de acuerdo con el principio de NACIONALIDAD LATINOAMERICANA para formar la cual todos y cada uno de los Estados Latinoamericanos conceden a esta idea de defensa y bienestar comunes todo aquello que, sin lesionar en caso alguno las normas de la vida interior de cada Estado, tienda a robustecer y afianzar dicha NACIONALIDAD LATINOAMERICANA.

Os demais pontos do projeto sandinista, não menos importantes que os dois citados anteriormente, apenas retomam muitas das idéias bolivarianas apresentadas cem anos antes no Congresso do Panamá. Mas, ao contrário deste, a conferência convocada por Sandino em 1929 nunca ocorreu de fato. O avanço do pan-americanismo e a dependência dos países da região com relação ao aporte de capitais externos, sobretudo norte-americanos, levaram os governos a abandonarem temporariamente os esforços de integração regional e sub-regional, que seriam retomados somente após a Segunda Guerra Mundial, com base principalmente nas propostas integracionistas desenvolvidas pela CEPAL. Com o fracasso da revolução sandinista na Nicarágua, o projeto de integração bolivariana só voltaria a ganhar força na América Latina após a eleição de Hugo Chávez Frías na Venezuela, já no final do século XX. Em homenagem ao libertador Simón Bolívar, o ex-presidente venezuelano e seu colega cubano Fidel Castro dão início à ALBA-TCP, uma plataforma de cooperação internacional voltada para a integração entre os povos da região, com liderança da Venezuela e

ISBN 978-85-7205-133-0

complementar ao MERCOSUL, bloco econômico liderado por Brasil e Argentina com adesão recente do país caribenho.

A Integração Bolivariana no século XXI: a via "alternativa" da ALBA-TCP

A *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)* é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os povos dos países da América Latina e do Caribe. A ALBA foi fundada em dezembro de 2004 em Havana, por meio de um acordo firmado entre os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba[12]. Em abril de 2006, com a incorporação da Bolívia, a ALBA é enriquecida com o *Tratado de Comercio de los Pueblos*[13], proposto nesta ocasião pelo presidente boliviano Evo Morales. Mas, é a partir de junho de 2009 que, em face de seu crescimento e fortalecimento político, a ALBA passa a adotar a sua nomenclatura atual, cuja sigla é ALBA-TCP. Atualmente, a ALBA-TCP é composta por oito países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas[14]. Todos esses países, que somados englobam mais de 70 milhões de pessoas, têm suas políticas baseadas (alguns em maior grau, outros em menor grau) nas idéias defendidas por Simón Bolívar, José Martí e Augusto César Sandino.

Além de acordos e tratados de comércio, a aliança inclui os chamados "*Proyectos Grannacionales*", o Conselho de Movimentos Sociais e a instituição do SUCRE como moeda comum a todos os países. Os *Proyectos Grannacionales*[15] são alguns projetos estratégicos que "(...) materializan y dan vida concreta a los procesos sociales y económicos de la integración y la unidad. Abarcan desde lo político, social, cultural, económico, científico e industrial hasta cualquier otro ámbito que puede ser incorporado" (PORTAL ALBA-TCP, 2012). Estão em

[12] Inicialmente, previa o acordo que Cuba enviaria médicos para trabalhar no território venezuelano e, em contrapartida, a Venezuela forneceria petróleo aos cubanos (PORTAL ALBA-TCP, 2012).

[13] Tratado para intercambio de bens e serviços entre os países signatários, baseado nos princípios de solidariedade, reciprocidade, transferência tecnológica, aproveitamento das vantagens de cada país e poupança de recursos. Prevê convênios creditícios para facilitar pagamentos e cobranças. De acordo com o Portal ALBA-TCP (2012), "Los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista" (PORTAL ALBA-TCP, 2012).

[14] Honduras chegou a integrar o bloco em agosto de 2008, mas foi expulsa pelos demais membros após o golpe de Estado contra o então presidente do país, Manuel Zelaya, em junho de 2009.

[15] Termo que remete três fatores: à visão bolivariana de união dos países latino-americanos e caribenhos para a formação de uma grande nação na região; a uma estratégia alternativa de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades sociais da maioria das populações; e à concepção crítica do ideário neoliberal predominante no final do século passado, com a defesa da soberania dos povos (PORTAL ALBA-TCP, 2012).

ISBN 978-85-7205-133-0

andamento na região diversos projetos desse tipo e em diferentes estágios de maturação. Alguns mais avançados como o Banco da ALBA e o Projeto Grannacional de Alfabetização e Pós-Alfabetização. A tabela a seguir mostra os principais projetos divididos por áreas:

TABELA 01: *PROYECTOS GRANNACIONALES EN MARCHA*

AREAS	PROYECTOS GRANNACIONALES
Finanzas	Banco del ALBA
Educación	Alfabetización y postalfabetización.
Infraestructura	Desarrollo de la infraestructura portuaria, ferroviaria y aeroportuaria
Ciencia y tecnología	Centro de ciencia y tecnología
Alimentación	Empresa productos agroalimentarios y empresa alimentos
Energía	Empresa de energía eléctrica, petróleo y gas
Ambiente	Empresa para el manejo de bosques, producción y comercialización de productos de la industria de la madera
	Agua y saneamiento
Salud	Empresa distribución y comercialización de productos farmacéuticos
	Centro regulatorio del registro sanitario
Minería	Empresa de cemento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora
	Tiendas del alba
Turismo	Universidad del turismo
Industria	Turismo social
	Complejos productivos
Cultura	Fondo cultural alba
Telecomunicaciones	Empresa de Telecomunicaciones

Fonte: Portal ALBA-TCP. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/>. Acesso em: Outubro de 2012.

O Conselho tem como propósito não só incentivar a participação popular na construção da ALBA-TCP, mas também atrair por meio dos movimentos sociais dos países que a compõeem os movimentos sociais dos demais países latino-americanos. Já o SUCRE *(Sistema Unitario de Compensación Regional)* surge como uma unidade de conta comum que visa substituir o dólar nas transações comerciais e financeiras dentro do bloco, sendo que cada país teria num primeiro momento uma quantidade inicial de sucres e as operações realizadas entre eles seriam compensadas com a participação de seus respectivos bancos centrais.

São quatro os valores fundamentais nos quais se apoiam os países que integram a plataforma bolivariana: a complementaridade; a cooperação genuína; a solidariedade; e o respeito pela soberania de todos os países. Fernando Bossi (2006) analisa cada um desses

ISBN 978-85-7205-133-0

elementos com base em acordos já firmados entre os próprios integrantes da plataforma ou entre estes e países aliados, como Brasil e Argentina. Segundo Bossi, há complementaridade quando, por exemplo, a Argentina produz alimentos que a Venezuela necessita e, em contrapartida, recebe combustíveis venezuelanos; há cooperação quando o Brasil se especializa na exploração de petróleo "pré-sal" e a Venezuela na extração petrolífera em "terra firme", socializando os conhecimentos nas suas respectivas áreas; há solidariedade quando países pobres em recursos naturais, como os do Caribe, recebem a preços justos e sem oferecer nada em troca, esses recursos de países mais ricos, como a Venezuela; e há respeito pela soberania quando estes acordos são feitos sem ferir a autodeterminação dos sócios envolvidos[16]. Todos esses quatro elementos, fundamentais para o bom funcionamento da ALBA-TCP, são muito semelhantes àqueles contidos em "Nossa América" de José Martí. Defendem fervorosamente integração entre os países latino-americanos e lutam pela valorização e a autodeterminação de seus povos.

Considerações Finais

A integração bolivariana, também conhecida como hispano-americanismo, foi concebida no século XIX, a partir das lutas de independência das antigas colônias espanholas em relação à sua metrópole ibérica, quando Simón Bolívar e seus seguidores buscavam defender a soberania dos países da América Espanhola e promover tratados de união perpétua entre os seus povos. Mas o desejo separatista das elites *criollas* se resumia somente às esferas políticas locais, divididas entre centralistas e federalistas no norte da América do Sul e entre liberais e conservadores no México, configurando uma situação que permaneceu quase inalterada até meados dos anos 1930. Como Bolívar, Martí e Sandino trataram de ir muito além das possibilidades colocadas pelos contextos históricos e ideológicos das épocas em que viveram, as tentativas desses três pensadores fracassaram, ainda que tenham obtido algum êxito num primeiro momento.

Com o advento e a supremacia do liberalismo econômico e, consequentemente, do livre comércio na Europa e nos EUA ao longo do século XIX e início do século XX, não interessava mais às classes dirigentes locais a antiga condição de colônia. Essas elites procuravam apenas garantir a autonomia política a fim de obter mais acesso ao comércio

[16] BOSSI, Fernando Ramón. *Construyendo el ALBA desde los Pueblos.* **OIKOS,** Vol. 5, nº 1. Rio de Janeiro, 2006.

ISBN 978-85-7205-133-0

internacional sem, no entanto, alterar as estruturas econômicas e sociais deixadas pelos antigos sistemas coloniais ibéricos, as quais juntamente com o temor de uma futura ascensão brasileira sobre os demais países da região explicam no plano interno o subdesenvolvimento latino-americano. Mesmo após a emancipação política da América Latina, a Inglaterra e, principalmente, os EUA através do discurso do pan-americanismo assumiram o papel de potência dominante nas relações com a região, tomando a posição que fora antes ocupada por Espanha e Portugal entre os séculos XVI e XVIII, o que faz persistir no plano externo uma herança colonial marcada por colonialismo e dependência estrutural, reforçando ainda mais essa condição de subdesenvolvimento.

Após sucessivos fracassos, o projeto de integração bolivariana só seria retomado na América Latina a partir da eleição de Hugo Chávez Frías na Venezuela no final do século XX, seguida pela ascensão de governos contrários ao neoliberalismo na região, especialmente os de Rafael Corrêa no Equador e de Evo Morales na Bolívia. A ALBA-TCP surge então neste contexto, como uma nova plataforma bolivariana de cooperação internacional voltada para a integração entre os povos. Além de acordos e tratados de comécio, a aliança busca entre outras medidas executar, com a colaboração de diferentes países, projetos estratégicos em várias áreas da atividade humana (denominados de *Proyectos Grannacionales*), fortalecer os movimentos sociais e instituir o SUCRE como moeda comum a todos os países envolvidos. Os valores fundamentais da ALBA-TCP, tais como a complementaridade, a cooperação genuína, a solidariedade e o respeito pela soberania de todos os países são muito semelhantes àqueles de "Nossa América" de José Martí, tanto na defesa da integração entre os países latino-americanos como na luta pela valorização e a autodeterminação de seus povos.

Referências Bibliográficas

AYERBE, Luis Fernando. *A Reinvenção da Doutrina Monroe: determinismo cultural e política externa de Estados Unidos pós 11-09*. Anuário de Integración Latinoamericana y Caribeña. La Habana: REDIALC, 2004. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf>. Acesso em: Outubro de 2014.

BOLÍVAR, Simón. *Carta de Jamaica* (1815). Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/>. Acesso em: Outubro de 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

_____. *Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua* (1826). Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/>. Acesso em: Outubro de 2012.

BOSSI, Fernando Ramón. *Construyendo el ALBA desde los pueblos.* **OIKOS,** Vol. 5, nº 1. Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, Carlos Oliva. *El ALCA: los Orígenes del Viejo Sueño Imperial*. In: AYERBE, Luís Fernando (Coordenador). **Integração Latino-Americana e Caribenha**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 9-30.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Os EUA no Século XIX*. In: KARNAL, Leandro [et al.]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2ª ed. 2007, pp. 99-171.

MARTÍ, José. *Nossa América* (1891). In: MARTI, José. **Nossa América: antologia**. São Paulo: Hucitec, 1983, pp. 194-201.

_____. *A Conferência Monetária das Repúblicas da América* (1891). In: MARTI, José. **Nossa América: antologia**. São Paulo: Hucitec, 1983, pp. 202-211.

MÉSZÁROS, István. Tradução de Francisco Raul Conejo. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 1977.

PORTAL ALBA-TCP. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/> Acesso em: Outubro de 2012.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. Tradução de Ana Corbisier. *Martí e as duas Américas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 27-77.

SANDINO, Augusto César. *Plan de Realización del Supremo Sueño de Bolívar* (1929). Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/>. Acesso em: Outubro de 2012.

SENHORAS, Elói Martins. *A construção da América do Sul nas relações internacionais: da fragmentação colonial ao espaço regional transnacional da União Sul-Americana*. Boa Vista, Editora da UFRR: 2009.

STEIN, J. Stanley; STEIN, Bárbara H. Tradução de José F. Dias. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil* (1963). In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 5ª ed. 1976. pp. 27-124.

ISBN 978-85-7205-133-0

VILABOY, Sergio Guerra. *Principales Momentos en la Búsqueda de la Integración Latinoamericana*. In: AYERBE, Luís Fernando (Coordenador). **Integração Latino-Americana e Caribenha**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 115-150.

ISBN 978-85-7205-133-0

Performances culturais Arte/Educativas nos espaços da Universidade Federal de Goiás – UFG

Fernanda Pereira da Cunha
Doutorado em Artes ECA/USP
Professora adjunta da Escola de Música e Artes Cênicas EMAC/UFG
fernanda.pcunha@hotmail.com

João Marcos de Souza
Graduando em Artes Cênicas EMAC/UFG
joaomarcos@outlook.com

Yasmin Gonçalves e Lyra
Graduanda em Artes Cênicas EMAC/UFG
yasminlyra@hotmail.com

Resumo: Este estudo se ancora na interconexão epistemológica da Arte/Educação e *Performances* Culturais. Busca-se desenvolver *performances* culturais Arte/Educativas como meio de expressão crítico-reflexiva sobre as produções culturais que exprimem ações cotidianas ritualizadas, caracterizadas pelo entendimento difuso entre público e privado, no que tange a práticas culturais que podem estar se (re)configurando sob um outro paradigma na contemporaneidade nos espaços da UFG, em comparação com as *performances* culturais das sociedades camponesas mexicanas apresentadas pelo sociólogo Robert Redfield (1897-1958).

Palavras-chave: *performances culturais, Arte/educação, ritos, Robert Redfield;*

Abstract: This study is anchored under the epistemological interconnection of Art/Education and Performance Studies. We aim to develop performance studies that express everyday ritualized actions, characterized by the diffuse understanding between the concepts of public and private, regarding cultural practices that could be being (re)configured below another paradigm at the contemporaneity in the spaces of UFG, comparing with the performance studies of the Mexican peasant communities presented by the sociologist Robert Redfield (1897-1958).

Key-words: *performance studies, Art/Education, rituals, Robert Redfield;*

Performances Culturais nos espaços da UFG

Performances culturais Arte/Educativas nos espaços da Universidade Federal de Goiás – UFG fazem parte do projeto de pesquisa *e*-Arte/Educação Crítica no Ciberespaço e inserem-se nos estudos do Grupo de Pesquisa *e*-Arte/Educação Crítica certificado pelo CNPq.

O professor da Universidade Federal de Goiás e coordenador do programa de pós-graduação em *Performances* Culturais, Dr. Robson Corrêa de Camargo, analisa o conceito a partir da perspectiva do antropólogo, filósofo e psicólogo polonês, naturalizado norte-americano, Milton Borah Singer (1912-1994), em consonância com os estudos do sociólogo, comunicador e etnolinguista Robert Redfield (1897-1958), dizendo que:

> As performances culturais se constituem pela identificação, registro e análise de determinado fenômeno em sua múltipla configuração, em seu processo contraditório de formação, de constituição e de movimento, de estrutura e de

ISBN 978-85-7205-133-0

> gênese, de ser e de vir a ser [...] Performances culturais são assim um conceito metodológico que se estabelece no movimento das contradições das culturas e tem como objetivo analisar fenômenos concretos em suas distintas manifestações, identificar os elementos de mudança ou adaptação nessas tradições contraditórias. (2013, p. 18-19)

Deste modo objetivamos estudar, por meio das *performances* culturais, as práticas que exprimem ações cotidianas recorrentes, ou seja, hábitos ritualísticos que podem estar se contradizendo, se (re)configurando e se naturalizando sob um outro paradigma na contemporaneidade no universo escolar e acadêmico da UFG, especificamente do Cento de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG) e da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC/UFG).

As práticas culturais instauram a "fotografia da realidade". Assim, novas práticas ritualizadas, novos ritos, podem "ascender" outras cartografias do cotidiano. Estes ritos se estabelecem a partir de manifestações coletivas cotidianas que, pela repetição se naturalizam e se instauram no contexto sociocultural:

> O ritual caracteriza-se por: possuir estruturas com qualidades formais e relacionamentos definidos; possuir sistemas de significação simbólicos; constituir-se como um processo ou um conjunto de ações performáticas; constituir-se como uma experiência. Etimologicamente, o ritual é o comportamento ordinário transformado por meio da condensação, exagero, repetição, e ritmo direcionados a sequências de comportamento servindo a funções específicas. (Cabral,1999, p. 14)

É neste sentido do rito enquanto sistema de (re)significação simbólica expresso pelas performances culturais que vêm se ascendendo no cotidiano da UFG, que nos adverte à gênese paradigmática entre ações ambivalentes advindas do entendimento difuso entre público e/ou privado, que se abre o nosso interesse acadêmico e científico em pesquisar essas contradições.

Dada a consonância paradigmática dos nossos estudos com a pesquisa do sociólogo Robert Redfield sobre a transformação das culturas camponesas mexicanas em estreito diálogo com uma cultura maior da qual fazem parte, realizamos uma comparação desta experiência relacionável com a promoção de reflexões (re)significativas das práticas ritualísticas performatizadas que vêm sendo constituídas nestes espaços da UFG.

Durante sua pesquisa realizada nas comunidades camponesas: *Chan Kom, Dzitas, Merida* e *Tusik*, no México (1941) Redfield analisa que o fato de existir uma aparente contradição entre os modos de agir convencionalmente dentro de um mesmo grupo de pessoas por si só é um indicativo de que há um confronto no entendimento das práticas culturais daquela comunidade.

ISBN 978-85-7205-133-0

O foco pilar de nossa pesquisa se concentra em promover reflexões sobre as práticas ritualísticas que se performatizam e assim vêm sendo constituídas. Desta forma poder-se-á estabelecer o confronto com entendimentos difusos entre o ambiente público e privado, pelas relações paradigmáticas aos entendimentos que ali podem se instaurar entre as práticas culturais entendidas como "convencionais" ou "não-convencionais".

Quais podem ser as convenções sociais que podem estar sendo (re)configuradas, podendo estar rompendo com padrões até então estabelecidos na UFG?

Segundo as pesquisas de Robert Redfield sobre as práticas culturais das comunidades camponesas mexicanas publicadas no livro *The Folk Culture of Yucatan* (1941), o conceito de *cultura* se refere aos "atos e artefatos"[1] que caracterizam uma sociedade, atos e artefatos estes que tem um significado convencionado pelos membros de uma mesma sociedade.

A cultura é expressa pelos atos de um determinado grupo, portanto os hábitos ritualísticos registrados expressam a cultura do CEPAE/UFG e da EMAC/UFG. A partir de nossa análise constatamos que estes hábitos demonstram contradições acerca de entendimentos difusos entre os conceitos de público e privado que estão convencionados nos seus comportamentos.

Registros *in loco*

Partimos para a observação *in loco*, as quais foram sistematizadas em duas etapas: 1) Registro escrito por meio do *Diário de Bordo*; 2) Registro iconográfico por meio de fotografias.

Por meio destes registros, objetivamos identificar as possíveis práticas e/ou hábitos[2] ali instaurados, cujas ações registradas nos trazem a "fotografia da realidade", e cujos ritos compõem as *performances* culturais no contexto estudado. Identificados estes ritos, concebemos ações intervencionistas por meio de *performances* culturais Arte/Educativas neste ambiente.

[1] "In speaking of 'culture' we have reference to the conventional understandings, manifest in act an artifact, that characterize societies. [...] The meanings are conventional, and therefore cultural, in so far as they have became typical for the members of that society by reason of intercommunication among the members. [...] The meanings are expressed in action and in the results of action" (REDFIELD, 1941, p. 132).

[2] No texto colocamos como possíveis hábitos, por compreendermos que não seria possível afirmar que já se tratavam de hábitos o que registramos naquele momento no Diário de Bordo, dado o tempo curto de observação *in loco*. Todavia os registros se fazem importantes dado que se constatava uma ação cotidiana, reincidente no período em que a pesquisa realizou estes registros.

ISBN 978-85-7205-133-0

Denominamos de *Diário de Bordo* um caderno de anotações utilizado durante a primeira etapa de observação e registros do cotidiano da UFG para que possamos analisar por meio destes registros as ações dos transeuntes deste ambiente escolar e acadêmico, e assim identificar as práticas que possam se caracterizar como ritualísticas.

Os registros fotográficos vêm atender a necessidade desta pesquisa para embasar de modo mais contundente os registros do diário de Bordo, uma vez que estes acontecem a partir da percepção subjetiva de uma descrição de um fato. Sabemos que por mais imparciais que pretendemos nos colocar diante do fato relatado, a imagem enquanto registro iconográfico se apresenta como fonte primária do discurso apreendido para esta pesquisa.

Utilizamos como método avaliativo para identificar e qualificar quais práticas que se ascendem como ritualísticas, as quais podem promover a ambivalência performática entre o entendimento difuso das ações concernentes ao ambiente público e/ou privado, a partir da análise dos registros do Diário de Bordo confrontados com as iconografias.

Para a realização destes registros, escolhemos duas unidades da UFG: o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação CEPAE/UFG, devido à familiaridade da aluna Yasmin Lyra, que cursou o ensino fundamental e médio nesta instituição; e a Escola de Música e Artes Cênicas – EMAC/UFG, uma vez que a orientadora como os estudantes desta pesquisa estão vinculados a esta unidade acadêmica. Deste modo, os ambientes escolhidos facilitam a mobilidade durante o estudo, de maneira a envolver e facilitar os procedimentos metodológicos.

Registros *in loco*: Diário de Bordo no CEPAE/UFG

Nos dias letivos entre 04 a 31/10/12, a graduanda Yasmin Lyra realizou registros das práticas do cotidiano no CEPAE/UFG nos horários matutinos entre 7h20 e 12h30, nos locais da escola destinados aos alunos da 2ª fase do ensino fundamental e médio, que tem em média entre 12 e 18 anos.

Após o registro do cotidiano dos alunos, realizamos análise do *Diário de Bordo CEPAE/UFG* em que sistematizamos[3] as práticas por nós observadas em três categorias principais: 1) Descarte de materiais; 2) Uso das mesas; 3) Desenhos e/ou escritos nas

[3] Foi necessário suprimir os Quadros que sintetizaram o *Diário de Bordo CEPAE/UFG*, referentes às praticas culturais e ritos identificados no CEPAE/UFG, construídos durante a pesquisa, para evitar que o este texto excedesse o número máximo de páginas solicitadas para a submissão do trabalho no Simpósio Internacional "Pensar e repensar a América Latina". Para ver esta pesquisa na íntegra, poder-se-á acessar os anais do X CONPEEX da UFG – congresso de pesquisa, ensino e extensão.

ISBN 978-85-7205-133-0

dependências da escola. Dentre estas, selecionamos a categoria *Uso das mesas* para esta pesquisa.

A relevância da categoria *Uso das mesas* para este estudo se apresenta por ter sido a única categoria das acima expostas em que conseguimos realizar registros escritos e fotográficos da realização destas práticas por alunos, professores e funcionários em situações do cotidiano, que se apresentam de acordo com o seguinte quantitativo: 86% pelos estudantes, 8% por professores e 6% por funcionários.

Com base neste resultado, optamos por selecionar apenas a população discente para a *performance* cultural Arte/Educativa.

A partir da análise acerca das práticas cotidianas da categoria *Uso das mesas* pela população de alunos, realizamos estudo sobre a recorrência destas práticas com vistas em identificarmos os ritos que se estabelecem, sintetizando as informações de modo que foi possível constatar que as práticas de se sentar, deitar e dormir em cima das mesas da escola ou apoiados nelas, tem se estabelecido como um ritual entre os discentes do CEPAE/UFG, devido à recorrência e naturalidade com que se realizam, se configurando como ritos performáticos no contexto cultural da escola.

Durante a segunda etapa realizamos registros das práticas culturais identificadas no CEPAE/UFG por meio de iconografias. Tais imagens foram registradas nos dias letivos entre 08 à 31/10/12, no período matutino, perfazendo um total de 1.359 iconografias.

Quadro 1: Síntese fotográfica das práticas da categoria *Uso das mesas* no CEPAE/UFG.

Imagem 1 – Uma aluna sentada em cima de uma mesa de estudo individual na sala de aula. Fonte: Yasmin Gonçalves e Lyra. (bolsista Iniciação Científica) Dia 11/10/12 às 8h16min.	**Imagem 2** – Duas alunas sentadas, e uma aluno deitado em cima da mesa de *ping pong.* Fonte: Yasmin Gonçalves e Lyra. (bolsista Iniciação Científica) Dia 16/10/12 às 12h04min.	**Imagem 3** – Uma aluna dormindo com a cabeça apoiada em cima de uma mesa de estudo individual durante a aula, dentro da sala. Fonte: Yasmin Gonçalves e Lyra. (bolsista Iniciação Científica) Dia 29/10/12 às10h40min.

Nas imagens acima registramos alunos do ensino médio e da 2ª fase do ensino fundamental da referida escola fazendo uso da mesa coletiva – antiga mesa de *ping pong* – no pátio, bem como as mesas de estudo individual nas salas de aula, para sentar, dormir apoiados

ISBN 978-85-7205-133-0

e deitar em cima delas. Ao analisar estas iconografias que fundamentam os registros no *Diário de Bordo CEPAE/UFG*, é possível identificar que estes usos das mesas tem se apresentado como hábitos ritualísticos, que compõe a paisagem escolar nos mais diversos espaços e horários.

Registros *in loco*: Diário de Bordo na EMAC/UFG

Os registros no *Diário de Bordo EMAC/UFG* foram realizados pelo graduando João Marcos de Souza de 23/10/12 a 13/11/12, durante o período matutino, das 08h00 às 12h00. A escolha deste horário deve-se ao fato de ser o período com o maior número de alunos transitando na EMAC/UFG, visto que os cursos da referida unidade acadêmica são em sua maioria predominantemente matutinos[4] e/ou integrais.

Apresentamos abaixo a síntese do *Diário de Bordo EMAC/UFG*. Neste texto expomos somente a categoria *Pessoas no chão*, porém também foram levantadas as categorias: *Descarte do lixo*, *Uso do computador* e *Uso do vaso sanitário no banheiro masculino*.

Quadro 2: Síntese do *Diário de Bordo EMAC/UFG*.

Dia	Hora		Pessoas no chão
23/10/2012	09h00	1	Três alunos estão deitados no chão do hall.
23/10/2012	10h15	2	Um aluno está sentado no chão do corredor do segundo piso dificultando a entrada na sala 212.
25/10/2012	11h40	3	Um grupo de cinco alunos deitados no chão do hall. Dois deles parecem dormir.
26/10/2012	10h25	4	Um casal de alunos está abraçado e sentado no chão do espaço que dá acesso para os banheiros e salas de aula do segundo piso.
29/10/2012	08h50	5	Um grupo de cerca de oito alunos está sentado no chão do hall. Três destes alunos tocam violões e outros dois alunos estão deitados.
30/10/2012	09h30	6	Dois alunos deitados no chão do hall.
30/10/2012	11h20	7	Aluno sentado no chão do corredor do segundo piso dificultando a abertura da porta da sala 211.
01/11/2012	08h25	8	Aluno está sentado no chão do hall próximo a uma tomada, para recarregar a bateria do seu celular.
05/11/2012	09h30	9	Três alunos sentam-se no chão do hall para comer.
05/11/2012	11h50	10	No hall, há cerca de dez alunos deitadas e/ou sentadas no chão.
06/11/2012	08h15	11	Um aluno dorme no chão do hall.
07/11/2012	08h35	12	Um aluno dorme deitado no chão do hall.
08/11/2012	10h00	13	Um aluno dorme sentado no chão do hall.
08/11/2012	11h50	14	Quatro alunos estão sentados no chão do hall, dos quais dois estão tocando violão.
09/11/2012	10h00	15	Um grupo de sete alunos se senta no chão do hall, próximo à porta do laboratório de informática.
12/11/2012	12h00	16	Dois alunos dormem no chão do hall.
13/11/2012	10h50	17	No hall, três alunos estão deitados no chão.

Fonte: Diário de bordo de João Marcos de Souza (bolsista PIVIC 2012/2013) – integrante do grupo de pesquisa e-Arte/Educação Crítica.

[4] Os cursos matutinos e integrais da unidade têm início às 07h30 da manhã, o que justifica o horário escolhido para a observação.

ISBN 978-85-7205-133-0

Sobre a categoria *Pessoas no chão*, constatamos a ocorrência do uso do chão para descanso e principalmente o chão do hall[5], que se apresenta em 82,5% dos registros do *Diário de Bordo EMAC/UFG*. Em geral os alunos estão deitados e/ou dormindo no chão, como revelam os registros de quase todos os dias, em diferentes horários.

A partir da análise acerca das práticas cotidianas da categoria *Pessoas no chão,* foi possível constatar, que as práticas de se sentar, deitar e dormir no chão, tem se estabelecido como um ritual entre os transeuntes da EMAC/UFG, devido à recorrência e naturalidade com que se realizam, se configurando como ritos performáticos no contexto cultural da unidade acadêmica em questão.

Colocamo-nos a realizar registros fotográficos para confrontar e ilustrar os registros já realizados através do *Diário de Bordo EMAC/UFG* apresentado no Quadro 2. Os registros foram realizados de 21 de janeiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2013, no mesmo horário dos registros realizados por meio de *Diário de Bordo na EMAC/UFG*.

Quadro 3: Síntese fotográfica das práticas da categoria *Pessoas no chão*.

 Imagem 4: Alunos dormindo no chão do hall. Fonte: João Marcos de Souza (bolsista Iniciação Científica). Dia 27/01/13 às 9h00min.	 Imagem 5: Alunos sentam-se no chão do hall para tocar violões e conversar. Fonte: João Marcos de Souza (bolsista Iniciação Científica). Dia: 03/02/13 às 10h50min.

Nas imagens acima registramos transeuntes da EMAC/UFG fazendo uso do chão para sentar, deitar, dormir e até como espaço recreativo enquanto tocam violões e conversam. Ao analisar estas iconografias que fundamentam os registros no Diário de bordo, é possível identificar as performances culturais da EMAC/UFG no que diz respeito ao uso do chão enquanto espaço de convivência e descanso.

[5] "*Hall*" neste estudo refere-se a um dos espaços de entrada e trânsito da EMAC/UFG que dá acesso às dependências do prédio. Neste espaço, atualmente em reforma, se encontravam durante o período de registro *in loco* o único laboratório de informática do prédio, uma sala dedicada à estudos corporais e o Auditório do prédio, que é também uma sala de aula. Encontram-se ainda dois banheiros, um masculino e um feminino, bem como uma sala para os funcionários da manutenção.

ISBN 978-85-7205-133-0

Performances Culturais sob a luz de Redfield

Diante das constatações apresentadas pela análise da síntese dos Diários de Bordo em confronto com as iconografias apresentadas [ver Imagens de 1 a 5], indagamos: O que leva esses alunos e transeuntes a usarem estes espaços desta forma? Estes espaços poderiam ser utilizados sob outros paradigmas? Estes espaços poderiam ser adaptados sob a necessidade que o uso deles se configuram? Qual o entendimento consciente e crítico destes estudantes e transeuntes sobre suas práticas culturais nos espaços públicos acima expostos?

Redfield analisa ainda que o fato de existir uma aparente contradição entre os modos de agir convencionalmente dentro de um mesmo grupo de pessoas por si só é um indicativo de que há um confronto no entendimento das práticas culturais daquela comunidade[6], como por exemplo os habitantes da comunidade de *Chan Kom* que cultivavam a crença de que aqueles se casam com a irmã de sua falecida esposa são destinados ao inferno, e ao mesmo tempo a prática destes casamentos continuavam acontecendo na comunidade.

Estas contradições tendem a provocar uma desorganização dos entendimentos convencionais, ou seja, uma desorganização da cultura, como define Redfield (1941, p. 134).

> A comunicação com outras sociedades caracterizadas por diferentes entendimentos comuns tende a ir na direção de uma desorganização dos entendimentos convencionais; e uma séria invasão de novas ideias ou mudanças compulsivas no que diz respeito às velhas, podem resultar em uma grande desorganização. [7]

Essa "desorganização da cultura" pela coexistência entre diferentes entendimentos comuns acerca das convenções de um grupo pôde ser constatada no CEPAE/UFG e na EMAC/UFG, pois estes espaços não estão preparados para os novos hábitos que vem se convencionando no cotidiano escolar e acadêmico. Os cursos da EMAC/UFG são em sua maioria integrais, o estudante tem que passar o dia todo na universidade, mas a mesma não dispõe de estrutura física que atenda todas as suas necessidades.

Conforme apresentado nos Quadros 2 e 3 o chão da EMAC/UFG vem sendo utilizado como espaço de descanso e recreação pelos transeuntes. Se estes espaços fossem adaptados sob a necessidade que o uso deles se configuram, os transeuntes continuariam a utilizar o chão como espaço de descanso?

[6] "The mere facto f apparent contradiction is itself probably an indication of imperfect operation of the tendency" (REDFIELD, 1941, p. 351).

[7] "Communication with other societies characterized by different common understandings tends toward a disorganization of the conventional understandings; and a serious invasion of new ideas or compulsive change with regard to the old, may result in great disorganization" (REDFIELD, 1941, p. 134).

ISBN 978-85-7205-133-0

Possivelmente estas práticas do cotidiano que vem se convencionando enquanto ritos no CEPAE/UFG [ver Quadro 1] e EMAC/UFG sejam em sua maioria realizadas devido a uma condição ociosa a que são deixados os alunos em momentos como o intervalo, como adverte o professor do Centro Universitário Univates, Derli Neuenfeldt: "Talvez, a maior dificuldade seja romper a tradição e a rotina da escola que tem feito do período um espaço ocioso, uma interrupção de um processo de aprendizagem que deveria ser constante." (NEUENFELDT, 2005, p. 35).

O eixo central deste estudo se apresenta em possibilitar ações Arte/Educativas performáticas como meio pedagógico/crítico na busca de promover reflexões tanto para os alunos envolvidos no grupo de pesquisa em que este projeto está inserido, uma vez que estes alunos são estudantes de licenciatura em Artes, bem como promover ações intervencionistas no âmbito Arte/Educativo para o público da UFG.

Performances **culturais Arte/Educativas nos espaços da UFG**

Eis que se estabelece o questionamento motriz deste estudo: Como promover reflexões (re)significativas das práticas ritualísticas do cotidiano da UFG por meio das *performances* culturais Arte/Educativas?

Sob a luz dos estudos de Cabral compreendemos a eficácia estético-pedagógica do rito.

> Enquanto ação simbólica, o ritual é ambivalente, aponta para transações reais e permite que os participantes evitem uma confrontação direta com os eventos. Assim sendo, rituais são pontes que conduzem as pessoas através de situações as quais no contexto real seriam tensas. (CABRAL, 1999, p. 15)

Desse modo, através de ações performáticas buscou-se promover intervenções Arte/Educativas para possibilitar aos transeuntes do CEPAE/UFG e da EMAC/UFG confrontação direta, cujo confronto não potencializa a tensão, mas a reflexão com os ritos e práticas do cotidiano que vêm se instaurando nas dependências da unidade, (re)configurando uma nova paisagem.

Assim se estabelecem, pela natureza epistemológica da área das artes, as concepções das *performances* artísticas que devem estar intrínsecas nos ritos culturais mediante as práticas arte/educativas, pois é na expressão artística, pela sua gênese na ação simbólica, que pode se evidenciar a contradição, a ambivalência entre os ritos.

Neste sentido, nos adverte Tomaz Tadeu da Silva (2011, p. 93), no entendimento estrito "só podem ser consideradas performativas aquelas proposições cuja enunciação é absolutamente necessária para a consecução do resultado que anunciam".

ISBN 978-85-7205-133-0

Para a *performance* se predispõe a percepção crítica para o ato em si, uma vez que, para a sua consecução, se faz imperativa a consciência da ação do ato num dado rito, deste modo concebe-se como *performances* culturais Arte/Educativas as ações humanas que despertam um questionamento acerca da realidade social.

As *performances* culturais Arte/Educativas devem circunscrever o processo de ensino-aprendizado em/pelas artes. Para instaurar ações performáticas indagativas, partimos da construção de estratégias metodológicas acerca dos ritos anunciados nos Diários de Bordo e Iconografias, com o intuito de impulsionar ações questionadoras e reflexivas tendo como referência a arte como expressão e cultura.

Com base nestas reflexões, partimos para a construção e realização das intervenções por meio de *performances* culturais Arte/Educativas acerca dos ritos culturais referentes ao *Uso das mesas* por alunos no CEPAE/UFG e às *Pessoas no chão* na EMAC/UFG.

Uso das mesas: uma prática do cotidiano escolar do CEPAE/UFG

A intervenção Arte/educativa no CEPAE/UFG foi construída nos dias 25 a 28/06/13, com os alunos Willians Toscano, Isabela e Gabriela Leles, Luísa Martins, Ana Flávia Soares e Jordanna Fonseca, todos do ensino médio da referida escola.

Foi proposto que realizassem registros iconográficos por meio de fotografias de comportamentos realizados por alunos, em que eles percebiam um entendimento difuso entre hábitos de cunho privado se realizando nos espaços públicos da escola. Os registros iconográficos realizados permitiram que comportamentos que eram praticados, mas não eram percebidos de forma crítica, pudessem ser identificados como hábitos que permeiam a escola por gerações de turmas.

As fotografias registram alunos usando as diferentes mesas da escola para se sentar, deitar, dormir apoiados nelas, bem como desenhos e escritos contidos em suas superfícies, outra prática em relação ao *Uso das mesas* identificada pelos alunos.

Após análise, selecionamos três iconografias que chamaram mais atenção dos estudantes/*performers* acerca da categoria *Uso das mesas* da escola para se sentar, deitar e dormir em cima ou apoiados. [ver Quadro 4]:

Quadro 4: Seleção de fotografias das práticas da categoria *Uso das mesas* registradas pelos alunos do CEPAE/UFG participantes voluntários da pesquisa.

ISBN 978-85-7205-133-0

Imagem 7 – Um aluno sentado e dois deitados em cima da mesa de mesa de *ping pong*. Fonte: Gabriela Leles aluna do 3º ano do CEPAE/UFG.Dia 26/06/13.	**Imagem 8 –** Aluna dormindo com a cabeça apoiada em cima da mesa de estudo em sala de aula. Fonte: Luísa Martins aluna do 3ºano do CEPAE. Dia 26/06/13.	**Imagem 9 –** Uma aluna sentada em cima uma mesa tipo escritório disposta no corredor do andar inferior. Fonte: Willians Toscano aluno do 3ºano do CEPAE. Dia 26/06/13.

Sob a luz desta investigação, construímos uma *performance* cultural Arte/Educativa visando a promoção da reflexão crítica sobre estes hábitos culturais em torno da utilização das mesas para outras funções distintas da sua função original, como a forma com que (re)significaram o uso das mesas para se sentar, para se deitar, para dormir apoiado, e para escrever em cima.

Quadro 5: Síntese e Fotografias da *performance* cultural Arte/Educativa realizada no CEPAE/UFG, no dia 28/06/13 às 10h00min e às 12h00min.

Síntese da *performance* cultural Arte/Educativa no CEPAE/UFG.		
Intenção Pedagógica	- Promover reflexão analítica e crítica acerca dos hábitos ritualísticos identificados no CEPAE/UFG da categoria *uso das mesas* por parte dos alunos da escola.	
A Intervenção: Teatro de Sombras	- Elaboramos uma sequência de movimentos e sons que representam o uso das mesas da escola para se sentar, deitar, dormir apoiados e em cima destas, bem como escrever em suas superfícies. - Os movimentos foram construídos com a utilização de duas mesas de estudo individual, e apresentados segundo a técnica de teatro de sombras. - Em um *voal* branco, projetamos as sombras dos movimentos das quatro alunas/*performers*, utilizando como foco de luz, as três fotografias dispostas no Quadro 2 – acima disposto – refletidas por meio de um data show. - Os movimentos interagiam com as imagens, que se tornavam também o cenário da performance.	
Local	Sala de dança do CEPAE/UFG, pois sua estrutura permite que a sala fique escura o suficiente para que as sombras fiquem bem delineadas, e sua localização dentro da escola facilita a visualização dos transeuntes do pátio.	
Imagem 10	**Imagem 11**	**Imagem 12**
Imagens 10, 11 e 12: Registros de cenas da *performance* cultural Arte/educativa realizada na sala de dança do CEPAE/UFG no dia 28 de junho de 2013.		

Fonte: As autoras Yasmin Gonçalves e Lyra bolsista Iniciação Científica pela UFG, e Profª Drª Fernanda Pereira da Cunha, orientadora desta pesquisa e professora da EMAC/UFG (2013).

Aqueles que participaram da realização da *performance* Arte/Educativa viram na experiência que tiveram, os hábitos ritualísticos da categoria usos das mesas presentes em seu

ISBN 978-85-7205-133-0

cotidiano, percebendo de forma crítica a realização destas práticas por eles próprios, e refletindo sobre como estas ações modificam a paisagem escolar.

Em sua maioria, os estudantes que assistiram à *performance* cultural Arte/Educativa realizada no CEPAE/UFG – aproximadamente 70 alunos – identificaram os hábitos concernentes ao *uso das mesas* da escola ali apresentados como práticas que compõe seu cotidiano. Outros descreveram como "falta do que fazer".

A *performance* cultural Arte/Educativa realizada no CEPAE/UFG foi elaborada a partir da contradição entre os entendimentos convencionais acerca do uso das mesas. Em *Chan Kom*, a prática confronta a crença do homem que se casa com a irmã da falecida esposa. De forma semelhante, os alunos do CEPAE/UFG compartilham a prática ritualística de se sentarem, deitarem e dormirem em cima das mesas, mas quando se colocaram em questionamento, através das intervenções Arte/Educativas, eles próprios apontaram e julgaram estas práticas como não convencionais.

Pessoas no chão: uma prática do cotidiano acadêmico na EMAC/UFG

A partir da análise dos registros do *Diário de Bordo EMAC/UFG* e das iconografias levantadas, elaboramos a proposição pedagógica para a ação da performance cultural Arte/Educativa, a qual intitulamos SonEMAC[8]. [ver Quadro 6].

Quadro 6: *Performance* cultural Arte/Educativa SonEMAC[9].

Intento Artístico-Pedagógico	Promover a reflexão crítica sobre o rito: "deitar no chão", por meio do questionamento: este espaço pode ser utilizado sob outro paradigma?
Proposta	Faremos a instalação de uma rede no hall da EMAC. Um performer já preparado ficará deitado o tempo todo. A rede será instalada próximo as tomadas do hall. Enquanto o performer está deitado, todas as tomadas serão ocupadas por equipamentos eletrônicos, impedindo o uso das mesmas pelos transeuntes. Enquanto o performer estiver deitado, outro performer coletará entrevistas com as opiniões e impressões dos transeuntes acerca desta proposição.
Figurinos e Acessórios	Uma rede instalada no hall da EMAC. O performer que fará o primeiro momento da intervenção estará vestido como um transeunte qualquer. Câmeras para filmar e fotografar.
Referências Estéticas	- *Performances* e instalações da artista paraense Berna Reale; - *Performances* da artista iugoslava Marina Abramović.

Fonte: Proposta de intervenção elaborada por João Marcos de Souza (bolsista Iniciação Científica).

[8] Intitulamos esta intervenção *SonEMAC*, por se tratar de um anagrama da conjugação do verbo "Sonecar" na terceira pessoa do plural: "Sonecam", ação esta que pudemos registrar no cotidiano da EMAC.
[9] A intervenção seguinte foi realizada no dia 19/07/2013 entre as 09h00 e 14h00. Os registros foram realizados por Yasmin Gonçalves e Lyra, bolsista da Iniciação Científica.

ISBN 978-85-7205-133-0

Imagem 13: Foto da performance SonEMAC.
Fonte: Yasmin Gonçalves e Lyra. (bolsista Iniciação Científica)

Imagem 14: Foto da performance SonEMAC.
Fonte: Yasmin Gonçalves e Lyra. (bolsista Iniciação Científica)

As Imagens 13 e 14 ilustram uma das cenas ocorridas na *performance* cultural Arte/Educativa por nós realizada que denominamos SonEMAC, a qual objetivamos possibilitar o confronto deste rito rebatido através da promoção da fruição artística aos transeuntes da EMAC/UFG.

Concebemos como rito rebatido neste estudo a possibilidade que a prática artística pode viabilizar por poder devolver, como um espelho, para o espectador/intérprete uma cena do cotidiano real dos transeuntes da EMAC/UFG, expressa através da linguagem da *performance* artística.

No que tange a utilização da rede de descanso para a *performance* cultural Arte/Educativa que realizamos na EMAC/UFG, a qual confronta a paisagem que os transeuntes se habituaram a ver, tem como eixo pilar promover o deslocamento no transeunte da realidade habitual. Em seu sentido mais redutível, a rede remete ao descanso e ao deleite de modo confortável, diferente do chão utilizado pelos transeuntes com a mesma finalidade.

Deste modo, a rede é um símbolo, uma representação abstrata do ato de dormir. A imagem da rede suspensa no ambiente em que os transeuntes estão habituados a ver pessoas dormindo pelo chão poder-se-á promover o questionamento acerca do rito explicitado fazendo deste modo, com que os transeuntes venham a se questionar sobre si mesmos acerca da contradição existente entre os conceitos do universo público e privado na EMAC/UFG referente à utilização do espaço público.

Na prática teatral, a imagem é uma abstração simbólica. É colocar em signo uma realidade e/ou uma paisagem, embora algumas práticas contemporâneas venham a desconstruir esta ideia. A *performance* cultural Arte/Educativa SonEMAC apresentada neste estudo encena (coloca em imagens) o rito deitar no chão.

Através da performance cultural Arte/Educativa SonEMAC, o ato pedagógico se centra na enunciação artístico-educativa das práticas ritualísticas do cotidiano deslocado para a (re)elaboração de performances culturais, ao possibilitar reflexões estéticas através de

ISBN 978-85-7205-133-0

intervenções arte/educativas em seus contextos socioculturais, no caso em específico no universo da Escola de Música e Artes Cênicas.

Performances culturais como (re)organização da cultura

Sobre a desorganização da cultura causada por diversas influências externas que causam divergências entre os significados e práticas de uma comunidade, Redfield disserta sobre o "poder regenerativo" da cultura.

A cultura e o território de Chan Kom foram violentamente atacadas pelos espanhóis e suas concepções, especialmente no que concerne a religião. A convivência mútua de diferentes concepções religiosas, pagãs e cristãs, causou um choque, uma desorganização cultural. Com o tempo, porém, estas duas culturas se entrelaçaram em uma só, mantendo algumas particularidades, o que demonstra onde a "regeneração" ocorreu.

Na religião se misturavam e se separavam dependo do momento, crenças cristãs e pagãs, mudanças estas que viviam simultaneamente no cotidiano dos habitantes, mas interferiam de modo diferente nas definições de boa conduta, por exemplo. Redfield ressalta que "A persistência da divergência entre os dois sistemas de ideias é também aparente na existência de duas definições de boa conduta" (p. 135) e acrescenta: "Não há problema em fazer uma escolha; ambas estão para serem mantidas. Uma escolha está engajada em uma esfera de atividade e pensamento, ou em outra, mas nunca ambas ao mesmo tempo" (1941, p. 136)[10].

Redfield define que a "cultura é uma organização com poderes regenerativos" (1941, p.134)[11]. Construímos as *performances* culturais Arte/Educativas como um poder regenerador da cultura do CEPAE/UFG e EMAC/UFG, e se não regenerador, que ao menos tem o intuito de despertar a consciência crítica para que essa reparação aconteça de forma consciente.

Partimos do pressuposto que as práticas não convencionais dos transeuntes da UFG vem se convencionando, o que indica que a regeneração já ocorreu, porém de forma acrítica, como demonstrado nos depoimentos dos alunos partícipes da pesquisa no CEPAE/UFG e dos transeuntes da EMAC/UFG que vivenciaram as *performances* culturais Arte/Educativas.

[10] "The persisting discreteness of the two systems of ideas i salso apparent in the existence of double definitions of good conduct" (p. 135). "There is no problem of making a choice; both are to be maintained. One is engaged in one sphere of activity and thought, or in the orther, but not in both at the same time" (REDFIELD, 1941, p. 136).
[11] "Culture is an organization with regenarative powers" (REDFIELD, 1941, p. 134).

ISBN 978-85-7205-133-0

Estas intervenções Arte/Educativas são elaboradas, neste sentindo, para ir na contramão desta acriticidade presente na regeneração natural da cultura destes espaços.

As *performances* culturais Arte/Educativas descritas neste estudo foram elaboradas tendo como intento pedagógico discutir estes hábitos nos espaços da UFG, e possibilitou que os estudantes envolvidos na realização da *performance* desenvolvessem uma consciência crítica acerca dos ritos que envolvem o *uso das mesas* no CEPAE/UFG e *Pessoas no chão* na EMAC/UFG, usando a arte como expressão e cultura.

Por meio desta pesquisa aprofundamos nossa análise crítica e reflexiva sobre aspectos históricos e conceituais das práticas artísticas performáticas em contextos Culturais em consonância paradigmática com os estudos de Robert Redfield. A partir deste estudo, pudemos sedimentar conceitos teóricos fundamentais para a nossa formação crítica enquanto estudantes de licenciatura em Artes Cênicas.

Foi-nos oportunizado o exercício expressivo/artístico ao elaborarmos e promovermos intervenções Arte/Educativas através do desenvolvimento do pensamento científico. Assim, através da pesquisa científica, pudemos experienciar, para além da sala de aula, a prática Arte/Educativa como expressão artística, intervencionista, por isso política em seu contexto histórico e, portanto, educativa.

Referências

CABRAL, Beatriz A. V. *Ensino do teatro*: experiências interculturais. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

CAMARGO, Robson Corrêa de. “Milton Singer e as Performances Culturais: Um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise”. **Karpa**: journal of theatricalities and visual culture, v. 6, p. 1-22, 2013.

NEUENFELDT, Derli Juliano. *Recreio escolar: espaço para “recrear” ou necessidade de “recriar este espaço?”./Org. Lajeado, UNIVATES: 2005.*

REDFIELD, Robert. The Folk Culture of Yucatan. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015007182408;view=1up;seq=167> Acessado em: 02/10/2014.

_____. *The Social Organization of a tradition*. The Far Eastern Quartely. Vol. 15, No. 1, Nov, 1955, pg. 13-21.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

ISBN 978-85-7205-133-0

A política externa do governo Evo Morales: paradigma do "Vivir Bien"

Flavia Loss de Araujo

Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP)

flavialossaraujo@usp.br

Resumo

O presente trabalho analisa as mudanças ocorridas nos paradigmas de política externa da Bolívia após a ascensão do líder indígena Evo Morales ao poder. O paradigma "Vivir Bien", originário das culturas quéchua e aimará, surge como um conceito norteador da atuação externa da diplomacia boliviana.

Palavras-chave: Bolívia, política externa, Evo Morales

Política Exterior Boliviana

A atuação internacional da Bolívia ao longo de sua história é modesta se comparada a seus vizinhos na América do Sul, sem possuir paradigmas de política exterior relevantes ou projeto político claro sobre o tema. Geralmente a participação boliviana no contexto internacional respondeu a questões conjunturais e uma explicação para esse comportamento errante é o tumultuado cenário doméstico do país andino, além das perdas substanciais de território causadas por duas guerras (Guerra do Pacífico e Guerra do Chaco), tornando a Bolívia um país introspectivo e desconfiado em relação aos vizinhos. O fato do Ministério de Relações Exteriores e Culto ter sido instituído apenas em 1888, sessenta e três anos após a independência e cinco anos após a Guerra do Pacífico (1879-1883), demonstra claramente a baixa relevância do tema para as elites políticas. Conforme explicitado por MORALES (1984):

> No Bolivian government has been free of intense domestic constraints upon foreign policy; linkage politics, or the overlap of the domestic

ISBN 978-85-7205-133-0

> with the external, has been a chronic Bolivian dilemma (MORALES, 1984:180).

Até a Guerra do Chaco (1932-1935), a política externa era conduzida por juristas conhecidos como os *doctores de Chuquisaca*[1], preocupados exclusivamente com questões territoriais e conduzindo as questões internacionais apenas através de interpretações jurídicas. O resultado dessa abordagem enviesada da política externa conduziu o país às desastrosas campanhas militares nas guerras do Pacífico e do Chaco, que trouxeram enormes perdas financeiras, humanas e territoriais para a Bolívia. O pós-guerra do Chaco foi particularmente difícil para o já abatido povo boliviano; a crise econômica resultante da guerra e a instabilidade interna deram margem para uma sucessão de golpes militares. Surgem novos partidos políticos de orientações nacionalista e socialista que questionam e enfrentam as velhas elites políticas[2], desgastadas após a derrota no Chaco. Segundo KLEIN (2011), a consequência positiva da Guerra do Chaco foi a cultura de mobilização social que se formou após o conflito, tornando a Bolívia uma das sociedades mais engajadas da América Latina em termo de ideologias e organização sindical.

O posicionamento internacional boliviano passou por uma reorientação somente no governo do presidente José Luis Tejada Sorzano (1934-1936), quando o então Ministro de Relações Exteriores, Luis Fernando Guachalla, anunciou em 1936 que a Bolívia deveria "ser tierra de contactos y no de antagonismos" (GUTIERREZ, 1946), máxima utilizada ao longo do século XX para definir o papel do país no continente sul-americano.

Invocando a posição geográfica privilegiada da Bolívia, que faz fronteira com cinco países da América do Sul, Guachalla afirmava que o país deveria aumentar sua participação em tratados internacionais e contribuir para o equilíbrio regional, evitando o envolvimento em situações que pudessem ameaçar seu território (este último aspecto claramente se refere às guerras do Pacífico e Chaco).

---

[1] Refere-se a Universidade Real e Pontifícia San Francisco Xavier de Chuquisaca , fundada em 1624 na cidade de Sucre. Teve um importante papel na independência das colônias sul-americanas, principalmente na formação de uma mentalidade libertária. Segundo Gutierrez (1946), a interferência dos acadêmicos oriundos dessa universidade na política externa levou a Bolívia aos pleitos territoriais com os países vizinhos. Seria uma tentativa dos *doctores* de defender sua obra, ou seja, a independência conquistada.

[2] Conhecidas popularmente como *La Rosca,* cujos membros eram políticos, oligarcas do estanho e latifundiários.

ISBN 978-85-7205-133-0

Nessa nova perspectiva, as eventuais contendas com os países limítrofes deveriam ser resolvidas de maneira pacífica através da diplomacia. Foi fixado um programa de política internacional que contemplava as prioridades da política externa boliviana: o fim do isolamento, a manutenção da segurança territorial, o fortalecimento da posição central da Bolívia na América do Sul, saída para os mercados vizinhos e cooperação econômica com os países lindeiros (GUTIERREZ, 1946). Tais metas foram sintetizadas no livro "Una Obra y um Destino" do diplomata Alberto Ostria Gutierrez, cujas premissas orientaram a política externa boliviana ao longo do século XX, sofrendo apenas variações conforme ocorriam mudanças na conjuntura doméstica.

O início da Guerra Fria coincide com o governo de Victor Paz Estenssoro do partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que assume o poder após a Revolução de 1952. Originalmente de orientação socialista, o MNR alinhou a política externa boliviana com os movimentos de liberação do colonialismo e dependência[3], postulados consonantes com os ideais revolucionários que defendia internamente. Tais posicionamentos enfrentaram a desconfiança dos Estados Unidos, que viram uma oportunidade de se aproximarem do governo Estenssoro e evitarem uma guinada comunista da Revolução durante a crise econômica que assolou o país andino em 1953. A cooperação financeira oferecida pelos norte-americanos durante esse período condicionou o relacionamento dos dois países ao longo do século XX, tornando a Bolívia tão dependente do auxílio financeiro que cerca de um terço de seu orçamento foi direcionado para os Estados Unidos (KLEIN, 2011).

Em 1964 tem início a ditadura militar na Bolívia, gerando um ciclo de governos totalitários que só teria fim em 1982. A partir da ascensão de governos militares, a política exterior boliviana sofre um retrocesso e passa a ser conduzida por membros da classe dominante do período anterior à Revolução de 1952, trazendo à tona a questão marítima e o estreitamento de vínculos com os Estados Unidos.

[3] A ideologia do MNR e do governo revolucionário pós 1952 pode ser encontrada no documento "Tesis de Ayopaya", escrito em 1946 por Walter Guevara Arze. Em conjunto com Carlos Montenegro, Arze definiu a ideologia nacional-revolucionária que guiaria a reconstrução da Bolívia no período posterior à revolução. Em relação à política exterior, o ponto central da ideologia pode ser compreendido na dualidade entre duas tendências: nacionalista (que representava a independência e soberania) e anti-nacionalista (colonialismo e dominação estrangeira). No nível doméstico a clivagem era representada pela nação (setores oprimidos da sociedade) e anti-nação (oligarquia boliviana). Esses postulados teóricos estiveram presentes com diferentes matizes nos governos dos seguintes presidentes bolivianos: Victor Paz Estensorro (1952-1956/1960-1964/1985-1989), Hernán Siles Suazo (1956-1960/1982-1985), Wálter Guevara Arze (1979), Lydia Gueiler Tejada (1979-1980) e Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997/2002-2003).

ISBN 978-85-7205-133-0

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 ficaram marcados pela chamada "cocalização" ou "narcotização" das relações bilaterais com os norte-americanos, principalmente após a descoberta que o presidente Luis García Meza Tejada[4] (1980-1981) teve sua campanha patrocinada pela máfia internacional. A partir desse fato, Washington pautaria as relações com a Bolívia e obrigaria o país andino a adotar severas medidas de combate ao narcotráfico, muitas vezes ferindo a soberania boliviana (um exemplo disso seriam as deportações extrajudiciais de acusados de envolvimento com o tráfico para julgamento nos Estados Unidos).

A Bolívia só voltaria a ter um governo democrático em 1982, após intensas manifestações da população e dos movimentos sociais, lideradas principalmente pela Central Obrera Boliviana (COB). Hernán Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora[5] dão início a um conturbado governo constitucional. Mesmo com o desafio de estruturar a frágil democracia boliviana no nível interno, o governo Zuazo consegue avanços na política exterior, promovendo a modernização da burocracia diplomática e o aumento da participação boliviana nos organismos multilaterais. Também obteve êxito em definir três diretrizes para a atuação internacional da Bolívia no período: latino-americanismo, terceiro-mundismo e neutralismo, de acordo com as tendências da época.

Em 1985 ocorrem as primeiras eleições do novo período democrático e Victor Paz Estenssoro (MNR) sai vitorioso. Seu governo (1985-1989) enfrentou outra grave crise financeira, tendo que submeter-se às rígidas condutas neoliberais para evitar o total colapso da economia boliviana. Adota-se um programa de reestruturação econômica radical chamado Nova Política Econômica ("New Economic Policy" – NEP), que incorporava todas as medidas constantes no Consenso de Washington, aplacando a hiperinflação e tornando a Bolívia um exemplo da eficácia do neoliberalismo em atingir a estabilidade macroeconômica.

---

[4] Líder do golpe de Estado que antecedeu a posse do presidente eleito democraticamente Hernán Siles Suazo. A ditadura de Luis Meza se caracterizou pela extrema violência contra os opositores de esquerda, sindicatos e imprensa. Após as denúncias sobre o envolvimento do ditador com o narcotráfico, a pressão internacional fez com que Meza renunciasse. Fugiu da Bolívia e foi julgado em sua ausência por crimes contra os Direitos Humanos, até ser extraditado do Brasil em 1995 e finalmente preso. Em 2011, após denúncias do livro "The Big White Lie" (1993) do ex-agente da *Drug Enforcement Administration* (DEA) Michael Levine, o presidente Evo Morales expulsou a agência norte-americana da Bolívia. Segundo Levine (2007), a DEA auxiliou Luis Mesa a chegar ao poder na tentativa de impedir que Siles Zuazo, de orientação política de esquerda, chegasse ao poder.

[5] As gestões Zuazo e Zamora ficaram conhecidas na Bolívia como "época de la UDP", referindo-se ao partido de ambos (Unidad Democrática y Popular). A UDP pode ser definida como uma aliança de diversos partidos de esquerda que se formou em meados da década de 1970, a saber: *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), *Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda* (MNR-I), *Partido Revolucionario de la Izquierda Nacionalista* (PRIN) e *Partido Comunista de Bolivia* (PCB).

ISBN 978-85-7205-133-0

Os efeitos do alinhamento irrestrito aos preceitos de Washington se fizeram sentir também na política externa, que se tornou justaposta, buscando equilibrar as relações com os Estados Unidos e os organismos financeiros internacionais, de um lado e se aproximar mais dos países latino-americanos e terceiromundistas, de outro, com o objetivo de diminuir o impacto das imposições feitas pelos Estados Unidos

O sucessor de Estenssoro, Jaime Paz Zamora (1989-1993) deu ênfase ao papel do Executivo nas relações exteriores, envolvendo-se diretamente na diplomacia do país, em uma abordagem diplomática que ficou conhecida como "linea directa". Promoveu inúmeras viagens para a realização de acordos bilaterais e multilaterias, buscando aumentar as exportações e investimentos do país (VIZENTINI, 2004). Uma preocupação fundamental dessa nova abordagem era a mudança na imagem do país no que diz respeito ao binômio coca-cocaína, desenvolvendo-se a "diplomacia de la coca", que segundo Paredes (2000), pretendia conseguir o apoio internacional para despenalizar os cultivos de coca.

Em 1993, Gonzalo Sánchez de Lozada é eleito presidente e dá continuidade a implantação de medidas econômicas neoliberais. Inicia-se o processo de privatização de estatais e fechamento de minas, medidas que causaram descontentamento entre os sindicatos do país.

Em nível regional, Lozada fechou um importante acordo com o Brasil sobre o gasoduto, dando início a integração energética entre a Bolívia e o principal mercado sul-americano. Em 1997, a Bolívia ingressou no Mercosul como membro associado, sem desvincular-se da CAN. (VIZENTINI, 2004).

Em 1997, o antigo ditador da década de 1970, general Hugo Banzer (1997-2002) volta à presidência através de eleições diretas. Banzer tenta reiterar o papel da Bolívia de país articulador e de confluências. Em relação ao narcotráfico, o governo se compromete a erradicar o cultivo de folha de coca no país em troca de ajuda econômica. No plano doméstico, Banzer enfrenta a conhecida "Guerra da Água" no ano 2000, que aliada aos protestos dos cocaleros contra o programa "Coca Zero", consegue a renúncia do então presidente (ANDRADE, 2007).

Ocorrem novas eleições em 2002 e Gonzalo Sanchez de Lozada é eleito presidente mais uma vez (2002-2003), derrotando o sindicalista cocalero Evo Morales nas urnas por menos de 1% de diferença. O período foi marcado pelo agravamento da crise econômica e o governo, com a intenção de reativar a economia, decide exportar gás aos Estados Unidos

ISBN 978-85-7205-133-0

através de um gasoduto que passaria pelo Chile. Ao elaborar esta saída, o governo desconsiderou o forte sentimento anti norte-americano que permeia as camadas mais pobres da sociedade boliviana, em razão do combate ao cultivo de coca e menosprezou a rivalidade histórica entre a Bolívia e o Chile. Tem início a "Guerra do Gás" (2003), grande mobilização popular que paralisou o país, levando o presidente Lozada a renunciar. A Argentina e o Brasil tiveram importante papel na mediação do conflito boliviano, inclusive assegurando crédito para o país andino.

O substituto de Lozada é Carlos Mesa, vice-presidente, que assume a presidência em outubro de 2003, com o apoio do partido político "Movimiento al Socialismo" (MAS). Mesa assume a presidência sob forte pressão dos movimentos sociais para que haja a nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação de uma Assembléia Constituinte. No plano exterior, Mesa buscou reconhecimento pela comunidade internacional e cooperação para que o país superasse a crise. A diplomacia boliviana tratou de fortalecer seus laços com o Brasil, visto como ator fundamental para o sucesso da economia do país andino. (VALLE, 2004). Cabe destacar a crescente institucionalização do Ministério das Relações Exteriores e Culto no período, chegando a marca de 56% do pessoal do serviço exterior proveniente da carreira diplomática. (VALLE, 2004).

Mesa também participou do encontro semestral do Mercosul, no qual estabeleceu-se uma zona de livre comércio entre este bloco e a CAN. Em julho de 2004 é realizado um referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos, e 90% da população aprovou a recuperação do Estado boliviano desse importante recurso natural (ANDRADE, 2007). Porém, Mesa opta por adotar uma lei em maio de 2005 que descarta a nacionalização, provocando nova onda de violentos protestos.

A inabilidade de Mesa para lidar com a crise dos hidrocarbonetos, que já havia causado a renúncia de Lozada, provoca novas tensões no país, com forte pressão dos movimentos sociais para que os recursos naturais sejam nacionalizados. (ANDRADE, 2007). Em junho de 2005, Mesa renuncia e assume o presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodrigues, que fica no cargo até a realização das eleições de dezembro de 2005. Dessas eleições, o líder do MAS, Evo Morales, sai vitorioso e este resultado reflete as mobilizações populares lideradas pelos movimentos sociais.

ISBN 978-85-7205-133-0

Conforme visto até aqui, a política exterior boliviana sofreu poucas alterações ao longo da história do país e manteve um perfil modesto de atuação internacional. A ascensão de Evo Morales ao poder alterou esse cenário, estabelecendo novos paradigmas para a política exterior do país andino.

Novos paradigmas

Assim como ocorreu no cenário doméstico, a política externa de Morales adquiriu forte matiz ideológico. No âmbito deste trabalho, é importante retomar as principais correntes que formam o ideário do MAS de modo a compreender a formação dos novos paradigmas da políticas exterior boliviana.

A vitória do MAS faz parte uma longa trajetória de lutas dos movimentos indígenas bolivianos, cujas origens modernas são as obras indianistas de Fausto Reinaga e a criação da Federação Camponesa Tupac Katari.

Seus partidários ficariam conhecidos como kataristas e sua ideologia era baseada na corrente indigenista, anticapitalista e antiocidental. Para os kataristas, os movimentos indígenas precisavam aprender estratégias de participação política para a conquista de suas demandas, fato que incentivou a criação de vários partidos políticos indígenas. Por sua vez, a atuação dos kataristas inspiraria os movimentos sociais que surgiriam entre as décadas de 1980-1990 e que teriam importante participação nas manifestações ocorridas a partir dos anos 2000, particularmente nas Guerras da Água e do Gás. A respeito desses conflitos, cabe notar que deram origem à "Agenda de Outubro", síntese das reivindicações dos movimentos sociais insurretos durante o período[6].

Nesse cenário, destaca-se a atuação do MAS, instrumento político criado em 1995 que reuniu sob sua égide diversas correntes de esquerda, tornando-se uma força política de nível nacional. CABEZAS (2007) complementa a análise de RIVERA (1982) e acrescenta os protestos contra o neoliberalismo que ocorreram na década de 2000 à classificação de memória curta, pois apesar de possuírem uma pauta moderna (direitos básicos e nacionalização dos recursos naturais) estavam permeadas de elementos antiimperialistas e anticolonialistas, heranças das reivindicações indígenas de memória larga. Além disso, tais

[6] As principais reivindicações eram a nacionalização dos recursos naturais (principalmente petróleo e gás) sem indenizações e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

ISBN 978-85-7205-133-0

protestos conduziram a um fato histórico na política boliviana: a vitória de Evo Morales, primeiro presidente indígena.

Soma-se a ideologia do MAS, além do indigenismo, as correntes marxistas e demandas nacional-populares de esquerda (ERNST, 2013). A incorporação da Agenda de Outubro no plano de governo foi o fator decisivo para a vitória de Morales, justamente por sintetizar as demandas de todas as vertentes ideológicas que compunham sua base de apoio:

> La Agenda de Octubre se produjo en el contexto de varias luchas, como aquella contra la privatización de las empresas de agua potable (Guerra del Agua), la lucha contra la "liquidación" de los recursos naturales a beneficio de unos pocos, contra la lucha anti-drogas norteamericana y la movilización para la legalización de la hoja de coca, así como por el cumplimiento de la reiterada demanda por una Asamblea Constituyente (ERNST, 2013:16).

Ciente do compromisso assumido com profundas mudanças estruturais no país, a primeira medida adotada pelo novo presidente foi a estatização da cadeia de produção do gás natural, antiga demanda dos movimentos sociais e que simbolizaria a ruptura com o modelo econômico anterior. O plano econômico proposto pelo novo governo enfatizava a industrialização da produção de matérias-primas, orientação para o mercado interno, o controle estatal do excedente e a promoção das economias comunitárias (LINERA, 2008;13). A renda obtida pela exportação dos hidrocarbonetos seria revertida para projetos públicos e a melhora na distribuição de renda. Outro aspecto importante do programa de governo de Morales foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, realizada em agosto de 2006 e que, após ser aprovado pelo Congresso, seria levado a referendo popular em 2009, obtendo 61,43% de aprovação.

O novo texto constitucional fundamenta as bases jurídicas, sociais, econômicas e culturais de um Estado Plurinacional[7], modelo que reconhece e institucionaliza as formas de organização sociais dos povos originários, promovendo a coexistência desse modelo tradicional com as estruturas "ocidentais-modernas" (ERNST, 2013;8). A principal diretriz da nova constituição é o conceito de *Vivir Bien* (*suma qamaña*, em aimará) expresso no artigo 8, que significa a satisfação das necessidades básicas materiais e espirituais dos indivíduos de

[7] Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), a inovadora constituição boliviana deu início ao constitucionalismo pós-colonial, promovendo a coexistência dos sistemas sociais, políticos e jurídicos dos povos originários e dos modelos "ocidentais-modernos".

ISBN 978-85-7205-133-0

maneira equitativa e em harmonia com a sociedade e a natureza. Este conceito é proveniente das culturas andinas quéchua e aimará e se transformou no mote do governo Morales, resumindo seu projeto de governo: prover a sociedade boliviana de condições de sobrevivência satisfatória, igualitária e solidária, visto que um fundamento importante do *Vivir Bien* é a não exploração dos semelhantes, conforme explica ALBÓ (2009):

> ¿Por qué hablar de vivier bien y no hablar de vivir mejor? En su concepción, los pueblos originarios (al menos los andinos) no lo ven necesario precisamente porque suma (o sumaq en quechua) ya puede incluir en sí mismo "el mayor grado posible". Por otra parte, los aymaras que han reflexionado más en este asunto se resisten a decir "mejor" porque se entiende demasiadas veces como que un individuo o grupo vive y está mejor que otros y a costa de los otros. Suma qamasiña es (con)vivir bien, no unos mejor que otros y a costa de otros (ALBÓ, 2009:6).

O conceito se tornou o mote da administração Morales e é inclusive utilizado nas propagandas governamentais. O *Vivir Bien*, junto com os demais conceitos que formam o mosaico ideológico do MAS, estenderam-se à política externa boliviana, influindo em sua reorientação (SCHMALZ, 2013). A tarefa de organizar os paradigmas de política externa esbarra na definição desses conceitos, visto que ainda não possuem formalização, ao menos nos moldes acadêmicos ocidentais. Sua construção é feita pelos analistas através de fragmentos dos discursos proferidos por Morales e seu ministro de Relações Exterior e Culto, David Choquehuanca, além da interpretação das obras de LINERA (2004), vice-presidente e intelectual do MAS.

Para melhor compreensão dos novos paradigmas de inserção internacional da Bolívia, pode-se dividi-la em três eixos principais (indigenismo[8], soberania e Diplomacia dos Povos) que norteiam as demais diretrizes de política exterior, tendo como princípio orientador o *Vivir Bien*:

"Vivir Bien"

[8] Desde a década de 1970 existe um debate sobre indigenismo e indianismo na Bolívia. A principal diferença entre os dois conceitos é que o primeiro foi criado por não-indígenas após a Revolução de 1952, enquanto o indianismo é fruto da interpretação dos próprios indígenas sobre seu papel social, além de rechaçar qualquer tentativa de integração entre os indígenas e a cultura ocidental. Fausto Reinaga foi precursor dessa corrente e era contra qualquer tipo de incorporação da cultura ocidental por parte dos indígenas. Já o indigenismo busca promover a coexistência entre as duas culturas.

ISBN 978-85-7205-133-0

Indigenismo	Soberania	Diplomacia dos Povos
• Valorização da cultura dos povos originários • Descriminalização do cultivo e uso da folha de coca	• Descolonização das relações internacionais • Nacionalização dos hidrocarbonetos	• Demanda Marítima • Integração Regional • Democracia

*Elaboração própria

Conforme observado, os paradigmas de política externa refletem demandas da Agenda de Outubro e das ideologias dos movimentos sociais de base, em sintonia com as mudanças promovidas internamente pelo novo texto constitucional boliviano. A pressão exercida pelos movimentos sociais que apoiaram Morales foi rapidamente absorvida pela retórica presidencial e, devido ao forte componente de descolonização e nacionalização dos recursos naturais (temas relacionados à inserção internacional do país), a política externa foi uma das primeiras áreas a incorporar a nova ideologia do MAS.

No contexto da política externa, o primeiro preceito abordado, o indigenismo, significa a valorização das culturas e tradições dos povos originários bolivianos no contexto internacional (SCHMALZ, 2013). Abrange também a descriminalização da folha de coca e sua promoção como símbolo da cultura andina, dissociando sua imagem da cocaína. Em contraposição à repressão ao cultivo de folhas de coca nos governos anteriores, Morales busca a aceitação de seu uso tradicional por parte da comunidade internacional. O tema é levado inclusive para a esfera das Nações Unidas, onde Morales solicita o fim da criminalização do consumo de folha de coca[9].

O segundo paradigma presente na política exterior boliviana é a soberania, que faz parte das bandeiras do MAS desde a Guerra do Gás e está ligada ao fim da ingerência estrangeira na política interna e na economia. Levada ao plano internacional, a soberania significa a não subordinação da Bolívia aos interesses de outros países ou empresas estrangeiras, relacionando-se em caráter de igualdade com os demais estados. Também

[9] Discurso proferido perante a Assembléia das Nações Unidas, Nova Iorque, Estados Unidos, 19/09/2006. Disponível em: http://abi.bo/index.php?i=enlace&j=documentos/discursos/200609/19.09.06DiscurNNUU.html

ISBN 978-85-7205-133-0

significa a descolonização das relações internacionais, ou seja, o fim das relações de poder e dominação entre os Estados. Dentro desse ponto é importante realizar um breve comentário sobre as relações com os EUA, que sofreram profundas mudanças durante o primeiro governo de Morales.

Como vimos no início deste capítulo, os EUA eram o principal sócio econômico da Bolívia e o principal doador bilateral, fato que abriu espaço para a influência norte-americana na política doméstica do país andino. Os sucessivos governantes dos EUA mantiveram estreitas relações com os ditadores bolivianos e continuaram a manter certa ingerência nas questões internas após a abertura democrática da década de 1980. O tema das drogas e da produção da folha de coca, matéria-prima da cocaína, produziu a narcotização das relações entre os dois países e após 11 de setembro de 2001, entra em pauta o narcoterrorismo, pois os norte-americanos temiam a criação de um foco terrorista na América do Sul a partir dos movimentos sociais bolivianos (SCHORR, 2013). A partir da ascensão de Morales, a política externa passa a se pautar pelos conceitos de soberania e descolonização, influindo fortemente nas relações com os Estados Unidos, que deixam de ser prioritárias. Morales busca a diversificação de parceiros comerciais, principalmente com os países da América do Sul, para diminuir os efeitos da redução do comércio com os EUA e reduzir a dependência. O programa de governo do MAS define como a relação bilateral seria abordada no novo governo: "con Estados Unidos se negociará un acuerdo comercial que no signifique condicionalidades ni formatos que atenten a la soberanía nacional, propriedad intelectual, compras estatales, inversiones y otros" (MAS, 2005).

A política anti-drogas passa a ser enfrentada através do combate aos produtores de cocaína e traficantes, de acordo com a estratégia "cocaina cero" e a liberalização do uso da folha de coca. A nova estratégia foi considerada ineficaz pelo governo dos EUA, que retirou a certificação ATPDEA (sigla de "Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act"[10]) da Bolívia, impactando 25.000 empregos que dependiam desse programa. Mas o ápice da deterioração das relações entre os dois países ocorreria em 2008, quando o então embaixador dos EUA, Philip Goldberg, foi acusado por Morales de apoiar a oposição e fomentar a divisão

[10] Acordo comercial criado pelos Estados Unidos em 1991 que eliminava tarifas de produtos provenientes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O objetivo era oferecer alternativas econômicas aos países dispostos a combater a produção e o tráfico de drogas em seus territórios. Em 2006, o acordo foi renovado e mais produtos foram contemplados com o regime especial de tarifas, denominando-se a partir de então "Ato de Proteção Comercial Andina e Erradicação das Drogas" (Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act - ATPDEA).

ISBN 978-85-7205-133-0

da Bolívia. Goldberg foi expulso do país e os EUA retaliaram, por sua vez, declarando o embaixador boliviano como "persona non grata". A tensão entre os dois países só baixou após a vitória de Barack Obama nas eleições de 2009, mas até hoje não se normalizaram. No contexto deste trabalho, a ruptura com os EUA oferece um exemplo prático do paradigma de soberania, conforme entendido pela política exterior boliviana.

Já o terceiro paradigma, a Diplomacia dos Povos, foi concebido pelo presidente venezuelano Hugo Chavez a partir de 2004 com a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América- Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), projeto de integração antagônico ao proposto pela ALCA. A origem dessa abordagem é a Diplomacia Indígena, que consiste nas relações estabelecidas pelos povos originários da América do Sul através do intercâmbio social, político, econômico e cultural. As bases de tais relações são o respeito mútuo e a compreensão das diferenças (TICONA, 2006).

A Diplomacia dos Povos é uma ampliação desse conceito e busca reaproximar a sociedade civil das decisões sobre relações internacionais, democratizando o debate em torno do tema e influindo diretamente na condução de negociações que envolvam interesses desses atores, como políticas públicas para a integração regional e resolução de conflitos, por exemplo. BANSART (2008) define da seguinte forma a Diplomacia dos Povos:

> Significa el intercambio entre comunidades de base, formadas por dos o más territorios: intercambio de preocupaciones, análisis y experiências (...) De este modo la Diplomacia de los Pueblos es muy diferente de la Diplomacia de los Estados sin, por eso, entrar en conflicto con ésta. Responde a un derecho de visibilidad y consiste en una actuación directa, activa, flexible, adaptable a todas las circunstancias. Está lejos de la diplomacia de los negocios; se trata de una diplomacia de la dignidad" (BANSART, 2008:33).

O Estado produzido pela concepção ocidental tem um papel secundário nessa forma de diplomacia baseada na relação direta entre comunidades e movimentos sociais. Apesar disso, as duas formas de diplomacia seriam complementares, segundo seus idealizadores.

Embasada pela Diplomacia dos Povos, a nova política externa boliviana busca romper, ao menos na retórica, com o enfoque adotado pelas políticas anteriores. A demanda marítima, questão histórica entre Bolívia e Chile, passou a ser discutida com a sociedade civil chilena, principalmente com os movimentos sociais daquele país.

ISBN 978-85-7205-133-0

Através da Diplomacia dos Povos se busca também estreitar os vínculos com os países da região sul-americana. RECCE (2007) esclarece que Morales tem como uma de suas prioridades a maior inserção da Bolívia no contexto regional como meio de fortalecer a economia do país (principalmente após a queda de comércio com os EUA) e guiá-lo rumo ao desenvolvimento. O novo governo busca maior integração com os países de população indígenas significativas, como o Peru e Equador, e a figura de Morales é significativa neste sentido, tendo sido proclamado "presidente dos povos indígenas da América" durante o "Encontro de Autoridades Indígenas", realizado em 20 de janeiro de 2006.

A Diplomacia dos Povos possui ainda um claro viés de união entre os países sul-americanos e nesse sentido a aproximação com a Venezuela foi emblemática. A responsabilidade social derivada de sua plataforma política, unida ao compromisso com os movimentos sociais de que levaria adiante suas demandas através de mudanças estruturais no país, fizeram com que Morales buscasse respaldo em seus vizinhos para a implementação de seu projeto político. O parceiro encontrado foi a Venezuela de Hugo Chávez, que possui similaridades ideológicas com o governo Morales. A pujança econômica venezuelana, derivada da alta do petróleo, permitiu a Chávez fazer investimentos na Bolívia, auxiliando, assim, o governo de Morales e diminuindo a dependência econômica do país. Ao priorizar Cuba e Venezuela como parceiros, Morales rompe com a histórica orientação da política externa boliviana de priorizar as relações com os Estados Unidos e Brasil (RECCE, 2007). Sobre o Brasil, passada a crise da nacionalização dos hidrocarbonetos, medida que afetou os interesses da empresa estatal brasileira Petrobrás, as relações entre os dois países se normalizaram e em 2012 a Bolívia deu início ao processo para se tornar membro pleno do Mercosul.

Considerações finais

Diante do exposto acima, é importante notar que os novos paradigmas da política exterior boliviana são embasados pela retórica do MAS. Porém, em termos práticos, o governo Morales adotou uma postura pragmática de interação com os desafetos, como no caso dos EUA e até mesmo do Brasil. Os dois gigantes ainda são parceiros comerciais estratégicos para a Bolívia e o que ocorreu foi uma renegociação dos termos de comércio de recursos naturais, algo mais suave do que o proposto pelos discursos de Morales perante os movimentos de apoio ao MAS. No entanto, isso não invalida a mudança da política externa boliviana, que realmente sofreu uma ruptura com processos anteriores e inovou

ISBN 978-85-7205-133-0

profundamente, chegando a propor um novo paradigma para as relações internacionais baseado no conceito de "Vivir Bien".

Bibliografia

ALBÓ, Xavier. *Raíces de América: El Mundo Aymara*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 527-529.

ALEJO, Esteban Ticona. El *indianismo de Fausto Reinaga*. Tese de doutorado. Universidade Andina Simón Bolívar, Equador, 2013.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 29-160.

ANDOLINA, Robert; RADCLIFFE, Sarah; LAURIE, Nina. *Gobernabilidad e identidad: indigeneidades transnacionales en Bolivia*. In: Pueblos indígenas, estado y democracia. Pablo Dávalos. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 356.

ARANDA, Andrés Silva. *Etnicidade e política: o caso Aymara*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP. São Paulo, 1997.

ARANDA, Andrés Silva. *A questão étnica e cultural na política boliviana no cenário pós-guerra-fria.* Tese de doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

BANSART, André. *La diplomacia de los pueblos*. In: Cuadernillos Nueva Diplomacia. Caracas:Pedro Gual, 2008.

CARRA, Marco; CEPIK, Marcos. *Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul*. In: Observatório Político Sul-Americano, Análise de Conjuntura, nº 4, abril de 2006. Disponível:http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf. Acessado em: 25/08/08.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. *Bolívia, a criação de um novo país*. Brasília: FUNAG, 2006, p.197.

CUNHA FILHO, Clayton; DELGADO, Ana Carolina. *Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales*. Tensões Mundiais, v. 6, pp. 287-310, 2010.

CUSICANQUI, Jorge Escobari. História Diplomatica de Bolivia. La Paz: UNIDAS, 1975.

ERNST, Tanja. *El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo*. La Paz: Plural, 2013. pp. 8, 13 e 16.

FERNANDEZ, Vivian Grace Dávila Urquidi. *O Movimento Cocalero na Bolívia: Heterogeneidade Temporal e Diversidade Cultural*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP São Paulo, 2001.

ISBN 978-85-7205-133-0

FLOR, Francisco Hidalgo. *Buen vivir: aporte contra hegemônico del proceso andino.* In: Utopia y praxis latinoamericana. Caracas: Universidade Zulia, vol.16, n.53, Abr/Jun 2011.

FREITAS-HUPSEL, Caroline Cotta de Mello. *Reivindicação do direito à diferença com base em identidade étnica na Bolívia: um nacionalismo aymará.* Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, Departamento de Antropologia. São Paulo, 2008.

GAMARRA, Eduardo. *Bolivia on the brink.* In: Council on Foreign Relations. Washington: CFR, n.24, Fev/2007.

GUTIERREZ, Alberto Ostria. *Una Obra y un Destino*. Buenos Aires:Editorial Ayacucho, 1946, p. 14-15.

KLEIN, Herbert. *A concise history of Bolivia*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 2011.
KOHL, Benjamin e FARTHING, Linda. *Impasse In Bolivia: Neoliberal Hegemony and Popular Resistence*. Londres: Zed Books, 2006. P. 22-80.

LINERA, Álvaro Garcia. *Os Movimentos Indígenas na Bolívia*. In: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: FUNAG, Ano I, N. 3, Abril/Junho 2005.

MAYORGA, Fernando García. *Nacionalismo e indigenismo em el MAS: Los Desafios de la Articulácion Hegemônica*. La Paz: Revista Internacional de Filosofia Política, n.28, 2006.

MAS, Movimiento al Socialismo. *Programa de governo*, 2005. Disponível em: http://www.archivochile.com/Portada/bol_elecciones05/boleleccciones0009.pdf. Acesso em: 22/03/2013.

MORALES, Juan Antonio. *Desarrollo economico y social*. In: Temas de conyuntura nacional. La Paz:FUNDEMOS, 2007.

MORALES, Waltraud Queiser. *Bolivian Foreign Policy: The Struggle for Sovereignty*. In: The Dynamics of Latin American Foreign Policies. Colorado: Westview Press, 1984:180, 185.

OMISTE, Edgar Camacho. *Política Exterior Boliviana a inícios del siglo XXI*. La Paz: UDAPEX, 2005

PAREDES, Fernando Salazar. *Política Exterior Boliviana*. La Paz: CERID, 1993.

PAREDES, Fernando Salazar. *Hacia una Nueva Política Exterior Boliviana*. La Paz: Ediciones CERID, 2000, p. 79, 85 e 136.

RECCE, Julio. *Política Externa de Bolívia*. In: Observatório de Bolívia (Buenos Aires). 2006, Maio-Setembro. Disponível em: http://www.caei.com.ar/observatorios/bolivia/1.pdf

REINOSO, Alain. *Bolivia y la integración andina*. In: Comércio y política exterior boliviana. La Paz: Konrad Adenauer, 2009.

RIVERA, Silvia. *Oprimidos, pero no vencidos*. La Paz: WA-GUI, 1984. Disponível em: http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/294.pdf. Acesso em 15/05/2013.

ISBN 978-85-7205-133-0

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Bolívia: Plural Editores, 2010.

SCHMALZ, Stefan. *Reorientación de la política exterior boliviana: avanzando hacia un bloque sudamericano de izquierda?* In: El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo. La Paz: Plural, 2013:358.

SCHORR, Bettina. *Una jerarquia clara? Las relaciones bilaterales entre E.E.U.U. y Bolivia durante el Gobierno de Evo Morales*. In: El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo. La Paz: Plural, 2013.

TAPIA, Luis. *Bolivia: ciclos y estructuras de rebelión*. In: Bolivia: memoria, insurgência y movimientos sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

VALLE, Juan Ignacio Siles del. *A nova política externa da Bolívia*. In: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: FUNAG, Ano I, N.1, Out/Dez. 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e integração*. In: ARAUJO, Heloísa Vilhena. Os países da comunidade andina, vol 1. Brasília: FUNAG, 2004. pp. 348-363.

WEISE, Agustín Saavedra. *Bolivia y el Mundo*. La Paz: Amigos del Libro, 1995.

ZALLES, Alberto. *Bolivia y Chile: los imperativos de una nueva época*. In: Nueva Sociedad. Buenos Aires: Friedrich Ebert, n. 207, Jan/Fev 2007.

ZUAZO, Moira. Los movimientos sociales en el poder? In: Nueva Sociedad. Buenos Aires: Friedrich Ebert, n. 227, Mai/Jun 2010.

ISBN 978-85-7205-133-0

Governos de esquerda e políticas sociais na América Latina: uma exploração analítica sobre os atuais regimes na Bolívia e na Venezuela

Leftist governments and social policies in Latin America: an analytical exam on current regimes in Bolivia and Venezuela

Francesca Baggia
Doutoranda em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
francesca.baggia@gmail.com

Nathália França Figuerêdo Porto
Mestranda em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
nathaliafporto@gmail.com

RESUMO

Os atuais governos da Bolívia e da Venezuela costumam ser considerados pela literatura como os mais radicais entre os governos de esquerda da região, em função da ascensão de regimes de orientação bolivariana. Em particular, o discurso dos atuais incumbentes dos dois países e de seus partidos políticos tem destacado a luta contra as desigualdades e a exclusão como um elemento fundamental de seus mandatos e, ao mesmo tempo, tem salientado a importância da participação popular na vida política do país. A partir destas constatações, o trabalho procura refletir sobre se e como os discursos radicais desses governos se traduzem em políticas sociais e sobre os elementos analíticos que permitem avaliar tais políticas nos dois países. Para tanto, serão abordadas duas questões que parecem centrais nos discursos dos governos de Evo Morales e Hugo Chávez Frias: a inclusão social e a participação nas políticas públicas. Em um primeiro momento, serão analisadas as propostas e discursos dos dois governos sobre estas questões e a existência de similitudes e diferenças entre eles. Em seguida, serão apontados caminhos metodológicos que podem permitir avaliar as duas dimensões nas distintas áreas de políticas sociais dos dois países. Neste sentido, o trabalho propõe aportar alguns elementos de reflexão metodológica sobre os desafios de se comparar as especificidades dos governos de esquerda na região e suas respectivas políticas públicas.

Palavras chave: Bolívia; Venezuela; Políticas sociais; Participação.

ISBN 978-85-7205-133-0

ABSTRACT

The current government turns in Bolivia and Venezuela are usually taken as the most radical ones among leftist governments in the region, due to the rise of bolivarian policies in these countries. Particularly, the current discourse shared by Chávez and Morales and their political parties has highlighted the struggle against inequalities and popular participation as fundamental characteristic of their terms. From these findings, this working paper aims as reflecting on if and how these so-called radical discourses redound in social policies, and on the analytical tools that allow us to evaluate such policies in both countries. We approach two questions which are central to Evo Morales and Hugo Chávez's terms: social inclusion and participation in public policies. At first, we analyze the proposals of both governments on these issues and possible similarities and differences between them. Then, we discuss methodological pathways which can help to evaluate both dimensions in different social policies áreas in both countries. Thus, this working paper proposes to contribute with some methodological reflection elements on the challenges in comparing the peculiarities of leftist government in the region and their public policies.
Keywords: Bolivia; Venezuela; Social policies; Participation.

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de analisar se e como os discursos da esquerda contestatória nos governos de Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela, pautados na participação local e no incentivo à organização comunitária, se refletem na elaboração de políticas sociais nos respectivos países. Também se pretende refletir sobre os elementos analíticos e metodológicos que permitem avaliar a efetiva implementação e os resultados das políticas sociais nesses países. A problemática que justifica este esforço de pesquisa é a necessidade de reflexão acerca dos desafios de se comparar as especificidades dos governos de esquerda na região e de suas respectivas políticas públicas, a despeito do que comumente ocorre na literatura, que costuma classificar os governos de Bolívia e Venezuela como um bloco único (WEYLAND *et al*, 2010), quando comparados com outros governos de esquerda da região.

ISBN 978-85-7205-133-0

A literatura costuma apontar para o fato que os governos de esquerda na região seriam marcados por uma preocupação geral com a inclusão social, a redistribuição e a participação (CAMERON; HERSHBERG, 2010; LEVITSKY; ROBERTS, 2011; WEYLAND; MADRID; HUNTER, 2010). Neste contexto, os governos de Bolívia e Venezuela teriam se destacado por ter discursos que enfatizam a luta contra as desigualdades e a exclusão e a ampliação da participação popular. Mesmo assim, nem sempre as classificações e as análises comparativas dos governos de esquerda na região aprofundam estas questões. Em consequência disso, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre como analisar e comparar as políticas sociais dos países latino-americanos, a partir dos casos de Bolívia e Venezuela.

Um aspecto de grande importância na análise das políticas sociais diz respeito à centralidade do conceito de participação nos programas dos dois governos. Isso porque, em um claro desejo de ruptura com a lógica neoliberal presente na região e de sistematizar a nível nacional o respeito às culturas tradicionais, a participação é apresentada como um elemento importante de descentralização do processo decisório e de autonomia local.

Assim, para permitir a análise das propostas de políticas sociais dos governos venezuelano e boliviano e refletir sobre as maneiras de analisar os resultados concretos de tais políticas, o trabalho irá proceder da seguinte maneira: em primeiro lugar será retomada a literatura sobre governos de esquerda na América Latina, mostrando como as principais análises e classificações destas experiências deixam em segundo plano uma análise específica das propostas programáticas e, em particular, das políticas sociais dos governos da região. A partir desta reflexão, o presente trabalho propõe se debruçar de forma específica sobre as propostas de políticas sociais dos governos venezuelano e boliviano, tentando estabelecer semelhanças e diferenças entre as duas experiências. Para esta análise, o trabalho irá analisar alguns documentos programáticos dos dois governos, visando entender melhor quais são suas propostas concretas e se e como os temas da participação está vinculado a estas políticas. Enfim o trabalho propõe uma reflexão de cunho metodológico sobre as possibilidades e desafios de se pesquisar e comparar a implementação das políticas sociais e seus elementos de inclusão e participação nestes dois países.

Governos de esquerda na América Latina: como classificar as experiências de Bolívia e Venezuela?

ISBN 978-85-7205-133-0

Os atuais governos da Bolívia e da Venezuela costumam ser considerados pela literatura como os mais radicais entre os governos de esquerda da região, em função da ascensão de regimes de orientação bolivariana. Neste sentido, vários autores têm rotulado os governos Chávez e Morales como populistas, em contraposição a uma esquerda moderada e socialdemocrata presente em países como Uruguai, Chile e Brasil (CASTAÑEDA, 2006; DOYLE, 2011). Estas classificações costumam dar ênfase ao estilo de governo dos dois líderes, a suas políticas macroeconômicas pouco responsáveis voltadas a manter a popularidade do governo e as relações tensas com o governo dos Estados Unidos. Mesmo assim, tais classificações costumam dizer muito pouco ao respeito das propostas programáticas destes governos, para além de uma vaga referência ao nacionalismo e desenvolvimentismo. Em particular, este tipo de classificações costuma não explicar se e em que medida as políticas públicas destes países e, em particular, suas políticas sociais, seriam parecidas entre sim e diferentes dos países com governos de esquerda moderada.

Ao mesmo tempo, em contraste às visões tradicionais que categorizam as esquerdas na região em termos dicotômicos, têm surgido novas abordagens, centradas nas causas e características da chamada "Onda Rosa". Neste contexto, vários autores (CAMERON; HERSHBERG, 2010; SCHAMIS, 2006) têm criticado a visão maniqueísta e polarizada que divide os governos de esquerda entre populistas e moderados/socialdemocratas e têm proposto análises e classificações alternativas que tomam em conta novas dimensões e fatores que impactam a atuação dos governos da região. Segundo Levitsky e Roberts (2011) as visões dicotômicas sobre a esquerda latino-americana não dariam conta de explicar as experiências que existem pelo fato de juntar muitas dimensões de análise (econômica, organizacional, relativa ao tipo de regime etc.) em uma única tipologia e não perceber que as clivagens que atravessam essas dimensões podem não coincidir. A partir desta constatação, os autores elaboram uma nova tipologia baseada apenas nas características organizacionais dos partidos de esquerda. Para isso os autores consideram duas dimensões de analise a concentração do poder no interior da organização partidária (que pode ser disperso ou concentrado) e o tipo de organização partidária (que contrapõe organizações estabelecidas a novos movimentos políticos).

A classificação dos governos de esquerda que Levitsky e Roberts fazem a partir da combinação destas duas dimensões permite destacar importantes diferenças os governos tradicionalmente considerados como sendo de esquerda radical ou populista e refletir sobre

ISBN 978-85-7205-133-0

pontos de convergência e divergência que podem existir entre a experiência do MAS na Bolívia e do MVR/PSUV na Venezuela[1]. Mesmo assim, a classificação elaborada pelos autores também não faz referência às semelhanças ou diferenças programáticas que podem existir entre estes governos de esquerda[2] e diz muito pouco sobre as especificidades de suas políticas sociais.

Assim, ao refletir sobre a tipologia elaborada por Levitsky e Roberts, Luna (2010) aponta para o fato que as políticas empregadas por cada governo não são influenciadas apenas pelo tipo de organização partidária, mas também por outros elementos externos à estrutura partidária. Em consequência disso, o autor elabora uma tipologia que tome em conta duas dimensões: por um lado, o tipo de constrangimentos e oportunidades que os governos de esquerda enfrentam ao pôr em práticas suas agendas[3]; por outro, a orientação programática dos governos de esquerda. Neste sentido, Luna coloca um elemento importante que poderia ajudar a refletir sobre as semelhanças e diferenças das políticas sociais na Venezuela e na Bolívia. Mesmo assim o autor apenas caracteriza os governos dos dois países como tendo um projeto radical/constituinte, cuja característica principal seria a busca por políticas de inclusão social e econômica que possam ir além da economia de mercado e da democracia de cunho liberal (LUNA, 2010, p. 29–30). Assim, Luna avança no sentido de apontar para o fato que as propostas programáticas podem ser um elemento importante para estudar e classificar os governos de esquerda da região e também ao lembrar que oportunidades e constrangimentos externos podem afetar a aplicação destes programas. Mesmo assim, ele dá apenas vagos indícios de como seria preciso analisar e classificar de forma mais precisa as características programáticas dos diferentes governos de esquerda e as políticas públicas realmente implementadas por tais governos para que estes últimos possam ser considerados como "radicais".

[1] Segundo a classificação desses autores (LEVITSKY; ROBERTS, 2011), a experiência Boliviana seria um movimento de esquerda, por se um novo movimento político com autoridade dispersa, enquanto a Venezuela teria uma esquerda populista, ou seja, um novo movimento político no qual a autoridade é concentrada.

[2] Os autores afirmam apenas que todos os governos de esquerda implementaram políticas sociais redistributivas.

[3] Luna (2010) aponta para a existência de constrangimentos endógenos e exógenos que poderiam limitar a capacidade dos governos de esquerda colocar em prática suas propostas. Os primeiros seriam constrangimentos devidos à diversidade da base social e das demandas às quais os governos devem responder. Já os constrangimentos exógenos diriam respeito às configurações institucionais e socioculturais de cada país. Segundo o autor a Venezuela teria um baixo nível de constrangimentos, enquanto o governo boliviano deveria se confrontar com importantes constrangimentos.

ISBN 978-85-7205-133-0

A partir da constatação de que a literatura sobre esquerda na América Latina não dá centralidade à analise das propostas e das políticas públicas implementadas nos distintos países, o presente trabalho sugere que um primeiro passo para classificar e comparar a atuação dos governos de esquerda na América Latina seja a análise de suas propostas programáticas e realizações na área das políticas sociais. Com efeito, mesmo se há consenso geral na literatura sobre o fato que todos os governos de esquerda da região avançaram nesta área, por outro lado, ainda são poucos os estudos que comparam este aspecto e o consideram central para definir as características dos governos de esquerda.

Elementos programáticos e propostas de políticas sociais dos governos Morales e Chávez: o que diz a literatura?

Poucos são os autores que, desde uma perspectiva comparativa, têm se preocupado com o conteúdo das políticas sociais dos governos de esquerda na América Latina. Nesse sentido, mesmo os estudos que analisam o surgimento e as características do estado de bem estar social na América Latina, não têm dado grande ênfase ao conteúdo programático e a existência de diferentes tipos de políticas existentes na região. Ubiergo (2007), por exemplo, ao focar nos fatores que, ao longo da história, levaram a um maior ou menor desenvolvimento do Estado de bem estar social nos países da região, dá particular ênfase às mudanças advindas nos últimos trinta anos como consequência dos processos de democratização e globalização. Neste sentido, a abrangência do estudo e o grande período de tempo analisado pelo autor não ajudam a captar as diferenças políticas e programáticas que podem existir entre diferentes governos da região e, em particular, entre os governos de esquerda eleitos na virada do século XX para o século XXI.

Já Weyland, Madrid e Hunter (2010) colocam a pergunta do que os governos de esquerda fizeram nos frentes político, econômico e social e apontam para o fato que as administrações dos diferentes governos teriam diferenças cruciais nas orientações e estratégias políticas. Mesmo assim, esses autores acabam reproduzindo parcialmente a dicotomia entre moderados e radicais e colocam Venezuela e Bolívia juntas neste segundo grupo afirmando que ambos os países teriam governos que desafiam o neoliberalismo e a globalização e que fazem frente a seus oponentes políticos mais do que negociam com eles. Além disso, os autores não aprofundam a análise das políticas sociais implementadas nestes países e apontam apenas para

ISBN 978-85-7205-133-0

o fato que, de uma forma geral, todos os governos de esquerda teriam políticas sociais de conteúdo parecido, caracterizadas por um maior uso de recursos públicos e o fornecimento direto de serviços de saúde, educação e previdência[4]. Assim, mesmo se os autores avançam na análise das realizações de diferentes governos de esquerda da região, eles ainda dizem pouco sobre as características e o alcance de suas políticas sociais e acabam aproximando os governos de Bolívia e Venezuela sem uma comparação sistemática de suas propostas e realizações.

Por outro lado, Weyland, Madrid e Hunter (2010) colocam uma importante pergunta sobre o que os governos de esquerda teriam feito para incentivar a inclusão dos setores marginalizados e promover a participação dos cidadãos. A questão sobre a adoção de medidas que incentivem a participação parece uma questão chave para se refletir sobre as especificidades dos diferentes governos de esquerda, pois permite refletir sobre medidas de inclusão e democratização dos processos de tomada de decisões sobre políticas públicas. Mesmo assim, na literatura sobre governos de esquerda na América Latina, está questão parece não estar tão bem resolvida nem explorada do ponto de vista analítico.

Com efeito, vários autores (CASTAÑEDA, 2006; DOYLE, 2011; WEYLAND; MADRID; HUNTER, 2010) costumam utilizar a participação como sinónimo de grandes mobilizações de massa, ou, no máximo, de democracia direta e associar a ampliação dos canais de participação a um enfraquecimento da democracia liberal e do Estado de direito, os quais, em última instância, levariam a uma concentração de poderes nas mãos do presidente e do governo central. Assim, mesmo se autores como Levitsky e Roberts (2011) apontam para o fato que a promoção da participação popular no processo político pode se dar tanto no respeito da democracia liberal, como com seu enfraquecimento[5], poucos autores têm se dedicado a explorar as características específicas dos mecanismos de participação implementados pelos diferentes governos em uma perspectiva comparada[6]. Por outro lado, o aprofundamento da democracia e a ampliação dos canais de participação têm sido uma marca

[4] Segundo tais autores, as especificidades das políticas sociais implementadas pelos governos de esquerda na Bolívia e Venezuela, quando comparadas com governos moderados com Brasil e Chile, seriam apenas: certa irresponsabilidade financeira devida ao fato de financiar os programas sociais com recursos instáveis advindos do aumento do preço das *commodities*; o fato de criar novos programas e políticas pouco institucionalizados e para além da estrutura administrativa tradicional do Estado; e o fato de ter avançado no tema da reforma agraria.
[5] Neste sentido Levitsky e Roberts apontam para o fato que, na Bolívia o aprofundamento da participação estaria se dando no respeito dos valores da democracia liberal, enquanto na Venezuela estes últimos estariam sendo enfraquecidos frente ao uso cada vez maior de mecanismos de democracia direta.
[6] Uma rara exceção neste sentido é o trabalho de Goldfrank (2011) comparando Venezuela, Brasil e Uruguai.

ISBN 978-85-7205-133-0

distintiva dos governos de Hugo Chávez Frías e Evo Morales. Por isso, consideramos que perguntar se tais governos propuseram e/ou implementaram mecanismos através dos quais a população possa participar ativamente das decisões sobre políticas públicas pode ajudar a entender uma marca distintiva destes governos e de suas políticas sociais.

A partir destas reflexões, o presente trabalho considera que um ponto de partida para se começar a pensar sobre as características e eventuais similitudes e diferenças nas políticas sociais dos governos de esquerda seja a análise de suas propostas programáticas. Isso porque, mesmo que elas não consigam ser realizadas por completo, tais propostas expressam as posições dos partidos e de suas lideranças sobre temas concretos e sobre as medidas que devem ser tomadas em diferentes áreas. Para esta análise consideramos que os programas de governo apresentados pelos candidatos à Presidência da República e por seus partidos nos dois países possam constituir uma fonte de informações muito rica, pois para além de resumir a posições dos partidos sobre uma grande variedade de temas (entre os quais as políticas sociais), eles apresentam as ações que os governantes propõem levar para frente uma vez eleitos. Assim, para além do conteúdo das políticas sociais, a análise de tais documentos vai permitir também começar a entender se e como os discursos sobre aprofundamento da democracia levados para frente para os governos boliviano e venezuelano vão além da retórica dos seus líderes e do apelo populista destacado pela literatura e se tornam propostas concretas de inclusão da população na formulação e gestão das políticas públicas.

No presente trabalho foram analisados os programas de governo apresentados por Hugo Chávez Frías para 2001-2007 e para 2007-2013 e os apresentados pelo MAS em 2005 e 2010, pois se trata de programas relativos a mandatos de governo já concluídos, o que, nos desenvolvimentos futuros da nossa pesquisa, permitirá uma comparação entre propostas programáticas e políticas realmente implementadas. Portanto não foram considerados na análise o programa proposto por Hugo Chávez Frías para as eleições presidenciais do final de 2012, nem o apresentado por Evo Morales nas eleições presidenciais de 2014[7].

Neste trabalho, são empregadas quatro dimensões analíticas principais, as quais servem de guia para avaliar a efetiva radicalidade das propostas de políticas sociais dos governos dos

[7] Além disso, não foi considerado o programa que Hugo Chávez Frías apresentou nas eleições presidenciais de 1998, pois depois da aprovação da nova Constituição no final de 1999, a Venezuela passou por novas eleições em todos os níveis de governo, foi apresentado um novo programa para o período 2001-2007.

ISBN 978-85-7205-133-0

dois países e poderão também ser utilizadas para avaliar as efetivas realizações desses governos. São elas: cobertura das políticas analisadas; papel do Estado (exclusividade ou partilha com o setor privado); inclusão de minorias (fortalecimento da diversidade); e papel concedido à participação em cada política. Serão analisadas, basicamente, as políticas sociais nas áreas de saúde, educação e segurança alimentar, posto que são as políticas sociais às quais os programas analisados dão mais atenção e que permitem esboçar uma primeira comparação entre os dois países.

Propostas de políticas sociais dos governos Chávez (2001-2007 e 2007-2013)

A análise do "Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007" e do "Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013" permite afirmar que propostas apresentadas são muito gerais e, mesmo quando são mais detalhadas, apresentam poucas medidas concretas ou especificações da origem dos gastos[8]. Mesmo assim, os dois programas deixam claros os princípios fundamentais que deverão orientar a atuação do governo e, em particular, as políticas sociais. Além disso, ambos dedicam uma parte específica do texto à descrição dos princípios e medidas que deverão orientar a criação e funcionamento de instâncias de participação.

Em ambos os programas é destacado um compromisso central com a luta à pobreza e às desigualdades, sendo que, no programa de 2001 é apresentada uma crítica aberta às políticas focalizadas e compensatórias que foram aplicadas no país nas décadas precedentes (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 91-92). Além disso, esse programa afirma que as políticas sociais deverão ser orientadas pelos princípios de universalidade, equidade, participação e corresponsabilidade (*Idem*). Já no documento de 2007 são destacados os avanços na cobertura e universalização e inclusão obtidos através das "Misiones" (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007 p.9) e é introduzida a ideia de que o Estado deve garantir as condições materiais para o bem-estar de todos e o acesso a saúde, educação e trabalho (*Idem*, p. 15). Enfim, em ambos os programas é afirmada a ideia geral de que é preciso se dar uma atenção particular a grupos e contextos específicos

[8] Apenas no "Proyecto Nacional Simon Bolívar" (2007-2013) é apontado que as "Misiones", cujo objetivo é avançar na cobertura e universalização de várias políticas, entre elas as políticas sociais, são financiadas através dos recursos que vêm do petróleo (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 9)

ISBN 978-85-7205-133-0

e/ou excluídos (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 92-93; 2007 p. 10).

Relativamente às propostas para as políticas de saúde, educação ambos os programas consideram saúde e educação como direitos humanos e apontam para a necessidade de políticas universalistas que ampliem o acesso e a cobertura. Já com respeito à segurança alimentar, o programa de 2001 não explicita o tipo de cobertura proposta limitando-se a descrever medidas de apoio ao setor agrícola. O programa de 2007, também permanece muito vago sobre este tema, mas aponta para a necessidade de se atingir a soberania alimentar do país e de se melhorar a acessibilidade aos alimentos, o que pode apontar para uma preocupação universalista.

Com respeito ao papel do Estado nas políticas sociais, é possível afirmar que houve uma importante mudança programática entre as propostas apresentadas em 2001 e aquelas apresentadas em 2007. Com efeito, as propostas para as áreas de Saúde e Educação apresentadas em 2001 previam a presença e atuação do setor privado de maneira coordenada com o Estado, enquanto as propostas na área de segurança alimentar previam medidas de fomento e financiamento ao setor agrícola. Já no programa de 2007 é possível notar o desaparecimento de qualquer referência ao setor privado[9] o que parece indicar um papel preponderante do Estado nestas áreas.

Quanto à inclusão de direitos e medidas específicas para minorias ou grupos específicos, o programa de 2001 aponta para a necessidade de não discriminação cultural, linguística e de gênero nas políticas de saúde (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001 p. 112). Na área de educação, esse mesmo programa aponta para a necessidade de medidas específicas para populações rurais, indígenas e das áreas de fronteiras, assim como para a urgência de uma reforma curricular que tome em conta o contexto sociocultural e os saberes populares (*Idem*, p. 93 e 108). Já o programa de 2007 não faz nenhuma referência a medidas específicas para minorias na área de saúde, mas continua afirmando a necessidade de uma educação intercultural e bilíngue (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 13). Neste sentido, se por um lado é possível afirmar uma atenção a estas questões nas propostas sobre políticas para a educação, por outro lado, no campo da saúde elas não

[9] Apenas é mencionada a necessidade de se integrar o sistema educativo ao sistema produtivo nas propostas sobre políticas para a educação (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 93-94).

ISBN 978-85-7205-133-0

parecem ser um tema de grande importância para o governo, pois apenas foi possível encontrar uma referência genérica à necessidade de não discriminação no programa de 2001. Enfim, sobre a participação, é possível apontar que, para além de uma genérica referência à participação das comunidades nas escolas (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 108) e à formação de valores democráticos através da participação (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 93; .2007, p. 12), mecanismos concretos de participação apenas estão previstos no programa de 2001, nas políticas para a área de saúde[10]. Mesmo, assim, para além das propostas relativas às políticas sociais, ambos os programas incluem uma parte específica na qual é tradado o tema da participação. Em ambos os programas, essas partes dão ênfase à necessidade de organização comunitária como unidade básica para a participação e à necessidade de formação para que a população possa aprender a tomar decisões nas políticas públicas.

Por outro lado, o programa de 2001 dá maior ênfase à participação em todas as fases do ciclo de políticas, mas sem deixar claro através de quais mecanismos concretos. Já o programa de 2007 associa à participação à ideia de uma democracia "protagônica" e à de soberania popular, afirmando que o exercício da soberania se realiza através da participação cidadã em todos os âmbitos da atividade legislativa e na tomada de decisões em todos os níveis da administração do Estado (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 15-16). Além disso, esse programa aponta para estratégias que permitam fortalecer os canais e as práticas participativas, entre as quais a criação e melhoria de um marco legal e mecanismos institucionais que permitam a participação, têm particular destaque (*Idem*, p. 18). Assim, para além de poder afirmar que as propostas programáticas dos governos Chávez 2001-2006 e 2007-2012 dão grande relevância à participação e à sua utilização como instrumento de tomada de decisões e de gestão das políticas públicas, é possível notar que o programa de 2007 aponta para a necessidade de medidas concretas que incentivem a participação e que regulamentem e institucionalizam tais práticas. Mesmo assim, com exceção das políticas de saúde no programa de 2001, os dois programas não detalham se e como mecanismos participativos deverão ser incluídos e utilizados nas distintas áreas de políticas sociais.

Tabela 1: Análise das propostas de políticas sociais na Venezuela

[10] Nas propostas para a área de saúde, o programa de 2001 afirma que a participação é um dos princípios que deverão orientar a constituição de um sistema único de saúde e que mecanismos de participação deverão ser utilizados para tomar decisões tanto sobre o planejamento das políticas, como sobre seu financiamento e gestão. Além disso, o programa afirma que deverão ser criados conselhos de saúde em todos os níveis administrativos (RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 12 e 111-112).

ISBN 978-85-7205-133-0

Venezuela	Cobertura	Papel do Estado	Inclusão minorias	Participação
Saúde	2001-2007 Universal.	2001-2007 Papel do público e do privado.	2001-2007 Não discriminação de minorias.	2001-2007 Princípio da participação e medidas específicas.
	2007-2013 Universal.	2007-2013 Nenhuma referência ao setor privado	2007-2013	2007-2013
Educação	2001-2007 Universal.	2001-2007 Papel do público e do privado.	2001-2007 Atenção às minorias e aos contextos.	2001-2007 Participação nas escolas
	2007-2013 Universal.	2007-2013 Nenhuma referência ao setor privado	2007-2013 Atenção às minorias e aos contextos.	2007-2013
Segurança Alimentar	2001-2007	2001-2007 Fomento e financiamento à agricultura	2001-2007	2001-2007
	2007-2013 Universal	2007-2013	2007-2013	2007-2013

Fonte: Elaboração própria.

Análise das propostas de políticas sociais dos governos Morales (2005-2010 e 2010-2015)

A análise do "Programa de Gobierno por una Bolivia digna, soberana y productiva para vivir bien" (2005-2010) e do "Programa de Gobieno Bolivia País Líder" (2010-2015), ambos redigidos pelo governo do líder *cocalero* Evo Morales (MAS), permite observar que o espaço conferido à participação como diretriz de orientação de políticas econômicas e sociais está presente, embora em cada uma dessas áreas se configure de maneiras distintas. O marco mais evidente de discussão em ambos os planos de governo é o rompimento da proposta do MAS com as políticas neoliberais, das quais a Bolívia guarda amargas experiências (MOLINA, 2010). Sendo assim, em um primeiro momento, discute-se em que medida a proposta de uma nova constituição e de um governo calcado no respeito às diferenças sociais e culturais se refletiria em termos econômicos e em que medida essas decisões econômicas representam ruptura com os padrões estabelecidos para a região a partir do Consenso de Washington.

Com destaque aos aspectos de exploração dos recursos naturais do país, ao aumento da desigualdade social, econômica e educacional e à dependência do capital externo, a proposta do MAS nos dois programas de governo é oferecer um contraponto pautado pelo reconhecimento e redistribuição às populações indígenas e campesinas, prevendo a utilização sustentável dos recursos naturais. Atrelada à ruptura proposta pelo MAS e originada da constatação da deficiência institucional estatal quanto à fabricação de políticas públicas focalizadas, está a ideia d valorização da participação cidadã multisetorial, como forma de se estabelecer processos decisórios mais democráticos e respeitosos à pluralidade social

ISBN 978-85-7205-133-0

característica da Bolívia. Nesse sentido, à semelhança das propostas de Chávez na Venezuela, os programas de governo do MAS oferecem pistas para um modelo de participação mais socialmente adequado ao contexto boliviano, mas de maneira bastante resumida. É necessário destacar que os programas não estabelecem com muita riqueza de detalhes como se daria o funcionamento das esferas participativas, em uma evasividade que também foi observada na análise dos programas de Chávez na Venezuela.

Importante pontuar que, sendo a matriz produtiva e energética um dos assuntos mais relevantes para a garantia da estabilidade econômica boliviana, são também as primeiras questões sobre as quais os programas de governo discorrem. Nesses assuntos, com especial atenção à agenda produtiva do país, é mister observar que, embora se reconheça normativamente a presença do associativismo cidadão e do cooperativismo comunitário como arranjos produtivos, nesta esfera de discussão a participação local não sai do plano teórico. Assim, sabe-se que, do ponto de vista cívico, características como o comunitarismo e o associativismo são importantes ferramentas de sociabilidade e que contribuem, a longo prazo, para a criação e manutenção de personalidades pró-democracia, tornando ainda mais possível a criação e manutenção de esferas participativas mais horizontais a nível local. No entanto, em se tratando de políticas de inclusão produtiva, a participação cidadã ainda é observada como muito calcada no plano teórico e da construção comunitária.

A comparação entre o primeiro e o segundo programas de governo propostos pelo MAS de Morales permite contrastar não apenas avanços textuais e de encadeamento de ideias pautados sobretudo pelo aprendizado institucional originado da experiência do primeiro mandato presidencial: grande parte do documento analisado se destina à veiculação de informações coletadas ainda no primeiro mandato, de maneira a evidenciar quais foram os avanços conquistados nos principais indicadores de desenvolvimento econômico e social no país. No segundo programa, a lógica da participação como produtora e retroalimentadora da fabricação de políticas públicas adequadas à realidade social local está um pouco mais presente, mas ainda partilha da evasividade e do pouco grau de detalhamento observado tanto no primeiro programa de governo do MAS quanto nos dois programas de governo de Chávez na Venezuela. Talvez pelo fato de o programa de governo de 2010 ter um caráter um tanto panfletário, poucas informações mais detalhadas sobre a concepção de participação política e sua relação com as políticas em pauta são disponibilizadas, o que certamente inviabiliza a análise deste discurso.

ISBN 978-85-7205-133-0

Um ponto que merece destaque quanto à dinâmica de participação postulada pelo MAS nos programas de governo é o fato de prever esferas de deliberação e processo decisório participativo nas áreas de políticas sociais, a exemplo da saúde e da educação[11].

Tabela 2. Análise das propostas de políticas sociais na Bolívia

Bolívia	Programa	Cobertura	Papel do Estado	Inclusão de Minorias	Papel concedido à Participação
Saúde	Conselho de Saúde Intersetorial (2005-2010)	Universal	Exclusividade do Estado, sem referência ao setor privado	Atenção aos saberes tradicionais e à medicina indígena	Não há menção
	Conselho de Saúde Intersetorial (2010-2015)	Universal	Exclusividade do Estado, sem referência ao setor privado	Atenção aos saberes tradicionais e à medicina indígena	Foco nos movimentos sociais. Participação oriunda de espaços mais institucionalizado.
Educação	Conselho Nacional de Educação (2005-2010)	Universal	Exclusividade do Estado, sem referência ao setor privado	Reconhecimento do ensino plurilíngue (especialmente para as crianças indígenas)	Garantia do protagonismo comunitário das regiões em que a educação formal é mais carente.
	Conselho Nacional de Educação (Comissão Educativa) (2005-2010)	Universal	Exclusividade do Estado, sem referência ao setor privado	Reforço da necessidade da oferta de uma educação plural, decolonial e emancipatória.	Criação de uma Comissão Educativa intersocietária para a formulação de planos educacionais.
Segurança Alimentar e Desenvolvimento Produtivo	Conselhos de Desenvolvimento Rural (2005-2010)	Focalizada	Políticas públicas articuladas ao setor privado	Adequação das pautas de desenvolvimento rural produtivo às matérias-primas de cada região e às suas restrições culturais e sociais	Criação de Conselhos de Desenvolvimento Regional para a formulação e a aplicação de políticas públicas
	Conselhos de Desenvolvimento Rural (2005-2010)	Focalizada	Políticas públicas articuladas ao setor privado	Desconcentração da estrutura fundiária	Fortalecimento de Conselhos de Desenvolvimento Regional

Fonte: Compilação de dados dos programas de governo de 2005 (MAS, 2005) e 2010 (MAS, 2010).

A análise dos planos de governo bolivianos traz uma série de mudanças propostas em nível societário e institucional, sobretudo no que se refere às políticas sociais de saúde e de educação. Ainda que o arranjo participativo proposto tenha elementos constitutivos de novidades políticas para a região, a exemplo da intersetorialidade dos Conselhos de Saúde, da formação de Comissões Educativas no interior dos Conselhos Nacionais de Educação e dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, é possível observar que, em grande medida, a participação se dá através de atores participativos já institucionalizados (organizados

[11] Mesmo assim, em termos de políticas macroeconômicas, organização da matriz produtiva e de assuntos institucionais, percebe-se que o processo decisório ainda se encontra blindado à participação cidadã a nível local.

ISBN 978-85-7205-133-0

socialmente e inseridos no debate político a nível macro), a exemplo dos movimentos sociais. No caso do sucesso dos Conselhos de Saúde, por exemplo, o programa de governo de 2010 (MAS, 2010) deixa claro que "o processo de mudança [referente à redução da taxa de mortalidade infantil] procede dos movimentos sociais e se deve a eles." (MAS, 2010, pág. 75)

O documento de plano de governo de 2010 possui algumas novidades em relação ao plano de 2005: reitera veementemente que um dos pilares para a garantia de "uma Bolívia unida, grande e para todos" vem a ser exatamente o asseguramento da democracia, do plurinacionalismo e da autonomia local e regional. De modo que o asseguramento da democracia seja alcançado, esse ponto é importante de ser destacado, porque certamente tem orientado o surgimento de políticas de participação coerentes com a necessidade de empoderamento e de envolvimento com o processo decisório democrático por parte das comunidades locais.

Dos discursos às práticas: caminhos metodológicos

A análise dos programas de governos da Bolívia e da Venezuela permite um primeiro mapeamento dos valores e princípios que orientam as propostas de políticas sociais apresentadas pelos dois governos, assim como das áreas onde existem propostas mais ou menos concretas de ações a serem empreendidas. Mesmo assim pouco é dito sobre como tais princípios e ideias serão operacionalizados e as políticas públicas implementadas. Partindo dessa constatação, um questionamento básico se configura: de que forma é possível aos pesquisadores que se interessam pelos estudos sobre políticas sociais na América Latina analisar se essas diretrizes têm sido implementadas na prática? Além disso, que tipo de resultados foram alcançados com tais políticas e quais seus eventuais limites?

Para isso, verifica-se a necessidade de avançar no estudo das políticas implementadas pelos respectivos governos e de pensar em metodologias que permitam avaliar seu funcionamento e resultados. Neste sentido é preciso se perguntar se e como as dimensões analíticas exploradas para a leitura dos programas de governo estão presentes na elaboração e implementação de políticas. Para isso, uma primeira tarefa metodológica consiste na operacionalização destas dimensões por meio de variáveis consistentes e mensuráveis que permitam captar quais práticas concretas correspondem aos princípios de universalização, papel do Estado, inclusão de minorias e participação. Além disso, é preciso refletir sobre as fontes de dados disponíveis que irão permitir a análise e a comparação das políticas sociais levadas para frente na Bolívia e na Venezuela. Dentro dos limites do presente trabalho propõe-se, portanto, o seguinte mapa

ISBN 978-85-7205-133-0

(tabela n. 3) com o objetivo de esboçar um mapeamento das fontes de dados e informações necessárias para avaliar a presença e característicasdos princípios discutidos na análise dos planos de governo nas políticas sociais vigentes nos dois países.

Tabela 3: Mapa de operacionalização de princípios de participação presentes nas políticas sociais na Venezuela e na Bolívia

Dimensão Analítica	**Universalização / Focalização**	**Configuração da política (Estado X Setor privado)**	**Atenção às minorias**	**Papel da participação**
Fontes de dados a serem consultadas	Análise da legislação Origem e montante dos recursos Análise dos objetivos dos programas Dados de impacto dos programas	Origem de recursos Presença do setor privado nas políticas (financiamento e implantação)	Análise dos objetivos dos programas Existência de programas específicos para determinados grupos populacionais Estratégias de implementação diferenciadas (preparação de técnicos, consultores, assistentes sociais etc.)	Análise multinível de diretrizes e documentos interministeriais ▪ Nível 1: Participação da população na elaboração de políticas ▪ Nível 2: Espaço dado à participação dentro dos programas já em funcionamento

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

O presente trabalhou mostrou como a literatura sobre governos de esquerda na América Latina, mesmo reconhecendo que, de uma forma geral, tais governos colocaram entre suas prioridades a ampliação das políticas sociais e o combate à exclusão social, tende a deixar em segundo plano a análise concreta das políticas sociais dos distintos governos e a considera-la um elemento importante para a diferenciação e classificação dos diferentes governos. Assim, os governos de Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez Frías na Venezuela costumam ser classificados juntos como governos radicais e/ou populistas, cujo discurso aposta na crítica ao neoliberalismo, no enfrentamento direto dos setores de oposição e na radicalização da democracia através da criação de novas formas de participação. Porém, tais classificações não costumam explicar se tais discursos constituem apenas recursos retóricos de apelo populistas ou se eles se traduzem efetivamente em práticas de ampliação das políticas sociais e aprofundamento da democracia.

ISBN 978-85-7205-133-0

Em consequência disso, o presente trabalho mostrou como, a partir da análise dos programas de governo apresentados nos dois países, é possível entender e destacar alguns princípios e propostas que orientam a atuação dos respectivos governos na área das políticas sociais. Nesse sentido, foi possível destacar que nos programas de ambos os países existe uma clara rejeição às políticas focalizadas e seletivas e é afirmada a necessidade de políticas sociais universalistas que ampliem a cobertura para a toda a população, em particular na área de saúde e educação. Já com respeito ao papel do Estado nas políticas sociais não é possível afirmar a existência de um único padrão comum para os dois governos pois, enquanto na Venezuela a presença do setor privado é apontada para todas as políticas analisadas no programa de 2001, mas é rejeitada no programa de 2007, na Bolívia a educação e a saúde são considerados setores de competência exclusiva do Estado, a segurança alimentar é considerada uma área de atuação tanto do Estado como do setor privado.

Relativamente à presença de medidas específicas para a inclusão de minorias e grupos específicos, também podemos encontrar diferenças significativas entre os dois países, sendo que esta questão está muito mais presente nos programas bolivianos. Isso pode ser explicado pela importância dos movimentos indígenas na base do MAS e do governo. Mesmo assim é interessante notar que na Venezuela também existe uma atenção à inclusão e ao reconhecimento das minorias na área de educação.

Enfim, com respeito à participação é possível apontar que os programas de ambos os governos a consideram um princípio importante para a elaboração e implementação de políticas públicas. Mesmo assim a criação de instâncias e mecanismos específicos de participação nem sempre está contemplada, quando se analisam as propostas relativas às distintas áreas de políticas sociais. Neste sentido, mesmo se o programa venezuelano de 2007 avança no sentido de prever a criação de um marco legal e de instituições específicas que permitam a participação, ele continua sem prever mecanismos específicos nas áreas de saúde, educação e segurança alimentar. Já os programas do MAS na Bolívia parecem avançar mais neste aspectos ao prever a criação de comissões es conselhos que formulem planos e políticas públicas nas áreas de educação e segurança alimentar.

A partir desta análise preliminar dos programas de governo, é possível apontar que, apesar de umas diferenças pontuais, tanto a Bolívia como a Venezuela estão se propondo avançar na direção de políticas mais universalistas, inclusivas e participativas. Mesmo assim os programas ainda dizem muito pouco sobre os reais avanços e realizações dos dois governos nestas áreas. Portanto permanece o desafio metodológico e analíticos de se pensar em

ISBN 978-85-7205-133-0

estratégias de estudo e avaliação das políticas sociais de forma que os dados obtidos permitam a comparação entre os dois países.

Bibliografia

CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric. *Latin America's Left Turns: Politics, Policies, and Trajectories of Change*. London: Lynne Rienner Publishers, 2010.

CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 3, p. 28, 2006.

DOYLE, David. The Legitimacy of Political Institutions Explaining Contemporary Populism in Latin America. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, p. 1447–1473, 1 nov. 2011.

GOLDFRANK, Benjamin. The left and participatory democracy: Brazil, Uruguay and Venezuela. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

LUNA, Juan Pablo. The Left turns: how they happened and how they compare. In: CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric. *Latin America's Left Turns: Politics, Policies, and Trajectories of Change*. London: Lynne Rienner Publishers, 2010. .

MOLINA, George Gray. The challenge of progressive change under Evo Morales. In: WEYLAND, K. *et al*. *Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2010.

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO, *Programa de Gobierno – MAS – IPSP – Por una Bolivia digna, soberana y productiva para vivir bien. La Paz: 2005.*

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO, *Programa de Gobierno – MAS – IPSP – Bolivia: país líder. La Paz: 2005.*

RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Caracas: 2001.

RÉPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. Caracas: 2001.

SCHAMIS, Hector E. Populism, Socialism, and Democratic Institutions. *Journal of Democracy*, v. 17, n. 4, p. 20–34, 2006.

ISBN 978-85-7205-133-0

SEGURA-UBIERGO, Alex. *The Political Economy of the Welfare State in Latin America: Globalization, Democracy, and Development*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2007.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy. *Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2010.

ISBN 978-85-7205-133-0

Duas vozes do subúrbio: Buenos Aires e Rio de Janeiro no limiar do século XX

Gabriela Cassilda Hardtke Böhm;
Doutoranda Teoria Literária;
Universidade Federal de Santa Catarina/CAPES;
gabohm@uol.com.br;

Resumo

O trabalho dá notícia de uma pesquisa, em fase de finalização, que objetiva comparar dois bairros simbólicos na literatura latino-americana, quais sejam, o bairro do poeta portenho Evaristo Carriego (1883 – 1912) e o subúrbio carioca de Lima Barreto (1881 – 1922). A partir das obras dos dois autores, precursores no tratamento do subúrbio como matéria literária em seus respectivos países, foi possível detectar, entre outras aproximações, que ambos atuam como representantes legítimos de centenas de vozes subalternas, até então desconsideradas pelas literaturas argentina e brasileira, de forma mais sistemática. Outra aproximação possível entre esses dois bairros simbólicos é a precariedade da condição feminina que, no quadro geral de pobreza, doença, machismo, alcoolismo e exclusão, revela-se, nos dois contextos, a parte mais fraca desse espaço urbano, em que pese o fato de as mulheres ocuparem posições importantes nas relações sociais bairriais, de acordo com as obras dos dois autores.

Palavras-chave: subúrbio, literatura latino-americana, Lima Barreto, Evaristo Carriego

En este artículo se compara dos barrios simbolicos de la literatura latinoamericana: el barrio del poeta porteño Evaristo Carriego (1883 - 1912) y el suburbio de Río de Janeiro de Lima Barreto (1881 - 1922). De las obras de los dos autores, precursores en el tratamiento del suburbio como una cuestión literaria en sus respectivos países, fue posible detectar, entre otros planteamientos, que ambos actúan como representantes legítimos de cientos de voces subalternas, hasta entonces ignoradas por la literatura argentina y brasileña de manera más sistemática. Otro enfoque posible entre estos dos barrios simbólicos es la precariedad de la condición femenina que, en el total de la pobreza, la enfermedad, el machismo, el alcoholismo y la exclusión, resulta que, en ambos contextos, la parte más débil de este espacio urbano, a pesar de el hecho de que las mujeres ocupan cargos importantes en las relaciones sociales barriais, de acuerdo con las obras de ambos autores.

Palabras – clave: suburbio, literatura latinoamericana, Lima Barreto, Evaristo Carriego

Até 1980 a aproximação entre Argentina e Brasil, no campo cultural, era mais visível para o grande público mais no setor musical do que no literário, haja vista que por essa época se intensificou, em razão da luta por governos democráticos, a ideia de América Latina. Essa consciência concretizou-se, assim, por meio de parcerias como Mercedes Sosa e Chico Buarque, Charly García e Os Paralamas do Sucesso. Antes disso, cabe registrar, nos anos 70, o sucesso de Vinicius de Moraes entre os frequentadores do café-concerto La Fusa, em Mar

ISBN 978-85-7205-133-0

del Plata. Mais recentemente se podem ver na televisão argentina especiais sobre Gal Costa ou escutar Djavan em alguma livraria da *calle* Corrientes, embora nomes como Fito Páez ou o próprio Charly García soem familiares a cada vez menos brasileiros. É inegável que entre os nossos vizinhos a noção de latinoamericanismo é bem mais presente do que no Brasil, fato que se deve, provavelmente, ao fator linguístico.

Na literatura, o interesse dos intelectuais de um país pelo outro remonta a meados do século XIX, quando a chamada geração romântica argentina exilou-se no Brasil por conta da ditadura de Juan Manuel Rosas (1835-1852). Nessa época foram produzidos alguns relatos sobre o lado de cá da fronteira, só mais recentemente analisados, como é o caso da pesquisa de Adriana Amante (2010). Já a publicação de impressões de um brasileiro sobre o país vizinho pode se iniciar com *Na Argentina* (1920), coletânea de descrições elaborada pelo então embaixador brasileiro naquele país, Oliveira Lima, volume até hoje não reeditado. Num movimento em direção oposta, nessa mesma época, o olhar de Martín García Mérou sobre a intelectualidade brasileira foi mote para a obra *El Brasil intelectual. Impresiones y notas literarias*, de 1900. Avançado o século XX, as crônicas produzidas por Roberto Arlt, sobre o Rio de Janeiro, para o jornal *El Mundo*, sob o título de *aguasfuertes* ganharam tradução há pouco tempo, revelando, para o público portenho, a então capital da República no conturbado 1930. (ARLT, 2013)

Sem o propósito de esgotar a lista de troca de impressões entre intelectuais de ambos os países, poderíamos a ela acrescentar as crônicas de Olavo Bilac para a *Gazeta de Notícias*, escritas por ocasião da visita da comitiva do presidente Campos Sales à capital do país vizinho. (BILAC, 2011) Na mão inversa, o diário de viagem de Adolfo Bioy Casares, quando representava a seção argentina do PEN Club em congresso no Rio de Janeiro, em 1960. Nesse relato aparecem, em especial, as impressões de uma rápida passagem pela recém-inaugurada Brasília. (CASARES, 2010)

Em muitos desses textos, embora a temática seja o *modus vivendi* no país vizinho e a paisagem urbana ou natural, torna-se inevitável a comparação entre os dois países no que se refere aos mais diversos aspectos. A partir do estabelecimento de uma literatura latino-americana, cuja primeira tentativa poderíamos situar nas conferências de Pedro Henriquez Ureña (1954), proferidas em Cambridge, a prática da comparação ganha cada mais espaço nas pesquisas de universidades do continente. Sobre o começo desse exercício comparativo e a

ISBN 978-85-7205-133-0

situação dos dois países frente ao contexto latino-americano, Blanco (2007), ao refletir sobre a obra de García Mérou, assegura que:

> El ejercicio de comparación muy pronto encontrará una constante, un mínimo común múltiplo a partir del cual Brasil, pese sus diferencias, es equiparado a la Argentina primero, y al resto de Latinoamérica después. Brasil adolece de los mismos problemas en materia intelectual, tiene que luchar contra las mismas cargas negativas, posee las mismas carencias intelectuales. La unidad latinoamericana se asienta en males comunes, se aglutina tras la marca de la falta y la carencia.
>
> Pero, por sobre el nivel de todo el continente, se recortan Argentina y Brasil por sus mejores logros intelectuales dentro de la precariedad general. O son los dos polos en disputa por la hegemonía continental, o se busca que ambos encabecen una hegemonía concertada, en donde lo intelectual sea la marca de posibilidad, la legalización para ejercer dicha hegemonía.
>
> (BLANCO, 2007, p. 28)

Para que efetivamente o exercício comparativo na literatura voltasse seu olhar para o próprio continente, ainda muito tempo haveria de passar. Desde as suas primeiras manifestações escritas, o modelo literário dos latino-americanos sempre esteve calcado em pilares de tendência nitidamente eurocêntrica (COUTINHO, 1996). Até os anos 70, a pretensão à universalidade e o discurso de apolitização impediram qualquer mudança de paradigma entre culturas dominantes e culturas dominadas.

A responsabilidade pela substituição da busca das influências e do simples apontamento de semelhanças e diferenças pela ênfase nos "produtos e processos", no dizer de Perrone-Moisés (1990), seria o dialogismo bakthiniano e, posteriormente, a intertextualidade de Julia Kristeva, com antecedentes no *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade. Dado que os "produtos" latino-americanos, necessariamente híbridos ou mestiços, e os processos, transculturais desde que o primeiro europeu pisou nas Américas, não podem ser comparados com situações similares na Europa sem que se percam seus principais traços distintivos – dependendo do olhar do pesquisador – o comparatismo passou a ser um dos focos de maior efervescência dos estudos latino-americanos, tendo a reestruturação do cânone como uma das suas principais linhas de atuação. (COUTINHO, 1996)

Ao exercício comparativo baseado em fontes e influências também foram direcionadas críticas pautadas na impropriedade dos conceitos de pureza e unidade, tão caros aos eurocentristas. A partir das ideias de Roland Barthes, para quem qualquer texto é um conjunto de citações, as quais, por sua vez, emanam de outros textos, Silviano Santiago (1978)

ISBN 978-85-7205-133-0

preconiza que a literatura latino-americana seria produto "de uma meditação silenciosa e traiçoeira" (p. 20) sobre o texto europeu, transformando-o em algo novo.

Ao justapor Antonio Candido, Roberto Schwarz e Silviano Santiago como protagonistas, no campo da crítica, de uma relativização da hierarquia entre centro e periferia, Melo (2013) propõe dois tipos de moldura de análise para o comparatismo. Um deles, direcionado às relações Sul-Sul, envolveria autores e culturas que, na maior parte das vezes, se ignoram em razão da dinâmica da divisão internacional do conhecimento, que dificulta a comunicação e difusão de cultura entre países do Sul Global. O segundo modelo teria que ver com a revisão de uma série de representações sobre o Brasil cristalizadas na crítica cultural. De certa forma, essas propostas já estavam delineadas quando do encontro, em meados dos anos 80, entre alguns dos maiores nomes da literatura latino-americana, com o objetivo de discutir metodologias de periodização e de delimitação do campo de atuação. Nesse sentido, Pizarro (1985) marca como uma das direções possíveis para o comparatismo, a relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina. Melo (2013), no entanto, amplia essas relações para o continente africano.

No que tange mais especificamente ao primeiro modelo sugerido por Melo (2013), é possível remeter-se ao que dizia Schwartz (1983) quando destacava que a vanguarda dos países periféricos, à época de Oswald de Andrade e Oliverio Girondo, dirigia seus olhares para Paris, evitando cruzá-los entre si. O modelo sugerido por Melo (2013) justamente visa a estabelecer pontes entre os países que, embora limítrofes, desconhecem-se mutuamente. O caso de Ureña (1954) é *sui generis* para a época, ainda que as conferências por ele proferidas datem já dos anos 40, quando o recorte espaço-temporal aqui tratado é a América Latina da passagem dos séculos.

Ainda sobre a necessidade de um exercício comparativo mais adequado à natureza da literatura latino-americana, Coutinho (1996) lembrava, há quase duas décadas, a ineficácia da simples importação de paradigmas culturais sem ajustes ou questionamentos de qualquer natureza. Aliás, é preciso não esquecer que essa transferência não se deu somente no campo da literatura, mas abrangeu a economia, a arquitetura, o urbanismo, a moda, etc. Para ficar em somente dois exemplos, cômicos, de certa maneira, veja-se o costume da elite carioca que, apesar do calor dos trópicos, não abria mão do uso da casaca, mesmo no verão. A reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos no centro do Rio de Janeiro, desconsiderando totalmente o problema de moradia das classes populares que ali residiam, em

ISBN 978-85-7205-133-0

cortiços, veio a empurrá-los para a periferia da cidade e para os morros, sem que lhes aguardasse a mínima estrutura.

De acordo com Coutinho (1996), a realidade híbrida do continente latino-americano também não apresenta sustentação para a noção de literatura nacional, "concebida no meio acadêmico europeu com base em noções de unidade e homogeneidade."(p.137). Esse diagnóstico de Coutinho (1996) para a América Latina pode ser estendido à literatura em geral, em função da alta permeabilidade das fronteiras culturais e geográficas que o avanço dos meios de comunicação e as migrações provocaram.

Importa ainda dizer que embora a produção literária dos autores de que nos ocupamos não esteja perpassada por essas questões próprias do século XXI – muito pelo contrário, elas são extremamente territorializadas, quesito que lhes confere uma visão particular, - o modelo de investigação aqui adotado não dispensa esses novos pressupostos do comparatismo, já que adota uma relação Sul-Sul calcada justamente em autores fora do eixo hegemônico da época. Não obstante, é preciso lembrar que ambos os autores estavam voltados para a literatura francesa, tomada como parâmetro de poesia – caso do Simbolismo – e de narrativa – nos romances de Zola e, principalmente, de Balzac.

Para além dos questionamentos e revisões sofridos pela Literatura Comparada está a busca por uma definição de literatura latino-americana. Carvalhal (1996) recorda Octavio Paz, para quem as literaturas hispano-americanas, mais do que o conjunto de obras dos respectivos países, são as relações entre essas obras. Dessa maneira, para auto-afirmar-se, para estabelecer traços distintivos mínimos, já que não caberia mais falar em identidade, a comparação e o confronto são inerentes e indispensáveis no contexto literário. "Mais se agudiza a necessidade de uma perspectiva comparatista no contexto latino-americano se pensarmos na literatura brasileira nesse conjunto, cujo isolamento não é apenas linguístico."(CARVALHAL, 1996, p. 468) Apesar dessa tentativa de estabelecer campos de aproximação, Carvalhal (1996) assinala que é a noção de diferença, "ancorada na problemática da dialética entre o particular e o geral, e na tensão entre local e universal", o critério essencial para um comparatismo latino-americano que seja capaz de incluir o Brasil:

> Formulada por Antonio Cândido como 'dialética entre localismo e cosmopolitismo', na qual a tendência a expressar as particularidades nacionais percorre a literatura brasileira alternando-se com a inclinação para as metrópoles, a identificação da diferença implica no reconhecimento do Outro, na sua legitimação por esse reconhecimento, em sua assimilação

ISBN 978-85-7205-133-0

> selectiva (como o queria Oswald de Andrade, em 1928) de tal modo que não se reconheça mais a parte do alheio assimilada, pois a nova configuração que ganha é já o próprio.
>
> (CARVALHAL, 1996, p. 470)

A noção de América Latina surgiu na segunda metade do século XIX, pela voz do colombiano José Maria Torres Caicedo como uma oposição à ideia de América anglo-saxônica. José Martí também se une a esse projeto na medida em que denomina o continente onde nasceu como 'nuestra América", fazendo uma análise que lhe permite observar a conjuntura histórica de fim de século, a expansão da dita América anglo-saxônica e, a partir daí, extrair as coordenadas do sistema de relações internacionais vigente. Na mesma direção, Leopoldo Zea afirma que o termo teria surgido da necessidade de encontrar uma denominação que fosse comum aos povos deste território frente ao perigo que, desde o século XIX, representava a América do Norte, interessada em ocupar o vazio de poder deixado pela colonização espanhola. Os primeiros indigenistas, entre os quais Haya de la Torre, propuseram a expressão Indoamerica, que não prosperou, embora não tenha deixado de contribuir para a ampliação da idéia da cultura do continente ao reconhecer que abarca setores até aquele momento bastante esquecidos.(PIZARRO, 1985)

No entanto a expressão não se consagrou de imediato. De Hispanoamérica, substantivo de onde se derivou a nomenclatura usada por Pedro Henriquez Ureña na obra já mencionada, até Iberoamérica, quando se considera a parcela portuguesa de colonização sofrida pelo continente, e, finalmente, Latinoamérica ou América Latina, em português, ao qual se agregou o Caribe em meados do século XX.

Se para Carvalhal (1996) a noção de diferença representava a raiz do comparatismo latino-americano, Pizarro (1985) preconiza que a unidade que se busca para a literatura dessa região poderá basear-se na diversidade, constituindo uma situação de vanguarda em relação a outros processos, como é o caso da política, das ideologias e da economia (Mercosul) que ficaram somente a meio caminho, quando muito. Croce (2010) lembra que a visão do continente sobre si mesmo, ao contrário do olhar que sobre ele lança o imperialismo é, não de um bloco homogêneo, mas de uma heterogeneidade baseada em diferenças cujo conhecimento e aceitação mútuos oferecem uma perspectiva enriquecedora que reclama reunião e de nenhum modo supressão de idiossincrasia. Ainda complementa a autora,

> La idea de Latinoamérica producida en el espacio mismo al cual se pretende aplicar resulta, así, otra forma de reacción a las pretensiones imperiales: es

ISBN 978-85-7205-133-0

> consecuencia de la productividad generada por la hegemonía imperial sobre un territorio extenso y diverso y sobre una serie de grupos humanos que se resienten con la mirada aplanadora que les deparan las potencias.
>
> (CROCE, 2010, p.4)

A tentativa de construção de um conceito de representação bairrial baseado em dois autores de países latino-americanos pretende atender a sugestão desses teóricos e tem como objetivo final a "des-coberta" de mais uma fração da América que, efetivamente, no outro se revela.

Representação literária do bairro moderno periférico: elementos para a composição de um conceito

A construção de um marco teórico sobre a representação do bairro na literatura passa pela definição de seu mais importante elemento: o próprio bairro. No decorrer da pesquisa sobre esse conceito, ficou evidente que uma definição geográfica para o bairro não serve a esta investigação. Uma definição que leve em conta apenas limites territoriais ou quaisquer componentes de ordem quantitativa não diz nada sobre um bairro simbólico, desenhado por meio da prosa ou da poesia de um escritor. Assim, um dos primeiros componentes desse conceito de bairro deverá ser a sua face institucional, representada pelas crenças, condutas, pelos aspectos históricos, sociais e antropológicos daquele lugar. Nesse sentido, independentemente do território que será objeto de suas elaborações, o bairro que interessa, aqui, é formado pelas motivações de seus habitantes, sejam elas de ordem sentimental, política, religiosa ou étnica. (SABUGO, 2004)

Na mesma direção, Gravano (1995) acrescenta a ideia de bairro como lugar de cultivo de determinados valores que determinam a convivência e a qualidade de vida em uma comunidade, algo pelo qual perpassam todos esses valores, em que ficam evidentes alguns aspectos históricos, crenças ou comportamentos sociais. As pesquisas de Barela (2004) abrem caminho para um conceito de bairro calcado no sentimento, o que originaria uma definição pautada no imaginário dos seus moradores. A memória, pois, será um elemento decisivo para a composição desse conceito. Não havendo cidade, país ou bairro sem que neles habitem sujeitos, será um dos seus traços mais marcadamente humanos o componente-chave para esse bairro literário. Recordando Fenelon (2000, p. 7), a cidade, sendo uma construção dos

ISBN 978-85-7205-133-0

homens, não poderá, nunca, ser racional, apenas. “Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro.”

Então, em se tratando de metrópoles, depreende-se que não haveria muito sentido em se resgatar um imaginário urbano que não estivesse ligado ao bairro, já que é nele onde a vida acontece, onde as relações sociais de fato se desenvolvem. O sentido das palavras “subúrbio” e “suburbano” residiriam, segundo Maciel (2010), no cruzamento de histórias variadas, contraditórias e até antagônicas.

Desse modo, se um conceito de bairro está intimamente ligado ao sujeito e à memória, por consequência, ele encontra na literatura sua mais perfeita realização, na medida em que esta sintetiza, por meio do olhar do poeta/narrador, várias visões humanas sobre o espaço em que circulam/habitam, vertidas na forma de personagens ou sujeitos poéticos.

Merecem atenção, ainda, os componentes temporal e espacial desse bairro simbólico. Capaz de dar conta de espaços urbanos pertencentes às duas metrópoles, o bairro que emergirá da literatura de ambos os autores estudados, como se verá, é um espaço de sujeitos sem voz, aos quais não foi dado o direito de manifestar-se. Daí a necessidade de se agregarem a esse conceito de bairro periférico a condição de subalternidade dos seus sujeitos, na acepção preconizada por Spivak (2010). Não será o imaginário de um bairro de classe média o objeto de representação, mas aquele que, em princípio, não pode falar por si e necessita de um representante, a fim de aparecer no mundo, de fazer-se notar.

Por se tratar, ainda, de um bairro periférico latino-americano, a hibridação deverá ser um elemento recorrente nas representações construídas a partir da obra dos dois autores, as quais advirão, certamente, do caráter de dispositivo cultural de que goza esse setor urbano (GORELIK, 2004) não sendo possível dissociá-lo das práticas de seus moradores.

Por fim, faz-se necessário delimitar o fator temporal desse conceito de representação bairrial na literatura, pois só se poderia justapor o subúrbio carioca e o bairro portenho em determinada época, ou seja, quando ambos apresentassem algum ponto de contato, alguma aproximação. Se aspectos culturais como língua, composição étnica e costumes não se assemelham nos dois espaços, será o fato de ser uma “sub-cidade”, um espaço “sub-urbano” de uma metrópole, na passagem do século XIX para o XX, portanto na entrada dos dois países latino-americanos no que se convencionou chamar de modernidade (CANCLINI, 2011), os pontos de conexão entre os bairros que emergem das obras de Afonso Henriques de Lima Barreto e de Evaristo Carriego.

ISBN 978-85-7205-133-0

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e Evaristo Carriego (1883-1912) foram contemporâneos, além de viverem, cada um em sua cidade, numa época de inúmeras e significativas transformações sociais, políticas e econômicas. O prosador carioca, mulato de origem humilde, funcionário público e alcoólatra, é amplamente conhecido como cronista do subúrbio, dada a ênfase, em toda sua obra, na representação de figuras que, como o próprio autor, encontravam-se à margem da sociedade em razão de suas condições sociais e, sobretudo, econômicas.

Autor de apenas uma obra em vida, *Misas Herejes* (1908), Evaristo Carriego habitou um bairro de Palermo muito diferente do que se conhece hoje. Conforme descreve um de seus biógrafos, o bairro da infância do poeta era "um subúrbio miserável, em ruínas, cheio de crianças e de sarna" (GABRIEL, 1921, p.7). O nome de Carriego ganhou notoriedade, entre os leitores de Jorge Luis Borges, como título de uma de suas primeiras obras: o ensaio *Evaristo Carriego* (1930). Nesse texto o famoso autor argentino declara que o poeta do início do século, que frequentava a casa dos Borges nas tardes de domingo, seria, a partir dos poemas da quarta seção dessa primeira obra – "El alma del suburbio" - "o primeiro espectador de nossos bairros pobres", isto é, para a história da poesia argentina, Carriego teria sido o descobridor, o inventor dessas "orillas" palermitanas. E entre as figuras que habitam esse universo de arrabalde encontram-se majoritariamente mulheres, operárias, doentes, além de homens violentos, tristes, por vezes, gringos tocadores de realejos ou de guitarra. Enfim, a poesia de Evaristo Carriego trata de compor instantes verbais de um subúrbio povoado de imigrantes e seus descendentes, de *criollos*, os quais habitam, em grande parte, os *conventillos* – habitações coletivas precárias, muito semelhantes aos cortiços brasileiros.

Assim, pela própria condição subalterna que ocupam - no caso do poeta argentino, essa condição mostra-se mais relativa - e pelo seu objeto de representação, ambos os autores têm a capacidade de converter-se em vozes representativas de outras centenas que, até aquele momento, de forma muito dispersa, haviam recebido atenção por parte das literaturas dos dois países. No lado de lá da fronteira, cabe lembrar a obra inaugural da ficção argentina, o conto *El Matadero* (1871), de Esteban Echeverría, que tem como ambiente do relato o típico arrabalde portenho da época, expresso no título, berço de " matones" e "compadres", origem de trovadores urbanos ("payadores"). *En la sangre* (1887), de Eugenio Cambaceres, tem como protagonista um filho de imigrantes italianos que decide utilizar sua herança para pagar seus estudos e ascender socialmente. Até que esse objetivo se concretize, o arrabalde e o *conventillo* – *habitats* do gringo por excelência naquela época – são pintados vivamente. Na

ISBN 978-85-7205-133-0

literatura brasileira, o exemplo mais conhecido é *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, mas podemos citar, ainda, *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antônio de Almeida.

No entanto todas essas manifestações são fruto do trabalho de autores não orgânicos às classes representadas em suas obras, como se verifica nas narrativas de Lima Barreto e, em parte, na poesia de Evaristo Carriego. Embora gozasse de algum conforto material capaz de não obrigá-lo a trabalhar, o poeta falava, sobretudo, dos seus vizinhos, habitantes do subúrbio como ele. As dores, o trabalho duro, as más condições de vida e a doença faziam parte do cotidiano do autor. O gênero poético escolhido por Carriego permite-lhe entrar nos *conventillos*, penetrar na intimidade dos quartos, escutar os suspiros, o choro das mulheres, revelando as aflições mais profundas daqueles infelizes moradores do subúrbio, expressão utilizada também por Lima Barreto ao declarar que essa parte da cidade era "o refúgio dos infelizes". (LIMA BARRETO, 2009, p. 74) Ainda a respeito do poeta argentino, Cruz (2009, p. 73) lembra que "com Evaristo Carriego andamos não só pelas ruas, praças e esquinas do bairro, mas entramos dentro das casas, convivemos com seus moradores, observamos suas ações, principalmente escutamos suas vozes." Um exemplo dessa intimidade entre o leitor e os habitantes do subúrbio carrieguiano podemos constatar no trecho do poema "El amasijo" (A surra) que, como o próprio título denuncia, trata de narrar um episódio de violência entre um casal que vive em um aglomerado de quartos, provavelmente um *conventillo*:

> Y en tanto que la pobre golpeada intenta
> ocultar su sombría vergüenza huraña,
> oye, desde su cuarto, que se comenta
> como siempre en risueño coro la hazaña.
>
> Y se cura llorando los moretones
> -lacras de dolor, sobre su cuerpo enclenque...-
> ¡que para eso tiene resignaciones
> de animal que agoniza bajo el rebenque!
>
> Mientras escucha sola, desesperada,
> como gritan las otras... rudas y tercas,
> gozando en su bochorno de castigada,
> ¡burlas tan de sus bocas!... ¡burlas tan puercas!...
>
> (CARRIEGO, 1999, p. 90).

Ainda que o presente espaço não permita a transcrição de todo texto, é possível inferir que, além do já citado desvelamento da intimidade dos personagens, o trecho demonstra a realidade vivida por muitas mulheres do subúrbio portenho, vítimas da violência de gênero.

ISBN 978-85-7205-133-0

"El amasijo" não narra o episódio em si, mas o momento que o sucede, testemunha da dor, da vergonha, da solidão e da falta de solidariedade das outras mulheres para com a vizinha.

O protagonismo feminino no bairro de Carriego anuncia-se a partir de alguns poemas da seção "El alma del suburbio", como é o caso acima, e prossegue com "La viejecita", completando-se com "La muchacha que siempre anda triste", "Mamboretá", "La francesita que hoy salió a tomar sol" e, a personagem talvez mais conhecida de Carriego, "La costureirita que dió aquel mal paso", título de uma das seções de *Poemas Póstumos*. Nessa parte, onze poemas narram, como pequenos episódios de um drama, desde a desconfiança do bairro em relação à "honestidade" da moça, sua saída de casa, o vazio que invade a família com a saudade dos irmãos até, finalmente, depois de cinco meses, a volta da irmã "perdida", que encontra a mãe doente e o pai falecido. A partir dessas pequenas amostras da poesia de Evaristo Carriego, pode-se depreender algo sobre a condição dos entes representados pelo poeta: os textos carreguianos presentificam ao leitor e esmiúçam dramas que a maioria das obras de história sobre a Buenos Aires da passagem do século XIX para o XX diluem no turbilhão de fatos gerados pela onda de progresso, já que entre 1905 e 1912, a Argentina experimentava o seu segundo auge econômico. (SCOBIE, 1977).

Um papel similar exerce a narrativa de Lima Barreto num Rio de Janeiro cujas atenções estavam voltadas para as reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos. E curiosa é a constatação de que, até o início da reforma, ou mais propriamente da demolição, em 1904, era a cidade de Buenos Aires a grande referência em termos de urbanismo, arquitetura e bom gosto, conforme algumas das crônicas de Olavo Bilac, publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. (BILAC, 2011). Mas o olhar do "cronista do subúrbio" carioca não se volta para as largas avenidas e os prédios suntuosos que eram construídos. Pelo contrário. Lima era crítico dessa modernização feita nos moldes franceses, dessa importação de estilos e modismos, sem a devida adaptação às condições do nosso país, conforme se pode constatar numa pequena passagem de crônica publicada no *Correio da Noite*, em 26/01/1915:

> Porque o senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável.
>
> (LIMA BARRETO, 2004, p. 166).

ISBN 978-85-7205-133-0

Intitulada “A volta”, a crônica versa sobre a iniciativa do governo, não se sabe se municipal ou estadual, de financiar a instalação, bem como a aquisição de terras e ferramentas, a famílias que quisessem instalar-se em núcleos colônias do Rio ou de Minas. Certamente a condição de moradia e até mesmo de sobrevivência dessas pessoas, claramente convidadas a se retirarem da “moderna” Capital Federal, não estaria contribuindo para a desejada imagem de “Paris tropical” com que as autoridades estavam comprometidas. Embora não contribua para a construção do imaginário bairrial barretiano, a sequência da crônica merece atenção porque dialoga justamente com as impressões de intelectuais brasileiros sobre o país vizinho, mencionadas anteriormente:

> A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.
> A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.
> E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas competições patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexequíveis esperanças.
>
> (LIMA BARRETO, 2004, p. 166-167).

Eis aí uma síntese crítica da comparação entre o modelo de modernização urbana das duas capitais, pautado, no caso brasileiro, na direta importação de diretrizes urbanas, sem a devida adequação a nossa realidade. Ao final do trecho, voltando ao objeto deste artigo, Lima Barreto lança luzes sobre a parte mais afetada desse raciocínio torto dos governantes brasileiros: “a pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora”, ou seja, os moradores dos subúrbios, desassistidos pela administração e sujeitos, somente, a sua própria sorte.

A mirada crítica é a marca da prosa barretiana, que não economiza palavras no escrutínio dos problemas ligados aos menos favorecidos e, antes de tudo, aos vizinhos do cronista que, por conta dessa situação periférica, eram vítimas de preconceito e de exclusão, males estes que podem ser resumidos pela fala de uma das mais conhecidas personagens de Lima Barreto: Clara dos Anjos. Depois de viver seu drama particular na mão do sedutor Cassi Jones, Clara, ao final do romance, conclui:

> Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:
> - Mamãe! Mamãe!

ISBN 978-85-7205-133-0

> - Que é minha filha?
> - Nós não somos nada nesta vida.
>
> (LIMA BARRETO, 2009, p. 133)

É bem provável que se o poeta argentino adentrasse ainda mais a cena de "La vuelta de 'Caperucita'", texto que fecha a seção "La costureirita que dió aquel mal paso", poderia deparar-se com uma cena semelhante, na qual a personagem feminina toma consciência de seu lugar no mundo: uma trabalhadora pobre, cujos sonhos foram desfeitos:

> Entra sin miedo, hermana: no te diremos nada.
> ¡Qué cambiado está todo, qué cambiado!, ¿no es cierto?
> ¡Si supieras la vida que llevamos pasada!
> Mamá ha caído enferma y el pobre viejo ha muerto...
>
> Los menores te extrañan todavía, y los otros
> verán en ti la hermana perdida que regresa:
> puedes quedarte, siempre tendrás entre nosotros,
> con el cariño de antes, un lugar en la mesa.
>
> Quédate con nosotros. Sufres y vienes pobre.
> Ni un reproche te haremos: ni una palabra sobre
> el oculto motivo de tu distanciamiento;
>
> ya demasiado sabes cuánto te hemos querido:
> aquel día, ¿recuerdas?, tuve un presentimiento...
> ¡Si no te hubieras ido!...
>
> (CARRIEGO, 1999, 147)

Clara e a *costureirita.* Ambas mulheres de subúrbio, pobres, que aprenderam sobre a vida da maneira mais cruel em razão da sua condição social. Para além das aproximações temáticas entre os dois autores, merece observação a questão da voz emprestada pelos escritores aos seus personagens. No trecho de *Clara dos Anjos* (2009), acima transcrito, fica evidente que os suburbanos de Lima Barreto são diretamente ouvidos pelo leitor, que sua voz, seu vocabulário, a sintaxe de sua expressão dá a exata medida de suas ideias e dos dramas por eles vividos. Uma possível explicação para essa representação "mais viva" do suburbano barretiano pode ser o fato de o escritor encontrar-se numa posição muito semelhante a de seus entes representados, de ser um intelectual orgânico ao grupo que representa, o que não ocorre com o poeta argentino. O excerto de "El amasijo", analisado anteriormente, mostra que, apesar do foco do sujeito poético estar sobre a figura feminina, ela não chegar a ser ouvida diretamente em suas aflições e suas dores, o que ocorre na maioria dos poemas, com pouquíssimas exceções. Carriego não partilhava os mesmos dramas que seus vizinhos de

ISBN 978-85-7205-133-0

bairro e talvez possa se apontar, nesse fato, a razão para o subalterno portenho representado em sua poesia apresentar tão tímida voz.

Assim, em que pese algumas idiossincrasias, em se tratando de subúrbio latino-americano, de periferia de duas metrópoles no início do século XX, podemos dizer que os problemas – pobreza e exploração do mais fraco pelo mais forte –, as condições de vida – falta de instrução, violência – e a ausência de perspectiva permeiam as vivências desses subalternos. Ao comparar esses dois imaginários bairriais concluímos que, no que se refere ao nosso subcontinente, o resgate da voz desses entes contribui para uma reescritura na nossa história, além de lançar luzes para a realidade dos atuais subalternos latino-americanos, a fim de fazer, de novo, a mesma, pergunta: já poderiam eles falar?

Referências bibliográficas

AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro*: argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ARLT, Roberto. *Águas-fortes portenhas seguidas por águas-fortes cariocas*. ensaio introdutório, tradução, compilação, nota biográfica e cronologia Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2013.

BARELA, Liliana . El barrio en el recuerdo. In. ___; SABUGO, Mario. *Buenos Aires*: El libro del barrio: teorías y definiciones. Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 2004. p. 11 – 35

BILAC, Olavo. *Registro*: crônicas da Belle Époque carioca. Campinas: Unicamp,2011.

BIOY CASARES, Adolfo. *Unos días en el Brasil* (Diario de viaje). Buenos Aires: La compañía, 2010.

BLANCO, Oscar. Andanzas de un viajero diplomático por territorio (intelectual) carioca. *El Matadero*: revista crítica de literatura argentina. Buenos Aires, n. 5 (Segunda época), p. 13-34, Corregidor, 2007.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Belo Horizonte: Edusp, 2011.

ISBN 978-85-7205-133-0

CARRIEGO, Evaristo. *Obra completa*. Buenos Aires: Corregidor, 1999.

CARVALHAL, Tânia Franco. Literatura Comparada na América Latina: contribuições para novos paradigmas. . In: LOSA, Margarida L.; SOUSA, Isménia de; VILAS-BOAS, Gonçalo. *Literatura comparada*: os novos paradigmas: actas do Segundo Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1996. p. 465-472.

COUTINHO, Eduardo. Literatura Comparada na América Latina: do Etnocentrismo ao Diálogo de Culturas. In: LOSA, Margarida L.; SOUSA, Isménia de; VILAS-BOAS, Gonçalo. *Literatura comparada*: os novos paradigmas: actas do Segundo Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1996. p. 133-138.

CROCE, Marcela. Latinoamericanismo. Historia intelectual de una geografía inestable. In: ___. *Latinoamericanismo. Historia intelectual de una geografía inestable*. Buenos Aires: Simurg, 2010.

CRUZ, Claúdio Celso Alano da. A invenção do bairro (periférico) na literatura portenha: o caso Evaristo Carriego. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 8, p. 69-75, 2009.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: ___. (org.) *Cidades:* pesquisa em história 1. São Paulo: Programa de Estudos pós-graduados em História/ Olho D'Água, 2000.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GABRIEL, José. *Evaristo Carriego*. Buenos Aires: Agencia Sudamericana de Libros, 1921.

GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual: impresiones y notas literarias.* Buenos Aires: Félix Lajouane Editor, 1900.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque***.** Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires 1887 – 1936. 1ª. Reimpr. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 2004.

GRAVANO, Ariel. Hacia un marco teórico sobre el barrio: principales contextos de formulación. In:___ (comp.) *Miradas urbanas, visiones barriales*: diez estudios de antropología urbana sobre cuestiones barriales en regiones metropolitanas y ciudades intermedias. Montevideo: Nordan- Comunidad, 1995. p. 255-286.

ISBN 978-85-7205-133-0

LIMA, Oliveira. *Na Argentina***.** São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Clara dos Anjos*. 13ª. ed. São Paulo: Ática, 2009.

___. *Toda crônica.* Organização de Rachel Valença; apresentação e notas: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1

MACIEL, Laura Antunes. Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES; Nelson da Nóbrega (orgs.) *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ: EdUFF, 2010. p. 187-218.

MELO, Alfredo César. Por um comparativismo do pobre: notas para um programa de estudos. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. São Paulo, vol. 23, p. 9-30, 2013.

PERRONE-MOISES, Leyla. *Flores da escrivaninha*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PIZARRO, Ana. Introducción. In: ___. (coord.) *La literatura latinoamericana como proceso.* Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

SABUGO, Mario. El barrio, al fin de cuentas. In: BARELA, L. ; _____. *Buenos Aires:* El libro del barrio: teorías y definiciones. Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 2004. p. 37 – 65.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos* (1978). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguarda e cosmopolitismo na década de 20***.** São Paulo : Perspectiva, 1983.

SCOBIE, James. *Buenos Aires*. Del centro a los barrios. 1870-1910. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1977.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

UREÑA, Pedro Henríquez . *Las corrientes literarias en la América Hispánica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1954.

ISBN 978-85-7205-133-0

Reavalizar os espaços de exposição no contexto digital: possibilidades artísticas através da Realidade Aumentada.

Giovanna Graziosi Casimiro- Mestranda PPGART/UFSM
Bolsista CAPES

Resumo

A utilização da Realidade Aumentada amplia gradualmente, portanto, propõe-se avaliar sua utilização como meio potencializador de espaços expositivos e relações no campo da arte no Brasil e América Latina. A partir da exposição WeARinMoMA (Nova Iorque, 2010) e a obra Extinção de Suzete Venturelli (Paço das Artes, ago-set/2014), pretende-se traçar analogias para pensar a forma como a tecnologia binária se insere no contexto expositivo contemporâneo, traçando um paralelo entre o papel intitucional no século XX e XXI, através da dinâmica de RA.

Palavras-chave: história da arte contemporânea, arte e tecnologia, realidade aumentada, meio expositivo.

Abstract:

The use of Augmented Reality expands gradually, therefore, proposes to review its use as a means of potentiating exhibition spaces and relations in the field of art in Brazil and Latin America. From the exposure WeARinMoMA (New York, 2010) and the work Suzete Extinction Venturelli (Palace of Arts, ago-Sep / 2014), we intend to draw analogies to think how the binary technology fits into the contemporary exhibition context, drawing a parallel between the institutionally role in the twentieth and twenty-first century, through the RA dynamics.

Keywords: contemporary art history, art and technology, augmented reality, through exhibition.

Introdução

ISBN 978-85-7205-133-0

O Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina contribui diretamente na reflexão do resumo inicial enviado para o evento. Num primeiro momento, a proposta era poder avaliar a forma como a tecnologia de Realidade Aumentada contribui no contexto da arte contemporânea latino-americana, especialmente do ponto de vista dos espaços expositivos. Sendo assim, apresentar a construção da ideia de espaço e como esse conceito se modifica através da aplicação da tecnologia binária, exemplificando tais relações por meio de exposições e obras, entre elas WeARinMoMA (Nova Iorque, 2010) - apresentada enquanto episódio inicial para uma conjuntura inédita em museus e exposições com RA - e Extinção, de Suzete Venturelli (Paço das Artes, 2014) - tratada enquanto exemplo no território latino-americano e nacional.

Curiosamente, a fala inicial[1] da mesa em que esse artigo estava inserido, tratou do início da coleção latino-americana do MoMA, apontando os processos que culminaram nas primeiras mostras dessa coleção. Fechando as questões de produção artística e espaços expositivos, este artigo foi o último apresentando também retornando as questões do MoMA, porém no âmbito do campo computacional e artístico do século XXI. Essa contraposição é extremamente valiosa. Graças a ela, surgem questões absolutamente novas, capazes de serem tratadas a partir de três palavras: controle, obsolescência e inclusão. Afinal, pensar a tecnologia binária e as instituições de arte é pensar transversalmente o poder do controle sobre uma ação; a obsolescência ("obsolescência programada") e a capacidade de renovação por meio de processos inclusivos.

Nesse sentido, esse artigo toma uma nova forma. Trabalha suas questões essenciais sobre as possibilidade interativas da Realidade Aumentada no espaço de exposição, mas vai além: pretende avaliar como a instituição (caso do MoMA) tem seu papel alterado e reposicionado, culminando em uma popularização e disseminação que chega à produções locais, caso da obra Extinção de Suzete Venturelli, cujo tema acaba por trazer, novamente, as questões do controle, da inclusão, ao abordar o fim da extição do Mico-Leão Dourado.

Dos Espaços ao Espaço Expositivo

[1]A formação da coleção de arte latino-americana do MoMA entre 1935-1943: arte, política e cultura - Eustáquio Ornelas Cota Jr.

ISBN 978-85-7205-133-0

Compreender a forma como se constrói o espaço, o entorno, significa compreender como a sociedade avança enquanto comunidade. O espaço de exposição é resultado de fatores artístico-culturais e representa carracterísticas pontuais de cada período e produção.

O espaço (e o "lugar" enquanto espaço) pode ser compreendido etimologicamente do latim "*spatium*" e significa espaço, lugar ou espaço de tempo. Do ponto de vista antropológico "é um sistema de proximidade próprio do mundo humano e por conseguinte, dependente das técnicas, significações, linguagens, culturas, convenções, representações e emoções humanas"[2]. Seguindo as delimitações de Pierre Lèvy (2004), a Terra foi o primeiro espaço de significado aberto da nossa espécie. O segundo, o Território, construído a partir das relações agrícolas e mercantis, no período Neolítico. A partir do século XVI há uma transformação do espaço pelos avanços mercantis, caso das grandes navegações e conquista de novos territórios nas Américas: o princípio organizacional do novo espaço era o fluxo; fluxo de energias e matérias primas, mercadorias, capital, mão de obra e informações - quem diria que mais de quinhentos anos depois, os "fluxos" predominariam na dinâmica espacial, porém sob outro viés. Portanto, o espaço é reflexo de uma sociedade e a imaginação espacial vêm sendo construída de muitas formas, caso do Renascimento (perspectiva pictórica) e das construções sociais:

> A organização do espaço - todos aqueles burgos medievais devotamente envolvendo suas catedrias - não implicava uma atitude específica, apenas ajudava a criá-la. Esse processo de imaginar o mundo através da organização espacial está longe de se limitar ao texto sagrado da catedral gótica. Lembremos como a agora da Grécia Antiga - com seu escambo animado e debate público - corporificava a vitalidade e a sociabilidade da cidade-estado (...) O modo como escolhemos organizar nosso espaço revela uma enormidade sobre a sociedade em que vivemos - talvez mais que qualquer componente de nosso hábitos culturais. [3]

[2]LÈVY, 2004: 15.

[3] JOHNSON, 2001:52.

ISBN 978-85-7205-133-0

Margaret Wertheim (1999) pontua os diversos tipos de espaço construídos entre a Idade Média e o século XX: trata-se de um esquema espacial mais amplo, modificado através dos séculos. A construção do espaço passa pela noção de alma e se extende ao espaço cibernético no século XX. A autora levanta o fato de que até o século XVII a noção do espaço não estava diretamente ligada a delimitação do geométrico-físico em um sistema de coordenadas tridimensional. Graças aos matemáticos o espaço passou a ser condicionado sob leis matemáticas, caso da cosmologia newtoniana:

> "Em nosso próprio século, a descrição matemática do espaço tornou-se algo extremamente complexo, conduzindo em primeiro lugar à concepção relativística do espaço famosamente articulada por Albert Einstein (...) Espaço e tempo se entremecem num múltiplo quadridimensional, com o tempo se tornando, de fato, mais uma dimensão do espaço. Na segunda metade do século XX, uma transição ainda mais radical teve lugar, com físicos inventando a noção fantasticamente bela de um hiperespaço de onze dimensões (...) Segundo essa maneira de ver, em última análise não há nada senão espaço; até mesmo a matéria não passa de espaço enroscado na forma de padrões minúsculos. Nessa visão, o espaço se torna totalidade do real, a "substância" subjacente última de tudo o que existe.[4]

Especificamente, Margaret faz pensar a existência de diversos espaços nesse percurso:
1- <u>o espaço da alma</u>, diretamente ligado às questões religiosas cristãs da era medieval, era dividido em reinos como o Inferno, Purgatório e Paraíso. Sua descrição tem ligação direta com a obra Divina Comédia de Danti Alighieri, cujos reinos são representados espacialmente como espaços dentro da terra - Inferno-; montanha - Purgatório -; espaço com estrelas - Paraíso; 2- <u>o espaço físico é</u> descrito pela autora a partir da obra de Giotto na Capela Arena, em Pádua, onde se percebe uma evidente transição da noção do "espaço espiritual" para o "espaço físico", popriamente dito, pois bem como Giotto, outros pintores do século XIV passaram a pintar o que "viam", deslocando a visão do ponto de vista conceitual, interiorizado, para o olho físico. Por essa razão, Margaret Wertheim (1999) afirma que "com esse avanço da tecnologia visual, o simbolismo espíritual do período gótico foi eliminado e, durante os quinhentos anos seguintes, a estrutura da arte ocidental foi, de maneira esmagadora, o espaço do corpo"[5]; 3 - <u>o espaço celeste é</u> resultante de um dualismo metafísico típico da idade medieval, segundo Wertheim, cuja construção se dava diferentementre da

[4] WERTHEIM, 1999: 29.
[5] WERTHEIM, 1999: 80.

ISBN 978-85-7205-133-0

noção de espaço terrestre. Trata-se de um espaço constante, diferente da Terra com suas dimensões mortais e mutáveis. Curiosamente, essa noção é análoga à forma como o universo é visto na contemporaneidade, pois se trata da ideia de "mesmo em toda parte"; 4 - o espaço relativístico converge a uma série de descobertas, passando por Hubble e chegando à Eistein. A teoria da relatividade levou o físico alemão a construir uma nova visão de espaço, diretamente ligada ao universo em expansão e gerando mais do que a teoria geral da relatividade e sim uma "teoria espacial da relatividade", cuja concepção de espaço vai de encontro ao espaço absoluto newtoniano, e se constrói sobre fenômenos puramente relativos; 5 - o hiperespaço é a concepção de um espaço construído por mais de três dimensões. A quarta e as muitas outras dimensões passaram a ser consideradas no campo ficcional ainda no século XIX, influenciando não só o campo litérário, filosófico e científico, como o artístico, musical e místico, chegando no século XX com uma previsão de possíveis 11 dimensões; 6 - o ciberespaço se refere ao espaço interconectado a computadores, cujos termos "teia" e "rede" se aplicam, além também do ciberespaço da alma, uma analogia às questões religiosas e místicas com a forma como o ciberespaço é construído, paralelamente ao "céu.

Portanto, há uma infinidade de construções do "espaço". Segundo Steven Johnson (2001), a história da arte é marcada por espaços imagéticos de ilusão, criados especialmente na Europa em diferentes séculos, caso de pinturas de paredes datadas do final da República Romana, cujos elementos trabalham a mímese e a ilusão. Eram espaços imagens que criavam ilusões, as quais demonstravam um esforço na reprodução de ambientes físicos através de técnicas características do período. Os espaços de ilusão trabalhavam com impressões sensoriais, mutáveis de acordo com a movimentação do observador e sua capacidade de foco. Ainda, a pintura parece uma passagem entre os elementos fictícios e o observador. Ou seja, além da construção do conceito de espaço como ambiente, o espaço adota formas psicológicas, imagéticas, ilusivas, virtuais. Esses espaços de ilusão enganavam os sentidos e levavam o observador a mudar seu comportamento de acordo com a imagem que o estimulava: "Esse é o ponto inicial para os espaços históricos de ilusão e seus sucessores imersivos na arte e na história da mídia. Eles usam a multimídia para aumentar e maximizar a sugestão, a fim de apagar a distância interna do observador"[6].

[6] GRAU, 2001: 27.

ISBN 978-85-7205-133-0

Sucessivamente, esses espaços imagéticos foram trabalhados ao longo da história através de ferramentas que possibilitaram seu aperfeiçoamento: estereoscópio, Cineorama, televisão estereoscópica, Sensorama, Expanded Cinema, 3D, Omnimax, cinema Imax, etc. Também, há a ideia de espaço-informação, de certa forma existente há muitos séculos, sobretudo, no campo das ideias. A história e os conceitos imaginários podem ser encarados como os primeiros espaços-informação, pois se convertiam em arquitetura e ambientes análogos ao mundo físico. Ainda segundo Steven Johson (2001), o estabelecimento da linguagem binária eleva o grau de imersão, pois os espaços imagéticos virtuais são um espaço de imagens expandidas, interativas e vivenciadas multissensorialmente. Portanto, o século XXI é marcado pelo espaço-informação, cujo começo e fim são incorpóreos. Trata-se de um ambiente ampliado por meio de ferramentas que tornam visíveis um conjunto de palavras, imagens, conceitos, fórmulas, diagramas. Baseado em procedimentos a partir da tecnologia binária as terminologias remetem à ideia de ambiente, cenário, local (ciberespaço, navegar, janelas, arrastar, etc), uma noção espacial particular. Surge o conceito de espaço cibernético, consequentemente, a partir da existência de redes informacionais, o ciberespaço: "A desterritorialização do eu é o aspecto essencial que marca a entrada do humano no ciebrespaço"[7]. Em se tratando de ciberespaço, passa a servir como espaço de conteúdo, cuja arquitetura virtual permite o diálogo e expansão de relações. Análogo ao planejamento urbano, pensar em redes o espaço cibernético leva à presença de uma comunidade.

Portanto, o espaço é remodelado à medida que a concepção humana sobre o campo científico se modifica. Na arte o espaço se constitui de diversas formas, desde a produção artística aos processos hexpográficos e curatoriais. Nesse âmbito, o espaço de exposição se destaca na pesquisa, tratando especialmente da forma como museus e instituições de arte podem ser revistos através das questões tecnológicas do século XXI, caso do ciberespaço e da realidade aumentada.

[7] Marc Pesce em http://www.hyperreal.org/~mpesce/caiia.html

ISBN 978-85-7205-133-0

Se hoje os museus propõem transformações e acréscimos em seus espaços, isso ocorre porque, como pólo cultural de massa, unindo passado, presente e futuro sob a forma de espetáculo, os museus são freqüentados por milhões de pessoas (...) O objeto de arte não é simplesmente exposto em um determinado espaço. Há que se sensibilizar o público ao máximo, recorrendo a mediações, tematizações, ambientações, publicidade e informações, no sentido de atrair a esfera pública (...) Hoje o espaço expositivo assemelha-se cada vez mais à caixa preta teatral, ora pedindo neutralidade, ora exigindo flexibilidade, ora impondo apenas um efeito. [8]

Percebe-se a importância da arquitetura espacial e sua renovação, para a consolidação da sociedade. Cultural e artísticamente, espaços museais e institucionais representam o vínculo com a história da arte e registro material humano, dotados de convenções e papel legitimador - direto ou indireto. Desde os anos 50, houve um reposicionamento do limite dos museus: "o papel do museu conservador e propagador de uma narrativa histórica deu lugar ao de museus hospedeiros e propagadores de pacotes expositivos"[9]. Porém, entre o final do século XX e especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI, parece não bastar a disponibilização do conteúdo *insitu* – ainda que na tentativa de modificá-lo e torná-lo mais atrativo -, pois é preciso compartilhá-lo, disseminá-lo.

> A disputa em torno da história da arte tem como o seu lugar atual e também o futuro no museu de arte contemporânea. Nesse local não exposta apenas a arte contemporânea, mas se encontra a história da arte. Porém, exatamente aqui existem dúvidas pertinentes sobre se a idéia de expor a história da arte no espelho da arte contemporânea ainda é universal e se ela ainda se sustenta (...) Portanto é uma questão de instituições e não de conteúdo, e muito menos de método, se é como arte e história da arte sobreviverão no futuro. Afinal, as catedrais sobreviveram, há muito tempo, à fundação dos museus. Por que os museus atuais não devem vivenciar a fundação de outras instituições em que a história da arte não tem mais lugar ou tem uma aparência completamente diferente?[10]

Hans Belting levanta a questão da emergência de dinâmicas renovadoras no espaço de exposição, ou ainda, o surgimento de conceitos inéditos que classfiquem as novas arquiteturas especiais expositivas. Porém, já nos anos 80 Aracy Amaral (1981) pontuava que as

[8] CASTILLO, 2008: 229 - 232.

[9] CASTILLO, 2008: 230.

[10] BELTING, 2006: 135-167.

ISBN 978-85-7205-133-0

instituições pareciam conjecturar com o desconforto comum da arte contemporânea: residido no aspecto orçamental, já que museus, bienais e espaços de exposição não estavam preparados para abrigar determinadas exposições e linguagens. O mesmo ocorre com as entidades culturais, que não possuíam dispositivos suficientes ou espaços que permitissem integrar arte de naturezas variadas e com a complexidade da produção contemporânea.

É inegável: há mudanças na arquitetura dos museus[11], fato que leva à transformações no conjunto funcional: no início dos anos 80, o mundo dos museus se vê frente a um processo de revisões inédito - de um espaço elitista passa a ser ambiente de grandes exposições e massa de público, em programações populares, num jogo de consumo. Consequentemente, ganham popularidade e avidenciam que o "campo museal ainda está em vias de se transformar"[12], e um dos fatores é o aspecto comercial que explora o *marketing e* o turismo institucional. A sociedade, por sua vez, busca nesses locais tudo o que os livros não explicam.

O que de fato ocorre em se tratando do espaço de exposição, é a gradual inserção de soluções tecnologicas computacionais em suas estruturas funcionais. Isso eleva o papel desses espaços à meios, já que passam a agir na expansão da sensibilidade de seus visitantes, e muitas vezes, na inclusão de informações e camadas de realidades. A partir do momento que transitam mensagens de diversas naturezas e graus de materialidade, tais espaços alcançam um grau diferenciado de ação, cujo objetivo não é somente a exposição material, estática, mas a construção intelectual e cultural por meio da interatividade, da participação, em relações de colaboratividade. Significa espaço expositivo ou instituição mais acessível, humanizado, dotade de ferramentas personalizadas e soluções criativas para seu visitante - também atuante no conteúdo. Ou seja, um papel visivelmente dividido através da inclusão.

Há, portanto, um fortalecimento da interface computacional, do *mobile,* e do armazenamento de dados em fluxos na nuvem, que criam possibilidades para os meios expositivos. Através do avanço da história da computação, se percebem as graduais revisões conceituais, teóricas e técnicas que geram soluções efetivas, caso do uso crescente da tecnologia de Realidade Aumentada e Virtual por instituições. "WeARinMoMA" (outubro de 2010) foi uma exposição

[11] De acordo com o ICOM (2013) a arquitetura museal se define como a arte de conceber, de projetar e de construir um espaço destinado a abrigar as funções específicas de um museu (exposição, conservação preventiva e ativa, estudo, gestão e acolhimento dos visitantes).
[12] MAIRESSE e DESVALÉES, 2013: 24.

ISBN 978-85-7205-133-0

clandestina realizada no MoMA por dois artistas desconhecidos (Sander Veenhof- Holanda e Mark Skwarek- EUA), que culminou em uma remodelação da ação do museu em diversos locais do mundo:

> À distância, via GPS, a dupla de artistas acionou comandos de informática e fez com que dezenas de peças tridimensionais produzidas por eles e por outros 30 artistas convidados surgissem na tela dos celulares e tablets de quem circulava pelo MoMA naquele dia. (...) Em vez de se enfurecer com os artistas, a diretoria do museu aplaudiu o atrevimento e incorporou as peças virtuais à sua coleção. E, por conta disso, diversos museus dos Estados Unidos e da Europa pararam para repensar sua relação com a tecnologia. Desde então, muitos se debruçaram sobre a realidade aumentada e lançaram projetos vanguardistas. [13]

A partir de então, instituições, como o Museu de História Natural de Washington, o Brooklyn Museum de Nova Iorque, o Sukiennice Museum da Cracóvia, o Louvre de Paris, passaram a incorporar em suas dinâmicas espaciais e institucionais tais possibilidades tecnológicas. O Museum of London desenvolveu um aplicativo chamado StreetMuseum, que permite acessar, em meio ao espaço urbano, mais de 200 imagens de seu acervo através da realidade aumentada. É possível ver Londres em diferentes momentos de sua história através da sincronização da captura de imagens instantâneas de prédios e monumentos à documentos fotográficos do acervo.

O episódio aborda a dissolução do espaço expositivo material que se conhece em prol da construção do Novo; uma luta contra a obsolescência e estagnação das instituições. A obra visível por RA não está no espaço de forma permanente, sobretudo, pois se apropria momentaneamente da realidade física pela ação do interator. Significa que a existência da obra é diretamente proporcional a existência do público. Enquanto em uma exposição tradicional objetos estão à espera da observação, em "WeARinMoMA" o acervo exposto não existira sem o público ativo, portanto a questão da inclusão e compartilhamento, não apenas de dados, mas de funções entre a instituição e o visitante. O MoMA incluiu a exposição

[13] Disponivel em: m.oglobo.globo.com/cultura/museus-dos-eua-europa-lancam-projetos-vanguardistas-de-realidade-aumentada-4961365 > Acesso em: 22/04/2014.

ISBN 978-85-7205-133-0

"clandestina" em seu acervo, porque sem dúvida, seu padrão estrutural foi questionado e colocado frente à possibilidade da obsolescência.

O alcance desse processo chega no Brasil, caso da obra "Extinção", desenvolvida por Suzete Venturelli e a equipe do MídiaLab, cuja proposta é convidar o público a jogar em uma máquina de pegar bichinhos, na qual há bolinhas com marcadores que mostram um mico-leão virtual - modelado em software livre de modelagem 3D. Funciona através de um software de realidade aumentada (Junaio), por meio da captura dos ícones via câmeras. Ao redor da instalação, encontram-se informações sobre a população do Mico-Leão dourado no Brasil, além de um painel informativo vinculado aos projetos do *Greenpeace.* Supostamente, o visitante pode levar consigo um Mico-Leão dourado virtual, pois através dos marcadores pode acessar o conteúdo interativo de qualquer local: além de inclusivo faz analogia ao fim da extinção do Mico - cada visitante levaria consigo um mascote, espalhando muitos por aí.

Controle, obsolescência e inclusão

Pensar as primeiras exposições do MoMA de arte latino-americana, faz pensar o papel controlador das instituições de arte. Aspecto levantado por inúmeros participantes da mesa, o posicionamento crítico sobre o papel de "disseminador cultural" dos museus leva a constatação de que o museu não é neutro. Não entrando em questões específicas da fala de Eustáquio Ornelas Cota Jr, mas apenas introduzindo os conceitos, o MoMA tinha e tem o poder de conduzir um comportamento e consumo sócio-cultural. Especialmente na década de 40, seu poder era concentrado, se pensarmos que os verdadeiros legitimadores eram as instituições de arte. Hoje, o poder controlador, ainda que existente, é dividido em diversos pequenos poderes ou mídias comunicacionais: caso da internet (ainda que controladora, supostamente dinamiza discuções democráticas e abre espaço para mercados e setores independentes). WeARinMoMA é uma exposição que contrapõe , em parte, o discurso de 1940. Enquanto o MoMA denotaria o poder de legitimar, a exposição em realidade aumentada fica fora do poder da instituição. Além de desconhecida por parte da administração, também não é acionada pelo museu. Muito pelo contrário, o verdadeiro legitimador passa a ser o interator: ele tem o poder de "fazer existir" as obras virtuais ou não.

O ato de compra do acervo pelo MoMA denota muitos aspectos: o primeiro, de que o

ISBN 978-85-7205-133-0

questionamento gerou dúvidas estruturais na própria instituição, que decidiu comprar uma mostra de arte em RA, cujo objetivo era revelar sua obsolescência; o segundo, a transferência - de forma bem humorada - do poder institucional ao visitante, criando uma dinâmica de controle compratilhado; e o terceiro - antagonico - de que, atualmente, a mostra faz parte da coleção do museu, cuja absorção identifica um ciclo de controle, obsolescência, inclusão. Afinal, ainda que questionadora, a mostra mudou um caráter do museu e por essa razão, o impacto fantástico da exposição de obras virtuais clandestinas sobre outros espaços expositivos do mundo. Vale ressaltar um caráter experimental presente no MoMA.

Sendo assim, o controle parece ser fundamental na forma como os museus se relacionam com produções emergentes, seja de arte latino-americana ou de realidade aumentada, na aquisição de coleções, manipulação de conceitos político-culturais, etc. Porém, a atual conjuntura do século XXI parece diluir um pouco essa distância entre o museu e o visitante, e o papel à deriva dos artistas à espera da iniciaiva institucional, pois eles próprios questionam os papéis desses espaços legitimadores, e se incluem, impõem sua presença no sistema de arte conemporânea. Isso leva à obsolescência inevitável de espaços expositivos que ao inserirem a tecnologia binária em sua estrutura devem avaliar um obsolesência diferenciada e frenética: a obsolescência programada. Por fim, o processo inclusivo começa na vontade de artístas em se auto-incluirem em acervos importantes, “fabulosos”, intocáveis; passa pela aquisição de obras recentes por parte das instituições, pressionadas ou impressionadas pelas dinâmicas interativas e compartilhadas; e termina pelo papel fundamental do interator na existência dessas dinâmicas, obras, curadoria e da própria materialidade.

Referência Bibliográfica

BELTING, Hans. O Fim da Historia da Arte. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2006.

CASTILLO, Sonia Salcedo Del. Cenário da Arquitetura da Arte. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

CAUQUELIN, Anne. No ângulo dos mundos possíveis. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

COUCHOT, Edmond. A tecnologia na arte: da fotografia à realidade virtual. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GRAU, Oliver. Arte Virtual: da ilusão à imersão. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

JOHNSON, Steven. Cultura da Interface. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

ISBN 978-85-7205-133-0

LÈVY, Pierre. Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. Ed. La Dècouverte.

LÉVY, Pierre. A Emergência do Cyberspace e as mutações culturais. In: PELLANDA, Nize Maria; PELLANDA, Eduardo Campos (org). Ciberespaço: Um Hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

MANOVICH, L. The language of new media. Cambridge Mass, 2002.

MAIRESSE e DESVALÉES. Conceitos-chave de Museologia. ICOM, 2013.

MILGRAM, Paul, KISHINO, Fumio. A Taxonomy of Mixed Reality Visual Displays. IEICE Transactions on Information Systems, Vol E77-D, No.12 December 1994.

PAUL, Christiane. Digital Art. New York: Thames & Hudson, 2008.

WERTHEIM, Margaret. Uma História do Espaço: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

ISBN 978-85-7205-133-0

Joaquim e *o Invencionismo*: notas entre a província e a América Latina

Helena de Oliveira Andrade

Graduada em Letras-Português e suas respectivas literaturas

Mestranda em teoria literária na UFSC

felicidadeeclandestina@gmail.com

Resumo

O presente artigo abordou as relações entre o Brasil e a América Latina nas páginas da revista *Joaquim,* publicada em Curitiba – Paraná entre os anos de 1946 e 1948. Para a análise, foram selecionados dois textos: o Manifesto *Invencionista* que, segundo García (2012), foi e um movimento derivado da revista *Arturo*, 1944 em Buenos Aires, pelos então "novos" artistas, mudando um pouco do que se conhecia sobre o cenário literário de 40. O segundo texto escolhido foi um ensaio de Carlos Drummond de Andrade com o nome *O Invencionismo*, publicado na *Joaquim*. Com a leitura dos textos foi possível observar como o movimento foi recebido no Brasil, nas palavras do escritor mineiro, além da posição que a revista paranaense se coloca junto a estas questões. Por fim, o interessante foi ressaltar que mesmo tomando posições fortes em relação ao seu meio, seja a *Joaquim* ou a *Arturo ou Invencionismo* trouxeram contribuições importantíssimas para o cenário intelectual latino americano, contribuíram para que o entre-lugar, ou seja, a tentativa de romper com a dicotomia colonizador/colonizado fosse possível de ser pensada.

Palavras chaves: Periódicos literários; América Latina; *Arturo*; *Joaquim*

RESUMEN

Este artículo aborda las relaciones entre Brasil y América Latina en las páginas de Joaquim, publicados en Curitiba - Paraná entre los años 1946 y 1948. Para el análisis, se seleccionaron dos textos: el Invencionista Manifiesto que, según García (2012), y fue un movimiento derivado de la revista Arturo, 1944 en Buenos Aires, el entonces "nuevos" artistas, cambiando un poco de lo que se conoce sobre la escena literaria de 40. El segundo fue un texto elegido ensayo de Carlos Drummond de Andrade el nombre Invencionismo, publicado en Joaquim. Con la lectura de los textos fue posible observar cómo se recibió el movimiento en Brasil, en las palabras de la minería escritor, más allá de la posición de que la revista Paraná se encuentra junto a estos temas. Por último, lo interesante era hacer hincapié en que incluso tomar posiciones fuertes en relación con sus medios, J*oaquim* o *Arturo* o *Invencionismo* traído contribuciones muy importantes a la escena intelectual latinoamericano, contribuyó a la en el medio, es decir, el intento de romper con la dicotomía el colonizador / colonizado.

ISBN 978-85-7205-133-0

Palabras clave: revistas literarias ; América Latina ; Arturo ; Joaquim

> Esas pequeñas revistas que durante sesenta años han mantenido la vitalidad de nuestras letras, naciendo y muriendo con las ideas, son las que cada diez años introducen en la atmósfera intelectual lo que es asombroso y a la vez diferente de lo hasta entonces acaecido, permitiendo vivir y escribir a los jóvenes que crean por crear.
>
> PAUL VALÉRY[1]

Pensar as relações entre a América Latina nem sempre foi um tema fácil de percorrer, por mais que os países deste grupo mantivessem uma troca constante, a sensação de inferioridade e uma ideia de nação fragmentada sempre nos assombraram. Falo isso em relação ao complexo de inferioridade que, por muitos anos, truncou um bom diálogo e percepção de nossa própria literatura e cultura. Um bom meio de observar este caminho são os periódicos literários, neles podemos refazer uma "geografia literária" e observar o caminho percorrido, ou não pelos escritores ou intelectuais. É nesse contexto que *Arturo* e *Joaquim* se cruzam neste artigo; por mais que fossem revistas literárias em contextos culturais diferentes, almejaram cruzar caminhos que ainda não haviam sido explorados tão veementes, ou seja, distante de percorrer uma literatura "cópia" ou uma literatura de colonizador, sempre falando mais alto o complexo de colonizado, as duas revistas conseguiram "abrir" caminhos para uma literatura que não excluí o outro e que barreiras físicas ou ideológicas não eram mais "uma pedra no caminho". Entretanto, antes de adentrar no caminho, sugestivo, é importante pensar o porquê ainda estudamos revistas literárias hoje? Como se configuram as revistas abordadas?

Por que lemos revistas de literatura hoje? O título é sugestivo e questionado por Camargo (2013) no início do seu artigo. Realmente, o estudo em revistas sempre perpassa esse questionamento, pois anteriormente tanto a leitura de revistas literárias quanto o estudo das mesmas eram comuns, diferente do cenário atual aonde só lê e publica quem é do meio. Entretanto, quando me questiono o porquê estudar periódicos, vem-me a mente as inúmeras possibilidades de percorrer caminhos até então desconhecidos e poder observar as relações. É nas revistas que os movimentos ou "comunidades" num sentido sociológico, se formam:

[1] Paul Valéry apud García *In Las revistas literarias argentinas:* 1893-1967.

ISBN 978-85-7205-133-0

sejam eles novos, velhos, modernos, vanguardistas, reacionários, todos convivem em seu tempo, embora não compartilhem os mesmos ideais.

Ao falar de revistas literárias sempre nos vem em mente o recorte, o improviso, ou os manifestos, mas este tipo de revista representa apenas uma das possibilidades produzidas ou perpetuadas. Essas publicações ficaram conhecidas como pequenas revistas, com pouco mais de 500 tiragens, termo adotado do inglês little *magazine.* Segundo Camargo (2013) esse termo se originou depois da tradução de um ensaio para o inglês:

> A expressão "pequenas revistas" foi usada no título da tradução brasileira do ensaio de Lionel Trilling sobre a Partisan Review, "A função da pequena revista"2. Trata-se de um artigo publicado originalmente em 1946, como introdução a uma antologia de textos da revista — The Partisan Reader — dedicado à comemoração dos 10 anos de existência da Partisan Review (1933-1944): uma "notável realização," diz Trilling, a simples existência, por 10 anos, de uma revista dedicada à literatura, e que teria conquistado nesse período um público de 6.000 leitores. Para Trilling, se as revistas literárias — as pequenas revistas, the little magazines, essas "aventuras privadas e precárias" — enfrentam dificuldades para manter os caminhos abertos e para manter vivos os novos talentos até que editores comerciais os publiquem, são exitosas em seu papel de resistência ao conformismo, ao populismo, às soluções facilitadoras. (CAMARGO, 2013, p.07)

A *Joaquim* como uma revista independente poderia ser "classificada" como uma pequena revista, ela possui um discurso muito autônomo, pois era mantida com recursos propagandísticos de tal modo que seu ataque ao meio acadêmico soa como radical. Mesmo que ela se entre no que podemos chamar de "pequenas revistas" as suas ambições não eram nada pequenas, pois suas tiragens eram de aproximadamente 1000 exemplares, atitude que podemos observar, não acontece nas principais revistas brasileiras de literatura. As suas ambições eram relativamente altas para uma revista provinciana. Em relação a revista *Arturo*, ela possuía o mesmo "fôlego" arrebatador da paranaense, entretanto com uma característica pertinente: ela publicou apenas um número, no entanto possuía um espírito inquietante e uma maneira de ver a literatura e as artes diferenciada. Embora as duas revistas sejam semelhantes em sua construção é importante ressaltar que havia outro grande grupo de revistas literárias, ou melhor, sempre houve duas tendências mais comuns na publicação desses periódicos. A autora Camargo (2013) diz que há uma possível divisão para as revistas literárias:

ISBN 978-85-7205-133-0

> Em outros textos, tratando do mesmo conjunto de revistas, julguei ser possível divisar dois grandes blocos de revistas a partir de alguns aspectos. O primeiro deles considerava, além da publicação de poemas, a presença de textos críticos em umas e a total ausência deles noutras; de modo geral, as revistas que incluem crítica tendem a ser graficamente mais sisudas, sem ilustrações ou material visual; as outras, tendem a incluir entrevistas com os poetas publicados e muito material visual. Neste grupo, encontram-se revistas que parecem reivindicar seu caráter artístico através do desenho, da fotografia, de uma certa estetização da visualidade das páginas, tirando partido das novas possibilidades técnicas de edição, do que através da escritura poética. (CAMARGO, 2013, p. 13).

Conforme o que a autora propõe, a revista paranaense entraria no segundo grupo, por ser uma revista muito preocupada, não somente com a literatura, mas também com as artes ela deixa a revista bastante visual inserindo o texto na figura e a figura no texto, assim as duas artes dialogam. À medida que adentramos nas páginas da revista, percebemos a forte aprovação do meio elitista curitibano com a revista, pois a maioria das publicidades se mantém até o final, são eles: médicos, relojoarias, chapelarias, livrarias, advocacia, dentre outros e assim nos mostram que mesmo tendo ideias radicais em relação ao meio acadêmico e cultural de Curitiba, ela conseguia adquirir adeptos e patrocinadores da elite curitibana..

Segundo Miguel Sanches Neto (1998) a *Joaquim* foi editada em Curitiba entre os anos de 1946 à 1948 pelo escritor Dalton Trevisan que naquela época tinha apenas 21 anos. A revista tinha como principal argumento a mobilização da, ainda, província (em todos os sentidos); queria mostrar aos "novos" que os pensamentos retrógrados, até então assimilados, faziam uma arte que visava apenas a própria região, o que mais tarde os teóricos chamaram de movimento *Paranista*, tendo como principal representante e motivo de ataque da revista Emiliano Perneta. Com a ajuda de alguns intelectuais da época, como Erasmo Pilotto, Dalton Trevisan começou a recolher textos para montar o corpo do periódico, além da busca dos patrocinadores. Esses são uma leitura à parte, a maioria dos patrocinadores, poderíamos dizer, era a elite paranaense: advogados, médicos, livrarias, a famosa Mate Leão, sem esquecer, é claro, da fábrica de cerâmicas Evaristo Trevisan que recheavam páginas inteiras da revista. Detalhes à parte, a estratégia formada em torno da revista era para mostrar a possibilidade de ser atual (ou moderno como a revista se posicionava), apreciar o local, mas sem deixar de projetar os "olhos" ao que estava acontecendo no mundo, tinham publicações das mais

ISBN 978-85-7205-133-0

variadas possíveis, o importante para eles era se tornarem modernos. Um discurso, segundo Compagnon (2010) típico das vanguardas, uma vez que criticavam o passado e o presente sempre com o discurso do novo e futuro. Ao folhearmos o periódico, observamos que a busca por uma atualização, tanto nacional quanto mundial seria uma meta a ser atingida. Isso fica evidente quando nos deparamos com inúmeras traduções de Rilke, Gide, Virginia Wolff, Kafka. É interessante de observar, também, que há um desalinhamento em relação à busca de leituras: autores ingleses, latino americanos, neolandeses, alemães, etc. são mais privilegiados que os, até então saudosos, franceses.

À medida nos aprofundamos na leitura do periódico paranaense é intrigante observar que há uma preocupação em saber o que nossos vizinhos produzem. Apenas o gesto de publicar, um movimento muito pouco repercutido no Brasil faz com que a revista se coloque em uma visão singular no que desrespeito ao eixo Rio-São Paulo. De modo que nos faz observar uma atitude diferenciada da época, uma busca por repensar nossos vínculos.

Em relação à América Latina, podemos afirmar com convicção que, desde muito tempo as "trocas" entre os intelectuais foram intensas, mas sempre deixadas em um segundo plano. Nós, enquanto americanos, segundo Santiago (1970), sempre privilegiamos a categoria da assimilação, de nossos colonizadores europeus e nos esquecendo de que também possuímos/possuíamos uma literatura de extrema qualidade, esquecemos que ajudamos os europeus a se firmar e a se sustentar no pós-guerra como uma nação, mas esquecemos de olhar para a nossa literatura, esquecemo-nos de observar que não é só lá que as ideias surgem muitas das vezes elas nasceram aqui, mas tiveram um corpo ou impacto maior no continente Europeu. Ao propor um diálogo com movimento *Invencionista* a revista paranaense se coloca em um campo de discussões sobre o discurso latino americano que somente posteriormente ganhariam corpo.

Enquanto a *Joaquim* reivindicava uma agitação no meio intelectual, a revista *Arturo* foi editada em momento propício a discussões quentíssimas. Ao se colocar no meio intelectual a revista não pensa em delimitar seu espaço de atuação, ou melhor, delimitar um território e nem transparecer um sentimento de inferioridade em relação ao outro. O momento em que *Arturo* foi editado era propício para a revista, já que a Europa e os Estados Unidos da América estavam devastados pela 2ª Guerra Mundial. Longe de desmerecer nosso meio, mas foi um momento de o mundo se voltar para a América latina que até então só fora vista como uma fornecedora de dinheiro (e esconderijo) para a produção intelectual europeia. É dentro da

ISBN 978-85-7205-133-0

revista portenha que aparece a ideia dos invecionistas. O movimento *Invencionista* traz concepções de um russo chamado Wassily Kandinski que durante os anos de 1914 e 1921 presidiu cadeiras na universidade de Bauhaus. Segundo Compagnon (2010) quando ele retorna a seu país tem uma tendência cada vez mais pendendo para o que ele chama de "arte do concreto", cada vez mais geométrica. Assim, ao definirem a sua área de atuação, reivindicam o concreto o branco e a criação, iniciadas pelo pensamento do estudioso russo.

Segundo García, a revista *Arturo* publica sua primeira, e única, edição no ano de 1944 na cidade de Buenos Aires. As suas atividades se pautavam no recorte de alguns temas do realismo, do surrealismo e do abstracionismo. Ainda, segundo García, em 1945 o grupo se divide em dois

> Hacia 1945 el grupo *Arturo* ya estaba disuelto constituyéndose dos principales agrupaciones: la Asociación Arte Concreto-Invención (AACI) liderada por los hermanos Bayley y Maldonado y el grupo Madí, bajo la acción de Arden Quin, Kosice y Rothfuss. (GARCÌA, Maria, p. 46, 2012).

Entretanto, antes dessa divisão acontecer Gyula Kosice relata no prefácio da edição fac-similar como foram os momentos que antecederam a publicação da revista e como foram colidas as contribuições:

> También com nuestras em vías de publicacíon pedíamos colaboracíon a las sociedades de poetas de toda Lationamérica para que mandassem a sua poesia editada [...] Las cartas iban y venían por todo el mundo. Com mi mujer recorríamos las embajadas, la maioria nos daba material y las que no, al menos daban direcciones de donde escribíamos pedindo colaboracíones que publicámos. Así ilégo 1945 y em la casa del psicanalista Enrique Pichón Rivière hiciamos la primeira muestra de Arte Concreto-Invención, el 0 de octubre. (KOSICE, Gyula, 2014 apud Arturo)

O movimento invencionista deriva deste grande grupo que rodeava a revista *Arturo*, mas já podemos perceber em suas páginas uma tendência em desdobrar questões sobre arte concreta, embora, como disse o grupo se divida em dois: O *Invencionismo* e o *Madrí*. Assim, podemos compreender que o projeto de universalizar a arte tanto argentina como a brasileira foram importantes, não excluir o outro e ao mesmo tempo propor novos pensamentos permeiam os pensamentos, tanto da *Arturo* como da *Joaquim*. Voltando ao periódico paranaense, nele encontramos o manifesto *Invencionista* publicado na edição de março de

ISBN 978-85-7205-133-0

1947, com pouco mais de um ano de publicação do manifesto na Argentina, já que a revista *Movimento Concreto* foi editada em 1946. Ao que parece as ressonâncias tardaram ou nem chegaram as artes brasileiras, uma queixa relevante de Drummond na relação truncada que os intelectuais da época tinham com os nossos vizinhos. O tão intrigante manifesto foi assinado por: Edgar Bayley, Antonio Caraduje, Somón Contretas, Manuel O. Espinosa, Alfredo Hlito, Enio Iommi, Obdulio Landi, Raúl Lozza, R.V.D. Lozza, Tomás Maldonado, Alberto Molenberg, Primaldo Monaco, Oscar Nún~ez, Lidy Prati, Jorge Souza e Matilde Werbin. Ele teve como grande objetivo declarar uma nova concepção de arte na Argentina, eles a chamavam de arte concreta. Quando iniciamos a leitura do texto, a primeira afirmação é reiterar que representação ficcional está em seu fim "La era artística de la ficcíon representativa toca a su fin" (JOAQUIM, p. 12, 1946), em seguida acrescentam a ideia de que o homem não consegue mais ser sensível as "imégenes ilusórias" (IDEM), o homem "novo" não mais acredita na natureza do Belo e sua metafísica, ele está "muerto por agostamiento" (IDEM). Portanto, eles pretendiam afirmar que não existe nada de ilusório na arte e quem, ainda, tenta pregar esta ideologia é um falsário. A arte para eles "(...) muestra 'realidades' estáticas, abstractamente frenadas" (IDEM). Eles queriam uma arte realista, tinham a intenção de fazer obras artísticas e literárias reais e não fantasmas, com a relação direta com as coisas que visem, assim reivindicavam uma técnica e uma estética precisa, ou seja, proclamavam como solução o que chamavam de "el arte concreto". Mais especificamente, segundo Lafleur o movimento

> no se detenía en el plano literario sino que su contenido innovador involucraba toda manifestación de actividad creadora. Frente a cada una de las instancias vanguardistas, (onirismo, dadaísmo, superrealismo, etc.) este otro vanguardismo de los invencionistas declara la inanidadde toda voluntad de re-presentación de la imagen; si cada forma usual —incluyendo por supuesto las más notorias conquistas del arte contemporáneo— se ha tornado insuficiente porque esa re-presentación hoy es sólo repetición, ¿qué queda entonces? El invencionismo nos propone una suerte de metafísica de la inocencia, una espécie de desesperación feliz contra la angustia, la abolición de todo subjetivismo preexistente. Arturo proclama: "Ninguna expresión, significación, representación. El hombre conquistará el espacio multidimensional —Júbilo— Negación de toda melancolía —Voluntad constructiva— Comunión-Poesía del contrato social". (LAFLEUR, 2006, p. 188-189).

ISBN 978-85-7205-133-0

Porém, em uma atitude nada inocente, a direita do manifesto se encontra uma análise de Carlos Drummond de Andrade com um título bem direto e sugestivo: o *Invencionismo.* O escritor mineiro inicia o seu texto dizendo que mesmo sendo vizinhos e dividindo o território, o conhecimento do outro não é levado em consideração e deixa claro que o conhecimento tem que ser "mútuo", ser um "intelectual não corresponde à distância física", a sua função não pode ser vista em limites geográficos e políticos (JOAQUIM, 1947, nº09, p. 13). Mas a frente Drummond ressalta que há certo tempo, uns quatro anos segundo ele, esse movimento vinha tendo espaço junto aos intelectuais da América Latina, mas, que na sua visão, aqui no Brasil pouco se sabia ou nem se sabia da existência do mesmo. Ao discorrer sobre o movimento diz que o "novo" (aspas do autor) ismo é uma tentativa, uma maneira de renovar ou até mesmo desvendar o mistério que ronda a estética ao texto literário, mas deixa claro que essas são ideias dos jovens, os novos segundo ele "renunciam placidamente ao esforço e nutrem-se de velhas verdades" (IDEM).

A partir desta ideia, Drummond afirma que os invencionistas, cansados da mesmice que beirava naquele momento, cansados do cubismo e do surrealismo saturados, formam um grupo com ideias que segundo o escritor mineiro era "matar a figura, o assunto, a simples e mesquinha representação das coisas" (IDEM) para que assim pudessem reinventar novas formas. Para eles (invencionistas) a arte deve reconstruir o mundo, fazem pela arte que chamam de concreta, em miúdos, a invenção. Ao final do artigo, Drummond afirma ser impossível pensar que a "arte figurativa é idealista e a arte abstrata (perdão! Concreta) (IDEM), é materialista. Como se o materialismo e espiritualismo não pudessem insinuar-se em qualquer modalidade de expressão artística" (IDEM). Por fim, faz uma intervenção um tanto drummondiana: acredita que "o novo humanismo que vem de prata" receiava não ser nada de novo, de nada original a primeira vanguarda da Argentina, entretanto sua atitude de assumir riscos e se impor no cenário intelectual foram muito positivos.

À maneira que a leitura dos textos ia fluindo, duas questões e tornaram relevantes: observar mesmo que o escritor brasileiro afirme que a intelectualidade não dê certa importância aos movimentos artístico-literários da América Latina, ele faz uma leitura do movimento recém-surgido e demostra domínio do conteúdo e domínio da situação portenha, ou seja, mesmo que ele não concorde com as ideias ele reconhece os estudos que estão feitos

ISBN 978-85-7205-133-0

lá. E a segunda questão relevante seria a ponte[2] que a revista "provinciana" faz com nossos vizinhos. Silviano Santiago, em seu ensaio *O entre-lugar do discurso latino americano*, diz que a literatura na América Latina sempre foi vista como uma assimiladora, assim, a Europa detinha o conhecimento, formulava uma teoria que era absorvida por nós "pequenos". Entretanto, já em 1946, Drummond e a revista *Joaquim* já propunham um exercício crítico contrário, mostravam uma rede de relações que somente a pouco foram aprofundadas. O escritor mineiro, embora soubesse do movimento, não compartilhava da ideia porque sua visão de poesia seguia outros rumos que eram veemente negados pelos concretos, mesmo assim não deixa de analisar movimentos diferentes de sua ideologia. Essas reações são interessantes de serem observadas porque elas mostram e fazem desmistificar a ideia de uma história de uma literatura pequena e sem comunicação, esse movimento traz, mesmo que não seja nada de novo, um olhar diferente em relação a nós latino-americanos; também nos faz repensar a atitude de uma revista "provinciana", mas com ambições que só foram digeridas décadas depois.

Por fim, com uma proposta de neovanguarda, usando as palavras de Hal Foster, já que são manifestações que beiram os anos cinquenta, quase meio século depois das vanguardas históricas; seja a *Joaquim* ou a *Arturo*, ou melhor, o *Movimento Concreto Invencionista* trouxeram contribuições importantíssimas para o cenário intelectual latino americano, pois acredito ser o início da mudança de um pensamento de colonizados, o movimento surgiu aqui, mas não tinha ambições de delimitação geografia. Foster (2013), no capítulo sobre *O que são as neovanguardas?* Discorre sobre a importância e o impacto que essas manifestações tiveram a capacidade de gerar uma força muito maior que as vanguardas históricas, datadas do início do século e pertencente quase que exclusivamente ao mundo europeu, com raríssimas exceções. Elas colocam mais perigo e arriscam mais no que propuseram, pois sabiam o que tinha e o que não tinha dado certo, talvez o conteúdo seja um tema batido, mas o gesto e a força com que essas propostas ressurgem na América Latina são importantes reflexões.

Embora essas discussões sejam interessantes de se observar, quis evidenciar mais a construção de um diálogo latino-americano, ou seja, o diálogo de uma província brasileira com a América Latina. Ao reler a revista paranaense e buscar informações sobre a revista *Arturo* e sobre o *Movimento Concreto* o *Invencionismo*, tentei traçar um caminho que

[2] Quero deixar claro que a palavra ponte foi usada em seu sentido literal, ou seja, como naquele tempo os meios de comunicação era mais lentos, as revistas literárias serviam como uma ligação, uma atualização de conhecimento.

ISBN 978-85-7205-133-0

mostrava um discurso contrário ao que costumamos ouvir, ou seja, de que as relações entre nós americanos são truncadas e só recentemente estabelecemos contato, de que tínhamos uma literatura que era parasitária e de segunda. Definitivamente, não. Não somos nem melhores nem piores que os europeus, segundo Santiago (1978, p. 28) "O escritor latino-americano nos ensina que é preciso liberar a imagem de uma América Latina sorridente e feliz, e o carnaval e a festa, colônia de férias para o turismo cultura"; Carlos Drummond sabiamente escreveu em seu texto que não achava nada de "novo" no que os novos poetas reivindicavam, ao contrário, mostrou-se leitor atento ao mundo, mas não deixou que tudo aquilo que nos marcava como uma nação fosse o fator de evidência, o que o interessava era a ideia do movimento; a partir do momento que fizeram o movimento contrário ao de costume, conseguiram absorver tão bem o que Santiago, na década de 70 disse: mostrar a força de uma literatura, não o estereótipo "forçado" de um povo. Por fim, nada melhor do que as palavras de Santiago: "ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana" (IDEM).

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Drummond. Invencionismo In: *Joaquim,* número 09, página 13, 1947.

ANTELO, Raul Hector. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.

ARTURO. Nº 1. Buenos Aires, outubro de 1944. Edição fac-similar.

BAYLEY, Edgar; CARADUJE, Antonio; CONTRETAS, Somón; ESPINOSA, Manuel O. Et Al. Invencionismo In: *Joaquim,* número 09, página 12, março de 1947.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. Por que ainda lemos revistas de poesia? Apontamentos para o estudo da poesia brasileira em suas revistas Boletin Nelic, Florianópolis, v. 13, n. 20, p. 5-14, 2013.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade.* 2ª ed. Trad. Cleonice Mourão; Consuelo Santiago; Eunice Galéry. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

FOSTER, Hal. *O retorno do real. Trad. Celia Euvaldo.São Paulo: Cosac Naify, 1996.*

GARCÍA, María Amalia. *La revista Arturo y la conexión carioca: em torno de la participación de Maria Helena Vieira da Silva e Murilo Mendes em la vanguardia invencionista portenã.* Pós: Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 36 - 59, nov. 2012.

ISBN 978-85-7205-133-0

JOAQUIM. Nº 1 - 21. Curitiba, abril de 1946 a dezembro de 1948. Edição fac-similar.

LAFLEUR, Héctor. Provenzano, Sergio. Alonso, Fernando. *Las revistas literarias argentinas:* 1893-1967 (precedido por un ensayo de Marcela Croce). Buenos Aires: El 8vo. Loco, 2006.

KOSICE, Gyula. Conversacion com Gyula Kosice In: *Arturo*, número 01, p. 14, 2014.

LOZZA, Raul; MALDONADO, Tomas; MONACO, Primaldo; SOUZA, Jorge. Manifesto Invencionista In: *Joaquim*, número 09, página 12, 1947.

SANCHES NETO, Miguel. *A reinvenção da província:* a revista Joaquim e o espaço de estréia de Dalton Trevisan. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1998.

SANTIGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano In: *Uma literatura nos trópicos.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

OLIVEIRA, Luis Claudio. *Joaquim - Dalton Trevisan (En)contra o Paranismo*. Curitiba: Travessa dos editores, 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

Direito à Cidade e a Participação Popular na Gestão Urbana: uma análise da democracia participativa em São Paulo, Medellín e Bogotá.

Heliete Rodrigues Viana, *Mestanda em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie-Higienópolis/SP*
helieteviana@mpba.mp.br

Patrícia Brasil, *Mestranda em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie-Higienópolis/SP*
p.brasil@globo.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um panorama comparativo das mudanças no processo de gestão urbana registradas nas cidades de Medellín e Bogotá, na Colômbia e na cidade de São Paulo, no Brasil, sob a perspectiva da participação popular direta como instrumento do Direito à Cidade, tendo em vista a semelhança dos processos históricos e questões sociais entre elas. A análise proposta utiliza como arcabouço a Teoria da Democracia Deliberativa de Jurgen Habermas, associada à ideia de horizontalização da democracia, e da democracia como contestabilidade de Phlipp Pettit. Pretende-se oferecer uma colaboração no importante estudo acerca do papel da participação popular na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao Direito à Cidade.

ABSTRACTO

Este documento tiene como objetivo presentar un panorama comparativo de los cambios en el proceso de gestión urbana registrada en las ciudades de Medellín y Bogotá, Colombia, y en Sao Paulo, Brasil, desde la perspectiva de la participación popular directa como la Ley del instrumento a la Ciudad en vista de la similitud de los procesos de temas históricos y sociales entre ellos. El análisis propuesto utiliza como marco de democracia deliberativa Teoría de Jurgen Habermas, asociado con la idea de aplanamiento de la democracia, y la democracia como impugnabilidad de Phlipp Pettit. El objetivo es ofrecer una colaboración de gran estudio sobre el papel de la participación popular en la formulación, implementación y evaluación de políticas públicas orientadas a Derecho a la Ciudad.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Cidade; gestão urbana; democracia participativa; participação popular; políticas públicas.

PALABRAS CLAVE: Derecho a la Ciudad; gestión urbana; la democracia participativa; la participación popular; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

ISBN 978-85-7205-133-0

Muito se tem discutido a respeito da ampliação da participação popular na democracia brasileira, como forma de legitimar políticas públicas e, portanto, o próprio governo, e ainda, de exercitar a cidadania. Na América Latina, este panorama decorre do adensamento da redemocratização de alguns países e de seu amadurecimento político, como é o caso do Brasil e da Colômbia. Ambos os países são contemporâneos neste processo. No Brasil, a retomada do regime democrático ocorreu com a Constituição de 1988, porém sua efetivação se completou com a eleição direta somente em 1989. Na Colômbia, a redemocratização ocorreu com a Constituição de 1991. Nos dois casos, a redemocratização sucedeu regimes ditatoriais.

Como categoria de análise da democracia representativa e sua institucionalização nos dois países, optou-se pelo exercício do Direito à Cidade, que nos Estados em referência, ganhou, por desenho constitucional, *status* de quarta geração de direitos (BONAVIDES, 2008, p.28).

Adotando as lições de Furtado e Prebish,[1] este trabalho se volta à análise da institucionalização do fenômeno sociopolítico da participação popular direta sobre o exercício do Direito à Cidade, com o olhar para a América Latina e suas especificidades históricas, estruturais, culturais e socioeconômicas. Buscou-se intercambiar, de forma sintética, experiências havidas em grandes cidades de Bogotá e Medellín, na Colômbia, comparando-as com a recente experiência ocorrida em São Paulo, sob a ótima das teorias de Habermas e Philip Pettit.

HABERMAS, PETIT E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Jürgen Habermas formula uma proposta de ênfase na institucionalização da opinião e da vontade das esferas informais do mundo da vida, a partir da sua integração às esferas oficiais de tomadas de decisões, como paradigma procedimental de democracia.

Jürgen Habermas parte da idéia de democracia apoiada em uma teoria do discurso, através da qual a sociedade é vista como uma instituição descentrada, propondo uma concepção procedimental para a deliberação e a tomada de decisões nas sociedades politicamente organizadas, ditas democráticas, orientando-se por uma formação política racional da opinião e da vontade, partindo do pressuposto da autodeterminação democrática

[1] Prebish e Furtado, difundiram a ideia de que o subdesenvolvimento não seria uma etapa para se chegar ao desenvolvimento, e que a adoção de modelos socioeconômicos dos países do centro capitalista desprezaria a diversidade estrutural, histórica e político-social dos países subdesenvolvidos, apenas acentuando as desigualdades. As ideias tomaram eco na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (MANTEGA, 1989).

ISBN 978-85-7205-133-0

das pessoas envolvidas no processo deliberativo. Contrapõe-se, assim, à perspectiva liberal, para a qual somente a atividade do Estado importa, sendo este o centro do fenômeno sócio-político, apartado da sociedade.

Está em jogo, para J. Habermas, a própria legitimação da formação da opinião e da vontade, que, por meio da teoria do discurso, é obtida através de processos e pressupostos comunicativos institucionalizados, capazes de produzir democraticamente decisões políticas racionais. Pretende, com isso, a partir desta teoria, por em comunicação intersubjetiva todos os atores sociais considerados como parte da esfera pública e capazes de, a partir de processos discursivos devidamente institucionalizados, contribuir para a realização dos fins do Estado de Direito. A institucionalização destes mecanismos expressaria o consenso relativo aos processos democráticos, ao qual é imprescindível o papel do direito.

Para Habermas, é necessário que a opinião e a vontade oriundas das esferas públicas autônomas e das redes periféricas sejam consideradas, devidamente captadas e filtradas por associações, partidos políticos e meios de comunicação, a fim de que, mediante procedimento estabelecido no sistema normativo, obtenham-se respostas e soluções racionais para as questões postas em discussão. Lubenow (2010, p.232), acrescenta que a concepção habermasiana de democracia deliberativa está centrada nos procedimentos formais que indicam “quem” participa, e “como” fazê-lo, mas nada diz sobre “o que” deve ser decidido. Requer, portanto, a racionalidade nos meios de formação da opinião e da vontade política, para que se obtenham resultados igualmente racionais.

Por outro lado, Philip Pettit traça uma teoria para a democracia com pressuposto na ideia de contestabilidade, e na concepção de liberdade política como não-dominação, ambas na essência do modelo republicano, na qual a primeira se apresenta como pressuposto essencial para a existência da segunda.

Pettit buscou resgatar um ideal republicano de não-dominação para a contemporaneidade. Caberia ao Estado, assim, desenvolver mecanismos que assegurem aos indivíduos essa não-dominação. Essa proposta também se coaduna com o processo de desenvolvimento de políticas públicas e, no particular, da política urbana, no qual diversos atores legalmente reconhecidos devem participar da sua formulação, execução e avaliação, possibilitando que o processo não seja contaminado por práticas escusas que privilegiem interesses particularizados.

ISBN 978-85-7205-133-0

Na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas, essas formulações se tornam de extrema importância e significado, na medida em que expressam o ideal de *modus operandi* que deve nortear os correspondentes procedimentos.

No caso especificamente do estudo proposto neste trabalho, os estatutos legais que regulamentam os processos de formulação, execução e avaliação da gestão urbana e correspondente política pública, estão envoltos de determinações que implicam e impõem – inclusive com previsão de cominações legais ao gestor infrator -, a utilização de instrumentos e mecanismos que assegurem a possibilidade de participação popular na tomada de decisões concernentes à política de desenvolvimento urbano das cidades, através de órgãos colegiados, audiências e consultas públicas e iniciativa popular a projetos de lei e na elaboração de planos voltados aos legítimos interesses perseguidos pela política. Assim, enquanto Habermas defende a institucionalização como garantia da participação direta, Pettit vê nesta institucionalização a garantia do direito à contestação a ser exercido pelos cidadãos. Portanto, ambas as leituras se complementam no que tange aos mecanismos de participação popular na definição de políticas públicas.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO

Ao longo do seu desenvolvimento, como programas de ação governamental institucionalizados e procedimentalizados, as políticas públicas vêm se valendo de diversos mecanismos para possibilitar a participação popular na sua formulação e implementação, a saber, *os debates, as consultas populares, as reuniões e as audiências públicas*.

No recente Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE/2014), cuja formulação percorreu todo um processo juridicamente regulado, pode-se identificar claramente as formas horizontais de integração da opinião e da vontade das esferas públicas informais, e formas verticais de filtragem e organização dos temas relevantes da política de desenvolvimento urbano e ambiental da cidade, até ulterior aprovação pelo Poder Legislativo Municipal.

Procedendo-se a uma análise dos estatutos legais nacionais e locais aplicáveis à hipótese, a saber, a Constituição da República, a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei Orgânica do Município de São Paulo e as Leis n° 13.340/2002 e

ISBN 978-85-7205-133-0

16.050/2014, do Município de São Paulo, dentre outras normas pertinentes à matéria, merecem destaque algumas disposições normativas, que ora passar-se-á a comentar.

Ao tratar da participação popular, a Constituição Brasileira reconhece que o poder emana do povo que pode exercê-lo por seus representantes e diretamente (art. 1º, inciso II). No parágrafo §3º do seu art. 37, que trata da Administração Pública, a Constituição prevê a edição de lei para disciplinar as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta.

Mais particularmente, no âmbito da Política Urbana, regulada pela Constituição nos artigos 182 e 183, embora o legislador constituinte não faça menção a formas de participação popular no seu planejamento, previu a edição de lei para o estabelecimento de diretrizes gerais de execução, pelos municípios, da política de desenvolvimento urbano, de forma a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes: o denominado Direito à Cidade, regulamentado pela Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para o qual o Plano Diretor é um instrumento básico.

A Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, previu, ainda que sinteticamente, dentre outros institutos específicos, as formas de participação popular no planejamento, pelos municípios, da política de desenvolvimento urbano, ao estabelecer como uma de suas diretrizes a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Um destas formas é a audiência pública entre o poder público e a população interessada nos processos de implantação de empreendimentos com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural e construído. Além dela, foi prevista a gestão orçamentária participativa, que inclui a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para a aprovação de Plano Diretor pela Câmara Municipal. Há, ainda, a inclusão obrigatória e significativa da participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania junto aos organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Inegável, pois, o caráter procedimental discursivo deliberativo dos institutos de gestão democrática previstos na Lei n° 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – com acentuada ênfase

ISBN 978-85-7205-133-0

para a participação das esferas públicas, especialmente aquelas constituídas pela sociedade civil organizada e pelos cidadãos de forma espontânea, como condição de legitimação das decisões tomadas e assumidas pelo Poder Público Estatal.

A Lei Orgânica do Município de São Paulo, por sua vez, revela que a prática democrática, a soberania e a participação popular e a transparência e controle popular na ação do governo (art. 2°, incisos I, II e III) são considerados princípios e diretrizes da organização do Município. Também há previsão específica que determina que "será assegurada a participação dos munícipes e suas entidades representativas na elaboração, controle e revisão do Plano Diretor e dos programas de realização da política urbana" (art. 150, § 2°), prevendo, ainda, a articulação entre poder público e participação popular organizada em entidades representativas.

Santin (2005, p.123) assinala que a participação dos cidadãos no processo legislativo do Plano Diretor, bem como das peças orçamentárias é condição formal para a sua aprovação perante o Poder Legislativo Municipal, afirmando se tratar de uma nova maneira de vislumbrar o exercício do poder político, na qual se conjugam instituições representativas com instituições participativas.

Em abril de 2014, teve início o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, regulamentado, à época, pela Lei Municipal n° 13.430, de 13 de setembro de 2002 – Administração Marta Suplicy, portanto-, o qual já previa, em seu art. 293, que o Poder Executivo deveria encaminhar à Câmara Municipal projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico no ano de 2006, adequando as ações estratégicas nele previstas e acrescentando áreas passíveis de aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal n° 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Abrimos um parêntese para registrar que a iniciativa do Poder Executivo Municipal por seu dirigente à época, através do Projeto de Lei (PL) 671/07, com vistas a promover a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002, nos termos previstos na Lei n° 13.430/2002, não logrou êxito em razão da sua judicialização, motivada pela ausência de participação popular no processo de revisão, culminando no arquivamento do PL 671/07.

Assim, por nova iniciativa do Poder Executivo Municipal, a revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo veio a ocorrer no ano de 2013, através de um processo com ampla participação social, não somente no âmbito do Poder Executivo, mas também do Legislativo Municipal, o qual já de posse do projeto de lei (PL 688/13), que lhe foi encaminhado em 26

ISBN 978-85-7205-133-0

de setembro de 2013, cuidou de promover novas discussões públicas acerca do seu conteúdo antes de aprová-lo. Além do acesso aos textos legais específicos, estudos, mapas e relatórios produzidos, a população pode participar amplamente do processo de revisão do PDE 2002 por meio das mais de cem audiências públicas realizadas, dentre reuniões discursivas e oficinas presenciais, e das ferramentas digitais disponibilizadas.

O Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo – como foi oficialmente denominado -, cuja condução esteve sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo - SMDU, transcorreu, conforme fontes oficiais disponibilizadas no sitio eletrônico http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br, em quatro etapas, que podem ser assim resumidas:

A 1ª Etapa do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo ocorreu no período compreendido entre 27 de abril a 26 de junho de 2013, contando, nas 12 atividades desenvolvidas, com um total de 12.342 participantes. Essa primeira etapa teve como objetivo a avaliação do Plano Diretor Estratégico de 2002, no contexto da sua contribuição ou não para a melhoria ambiental da cidade, a política habitacional e a qualidade de vida da população, de modo a compreender os novos desafios que se põem à mostra para serem transpostos. Nessa etapa, foram desenvolvidas atividades de avaliação e de discussão com segmentos da sociedade organizada, e oferecidas 2.068 contribuições, além da realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo.

A 2ª etapa, por sua vez, que transcorreu entre os dias 8 de junho a 27 de julho de 2013, contou com a participação de 5.927 pessoas em um total de 31 oficinas presenciais realizadas pelo Executivo Municipal, a partir das quais foram elaboradas 4.424 propostas. Importa ressaltar que as oficinas foram distribuídas em oito regiões diferentes da cidade.

Na 3ª etapa, desenvolvida desde 28 de abril até 23 de agosto de 2013, os trabalhos se concentraram na sistematização das 4.424 propostas encaminhadas, as quais, em sua maior parte, relacionavam-se ao tema da mobilidade urbana, ao que se seguiu a melhor oferta de equipamentos e serviços urbanos, fortalecimento do planejamento com maior controle e participação social e ampliação do acesso a terras urbanas para habitação de interesse social**.** Uma fase mais interna, pois.

Por fim, a 4ª etapa do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, ocorrida entre 24 de agosto e 05 de setembro de 2013, foi definida como Etapa

ISBN 978-85-7205-133-0

Devolutiva, uma vez que se propôs a apresentar à comunidade o Projeto de Lei que consubstanciaria a revisão pretendida, com base nas audiências e reuniões públicas, propostas apresentadas e sistematizadas nas etapas anteriores, conforme relatado. Nessa última etapa, que contou com um público menor – 1.421 participantes -, foram realizadas 08 Atividades Devolutivas Regionais e Temáticas, 05 Atividades Devolutivas por Segmento e 02 Audiências Públicas. Importa, também, ressaltar que essa 4ª etapa se caracterizou como uma nova fase para oferecimento de contribuições, desta vez ao projeto de lei na forma de minuta, registrando-se o oferecimento de novas 1.424 propostas, sendo 220 presenciais e 1.204 via Minuta Participativa, uma das ferramentas de participação oferecidas através da plataforma *online*, desenvolvida e disponibilizada com o objetivo de ampliar o diálogo entre Prefeitura e sociedade e permitir ao cidadão comparar o texto proposto com o vigente e fazer suas considerações à proposta, conforme fonte oficial. Acrescente-se, inclusive, que duas outras ferramentas, dentro da Plataforma Participativa, foram também oferecidas ao público para permitir uma maior participação da população através do acompanhamento do processo de revisão do Plano, sua compreensão e o oferecimento de contribuições voltadas ao alcance dos objetivos, a saber: Ficha de Propostas Online e Mapeamento Colaborativo.

Ao término de todo esse procedimento, em 26 de setembro de 2013, foi entregue à Câmara Municipal de São Paulo, o Projeto de Lei que levou o número PL 688/13. A partir daí, o projeto de lei foi submetido a nova etapa de discussões internas e junto a sociedade, sob relatoria e responsabilidade da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Na Casa Legislativa do Município de São Paulo o Projeto de Lei n° 688/13 foi submetido a uma nova série de discussões que totalizaram 58 audiências públicas entre 24.10.2013 e 16.06.2014, com cerca de 6.000 participantes, compreendendo audiências temáticas e aquelas realizadas nos territórios das subprefeituras e microrregiões de São Paulo e nas dependências da Câmara Municipal. Durante esse período foram oferecidas cerca de 1.200 contribuições presenciais nas audiências, protocolizados mais de 500 documentos, oferecidas 531 propostas por meio do sitio eletrônico www.camara.sp.gov.br/planodiretor. No âmbito interno do Poder Legislativo Municipal, foram propostas 365 emendas ao PL, além de quatro substitutivos protocolados entre os dias 16 e 26 de junho de 2014, e mais 117 emendas protocoladas em plenário, no dia 26 de junho de 2014, em cujo mérito não se adentrará nesta oportunidade. De igual modo, é de dever fazer referência ao fato de que o Projeto de Lei (PL) 688/13 também foi alvo de processos de judicialização, motivados por alegadas irregularidades na tramitação das

ISBN 978-85-7205-133-0

audiências públicas e desvios de finalidade na aprovação de matérias regulamentadas pelo PDE, em âmbito do Poder Legislativo do Município de São Paulo.

Ao presente trabalho importa analisar a dimensão participativa alcançada pelo Processo de Revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo e a sua relevância para a construção da política pública, nas duas instâncias estatais competentes por onde tramitou: o Executivo e o Legislativo Municipal, de forma que as emendas não serão visitadas.

Assim, após os devidos trâmites legislativos regimentais, o PL 688/13 é aprovado no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, vindo, em 31 de julho de 2014, a ser sancionado pelo Senhor Prefeito Fernando Haddad. Assim fez-se a Lei Municipal n° 16.050, de 31 de julho de 2014.

Observa-se, entretanto, que para além das audiências públicas, não se vislumbra na prática, ainda, uma estruturação organizada da participação dos diferentes atores da sociedade civil, que permita, por exemplo, manifestações individuais, ou que garanta o diálogo com uma larga escala de setores administrativos diversos. Com isso, a cada plano discutido, ou a cada governo ou esfera de governo, vê-se um a abertura de novo canal de participação e a exclusão de outros, sem que haja um comprometimento com a permanência destes, salvo no caso, ainda que timidamente, das audiências públicas. Dito de outra forma, este diagnóstico demonstra a fraca institucionalização dos meios de participação popular direta no exercício do direito à cidade, que assegure maior espaço à discordância, esta, por vezes relegada ao espaço informal das ruas, por meio de protestos.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA URBANIZAÇÃO DE MEDELLÍN E BOGOTÁ, NA COLÔMBIA

A construção do cenário de participação popular direta no direito à cidade, na Colômbia, remonta à Constituição de 1991 e às leis promulgadas nos anos seguintes da década de 90, que promoveram a criação de uma verdadeira infraestrutura nacional de participação e seu respectivo desenho institucional. No entanto, nas primeiras décadas da redemocratização colombiana, a alternância entre governos liberais e conservadores impediu um desenho contínuo desta participação popular direta na construção de políticas públicas.

ISBN 978-85-7205-133-0

ZUQUIM e MAZO (2014) relatam que a democracia participativa, no caso das intervenções urbanas na Colômbia, sofreu um verdadeiro *turning point* a partir de 2004, no sentido de se afirmar uma "...política urbana com participação cidadã".

Promoveu-se, a partir de 2004, a aplicação das leis que estruturaram esta participação direta. Dentre os instrumentos de institucionalização jurídica da participação popular nas políticas e, portanto, no governo, destaca-se a Lei nº 134, de 1994, que estabelece os mecanismos de participação popular, consubstanciados na iniciativa popular de lei no referendo, no plebiscito, no referendo derrogatório, no referendo aprobatório, na revogatória de mandato (conhecido como recall), no plebiscito, na consulta popular e no chamado *cabildo aberto.* Esta última forma nos interessa, em particular, por abarcar a reunião de conselhos distritais, municipais, das juntas administradoras locais, nas quais os habitantes podem participar diretamente para discutir assuntos de interesse da comunidade.

Há ainda uma outra característica da forte institucionalização da participação popular na Colômbia, consistente em um sistema complexo de arranjos nacionais, regionais e locais, de forma que cada cidade apresenta uma forma específica de estruturação deste verdadeiro ativismo popular, pautado na "gestão de proximidade" e com o propósito de reduzir o clima de violência política existente. Tudo isto, com foco na construção de um urbanismo social a partir do compartilhamento de responsabilidades com cada membro da sociedade[2].

Foram previstos legalmente vários mecanismos ou espaços de participação popular de caráter setorial (conselhos nas áreas da saúde, educação, serviços públicos), outros populares (como conselhos da juventude, da população afrodescendente, etc.) que operam em âmbito global, ou seja, em todo o país. Segundo VELÁSQUEZ (2011), não há obrigatoriedade de criação de todos estes espaços, alguns dependem da vontade da autoridade, porém a maioria é de criação obrigatória. Destacamos as juntas administrativas locais, formadas por representantes de diversos setores sociais, com poderes de consulta, gestão e fiscalização funcionando como ponte entre os cidadãos e o governo. Estes mecanismos se assemelham aos Conselhos Participativos do Brasil, porém, no país vizinho, são obrigatórios e dotados de mais força de gestão e fiscalização, portanto, de efetividade, como instrumento de participação popular na gestão compartilhada.

[2] BRAND apud ZUQUIM e MAZO (2014) conceitua urbanismo social como *conjunto de ideias e experiências, umas próprias, outras emprestadas, acumuladas nos últimos 15 anos, o qual, no fundo, é um malabarismo entre lógicas pouco compatíveis entre a imaginação e o compromisso,* compreendendo-se, neste caso, o espaço público como *patamar cotidiano no qual vivem as pessoas e se desenvolvem como indivíduos e cidadãos, e implementado como ferramenta para a inclusão social no processo de desenvolvimento urbano..*

ISBN 978-85-7205-133-0

No tocante às cidades estudadas, destaca-se que o processo de organização tem como marcos legislativos as Leis nº 09/1989 e 388/97, que tratam respectivamente, da reforma urbana e do desenvolvimento territorial. Diferentemente do que ocorre no Brasil, o planejamento é proposto em cascata, em que planos de organização territorial de uma região são divididos em vários planos parciais, de forma a abranger, também, pequenos aglomerados e suas peculiaridades locais, permitindo o regulamento complementar por regiões, distritos e municípios.

Em relação a Bogotá, a cidade apresenta, ainda, regulação própria voltada à proposta de criação de outros mecanismos mais adaptados à realidade local para a participação. A atuação popular na reforma urbanística, além dos conselhos instituídos nacionalmente, também toma lugar nas Unidades de Atuação Urbanística, que atuam diretamente com proprietários individuais ou com grupos de proprietários, para a gestão associada dos projetos para determinada área. Destaca-se, também, a implantação do Instituto Distrital de Ação Comunal de Bogotá, voltado para a capacitação da sociedade para a participação cidadã. Após um início tumultuado, com a destruição de um bairro inteiro em uma estratégia unilateral de combate à violência, até hoje polêmica, a cidade ingressou em um plano de gestão compartilhada, cuja participação popular foi estimulada, principalmente por meio da educação para o social. O trabalho de urbanização transcendeu o mero aspecto habitacional, e, com isso, repercutiu em outras esferas de problemas sociais, como segurança, educação, igualdade de gênero, arrecadação, entre outras.

Em Medellín, uma das estratégias de vinculação popular adotada que merece destaque pelo caráter simbólico do envolvimento, foram as oficinas imaginários[3]. Ao todo, a conformação popular no processo de reurbanização na cidade registrou a implantação de comitês (67 integrantes), 112 organizações sociais, 46 reuniões em comitês e em 37 comunidades, 29 oficinas e 05 outros eventos. Foi criada uma 'gerência social' no território,

[33] descritas como metodologia social que envolve pessoas na formulação de projetos compartilhados desde a identificação de problemas, passando pela vivência conjunta, até seu equacionamento e sua implementação efetiva. Prática baseada na ação pessoal e coletiva, configura-se em inovação bastante interessante de ação pública. Artistas foram convidados a participar do projeto a partir de performances coletivas, agindo na relação simbólica dos indivíduos com o lugar. Exemplificando, o projeto feito com crianças e jovens que trabalhavam na coleta de lixo e denominado *'En busca de un tesoro'* propôs uma série de trabalhos a partir da simbologia de objetos encontrados no lixo e seu significado para eles. Após um longo trabalho simbólico e subjetivo, os moradores expressaram em flâmulas coloridas tais sentimentos e sonhos, posteriormente afixadas em postes colocados nos terrenos que abrigavam as casas demolidas, tanto para demarcar os espaços que não poderiam ser reocupados quanto para expressar as subjetividades de seus antigos moradores, tornando coletivo. (OLIVEIRA, 2011)

ISBN 978-85-7205-133-0

garantindo um canal permanente de comunicação e organização desta participação popular institucionalizada.

Hoje, as duas cidades são referência em processo de urbanização de grandes centros urbanos, marcados por problemas sociais como a violência, por exemplo. Não raro, arquitetos e gestores de várias cidades do país buscam o intercâmbio de informação para propostas de modelos mais adaptados à realidade latino-americana.

CONCLUSÃO

Não há dúvida de que a participação popular articulada e livre enriquece a democracia. É necessário, no entanto, que se construam espaços institucionalizados, portanto, garantidos, para o exercício desta participação, permitindo a livre comunicação, a troca de informações, a oportunidade de deliberação e intervenção nos processos decisórios.

> La participación mejora la eficiencia y la eficacia de la gestión pública en la medida en que es capaz de concitar voluntades para la construcción de consensos, reduciendo así las resistências del entorno y de lograr por esa vía resultados que cuentan con la aceptación de los interesados. Además, produce un efecto dentro de las administraciones públicas al facilitar el diálogo horizontal entre sus miembros, coordinar mejor las acciones y evitar la segmentación de responsabilidades. Por último, la participación mejora el rendimiento institucional, es decir, la capacidad de las instituciones públicas para responder a las necessidades sociales. (VELÁSQUEZ, 2011, p. 73)

A participação popular na formulação de políticas que influem diretamente no cotidiano dos cidadãos é demonstração de respeito às identidades, diferenças e histórias que contribuem para a autogestão coletiva. Institucionalizar estes mecanismos é garantir que a participação exista e que haja espaço para a divergência.

A noção de gestão compartilhada, por meio da forte institucionalização dos mecanismos de participação popular, que se observa na reurbanização das cidades da Colômbia, traz uma significativa perspectiva de democratização do direito à cidade e com, isto, de um caminho à justiça social. O desenho de participação popular utilizado pelo Plano Diretor de São Paulo também esboça esta perspectiva, no entanto, não se registra a institucionalização dos mecanismos adotados, de maneira que em outras gestões se possa garantir a sua utilização, ressalva feita às audiências públicas.

A reurbanização numa perspectiva *do que? para quem?*, trabalhada por meio da participação popular, é um mecanismo de garantia de que o direito à cidade será analisado sob

ISBN 978-85-7205-133-0

uma perspectiva que mais se aproxime dos ideais democráticos e da função social da propriedade previstos em nossa Constituição.

Evidente se mostra, portanto, a importância do desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos de participação popular na Administração Pública, cujos exemplos aqui referenciados não são exaustivos. Implementar os já previstos nos instrumentos legais em vigor, aperfeiçoá-los e expandi-los é dever do Estado por seus Poderes Constituídos, e garantia do cidadão e da sociedade, enquanto sujeitos de direitos fundamentais individuais e difusos e coletivos, respectivamente. Mas é também dever do cidadão e da sociedade civil organizada ocupar os espaços de exercício democrático do poder político que já lhes são institucionalmente disponibilizados, assumindo a responsabilidade que lhes é devida na realização do bem comum, por meio de uma postura ativa, criativa e participativa na gestão pública, assim como do exercício do controle social sobre as ações dos Poderes do Estado.

REFERÊNCIAS

BAZOLLI, J.A. **A judicialização das políticas urbanas**. *RIDB*, Ano 2(2013), n° 13, p. 4702. Disponível em www.idb-fdul.com/uploaded/files/2013_13_14693_14720.pdf. Acesso em 24 nov. 2014.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa:** por um Direito Constitucional de luta e resistência; por uma nova hermenêutica; por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 3ª ed., 2008, p. 25-49.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado.

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de jul. 2001.

CABALLERO, María Cristina. Academic turnis city into a social experimente: mayor Mokus of Bogotá and his spectacularly applied theory. **Haward Gazette Archives**. Mar, 2004. Disponível em: http://news.harvard.edu/gazette/2004/03.11/01-mockus.html. Acesso em 20 nov. 2014.

COLOMBIA. **Base de Dados Políticos de Las Américas**. Ley n.º 134/1994 sobre mecanismos de participación ciudadana. Disponível em:http://histórico.presidencia.gov.co/leyes/archivo.htm. Acesso em: 01 nov. 2014.

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico:** entre a cidade "legal" e a cidade "ilegal". (org) Direito Urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action:** reason and the rationalization of society. Cambridge, Polity Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre faticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I e II, 1997.

LUBENOW, Jorge Adriano**. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas.** Modelo teórico e discursos críticos. KRITERION, Belo Horizonte, n° 121, jun./2010.

OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa de. **Informação, ação política e desenvolvimento humano.** 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago11/Art_07.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

PETTIT, Philip. **Democracia e Constestabilidade**. In: MOREIRA, Luiz; MERLE, Jean Christophe. (org).Direito e Legitimidade. São Paulo: Landy, 2003.

MANTEGA, Guido. **Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro**. Disponível em: http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/guido.pdf. Acesso em 07 nov. 2014.

ROLNIK, Raquel; SAULE JR., Nelson. (orgs). **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Polis, Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados /Coordenação de Publicações, 2002.

SÃO PAULO. **Prefeitura Municipal.** Disponível em: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/processo-de-revisao-participativa-do-plano-diretor-estrategico-de-sao-paulo/. Acesso em 24 nov. 2014.

SÃO PAULO. **Lei Orgânica do Município de São Paulo**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf. Acesso em 24 nov. 2014.

SANTIN, Janaína Rigo. **A gestão democrática municipal do Estatuto da Cidade e a Teoria do Discurso habermasiano**. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/viewFile/5177/3893. Acesso em 10 nov. 2014.

SANTIN, Janaína Rigo. O Estatuto da Cidade e a gestão democrática municipal. **Revista Interesse Público.** Porto Alegre, ano 5, n. 21, set/out. 2003.

SANTORO, Paula Freire. O desafio de planejar e produzir expansão urbana com qualidade: a experiência colombiana dos planos parciais em Bogotá, Colômbia. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0268/Santoro_Paula_-_o_Desafio_de_Planejar_e_Produzir_Expansao_Urbana_com_Qualidade.pdf. Acesso em: 07 nov. 2014.

SARTORI, Giovanni. **Teoria da Democracia Revisitada**. Vol. 1. O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

VELÁSQUEZ, Fabio E. La institucionalización de la participación en Colombia:notas para su interpretación**. Revista Política e Sociedade** – ciência política. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 10. N.° 18. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p155/17539. Acesso em 10 nov. 2014.

_____; GÓMEZ, Esperanza R. **¿Qué ha pasado con la participación Ciudadana en colombia?** Bogotá: Fundação Corona, 2003. Disponível em: http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0120/participacion_ciudadana_en_colombia.pdf. Acesso em: 05 nov. 2014.

ZUQUIM, Mara de Lourdes; MAZO, Liliana Maria Sánchez. **A democracia na construção de cidade**: participação social na política urbana brasileira e na colombiana. XIII Seminário Internacional da Red Iberoamericana de investigadores sobre Globalizacíon y território – RII.

ISBN 978-85-7205-133-0

Disponível em: http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais-do-xiii-seminario-rii/desen-territorial-politicas-e-participacao/. Acesso em 03 nov. 2014

ISBN 978-85-7205-133-0

A Identidade de Segurança Brasileira e a UNASUL: novos espaços para autonomia

Heloise Guarise Vieira

Mestra em Relações Internacionais pela UFSC

Professora do curso de bacharelado de Relações Internacionais da UNINTER

Heloise.g.vieira@gmail.com

Resumo: A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo delinear se a perda de poder de penetração dos Estados Unidos na América do Sul (BUZAN, 2003) deu espaço para a possibilidade de maior protagonismo ao Brasil para as questões de Segurança e Defesa. O Brasil tem buscado criar modelos de anarquia que primem pela menor presença dos EUA na região, aumentando os espaços de autonomia para os países latinos, com a finalidade de estabelecer os seus padrões de comportamento nas relações intracontinentais. A maior influência brasileira sobre os demais ocorre pela concretização do seu projeto de integração política, a UNASUL, como vetor para a criação de entendimentos comuns entre os países sul-americanos. A UNASUL é, então, tanto um instrumento para a maior autonomia em relação aos Estados Unidos, quanto também é uma ferramenta política para aumentar a projeção do Brasil. A pesquisa aponta que esse processo ainda é incipiente, mas já mostra resultados, com o desfecho de duas questões de Segurança Regional resolvidas pela instituição: o separatismo boliviano e o tratado de bases na Colômbia, de 2009. Em ambos os casos, ainda que não tenha havido uma resolução contundente na UNASUL, a politização dos temas regionalmente alterou os entendimentos dos decisores desses países sobre seus posicionamentos. Sendo a estabilidade e a integração latina um objetivo brasileiro de longa data, oficializado em sua constituição de 1988, o país tem exercido influência sobre os demais através da UNASUL, sendo um motor para entendimentos sobre segurança na região. Através da análise de discursos brasileiros e de líderes regionais, a hipótese apontada nesse artigo pode ser considerada validada.

Palavras-chave: America Latina; Brasil; Política Externa; autonomia.

Resumen: La investigación que aquí se presenta tiene como objetivo delinear la pérdida de poder de penetración de Estados Unidos en América del Sur (BUZAN, 2003) dio lugar a la posibilidad de un mayor papel a Brasil a las cuestiones de seguridad y defensa. Brasil ha tratado de crear modelos de anarquía que se destacan por la menor presencia de Estados Unidos en la región, el aumento de los espacios de autonomía para los países latinoamericanos, con el fin de establecer sus pautas de comportamiento en las relaciones intra-continentales. La influencia más grande de Brasil en los demás paises quedase por la realización de uno proyecto de integración política, UNASUR, como vector para la creación de un entendimiento común entre los países de América del Sur. La UNASUR es entonces tanto una herramienta para una mayor autonomía de los Estados Unidos, como también es una herramienta política para aumentar la proyección de Brasil. La investigación muestra que este proceso se encuentra ayun en su infancia, pero ya está mostrando resultados, con el resultado de dos temas de seguridad regional resueltos por la institución: el separatismo boliviano y las bases del tratado en Colombia, 2009. En ambos casos, aunque no ha habido una resolución

ISBN 978-85-7205-133-0

contundente en la UNASUR, la politización de las cuestiones cambió regionalmente las mentes de los fabricantes de estos países en sus posiciones. A medida que la estabilidad y la integración de América una meta brasileño de larga data, oficial en su Constitución de 1988, el país ha ejercido influencia sobre los demás a través de UNASUR, es un motor para la comprensión de la seguridad en la región. A través del análisis de los discursos de Brasil y líderes regionales, la hipótesis señaló este artículo puede considerarse validado.

Palabras-clave: America Latina; Brasil; Política exterior; autonomia.

Introdução

A liderança brasileira na América do Sul observada durante a Nova República tem chamado a atenção de estudiosos do tema sobre variadas perspectivas. O protagonismo brasileiro pode ser sentido em vários aspectos da vida política e respaldado por várias fontes – podem ser utilizadas o crescente número de consulados, a construção de Organismos Internacionais Regionais, a aproximação das empresas brasileiras com o restante do continente, as cifras das relações econômicas com esses países, entre vários outros. Neste trabalho, a maior fonte de observação desta aproximação são os discursos oficiais, sejam eles expressados pelos governantes brasileiros ou pelos documentos que competem à integração de Segurança Regional.

A visão de Segurança regional na América do Sul, no entanto, é limitada quando as análises não consideram a interveniência dos Estados Unidos no continente. Desde o estabelecimento da Doutrina Monroe, onde o Presidente Monroe declarou que as Américas não responderiam às potências europeias, mas unicamente à tutela e proteção dos EUA, em 1823, as questões de segurança do continente possuem, no mínimo, a interveniência e, no máximo, a interferência direta dos Estados Unidos.

No entanto, não se pode afirmar que as Américas estiveram sempre em uma relação de imposição das vontades dos dirigentes estadunidenses. As relações com os EUA foram, na maior parte do tempo, vistas como positivas e desejadas pelos demais países (SANTOS, 2007, p. 12). Ter um Estado forte ao lado do subcontinente era positivo para os Estados que ainda estavam em fase de formação e de criação de burocracias internas, além dos EUA serem um importante investidor no continente e, também, um provedor de matérias de defesa contra inimigos externos. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR (1947) é um

ISBN 978-85-7205-133-0

dos exemplos das criações positivas de segurança intracontinental[1] acordado multilateralmente entre os Estados.

Com o final da Guerra Fria, os EUA voltam grande parte da sua atenção para as Américas. A guerra contra as drogas se torna um dos grandes temas da agenda de segurança americana (CAMPBELL, 1992, p. 198). A guerra contra as drogas se concentrou, especialmente, na América Central e na América Andina. Isso levou a uma grande presença de exércitos e ações militares na região, que teve como consequência o aumento da insegurança entre os países. Pelo desrespeito à soberania dos Estados vizinhos, ou pelas ações conjuntas com os Estados Unidos serem tratadas como segredos de Estado, a tensão aumenta dentro do continente. O ápice do medo da interferência americana na região é a promulgação do Plano Colômbia, no ano de 2000, um plano de assistência militar que previa o extensivo combate às guerrilhas, cartéis de drogas e grupos insurgentes no país, que necessitava de um número expressivo de combatentes e especialistas em segurança para o país (YOUNGERS, ROSIN, 2005, p. 107). As ações na Colômbia, no entanto, sofreram um relaxamento desde os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001.

De fato, pode-se dizer que toda a presença americana na América do Sul[2] foi flexibilizada diante do medo do terrorismo global. E esse momento de menor presença dos EUA na economia, segurança e política da região cria espaços que começam a ser preenchidos pela ação bi ou multilateral do subcontinente. O Brasil passa a utilizar a política externa (regional e extrarregional) como uma forma de se fortalecer, e também vive um momento positivo em sua economia, e as empresas brasileiras se expandem para as Américas. Os presidentes sul-americanos passam a negociar entre si sem carregarem os receios da resposta americana – agora, com um novo foco para os seus problemas de Segurança. Obviamente, os Estados Unidos não evacuaram a região (literal ou politicamente), mas os problemas com o terrorismo dos grupos radicais do Oriente Médio precisavam de uma resposta imediata, ao contrário das Américas, área de influência americana de longa data.

[1] Cabem, obviamente, questionamentos sobre a validade do tratado. A não intervenção americana quando ocorreu a Guerra das Malvinas, por exemplo, mostra que a assistência em caso de intervenção de outra potência pode ser flexibilizada se os EUA necessitarem fazer uma escolha estratégica entre o TIAR e a OTAN. No entanto, o tratado foi visto com bons olhos no início do século XX.

[2] Ainda que possa ser sentida a menor presença dos EUA na América Central, o combate ao tráfico e à imigração ilegal não tiveram um corte tão expressivo quanto a América do Sul.

ISBN 978-85-7205-133-0

Com isso, o Brasil consegue ser um protagonista para os problemas regionais e a incentivar novas formas de se pensar a política para a América do Sul. Os planos do Brasil para a liderança regional vêm de longa data, mas a Nova República positivou essa aspiração em seu artigo 4º, parágrafo único:

> A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

As ações de aproximação continentais têm início com o governo Sarney, se transformam em questões políticas durante o governo Fernando Henrique Cardoso (especialmente com a negação da Área de Livre Comércio das Américas), e encontram um continente aspirando por autonomia durante a presidência de Lula da Silva.

A Identidade de Segurança Internacional do Brasil

Por ser um conceito de diversas interpretações, a Identidade de Segurança tratada neste artigo é uma fusão das considerações de diferentes autores de Relações Internacionais. Para Katzenstein (1996, p. 13), a Identidade de Segurança é a fusão da intersubjetividade das populações sobre as expectativas sobre a Política Externa, além das normas, valores, cultura e interpretação da História de um povo. Barnett (1996, p. 408) adiciona ao conceito que a Identidade é mutável, e as preferências e as opções dos governos são definidas e redefinidas por pressões nacionais (o avanço econômico, mudanças no perfil demográfico) e externas (como a política das grandes potências,as crises internacionais, as mudanças trazidas por Organizações Internacionais). Wendt (1995, p. 77) agrega à discussão que a estrutura internacional pode tornar uma conformação de identidade inaceitável e ser altamente constrangedora para que um Estado mude um comportamento ou permaneça dentro do espectro de ações, valores e normas aceitáveis. Assim, pode-se concluir que a Identidade de Segurança Internacional de um Estado é formada pela forma com que o Estado vê o Sistema Internacional e seu posicionamento nele, e também denota a que tipo de pressão do Sistema Internacional o Estado se submete.

Lafer (2007, p. 20) lança alguns valores centrais para a interpretação da Identidade de Segurança Internacional brasileira, que apesar de aparecerem ao longo da História do

ISBN 978-85-7205-133-0

Brasil de maneiras distintas, perpassam a preferência de um governo ou outro e denotam as questões centrais para a Política Externa do país. São esses:

- A escala continental do Brasil;
- A unidade linguística;
- O relacionamento ativo com vários países vizinhos;
- Pouca proximidade com os focos de tensão mundial;
- O desejo de se tornar um Estado desenvolvido.

Não há dúvidas que esses princípios nortearam as ações brasileiras em vários momentos históricos. Ao longo do livro, Lafer faz referência a outras questões centrais ao Brasil: um importante defensor do Direito Internacional (ibid., p. 46), as relações amistosas com os EUA (ibid., p. 66), ainda que esta seja atrelada a uma histórica construção brasileira por autonomia de ação diplomática. O fim da Guerra Fria mostrou ao Brasil a necessidade de atualização da sua identidade, pois as premissas em que o regime autoritário brasileiro se embasava ficaram anacrônicas – como o combate ao comunismo e a pressão mundial pelo avanço democrático (ibid., p. 108). Assim, com a transição negociada à democracia, o novo governo tem como principal desafio e fonte de inovação na política nacional, a criação de uma nova Constituição Federal (CAMPOS, DOLHNIKOFF, 2003, p. 305). Como Barnett (1996) argumenta, a inovação na política significa uma atualização dos valores e expectativas do Estado diante das mudanças internas e internacionais, não a criação de novos e diferentes valores e expectativas. Ou seja, as construções históricas do Brasil sobre seu papel no continente e no mundo precisam ser revistas, as potenciais ameaças são revisitadas, se discutem qual será o papel das forças armadas (talvez o maior embate durante o governo Sarney), mas não se abandonam as construções e os constrangimentos à ação do Estado no campo de Segurança. Isso fica claro no artigo 4º da Constituição Federal:

> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
> I - independência nacional;
> II - prevalência dos direitos humanos;
> III - autodeterminação dos povos;
> IV - não-intervenção;
> V - igualdade entre os Estados;
> VI - defesa da paz;

ISBN 978-85-7205-133-0

> VII - solução pacífica dos conflitos;
> VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
> IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
> X - concessão de asilo político.
> Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Pode-se notar que os princípios constitucionais são mantidos por todos os governos, independente de suas ideologias políticas, e embasam as ações brasileiras sobre vários aspectos. A questão da integração latino-americana positivada pela constituição mostra uma importante atualização da política brasileira. O Brasil não mais entende que apenas as relações Norte-Sul podem trazer seus objetivos políticos, mas também a integração com seus pares. Com isso, a segurança deixa de ter foco nacional e passa a ser uma questão regionalizada; o Brasil compreende que a sua sobrevivência não depende apenas da sua estabilidade, mas da criação de um ambiente regional que favoreça a cooperação e o desenvolvimento de todos (SENNES et. al., 2003, p. 6).

O governo Cardoso tem a integração regional como vetor central do desenvolvimento econômico, e o seu governo se destaca pela busca da estabilidade econômica e criação de meios de exercer liderança na América do Sul (CERVO, 2004, p. 9). Neste momento, a crença de que o Estado deveria liberalizar a economia e ser um transformador da sociedade passava pela ideia de que as barreiras para as relações econômicas precisam ser retiradas. Assim, o governo cria o Mercosul, volta a requerer participação no Conselho de Segurança da ONU e cria uma aproximação estratégica de vanguarda com a Argentina e o Chile (SENNES, et. al., 2003, p. 15). O Mercosul, apesar de ser um projeto econômico, fez parte da mudança na concepção das relações com a Argentina, ao lado dos tratados chamados ABC (Argentina, Brasil e Chile). O Brasil tenta ser visto como um catalisador dos processos que levarão à paz no Continente para requerer a inclusão na ONU e ser visto como um jogador global, sem a interferência dos Estados Unidos nas suas políticas. Ao final do seu governo (ano de 2000), é criada a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que buscava integrar os países econômica e politicamente através da projeção física – estradas, hidrovias e portos, especialmente. Apesar de ser um instrumento apenas de caráter logístico-administrativo para os governos, a IIRSA passou a ter um componente de segurança em seus debates. Os problemas de roubo de cargas, uso de estradas para o tráfico, os ataques de grupos beligerantes e outros problemas são parte do cotidiano das

ISBN 978-85-7205-133-0

empresas e pessoas da América do Sul, e fica claro que a IIRSA precisa ter um componente político para tratar dessas questões. No entanto, esse componente começará a ser pensado apenas em 2004.

O governo Lula busca se destacar pelo engajamento e pela ampliação da cooperação Sul-Sul. Esse tipo de relacionamento permitiu uma aproximação de países com perfis semelhantes nas RI e um equilíbrio maior em relação aos Estados desenvolvidos (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007, p. 283). Assim, conversando com seus pares, o Brasil aumenta a sua autonomia, não estando cerceado pelos limitantes à cooperação com os países centrais. Esse aumento de autonomia vem acompanhado de um sentimento de solidariedade aos países latinos e à contestação maior dos presidentes eleitos. Em todo o continente, governos de esquerda sobem ao poder, e é uma característica comum à esquerda latino-americana a contestação das relações Norte-Sul. Assim, o Brasil encontra terreno fértil para a criação política de um novo entendimento sobre o papel das Américas no mundo.

A criação da Unasul e o caminho para uma Comunidade de Segurança

A IIRSA, como já observado, avançava muito pouco em seus diálogos sem levar em conta as questões de segurança. Essa ampliação de diálogos, unida à vontade dos governos em criar espaços de atuação que não contemplassem a presença dos EUA, leva à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Com a Declaração de Cuzco de 2004, é estabelecido um eixo de cooperação entre a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul. No entanto, a organização não possuía uma agenda determinada, reuniões ordinárias ou objetivos claros. Era claro que a CASA era uma etapa na integração continental crescente desde a redemocratização do continente. A percepção de ameaças no continente também se alterara, e os Estados estavam em processo de abandonar a crença no “anel de paz” e tratar de questões

No entanto, havia uma nova discussão em pauta. Deveria ser mantida a forma de se fazer uma Organização Regional aos moldes da União Europeia? Era claro que as urgências do subcontinente no começo do século XXI não eram as mesmas da Europa no pós Segunda Guerra, e também que o mundo não era o mesmo. As tentativas em criar Organizações

ISBN 978-85-7205-133-0

naqueles moldes não avançaram como o previsto – a Comunidade Andina e o Mercosul conquistaram parcialmente seus objetivos, mas foram pouco eficazes em transformar a percepção do internacional de seus membros. Martins (2011, p. 73) destaca que, no caso do Mercosul, as aspirações dos seus membros já ultrapassavam o alcance da organização, e a integração com o Norte Andino era bem vinda. No entanto, Martins (ibidem) destaca que a geração de consensos em nível comercial era dificultada pelos tratados preferenciais bilateral (a presente autora destaca o Chile e a Colômbia). A grande urgência do subcontinente era, como defendida pelo Brasil desde o governo FHC, criar uma zona de paz onde os consensos pudessem florescer (como defendido pelo governo Lula). Logo, uma organização subcontinental necessitaria envolver outros aspectos da vida internacional que não as questões tarifárias e comerciais.

A economia aparece dentre os objetivos do tratado da Unasul, mas seu documento constituinte não destaca ou exalta este processo como central para as nações. Como pode ser observado no artigo 2º da Declaração de Brasília:

> A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2008).

Ou seja, a criação de um foro de diálogo, debate e percepção da necessidade de união continental para que a América do Sul fosse um ator requisitante nas Relações Internacionais mostram-se os grandes geradores de consenso, não a eliminação de barreiras comerciais, o que era o objetivo central das tentativas contemporâneas da Unasul. O projeto foi visto com ceticismo por alguns países sul-americanos e analistas. A forma de gerir a organização, a real capacidade dos Estados em chegarem aos objetivos propostos e até onde os membros estavam dispostos a mudar suas normas e valores internalizados eram, e ainda são, questões em pauta (TEIXEIRA, SOUSA, 2013, p. 43).

ISBN 978-85-7205-133-0

Na Reunião de Brasília, também, é sugerida a criação de um Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), onde se possa construir consensos, criação de ameaças e trabalhar conforme as particularidades de seus membros a favor da criação de uma estabilidade regional duradoura (MARTINS, 2011, p. 75). Apesar das demandas de segurança, até o presente momento, terem sido tratadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado da organização, o CDS contém um elemento contestador que deve ser levado em conta. Além de buscar gerar uma identidade de segurança e defesa comum no continente (CDS, 2004, art. 4º), o órgão permite que as demandas de segurança e as potenciais ameaças ao continente sejam levadas a ele. Assim, há uma negação tácita da legitimidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não possui nenhum membro permanente sul-americano, em deliberar sobre a região. As críticas ao órgão incluem o fato dele nunca ter passado por um real teste da sua efetividade, visto que as demandas têm sido respondidas através do Conselho de Chefes e Chefas de Estado com alguma eficácia.

No entanto, observando os valores gerais apresentados nestes fragmentos dos tratados básicos das Instituições regionais, encontram-se alguns elementos em comum com o norteamento da Política Externa Brasileira. A ideia de construção de consensos e da resolução pacífica de conflitos é parte do discurso brasileiro de segurança desde o final da década de 1980:

> Os princípios recolhidos dos ilustres precursores da diplomacia brasileira são sobejamente conhecidos e podem-se resumir em alguns enunciados fundamentais: vocação para as soluções pacíficas, a boa convivência e o primado do Direito. Alicerçada nesses princípios tradicionais, a política externa brasileira tem sabido atualizar seus horizontes temáticos (SARNEY, 1987).

O discurso do então presidente, José Sarney, não é um momento isolado na história da Nova República; vê-se que estes elementos norteiam a política externa brasileira, e sul-americana, até os dias atuais.

A operacionalização e o funcionamento do da Unasul, com a presença de todos os presidentes às reuniões[3] mostra que há da região em negociar sem a presença americana. Também evidencia que existem vontades comuns, como afastar o medo do separatismo, negociar os problemas fronteiriços e reduzir as disparidades dentro do subcontinente (MARES, 2001, p. 32). Essa resolução pacífica de problemas, a criação de um espaço de

[3] Exceção feita à Colômbia na reunião de Quito para tratar da questão das bases americanas em seu território.

ISBN 978-85-7205-133-0

debates sem a presença americana, e as vontades comuns que podem gerar valores regionais comuns mostram que a realidade sul-americana tem mudado. Governos dispostos a cooperar e a criar estabilidade regional através de uma Organização Internacional, com sistemas democráticos e dispostos a relativizar a preferência por resoluções ao lado das grandes potências regionais também configuram um fenômeno novo na região. E, também, a Unasul em si é uma negação da criação histórico-teórica da criação de uma comunidade de segurança – a teoria sobre as comunidades de segurança apresentada por Adler e Barnett (1998), prevê que primeiro exista uma aproximação dos valores, para então se estabelecer um nível mínimo de diálogo entre os Estados.

A Unasul inverte a lógica da teoria e da prática que fora observada pela União Europeia. Partindo de problemas comuns, que passam a ser institucionalizados, a organização pretende gerar esferas de diálogo autônomo onde os Estados convergirão ideias e propostas para a região e, assim, gerarão valores comuns. O maior problema nesta inversão, segundo Katzenstein (1996), é que se delega aos mecanismos continentais a criação de uma identidade, quando essa identidade depende da evolução da prática social para se solidificar. Ou seja, a criação da Unasul não é, por si, a garantia que haja mudança nos padrões continentais e que exista uma maior estabilidade regional se ela continuar sendo criada e recriada apenas em reuniões presidenciais. A Unasul é parte da criação de valores que devem ser internalizados e compreendidos por toda a sociedade sul-americana, ou seja: depende da vontade dos governos em fazer com que as práticas sociais evoluam.

Essa evolução da prática social atrai grandes interesses brasileiros, que querem – apesar da capacidade limitada, serem reconhecidos como líderes da região. A Unasul é um projeto brasileiro por excelência, apesar de não ser dependente do país.

Considerações Finais

Apesar de a Unasul ser um instrumento importante para potencializar a projeção brasileira nos espaços políticos que têm surgido nas últimas duas décadas, sua baixa institucionalização e a dependência presidencial são ainda empecilhos para uma integração consistente. A exclusão da sociedade civil organizada dos processos decisórios afasta a população da integração e não atinge grande parte das populações. Os esforços da Unasul na

ISBN 978-85-7205-133-0

Bolívia, por exemplo, uniram apenas as lideranças regionais e nacionais, e grupos da sociedade civil organizados foram alienados do processo[4].

Não é concebível pensar na integração sul-americana quando esta retira a população de seus processos. Chamar a sociedade civil organizada para debater temas que concernem a elas, levar a ideia de integração para a população, e não apenas para setores militares e estratégicos, utilizar meios de difusão cultural para unir as populações e criar uma identidade sul-americana devem estar ao lado dos projetos de integração regional econômica, financeira, estrutural e política.

Os espaços que a menor presença americana na região abrem propiciam uma integração maior de setores privados. Até o presente momento, o preenchimento desses processos tem sido realizado pelo governo nacional. Poucas iniciativas de empresas privadas brasileiras não contam com o financiamento do BNDES ou pela chamada pública do governo brasileiro. Promover a maior integração entre os setores privados sem a necessidade de concertação governamental seria uma grande vitória da expressão dos valores de identidade de segurança brasileira.

Outro ponto importante para a plena expressão dos valores da identidade de Segurança Internacional brasileira é que os problemas sul-americanos deixem de ser questões extraordinárias da política nacional e passem a ser debatidos como questões cotidianas pelos poderes nacionais. Atualmente, tais questões ficam a cargo da presidência, Ministérios competentes e das Forças armadas, com pouca participação do legislativo e judiciário. A Unasul pode suprir esta falta, pelas suas decisões necessitarem da aprovação do Congresso, mas o país precisará estudar melhor uma política de longo prazo que traga tais decisões para o âmbito interno e para a discussão pública.

Para tal, a postura do Itamaraty também precisará ser revista. Um diálogo maior com o legislativo, a sociedade civil organizada e movimentos organizados regionais é necessário para uma compreensão maior da América do Sul e das necessidades do Brasil em suas áreas fronteiriças que têm diferentes demandas. A vivificação das fronteiras por meio humano deve ser seguida de uma política adequada para se tratar das necessidades das populações. O

[4] Informação obtida através do contato da presente autora com lideranças da Nación Camba, grupo separatista da meia lua boliviana, que não fora consultada nas tentativas de despolitização do separatismo das províncias mais ricas da Bolívia, em 2009.

ISBN 978-85-7205-133-0

Itamaraty também precisa ser modernizado no sentido de refinamento das políticas para a América do Sul e conferência de maior papel estratégico para os vizinhos. Atualmente, as áreas sul-americanas têm importância menor para a organização que a Europa (segundo a escala de progressão de carreira dos diplomatas). Uma inversão pode significar maior expressão do Brasil na região, com profissionais mais capacitados para aumentar as relações consulares com os demais países.

Pode-se concluir, segundo a análise aqui levantada, que o Brasil tem se esforçado para aumentar a expressão de sues valores e ocupar os espaços de autonomia deixados com a saída pelos EUA. No entanto, é preciso que essas ações caminhem para uma maior integração dos demais setores da sociedade e maior atenção à América do Sul como área preferencial de atuação. No entanto, apesar de ainda existirem vários passos a se realizarem para se efetivar tais discursos, o Brasil tem se mostrado empenhado a construir uma política que caminhe no sentido de fortalecer sua liderança regional.

Referências

BARNETT, Michael. Identity and alliances in the Middle East. KATZENSTEIN, Peter. The culture of national security. Nova Iorque, Columbia University press, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CAMPBELL, David. Writing security. Minneapolis, University of Minessota press, 1992.

CAMPOS, Flavio. DOLHNIKOFF, Mirian. Manual do candidato: História do Brasil. Brasília, FUNAG, 2003.

KATZENSTEIN, Peter. Introduction: Alternative perspectives on National Security. In: KATZENSTEIN, Peter. The culture of national security. Nova Iorque, Columbia University press, 1996.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira. São Paulo, perspectiva, 2007.

ISBN 978-85-7205-133-0

MARTINS, José Ricardo. O Brasil e a Unasul: um processo de construção de liderança e integração regional. Curitiba, UFPR, PPGS, 2011.

SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria. São Paulo: FAPESP, 2007.

SENNES, Ricardo. ONUKI, Janaina. OLIVEIRA, Jorge Amâncio. La política exterior brasileña y La seguridad hemisférica. Santiago: FLACSO, revistas fuerzas armadas y sociedad, ano 18, nº 3-4, 2003.

TEIXEIRA, Augusto Wagner. SOUSA, Valéria. O desafio do uso da força e a evolução das medidas de confiança mútua no Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL. Brasília, revista meridiano 47, nº 140, 2013.

UNASUL. Tratado constitutivo da Unasul. Brasília, 23 de maio de 2008.

VIGEVANI, Tullo. CEPALUNI, Gabriel. A política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Rio de Janeiro, Contexto Internacional, vol. 29, nº 2, 2007.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. Nova Iorque: Harvard press, International Security, vol. 20, nº 1, 1995.

YOUNGERS, Colleta e ROSIN, Ellen (orgs.). Drogas y democracia en America Latina. Biblos, Buenos Aires, 2005.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Alberto Korda: A fotografia como testemunha.
Alberto Korda: La fotografía como uno testigo.

Ms. Isa Bandeira
Doutoranda
Linha de pesquisa: Comunicação e cultura
Orientadora: Profa. Dra. Dilma de Melo Silva
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
PROLAM/USP
CAPES
bandeira.isa@gmail.com

RESUMO

A imagem fotográfica de Che Guevara intitulada "Guerrilheiro Heroico", de 5 de março de 1960 em Havana, Cuba, irá se transformar em ícone, consumido amplamente pelo sistema capitalista e por diversos setores da cultura e da arte, como na série "Che" do artista Andy Warhol, e em campanhas midiáticas, para a iG na divulgação do seu canal feminino do portal "Delas" entre outros exemplos. Os elementos fotográficos, que surgem através destas situações de alternância no poder, na maioria com deposições sangrentas, terão por um lado como uma das consequências observadas ao longo do tempo, o desenvolvimento técnico e poético da própria linguagem fotográfica. O autor desta fotografia é o cubano Alberto Korda, encarregado da narrativa visual do grupo revolucionário, que testemunha uma Cuba que passa por um processo de mudança e reviravolta histórica em todas as suas esferas: social, cultural e econômica.

Palavras-chave: Alberto Korda; Fotografia cubana; Temas revolucionários.

RESUMEN

La imagen fotográfica del Che Guevara titulado "Guerrillero Heroico", de 5 de marzo de 1960 en La Habana, Cuba, se convertirá en el ícono, ampliamente consumida por el sistema capitalista y diversos sectores de la cultura y el arte, como en la serie "Che" del artista Andy Warhol; y, entre otros ejemplos, las campañas mediáticas, para la iG en la difusión de su canal femenino del portal *"Delas"*. Los elementos fotográficos que emergen a través de estas situaciones de alternancia en el poder, sobre todo con golpes sangrientos, tendrán por un lado como una de las consecuencias observadas a lo largo del tiempo, el desarrollo técnico y poético del propio lenguaje fotográfico. El autor de esta fotografía es el cubano Alberto

ISBN: 978-85-7205-133-01

Korda, encargado de la narrativa visual del grupo revolucionario que atestigua una Cuba que pasa por un proceso de cambio y convulsión histórica en todos sus ámbitos: sociales, culturales y económicos.

Palabras clave: Alberto Korda; Fotografía cubana; Temas revolucionarios.

INTRODUÇÃO

A fotografia o "Guerrilheiro Heroico", que retrata Ernesto Che Guevara, de Alberto Korda foi reutilizada, originando novas visualidades e sentidos sendo adotada em diferentes mídias. É perceptível o afastamento progressivo da principal mensagem, ideário socialista, para uma crescente aproximação capitalista, lidando com um dos tópicos da contemporaneidade: O paradoxo. À medida que os conflitos culturais se apresentam cada vez mais violentos e a divulgação de toda sorte de imagens está cada vez mais velozes, a fotografia tem se reafirmado como o testemunho entre a realidade e a ficção. A análise crítica desta gama de informações geradas a cada milésimo de segundo torna-se fundamental na tentativa da salvaguarda de uma identidade associada à liberdade, sua expressão e a sua procedência. Retrocedendo no tempo a trajetória de Alberto Korda é similar à maioria dos fotógrafos de sua época, inicialmente trabalha como *lambio*[1], com publicidade e posteriormente acompanha o grupo que processa a revolução em Havana. Destacamos a descrição de Korda no momento do registro do clichê conhecido mundialmente:

> Ao pé da tribuna, coberta com crepe preta, o olho fixado na minha velha Leica, eu metralhava Fidel e todos aqueles que o cercavam. De repente, através da objetiva de 90 mm, surgiu Che. Seu olhar me espantou...[2]

A descrição feita por Korda sobre o momento em que realizou a fotografia narra um acontecimento cotidiano na agenda do grupo, não é uma foto posada. Segundo seu autor, ela foi praticamente casual. A fotografia será alterada, posteriormente, para deixar apenas a figura no centro sem as interferências do fundo e das laterais da imagem original, como se nota na figura 1.

---

[1] *Lambio*, termo aplicado àquele que, com a máquina nas mãos, tirava fotos por ocasião de banquetes, batismos ou casamentos, para em seguida retornar ao seu estúdio, revelá-las e voltar para vendê-las aos que desejassem conservar uma lembrança. LOVINY, Christophe. LÉVY, Silvestrini Alessandra. Cuba por Korda. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p.5.

[2] LOVINY, Christophe. LÉVY, Silvestrini Alessandra. *Cuba por Korda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p.76.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 1. Alberto Korda e a fotografia "Guerrilheiro Heroico".
Fonte: http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1352650.stm, último acesso:5.08.14

Como esta imagem irá ser utilizada e reutilizada ao longo do tempo? Ou se tornando ela própria, a imagem, em um produto? A ser lida e interpretada em contextos distantes de sua função prática, de registro de um evento. É o que se pretende destacar e investigar.

Essa imagem inscreve-se na fotografia documental que tem como preocupação principal registrar um fato social, e/ou cultural. A imagem de Korda retrata a realidade dos acontecimentos, estando em geral esta operação distante da área da publicidade, que pode transitar na criação de diversas realidades sem o mesmo comprometimento com a realidade em si, a apropriação da fotografia "Guerrilheiro Heroico" propõe uma discussão do cruzamento destes universos inicialmente apartados entre si, ou seja, do registro da realidade e da apropriação desta mesma imagem pela publicidade. Nesta perspectiva FALCÃO comenta:

> O estudo da imagem na contemporaneidade se torna ainda mais interessante quando se percebe uma imagem utilizada a mais de 40 anos, ocupando funções estéticas e práticas das mais diversas formas visuais. O que se esperava de uma fotografia em estilo "documentário" dos anos 60, servindo apenas para registro, ganhou uma superfície de marca para um ícone da Revolução Cubana. Hoje, Ernesto Che Guevara, por meio da foto de Alberto Korda, é visto pela sociedade como imagem a ser consumida por meio de uma mistura de representações aplicados aos diversos suportes utilizados (também) pelo design da informação.[3]

Enquanto técnica a fotografia também oportunizou uma reprodutividade, uma possibilidade de manipulação do processo e uma capacidade de atender uma demanda cada vez maior, de forma relativamente rápida. Observa-se que esta reprodutividade já era alcançada em outras técnicas anteriores, por exemplo, a gravura. Porém, a fotografia inicialmente exigia um conhecimento e técnicas que eram relativamente complexas. Em 1887, em pleno século dezenove, George Eastman, desenvolve junto com seus colaboradores uma

[3] FALCÃO, Norton. *Publicidade e Che Guevara: experiências de apropriação reveladas por uma 'polifonia' para o consumo.* In: Intercon - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE, 2011, p.4.

ISBN: 978-85-7205-133-01

nova câmera que funcionava com o inédito filme em rolo e era capaz de tirar 100 imagens, sendo reveladas na própria empresa que fornecia a máquina e o filme. Batizada de Kodak, a máquina com um *design* mais simplificado que as máquinas fotográficas anteriores era mais fácil de ser manuseada e ganhou uma popularidade instantânea com o *slogan*: Você aperta o botão, nós fazemos o resto, (ver figura 2), inicia-se uma nova etapa da história da fotografia.

Figura 2. Propaganda da Câmera Kodak.
Fonte: http://www.patentplaques.com/blog/?p=128, último acesso: 12.11.14

Acompanhando uma progressiva mudança operada no cenário artístico, no qual o sentido da obra única vai se diluindo e a fotografia tanto quanto a própria publicidade vai cada vez mais assumindo uma posição de destaque e popularidade BOURRIAUD irá ponderar:

> A arte apresenta-nos contra-imagens. Diante dessa abstração econômica que desrealiza a vida cotidiana, arma absoluta do poder tecnomercantil, os artistas relativizam as formas, habitando-as, pirateando as propriedades privadas e os *copyrights*, as marcas e os produtos, as formas museificadas e as assinaturas de autor. [4]

Reverberando o contexto na década de sessenta, que já dava indícios desse futuro, em que a produção industrial e a cultura de massa iriam protagonizar as manifestações artísticas, constatamos que a década de sessenta[5] é pródiga na critica ao consumo, ao mesmo tempo em que os artistas, começam a trabalhar intensamente com as temáticas voltadas a produção de produtos industrializados, como o universo dos espetáculos e das celebridades.

Um exemplo é a apropriação do "Guerrilheiro Heroico", de Alberto Korda, por Andy Warhol, onde a imagem de Che Guevara aparece de forma seriada, ou seja, a fotografia pode ser reproduzida tanto no seu processo técnico, transformando o valor de obra única, tanto quanto na repetição da imagem como fez o artista britânico, na reprodução sobre o mesmo suporte do rosto de Che Guevara, (ver figura 3). Almejando transpor o mundo publicitário

[4] BOURRIAUD. Nicolas. *Pós-Produção. Como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo; Martins Fontes, 2009, p.110.
[5] Em 1961 Eisenhower rompe relações diplomáticas com Fidel Castro.

ISBN: 978-85-7205-133-01

onde trabalha Andy Warhol, ao mesmo tempo, assume a linguagem peculiar a sua experiência profissional na criação de um universo vivamente identificado com o mercado de consumo.

A dimensão da arte e o que representa ser um artista mesmo no contexto da transgressora década de sessenta não deixa de seduzir WARHOL, como atesta HONNEF:

> Apesar da estima crescente de que Andy Warhol gozava nos meios da publicidade e do luxo, ele aspirava a ser reconhecido como artista, como "verdadeiro" artista, cujos quadros seriam a única recomendação e atingiriam, quando não ultrapassassem mesmo, o valor dos bens de consumo, cobiçados.[6]

Figura 3. Andy Warhol, 1968. Fonte: http://www.wikiart.org/en/andy-warhol/che-guevara, último acesso 01.11.14,
Figura 4. Fonte: Fonte: http://trocadeideia.wordpress.com/category/propaganda/page/4/, último acesso: 06.08.14

Uma vez estabelecido a quebra de fronteiras entre a arte e a publicidade, ou o livre transito do artista entre uma técnica ou mais de uma, em um suporte ou mais de um, e sua simultaneidade, e o próprio consumo da arte como mercadoria já alardeada por Duchamp, por Salvador Dali, Warhol e tantos outros, emerge consequentemente uma tônica da produção de uma visualidade contemporânea, BOURRIAUD enfoca:

> Desde o começo dos anos 1990, uma quantidade cada vez maior de artistas vem interpretando, reproduzindo, reexpondo ou utilizando produtos culturais disponíveis ou obras realizadas por terceiros. Essa arte da pós-produção corresponde tanto a uma multiplicação da oferta cultural quanto - de forma mais indireta - à anexação ao mundo da arte de formas até então ignoradas ou desprezadas. [7]

Outro exemplo de reutilização da fotografia "Guerrilheiro Heroico", de Korda objetivamente na publicidade foi a campanha publicitária da iG para a divulgação do seu canal feminino do portal "Delas", (ver figura 4). A empresa brasileira Lew'Lara\TBWA

[6] HONNEF. Klaus. *Warhol.* Alemanha: Taschen, 2000, p.21.
[7] BOURRIAUD. Nicolas. *Pós-Produção. Como a arte reprograma o mundo contemporâneo.* São Paulo; Martins Fontes, 2009, p.8.

ISBN: 978-85-7205-133-01

propõe como mídia impressa um Che Guevara, e outras personalidades públicas masculinas encarnados em mulheres, peça publicitária vinculada nas principais revistas femininas, com o *slogan* "Por que não?" provoca o imaginário do consumidor e o convoca a uma nova experiência. Sobre esta questão da imagem fotográfica MARTINS salienta:

> O uso da câmera é uma das determinações da produção fotográfica popular. É nisso que reside a contradição da fotografia. Ela insere a imagem banal no reprodutivo, sem dúvida, a imagem que pode ser multiplicada, que foge da sina do único e irrepetível. [8]

Oferecido no espaço virtual e podendo ser adquirido em várias opções de cor e posicionamento da mesma foto de Che Guevara, a descrição do produto aparece junto à lista de suas qualidades e especificações técnicas sem fornecer crédito de autoria da imagem ou qualquer outra informação sobre o personagem retratado, a não ser o nome da linha "Guevara" (ver figura 5). No *design* de produto o Iphone Guevara em diversas cores e diferentes versões da foto "Guerrilheiro Heroico", tem uma linguagem similar à arte *pop* e ao universo de Andy Warhol com a probabilidade de estar direcionado a um público jovem, (ver figura 6).

Este hipotético usuário do Iphone "Guevara", sendo jovem, ou adulto, homem, mulher, sem entrar nos méritos da diversidade de gêneros esta consumindo exatamente o quê? A quais mensagens este usuário/consumidor estará sendo exposto? A estética da informação segundo FILHO:

> Relacionada com o processo de percepção e consumo visual do produto pelo individuo, no processo de uso. São as informações e conhecimento próprios do arcabouço estético do usuário-consumidor, com o qual ele vai julgar o valor da aparência do objeto em última instância. [9]

Cabe a reflexão de quem é este jovem a qual hipoteticamente se associa a imagem produzida por Korda em sintonia com a atualidade do século XXI, NUNES comenta:

> Agora quando começa a apropriação artística dos meios contemporâneos, mais especialmente dos meios de comunicação e entretenimento de massa, surge a definição de artemídia (ou media art), que irá englobar desde o vídeo (a televisão) aos meios mais recentes, como tecnologias móveis (arte wireless) e artes de rede (web arte). A denominação mídia é aplicável ao aparato eletrônico-informacional da contemporaneidade, composta de jornais, revistas, painéis eletrônicos, televisão e sites noticiosos, que

[8] MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem.* São Paulo: Contexto, 2014, p.53.
[9] FILHO, João Gomes. *Desing do Objeto, bases conceituais*. São Paulo: Escrituras Editoras, p.98.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> colabora para uma visão de que esse gigantesco corpo e a hegemonia são sinônimos. [10]

A realidade cindida desampara o cidadão/consumidor contemporâneo submerso na pluralidade de sentidos, onde o passado, presente e futuro se encontram dialogam e se recriam.

Figura 5. *Iphone* Fonte: http://pt.aliexpress.com/c-che-guevara-iphone-case.html, último acesso: 01.11.14.

Figura 6. *Iphone*. Fonte: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-591328101-capa-acrilica-iphone-4-4g-4s-che-cuevara-brindes-_JM, último acesso: 12.11.14.

Uma revolução anunciada

Voltando ao ano de 1959 na América Latina, especificamente em Cuba, a situação que se almeja é uma autonomia não apenas cultural, mas política, tratando da sociedade de consumo numa perspectiva mais ampla, Fidel Castro derruba o Governo de Fulgêncio Batista e se aproxima cada vez mais do Governo Soviético e de outras nações do bloco comunista, Korda irá registrar a consolidação da imagem de líder de Fidel Castro e de seus comandados, surgindo daí um acervo e registro fundamental da historiografia cubana através das fotografias produzidas neste período e de um evento importante no continente Latino Americano. Para entender a América Latina e o que estava ocorrendo em Cuba é necessário observar a história das principais potencias mundial, em especial a dos Estados Unidos. Nesse sentido LEUCHTENBURG, destaca o papel da economia, sua reverberação no estilo de vida e consequentemente o aumento do consumo na sociedade americana no período que compreende os anos de 1945 a 1960:

[10] NUNES. Fábio Oliveira. *Ctrl + Art+Del. Distúrbios entre Arte e Tecnologia*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p.69.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Esse desempenho econômico possibilitou a elaboração e a difusão da cultura de consumo. Com o país perto do pleno emprego, milhões de americanos viram-se livres das angústias sobre a subsistência que os haviam absorvido nos anos 30; e os fabricantes e as agencias de publicidade encorajaram o consumidor soberano a satisfazer sua preocupação com diferenciação marginal dos produtos. Grande parte da vida na sociedade medieval gravitava em torno das observâncias religiosas de uma cidade e sua catedral; a América do pós-guerra passou a estar absorvida na aquisição de bens de consumo e desenvolveu uma variedade de instituições - desde os supermercados suburbanos até às mercadorias exclusivamente para *gourmets* - que atendiam a seus fiéis. Além disso, a cultura de consumo penetrou muito além das ruas comerciais. Os países estrangeiros, que tinham antes recebido inovações americanas como a linha de montagem e o arranha-céus, erigiam agora cartazes luminosos "Beba Coca-Cola", escutavam Muzak, compravam *Colonel Sanders' Kentucky Fried Chiken*, e habituaram-se a empurrar carrinhos de compras carregados de latas de Sopa Campbell e caixas de *Quaker Oats* entre as filas de prateleiras de *supermarché*, ou *supermercados* ou *supermarked.* Dentro dos Estados Unidos, a cultura de consumidor deixou sua marca nos estilos de viajar e na arte moderna, na música popular e nas eleições presidenciais, até mesmo na guerra fria.[11]

Para atender esta nova demanda que surge nos Estados Unidos é intrínseca a urgência na busca de novos mercados, mas o cenário na sociedade Cubana é diametralmente oposta, segundo DONGHI:

> O novo governo cubano não só empreendia uma reforma urbana (diminuição obrigatória dos aluguéis, que era de resto uma medida tradicional dos políticos da América Latina para conquistar popularidade), mas dava início a uma reforma agrária de amplitude sem precedentes na América Latina, reforma que atingia também os interesses de empresas açucareiras norte-americanas. [12]

Após cinquenta e cinco anos de Revolução Cubana, a América Latina ainda tateia uma identidade, economicamente explorada e ainda fortemente atendendo a interesses exógenos. A publicidade continua a busca pela novidade contando que o consumidor final traga consigo esse imaginário de singularidades que permeiam o continente.

Essa nova revolução, alavancada pela utopia cubana, é a reprise da imagem "Guerrilheiro Heroico", de Alberto Korda, ao infinito, como percebemos em inúmeros exemplos, também a campanha Britânica "Uma revolução está a caminho" [13], (ver figura 7),

---

[11] LEUCHTENBURG. William E. (Org.) *O Século Inacabado. A América desde 1900.* Vol.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.704.

[12] DONGHI.Túlio Halperin.*História da América Latina*.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.320.

[13] "uma revolução está à caminho", campanha lançada pela organização britânica Aliança Economia Social, inclui um manifesto com 25 propostas para atingir estes objetivos. Tendo em meta as eleições gerais britânicas de 2015.

ISBN: 978-85-7205-133-01

desenvolvida para solicitar que tanto a direita quanto à esquerda se unam a favor das melhores ideias de cada lado em suas propostas para as eleições de 2015 na arena política inglesa. Trata-se de uma proposta que põe em relevo um desenvolvimento econômico com justiça social?

Figura 7. http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/09/09/campanha-britanica-pede-que-politicos-deixem-de-lado-a-polarizacao.htm , último acesso em 24.10.14.

De lá para cá, o mundo mudou, mudou? A reiteração do verossímil e da ilusão persiste no imaginário humano, e a arte continua servindo a uma ideia e a outra. A leitura que sugere a imagem do "Guerrilheiro Heroico" ao mesmo tempo em que ganha uma dimensão universal também particulariza a fruição individual. S*ouvenirs* de toda sorte apagam da memória e da história a vida de tantos cubanos mortos em nome de um mundo melhor, socialmente justo e humano? Estaremos assim como Korda espantados com o que presenciamos enquanto apertamos o *clik* do nosso Iphone?

Figura 8. Haciendo su camino. Agosto/2014.

Foto: Isa Bandeira

ISBN: 978-85-7205-133-01

A Revolução, sinônimo de rebeldia, de coragem, de luta, de vida, de morte, de utopia, de juventude, (ver figura 8) nos convida a perguntar: Quantos Guerrilheiros Heroicos o mundo contemporâneo será capaz de produzir?

REFERENCIAS

BOURRIAUD. Nicolas. *Pós-Produção. Como a arte reprograma o mundo contemporâneo.* São Paulo; Martins Fontes, 2009.

DONGHI.Túlio Halperin. *História da América Latina*.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FALCÃO, Norton. *Publicidade e Che Guevara: experiências de apropriação reveladas por uma 'polifonia' para o consumo*. Intercon-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE, 2011.

FILHO, João Gomes. *Design do Objeto, bases conceituais*. São Paulo: Escrituras Editoras, 2006.

HONNEF. Klaus. *Warhol*. Alemanha: Taschen, 2000.

LEUCHTENBURG. William E. (Org.) *O Século Inacabado. A América desde 1900.* Vol.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LOVINY, Christophe. LÉVY, Silvestrini Alessandra. *Cuba por Korda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES. Fábio Oliveira. *Ctrl + Art + Del. Distúrbios entre Arte e Tecnologia*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LINKS

http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1352650.stm

http://www.patentplaques.com/blog/?p=128

http://www.wikiart.org/en/andy-warhol/che-guevara

http://trocadeideia.wordpress.com/category/propaganda/page/4/

ISBN: 978-85-7205-133-01

http://pt.aliexpress.com/c-che-guevara-iphone-case.html

http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-591328101-capa-acrilica-iphone-4-4g-4s-che-cuevara-brindes-_JM

http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/09/09/campanha-britanica-pede-que-politicos-deixem-de-lado-a-polarizacao.htm

ISBN: 978-85-7205-133-01

Horizontalidades do olhar fotográfico nas formulações poéticas de Rosana Paulino, Walter Firmo e Marta Maria Pérez

Janaina Barros Silva Viana

Mestre em Artes pelo Instituto de Artes da UNESP

Doutoranda PGHEA- USP

barros.silva@ig.com.br

Resumo

O artigo apresenta como reflexão o papel da autoria negra na redefinição de formas de uma produção plural numa possível arte afro-brasileira, não apenas pautada num referencial das artes africanas tradicionais ou pela via da religiosidade, contudo, marcada pela presença de uma corporeidade negra inserida numa territorialidade da arte contemporânea latina americana. O recorte encontra-se no debate sobre o corpo como dimensão social, cultural e simbólica nos modos de constituição visual, delineada e formalizada pelas pesquisas fotográficas de Rosana Paulino, Walter Firmo e Marta Maria Pérez. A fotografia na obra destes artistas estabelece fronteiras com a função de documentação e representação do real no processo de criação/ testemunho, como também, na construção de uma visualidade corporificada na experimentação por meio da fotografia autoral.

Palavras-chave: arte afro-brasileira; arte afro-cubana; fotografia e autoria contemporânea.

Abstract

This article presents as main concern, establish the role executed by afro-descendants authors in the redefinition of plural shapes in a prospective Afro-Brazilian art. This kind of art can be based both in a reference traditional African art as well in an approach with a religious focus. However this art can be inserted, too, in the context of a black corporeality even as in a territoriality belonging to a Latin-American art. The thematic addressed is part of discussions about the body as social dimension, cultural and symbolic in the ways of visual formation delineated and consolidated through the photographic researches made by Rosana Paulino, Walter Firmo and Marta Maria Pérez. The photo appears in the work art made by these artists, establishing borders with the function of documentation and representation of reality in the creation/ testimony, and in the same way, presents to us a construction about a visuality based in the experimentation through authorial photography.

Keywords: Afro-Brazilian art, Afro-Cuban art, photography and contemporary authorship.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A importância da autoria para o debate de uma visualidade contemporânea

O artigo apresenta como reflexão o papel da autoria contemporânea na redefinição de formas de uma produção plural numa possível arte afro-brasileira,[14] associada geralmente em sua visualidade a uma produção religiosa, étnica e/ou aproximadas aos valores estéticos de uma arte tradicional africana. O conceito de arte afro-brasileira aproxima-se da produção visual afro-cubana, pelas similaridades de construções culturais ocorridas pelo processo colonial de escravidão e dominação econômica, política e cultural europeia. O recorte encontra-se no debate sobre o corpo como dimensão social, cultural e simbólica nos modos de constituição visual delineada e formalizada pelas pesquisas fotográficas dos artistas brasileiros Rosana Paulino e Walter Firmo e da artista cubana Marta Maria Pérez.

O debate sobre autoria aparece também na configuração de uma afirmação de identidade cultural na produção visual cubana pautada numa herança africana dialogada com uma religiosidade presentes na Santeria, Ifa, Palo Monte e a Sociedade Secreta Abakua, mas também, articulando questões de caráter político como aparece na autorrepresentação fotográfica da artista Marta Maria Pérez que converge com as discussões acerca de uma territorialidade negra nas artes contemporâneas. Rosana Paulino desenvolve como tema gerador de seu trabalho a discussão de sua origem étnica, sexual e social. Ela utiliza-se de fotos antigas de mulheres de arquivos documentais e pessoais numa confluência possível entre a história individual e coletiva feminina. Estas imagens são resignificadas a partir da junção, pelo uso de outros materiais na forma de objetos e instalações, nos quais as imagens de mulheres convivem com materiais definidos culturalmente ao universo feminino. A pesquisa visual de Walter Firmo é caracterizada pelo registro fotográfico onde aparece a

[14] Ver a esse respeito a abordagem feita pelos seguintes autores: Emanoel Araújo, Kabengele Munanga e Marta Heloísa Leuba Salum nos textos publicados nos catálogos da Mostra do Redescobrimento de 2000 nos módulos intitulados *Negro de Corpo e Alma* e *Arte Afro-brasileira*. No livro *Arte africana e afro-brasileira* da editora Terceira Margem publicado em 2006 de autoria de Dilma de Melo Silva e Maria Cecília Felix Calaça. E no livro de Roberto Conduru intitulado *Arte Afro-brasileira* da editora C/ Arte de 2007. Podem-se indicar os seguintes destacamentos históricos no campo artístico para o delineamento deste conceito: o Festival de Artes Negras de Dakar (Senegal) em 1966 representando o Brasil artistas como Agnaldo Manoel dos Santos, Mestre Didi e Rubem Valentim. A criação do Museu de Arte Negra por Abdias do Nascimento em 1968, sem sede própria e, apenas única exposição, no Museu de Imagem e do Som (MIS), no Rio de Janeiro. Ou ainda, posteriormente, a ampliação deste conceito para a sua 'inserção' numa arte brasileira, nos estudos de Kabengele Munanga, Roberto Conduru e etc. E a criação do Museu Afro Brasil pelo artista e curador Emanoel Araújo em 2004. Três exposições tornam-se interessantes para esse debate a respeito de narrativas hegemônicas e multiculturais nas construções de marcadores de identidades na redefinição do papel da arte na tradição ocidental: *Primitivismo na arte do século XX,* no *Museum of Modern Art* (*MOMA*), em 1984. E, ocorre posteriormente como questionamento a essa exposição, *Magiciens de la terre,* no Centro Georges Pompidou de Paris, em 1989. E, mais recentemente a exposição *Afro Modern: Journeys through the Black Atlantic* no Tate Liverpool em 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

presença da cultura popular manifestada pelos costumes e festas populares brasileiras, entrecruzadas com a valorização dos indivíduos como agentes sociais e protagonistas do processo de síntese cultural na releitura das formas populares pela erudição.

A arte brasileira manifesta-se nas relações tensas entre culturas hegemônicas e hegemonizadas, tem-se a proposição de uma visualidade brasileira fomentada a partir de uma matriz africana e, de algumas considerações sobre formas de pensamento e códigos estabelecidos numa tradição de cunho popular, sintetizada na erudição dos cânones da arte contemporânea. A cultura popular revela-se como reformulação dos procedimentos artísticos sinalizadores do próprio fazer da obra por determinados segmentos na arte contemporânea. Têm-se os embates referentes às questões étnico-raciais como forma de reconhecimento e afirmação das diferenças culturais na consolidação de direitos de igualdade social, além de visualidades marcadas pela articulação de discursos pautados pela presença de uma corporeidade negra numa territorialidade da arte contemporânea latina americana. Portanto, o corpo compreende um lugar em que se estabelecem as fronteiras para o entendimento dos discursos que o definem como sujeito e indicam os lugares dos quais os seres podem falar.

Por conseguinte, a noção de sujeito refere-se não apenas a um sujeito social construído como universal, livre, autônomo e racional no pensamento liberal, como também ao sujeito histórico e material tendo a classe social como base. Essa universalidade tanto no pensamento liberal quanto no marxista dá-se na construção de um sujeito branco, masculino e detentor de posses. Isto é, essa concepção pode ser revista e ampliada quando se faz menção aos espaços relacionais e de convivência individual e coletiva de diferentes atores não abarcados nessa definição de sujeito. Dessa maneira, os sujeitos encontram-se em lugares multifacetados nos quais os discursos sobre as identidades ocorrem num duplo movimento de afirmação e negação daquilo que se refere ao outro e a si. A identidade pode ser traduzida pelas condições sociais e materiais como distinção de um grupo de indivíduos em relação a outros, onde se busca uma história e/ou cultura comum como modo de inserção numa coletividade, compreendida numa estreita relação com marcadores de diferença, tais como questões étnicas, religiosas, gênero, sexualidade e classe. E, são sinalizadoras das relações de poder, onde a divisão e ordenação do mundo social ocorrem em grupos e classes distintas, nos seguintes movimentos: incluir/excluir, demarcar fronteiras (nós e eles), classificar (desenvolvido/primitivo, belo/feio, bom/mau, e etc.) e normalizar (critérios definidores do que é normal e anormal).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os artistas visuais revisitam as referências de origem não ocidentais para a construção de novos discursos ou seu devido ajuste conceitual e estético onde se questiona os cânones ocidentais como forma estratégica de circulação e projeção local. Retomam-se alguns valores visuais e conceituais de matrizes africanas, questionando e propondo respostas para determinadas reformulações artísticas como marcadores espaciais e de identidade para a formalização de uma obra de arte, e a sua inserção no circuito de arte brasileira internacional.[15] Além disso, de que modo uma autoria negra pode ser redimensionada num sistema propositor de comunicabilidade, como também, de contribuição conceitual no desdobramento de um projeto poético e político pertencente a uma territorialidade global da arte?

A autoria torna-se pertinente como modo de tradução não limitadora ou apaziguadora das tensões existentes a respeito do debate étnico racial numa visualidade contemporânea. Ou seja, coloca-se nesse sistema o autor negro em sua atuação poética e política, do mesmo modo que a cultura se insere num movimento de resistência, de apropriação e de expropriação, onde os situam "no campo de força das relações de poder e de dominação cultural." (HALL, 2003, p.232)

A investigação dos procedimentos poéticos a partir do autor negro na leitura de *O ensaio de nu com sobrexposição* de Walter Firmo

A função da fotografia como objeto artístico e sua inserção nos espaços expositivos é decorrente dos anos 80 com artistas que apontavam para as possibilidades acerca de uma série

[15] Pensar numa arte internacional brasileira é traduzir uma construção de pensamento formal já instituído por um processo de transculturalização de uma metrópole em relação a uma colônia. Ou em outros termos, a valorização de uma poética norte-americana e/ou europeia vistas como territórios centrais definidores de tendências artísticas, e os modos como essas incorporações aparecem nas produções dos espaços periféricos como estratégias de inserção num cenário de internacionalidade ou universalidade artística. Uma arte internacional contemporânea poderia ser também denominada de uma arte contemporânea pós-colonial. Configurando uma universalidade onde o caráter local de uma determinada cultura é absorvido e reelaborado numa narrativa globalizante. A constituição de uma identidade cultural local aparece de modo fruído. De acordo com Fredric Jameson, com o esgotamento do projeto moderno há consequentemente a retomada dos signos resgatados do passado na forma de clichê, onde a produção visual pós-moderna não renega o passado, pelo contrário, aparece de maneira fragmentada. O passado aparece descontextualizado historicamente, esvaziado de seu contexto, podendo ser encarado como uma espécie de amnésia histórica, ou ainda, uma fragmentação da contemporaneidade localizadas na chave do 'pastiche' e da 'esquizofrenia'(presente perpétuo). Em termos econômicos, a visualidade pós-moderna insere-se numa lógica da história e cultura no estágio contemporâneo do capitalismo tardio, em que se caracteriza pela expansão da intervenção do Estado, pelo desenvolvimento tecnológico gerando concomitantemente superprodução e arrefecimento da força de produção na indústria e seu redirecionamento na forma de serviços (terceirização) encarado também como mercadoria.

ISBN: 978-85-7205-133-01

de experimentações poéticas nessa linguagem artística, tais como Arthur Omar e Rosângela Rennó. Dentro da historiografia oficial da política brasileira dos anos 70 e 80, tem-se o processo de redemocratização do país com os movimentos de estiramento representado pelo governo Geisel, o de abertura pelo de Figueiredo e o de transição pela gestão Tancredo/Sarney. Aponta-se a fulguração de diferentes grupos populares na cena pública com linguagens particularizadas, destacando-se os locais de manifestação e os valores éticos presentes em seus discursos. Os novos atores expressam como mote das suas práticas o direito de reivindicar direitos. Logo, confere-se a urgência de novas identidades coletivas como produto de uma intersecção pelas mudanças dos discursos políticos e culturais. E, acresce ainda, a importância das histórias individuais localizadas na cifra da multiplicidade como um processo dinâmico, um fluxo produtivo que estimula a diferença e a percepção do outro em várias instâncias. Em oposição à diversidade como um conceito estático, permeado por um estado estéril que se encerra num processo que conduz formas de diferenciação do outro, e são tangentes às identidades étnicas, de classe, de gênero e de sexualidade.

A importância sobre a representatividade de autores negros, em diferentes setores da sociedade, reflete também nos debates contemporâneos sobre raça na produção artística contemporânea como forma de construção política e social por equidade de direitos. Destacam-se dois eventos ocorridos no primeiro semestre de 2014: *Arquivos sobre o Não-Racialismo* promovido pela Associação Cultural Videobrasil em parceria com o SESC São Paulo e o Goethe Institut, a Universidade de Witwatersrand (África do Sul), Universidade Johns Hopkins (EUA) e o Instituto de Pesquisa em Humanidades da Universidade da Califórnia, onde se problematiza a pertinência do termo raça nos discursos visuais de autores negros na atualidade. Cita-se a realização pela Galeria Mendes Wood o debate sobre os desafios contemporâneos de um sistema cultural e artístico heterogêneo intitulado *Ajuste de cor: Conflito Social, a Política racial e as Artes Visuais no Brasil de Hoje*, com os artistas Coco Fusco, Sonia Gomes, Paulo Nazareth, Daniel Lima e o pesquisador e crítico literário Jaime Ginzburg. E, ainda, a exposição *Histórias Mestiças* (Instituto Tomie Ohtake, 16 de agosto a 5 outubro de 2014), com curadoria de Adriano Pedrosa e Lilia Moritz Schwarcz, que intenta sem qualquer possibilidade de tensionamentos de relações de poder, uma revisão de tramas históricas de atores sociais em condição subalterna, por meio de uma leitura pautada na mestiçagem e na antropofagia tanto de conceitos quanto de linguagens articuladas em cinco núcleos temáticos (grafismos, mapas e trilhas, máscaras e retratos, emblemas nacionais e cosmologias, rituais).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Walter Firmo (1937) [16] propõe a articulação de uma cultura material e imaterial pela captura de um instante a uma visualidade plástica permeados com acontecimentos naturais e sobrenaturais do cotidiano. Aborda em sua poética o caráter experimental traduzido nas relações de subjetividade e de significação de expressão autoral. A fotografia não é apenas uma imagem ou apenas a interpretação do real, mas também, pode ser definida como registro do vestígio do real e material de seu tema. Ela apresenta-se como *testemunha a dissolução implacável do tempo.* (SONTAG, 2007, p. 26) E, ainda, atua como *um meio de aprisionar a realidade, entendida como recalcitrante, inacessível; de fazê-la parar.* (SONTAG, 2007, p. 180) Em virtude disso, o que caracterizaria uma fotografia não apenas como a genealogia de um ato fotográfico, mas traduzida numa narrativa formal que propõe a transversalidade de um discurso pictórico além da experiência de documentação e valorização da memória?

Ensaio de nu com sobrexposição, Rio de de Janeiro, RJ -2002.
Fonte: Catalogo Walter Firmo em Preto e Branco. Exposição comemorativa dos 4 anos do Museu Afro Brasil, 2008

[16] Ele começa como fotógrafo profissional no jornal Última Hora, no Rio de Janeiro em 1957. Seu trabalho é premiado em concursos internacionais dos anos 60 aos 80. Em 1983, no Rio de Janeiro, participa de uma exposição coletiva *Tempo e Olhar*, no Museu Nacional de Belas-Artes, e participa também da exposição individual *25 Anos dos Ensaios do Tempo* ocorrida no Museu de Arte Moderna.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Na fotografia, em preto e branco, intitulada *Ensaio de nu com sobrexposição* (2002) apresenta uma aproximação com uma visualidade que remete aos valores religiosos presentes no candomblé pela representação horizontal de Exu, "o peregrino sem filhos, solitário, o que se move somente como um espírito"[17], utilizando um chapéu cobrindo a cabeça, e personificando as encruzilhadas (os pontos em que as portas podem abrir-se ou fechar-se, e consequentemente reflete as escolhas de cada indivíduo). Além de atuar como mensageiro entre os dois mundos como forma de potencialidades de realizações por meio da noção de axé[18]. Sua imagem aparece sobreposta em primeiro plano numa relação de transparência, no qual tempo e espaço são atemporais e resgatam uma temporalidade mítica. Há uma jovem mulher mestiça nua, cabelos médios soltos, seu corpo está sobre um pedestal de pedra pintada de branco, localizada no segundo plano, na parte central da cena (uma paisagem a beira da praia). Suas mãos repousam sobre a sua genitália e seu olhar direciona-se transversalmente em direção ao céu numa relação entre o visível e invisível, o terreno e extraterreno. A mulher representa uma imagem sincrética de Iemanjá, orixá do Rio Níger, senhora do mar, mãe de todos os orixás, inclusive de Exu, onde sua serenidade contrapõe-se a ideia de perigo num exercício de reorganização da vida equilibrada nas formas de oposição (masculino/feminino, terreno/extraterreno, temporalidade/atemporalidade, belo/bom e feio/mau e etc.). Neste caso, a representação de Iemanjá atua como forma complementar de exercício da sexualidade feminina que ocorre por meio do controle pela força da vida. A composição das imagens (mulher/vertical) e (homem/horizontal) integram-se num jogo de transparência, contraste e sobreposição que ora faz a operação de soma, ora faz a operação de divisão entre as figuras, de modo que se refere tanto a acepção de sexualidade quanto de ancestralidade e continuidade. A função da apropriação aparece no diálogo com história da visualidade ocidental numa referência indireta a Venus de Sandro Botticelli (1483), e a fusão na figura da Virgem Maria associadas no processo sincrético as qualidades de fé, pureza e amor. O processo de construção do signo fotográfico torna-se testemunho de uma realidade redefinida ou a reconstrução de uma realidade pelo seu aspecto mítico por meio do jogo entre a linha horizontal, pela representação da figura de Exu, contraposta a linha do horizonte relacionada a ideia de natureza. O confronto entre diferentes realidades permitem múltiplas interpretações, pois, dá-se

> ...entre a realidade que se vê: a *segunda realidade* (a que se inscreve no documento, a *representação*) – através de nossos filtros culturais, estético/ideológicos – e a

[17] De uma conversa com o Araba Ekó, em Lagos, 18 de janeiro de 1970, apud Thompson, 2011, p.36.
[18] Força ativa que permite dinamizar tudo que existe como maneira estruturadora da realidade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> realidade que se imagina: a *primeira realidade* (a do *fato passado*), recuperado apenas de maneira fragmentária por referências (pleno de hiatos) ou pelas lembranças pessoais (emocionais). Há, pois, um conflito constante entre o visível e o invisível, entre o aparente e o oculto. Há, enfim, uma *tensão perpétua* que se estabelece no espírito do receptor quando diante da imagem fotográfica em função de suas *imagens mentais.* (KOSSOY, 2000, p.46-47)

As negociações da imagem do modelo fotográfico decorrem na definição de um papel social específico, de reelaboração de formas de protagonismos, numa afirmação de uma territorialidade oriunda de uma poética de origem africana na criação de um discurso visual. Sua visualidade é construída por meio de imagens fotográficas inseridas no fotojornalismo tendo como temática, o retrato, o álbum de família, os meandros do futebol, os ritos, as procissões, os carnavais, as festas populares, as personalidades da música popular e o universo místico dos indivíduos, tornado presente pelo documento social. O ato de ver uma fotografia para o artista torna-se uma forma de construção de conhecimento. São imagens que não se restringem a um olhar etnológico, sua pesquisa decorre da pesquisa de diferentes ângulos que o direciona para a problemática de avizinhar a pintura com a fotografia. Isto decorre pela importância da cor e a granulação de imagem. Nesse sentido, afirma Emanoel Araújo sobre a obra de Firmo: "Acrescente-se a isso a luz, a cor, a atmosfera, o espaço, os personagens agindo como num teatro onde os atores desenham na paisagem cenográfica seus dramas, suas alegrias, suas carências, suas angústias e fantasias." (ARAÚJO, 2008, p.11).

A investigação sobre autoria no tensionamento entre gênero e identidade cultural nas apropriações fotográficas de Marta Maria Pérez e Rosana Paulino

A exposição *Volume 1*, ocorrida no Centro de Arte Internacional de Havana em janeiro de 1981, torna-se significativa no campo da produção visual e da crítica pelo debate referente as possibilidades de experimentações poéticas que buscam fazer rupturas com as tradições artísticas modernistas, principalmente as relativas a uma estética proveniente de um realismo socialista soviético. Os artistas questionavam acerca da produção artística do momento e reviam as produções poéticas a partir do caráter cultural local, tal como a abordagem dos rituais afro-cubanos atrelados ao debate social, político e ideológico em confluência com uma visualidade contemporânea (performance, instalação, objeto etc.). Pode-se citar a participação dos seguintes artistas nessa exposição: José Bédia, Ricardo Rodriguez Brey, López Marin (Gory), Torres Llorca, Elso Padilla, Flávio Garcendia entre outros. Destaca-se ainda como

ISBN: 978-85-7205-133-01

importante acontecimento no cenário artístico as Bienais de Havana que se inicia em 1984. E, na década de 90, a ampliação deste cenário pela participação de mulheres artistas com linguagens distintas, como Belkis Ayón, com a técnica de reprodutibilidade de imagem pela colografia com uma temática pautada nos mitos das crenças afro-cubanas dos *Abakuas*, Sandra Ramos e Tania Brugueras, com pesquisas poéticas distintas atreladas a performance e a instalação em que discutem os processos migratórios.

Marta Maria Perez Bravo (1959) [19] inicia a sua produção no final da década de 70 e possuía como interesse em sua pesquisa poética as tradições camponesas e as superstições ligadas com água e com proteção da colheita do tempo. A água corresponde ao orixá Iemanjá na Santeria[20], mãe das águas, era representada como uma criatura em forma de serpente e uma mulher idosa com aspecto maternal como uma fada. A mãe personifica tanto aquela que protege os seus filhos como aquela que os coloca em perigo mortal. No seu trabalho inicial a artista recriava e produzia cenas com serpentes feitas com tiras de papel numa série de instalações no qual a fotografia atrelam outros significados a imagem. Após meados da década de 80 quando passa pela experiência da maternidade utiliza o seu corpo como matéria, como corpo interferido e tornado objeto no qual dialoga numa relação ambígua com as linguagens artísticas da escultura, da pintura e do desenho, e a sacralidade da vida existente em todas as formas e nos objetos cotidianos. Isto decorre pela montagem fotográfica onde a artista recoloca-se em cena numa performance simbólica entre o jogo estabelecido no processo fotográfico de claro e escuro e a margem branca em torno do corpo/objeto retratado. O ato fotográfico parte de uma coautoria onde as imagens são captadas pelo seu marido o artista visual cubano Flavio Garcendia. Tem-se a desconstrução do corpo e do objeto por justapor e apropriar-se, de modo não somente conceitual, mas também, da forma com diferentes elementos da Santeria nas narrativas fotográficas da artista.

Na obra *Ya no hay corazon* (de la serie Cultos Paralelos), 1999, o corpo da artista transforma-se numa espécie de *nkisi*, um objeto oriundo do Congo, um amuleto presente na arte negra atlântica que tem poder de cura e outras funções, pelo ato de recobrir seu torso com

[19] A artista graduou-se no Instituto de Arte Superior de la Habana, Cuba, em 1984. Especializou-se em pintura na Academia de "San Alejandro", em 1979.

[20] Santeria conhecida como "Regla de Ocha", seu rito iniciático funciona como rito de purificação e renascimento, e agrega elementos do catolicismo, tais como a obrigação de estar batizado, assistência as missas, uso de água benta, incenso, flores, velas , relicários e etc. O processo iniciático do Palo Monte, conhecido como "Regla de Conga," possui um pacto com a morte. Embora são dois sistemas ritualístico diferentes apresentam algumas semelhanças e articulam-se conceitualmente nos discursos poéticos de artistas contemporâneos cubanos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

argila e pelo acréscimo de pregos, transformando-o numa estatueta. O *nkisi* pode ser definido ainda como:

> (...) o nome de uma coisa que usamos para ajudar uma pessoa, quando ela está doente, e da qual obtemos saúde; o nome se refere a folhas e medicinas combinadas [...]. Tem esse nome também porque existe para proteger a alma humana e guardá-la contra doenças, para quem quer que esteja doente e queira ser curado. Assim, um *nkisi* é também algo que caça e destrói as doenças e as expulsa do corpo.
>
> Um nkisi é também um companheiro escolhido, em quem todas as pessoas encontram confiança. É um esconderijo para as almas das pessoas, para manter e compor a vida, de modo a preservá-la. (Nsemi Isaki apud Thompson, 2011, p.121.)

Ya no hay corazón (de la serie Cultos Paralelos), 1999
Fotografia, gelatina de prata, vintage
16 x20 cm
Fonte:http://www.thefarbercollection.com/artists/marta_maria_perez_bravo

O corpo transita no território do sagrado e torna-se metáfora do cosmo em miniatura, contendo em seu cerne, os mistérios, já não há mais um coração que pulsa, mas o lampejo de vida divina ou de alma. O corpo da artista assume a função de esconderijo e proteção numa representação de apropriação de sentidos filosóficos africanos numa relação tensionada com

ISBN: 978-85-7205-133-01

formas de desequilíbrio e a restituição de equilíbrio da vida e das relações sociais, como também de reconhecimento espiritual.

A fotografia brasileira nos anos 90, período em que Rosana Paulino (1967)[21] se apresenta no cenário artístico, aparece com preocupações não somente estética, mas também, sociológica. Paulino discute a desconstrução dos modelos instituídos sobre o feminino como forma de articulação das noções de herança e referência, memória física e psíquica com os modos individualização e a manifestação de sua sexualidade tendo como recorte a compreensão do feminino negro. Ampliando questões de um universo particular para o global, o entendimento do corpo pela existência do feminino na elaboração de um discurso autoral. Essas formulações de construção e inserção de identidades em torno do feminino aparecem nas obras de Nazareth Pacheco, Rosângela Rennó, Cristina Guerra, Beth Moisés e Maurren Bisilliat. São produções que possui como características a inserção e a utilização de elementos modulares, a busca pela seriação e a impessoalidade dos discursos plásticos juntamente com a aproximação de questões referenciais a uma "fotografia de autor". Essa visualidade é traduzida numa pesquisa da materialidade física e química em seu aspecto natural ou semi-industrializado com interferência quase mínima como é o caso da pesquisa poética de Rosana Paulino. Ela escolhe fotos significativas de arquivo documental sobre a negação de uma autoria negra, como na instalação *Assentamento* (2013).

A instalação *Assentamento* é composta por dois fardos de mãos feitas de cerâmica sobre uma estrutura de pallets de madeira cada um deles, em posição oposta, acompanhados contiguamente por dois tablets de cada lado. Os fardos fazem analogia ao conceito de trabalho durante o período de escravidão, funcionando como mercadoria no qual todo o esforço humano negro era absorvido como lenha ardente. No centro fixada a parede, entre os fardos, tem-se a imagem digital impressa de uma mulher[22], em dimensão real (1,80 cm). A artista divide este corpo feminino em cinco partes e recompõe os pedaços de modo desencontrado, unidos por uma costura marcada em linha preta. A mulher encontra-se em três posições distintas: frontal, lateral e costas. O bordado incorpora os sentidos de 'dar vida' e de continuidade pela inserção de um coração impresso pelo procedimento técnico da gravura

[21] Rosana Paulino é bacharel em gravura (1995) pela Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), especialista em gravura pelo London Print Studio (1998), e Doutora em Poéticas Visuais pela ECA/USP.

[22] Mulher negra fotografada durante a expedição Thayer dirigida pelo cientista suíço Louis Agassiz, durante o período de 1865 e 1866, pautado por uma leitura poligenista nos seus registros fotográficos sobre as diferentes origens do homem, portanto dividido em subespécies. Dessa maneira, consequentemente criam-se determinados marcadores de diferenças que justificam por meio de um pensamento científico da época formas de desigualdade e exclusão socioeconômicas arraigadas ainda hoje dentro das relações sociais entre diferentes atores, nos seus espaços de circulação e convívio.

ISBN: 978-85-7205-133-01

(imagem frontal), um feto realizado pela mesma técnica (imagem lateral) e desenhos de raízes bordadas diretamente no tecido em negro e vermelho ocupando a base (imagem costas). Vê-se um corpo que busca refazer-se após a violência e destituição de direitos pela escravidão a religar-se com a sua origem cultural, religiosa e familiar.

Assentamento (2013). Museu de Arte Contemporânea de Americana
Instalação em técnica mista. Impressão digital, desenho, linóleo, costura, bordado, madeira, paper clay e vidro.
Dimensão variável.
Fonte: http://www.rosanapaulino.com.br/

Detalhe

O termo assentamento refere-se à ideia de lugar e de ritual compreendida no sentido do duplo sobrenatural do orixá fixado na cabeça de um filho (a), e "permite a sugestão dos atributos essenciais da forma e não essa forma visível. De certa maneira transcende-se essa forma para que a essência simbolizada seja alcançada." (ALPHONSO, 1994, p.38).

> Nos rituais e práticas religiosas a força imaterial é concretizada pelos assentamentos que tem a função de conter e concentrar o axé do orixá, considerado como a sua própria materialização. Este significado converte o assentamento em uma peça ritual de prioridade vital, como a mais importante e insubstituível na composição da crença. (SILVA, 1997, p.63)

Desvela-se ainda a presença de dois tablets na extrema direita e esquerda, ao lado externo dos fardos, em "looping," apresentando o mar como travessia, e traduzindo o conceito de assentamento também, como a ação de um indivíduo instalar-se num lugar, ao (re)construir uma história. Um protagonismo diante dos embates entre a cultura hegemônica sobre a hegemonizada na reedificação de uma corporeidade ancestral, cultural e social.

A negociação da imagem fotográfica dá-se na reconstrução de narrativas sobre o outro e sobre si, numa tentativa de redefinir protagonismos nos modos de sistematização e os valores que foram atribuídos numa revisão do papel social específico. O vínculo político e

ISBN: 978-85-7205-133-01

ideológico com o retratado é o que distingue o tipo de negociação escolhida pelo criador de um objeto artístico, inserindo-o e atualizando-o num cotidiano da política, da sociedade e da cultura em sua produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, José Luis Hernández. *Os donos das encruzilhadas: uma aproximação à estética do candomblé e da santería a partir de um estudo comparativo dos suportes materiais de Exú e de Eleguá*. Dissertação (Mestrado), PROLAM/USP, 1994.

CHIARELLI, Tadeu. *Arte Brasileira Internacional*, São Paulo: Lemos - Editorial, 2002.

CONDURU, Roberto. *Arte Afro-brasileira*. Belo Horizonte. Minas Gerais: C/ Arte, 2007.

CUNHA, Mariano Carneiro da. *Arte afro-brasileira*. In: Zanini, W. (org.) *História geral da Arte no Brasil.* São Paulo: Fundação Moreira Salles, 1983.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HERKONHOFF, Paulo; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Manobras radicais.* São Paulo: Associação de Amigos do Centro Cultural Banco do Brasil, 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo: Editora Ática, 1996.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

SAUDADES, Carla. *Marta María: uma imagem objetual*. Data de defesa 26 de maio de 2003. 98 folhas. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SILVA, Dilma de Melo. CALAÇA, Maria Cecília Felix. *Arte africana e afro-brasileira*. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SILVA, Maria Helena Ramos da. *A presença da África na produção plástica de Emanoel Araújo (afro-brasileiro) e Wilfredo Lam (afro-cubano).* Data de defesa 18 de abril de 1997. 204 folhas. Dissertação (Mestrado). PROLAM/USP. São Paulo, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, Robert Farris. *Flash of the spirit: arte e filosofia africana e afro-americana.* São Paulo: Museu Afro Brasil, 2011.

ARAÚJO, Emanoel. *Walter Firmo em Preto e Branco.* Exposição comemorativa dos 4 anos do Museu Afro Brasil. São Paulo: Imprensa oficial/ Museu Afro Brasil, 2008.

---------- (org.). *Museu Afro - Brasil: um conceito em perspectiva*. Projeto de implantação do Museu Afro - Brasil: Instituto Florestan Fernandes. São Paulo, 2006.

---------- org. Catálogo. *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica.* São Paulo: Tenenge, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Arte afro-brasileira: o que é afinal?* In: Mostra do redescobrimento: Arte afro-brasileira. Nelson Aguilar (org.): Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 anos. Artes Visuais, 2000.

PERSICHETTI, Simonetta. *Firmo põe Deus e o Diabo na terra da imagem*. Estado de São Paulo, 1996.

SIMIONI, A. P. C. *Bordado e transgressão*: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. IN: *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/anasimioni.html, acesso em:11/10/2014.

http://www.rosanapaulino.com.br/wp-content/uploads/2013/11/PDF-Educativo.pdf, acesso em: 15/10/2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

As vozes femininas na literatura marginal

Jéssica Balbino

pesquisadora/ mestranda

Labjor/IEL Unicamp – Campinas (SP)

jessicabalbino.jornalista@gmail.com

RESUMO

O trabalho mostra como escritoras marginais rompem com a máxima "Pode o Subalterno Falar?" e inovam no jeito de narrar, reportar e contar a própria história. São analisados grupos de mulheres que frequentam saraus na última década, especialmente na cidade de São Paulo (SP) e em grandes centros como a região metropolitana de Campinas (SP), onde há o maior número de manifestações e encontros.

O foco fica sobre as mulheres nessa literatura marginal e periférica e nos dados levantados pela autora deste artigo, que mostram que, na literatura, desde 2004 – quando as antologias dos saraus se popularizaram – até 2014, o número de mulheres escritoras, que publicaram seus escritos, ainda é 20% inferior que o número de homens. A mesma pesquisa mostra que desde 2010, há um crescimento do número de participação de escritoras em saraus, em coletivos literários, na organização das antologias e no protagonismo das mesmas.

Desta forma, os moradores da periferia reconfiguram a sua forma de comunicação, e deixam de ser meros coadjuvantes e transformam-se em protagonistas e narradores de suas próprias histórias e vivências.

Palavras chave: produção cultural da periferia; sarau; literatura marginal; comunicação.

ABSTRACT

This work shows how marginal writers break with the maxim "Can the Subaltern Speak? " And innovate in the way of narrating, report and tell their own story. Women's groups are analyzed attending soirees in the last decade, especially in the city of São Paulo (SP) and in large centers such as the metropolitan area of Campinas (SP) where the largest number of events and meetings .

The focus is on women that marginal and peripheral literature and data by the author of this article , which show that , in the literature since 2004 - when anthologies of soirees became popular - by 2014 , the number of women writers who published his writings , it is still 20 % lower than the number of men . The same survey shows that since 2010, there is a growing number of writers to participate in soirees , in literary collective you, in the organization of anthologies and in the same role .

Thus, residents of the periphery reconfigure their style of communication, and cease to be mere adjuncts and become protagonists and narrators of their own stories and experiences.

Keywords: cultural production of the periphery; soiree; marginal literature; communication.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A narrativa do cotidiano e a literatura marginal

A narrativa do cotidiano existe desde o surgimento do mundo, quando comunicar-se, gravar e repassar adiante fatos e acontecimentos tornou-se uma necessidade, assim como comer e dormir. Na sociedade moderna, o que antes era restrito à comunicação oral ou aos registros feitos nos livros tornou-se diferente a partir da criação da imprensa, como afirmou Thompson, "os meios de comunicação são rodas de fibras no mundo moderno e ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos" (THOMPSON, 1998, p.20).

Contudo, acostumado a narrar superficialmente o que acontece nos guetos, o jornalismo convencional vê-se confrontado com a narrativa inversa, ou seja, de dentro para fora, feita a partir dos moradores e protagonistas das periferias. "Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto" (FERRÉZ, 2005)

Com esta fala, observa-se que o repórter fiel da periferia é, atualmente, o escritor marginal/periférico[23], que por viver do lado de dentro, tem propriedade para relatar o que acontece de forma mais singular do que repórteres vindos de fora, acostumados a falar pelo outro.

Desta maneira, entende-se o estudo de escritores marginais e de obras produzidas recentemente, a partir dos anos 2000 e em um contexto diverso, já que é um grupo minoritário que assume o lugar de subalterno, porém como sujeito e voz.

> Visto que "a pessoa que fala e age (...) é sempre uma multiplicidade", nenhum "intelectual teórico (...) [ou] partido ou (...) sindicato" pode representar "aqueles que agem e lutam" (*FD*, p. 206). São mudos aqueles que agem e lutam, em oposição àqueles que agem e falam? (SPIVAK, 2010, p.32).

[23] Neste trabalho adota-se o uso de ambas expressões: literatura marginal e literatura periférica, já que trataremos de autores da literatura marginal, descobertos e advindos do primeiro momento, com o surgimento das revistas Literatura Marginal, organizadas por Ferréz e também de autores que se autodenominam da literatura periférica, ou seja, escritores cujas obras surgiram no contexto dos saraus e por eles diretamente influenciadas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Para entender a literatura marginal/periférica [24]é necessário compreender a voz e o estilo narrativo dos autores – em sua maioria homens -. Conforme observa Burke, a narrativa é também um processo histórico e envolve elementos políticos a partir da realidade dos narradores, ou seja, ao criar poesias, crônicas e narrativas do cotidiano pela própria voz, o escritor marginal vira também um repórter da própria realidade.

> "(...) os historiadores estruturais mostraram que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até a experiência e os modos de pensar da pessoa comum. Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam uma linha clara à história, à custa de fatores que escaparam ao seu controle (...) (BURKE, pág. 332)

Literatura Marginal/Periférica no Brasil

Para compreender como se deu este processo de transformação do escritor marginal em repórter, é necessário voltar na história. No Brasil, a primeira experiência que se tem registro neste sentido foi vivida pelo jornalista Audálio Dantas, com a reportagem "*O drama da favela escrito por uma favelada"*, publicada no jornal Folha de São Paulo da Noite em 1958, após o repórter desafiar-se a ficar dias na favela do Canindé em São Paulo (SP) e encontrar, entre os escritos de Carolina Maria de Jesus, um diário que dava conta do dia a dia no lugar.

Eu não havia escrito uma linha sequer, mas a reportagem estava, de fato, naqueles cadernos, especialmente um que continha um diário iniciado três anos antes, em 15 de julho de 1955, pela favelada Carolina Maria de Jesus, moradora do Canindé. Hideo lia o diário e comentava alguns trechos, entusiasmado: - Isso dá um livro! Além do diário havia contos, poesias, até um começo de romance". (DANTAS, 2012).

[24] Embora estejam sob a mesma alcunha, a poesia marginal da década de 1960 não encaixa-se propriamente a voz e vivência periféricas ou mesmo à condição social de estar à margem da sociedade, contudo, é representada por poetas de uma geração que cresceu sob o medo da repressão militar nos "anos de chumbo". aqui pode ser uma nota de rodapé só falando que a literatura da década de 60 é diferente da dos anos 2000. Há também a diferenciação de termos. A literatura feita por moradores das periferias é chamada ora de marginal, ora de periférica.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Mas, ao contrário dos escritores que se autointitulam marginais ou periféricos não era o projeto literário da autora retratar as experiências de grupos e espaços marginais, tampouco de atuar em nome da positivação do que é peculiar a eles, da promoção da leitura ou da produção e circulação de bens culturais na periferia. (Nascimento, 2009, p. 236)

Apesar de Carolina Maria de Jesus ter sido a primeira favelada a publicar um livro no Brasil, a reconstrução desse tipo de literatura só viria 40 anos depois, no início do século XXI, com a retomada da literatura marginal, desta vez diferente da geração mimeógrafo – surgida nos anos 1970 - que carregava nome semelhante, mas com diferenças ideológicas e também na capacidade de organização.

No final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, a literatura marginal se destaca, como coletivo organizado a alcunha de marginal, o fenômeno de periféricos escrevendo livros e se tornando cronistas de seu tempo, como é intitulada, inclusive, uma das obras de Ferréz. *"CRONISTA de um TEMPO RUIM"* lançado em 2009 pelo SELO POVO, criado pelo próprio autor para editar livros de escritores marginais em formato de bolso e vende-los a preço acessível, a fim de garantir a disseminação da literatura feita na periferia, como ele mesmo anuncia na contracapa: "Um selo em um livro de bolso, para ser posto na cesta básica, para ser lido na rua, no horário do almoço, nas prisões, nos acampamentos, nas zonas, nos bares, barracos e barrancos desse imenso país periferia". (FERRÉZ, 2009)

Tal iniciativa mostra a capacidade de organização dos escritores identificados com a periferia, que além das próprias obras, criam selos, organizam-se em saraus, eventos e coletivos com intuito de fortalecer e legitimar a literatura, a voz e o discurso da periferia, conforme ressalta Ferréz (2009, p.15) "a vida aqui é outra. Se você não a vive, não sabe do que se trata"

O reconhecimento da própria história como algo interessante, que pode ser repassado de forma oral nos saraus – ao melhor estilo de como eram passados os conhecimentos entre escravos – ou de maneira escrita e impressa, capaz de reportar uma realidade única, é observado pelo pesquisador mexicano Alejandro Reyes:

> É nestes espaços [os saraus] que desde a virada do século, vem se desenvolvendo um insólito movimento literário, combativo, rebelde, criativo e que vem sendo chamado de literatura marginal por alguns dos seus membros. Na última década, uma profusão inusitada de obras de autores oriundos das periferias urbanas, favelas e prisões se fez presente na produção literária brasileira. Trata-se quase sempre de uma literatura de autorrepresentação, com uma dimensão política e

ISBN: 978-85-7205-133-01

> social importante – a enunciação de realidades invisibilizadas, feita por setores sociais que historicamente têm tido um acesso mínimo à palavra escrita, em um contexto no qual a língua, sobretudo escrita, tem servido como mecanismo de dominação desde os tempos coloniais. (REYES, 2013, pág. 15)

Mulheres com ou sem voz na literatura marginal?

Nota-se então que a primeira escritora marginal brasileira, do ponto de vista de quem fala de dentro para fora, foi uma mulher, contudo, atualmente, mesmo com a efervescência da literatura periférica, o número de mulheres que escrevem e relatam o cotidiano da periferia ainda é inferior ao de homens.

Esbarra-se, contudo, em questionamentos sobre os fatos. Seriam as mulheres pouco interessadas no ofício da escrita? O que impede às mulheres de participarem em número igual aos homens nas publicações e antologias? Há opressão machista no que diz respeito às mulheres como poetas e escritoras? Isso aplica-se também ao novo estilo literário efervescente no Brasil desde o início deste século? Tais vozes foram silenciadas por forças políticas dominantes?

Historicamente, a dominação sempre barrou as vozes subalternas [25] e por conseguinte, construções paternalistas também sempre vetaram a voz feminina, seja por meio da política, seja por meio do trabalho ou mesmo da literatura, conforme pontuou Spivak: "'Pode o subalterno falar?' e 'pode a mulher subalterna falar'?, nossos esforços para dar ao subalterno voz na história estarão duplamente suscetíveis ao perigo (...)"

A pesquisa "livro Literatura Brasileira Contemporânea — Um Território Contestado" realizada em 2005 pela escritora e professora Regina Dalcastagnè mostra que o escritor brasileiro contemporâneo é homem (72,7%), branco (93,9%), de meia idade, cursou o ensino superior e reside no eixo Rio - São Paulo. Ou seja, com base nestes dados, conclui-se que a mulher – especialmente a mulher negra – está desprovida de voz na chamada literatura contemporânea. Pelo menos a das grandes editoras, que é o corpus da pesquisa.

[25] O termo aparece no ensaio de Gayatri Charkravorty Spivak, "Pode o subalterno falar?", que exemplifica questões de discurso e vozes dos subalternos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Cabe pontuar que apesar do surgimento e fortalecimento da imprensa e da palavra escrita, ela sempre foi restrita aos que detinham o poder e às castas mais elevadas e quase nunca acessível para a periferia como um todo, que sempre se expressou mais de maneira oral e menos de maneira histórica e por escrito. "O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à 'mulher' como um item respeitoso nas listas de prioridades globais" (SPIVAK, 2010, pág. 165)

Porém, há controvérsias quanto ao questionamento da escritora indiana. Para o mexicano Reyes – também autor de uma obra de literatura marginal de ficção ambientada no Brasil -, a indagação poderia ser outra.

> Nas periferias, a ninguém ocorre perguntas se o subalterno pode falar. Em vez disso, a pergunta é outra: se o sujeito privilegiado pode escutar (em minha opinião, a pergunta de Gayatri Spivak teria ficado muito mais interessante expressada dessa forma). (REYES, 2013, pág. 16)

A expansão dos saraus e o chamamento às mulheres

Com o fortalecimento da literatura marginal/periférica no Brasil, tida como um dos mais legítimos movimentos de cultura popular do país nos últimos anos, essa regra foi invertida e os subalternos passaram não apenas a ter voz, mas também a utilizá-la para falar – em saraus – escrever poesias, publicar os próprios livros e criar, inclusive, os próprios selos literários, conforme observa Leite. "A literatura periférica não pode ser abordada apenas pela obra que se encontra publicada. Até mesmo as coletâneas de saraus onde estão lá muitos poemas que surgiram antes na boca dos poetas , diante do microfone e da plateia sedenta não podem ser analisadas apenas na frieza do papel" (LEITE, sem paginação).

O primeiro momento da literatura marginal/periférica foi marcado pelo lançamento dos suplementos literários *Literatura Marginal*, publicados pela Revista Caros Amigos. Entre os anos de 2001, 2002 e 2004 foram publicados três volumes. Entre todos os 56 autores, 13 eram rappers e apenas oito eram mulheres, o que reforçou a ideia de que o hip-hop é um movimento misógino e esta característica foi herdada pela literatura marginal/periférica, mas, a exemplo do primeiro, vem sendo dissolvida com o passar dos anos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Já o segundo momento da literatura marginal/periférica no Brasil está associado ao fortalecimento de saraus[26] realizados nas periferias, garantindo, então, voz aos narradores do cotidiano da periferia e dando voz a todos os moradores, sejam eles homens ou mulheres, conforme pontua Leite: "O movimento da literatura, até então restrito às publicações coletivas do Ferréz se completa com a força da oralidade e performances dos saraus".

Realizados em bares ou centros culturais da periferia, os saraus foram resignificados, deixando para trás o conceito de reuniões artísticas feitas pela elite no início do século XIX e a produção literária advinda destes eventos resignificou também a forma de se noticiar e se organizar nas periferias. As influências vão desde os problemas cotidianos, à negritude – que também é bastante presente e exaltada pelo hip-hop – e à música popular, o que ampliou as produções e por conseguinte, o público 'consumidor'.

É nesta perspectiva que entende-se a contribuição da literatura marginal/periférica para a participação feminina, conforme observa Leite.

> Os saraus inclusive têm contribuído para um melhor equilíbrio de gênero, dada a razoável presença de mulheres nesses encontros. A predominância ainda é masculina, mas a participação feminina é muito maior do que nas publicações da Literatura Marginal. Neste aspecto cabe destacar o Sarau da Brasa que, conforme quadro abaixo, apresenta uma importante participação feminina, quase paritária a dos homens. (LEITE, 2013, sem paginação)

Deste modo, nota-se que a consolidação dos saraus é marcada também pelo lançamento de antologias. É importante destacar que as obras são produtos de autopublicação, custeadas com recursos próprios ou beneficiadas por meio de editais municipais, estaduais ou por meio de parcerias com a iniciativa privada, contudo, em sua maioria, são tiragens modestas e com distribuição feita diretamente pelos autores (as), de mão em mão, de sarau em sarau, com pouco ou nenhum destaque na mídia especializada ou em grandes livrarias.

[26] Historicamente, o sarau da Cooperifa é o primeiro criado e realizado na periferia – neste caso na Zona Sul de São Paulo. Ele acontece desde 2011 e reúne, semanalmente, pelo menos 50 poetas e cerca de 100 pessoas para ouvir e declamar poesias. Ver VAZ, Sergio. Antropofagia Periférica – O Sarau da Cooperifa. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Porém, muitas mulheres enfrentam, ainda, a dificuldade de estarem presentes em todas as edições dos saraus mais próximos de si – ou que escolheram frequentar – por diferentes motivos, sejam eles financeiros para custear as passagens, sejam familiares, já que muitas são responsáveis pelas famílias – de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em outubro deste ano, 38% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres - por causa do trabalho, por causa dos ciúmes nos relacionamentos e não raramente, por causa do machismo.

> De partida, essas autoras enfrentam a dificuldade de se fazerem presentes nos saraus e circularem para a divulgação de seus livros. Têm de contornar o ciúme dos maridos e até desrespeito manifestado por parte de outros frequentadores desses ambientes (que insistem nas cantadas, por exemplo) (EBLE, 2014)

A partir de 2004, quando a primeira antologia de um sarau foi lançada – a Cooperifa, com apoio do Itaú Cultural, lançou o livro "O Rastilho da Pólvora", com 43 autores, entre eles, apenas três mulheres – outras se apropriaram do modelo e fizeram seus próprios livros, o que deu início ao ciclo de produção literária independente da periferia brasileira.

Tal 'fenômeno', se assim pode-se dizer, talvez seja o movimento mais organizado e forte vivido pelo Brasil na última década, tanto pelo ineditismo, quanto pela capacidade de organização, pelo fortalecimento econômico entre si, pela criação dos próprios espaços culturais – muitas vezes tratados pelos integrantes da literatura como 'quilombos', pela criação e confecção dos próprios livros, pela articulação diante do poder público e pela novidade de se criar selos e editoras próprias, fazendo assim a literatura circular.

Para Reyes, o movimento ganha força, inclusive, nos pontos em que se perde:

> "Apesar de tratar-se de um fenômeno literário produzido por populações silenciadas e invisibilizadas, existes fissuras, rachaduras, intercâmbios, fronteiras movediças e zonas de indefinição que, em vez de serem problemáticas, resultam, de fato, produtivas. (REYES, 2013, pág. 44).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Outras ações, podem ser observadas como 'chamamentos' às mulheres para os saraus. Além da presença de algumas, que em sua minoria, destacaram-se à frente dos microfones ou dos versos, como a 'musa' da Cooperifa, Rosilene da Costa Doera, conhecida como Rose Dorea. Aos 40 anos, ela mesma afirma que vai contra o padrão estabelecido pela sociedade do que seja uma musa. Em entrevista para o site Periferia Se Move, durante a abertura da Mostra Cultural da Cooperifa no CEU Casa Blanca em 19 de outubro de 2013, Rose vai além, ao destacar as mudanças sociais e culturais provocadas na individualidade por causa do sarau

> "Voltei a estudar por conta da Cooperifa, me tornei uma pessoa mais flexível e, em um país cujo padrão de beleza é a mulher magra e branca, me tornei a "Musa da Cooperifa" sendo negra e gorda. Então, tudo muda por completa (risos)" (Rose Dorea)

E embora esteja à frente do sarau e seja anunciada como tal de forma religiosa todas as quartas-feiras no Bar do Zé Batidão, onde acontece o encontro, Rose Dorea ainda não tem nenhum livro publicado. Com algumas participações em antologias – a mais recente apenas com mulheres – não reconhece planos para publicar um livro autoral.

Na Cooperifa, desde 2005 surgiu também o evento batizado como 'Ajoelhaço'. Nas duas primeiras edições, apenas as mulheres participavam e os homens ficavam como espectadores, ouvindo poesias de cunho feminista.

A partir da terceira edição, na quarta-feira mais próxima ao dia 8 de março – quando celebra-se o Dia Internacional das Mulheres – todos os homens presentes no sarau ajoelham-se e em ato simbólico, pedem perdão às mulheres. O evento foi inserido no calendário anual do sarau.

> "Por meio do *simbólico, prosaico e divertido*, como caracterizam diferentes lideranças *Cooperiféricas*, o Ajoelhaço aguçaria reflexões sobre a relação entre homens e mulheres, de modo geral, as situações vivenciadas pelas mulheres da periferia, em particular. E por meio desse ato, ali na *periferia masculinizada e machista,* conforme observa Sérgio Vaz, e no espaço do bar, que sujeita as mulheres que o frequentam a *comentários* e *atos* preconceituosos, como pontua Rose Dorea, os cooperiféricos conjugariam mais um exemplo de combinação entre literatura e cidadania através dessa espécie de homenagem às mulheres" (NASCIMENTO, 2011, pág. 102)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Contudo, o ato divide opiniões, a própria musa da Cooperifa, Rose Dórea reconhece que isso não mudará por completo a condição subalterna da mulher. "Lógico que não será isso que mudará a condição feminina, e nem vai apagar todas as injustiças e crimes cometidos pelos homens, longe disso. Mas é tratar a nossa mente e o coração machista da quebrada, e não só com palavras, com atitudes". (VAZ, 2008, p.214)

Já para outras poetisas que frequentam outros saraus e coletivos da periferia, o ato não atinge o objetivo de dar voz à mulher e trazê-la ao protagonismo, ou mesmo igualdade, dentro dos espaços literários. Para elas, a mulher não é emancipada pelo pedido de perdão coletivo e a proposta seria levar a questão para debates que proponham soluções.

É importante destacar que por parte da Cooperifa há esforços em emancipar as mulheres frente a cena literária da periferia. Desde que foi instituída, em 2008, a Mostra Cultural da Cooperifa promove mesas e debates com participações 100% femininas. Outros eventos pontuais somente com mulheres acontece no Sarau Suburbano – realizado por Alessandro Buzo na livraria de mesmo nome – e mesas temáticas nas edições do Encontro de Arte da Periferia[27] do Festival Literário de Poços de Caldas (Flipoços).

Para a pesquisadora Érica Peçanha, os números corroboram com a realidade encontra nos saraus e nas publicações literárias da periferia:

> Considero pertinente pontuar que é sempre menor a presença de autoras nas coletâneas publicadas e pequeno o número de mulheres que conseguem publicar os seus livros, sendo que muitas delas o fazem em coautoria com homens. Nos saraus que reúnem públicos de diferentes faixas etárias e classes sociais, a participação de mulheres também é menor que a dos homens, especialmente entre os idealizadores e lideranças (NASCIMENTO, 2011, p. 102)

Contudo, apesar das iniciativas para inserção feminina em alguns saraus, antologias, mostras e eventos, nem sempre os esforços são favoráveis. É necessário recordar que em novembro de 2011, o abuso e desrespeito contra as mulheres nos saraus originou o protesto feminino – e feminista – MORDAÇA[28] contra as cantadas e abusos sofridos. Na manifestação, escritoras, poetisas e entusiastas do movimento posaram para fotografias em preto e branco usando mordaças, utilizaram as mesas imagens em avatares de redes sociais e circularam pelos saraus do Binho e Sarau da Fundão com as bocas tapadas e segurando cartazes nos quais pediam respeito.

[27] O festival literário abre, desde 2008, espaço para a arte da periferia e em diferentes edições promoveu encontros com mulheres e lideranças femininas para discutir a literatura produzida nas periferias.
[28] O vídeo está disponível no Youtube: http://youtu.be/pMQEvbM_8IM

ISBN: 978-85-7205-133-01

Produção literária feminina – e feminista

Apesar dos números levantados e apresentados, é imprescindível pontuar que nem sempre publicar um texto ou um livro é o principal objetivo das mulheres que se autodenominam poetas ou escritoras, ou mesmo das que frequentam os saraus. Muitas vezes, a presença destas nos espaços é apenas para diversão. Noutras, apenas para declamar – e com isso garantir que a própria voz seja ouvida – e em outras, apenas ouvir o que mais mulheres – e por quê não homens? – tem a dizer.

Porém, para muitas, ter um texto publicado em uma antologia ou coletânea significa deixar um registro, impresso, do que se pensa, faz e vive atualmente. É a maneira única de reportar, com legitimidade, o próprio cotidiano, mesmo que a pretensão não seja tornarem-se escritoras.

> Daí se explica, em parte, a falta de tratamento literário que se poderia apontar em alguns textos, muitos dos quais, apresentam-se mesmo sob a forma de depoimentos e relatos biográficos, que ali se fazem presentes, sobretudo, como modelo de superação e incentivo para os amigos e leitores da periferia. Mesmo alguns poemas se mostram bastante prosaicos, também impregnados por esse espírito. Parece-me que o principal, para muitas mulheres que participam dos saraus e de outras atividades ligadas à literatura na periferia, é o engajamento em movimentos culturais de incentivo à leitura e à produção artística junto a escolas, bibliotecas e outros espaços de convivência. Nas descrições biográficas de quase todas consta algum tipo de participação nesse sentido. Em geral, o que é dito por elas nas biografias, nas entrevistas, é que não escrevem para melhorar de vida e sair da favela – isso seria entendido como traição. O que esperam é contribuir como podem para melhorar a vida dos seus semelhantes, esclarecendo-os e incentivando-os. (EBLE, 2014)

Em um levantamento feito para esta pesquisa, nota-se que na periferia poucas são as mulheres que conseguem, ou por editoras pequenas, ou por incentivo de editais, ou ainda com recursos próprios, publicar seus livros autorais. Atualmente, figuram no cenário nomes como Elizandra Souza, Maria Tereza, Dinha, Cláudia Canto, Cidinha da Silva, Mel Duarte, Raquel Almeida, Soninha M.A.Z.O., Lu´z Ribeiro, Carolina Peixoto, Sinhá, Anna Zêpa, Juliana Bernardo, Priscila Preta, Sônia Regina Bischain, Cátia Cernov, Maria Vilani, Marina Mara, Ana Paula Risos, Aline Turim, Flá Perez, Luíza Romão, Regina Azevedo, Grazi.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O teor dos textos, quase sempre, é feminista. Embora muitas vezes as autoras não se reconheçam como tais, reconhecem-se como mulheres e buscam por direitos, por voz, pelo não silenciamento e pela emancipação. A temática da negritude também se faz presente nos relatos e poesias, denunciando, muitas vezes, a própria realidade em que a mulher negra é vista – e tratada – nas periferias, como observa Eble:

> É interessante notar o quão recorrente é a afirmação dessas autoras como feministas, diferentemente do que ocorre com as escritoras de elite, que geralmente recusam o adjetivo, por mais que seus textos indiquem o contrário – talvez por receio de distorções e preconceitos em relação à sua produção. Ou seja, vejo que, em que pese uma opressão bastante arraigada, as autoras marginais são mais contundentes politicamente. (EBLE, 2014)

Por outro lado, é importante pontuar que embora a primeira publicação de literatura 'marginal' brasileira seja de uma favelada – Carolina Maria de Jesus – e tenha surgido de um diário pessoal, que é, tradicionalmente, um gênero feminino, atualmente, a produção literária feita pelas mulheres na literatura marginal não tem tanto este formato e assume-se em contos e, não obstante, em poesias. É muito comum observarmos mulheres poetas, que empoderam-se por meio de suas poesias, que narram seus cotidianos por meio deste gênero, mais do que qualquer outro, mesmo nas antologias.

> Se talvez não possam ser considerados como literários de acordo com uma perspectiva estética devedora de critérios tradicionais de análise literária, tais textos, porém, não devem ser descartados. São importantes, em primeiro lugar, por dar voz a essas mulheres – o que já lhes é tradicionalmente negado –, mas também para que se tenha noção da complexidade delas, acabando por fornecer subsídios para compreender melhor alguns aspectos dos textos ficcionais propriamente ditos. (EBLE, 2014)

As demais aparecem em antologias, sejam elas 100% femininas ou mistas. O que percebe-se é de que desde 2004 – quando as antologias dos saraus se popularizaram – o número de mulheres escritoras é 20% menor que o de homens.

Nos últimos 14 anos, foram publicados cerca de 200 livros coletivos e individuais[29] e entre eles ainda é inferior o número de mulheres entre os autores. Tais dados exemplificam o 'silêncio' da mulher como repórter de si mesma e da realidade em que vive, mas mostram nos últimos anos, uma crescente em termos de participação. A sensação é de que o protagonismo vai sendo compartilhado.

[29] Não existe um número preciso de títulos publicados, no entanto a cifra superior a 200 livros é confiável, visto que eu mesma possuo acervo semelhante a tal estatística. É importante destacar que em São Paulo, onde

ISBN: 978-85-7205-133-01

Neste levantamento, notamos que os textos do universo feminino versam em temas que falam sobre violência doméstica e abuso sexual, condições da mulher como feminismo e desigualmente, negritude (cor da pele, tipo de cabelo, vestimenta) e ainda relações amorosas.

É importante salientar, contudo, que as mulheres da literatura marginal/periférica, em sua maioria, estão conscientes do "seu papel" e mesmo nas relações amorosas trazidas nos textos e poesias, não aparecem em papéis submissos, mas sempre em tentativas e figuras de empoderamento. Já nos depoimentos e casos que versam sobre abusos sexuais e machismo, o tom é sempre de alerta, de posicionamento, de dica para evitar que outras mulheres sejam vitimadas. É necessário destacar que a mulher escritora que aparece nesta pesquisa recusa o papel de vítima e embora esteja saindo do papel de subalterna para o papel de quem tem voz, posiciona-se diante do microfone – ou da caneta e papel em branco – e escreve a própria história sem armadilhas.

Um exemplo é o da poeta Elizandra Souza, que se utiliza do poema "Em Legítima Defesa[30]", para, em tom provocador, chamar a atenção da sociedade para a violência sofrida pelas mulheres.

Só estou avisando, vai mudar o placar....
Já estou vendo nos varais os testículos dos homens que não sabem
se comportar
Lembra da cabeleireira que mataram outro dia?
E as pilhas de denúncias não atendidas?
Que a notícia virou novela e impunidade
Que é mulher morta nos quatro cantos da cidade...
Só estou avisando, vai mudar o placar...
A manchete de amanhã terá uma mulher dizendo:
- Matei! E não me arrependo!
Quando o apresentador questioná-la, ela simplesmente retocará a
maquiagem.
Não quer parecer feia quando a câmera retornar e focar em seus
olhos, seus lábios...
Só estou avisando, vai mudar o placar...
Se a justiça é cega, o rasgo na retina pode ser acidental
Afinal, jogar um carro na represa deve ser normal...
Jogar carne para os cachorros procedimento casual...
Só estou avisando, vai mudar o placar...
Dizem que mulher sabe vingar
Talvez ela não mate com as mãos mas mande trucidar.
Talvez ela não atire, mas sabe como envenenar...
Talvez ela não arranque os olhos, mas sabe como cegar...
Só estou avisando, vai mudar o placar...

---

acontece a maior efervescência literária da periferia, o programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), ao longo de 8 anos apoiou mais de 100 projetos relacionados à literatura.

[30] Publicado originalmente no livro "Águas da Cabaça" (2012).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Este mesmo poema inspirou a rapper Lívia Cruz a escrever a canção "Não Foi em Vão[31]" e gravar um videoclipe no qual aparece envenenado o companheiro que a violentava "por amor". Neste mesmo material audiovisual, Lívia Cruz dialoga com os saraus e várias autoras da literatura marginal/periférica aparecem ao final, quando estatísticas de violência contra a mulher no Brasil enchem a tela, antes de Elizandra Souza aparecer declamando a versão da poesia.

Nos lançamentos mais recentes – entre 2012 e 2014 - dá para notar uma participação feminina quase paritária à masculina, como na antologia 'Pode Pá Que é Nóis Que Tá – Vol. II', lançada em 2013, onde 45 mulheres publicaram seus textos e apenas 13 homens foram selecionados.

O mesmo aconteceu com a antologia Perifatividade nas Escolas, lançada em 2012, que teve 32 mulheres e 18 homens. Contudo, neste aspecto percebe-se também que quando as coletâneas são organizadas em escolas ou tem a participação majoritária de adolescentes, a presença feminina é intensificada.

É possível perceber que mais mulheres têm feito parte de antologias e que há, inclusive, antologias exclusivamente femininas, como é o caso do projeto da Frente Nacional de Mulheres do Hip-Hop (FNMH²), que em 2013 e 2014 lançaram duas coletâneas apenas com mulheres. Na primeira delas, 60 integrantes participaram e na segunda, 52 – sendo algumas de outros países – também integram a reunião de poesias, prosas e contos.

> Um sonho, quando se torna realidade é algo a ser comemorado duas vezes (…) lutamos para que seja redigida a nossa história no Brasil, que há mais de 500 anos é contada com o olhar do invasor, a mulher no hip-hop luta pelo reconhecimento de que desde o início da cultura hip-hop nós mulheres, estávamos lado a lado dos manos, construindo-o (RABETTI, 2012, pág. 3)

Um pouco no passado, o coletivo Hip-Hop Mulher também publicou a cartilha "Hip-Hop Mulher, Conquistando Espaços", escrita por cinco mulheres.

[31] Disponível no Youtube: http://www.youtube.com/watch?v=RyXebEOvELc

ISBN: 978-85-7205-133-01

A antologia, “Pretextos de Mulheres Negras” lançada em 2013 pelo coletivo Mjiba – que na tradução significa 'Jovem Mulher Negra Revolucionária' - traz 22 mulheres, entre elas duas de outros países, com poesias sobre a temática negra. Algumas delas, como Elizandra Souza, já possuem livros em coautoria e próprios, Raquel Almeida, Mel Duarte e Lu´z Ribeiro também publicaram seus livros individuais em 2013 e outras, como Rose Dorea – a musa da Cooperifa – que participam ativamente de saraus.

Importante citar que o livro traz uma homenagem póstuma a escritora Maria Tereza, autora do livro de poesias “Negrices em Flor”. A poesia escolhida por Elizandra Souza, que foi a organizadora do livro, faz uma referência – e reverência – à Carolina Maria de Jesus. A mesma citação foi usada anteriormente no livro autoral da poetisa Elizandra, destacando a importância do conhecimento da própria história.

Carolina Maria de Jesus

“Comprei um sapato lindo, número 39, sendo que calço número 42. Andei muito a pé, adoentei-me. Para acalmar os pés e não repetir esse ato insano, fiz uma salmoura de água quente e ensinei crianças e adolescentes que não se vende o próprio sonho”. (Maria Tereza)

> A expressão guerreiras não é ao acaso; é assim que as mulheres se autointitulam em grande parte desses textos. Como mulheres que vivem na periferia, além dos desafios impostos pelo simples fato de existir como mulher numa sociedade machista e patriarcal, acrescenta-se, ainda, toda a dificuldade decorrente de uma situação social de injustiça e opressão vivenciada nos espaços em que vivem e pelos quais circulam. A propósito, esta é uma identidade primordial compartilhada nos textos, uma identidade que é dada pelo espaço em que se vive, a periferia. Quando representadas pelos escritores da elite, as mulheres circunscritas a espaços suburbanos são reduzidas a características como ignorância, promiscuidade, marginalidade etc.
>
> Quando retratadas por si mesmas, pode-se dizer que as desigualdades sociais permanecem, mas são narradas por outro prisma, em que as mulheres retratam sua subjetividade de forma muito mais profunda e plural, subvertendo a visão superficial que se tinha delas. (EBLE, 2014)

Tabela 1 – lista de antologias lançadas por saraus e coletivos nos últimos 10 anos com participações femininas*

SARAU	LIVRO	ANO	HOMENS	MULHERES

ISBN: 978-85-7205-133-01

Coletânea	Literatura marginal, talentos da escrita periférica	2005	10	01
Cooperifa	O Rastilho da Pólvora	2004	40	06
Coletivo Literatura no Brasil	Amor Lúbrico	2008	17	05
Coletânea – org. Alessandro Buzo	Pelas Periferias do Brasil – vol. I	2007	11	02
	Pelas Periferias do Brasil – vol. II	2008	14	03
	Pelas Periferias do Brasil – vol. III	2009	13	05
	Pelas Periferias do Brasil – vol. IV	2010	12	05
	Pelas Periferias do Brasil – vol. 5	2011	15	05
Coletânea – Coletivo Hip-Hop Mulher	Hip-Hop Mulher, Conquistando Espaços	2009	0	05
Do Burro	Antologia do Burro – vol. I	2012	23	11
	Antologia do Burro – vol. II	2012	28	08
	O Pequeno Livro Sagrado do Menor Slam do Mundo	2012	11	03
Cultura Z/L	Cultura Z/L	2013	08	01
Slam da Guilhermina	Slam da Guilhermina – Um Ponto Zero	2014	07	02
Elo da Corrente	Prosa e Poesia Periférica	2008	15	05
Da Brasa	Antologia vol. I	2009	25	18
	Antologia vol. II	2010	26	19
	Antologia vol. III	2011	22	20
Perifatividade	Fundão do Ipiranga	2011	29	07
	Perifatividade – vol. II	2012	33	11
	Perifatividade nas escolas	2012	18	32
Ademar	Primeiras Prosas	2011	46	23
Suburbano Convicto	Poetas do Sarau Suburbano - Ritmo e Poesia	2011	21	05
	Poetas do Sarau Suburbano – vol. II	2013	52	06
Sarau do Binho	Sarau do Binho	2013	130	53
Marginaliaria	Antologia Marginal – Baseado de Ponta	2011	06	02
Comunidade do Conto	Literatura no Brasil, Comunidade do Conto	2011	05	01
Coletivo Literatura no Brasil	Amor Lúbrico	2008	17	05
Flupp	Fluppensa	2012	24	19

ISBN: 978-85-7205-133-01

Mesquiteiros	Pode Pá que É Nóis Que Tá	2012	28	25
	Pode Pá que É Nóis Que Tá – vol. II	2013	13	45
Capulanas	[EM] GOMA – Dos pés à cabeça, os quintais que sou	2011	06	12
Sobrenome Liberdade	Sobrenome Liberdade – Antes de Ser um Manifesto	2013	29	13
Poetas Ambulantes	Uma vez poetas Ambulantes...	2013	11	08
Sarau O Que Dizem os Umbigos?	O que dizem os umbigos?	2013	40	22
Saraus	Saraus (Argentina)	2014	28	10
Mjiba	Pretextos de Mulheres Negras	2013	0	22
Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop	Perifeminas – Nossa História	2013	0	60
	Perifeminas II – Sem Fronteiras	2014	0	52
TOTAL			833	557

Elaboração própria, 2014.

É sabido que a literatura marginal/periférica tem laços fortes com a cultura hip-hop, já que ambas são feitas a partir do mesmo local e dos mesmos agentes enunciadores, já que presente no Brasil desde a segunda metade da década de 1980, o hip-hop se espalhou pelas periferias estimulando a criação poética entre os jovens, resignificando a cultura periférica, chegando, enfim, a literatura marginal. Entretanto, não entraremos no campo da literatura produzida para tratar de hip-hop nesta pesquisa. Tanto no hip-hop como na literatura, estes enunciadores cumprem, de certo modo, o mesmo papel, mas conforme observa Weller, existem lacunas quanto a presença feminina nestas culturas.

> Tanto nos trabalhos sobre o hip-hop como nas pesquisas sobre juventude em geral, existe uma grande lacuna no que diz respeito à presença feminina nas manifestações político-culturais. Será que jovens-adolescentes do sexo feminino formam uma minoria no movimento hip-hop, em outros movimentos estético-musicais ou em outras formas associativas como as galeras ou gangues? Se tomarmos como critério a literatura existente sobre o tema, poderíamos dizer que sim. (WELLER, pág. 107)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ainda no contexto do hip-hop, a artista plástica e graffiteira Évelyn Queiroz lançou, em 2013, a personagem "Negahamburguer", representada sempre por mulheres "fora dos padrões", seja de altura, peso, deficiência, cabelo, entre outros, acompanhadas de frases marcantes e de impacto contra homofobia, gordofobia, entre outras 'fobias'.

Por meio da internet, a personagem ganhou fãs e rapidamente se tornou alvo de milhares de compartilhamentos, o que deu ideia ao projeto "Beleza Real", onde mulheres de diferentes partes do Brasil enviavam relatos de abusos, discriminações e problemas sofridos por estar fora dos padrões. Os principais foram escolhidos e ganharam ilustrações próprias e por meio de um financiamento coletivo, também pela internet, um livro foi editado. "Negahamburguer" conquistou não apenas as páginas dos livros, mas também proporcionou voz – ainda que anônima – às mulheres que foram vitimas de diferentes tipos de violências.

Ainda no que podemos chamar de Literatura Hip-Hop, embora não seja mérito do trabalho entrar neste campo, nota-se que muitas das autoras periféricas e marginais da atualidade tiveram o primeiro contato com os escritos ou com a poesia por meio do rap (ritmo e poesia) e do hip-hop e daí surgiu a vontade de escrever. Um exemplo é, novamente, Elizandra Souza, que surgiu com um fanzine em 2006 e se considera 'cria' do hip-hop, tendo, inclusive, publicado a poesia Eterno Amor[32]sobre a vivência na cultura.

Eterno Amor

Nunca acreditei em amor verdadeiro
Via muitos magoados por esse traçoeiro
De repente só precisei te olhar
Era o tal do amor a primeira vista a pousar
Nos apaixonamos e prometemos nunca mais separar
As pessoas sempre falaram muito mal de você
Mas eu, sempre soube o quanto a sinceridade
Fazia parte do seu ser
Já estamos juntos há quase nove anos
Nunca o esquecerei
Pois foi o ser de mais encanto
Quantas luas vimos juntos?
Já nem sabemos mais
Você no meu coração plantou a paz
Dentro do meu ventre você germinou
Nasceu:
Vida!
Coragem!
Liberdade!
Auto-estima!

[32] No livro Cadernos Negros – Vol. 29 (2006)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Paz Interior!
Respeito!
Sem contar muita humildade
Que sem essa não tem jeito.
Eternamente juntos
Lutando lado a lado
Ouvindo melodias
Cantando bem alto
Sou tão você
Que muitas vezes esqueço quem sou
Seu nome é Hip Hop
O meu eterno amor.

Há também que se salientar a presença de mulheres ligadas ao hip-hop nas antologias Hip-Hop Mulher – Conquistando Espaços, organizada por Tiely Queen em 2009, com autoras de diferentes partes do país, bem como nas antologias "Pelas Periferias do Brasil", organizadas por Alessandro Buzo e que embora tragam uma minoria de mulheres, boa parte delas é advinda da cultura hip-hop, ou ainda tem uma ligação próxima com seus representantes.

Não podemos ainda esquecer das suas antologias 100% femininas organizadas pela Frente Nacional de Mulheres do Hip-Hop (FNMH²) que juntas publicaram 112 autoras de diferentes partes do país – e até mesmo do exterior – todas ligadas ao hip-hop.

Por isso, conforme pontua Reyes, a literatura marginal ganha outros locais – inclusive outros países – a partir do momento em que está conectada e, com a globalização, se torna ambiciosamente, muito mais ampla.

> Essa literatura não fica confinada ao local, dialogando com outros autores e alimentando-se de um amplo universo literário. Há uma vinculação muito forte entre os escritores de diversos Estados e cidades do Brasil, por meio do uso extensivo das novas tecnologias de comunicação, em particular a internet. A maioria dos escritores mantém um ou mais blogs que servem não só para compartilhar novas criações, mas, sobretudo, para criar vínculos políticos, sociais e literários, anunciando eventos, denunciando situações de repressão, violência e demais arbitrariedades, convocando mobilizações, compartilhando conhecimento e, em geral, participando em um esforço coletivo por pensar a contemporaneidade a partir de uma visão crítica e engajada. (REYES, 2013, pág. 48)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Literatura feminista em cordel

Gênero importante da literatura brasileira, especialmente no nordeste, o cordel é, até hoje, uma das principais maneiras de se espalhar poesias. Ele é, inclusive, bastante próximo da literatura marginal/periférica pela forma como é feito e distribuído. Sem editora, pendurado em varais e vendido a preços populares, o cordel tem um único objetivo: chegar até o leitor. E é pensando nisso que duas poetas da literatura contemporânea também adotaram o estilo e espalham os escritos por meio dos livretos.

> Fazemos uma pergunta: quem neste país se lembra da literatura de cordel?[...]A literatura de cordel, que cem anos completou, é literatura marginal, pois à margem esteve e está, num lugar que gosta de trabalhar com referências estrangeiras. Mas estamos na área, e já somos vários, e estamos lutando pelo espaço, para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e eternizados[...] (FERRÉZ., 2001 apud: MEDEIROS, 2013)

De Juazeiro do Norte (CE), a estudante de psicologia, feminista e colunista sobre gênero Jarid Arraes[33] escreve sobre gênero, raça e sexualidade . O volume mais recente, de novembro de 2014, trata de Dandara, figura mítica que teria sido esposa de Zumbi dos Palmares e lutado pela libertação dos escravos no país.

Já em Varginha (MG), Graziele Eugênio Ladeira, conhecida apenas como grazi, escreve os livretos do "Feminismo Poético[34]". São mais de 50 volumes diferentes, que tratam também sobre a figura da mulher, feminismo e amor. Além dos cordéis, a poeta dialoga ainda com o mundo digital, onde mantém a página Feminismo Poético, com 55 mil seguidores até o mês de novembro de 2014. "O feminismo é a base da minha escrita, mesmo quando sou romântica, erótica, neurótica, maluca ou sensata. Escrevo para me libertar e para libertar minhas irmãs", disse em entrevista para o portal **G1**[35] em 1º de agosto de 2014, data da literatura de cordel.

[33] Cordéis disponíveis em www.jaridarraes.com
[34] Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Feminismo-Po%C3%A9tico/509484355739684?fref=ts
[35] Disponível em: http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/08/poeta-vende-livretos-em-sinais-de-transito-e-locais-publicos-em-varginha.html

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tramas Urbanas: as narrativas periféricas e as mulheres

Figura feminina e pioneira no registro da literatura marginal dos anos 1960 – a geração mimeógrafo – Heloísa Buarque de Hollanda volta à cena na metade da primeira década do século XXI para lançar a coleção "Tramas Urbanas", pela editora Aeroplano. Com 32 volumes lançados e distribuídos, com histórias narradas pelos próprios viventes das periferias, sobre diferentes temas, afim de transformar o subalterno em agente enunciador da própria história.

Entretanto, ao longo deste período, o número de mulheres nas publicações também é inferior ao de homens. Ora elas participam como coautoras, ora como pesquisadoras e acadêmicas e nem sempre como vozes emancipadas ao relatar a própria história. Neste caso, a participação feminina é 60% inferior à masculina.

Tabela 2 – lista de livros publicados pela coleção Tramas Urbanas, da editora Aeroplano

TÍTULO	AUTOR	HOMENS	MULHERES
Pedagoginga, autonomia e mocambagem	Allan da Rosa	1	
O cerol fininho da Baixada	Heraldo HB	1	
Vozes dos Porões	Alejandro Reyes	1	
A História Que Eu Conto	Binho Cultura	1	
Como a água do rio	Sacolinha	1	
Panfleto	Junior Perim	1	
Testemunhas da Maré	Eliana Sousa Silva		1
Coletivo Canal Motoboy	Org. Eliezer Muniz dos Santos	1	
Hip-Hop: dentro do movimento	Alessandro Buzo	1	
Bagunçaço	Joselito Crispim	1	
No olho do furacão	Anderson Quack	1	
Enraizados: os híbridos glocais	Dudu de Morro Agudo	1	
Traficando Conhecimento	Jéssica Balbino		1
Devotos 20 anos	Hugo Montarroyos	1	
RAP GLOBAL	Boaventura de Sousa Santos	1	
Guia Afetivo da Periferia	Marcus Vinícius Faustini	1	
Vozes Marginais na literatura	Érica Peçanha do Nascimento		1
TECNOBREGA	Ronaldo Lemos e Oona Castro	1	1
Favela Toma Conta	Alessandro Buzo	1	
Cooperifa Antropofagia Periférica	Sérgio Vaz	1	

ISBN: 978-85-7205-133-01

História e memória de Vigário Geral	Maria Paula Araújo e Ecio Salles	1	1
Daspu – a moda sem vergonha	Flavio Lenz	1	
Cidade Ocupada	Ericson Pires	1	
Notícias da Favela	Cristiane Ramalho		1
Poesia Revoltada	Ecio Salles	1	
Trajetória de um Guerreiro	DJ Raffa	1	
Acorda Hip Hop!	DJ TR	1	
A História Que Eu Conto	Binho Cultura	1	
Graffiti em SP	Eleilson Leite	1	
Rio de Rimas/ Rio de Riscos	Rôssi Alves e Nuno DV	1	1
101 funks que você tem que ouvir antes de morrer	Júlio Ludemir	1	
A Descoberta do Insólito	Mário Augusto Medeiros da Silva	1	
TOTAL		24	6

Elaboração própria, 2014.

CONCLUSÃO

Embora esteja em processo de formação e transformação, a literatura marginal/periférica emerge das periferias diariamente e encontra novos locais onde se hibridizar, onde se espalhar e onde se fortalecer.

Apesar do discurso periferia/centro dar sinais de esgotamento, entende-se que é necessário debater a questão enquanto a literatura feita por agentes enunciadores que vem de um local e disseminam a arte por outro. Neste aspecto, entende-se que o subalterno não apenas pode falar, como escrever e declamar suas obras não apenas onde elas foram concebidas, mas para o mundo. “A maioria destas obras reivindicam, na temática e na linguagem, o local, invisibilizado pelos discursos hegemônicos” (REYES, 2013, pág. 49).

Entretanto, nota-se claramente que a participação feminina, embora tenha crescido nos últimos 5 anos, ainda é sufocada pelo patriarcalismo, que de certo modo, está vinculado aos moldes “impostos” pela sociedade que vive nesta época. Para Pierre Bordieu (2003) “homens e mulheres incorporam as estruturas históricas da ordem masculina na medida em que esta se impõe como neutra. Tomado como princípio de todas as coisas, o masculino não tem necessidade de enunciar discursos de legitimação perpetuando uma ordem social que funcionaria como uma máquina simbólica, ratificando a dominação”. (BORDIEU, 2003, pág. 64)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Porém, o surgimento de antologias literárias marginais apenas femininas pode ser o início da superação da mudez e o recomeço da construção da própria história, já que existe espaço para tal, como forma também de preservação da memória. Por último, vale ressaltar que o artigo é resultado não apenas de leituras acadêmicas, mas de vivências entre os autores e autoras de muitas das obras citadas, além da vivência nos saraus e acompanhamento da cena literária periférica desde o início dos anos 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____ _____. Trad. Guido Antonio de Almeida. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.1985.

_____. Indústria cultural. In: COHN, Gabriel. Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987a.

BALBINO, Jéssica; MOTTA, Anita. Hip-Hop – A Cultura Marginal. Edição Independente, 2006.

_____Traficando Conhecimento. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

BARRETO, Carolina. Narrativas *da* ”frátria imaginada” Ferréz, Sérgio Vaz, Dugueto Shabazz, Allan da Rosa Juiz de Fora, 2011.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

BRUM, Eliane. *A menina quebrada*. Porto Alegre, 2013.

BULHÕES, Marcelo. Jornalismo e Literatura em Convergência. São Paulo, Ática, 2007.

_____. Jornalismo, Literatura e Violência: A Escrita de João Antônio. Bauru, Faac/Unesp, 2005. Coleções FAAC.

BUZO, Alessandro. Hip-hop: dentro do movimento. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

_____ O TREM – Contestando a versão oficial. São Paulo: Edicon, 2010.

_____ Suburbano Convicto – O Cotidiano do Itaim Paulista. São Paulo: Edicon, 2010

CANDIDO, Antonio et al. A crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.

vol. 1. 3a ed. São Paulo, Edusp, 1969.

DALCASTAGNÈ, Regina (2005). A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 26, p. 13-71. Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/2602.pdf>.

DANTAS, Audálio. Tempos de Reportagem. São Paulo, 2012.

EBLE, Laeticia Jensen. As guerreiras e suas barreiras: notas sobre a literatura marginal escrita por mulheres. UNB. Brasília. 2014.

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FERREZ. Cronista de um Tempo Ruim, São Paulo: Ed. Selo Povo, 2009.

_____. Literatura Marginal: talentos da escrita periférica, Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2005.

_____. Ninguém é inocente em São Paulo. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006.

FIELL, Repper. Da favela para as favelas: história e experiência do repper Fiell. Rio de Janeiro, Edição do autor, 2011.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FRAZÃO, Idemburgo, Unigranrio. Curitiba, 2011.

GUASCO, Pedro Paulo M. Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002.

_____ Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Liv Sovic (Org.) Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO, 2011.

ISBN: 978-85-7205-133-01

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____ Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: Uma primeira abordagem. <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/os-estudos-sobre-mulher-e-literatura-no-brasil-uma-primeira-abordagem-9/>. Acessado em 17 de junho de 2014.

INQUÉRITO, Renan. Poucas Palavras. São Paulo. Literarua. 2011

JORGE, Thaís de Mendonça; BARROS, Bruna Renata Cavalcante de; Repórter-marginal: o Novo Jornalismo no Brasil e a produção de João Antônio na revista Realidade, entre 1966 e 1981. <http://portal.comunique-se.com.br/index.php/editorias/17-destaque-home/71194-eliane-brum-o-bom-jornalismo-se-aplica-a-tudo-o-que-e-da-vida.html#> Acessado em 17 de junho de 2014.

KOTSCHO, Ricardo. A Prática da Reportagem. São Paulo, Ática, 2003.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço, a cidade e a democracia eletrônica. In Cibercultura. São Paulo: Editora 34,1990.

LEITE, Antônio Eleilson. Marcos Fundamentais da Literatura Periférica em São Paulo. <http://www.each.usp.br/revistaec/?q=revista/1/marcos-fundamentais-da-literatura-perif%C3%A9rica-em-s%C3%A3o-paulo>. Acessado em 17 de junho de 2014.

_____. Mesmo céu, mesmo CEP: produção literária na periferia de São Paulo . USP, 2014.

MEDEIROS, Mário Augusto da Silva. A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil. Aeroplano. 2013.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clovis. O que é periferia urbana. Ática, 1996

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana. USP, 2011.

_____. Vozes marginais na literatura..Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

RABETTI, Lunna. (org.) PERIFEMINAS: Nossa História. São Paulo. Edição Independente, 2013.

_____ (org.) PERIFEMINAS: Sem Fronteiras. São Paulo. Edição Independente, 2013.

ISBN: 978-85-7205-133-01

REYES, Alejandro. Vozes dos Porões. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2013.

SALLES, Écio. Poesia Revoltada. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007

SHABAZZ, Dugueto. Notícias Jugulares. São Paulo: Edições Toró, 2006.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Elizandra. Águas da Cabaça. São Paulo. Edição Independente, 2012. _____ (org.) Pretextos de Mulheres Negras. São Paulo. Edição Independente, 2013.

SPIVAK, Gayatri. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAZ, Sérgio. Colecionador de Pedras. São Paulo: Global, 2009.

RAMALHO, Cristiane. Notícias da Favela.Rio de Janeiro, Aeroplano, 2007.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. 2001. Hip Hop – a periferia grita. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

ROSA, Allan da. Da Cabula: Istória pa tiatru. São Paulo: Edições Toró, 2006.

THOMPSON, John. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

ZIBORDI, Marcos. Jornalismo alternativo e literatura marginal em Caros Amigos. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade Federal do Paraná, 2004

WELLER, w. a presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. Revista Estudos Feministas, Florianópolis , v. 13, n. 1, abr. 2005 .

WOLFE, Tom. Radical chique e o novo jornalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ditadura, imprensa e abertura política no Ceará: a atuação dos jornais "Correio da Semana" e "O Povo" e o fim da ditadura civil-militar (1974-1985).

João Batista Teófilo Silva

Mestrando em História Social pela PUC-SP

Email: joaoteofilo.hist@gmail.com

Resumo

Este artigo, fruto de minha pesquisa de mestrado ora em desenvolvimento, tem como objetivo problematizar a atuação dos jornais cearenses "Correio da Semana" e "O Povo" durante o processo de abertura política, considerando seus posicionamentos em relação ao golpe de 1964, à ditadura e ao processo de lutas que se desenhou no contexto da abertura política, marcado por uma relação de concessões por parte da ditadura e de conquista por parte de segmentos sociais mobilizados em prol do restabelecimento da democracia. Entender em quais circunstâncias a imprensa brasileira apoiou a abertura política, nos indica tal apoio não pressupõe, como pode sugerir, uma postura contrária à ditadura, mas, antes, de apoio, legitimando a agenda da abertura nos moldes preconizados pela ditadura, que deveria ser a controladora absoluta do processo.

Palavras-chave: Abertura política; ditadura civil-militar; imprensa; Ceará.

Abstract

This article, the result of my master's research currently under development, aims to problematize the role of Ceará's newspapers "Correio da Semana" and "O Povo" during the process of political opening, considering their positions regarding the 1964 coup, the dictatorship and the fighting process that was designed in the context of political opening, marked by a relationship of concessions from the dictatorship and achievements by social groups mobilized for the reestablishment of democracy. While understanding the circumstances in which the Brazilian press supported the process of political opening, it becames clear that this support does not precisely mean to be against the dictatorship, but rather to support it, defending the opening process as practiced by the dictatorship, which should be the controller of the process.

Keywords: political opening; civil-military dictatorship; press; Ceará.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ditadura e imprensa: as memórias da "resistência"

Para início de reflexão, considero pertinente trazer à tona a provocação feita pelo historiador Daniel Aarão Reis[1] que, referindo-se sobre a memória de que todos foram resistentes e democratas, questiona: como então pôde uma ditadura se manter por 21 anos? Pensar o processo histórico sob esse ângulo, esconde, evidentemente, as relações de apoio, a legitimação, e também um contexto marcado pelo consenso e consentimento em torno de um regime autoritário[2].

No que diz respeito à imprensa, considero que tal memória fora constituída, de certa forma, não somente pelos veículos de comunicação. A própria história, guardadas as devidas proporções, fora impregnada por essa memória. Salvo algumas exceções, sobretudo no que diz respeito à imprensa alternativa[3], atento para a importância de se evidenciar os limites dessa leitura, marcada pela memória de uma imprensa resistente, democrática e que combateu à ditadura militar. Atentar para esses limites implica considerar determinadas especificidades e desvencilhar-se de uma perspectiva homogênea, considerando as complexidades dos processos históricos e os sujeitos que deles fazem parte[4].

Algumas memórias, inclusive, estabelecem determinada temporalidade quando se trata do apoio ao golpe e à ditadura, indicando, como marcos temporais ou questões cruciais, as instaurações do AI-2 e do AI-5, e o acirramento da prática da censura[5]. Há, igualmente,

---

[1] Para melhor compreender outras questões relativas à memória resistente referida no texto, consultar: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

[2] O trabalho organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, traz textos de diversos pesquisadores que discutem os regimes autoritários como construção social. Sobre o Brasil e a América Latina, ver: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[3] Os jornais inseridos no que se chama de imprensa alternativa, tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar, contrapondo-se à complacência da grande imprensa, além de situarem-se num campo não ligado às políticas dominantes, de uma opção entre dois pólos reciprocamente excludentes, de única saída para uma situação difícil. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 1991, p. 13.

[4] Cf. ROLLEMBERG, Denise. "As *trincheiras* da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)". In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 99-144.

[5] Essa questão ficou evidente quando, completados 50 anos do golpe de 1964, muitos jornais, que atuaram durante a ditadura, publicaram editoriais revisitando o tema e justificando suas participações nos eventos. Sobre este aspecto, ver: SILVA, João Batista Teófilo. "Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)". *Revista Historiar*, v.5, nº9, 2014, pp. 38-56.

ISBN: 978-85-7205-133-01

memórias forjadas a partir de um engajamento na Campanha pelas Diretas Já[6], que suplantam todo um processo de apoio à ditadura, ao longo de anos, e que põe à superfície tão somente um momento específico dessa conjuntura, reivindicando para si, a partir disso, lugar ao lado daqueles que, defendendo a democracia como valor universal, foram contra o arbítrio. É um desafio aos historiadores que pesquisam sobre o tema questionar sobre os processos e sujeitos que atuam na constituição de memórias ou, como sugere Michael Pollak, pensar no *enquadramento da memória* [7] e a leitura específica do passado que tal enquadramento propõe.

A historiadora Denise Rollemberg fala sobre a existência de uma memória super redimensionada da resistência. Sujeitos e instituições que apoiaram o golpe de 1964, por exemplo, nas memórias sobre os anos do arbítrio, fazem prevalecer a imagem da resistência e da defesa dos valores democráticos[8], silenciando-se sobre o apoio ao golpe e à ditadura. Ainda segundo Rollemberg, é preciso compreender essas relações entre sujeitos, grupos e instituições com a ditadura não pela perspectiva de dois pontos bem delimitados de a favor ou contra, mas através daquilo que o historiador Pierre Laborie denomina como *zona cinzenta*, na qual se encontra "o enorme espaço entre os dois polos – *resistência* e *colaboração/apoio* – e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um *e* outro ao mesmo tempo" (ROLLEMBERG, 2010, p. 103).

Memórias sobre o golpe de 1964 e a ditadura: a reinvenção do passado e a construção do presente

Pensando nos tempos de abertura política e na memória sobre esse período que coloca a imprensa entre aqueles que resistiram e ajudaram a combater a ditadura, interessa-nos, neste momento, problematizar como, em tempos de abertura, a imprensa cearense construiu seu discurso sobre a "revolução" de 1964; que memórias sobre a ditadura estavam sendo construídas e reconstruídas naquele momento, quando a conjuntura política fora marcada pelo enfraquecimento da própria ditadura e pelos debates em torno da redemocratização que permearam a agenda pública no país por uma década.

[6] O exemplo do jornal "Folha de São Paulo" ilustra bem a questão. Ver: PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democraci***a**: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.
[7] POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, pp. 200-212.
[8] ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 103.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Em relação ao jornal "O Povo", no momento inicial da abertura política[9], encontra-se, nos artigos e editorais relativos ao golpe de 1964, um discurso legitimador que coloca os fatos, evidentemente, na condição de "revolução". Longe de pôr em xeque o golpe, de questioná-lo, num momento em que a pauta da política nacional fora fortemente marcada pela temática da abertura política, o jornal deixa evidente e explícito seu apoio aos militares: "Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs." [10].

É conferido ao golpe, igualmente, legitimidade popular, aceitação social. Em coluna publicada em 1975[11], o jornalista Castelo Branco, que tinha suas colunas publicadas também em outros jornais do país, como o "Jornal do Brasil" [12], considera a "Revolução de 1964" como sendo um "fato irreversível e de propósitos idealistas", uma intervenção com "largo apoio civil", que eliminou "um perigoso superaquecimento". Temos aí a ideia do golpe como uma questão de aspiração nacional, que ultrapassa interesses meramente militares, pondo em cena a população brasileira, que também compartilhara esse anseio.

Em editorial publicado no ano de 1977, intitulado "Novos caminhos", o jornal "O Povo" traz para seus leitores o seguinte diagnóstico:

> "Há treze anos está em vigência o regime revolucionário que foi desejado pela maioria da população brasileira em um momento crítico de nossa história, quando todos nos sentimos ameaçados pela irresponsabilidade política e pelo caos. Todavia, em tão largo período de experimentos novos e de correções de erros, o regime não se institucionalizou. Ainda há a excepcionalidade requerida pelos tempos iniciais de ajustamento, ainda há o arbítrio considerado instrumental e representado pelo AI-5." [13]

Aqui, o sentido "salvacionista" do golpe, elemento primordial nas justificativas do discurso golpista, é reforçado pelo jornal, que também retoma o golpe como algo desejado pela população brasileira, aí colocada de modo abstrato, sem fazer referências, por exemplo,

---

[9] As temáticas aqui levantadas correspondem ao recorte temporal que vai de 1974 a 1980, uma vez que a pesquisa, ainda em curso, não possui todas as fontes analisadas e catalogadas, impedindo de avançar até 1985.
[10] "Política". Jornal *O Povo*, 08/01/1974, p. 3.
[11] "Consenso político". Jornal *O Povo*, 25/11/1975, p. 3.
[12] Segundo a historiadora Maria Aparecida de Aquino, "O jornalista Carlos Castello Branco, nacionalmente conhecido e respeitado, manteve durante muitos anos uma coluna que passou, por alusão ao seu nome, a ser chamada de 'Coluna do Castello' (...) foi considerado pelos próprios colegas o cronista mais rápido e um dos mais bem informados jornalistas do país". AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):* O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 252, nota nº 24.
[13] "Novos caminhos". Jornal *O Povo*, 02/07/1977, p.3.

ISBN: 978-85-7205-133-01

aos segmentos sociais que, embora minoria, se colocaram contra o golpe. A própria perspectiva salvacionista é corroborada pela ideia de caos defendida pelo jornal, que não diferia, vale lembrar, do mesmo discurso golpista apregoado não somente em 1964, mas também ao longo da ditadura. É interessante perceber, também, a ideia de "ajustamento" defendida pelo jornal, o que, em certa medida, viria a justificar a "excepcionalidade" e mesmo o arbítrio representado pelo AI-5. Tal perspectiva remete a ideia de, diante do "caos" de 1964, "pôr a casa em ordem", o que, para tal, exigiria o uso de uma legislação arbitrária, dos poderes excepcionais. Aliás, sobre esses dois últimos aspectos, chamo a atenção para quando o jornal afirma: "o regime ainda não se institucionalizou". Tal institucionalização, defendida pelo "O Povo" noutra ocasião[14], significava incorporar ao texto constitucional os poderes excepcionais contidos nos atos institucionais[15].

O jornal "Correio da Semana", por sua vez, em editorial publicado em junho de 1974, intitulado "Efeitos da revolução", assume uma perspectiva que não muito difere da apresentada pelo jornal "O Povo". O título do editorial é bastante significativo e deixa evidente a intenção do jornal em fazer um diagnóstico do golpe, uma década depois:

> "Decorridos dez anos da revolução, a nação brasileira ainda sente alguns efeitos benéficos de sua ação saneadora. Não fora uma atitude enérgica, no momento oportuno, não sabemos com teria sido possível salvarmo-nos do caos em que a nação estava mergulhada com o desgoverno de um Presidente que já não tinha força para impor a ordem e coibir os desatinos dos oportunistas que se apresentavam como salvadores da pátria" [16].

Reforçam-se aí elementos comuns à memória golpista, de uma "revolução" saneadora, que salvou o país de um "caos". Ou seja, retoma a mesma perspectiva salvacionista defendida pelos militares golpistas. Noutro momento do editorial, o jornal coloca de forma clara quem seriam os inimigos da "revolução": falsos políticos, corruptos, oportunistas e subversivos.

É interessante perceber também como o jornal "Correio da Semana" se coloca em relação à fala do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, a respeito da não elegibilidade dos políticos cassados pelo golpe de 1964:

---

[14] Na sua edição de 8 de janeiro de 1974, o jornal, colocando para seus leitores sua relação com o regime, escreve o seguinte: "Porque a intenção que o move é o da colaboração e seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos.(...)". "Política". Jornal *O Povo*, 08/01/1974, p. 3

[15] Para melhor compreender esta questão, ver: FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, p. 82.

[16] "Efeitos da revolução". Jornal *Correio da Semana*, 22/06/1974, p. 1.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> "(...) O Ministro da Justiça Armando Falcão, em recente entrevista a imprensa, declarou que os políticos que foram punidos com merecidas cassações, não se poderiam candidatar-se a cargos eletivos. Excelente atitude... E que, em alguns Estados da nação, já se pressentia a presença de alguns políticos cuja cassação ora terminava, e que ainda não exemplados, desejavam cargos eletivos, pondo em perigo a tranquilidade da nação. Louvamos a posição do Ministro Armando Falcão. Esses elementos ainda não podem merecer a confiança dos eleitores da nação. O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos".[17]

Fica evidente no editorial acima a constituição do antagonista na conjuntura em questão, e o perigo que representavam para a "tranqüilidade da nação", caso pudessem concorrer às eleições. Tal discurso traz consigo os atributos salvacionistas e redentores dos militares para com a nação, que, segundo a perspectiva do jornal, agiram corretamente ao depor um governo desmoralizado e desacreditado pelo povo.

As questões em torno da "revolução" de 1964, em essência, não ficam restritas ao campo do passado, aos acontecimentos daquele ano fatídico. Rememoram-se aí certos "fragmentos" desse passado presentes no que chamaria de *memória golpista (*ou memória dos golpistas, para ser mais claro): caos, ação saneadora, momentos críticos da história etc. Põe-se, também, o que seriam preocupações do presente, uma vez que o "perigo" daquele ano de "caos" ainda é iminente, ilustrado, acima, pelos políticos cassados em 1964, que remetem aos "fantasmas" do período. Enfatizo: "O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos".

Apreende-se também dos discursos analisados, uma equivalência entre história (ao revisitar o passado, tais jornais forjam sua versão da história) e memória (no caso em questão, a memória golpista, evidentemente). Trata-se, igualmente, de uma legitimação de determinada memória, que atua também no campo da adesão, do consenso. Como propõe o historiador Pierre Laborie,

> "(...) a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia" [18].

[17] Ibidem.
[18] LABORIE, Pierre. "Memória e opinião". In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Em se tratando de uma conjuntura política permeada pela questão da abertura política, e considerando a "memória resistente", citada outrora, que coloca a imprensa entre os atores políticos que atuaram na luta pela redemocratização, era de se supor a existência de críticas ao regime, contestações ou mesmo ponderações aos resultados do golpe e o percurso político que ele traçou uma década depois. Temos aí, entretanto, dois jornais que, a despeito de suas diferenças, atuam na constituição de uma memória sobre o golpe de 1964 que o coloca num patamar salvacionista, defendendo a ideia de um caos, de um inimigo e de um propósito nobre, desejado pela nação, e efetivado pelos militares através da "Revolução" de 1964. Temos, aí, um posicionamento legitimador, colaboracionista, de alinhamento aos postulados autoritários, e não de crítica ou contestação, tampouco de bandeira de luta em prol da redemocratização do país e, consequentemente, fim da ditadura.

(Re)democratizar ou institucionalizar a ditadura?

Presente na memória sobre o período entre aqueles setores que atuaram na luta pelo fim da ditadura, é importante entender a imprensa brasileira no processo não por uma perspectiva homogênea, que venha a colocar no mesmo balaio os jornais colaboracionistas e os jornais críticos ou mesmo resistentes ao regime.

Nesse sentido, entender em quais circunstâncias a imprensa brasileira apoiou a abertura política, nos indica tal apoio não pressupõe, como pode sugerir, uma postura contrária à ditadura, mas, antes, de apoio, legitimando a agenda da abertura nos moldes preconizados pela ditadura, que deveria ser a controladora absoluta do processo.

Considero oportuno enfatizar o risco de uma leitura binária que reduza o campo de lutas políticas desse período em dois blocos homogêneos e antagônicos, divididos entre aqueles que queriam à volta da democracia, por um lado, e, por outro, aqueles que desejavam que os militares continuassem no poder, ou seja, a permanência da ditadura. É preciso levar em consideração os distintos projetos defendidos, as diferentes concepções de democracia e de luta democrática no interior das esquerdas daquele momento[19], e, numa dimensão mais ampla, modelos distintos de uma nova sociedade que seria erigida sobre os escombros da ditadura militar. Faz-se, pois, necessário, pensar o processo em questão como algo mais complexo, permeado por conflitos, correlação de forças e objetivos distintos. Logo, não

[19]ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. "A Ditadura Militar em tempo de transição (1974-1985)". In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 160-162.

ISBN: 978-85-7205-133-01

caberia, aqui, fazer uma problematização da imprensa a partir dessa leitura binária, maniqueísta, reducionista e equivocada, pois, simplificar o debate em ser *a favor* ou *contra* a abertura política ou à própria ditadura, não responderia nossas questões e tampouco nos faria perceber as ambivalências existentes no período.

O jornal "O Povo", no artigo intitulado "Esperança e confiança no governo Geisel", apresenta um tom otimista em relação à escolha de Geisel para presidente, e coloca a "normalização democrática" como "indispensável para a segurança e a paz públicas". É interessante perceber, entretanto, em que condições tal normalização deveria ocorrer: "(...) ao mesmo tempo em que a normalização é indispensável, não é fácil de ser alcançada. *Daí a opinião geral de que deve ser conduzida de forma gradual e segura*" [20]. A perspectiva preconizada pela ditadura e já discutida aqui em linhas anteriores, é colocada pelo jornal como uma questão unânime, como "opinião geral".

Em editorial publicado no ano de 1976, são evidentes os posicionamentos do jornal sintonizados com uma abertura política no molde lento, seguro e gradual, ou seja, de acordo com a ditadura, e não contra ela:

> "(...) para que o processo [de abertura] seja vitorioso há necessidade de que tanto os arenistas quanto os emedebistas tenham também esse entendimento que é o que a realidade impõe, *colaborando* com o presidente e evitando no caso da Oposição as *pressões indevidas*, que só podem gerar como estão gerando agora as contrapressões. Todavia, parece haver dentro do MDB quem queira deliberadamente interromper o processo, ou imprudentemente queimar etapas" [21].

Outro ponto que merece ser enfatizado do editorial, diz respeito ao uso do AI-5 contra políticos da oposição. Não se trata, porém, de contestação ao uso do Ato, mas do "radicalismo" de políticos que exigem do presidente da república o seu uso:

> "É lastimável que o Presidente que mais fez aberturas, que mais se tem batido pela distensão política, *tenha sido obrigado* a aplicar o AI-5 diversas vezes (...) a verdade é que quanto mais motivos derem os oposicionistas para cassações, mais estarão prejudicando o projeto de distensão política" [22].

O jornal "Correio da Semana" compartilha, em seu editorial, do mesmo tom otimista em relação à escolha de Geisel, sinalizando a paz e a prosperidade que marcam o "novo quinquenho de Governo Revolucionário", sublevando a imagem de Geisel como chefe de

[20] "Esperança e confiança no governo Geisel". Jornal *O Povo*, 02/01/1974, p. 4. Grifos meus.
[21] "O entendimento que falta". Jornal *O Povo*, 03/04/1976, p. 1. Grifos meus.
[22] Ibidem. Grifos meus.

ISBN: 978-85-7205-133-01

nação que conduzirá o país à "normalidade democrática" [23]. Noutro editorial[24], o jornal repete o mesmo conceito de "normalização democrática" ou "redemocratização do regime revolucionário transitório; o uso desses conceitos são interessantes, pois atentam para a forma como o jornal encarava o regime, ou, ainda, como uso da ideia de redemocratização não vem como um imperativo de luta, algo necessário, que se contraporia a uma ditadura, então vigente, embora, como veremos, outras percepções e ambivalências se fariam presentes: denunciar o autoritarismo, mas encarando com otimismo a posse de mais um general presidente – e prolongamento da ditadura e do processo de abertura – bem como, a repetição da palavra "Revolução".

Noutro momento, em artigo escrito por Antonio Carlos de Moura Campos, da OAB do Rio Grande do Sul[25], assinala-se que o processo de abertura política "(...) vem ensejando maior sensibilidade das autoridades em relação a reivindicação dos trabalhadores (...) desde que mantido o atual processo de liberalização, podemos prever, com certa margem de segurança, novas conquistas da classe trabalhadora" [26]. Para além da questão dos trabalhadores, o artigo vem trazer também uma análise mais contextual, contemplando questões como autoritarismo, arrocho salarial e o pós AI-5:

> "(...) Apesar de recém-saído de uma fase de autoritarismo político, o regime começava então a se tornar permeável às reivindicações das massas salariais, exauridas que estavam pela política de arrocho salarial posta em prática nos períodos iniciais da Revolução. Quando parecia que as coisas iam melhorar, veio o AI-5 e tudo acabou indo por água abaixo. Limitada e pré-determinada a participação política, obstruíram-se os mecanismos de canalização das demandas sociais.[27]"

Quando da posse de Figueiredo, o editorial do "Correio da Semana" revela as expectativas do jornal em relação à "restituição" da democracia e o fim do autoritarismo:

> "O Presidente Figueiredo reafirmou com ênfase restituir aos brasileiros o governo de Democracia, o *respeito aos direitos humanos*, enfim muitas melhorias de vida reduzindo ao máximo das possibilidades a inflação. Excelente o plano de governo. Que Deus o ilumine e que realmente o general Presidente faça *desaparecer o autoritarismo despótico* que vitimou milhares de brasileiros e possamos ter paz,

[23] "Novo presidente". Jornal *Correio da Semana*, 19/01/1974, p.1.
[24] "Pronunciamento ao ministério". Jornal *Correio da Semana*, 23/03/1974, p. 1.
[25] Considero importante assinalar a quantidade considerável de artigos vindos de outros jornais, agências de notícias e/ou outras instituições, que compuseram as pautas do jornal "Correio da Semana" ao longo do período pesquisado. Jornal publicado semanalmente através da ajuda de colaboradores, uma vez que não tinha jornalistas contratados em sua redação, as condições de produção do "Correio da Semana" estão longe de ser equiparadas as do jornal "O Povo", sejam em termos de circulação, alcance de público, quantidade de exemplares, receita publicitária e produção das próprias pautas e reportagens por meio de um corpo permanente e coeso de jornalistas e editores.
[26] "A nova política salarial". Jornal *Correio da Semana*, 06/10/1979, p. 3.
[27] Ibidem.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> segurança e tranqüilidade. Isto não significa dizer que não se vá esperar a repressão nos crimes comuns à sociedade humana" [28].

As discussões sobre a abertura, como se percebe, vêm acompanhadas de questões como o respeito aos direitos humanos e o autoritarismo, revelando, ainda que de maneira tímida, outras características da ditadura. Ao lado do otimismo com as promessas de redemocratização, há espaço para um certo olhar crítico, para referências a temas delicados naquele contexto repressivo.

Por fim, cabe enfatizar que, comparativamente, não percebemos no jornal "Correio da Semana", conforme fizera "O Povo", discussões mais detalhadas sobre o processo de abertura, sobre seu caráter – ou a necessidade de ser ou não – lento, seguro e gradual. Há, sim, discussões mais amplas sobre os efeitos dessa abertura. Em ambos os casos, porém, as discussões sobre a abertura não são colocadas como um imperativo de luta para pôr fim a uma ditadura; não percebem-se "pressões" por parte dos jornais, mas sim, um alinhamento quase que total à ditadura, apregoando uma abertura conforme a perspectiva militar, pelo jornal "O Povo", de um lado, e, do outro, pelo jornal "Correio da Semana", uma discussão em certa medida crítica, trazendo à tona as facetas perversas do "regime revolucionário", mas acompanhado de um discurso que subleva a figura presidencial, e não atribui a ela responsabilidades por essas perversidades, assumindo um caráter ambivalente quando, ao lado dos temas delicados que põe em cena, elogia o "efeito saneador" do "regime revolucionário".

Considerações finais

Procurei demonstrar, nas discussões aqui levantadas, que maniqueísmos simples ou binarismos entre ser a favor ou contra, não ajudariam a compreender o processo de atuação da imprensa cearense no período da abertura política ou, ainda, a atuação da imprensa brasileira como um todo. A passividade, a indiferença e mesmo a ambivalência, não seriam compreendidas se tal caminho fosse tomado. As perguntas adequadas às nossas fontes são importantes, como diria o historiador inglês E.P. Thompson[29].

Procurar responder tais questões a partir da busca por indícios de resistência, contestação à ditadura ou ao seu marco fundador, o golpe de 1964, reduziria a explicação do processo histórico em questão ao campo das memórias (sim, no plural) da "resistência", aqui

[28] "Novos governos". Jornal *Correio da Semana*, 17/03/1979, p. 1.
[29] THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ISBN: 978-85-7205-133-01

discutidas, e impediria de compreender as relações de consenso e consentimento (o que não significa unanimidade), que contribuem para a sustentação de um regime ou enfraquecimento do mesmo[30].

Perceber como o golpe, a proposta de abertura e o significado de democracia foram discutidos por esses jornais, indica que há muito mais relações de apoio do que o contrário, mas indica também que essas não são as únicas alternativas possíveis, uma vez que o processo é mais complexo e outras dimensões podem ser compreendidas. Indica, igualmente, que para além das semelhanças desses jornais em relação à ditadura militar, há sutis diferenças.

Espaço privilegiado de articulação política, produção de memórias e legitimidade de forças políticas específicas, a imprensa está longe de ser algo que, descolado da realidade e pairando sobre ela, informa ou descreve os acontecimentos. Pensar sua atuação ao longo da ditadura militar nos ajuda a perceber que um regime autoritário não se sustenta somente por meio da coerção, e aí a imprensa ocupa papel importante entre as forças políticas que se articulam nas lutas por hegemonia.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):* O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 1991.

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

[30] Cf. REIS, Daniel Aarão. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários***:** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 636-392.

ISBN: 978-85-7205-133-01

PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia*: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

REIS, Daniel Aarão. "A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso". In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, João Batista Teófilo. "Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)". *Revista Historiar*, v.5, nº9, 2014.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ISSN:

A Ditadura Militar no Brasil e no Chile: um estudo comparativo da participação dos militares e civis na trama golpista[1].

Jorge Nelson Cáceres Olave Junior.
Mestrando no Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina –
Prolam/USP.
E-mail: jc-cs@usp.br

Resumo:

O presente artigo pretende conduzir uma análise crítica e comparativa das Forças Armadas do Brasil e do Chile focando estabelecer a relação que estas instituições tiveram com os setores civis na trama golpista que se alastrou nos respectivos países. Em sua especificidade, tenta entender o programa político, econômico e social de seus integrantes na formulação e construção de uma "nova" sociedade antes e durante os golpes de estado de cada país. Tendo em vista defender uma tese que não fique circunscrita a nenhuma explicação descolada da realidade histórica e social destes países latino-americanos e respeitando as suas particularidades, o conceito de ditadura militar-civil, dada a sua complexidade, é o melhor que define as potencialidades e desdobramentos da trama golpista nestes países.

Palavras-Chave: ditadura; militar; civis; golpe de estado; política.

Resumen:

El presente artículo pretende conduzir una análisis crítica y comparativa de las Fuerzas Armadas de Brasil y de Chile focando establecer la relación que estas instituciones tuvieron con los sectores civiles en el rol golpista que se alastró en los respectivos países. En su especificidad, intenta compreender el programa político, económico y social de sus integrantes en la formulación y construcción de una "nueva" sociedad antes y durante los golpes de estado en cada país. Buscando defender una tesis que no quedé circunscrita a uma simples explicación separada de la realidad histórica y social destes países latinoamericanos y respectando sus particularidades, el concepto de ditadura militar-civil, a partir de su complejidad, es el mejor que define las potencialidades y desdobriamientos del rol golpista en estes países.

Palavras-Claves: dictadura; militar; civiles; golpe de estado; política.

[1] Trabalho apresentado ao Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina", organizado pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – Prolam/ USP, realizado de 11 a 14 de novembro de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

INTRODUÇÃO:

A derrocada do governo democrático de Salvador Allende no Chile em 11 de Setembro de 1973 destituído por um golpe militar liderado pelas três armas chilenas (Aeronáutica, Exército e Marinha), Carabineros (polícia) e por setores da burguesia e da classe média, condicionou a instauração de um projeto político-social-econômico renovado para aqueles que assumem o poder, trazendo consigo sérias transformações no conjunto da sociedade deste país.

Por outro lado, nove anos antes, o maior país do continente sul-americano passara por um processo político parecido, porém, não idêntico ao do país andino. As correlações de forças internas de cada país iriam ditar a constituição dos respectivos regimes autoritários. No caso do Brasil não se pode esquecer que o ano de 1964 não se consolidou num mero acidente, mas sim pela organização e união de determinados setores militares e civis conservadores, em oposição às Reformas de Base, ao nacional-popular e à ampliação da participação política de setores populares impondo, desta forma, a trama golpista ao país.

> Os autores do golpe seriam as classes dominantes, os latifundiários, os grandes empresários e banqueiros, liderados por associações de classe sob a coordenação e a cobertura ideológica do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes). Agindo por si ou com apoio externo, essas forças também formariam um bloco irresistível. (CARVALHO, 2005, p.120)

Passados cinquenta anos do Golpe militar-civil no Brasil a ideia que este processo fora uma “revolução” ainda é defendido por amplos setores conservadores da sociedade civil e das Forças Armadas Brasileiras. A “ameaça comunista” deveria ser extirpada da sociedade brasileira custe o que custasse sendo necessário para atingir os seus objetivos a utilização do poder da violência em um contexto de Guerra Fria, onde o mundo era dividido entre dois grandes blocos ideológicos: o capitalista e o socialista. A ferramenta utilizada que perpetuaria o poder dos interesses das classes dominantes conservadoras estaria vinculada ao uso do aparelho de regulamento e controle social, isto é, o Estado.

No caso chileno, desde o ano de 1964 quando o democrata-cristão Eduardo Frei Montalva é eleito presidente da República com um projeto político intitulado “revolução em liberdade”, o Chile começara a realizar profundas transformações políticas e sociais no conjunto da sua sociedade muito devido ao estrangulamento do modelo econômico de substituição de importações e a influência da revolução cubana. Um dos projetos presentes no

ISBN: 978-85-7205-133-01

programa da democracia-cristã chilena focava a reforma agrária, a incorporação dos pobres das cidades à economia e a "chilenização" do cobre.

> No início da década de 60, o surgimento de ideias de reformas e revolução trouxe mudanças nas propostas políticas dos governos. Embora o partido de Frei fosse conservador, o Programa de "Cómo avanza La Revolución en Libertad" do Partido Democrático Cristão, "Um programa que se cumpre e não se discute", implantado no governo Frei, tinha uma proposta social-democrata-cristã. A proposta consistia, entre outras coisas, numa reforma estrutural da economia, destacando uma nova política conhecida como chilenização do cobre, a principal fonte de riquezas do Chile, criando a Codelco, a Corporação do Cobre. Como cita o documento do programa: "Por uma educação para todas as crianças chilenas, pela organização da comunidade (Promomoción Popular), pela criação de novas fontes de trabalho, pela Reforma Agrária, pelo Plano de Viviendas, pela reforma do sistema de propriedade, pela modernização da legislação do trabalho e a ampliação das bases sindicais, pela extensão e melhoramento dos programas de saúde, pela reforma e ampliação do sistema de segurança social, por alcançar essas metas, disse o presidente Frei que não se transigirá, que não mudará nenhuma das propostas nem por um milhão de votos (...) figuram também outras pontos de grande importância como a aceleração do crescimento econômico, o controle paulatino da inflação, a redistribuição dos salários, o melhoramento da balança comercial, a reforma constitucional, a racionalização da administração pública e toda uma nova linha de ação nas relações internacionais" (FILHO, 2009, p.40-41).

Desta forma, o governo Frei tentava realizar algumas concessões à esquerda - mesmo derrotada nas eleições de 1964 – que já era a representante significativa dos setores populares do Chile na década de 1960. Transcorridos seis anos de governo Frei, chega a vez do ex-senador e fundador do Partido Socialista do Chile em 1933, Salvador Allende Gossens, tentar por meio da união das mais variadas vertentes político-sociais aglutinadas na Unidade Popular (UP), uma coalizão que tinha como eixo os Partidos Comunista e Socialista, social-democratas (PSD), Ação Popular Independente (API), o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), radicais (PR) e parte da esquerda católica, construir uma "via chilena ao socialismo".

Salvador Allende elege-se em 1970, por meio de uma eleição polarizada, com uma votação percentual de 36,3% dos votos válidos, seus oponentes Jorge Alessandri, do Partido Nacional e Radomiro Tomic da Democracia Cristã recebem 34,9% e 27,9% dos votos válidos respectivamente. Alberto Aggio observa bem esse período:

> Após a vitória da UP, a extrema direita desencadeou uma tentativa de desestabilização política que culminou no assassinato do comandante-chefe do Exército Chileno, general René Schneider. Mas foi no plano político-institucional que a conjuntura aberta com a vitória de Allende conseguiu ganhar estabilidade: através de um acordo firmado entre a UP e a DC, ratificou-se a vitória de Allende no Congresso Nacional. Confirmado, então,

ISBN: 978-85-7205-133-01

> como novo presidente, Allende assumiu o governo no dia 4 de novembro do mesmo ano [...] Nascia aí à chamada *experiência chilena*, expressão cunhada na época por intelectuais e políticos de esquerda, não apenas do Chile, com o claro sentido de indicar a opção e o desafio que se abria diante da esquerda daquele país, cujo presidente eleito e empossado anunciava a intenção de realizar a "transição ao socialismo em democracia". (AGGIO, 1993, p.16).

É justamente a caracterização desta democracia que chamaria a atenção aos estudiosos do assunto. O Chile -quando colocado em paralelo ao restante dos países da América Latina- é considerado um país que em sua história respeitara os alicerces da institucionalidade, entre os anos de 1932 a 1973 tivera sete presidentes ininterruptamente eleitos pela via democrática. O Brasil, por outro lado, vivenciou entre os anos de 1889-1930 um sistema eleitoral baseado na troca alternada do poder entre os representantes de duas oligarquias (a paulista e a mineira) para logo em seguida instaurar um projeto político iniciado com a Revolução de 1930 que culminaria na instauração de uma ditadura até o ano de 1945. Os anos de 1946-1964 denominados pela historiografia brasileira como "República Populista" também serão de instabilidade política muitas vezes instigada pela União Democrática Nacional (UDN), partido de direita que representava os interesses dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Por outro lado, a história é a ciência do homem, e é a construção deste mesmo homem no seu tempo. Cada tempo cronológico elenca novos temas e novos desafios que, no fundo, dizem e representam muito mais que suas próprias inquietações e convicções do que tempos memoráveis, cujas formas podem ser logo descobertas. O passado deve ser entendido como uma estrutura em progresso e não uma estrutura estática e/ou irreal. Da mesma forma que será a preocupação deste artigo compreender o objeto de estudo aqui proposto. Tal objeto exprime o movimento histórico das sociedades brasileira e chilena procurando estabelecer pontes com a grande hipótese deste trabalho: a participação, a união e a estratégia política de militares e civis na trama golpista do Brasil e do Chile.

Assim, Octavio Ianni, sociólogo brasileiro, compreende que:

> No esforço para entender a história de um país, a perspectiva comparativa pode dar origem a perguntas bastante úteis e às vezes novas. Há vantagens adicionais. As comparações podem funcionar como um teste negativo, ainda grotesco, de interpretações históricas correntes. Uma abordagem comparativa pode originar novas generalizações históricas. (IANNI, 1975, p.17).

Por fim, faz-se necessário atribuir determinados simbolismos e questionamentos que se esforçam em entender a história peculiar de cada país, neste caso o Brasil e o Chile, a partir

ISBN: 978-85-7205-133-01

das suas complexas estruturas políticas, sociais e econômicas. Estas estruturas estariam vinculadas a partir das mudanças ocorridas nas instituições representativas do Brasil e do Chile. Por outro lado, as particularidades, os nuances e os reflexos da sociedade brasileira e chilena serão compreendidas quando ligadas a história de cada país se firmando em seu próprio devir buscando, assim, alcançar e objetivar novas perspectivas que caminhem em direção da compreensão do objeto de estudo aqui proposto.

Brasil, 1964; Chile, 1973: o caminho sem volta. O Golpe de Estado.

O Brasil dos anos 1960 vivia uma intensa polarização política que culminaria nas propostas contidas no programa de governo de João Goulart intitulado "reformas de base". Será no dia 13 de março de 1964 que João Goulart -após convocar um comício na Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro- assinaria os decretos facilitadores da reforma agrária e de encampação das refinarias particulares de petróleo, entre outras propostas.

A historiografia brasileira aponta que o 31 de Março de 1964 não foi um acontecimento casual ou intempestivo de determinados grupos conservadores presentes na sociedade. Os militares brasileiros unidos a alguns setores conservadores da sociedade civil não despertaram da noite para o dia e decidiram a bel-prazer realizar o Golpe de Estado no Brasil. Para se chegar ao 31 de Março de 1964 a dinâmica histórica que antecedeu a este fatídico dia se fez presente. O historiador e militar Nelson Werneck Sodré joga luz a esta afirmação ao analisar os momentos que precederam o Golpe Militar-Civil Brasileiro:

> A partir do momento mesmo em que ficou assegurada a posse do vice-presidente João Goulart no cargo que vinha de ser abandonado pelo sr. Jânio Quadros, elementos militares iniciaram a conspiração para depô-lo. Todos eles, após a vitória do golpe de abril de 1964, confessaram tal atividade e vangloriaram-se dela. Aos primeiros conspiradores, de número reduzido, outros se foram juntando, à medida, principalmente, em que, no governo do sr. João Goulart, abriam-se condições para o alargamento da democracia brasileira e esse alargamento permitia encaminhar as reformas de que a estrutura brasileira necessita, de forma cada vez mais premente. Assim, a afirmação de que o golpe resultou de acontecimentos de março de 1964 – o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, a solenidade do Automóvel Clube, já ao findar o mês – não corresponde à verdade. Tais acontecimentos contribuíram, evidentemente, para a eclosão do ato de força, mas este vinha sendo meticulosamente preparado há muitos e muitos meses, e as confissões, nesse sentido são numerosas. A decisão para a solução de força amadureceu, sem a menor dúvida, a partir do Plebiscito em que o presidente retomou os poderes que o golpe político de setembro de 1961 lhe havia retirado. Já a realização do plebiscito, pelo sentido popular de que se revestiu, confirmando a realidade a significação da

ISBN: 978-85-7205-133-01

> palavra, importava em derrota que as forças da reação não poderiam suportar. (SODRÉ, 2010, p.465-466).

Para se chegar à eclosão da força a que se refere Werneck Sodré vale a pena pensar o dia 19 de Março de 1964. Neste dia o Brasil assistiria nas ruas paulistas a "Marcha da família com Deus pela Liberdade", marcha que tinha em sua gênese social setores católicos da classe média urbana e movimentos de mulheres conservadoras, contra a política "populista" e as "ideias comunistas" presentes no governo de João Goulart. Este é um dos episódios fundamentais para a compreensão do conceito de golpe "militar-civil" no Brasil.

> Nada era pacifico até 31 de Março. As opções estavam abertas até o último momento. Houve, sem dúvida, nos últimos meses antes do golpe, uma polarização das forças políticas. Grandes manifestações se verificaram a favor e contra Goulart nos principais centros urbanos. Lembro-me de um comício de Leonel Brizola em Belo Horizonte, em 25 de fevereiro de 1964, que foi desbaratado por opositores apoiados pela polícia estadual do governador Magalhães Pinto. Do conflito resultaram mais de 50 feridos. O prédio da Secretaria de Saúde foi tomado por opositores e a mesa foi ocupada por senhoras que agitavam terços. Brizola não passou do hall de entrada. O comício de 13 de março em frente à Central do Brasil no Rio de Janeiro, em apoio às reformas, mobilizou 150.000 pessoas. Em São Paulo, no dia 19 de março, os inimigos do presidente reuniram 500.000 manifestantes na "Marcha da família com Deus pela liberdade". No dia 2 de abril, calcula-se que um milhão de cariocas tenha desfilado no Rio de Janeiro para festejar o êxito do golpe. (CARVALHO, 2005, p. 122).

Seis dias depois deste momento histórico, em 25 de março de 1964, o Ministro da Marinha, Silvio Mota, emitiria a ordem de prisão contra os marinheiros reunidos na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A exigência de melhores condições de trabalho e o apoio irrestrito e incondicional às Reformas de Base do governo João Goulart iriam ser as principais causas daquilo que seria denominado e difundido em todo o país pela imprensa nacional como a "Revolta dos Marinheiros". Jango, por outro lado, decide anistiar todos os marinheiros envolvidos na Revolta. Essa atitude geraria uma enorme insatisfação dentro das Forças Armadas. Para grande parte dos oficiais, inclusive para aqueles que defendiam o estado de direito, o governo Jango estava subvertendo os pilares básicos da instituição militar: a hierarquia e a disciplina.

> No dia 27 de Março de 1964, o governador da Ganabara, Carlos

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Lacerda (1914-1977), mandou a família para a casa de amigos e resolveu dormir no Palácio Guanabara. Apelidado de "O Corvo", por seu nariz adunco e sua participação na crise que levou ao suicídio de Getúlio em agosto de 1954, o conspirador via chegada a hora do acerto de contas com seus inimigos políticos. Em sua avaliação, a situação do país tinha atingido o ponto de não retorno. O sinal verde para o Golpe abriu-se com a Revolta dos Marinheiros e o discurso radical do presidente João Goulart no Automóvel Clube, no dia 30 de Março, para um público de sargentos e suboficiais. (FILHO, 2006, p. 152).

Cinco dias após a ordem de prisão emitida pelo Ministro Mota contra os marinheiros reunidos na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o presidente João Goulart fora o convidado de honra da festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. A presença de Goulart seguido do discurso defendendo os princípios presentes nas Reformas de Base reiterando a opção pela luta política no espaço público reforçaria a insatisfação e o estrago político causado pela anistia aos Marinheiros. As cartas do jogo estavam dadas e o "afronte" às três armas brasileiras constituídas (o Exército, a Marinha e a Aeronáutica) já era uma realidade praticamente insustentável para a manutenção no poder do governo de João Goulart.

> Sobretudo, Goulart não atendeu aos apelos dramáticos de Tancredo Neves e outros amigos no sentido de não comparecer à festa dos sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, realizada no Automóvel Clube a 30 de março. Respondeu que devia muito aos sargentos e não podia decepcioná-los. Não só compareceu à festa como abandonou o texto escrito do discurso e falou de improviso, em tom exaltado, para um auditório de que fazia parte o famigerado "cabo" Anselmo. Como se sabe, o discurso precipitou o início do golpe. Ao ouvi-lo, o general Mourão Filho decidiu deslocar suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio De Janeiro. Nas palavras de um dos conspiradores, muitos militares dormiram legalistas a 30 de março e acordaram revolucionários no dia seguinte. A atitude do presidente diante dos movimentos dos sargentos e marinheiros era tudo o que faltava para que os conspiradores militares conseguissem o apoio da maioria de oficiais que hesitava em aderir a seus planos. Corroer as bases da disciplina era inaceitável para qualquer oficial, mesmo para os que apoiavam as reformas propostas pelo presidente. (CARVALHO, 2005, p. 123-124).
>
> .

Por outro lado, no Chile observa-se que logo após as eleições de 1970 os conflitos ocorridos no meio político-social tendencialmente se aprofundaram. Os setores conservadores

ISBN: 978-85-7205-133-01

da sociedade chilena tentam de todas as formas criar uma política de enfrentamento ao governo de Salvador Allende, desde que este subira ao poder:

> O Chile vivia, segundo a direita, um insanável antagonismo. Os acontecimentos do período apenas revelaram que o socialismo, para prevalecer, só poderia fazê-lo destruindo a democracia. Este segmento acreditava que o governo de Allende empurrava, paulatinamente, o país para uma desagregação total, o que possibilitaria a implantação da ditadura do proletariado. Toda sua política esteve assentada nesta crença, e suas interpretações posteriores nada mais fizeram do que legitimar a correção da sua política na época e justificar a necessidade de uma "ruptura radical" mediante a intervenção das Forças Armadas no processo político. (AGGIO, 1993, p.29).

Passado dois anos da eleição presidencial e conduzida pelas organizações patronais e com ativo apoio externo ocorre uma paralisação geral de vários setores econômicos do Chile em outubro de 1972. Este acontecimento seria o ponto culminante das reivindicações parciais dos setores empresariais e da classe média, pressionando o governo com a ameaça e depois com a efetivação de paralisações de âmbito nacional. Estas manifestações iniciaram-se por setor e por região no início do mês, com reivindicações pontuais e corporativas, para depois ganharem dimensão nacional. Para atingir este patamar, o movimento precisou ultrapassar os interesses corporativos e contraditórios existentes no seio do empresariado, algo que somente pôde ocorrer em virtude de uma articulação política alcançada a partir das próprias organizações patronais.

> A oposição ao Governo da Unidade Popular favoreceu o crescimento do "gremialismo". Guzmán teve uma estreita relação com os dirigentes do empresariado, a quem tomaram essas ideias sobre o papel dos grêmios. Estas lhes foram muito úteis, pois proporcionavam um bom argumento para integrar interesses heterogêneos na luta contra Allende, desde os grandes agricultores da sociedade nacional da Agricultura (SNA) e os grandes industriais da sociedade de fomento fabril (SFF), até os pequenos comerciantes da confederação do comércio varejista e os donos de caminhões. Esta aproximação foi assumida pelos dirigentes das organizações de empresários na greve de 1972, conhecida como a "greve de outubro", a que se ligou a FEUC (Federação dos estudantes da Universidade Católica) e que constituiu a base do documento dos grevistas, denominado a "especificação do Chile". A FEUC participou ativamente da política nacional, apoiando uma importante greve impulsionada pelos mineiros da empresa de propriedade do Estado denominada "El Teniente". (HUNEEUS, 2000, p.239).

ISBN: 978-85-7205-133-01

A simultaneidade das demandas e a forma de ação com comandos múltiplos, táticas de guerrilha e greve generalizada explicitavam, portanto, a presença da direita civil em todo o movimento, cujo intuito era gerar uma situação de enfrentamento decisivo das classes proprietárias contra o governo, esperando que o clima geral de instabilidade e violência propiciasse um levante militar. Importava à direita civil/conservadora colocar as organizações patronais como lideranças do movimento, evitando assim uma identificação política mais precisa. Expressando a fusão de interesses que se forjavam, o movimento teve como seu centro dirigente o "gremialismo", liderado por Jaime Guzmán, articulando as reivindicações das organizações patronais dos comerciantes, dos industriais, dos empresários agrícolas, dos construtores, dos transportadores e aquelas dos técnicos e profissionais do nível médio.

> O "gremialismo" foi o principal grupo de poder dos civis que apoiaram o regime de Pinochet. Colaborou ativamente na sua instauração e consolidação, aproveitando as condições próprias do autoritarismo para desenvolver seu próprio projeto político: a construção de um poderoso movimento de direita. Este movimento esteve integrado por um grande número de ativistas que assumiram diversos papeis dentro do sistema político e atuaram com uma grande coesão fundamentada em uma dupla lealdade. Por um lado, uma lealdade externa, em direção ao regime militar, com especial adesão ao general Pinochet, que os fez justificar cada uma de suas principais políticas, inclusive os atropelos aos direitos humanos; por outro lado, uma lealdade interna, em direção aos princípios do movimento gremial, privilegiando o trabalho com pessoas que aderiram a este e a liderança de Guzmán. (HUNEEUS, 2000, p.329).

No final de 1972, restam poucas manobras políticas para a continuidade do projeto colocado por Salvador Allende. Isto não significou necessariamente a própria superação no sentido de permear a resolução dos conflitos políticos ocorridos em outubro daquele ano, como no caso da greve geral convocada pelo patronato e a classe média. Certamente estes refluíram, mas para voltarem à cena política com toda a intensidade, desembocando no Golpe de Estado de Setembro de 1973.

Já no Brasil, o empresariado, a imprensa, os proprietários rurais, setores da Igreja Católica e setores civis conservadores da sociedade, também tiveram o seu papel ativo na estruturação da trama golpista que estava se consolidando no final de Março de 1964. Jorge Ferreira ajuda-nos a compreender melhor este processo que começava a se estruturar nas intuições políticas brasileiras.

> Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com

ISBN: 978-85-7205-133-01

> apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano. Jango compreendeu a extensão do golpe que estava em curso. A convocação para a resistência deflagraria uma guerra civil com consequências imprevisíveis. Na manhã do dia 1° de Abril, ele iniciou o recuo. Ao meio-dia, partiu para Brasília – atitude interpretada como capitulação. (FERREIRA, 2007, p.24).

Chegando a Brasília, Jango ciente das manobras golpistas propagadas por setores conservadores das Forças Armadas e da sociedade civil, emite um comunicado apontando que as Reformas de Base propostas em seu governo uniram forças políticas e econômicas que impediam ao povo brasileiro um melhor acesso aos padrões de cultura, de segurança e de bem-estar social. Assim, as instituições legitimamente eleitas pelo povo brasileiro e os possíveis ganhos sociais (idealizados no plano de Reforma de Base) da sociedade brasileira corriam um sério risco de serem devastados e extirpados do cenário político nacional enquanto projeto social. O Golpe era uma questão de horas.

Para Guillermo O´Donnell o cenário que se forma tanto no Brasil quanto no Chile no período pré-golpe reflete a necessidade de se criar um “consenso tácito” entre as classes dirigentes:

> Nestas condições, o melhor que se pode esperar é o “consenso tácito”. Ou seja, despolitização, apatia e refúgio num cotidiano altamente privatizado [...] o “consenso tácito” é um alicerce muito arenoso para dar sustentação ao Estado. O medo, por seu lado, é junto com a grande burguesia e os setores médios “modernos” mais intimamente ligados a ela, o grande suporte do estado burocrático-autoritário. (O´DONNELL, 1986, p.25)

Por outro lado, o ano de 1972 no Chile representou a tentativa de Salvador Allende manter o consenso institucional e social dos chilenos. Diante de toda a polarização política presente no conjunto da sociedade, o Exército teria um papel proeminente no entendimento dos fatos ocorridos, não necessariamente como protagonista, mas acima de tudo como articulador dos processos políticos colocados, quando seus integrantes aos poucos começam a ocupar cargos dentro do aparato burocrático estatal chileno.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Sem dúvida, esta procedência política do Exército não se devia ao desconhecimento do que estava ocorrendo no país, senão muito bem o desejo de permanecer, de acordo com os deveres constitucionais, como instituições obedientes e não deliberantes. Não obstante, ao final de 1972 os fardados passaram a formar parte do gabinete do presidente Allende, como uma medida que tendia a facilitar um acordo de governabilidade após a "greve de outubro". Assim, o próprio comandante-em-chefe do Exército, general Carlos Pratz, integrou o governo como ministro do Interior. (FRANCISCO; SOTO, 2006, p.141)

Logo ocorre uma última tentativa de manter a institucionalidade por parte do governo de Salvador Allende, quando este decide trazer para seu governo o alto comando das Forças Armadas, buscando assim manter seu projeto político, sempre visando à manutenção da construção da via socialista em democracia:

> Allende fez ainda uma última tentativa de reestruturação ministerial, trazendo novamente os militares para um gabinete de emergência que duraria pouquíssimo tempo. Contudo, a intenção de Allende ao reincorporar os militares não era mais a de estabelecer uma política de consenso. Os militares estavam sendo chamados para defender o governo contra uma sedição aberta e, neste caso, à medida que as Forças Armadas tinham de optar por um dos dois lados, o papel dos militares extrapolava a tradicional postura institucional para postar-se a favor de um dos blocos do conflito. A posição de árbitros, em última instância, estava, portanto, cancelada, e a correlação de forças no interior do aparelho militar já se mostrava favorável a uma solução extra constitucional. Na leitura da corrente que prevaleceria no alto comando, aos militares importava salvar a nação e não um governo que, de acordo com essa visão, já havia deixado de ser legal. Ao contrário de outubro de 1972, portanto, a presença militar no governo acentuaria mais ainda as fortes dissensões no interior das Forças Armadas. (AGGIO, 1993, p. 150).

Vê-se que no plano político, o mundo observa a subida ao poder de um exército tendo um consistente aparato ideológico que permite o respeito à hierarquia, à disciplina e a obediência por parte de seus membros a esta instituição secular vinculado estritamente aos setores civis conservadores da sociedade. A própria lógica constitutiva engendrada pelo regime militar perpassa por questões que reverberam e aludem ao Estado Liberal Burguês. É a lei e a ordem que devem ser preservados pelos militares em detrimento da "resistência marxista" de grupos políticos opositores ao regime.

Em matéria econômica, a construção do que seria o estado burocrático-autoritário chileno estabeleceria vínculos que estariam ligados aos interesses da burguesia nacional gerando assim uma política monetarista ortodoxa, inspirada nos ideais do economista liberal norte-americano

ISBN: 978-85-7205-133-01

Milton Friedmam, estudioso da Universidade de Chicago, cuja grande aposta fora o controle inflacionário, privatizações das instituições estatais do governo e respeito às liberdades dos fluxos de capitais nos mercados financeiros mundiais, desenhando no que desembocaria nas políticas econômicas neoliberais, atraindo consigo a atenção da comunidade internacional dos negócios, estudos desenvolvidos nas grandes universidades e organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)) que observam o experimento recém-iniciado.

> Num outro plano, o sistema institucional do estado burocrático-autoritário reflete as prioridades que os seus atores assumem. As instituições especializadas na coação ocupam o mais alto lugar desse sistema, pelo direito de haver imposto a ruptura da situação precedente e porque ficam encarregados de impor a ordem e- não menos importante- de ser uma garantia contra possíveis alterações futuras. Por outro lado, a normalização da economia fica a cargo de "técnicos" civis que vêm do coração da grande burguesia e dos organismos financeiros internacionais; eles acreditam na racionalidade da ortodoxia econômica sabem como aplicar e são reconhecidos como interlocutores confiáveis pelo grande capital local e internacional. Estes são os dois eixos dos políticos e do peso institucional do estado burocrático-autoritário na sua primeira etapa. As duas grandes tarefas de imposição de ordem (e os seus agentes organizacionais, as Forças Armadas), e de normalização da economia (e a base social na grande burguesia, com suas prolongações nos "técnicos" que as tentam) se introduzem institucionalmente no estado burocrático-autoritário. Por isso este aparece, também aqui, como uma conjugação diáfana de coação com a denominação econômica. (O´ DONNELL, 1986, p.27).

Desta forma o poder instituído pelas Forças Armadas tanto no Brasil quanto no Chile se consolidaria, a partir de um duro golpe contra os alicerces democráticos dos respectivos países. Assim, logo após o Golpe de Estado, houve a necessidade de se implementar o mais rápido possível uma nova conduta que remeteria à consolidação eficiente de um novo modelo político-econômico-social.

Ademais se faz necessário realizar uma pertinente pergunta: qual a relevância dos dois casos (o brasileiro e o chileno) para o que está querendo se comprovar, qual seja que os golpes e as ditaduras subsequentes foram fruto de um pacto militar-civil interno em cada um dos dois contextos?

A resposta estaria vinculada a importância de se pensar que em ambos os casos o golpe militar foi um ato de força e de consenso presente na conjuntura das forças sociais conservadoras do Brasil e do Chile. Utilizar o conceito militar-civil é importante na medida em que logo após os Golpes de Estado no Brasil e no Chile (no desenrolar da consolidação

ISBN: 978-85-7205-133-01

das respectivas ditaduras) o elemento militar ganhou proeminência sobre o civil, impondo - muitas vezes- as cartas do jogo a serem seguidas tanto no âmbito político, econômico e social. Como pode ser mostrado no caso do Brasil, os militares desde a década de 1950 acompanham sempre atentos o regime democrático populista. É certo que vez por outra (em 1945, 1954, 1961) os militares tentaram chegar ao poder se utilizando muitas vezes de ferramentas políticas distintas, porém, sem êxito. Somente em 1964 a vitória se constrói como certa e o elemento militar quando chega ao poder se configura com mais força do que o civil em um primeiro momento. Para corroborar o que está sendo dito, recorre-se mais uma vez a Werneck Sodré que sinaliza:

> O que ajudou extraordinariamente a conquista de largas camadas de opinião e de ponderáveis forças econômicas e políticas, da parte dos que vinham conspirando desde 1961 foi, sem dúvida, o quadro militar, e aqui voltamos ao tema específico deste trabalho. Convém tomá-lo, de início, nas exterioridades, nos acontecimentos de março de 1964, de que participaram militares, e que antecederam e precipitaram o golpe que deporia o presidente João Goulart. Note-se como são absolutamente diferentes daqueles que ajudaram a depor o presidente Getúlio Vargas em 1945 e em 1964, mostrando como só variou a forma: o conteúdo desses golpes foi sempre o mesmo. O sentido deles não se alterou em nada (SODRÉ, 2010, p.467-468)

Os acontecimentos que procederam aos Golpes de Estado no Brasil e no Chile tornaram-se símbolos da participação civil e da politização de uma sociedade dividida e alimentada por projetos nacionais inegociáveis. Para isso uma parcela da sociedade civil conservadora (o empresariado, a imprensa, proprietários rurais, setores da Igreja Católica, entre outros) acabou se unindo em uma via de mão dupla à força das armas representadas na figura dos militares, dentro de um projeto onde a unidade representada no conceito de golpe “militar-civil” pode ser aplicada ao se analisar os fatos históricos, políticos e sociais de ambos os países latino-americanos, neste caso, o Brasil e o Chile.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGGIO, Alberto. **Democracia e Socialismo: A Experiência Chilena**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

CARVALHO, José Murilo**. Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **Jango, as múltiplas faces**. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2007

ISBN: 978-85-7205-133-01

FILHO, Oswaldo Munteal. **As Reformas de Base na Era Jango**: Rio de Janeiro: Domínio Público– Nibrahc-Uerj-Ifch, 2009, p. 40-41.

FILHO, João Roberto Martins. **O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas.** São Paulo: EDUFSCAr, 2006.

FRANCISCO, Alejandro San; SOTO, Angel. **Un Siglo de Pensamiento Militar En Chile. El Memerial Del Ejercito 1906-2006.** Santiago: Editora Centro de Estudios Bicentenario, 2006.

IANNI, Octavio. **A Formação do Estado Populista na América Latina.** Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 1975.

HUNNES, Carlos. **El régimen de Pinochet. Santiago**: Editorial Sudamericana, 2000.

O´DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: Autoritarismo e democratização**. São Paulo. Biblioteca Vértice.1986.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sabin, Ano 7, n° 83, Agosto 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O valor econômico e educacional do capital cognitivo na América Latina e no mundo

The economic and educational value of cognitive capital in Latin America and worldwide

José Aparecido Da Silva
Livre-Docente em Percepção e Psicofísica pela Universidade da Califórnia, Sta Bárbara, USA
Professor Titular do Dep. de Psicologia da FFCLRP-USP
E-mail: jadsilva@ffclrp.usp.br

Rosemary Conceição dos Santos
Pós-Doutora em Cognição e Leitura pela Universidade de São Paulo
Professora do Dep. de Relações Internacionais da FCHS-UNESP
E-mail: cienciausp@usp.br

RESUMO: Reformas educacionais, em nome do multiculturalismo curricular, minimizam diferenças de desempenho estudantil, fomentando autoestima independente de desempenho escolar. Tais currículos, politicamente comprometidos, negligenciam habilidades específicas, inteligência geral, rigor e padrões de qualidade intelectual dos estudantes, substituindo-os pela valorização de variáveis periféricas e "nivelando por baixo" a educação básica, fundamental e média brasileiras. As políticas públicas atuais colocam os menos talentosos dentro, e os mais talentosos fora, do sistema educacional. Predomina a tendência de enriquecer a educação das crianças na cauda inferior da distribuição da habilidade cognitiva. Contrastando, proponho que o sistema educacional não negligencie os talentosos, mas, sim, que equilibre a distribuição da habilidade cognitiva.
PALAVRAS-CHAVE: Valor Econômico; Valor Educacional; Capital Cognitivo; Habilidade; Talento.

Educational reforms, in name of curricular multiculturalism, minimize differences in student achievement, fostering self-esteem regardless of academic performance. These curricula, politically committed, neglect specific skills, general intelligence, accuracy and standards of students' intellectual quality, replacing them by the appreciation of peripheral and "leveling down" of basic education, basic and Brazilian average variables. The current public policies place and overestimate the least talented in, and the most talented out of the educational system. Predominant trend is to enrich the education of children in the lower tail of the

ISBN: 978-85-7205-133-01

distribution of cognitive ability. In contrast, I propose that the educational system does not overlook the talented, but rather that balances the distribution of cognitive ability.
KEYWORDS: Economic Value; Educational Value; Cognitive Capital; Ability; Talent.

O que você conhece, e não como e onde você aprendeu, é que faz a diferença

No ensino básico, fundamental e médio, a idealização de um sistema educacional que se deixa conduzir pela imaginação e não pela razão, ou seja, a crença cega, surda e muda de que todas as crianças que não estão desempenhando bem nas escolas têm, indistintamente, potencial para fazer muito melhor, o que aqui chamamos de romantismo educacional, impulsiona diversos educadores a negligenciarem o que pode ser feito pelos que se destacam pelo talento. Por sua vez, na educação superior, um arcaico sistema de ensino, sob a pressão de mercado, e da necessidade de dominar as novas tecnologias, apresenta o papel potencial da educação modelado tal qual um funil, cuja largura é limitada pela amplitude do conhecimento disponível a ser ensinado.

Nos últimos trinta anos, estes românticos têm estado obcecados sobre como fomentar grandes ganhos no desempenho de matemática e leitura para aqueles que estão na parte mais estreita do funil, onde, apenas ganhos marginais são realmente possíveis. Portanto, acabar com esta obsessão é o primeiro passo para implementar uma mudança radical em todos os níveis educacionais. Tarefa nada fácil, entendemos que a única maneira de fazê-lo é através da evidência científica, a qual tem sustentado que, seja em leitura, seja em matemática, os desempenhos médios dos estudantes com baixa habilidade nas mesmas enquadram-se dentro dos limites previstos por suas habilidades verbal-lingüística e lógico-matemática, mensuradas quando adentram às escolas, não importando quais escolas eles atendem. Logo, mesmo as melhores escolas não podem elevar os desempenhos em matemática e leitura das crianças de baixa habilidade. Assim, os românticos devem parar de privar a sociedade do discernimento de tal problema, sendo, sim, mais realistas. Analisando, com muita atenção, a imensa literatura publicada a respeito, verifica-se que, se as escolas têm por tarefa educar os seus estudantes, elas necessitam conhecer quais habilidades e potencialidades aquelas crianças trazem para as escolas, ou seja, a rigor, é “o quê” você conhece, e não “como” e “onde” você aprendeu, que faz a diferença.

Em relação às crianças talentosas, se elas chegam ao ensino médio lendo, entusiástica e prazerosamente, e realizando, de modo otimizado, suas tarefas intelectuais, as escolas têm cumprido sua missão. Para estas crianças, a solução é óbvia e simples: devemos deixá-las ir

ISBN: 978-85-7205-133-01

tão rápido quanto elas possam ir. Por quê? Porque as crianças talentosas desempenham melhor quando a elas é fornecido um currículo complexo, acelerado e desafiador. E, quando as mesmas também têm professores com altas expectativas, assim como, quando estão com colegas que compartilham seus interesses, sem entendiá-las por serem brilhantes, elas, certamente, desempenham melhor. Ou seja, crianças talentosas devem ter uma educação especial, no sentindo de atender as elevadas expectativas intelectuais que elas têm.

É sem sentido, e eticamente indesejável, não fomentar as habilidades acadêmicas dos talentosos. Entretanto, quando crianças, cujas habilidades variam amplamente, são misturadas nas classes, suas diferenças são destacadas, não mascaradas. E os professores das mesmas devem ficar atentos a isto, pois tratando-as igualmente, as deficiências das crianças mais lentas se destacam para todos os seus pares, ao passo que, valorizando apenas as mais brilhantes, as demais rapidamente compreendem o que está ocorrendo: que as habilidades variam e definem os talentos intelectuais de cada classe, entretanto, os educadores não têm a opção de prevenir tais prejuízos. A estes cabem o colocar a relação de desempenho na classe e o mérito de uma pessoa em perspectiva, esclarecendo, e educando sempre, que mérito e habilidade acadêmica de uma pessoa são coisas distintas.

A medida de qualificações deve, sim, expressar melhor "o quê" estudantes conhecem e são hábeis a fazer. Oportunidades educacionais iguais significam, entre outras coisas, criar uma sociedade na qual "o quê" você conhece é que faz a diferença. O objetivo da educação, portanto, é conduzir as crianças à maturidade, de modo que, elas descubram coisas que têm prazer em fazer e façam coisas dentro dos limites de seu potencial. Não há primeira nem segunda classe nos modos de satisfazer o exercício de nossas capacidades realizadas. Abrir a porta desta satisfação é o que uma educação realista realmente faz ou deve fazer.

Estabelecendo os limites do possível

A história da aplicação das teorias psicológicas, na educação, é um tema que tem sido discutido ao longo de várias gerações. John Dewey, em 1938, foi um dos primeiros sábios a pensar, seriamente, sobre esta tarefa, e, mesmo nos dias atuais, o construtivismo tem, não só suas origens, como também suas ideias, nos pensamentos deste. A rigor, o movimento que valoriza as habilidades de pensamento e de raciocínio, dentro do cenário educacional, origina-se, em grande parte, do trabalho deste sábio. Mas, por que aplicar as teorias psicológicas sobre aprendizagem e instrução à educação?

ISBN: 978-85-7205-133-01

Consideremos, brevemente, cinco razões para tal: (1º) este processo de aplicação nos capacita a ter base científica para discutir educação, permitindo-nos entender melhor como as pessoas pensam, sentem e motivam a si próprias, ao invés de avaliarmos, intuitivamente, estes processos, (2º) boas teorias são específicas o suficiente para determinar quais intervenções educacionais são mais promissoras, dependendo do cenário educacional, (3º) se a teoria é suficientemente específica, ela também determina quais avaliações da instrução, ou do conteúdo apreendido, são mais eficazes, (4º) boas teorias podem ser desconfirmadas, de modo que forneçam as bases para se descobrir se as intervenções por elas propostas, realmente, funcionam ou não e (5º) uma das melhores maneiras de testar a teoria, e avançar no conhecimento educacional, é através de implementações práticas.

Em geral, ao longo da história da educação, podemos encontrar três tipos de tentativas de aplicação de teorias psicológicas na instrução. Um tipo é criar programas que desenvolvam, diretamente, habilidades intelectuais. Esses programas buscam "ensinar" habilidades de pensamento e aprendizagem, ao invés de "inserir" habilidades no currículo comumente ensinado. Exemplo disto pode ser extraído das idéias de Skinner, um dos grandes nomes do behaviorismo, segundo as quais, reforçar o bom comportamento aplica-se em qualquer campo. Em essência, segundo este psicólogo, era possível instruir os estudantes a partir de pequenos "bits" de conhecimento, recompensando-os, apropriadamente, pela resposta correta.

Dois outros exemplos encontram-se na aplicação das teorias da habilidade cognitiva na prática educacional. O primeiro destes baseia-se na ideia de que há uma habilidade geral e outras, específicas, hierarquicamente subordinadas a esta habilidade geral. Esta teoria é suportada por elevado número de dados. O grande problema com esta teoria é que ela classifica os estudantes numa escala unidimensional, baseada, essencialmente, no desempenho aferido na habilidade geral, usualmente refletido nos testes de QI. O segundo deles baseia-se nas idéias de Gardner, popularizadas como teoria das inteligências múltiplas, segundo a qual há, possivelmente, de 8 a 9 formas de inteligência, a saber: verbal-lingüística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal, naturalista e, possivelmente, existencial. Amplamente aplicada, esta teoria, todavia, não é suportada, rigorosamente, por dados empíricos, apresentando, apenas, resultados fragmentados. Ademais, ela não apresenta instrumentos de avaliação que permitam classificar, de modo independente, os estudantes em cada uma destas formas de inteligência. E nem, tampouco, é possível mensurar, fidedignamente, cada inteligência.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Assim considerando, é muito importante refletir sobre dois conjuntos de resultados de desempenho de estudantes, divulgados tanto na mídia nacional e internacional, quanto em relatórios da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico entre as Nações). No primeiro conjunto, os dados do desempenho escolar baseiam-se na Prova Brasil – 2007, exame este aplicado aos alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, de toda a rede pública do país. Prova na qual o aluno da 4ª série deve atingir mais de 200 pontos na prova de língua portuguesa e mais de 120 pontos na de matemática. Já para a 8ª série, o previsto era alcançar mais de 275 pontos em língua portuguesa e acima de 300 em matemática. Entretanto, na 4ª série, somente 26,8% atingiram o esperado na disciplina de português e 23,6% na de matemática. A situação ainda é pior na 8ª série, na qual, apenas 19,2%, em Português e 11,3%, em Matemática, aprenderam o que era esperado para as suas respectivas séries. Neste caso, algumas cidades interioranas paulistas, por exemplo, mostram a menor proporção de alunos que aprenderam "o suficiente" em sua respectiva região. Indicadores, estes, preocupantes quando tais cidades contam com um cenário educacional muito satisfatório, com, por exemplo, investimentos em cargos e salários docentes e em qualidade e quantidade dos recursos educacionais, sem mencionar as inúmeras universidades e faculdades que assessoram a cidade e região, o que nos faz inferir que o problema do desempenho desses estudantes requer outro tipo de análise. Ou seja, uma análise não do professor, nem da escola, mas, sim, do aluno.

Ao estabelecerem pontuações mínimas a serem atingidas pelos estudantes, os dirigentes educacionais dessas cidades cultivam o que definimos, logo no início, por "romantismo educacional", sustentado-se na crença de que todas as crianças têm a mesma capacidade para aprender, desde que, a elas, sejam oferecidas as mesmas oportunidades, esquecendo-se do que a realidade revela, a saber, que igualdade de oportunidades não culmina em resultados iguais. As habilidades das crianças variam e, por este fato, estas diferem, substancialmente, em suas habilidades para aprender conteúdos acadêmicos. A literatura científica, no domínio das teorias cognitivas, revela, categoricamente, que muitas são as crianças que não podem aprender mais do que conteúdos rudimentares de leitura e matemática, bem como, que as escolas têm um papel limitado sobre o melhoramento destas mesmas habilidades. As escolas, por melhores que sejam, e sobre as melhores condições, não podem elevar os limites de realização de nossos escolares porque estes são delimitados não pelo acesso aos mais variados recursos e tecnologias, mas, sim, pela habilidade cognitiva de cada um. Estabelecer limites mínimos a serem alcançados por escolares é negligenciar que as

ISBN: 978-85-7205-133-01

habilidades variam. Negligência, esta, que, na ocorrência de fracassos, indica os professores com culpados.

Por sua vez, em relação ao segundo conjunto de dados, o PISA 2006 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que avaliou, comparativamente, compreensão em leitura, habilidade em matemática e entendimento de ciência, em jovens de 15 anos de idade, em 56 países, revela os desastrosos resultados obtidos pelos nossos jovens nestes domínios. Dentre 56 países, o Brasil localiza-se entre as dez últimas posições. Dados, estes, que merecem ser discutidos por duas razões principais: a) permitem-nos tanto correlacionar o desempenho dos estudantes, de todas as nações avaliadas, obtido nos três domínios, quanto correlacionar o desempenho, em cada domínio, com a habilidade média aferida em cada nação e b) uma vez que este estudo também analisou o papel de algumas variáveis educacionais, tais como, número de lições por semana, interesse na aprendizagem de matemática e ciência, tamanho das classes, etc, como determinantes das diferenças no desempenho educacional, o mesmo também permitiu verificar como estas variáveis, em adição à habilidade cognitiva, determinam as diferenças no desempenho educacional.

Tais dados do PISA chocam, de imediato: as correlações entre os três domínios aferidos são extremamente elevadas, indicando que, quem é bom num domínio, é bom nos demais e vice-versa. Todavia, o mais surpreendente, e dolorido, resultado, é saber que, querendo ou não, machucando ou não, e concordando ou não, as correlações entre o desempenho em ciência, matemática e leitura, individualizadas ou não, estão altamente correlacionadas à habilidade média dos jovens de 15 anos das 56 nações analisadas. Em sua totalidade, os dados do PISA sustentam a hipótese de que a competência cognitiva de nossos estudantes constitui-se no maior determinante das diferenças do desempenho educacional. E que as variáveis educacionais, acima consideradas, podem ter um pequeno papel na predição dos resultados do mesmo.

Assim, se tal hipótese é correta, o que podemos fazer? Se as escolas, realmente, têm intenção de educar os estudantes que estão sob seus cuidados, elas necessitam conhecer quais habilidades e potenciais aqueles estudantes trazem para a sala de aula. Em muitas escolas esta avaliação é informal, e, nas melhores, limitadas às crianças que ou mostram óbvios sinais de problemas cognitivos, ou excepcionais talentos. O ideal seria que cada criança recebesse uma avaliação profissional de suas habilidades, ou potencialidades, durante os primeiros anos escolares, avaliações, estas, que deveriam ser checadas, periodicamente, para se salvaguardar de erros diagnósticos, bem como, para identificar mudanças evolutivas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O propósito desta avaliação não é colocar estudantes em categorias estanques, como o fazemos com animais e plantas, mas, sim, dar aos professores uma melhor chance para responder e atender as reais necessidades e habilidades individuais de seus estudantes, quando estes adentram às escolas para nestas se desenvolverem. Isso porque, atualmente, educadores e especialistas tanto encontram dificuldades para identificar quais são as crianças que não estão conseguindo aprender por tais dificuldades, quanto não conseguem fomentar as talentosas que, também, precisam de educação diferenciada.

O futuro da nação depende de como educamos os talentosos

A tese que apresentamos, portanto, é a de que o futuro do Brasil depende de uma "elite" muito especial, que seja, apropriadamente, educada visando a direção do país, gostemos disso ou não. E seus membros, em sua maioria, estão, certamente, ainda que não necessariamente, entre os academicamente talentosos. Portanto, devemos estar seguros do que, realmente, é ensinado a esta elite. Necessitamos ensinar-lhes mais integridade, prudência, autodisciplina, coragem moral, virtude, bondade e, principalmente, sabedoria e humildade.

Mas, o que é, em termos práticos, uma elite "muito especial"? Teria a mesma definição da elite que hoje dirige o país? Pense no seu município. Quais são as pessoas que têm impacto direto na vida econômica, educacional, social e cultural do mesmo? Você constatará, facilmente, que o que é visto, ouvido e criado, em todos estes contextos, é originado por todas as pessoas especialmente talentosas que o movem. Estes talentos compõem uma elite. Ou seja, são as pessoas que se configuram com o que há de mais valorizado, e de melhor qualidade, em um grupo social. Amplie sua indagação. Pense na nação. As principais ocupações que ela absorve compõem-se de médicos, engenheiros, cientistas, jornalistas, religiosos, economistas, entre outros. E todas estas ocupam prestigiado destaque em suas ações junto à nação. Outras posições similares são ocupadas, também, por administradores, banqueiros, empresários, cineastas e docentes, de escolas básicas a superiores, usineiros etc. Do mesmo modo, também as donas de casa, com suas atividades cívicas, religiosas, filantrópicas e políticas, entre outras, que fomentam o funcionamento da nação.

Agregados, todos estes cidadãos produzem um substancial efeito na cultura, economia, política e educação brasileiras. O que eles têm em comum? Todos pertencem a uma elite talentosa, ou seja, pequeno grupo que desempenha, de modo otimizado, suas habilidades e, a despeito de seu limitado tamanho, em relação aos milhões de habitantes da nação, são os que

ISBN: 978-85-7205-133-01

terão um grande impacto no futuro do Brasil. Por isso, nós, necessariamente, devemos educá-los para serem conscienciosos, preparando-os para lidarem com as demandas que, através do exercício de seus respectivos papéis, são requisitadas na sociedade. Logo, o que estamos demonstrando é que nossa elite já é talentosa, faltando-lhe, apenas, que seja sábia. Neste sentido, nós estamos educando-os corretamente? Não.

O problema com a educação dos talentosos é que a mesma não envolve a quantidade de escolaridade, nem o treinamento profissional, mas, sim, treinamento como cidadão. Entre os talentosos que se tornarão membros desta elite, muitos tomarão decisões que afetarão a vida de todos nós, exatamente em função das posições que os mesmos ocuparão. Nós necessitamos, assim, estruturar sua educação de modo que eles tenham a oportunidade de se tornarem, não só eruditos, mas, principalmente, sábios.

Agora, indaguemo-nos: o fomento da sabedoria requer um tipo especial de educação? A resposta é sim, ou seja, especificamente, tal fomento requer o domínio das ferramentas da expressão verbal. Não porque os talentosos necessitem, apenas, comunicar-se na vida diária, mas porque tais ferramentas são indispensáveis para o pensamento preciso em nível avançado. Os talentosos precisam fazer julgamentos, intencionais ou não, que afetam a vida das pessoas, para além de sua família e amigos. Por isso, o fomento da sabedoria requer o estudo avançado da filosofia, da psicologia, da sociologia e do humanismo em geral. Haja vista que elas precisam conhecer o que significam a virtude e a bondade. Finalmente, e indispensável, é o fato de a sabedoria, por si, requerer que ensinemos os talentosos a reconhecer seus próprios limites e incapacidades, isto é, compreender o que é humildade.

Sendo expressão verbal um conjunto de ações que envolve ler, teclar, escrever, ouvir, pensar, refletir e conversar, entre outros, raros são os cidadãos que, para executarem suas atividades, delas não lançam mão. Consequentemente, advém daí a importância das habilidades verbais, aqui entendidas como entendimento da linguagem, das regras gramaticais, da estrutura semântica das frases, bem como, dos princípios do raciocínio e suas relações com a linguagem no ensino da educação para os talentosos. Ademais, a expressão verbal envolve a habilidade para resolver os tipos básicos de falácias e os princípios da retórica, tanto enquanto ferramenta para a expressão, quanto proteção contra ser enganado pela retórica mal utilizada.

Por adição, a elite precisa ser ensinada a formar julgamentos justos e corretos. Por estarem numa posição de poder que afeta as pessoas em geral, além de amigos e familiares próximos, os membros da elite devem ser hábeis em avaliar as consequências de tomadas de

ISBN: 978-85-7205-133-01

decisões incorretas. Uma das tarefas especiais da educação dos talentosos é aprofundá-los no estudo do que significa a bondade, bondade esta como a que se aplica à virtude. E a bondade como um modo de pensar o como viver a vida humana. Talentosos devem admitir que, para influenciar outros, é fundamental que reconheçam os seus próprios limites, bem como, que também eles podem vir a fracassar.

Destacar-se através de uma habilidade é, assim, o bem mais precioso que uma criança talentosa possui. O tratamento especial destas crianças não é, portanto, elitista: do mesmo modo que fomentamos habilidades atléticas e musicais, devemos fomentar e treinar, também, os dons especiais dos talentosos, os quais, na realidade, constituem a elite especial que moverá o Brasil. Afinal, o futuro da nação depende de como nós os educamos no presente.

O nivelamento por baixo

A educação do jovem, compromisso de todas as sociedades humanas, é algo que pode ser feito de modo correto ou não. Consistindo em educar cada um, para que este atinja seu melhor potencial, um de seus ideais é permitir que estudantes mais capazes incorporem-na mais intensamente, dela fazendo um processo amplo, variado, profundo e desafiador. Em adição, subjacente a este processo, está a habilidade cognitiva. Todavia, a ideia de que pessoas, com mais capacidade para tal, possam ser melhor educadas, soa, perigosamente, elitista. Entretanto, qualquer análise, interna ou comparativa, do desempenho de escolares brasileiros, como um todo, revela que não estamos sequer conseguindo, ao menos em termos destes indicadores, educar nossos escolares adequadamente. Por quê?

Porque parece haver unanimidade, entre pais e educadores, que o sistema de ensino das gerações atuais está “pior” do que aquele que nossos pais tiveram, e “extremamente pior” do que nossos avós receberam. Dados do analfabetismo funcional brasileiro, nos quais, 52% são incapazes de postar, sequer, uma carta, bem como, de dizer quando o Brasil conseguiu sua independência. Dados das avaliações educacionais revelam, também, que a maioria de nossos escolares, de 4ª e 8ª séries, não alcança o que deles se espera, colocando o Brasil em nos últimos lugares entre 56 países. O risco? Não termos, se assim continuarmos, profissionais minimamente capazes de enfrentar a nova força de trabalho, abstrata e simbólica, que já se iniciou.

Uma das razões é o declínio dos padrões educacionais nas últimas décadas, com editores e educadores que, procurando satisfazer dirigentes escolares, respectivamente, editam, deliberadamente, livros didáticos simplistas, e priorizam vocabulários textuais

ISBN: 978-85-7205-133-01

exíguos, suprimindo palavras mediana, ou elevadamente, complexas, por imagens e cores. Tudo dentro do espírito de que "imagem é tudo", enquanto que, "palavra é nada". Deixando, com isso, "relaxadas" as exigências de desempenho em ciência, matemática, escrita e literatura, restringidas as tarefas de casa, privilegiando trabalhos, muitas vezes, feitos por um, mas assinados coletivamente, com pais requerendo que professores exijam menos em notas, também cobrando mínimas execuções das tarefas propostas pelos docentes. O slogan, portanto, sendo: "Nada se cobra, mas tudo se permite".

As reformas educacionais, em nome do multiculturalismo curricular, minimizaram diferenças de desempenho estudantil, levando educadores entusiasmados a fomentarem autoestima, independente do desempenho escolar. Desta forma, currículos politicamente comprometidos, negligenciaram habilidades específicas e inteligência geral dos estudantes. Rigor e padrões de qualidade intelectual, substituídos pela valorização da diversidade e variáveis periféricas, "nivelaram por baixo" a educação básica, fundamental e média, brasileiras, tornando tudo "mais fácil" para estudantes de "inteligência média" e "facilitando em demasia" as demandas para os estudantes talentosos.

A negligência do talento

A mesma dinâmica envolvida no processo de "nivelamento por baixo", através do qual o sistema educacional procura ajudar o estudante pouco talentoso, tem, também, um efeito redutor sobre o desenvolvimento do estudante talentoso, ou seja, para atender os estudantes da cauda inferior da distribuição das habilidades cognitivas, isto é, os menos talentosos, educadores brasileiros, num primeiro momento, simplesmente suprimiram do currículo a exposição à literatura séria, o que foi seguido da simplificação da mesma para que esta pudesse ser acessível a todos. Mas, enquanto isto ocorria, assuntos que estes materiais tratavam, capazes de empurrar os melhores estudantes até seus limites intelectuais, capacitando-os a lerem, e compreenderem, os clássicos, foram suprimidos. Ao oferecer este currículo simplificado, educadores impedem que estudantes mais talentosos movam-se, por si próprios, em busca de seu potencial máximo. Sem opção, estes talentosos seguirão, sim, o ritmo que lhes é oferecido em sala de aula. Ou seja, ao invés de lerem "A Odisséia", por exemplo, lerão obras de autoajuda.

As políticas públicas atuais colocam os menos talentosos dentro, e os mais talentosos fora do sistema educacional. Um mínimo de recursos, para não dizer zero, é aplicado pensando-se nos mais capazes. Ademais, programas voltados para estudantes brilhantes, de

ISBN: 978-85-7205-133-01

algum modo tão em desvantagem quanto os com dificuldades de aprendizagem, atraem pouco suporte financeiro, e, ocasionalmente, hostilidade. Considerados elitistas, raramente são tolerados pelo sistema escolar. Por quê? Pelo fato de muitos educadores esquecerem que muitas crianças talentosas são pobres e vivem em ambientes totalmente desfavoráveis. Em verdade, investimentos em crianças desfavorecidas, econômica e socialmente, têm significados práticos, tal qual, investimentos dirigidos para estudantes talentosos cognitivamente desfavorecidos. Assim sendo, a educação brasileira precisa fazer, com urgência, um upgrade na amplitude superior da habilidade cognitiva, isto é, considerar mais, e melhor, a educação dos talentosos.

A extensão, e qualidade, da aprendizagem na educação brasileira são baixas, em geral, pois, os padrões básicos do que uma pessoa, de habilidade mediana, pode aprender estão rebaixados. Isto faz com que o estudante talentoso tenha pouco, ou quase nenhum, estímulo para estudar intensamente. Isto se deve, por um lado, ao fato de os pais não quererem que a "carga" de trabalhos, para serem feitos em casa, seja intensificada pelo professor e, de outro, porque educadores, gradativamente, nivelam por baixo seus padrões, supondo que em "simplificando" significado e conteúdo, todos podem aprender como o esperado. A realidade é que, num sistema educacional universal, muitos estudantes não alcançarão um nível de educação tido como básico. No sistema atual, predomina a tendência de enriquecer a educação das crianças na cauda inferior da distribuição da habilidade cognitiva. Contrastando, a proposta das reflexões apresentadas neste artigo é a de que o sistema educacional não negligencie os talentosos, mas, sim, que equilibre a distribuição da habilidade cognitiva.

Intervenções educacionais necessárias

A melhoria da educação formal dos estudantes, numa sociedade heterogênea, democrática e igualitária, reclama políticas públicas educacionais mais realistas. Entender que grande parte dos estudantes não pode alcançar um nível educacional considerado, por muitos, como básico, bem como, que o fato destes não alcançarem este nível não pode ser considerado um fracasso do sistema educacional brasileiro, ainda que, aparentemente, o seja, ou o direcione para isto, é fundamental. Mudanças educacionais necessárias devem ser acompanhadas por avaliação realística e sistemática do que, realmente, pode ser melhorado e fomentado, considerando a amplitude de distribuição de habilidades cognitivas.

Culpar estudantes que não estudam intensamente, assim como, professores, ditos mal qualificados e despreparados, e escolas, ditas não hábeis em ensinar, é desobrigar-se do óbvio:

ISBN: 978-85-7205-133-01

fazer alguma coisa que motive estudantes a estudarem seriamente, considerando os limites intelectuais de cada um. Mas, quanto mais próximo olhamos as razões pelas quais os estudantes não estudam intensamente, menos parece que estes são culpados. Por quê?

Primeiro, porque os pais, idealizando classes ordeiras, sem violência e de alta qualidade, não querem que se aumente a carga de trabalho acadêmico. A maioria, argumentado que os filhos já estudam muito, e que isso só os sobrecarregariam ainda mais, sem falar nos professores, só agrava a situação. Segundo, porque os estudantes medianos têm pouco incentivo para estudar mais intensamente do que já o estão fazendo, fechando os olhos para o fato destes, como quaisquer outras pessoas, simplesmente estarem a responder às demandas que lhes são impostas. O que ocorre é que, atualmente, as escolas, em geral, não cobram um estudar intenso, nem conteúdos que, se não fossem nivelados por baixo, desafiariam cognitivamente seus alunos. Desta forma, quando nem comprador, nem vendedor se beneficiam de padrões elevados, por que elevar padrões?

Duas coisas, então, se estabelecem para serem feitas. São elas: elevar padrões de aferição e alocar recursos para educar talentosos. Ser intelectualmente talentoso é algo privilegiado. Fomentar jovens talentosos é cuidar de um futuro nacional que depende deles. O fracasso da educação brasileira contemporânea está na extremidade superior da distribuição da habilidade cognitiva, ou seja, crianças talentosas estão sendo negligenciadas. Nosso sistema educacional, ao privilegiar o estudante mediano, ou mesmo, excessivamente considerar aquele que está na cauda inferior da distribuição da habilidade cognitiva, segrega, isola e desmotiva nossas mentes brilhantes.

Uma vez que cada estágio de aprendizagem leva ao alcance de determinado limite, nosso sistema educacional fracassa ao ignorar os mais talentosos. Altamente capazes, auxiliá-los a utilizar tal capacidade com sabedoria, humildade e integridade na construção da nação muito fará pela educação brasileira.

O homem educado

Reconhecer que nossas escolas necessitam de mudanças essenciais nas demandas requeridas aos nossos jovens é muito importante. Se pais, estudantes, professores e empregadores não buscarem um sistema educacional mais demandante, criterioso e rigoroso, tais mudanças jamais ocorrerão. Não obstante, ao longo das últimas décadas, variadas propostas de reformas de ensino têm sido sugeridas, tais como, mais lições de casa, extensão do ano escolar, e outras, bonitas por fora, mas vazias por dentro. Muitas, procurando atender

ISBN: 978-85-7205-133-01

interesses políticos e corporativistas enquanto poucas se baseando em importantes descobertas das ciências do comportamento, do cérebro e educacionais. O que isto revela? Que nosso sistema educacional, com seus padrões, regras e determinações curriculares, é enviesado e muito mais comprometido com objetivos político-sociais do que educacionais. Governos respondem às pressões de todos os lados, procurando atender tanto teorias criacionistas quanto evolucionistas. Entretanto, cada vez menos são tolerados padrões educacionais elevados que estão "cegos" para os estudantes mais talentosos.

Mudar a capacidade de atendê-los não tem nada a ver com justiça social. Estes são fundamentais não por serem mais virtuosos, ou merecedores, mas porque o futuro de nossa sociedade está em suas mãos. Fomentá-los não significa segregar uns para privilegiar outros. Tampouco fazer uma elite cognitiva. Nossas escolas elementares e secundárias, altamente segregadas pelo nível sócio-econômico, tendem a assim o ser, cada vez mais, no futuro. Ainda que nossos jovens talentosos, a despeito de serem mais fomentados ou não, certamente alcançarão o sucesso profissional, e dirigirão grandes empresas e veios governamentais, se permitirmos que continuem a ser segregados num crescendo, a reversão de tal situação será cada vez mais difícil. Ensinar-lhes a serem responsáveis como cidadãos e torná-los o mais sábios que pudermos é favorecer-lhes a capacidade de serem humildes, bem como, de reconhecerem suas capacidades e consciência da herança intelectual, cultural e ética que possuem.

Tal sabedoria, não existindo de modo natural, como as habilidades cognitivas, necessita constar dos ensinamentos educacionais e familiares. Formar homens educados, no qual "ser educado" signifique dominar, igualmente, matérias, habilidades de escrita e arguição lógica, a lógica interna da gramática e da sintaxe, entre outras, entendendo-as como ferramentas de maior precisão do pensamento, é entender que a habilidade para avaliar um argumento na vida cotidiana depende, também, do domínio da lógica formal. De modo similar, ética e teologia devem integrar um currículo voltado a ensinar e refinar valores e virtudes. Para ser "educada", em ambos os sentidos, uma pessoa deve dominar assuntos nucleares de história, literatura, artes, ética e ciências em adição a ser capaz de ponderar, analisar e avaliar de acordo com padrões tidos como referenciais.

Iniciado na escola, este processo deve continuar ao longo de toda a universidade. E nele educadores devem entender que nem todos têm potencial para ser "uma pessoa educada". Em cada estágio de aprendizagem limites são atingidos. E isto se aplica, também, aos níveis mais elevados de aprendizagem. Entretanto, poucos educadores se sentem confortáveis com

ISBN: 978-85-7205-133-01

esta noção de pessoas educadas. Por quê? Porque a noção de "pessoa educada", décadas atrás, era compartilhada por todos, com o entendimento surgindo porque todos os envolvidos lidavam, facilmente e em comum, com padrões elevados. E com o reconhecimento de que pessoas diferiam em suas capacidades. Portanto, o critério para ser uma pessoa educada não tinha o compromisso de todos poderem alcançá-lo.

Atualmente, ser pessoa educada é algo que tem estado "fora de moda" junto aos dirigentes de nossas escolas, em todos os níveis. Em tempos em que impera a literatura de auto-ajuda, tanto em lares, quanto em gabinetes de ilustres dirigentes, apreciar ser iludido tornou-se fundamental. "Engana-me que eu gosto" não requer esforço, nem expor fraquezas e limitações. Cabe perguntar: é esta a educação que a nação quer? Do contrário, estaremos fadados a curar o curandeiro, não a doença.

Referências Bibliográficas

BAUMEISTER, R.F., CAMPBELL, J.D., KREUGER, J.I., & VOHS, K.D. (2005). Exploding the self esteem myth. *Scientific American*, 292-84-91.

BENBOW, C.P., & LUBINSKI, D. (Eds.). (1996). *Intellectual Talent*: psychometric and Social Issues. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

DA SILVA, J. A. (2203). *Inteligência Humana*: Abordagens Biológicas e Cognitivas. São Paulo: Lovise.

DA SILVA, J.A. (2004). *Inteligência*: Resultado da Genética, do Ambiente ou de Ambos? São Paulo: Lovise.

DA SILVA, J.A. (2007). *Inteligência para o Sucesso Pessoal e Profissional*. Ribeirão Preto: Funpec.

DEARY, I.J., STRAND, S., SMITH, P. & FERNANDES, C. (2007). Intelligence and educational achievement. *Intelligence*, 35 (1), 23-40.

DETTERMAN, D.K., & STERNBERG, R.J. (Eds.). *How and how much can intelligence be increased?* Norwood, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

FINN JR, C.E. (1991). *We Must Take Charge*: Our Schools and Our Future. New York: Free Press.

GEHER, G. (Ed.). (2004). *Measuring Emotional Intelligence*: Common Ground and Controversy. Hauppauge, NY: Nova Science Publishers.

KRONMAN, A.T. (2007). *Education's End*: Why our colleges and universities have given up on the meaning of life. New Haven: Yale University Press.

MURRAY, C. (2008). *Real Education*. New York: Crown Forum.

ISBN: 978-85-7205-133-01

PINKER, S. (2002). *The Blank Slate*: The Modern Denial of Human Nature. New York: Viking.

SILVA, J.A.; RIBEIRO FILHO, N.; SANTOS, R.C. Inteligência humana e suas implicações. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), v. 20, p. 155-187, 2012.

SILVA, J.A.; SANTOS, R. C. Gênio, um conceito transdisciplinar: da mensuração cognitiva à criatividade estética In: *CD de Resumos Expandidos de Comunicação Científica, 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 2014, Ribeirão Preto. Cognição.

SILVA, J.A.; SANTOS, R. C. Gênios: origens e traços. *Revista Brasileira de Tradução Visual - RBTV*, v. 12, p. 1-12, 2012.

SILVA, J.A.; SANTOS, R. C. Os sons do silêncio. *Revista Brasileira de Tradução Visual - RBTV*, v. 10, p. 1-15, 2012.

SPITZ, H.H. (1986). *The Raising of Intelligence*: A Selected History of Attempts to Raise Retarded Intelligence. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

STERNBERG, R.J. (2004). Culture and Intelligence. *American Psychologist*, 59, 325-338.

WAGNER, R.K. 81997). Intelligence, training, and employment. *American Psychologist*, 52, 1059-1069.

Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina- PROLAM/USP
ISBN: 978-85-7205-133-01

Hélio Oiticica e o salto da superfície

Hélio Oiticica and the jumping of the surface

Julio Meiron
Mestre em Estética e História da Arte
Universidade de São Paulo
juliomeiron@gmail.com

Resumo

A inclusão de Hélio Oiticica (1937-1980) com destaque nas coleções de arte latino-americana faz pensar que traços identitários traz sua obra. Assim, o artigo traz o percurso de um dos mais reconhecidos artistas latino-americanos sob a ótica da transição que ele opera do espaço bidimensional da tela para o espaço tridimensional, onde se encontra o visitante, podendo, então, torná-lo um participante mais ativo da experiência artística.

Palavras-chave: Hélio Oiticica; bidimensionalidade; tridimensionalidade

The highlighted inclusion of Hélio Oiticica (1937-1980) in the collections of Latin American art suggests identity features brought by his work. Thus, this paper presents the route of one of the most recognized Latin American artists on the perspective of transition that it operates from the two-dimensional to the three-dimensional space, where the active visitor is located.

Keywords: Hélio Oiticica; two-dimensional; three-dimensional

O objetivo deste texto é apresentar a experiência de um artista seminal para a contemporaneidade. Nascido em 1937 no Rio de Janeiro, Hélio morreu prematuramente na mesma cidade, em 1980. A inclusão de Oiticica com destaque nas coleções de arte latino-americana, mais que um maior interesse geopolítico pela região, faz pensar que percurso identitário traz a obra deste artista. O ineditismo das proposições, mesmo com todo caráter periférico latino-americano em relação ao circuito internacional das artes, levaria a cabo já no

ISBN: 978-85-7205-133-01

começo dos anos de 1960 questões apenas tangenciadas pela Arte Moderna, como veremos paulatinamente a seguir.

Até a Segunda Guerra Mundial, o centro das discussões e realizações da produção artística ocidental era a Europa. Depois, esse centro cultural muda para a América do Norte e, na América do Sul, surge a figura de Oiticica, figura essa que se torna cada vez mais mitológica para a contemporaneidade em questões artísticas.

Sua experiência seminal, como dito, fez justamente a passagem do espaço ilusório bidimensional da tela, tão amplamente explorado pela Arte Moderna, para o espaço real tridimensional, onde se encontra o visitante, podendo, assim, torná-lo um participante mais ativo da experiência artística. Este salto da superfície da tela envolvendo o visitante criou novas possibilidades e necessidades para a obra, cujos objetos passavam a nos requerer não simplesmente como contempladores, ou seja, passavam a nos "conter" no sentido de sermos incluídos neles, reprogramando o dimensionamento da obra de arte (agora em escala humana e, portanto, antropometrizada), opondo-se muitas vezes à miniaturização ou mesmo monumentalização para a qual tende a ilusão da tela.

Claro que esse salto se deu com a soma de progressivas experiências, como surge qualquer processo de verdadeira criação. Nacional e internacional, Hélio Oiticica estava sempre avançando seu programa artístico aberto.

Já no rigor da arte construtiva, nos anos de 1950, Oiticica chega rapidamente ao limite da pintura monocromática, abandonando a moldura e o suporte e dando o salto para o espaço real onde se encontra o visitante. Oiticica vai até o limite da pintura através do quadro que se desintegra, apoiado pelo grupo carioca que fundou o neoconcretismo. Se havia uma utopia moderna a que se submetiam os artistas, entregando-se à construção do mundo e estabelecendo novas relações estruturais e humanas, o grupo dos neoconcretistas repropõe e reinterpreta os desenvolvimentos construtivos modernos ao valorizar exatamente aqueles pontos considerados erráticos (FAVARETTO, 1992, p. 39), como a inclusão do gesto tortuoso e não industrial. O neoconcretismo, ao abolir um projeto prévio determinante da prática e ressaltando a experimentação estética, contribui para um amplo sentido de pesquisa (FAVARETTO, 1992, p. 44).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Da investigação de Maliévitch (1878-1935) – este, juntamente com Mondrian (1872-1944), uma das referências-chave de Hélio –, afirma Celso Favaretto:

> (…) o que tem mais impacto na experimentação de Oiticica é a tentativa de determinação das estruturas visuais mínimas capazes de configurar o movimento germinal da arte: a materialidade da "pura sensibilidade na arte", proposta que busca o "mais além da arte puramente pictórica" (...) (FAVARETTO, 1992, p. 32).

Já as experiências do neoplasticismo de Mondrian entre os anos de 1920-1940 interessam a Oiticica como esforço de invenção de uma gramática visual que reduza os elementos visuais cambiantes em variações claras e infinitas.

Os ***Metaesquemas*** (Figura 1) (guaches sobre cartão, 1957-1958) foram produzidos por Oiticica como a primeira indicação efetiva do salto para o espaço, já que são estruturas formadas por gráficos ou por placas de cor, remetendo-se à matriz neoplástica que, entretanto, agora, é dinamizada pelas operações sutis efetuadas na superfície, que parece movimentar-se (FAVARETTO, 1992, p. 51-52).

Figura 1 – OITICICA, Hélio. ***Metaesquema***, 1957, tinta sobre cartão, 42cm x 49cm, foto: Carlos Germán Rojas, *in:* JIMÉNEZ, 2010.

A experimentação de Oiticica busca o espectador que se tornará participante ao executar um programa aberto. ***Núcleos*** e ***Penetráveis*** (1960-1963) (Figuras 2 e 3) são

ISBN: 978-85-7205-133-01

proposições que fazem avançar a experimentação (FAVARETTO, 1992, p. 61-64): seria justamente aí que a obra de Oiticica se abre para a nova escala, que estamos chamando de antropométrica. Nela, a relação do espectador tornado participante se dá na escala de um para um, na escala real, tal com nos relacionamos com os objetos cotidianos – diferentemente das relações muitas vezes miniaturizadas ou monumentalizadas de suas representações –, já que é para nosso corpo que a obra é feita. Interessante notar que, para Oiticica, a escala antropométrica está justamente em zona fronteiriça. Chegando ao limite da pintura ocidental (e de toda sua tradição, inclusive, de miniaturização do mundo) justamente na tendência ao monocromatismo, à abstração geométrica e ao explicitamento do conteúdo do quadro em sua superfície, Oiticica dá o próximo passo, para o espaço real, onde estávamos como visitantes. Agora, com a obra em nós, ela terá que se reconfigurar toda para nosso corpo. Interessante notar também que a linguagem construtiva do início do século XX, que idealizava a fusão da arte com a vida, foi passaporte para essa experiência. Esse sentido de construção está justamente no tornar o natural em artificial, no forçar nossa permanência no mundo, impregnando-o com nossas marcas, tornando-o para a nossa escala.

Os ***Núcleos*** (Figura 2) são estruturas concebidas como planos geralmente de cores quentes, que pendem do teto, constituindo construções arquitetônicas e labirínticas, cabines de imersão na cor, o que permite visões da obra na duração de habitar seus intricados espaços. Percorrer um ***Núcleo*** é adentrar planos de cores que se tridimensionalizam. Essa relação explícita com a pintura, ao mesmo tempo, a supera, já que surge da superfície monocromática, sem possibilidade de ilusionismo: não há espaço além da superfície, só restaria espaço da superfície para fora, justamente onde nos encontramos ao adentrar um ***Núcleo***. Assim, sem espaço ilusionista, Oiticica causa a reflexão de que somos parte das relações estabelecidas entre os planos pictóricos do trabalho. É dessa forma que a nossa escala se torna a mesma da arte, antropometrizada, já que passamos a fazer parte da dimensão da obra.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 2 – OITICICA, Hélio. ***Grande Núcleo***, 1960, placas de madeira pintadas, dimensões variáveis, foto: Maurício Cirne, *in:* JACQUES, 2007.

No ***Penetrável*** (Figura 3) formulam-se as condições de realização da estética de envolver o visitante, que terá subsequências, já que o ***Penetrável*** assinala o ponto de chegada dos desenvolvimentos construtivos que ainda não tinham sido despertados (FAVARETTO, 1992, p. 66-67). Estrutura-cor envolvendo-nos pelos lados, teto e chão, realiza a integração dos elementos plásticos ao ambiente. Imagem da arte no espaço total, a finalidade do ***Penetrável*** é encaminhar a atividade estética para a fusão com a vida. Assim, as formas geométricas construtivas ampliam-se para as formas ordinárias do cotidiano, já que em um penetrável pode-se encontrar determinados objetos. Ampliam-se também para o universo da palavra, já que diversos ***Penetráveis*** apresentam versos impregnados em suas paredes. Além do mais, adentra-se em um espaço de todas as sensações, onde o caminhar sobre britas, por exemplo, desperta desde nossos ouvidos à tactibilidade. Se o purismo construtivo foi impregnado de vida é porque o pensamento construtivista era anterior a essa impregnação, que viria como um desdobramento possível. Suas estruturas abstratas e mentais não poderiam se furtar da infecção do mundo, já que ele é alimento farto para toda abstração. Parecido com um barraco, o ***Penetrável*** tem a precariedade que é índice de uma relação corpo-mundo muito mais direta, onde o habitar se aproxima do vestir – não tão rígido quanto o cimento da habitação burguesa.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 3 – OITICICA, Hélio. ***Penetrável***, 1960, materiais diversos, dimensões variáveis, foto: Andréas Valentin, *in:* JACQUES, 2007.

A possibilidade de vivenciar e experienciar a cor está presente na obra do artista desde as primeiras estruturas lançadas no espaço. Essa concepção de cor volta-se para a inclusão do tempo no espaço plástico ao explicitar a duração na experiência estética, conquista que ainda não tinha sido radicalizada, apesar de todas as pesquisas dos grandes construtivistas do início do século XX (FAVARETTO, 1992, p. 78), como os já citados Maliévitch e Mondrian. A pesquisa da cor estrutural, identificada por Oiticica como necessidade de dar-lhe corpo, abriu mais portas: os ***Parangolés*** (1963-1964).

Parangolé (Figuras 4 e 5) é a proposição explicitamente antropométrica de Oiticica já que seus moldes são retirados de nosso corpo, sendo uma obra para se vestir. Nas capas intensifica-se o sentido das operações que propiciam a incorporação dos elementos em uma vivência totalizadora. A cor ganha nova dimensão através do ***Parangolé***, expressando-se no ambiente em uma dinâmica estabelecida diretamente no corpo. Os atos de vestir a capa e dançar são, simultaneamente, os desdobramentos das camadas de pano e cor em movimentos que explodem as formas produtoras de luz (FAVARETTO, 1992, p. 106). O participante age em um campo de estruturas abertas, vivenciando o espaço ao ser o centro desta estrutura.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 4 – OITICICA, Hélio. ***Romero com Parangolé diante do World Trade Center/Nova Iorque***, 1972, materiais diversos, dimensões variáveis, foto: Hélio Oiticica/Projeto HO, *in:* JACQUES, 2007.

> O ***Parangolé*** funda a "antiarte ambiental" de Hélio Oiticica. Perseguida desde a "crise da pintura" e constituindo-se paulatinamente com a formulação das "ordens de manifestações", ela produz um campo de estruturas abertas em que a invenção exercita-se como "proposição vivencial" (FAVARETTO, 1992, p. 121).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 5 – OITICICA, Hélio. ***Nildo da Mangueira com Parangolé***, s/d, materiais diversos, dimensões variáveis, foto: César Oiticica Filho/Projeto HO, *in:* JACQUES, 2007.

A abertura para a participação do visitante nas proposições artísticas de Hélio Oiticica adquire sua máxima intensidade: não remete apenas à arte, mas às vivências corpóreas a pedir expressão. Oiticica e sua arte redefinem o conceito de artista: do mero criador de objetos contemplativos para o proponente dinamizador de ações de criação coletiva e participativa (FAVARETTO, 1992, p. 123-124).

Este novo patamar da obra de Hélio Oiticica materializa-se desde a sua primeira apresentação pública de ***Parangolés*** até a morte do artista, destacando-se ***Tropicália*** (1967) (Figura 6) e ***Éden*** (1969) (Figuras 7).

Tropicália (Figura 6), um labirinto feito de dois ***Penetráveis*** – ***PN2 Pureza é um mito*** (1966) e ***PN3 Imagético*** (1966-1967) –, mistura plantas, areia, pássaros, poemas-objeto, aparelho de TV, tudo em experiência visual, tátil, sonora. Entrando no ambiente, o participante caminha sobre areia e brita, cruza com poemas por entre folhagens. No fim do

ISBN: 978-85-7205-133-01

labirinto há uma TV permanentemente ligada. Sem buscar uma explicação racional do Brasil, Oiticica deu uma noção absurda através de ***Tropicália***.

Esta obra deu nome e está na origem do Tropicalismo, movimento artístico-musical dos anos 60 do século XX, encabeçado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, que atualiza nossa potência antropofágica, agora deglutindo a própria guitarra elétrica: símbolo de invasão estrangeira em um país nacionalista, foi a partir de sua deglutição que vieram as maiores novidades de nossa música popular.

Figura 6 – OITICICA, Hélio. ***Tropicália***, 1967, MAM/Rio de Janeiro, materiais diversos, dimensões variáveis, foto: Carlos/Projeto HO, *in:* JACQUES, 2007.

A própria ideia de labirinto na obra de Oiticica mostra uma ampliação das possibilidades tridimensionais, até meados do século XX pouco provável no mundo da arte ocidental, já que o labirinto trás características híbridas da paisagem, da arquitetura e do percurso, como bem analisa Rosalind Krauss em ***A escultura no campo ampliado*** (KRAUSS,

ISBN: 978-85-7205-133-01

2009, p. 289-303). Esta contaminação da arte, se não é conflitante para diversas culturas ritualizadas, para o Ocidente o é, ou pelo menos o era. Também aqui, Oiticica instaura o campo onde um trabalho continua no outro, em relações definidas pelo percurso do visitante entre as obras.

Em ***Éden*** (Figuras 7) – projeto montado na *Whitechapel Gallery*, Londres (fevereiro-abril, 1969), em que Oiticica reúne todas as experiências desde o neoconcretismo e propõe o ***Barracão***, ambiente comunitário –, o artista encontrou as condições para efetivar o desejo de articular estrutura e comportamento em espaços amplos, sem que sua concepção fosse aprisionada pelas delimitações institucionais. A própria ideia de a obra ser espaço para experimentações comportamentais dialoga com a noção da arte como plataforma de vivências. Assim, todo o espaço da obra deve configurar-se para receber uma comunidade, por mais que efêmera, de visitantes. Os percursos entrecruzados destes visitantes entre os elementos compositivos propostos por Oiticica são a teia de relações humanas que se regenera. A exposição como um todo se torna a grande obra, em que é difícil separar os diversos trabalhos. ***Éden*** traz toda a vontade dos artistas dos anos 1960 de reinventar a vida, numa Inglaterra que foi palco de revoluções. Verdadeiro convite para o corpo, ***Éden*** foi justamente este jardim descondicionante. Justamente a ideia de jardim, não totalmente natural, mas também não totalmente artificial, porém potencialmente demarcador do elemento humano no mundo, que permitiria estas operações. Os organizadores do próprio espaço da *Whitechapel* adaptaram-se ao desejo de Oiticica que foi o de não fazer exatamente uma exposição, mas de criar um acontecimento participativo (FAVARETTO, 1992, p. 186).

> Enquanto em ***Tropicália*** o participante fazia de sua caminhada um exercício com as imagens, no ***Éden*** não há nada a ser decifrado; entrando num campo de ações desconhecidas, que despertam os sentidos e ativam a imaginação, ele é levado a produzir novas relações entre elementos (objetos, materiais), as sensações e as ideias. O ***Éden*** é um espaço de circulações; nele o participante perambula por áreas delimitadas por cercas de madeira pintadas de laranja e amarelo luminosos, contendo palha e areia (são dois grandes ***Bólides***); entra em tendas e penetráveis, onde experimenta sensações diversificadas (…) e, no final, os ***Ninhos*** (caixas de madeira, de 2m x 1m, formando um retângulo com seis divisões uniformes forradas de palha, areia, aniagem) (FAVARETTO, 1992, p. 188-189).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 7 – OITICICA, Hélio. ***Éden***, 1969, Whitechapel Gallery, materiais diversos, dimensões variáveis, foto: Hélio Oiticica/Projeto HO, *in:* JACQUES, 2007.

Interessante notar que os ***Ninhos*** também estavam presentes na 29ª Bienal de Arte de São Paulo, que discutia as relações entre arte e política. Ali os ninhos tornavam-se metáfora de que a política se dá no corpo e que é a partir do corpo individual que se parte para o corpo coletivo. Também o corpo coletivo se projeta no individual, em constante ciclo de resignificações. O ninho em si já é configurado pelo estofo da vida que, de seu interior, força suas barreiras macias, expandindo-o conforme o crescimento e movimento biológico. Assim, ele se torna molde da vida, podendo carregar suas marcas, ao mesmo tempo em que, como limite, por mais que maleável, também configura seu interior. Esta constante dialética de interior-exterior, uma das matrizes da escultura, é ampliada com a presença do visitante. Não mais objeto externo a ele, mas espécie de armadilha em que se vê capturado, a obra de arte, ao se configurar a partir da expectativa de presença do corpo, representará novo papel. Papel político ao repropor a vida ao mesmo tempo que aceitando suas marcas e dimensões. Plataforma para o novo, trampolim para a experiência, o seio da obra de arte se abre para a coletividade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A construção e dinâmica participativa marcaram o projeto ***Éden***. A quebra de conceitos pré-estabelecidos permitia o afloramento da criação de espaços abertos. Tudo isso conduz à proposição do ***Barracão***, lugar-conceito onde uma comunidade poderia crescer sem repressões, intensificada pelo viver.

Oiticica caminhava, cada vez mais, para a experiência de alguém que constrói lugares para o corpo de acordo com suas necessidades individuais, coletivas, afetivas, políticas – daí a amplitude que ele dá à possibilidade de construção de obras antropométricas. Até porque, mais que o caráter projetivo, um caráter improvisador surgia. Justamente esta ideia de uma casa móvel e cambiante – semelhante à roupagem, ainda composta de estruturas materiais externas que a constroem – é que se torna verdadeiro espaço para o corpo.

Referências bibliográficas:

ARANHA, Carmen S. G. **Exercícios do olhar**: Conhecimento e visualidade. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética Relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CLARK, Lygia & OITICICA, Hélio. **Cartas 1964-1974**. FIGUEIREDO, Luciano (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

FAVARETTO, Celso. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: Edusp, 1992.

FERREIRA, Glória & COTRIM, Cecília (orgs.). **Escritos de Artistas Anos 60/70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GREENBERG, Clement. **Arte e cultura**: ensaios críticos. São Paulo: Ática, 1996.

JACQUES, Paolo Berenstein. **Estética da ginga**: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

ISBN: 978-85-7205-133-01

JIMÉNEZ, Ariel *et al.* **Desenhar no Espaço**: artistas abstratos do Brasil e da Venezuela na coleção Patrícia Phelps de Cisneros. Porto Alegre: Fundação Iberê Camargo, 2010.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRAUSS, Rosalind E. **La originalidad de la Vanguardia y otros mitos modernos**. Madri: Alianza Forma, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O'DOHERTY, Brian. **No interior do cubo branco**: A ideologia do espaço da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e Comunicação**: Sintoma da Cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O controle de convencionalidade na América Latina em relação a preservação dos direitos humanos e na punição dos crimes ocorridos nas ditaduras militares.

Kelly Pereira Prata
Bacharel em direito pela Universidade Federal de Uberlândia
Pós Graduanda pela Faculdade Damásio de Jesus – Unidade Uberlândia
kpprata@yahoo.com.br

Resumo:
Esse trabalho tem como objetivo analisar o controle de convencionalidade aplicado na América Latina com base nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e demonstrar que a persecução dos crimes cometidos nas ditaduras militares é possível mesmo diante de leis de anistia. O controle de convencionalidade consiste na análise da concordância da legislação nacional com os tratados e convenções internacionais que os Estados adotam. Na América Latina esse controle é aplicado em relação à Convenção Americana e aos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O controle de convencionalidade é um importante instrumento tanto para garantir a efetividade da Corte, como para auxiliar na preservação dos direitos humanos e garantir que períodos como as ditaduras militares não ocorram novamente.

PALAVRAS-CHAVE: Corte Interamericana de Direitos Humanos; Controle de convencionalidade; Direitos Humanos; Ditaduras militares; América Latina.

Abstract:
The objective of this paperwork is to analyze the conventionality control applied in Latin America based on the decisions of the Inter-American Court of Human Rights and demonstrate that the prosecution of crimes committed during the military dictatorships is possible even facing amnesty laws . The conventionality control is the analysis of the consistency of national legislation with international treaties and conventions that States adopt. In Latin America this control is applied in relation to the American Convention and decisions the Inter-American Court of Human Rights. The conventionality control is an important tool both to ensure the effectiveness of the Court, as to assist in the preservation of human rights and ensure that periods like the military dictatorships do not occur again.

KEYWORDS: Inter-American Court of Human Rights; Conventionality Control; Human Rights; Military Dictatorships; Latin America.

Introdução

As relações internacionais entre os países se modificaram robustamente neste último século. Hoje é possível se estabelecer parâmetros que antes pareciam inalcançáveis, como a colaboração mútua de Estados com diferentes culturas e ideologias, principalmente em relação aos Direitos Humanos. Muito disso se deve à Segunda Guerra Mundial, onde a comunidade internacional se viu diante dos terrores perpetrados nesse período.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ficou claro que para se evitar novas tragédias como aquela seria imprescindível a criação de mecanismos supraestatais de controle, mitigando a soberania estatal que antes era considerada absoluta. Assim, surgem mecanismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, que tem como finalidade a união dos Estados frente a um objetivo comum, a proteção dos Direitos Humanos.

Na América Latina, as principais violações às garantias fundamentais ocorreram na época dos regimes militares que tomaram grande parte dos países da região. Nesse sentido, verifica-se a importância de organizações internacionais de competência regional, como é o caso do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Esse sistema vem desempenhando um importante papel na integração do direito humanitário internacional aos Estados latino americanos, principalmente ao exercer o controle de convencionalidade, que consiste na análise do ordenamento jurídico nacional para verificar se este se encontra de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo país em questão.

Ao se falar da punição aos crimes ocorridos durante as ditaduras militares, amplia-se a importância do estudo da proteção dos direitos humanos realizada pelo Sistema Interamericano. Isso porque, ao se vincular a Convenção Americana, um Estado se compromete voluntariamente a seguir o disposto nesse documento, não sendo possível deixar de verificar as violações de direitos humanos cometidas em seu território e muito menos invocar seu próprio direito interno para deixar de cumprir o convencionado.

Portanto, quando vários países latino americanos criaram leis de anistia, evitando a persecução criminal dos agentes da ditadura, a Corte Interamericana se pronunciou em diversas sentenças e pareceres acerca da inconvencionalidade dessas leis. Diante desse fato, o estudo acerca do controle de convencionalidade e de sua aplicação demonstra como as ditaduras afetaram as relações estatais na América Latina, assim como a incansável busca por justiça das vítimas e seus familiares.

Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se depara com atrocidades cometidas pelos Nazistas contra seus próprios cidadãos, o que demonstrava claramente a ausência de mecanismos internacionais de proteção ao indivíduo, o que permitia, assim, abusos estatais ilimitados. Dessa forma, em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito evitar novas barbáries e reunir os Estados na busca de um objetivo comum, a

ISBN: 978-85-7205-133-01

preservação da paz e dos direitos humanos, bem como a busca pelo desenvolvimento e liberdade.

> Nesse cenário, a Declaração de 1948 vem a inovar a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco a condição humana. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-e-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos com o catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.
> A partir da Declaração de 1948, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção. (PIOVESAN, 2010, p. 155 e 156)

Assim, com a internacionalização dos Direitos Humanos, os Estados passaram a firmar acordos entre si que claramente delimitavam parte de sua própria soberania em prol de um bem maior, como a proteção dos indivíduos, que passaram a ser sujeitos de direito internacional. Dessa forma, o velho conceito de soberania absoluta começou a se modificar, fortalecendo as bases do direito internacional e dando base para uma certa restrição do poder estatal (MAZZUOLI, 2005, p.483).

Contudo, ainda que a proteção dos direitos humanos tenha ganhado destaque nas relações internacionais e ainda que a forma como o poder estatal é visto tenha se alterado, as violações continuariam ocorrendo se não existissem órgãos e mecanismos capazes de tutelar estas garantias de forma eficaz. Por isso, é notável, nas últimas décadas, o aumento de tratados com teor humanitário e a criação de organizações internacionais com competência para tratar destes temas.

Assim, em 1948, surge a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com ela se inicia o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, um sistema regional, que ressalta, entretanto os mesmos objetivos humanitários da ONU. Nesse sentido, como aponta Flávia Piovesan (2010, p.78), o componente geográfico-especial deve ser levado em conta, visto a necessidade se analisar os fatores históricos, culturais, políticos e sociais específicos de cada região. Dessa forma, com um menor número de países, as garantias pretendidas em um sistema global de proteção podem ser mais facilmente alcançadas em âmbito regional.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, como bem lembra Mazzuoli (2011, p.19), é composto por quatro instrumentos principais, quais sejam: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948); a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948); a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); o Protocolo de San Salvador (1988). Além disso, dois são os principais órgãos desse Sistema: a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi editada em 1969, entrando em vigor quase uma década depois, em 1978. Foi retificada até a presente data por 25 dos 35 países membros da OEA. É importante ressaltar que nesta época, grande parte dos Estados Latino Americanos se encontravam sob governos ditatoriais, os quais foram responsáveis por inúmeras violações aos Direitos Humanos. É neste cenário que se consolida uma luta pela redemocratização e pela preservação de direitos básicos e fundamentais.

O primeiro órgão do Sistema Interamericano é a Comissão, que foi criada pela Carta da OEA como um órgão consultivo em matéria de direitos humanos, mas que possui papel ambivalente, visto que a Convenção também lhe atribuiu funções. (MAZZUOLI, 2011, p. 24) Ela se encarrega de apresentar estudos e relatórios, bem como propor medidas que aumentam ou restauram a proteção dos direitos humanos no plano interno de cada Estado.

> "Hodiernamente, possui também competência para efetiva proteção dos direitos humanos em razão do conhecimento de petições individuais e de comunicações interestatais que contenham denúncias de direitos previstos na Convenção Americana.
> Sem embargo, a Convenção Americana confere ampla cometência processual para receber denuncias ou queixas de violação da própria Convenção por um Estado-parte, assim como para examinar e investigar. Ou seja, essa possibilidade alcança somente os Estados-partes e a Comissão que tem direito de submeter os casos à Corte.
> Diferentemente do que ocorre no sistema europeu, é vedada a possibilidade da pessoa litigar diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos por seus direitos que foram violados no âmbito de determinado Estado, devendo, portanto, provocar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos" (GUERRA, 2013, p. 62)

Uma das atribuições mais importantes da Comissão é conhecer de denúncias que podem ser realizadas por indivíduos. Isso porque, a Corte não dispõe do mesmo procedimento, visto que apenas a Comissão, os Estados Parte e organizações internacionalmente reconhecidas podem se dirigir diretamente a ela. Assim, se a Comissão julgar necessário, ela pode propor perante a Corte um caso apresentado por um indivíduo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Já Corte Interamericana, diferentemente da Comissão, também tem caráter jurisdicional. Foi criada pela Convenção Americana, que entrou em vigor em 1978, mas iniciou seus trabalhos em 1980, quando emitiu sua primeira opinião consultiva. Sua primeira sentença veio apenas sete anos depois e, desde então, inúmeros foram os casos julgados. Vale ressaltar que o procedimento utilizado pela Corte é de natureza civil e não penal, não havendo condenação dos agentes perpetradores dos crimes, mas sim dos Estados que devem tomar as medidas pertinentes para a resolução do caso.

A competência da Corte é complementar, cabendo ao Estado Parte a competência primária para proteção dos Direitos Humanos em seu território. Assim, ocorrerá a intervenção do sistema interamericano somente quando essa proteção estatal é falha ou inexistente. Assim, a Corte só poderá conhecer de um caso se todas as outras vias forem esgotadas ou se não houver mobilização satisfatória do Estado Parte (MAZZUOLI, 2011, p.31-33).

Diante do apontado, resta clara a importância do Sistema Interamericano, pois os trabalhos da Comissão e Corte Interamericana vem modificando a forma como a América Latina lida com a proteção aos direitos humanos.

Controle de Convencionalidade

A ratificação de convenções internacionais compromete o Estado signatário a aplicar as regras convencionadas. Logo, o ordenamento jurídico interno desses países também fica adstrito às normas internacionais, o que significa realizar um controle de convencionalidade que:

> (...) diz respeito a um novo dispositivo jurídico fiscalizador das leis infraconstitucionais que possibilita duplo controle de verticalidade, isto é, as normas internas de um país devem estar compatíveis tanto com a Constituição (controle de constitucionalidade), quanto com os tratados internacionais ratificado pelo país onde vigora tais normas (controle de convencionalidade).
> Este instituto garante controle sobre a eficácia das legislações internacionais e permite dirimir conflitos entre direito interno e normas de direito internacional e poderá ser efetuado pela própria Corte Interamericana de Direitos Humanos ou pelos tribunaisinternos dos países que fazem parte de tal Convenção (GUERRA, 2013, p.179).

Nesse sentido, o controle pode acontecer de duas formas: internamente pelo próprio país ao editar ou julgar a validade de suas leis, ou ainda internacionalmente, pela Corte Interamericana ao analisar que determinado ato viole a Convenção Americana.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A forma interna desse controle depende de como o Estado em questão incorpora os tratados internacionais de direitos humanos. No contexto brasileiro, é possível se falar de quatro correntes acerca deste tema, como aponta Gomes e Mazzuoli (2013, p.97). Assim, os tratados podem ser incorporados como: emenda constitucional; direito supralegal; direito constitucional; e direito supraconstitucional.

A incorporação dos tratados de direitos humanos como emenda constitucional no direito brasileiro se deve a Emenda Constitucional 45/04, que trouxe uma importante reforma do Poder Judiciário. Esta emenda incluiu o art.5º, §3º à Constituição Federal, estabelecendo que, quando aprovados em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por três quintos dos votos, os tratados e convenções que tratem de direitos humanos, equivalerão a emendas constitucionais. Ressalta-se que essa reforma não afeta os tratados incorporados antes da criação do art.5º, §3º, que ainda assim continuarão com o mesmo *status* de quando foram incorporados, o que não impede que passem por uma nova deliberação no Congresso para se elevar à Emenda Constitucional.

Contudo, os tratados ratificados, mas que não conseguem o quorum qualificado para se tornarem emendas constitucionais ainda são um tema aberto a discussões. Primeiramente, é importante lembrar que, nos primeiros posicionamentos sobre o tema, o STF apontava que os tratados de direitos humanos entrariam para o ordenamento jurídico brasileiro da mesma forma que os demais tratados, ou seja, como direito ordinário. Sabiamente, essa posição tem sido abandonada, e, hoje, a posição majoritária no STF é a do *status* supralegal destas normas.

O *status* supralegal das normas internacionais de direitos humanos é defendida pelo Ministro Gilmar Mendes (tese apresentada no RE 466.343-1-SP). Ele aponta que os tratados internacionais são, em regra, infraconstitucionais, mas que ao apresentarem a temática de direitos humanos eles teriam caráter especial em relação aos demais, possuindo, assim, a característica de supralegalidade. Esse foi o posicionamento dominante do Supremo Tribuna Federal.

Defendendo outra corrente, alguns autores como Mazzuoli (2013, p.37), apontam que todos os tratados de direitos humanos sempre terão *status* de norma constitucional. Esse posicionamento tem base no art. 5º, § 2º, da CF, que prevê: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

ISBN: 978-85-7205-133-01

Assim, discorre o autor que o art. 5º, § 2º, da CF já apresentava, mesmo antes da EC45/04, o caráter constitucional destas convenções, ou seja, a importância dos direitos humanos colocaria estas normas sob a proteção da própria Constituição. Isso porque, o fato deste artigo dizer expressamente que não exclui direitos e garantias provenientes de tratados internacionais consiste na autorização de se incluí-los no rol de direitos e garantias protegidos pela Carta Magna.(GOMES; MAZZUOLI, 2013, p. 103).

A última tese a ser abordada aqui quanto a integração das normas internacionais ao direito doméstico, se refere a supraconstitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos. Isso significa que até mesmo as normas constitucionais internas seriam inválidas se contrariassem tais convenções. Esse pensamento se embasa na importância e universalidade dos direitos humanos, bem como na obrigação estatal de respeitar as convenções ratificadas, não podendo invocar seu direito interno para descumpri-la. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p.1266.)

O controle interno de convencionalidade deve ocorrer inicialmente durante a análise dos projetos de lei em tramitação, impedindo que estas sejam incompatíveis os tratados internacionais ratificados pelo Estado. Nesse estágio o controle ocorre no âmbito do Poder Legislativo e Executivo. Se mesmo assim, uma norma for editada em desconformidade com algum tratado internacional, é possível que se estabeleça um controle de convencionalidade perante o Poder Judiciário, frente a qualquer juiz nacional.

Em relação ao controle de convencionalidade internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, intérprete máxima da Convenção Americana, é o órgão responsável por julgar as violações cometidas pelos Estados Parte, realizando, assim, o controle internacional de convencionalidade. Ressalta-se aqui, que a Convenção Americana estipula em seu artigo primeiro e segundo que o país signatário se compromete a cumprir o disposto neste documento, bem como adaptar seu ordenamento interno para tornar efetivos os direitos e liberdades ali dispostos. Assim, caso o Estado Parte não haja conforme a Convenção Americana, a Comissão e a Corte poderão ser acionados para realizar o controle de convencionalidade internacional.

Em resumo:

> "[...] o controle de convencionalidade em sede internacional seria um mecanismo processual que a Corte Interamericana de Direitos Humanos teria para averiguar se o direito interno (Constituições, leis, atos administrativos, jurisprudências etc.) viola algum preceito estabelecido pela Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos mediante um exame de

ISBN: 978-85-7205-133-01

> confrontação normativo em caso concreto. Assim seria possível emitir uma sentença judicial e ordenar a modificação, revogação ou reforma das normas internas, fazendo prevalecer a eficácia da Convenção Americana. No segundo – o controle de convencionalidade em sede nacional – o juiz interno aplica a Convenção ou outro tratado ao invés de utilizar o direito interno, mediante um exame de confrontação normativo (material) em um caso concreto e elabora uma sentença judicial protegendo os direitos da pessoa humana. Este seria um controle de caráter difuso, em que cada juiz aplicará este controle de acordo com o caso concreto que será analisado." (GUERRA, 2013, p. 181)

É dentro desse contexto, da atuação Sistema Interamericano de Direitos Humanos, especialmente no que diz respeito ao controle de convencionalidade, que se tornou possível punir crimes de lesa humanidade, cometidos durante as ditaduras militares na América Latina.

Ditaduras Militares na América Latina

Na segunda metade do Século XX, a América Latina foi marcada por inúmeros regimes ditatoriais intrinsecamente ligados à Guerra Fria. Isso porque, a ordem internacional passava por um período de clara divisão, na qual, aparentemente, apenas existiam o lado comunista e o lado capitalista. Neste contexto, os Estados Unidos tentavam combater o "perigo comunista", enquanto a União Soviética tentava ampliar sua influência e vencer a "exploração capitalista".

Assim, quando a Revolução Cubana tomou forma, e foi implementado um governo de esquerda, os Estados Unidos intensificaram seus esforços para manter sobre seu domínio a América Latina. Nesse condão, ampliou-se a repressão norte-americana às ideologias socialistas, bem como se desenvolveram programas de crescimento econômico, como o Aliança para o Progresso, numa tentativa de conter a expansão comunista.

Entretanto essa tática não se mostrou tão eficiente como se esperava e o número de simpatizantes da esquerda apenas crescia. Contra isso, os grupos conservadores dos países Latino Americanos, com uma certa ajuda estadunidense, se mobilizaram para a instituição de governos militares. Assim, sucessivos golpes de Estado tomaram conta da América Latina durante as décadas de 1960 e 1970.

Dentro deste contexto histórico, é que grande parte dessa região foi tomada por ditaduras militares, onde toda e qualquer pessoa que demonstrasse insatisfação com o governo era taxada de comunista e antipatriota. Começou, assim, a perseguição a estas pessoas pelo Estado. É neste momento que as violações aos direitos humanos se tornaram evidentes e

ISBN: 978-85-7205-133-01

rotineiras, onde os governos seqüestravam, torturavam e assassinavam seus próprios cidadãos. "Algumas perdas foram definitivas: a América Latina nunca voltará a ser a mesma depois da 'era das ditaduras', dos seus quase cem mil desaparecidos e das dezenas de milhares de assassinatos políticos." (COGGIOLA, 2001, p.11)

Desse modo, a atuação da Comissão e da Corte Interamericana são de grande importância para a real proteção dos Direitos Humanos e a punição dos crimes cometidos durante as ditaduras militares na América Latina, como poderá ser visto nos casos a seguir.

Caso Almonacid Arrellano x Chile

Como bem aponta Mazzuoli (2013, p.95 e 96) este caso é um dos que consagra o entendimento de que o controle de convencionalidade não é apenas de responsabilidade da Corte, mas principalmente dos Estados Parte, inaugurando-se, assim, o controle de convencionalidade, como demonstrada na sentença apresentada pela Corte Interamericana:

> 124. La Corte es consciente que los jueces y tribunales internos están sujetos al imperio de la ley y, por ello, están obligados a aplicar las disposiciones vigentes en el ordenamiento jurídico. **Pero cuando un Estado ha ratificado un tratado internacional como la Convención Americana, sus jueces, como parte del aparato del Estado, también están sometidos a ella, lo que les obliga a velar porque los efectos de las disposiciones de la Convención no se vean mermadas por la aplicación de leyes contrarias a su objeto y fin, y que desde un inicio carecen de efectos jurídicos. En otras palabras, el Poder Judicial debe ejercer una especie de "control de convencionalidad" entre las normas jurídicas internas que aplican en los casos concretos y la Convención Americana sobre Derechos Humanos. En esta tarea, el Poder Judicial debe tener en cuenta no solamente el tratado, sino también la interpretación que del mismo ha hecho la Corte Interamericana, intérprete última de la Convención Americana.**
> 125. En esta misma línea de ideas, esta Corte ha establecido que "[s]egún el derecho internacional las obligaciones que éste impone deben ser cumplidas de buena fe y no puede invocarse para su incumplimiento el derecho interno". Esta regla ha sido codificada en el artículo 27 de la Convención de Viena sobre el Derecho de los Tratados de 1969. (Sentença Almonacid Arellano x Chile, de 26 de setembro de 2006) (grifo da autora)

Este entendimento acerca do controle de convencionalidade foi de grande importância para a consolidação e desenvolvimento deste instituto, ampliando a forma como os Estados Parte devem abarcar a Convenção Americana e os demais tratados internacionais de Direitos Humanos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O caso em questão, diz respeito à morte Luis Alfredo Almonacid Arellano, professor e militante do partido comunista, que em 1973 foi assassinado por representantes do regime militar chileno, em decorrência da repressão e perseguição às pessoas contrárias ao governo. As investigações sobre o caso foram arquivadas definitivamente em razão do Decreto Lei nº 2.191, o qual concedia anistia a quem tenha cometido crimes entre os anos de 1973 e 1978.

Assim, em 2005 a Comissão Interamericana, diante da inércia do Chile, apresentou o caso a Corte, que decidiu em setembro de 2006 acerca da incompatibilidade da anistia com a Convenção Americana, apontando, também que o Estado não cumpriu com suas obrigações internacionalmente reconhecidas em prejuízo dos familiares da vítima. Dessa forma, ficou determinado, também, que se continuassem as investigações e que se buscasse a punição aos perpetradores do crime.

Caso Barrios Altos x Peru

Em 1991, seis indivíduos fortemente armados, membros do exército peruano, invadiram um prédio em uma localidade conhecida como Barrios Altos, em Lima no Peru. Durante essa invasão estava ocorrendo uma festa para arrecadar fundos para realização de reparos no prédio. Os agressores dispararam contra as vítimas, matando 15 pessoas e ferindo gravemente outras quatro.

Posteriormente, o Congresso peruano sancionou a Lei 26479 e a Lei 26492, que anistiava todos os militares e policiais que tivessem cometido violações aos Direitos Humanos entre 1980 e 1995 e impedia que estas anistias fossem debatidas judicialmente. Com isso se determinou o arquivamento definitivo destas investigações.

A Comissão Interamericana, após receber uma denúncia, apresentou o caso a Corte, que, em 2001, que determinou, dentre outras medidas, que as vítimas e seus familiares tem o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido, bem como receber reparações do Estado peruano. Decidiu-se, também, que a persecução criminal dos responsáveis pelos crimes é de responsabilidade do Estado, o qual devia promovê-la o mais rápido possível. Além disso, apontou que as leis de anistia são incompatíveis com a Convenção Americana, como pode ser visto a seguir em excertos da própria sentença:

> 41. **Esta Corte considera que son inadmisibles las disposiciones de amnistía, las disposiciones de prescripción y el establecimiento de excluyentes de responsabilidad que pretendan impedir la investigación y sanción de los responsables de las violaciones graves de los derechos**

ISBN: 978-85-7205-133-01

> **humanos** tales como la tortura, las ejecuciones sumarias, extralegales o arbitrarias y las desapariciones forzadas, todas ellas prohibidas por contravenir derechos inderogables reconocidos por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos.
> [...]
> 44. **Como consecuencia de la manifiesta incompatibilidad entre las leyes de autoamnistía y la Convención Americana sobre Derechos Humanos, las mencionadas leyes carecen de efectos jurídicos y no pueden seguir representando un obstáculo para la investigación de los hechos** que constituyen este caso ni para la identificación y el castigo de los responsables, ni puedan tener igual o similar impacto respecto de otros casos de violación de los derechos consagrados en la Convención Americana acontecidos en el Perú. (Sentença Barrios Altos x Peru, de 14 de março de 2001) (grifo da autora)

Vale lembrar aqui que o caso de Barrios Altos não ocorreu durante a ditadura peruana, mas foi um importante caso de controle de convencionalidade aplicado contra as leis de anistia que impedem a persecução criminal dos responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Ademais, este é o caso que serviu de precedente para a Argentina realizar o controle interno de convencionalidade de suas leis, apresentando um importante precedente.

Caso Argentino

Ao se falar de controle de convencionalidade interno, deve-se entender que, ao ratificar a Convenção Americana, o Estado Parte se obriga voluntariamente a acatar as normas ali dispostas, bem como considerar as disposições da Comissão e da Corte Interamericana, pois estes são os órgãos competentes pela interpretação deste documento. Assim, mesmo que o país não seja diretamente demandado, as sentenças da Corte constituem jurisprudência válida para ser utilizada frente ao direito interno.

Primeiramente, destaca-se que a forma como a Argentina lidou com os crimes cometidos durante sua ditadura militar demonstra um padrão diverso do restante da América Latina. Isso porque, o próprio regime militar se autoanistiou com a Lei 22.924, a qual foi revogada já em tempos democráticos. Dessa forma, investigações criminais se instauraram em todo o país, enquanto os representantes máximos da ditadura foram julgados e condenados pelos crimes cometidos nesse período. (YACOBUCCI, 2011, p. 25-27)

Com o alto número de processos contra membros da força armada, iniciou-se uma pressão sobre o governo. Assim, em 1986 e 1987 foram aprovadas as Leis 23.492 (“Punto Final”) e 23.521 (“Obediencia Debida”), as quais limitavam a punição e impediam a

ISBN: 978-85-7205-133-01

continuidade dos julgamentos. Posteriormente estas leis também foram declaradas inconstitucionais e inconvencionais. (YACOBUCCI, 2011, p. 27-28)

A Corte Suprema de Justicia Argentina declarou que não apenas a Convenção Americana deve ser respeitada, mas os julgados da Corte Interamericana também devem ser levados em consideração. Nesta mesma decisão, levando em conta "Barrios Altos", considerou-se a invalidade das leis de anistia argentinas.

> 24) **Que la traslación de las conclusiones de La Corte Interamericana en "Barrios Altos" al caso argentino resulta imperativa, si es que las decisiones del Tribunal internacional mencionado han de ser interpretadas de buena fe como pautas jurisprudenciales.** Por cierto, sería posible encontrar diversos argumentos para distinguir uno y otro caso, pero tales distinciones serían puramente anecdóticas. [...] Lo decisivo aquí es, en cambio, que las leyes de punto final y de obediencia debida presentan los mismos vicios que llevaron a la Corte Interamericana a rechazar las leyes peruanas de "autoamnistía". Pues, en idéntica medida, ambas constituyen leyes ad hoc, cuya finalidad es la de evitar la persecución de lesiones graves a los derechos humanos.
> [...]
> 25) Que, a esta altura, y tal como lo señala el dictamen del señor Procurador General, la circunstancia de que leyes de estas características puedan ser calificadas como "amnistías" ha perdido toda relevancia en cuanto a su legitimidad. **Pues, en la medida en que dichas normas obstaculizan el esclarecimiento y la efectiva sanción de actos contrários a los derechos reconocidos en los tratados mencionados, impiden el cumplimiento del deber de garantía a que se ha comprometido el Estado argentino, y resultan inadmisibles.**
> 26) **Que, en este sentido, el caso "Barrios Altos" estableció severos límites a la facultad del Congreso para amnistiar**, que le impiden incluir hechos como los alcanzados por las leyes de punto final y obediencia debida. Del mismo modo, toda regulación de derecho interno que, invocando razones de "pacificación" disponga el otorgamiento de cualquier forma de amnistía que deje impunes violaciones graves a los derechos humanos perpetradas por el régimen al que la disposición beneficia, es contraria a claras y obligatorias disposiciones de derecho internacional, y debe ser efectivamente suprimida.(Caso nº17.768, S. 1767. XXXVIII. RHE 14/06/2005) (grifo da autora)

O caso em questão analisava o sequestro e desaparecimento do casal José Liborio Poblete Roa e Gertrudis Marta Hlaczik, bem como o sequestro e alteração de identidade de sua filha Claudia Victoria Poblete.

O exemplo da Argentina, de persecução criminal dos responsáveis pelas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, infelizmente, não foi o padrão adotado nos demais países latino americanos. O Brasil, por exemplo, mesmo diante de uma condenação

ISBN: 978-85-7205-133-01

perante a Corte Interamericana, continuou considerando válida a lei de anistia, o que ainda impede as investigações formais contra os responsáveis pelos crimes cometidos.

Caso Gomes Lund e outros x Brasil (Guerrilha do Araguaia)

Com o golpe militar em 1964 surgiram grupos de resistência ao regime, dentre eles a Guerrilha do Araguaia. De 1972 a 1975, as Forças Armadas Brasileiras reprimiram ativamente este movimento, resultando no assassinato e desaparecimento de membros deste grupo e de camponeses que residiam na região.

Em virtude da Lei de Anistia 6.683 de 1979, o Estado brasileiro nunca investigou ou puniu efetivamente os responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridos durante o regime militar. Nesse sentido, a Comissão recebeu uma denúncia em 1995 e não tendo suas determinações satisfatoriamente cumpridas, encaminhou o caso à Corte, que em 2010 proferiu sentença declarando a Lei de Anistia invalida por incompatibilidade com a Convenção Americana, realizando, assim, um controle internacional de convencionalidade:

> 325. [...] 3. **Las disposiciones de la Ley de Amnistía brasileña que impiden la investigación y sanción de graves violaciones de derechos humanos son incompatibles con la Convención Americana, carecen de efectos jurídicos y no pueden seguir representando un obstáculo para la investigación de los hechos del presente caso**, ni para la identificación y el castigo de los responsables, ni pueden tener igual o similar impacto respecto de otros casos de graves violaciones de derechos humanos consagrados en la Convención Americana ocurridos en Brasil.
> [...] 9**. El Estado debe conducir eficazmente, ante la jurisdicción ordinaria, la investigación penal de los hechos del presente caso a fin de esclarecerlos, determinar las correspondientes responsabilidades penales y aplicar efectivamente las sanciones y consecuencias que la ley prevea**, de conformidad con lo establecido en los párrafos 256 y 257 de la presente Sentencia. (Sentença Gomes Lund e outros x Brasil, de 24 de novembro de 2010) (grifo da autora).

É importante ressaltar aqui que antes do julgamento da Corte Interamericana, a OAB interpôs a ADPF 153, com a finalidade de questionar a recepção da Lei de Anistia pela Constituição de 1988. A decisão final do Supremo Tribunal Federal foi a de que a anistia brasileira é válida, pois é decorrente de um acordo político e que a anistia não era unilateral, mas sim recíproca, o que afastava a jurisprudência internacional. Dessa forma, apenas o Poder Legislativo poderia alterar a Lei de Anistia. (RAMOS, 2011, p.182-183)

Contudo, a decisão da Corte resultou em uma decisão completamente contrária à do STF, destacando também que o Brasil falhou em realizar o controle de convencionalidade (MAZZUOLI, 2013, p.185). Infelizmente, o Estado brasileiro permanece inerte frente a

ISBN: 978-85-7205-133-01

decisão da Corte Interamericana, mantendo o posicionamento do STF quanto a legalidade da Lei de Anistia e a não persecução dos crimes da ditadura.

Considerações finais

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é um órgão de proteção às garantias humanitárias que vem demonstrando cada vez mais importância frente às relações latino americanas. Além disso, o controle de convencionalidade tornou-se um importante mecanismo tanto para garantir a efetividade desse Sistema, como também para auxiliar na preservação dos direitos humanos em uma escala internacional, na qual o indivíduo recebe proteção contra possíveis abusos estatais.

Durante os regimes militares que tomaram a América Latina, as violações aos Direitos Humanos ganharam uma proporção gigantesca, refletindo seus efeitos até os dias atuais. É nesse contexto que as decisões da Corte Interamericana em relação à inconvencionalidade das leis de anistia se tornam tão importantes, pois visam garantir justiça às vítimas e aos seus familiares que por tantos anos observaram seus algozes impunes.

Ainda que o Brasil mantenha o posicionamento de não acatar completamente a decisão da Corte Interamericana, o posicionamento acerca da incorporação dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico interno já sofreu uma positiva mudança, o que demonstra o aumento da importância da temática humanitária na jurisprudência brasileira. Isso porque o STF mantinha o posicionamento de que estes tratados eram equiparados a leis ordinárias e, hoje, entende-se que possuem *status* supralegal.

Já em alguns Estados da América Latina, a tendência é o oposto da brasileira, acatando as decisões da Corte Interamericana e invalidando suas leis de anistia, como pode ser vislumbrado no posicionamento argentino frente à jurisprudência internacional. Dessa forma, o controle de convencionalidade, ainda que recente no direito internacional, já vem provocando mudanças positivas na força e eficácia da proteção aos Direitos Humanos.

Assim, mesmo com um longo caminho a ser trilhado, é imprescindível destacar que nunca se tiveram tantos mecanismos para assegurar a proteção do indivíduo, o que demonstra que a relação da sociedade internacional com os Direitos Humanos está se fortificando. Isso acarreta uma mudança na percepção dos próprios Estados que passam a implementar as garantias fundamentais com maior ênfase.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Referências

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia Argentina. **Caso nº 17.768, S. 1767. XXXVIII**. RHE 14/06/2005 Disponível em: <http://www.csjn.gov.ar/confal/ConsultaCompletaFallos.do?method=verDocumentos&id=586338> Acesso em: 17 de outubro de 2014.

COGGIOLA,Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Almonacid Arellado e otros vs. Chile: Sentencia de 26 de septiembre de 2006.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2014.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Barrios Altos vs. Perú: Sentencia de 14 de marzo de 2001.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_75_esp.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2014.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e otros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil: Sentencia de 24 de noviembre de 2010**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2014.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira **Direito Supraconstitucional**. 2. ed. rer. atual. e ampl. Coleção "Direito e Ciencias Afins", vol. 5. São Paulo: Ed. RT, 2013.

GUERRA, Sidney. **O sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e o controle de convencionalidade.** São Paulo: Atlas, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **O controle jurisdicional da convencionalidade das leis.** 3. ed. rer. atual. e ampl. Coleção "Direito e Ciencias Afins", vol. 4. São Paulo: Ed. RT, 2013.

_____. **Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.** Coleção "Direito e Ciencias Afins", vol. 9. São Paulo: Ed. RT, 2011.

_____. Soberania e a proteção internacional dos Direitos Humanos: Dois fundamentos irreconciliáveis, 2005. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (orgs.) **Proteção internacional dos direitos humanos.** Coleção Doutrinas Essenciais, v.6. São Paulo: Ed. RT, 2011. P 481-494

PIOVESAN, Flávia**. Temas de Direitos Humanos**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **Crimes da ditadura militar:** ADPF 153 e a Corte interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** São Paulo: Ed. RT, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2013.

YACOBUCCI, Guillermo J. **El juzgamiento de las graves violaciones de los derechos humanos en la Argentina**. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** São Paulo: Ed. RT, 2011.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Cultura como um recurso político dos Estados: o caso do Mercosul

Lucas Belmino Freitas

Mestrando em Sociologia

Universidade de Brasília

lucasbelminofreitas@gmail.com

Resumo

O objetivo desse trabalho é, a partir do conceito de George Yúdice de cultura como recurso, entender como a cultura se apresenta como um recurso político aos Estados, especificamente no caso do Mercosul. *Grosso modo*, o que proponho nesse trabalho é que a concepção de cultura no Mercosul foi utilizada com o um objetivo político de aprimoramento da integração regional. Ainda na introdução discuto sobre o conceito de cultura como recurso, em seguida há um debate sobre o conceito de cultura na contemporaneidade, e, ainda, uma discussão sobre globalização, cultura, formação de um mercado mundial de bens simbólicos. Posteriormente, há uma apresentação do modo como o conceito de cultura se insere na análise das práticas estatais, e nas organizações internacionais, procurando compreender as influências para as práticas estatais. A última parte do texto é dedicada à análise histórica do processo de integração regional do cone sul, do modo como o conceito de cultura é inserido no processo integrador, e como o conceito de cultura é articulado pelos Estados membros do Mercosul.

Palavras-chave: Sociologia da cultura; Mercosul; cultura e relações internacionais; cultura como recurso.

Abstract

The aim of this work is based on the concept of George Yúdice culture as a resource to understand how culture is presented as a political resource to the States, specifically in the case of Mercosur. Roughly, what I propose in this paper is that the concept of culture in Mercosur was used with a political objective of improving regional integration. In the introduction, I discuss the concept of culture as a resource, and then there is a debate about the

ISBN: 978-85-7205-133-01

concept of culture in contemporary times, and a discussion of globalization, culture, formation of a world market of symbolic goods. Subsequently, there is a presentation of how the concept of culture fits into the analysis of state practices, and international organizations, seeking to understand the influences on state practices. The last section is devoted to the historical analysis of the process of regional integration in the Southern Cone, on how the concept of culture is inserted into the integration process, and how the concept of culture is articulated by the member states of Mercosur.

Keywords: Sociology of culture; Mercosur; culture and international relations; culture as a resource

Introdução

O aprimoramento dos transportes, e das tecnologias da informação facilitaram a circulação, produção, e difusão dos bens culturais. No mundo contemporâneo é possível perceber a emergência de uma "mercantilização da cultura", há uma aproximação entre a esfera econômica e a esfera cultural. É importante salientar, também, a aproximação entre a esfera cultural e a esfera política. A partir do século XX, novos temas tornam-se alvo das políticas estatais, aumentou-se o leque de possibilidades de demandas sociais, e de políticas estatais, muitos dessas novas demandas podem ser caracterizadas pelo seu viés cultural. (RUBIM, 2005)

> "hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, como na criação de tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano." (YÚDICE, 2004:27)

Uma perspectiva acerca da cultura se insere na seara do desenvolvimento cultural. Muitos Estados, organizações internacionais, bancos internacionais, e pesquisadores adotam uma perspectiva que considera a cultura como um fator essencial para o desenvolvimento humano, desse modo, existem, atualmente, uma quantidade imensa de projetos culturais financiados por Estados, organismos internacionais, e empresas. Além dessas iniciativas, existem tentativas de mensuração por intermédio de indicadores, visando à avaliação dos

ISBN: 978-85-7205-133-01

efeitos do investimento na esfera cultural. Um outro ponto de vista sobre a cultura pode dar-se por meio do conceito de economia cultural, privilegiando, desse modo, a inovação, e a capacidade inventiva. Dentro dessa perspectiva estão inseridos os debates sobre o turismo e a cidade, globalização, além dos debates no âmbito multilateral em instituições como o GATT, e, posteriormente, a OMC, intentando definir padrões sobre a possibilidade de liberalização, ou de protecionismo dos bens culturais. Pode-se, ainda, analisar a cultura por meio da dinâmica jurídica, desse modo, incluindo a cultural nos rol dos direitos fundamentais. Diversas instituições nacionais, e internacionais buscam normatizar a cultura, e, a partir da consideração da cultura como um direito, surge políticas culturais que buscam garantir o exercício da cidadania. (YÚDICE, 2004)

Cultura na atualidade: globalização e políticas de reconhecimento

A história da vida intelectual e artística das sociedades europeias pode ser entendida por intermédio da história das transformações da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura desses bens. Progressivamente ocorre uma autonomização do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens culturais. A vida intelectual e artística por muito tempo foi tutelada pela Igreja e pela aristocracia do Estado absolutista e, aos poucos, foi se libertando das demandas éticas e estéticas desses grupos. Com essa libertação, ocorre a constituição de um campo artístico e intelectual, que se define em oposição a outros campos. A partir daí, o poder de legislar na esfera cultura passa a ser restrito àqueles que possuem poder e autoridade propriamente culturais. O processo de automatização do campo intelectual e artístico se sucedeu conjuntamente com uma série de outras transformações: 1) a constituição de um público de consumidores cada vez mais extenso e diversificado, que possibilitava aos produtores de bens simbólicos uma independência econômica e uma legitimação paralela, 2) o surgimento de um grupo cada vez mais numeroso de produtores e empresários de bens simbólicos, 3) o aumento do número e da diversidade de instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural.(BOURDIEU, 2005)

O processo de automatização da produção intelectual e artística está vinculado à formação de um grupo mais inclinado a levar em conta as regras afirmadas pela própria esfera intelectual ou artística. Esse processo está associado à mudança na relação entre artistas e não-artistas e também com a alteração nas relações entre os próprios artistas, o que resulta em uma nova definição da função da arte e da função do artista. Esse movimento de automatização

ISBN: 978-85-7205-133-01

ocorreu em ritmos diferentes entre as sociedades europeias, porém em todas elas esse processo se acelera vultuosamente com a Revolução Industrial. A partir do momento em que um mercado de obra de arte é constituído, os escritores e artistas têm a possibilidade de se afirmar em suas representações e práticas a singularidade de sua condição artística e a irredutibilidade da obra de arte ao estatuto de simples mercadoria. É, desse modo, instaurado uma dissociação entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação. (BOURDIEU, 2005)

No contexto pós-moderno, o intelectual atua como uma espécie de intérprete. Segundo Bauman, o seu papel "consiste em traduzir afirmações feitas no interior de uma tradição baseada em termos comunais, a fim de que sejam compreendidas no interior de um sistema fundamentado em outra tradição" (BAUMAN.2010:20). Diferente do intelectual moderno, que tinha como prática o aperfeiçoamento da ordem social, o intelectual pós-moderno busca impedir distorções no processo de comunicação entre tradições diferentes. O intelectual visa facilitar o equilíbrio nas interações entre as tradições, impedindo distorções de significados. A prática pós-moderna abandona as pretensões universalistas modernas. A estratégia pós-moderna não implica em uma eliminação da prática moderna, pois é mantida a autoridade baseada na especificidade profissional. O intelectual continua legislando, não em busca de um aperfeiçoamento da ordem social, mas sim sobre as regras de procedimentos para se lidar com controvérsias de opinião e com a interação entre tradições distintas. (BAUMAN, 2010). A produção de conhecimento não assume pretensões universais, o seu foco é principalmente o local, ocorre, também, uma contestação das diferenças entre baixa e alta cultura. (FEATHERSTONE, 1995). Há uma mudança nos valores coletivos, enquanto que no início da modernidade a atenção estava voltada para formas de ação coletiva, nas sociedades pós-industriais, a ênfase encontra-se na autonomia individual. A ênfase na auto expressão altera a significação do consumo, que passa a ser guiado, cada vez mais, por aspectos imateriais. (INGLEHART, 2005).

Considerando a influência da diversidade, da cultura, e das novas formas de se exercer o poder na atuação internacional dos Estados, é importante ressaltar as transformações ocorridas no período pós-segunda guerra mundial, principalmente no que diz respeito a esfera cultural. É possível perceber que no período pós-guerra, e, especialmente, no último quartel

ISBN: 978-85-7205-133-01

do século XX ocorreram diversas transformações nos modos de produção capitalista[1], abandonando uma postura planificada inspirada pelas ideias keynesianas e adotando uma maior flexibilidade na produção. Há, no final do século XX, uma grande discussão sofre as causas, e os efeitos da globalização, é importante, então, discutir a globalização, privilegiando o debate sobre a formação de um mercado mundial de bens simbólicos.

Daniel Mato, em De-fetichizar la Globalizácion, entende a globalização como um conjunto de processos. Mato afirma que muitos autores compreenderam a globalização como uma instância supra-humana, e, frequentemente, a feitichizam ou a demonizam. Mato aponta que muitas análises reduzem a globalização à seu conteúdo econômico e tecnológico. Mato entende que uma compreensão mais ampla dos processos de globalização perpassa a análise de atores sociais, de suas interdependências e das inter-relações de tipo global-local. Para o autor as práticas dos atores sociais, sejam empresas, governos e organizações não-governamentais, sempre envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos.

> "las representaciones que orientan las acciones de numerosos actores locales que juegan papeles significativos en la orientación de las transformaciones sociales en curso se relacionan de manera significativa, pero de formas diversas, con las de los actores globales. Si bien en algunos casos esto supone la adopción de ciertas representaciones y de las orientaciones de acción asociadas a ellas, en otros implica rechazo o resistencia, negociación o apropiación creativa." (MATO, 2001:24)

O autor afirma que a dimensão política, cultural e econômico não são dados objetivos da realidade, mas sim atribuições subjetivas dadas aos objetos de estudo. Mato salienta a importância da identificação das dimensões política, cultural e econômica nos estudos dos atores e processos. A globalização não pode ser entendida como um processo exógeno feitichizado ou demonizado, é mais frutífero o entendimento de processos de relação entre atores locais, as suas interdependências e suas relações com o atores globais. Os processos sociais contemporâneos podem ser entendidos, de forma mais eficaz, ao se analisar um

[1] Para o aprofundamento da discussão sobre as transformações da acumulação capitalista no último quartel do século XX ver BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.; CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.; HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1993.

ISBN: 978-85-7205-133-01

conjunto de processos envolvendo atores locais, regionais, transnacionais e globais. (MATO, 2005)

Daniel Mato, ao analisar as redes de transnacionais de "think-tankers", demonstra como um número extenso de atores sociais e instituições se articulam para a propagação de produção simbólica. Diversas instituições de ensino e de pesquisa, intelectuais, empresários, entre outros atores se articulam, sejam eles atores globais, transnacionais ou locais, para produzir, promover e difundir uma produção simbólica com características liberais. Mato, ao analisar as redes transnacionais de produção liberal, busca compreender como o conhecimento é socialmente construído e comunicado. (MATO, 2005)

A globalização não pode ser percebida apenas como o acréscimo das interdependências e da mobilidade no âmbito mundial. Na dimensão da cultura, a globalização significa o advento de novas formas e condições de emergência do transnacional. O transnacional não significa a extensão de uma matriz de referência para fora do seu universo, nem a simples interação entre matrizes de raízes históricas distintas. O transnacional denota o cruzamento, a hibridação. A partir desses cruzamentos formam-se novas formas culturais, atores, redes e grupos que se valem do fronteiriço e do transversal. (FORTUNA; SILVA, 2002)

Após a segunda guerra mundial, ocorre uma expansão do número de produtores, intermediários, e consumidores de bens simbólicos. Esse aumento da produção simbólica é acompanhado de uma intensificação da divisão internacional do trabalho no que diz respeito a produção simbólica. Hesmondhalgh afirma que na segunda metade do século XX o número de indústrias culturais cresceu de forma acelerada. Esse aumento está vinculado à prosperidade vivenciada nos países do norte, ao aumento do tempo destinado ao lazer, ao incremento da alfabetização, e à ampliação do acesso aos "cultural hardwares", como a televisão e os computadores para uso pessoal. (HESMONDHALGH, 2005)

Nesse período, ocorre uma forte expansão do acesso à educação, o número de alunos que ingressam em cursos de ensino superior é bastante maximizado. O mercado acadêmico, e o mercado editorial sofrem um ampla expansão, nesse período. Esse período é marcado, também, pela grande presença de nacionais de ex-colônias em solo metropolitano. A entrada desses imigrantes nos cursos universitários acentua a necessidade de um diálogo sobre a diferença. As políticas de reconhecimento adquirem uma pujante importância.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Uma mudança importante para a possibilidade de existência da preocupação moderna sobre a identidade e o reconhecimento foi o declínio das hierarquias sociais justificadas pela honra. Em contraposição ao conceito de honra, surge o conceito moderno de dignidade, o conceito de dignidade adquiriu viés universalista e igualitário, principalmente, quando aplicado à concepção de cidadania. (TAYLOR, 1993) Uma concepção mais aprofundada de estima social só é possível em sociedades que possuem um grau maior de individualização. A existência de um leque mais amplo de maneiras de granjear o reconhecimento da estima social promove um deslocamento semântico da ideia de honra para o conceito de prestígio social. A concepção de prestígio, ou reputação substitui a ideia de honra, o reconhecimento social para a ser conquistado pelas capacidades, e realizações individuais. (HONNETH, 2003)

As formas de reconhecimento democráticas são essenciais para a existência de uma cultura democrática. A partir do final do século XVIII, surge uma nova interpretação de uma identidade individualizada, a concepção de identidade individualizada se associa à noção de autenticidade. Emerge uma concepção que valoriza a fidelidade à si mesmo, atribui-se uma importância grande ao modo de vida próprio de uma pessoa. O discurso do reconhecimento brota em dois níveis distintos: primeiro, na esfera íntima, contemplando a formação da identidade; segundo, na esfera pública, por meio de uma política de reconhecimento que desempenha função crescente. (TAYLOR, 1993)

> "la importancia del reconocimiento es hoy universalmente reconocida en una u otra forma. En un plano íntimo, todos estamos conscientes de como la identidad puede ser bien o mal formada en el curso de nuestras relaciones con los otros significantes. En el plano social, contamos con una política ininterrumpida de reconocimiento igualitario. Ambos planos se formaron a partir del creciente ideal de autenticidad, y el reconocimiento desempeña un papel esencial en la cultura que surgió en torno a este ideal" (TAYLOR, 1993:57-58)

Um outro aspecto importante para o desenvolvimento da concepção moderna de identidade foi a emergência da política da diferença. A política da diferença não abdica da universalidade. A política da dignidade visa estabelecer uma série de direitos e imunidades idênticas a todos; por sua vez, a política da diferença almeja o reconhecimento da identidade única, seja individual ou coletiva; existe uma concepção de que identidades distintas foram sendo suprimidas por uma identidade dominante ou majoritária. Desse modo, a política da

ISBN: 978-85-7205-133-01

diferença aponta para a denúncia da discriminação e para a existência de cidadãos de segunda classe. (TAYLOR, 1993)

As políticas de reconhecimento tiveram um papel especialmente importante nas políticas de países que receberam um grande montante de imigrantes no pós-segunda guerra, e em países onde convivem raízes culturais e linguísticas distintas. Essa tradição, entretanto, deixou grandes marcas na formulação de uma normatividade no plano internacional, além de influenciar politicamente e teoricamente diversos Estados e pesquisadores ao redor do mundo.

Inserção da cultura nas relações interestatais

O conceito de soft power, elaborado por Joseph Nye, distingue-se da concepção de hard power, enfocando novas perspectivas para exercer o poder que não fossem baseadas no uso ou na ameaça do uso da força. Com o fim da Guerra fria há um maior crescimento da interdependência entre os Estados e o surgimento de novos atores no cenário internacional, como as grandes corporações empresariais que, muitas vezes, possuem rendimentos maiores que os produto interno bruto de alguns países. O custo de fazer uso da força militar nesse novo cenário cresce bastante e novas formas de exercer poder sobre outros Estados se fazem presentes. (NYE, 1990)

O conceito de soft power está associado a uma percepção da cena sistêmica como sendo guiada pela premissa da existência de um complexa interdependência. Essa característica da política mundial é decorrente da existência atual de muitos canais de comunicação internacionais, pela ausência de hierarquia entre as múltiplas agendas internacionais, e pela diminuição do papel da força militar. “The differentiation among issue areas in complex interdependence means that linkages among issues will become more problematic and will tend to reduce rather than reinforce international hierarchy. Linkage strategies, and defense against them, will pose critical strategic choices for states” (NYE, 2001:27)

A ausência de hierarquias prévias entre as agendas internacionais faz com que o controle, a capacidade de influência essa agendas adquira importância proeminente. No cenário de complexa interdependência as fronteiras nacionais não são o único fator de análise, recai sobre as instituições, e os laços transnacionais, e internacionais atenção especial. As organizações internacionais, nesse contexto, adquirem centralidade, a crítica a corrente realista se encontra na negação da aceitação do Estado como ator mais importante da cena

ISBN: 978-85-7205-133-01

internacional, e na consideração de aspectos transnacionais. Ao contrário do realismo, Joseph Nye considera que o poder militar não possuí mais a centralidade que outrora ocupou, no cenário atual, com a existência de múltiplas agendas e de diversos canais de comunicação entre os Estados, organizações internacionais, e atores transnacionais, a capacidade de influenciar a agenda internacional adquire vital importância, e, desse modo, outras esferas, como a da cultura, podem colocar-se no centro da agenda internacional (NYE, 2001)

Em resposta ao artigo The End of History?" (1989) de Francis Fukuyama que previa que com o fim da guerra o humanidade entraria em um período de paz, uma vez que todos os países adeririam ao modelo liberal-democrático, Huntingon escreve o artigo "The Clash of Civilization?". Huntingon previa que com o término da guerra fria a fonte principal de conflitos não seria mais a ideologia política, nem a economia; os conflitos teriam como origem a cultura. Para ele, os embates ocorreriam entre nações e grupos pertencentes à civilizações diferentes. Os conflitos entre principados, Estados-Nações, e ideologias eram, na maioria das vezes, conflitos internos do Ocidente, os conflitos que viriam após a guerra fria seriam conflitos que envolveriam o Ocidente e as civilizações não-ocidentais, e entre as civilizações não-ocidentais. (HUNTINGON, 1993) O argumento de Huntingon teve grande repercussão principalmente após o início de uma série de conflitos que envolviam a questão da identidade na década de 90, como a crise na antiga Iugoslávia, tensões no Sudão, Índia, entre outros.

Wallerstein afirma que o mundo passou por grandes transformações com o fim da guerra fria. Uma nova corrente de pensamento chamada de estudos culturais ganhou forca, essa corrente surgiu desde a década de 70, na Inglaterra, entretanto atinge o seu auge na década de 90. Os estudos culturais são, frequentemente, associados ao multiculturalismo, que pode ser entendido como uma demanda política proveniente de grupos que se auto definem como ignorados ou reprimidos. Um outro conjunto de pensadores analisava a cultura de forma diferente, ela era entendida como uma fator gerador de futuras ameaças, ou "choque de civilizações", afirmando que as disputas se dariam entre o ocidente e os países não-ocidentais. O que era vista como uma perspectiva favorável para o multiculturalismo era vista como ameaça para essa outra corrente, representada, principalmente, por Huntingon, conforme já discutido. (WALLERSTEIN, 2004)

Os estudos culturais têm suas raízes com as problemáticas diferenciadas introduzidas a partir da década de 50, a partir da publicação de três importantes livros: Utilização da cultura,

ISBN: 978-85-7205-133-01

de Herbert Richard Hoggart, e Cultura e Sociedade, de Raymond Williams, e A formação da classe operária inglesa, de E. P. Thompson. Esses três livros formaram a base que apoiaria o surgimento dos estudos culturais. (HALL, 2003)

Os estudos culturais sofreram influência, também, do interacionismo social da escola de Chicago, principalmente, pela preocupação dos pesquisadores em fazer uso da etnografia para analisar valores, significações experimentadas, e vividas por atores sociais. Há, ainda, a forte influência do conceito de hegemonia de Gramsci, que pode ser entendida como a competência de um grupo em assumir a gerência intelectual e moral sobre a sociedade. O Centre of Contemporary Cultural Studies, fundado em 1964, na Universidade de Birmingham, Reino Unido, reunia grupos de trabalho que se preocupavam com diferentes áreas de pesquisa (literatura e sociedade, etnografia, teorias da linguagem) e buscavam associar seus trabalhos às questões propostas por movimentos sociais, principalmente o feminismo. (MATTELART, A; MATTELART, M. 1999)

O trabalho dos teóricos da corrente conhecida como pós-estruturalista, em que se encontram autores como Jacques Derrida e Michel Foucault, teve grande importância devido a consideração da linguagem nos debates teóricos das ciências sociais e da filosofia. A teoria pós-estruturalista teve influência em diversas esferas das ciências sociais. Um contexto em que exerceu muita influência foi na abordagem construtivista das relações internacionais. A partir da análise das normas e das linguagens utilizadas no cenário internacional, a vertente construtivista modernista-linguística procurou dar grande foco na linguagem e na forma de construção do sistema internacional; nessa vertente o papel do discurso e da cultura apresentam-se como fontes de pesquisa.

O construtivismo busca descrever a dinâmica, a contingências, e as condições culturais do mundo social. Apesar da grande diversidade entre os autores construtivistas, é possível assinalar algumas premissas dessa abordagem. Todas as abordagens construtivistas convergem no entendimento de uma ontologia que entende o social como subjetivamente e coletivamente construído. Outra premissa é a consideração da existência de uma mútua constituição entre agente e estrutura. O construtivismo trouxe grandes contribuições ao considerar o conhecimento intersubjetivo e as ideias como geradores de efeitos constitutivos sobre a realidade social. (ADLER, 2002)

ISBN: 978-85-7205-133-01

> "when draw upon by individuals, the rules, norms and cause-effect understandings that make material objects meaning-ful become te source of peoples's reasons, interests and intentional acts; when institutionalized, they become the source of international practices."(ADLER, 2002:102)

Para a abordagem construtivista os conceitos de comunicação social e racionalidade prática são muito importantes, esses conceitos dependem da linguagem, que é considerada o veículo da difusão e institucionalização de ideias, e a condição necessária para a persistências de práticas institucionalizadas. Os autores construtivas trouxeram novos objetos empíricos ao centro da pesquisa nas relações internacionais. Pesquisas sobre as normas internacionais, as identidades, a redefinição do conceito de soberania, e novos atores internacionais estiveram no centro da análise de autores construtivistas. (ADLER, 2002). Os novos objetos e abordagens propostos pelos construtivistas acrescentaram a análise do cenário internacional a partir de novos atores e perspectivas, considerando novos fatores que influenciam a atuação dos Estados, como a identidade, a cultura e as normas internacionais.

Cultura e organizações internacionais

Em relação à temática cultural, as instituições internacionais tem fomentado o diálogo entre os países, a cooperação internacional e a integração regional. Temos como exemplos a UNESCO, a Organização dos Estados Ibero-americano(OEI), e o Convênio Andrés Bello(CAB). Essas organizações internacionais entendem a cultura de um forma mais ampla, como legado dos povos, constituindo, assim, distintas formas de pensar, agir, e sentir. As instituições internacionais se dividem em dois eixos principais: a temática da diversidade, valorizando, assim, o respeito às diferenças; e a correlação entre cultura e desenvolvimento, compreendendo a cultura como um imperativo para o desenvolvimento humano. (RUBIM, 2005)

> "através da investigação realizada em 2004, no âmbito da Cátedra Andrés Bello - UFBA, sobre as políticas dos organismos multilaterais na área da cultura, constatou-se que as referidas instituições desempenhavam predominantemente o papel de arenas internacionais onde são promovidos intensos e profícuos debates sobre várias questões que permeiam o tema da cultura. Com a realização de inúmeros fóruns, conferências e encontros, as entidades acabam por se constituir em uma espécie de "elites intelectuais",

ISBN: 978-85-7205-133-01

> formuladoras de princípios e normas sobre temas candentes que perpassam o campo da cultura. A variedade de resoluções, de declarações e de acordos, derivados desses fóruns de discussão, reflete o importante papel desses atores enquanto formuladores e fomentadores de políticas culturais." (RUBIM, 2005:22)

As organizações internacionais têm, nos últimos anos, emergido como espaço prioritário para o debate e a elaboração de normas e de princípios que orientam políticas e práticas sociais na esfera cultural. Desse modo, se comportam como instâncias internacionais que conduzem a agenda internacional na esfera da cultura. (PITOMBO, 2007). Em 2005, foi adotada a Convenção sobre a Proteção da Diversidade de Expressões Culturais na UNESCO que visa orientar as políticas nacionais de proteção e promoção da diversidade cultural. A posição brasileira foi muito importante na Convenção, e exerceu grande influência entre os países subdesenvolvidos. O Brasil, juntamente com a União Europeia, o Canadá e outros países foram importante articuladores para a aprovação da Convenção, que sofreu grande oposição de países como os EUA e Israel. A argumentação técnica da posição brasileira foi definida pelo Ministério da Cultura, pontos importantes dessa argumentação foram: a inclusão da política cultural como ponto fundamental das políticas de desenvolvimento; necessidade de expansão do conceito de cultura; a importância de fortalecer as indústrias culturais dos países em desenvolvimento e manutenção da soberania estatal no âmbito das políticas culturais. (KAUARK, 2010)

A estratégia de transferência para o âmbito do jurídico, por meio de tratado internacional, que após ratificado possui caráter legal, representa um alteração na forma de regular o comércio de bens simbólicos, que, até o momento, era tratado a partir das legislações comerciais comuns.

> "Nesse sentido, o grande pano de fundo que abrigou o nascimento da convenção da diversidade é o tema da relação entre cultura e economia uma vez que o principal objetivo de tal empreitada era, em última instância, viabilizar a construção de um quadro internacional que favorecesse a regulação equilibrada das trocas comerciais de bens culturais. Pode-se afirmar então que o laborioso processo que culminou na criação de um tratado universal devotado à proteção e à promoção da diversidade das expressões humanas é tributário de toda uma trajetória sócio-histórica que elevou o mercado de bens simbólicos a um lugar de destaque na economia globalizada. E como não poderia deixar de ser, tal processo ilustra heuristicamente as ambivalências, disputas e tomadas de posições dos diversos atores sociais envolvidos, revelando com

ISBN: 978-85-7205-133-01

> clareza a complexidade que a relação entre cultura e economia acabou ganhando nos tempos contemporâneos." (PITOMBO, 2010)

A percepção principal que orientou as negociações foi a de que os bens culturais possuem uma particularidade e, por isso, não poderiam ser tratados simplesmente como mercadoria, já que ao seu consumo e produção estão vinculados valores, sentidos e identidades. (PITOMBO, 2010)

O caso do Mercosul

O período pós-guerra representou um momento em que, por um lado, os EUA passaram a dar menor ênfase aos acordos bilaterais de liberação econômica regional e a focalizar sua ação internacional na reconstrução econômica europeia, por outro, os países latino-americanos começaram a associar a concepção de união regional à noção de integração e desenvolvimento econômico. O surgimento da Organização das Nações Unidas e, posteriormente, da Comissão Econômica da ONU para a América Latina- CEPAL- abriram um espaço de promoção de uma concepção de integração não circunscrita ao víeis comercial. O pensamento cepalino teve muita influência na América Latina; o desenvolvimento econômico tornou-se o núcleo do debate, acreditava-se que a integração latino-americana juntamente com o programa de substituição de importações seria peça importante para a melhor inserção internacional dessa região. (OLIVEIRA, 2001) "Os projetos de integração regional, incluindo mesmo o Mercosul, cuja origem se dá já no contexto do chamado novo regionalismo, tem sido fruto direto das iniciativas das elites intelectuais e diplomáticas associadas à tradição da CEPAL, ALALC e ALADI." (OLIVEIRA, 2001: 52)

A partir de 1980, as políticas externas brasileira e argentina tiveram alguns pontos de convergência. A consolidação do compromisso com a democracia no Brasil, José Sarney(1985-1990), e na Argentina, Raúl Alfonsín(1983-1989) representou um momento de inflexão na forma de adaptar a política externa desses países. A parceria entre esses dois países foi sendo construída a partir da solução da questão de Itaipu-Corpus(1979) e com a Ata de Iguaçu (1985). Para a Argentina, a importância do Brasil como parceiro era visível, principalmente, na esfera econômica, o esgotamento do modelo de substituição de importações e os problemas gerados pela rápida abertura realizada pelos governos militares, fizeram com que esses países buscassem uma abertura regulada. A orientação liberal dos

ISBN: 978-85-7205-133-01

governos e as transformações no sistema internacional no início da década de noventa promoveram alterações no contexto e na substância da aproximação bilateral. (VAZ, 2002)

> "los formuladores de política que acompañaron a Collor de Mello en su estrategia de creación del MERCOSUR tenían claro objetivos cercanos al neoliberalismo. El bloque fue concebido como un instrumento para la redefinición de su inserción internacional, en el marco de una política de apertura económica (liberalización), iniciada por este presidente y continuada por las dos gestiones de F.H. Cardoso" (BERNAL-MERZA, 2008:160)

A intenção era aumentar a competitividade e a abertura da economia brasileira, alargando o poder de negociação e a extensão dos mercados por meio da integração regional. A integração no cone sul advinha, também, de uma estratégia de aumentar o seu poder de negociação frente aos Estados Unidos, e suas propostas de integração hemisférica. (BERNAL-MERZA, 2008). Marcos Azambuja, embaixador brasileiro, denominou o Mercosul como "Pré-Vestibular para a globalização", Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler brasileiro, afirmou que o Mercosul era o "laboratório para a globalização". Samuel Pinheiro Guimarães, outro embaixador brasileiro, em Globalização, guerra e violência, afirma que a globalização é um processo assimétrico, que gera maior desigualdade entre os Estados, e maior concentração de renda e poder econômico; o processo de expansão do capitalismo no pós-1989 gera deslocamentos nos setores hegemônicos internos dos Estados periféricos, e causa desagregação e desequilíbrio, decorrente da concorrência com o exterior. O embaixador acrescenta que o atual processo de globalização está profundamente associado à guerra e a violência. A guerra é vista como parte inerente do processo de expansão econômica e política. (GUIMARÃES, 2003) É possível perceber na visão da burocracia especializada uma visão acerca da globalização como algo que provém do exterior, e possui características que podem ser perigosas ao Brasil.

O novo regionalismo se estabeleceu por três motivos: 1) a morosidade e a complexidade das negociações multilaterais de liberação comercial no âmbito do GATT.2) Os EUA e as demais potências não possuíam forca para impor a liberalização comercial generalizada. 3) As consequências da liberalização imediata do comércio eram vistas com desconfiança, enquanto que as experiências europeias e latino-americanas acenavam para uma outra opção de atuação. Desse modo, muitos países latino-americanos passaram a conciliar o liberalismo com o regionalismo, buscando o benefício do comércio inter-regional e o melhoramento da capacidade negociadora por meio da unidade política. Nesse contexto surge

ISBN: 978-85-7205-133-01

o Mercosul que pode ser resumido no Tratado de Assunção(1991) e na formação de um mercado comum com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto(1994). (OLIVEIRA, 2001)

No âmbito do processo de integração existem diversos grupos com percepções diferentes desse processo. Os merocratas são os atores que agem a partir das chancelarias dos países envolvidos. Há, também, os empresários que se interessam pelas políticas industriais e pelas possibilidades de investimentos. Esses dois grupos conformam o primeiro nível de participação. O movimento sindical está no segundo nível de participação e sua presença é aumentada mesmo que ainda tenha pouco papel no processo decisório. Em relação ao aspecto ideológico do atores principais, a maioria deles apresentam vinculação de centro-direita ou de centro-esquerda. Os governos que foram eleitos durante a transição e a consolidação democrática no cone sul tiveram, em geral, características de centro. As principais posições de oposição ao Mercosul são encontradas tanto na extrema direita quanto na extrema esquerda, seja por visões baseadas no nacionalismo ou no internacionalismo. (HIRST, 1996)

A negociação da integração é realizada por meio de um processo de cúpulas, em que os funcionários estatais e representantes empresariais são atores protagônicos. Nas negociações coexistem lógicas distintas. Por um lado, uma lógica racional, baseada em um cálculo de custos e benefícios, os acordos baseados nessa lógica geram benefícios comuns, é muito difícil se alcançar acordos em áreas em que o benefício de um implica em custos aos outros, áreas em que a lógica de soma zero é presente; por outro, durante o processo de negociação, há um constante apelo identitário, baseado em uma identidade regional que ressalta a unidade histórica, a amizade o “destino” comum dos países membros. O realce dessas características comuns está presente, principalmente, nas declarações oficiais. (JELIN, 2000)

A partir de 1997, é possível perceber o surgimento de diversos acordos políticos de grande significado para o Mercosul. Entre os acordos políticos mais significantes estão o Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático (1998) e a Declaração política do Mercosul, Bolívia e Chile como zona de paz. (1999). O protocolo de Ushuaia reafirma a democracia como condição indispensável para o desenvolvimento do processo de integração, prevendo, também, em caso de ruptura com a ordem democrática, medidas como suspensão do país das instâncias negociadoras do Mercosul. A declaração política do Mercosul, Bolívia e Chile como zona de paz (1999) consagra a região como uma zona livre de armas de destruição em massa e reafirma a importância da paz para o avanço da integração. Esses

ISBN: 978-85-7205-133-01

acordos indicam uma abertura para futuros acordos que negociem temas não comerciais. Em 2001, é assinado o acordo Quadro sobre Meio ambiente do Mercosul, em que se reafirmou o compromisso com os acordos assinados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

Com a inviabilidade de manutenção do sistema de substituições de importações, a concepção de regionalismo aberto ganha forca. Pretendia-se com a integração regional realizar uma espécie de laboratório da globalização, inserindo o Brasil em um contexto regional, para que, desse modo, adquirisse competitividade para adentrar no mercado global. A partir de 2003, a agenda não comercial do Mercosul ganha forca, decorrente principalmente da tentativa de relançar esse projeto devido aos problemas gerados pela crise argentina e por divergências entre as partes. A crise do real em janeiro de 1999 e a crise argentina que se estende até 2002, momento de grande dificuldade para a economia argentina que chegou a apresentar índices de desemprego que superavam os 15%, fortes protestos nas ruas realizados pelos chamados "piqueteiros" e queda do PIB real em 1999, representam um quadro de crise do Mercosul, e de reconhecimento das vicissitudes operacionais do bloco. Vaz define esse momento como um momento de aprofundamento das crises, e dos esforços para a revitalização do bloco.

> "podem ser apontados fatores conjunturais de origem nacional – como abalos nos processos de estabilização respectivos do Brasil e da Argentina, que também impactaram os menores – e também elementos de natureza sistêmica ou estrutural, derivados da própria insuficiência do Mercosul enquanto arquitetura "disciplinadora" das principais políticas econômicas nacionais, macroeconômicas e setoriais." (ALMEIDA, 2011:04)

As mudanças nos governos dos países do Mercosul, e a alteração no eixo da cooperação entre Brasil e Argentina incentivaram a ideia de um novo lançamento do Mercosul. Esse novo impulso viria acompanhado das redefinições das prioridades regionais e da inclusão de novos temas. A aprovação do Programa de Trabalho (2004-2006) é um marco importante, pois a partir dele foram incluídos temas novos que não foram contemplados na década de 90. Os novos temas incluem a assimetria entre os países, a criação de um fundo estrutural, a articulação produtiva e alguns temas que fazem parte da nova agenda social e econômica. O programa de trabalho foi um sinal de inflexão entre o modelo de regionalismo aberto para o regionalismo estratégico do século XXI. (REVELEZ, 2013)

ISBN: 978-85-7205-133-01

No período pós-crise, há uma tentativa por partes dos governos dos Estados membros de reestruturar o Mercosul. Os governos nacionais, aparentemente, perceberam o problema da falta de legitimidade democrática. O programa de Trabalho (2004-2006) representou uma esforço de ampliação da participação da sociedade civil no processo integrador. Nesse período, é lançado o Plano estratégico (2001-2005) que intenta estabelecer marcos normativos, em diferente níveis, para a integração educativa. O plano buscava facilitar o reconhecimento dos diplomas universitários, incentivar uma maior movimentação entre os professores universitários e a ampliação do ensino das línguas portuguesa e espanhola. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

No campo cultural, tem destaque iniciativas voltadas à promoção e difusão cultural. O festival das três fronteiras, e a Bienal de artes do Mercosul são iniciativas relevantes, além disso, há um esforço de levantamento das indústrias culturais dos Estados membros, e a proposição da criação de um Fundo Cultural do Mercosul, que foi, posteriormente, criado por meio da decisão do Conselho do Mercado Comum pelo MERCOSUL/CMC/DEC. N° 38/10, em 2010. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

Considerações finais

O caso do Mercosul foi utilizado como um exemplo histórico de como, na atualidade, a cultura, além de outras funções, efeitos, e transformações, pode ser considerado como um recurso político a disposição dos Estados nacionais. A inserção da temática cultural nas análises das relações internacionais é sintomático da importância da formação de um mercado internacional, e transnacional de bens simbólicos. As políticas de reconhecimento tiveram, e ainda possuem uma grande relevância ao influenciar as práticas estatais. As políticas de reconhecimento exerceram influência, também, nas organizações internacionais do pós-segunda guerra, que ascendem atualmente no campo político e possuem um papel central na formulação de normas que pautam a atuação dos Estados.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Referências

ADLER, Emanuel. *Constructivism and International Relations*. In Handbook of International Relations. CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth (ORG). London : sage, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma História do Mercosul: do nascimento à crise. *Revista espaço acadêmico*. N° 119. Abril de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Intérpretes*. Jorge Zahar. 2010.

BERNAL-MERZA, Raúl. Argentina y Brasil en la política internacional: regionalismo y Mercosul (estrategias, cooperación y factores de tensión). *Rev. Bras. Polít. Int*. 51 (2): 154-178 [2008]

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 2005

_____. As condições sociais da circulação internacional das ideias. Tradução de Fernanda Abreu. *ENFOQUES- revista eletrônica*- RJ- vol.1. n°1. 2002.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo. Studio Nobel. 1995.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. *A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural*. IN A globalização e as ciências sociais. SANTOS, Boaventura de Sousa (ORG) – 2 ed- São Paulo- Cortez, 2002.

GUIMARÃES, Samuel. *Globalização, guerra e violência*. In A crise do Estado-Nação. NOVAES, Adauto(ORG). Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2003.

HESMONDHALGH, David; PRATT, Andy C. Cultural Industries and Cultural Policy. *International journal of cultural policy*, 11 (1). pp. 1-14.

HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur. Actores, Politización y Ideologia. In:

Estudos Avançados 10(27), 1996

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2003

INGLEHART, Ronald. *Modernização, Mudança Cultural E Democracia: A Sequência do Desenvolvimento Humano*. SAO PAULO: FRANCIS , 2005

ISBN: 978-85-7205-133-01

JELIN, Elizabeth. Diálogos, encuentros y desencuentros: los moviementos sociales en el Mercosur. *Cuadernos para el debate*. N° 10.

KAUARK, Giuliana. O Ministério da Cultura e a Convenção sobre a Diversidade Cultural. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. III ENECULT Salvador, BA. 2010.

MATO, Daniel. Des-fetichizar la "globalización": basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores. *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización*-2, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y UNESCO, 2001; pags.: 147-178

_____. Redes de "think tanks", fundaciones, empresarios, dirigentes sociales, economistas, periodistas y otros profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales a escala mundial. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización.* Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 131-153

MATTERLART, A. & MATTERLART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo Loyola. 1999.

NYE, Joseph. Soft Power. *Foreign Policy*, n°80. Twentieth anniversary, 1990. 153-171

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. *Power and Interdependence*. Longman, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. *Mercosul e Política*. São Paulo. 2001

PITOMBO, Mariella. Estado, Mercado e Sociedade Civil no processo da Convenção da UNESCO. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. III ENECULT Salvador, BA. 2010

_____. Narrativas tecidas, novas metafísicas: o papel das agências multilaterais na produção de sentido para a esfera cultural. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. VI ENECULT. Salvador, BA. 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. *Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano*. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. Siete cátedras para la integración. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170.

ISBN: 978-85-7205-133-01

REVELEZ, Lincoln Bizzozeiro. Mercosul: agenda de temas y debate de ideias en la segunda década del siglo XXI. *Boletim Meridiano* 47 vol.14, n.135, jan-fev, 2013.

TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Princeton University Press, 1993.

VAZ, Alcides; FIGUEIRA, Marcos Aurélio Belmont. A Agenda não-econômica do Mercosul: aportes para a integração? Centro Brasileiro de Relacoes Internacionais. CEBRI. Fevereiro, 2006.

VAZ, Alcides. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul.* Brasília. IBRI, 2002

ISBN: 978-85-7205-133-01

A CONSTRUÇÃO DO PARLASUL E O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DIRETA

LA CONSTRUCCIÓN DEL PARLASUL Y EL PROCESO DE REPRESENTACIÓN DIRECTA

Lucas Bispo dos Santos

Graduando em Relações Internacionais

Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – *Campus* Osasco

lucasbispoo18@gmail.com

RESUMO

Recentemente, assistiu-se no Mercosul a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Para este estudo, é analisado o histórico da criação do Parlamento. O trabalho foca na implantação da Representação Direta para o Parlamento e as consequências destas eleições para o Mercosul e para o próprio processo de integração. Reflete também sobre a maneira que o processo de integração do é gerido – intergovernamentalismo – e como essa diretriz afeta na própria institucionalização do bloco, sobretudo no Parlasul e na representação direta. Conclui-se que a representação direta pode gerar aprofundamento no processo de integração, no entanto, a estrutura institucional intergovernamentalista, bem como o déficit funcional do Parlasul e a demora na aprovação de leis que validem as eleições diretas em cada Estado-Parte, podem impedir que o aprofundamento ocorra.

Palavras-Chave: *Parlasul; Mercosul; Integração Regional; Representação Democrática; Parlamento Regional.*

RESUMÉN

Recientemente, hemos sido testigos de la creación del Parlamento del Mercosur (Parlasur) en el Mercosul. Para este estudio, se analiza lo histórico de la creación del Parlamento. El trabajo se centra en la aplicación de la Representación Directa para el Parlamento y las consecuencias de estas elecciones para el Mercosur y para el proceso de integración. También se refleja en la forma en que el proceso se logró - intergubernamentalismo - y cómo esto afecta en la institucionalización del bloque, especialmente en la representación directa recentimiente empreendida por el Parlamiento. A lo largo del trabajo, se concluye que la representación directa puede generar la profundización del proceso de integración, sin embargo, la estructura institucional intergovernamentalista, así como el déficit funcional del Parlasur y el retraso en la aprobación de leyes que validen las elecciones directas en cada Estado–Parte, pueden evitar que la profundización ocurre.

Palabras-Claves: *Parlasur; Mercorsur; Integración Regional; Representación Democratica; Parlamiento Regional.*

ISBN: 978-85-7205-133-01

INTRODUÇÃO

Este artigo estuda o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a maneira que se está construindo a representação direta dentro deste parlamento no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ele é dividido em três partes, na qual a primeira procura entender, a partir do histórico do Mercosul e de suas bases institucionais, como o Parlasul foi estruturado ao longo do processo de integração mercosulino, levando-se em consideração a existência prévia de Comissões Parlamentares neste processo. Em seguida, na segunda parte, reflete-se sobre as principais transformações empreendidas pela existência do Parlasul no processo de integração e como a Representação Direta, prevista no Protocolo Constitutivo do Parlamento, se dará no futuro, focando no caso brasileiro. Por fim, na última parte, investiga-se as possíveis consequências da institucionalização da Representação Direta dentro do Parlasul, e do processo de integração no Mercosul, tendo como base de análise o modo intergovernamentalista, sob o qual o processo de integração foi construído.

A CONSTRUÇÃO DO PARLASUL E AS SUAS FINALIDADES INICIAIS DENTRO DO MERCOSUL

Breve Histórico do Mercosul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os dois países que deram o impulso inicial para a assinatura do Tratado de Assunção, e a subsequente criação do Mercosul, foram Argentina e Brasil. Desde 1986, com os governos de Raul Alfonsín e José Sarney, respectivamente, Argentina e Brasil estabeleceram o Programa de Integração e Cooperação Econômica, que procurava estreitar os laços industriais entre os dois países e fortalecer a indústria na região (ALMEIDA, 2002), formalizado na assinatura do Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, assinado em 1988 (MARIANO, 2000).

Em dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto foi adotado, construindo uma estrutura intergovernamental para o Mercosul (ALMEIDA, 2002). A escolha pelo intergovernamentalismo, segundo Almeida (2002), é reflexo da busca dos governos em garantir um modelo de integração que respeitasse as soberanias nacionais, isso porque, os Estados-membros ainda estavam em processo de harmonização de suas políticas econômicas. Nesse sentido, deveriam ser preservadas as competências nacionais nas tomadas de decisões, como forma de manter o equilíbrio do processo de integração. Exatamente por esse motivo, o Artigo 37 do Protocolo de Ouro Preto (1994) constitui que “as decisões dos órgãos do

ISBN: 978-85-7205-133-01

Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes", o que reforça o caráter intergovernamental (HIRST, 1995).

Por outro lado, a escolha de um modelo intergovernamental pode provocar prejuízos ao desenvolvimento do processo de integração regional, pois este, ao avançar para o estágio do mercado comum, demanda a criação de instituições regionais, principalmente órgãos deliberativos e de solução de disputas. Portanto, a estrutura intergovernamental dos órgãos decisórios fragiliza a tomada de decisão do bloco (MALAMUD, 2003). Paulo Roberto Almeida (2002) também fez críticas ao modelo de consenso para as decisões, segundo o autor, ao mesmo tempo em que leva os quatro Estados a se colocarem de acordo para adotar uma decisão válida, o modelo também obriga certa negociação exaustiva de cada ponto relevante da agenda do bloco, acabando por introduzir rigidez estrutural.

Quanto à estrutura do Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto (1994) estabeleceu os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). O artigo 2 do Protocolo, por sua vez, estabelece que o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul são órgãos com capacidade decisória e de natureza intergovernamental. Trein (2000) em análise sobre os órgãos do bloco e divide-o em três esferas político-administrativas: decisão, execução e consulta. Nessa divisão, coloca o Conselho do Mercado Comum como o órgão máximo de decisão. O Grupo Mercado Comum, a Comissão de Comércio do Mercosul e a Secretaria Administrativa do Mercosul se encaixariam nos órgãos executórios. Por fim, como órgãos de consulta, o Foro Consultivo Econômico e Social e a Comissão Parlamentar Conjunta. Tal Comissão Parlamentar Conjunta acaba por ser o embrião do Parlamento do Mercosul (Parlasul), o tema deste trabalho.

As Comissões Parlamentares

As menções a uma Comissão Parlamentar Conjunta surgem desde a negociação bilateral entre Argentina e Brasil, no contexto prévio à assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. No Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, assinado em 1988, tem-se a existência de uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, sendo composta por dozes legisladores designados pelos poderes legislativos de cada Estado, com mandato de dois anos. Era uma comissão de caráter meramente consultivo, que

ISBN: 978-85-7205-133-01

examinava as negociações feitas pelo âmbito Executivo dos dois países, fazendo recomendações e encaminhando, em seguida, para a aprovação nas respectivas casas legislativas. Ela foi criada como forma de acelerar e facilitar a aprovação legislativa das negociações (MARIANO, 2000). A existência desta Comissão Parlamentar de Integração, ao colocar ela como órgão consultivo, e não como órgão aliado a uma Comissão Executiva negociadora do processo de integração entre os dois países, acaba por demonstrar a subordinação da primeira sobre a segunda, destituindo o caráter democrático representativo que os parlamentos possuem frente às populações de cada Estado (MARIANO, 2000). A Estrutura do processo de negociação entre os dois países era conformada por uma Comissão de Execução do Tratado, presidida pelos Presidentes dos países, por uma Comissão Técnica Conjunta de Estudo e Implementação e pela Comissão Parlamentar Conjunta de Integração (DRUMMOND, 2010).

Já a primeira menção de um órgão Parlamentar no âmbito do próprio Mercado Comum do Sul (Mercosul) se faz no Tratado de Assunção (1991). No Artigo 24 deste Tratado, encontra-se a menção ao estabelecimento de uma Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do Mercosul. No mesmo documento, diz-se que os Executivos de cada um dos Estados-membros "manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum" (MERCOSUL, 1991). As atribuições da CPC do Mercosul - herdeira da CPC da Integração entre Brasil e Argentina – estão estabelecidas como: acompanhar, analisar e propor recomendações aos órgãos institucionais do Mercosul (MARIANO, 2000). Vale ressaltar que, pelo Tratado de Assunção, a CPC do Mercosul ainda não faz parte da Estrutura Institucional do bloco, de fato. O seu lugar na estrutura institucional do Mercosul só será definido factualmente à partir do Protocolo de Ouro Preto (LUCIANO, 2013). No Regulamento da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (1991), há, no entanto, um indicativo entre os propósitos da Comissão de "fortalecer o espaço parlamentar no processo de integração, com vistas a futura instalação do Parlamento do Mercosul". Para Mariano (2000), a Comissão Parlamentar ainda objetiva possibilitar maior facilidade de tramitação das decisões de integração nos parlamentos nacionais, assumindo um papel secundário no andamento das negociações, demonstrando que as funções pouco evoluíram frente à CPC de Integração previamente citada.

Em seguida, no Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, é possível perceber um maior espaço para um esboço do Parlamento do Mercosul, isso porque já é estabelecido,

ISBN: 978-85-7205-133-01

como parte da estrutura institucional do Mercosul, a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), sendo tal Comissão descrita como o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes, como é visto no Artigo 22 do Protocolo. Nos artigos seguintes há uma breve descrição das atividades que a CPC terá cargo, como acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul (MERCOSUL, 1994), da mesma forma, a CPC fará recomendações ao Conselho do Mercado Comum e seus integrantes serão designados pelos respectivos parlamentos internos dos Estados Partes, de acordo com os procedimentos internos de cada um deles.

Pode-se considerar a CPC do Mercosul como um sinal de desejo dos pensadores do processo de que a integração no subcontinente deveria caminhar para espaços mais abrangentes além dos limites econômicos afirmados no Tratado de Assunção (ROCHA, 2008). Contudo, ao analisar rapidamente o âmbito parlamentar do Mercosul, percebe-se que a CPC apresentava dificuldades para desenvolver suas atividades dentro do bloco, isso porque os vínculos com os outros órgãos eram de natureza informal, o que não criava um canal de comunicação entre o órgão, a Comissão e os próprios Parlamentos Nacionais dos Estados-Partes (HIRST, 2002). Em contrapartida, para além da pouca institucionalidade atribuída à Comissão, é possível dizer que a CPC foge, ainda que minimamente, à regra intergovernamental que estrutura o processo integrativo do Mercosul e, por isso, assume um ponto de inflexão tão importante dentro do processo de integração, uma vez que este é conduzido majoritariamente pelas esferas executivas de cada Estado. Como bem ficou demonstrado no Protocolo de Ouro Preto, a CPC passou a constituir um órgão representativo dos Parlamentos Nacionais, e se tornou responsável pela aceleração da transposição dos procedimentos do Mercosul para a ordem jurídica dos Estados-membros (MALAMUD; SOUSA, 2005).

Contudo, o consenso como forma de tomar decisão dentro da própria Comissão, bem como o não empoderamento da CPC, tornaram a evolução do processo de integração bastante lenta. Apesar dos esforços da CPC para promover uma cooperação normativa entre os Estados-membros da organização, a mesma não obteve êxito em suas atividades, da mesma forma que não conseguiu *agilizar* os procedimentos de harmonização e integralização das normas dentro dos países membros (ANDRADE; LIMA; 2013). A CPC, desde o momento de sua institucionalização, tornou-se um órgão intermediário entre o centro decisório do Mercosul e os parlamentos nacionais, sem qualquer caráter propositivo (MARIANO, 2000).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ao longo dos anos de funcionamento, no entanto, a situação não evoluiu e o órgão não ganhou mais importância, uma vez que a CPC possuía baixo apoio técnico, sobretudo quando comparado com as estruturas executivas do Mercosul, com insumos tecnocráticos de alto rendimento (LUCIANO, 2013). A Comissão cumpria mais um papel de reação do que de ação, assumindo posições apenas quando era consultada, mesmo quando possuía capacidade institucional de estabelecer recomendações sobre a condução da integração por parte dos órgãos executivos (MARIANO *et al*, 2014)**.**

O Parlamento do Mercosul

A situação mudou quando ocorreram as eleições de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002, e de Nestor Kirchner na Argentina, em 2003. Ambas representaram um ensejo favorável acerca do movimento de parlamentarização do Mercosul (DRUMMOND, 2010). Houve, neste momento, uma mudança de estratégia para o Mercosul, com a definição de novas prioridades, como a correção de assimetrias entre os Estados membros e o aprofundamento da institucionalidade. Deste período, iniciam-se as criações do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o Tribunal Permanente de Revisão e o Parlamento do Mercosul. A criação do Parlasul foi também uma maneira de dar impulso ao processo de integração, pois o bloco passava por um período de estagnação após a década de 1990 – devido à maxidesvalorização do real e crise argentina, solapando a confiança dos membros no Mercosul (PIRES, 2009). Nesta mesma lógica, a institucionalização do Parlasul representa uma estratégia de fomentar a integração regional por meio de sua estrutura institucional: "aprofundar a integração regional e reconstruir o Mercado Comum do Sul perante a comunidade internacional voltou a ser prioridade" (LAMENHA; MEDEIROS; PAIVA, 2012, p. 163), após a crise que assolou o bloco.

Contudo, mesmo antes da necessidade de criação de um Parlamento do Mercosul ser considerada pelos presidentes, ensejando uma vontade política que conduzisse a ideia de parlamentarização para frente, já havia a demanda de parlamentares de dentro da CPC, que viam a criação de um verdadeiro Parlamento do Mercosul - para além de uma mera Comissão - como forma de engendrar mais força ao órgão, institucionalizando-o ainda mais dentro do Mercosul. Da mesma forma, já fazia parte das prerrogativas da CPC a criação futura de um parlamento regional (DRUMMOND, 2010). Assim, pode-se considerar três pontos essenciais da construção do Parlamento do Mercosul: a necessidade de dar um novo impulso ao bloco; a

ISBN: 978-85-7205-133-01

importância de dar a ele um caráter político e social, gerando maior representatividade das populações; e a necessidade de dar mais força institucional à Comissão Parlamentar Conjunta.

Em decorrência destes pontos e após diversas negociações entre os Estados Partes, assinou-se o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (PCPM), em 2005. Neste, institui-se o Parlamento do Mercosul (Parlasul) como órgão efetivo do bloco, substituindo a CPC. O documento citou a "firme vontade política de fortalecer e de aprofundar o processo de integração do MERCOSUL", além da ideia de que a instalação do Parlamento do Mercosul se coaduna com "uma adequada representação dos interesses dos cidadãos dos Estados Partes" (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005). A importância do momento é reiterada quando se considera a importância de fortalecer o âmbito institucional de cooperação interparlamentar, o avanço nos objetivos previstos de harmonização das legislações nacionais nas áreas pertinentes e *agilização* da incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos da normativa do MERCOSUL que requeira aprovação legislativa por parte de cada membro do bloco (PIRES, 2009). Entre os diversos propósitos do Parlamento, é importante salientar os que exaltam a conformação de uma identidade regional, a participação da população no processo integrativo e o aprofundamento da integração entre os países, sendo os principais: a ideia de representar os povos do Mercosul, respeitando sua pluralidade ideológica e política, de garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração e contribuir para consolidar a integração latino-americana mediante o aprofundamento e ampliação do Mercosul (PCPM, 205).

O Protocolo Constitutivo (2005) estabeleceu que os parlamentares serão eleitos pelos cidadãos de cada Estado-Parte, por meio do sufrágio direto, universal e secreto, ainda que o mecanismo seja previsto de acordo com a legislação interna de cada Estado, o mandato será de quatro anos, a partir da data inicial do período legislativo, quando os parlamentares deverão tomar posse. O Protocolo apresenta um cronograma de transição do Parlamento, visando adequar as mudanças da CPC para o Parlasul, bem como dando espaço hábil para os Estados-Partes se coadunarem com as modificações necessárias. No Brasil, a primeira eleição para o Parlamento estaria prevista para o ano de 2014, correspondente à segunda etapa de transição, na qual se estabelecia que todos os Parlamentares em exercício de funções no Parlamento durante a segunda etapa da transição, deverão ser eleitos diretamente antes do início da mesma (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005), levando-se em consideração que

ISBN: 978-85-7205-133-01

a segunda etapa de transição corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2014.

Com a presença dos quatro países membros e da Venezuela - que se tornaria membro pleno do bloco em 2012 - a Sessão de instalação ocorreu em Montevidéu em maio de 2007, cidade que foi definida como sede oficial do Parlamento do MERCOSUL, ocasião em que os 18 parlamentares de cada país, indicados pelos parlamentos nacionais, tomaram posse (GUBERT, 2013). Com o advento do Parlasul na estrutura organizacional do Mercosul, denota-se um sopro de institucionalização recente no processo integracionista do bloco, estimulando a diminuição do déficit democrático nessa estrutura (JUNQUEIRA; LUCIANO, 2014). Com a ideia de institucionalização se consolidando dentro do Mercosul, sobretudo após o Protocolo de Ouro Preto, bem como o ideal da democracia sendo considerado fundamental pelos Estados-membros ao longo dos anos de transição democrática no Cone Sul, a representação demonstrava cada vez mais ser essencial para dar legitimidade do bloco frente às populações nacionais dos países membros.

O Mercosul apresentou um nível modesto de institucionalização por ter apenas órgãos centrais de decisão de caráter intergovernamental, portanto o Parlasul reapresenta uma força inovadora nesta Estrutura Institucional, com o intuito de representar a população dos Estados Partes da integração. Em contrapartida, por ser apenas um órgão de caráter consultivo, compromete-se sua contribuição à redução do déficit, pois mantém a totalidade do processo decisório mercosulino nas mãos das chancelarias nacionais e dos poderes executivos dos Estados, como ocorre desde o início do bloco. Ao mesmo tempo, sempre houve preocupação em dar legitimidade ao processo de integração, trazendo o âmbito legislativo a tal estrutura – evidenciado pela CPC instituída pelo Protocolo de Ouro Preto (JUNQUEIRA; LUCIANO, 2014). Ainda que houvesse, como principal objetivo, a necessidade de tornar mais célere o processo de aprovação dos Tratados firmados entre os países, existiu também a preocupação que a negociação entre eles fosse construída sob a visão das respectivas casas legislativas de cada Estado-Parte.

Para além da importância de legitimidade que o Parlasul assumiu, existe também certa dimensão de supranacionalidade que o órgão confere ao Mercosul. De acordo com o Artigo 1 do PCPM, o Parlamento do Mercosul é um "órgão de representação de seus povos, independente e autônomo" (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005). Pode-se depreender deste dispositivo a existência de dimensão de supranacionalidade dentro do órgão, uma vez

ISBN: 978-85-7205-133-01

que em sua constituição seu caráter independente, autônomo e representativo é assumido (SILVA, 2011). O Parlasul, ao ser instituído, ofertou ao processo de integração um novo fôlego ao estabelecer uma visão regional do processo e não apenas mero conjunto de visões e interesses nacionais. É uma tentativa de refletir as diversas regiões do Mercosul, bem como de aumentar a representatividade dos povos delas dentro da integração (MARIANO *et al*, 2014).

Apesar dos avanços de institucionalização dentro do processo de Integração, desde a criação da CPC de Integração entre Brasil e Argentina, até o atual Parlasul, demonstra-se que o âmbito parlamentar permanece submisso aos órgãos de caráter executivo da integração, caracterizando pouca redução do déficit democrático no processo de integração como um todo e solapando a incipiente supranacionalidade do órgão. A submissão do Parlasul às instâncias de caráter executivo pode se transformar na medida em que as eleições diretas, propostas pelo PCPM, ocorrerem em todos os Estados Membros. A adoção do sufrágio universal constitui ponto crucial para reflexão sobre as transformações que o Parlasul pode gerar dentro do Mercosul. Portanto, devem-se levar em consideração os dispositivos normativos propostos inicialmente pelo Protocolo Constitutivo, as discussões relativas à representatividade de cada Estado dentro do órgão parlamentar e, por fim, a instalação das eleições diretas dentro dos Estados membros, focando o caso brasileiro, neste estudo.

A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO DIRETA NO PARLASUL

Principais Transformações Empreendidas pelo Parlasul

Desde o momento em que o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul foi firmado, em 9 de dezembro de 2005, na cidade de Montevidéu, já se considerava a importância de existir um órgão dentro do Mercosul que representasse os cidadãos dos Estados Partes, o que fica claro no trecho: "(...) a instalação do Parlamento do MERCOSUL, com uma adequada representação dos interesses dos cidadãos dos Estados Partes" (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005). No mesmo trecho considera-se que o Parlasul contribuirá para a democracia, participação, representatividade e legitimidade do processo de integração. O Protocolo também estabelece algumas diretrizes para efetivar uma futura eleição direta para o Parlamento.

As diretrizes podem ser encontradas no Artigo 6 do PCPM, sobre as Eleições. Ele estabelece que os Parlamentares serão eleitos pelos cidadãos dos respectivos Estados Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto, com mandato comum de quatro anos. Além disso, o mecanismo de eleição dos Parlamentares será regido pelo previsto na legislação

ISBN: 978-85-7205-133-01

nacional de cada Estado, sempre procurando adequar a representação de gênero, raça, etnia e regiões (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005). Contudo, como os Estados-Partes ainda não regularizaram as votações diretas - com exceção do Paraguai, onde as eleições ocorrem no mesmo dia que as eleições presidenciais - ainda não ocorrem eleições para o Parlasul.

O Protocolo também determina um período de transição entre a CPC e a instalação completa do Parlasul. Em um primeiro período (31 de dezembro de 2006 até 31 de dezembro de 2010), os Parlamentos nacionais dos Estados-Partes teriam que designar 18 parlamentares para atuar na esfera do Parlasul, bem como seus respectivos suplentes. Em um segundo momento (1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014), os Estados-Partes, de acordo com a agenda eleitoral de cada um, deveriam executar eleições nacionais para os parlamentares (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005), a partir de então, haveria um critério de representatividade em relação ao número de parlamentares, para cada Estado-Parte. Conforme o Protocolo (2005), a primeira eleição deveria ser realizada até e durante o ano de 2014 e, em seguida, seria instituído o "Dia do MERCOSUL cidadão", no qual as eleições seriam realizadas todas no mesmo dia. Como citado anteriormente, apenas o Paraguai elegeu por sufrágio direto seus parlamentares. Dentro da evolução dos órgãos parlamentares de integração até o momento, a previsão de realização de eleições diretas pode ser considerada como uma das mais importantes mudanças dentro do arcabouço institucional do âmbito parlamentar do Mercosul e do próprio bloco (LUCIANO, 2013). Não apenas a eleição direta para a escolha de seus integrantes, mas também a representação proporcional entre os países - levando em consideração para o cálculo de suas delegações o tamanho das populações dos Estados-membros - e a estruturação de uma incipiente supranacionalidade, contra a forte tendência histórica de intergovernamentalismo do Mercosul (MARIANO *et al*, 2014).

As eleições diretas e a proporcionalidade dos representantes dentro do Parlamento foram questões de grande discussão quando se iniciaram as negociações para a construção do Protocolo Constitutivo. A CPC possuía um sistema de decisão por consenso, de acordo com seu Regimento Interno, Artigo XIII, as decisões da Comissão deveriam ser tomadas por Consenso, sempre expressando o voto de todos os integrantes das representações de cada Estado-Parte, era, portanto, uma decisão única para cada Estado. Por essa lógica, um Estado possuía a capacidade de vetar alguma decisão, o que torna a Comissão muito mais próxima de um Conselho de Estados do que de um Órgão Parlamentar. Ademais, a necessidade de decisão *una* por representação nacional retirava a capacidade de o indivíduo votar a favor de

ISBN: 978-85-7205-133-01

sua opinião, atentando contra a própria legalidade de um órgão parlamentar (DRUMMOND, 2010). Haveria, portanto, uma ideia generalizada entre os parlamentares que o Parlamento do Mercosul deveria modificar sua maneira de tomada de decisão, aproximando-se dos votos de verdadeiras casas parlamentares. Ficou, então, acordado as decisões por maioria simples, absoluta, especial ou qualificada, de acordo com o Artigo 15 do Protocolo (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005).

Além da mudança da decisão por consenso para uma decisão por maioria, outra discussão fundamental foi a representação proporcional no Parlamento, extinguindo a paridade existente. Devido às grandes diferenças populacionais entre os países, sobretudo do Brasil e Argentina em relação ao Paraguai e Uruguai, havia certa resistência quanto à criação da proporcionalidade entre os representantes. Não obstante, foi criada a proposta de "Representação Cidadã" – já citada no Artigo 5 do Protocolo, como forma de integração do Parlamento - que tem como pano de fundo o conceito de Proporcionalidade Atenuada.

Referente às negociações da adoção da Representação Cidadã, o melhor método encontrado foi o mesmo adotado pelo Parlamento Europeu, da União Europeia, o método da proporcionalidade regressiva. Neste um número mínimo de representantes é definido por país e a este se agregam cadeiras por cada grupo populacional superior ao piso em intervalos cada vez maiores, para propiciar a pretendida atenuação da proporcionalidade (DRUMMMOND, 2010, p. 358). O Paraguai já havia realizado suas primeiras eleições diretas em 2008, juntamente com as suas eleições presidenciais, essa antecipação das eleições, antes mesmo da criação de uma representação proporcional, foi arquitetada pelo país como forma de forçar o piso dos deputados do Mercosul para 18, o número que todos possuíam, até então, elevando o piso e dando vantagem ao Paraguai dentro do órgão, país pouco populoso, uma vez que havia o interesse do país de não reduzir sua bancada para abaixo desse número (MARIANO *et al*, 2014). A proposta da Proporcionalidade Atenuada, após ser aceita por todos, foi firmada por um acordo político em 28 de abril de 2009, "o Acordo estabelece que até 2014, quando finda a segunda fase da transição, a Argentina e o Brasil elegerão 26 e 37 representantes, respectivamente, que corresponde a um terço da diferença entre o piso (18) e o número máximo atribuído a cada um desses Estados Partes" (DRUMMOND, 2010, p. 361).

Após a consumação das primeiras eleições diretas em todos os Estados membros, Brasil e Argentina teriam suas bancadas elevadas para 75 e 43 parlamentares, respectivamente, sobretudo após a entrada da Venezuela, que força o aumento das vagas,

ISBN: 978-85-7205-133-01

dado a entrada de um novo Estado-Parte. Até o momento, o Parlamento do Mercosul já possui diferenciação numérica, estando na segunda fase de transição, a Venezuela, por sua vez, angaria 31 vagas. As eleições deveriam ocorrer em 2014, como cita os períodos de transição do próprio Protocolo, entretanto, elas não ocorreram e o prazo foi postergado para 2020 (MARIANO *et al*, 2014). A postergação ocorre uma vez que ainda se discutem Decretos de Lei que permitam a realização das eleições dentro dos Congressos Nacionais dos Estados, sobretudo da Argentina e do Brasil. No próximo item, este trabalho analisará a situação dos Decretos de Lei no Brasil e comentará, de maneira sucinta, a situação destes na Argentina, Uruguai e Venezuela.

Além da adoção do Sufrágio Universal e da Representação Proporcional, há um terceiro fator que pode apresentar substanciais mudanças no processo de integração do Mercosul: a formação de grupos políticos, partidários e ideológicos dentro do Parlamento do Mercosul. De acordo com o Artigo 33 do Regimento Interno do Parlamento, "os Parlamentares poderão constituir-se em grupos de acordo com suas afinidades políticas". Neste caso, há a exigência de no mínimo 10% da composição do Parlamento, se forem representantes de apenas um Estado-Parte ou de no mínimo 5 parlamentares, caso sejam representantes de mais de um Estado-Parte (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2007). De acordo com Drummond (2010), o processo de negociação da Representação Cidadã, por meio da Proporcionalidade Atenuada, teve como um dos pontos fundamentais a formação de uma Bancada Progressista – que votou a favor da Representação Proporcional - dentro do Parlasul, nos moldes possibilitados pelo Regimento Interno. Segundo ela, a Bancada Progressista reúne representantes dos partidos ou blocos de esquerda, dos quatro Estados Partes do Parlamento, se estabelecendo, até então, como o único grupo político de peso dentro do Parlasul e se reunindo um dia antes das sessões do Parlamento - estão entre eles, o Partido dos Trabalhadores (Brasil), Frente Amplio (Uruguai), Partido Justicialista (Argentina) e Frente Guasú (Paraguai). A formação do grupo político mostra-se interessante porque fomenta a ideia de o Parlamento do Mercosul ser um espaço de discussão regional, em que as visões da região sejam discutidas, não apenas com base nos interesses nacionais, mas com base nas afinidades ideológicas e nos interesses da região (DRUMMOND, 2010).

Uma das explicações que torna a formação dos grupos políticos factível é o voto por maioria, e não por delegação ou consenso como era no período da CPC, isso porque, permite a aproximação de parlamentares e grupos com afinidades políticas, para ganhar força dentro

ISBN: 978-85-7205-133-01

do Parlamento. Essa construção incipiente de grupos políticos torna ingente a concepção, também incipiente, de o Parlasul ser um órgão com certa dimensão de supranacionalidade dentro da Estrutura Institucional e intergovernamental do Mercosul (PIRES, 2009).

A Representação Direta: O Caso Brasileiro

Ainda que não tenha ocorrido a realização das eleições diretas para parlamentar do Parlasul, como já afirmando anteriormente, existe uma representação brasileira dentro do Parlamento, indicada pelo Congresso Nacional. A Representação Brasileira tem funções atribuídas pela Resolução Nº1 do Congresso Nacional, feita em 2011. A resolução foi de caráter definitivo (evitando que ocorresse um vácuo de representação e que isso paralisasse o Parlasul por falta de quórum), até que se realizem as eleições diretas. A resolução ampliou de 18 para 37 os parlamentares - efetivando o que fora cumprido nas negociações do critério da Representação Cidadã, dos 37 parlamentares, serão 27 deputados e 10 senadores (MAGALHÃES, 2011). A aprovação da resolução foi feita com o intuito de permitir que fosse votado um decreto de lei que configurasse como seriam as eleições diretas brasileiras para o Parlamento do Mercosul em 2012. Como não foi possível a votação de uma lei específica para as eleições até aquele momento, permanece-se a indicação dos 37 parlamentares (GUBERT, 2013).

Em relação à representação brasileira no Parlamento, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que os parlamentares indicados para a representação, geralmente, possuem conhecimento na área de Relações Exteriores, muito deles fazem parte das respectivas Comissões de Relações Exteriores de cada casa. Todavia, só 16,65% dos indicados já apresentaram algum tipo de projeto referente ao Mercosul no Congresso Nacional e menos da metade discursou sobre assuntos que fossem relacionados ao Mercosul. O IPEA considerou que o quadro descrito acima demonstra a importância para a determinação de uma lei que estabeleça as eleições diretas para os parlamentares do Mercosul (IPEA, 2012). Isso porque, parlamentares eleitos diretamente para o Parlasul desempenhariam a função em tempo integral, fazendo parte das discussões relativas ao bloco e à região, se apropriando da função e de suas competências, uma vez que não terá que compartilhar seu tempo com outras funções nacionais. Tendo em vista essa necessidade, existem hoje dois importantes Decretos de Lei para constituir uma lei para as eleições diretas do Mercosul, o primeiro proveniente da Câmara dos Deputados e outro do Senado.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O Projeto de Lei nº 5279, de 2009, de autoria do Deputado Carlos Zarattini foi previsto para regulamentar as eleições de 2010, mas não foi votado a tempo (LUCIANO, 2013). De acordo com uma Nota Informativa Nº 1966 do Senado Federal, de 2013, esta seria uma lei especial apenas para as primeiras eleições para o Parlamento do Mercosul. A lista seria de candidaturas preordenadas, sendo que os dez primeiros representantes da lista deveriam englobar representantes de cada sexo e das regiões do país. O Deputado Dr. Rosinha tornou a versão de Carlos Zarattini mais completa, adicionando, em especial, um parágrafo que trata sobre o financiamento público de campanha (GUBERT, 2013). Este Projeto tinha como intenção ser adotado para eleições já em 2014, o que não ocorreu pela não votação a tempo. Por sua vez, o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2011, é de autoria do Senador Lindbergh Farias. A ideia inicial era que as eleições para o Parlasul seriam realizadas em sete de outubro de 2012, junto com as eleições para Prefeito e Vereador, o que também não ocorreu por não ter sido aprovado a tempo (SENADO FEDERAL, 2013). De acordo com este Projeto, dos 74 parlamentares eleitos pelo Brasil, 27 seriam eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal, denominados de "Representantes Estaduais". Os outros quarenta e oito parlamentares, denominados de "Representantes Federais", seriam eleitos por um sistema proporcional de acordo quantidade de lugares que os Estados têm na Câmara dos Deputados, por meio de listas fechadas e preordenadas de candidatos, registrados pelos Partidos e Coligações.

O Estudo do IPEA analisou as duas propostas elencando certas similaridades e diferenças entre elas. As similaridades seriam que ambas estabelecem o financiamento público de campanha com 5% do Fundo Partidário; o uso da propaganda eleitoral gratuita; bem como o sufrágio universal, direto e secreto, com igualdade de representação de gêneros e regiões (IPEA, 2012). Outro ponto interessante que deve ser ressaltado é a necessidade de disponibilidade de tempo exclusivo ao TSE para que sejam esclarecidas às populações as funções do Parlamento do Mercosul, dos parlamentares, como serão as eleições e quais são os seus intuitos dentro do processo de integração (LUCIANO, 2014). A grande diferença entre as duas propostas se encontra na circunscrição. Enquanto a proposta da Câmara dos Deputados propõe uma circunscrição nacional, o Senado propõe circunscrição estadual. Ou seja, no caso da Câmara, as vagas serão disputadas em todo o território nacional e no caso do Senado, as vagas seriam disputadas parte em território nacional e parte pelos estados da federação e pelo Distrito Federal (LUCIANO, 2013). Quanto ao sistema de eleição e às

ISBN: 978-85-7205-133-01

coligações, a proposta da Câmara considera que o eleitor vote no número do partido, ou seja, em listas preordenadas e que não sejam permitidas coligações. A proposta do Senado, por sua vez, elaborou um sistema misto, no qual os parlamentares eleitos pelo sistema proporcional seriam votados por lista preordenada, enquanto os outros seriam votados pelo sistema majoritário, ou seja, o voto no candidato e as coligações serão permitidas (IPEA, 2012). Após cada um dos projetos ser aprovado em suas respectivas casas, eles devem ser aprovados na outra. Segundo o IPEA (2012), o mais provável é que ocorra uma negociação entre os autores, como forma de chegar a um acordo entre os dois projetos.

Por fim, em relação aos projetos de eleições diretas para o Parlasul que tramitam no Congresso Nacional é fundamental acrescentar que é possível enxergar certo transbordamento da reforma política nacional para o âmbito regional. Os elementos da reforma política brasileira, que se apresentam em ambas as propostas são: financiamento público de campanha; listas preordenadas e fechadas; maior representação de gênero e a discussão do fim das coalizões nas escolhas de candidatos (MARIANO *et al*, 2014). Levando em consideração esse transbordamento, é possível compreender que a aprovação dos Projetos – e a negociação destes – não ocorrem por não haver uma concordância se deve ou não acontecer eleições diretas para o Parlasul, mas sim sobre os pontos polêmicos da reforma política que estão presentes nas duas propostas, pontos estes que ainda não encontraram uma definição no próprio âmbito nacional da reforma política (LUCIANO, 2014). Em 2013, um novo Projeto de Lei foi apresentado pelo Senado, feito pelo Senador Roberto Requião, neste os parlamentares serão eleitos por voto majoritário, com utilização de listas abertas de candidatos pelos respectivos partidos. É, portanto, uma clara tentativa de esvaziamento das discussões que suscitam certos pontos da reforma política (LUCIANO, 2014).

Quanto à Argentina, segundo Luciano (2014), em levantamento no site do Congresso Nacional argentino, já havia 20 projetos referentes às eleições diretas para o Parlasul. A intenção é que já exista uma lei regulamentada que permita a realização de eleições para o Parlasul junto às próximas eleições presidenciais do país, que se realizarão em 2015. Em relação ao Paraguai, como afirmado anteriormente, as eleições diretas ocorrem desde 2008, em consonância com as eleições presidenciais, o que foi criticado, uma vez que as eleições nacionais à presidência acabam por fazer sombra às discussões relacionadas ao âmbito regional. No caso do Uruguai, o legislativo desse país ainda não apresentou nenhuma proposta de regulamentação para o Parlasul. Por último, a Venezuela, como o membro mais recente do

ISBN: 978-85-7205-133-01

bloco, com adesão de julho de 2012, ainda está em processo de harmonização de suas normas com as normas do bloco. Por conta desse processo recente de adesão, nada foi encontrado em referência a uma proposição de lei para eleições diretas para o Parlasul, no legislativo venezuelano (LUCIANO, 2014).

AS CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DIRETA

Representação Democrática por meio do Parlasul

Como fora previsto pelo Protocolo Constitutivo do Mercosul e suas etapas de transição, as eleições diretas deveriam ter ocorrido em todos os Estados Parte até o ano de 2014. Como anteriormente afirmado ao longo do trabalho, tais eleições ocorreram apenas no Paraguai e estão em processo de regulamentação no Brasil e na Argentina, enquanto que no Uruguai e na Venezuela pouco foi discutido sobre. Por conta disso, na Sessão Plenária de 2013, o Parlasul encaminhou para o Conselho do Mercado Comum uma recomendação de extensão da data limite de realização das eleições diretas, estendendo-as para 2020 (LUCIANO, 2013). A inclusão das eleições diretas e a subsequente efetivação da Representação Cidadã dentro do Parlasul traria importantes mudanças para o processo de integração do Mercosul, segundo ele "o aumento do número de parlamentares e a dedicação exclusiva destes aos mandatos regionais podem tornar mais relevante a estrutura parlamentar dentro do processo de integração regional" (LUCIANO, 2013, p. 91).

Nesta linha de raciocínio, a implantação das eleições diretas surge como uma estratégia de aprofundamento institucional do bloco por meio da solução de um problema intrínseco ao processo de integração, o déficit democrático. Esse déficit é resolvido não apenas pela possibilidade dos cidadãos dos Estados Parte elegerem um Parlamentar para lhes representarem na estrutura institucional do Mercosul, mas também pela própria ideia de representação cidadã, relacionando a conformação da estrutura parlamentar do órgão com as assimetrias populacionais internas à região do Cone Sul (MARIANO *et al*, 2014). Quando foi analisado previamente a construção da estrutura institucional do Mercosul, afirmou-se em diversos momentos que esta foi capitaneada pelos Poderes Executivos de cada Estado, sobretudo da Argentina e do Brasil. É possível considerar, portanto, que a estrutura institucional do processo de integração como o Mercosul acaba por tornar pouco permeável a participação das sociedades civis no processo, justamente pelo fato deste ser feito à partir da esfera maior de poder, as respectivas presidências. No caso mercosulino, mesmo com a

ISBN: 978-85-7205-133-01

criação das Comissões Parlamentares Conjuntas ao longo do processo, estas possuíam um caráter meramente consultivo, além de terem como principal função a mera *agilização* e harmonização dos tratados e protocolos firmados entre os Estados e seus respectivos Congressos Nacionais. A opinião das sociedades embarcadas no processo de integração acaba por ser solapada e é neste momento que o déficit democrático de uma integração regional fica evidente. A necessidade de incluir instituições regionais que busquem diminuir esse déficit surge da percepção deste problema (MARIANO *et al*, 2014).

Não obstante, é evidente que o Parlamento do Mercosul, tal como eram as Comissões Parlamentares Conjuntas, ainda é caracterizado pela baixa funcionalidade institucional dentro do Mercosul, sobretudo por conta da função consultiva que ainda carrega dessas duas antigas instâncias. Houve, no entanto, avanços de competências frente a elas, o que fica comprovado ao se analisar o Protocolo Constitutivo do Parlasul. Segundo o Protocolo, o Parlasul poderá propor projetos de normas e anteprojetos de normas. Os projetos de normas devem ser levados ao Conselho do Mercado Comum para serem aprovados e os anteprojetos de normas – com vistas à harmonização das legislações nacionais – devem ser enviados para os respectivos parlamentos nacionais (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005). É perceptível, ainda, certa submissão do Parlamento ao CMC, o órgão decisório máximo do Mercosul, entretanto, há um avanço claro entre a possibilidade de proposição de projetos de normas e anteprojetos, frente às competências escassas e meramente consultivas, por meio de recomendações e declarações, das antigas Comissões Parlamentares.

Além da proposição de normas e anteprojetos de normas, o Parlasul possui também a competência de receber no início e no final de cada semestre a Presidência Pro Tempore do Mercosul, como prevê o Artigo 4, nos Incisos 6 e 7. O Parlasul poderia também convidar representantes dos órgãos do Mercosul, para informar a qualquer momento sobre o andamento da integração. Essas visitas teriam como função o controle do processo de integração, permitindo uma maior funcionalidade do Parlamento dentro da estrutura institucional do órgão, utilizando de todas as competências dadas a ele, de acordo com seu próprio Protocolo Constitutivo (DRUMMOND, 2010). Um controle parlamentar eficaz pressupõe também mecanismos que observem a transparência e a responsabilidade das ações do âmbito executivo do processo de integração. Por isso, receber a prestação de contas periódica do executivo, bem como relatórios sobre orçamento deste, são atividades básicas de controle do

ISBN: 978-85-7205-133-01

Parlamento sobre o Conselho e que fariam uma diferença importante dentro do desequilibrado processo de integração mercosulino, que sempre pendeu para o lado Executivo (DRI, 2007).

A maior complexidade institucional do Parlasul frente às Comissões Parlamentares, como demonstra o aumento das competências deste frente aos órgãos interiores, pode aumentar a expectativa dos atores políticos que fazem parte do Parlamento, o que também ajudaria no aprofundamento da integração. Neste sentido, Mariano e Luciano (2014), afirmam que entre os líderes de partidos políticos há uma expectativa que um Parlamento diretamente eleito, possuindo membros com dedicação exclusiva, estimulará um maior debate dentro do órgão, impulsionando também a formação de grupos políticos e ideológicos, como a já citada Bancada Progressista, que podem tornar ingente a ideia de uma visão política e ideológica regional e não apenas com base em interesses nacionais. Há, contudo, uma visão mais pessimista das eleições diretas, esta visão se ancora na ideia de que a dificuldade que os Parlamentos Nacionais, sobretudo o Congresso Nacional brasileiro, estão tendo de regulamentar as eleições diretas para o Parlasul demonstram a preponderância dos temas nacionais sobre os temas de integração regional (MARIANO *et al*, 2014). Essa constatação fica bastante clara em relação ao transbordamento da reforma política nacional para a discussão dos projetos de lei referentes à representação direta para o Parlasul, como ficou claro na exposição dos Projetos de Lei propostos pela Câmara e pelo Senado. As eleições para o Parlasul assumem muito mais uma característica de experimento nacional para a reforma política, do que a importância de constituírem um canal de representação dos cidadãos do Mercosul, bem como um momento propício de discussão de temas relativos à integração regional (MARIANO *et al*, 2014).

Outra visão crítica das eleições diretas está na visibilidade que o próprio parlamento possui e as incertezas relativas às funções do Parlamento. Atualmente, uma das funções centrais, na prática, do Parlasul é servir de elo entre os Congressos Nacionais e o processo de integração mercosulino. Uma vez estabelecidas as eleições diretas, o elo se romperia. Sem possuir um papel decisório fundamental dentro da estrutura institucional do Mercosul, a pergunta essencial a se fazer é: qual seria a motivação dos parlamentares para desempenharem suas funções dentro do Parlamento? A crítica se torna ainda mais contundente quando se recorda que, entre os anos de 2012 e 2013, o Parlamento ficou fechado por falta de quórum, uma vez que as Representações Brasileira e Argentina não haviam sido escolhidas pelos respectivos Congressos. Durante o tempo em que o Parlamento ficou fechado, no entanto, foi

ISBN: 978-85-7205-133-01

pouca ou nenhuma a diferença que este fez dentro da Estrutura Institucional do Mercosul (MARIANO *et al*, 2014). São questionamentos como este que conduzem à necessidade de tornar mais importante a participação do Parlamento dentro da estrutura do Mercosul. ainda que o Parlasul tenha sido instituído, entre outros motivos, como forma de aprofundar a institucionalização do bloco, este órgão depende claramente do consenso Executivo dos Estados-Partes, na figura do Conselho do Mercado Comum, em permitir que seu funcionamento seja pleno e que possua um poder maior dentro da estrutura do processo de integração (MARIANO; QUIRINO, 2014).

A Possível Supranacionalidade

A lógica intergovernamentalista do Mercosul fica evidente não apenas na maneira que o processo de integração do bloco foi conduzido, por meio dos Poderes Executivos – os presidentes – de cada país, mas também pela própria estrutura institucional e normativa, que reforçou no Tratado de Assunção (1991) e no Protocolo de Ouro Preto (1994) a característica intergovernamental do Mercosul. A prevenção institucional de conflitos, bem como a gestão de políticas públicas regionais, constituem exceção dentro da dinâmica integratória. Sendo assim, a criação de um Parlamento, com características supranacionais podem ou não gerar uma incompatibilidade entre a estrutura intergovernamental do Mercosul e existência deste Parlamento (DRI, 2007).

Porém, o Parlasul representa o primeiro órgão do Mercosul com características eminentemente regionais, permitindo a criação de mecanismos institucionais que aproximam o processo de integração da sociedade civil. A participação da sociedade civil e a emergência de novos atores dentro do processo pode gerar um aprofundamento da democracia no bloco (DRI, 2007). Ainda que a decisão permaneça, em grande medida, nas mãos dos Executivos, com esse incremento da sociedade civil, a própria lógica intergovernamental pode ser minimizada. Contudo, a baixa institucionalidade do Parlasul e a força do intergovernamentalismo do Mercosul, impedem que o Parlamento ganhe força. Primeiro porque o Conselho do Mercado Comum permanece sendo o órgão máximo de poder decisório, segundo que, apesar do Parlasul possuir uma competência mínima em dar recomendações, por exemplo, sobre o orçamento do bloco, o Mercosul não possui um orçamento fixo, o que impede a execução correta dessa competência de controle e fiscalização, apresentando déficit funcional. Em contra partida, desde o ano em que foi instituído ele vêm ganhando certa institucionalidade interna, através do seu Protocolo

ISBN: 978-85-7205-133-01

Constitutivo, de seu Regimento Interno, do acordo em relação a uma Representação Cidadã. Contudo, o Parlamento apresenta pouca institucionalidade externa, os órgãos externos dão pouca atenção à existência do Parlamento (LUCIANO, 2013).

Exemplo claro foi o período, em que o Parlamento ficou fechado por falta de quórum e nada se modificou no andamento do Mercosul. Neste caso encontra-se o seguinte problema: os parlamentares poderiam tentar pressionar uma institucionalização externa do Parlasul, exercendo de maneira mais enfática as competências que o Protocolo lhes concede, algo que não vêm ocorrendo, uma vez que são aprovados atos de menor influência, como Declarações e Recomendações, ao invés de atos com maior influência como Projetos de Normas e Anteprojetos de Normas. Concomitante a isso, o CMC discute ou aprova poucos atos normativos encaminhados pelo Parlamento, o que reforça a ideia de que a institucionalização externa é extremamente baixa (LUCIANO, 2013). Os parlamentares do Mercosul precisam, portanto, ter uma função real dentro da estrutura da integração. Todas as funções que são atribuídas a eles são minimizadas: as normas sobre as quais eles discutem são decididas por outros órgãos; eles são interlocutores da sociedade, no entanto não possuem poder para construir normas que respondam às suas demandas; possuem a competência de controle e fiscalização do Mercosul, mas de maneira precária. Todas essas "meia-funções" tornam a função maior do Parlamento dispensável dentro da estrutura do bloco. É extremamente necessário, portanto, que haja uma discussão profunda sobre o projeto de integração que se pretende implementar (MARIANO *et al*, 2014).

Essa discrepância entre os órgãos executivos do Mercosul e a instância parlamentar é explicada pela própria diferença que há entre a existência do Parlamento no plano nacional para o plano regional. Em um regime democrático, as instituições políticas seguem a lógica do equilíbrio de poder, com sistemas de pesos e contrapesos, logo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo se equilibram, juntamente com o Poder Judiciário. No plano regional isso não ocorre, uma vez que a integração entre os países, sobretudo no caso do Mercosul, se deu por meio do Poder Executivo de cada dos Estados, através de uma lógica declaradamente intergovernamental, os parlamentos acabam assumindo, portanto, função marginalizada no processo decisório da integração. Mesmo quando parlamentos regionais são construídos, é perceptível que estes ficam submissos à tomada de decisão de órgãos executivos da estrutura (MARIANO *et al*, 2014).

ISBN: 978-85-7205-133-01

CONCLUSÃO

A hipótese inicial desse trabalho era de que a Representação Direta nos parlamentos regionais poderia ser uma forma de aprofundar a institucionalização da integração regional. Assim, o Parlasul teria como função dar ao Mercosul uma dimensão institucional maior, trazendo as sociedades nacionais de cada país para a discussão do bloco, abrangendo as populações para dentro do bloco, procura-se também diminuir o déficit democrático dentro deste. Ao longo dos estudos e das análises se percebeu que a lógica intergovernamental, presente desde o início da formação do bloco, denota ser crucial na análise da dificuldade do aprofundamento do processo de integração na região. Ela centraliza as decisões nos órgãos executivos do bloco, sobretudo no Conselho do Mercado Comum, impedindo maior avanço de órgãos que tenderiam a ser mais próximos da sociedade civil, como o Parlamento do Mercosul.

Percebeu-se também que a existência de um âmbito parlamentar não é recente na história do Mercosul. Contudo, as primeiras Comissões Parlamentares que foram criadas tinham como principal função a *agilização* dos processos normativos dos tratados em cada Congresso Nacional. Ainda que houvesse alguma intenção em tornar o processo de integração mais democrático, essa intenção não aparentou ser a primordial, uma vez que essas Comissões possuíam poucas competências, sendo órgãos apenas consultivos. Neste sentido, a criação do Parlamento do Mercosul demonstra um claro avanço, uma vez que o Parlasul apresenta mais competências, bem como a possibilidade de serem realizadas as eleições diretas para o órgão. Todavia, a função consultiva permanece, como herança das Comissões Parlamentares e da lógica intergovenamental.

A Representação Direta seria um mecanismo que poderia desencadear uma série de processos que levariam a uma democratização do Mercosul, bem como a um maior aprofundamento da estrutura institucional da integração e, por fim, poderiam conduzir à possível criação de uma identidade civil comunitária. Entretanto, enquanto os Estados-Partes não estabelecerem eleições diretas, como é o caso do Brasil, o Parlasul tende a trair, continuamente, seus próprios objetivos. Da mesma forma, as eleições diretas precisam ocorrer em um contexto em que as populações nacionais dos Estados tenham consciência do instrumento de integração que o Parlasul é, bem como o Mercosul. Apenas nesses contextos se pode esperar verdadeiro aprofundamento e evolução no processo de integração político na região.

ISBN: 978-85-7205-133-01

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. de. Mercosul: antecedentes, desenvolvimento e crise – uma avaliação analítico-descritiva do período 1986-2002. Washington, **Impulso, nº31**,17/jan./02.

ANDRADE, M; LIMA, F. O Parlamento do Mercosul: Órgão difusor da Integração Regional. Trabalho Apresentado no XIV Fórum Universitário do Mercosul, Palmas, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Listas preordenadas ou fechadas. **Agência Câmara de Notícias.** Brasília, 30 Mai. 2005. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/75859.html Acesso em: 4 Nov. 2014.

CARTILHA DO CIDADÃO DO MERCOSUL.**Compilação de Normas relacionadas com o cidadão do MERCOSUL.** Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL. Edição 2010. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/cartilha-do-cidadao-1>. Acesso em: 4 nov. 2014.

CAVALCANTI, H. S. et al. **A Questão da Representação no Mercosul**: **os casos do Parlasul e do FCCR.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.37, p. 31-57, out. 201.

DRI, C. F. **Antiformalismo Jurídico e Integração**: a funcionalidade dos parlamentos regionais na América do Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

DRUMMOND, M. C. **A Democracia Desconstruída**: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração. Brasília :Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 415p. – (Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal).

ERTHAL, J. Democracia e Parlamentos Regionais: Parlacen, Parlandino e Parlasul. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, vol.1, n°9, Nov.2006.

GUBERT, A. G. Atuação da Câmara dos Deputados na regulamentação das normas para eleição dos membros do PARLASUL de 2014. 2013. Brasília. Câmara dos Deputados Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento Programa de Pós Graduação. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13116. Acesso em: 4 nov. 2014.

HIRST, M. A dimensão política do Mercosul: especificidades nacionais, aspectos institucionais e actores sociais. In: MARTINS, Guilherme d'Oliveira et al. (Orgs.). **A Integração Aberta**: Um Projecto da União Europeia e do Mercosul, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, p. 173-197.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Parlamento do Mercosul: Análise das propostas de eleição direta em discussão no Congresso Nacional**. Comunicados do IPEA Nº 143. 12 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120413_comunicadoipea0143.pdf> Acesso em: 4 nov. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

JUNQUEIRA, C; LUCIANO, B T. Representatividade e Legitimidade na Integração Regional: o Foro Consultivo e o Parlamento do Mercosul. **Revista Conjuntura Austral**, vol. 5, n° 21, Dez.2013-Mar.2014.

LUCIANO, B T. Democratizando a Integração: Eleições Diretas para os Parlamentos Europeu e do Mercosul. In: **Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política**, 14-16, Abril, 2014. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2014.

_____, B. T. **Eleições na Integração Regional**: Desenvolvimento das Proposições Nacionais para as Eleições Diretas no Parlamento do Mercosul.E-legis, Brasília, n. 13, p. 57-72, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/155> Acesso em: 4 nov. 2014.

MAGALHÃES, M. Aprovado novo mandato da Representação Brasileira no Parlasul. **Agência Senado,** Brasília**.** 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/mercosul20anos/Aprovado-novo-mandato-da-Representacao-Brasileira-no-Parlasul.htm> Acesso em: 4 Nov. 2014.

MALAMUD, A. Conceptos, Teorías y Debates sobre la Integrácion Regional. In: ANTONIAZZI, M; ARNAIZ, A; ECEIZABARRENA, J. **Las Implicaciones Constitucionales de los Processos de Integración emAmerica Latina: Un Análisis desde la Unión Europea.**Oñati, 2011. p.55-84.

_____, A. Integração Regional na América Latina: teorias e instituições comparadas. In: in ESTEVES, Paulo L. (org). **Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração**. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2003. p.325-350.

_____, A; SOUSA, L. Parlamentos Supranacionais na Europa e na América Latina: Entre o Fortalecimento e a Irrelevância. **Contexto Internacional (PUC)**, Rio de Janeiro, vol.27, n°2, Jul/Dez 2005.

MARIANO *et al*, Karina L.P. O Problema do Déficit Democrático nos Processos de Integração Regional: Relatório Final. 2014. **Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD) da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Campus Araraquara (FCL-Ar/UNESP) Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Centro Nacional de Pesquisa (CNPq).**

MARIANO, M. P. **A Estrutura Institucional do Mercosul**. 12, 2000.

MARIANO, M. P. **A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul.** Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, 2007. 215 p.

MEDEIROS, M; LAMENHA, M; PAIVA, M. Legitimidade, representação e tomada de decisão: o Parlamento Europeu e o Parlasul em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Políica Internacional. nº55** (1): 154-173 [2012].

MEDEIROS, M. de A. Legitimidade, Democracia e *Accountability* no Mercosul. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 23 nº 67 junho/2008.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. 1991. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>.

_____. **Protocolo de Ouro Preto**. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul. Disponível em: http://www.dpu.gov.br/encontro/encontroredpo/pdf/Protocolo_de_Ouro_Preto_PT.pdf .Acessado em 20 de junho de 2014.

_____. **Protocolo de Ushuaia**. Protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático no Mercosul. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf. Acessadoem 29 de junho de 2014.

SENADO FEDERAL. **Nota Informativa Nº 1966**. Sobre a STC nº 2013-05420, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que solicita informação sobre as eleições diretas para Parlamentares do Mercosul. Brasília. Senado Federal, Consultoria Legislativa. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/eleicoes-parlasul-brasil/nota-informativa-nr.-1966> Acesso em: 4 nov. 2014.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.** Montevidéu, 9 de dezembro, 2005.

_____. **Regimento Interno do Parlamento do Mercosul**. 2007.

PIRES, N. da S. V.**Parlamentos Regionais e o Processo de Integração**. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 2009. Disponívelem: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3953>Acessoem: 4 nov.de 2014.

RITTBERGER, B. Institutionalizing Representative Democracy in the Europe Union: the case of the European Parliament.**JCMS 2012** Volume 50. Number S1. pp. 18–37.

ROCHA, A. M. **Parlamento do Mercosul:** o papel da imprensa brasileira na construção de uma cidadania regional. Brasília-DF: Universidade do Legislativo Brasileiro, 2008.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SARAIVA, M. G. Integração Regional na América do Sul: processos em aberto. **3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores.** Universidade de São Paulo, 20-21-22/Junho/2011.

SILVA, E. C. **Parlamento do Mercosul e Parlamento Europeu: Síntese Histórica, Competências, Composição, Organização, Sistema de Tomada de Decisão, Reuniões, Orçamento e Sede**. Brasília: Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Junho\2011.

TREIN, F. Mercosul: Uma breve análise de suas origens à crise atual. **Civitas –Revista de Ciência Social**, Ano 1, nº 1, outubro 2000.

VENTURA, D. ONUKI, J. MEDEIROS, M. *et alli*. Internalização das normas do MERCOSUL. **Série Pensando o Direito,** vol. 45. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Lutas sociais e governos sul-americanos: configuração política, perspectivas e impasses

Luiz Fernando da Silva
Doutor em Sociologia – UNESP
Docente e pesquisador UNESP – Campus Bauru
lf-silva@faac.unesp.br

Resumo

O presente texto discute aspectos dos resultados parciais de investigação acadêmica em desenvolvimento sobre a atual configuração política sul-americana. Observa-se que uma tendência regional de governos nacionais com apoio popular emergiu e se desenvolveu a partir do final da década de 1990 e no transcorrer da década de 2000. Tais governos expressam contornos e conteúdos programáticos que se aproximam entre si, ao exemplo da base social constituída em setores populares e em setores da esquerda e políticas sociais compensatórias. Essa configuração política generalizou-se em vários países - Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Peru -, tendo também conseguido sua reprodução institucional por meio de reeleições sucessivas. No entanto, essa tendência política vem sofrendo crescente perda de base social e política. Para a análise trazemos os casos da Argentina, Brasil e Venezuela.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul, Lutas Sociais, Configuração Política, Governos, Frentes Populares, crise capitalista internacional

Resumén

Este documento analiza los aspectos de los resultados parciales de la investigación académica en el desarrollo en la configuración política sudamericana actual. Se observa que surgió una tendencia regional de los gobiernos nacionales con apoyo popular y desarrollado a partir de finales de 1990 y en el transcurso de la década de 2000. Estos gobiernos tienen contornos que se aproximan entre sí, con el ejemplo de la base social, constituida en sectores populares y los sectores de izquierda, y las políticas sociales compensatorias. Esta configuración de directiva se generalizó en muchos países - Venezuela, Brasil, Argentina, Bolivia, Uruguay, Ecuador y Perú - y también ha logrado su reproducción institucional a través de sucesivas reelecciones. Sin embargo, esta tendencia política ha estado sufriendo el aumento de la pérdida de la base social y política. Para el análisis traemos los casos de Argentina, Brasil y Venezuela.

PALABRAS CLAVE: América del Sur; luchas sociales; la configuración de políticas; los gobiernos del Frentes Populares; crisis capitalista internacional

Introdução

Na América do Sul constituiu-se uma tendência política de governos nacionais, que surgiram no final da década de 1990 e reproduziram-se no transcorrer da década de 2000, com

ISBN: 978-85-7205-133-01

base programática contraposta ao modelo neoliberal na região. Esses governos são expressão das forças políticas de caráter popular que galvanizaram as lutas sociais e políticas contra os ajustes estruturais neoliberais, implantados nas três últimas décadas.

Os novos governos emergiram no cenário latino-americano em um contexto de crise econômica internacional e aplicação de ajustes neoliberais na região com desdobramentos sociais e políticos locais: endividamento público crescente, privatizações e desnacionalização, flexibilização comercial e financeira ao capital internacional, perda de direitos sociais e trabalhistas, desemprego em massa e miséria social acentuada. Os *regimes políticos democrático-liberais* e suas instituições indicavam forte perda de credibilidade popular (LATINOBARÓMETRO, 2003). As lutas sociais multiplicaram-se e expressaram o descontentamento social crescente em diversos países da região. Importa considerar que, entra a década de 1990 e 2005, 11 presidentes da república perderam seus mandatos, em razão de grande pressão e mobilizações sociais que levaram ao *impeachment* ou decorrente de processos revolucionários ocorridos. Como observou Seone (2007), no período ocorreu expressivo crescimento de conflitos sociais na área andina e centro americana, como também no Cone Sul. As mobilizações e lutas se apresentaram contra os Tratados de Livre Comércio (TLCs) bilaterais, negociados pelos EUA em decorrência do eminente fracasso do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); resistência à exploração estrangeira do gás e de outros recursos naturais; e manifestações contra as privatizações e as políticas de ajustes fiscais.

Em linhas gerais, desse contexto surgiram os novos governos sul-americanos com programas de cunho antineoliberal. Como tendência política de média duração[1], esses governos generalizaram-se pela maioria dos países sul-americanos, com exceção da Colômbia. Pelo menos até recentemente verificava-se grande respaldo popular para o conjunto desses governos, o que possibilitou a sua reprodução institucional por meio de reeleições presidenciais sucessivas.

Na Venezuela, o falecido ex-presidente Hugo Chávez foi eleito em 1998 e reeleito por quatro mandatos; seu sucessor Nicolas Maduro, eleito em 2013, seguiu a tradição chavista. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados (PCdoB, PMDB e outros) elegeram Luiz Inácio Lula da Silva em dois mandatos (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff

[1] Com isso dizemos que cerca de 15 anos apresentam-se nessa tendência, entre seu início, desenvolvimento e os impasses atuais. Interessa observar que outros ciclos políticos e econômicos ocorreram em países sul-americanos: populismo, ditaduras militares, e claramente neoliberais.

ISBN: 978-85-7205-133-01

(2010-2014) e, com uma vitória apertada conseguida nas recentes eleições de outubro, seu mandato irá até 2018. Na Argentina, o falecido peronista Néstor Kirchner (Partido Justicialista) elegeu-se em 2003 e, na impossibilidade de sua reeleição, indicou e elegeu sua esposa a então senadora peronista Cristina Kirchner em 2007, que se reelegeu em 2010. Na Bolívia, Evo Morales elegeu-se por meio do Movimento para o Socialismo (MAS), em 2006, reelegeu-se em 2010, e disputou seu terceiro mandato em 2014, com novo período presidencial. No Equador, Rafael Correa através do Avanza Pais venceu a eleição presidencial em 2007 e, em fevereiro de 2013, conseguiu nova vitória eleitoral para o Executivo Nacional. Finalmente, no Uruguai, a Frente Ampla foi vitoriosa por duas vezes com Tabaré Vásquez (2005-2008; 2008-2010), fez seu sucessor o ex-tupamaro José Mojica (2011-2014); nas eleições de 2014 Vásquez novamente foi vitorioso na disputa presidencial. A única exceção nessa sequência de governos foi o caso do Paraguai, onde Fernando Lugo teve interrompido seu mandato por um processo de impeachment que sofreu; para muitos analistas, significou um "golpe político parlamentar".

Nesse artigo evidencio resultados ainda parciais obtidos na investigação em curso; especificamente em torno de Brasil, Argentina e Venezuela realizo alguns apontamentos comparativos sobre essas três experiências em curso. Embora parciais, as hipóteses de trabalho servem-nos como baliza exploratória na formulação de algumas premissas provisórias que nos acompanham sobre o tema em foco. As informações que nos serviram para a análise comparativa que realizamos baseiam-se em acompanhamento sistemático de jornais e portais eletrônicos das mídias diárias dos países em escopo da investigação, materiais eletrônicos de movimentos sociais, sindicatos e partidos, literatura específica sobre o tema de cada país informações estatísticas de centros de pesquisa. Além desses materiais mantivemos a oportunidade de visitar alguns dos países delimitados, em especial Argentina e Venezuela, coletando informações por meio de observação direta, entrevistas e levantamento de materiais documentais.

A base social e econômica para a configuração dos atuais governos sul-americanos

O fracasso econômico e a crise social decorrentes dos ajustes estruturais neoliberais encontram-se como determinação central para a configuração do atual quadro político. Entre os anos 1980 e 1990 ocorreram sucessivos ajustes econômicos nas economias latino-americanas. É interessante observar que, em meio à transição política dos regimes ditatoriais-

ISBN: 978-85-7205-133-01

militares para democracias liberais em vários países latino-americanos, desenvolveram-se os planos para "renegociação da dívida externa", que na realidade definiram os ajustes estruturais que as economias dos países devedores deveriam assumir para manterem a confiança da "comunidade financeira internacional". Essas renegociações que tomaram forma inicial a partir da moratória mexicana, em agosto de 1982, ganharam forma mais definida por meio de três momentos básicos (Roberts, 2000; Sandroni, 2005; Martins, 2006): Plano Baker (1985) ; Plano Brady (1989) ; e Consenso de Washington (1989).

A complexidade social latino-americana advinda desse período de ajustes estruturais trouxe quatro conseqüências que se destacam (BORÓN, 2004): a) o fracasso econômico que havia acentuado as contradições da "reestruturação econômica e social" precipitada pela crise e acirrada por políticas de ajustes e estabilização; b) surgimento de novas forças de esquerda decorrentes da frustração com o "capitalismo democrático" no continente, que se desenvolveu a partir da década de 1980; c) crise sobre os formatos tradicionais de representação política, como partidos populistas, de esquerda e organizações sindicais; d) a globalização das lutas contra o neoliberalismo.

Essa situação de fracasso econômico gerou novos atores sociais: piqueteiros (desempregados argentinos), pequenos agricultores endividados no México, diversos movimentos de identidade (gênero, opção sexual, etnia, língua), além dos movimentos contrários à globalização neoliberal. Além disso, o quadro econômico potencializou forças sociais já existentes, ao exemplo dos camponeses brasileiros e mexicanos, indígenas do Equador, Bolívia e partes do México e Mesoamerica. Além disso, trouxe para cena grupos e setores sociais das chamadas "classes médias", ao exemplo da Argentina (caçaroleiros), professores, médicos e trabalhadores da saúde de vários países.

As observações do sociólogo nos parecem interessantes em um aspecto pelo menos: os ajustes estruturais ocorridos desdobram-se em uma "reestruturação econômica e social". Nesse sentido, a "desindustrialização" que ocorre em países latino-americanos, com sensível diminuição de número de operários. Diretamente envolvido a esse fenômeno encontra-se a "abertura dos mercados", ou flexibilização dos mercados para produtos importados, por exemplo, expondo as chamadas "indústrias nacionais" à concorrência direta com produtos internacionais. Mas a reestruturação seguiu-se também intenso grau de privatizações de empresas públicas, seguindo um desdobramento social em duplo sentido: desemprego de funcionários públicos e terceirização de serviços.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os resultados da aplicação desse receituário foram nítidos. Desestruturou o modelo econômico dependente-associado – baseado no tripé capital estatal, capital nacional e capital multinacional – nas economias brasileira, argentina e mexicana, por exemplo. Nesse período se encerrou o superávit comercial na região, como ocorrera entre 1930 e 1980, especialmente por quatro razões: a) produção de déficit comercial em conta corrente, especialmente por meio da internacionalização do consumo "suntuário" para camadas médias e burguesia; b) ingressos de capital internacional para equilíbrio do balanço de pagamento; c) aumento das dívidas interna e externa; d) privatizações e desnacionalização e, em muitas situações, com desindustrialização.

Caracterização dos atuais governos sul-americanos

O aquecimento econômico internacional ocorrido entre 2002 e 2008 permitiu aos novos governos sul-americanos um período de recuperação econômica em seus países, ainda que condicionado aos limites do capital financeiro internacional e à divisão internacional do trabalho. Os novos governos beneficiaram-se dessa recuperação internacional, embora se mantendo dentro dos condicionamentos estruturais assinalados. Nesses termos, em decorrência dos recursos advindos da exportação de *commodities* agrícola, pecuária, mineral e energética, possibilitou melhoria relativa nas economias nacionais. Por outro lado, intensificaram-se os chamados *investimentos externos* nesses países, tendo como forma a compra de títulos públicos e os investimentos em áreas territoriais ou na produção de produtos de exportação.

Os novos governos, no entanto, sem exceção, não romperam com o capital financeiro internacional, mantiveram o pagamento de seus títulos financeiros, e concentraram-se em acompanhar a relação de *divisão internacional de trabalho*, quando os países sul-americanos desempenharam papel de exportadores de commodities, além de também receberem investimentos de capitais estrangeiros. Em razão desse quadro, em países como Brasil, Venezuela e Argentina, foi possível dinamizar o mercado interno de consumo, reativando frações empresariais vinculadas a serviços, bens de consumo duráveis, alimentação e outras. Os governos também implementaram políticas públicas que dinamizaram setores ligados à construção civil, para construção de rodovias, hidrelétricas, portos etc. Para as camadas sociais populares e trabalhadores assalariados ocorreu a elevação do nível de empregos,

ISBN: 978-85-7205-133-01

embora majoritariamente precarizados e a constituição de diversos programas sociais compensatórios: Bolsa Família (Brasil), Juanito (Bolívia), Robinson (Venezuela)...

Essa condição produz um modelo pautado em uma orientação *neodesenvolvimentista* (KATZ, 2014) que se matizam pela revalorização da intervenção estatal para atuar como instrumento no crescimento, mas que se mantém condicionado à lógica do capital financeiro internacional e à perspectiva do agronegócio.

Com a segunda onda da crise internacional (2010), evidenciam-se os efeitos do quadro econômico internacional nesses países. A limitada possibilidade de continuar com as políticas compensatórias é uma das questões e desafios para os atuais governos. As pressões inflacionárias, crescente dívida pública e queda nas exportações expõem esses governos cada vez mais às pressões do grande capital (financeiro e transnacional), ao mesmo tempo que diversos movimentos populares e trabalhistas passaram a se mobilizar.

Tal fenômeno político, por diversos ângulos, tem sido analisado e caracterizado nas Ciências Sociais. Ganhou diversas conceituações, como aquelas que caracterizam esses governos como populistas (neopopulistas), progressistas (esquerda e centro-esquerda), nacionalistas, pós-neoliberais e neodesenvolvimentista. Ainda nesse horizonte, as análises recorrem a dois blocos de governos: progressistas (Venezuela, Equador e Bolívia) e social-liberais (Brasil, Uruguai, Peru e outros).

No presente texto cabe registrar que caracterizo esses governos como governos de frente popular orientados por uma perspectiva neodesenvolvimentista. A definição de frente popular (TROTSKY, 2007, 1994, 1979) é plausível como fórmula de trabalho porque são governos de coalizão entre representações políticas respaldadas nos movimentos sociais (urbanos e rurais) e em partidos e organizações de esquerda e com lastro nas camadas sociais populares (proletariado, campesinato e setores das classes médias), por um lado, e representações políticas e frações capitalistas que tinham seus interesses prejudicados pelo modelo ortodoxo neoliberal, por outro. Esses governos não romperam com o modelo neoliberal, embora tenham recolocado outros enfoques de políticas econômicas e sociais. A constatação baseia-se que mantêm com o agronegócios e setores ligados à mineração, por exemplo, ou então a relação estabelecida como capital financeiro internacional. Nesse sentido, não houve rompimento com o modelo neoliberal, portanto não contêm uma perspectiva pós-neoliberal em seus horizontes. Por isso mantêm uma orientação neodesenvolvimentista.

Essa caracterização considero que tem a possibilidade de melhor enfocar e apreender a dinâmica e limites desses governos, como também de suas formulações programáticas. Por

ISBN: 978-85-7205-133-01

sua vez possibilita apreender as relações de aliançamento estabelecidas entre representações políticas de base operária e/ou popular com frações da burguesia, em torno a uma proposta de enfrentamento contra o neoliberalismo. Por último, não é um conceito estanque, uma vez que a dinâmica política desses governos é tênue, fluida, podendo perder a múltipla base de apoio social e político popular. Isso ocorre principalmente porque o campo de prioridades encontra-se nos setores hegemônicos no bloco de poder de Estado, ou seja, nas franções hegemônicas do Capital. Especificamente é o que atualmente temos verificado com o caso brasileiro, venezuelano e argentino.

Essa formulação tem maior possibilidade analítica do que definir tais governos como populistas, progressistas (esquerda, centro-esquerda ou nacionalistas) ou social-liberais. Em linhas gerais porque essas formulações perdem de vista a dimensão central para o surgimento desses governos que foram a relação orgânica com os movimentos e lutas sociais (sindicatos, centrais sindicais, movimentos rurais e urbanos). Em relação ao "populismo" porque este conceito somente acentua o aspecto carismático das direções governamentais e sua relação com as "massas", em geral apreendidas como amorfas e sem ação própria. Essa perspectiva termina por limitar-se à análise de caráter institucional. Essa perspectiva institucionalista não se diferencia da caracterização como "progressista" que restringe-se às medidas de caráter social e redistributivo, em razão de uma suposta ideologia de governo, ou mesmo de sua história ou composição ministerial. A caracterização como social-liberal apenas reforçaria que existiriam aspectos que quebrariam com a perspectiva neoliberal, em especial em seus programas sociais.

A ampliação das lutas sociais, seu processo contínuo de radicalização, possibilidade de crise de regime político e situações revolucionárias em aberto são as marcas principais e propícias para o desenvolvimento de tais governos de conciliação entre classes sociais distintas. A perspectiva de governos de frente popular, portanto, somente é possível em situações emergenciais quando intensificam-se o descontentamento e as lutas sociais, e ocorre enfraquecimento da hegemonia burguesa junto a setores dos trabalhadores e das classes médias. Além disso, apresenta-se nas forças políticas envolvidas uma convicção ou justificativa de que o caminho político é de reforço da institucionalidade.

Na perspectiva que defino, os atuais governos sul-americanos trouxeram como características aproximativas: (a) emergiram da descrença popular com as instituições estatais, corroídas pelo período neoliberal, (b) constituíram referência e/ou base social e política em significativos movimentos sociais (sindical e popular) e organizações e partidos de esquerda,

ISBN: 978-85-7205-133-01

(c) no caso argentino, venezuelano, equatoriano e boliviano resultaram de crises do regime político que levaram a insurreições populares, (d) constituem-se como coalizão entre setores do Capital e representações políticas de esquerda e movimentos sociais, (e) as frações do grande capital mantêm-se no bloco no poder de Estado.

Nas experiências que assinalamos, no entanto, evidenciam-se diferenças. São diferenças que percorrem as relações entre governo, classes sociais e instituições financeiras internacionais. Mas ressaltemos uma dessas diferenças que se refere ao contexto político que originou tais governos. Aqui não estamos salientando os aspectos específicos da formação social e econômica de cada país, que embora existam, não têm relevância nesse caso. A diferença que evidenciamos sobre as origens refere-se a dois blocos. Por um lado, aqueles que surgem em processos eleitorais depois de situações revolucionárias de caráter popular que destituíram governos anteriores. O Equador (2000), Argentina (2001), Venezuela (2002), Bolívia (2003 e 2005) são expressivos exemplos da situação política revolucionária que se descortinou nesses países. Por outro, aqueles que se constituem sem que existam anteriormente situação de profunda instabilidade política. Dentro dessas experiências ressaltamos o caso do Brasil e do Uruguai. A alternativa política eminentemente institucional, no caso brasileiro e uruguaio, diferente dos países anteriormente indicados, caminhou sem trauma institucional ou sinalização de ruptura revolucionária.

O respaldo social e político popular obtido possibilitou que todos esses governos canalizassem institucionalmente os anseios e descontentamentos sociais de períodos anteriores e restabelecessem a Ordem Política e Social. Desta maneira contiveram as lutas sociais por meio do fortalecimento dos espaços parlamentares, e pelo envolvimento/contenção dos movimentos sociais e sindicais ao ritmo e lógica estatal, como também por meio de programas sociais. Cabe ressaltar que as centrais sindicais e movimentos sociais têm (ou tiveram) papel de destaque nessa contenção/envolvimento. Ao mesmo tempo, tais governos rearticularam as funções do Estado e sua forma de representação política democrático-liberal. As consequências políticas foram muito visíveis, uma vez que possibilitaram uma nova e crescente crença nos espaços institucionais como meio de resolução dos problemas econômicos, desarticularam por meio de cooptação estatal lideranças, sindicatos e movimentos sociais.

Os casos nacionais: rápida análise do caso brasileiro, argentino e venezuelano

ISBN: 978-85-7205-133-01

O descontentamento político e social, no caso brasileiro, não transgrediu o quadro institucional e não se abriu uma *crise generalizada do regime político*, como em outros países sul-americanos. As informações sobre greves, protestos e movimentos sociais no período que antecedeu a vitória eleitoral de Lula, em outubro de 2002, apoiam nossa afirmação (BOITO, 2009; LEHER, 2011). Essa constatação, no entanto, não secundariza que, desde o período final da ditadura militar(1964-1985), passando pelo Governo José Sarney (1985-1990), tenha ocorrido crescente onda de lutas sociais e a *reorganização sindical e política no país*, da qual foram constituídos o PT e CUT. Essa mobilização social e políticas que desembocaram no plano eleitoral na quase vitória de Lula em 1989, nem as mobilização em 1992 levaram à queda do então presidente Collor de Mello[2].

Situação muito diferente do que ocorreu na Venezuela a partir do *caracazo* em 1989 (MAYA, 2006; LANDER, 2005) e na Argentina a partir de dezembro de 2001 (SARTELLI, 2003; ALMEYRA, 2004; BONNET, 2008, GIARRACA, 2007).

No caso argentino foi traumático o processo revolucionário lá instalado. O "corralito" (congelamento dos depósitos bancários) decretado pelo presidente Fernando De La Rua em 19 de dezembro de 2001 significou a gota d'água de uma situação social crítica que se desenvolvia nesse país, em decorrência dos ajustes estruturais neoliberais que foram implantados nas duas gestões do peronista Carlos Salim Menem (1989-1998), e que trancorria no período de Raúl Alfonsin (1983-1988; União Radical Cívica) e originara-se na ditadura militar de 1976. De La Rua, presidente eleito em 1999 com ampla margem de votos, reinstalava novas e otimísticas perspectivas em parte dos argentinos. Mas a economia portenha manteve-se tal qual períodos anteriores, dirigida por figuras conhecidas do meio financeiro internacional, como o caso do ministro da economia Domingos Cavallo. A crise financeira internacional, que estourou na Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 2000, somente foi a prova cabal de que a economia argentina, como de outros países latino-americanos, encontrava-se extremamente suscetível e débil diante das ondas financeiras internacionais. Do final de 2001 e início de 2002, a população desse país derrubou cinco presidentes da república, radicalizou suas palavras de ordem (Fora Todos!, Fora FMI), constituiu Assembléias Populares permanentes em várias regiões, além de inúmeras ocupações operárias de fábricas falidas.

[2] Em realidade, Collor de Mello deixou a Presidência da República antes da votação no Congresso Nacional de seu *impeachment*, desta maneira não perdeu seus direitos políticos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O peronista Nestor Kirscher elegeu-se em outubro de 2003, desenvolveu uma política econômica que teve necessariamente se apoiar nos movimentos sociais. Kischner foi eleito com cerca de 22% dos votos argentinos, em período no qual sucedia uma situação revolucionária ainda em aberto no país. Que se imprimia por meio de um discurso de esquerda de caráter antiimperialista, reestatização de algumas empresas argentinas, como Águas Argentinas e dos Correios. O crescimento econômico argentino, de acordo com Instituto Nacional de Estatística – Indec (ESP, 19/02/2006, B9), entre 2003 e 2006 teve uma média acima de 8% de crescimento do PIB: 8,8% em 2003; 9,0% em 2004; 9,1% em 2005; e 8% em 2006.

Os ciclos de mobilização e protestos sociais, no caso argentino, acentuavam-se desde 1995, especialmente com a ampliação nacional do movimento piqueteiro (desempregados) e com sua forte presença política em Buenos Aires (CRAVINO, 2007; PETRAS E VELTMEYER, 2005). Isso se deveu aos desdobramentos sociais do processo de privatizações ocorrido no setor de Energia, Ferrovias, Petróleo, Comunicação, entre outros setores (BASUALDO E ARCEO, 2006).

Na Venezuela, algo semelhante desdobrou-se de uma situação revolucionária aberta em anos anteriores. O coronel Hugo Chávez foi eleito à Presidência da República, em 1998, trazendo como marca o ideário do libertador, tal como Simon Bolívar. A imagem emblemática de Chávez, ao lado do Movimento Bolivariano – organização constituída por fração de militares das Forças Armadas -, lhe possibilitou 57% dos votos da população venezuelana. Esse quadro constituiu-se em razão da referência que o atual presidente construiu junto à população, dentro de um circuito histórico aberto com uma situação revolucionária em 1989, em Caracas, quando a população revoltada em decorrência do aumento dos preços dos produtos básicos e das tarifas de energia, água e ônibus, explodiu nas ruas da capital venezuelana com saques à supermercados, quebra-quebra de bancos e instituições financeiras etc. Essa situação foi controlada por meio de muita repressão política e militar, mas não completamente abafada. A instabilidade política continuou porque as medidas econômicas de ajustes estruturais também continuavam.

Em 1992, o coronel Chávez e um grupo de militares realizam uma fracassada tentativa de golpe militar contra o então presidente André Carlos Perez. Chávez e outros oficiais do exército foram presos durante dois anos. Em 1996, Carlos André Perez é cassado por denúncias de corrupção realizada em seu governo e do descontentamento político da

ISBN: 978-85-7205-133-01

população. Os presos políticos são anistiados. Nesse contexto o atual presidente torna-se a principal referência política para a população pobre daquele país.

Por outro lado, o governo Hugo Chávez enfatizou o discurso antiimperialista e manteve conflitos com frações das classes dominantes venezuelanas. Apóia candidaturas nacionalistas aos governos latino-americanos e procura estabelecer uma alternativa econômica às diretrizes neoliberais. No entanto, seu projeto de socialismo do século XXI não ultrapassa o marco capitalista.

O Governo Lula, em seu mandato de 2002 e de 2006, é representativo nesse sentido. Além do mais teve o apoio fundamental do Partido dos Trabalhadores (PT) e todas as suas correntes de esquerda e partidos comunistas (PCdoB e PCB). Além desse apoio, estiveram em sua base de sustentação o Movimento dos Trabalhadores sem terra (MST) e outros movimentos camponeses, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Movimentos Sociais (CMS) e outros.

Tais mobilizações no Brasil diferenciam-se do *caracazo* e do *argentinazo*, visto que elas não envolveram revoltas populares generalizadas, negação do regime político, com levantes, insurreições e revoluções contra medidas econômicas antipopulares. Esse ciclo de protestos sociais não se apresentou no caso brasileiro, no período que antecedeu a eleição de Lula em 2002. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), especialmente entre 1997 e 2001, tornou-se ao lado do PT a principal referência nacional de oposição política aos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Não ocorreram no país revoltas populares com as dimensões argentina e venezuelana.

Em 1998, a crise financeira internacional sacudira os países da região. É certo que em parte essa crise contribuiu com a vitória de Hugo Chávez Frías (Venezuela) e Fernando De La Rúa (Argentina) naquele ano e abriu caminho para a vitória de Lula em 2002, uma vez que o ciclo da crise econômica esteve aberto até esse período (CRESPO e outros, 2008; BARRET, 2005; NATANSON, 2009).

Em relação ao movimento sindical, nos países em foco houve uma postura contraditória, em meio às ofensivas governamentais e patronais. Contraditória porque operou em processos de negociação com medidas de privatizações, reformas trabalhista e previdenciária (Murillo, 2005). As principais Centrais Sindicais desses países, a argentina Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), tiveram papéis destacados nos acordos realizados com Carlos Saúl Menem (Argentina) e com Carlos André Perez (Venezuela). De qualquer maneira, acentuaram-se as greves argentinas a

ISBN: 978-85-7205-133-01

partir de 1995, no setor público, e que se transformaram em greves nacionais nos anos seguintes (Bonnet, 2008). No caso venezuelano, as greves se ampliaram. No Brasil, as greves não tiveram papel destacado no período, sendo que as direções majoritárias das centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantiveram um papel comportado contra o desemprego massivo, as privatizações, a primeira reforma prividenciária e a flexibilização trabalhistas (GARCIA, 2011; LEHER, 2010; OLIVEIRA, 2003). As mobilizações sociais não se estenderam territorialmente nem se ampliaram em termos de categorias profissionais. No período anterior a 2002, não ocorreram greves nacionais.

Nesse quadro histórico anteriormente apresentado podemos assinalar que no Brasil não se desenvolveram dinâmicas anti-sistêmicas ou revolucionárias. Quais seriam as determinações que se apresentavam no caso brasileiro para que isso não ocorresse?

A hipótese provisória é que encontra-se na dimensão ideológica, política e organizativa advinda da constituição e afirmação de uma referência política nacional em torno de um partido político (PT) de projeção nacional, na qual muitas lideranças tornaram-se força política principal, em torno da qual gravitaram ou se organizaram distintas tradições da esquerda brasileira e dos movimentos sociais.

O fenômeno político petista possibilitou, entre o final da década de 1970 e década de 1990, canalizar parte importante das lideranças operárias e populares que surgiram com o ascenso das lutas sociais no período e por sua vez possibilitou canalizar as organizações e militantes de esquerda que vinham de um período de derrota política diante da ditadura militar (1964-1984). Esse projeto impediu a fragmentação política e ideológica na esquerda e nos movimentos sociais, como também possibilitou a orientação em torno de um projeto político que canalizou o descontentamento e aos anseios presentes nos setores mais proletarizados para o âmbito institucional-eleitoral. Nos outros países, isso não ocorreu.

Na Argentina, especialmente em razão da repressão política imposta pela ditadura militar (1976-1982) sobre a esquerda política e também por causa de suas profundas diferenças político-ideológicas impossibilitaram a reconstituição e unificação como ocorrera no caso brasileiro. O peronismo, por sua vez, especialmente no Partido Justicialista, assumiu a bandeira dos ajustes estruturais, no período de Carlos Menem (1989-1988), perdendo muito de sua base social ao longo do percurso. No entanto, cabe lembrar, que na década de 1980 surgiu o Movimento para o Socialismo (MAS) que se transformou em terceira força política argentina, depois do Partido Justicialista (PJ) e da União Cívica Radical (UCR). O MAS, contudo, entrou em uma profunda crise no final dos anos de 1980 e início de 1990, sem

ISBN: 978-85-7205-133-01

conseguir manter-se como principal força política da esquerda e dos movimentos sociais. A fragmentação ocorrida impossibilitou um campo político orgânico para o período histórico que o país entrava com o neoliberalismo de Carlos Menem.

Na Venezuela, o *caracazo* de 1989, que significou o início do colapso do *Punto Fijo*, acordo institucional entre os principais partidos da Ordem em 1957 para estabilizar o *regime político*, não trouxe em seus desdobramentos a constituição de uma corrente política e ideológica sólida o suficiente para canalizar as correntes políticas e organizações sociais surgidas naqueles levantes. A unificação somente ocorreu no plano eleitoral, com o Movimento V República, para o apoio à primeira candidatura de Hugo Chavez. No entanto, não houve a consolidação orgânica, política e ideológica. A tentativa de unificação ocorrerá em 2007 quando Chavez lança o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV). Nesse caso, um partido que foi estruturado a partir do governo chavista e no qual muitos movimentos sociais e organizações de esquerda foram condicionados com a certeza de que esse partido se tornaria um espaço político de participação nas definições das políticas governamentais.

A eleição do Governo Lula em 2002, em ampla e contraditória aliança, envolveu frações do empresariado e amplo leque de movimentos e organizações de esquerda. A própria contradição dessa aliança desdobrou-se nas inúmeras inflexões políticas e sociais, *condicionando/subordinando* a atuação do novo governo e de muitos movimentos sociais e organizações de esquerda que permaneceram na *lógica* e *ritmo do Estado brasileiro*. Este por sua vez manteve-se hegemonizado por frações do capital no *bloco no poder*, como é o caso dos grupos econômicos transnacionais, capital financeiro e setores do agronegócios.

De maneira contraditória, embora essa seja a determinante estrutural do Estado, os programas sociais permitiram a ampliação substancial da base social e política do Governo Lula. As centrais sindicais brasileiras mantêm amplo apoio ao governo, como também inúmeros movimentos sociais e culturais. O governo brasileiro consolidou uma ampla base de apoio não somente social e parlamentar, mas também junto aos setores empresariais, em decorrência das políticas econômicas adotadas. Nesse sentido, até o momento, a oposição parlamentar burguesa teve pouco espaço de atuação.

Especialmente isso ocorreu por meio da constituição de espaços institucionais e fóruns de discussão com o governo federal e da participação de principais direções dos movimentos sindicais e populares na esfera governamental. Por sua vez, a constituição de base congressual (na Câmara Federal e no Senado) utilizando mecanismos políticos tradicionais em troca de

ISBN: 978-85-7205-133-01

cargos em ministérios, destinação de verbas ministeriais para regiões e mesmo formas ilícitas como compra de votos para apoio/aprovação de emendas provisórias demonstraram-se eficazes na manutenção da estabilidade governamental.

Talvez o mais importante refira-se à manutenção e ampliação dos interesses, benefícios e lucratividades de diversos setores da burguesia, como o ramo bancário, financeiro, agronegócios, exportação de minérios etc.

Considerações finais

O quadro político sul-americano, desenhado no alvorecer do século XXI, emergiu em contraposição às expressões políticas neoliberais. Os governos nacionais surgidos, por essa razão, galvanizaram forças sociais e políticas operárias, populares urbanas e movimentos sociais rurais. As lideranças que encabeçaram esses governos são orgânicas às lutas contra o neoliberalismo na década de 1980 e 1990. Nesse sentido tais governos se propuseram a implementar políticas públicas visando a distribuição de renda, criação de empregos e de incentivo à produção, articulado com uma maior independência em relação à política externa estadunidense e visando a integração regional sul-americana. No entanto, foram limitadas as concessões e políticas compensatórias, uma vez que o centro de prioridades manteve-se pautado pelo grande Capital. No período que se abriu a crise capitalista internacional, especialmente em sua segunda fase a partir de 2010, os ajustes econômicos de caráter antipopular passaram a se intensificar nesses governos, ao lado da crescente inflação e retomada do desemprego.

As experiências presentes nos governos sul-americanos permitem indagar sobre os traços estruturais que limitam e debilitam suas iniciativas de transformação. Os Estados nacionais continuam capitalistas, nesse sentido desenvolvem a função de reprodução das classes sociais fundamentais enquanto *indivíduos cidadãos* de uma Nação. Encobrem os conflitos fundamentais entre as classes dominantes e as classes dominadas/subalternas. Por sua vez, organizam os interesses coletivos do Capital, como podemos verificar na manutenção das privatizações, da precarização das relações trabalhistas e no aniquilamento de parte considerável dos serviços públicos ligados à saúde, educação, previdência pública etc.

Referências bibliográficas

ISBN: 978-85-7205-133-01

ALMEYRA, Guillermo. La protesta social en la Argentina (1990-2004). Buenos Aires: Ediciones Continente, 2004.
LEHER, Roberto, TRINDADE, Alice Coutinho, BOTELHO LIMA, Jacqueline Aline, COSTA, Reginaldo. Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. OSAL (Buenos Aires: CLACSO), Año XI, nº 28, noviembro. p.49-69, 2010.
BOITO, Armando, GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula (2009). Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. OSAL (Buenos Aires: CLACSO), Año X, nº 26, noviembro. p.31-55, 2009.
BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006.
BONNET, Alberto. La hegemonía menemista. El neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
BORÓN, Atilio. La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafios. OSAL, Buenos Aires, ano V, nº 13, enero-abril, pp.41-56, 2004.
CHAVEZ, Daniel. Del Frente Amplio a la Nueva Mayoria. La izquierda uruguaya ante la perspectiva del gobierno. CHAVEZ, Daniel, BARRETT, Patrick S. (ed.). La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma. p.147-190, 2005.
CRAVINO, Maria Cristina (ed.). Resistiendo en los barrios. Acción colectiva y movimientos sociales en el Área Metropolitana de Buenos Aires. Buenos Aires: Los Polvorines/Un. Nacional de General Sarmiento, 2007.
CRESPO, Ismael; GARRIDO, Antonio e RIORDA, Mario. La conquista del poder. Elecciones y campañas presidenciales en América Latina. Buenos Aires: La Crujía, 2008.
DÁVALOS, Pablo. Izquierda, utopia y movimiento indígena en Ecuador. CHAVEZ, Daniel, BARRETT, Patrick S. (ed.). La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005. p.359-404.
GIARRACA, Norma e outros. Tiempos de rebelión: “Que se vayan todos”. Calles y plazas en la Argentina: 2001-2002. Buenos Aires: Antropofagia. 2007.
LATINOBARÓMETRO. Informe-resumen Latinobarómetro: la democracia y la economía. Disponível em: http://www.latinobarometro.org. Acessado em 20/11/2012.
LANDER, Edgardo. Izquierda y populismo. Alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: CHAVEZ, Daniel, BARRETT, Patrick S. (ed.). La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.
MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington. In: SADER, Emir, JIKINGS, Ivana (orgs.). Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea de América Latina e do Caribe. Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas/Boitempo, 2006. pp.344-6.
MAYA, Margarita López. El projecto bolivariano en Venezuela (1999-2005). In: SCHULTE, Christiane, HILDEBRANDT, Cornelia. Partidos de la izquierda y movimientos sociais en América Latina. São Paulo: Expressão Popula, 2006. p.65-76.
MURILLO, María Victoria. Sindicalismo, coaliciones partidárias y reformas de mercado em América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
NATANSON, José. La nueva izquierda. Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, Chile, Uruguay y Equador. Buenos Aires: Debate, 2009.
OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: _____. Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
PETRAS, James y VELTMEYER, Henry. Movimientos sociales y poder estatal. Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador. México: Lumen Mexico, 2005.
SAINT-UPÉRY, Marc. El sueño de Bolívar. El desafío de las izquierdas sudamericanas. Barcelona: Paidós, 2008.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SARTELLI, Eduardo. La plaza es nuestra. 3ed. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2003.
SEONE, María. Argentina. In: SADER, Emir (org.). Latinoamericana. Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 99-122.
SILVA, Luiz Fernando da. As novas configurações políticas na América Latina e os ajustes estruturais neoliberais. In: GOULART, Jefferson O. (org.). Mídia e democracia. São Paulo: Annablume, 2006.
SILVA, Luiz Fernando da. Intelectuales, militantes políticos y democracia em Brasil. Trajetórias teóricas y políticas entre 1960 y 2002. Barcelona: Editorial Académica Española, 2012.
SVAMPA, Maristella. Cambio de época. Movimienos sociales y poder político. Buenos Aires: Siglo XXI Editores/CLACSO, 2008.
TAPIA, Luis. Izquierda y movimiento social em Bolivia. CHAVEZ, Daniel, BARRETT, Patrick S. (ed.). La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005. p.339-358.
TROTSKY, León. Escritos latinoamericanos (compilação). 3ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2007.
TROTSKY, León. Aonde vai a França? São Paulo: Desafio, 1994.
TROTSKY, León. Revolução e contra-revolução na Alemanha. São Paulo:Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: REPARAÇÃO HISTÓRICA OU MERITOCRACIA?

Magaly Corrêa Lazzoli
Pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior
Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro
magalylazzoli@yahoo.com.br

Resumo

Quando tratamos do tema "sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras" nos deparamos com opiniões diversas, apaixonadas, racionais etc. Deparamos com os seguintes questionamentos: O sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras é legítimo? Quais os parâmetros para acolhê-lo? Quais são as opiniões contra? Quais as informações necessárias para criar uma postura crítica?

Por se tratar de assunto polêmico e por muitas vezes apresentado apenas um prisma da questão, apresentaremos os argumentos utilizados pelas duas correntes, através da Sociologia da Educação, História do Brasil e do Direito Constitucional e Civil.

Concluiremos com a possibilidade de reparação histórica sem ferir o acesso tradicional às universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: Ensino Superior Brasileiro; sistema de cotas étnicas; duas correntes de argumentação.

Abstract

When we treat the topic "ethnic quota system in Brazilian public universities" are faced with different opinions, passionate, rational etc. We face the following questions: The system of ethnic quotas in Brazilian public universities is legitimate? What are the parameters to welcome him? What are the opinions against? The information necessary to create a critical stance?

ISBN: 978-85-7205-133-01

Because it is controversial subject and often presented only a prism of the issue, we present the arguments used by the two currents through the Sociology of Education, History of Brazil and the Constitutional and Civil Law.

Conclude with the possibility of historical redress without hurting the traditional access to Brazilian public universities.

Keywords: Brazilian higher education; system of ethnic quotas; two streams of argument.

INTRODUÇÃO

A inserção do sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras é fenômeno recente. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a pioneira no ano de 2003, apesar de constar na Universidade de Brasília (Unb) um projeto datado de 1999.

Essa iniciativa deve-se à Convenção de Durban, na África do Sul (2001), evento mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, onde percebemos a reafirmação dos compromissos da Convenção da Unesco (1960).

Diante deste novo quadro criou-se um debate inflamado e por muitas vezes não permitiu à população o devido esclarecimento, no sentido de criar um olhar crítico sobre o tema. Mesmo assim, esse sistema vem fazendo parte do acesso da população negra às universidades públicas brasileiras.

Este artigo abordará o tema sob o olhar das correntes da Sociologia da Educação, do contexto histórico brasileiro e sua adequação no Direito Constitucional e Civil. Buscaremos respostas para essa problemática: é legítimo o sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras?

Num primeiro momento, serão apresentados quadros comparativos com estudos realizados na História, na Sociologia da Educação e no Direito Constitucional e Civil a favor e contra o sistema de cotas.

Concluiremos o artigo mostrando que o acesso da população negra cria a possibilidade de reparação histórica sem ferir o acesso tradicional às universidades públicas brasileiras.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS

A escolha do tema surgiu da necessidade de abordar o sistema de cotas étnicas nas universidades públicas, através da Sociologia da Educação, da História e do Direito a fim de que essas áreas do conhecimento possam nos esclarecer de forma científica a legitimidade do debate e nos agregar ou modificar conceitos; enfim, nos façam pensar e repensar esse fato que tanto mobilizou a sociedade brasileira.

O contexto histórico torna-se imprescindível para o entendimento do tema proposto, independente do lado escolhido.

Compulsando o tratado de Montesquieu (2002), verificamos que a piedade, o desprezo e a religião estabeleceram o regime de escravidão. (p.250 e 251).

Os três elementos constituídos eram utilizados para poupar a vida dos devedores, daqueles que foram vencidos nas guerras ou dos que não professavam a mesma linha religiosa e garantiam aos credores a submissão e a apropriação de bens materiais. (p.250, 251 e 252)

Foi esse pensamento que norteou as civilizações antigas e no continente africano não foi diferente. Há registros de que o Rei Kosoko da Nigéria presenteou seus três filhos com uma espécie de intercâmbio estudantil na Universidade de Salvador e provavelmente eles vieram de carona num navio negreiro.

Viagens assim não foram raras durante o período de escravidão no Brasil.

Durante muito tempo, encontramos nos livros didáticos, a personificação pacífica e sofredora de índios e negros no Brasil e a própria História desmitifica tal fato.

Corroborando a tese de que a escravidão era prática comum no continente africano, apresentamos a história de José Francisco dos Santos, apelidado como “Zé Alfaiate”, que por volta do ano de 1830 foi alforriado e decidiu tornar-se vendedor de escravos.

Para os adeptos da teoria meritocrática os relatos acima são condizentes com as práticas utilizadas no Brasil por mais de trezentos anos. Consideram que esse sistema era recorrente e aceito cultural e economicamente.

Na visão meritocrática, encontramos o seguinte embasamento:

ISBN: 978-85-7205-133-01

> No processo de fabricação de um espírito nacional, é normal que se inventem tradições, heróis, mitos fundadores e histórias de chorar, que se jogue um brilho a mais em episódios que criam um passado em comum para todos os habitantes e provocam uma sensação de pertencimento. (Narloch, 2011, p.27).

Para a teoria da reparação histórica, acredita-se que uma indenização no momento do encerramento efetivo da escravatura faria *jus* a cada brasileiro que teria sofrido os males desse sistema. O valor indenizatório na época própria daria condições aos novos libertos de construir com dignidade suas vidas, já que não possuíam o preparo para o mercado de trabalho. Haveria a oportunidade de estabelecerem a residência em locais adequados e não em morros, de terem acesso à escola, a alimentos, remédios; enfim, poderiam ter vivido da mesma forma que a população de pele branca e desde sempre livre.

AS CORRENTES SOCIOLÓGICAS E O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS

Auguste Comte (1798-1857) foi o filósofo francês que contribui para o conhecimento da Sociologia, na medida em que objetivava a formação de uma civilização pacífica, racional e científica cujo objetivo central seria o bem-estar social.

Nos seus estudos, com base na Filosofia, História, Economia, afirma que a evolução da sociedade culmina com o progresso:

> Por isso a sociologia deve estudar as leis desse desenvolvimento histórico inevitável para tornar os homens cientes das medidas que precisam ser adotadas pelas políticas governamentais, entre as quais estaria a organização de um sistema de ensino que difundiria as idéias morais e políticas indispensáveis para a consolidação do estágio positivo, que trará a felicidade para toda a espécie humana... (Pilleti; Praxedes, 2010, p.17)

Utilizando o contexto histórico vivido por Comte, a educação libertaria a sociedade da imposição dos pensamentos supersticiosos, míticos e traria o progresso através do conhecimento científico.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Analisando os dados acima, verificamos que o positivismo libertaria a sociedade do conhecimento teológico e metafísico, trazendo condições reais de progresso para a humanidade.

Ao trazer Comte para o debate do sistema de cotas étnicas podemos fazer um paralelo entre as duas correntes de argumentação. De forma simplificada, os estudos deste grande filósofo objetivavam a evolução social através do conhecimento científico.

Para os adeptos da teoria da reparação histórica, a teoria de Comte embasaria os seus fundamentos, tendo em vista que a evolução histórica e social converge para a ordem e só culminará com o bem estar social na medida em que todos os cidadãos brasileiros participarem do conhecimento científico. Inclusive, o filósofo "acreditava também que os proletários (e as mulheres) pudessem abrandar o egoísmo dos capitalistas e que uma ordem moral humanitária poderia abolir todos os conflitos de classe." (Pilleti; Praxedes, 2010, p.21)

Já para a teoria da meritocracia, a teoria de Comte também seria utilizável as idéias do século XIX e o novo sistema de avaliação nas universidades públicas brasileiras do século XXI. De forma simplificada os estudos deste filósofo objetivam a evolução social através do conhecimento científico e a partir desse ponto podemos afirmar que a perfeição social possível inclui todos na participação do conhecimento científico; no nosso caso seria o acesso às universidades públicas brasileiras.

Emile Durkheim (1858-1917) trabalhou pela consolidação da Sociologia como disciplina universitária na França e foi muito influenciado por Comte.

Educação é um processo de reprodução de certa sociedade, por meio da socialização das novas gerações, dividindo em dois momentos: sociedade de solidariedade mecânica e sociedade de solidariedade orgânica.

Na sociedade de solidariedade mecânica, os indivíduos são educados de modo a diferir pouco entre si e a compartilhar sentimentos e valores. Já na orgânica, a consciência coletiva educa para certa autonomia dos indivíduos quanto às suas ações, crenças e preferências; ou seja, cada um terá uma função própria para contribuir com o progresso da sociedade. (Pilleti; Praxedes, 2010, p.29 e 30)

Trazendo Durkheim para o contexto de nosso trabalho, torna-se perigosa essa teoria, na medida em que os cidadãos, através da consciência coletiva, são formados para

ISBN: 978-85-7205-133-01

desenvolverem funções predeterminadas. Se a sociedade for favorável aos argumentos da meritocracia, não haverá sistema de cotas étnicas.

Max Weber (1864-1920) toma como ponto de partida da pesquisa sociológica a conduta do agente individual. (Pilleti; Praxedes, 2010, p.36) A vida humana fica reduzida à função desempenhada no interior de uma estrutura organizacional.

Para o cientista, o diploma universitário é comparado a um título de nobreza, é o elemento que diferenciará as pessoas na esfera social. Seguindo esse raciocínio, "para o êxito em um sistema de educação baseado em testes seletivos, é necessária uma preparação lenta, de longo prazo e economicamente dispendiosa, acessível às camadas sociais privilegiadas."(Pilleti; Praxedes, 2010, p.40)

Ao analisarmos essa corrente sociológica podemos inseri-la como fundamento da teoria meritocrática, na medida em que o processo seletivo será utilizado como meio de transposição entre uma classe e outra, sem levar em consideração as minorias sociais.

Fica clara a tendência para a burocratização da educação escolar, pois o acesso a essa estratificação social privilegiada torna-se necessário uma seleção rigorosa e dispendiosa e para os participantes das minorias sociais, no caso em tela os afrodescendentes, essa forma de educação não os contemplaria.

Karl Mannheim (1893-1947) caracteriza a educação como uma possibilidade de desenvolvimento e construção do equilíbrio social, sem que a mesma seja transformada em uma técnica de manipulação de grupos sociais.

Corroborando esse pensamento apresentamos que "a tarefa da educação não é simplesmente formar pessoas ajustadas à situação presente, mas também pessoas capacitadas a operarem como agentes do desenvolvimento social, levando-o a um estágio mais avançado." (Pilleti; Praxedes, 2010, p.45)

Privilegia a ordem social democrática e diante disso seus fundamentos ajustam-se à teoria da reparação social.

Também poderá ser utilizada como fundamento para os adeptos da meritocracia, na medida em que comungam dos ideais de igualdade formal.

Karl Marx (1818-1883) descreve que a educação não é algo pronto, é uma relação social que se estabelece entre os sujeitos de uma sociedade e está intrinsecamente ligada ao trabalho.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Esse pensamento coaduna com o sistema capitalista, tendo em vista que o empregador será o ator principal na sociedade ao determinar metas, produção e os empregados necessitarão dedicar-se cada vez mais para atender sua subsistência.

Esse sistema é de fácil percepção, na medida em que necessitamos a cada dia superar as expectativas do mercado de trabalho para estarmos inseridos nele.

A necessidade de estar inserido no mercado de trabalho nos remete ao homus faber; ou seja, aquele ligado ao trabalho braçal. Nessa perspectiva, não visualizamos a possibilidade de políticas públicas em favor dos afrodescendentes.

Já para os adeptos da meritocracia, a dedicação ao trabalho é vista como degrau para o alcance de oportunidades rentáveis e conseqüente ascensão social.

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um ativista que nos deixou o legado da escola unitária, instrumento de igualdade e liberdade. Poderíamos utilizar seus estudos para embasar a teoria da reparação social, na medida em que o foco seria a formação do aluno.

István Mészáros (1930 -) é um filósofo húngaro que difunde a sua abordagem crítica das formas de educação alienante das sociedades capitalistas e propõe uma perspectiva política socialista para além do capital.

Combinando a pesquisa filosófica com a defesa de uma perspectiva política socialista, sua concepção educativa parte da crítica à educação voltada para os interesses das classes dominantes do capitalismo, para propor uma educação além do capital.

Considera a educação uma dimensão do ser social, inserida no conjunto da vida social e não um processo de educação formal promovido nas Instituições Escolares.

Para Pierre Bourdieu (1930-2002), a desigualdade de desempenho não tem relação com a capacidade dos alunos, mas um sinalizador dos fenômenos sociais, culturais e econômicos pelos quais os educandos são submetidos. Este autor poderia contribuir com a teoria da reparação social, na medida em que analisa os fenômenos sociais com fatores de desnivelamento entre os alunos. Se a sociedade puder alterar a realidade social, o nivelamento será alcançado.

Michel Foucault (1926-1984) detalha com maestria o poder utilizado pelo sistema a fim de subjugar os alunos e favorecer os dirigentes e administradores. Teoria utilizada como embasamento para a meritocracia.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Michael F. D. Young nos apresenta a nova sociologia da educação propondo que novas preocupações teóricas e políticas sejam colocadas em pauta, pela urgência da desconstrução do pensamento sociológico.

As desigualdades sociais são inseridas no debate, tendo como fundamento a Conferência de Durban ocorrida em 1970 a fim de reduzir as diferenças humanas com a visão crítica e democrática.

Concluímos este item apresentando a importância da Sociologia da Educação para o debate sobre o sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras. Apesar do distanciamento cronológico para a maioria dos pensadores apresentados, as duas correntes de argumentação encontram respaldo para a elaboração de um convencimento científico sobre o tema, independente do prisma escolhido.

O DIREITO CONSTITUCIONAL E O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS

A Constituição Federal de 1988, também denominada Constituição Cidadã, dispôs sobre os direitos e garantias fundamentais, apresentando no *caput* do art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Da forma que foi redigido, o princípio da igualdade assume a condição de formal.

Para os que defendem a meritocracia no que diz respeito ao acesso às universidades públicas brasileiras, tal dispositivo constitucional torna-se o embasamento ideal para sua tese.

Entendendo que os brasileiros assumem condição igualitária, sem distinções, o número de vagas disponíveis para determinado curso de graduação de uma universidade pública deve ser de caráter geral, ou seja, todos os candidatos competirão sem qualquer privilégio em detrimento de outros.

Sob o aspecto material ou substancial, o princípio da igualdade atenta para as diferenças reais encontradas em cada participante da sociedade brasileira.

Com o advento do Constitucionalismo, os princípios constitucionais assumiram eficácia normativa perante a legislação infraconstitucional. E não poderia ser diferente entre o

ISBN: 978-85-7205-133-01

princípio da igualdade substancial e a Lei Processual Civil. Seu aspecto material ou substancial influenciou o micro sistema de tutelas coletivas (CDC, Estatuto do Idoso, ECA etc); ou seja, cumpriu a função de determinar e amparar os hipossuficientes de acordo com o gênero, idade, poder econômico para garantir-lhes tratamento igualitário.

O princípio da igualdade substancial também recebeu a nomenclatura de princípio da igualdade das partes, princípio da paridade de armas.

Para a tese da reparação histórica, esse princípio insere as minorias sociais a fim de que alcancem os mesmos patamares de quem não é excluído socialmente.

O DIREITO CIVIL E O SISTEMA DE COTAS ÉTNICAS

Na Disciplina de Direito Civil está conceituado o Inventário, como instrumento para obtenção e partilha dos bens deixados pelo falecido.

No que tange à tese da reparação histórica, vislumbramos que os escravos alforriados foram remetidos ao sistema social brasileiro sem qualquer condição que os assegurasse o mínimo para sua subsistência e desenvolvimento. Diante disso, as famílias dos afrodescendentes passaram a residir nos morros e áreas marginais, o que os levou a exercer funções que nos remetem ao homus faber, ao trabalho manual, sem possibilidade muitas vezes de freqüentarem o ensino básico.

O sistema de cotas étnicas traz a esse grupo social a possibilidade de seus descendentes de galgarem posições e cargos que antes eram impossíveis a uma pessoa de pele negra. Através dos cursos de graduação obtemos oportunidades de trabalho para cargos de liderança, gestão e com remunerações e benefícios superiores aos de quem exerce suas funções nas linhas de produção das fábricas pelo Brasil.

Não queremos desmerecer o trabalho manual, queremos inserir no mercado de trabalho no que tange aos cargos executivos mais negros para que sua identidade não se perca, seus valores e experiências possam agregar conceitos à sociedade brasileira.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os adeptos da teoria da meritocracia perguntariam: E porque essa "reparação", essa forma de incluí-los na sociedade brasileira ficaria restrita ao ensino superior? Não estaríamos diante de uma nova segregação? Responderíamos a todas essas perguntas embasados no art. 5º da CF/88 e ainda exortariam que a sociedade brasileira e capitalista em que vivemos adota o mérito e o esforço para a colocação no mercado de trabalho, grupos sociais, distribuição dos bens e renda etc. (Bobbio, 1997 *apud* Moehlecke, 2004, p.760)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficamos diante dos dois lados da moeda, no tocante ao sistema de cotas étnicas nas universidades públicas brasileiras.

Verificamos que a Sociologia da Educação contribui e ratifica as duas teses, apesar do momento e local históricos tão distantes.

O Direito Constitucional colabora com o tema na medida em que disseca o significado do termo igualdade, tão celebrado em nossa Constituição Cidadã (1988).

Utilizamos o Direito Civil e o contexto histórico brasileiro para afirmarmos que o sistema de cotas étnicas não prejudica o acesso geral às vagas nas universidades públicas brasileiras.

Serrano colabora com o tema proposto na medida em que discorre:

> O jovem que participa do desenvolvimento social também agradece o respeito e a consideração que a própria sociedade tem por seus valores. Por essa razão, é mister dar uma oportunidade àqueles jovens que não podem desfrutar de tais condições e precisam de orientação para a formação e o desenvolvimento de suas habilidades e seu talento. (Pilleti; Praxedes, 2003, p. 7)

Torna-se de grande importância que jovens negros também sejam protagonistas do conhecimento científico, independente da área escolhida, e possam atuar em condições de igualdade com quem sempre teve favorecimentos sociais.

Aspiramos que através do sistema de cotas étnicas, muitos jovens negros tenham a oportunidade de capacitação e assim integrem a sociedade no papel social que desejarem.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Que a posse de uma Desembargadora negra no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a atuação de uma Ministra negra do Tribunal Superior do Trabalho e que a Presidência do Supremo Tribunal Federal por um negro não sejam exceções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). São Paulo: Saraiva, 2014.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**, 1, 14. ed. Salvador: Editora Jus Podium, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

ITO, Élson Mikio Kato. **A (in) constitucionalidade do sistema de cotas no ensino superior.** 02/12/2003. 100p. Monografia apresentada para colação de grau como bacharel em Direito- Universidade de Presidente Prudente. Presidente Prudente 02/12/2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Do processo civil clássico à noção de direito a tutela adequada ao direito material e à realidade social**. Curitiba: UFPR, 2011, 49 p.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racia**l. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br.

MONTESQUIEU, Barão de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2011.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Sociologia da Educação – Do positivismo aos estudos culturais**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

SANDEL, Michael J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Coleção Educação para todos, v.5, Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. (livro eletrônico). 394 p.

SERRANO, Pabli Jiménez. **Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2003.

SILVEIRA, Alair. **Sociologia Jurídica: A percepção social dos direitos: Instrumento legal ou de justiça social?**. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os ministros de Xangô: uma análise sobre a formação do corpo de *Obás de Xangô* do *Ilê Axé Opô Afonjá.*

Los ministros de Shango: un análisis de la formación del cuerpo de Obás de Shango del Ilê Axé Opô Afonjá.

Marcelo Mendes Chaves

Doutorando

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP/CAPES

marcellomendez@usp.br

Resumo

O presente artigo dedica-se à análise da formação do corpo de *Obás de Xangô* do *Ilê Axé Opô Afonjá*, uma casa de candomblé Queto situada na cidade de Salvador (Bahia). Fundamenta-se em cinco autores - Capone, Dantas, Lima, Verger e Silva - e procura uma interlocução entre alguns artistas, sacerdotes pertencentes a casa, como Carybé, Pierre Fatumbi Verger, Jorge Amado e Dorival Caymmi. Desse modo, o debate amplia-se e possibilita um diálogo com as artes plásticas, fotografia, literatura e música por meio da religião de matriz iorubá no Brasil.

Palavras-chave: arte afro-brasileira; sincretismo; candomblé; diáspora iorubá.

Resumen

Este artículo está dedicado al análisis de la formación del cuerpo de Obás de Shango del Ilê Axé Opô Afonjá. Una casa de Candomblé Ketu ubicado en Salvador (Bahia). Se basa principalmente en cuatro autores - Capone, Dantas, Lima e Verger - y busca un diálogo entre algunos sacerdotes artistas que pertenece a la casa, como Carybé, Pierre Fatumbi Verger, Jorge Amado y Dorival Caymmi. Por lo tanto, el debate se amplía y permite un diálogo con las artes visuales, la fotografía, la literatura y la música, través de la religión yoruba en Brasil.

Palabras clave: arte africano-brasileño; sincretismo; candomblé; yoruba diáspora

Em meados de 1868, alguns escravizados libertos formavam um importante grupo denominado brasileiros na África, em Lagos, Nigéria. Essa comunidade cumpriu o papel de

ISBN: 978-85-7205-133-01

símbolo de identidade na volta às raízes da cultura iorubá. No Brasil, essas viagens assinalavam, de certa forma, um esquecimento das marcas deixadas pela escravidão. Assim, para os brasileiros, ex-escravizados, residentes em Lagos, a escravidão tornava-se um mito civilizador e a viagem à terra de origem possuía um caráter de prestígio.

Segundo Dantas (1998), a significação da "volta à África" e a exaltação do "nagô puro", ou seja, a busca de legitimação, marca a construção da identidade ligada ao candomblé Queto em uma dicotomia: tradição e pureza, como apontam Ranger e Hobsbawm (1984) apud Capone (2009, p.255) "Não é necessário recuperar nem inventar uma tradição quando os velhos usos ainda se conservam" versus o distanciamento da matriz negro-africana, observada nas demais modalidades do culto.

Neste contexto, o movimento de volta à África, liderado por Mãe Aninha, primeira *Iyalorixá* do *Ilê Axé Opô Afonjá*, acaba por influenciar uma parcela da população negra. Com o crescente prestígio da terra-mãe, os negros passam a mandar seus filhos para a África com o propósito de aprender a tradição dos cultos religiosos e introduzi-la no Brasil.

A primeira dessas viagens míticas teria sido realizada pela fundadora do terreiro do Engenho Velho, *Iyá Nassô*, casa que deu origem a outras duas, consideradas berços da tradição iorubá: o *Gantois* e o *Ilê Axé Opô Afonjá*. Segundo o mito, *Iyá Nassô* viajou com *Obá Tossi*. *Iyá Nassô*, *Obá Tossi* e sua filha, Magdalena, passaram sete anos em Queto, onde a filha de *Obá Tossi* gerou três filhos: a caçula, Claudiana, é a mãe biológica de Mãe Senhora, *Iyalorixá* dos quatro artistas citados. Elas acabaram por retornar a Salvador, acompanhadas do africano Rodolfo Martins de Andrade. Após a morte de *Iyá Nassô*, *Obá Tossi* tornou-se a *Iyalorixá* do Engenho Velho, onde iniciou Mãe Aninha, fundadora do *Ilê Axé Opô Afonjá*.

Outra viagem importante à África, nessa mesma época, que também possui um caráter de mito fundador, é a de Marcos Teodoro Pimentel, fundador do primeiro Terreiro de *Egungun* na ilha de Itaparica (Bahia). A terceira viagem que se forma em torno do mito fundador é a de Martiniano Eliseu do Bonfim, informante e colaborador de Nina Rodrigues[1]. Martiniano do Bonfim nasceu por volta de 1859 e foi pela primeira vez à Nigéria com seu pai em 1875, permanecendo em Lagos até 1886. Usava o título honorífico de *babalaô Ojelade* e

[1] Nina Rodrigues: "O médico Raimundo Nina Rodrigues foi o primeiro a se interessar pelo estudo das religiões afro-brasileiras. Para escrever seu trabalho pioneiro nesse campo – *O animismo fetichista dos negros bahianos* (publicado no Brasil em forma de artigos em 1896, e na França em forma de livro em 1900), visitou inúmeros terreiros de candomblé situados em Salvador, uma das principais cidades brasileiras na difusão do candomblé." Em: SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira - 2ª ed – São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 55.

ISBN: 978-85-7205-133-01

era muito procurado pelos adeptos do candomblé. Segundo a tradição oral, aprendeu os fundamentos do culto aos ancestrais com seu pai e, durante seu período na África, foi considerado um mestre por Marcos Teodoro Pimentel.

Mãe Aninha fundou juntamente com Martiniano do Bonfim, em 1910, o *Ilê Axé Opô Afonjá* e consagrou à Mãe Senhora o cargo de *Iyamorô* e *Ossi Dagan*, que viria ser a segunda *Iyalorixá* da casa. Nesse período, Mãe Aninha passava longas temporadas no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Ao retornar definitivamente para Salvador e com a colaboração de Martiniano do Bonfim, criou a instituição dos *Obás de Xangô:*

> No Centro Cruz Santa do *Axé do Opô Afonjá*, terreiro de candomblé situado no Alto de São Gonçalo, no bairro do Retiro, em Salvador da Bahia, existe um grupo de *oloiês*[2] conhecido como *Obás de Xangô* ou Ministros de Xangô. (LIMA, 1966, p. 5-6).

O *Ilê Axé Opô Afonjá* foi o primeiro a modificar seu ritual ao introduzir a instituição dos *Obás de Xangô*. Trata-se de um grupo de dignitários do culto, com títulos honoríficos, ligados ao culto do orixá Xangô.

Dantas (1998) considera de suma importância para a popularização da herança africana no Brasil dois congressos Afro-brasileiros, ambos realizados na década de 1930. O primeiro ocorreu em 1934, foi sediado no Recife e teve como idealizador Gilberto Freyre. O segundo ocorreu em Salvador, no ano de 1937, e contou com a organização de Édson Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães, que procuraram enfatizar a teoria de Nina Rodrigues. SILVA comenta sobre a referida teoria:

> Para ele, o fato de a religião do africano e a de seus descendentes ser politeísta (que acredita em vários deuses) e animista (atribuir alma, vida, a objetos inanimados) demonstrava a inferioridade do negro em relação ao branco cuja religião, monoteísta (que acredita num único Deus), exigia abstrações mais sofisticadas de pensamento.
> Nina Rodrigues concluiu, então, que o Brasil jamais chegaria a ser um país como os da Europa, onde a raça negra não exerceu influência. (SILVA, 2005, p.55-56)

Durante o segundo Congresso Afro-brasileiro, antes mesmo de ser colocado em prática, Martiniano do Bonfim tornou pública a existência do corpo de Ob*ás de Xangô*. Segundo Bonfim[3] (1950, p. 374-379) e Verger[4] (1999, p. 326) apud Capone (2009, p. 282),

[2] Oloiê: Oloiê, também oiê, ojoiê e ijoij. As formas adotadas nos candomblés da Bahia, com a mesma significação: o portador de um título honorífico, um "cargo", um "posto" num terreiro.
[3] BONFIM, Martiniano Eliseu do. “Os ministros de Xangô”. Em: CARNEIRO, Édson (org.). Antologia do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1950. p 374-9.

ISBN: 978-85-7205-133-01

que retoma sua teoria, os *Obás de Xangô* formam um conselho encarregado de manter o seu culto. O conselho seria composto, a princípio, por doze ministros que o acompanharam, a exemplo do que ocorria quando estava na vida terrena, sendo seis do lado direito e seis do lado esquerdo. Desse modo, estaríamos, diante de uma instituição africana reproduzida fielmente na Bahia: "Essa polarização entre direita (*Otún)* e esquerda *(Osì)* é encontrada na organização religiosa e política entre os iorubás". (CAPONE, 2009, p. 283).

Lima (1966) discorre sobre o corpo de *Obás de Xangô* do *Ilê Axé Opô Afonjá*. Além da introdução explicativa sobre os principais fundamentos religiosos, divide a análise nos seguintes tópicos: Quadro atual dos *Obá*s; Os *Otuns* e os *Ossi*s: a polaridade; A função dos *Obás* no terreiro; Admissão no grupo. Substituição e Renovação do quadro; Os nomes títulos dos *Obás*.

Segundo o autor, os *Obás* recebem na cerimônia de sua confirmação nomes ou *oiês* alusivos a personalidades ligadas à história da cultura iorubá. Dessa maneira, os *Obás* são divididos em direita e esquerda. Os *Obás* da direita são classificados em: *Obá Abiodum; Obá Aré; Obá Arolu; Obá Telá; Obá Odofim; Obá Cancanfô.* Os O*bás* da esquerda, por sua vez, dividem-se: *Obá Onanxocum; Obá Arecá; Obá Elerim; Obá Onicoí; Obá Olugbom; Obá Xorum.*

Com a morte de Mãe Aninha, sua sucessora, Mãe Senhora, diante de um período de tensões, decidiu substituir alguns *Obás* e também modificar a estrutura do grupo. O número de *Obás*, que somavam doze e estava dividido entre os da direita e os da esquerda, ganhou mais uma subdivisão, cada posto ganhou *Otun Obá* e *Osì Obá*, isto é, um substituto da direita e outro da esquerda, passando, dessa maneira, para trinta e seis membros. Como por exemplo: *Obá Onaxocum, Obá Onaxocum Otun; Obá Onaxocum Osi.*

Ainda segundo Lima (1966), no *Opô Afonjá*, hierarquicamente, os *Obás* estão em uma categoria superior à dos *ogãs*[5], sendo considerados mais graduados por serem consagrados ao próprio patrono do axé da casa, *Xangô Afonjá*. Cabe aos *Obás* a responsabilidade de ajuda financeira à *Iyalorixá* nas obrigações religiosas da casa dedicadas ao Orixá Xangô, como também em quaisquer outras festas do Axé a que cada *Obá* esteja associado por suas ligações

[4]VERGER, Pierre. Notas sobre o cultor aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África. São Paulo: Edusp. 1999.
[5] Ogã: Cargo reservado aos homens "não rodantes" (que não entram em transe) e cuja função é auxiliar o pai ou a mãe de santo. Em: SILVA, 2005. p 139.

ISBN: 978-85-7205-133-01

rituais secundárias. Desse modo, o *Obá* deve contribuir financeiramente com uma cota, muitas vezes estipulada pela *Iyalorixá*.

O caráter político dos *Obás de Xangô* fica evidente na escolha das pessoas que ocupam esses cargos, podendo defini-los como a elite dos *ogãs* e pessoas influentes na sociedade. Mãe Senhora , preocupada com sua posição e poder, recrutou para compor o corpo de *Obás* os intelectuais mais importantes da Bahia, entre eles Carybé, Verger, Dorival Caymmi e Jorge Amado; buscava, nesse movimento, a legitimação de sua tradição.

Capone (2009) comenta que os títulos apresentados por Bonfim resultam de uma bricolagem da história iorubá, presentes na obra de Johnson (1957), escrita antes de 1887 e reeditada em 1921, que compreendia o texto de referência sobre a história iorubá, estudado nas escolas da Nigéria. Tais influências são notórias em Bonfim, devido ao longo período em que viveu em Lagos. Assim, no caso dos Obás de Xangô, houve uma recriação da tradição baseada em dados históricos, procurando reatualizar um passado remoto. Essa reconstrução do corpo de *Obás*, realizada por Mãe Aninha, reforçou a sua origem iorubá, fazendo com que sua casa se reaproximasse da África, tornando-se mais "tradicional". Como Mãe Aninha fundou sua casa em decorrência da cisão da Casa Branca do Engenho Velho, ela sentia a necessidade de se diferenciar em relação à casa mãe.

***Ojú Obá, Essá Elemexó*: Pierre Fatumbi Verger**

> O espetáculo da Bahia está nas ruas. Nos anos 40 eram calmas e agradáveis. Nestas ruas era constante o desfile de pessoas que levavam toda sorte de coisas sobre a cabeça... Mas o que era mais remarcável e continua sendo, nas ruas da Bahia, a Boa Terra, é a extraordinária e alegre mistura, o convívio amigável de pessoas brancas e morenas, amarelas e negras que fazem a Bahia de todas as cores. (VERGER; BARRETO, 2008, p. 78).

Pierre Fatumbi Verger chega ao Brasil em 1946, encantando-se com os afrodescendentes e seus cultos religiosos e cumpre importante papel na comparação entre África e Brasil. Também iniciado por Mãe Senhora, reconta a tradição iorubá por meio das inúmeras notas de suas viagens. Em 1952, chegou a Porto Novo (Benin), de onde partiu para incursões na Nigéria. Em 1953 obteve, pelas mãos do rei de *Oshobó,* uma carta para Mãe Senhora, consagrando-a com o título de *Iyá Nassô*, dignatária do culto de Xangô. Tal valor simbólico foi fundamental para que Senhora aumentasse seu poder diante da tradição iorubá em Salvador. Durante a comemoração dos cinquenta anos de seu sacerdócio, em 1958, grande número de personalidades compareceu ao evento, entre eles o presidente da República,

ISBN: 978-85-7205-133-01

Juscelino Kubitschek. Em 1965, Mãe Senhora foi eleita "Mãe preta do ano" e, em 1966, recebeu do governo do Senegal a "ordem dos cavaleiros do mérito" pela sua atividade de preservação da cultura negro-africana. Em seu enterro, no ano de 1967, uma verdadeira multidão esteve presente.

Verger passou perto de 17 anos entre Brasil e África. Foi iniciado em 1953 no culto a *Ifá*, tornando-se babalaô, ajudando de forma significativa no vínculo simbólico entre África e Brasil. Em decorrência de suas pesquisas foi fundado em 1959 o CEAO - Centro de Estudos Afro-orientais de Salvador. Durante os anos 1960, os pesquisadores viajaram, em sua grande maioria, para a África ocidental. Em 1967, Mestre Didi - filho biológico de Mãe Senhora - e sua esposa, a pesquisadora Juana Elbein dos Santos, partiram para o Benin, com o objetivo de visitar o rei de Queto, em companhia de Verger, contando com uma bolsa da UNESCO. A atual *Iyalorixá* do *Ilê Axé Opô Afonjá*, Mãe Stella de Oxossi, *Odekayod*è, quarta *I*yalorixá na sucessão do terreiro, também esteve na África. Tais viagens representam um prestígio no meio dos cultos e uma forma de adquirir conhecimentos perdidos ou diluídos na diáspora.

***Otum Arolu* – Jorge Amado**

Jorge Amado é um dos escritores brasileiros mais lidos e traduzidos. Seu percurso procura narrar o processo histórico e dar lugar a inclusão social, seja de gênero, etnia ou classe, como afirma Duarte (1997, p. 89) "Jorge Amado colocaria o povo como personagem para ganhá-lo como leitor". Encontramos, portanto, uma fórmula comum dentro de sua obra: explorados, marginais, mulheres, negros, mestiços, trabalhadores etc.

Tomaremos como exemplo o romance *Jubiabá* (1935) que, além de ser considerado um marco na obra de Jorge Amado, possui um apelo popular capaz de incorporar uma estratégia narrativa inovadora, inspirado na linguagem cinematográfica. Duarte (1997) classifica o romance como um modelo popular/popularizado que preside a ascensão na cena narrativa das vozes vindas "de baixo". Ao mesmo tempo, seu discurso ganha um caráter de utopia socialista, o texto passa a revelar o político no escritor. *Jubiabá* traz na figura de Balduíno, o protagonista, o primeiro herói negro do romance brasileiro. "Balduíno opõe o instrumento da greve às rezas do pai-de-santo, tentando desqualificá-las no momento em que invade a sessão de umbanda." (AMADO, 1935, p.93).

O personagem procura num primeiro momento, com essa atitude, esvaziar o ritual e angariar pessoas para o movimento político, lamentando que o líder espiritual, Jubiabá, tenha

ISBN: 978-85-7205-133-01

falhado em não orientar politicamente seus filhos, partindo do princípio de que ele deveria saber de tudo o que viria a acontecer. Por outro lado, com o sucesso da paralisação narrada no livro, Pai Jubiabá o reconhece e o destaca como líder e exemplo para os homens do morro do Capa Gato, demonstrando a coesão que deve existir nas diversas lutas, a exemplo das políticas afirmativas nos dias de hoje.

Jorge Amado foi deputado-constituinte em 1946, responsável pelo projeto de lei que estabeleceu a liberdade de culto no País e descriminalizou os rituais afro-brasileiros. É a partir da década de 1960, entretanto, que a temática afro-brasileira ganha corpo na obra do escritor. O discurso passa a tratar de questões étnicas e raciais, práticas ainda estranhas à cultura etnocêntrica branca, ocidental e judaico-cristã; a exemplo de Tenda dos Milagres (1969). A obra em questão busca o discurso paralelo de elevação da cultura afro-brasileira por meio da miscigenação, provavelmente influenciada pela tese de Freyre.[6]

***Obá Ónikôyi* – Dorival Caymmi**

Silva e Amaral (2006) analisam as múltiplas relações entre os valores e símbolos religiosos afro-brasileiros e a música popular brasileira. Buscam a estreita relação da música com as religiões de matriz negro-africana e a construção da identidade nacional, aprofundando o diálogo entre os fundamentos religiosos e a cultura. A partir da década de 1920, o rádio ganha popularidade e torna-se o maior veículo de comunicação do país; momento em que o samba e os outros gêneros populares, até então ritmos considerados regionais, ganham expressão nacional.

O Estado Novo (1937 – 1945), na gestão de Getúlio Vargas, "incluía a valorização e promoção das práticas culturais 'brasileiras' capazes de congregar o sentimento de unidade nacional" (SILVA; AMARAL, 2006 , p. 168), complementando, nesse período, a cultura popular. Segundo os autores, o candomblé, por ter em sua base os elementos afro-brasileiros, além da projeção, recebe oficialmente o apoio do governo, a exemplo da capoeira, que passa a ser considerada "esporte nacional".

As classes populares encontram na música um campo semântico que suporta diversas experiências e valores. Outros tipos simbolizam o Brasil em âmbito nacional e internacional na figura de Carmem Miranda e do Bando da Lua:

[6] FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala (1933).

ISBN: 978-85-7205-133-01

O que é que a baiana tem? [...]
Tem torso de seda, tem!
Tem brincos de ouro, tem!
Corrente de ouro, tem!
Tem pano da costa, tem!
Sandália enfeitada, tem![...] [7]

Para Silva e Amaral (2006), devido a grande presença de baianos no Rio de Janeiro nesse período, capital federal, a projeção nacional da Bahia aconteceria. As "tias" baianas[8], a exemplo de Tia Ciata, com sua cultura, seus trajes típicos presentes nos terreiros e no carnaval, são sintetizadas na figura de Carmem Miranda. Em 1939, no filme Banana da Terra, Carmem Miranda interpretaria O que é que a baiana tem?, portando um figurino customizado, com base na indumentária das filhas de santo do candomblé, contando ainda com as contas em colares, pulseiras e torso. É como se ela própria representasse o Brasil e estes símbolos representassem a força da religiosidade de origem africana na constituição de nossa identidade. Carmem Miranda interpretou várias composições de Caymmi, com temas ligados à cultura afro-baiana: A Bahia, a vida litorânea, o cotidiano dos pescadores, o mar, a religiosidade de matriz negro-africana.

[7] CAYMMI, Dorival. Letra de música: O que que a baiana tem? 1939.

[8] A musicalidade dos terreiros, marcada pela herança africana, foi um dos pontos que mais atraíram a atenção para a diferenciação dessas crenças, servindo como elemento aglutinador e difusor de estilos musicais "profanos" que participaram da formação da cultura musical brasileira sob diferentes formas ao longo dos vários contextos históricos. Exemplos bem conhecidos destes processos são os ritmos maxixe e lundu. Em fins do século XIX, como atestam os jornais e outros documentos da época, havia uma grande restrição, por parte de segmentos dominantes da sociedade, às práticas religiosas afro-brasileiras. Atribuía-se a eles o caráter de "selvageria", cujos exemplos, constantemente citados, eram a "lasciva das suas danças" e o "estrondoso barulho" de suas batucadas. Esta situação de rejeição – e consequentemente repressão – aos cultos afro-brasileiros colocou-os, do mesmo modo que à sua música, na situação de clandestinidade até meados do século XX. Entretanto, esta situação não impediu a incorporação dos ritmos africanos ao repertório musical brasileiro em vários pontos do Brasil, influenciando a criação de estilos musicais populares como o lundu, maxixe, coco, lelê, tambor-de-crioula, "sotaques" de bumba meu boi, jongo, maculelê, maracatu, afoxé e o samba, entre muitos outros. No caso do samba – bom exemplo por sua relevância presença como um dos elementos constitutivos do gosto nacional e da identidade brasileira -, sabe-se que sua origem está ligada à religiosidade dos grupos *banto* trazidos para o Brasil. Este ritmo, tocado sobretudo em terreiros de candomblé de angola (que enfatizam uma identidade de origem *banto*) e, posteriormente, na umbanda, constitui um dos principais elementos de identidade de ambas as religiões. Sendo a música religiosa, o samba enredou-se, contudo, nos espaços profanos, num intenso fluxo de trocas simbólicas entre as religiões afro-brasileiras e a sociedade. No Rio de Janeiro este entrelaçamento é perceptível pelo menos desde as primeiras décadas do século XX, quando dos núcleos religiosos surgiram compositores que consolidaram esse estilo musical e o disseminaram entre o grande público. Alguns destes compositores eram filhos das famosas "tias" em torno das quais as colônias de migrantes baianos no Rio de Janeiro se reunia para dançar, cantar, comer comidas baianas e cumprir as obrigações rituais para com seus orixás. Assim, nesses espaços reuniam-se, entre outros, compositores que se tornariam famosos na história da música popular brasileira como Donga (Ernesto Joaquim Maria dos Santos), João da Baiana (João Machado Gomes), Sinhô (José Barbosa da Silva, o Rei do Samba) e Pixinguinha (Alfredo da Rocha Vianna Jr.). SILVA e AMARAL (2006, p. 162).

ISBN: 978-85-7205-133-01

O meio musical absorveu a religiosidade de matriz negro-africana nesse período. Outro exemplo de composição de Caymmi seria Oração a Mãe Menina; criada em homenagem a *Iyalorixá* do terreiro do *Gantois*:

> [...] O consolo da gente, hein?
> Tá no Gantois
> E a Oxum mais bonita, hein?
> Tá no Gantois
> Olorum quem mandou
> Essa filha de Oxum
> Tomar conta da gente
> E de tudo cuidar [...] [9]

Como citam Silva e Amaral (2006, p. 162), "nas religiões afro-brasileiras, a música desempenha um papel fundamental", os autores consideram a música um dos principais veículos pelo qual os adeptos invocam os orixás, seja na umbanda ou no candomblé, fazendo uso de diversos instrumentos: atabaques; cabaças; chocalhos; agogôs; ganzás. A musicalidade se faz presente tanto em cerimônias abertas como fechadas. Essa é uma das características da herança da matriz negro-africana.

***Otum Onaxocum:* Carybé**

Segundo Carybé (1962, p. 37), o candomblé: "[...] estará presente na mesa rica e na pobre, nos arvoredos sagrados, nos pés de *Loko*, nas encruzilhadas onde moureja Exu, nos quindins das baianas, nas igrejas, nos mercados, nas folhas da mata."

Carybé chega à Bahia em 1938, seduzido pelo romance *Jubiabá* de Jorge Amado, ocasião em que representava o jornal argentino El Pregon. Desse primeiro contato até o convite de Anysio Teixeira, secretário de Educação da Bahia, para desenhar os costumes afro-baianos, passaram-se 12 anos de longa espera. No início dos anos 1950, Carybé decidiu fixar-se na cidade de Salvador, integrando, a partir de então, o movimento de renovação das artes plásticas baianas e tornando-se mais do que um brasileiro - um baiano por excelência. Sua plástica sofreu uma profunda transformação, sobretudo pelos valores da arte e cultura africana e sua miscigenação na Bahia, passando a reestruturar sua estética.

Em torno da plástica de Carybé revelam-se ensinamentos tradicionais, valores ancestrais africanos, mitos e ritos, compondo uma extensa produção com mais de cinco mil trabalhos, dentre pintura, escultura, gravura, murais, cerâmica, ilustrações, figurinos e cenários, além da importante pesquisa etnológica realizada por ele.

[9] CAYMMI, Dorival. Letra de música: Oração a Mãe Menininha, 1972.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A cosmogonia dos iorubás engloba a visão de mundo dos povos originários, principalmente do que hoje chamamos de Nigéria e Benin, fazendo surgir nas Américas um tronco de religiões de mesma matriz, como a santeria em Cuba e o candomblé no Brasil. A mitologia desses povos é transmitida por Itans (histórias míticas), que Carybé transcreve em Os Deuses Africanos no Candomblé da Bahia (1993), sendo os ancestrais os guardiões supranaturais desse legado.

Nesse sentido, o crescer da temática afro-brasileira torna-se um emblema na perspectiva do artista. Sua plástica busca um retorno à "África Mítica" dos ancestrais escravizados e sua cosmologia. Com a colaboração de outros *Obás de Xangô*, em diferentes campos do saber, é inevitável não fazermos um estudo comparado, indicando que Fatumbi, Jorge Amado e Caymmi seguem na mesma direção.

O Diálogo entre os Obás

> Um babalaô me contou:
> Antigamente, os orixás eram homens.
> Homens que se tornaram orixás por causa de seus poderes.
> Homens que se tornaram orixás por causa de sua sabedoria.
> Eles eram respeitados por causa de sua força
> Eles eram venerados por causa de suas virtudes.
> Nós adoramos sua memória e os altos feitos que realizaram.
> Foi assim que estes homens se tornaram orixás.
> Os homens eram numerosos sobre a terra.
> Antigamente, como hoje,
> Muitos deles não eram valentes nem sábios.
> A memória destes não se perpetuou.
> Eles foram completamente esquecidos.
> Não se tornaram orixás.
> Em cada vila um culto se estabeleceu
> Sobre a lembrança de um ancestral de prestígio
> E lendas foram transmitidas de geração em geração
> Para render-lhes homenagem [10]

Oju Obá (Pierre Fatumbi Verger), *Otum Arolu* (Jorge Amado), *Obá Ónikôy*i (Dorival Caymmi) e *Obá Onaxocun Otu*n (Carybé), apesar da origem e formação distintas, comungam do mesmo olhar sobre a Bahia, sua cultura e sua gente. Trouxeram importantes contribuições por meio de suas criações artísticas, seja qual for o veículo de expressão, contribuindo acima de tudo para a aceitação e a afirmação da diversidade cultural.

[10] Verger e Carybé (2009, p. 188).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Sob diferentes expressões artísticas como fotografia, literatura, música e artes plásticas, os quatro *Obá*s parecem cumprir a função de agentes da disseminação de uma linhagem religiosa de matriz negro-africana iorubá, o tronco jeje-nagô. Fizeram parte, não somente do corpo de *Obás*, mas da mesma casa de candomblé e foram iniciados pelas mãos de Mãe Senhora, além de terem como ofício o amplo campo da arte afro-brasileira.

Fica evidente, portanto, a malha construída na estruturação do candomblé Queto na Bahia, iniciado na Casa Branca do Engenho Velho por *Iyá Nassô*, seu contínuo com Mãe Aninha do *Ilê Axé Opô Afonjá* e na figura de Martiniano do Bonfim, fundamental interlocutor na criação do corpo de *Obás de Xangô*. É importante frisar o papel de Mãe Senhora, segunda *Iyalorixá* do *Ilê Axé Opô Afonjá*, na reestruturação do corpo de *Obás*, aumentado seu número de 12 para 36, bem como a substituição de alguns nomes; pois nesse período a trama de caráter político foi imprescindível para a descriminalização e liberdade do culto.

Podemos observar a estreita relação entre a arte e a religião de matriz negro-africana jeje-nagô (Queto) na produção artística dos quatro *Obá*s, travando um constante diálogo com questões do sistema religioso referido, contribuindo de maneira global no debate sobre a identidade iorubá.

Em contrapartida, a formação da Santeria, outro modelo de ressignificação religiosa de matriz negro africana iorubá na América Latina, apesar das semelhanças dos perfis identitários, a cultura de resistência durante séculos ante ao colonialismo, bem como os mecanismos de enfrentamento destas religiosidades como via de defesa da cultura negra e inserção social; em Cuba teve como núcleo principal a família religiosa numa complexa rede de sociabilidade que encontrou sua expressão nas casas-templo o ambiente para recriar os elementos culturais africanos que sustentam as tradições herdadas pela diáspora. Tema a ser desenvolvido e ampliado na minha pesquisa de doutorado.

Referências:

AMADO, Jorge. Jubiabá. São Paulo: Martins, 1935.

_____. AMADO, Jorge. Tenda dos Milagres. São Paulo:Martins, 1969.

AMARAL, Rita. Xirê! O modo de crer e de viver no candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Jorge Amado. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

CAPONE, Stefania. A busca da África no Candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

CARNEIRO, Edson. Candomblés da Bahia. (9ª ed). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CARYBÉ, Hector Júlio Paride Bernabó. As sete portas da Bahia. São Paulo, Martins. 1962.

_____; VERGER, Pierre Fatumbi; BARRETO, José de Jesus. Entre Amigos: Carybé & Verger, Gente da Bahia. Salvador: Fundação Pierre Verger e Solisluna Design Editora, 2008.

_____; CAYMMI, Dorival; VERGER, Pierre Fatumbi; BARRETO, José de Jesus. Entre Amigos, Carybé & Verger, Caymmi: Mar da Bahia. Salvador: Fundação Pierre Verger, Solisluna Design Editora, 2009.

_____. Os Deuses Africanos no Candomblé da Bahia. Salvador: Bigraf. 1993.

DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

JOHSON, Samuel. The History of the Yorubas. London: George Routledge & Sons, 1957.

LIMA, Vivaldo da Costa. Os Obás de Xangô. 1966. Disponível em: <www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n2_3_p5. pdf>. Acesso em: 02 jun.2014.

SILVA, Dilma de Melo; CALAÇA, Maria Cecília Felix. Arte Africana & Afro Brasileira. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves. Candomblé e Umbanda - Caminhos da Devoção Brasileira - 2ª ed - São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____; AMARAL, Rita. Foi conta pra todo canto: Música popular e Cultura Religiosa afro-brasileira. Disponível em: <www.doafroaobrasileiro.org/contacanto1.html>. 2006. Acesso em: 01 jun.2014.

VERGER, Pierre Fatumbi. Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e nas antigas Costa dos Escravos, na África. São Paulo: Edusp. 1999.

_____; CARYBÉ, Héctor Júlio Paride Bernabó. Lendas Africanas dos Orixás. 4ª. Ed. Salvador: Corrupio, 2009.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Liberalismo e Conservadorismo no Uruguai dos novecentos: batllismo e arielismo no processo de formação da identidade política uruguaia.

Liberalism and conservatism in Uruguay of twentieth century: batllismo and arielismo in the formation process of the Uruguayan political identity.

Marcos Alves de Souza;

Doutor em História pela FHDSS – UNESP/Franca;

Docente junto ao Depto de História da FCHS – UNESP/Franca;

E-mail: msouza74@hotmail.com

Resumo: O período compreendido entre 1870 e 1920 estabeleceu no Uruguai as raízes para três dos mais importantes signos que compõem a identidade política uruguaia: o mito da excepcionalidade uruguaia, o mito da precocidade uruguaia e a alegação de que o uruguaio vive a política por intermédio dos partidos políticos. Este artigo pretende rastrear as origens destas três ideias em meio ao debate travado entre os intelectuais liberais do batllismo e os intelectuais conservadores do arielismo, em meio a um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais.

Palavras-chave: Uruguai; intelectuais; identidade política; liberalismo e conservadorismo; batllismo e arielismo.

Abstract: The period between 1870 and 1920 in Uruguay established the roots for three of the most important signs that make up the Uruguayan political identity: the myth of the Uruguayan exceptionalism, the myth of the Uruguayan early and the claim that the Uruguayan lives the policy through their political parties. This article aims to trace the origins of these three ideas amid the debate among liberal intellectuals of batllismo and conservative intellectuals of arielismo among a period of intense political, economic and social transformations.

Keywords: Uruguay; intellectuals; political identity; liberalism and conservatism; batllismo and arielismo.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, alguns dos mais importantes signos que conformam a identidade política uruguaia foram forjados. Entre eles, destacaram-se o

ISBN: 978-85-7205-133-01

mito da excepcionalidade uruguaia, isto é, a de um país de estabilidade política diferenciada com relação aos seus vizinhos hispano-americanos, estabilidade garantida pelo respeito quase absoluto aos resultados do jogo político travado na arena parlamentar. Foi o desenvolvimento deste mito que levou os uruguaios a se considerarem, ao longo do século XX, a chamada "Suíça latino-americana" ou, em momentos de maior furor, a afirmarem que a Suíça era o "Uruguai europeu".

Ao redor deste mito, por sua vez, foram desenvolvidas pelo debate intelectual outras ideias-força que também conformam a identidade política uruguaia, como a da precocidade uruguaia para testar novas fórmulas políticas ou para criar legislações que ampliaram os direitos dos cidadãos uruguaios, garantindo ao país a fama de ser um "laboratório de experiências políticas". Entre tais precocidades encontram a implementação do sistema de governo colegiado, à semelhança do sistema colegiado de governo suíço, a garantia de direitos às mulheres logo no início do século XX (como a de solicitação do divórcio sem a anuência do marido) e a famosa legislação trabalhista que o batllismo precocemente implementou no país nas duas primeiras décadas do século XX, que abarcava a redução da carga horária para no máximo oito horas trabalhadas diárias, a implementação do descanso semanal remunerado, indenizações por acidentes de trabalho, entre outras que somente serão legisladas definitivamente na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1930.

Finalmente, outro mito, este mais difícil de mensurar e de rastrear, envolve a relação estabelecida desde o século XIX entre a sociedade uruguaia e os partidos políticos. Esta ideia-força sugere que o uruguaio vive a política, não apenas a pratica. Tal vivência, de fato, se dá por intermédio de uma ligação muito forte estabelecida com os partidos políticos (e suas facções), desde os tradicionais partidos Nacional (Blanco) e Colorado até, mais contemporaneamente, a Frente Ampla de partidos que vem dominando o poder Executivo federal nas últimas eleições.

Estes três signos políticos irão se consolidar ao longo do século XX, mas seu nascimento pode ser encontrado na conjuntura política, social e econômica da transição dos séculos XIX e XX, mais especificamente entre o período aproximado de 1870 a 1920, época que conheceu o fim das guerras civis caudilhescas, a transformação dos bandos caudilhescos nos partidos políticos tradicionais, a consolidação do discurso modernizador liberal e a resistência conservadora às reformas institucionais realizadas pelo batllismo a partir do início do século XX, oposição realizada tanto por intermédios dos intelectuais ligados aos jornais

ISBN: 978-85-7205-133-01

diários (periódicos) quanto na tribuna parlamentar. Ademais, não se pode esquecer que foi no ambiente urbano que este debate entre liberais e conservadores concentrou sua munição, especialmente na capital, Montevidéu, visto que o tal cenário fervilhava com a chegada de constantes ondas de imigrantes europeus e de migrantes do campo e com os impactos do programa positivista de redução do analfabetismo proposto por José Pedro Varela na última década do século XIX e levado a cabo pelo Partido Colorado e pelo batllismo. Rastrear a origem destes três signos políticos que compõem a identidade política uruguaia e verificar a atuação do debate intelectual travado pelos liberais batllistas e pelos conservadores arielistas para a consolidação destes símbolos, no início dos novecentos, compõem os objetivos centrais deste artigo.

O último terço do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX trouxeram impactantes transformações ao modo de vida da sociedade uruguaia. Após sua independência, o país se viu mergulhado em guerras civis destrutivas travadas pelos caudilhos que buscavam fazer valer seus interesses econômicos e políticos, cenário que se estendeu entre as décadas de 1830 e 1870. Estas guerras civis, travadas pelos dois principais bandos de caudilhos, os colorados e os blancos, começaram a arrefecer somente após a tomada do poder Executivo pelos militares na década de 1870, que com braço forte e prestígio social angariado durante a Guerra do Paraguai, fortaleceram o poder político central em Montevidéu e passaram a combater fortemente as pretensões regionais dos caudilhos terratenentes, bem como as desavenças entre os mesmos. Sucessivas ditaduras militares que se estenderam até a década de 1890 estabilizaram o debate político no país, permitindo que a economia começasse seu processo de recuperação e investindo em inovações tecnológicas que melhoraram a qualidade da carne vendida pelo país, como o incentivo à implementação dos frigoríficos no país, o que garantia o alcance da carne uruguaia aos industrializados mercados da Europa e do nordeste dos Estados Unidos.

Desta forma, os dois bandos caudilhos viram-se forçados a mudar o local de disputa do campo para as cidades, a trocar o cruzamento das espadas pela disputa política partidária e pelos acirrados debates parlamentares e periodísticos. Formaram-se assim os dois partidos políticos tradicionais uruguaios, o Partido Colorado e o Partido Nacional (Blanco), e esta fundação acabou por ocorrer concomitantemente a dois processos migratórios impactantes para a sociedade uruguaia do último terço do século XIX, o aumento da migração campo-

ISBN: 978-85-7205-133-01

cidade e a chegada cada vez mais frequente de milhares de imigrantes europeus, sobretudo da Itália, que buscavam terras e melhores condições de vida nas Américas.

À semelhança da vizinha Argentina, que clamava o fim das lutas caudilhescas e a ocupação definitiva das vastas terras a oeste do país, o discurso liberal do século XIX uruguaio também acreditava que as duas principais das razões para o débil progresso econômico do país estavam na instabilidade política do país e na falta de mão de obra necessária para ocupar e tornar produtivo o chamado "interior profundo". Assim, tal discurso propagandeava na Europa a abundância de terras disponíveis a todos aqueles que quisessem fazer a vida no país, o que atraiu milhares de imigrantes, especialmente aqueles de áreas de conflito na Europa, como foi o caso da Itália em processo de unificação. Herbert Klein (2000) caracteriza muito bem quais foram os elementos que atraíram imigrantes europeus à América e que, concomitantemente, expulsaram os mesmos da Europa, dimensionando claramente o impacto que este aluvião imigratório causou no continente americano.

Gerardo Caetano e José Rilla (1994) afirmam que o Uruguai era considerado um "espaço vazio para o povoamento" e que as ondas imigratórias levaram o país, já na década de 1860, a contar com 1/3 de sua população composta por estrangeiros, quantidade que viria a aumentar ainda mais significativamente até a década de 1890. Contudo, é preciso notar que a grande maioria dos imigrantes acabou por se estabelecer na capital do país, Montevidéu, o que nos leva a questionar porque o discurso liberal que clamava a ocupação do interior do país não se concretizou.

Bem como ocorreu em outros países da América Latina da mesma época, como Brasil e Argentina, os imigrantes rapidamente constatavam tão logo aqui chegavam que o acesso à terra não era assim tão facilitado como se propagandeava na Europa. Além disso, as condições de vida nas fazendas do interior não eram adequadas ao desenvolvimento econômicos dessas famílias de imigrantes, cuja dívida pelo custeio da viagem feita pelos fazendeiros era aumentada por outras, como o custeio pela construção das próprias moradias nestas fazendas e pela compra de gêneros de vestuários e alimentícios em vendas de propriedade do fazendeiro. Finalmente, outro fator a se considerar é que um número significativo destes imigrantes era oriundo de cidades europeias com algum grau de desenvolvimento urbano e industrial, o que levou muitas famílias a almejar migrar para as cidades o mais rapidamente possível em busca de emprego industrial ou comercial, sobretudo para as capitais. Finalmente, o fim das lutas pelo poder e o discurso liberal, somados ainda ao

ISBN: 978-85-7205-133-01

incremento da produção agropecuária pelos investimentos externos na América Latina e sua consequente inserção do mercado mundial a partir do último terço do século XIX levaram a uma maior concentração de terras pelos fazendeiros, aumentando ainda mais a apropriação latifundiária da terra e expulsando do campo o posseiro que não possuía o certificado de propriedade da terra. Este fenômeno foi também acompanhado pela implementação de novas técnicas de produção agrícola e de manejo do gado, o que gerou a redução da mão de obra camponesa e sua consequente migração para as cidades.

Podemos dizer assim, em consonância com Charles Hale (2001), que o desenvolvimento da pequena e da média propriedade na América Latina e o consequente surgimento de uma pequena e média burguesia rural, projeto liberal que tomava o modelo francês como exemplo, viu-se aqui frustrado pela força da tradição latifundiária de origem colonial espanhola.

Assim, o liberalismo clássico que esteve presente no discurso independentista latino-americano foi transformado a partir da década de 1870 em um liberalismo mais adequado à tradição e à realidade latino-americana, um liberalismo que reforçou ainda mais a dicotomia entre campo e cidade, que fortaleceu o centralismo ao invés do federalismo e que foi mais retórico e formal do que praticado (com exceção talvez à sua esfera econômica), ideologia de uma oligarquia que controlava a sociedade com mão de ferro.

A tradição conservadora uruguaia teve enormes dificuldades para entender as novas filosofias de vida e as expectativas que adentravam o país juntamente com aquela grande massa de imigrantes, exigindo mudanças que encontraram eco principalmente em meio a alguns segmentos urbanos uruguaios, notadamente entre os partidos políticos tradicionais então recém-fundados. Eles foram fundamentais, segundo Roberto Ares Pons (1968), na tarefa de assimilação daquele aluvião imigratório, o que muito precocemente estabeleceu um processo de vinculação entre os mesmos e as massas que chegavam às cidades, principalmente os imigrantes, mas também os migrantes do campo. O autor acima citado também salienta que os germens da nacionalidade uruguaia[1] estavam sendo gestados a partir

[1] Toma-se aqui como premissa que não havia sentimento de pertencimento nacional previamente estabelecido em meio à sociedade hispano-americana quando dos movimentos pela independência frente à metrópole espanhola nas três primeiras décadas do século XIX. Assim, a participação populacional nestes movimentos teria sido mais vinculada aos laços de obediência estabelecidos no período colonial com a elite criolla que capitaneou o processo de independência, principalmente a partir do último terço do século XVIII e em meio ao desagravo diante de muitas das reformas bourbônicas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

da segunda metade do século XX e, desta forma, coube aos partidos tradicionais "acriolar" os imigrantes e seus filhos.

> Por meio dos partidos tradicionais, o imigrante se incorporou ativamente, desde sua chegada, pode-se dizer, à vida nacional, e por meio desta comunhão anímica se impregnou das modalidades, dos usos e das tradições vernáculas, nacionalizou-se, ao invés de desnacionalizar o país (ARES PONS, 1968, p.57).

O processo de naturalização das massas imigrantes foi obstaculizado por uma série de resistências impostas pelos próprios imigrantes, principalmente por aqueles que haviam nascido na Europa e que haviam fixado residências em bairros periféricos da capital de maioria imigrante, onde tentavam reproduzir o modo de viver de suas regiões de origem, desde as festas e outras práticas de sociabilidade até a manutenção da língua pátria e resistência ao aprendizado da língua e dos costumes locais. Problemas semelhantes enfrentaram as autoridades públicas de outros países latino-americanos, como informa Fernando Devoto (2000) sobre o cenário argentino e portenho do período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914. O autor busca caracterizar quais foram as imagens construídas pela elite argentina a respeito do outro, o imigrante, que variaram ao longo daquele período entre positivas e negativas. Salienta ainda que especialmente a partir do início do século XX passou a ser fundamental inserir aquelas massas imigrantes na prática política e no exercício do voto e, para tanto, era fundamental que elas fossem naturalizadas e aprendessem o espanhol castelhano para melhor se integrarem ao modo de vida argentino. Também é importante destacar que os filhos dos imigrantes, desde a primeira geração nascida nas Américas, eram menos resistentes ao processo de nacionalização, mesmo sob pressão de seus pais, visto que viam no aprendizado dos modos de vida argentinos uma forma serem aceitos por esta sociedade, anseio que não era necessariamente compartilhado por seus pais.

Situação semelhante se deu também no Uruguai, com a diferença de que aos partidos políticos coube a principal função de articular as diferentes "lealdades parciais" daqueles imigrantes europeus para com comunidades religiosas, clubes e agremiações por eles fundadas ou mesmo para com suas famílias, convergindo seus diferentes interesses em direção a uma mesma vontade política, a ser conduzida pelos partidos e a ser conhecida por meio de sua atuação parlamentar. Tem, portanto, a gênese desta ligação histórica estabelecida entre o viver político do uruguaio e sua estreita relação com a atividade partidária. Segundo Martin Peixoto,

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Para que esse processo de conformação da vontade política se cumprisse exitosamente, seria imprescindível que existissem partidos solidamente constituídos, que fossem algo mais do que meros agrupamentos eleitorais; que houvesse, pelo menos, dois partidos com possibilidades de ganhar as eleições; que existissem garantias eleitorais efetivas; que a oposição não encontrasse obstáculos para cumprir com sua incumbência; que os grupos de interesses aspirassem e pudessem exercer influência por meio do contato com os parlamentares e com as autoridades (publicamente), e que se contasse com garantias efetivas para a existência de um espaço público genuinamente democrático, como a liberdade de imprensa, de reunião, direito à manifestação, etc. (PEIXOTO, 1987, p.63).

Outro elemento que auxilia na compreensão desta ligação histórica entre a sociedade uruguaia, especialmente a urbana, e os partidos políticos está no fracionamento dos mesmos em diferentes facções (ou listas, no Uruguai), prática que se consolidou a partir do século XX. Desta forma, a vinculação partidária da sociedade uruguaia foi facilitada, visto que os partidos permitiam com esta fragmentação que qualquer um encontrasse em seu meio aquelas facções que melhor atendiam, com suas propostas, ao conjunto dos interesses de um indivíduo, respeitando-se apenas algumas principais premissas que deveriam ser defendidas por todas as facções de um partido.

Quando o batllismo tomou o poder no seio do Partido Colorado e assumiu a Presidência da República em 1903, com José Batlle y Ordóñez, as subdivisões nos partidos tradicionais e até mesmo no seio de suas facções tornaram o jogo político mais complexo de tal forma que os grandes projetos liberais de modernização eram, primeiramente, larga e exaustivamente debatidos em seu meio, debate do qual fazia parte boa parte da sociedade urbana uruguaia. Este debate era também veiculado pelos jornais partidários, fazendo conhecer a toda sociedade uruguaia o teor das propostas antes mesmo delas serem conduzidas a debate nacional entre os partidos pela via parlamentar. Por conseguinte, pode-se dizer que a sociedade uruguaia tomava contato com estas propostas e debates intra e interpartidários graças aos intelectuais orgânicos ligados vinculados aos partidos e facções, que polemizavam aquelas propostas nos jornais uruguaios de grande circulação[2].

Foi fundamental para esta politização da sociedade uruguaia o programa vareliano para redução do analfabetismo levado a cabo por José Pedro Varela a partir da última década do século XIX. De fato, o projeto de Varela envolvia toda a reformulação do sistema de ensino no país, até então destinado quase que exclusivamente aos filhos das elites rurais e

[2] Adota-se aqui o sentido gramsciano de "intelectual orgânico", isto é, aquele intelectual que atual no sentido de fortalecer uma dada posição política em meio a um amplo debate ou "guerra de posições" em que os veículos de comunicação de massa, vinculados aos interesses políticos, constituem seu principal instrumento.

ISBN: 978-85-7205-133-01

urbanas do país, algo comum à América Latina do final do século XIX (HALE, 2001). Partícipe do projeto liberal de incorporar as massas imigrantes ao modo de vida uruguaio, ele organizou um amplo programa de redução do analfabetismo das massas uruguaias, tanto urbanas quanto rurais. Movido pelo cientificismo da época, seu programa positivista levou as letras a milhares de uruguaios e imigrantes, facilitando o processo de naturalização destes últimos e facilitando a integração destas massas aos projetos políticos partidários e nacionais. Com isso, os veículos de comunicação de massa, especialmente aqueles vinculados aos partidos políticos tradicionais quanto aos partidos comunistas e anarquistas, bem como aos movimentos operários passaram a investir em equipamentos que elevaram substancialmente as tiragens, consequentemente reduzindo o preço dos jornais diários e garantindo o explosivo crescimento da imprensa ao final do século XIX.

Além disso, deve-se destacar a qualidade dos colaboradores e a grande quantidade de imagens e de publicidade que eles passaram a conter para explicar o nível do alcance que a imprensa da época alcançou em meio à sociedade uruguaia. Aquela "cidade das letras" latino-americana, nos dizeres de Ángel Rama (1985), que relegava no século XIX a uma minoria ilustrada o direito de propor e debater ideias foi sendo superada por uma cidade em que a sociedade largamente debatia as propostas de modernização ou seu refreamento, mesmo que a apresentação destes debates ainda coubesse a uma minoria de intelectuais que com sua formação diferenciada conseguiam conduzir publicamente tais discussões. Sobre este fenômeno latino-americano, Susana Zanetti nos diz que:

> Em Buenos Aires, tanto *La Prensa* (1869) como *La Nación* (1871) se destacam, no marco mundial, pela qualidade de seus colaboradores – Martí, Darío, Nervo, Rodó e Unamuno, entre muitos outros de *La Nación* –, por sua tiragem ou por seus imponentes edifícios. Na Venezuela, *El Pregonero* (1893) introduziu o primeiro linotipo e, já no século XX, apareceu *El Universal* (1908), também com todas as características dos diários modernos. Nesta época surgiram outros importantes: *La Prensa* (1902) de Lima, *El Tiempo* (1911) de Bogotá, *El Diario* de El Salvador (1895), etc. Este desenvolvimento requeriu um crescente número de assalariados, entre eles dos jornalistas, que conquistaram presença inusitada na opinião pública de então (ZANETTI, 1994, p.511-512).

Os suplementos literários desta imprensa foram os primeiros a receber alguns dos mais importantes escritos de muitos intelectuais da época, já que essa forma de publicação contava com público maior do aquele que buscava os livros. Assis, eles eram tanto ensaístas e escritores quanto jornalistas. Com o intuito de fortalecer ainda mais a ligação destes intelectuais com o público, tais suplementos passaram a incorporar fotografias dos escritores,

ISBN: 978-85-7205-133-01

diminuindo assim o caráter transitório que textos e escritores muitas vezes sofrem nos jornais. Portanto, além de consolidar a imagem destes escritores em meio a público, tornando-os porta-vozes nacionais das grandes propostas de mudança típicas da virada do século XIX para o XX, a inclusão de fotografias reduziu a velocidade com que eram "esquecidos" (ZANETTI, 1994).

Ángel Rama (1985) salienta que a ocorrência dos escritores aos periódicos também servia para que os mesmos vencessem a carência de público por que sofriam na época. Assim, o "mercado da escritura" acabou se tornando a melhor e mais moderna maneira para veicularem suas ideias, mesmo estando sujeitos, muitas vezes, à censura ou à utilização de suas habilidades intelectuais pelos políticos de então:

> Os dois principais compradores que o escritor encontrou foram: os políticos, dos quais se tornaram escribas de discursos, proclamas e, inclusive, leis (tarefa que até hoje continuam fazendo) e os diretores de jornais que, como os políticos, frequentemente os apagaram como personalidades, eliminando seus nomes no rodapé de seus escritos [...] (RAMA, 1985, p.117).

José Enrique Rodó, o mais prestigiado ensaísta uruguaio da época também reconheceu que o jornalismo era uma das principais vias para o intelectual manifestar-se politicamente, mas não deixou de salientar, de maneira aristocrática, que tal recurso não garantia uma vida permanentemente confortável ao escritor:

> Nos seus círculos de retribuição alentadora, o jornalismo não é outra coisa senão uma manifestação da política. Em níveis inferiores, não constitui solução [...] Passou o mecenas individual e aristocrático e veio substituí-lo o coletivo e plebeu. À pensão que se cobrava na mordomia do palácio, sucedeu o manuscrito descontável no balcão do livreiro (RODÓ, 1957, p.525; 523-524).

Foi em meio a este contexto que o Uruguai conheceu, a partir do início dos novecentos, o maior debate ao redor dos limites que deveriam ser impostos ao processo de modernização do país. Este debate, por sua vez, criou juntamente a época em que foi travado e com a própria implementação de significativas transformações nas estruturas políticas e institucionais do país as raízes dos mitos da excepcionalidade e da precocidade uruguaias. Este debate pode ser inserido em outro ainda maior, a ocupar a intelectualidade latino-americana da transição dos séculos XIX para o XX.

"Algo não funcionava bem no organismo vivo daquelas sociedades em crescimento", afirmou Alfonso Reyes ao destacar o papel dos intelectuais neste momento de reajuste de suas posições (REYES apud AINSA, 2000, p.44). De acordo com Irlemar Chiampi,

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Um século de reflexão sistemática sobre a condição dos americanos havia produzido toda sorte de interpretações em torno do problema da identidade cultural. O posicionamento crítico sobre o que é a América, que lugar lhe reserva a História, qual o seu destino e a sua diferença diante dos modelos construídos de cultura marcou a ensaística dos mais destacados escritores hispano-americanos. Marcou também o seu legítimo desejo de ser moderno, desde a geração pós-independentista até a que antecede a Segunda Guerra Mundial. De Sarmiento à Martí, passando por Bilbao e Lastarria, no século XIX; de Rodó a Martínez Estrada, num primeiro arco contemporâneo que abrange, entre muitos outros, os nomes de Vasconcelos, Ricardo Rojas, Pedro Henríquez Ureña e Mariátegui, as respostas àquelas indagações variaram conforme as crises históricas, as pressões políticas ou as influências ideológicas. Nos seus escritos, a América havia passado pelo sobressalto das antinomias românticas (civilização ou barbárie?), pelos diagnósticos positivistas dos seus males endêmicos, pela comparação com a Europa e a cultura anglo-americana; havia reivindicado a sua latinidade umas vezes, outras, a autoctonia indígena; viu-se erigida, logo, como o locus cósmico da quinta raça ou teve, ainda, formulada a sua bastardia fundadora. Não houve intelectual de influência em seu tempo que tivesse permanecido indiferente à problemática da identidade. Com paixão veemente ou frieza cientificista, com otimismo ou desalento, com visões utópicas ou apocalípticas, com nacionalismo ou hispanofobia, progressistas ou conservadores, os ensaístas do americanismo expressaram – como num texto único – a sua angústia ontológica em resolver as suas contradições numa forma identitária (CHIAMPI, 1988, p.17-18).

Irlemar Chiampi ainda salienta as décadas finais do século XIX conheceram o recrudescimento do imperialismo norte-americano para com a América Latina, especialmente a partir da presidência de Theodor Roosevelt. Com Ana Maria Stuart (2011) é possível ainda pensar que o Corolário Roosevelt levou ao questionamento por parte dos intelectuais latino-americanos sobre o alcance da proteção implícita ao subcontinente nas declarações de James Monroe (1823) ao afirmar que os Estados Unidos não iriam permitir que a América fosse recolonizada pelos europeus e que qualquer ação europeia contra seus vizinhos ao sul obrigaria os norte-americanos a intervir em favor dos mesmos. O favorecimento por Roosevelt das queixas alemãs e inglesas no episódio do bloqueio da Venezuela em 1902, em detrimento da situação venezuelana e da argumentação pró-Venezuela do ministro argentino Zago (Stuart, 2011), bem como a anterior intervenção norte-americana no processo de independência de Cuba em 1898, englobando Cuba e Porto Rico em sua órbita de influência e ingerência, levou parte da intelectualidade latino-americana da época a questionar os nordomaníacos, aqueles intelectuais que se inspiravam no modelo norte-americano de desenvolvimento e propunham sua aplicação na América Latina.

> Além das tensões políticas que há mais de meio século vinham alimentando um justificado sentimento antiimperialista, o clima ideológico de reivindicação da latinidade – desencadeado pelo Ariel (1900) de Rodó – se

ISBN: 978-85-7205-133-01

> afiançava no mito de que os Estados Unidos eram um mundo materialista e pragmático, carente de espiritualidade, de verdadeiras essências humanas e, como tal, antagônico à nossa América (CHIAMPI, 1988, p.19-20).

Para José Enrique Rodó, o discurso reformista batllista representava, no Uruguai, um projeto de inspiração norte-americana, carente de espiritualidade, excessivamente pragmático e destrutivo às mais caras tradições culturais oriundas do rico legado latino propiciado pela colonização espanhola do país. Um projeto "jacobino", como diria Rodó em seu ensaio *Liberalismo y jacobinismo* (1904), sua primeira grande crítica ao modelo batllista de reformismo (Rodó, 1957).

O batllismo foi um movimento político nascido no seio do Partido Colorado e liderado por José Batlle y Ordóñez, presidente do Uruguai em dois mandatos (1903-1907 e 1911-1915). Ao seu redor congregaram-se vários intelectuais oriundos das fileiras do Ateneu de Montevidéu, em sua maioria ávidos leitores dos mais proeminentes pensadores liberais europeus do século XIX. Quando estudantes do Ateneu, eles fundaram revistas de crítica literária, política e filosófica e encontraram nos períodos que se desenvolveram na transição dos séculos XIX e XX importante via para veicularem suas ideias. Aliás, filhos em sua maioria de uma elite abastada, vários destes intelectuais foram os fundadores e proprietários de vários destes veículos de comunicação de massa, como é o caso de José Batlle. Estes "intelectuais doutores"[3] discutiram as mais proeminentes questões nacionais e internacionais da época e, segundo Alberto Zum Felde (1939), foram responsáveis por vincular no seio da jovem geração intelectual das décadas de 1870 e 1880, futuros intelectuais e políticos dos novecentos, a atividade intelectual à atividade política, o que tornava o Ateneu de Montevidéu um centro político.

Estes intelectuais também ficaram conhecidos como "homens cívicos" (ZUM FELDE, 1939), pois tão logo adentraram nos ministérios e câmaras de representantes no início do século XX eles, com poucas exceções, afastaram das atividades intelectuais propriamente ditas, especialmente nas revistas de críticas por eles fundadas no Ateneu, por falta de tempo ou de gosto. Contudo, mantiveram muitos deles os vínculos com a atividade jornalística (42% deles), visto verem nela uma ligação direta e necessária com sua atuação política partidária. Metade deles ainda completavam suas energias no trabalho de advogado e na cátedra universitária, especialmente de História, Direito, Filosofia e Literatura.

[3] A referência a intelectuais doutores diz respeito à formação superior da maioria dos seus membros mais atuantes politicamente: advogados, médicos e engenheiros.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os intelectuais batllistas eram oriundos de diferentes classes sociais: José Batlle y Ordóñez, Feliciano Viera, Gabriel Terra, entre outros, eram oriundos de políticos, militares e de grandes estancieiros; Domingo Arena, Francisco Soca e Tomás Berreta, entre outros, eram filhos de classes médias e mais humildes. A maioria deles, ainda segundo Zum Felde, possuía nutridas bibliotecas que alimentavam por meio de suas constantes viagens ao exterior.

O liberalismo da elite batllista manifestou-se, sobretudo, nas esferas filosófica e política, mas não na econômica. A acentuado reformismo por ela proposta exigia grande intervenção do Estado em todas as esferas da sociedade, inclusive na econômica. O batllismo nacionalizou bancos e empresas estrangeiras essenciais ao desenvolvimento do país, investindo em alguns setores em detrimento de outros. Além disso, impôs ao empresariado uma legislação trabalhista e social bastante avançada para a época e chocou a sociedade uruguaia com o ritmo com que apresentou e implementou uma série de ideias modernizadoras e reformistas. Finalmente, como marcas mais distintivas deste reformismo o batllismo empreendeu fortíssima campanha anticlerical, o que levou naturalmente a Igreja Católica desde cedo a postar-se como opositora ao batllismo, e propôs uma mudança inédita na América Latina com relação ao poder Executivo federal: a substituição da Presidência da República por um Sistema Colegiado de Governo de inspiração suíça e composto por nove membros que se alternariam anualmente no controle do mesmo, reservando ainda à oposição um terço das cadeiras deste colegiado[4].

Mesmo considerando que as mais radicais propostas seriam modificadas em seus itens mais polêmicos quando a oposição conservadora conseguiu angariar simpatia popular significativa em meadas da década de 1910, a proposição de tais reformas e sua implementação (mesmo que parcial) foram fundamentais na forja do mito da precocidade uruguaia. Além disso, o convite explícito à oposição para que a mesma compusesse o poder Executivo reforçou o mito do respeito à legalidade e à estabilidade do jogo político que já vinha sendo propagado desde que as ditaduras militares haviam controlado os bandos

[4] A Constituição promulgada em 1919 resultou do embate entre o radical reformismo batllista e a oposição conservadora dos intelectuais arielistas dos novecentos e, assim, o Sistema Colegiado de Governo implementado por esta Carta concebia um poder Executivo bicéfalo, pois manteve-se o posto da presidência da República, que deveria trabalhar em consonância com o Colegiado, o que de fato trouxe mais problemas de administração do que soluções. Este sistema manteve-se até 1933, quando o batllista Gabriel Terra encerrou um golpe em sua própria administração, fechou o Congresso e redigiu nova Constituição em que voltava a figurar apenas a presidência da República no exercício do poder Executivo. Curiosamente, na década de 1940 o Sistema Colegiado voltou a ser introduzido, desta vez sem a figura do presidente da República, sob os auspícios de um novo batllismo liderado pelo sobrinho de José Batlle y Ordóñez, Luis Batlle Berres.

ISBN: 978-85-7205-133-01

políticos por volta da década de 1870. Os limites dessa "convivência pacífica" entre situação (batllismo) e oposição (Partido Nacional) e um questionamento aos interesses batllistas em compor o governo com a oposição são apresentados por Marcos Alves de Souza (2003).

A principal reação ao reformismo batllista foi levada a cabo por uma geração de intelectuais que ganhou projeção pública a partir especialmente do início dos novecentos e que veio a ser conhecida como os "homens de letras". Seu mais destacado membro era José Enrique Rodó, cuja precoce fama alcançada em 1900, com a publicação de seu ensaio mais conhecido, *Ariel*, projetou-o nacional e internacionalmente[5]. Ao seu redor figuraram outros importantes nomes da "geração dos novecentos", como Julio Herrera y Reissig, Horacio Quiroga, Carlos Reyles, Florêncio Sánchez, Delmira Agustini, Roberto de las Carreras, Maria Eugenia Vaz Ferreira, Pedro Figari, Fernando Beltrano, José Pedro Massera, entre outros.

Filhos em sua maioria de famílias de antigos proprietários decadentes, de uma burguesia menos próspera ou de classes médias urbanas mais ricas, em comum com a geração do Ateneu tinham a aversão pela ignorância das camadas mais pobres da sociedade e um forte anticlericalismo. Contudo, quanto a esta última característica, a defesa da tradição latina levada a cabo por Rodó envolvia sua crítica à proibição perpetrada por José Batlle em 1904 para a ostentação de símbolos religiosos em prédios públicos, inclusive nas Santas Casas de Misericórdia, onde os crucifixos e demais imagens religiosas foram retirados. Rodó entendia não haver mal algum em sua permanência (mesmo sendo pessoalmente ateu), afirmando que tais símbolos traziam conforto aos enfermos, cuja tradicional formação católica deveria ser respeitada. Rodó de fato vai além em sua crítica, ressaltando até mesmo os ideais de solidariedade e fraternidade propagados por Jesus Cristo, elementos constituintes de uma cultura latina que não deveria ser ignorada por projetos modernizadores como o batllismo. Desta forma, o anticlericalismo da geração dos novecentos acabou sendo relegado a segundo plano diante do forte anticlericalismo batllista e pela veemente crítica feita por José Enrique Rodó ao reformismo batllista.

As críticas da geração dos novecentos à geração do Ateneu voltaram-se mais à busca incessante por riqueza e desenvolvimento material, o que estaria impedindo o homem de valorizar a cultura "descompromissada", de contemplar a natureza e de respeitar as tradições.

[5] Apesar de sua fama internacional, as débeis condições econômicas do ensaísta, jornalista e escritor uruguaio não lhe permitiram viajar ao exterior para gozar desta fama, a não ser pouco antes de sua morte em 1917, na Itália, para onde fora realizar o sonho de ser correspondente internacional de uma revista de crítica literária e conhecer o mundo com os próprios olhos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Contudo, esta geração aplaudia abertamente os avanços obtidos nas esferas educacionais e na pacificação das disputas políticas, que haviam deixado de serem travadas na esfera militar. Destaca-se ainda que esta geração dos novecentos ocupou o espaço deixado pela homens cívicos quando estes assumiram posições políticas de liderança: o dos notáveis homens de letras[6]. Todavia, muitos deles ocuparam cargos públicos e atuaram em partidos políticos, mesmo que não alcançando seus mais altos postos.

De qualquer forma, sua posição conservadora com relação ao ritmo das reformas e ao teor de algumas delas desgostou as principais lideranças batllistas, o que alimentou intenso debate público entre estes e os arielistas. Como era de se esperar, aos periódicos ligados aos partidos políticos e suas facções coube veicular esta batalha pela opinião pública, na qual Rodó publicou muitas de suas críticas, positivas e negativas, ao projeto reformista batllista.

Segundo Marcos Alves de Souza,

> Houve períodos, ao longo da primeira metade do século XX, em que o radicalismo reformador batllista (ou "jacobinismo batllista", expressão muito usada por Rodó) foi mais acentuado do que em outros[7]. E foi nestes momentos que a sociedade uruguaia mais tomou contado com uma série de símbolos e mitos propostos ora pelo batllismo, ora por seus adversários, que contrapunham a tradição, o conservadorismo, o liberalismo econômico e a pacata vida rural ao progresso "desenfreado", ao socialismo revolucionário, ao jacobinismo político amplamente interventor e à agitada vida na cidade, estereótipos empregados ao batllismo. O confronto dialético destas proposições originou uma cultura política voltada para a importância da modernização do país, desde que a passos lentos (SOUZA, 2006, p.16).

Foi em meio a este intenso debate entre liberais batllistas e conservadores arielistas no início dos novecentos que foram forjadas as raízes de três dos signos que compõem a identidade política uruguaia: um país que experimenta precocemente novas fórmulas políticas; que as discute intensamente com sua sociedade desde suas mais básicas organizações políticas, encontrando nos partidos políticos sua convergência ideal; e cuja história política contemporânea, voltada à estabilidade proporcionada pelo respeito às leis e à validade do jogo político democrático, tornou o país excepcional em relação aos seus vizinhos latino-americanos.

Referências bibliográficas:

[6] Dizia-se sobre Rodó à época que o mesmo "iluminava" o ambiente com sua presença. Esta é apenas uma mostra de como os intelectuais da geração dos novecentos foram alçados ao status de ícones intelectuais de sua época.

[7] Podem-se destacar os períodos de 1911 a 1919 e de 1942 a 1950 como períodos de grandes transformações e, portanto, de grande agitação política e social no país.

ISBN: 978-85-7205-133-01

AINSA, Fernando. Ariel, uma leitura para o ano 2000. IN: ETTE, Ottmar; HEYDENREICH, Titus (Eds.). **José Enrique Rodó y su tiempo***:* Cien años de "Ariel". Madri: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2000, p.40-55 (Lateinamerika-studien; 42).

ARES PONS, Roberto. Blancos y colorados. IN: REAL DE AZÚA, Real (Sel.) **El Uruguay visto por los uruguayos** (antologia). Tomo II. Montevidéu: Centro Editor de América Latina, 1968, p.54-60 (Coleção Capítulo Oriental; 37).

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia contemporanea del Uruguay.** De la colonia al Mercosur. Uruguai: Editorial Fin de Siglo, 1994.

CHIAMPI, Irlemar. Introdução: a história tecida pela imagem. IN: LEZAMA LIMA, José. **A expressão americana.** São Paulo: Brasiliense, 1988, p.15-41.

DEVOTO, Fernando J. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2000, p.33-60.

HALE, Charles A. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870 – 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina. De 1870 a 1930**. Vol.IV. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: FUNAG, 2001, p.331-414.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América.** 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2000, p.13-31.

PEIXOTO, Martín. El debate político en el Uruguay. IN: **Revista Uruguaya de Ciencias Sociales.** Montevidéu, Centro Latinoamericano de Economia Humana, vol.12, n.3, 1987, p.59-68 (Cuadernos del CLAEH; 43).

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODÓ, José Enrique. **Obras Completas**. Madri: Aguilar, 1957.

SOUZA, Marcos Alves de. **A cultura política do batllismo no Uruguai (1903-1958).** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003 (Selo Universidade).

SOUZA, Marcos Alves de. **Ideologia e política em José Enrique Rodó**: liberalismo e jacobinismo no Uruguai (1895-1917). 2006. 240f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

STUART, Ana Maria. **O bloqueio da Venezuela em 1902***:* suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). IN: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina: palavra literatura e cultura**. Emancipação do discurso. Volume II. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p.489-534.

ZUM FELDE, Alberto. **La literatura del Uruguay**. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1939.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Identidade e cosmopolitismo no cinema argentino

Identidad y cosmopolitismo en el cine argentino

Maria Alzuguir Gutierrez

Doutora em Meios e Processos Audiovisuais

Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

mariaalgutierrez@hotmail.com

Estevão de Pinho Garcia

Doutorando em Meios e Processos Audiovisuais

Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

estevaogarcia@globo.com

Resumo:

Por meio da análise dos filmes *Los hijos de Fierro* (Fernando Solanas, 1972-1975) e *Puntos suspensivos* (Edgardo Cozarinsky, 1971) abordaremos o confronto entre identidade e cosmopolitismo no cinema argentino do início dos anos 1970. Nesse momento, sob o recurso da alegoria, encontraremos filmes que almejarão elaborar uma identidade nacional-popular totalizante e outros que, por intermédio da paródia e pela crítica à própria representação, realizarão uma abertura ao estrangeiro e às vanguardas internacionais.

Palavras-chave: Identidade; cosmopolitismo; cinema moderno; Argentina

Resumen:

A través del análisis de las películas *Los hijos de Fierro* (Fernando Solanas, 1972-1975) y *Puntos suspensivos* (Edgardo Cozarinsky, 1971) analizaremos el conflicto entre identidad y cosmopolitismo en el cine argentino del comienzo de los años 1970. En este momento, bajo el recurso de la alegoría, vamos a encontrar películas que desarrollarán una identidad nacional-popular totalizante y otras que a través de la parodia y la crítica de la representación llevarán a cabo una apertura a lo extranjero y a las vanguardias internacionales.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Palabras clave: Identidad; cosmopolitismo; cine moderno; Argentina

Introdução

O confronto estabelecido entre os conceitos de "identidade" e "cosmopolitismo" foi e ainda é um elemento constante na arte latino-americana. O cinema, arte por excelência associada ao século XX, não deixou de ser um campo de batalha entre projetos que clamavam pela construção de um discurso imagético "essencialmente" nacional e proposições abertas ao diálogo com a cultura internacional. No âmbito das cinematografias latino-americanas, destaca-se o cinema argentino, particularmente o do início dos anos 1970, por vivenciar nesse período de forma aguda o choque entre estas duas diferentes formas de concepção cinematográfica.

Em 1973 com a volta do peronismo ao poder e a experiência da "primavera democrática" o grupo de cinema militante *Cine Liberación* passa de oposição à situação, o que o posiciona em uma profunda crise. Seus líderes, Fernando Solanas e Octavio Getino, após a realização do documentário militante *La hora de los hornos* (1966-1968) passarão para o filme de ficção alegórico. Em *Los hijos de Fierro* (1972-1975), Solanas utilizará o emblemático poema épico gauchesco de José Hernández para traçar um mapa identitário da nação e do povo argentino. Retomando a ideia, sedimentada pelo peronismo, de que as "raízes" e a "essência" da nação argentina estão no campo (a figura do *gaucho* como símbolo nacional) e no proletariado urbano, que fez o movimento campo-cidade, o realizador se desvencilha do fragmento (típico da alegoria moderna) e articula sua busca rumo a um sujeito histórico específico, em outras palavras, ao povo-nação, consciente e preparado para a revolução que ainda está por vir.

Ao passo que um outro coletivo cinematográfico, não militante e sim experimental, chamado CAM (sigla que significa Cine Argentino Moderno) produzirá filmes que buscarão, de uma outra forma, analisar o contexto histórico e a sociedade do país. Filmes como *Puntos suspensivos* (1971), de Edgardo Cozarinsky, por meio do sarcasmo, da ironia, da paródia e de formas estéticas vanguardistas compreenderão a Argentina sob o signo de seu intercâmbio com outras culturas. Cozarinsky e outros cineastas experimentais promoverão um evidente deslocamento do nacionalismo que, em sua feição de oposição ao estrangeiro e aos meios de

ISBN: 978-85-7205-133-01

comunicação de massa, sai do centro do combate e dá espaço a outro tipo de alegoria endereçada à experiência urbana dentro do contexto do subdesenvolvimento e da modernidade periférica. Os índices da modernidade, para esses cineastas, deixam de estar vinculados ao problema da identidade nacional e da perda de autenticidade. Aqui, em termos alegóricos, vemos uma distinta dinâmica entre o nacional e o estrangeiro.

Um elemento que une *Los hijos de Fierro* e *Puntos suspensivos* é a alegoria, ainda que articulada em diferente chave. Xavier (2012), ao analisar o cinema moderno brasileiro da passagem dos anos 1960 para os 1970, toma a alegoria como um solo comum compartilhado por cinema-novistas e marginais. Em outras palavras, a alegoria é uma noção de referência, um ponto de convergência que possibilita marcar relações de identidade e diferença entre os seus filmes estudados. Além de *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967) e *O bandido da luz vermelha* (Rogério Sganzerla, 1968), filmes-chave que marcam a passagem de duas distintas etapas, da fome ao lixo, o autor delineia e analisa dois específicos conjuntos de filmes. O primeiro abarca os filmes da fase alegórica e industrialista do Cinema Novo, a saber: *Brasil ano 2000* (Walter Lima Júnior, 1969); *Macunaíma* (Joaquim Pedro de Andrade, 1969) e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (Glauber Rocha, 1969). E o segundo engloba determinados filmes da produção experimental: *O anjo nasceu* (1969) e *Matou a família e foi ao cinema* (1969), de Julio Bressane e *Bang-bang* (1969), de Andrea Tonacci. No primeiro grupo, segundo Xavier, temos alegorias que mantêm o fundo pedagógico e procuram o desenlace que define uma moral conclusiva no tocante à realidade nacional e a suas relações com a modernização conservadora. O contexto nacional e a História são aqui tomados como totalidades. Já no segundo grupo de filmes encontramos a marca da ruptura que assinala uma antiteleologia que contamina o próprio estilo de representação, definindo um cinema mais enigmático, longe do alegorismo cristão e mais próximo ao alegorismo moderno e sua recusa de síntese.

Acreditamos que a mesma distinção realizada por Xavier entre a alegoria pedagógica, totalizante e preocupada em operar uma síntese da História e a alegoria antiteleológica e experimental, utilizada para pensar o cinema brasileiro moderno, também pode ser aplicada ao cinema argentino moderno e particularmente, aos dois filmes aqui estudados. É interessante frisar que o mesmo movimento que demarca a passagem do cinema político para o alegórico com ânsias de comunicabilidade com o grande público, realizado pelos cinema-novistas, também é realizado pelos cineastas do *Grupo Cine Liberación*.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Los hijos de Fierro

A gauchesca é uma forma poética que sobreviveu por mais de um século na região do Prata. Trata-se de literatura que se distingue das formas populares de poesia folclórica, de uma poesia escrita que recupera recursos da narração ágrafa e da oralidade da cultura tomada como fonte. A passagem do escritor pertencente ao universo alfabetizado culto para o universo oral rural confere a ele a percepção da distância fonética, sintática e lexical do dialeto regional em relação à norma culta; isto conduz ao manejo da língua com espírito sistemático, transformando-se o que era poesia folclórica, dialeto, em língua literária na gauchesca (RAMA, 1982). Tal operação, afirma Rama, gera "*un arte internamente contradictorio que ha sido bastante frecuente en aquellos grupos sociales que cumplen una lucha ascendente dentro de la estructura de la sociedad*" (RAMA, 1982, p.32). Trata-se da mesma contradição presente no indigenismo e no negrismo dos anos 1920, movimentos literários que...

> *...parten de un proyecto de reivindicación social y económica de esos grandes sectores preteridos, sumidos a veces en el mayor desamparo, para lo cual manejan asuntos, elementos lingüísticos y formas literarias que entienden les son peculiares, pero "trasvasándolos" dentro de una literatura fuertemente racionalizada, cuyos rasgos internos pautan a la cosmovisión de otra clase social – la pequeña burguesía provinciana – que en esta circunstancia se inclina por la parte inferior de la pirámide social.* (RAMA, 1982, p.33)

A este respeito, Rama lembra Marx, de acordo com quem toda classe emergente sobre o horizonte social se coloca como intérprete da totalidade social oprimida. Esta ambiguidade, que Rama detecta na literatura, é também um ponto chave na reflexão sobre o cinema moderno da América Latina. A respeito da gauchesca, Rama afirma que esta, em sua versão primitiva,

> *...debería definirse como una poesía política y revolucionaria, producto de la primera integración del creador con un público popular a cuya conducción o al servicio de cuyos intereses se entrega, ofreciéndole una imagen artísticamente válida de su quehacer histórico.* (RAMA, 1982, p.59)

O desenvolvimento da poesia gauchesca é compreendido por Rama de acordo com quatro etapas: primeiro, aquela que eclode no epicentro da revolução independentista, e no período da ascensão de Rosas; depois a gauchesca é instrumentalizada na luta entre as facções federadas e centralistas em disputa; em seguida, aquela que tem lugar no período dos conflitos

ISBN: 978-85-7205-133-01

da confederação com a ordem liberal; e finalmente o momento em que a gauchesca abandona o serviço político-partidário em prol de uma poesia de cunho social. É quando Hernández escreve seu *Martín Fierro*. É já esta uma fase de progressiva aceitação da derrota rural e da nova ordem imposta pelo liberalismo, quando passa a haver uma mitologização do assunto. Então, afirma Rama, enquanto os romancistas contam a história dos triunfos da classe dominante, os poetas gauchescos contarão as derrotas dos vencidos.

Assim, a gauchesca cantou a revolução independentista, depois a decepção com o triunfo da ordem liberal, a luta entre as facções, os levantamentos rurais do final do século XIX, tendo chegado ao ponto de confundir-se com o setor social de cuja língua, personagens e assuntos se apropriava. Durante as lutas pela independência, com a incorporação de negros, *gauchos* e índios à luta contra o exército espanhol, a literatura devia proporcionar uma explicação inteligível a este vasto setor da sociedade. Já no período em que Hernández escreveu *Martín Fierro*, a gauchesca adquire uma dominante realista, e o foco se dirige ao alcance social mais amplo do tema. A poesia gauchesca foi responsável pela nacionalização de materiais do acervo folclórico. Rama lembra Ángel Rosemblat, que afirmara que a independência política não havia significado uma independência cultural e artística, sendo a gauchesca um esforço neste sentido.

A recepção da gauchesca e particularmente de *Martín Fierro* é fundamental nos debates sobre a construção da identidade nacional argentina. Em 1913, Leopoldo Lugones realiza suas conferências sobre *Martín Fierro*. Naquele momento, seu objetivo foi o de reafirmar a nação para enfrentar a avalanche migratória que surgia na Argentina. De acordo com Rama, a proposta era a de um pacto na sociedade, em que a classe superior aceitaria a poesia popular e a faria sua, em troca de que a classe inferior reconhecesse que devia ser conduzida pela elite cultural. Deste pacto, os imigrantes ficavam excluídos. Já no clássico *El escritor argentino y la tradición*, Borges reage contra este tipo de uso da literatura.

Assim, Solanas se apropria de um material já nacionalizado para compor sua história da resistência peronista. Esta já havia sido contada no documentário *La hora de los hornos*. Com *Los hijos de Fierro* o cineasta passa à ficção, buscando apoiar-se em formas culturais populares – não só na gauchesca e na mítica figura de *Martín Fierro*, mas na música, em recursos da comédia e da história em quadrinhos. Trata-se da contribuição do cineasta à "invenção do peronismo" (NEIBURG, 1997).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Desde que o peronismo foi proscrito nos anos 1950, houve entre a intelectualidade argentina, de acordo com Federico Neiburg, um intenso debate a respeito do "autêntico sentido" do governo de Perón. Procuravam-se as causas que levaram a base social – o "povo" – a aderir a um militar até então desconhecido, base social esta que ficava disponível a novas adesões com a proscrição do peronismo. Surgia a avaliação de que houvera um desencontro entre a esquerda e o povo, e de que a esquerda não soubera identificar os traços populares do regime peronista. No debate sobre a natureza do peronismo, este era descrito ora como fenômeno, ora como experiência. A interpretação do peronismo gerou intensas polêmicas, sendo responsável, por exemplo, por afastar Martínez Estrada da revista *Sur*. Nenhum outro ponto, porém, afirma Neiburg, "revela concordâncias tão profundas quanto a descrição de sua base social: o povo" (NEIBURG, 1997, p.111).

Como exemplo de tais debates, Neiburg menciona os textos de Jauretche, em que a Argentina era descrita como um país dividido, entre aquele representado pela *intelligentsia* liberal e aquele configurado na memória popular. Jauretche associava a causa nacional ao peronismo e reivindicava uma revisão da história oficial, contra a "colonização pedagógica" dos setores médios, base social do antiperonismo. Na mesma linha ia o pensamento de Hernández Arregui, que colocava de um lado o estrangeiro, oligárquico e retrógrado e, de outro, o nacional, popular e progressista. Solanas se apoia em tais autores na revisão da história argentina que realiza em *La hora de los hornos*. Em *Los hijos de Fierro* o que faz é ficcionalizar a mesma história, já contada no documentário. No texto de Arregui, o *gaucho* de outrora se ligava ao operário de então. É sobre esta associação que se constrói o filme de Solanas.

Com seu filme, o cineasta pretendia fazer um canto épico do triunfo da resistência peronista, comenta Orduz Maldonado. No entanto, com a morte de Perón em 1974 e a ascensão do autoritarismo da direita peronista, que abriu caminho para a ditadura iniciada em 1976, o "canto épico foi derivando mais para a homenagem ao sacrifício do que para louvar uma vitória que, pelas próprias circunstâncias, durou muito menos do que se esperava" (ORDUZ Maldonado, 1995, p.115). O filme, cuja produção se iniciou durante a chamada primavera camporista, sofreu percalços com a direção tomada pela história da Argentina, e, com o golpe militar de 1976, não pôde ser exibido em seu momento. Foi apresentado em Cannes em 1978 e, na Argentina, apenas em 1984.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Vejamos como se abre o espaço épico, para esta reivindicação da "memória popular". O filme começa com letreiros ao som de música de percussão. Após os nomes dos participantes na produção do filme entra um letreiro que diz: "*Y aquí me pongo a contar/con mi pueblo que está herido/por el líder que ha perdido/la épica de una historia/que le oponga la memoria/a la traición y el olvido*". Em seguida, se abre diante de nós uma paisagem fabril. A câmera num movimento panorâmico descreve esta paisagem de silhuetas de galpões e chaminés. Entra a voz de um narrador:

> *Un siglo y medio atrás/aquí en ese lugar/ en la otrora pacífica comarca/de Santa María de los Buenos Aires/el ejército imperial más poderoso de la época/fue derrotado dos veces consecutivas./Desde entonces, el imperio no abandonó a sus propósitos/cambió tácticas, cómplices y caras./Pero fue tenazmente resistido/se le oponía el anhelo común de nuestro pueblo:/realizar su destino de paz, justicia y libertad/recuperar con sus hermanos de todo el continente/la Patria Grande.*

O narrador toma fôlego para entrar na história de Fierro e os seus:

> *La historia de la separación de la familia de Fierro/y su lucha por el reencuentro/costó innumerables esfuerzos/y está grabada en el alma de los argentinos./ Hoy la revivimos como homenaje/ a la marcha de Fierro y su pueblo./Que el recuerdo de tantos sacrificios/nos ayude a consolidar/la unidad necesaria para conquistar nuestro destino.*

Entra música e finalmente o corte da paisagem fabril para um bairro de periferia, onde ao longe se aproxima um grupo em marcha a dançar. Segue a narração: "*Es la memoria un gran don/calidad muy meritoria/y aquello que en esta historia/sospechen que les doy palo/sepan que olvidar lo malo también es tener memoria*". Entra letra na música: "*suena bombo y a contar la memoria popular*". O narrador então passa a entrar na historia de Fierro, de sua partida e despedida dos filhos; não sem antes contar de quando esteve na liderança do país, quando havia trazido paz para os descendentes dos que haviam feito a independência e daqueles outros que "através do oceano haviam chegado". A câmera, que até então estivera afastada, aproximando-se em *zoom in*, agora por um corte já está no meio do povo.

Nesta fala do narrador, que menciona os que haviam chegado pelo oceano, corrige-se a exclusão dos imigrantes que havia sido operada por Lugones quando reivindicara, na década de 1910, o *Martín Fierro* como símbolo nacional. A sequência de abertura cria o "povo" argentino, cuja gesta se conta e para quem se dirige o relato. Estabelece uma linhagem, uma tradição, que liga o *gaucho* de outrora ao operário contemporâneo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Na visão de Gonzalo Aguilar, o cinema político dos anos 1960 e 1970 na América Latina não era "un dispositivo para representar al pueblo ni para denunciar su estado sino para *hacerlo*" (2010, p.2). Para o autor, a diferença da noção de povo com respeito a outros conceitos é que põe em relação muitos com um, muitas vezes um líder, na composição de uma força homogênea. Para configurar-se como povo, a coreografia dos muitos deve mover-se de acordo com direções orgânicas. Aguilar afirma também que o povo pode configurar-se a partir de um "enunciado majestático" (o plural majestático), a criar a noção de "nós" a partir de uma coletividade, que confere coesão aos atores sociais por trás de uma voz[1].

Em *Los hijos de Fierro*, esta narração da abertura, a interpelar o espectador dentro da tradição da narração oral, vai logo fazer-se coral: a música entra com um coro de vozes cantando, e logo a voz que narra não será somente a de um narrador extra-diegético, mas será compartilhada pelo próprio Fierro, por seus filhos, e as companheiras destes. O filme pode ser considerado uma das últimas expressões de uma tradição *criollista* que procurou forjar uma identidade "nacional-popular" buscando suas raízes no passado, na tradição da narração oral e da poesia *gauchesa*, cuja função política retoma e prolonga, na música "tipicamente" argentina e em sua ambição alegórica, nas personagens e também nesta paisagem tão significativamente buenairense: os arrabaldes, o espaço que conecta a cidade aos pampas, e o operário ao *gaucho*.

Puntos suspensivos

Já *Puntos suspensivos* se propõe a analisar a Argentina por meio da perspectiva do "inimigo". O inimigo em questão é um padre reacionário cujo nome só sabemos próximo do final do filme por meio de um intertítulo. Seu nome é M, uma direta alusão à *M, o Vampiro de Dulsseldorf* (Fritz Lang, Alemanha, 1931). A associação desse estranho personagem com o expressionismo alemão voltará ao longo da projeção por meio da utilização de um fragmento de *Nosferatu* (F.W Murnau, Alemanha, 1922). O padre M, mais do que um personagem, pode ser compreendido como uma figura e como um representante de uma estrutura coletiva. Percebendo que a sua construção não obedece aos cânones da psicologia e dispondo de parca

[1] Comparando o cinema político dos anos 1960 com aquele realizado na Argentina dos anos 1990 para cá, Aguilar afirma que no cinema contemporâneo, salvo exceções como os documentários recentes de Solanas, a noção de povo já não existe como categoria válida ou operativa. Os "enunciados majestáticos" foram substituídos pelo encontro de viversos olhares, vozes e posições divergentes (AGUILAR, 2010).

ISBN: 978-85-7205-133-01

informação sobre ele, o espectador não poderá ver no protagonista o lugar da identificação emocional e sim do distanciamento reflexivo.

Quem será esse homem? As perguntas anunciadas pelos intertítulos também estão presentes na experiência do espectador. É interessante sublinhar que enquanto o cinema político tradicional elabora perguntas como "o que fazer?" e as responde sugerindo ações para o espectador, *Puntos suspensivos* só faz interrogações e nunca as responde. Sabemos que o protagonista apresenta relações com diferentes esferas do poder: a igreja, o exército, a burguesia. O vemos escrever o nome de Marx na sola do pé com o objetivo de ter a sensação de estar pisando na representação do filósofo alemão. Também ficamos cientes de seu afeto pelo filho de um casal burguês, que abandonou a família para entrar na guerrilha. Os dados que temos sobre M são fragmentários e dispersos, sua figura, no entanto, é o único elemento que liga e que proporciona unidade aos distintos segmentos narrativos. No entanto, M não é um agente e sim um observador, alguém que não modifica o outro e que não se modifica.

O primeiro plano de *Puntos suspensivos* nos mostra M de perfil sentado em cima de uma caixa enquanto na banda sonora escutamos o ruído de uma máquina de escrever. Corte para a tela escura. O plano seguinte é o de M sentado na mesma caixa, só que agora de maneira frontal em relação à câmera. Novo corte para a tela escura. Segundos depois, grafada em letras brancas lemos a pergunta "Quem poderá falar algo sobre ele?". Voltamos para M, em um plano mais próximo, enquadrado um pouco abaixo do peito. O som da máquina de escrever permanece. Corte para a tela negra, instantes depois o som da máquina de datilografar "escreve" os três pontinhos, os "puntos suspensivos" do título.

Em seguida, sem áudio, vemos imagens de Buenos Aires na época do ano novo, em que papéis são jogados dos edifícios comerciais do centro da cidade. M caminha pelas ruas. Um corte nos leva para os letreiros dos créditos de equipe, no som escutamos sinos de igreja. Os créditos se intercalam com as imagens sempre sem áudio do personagem andando e dos papéis caindo das janelas. O prólogo propriamente dito se inicia com o intertítulo onde lemos "um indício". Nele, vemos M em seu local de trabalho, na igreja. Porém, ele não está exercendo o seu ofício e sim escutando uma reunião que acontece em uma sala próxima do local onde se encontra. M, desde o início, apenas observa. Após esse segmento, aparece a cartela com a pergunta "o que ele faz pelas manhãs?" Em seguida surge uma série de planos que revela os hábitos matutinos do personagem. Terminado o prólogo, se inicia a estrutura em blocos. São apenas três, chamados pelo filme de "encontros". São eles: "Primeiro encontro:

ISBN: 978-85-7205-133-01

cenas da vida militar"; "Segundo encontro: cenas da vida burguesa" e "Terceiro encontro: cenas da vida eclesiástica". Cada bloco / encontro é filmado com um estilo cinematográfico diferente, porém, em todos prevalece o registro paródico, responsável tanto pela articulação de um distanciamento crítico quanto pelo retrato patético da direita argentina.

A visão sobre a cultura, no seu sentido mais amplo, dos filmes do *Grupo Cine Liberación*, se materializa em suas posturas negativas em relação aos meios de comunicação de massa, à contracultura e à arte ocidental, e na idealização do que considera como o "povo argentino". *Los hijos de Fierro* em seu anseio de definir o que concebe como o genuíno "homem argentino", a autêntica "cultura argentina" e a verdadeira nação Argentina, recusa a Argentina do presente. Igualmente crítico, *Puntos suspensivos* também a rechaça, porém, articula outras ideias em relação à influência estrangeira e ao conhecido cosmopolitismo de Buenos Aires.

Em *Puntos suspensivos* há uma sequência dedicada à descrição dessa metrópole. Pertencente ao bloco "Primeiro encontro: cenas da vida militar", a sequência é antecedida por um intertítulo em que lemos a pergunta "Onde ocorre tudo isso?". O corte nos leva para um ambiente que podemos reconhecer como as ruas do centro de Buenos Aires. A decupagem e o tom da narração *over* nos remete ao estilo documental dos *Travel Talks* que foram filmados por James Fitzpatrick para a MGM nos anos 1940. Vemos aqui uma articulação paródica da estética desses documentários que complementavam a projeção do filme principal. Deste modo é captada a agitação diária do centro: pessoas caminhando pelas ruas, automóveis, lojas, casas de espetáculo, cartazes, letreiros luminosos. A própria textura das imagens nos sugere que foram captadas em 16 mm e posteriormente ampliadas para 35 mm, o que confere a essa sequência uma quebra em relação à sequência que a precede e à que a sucede.

Porém, o elemento principal desse segmento está na relação entre imagem e banda sonora. Simultaneamente escutamos a marcha "A patrulha dos cossacos" e uma descrição urbanística com dados estatísticos sobre a cidade de Calcutá. Buenos Aires e Calcutá então se fundem e se confundem. O choque entre a imagem e o texto apresenta uma carga humorística ao salientar a sua falta de correspondência e as diferenças visíveis entre as duas cidades. No entanto, esse choque também nos leva a pensar nas possíveis semelhanças entre essas duas metrópoles do Terceiro Mundo. O contato entre esses dois níveis divergentes produz associações, metáforas e analogias que nos levam a adequar as imagens com o que se escuta. Somos induzidos a acreditar no que está sendo narrado, a entrar no jogo não nos importando

ISBN: 978-85-7205-133-01

tanto com a veracidade. Desta forma, *Puntos suspensivos* sublinha as suas reservas e a sua desconfiança ao objetivo de ser a "voz da verdade" do cinema político tradicional.

O segmento escolhe como cenário o centro da cidade e não as periferias ou as *villas miséria*. As pessoas registradas são profissionais liberais, são cidadãos de classe média e não populares. Em *Los hijos de Fierro*, sublinha-se o entendimento de que a classe média, apesar de representar o país, não o é, uma vez que a verdadeira essência do povo argentino está nas classes populares. Em *Puntos suspensivos*, a justaposição da classe média perambulando pelo centro com a narração sobre Calcutá nos leva a crer que a classe média é sim o país, mas não só. O filme não a nega, mas a particulariza. Os vocábulos "colonizado" e "europeizado", nesse filme, se tornam obsoletos. A Argentina não satisfaz em termos de imagens a sede dos europeus pelos signos ditos característicos da América Latina e do Terceiro Mundo. Buenos Aires, apesar de terceiro-mundista, não é Calcutá. Respondendo a algumas críticas, Cozarinsky dirá em uma entrevista:

> *Da la casualidad de quienes han acusado a* Puntos suspensivos *de film intelectual o europeizado son quienes pretenden disimular y facilitar las complejidades de este Buenos Aires que sólo existe a partir de la transculturalización para mejor consumo de un público europeo ávido de tercermundismo como de posters con la imagen del Che. Creo que debemos resignarnos, hoy y aquí, a empezar por esclarecer nuestro lenguaje. Si vamos a vender la revolución como se venden gaseosas o desodorantes se terminará por descubrir que esa revolución, al ser comprada, no es más que otra gaseosa, otro desodorante.* (COZARINSKY, 1973, p.18)

Considerações finais

Los hijos de Fierro e *Puntos suspensivos* são dois filmes que cumprem de maneira eficiente a tarefa de ilustrar o embate entre o projeto de se forjar uma identidade nacional e o caminho de se pensar o país levando em consideração a sua peculiaridade diante de seu intercâmbio cultural com o resto do mundo. De um lado temos um filme que, ancorado nos emblemas políticos da esquerda peronista, almejará traçar uma alegoria da nação e que para isso irá lançar mão da épica gauchesca, uma tradição literária culta. Do outro, temos um filme que não procurará elaborar uma trajetória épica, repleta de sofrimento e resistências, da nação, e sim, um acúmulo de perguntas, mais do que respostas. Entre a busca pelo autêntico, próprio e singular da Argentina e a hipótese de que não há "pureza" em um país que já nasceu híbrido, junto e misturado em seu contato com as outras nações, o cinema argentino, viveu, nesse início dos anos 1970, um de seus momentos de grande complexidade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Bibliografia

AGUILAR, "*El pueblo como real: hacia una genealogía del cine latinoamericano*", apresentação no Departamento de espanhol e português em 5 de maio de 2010 [versão redigida disponibilizada pelo autor]. Madison: University of Wisconsin, 2010.

COZARINSKY, Edgardo. "Trabajar en y con la materialidad del cine", *Hablemos de cine*, Lima, nº. 65, p.18, 1973.

DEL VALLE, Ignacio. "La construcción de una memoria peronista en *La hora de los hornos* y *Los hijos de Fierro*: del pueblo unido al pueblo fragmentado". Em: *Rebeca*, ano 2, nº3, jan-jun 2013.

MALDONADO, José Humberto Orduz. *Glauber e Solanas: a construção da imagem fílmica no novo cinema latino-americano*. Dissertação de metrado. São Paulo: PROLAM/USP, 1995.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: EdUSP, 1997.

RAMA, Ángel. *Los gauchipolíticos rioplatenses*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1982.

OUBIÑA, David. *El silencio y sus bordes - modos de lo extremo en la literatura y el cine*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

TIRRI, Nestor (Org.). *El Grupo de los 5 y sus contemporáneos: pioneros del cine independiente en la Argentina (1968-1975)*. Buenos Aires: Secretaría de Cultura, 2000.

XAVIER, Ismail. "A personagem feminina como alegoria nacional no cinema latino-americano". Em: *Balalaica - Revista Brasileira de Cinema e Cultura*, São Paulo, nº 1, 1997. pp.84-101.

---. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Quais agendas de ações políticas de combate à pobreza sugerem os RDHs (PNUD/ONU) para a América Latina?[1]

Maria José de Rezende

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: mjderezende@gmail.com

Resumo: Um dos pilares do desenvolvimento humano é, segundo os Relatórios do Desenvolvimento Humano, encomendados e encampados, anualmente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a melhoria da renda entre as populações mais pobres. Não é possível, neste texto, abarcar, nos RDHs, todas as sugestões de políticas para as diversas áreas, tais como longevidade, educação e expansão da capacidade e habilidade política entre aqueles que vivem na pobreza extrema. Por isso, serão destacadas algumas discussões que embasam a proposição de agendas, pelos RDHs (PNUD/ONU), de ações políticas de combate à pobreza para a América Latina e outros continentes do hemisfério Sul.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Humano, Pobreza, Agenda pública.

What agendas of political actions to combat poverty do the HDRs (UNDP /UN) suggest for Latin America?

Abstract: One of the pillars of human development is, according to the Human Development Reports, commissioned and taken over annually by the United Nations Program for Development (UNDP), the improvement of income amongst the poorest populations. It is not possible in this text, to cover, in HDRs, all policy suggestions for the various areas, such as life expectancy, education and capacity expansion and political skill among those who live in extreme poverty. Thus we will highlight some discussions that support the proposition of agendas, by the HDRs (UNDP / UN), of policy actions to combat poverty in Latin America and other continents of the southern hemisphere.

Keywords: Human Development, Poverty, Public agenda.

Para os formuladores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano[2] (RDHs), os processos de habilitação e de adequação de capacidades[3] são os antídotos principais contra a

[1] No artigo com o título *Quais agendas de ações de combate à pobreza sugerem os RDHs (PNUD/ONU) para a América Latina*, publicado na *Revista de Paz y Conflictos*, Barcelona, n.7, 2014 (pp.123-153), há uma discussão mais ampla sobre a agenda de ações propostas nos relatórios. No entanto, dada a extensão dos relatórios e a dificuldade de abarcar todas as questões sobre as muitas propostas de agendas que aparecem em cada ano, é possível produzir muitos artigos sobre esta temática no interior dos RDHs. Sendo assim, os aspectos levantados neste texto dos ANAIS são distintos daqueles apresentados no artigo acima mencionados.

[2] "O conceito de desenvolvimento humano é muito mais profundo e rico que o que se pode captar em qualquer índice composto ou incluso em um conjunto detalhado de indicadores estatísticos. Mas é útil para simplificar uma realidade complexa, e isso é o que o IDH procura fazer. É um índice composto de avanços a respeito da capacidade humana básica em três dimensões fundamentais: uma vida longa e saudável, conhecimentos e um

ISBN: 978-85-7205-133-01

situação de privação e de impotência daqueles que vivem em pobreza extrema[4]. Só há probabilidade de melhoria da renda se os extremamente pobres puderem desenvolver habilidades para se inserirem na vida econômica de uma determinada comunidade[5]. Pergunta-se: O que tem sido verificado nas pesquisas que focam tais questões em territorialidades diversas da América Latina? É preciso não esquecer que desde a década de 1950 têm sido recorrentes os debates sobre as (im)possibilidades de diminuir tanto a pobreza quanto as desigualdades neste continente. No âmbito deste debate ocorreram, ainda, tentativas de esclarecer as várias dimensões da pobreza e suas complexidades. Veja o que diz Celso Furtado:

> "Podemos abordar o problema da pobreza de ângulos diferentes. Três são as dimensões que têm preocupado os estudiosos da matéria: 1) a questão da fome endêmica, que está presente, em graus diversos, em todo o mundo; 2) a questão da habitação popular, que em alguns países já encontrou solução; e 3) a questão da insuficiência de escolaridade, que contribui para perpetuar a pobreza" (Furtado, 2002, p.12)[6].

---

nível decente de vida. Têm-se escolhido três variáveis para representar essas três dimensões: esperança de vida, logro educacional e renda" (RDH, 1997, p. 51-2).

[3] "O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (...) As privações são vistas em um nível mais fundamental – mais próximo das demandas informacionais da justiça social. Daí a relevância da perspectiva da pobreza baseada na capacidade" (Sen, 2010, p.123).

[4] "A preocupação em determinar quem acaba sendo afetado pela pobreza e o desejo de medir [seu grau de intensidade] têm obscurecido, às vezes, o fato de que [o fenômeno da] pobreza é demasiado complexo para reduzir-se a uma dimensão única da vida humana. Tem sido comum que os países fixem uma linha de pobreza baseada na renda e no consumo. Ainda que se ocupe de uma dimensão importante da pobreza, este conceito [renda] dá somente uma imagem parcial das muitas formas [da pobreza] (...) afetar a vida humana"[4] (RDH, 1997, p.18).

[5] "A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade da vida de toda a população. (...) As recompensas do desenvolvimento humano (...) vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica" (Sen, 2010, p.191).

[6] No que diz respeito ao combate à pobreza, Celso Furtado afirma: "a longo prazo, a solução exige mais do que o aumento de oferta de alimentos. Exige a habilitação. É de 1981, o artigo seminal sobre '*Poverty and famines' (1981)* do economista indiano Amartya Sen, no qual ele introduz o conceito de *entitlement* (habilitação). O futuro prêmio Nobel da Economia aí já demonstrava com clareza que o problema da fome epidêmica e da pobreza endêmica que ocorrem em vasta áreas do mundo não encontra solução simples no aumento da oferta de bens essenciais nos países afetados. Isso porque, para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo" (Furtado, 2002, p.16).

ISBN: 978-85-7205-133-01

As investigações de Celso Furtado (1964; 1966; 1967; 1976; 1978), que pressupõem a necessidade de associar pobreza, concentração de renda e desigualdades ajudam, sobremaneira, a compreender todas as complexidades, viabilidades e inviabilidades das agendas de ações postas pelos RDHs. Segundo ele "a pobreza é a contrapartida da má distribuição de renda. Se você se limita a reproduzir um modelo de sociedade muito mais rica, concentra renda" (Furtado, 2002, p.19). Os formuladores dos RDHs de 1996 faziam a seguinte afirmação:

> "Nos últimos 30 anos, o crescimento mundial da renda tem-se distribuído muito desigualmente, e a desigualdade está aumentando. Se for examinada a participação relativa (...) dos 20% mais ricos da população mundial e a dos 20% mais pobres, entre 1970 e 1991, a proporção que corresponde aos 20% mais ricos aumentou de 70% da renda mundial para 85%, [enquanto], a dos 20% mais pobres reduziu de 2,3% para 1,4%" (RDH, 1996, p.15).

Já no primeiro RDH, o de 1990, no capítulo 4 intitulado *Estratégias de desenvolvimento humano* para a década de 1990, há sugestões de combate à pobreza que, de alguma forma, poderiam ser correlacionadas, sob alguns aspectos, com o que Celso Furtado denominou de parâmetros estruturais. Ao defender estratégias políticas que unissem crescimento com equidade, os formuladores do RDH de 1990 apontam que, sem uma taxa de investimento capaz de gerar empregos, sem distribuição de renda, sem distribuição de terras e sem expansão das oportunidades de emprego (o que exigiria políticas de geração de habilidades e capacidades), não haveria como sustentar políticas duradouras de desenvolvimento humano. Não há dúvida que os elaboradores dos RDHs têm como referência alguns parâmetros estruturais que têm, ao longo de décadas e séculos, impedido que uma parte expressiva da população seja, de fato, incluída em processos duráveis e sustentáveis de desenvolvimento social. Por esta razão, os formuladores dos relatórios defendem a ampliação dos processos participativos. Eles dizem:

> "A participação significa que a pessoa intervenha (...) nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam suas vidas. Em alguns casos a pessoa pode exercer um controle completo e direto sobre esses processos; em outros casos, o controle pode ser parcial ou indireto. O importante é que disponha de um acesso constante às tomadas de decisões e ao poder. A participação nesse sentido é um elemento essencial do desenvolvimento humano. (...) Como a participação exige mais influência e mais controle, também exige um maior protagonismo em termos econômicos, sociais e políticos. Em termos econômicos, significa ter a capacidade para dedicar-se livremente a qualquer atividade desse tipo. Em termos sociais, significa a capacidade de intervir plenamente em todas as formas da vida da comunidade, independentemente de religião, cor, sexo, raça. E em termos políticos significa a liberdade de eleger e cambiar o

ISBN: 978-85-7205-133-01

> governo em todos os níveis, desde o palácio presidencial até o conselho da aldeia" (RDH, 1993, p.25).

> "O desenvolvimento humano implica ampliar suas opções, e uma maior participação permite que as pessoas possam por si mesmas acercar-se de uma gama muito mais ampla de oportunidades. A pessoa pode participar individualmente ou em grupos. Individualmente, em uma democracia, as pessoas podem participar como votantes ou, até mesmo, como ativistas políticos, ou no mercado como empresários ou trabalhadores. (...) Não obstante, participam de forma mais efetiva por intermédio de um grupo: como membro, talvez, de uma organização da comunidade, ou de um sindicato, ou de um partido político" (RDH, 1993, p.25).

Referir-se a alguns parâmetros estruturais (estrutura agrária, concentração da renda, inadequação tecnológica, desemprego), ao elaborarem-se as chamadas "políticas para objetivos prioritários" (RDH, 1990, p.136), não significa, todavia, que os formuladores dos relatórios estejam voltados para desvendar as causas históricas perpetuadoras da pobreza e das desigualdades. Observa-se, nos documentos, algo que merece destaque: em alguns momentos aparecem referências ao fato de que as dificuldades de expansão do desenvolvimento humano, na América Latina, se inscrevem em uma dada lógica estrutural reprodutora de um conjunto de relações que dificultam o desenvolvimento humano.

> "Para os países em desenvolvimento em geral, as zonas urbanas têm o dobro de acesso aos serviços de saúde e água potável que as zonas rurais, e quatro vezes o acesso a serviços sanitários. A taxa de analfabetismo feminino é um terço menor que a taxa masculina. E com frequência, os ricos recebem uma parte considerável dos subsídios sociais. Estas amplas disparidades demonstram a imperiosa necessidade de melhorar a distribuição dos gastos sociais. (...) Para fazer frente ao objetivo da década de noventa, se devem remediar os prejuízos produzidos ao desenvolvimento humano em muitos países em desenvolvimento a fim de gerar o impulso necessário para alcançar as metas humanas essenciais acerca do ano 2000. A resposta a este objetivo exigirá a mobilização de maiores recursos, tanto nacional como internacionalmente, e em muitos casos requererá mudanças importantes nas prioridades orçamentárias. (...) Os componentes chaves do Índice de Desenvolvimento Humano – esperança de vida, alfabetismo e rendimento básico - são o ponto de partida para este estudo sobre a formação das capacidades humanas. O rendimento básico se utiliza aqui como mecanismo para determinar o acesso aos recursos que permitem alcançar um nível decente de vida" (RDH, 1990, p.49-50).

Todavia, a natureza política dos documentos se revela nas suas dificuldades de associar a manutenção destes parâmetros estruturais com as ações daquelas forças sociais mantenedoras de tais condições e processos. Por isto, se as referências aos parâmetros estruturais, que aparecem nos RDHs, guardam algum parentesco com as análises

ISBN: 978-85-7205-133-01

empreendidas por Celso Furtado[7] (1997), a aproximação não vai muito além disso, já que este último preocupa-se, inteiramente, em desvendar os jogos de forças que agem, em razão de muitas motivações, para impedir modificações substantivas nestes parâmetros estruturais. Os formuladores dos relatórios não explicitam preocupação em desvendar tais jogos de forças, mas mencionam os constrangimentos estruturais.

> "Reduzir a pobreza nas regiões mais pobres exige políticas nacionais que reafectem recursos para essas regiões. A máxima prioridade política, neste caso, é aumentar a equidade e não só o crescimento econômico[8]. As respostas aos constrangimentos estruturais exigem intervenções simultâneas em várias frentes – Juntamente com maior apoio externo. Seis cachos de políticas podem ajudar os países a sair das suas armadilhas de pobreza: Investir cedo e ambiciosamente na educação básica e na saúde, estimulando ao mesmo tempo a igualdade de gênero. (...) Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores. (...) Melhorar a infraestrutura básica. (...) Intensificar uma política de desenvolvimento industrial[9]. (...) Promover a governação democrática e os direitos humanos para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de todas as pessoas. (...) Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã" (RDH, 2003, p.4).

Pode-se indagar se haveria, no RDH de 2013, a coroação de uma visão otimista sobre os avanços do desenvolvimento humano na América Latina. A resposta é positiva. Ou seja, o RDH de 2013 trouxe uma visão bastante otimista sobre o avanço do desenvolvimento humano em muitos países do hemisfério sul. Veja-se o que consta na síntese do respectivo relatório: "Uma das evoluções mais animadoras dos últimos anos tem sido o amplo progresso registrado no desenvolvimento humano de muitos países em desenvolvimento e a sua emergência no cenário mundial: a ascensão do sul[10]" (RDH, 2013, p.1).

---

[7] Em Celso Furtado "identificar as inter-relações entre os múltiplos fatores que integram um sistema não seria suficiente para constituir um modelo dinâmico, isto é, para explicar um processo de desenvolvimento. Sempre será necessário introduzir algum elemento exógeno, ou seja, modificar algum dos parâmetros estruturais. Parece haver um consenso geral de que esse parâmetro em permanente modificação nas sociedades modernas é a técnica" (Furtado, 1964, p.22).

[8] "Para o Brasil e México, a transferência de 5% do rendimento dos 20% mais ricos teria os seguintes efeitos: No Brasil, acerca de 2,6 milhões de pessoas seriam elevadas acima da linha de pobreza de 2 dólares por dia, reduzindo a taxa de pobreza de 22% para 7%. No México, cerca de 12 milhões de pessoas seriam tiradas da pobreza, ta como é definida nacionalmente, reduzindo a taxa de pobreza de 16% para 4%" (RDH, 2005, p.66).

[9] Celso Furtado afirmava que nas décadas de 1950 e 1960 ele já tinha clareza que "o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração da renda, a desigualdade regionais" (Furtado, 2001, p.20). A industrialização era concebida como uma maneira de vencer alguns obstáculos estruturais que impediam não só o combate à pobreza, mas também à concentração da renda.

[10] A ascensão do sul significa no RDH de 2013 a remodelação "das relações de poder" entre os hemisférios norte e sul (RDH, 2013, p.2).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Encontram-se registrados, no relatório de 2013, muitos elogios a uma "crescente diversidade de vozes" (RDH, 2013, p.1) que estariam se firmando na arena política, o que exigiria mais e mais o fortalecimento de "estruturas mais representativas de governação[11] internacional que expressassem os princípios da democracia e da equidade" (RDH, 2013, p.1). Note-se que a governação é um conjunto de procedimentos que enlaça várias áreas. É interessante assinalar que o relatório de 2013 enfatiza também a necessidade de uma governança[12] que implique múltiplos agentes, mas salta aos olhos – uma vez que nos RDHs anteriores havia uma preocupação em destacar que o Estado era um dos agentes, ora mais ora menos importante - o modo como os elaboradores do documento insistem no "aprofundamento do papel do Estado no desenvolvimento" (RDH, 2013, p.1). Os relatórios anteriores traziam as seguintes considerações:

> "Num mundo mais interdependente, a política e as instituições políticas são ainda mais importantes para o desenvolvimento humano. Por todo o mundo, as discussões sobre o desenvolvimento estão a dar mais ênfase às instituições e à governança. Esses debates concentram-se na eficiência das instituições públicas e nas regras para fazer funcionar os mercados e promover o crescimento econômico – desde o profissionalismo e a transparência dos sistemas fiscais à capacidade dos sistemas judiciais fazerem cumprir contratos comerciais. Essas questões são importantes para o desenvolvimento humano. Quando as instituições funcionam mal, as pessoas pobres e vulneráveis tendem a ser as que sofrem mais. Mas, tal como o desenvolvimento humano exige muito mais do que rendimentos crescentes, a governação para o desenvolvimento humano exige muito mais do que ter instituições públicas eficientes[13]. A boa governação também exige a promoção de instituições justas e responsáveis, que protejam os direitos humanos e as liberdades básicas. (...) [Esse relatório] defende que os países só podem promover o desenvolvimento humano para todos quando tiverem sistemas de governo que sejam inteiramente responsáveis perante todas as pessoas – e quando todas as pessoas puderem participar nos debates e nas decisões que moldam a sua vida" (RDH, 2002, p. 2-3).

[11] "A governação é equacionada em três dimensões – segurança, capacidade e inclusão. A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito. A dimensão da capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos e aplicar de forma eficiente. A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada" (RDH, 2013, p.209).

[12] Governança é para Rhodes (1997, p.3) "redes intergovernamentais e auto-organizadas". Ver ainda (Peters e Pierre, 2010).

[13] "Além de defenderem (...) projetos de desenvolvimento [e neles se envolverem] as ONG estão a assumir papéis mais diretos na tomada de decisão e monitorização locais e a desenvolver novas formas cooperativas de governação. (...) Em Porto Alegre, Brasil, e noutros sítios, os processos orçamentais já envolvem consultas a grupos da sociedade civil. No Reino Unido, o grupo do Orçamento das Mulheres foi convidado a analisar as propostas orçamentais do governo" (RDH, 2005, p.5).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Há nítidas mudanças se se comparam os RDHs do início da década de 1990 e os produzidos na segunda década de 2000, no que concerne ao papel do Estado nos processos de definição, geração e sustentação de agendas de políticas que podem levar ao desenvolvimento humano. Desde 1990 até 2013, caminhou-se do Estado tido como um dos atores (ora mais ora menos requisitado) numa ampla rede de agentes para o Estado considerado como um ente fundamental nos processos de desenvolvimento.

> "A *governança* democrática pode desencadear um ciclo virtuoso de desenvolvimento – na medida em que a liberdade política dá poder às pessoas para exercer pressão a favor de políticas que aumentem as oportunidades sociais e políticas, e na medida em que debates abertos ajudam as comunidades a moldar as suas prioridades. Da Indonésia ao México (...), iniciativas no sentido da democratização e da abertura política ajudaram a produzir este tipo de círculo virtuoso, com uma imprensa livre e um ativismo da sociedade civil fornecendo às pessoas novas maneiras de participar em decisões e em debates políticos. Dois exemplos proeminentes são a programação orçamental participada e a programação orçamental sensível ao gênero[14]. Em Porto Alegre, Brasil, a participação dos cidadãos na preparação dos orçamentos municipais ajudou a formular a despesa, fazendo-a incidir em prioridades críticas de desenvolvimento humano (...). A programação orçamental sensível ao gênero, que examina as implicações dos orçamentos nacionais e locais na igualdade de sexos, é seguida em pelo menos 40 países. Na África do Sul, esses esforços prepararam os parlamentares para o exame minucioso das propostas orçamentais e levaram à inclusão da análise sensível ao gênero nos documentos políticos e a uma orientação mais eficiente da despesa pública" (RDH, 2002, p. 3).

Percebe-se que no relatório de 2013 há um movimento ora complementar ora contraposto. Aparece, por um lado, a necessidade de assinalar a virtuosidade de um processo de ascensão do sul, ou seja, como uma redefinição das configurações de poder entre os dois hemisférios e, por outro, ganham destaque tanto as melhorias quanto os dilemas e os desafios para manter e/ou alcançar, de modo sustentável, o desenvolvimento humano. Se há, nas condições de inserção, melhorias tanto econômicas quanto políticas, de uma parte dos países que formam o hemisfério sul, há, por sua vez, também muitas dificuldades, em vista das condições socioeconômicas globais e da crise que assola uma parte expressiva do hemisfério norte.

Todo avanço rumo ao desenvolvimento humano que o mundo teria conhecido, nas duas últimas décadas, poderá ser perdido se não forem estabelecidas políticas de cooperação

[14] "Os desequilíbrios dos recursos e do poder político subvertem frequentemente o princípio de uma pessoa, um voto e o objetivo das instituições democráticas. E os processos judiciais e as instituições reguladoras serão minados se as elites os dominarem à custa das mulheres, das minorias e dos que não têm poder" (RDH, 2002, p.4).

ISBN: 978-85-7205-133-01

entre os vários países que tenham como meta salvaguardar o que já teria sido conquistado nos campos da educação, da saúde e do rendimento econômico. O maior desafio será passar das melhorias individuais para melhorias mais amplas que tragam benefícios em prol de grupos e comunidades inteiras. Os formuladores do RDH de 2013 deixam registrado que reconhecem que parte das políticas prescritivas feitas nos documentos, está centrada mais nos indivíduos do que na vida social como um todo. Isto é facilmente verificado no modo como se concebe o desenvolvimento humano centrado na expansão de habilidades e capacidades. No entanto, "as boas decisões políticas também requerem um empenho no reforço das capacidades sociais e não apenas individuais" (RDH, 2013, p.8).

Embora seja um enorme desafio fazer esta passagem das capacidades individuais para as capacidades sociais, os formuladores do RDH de 2013 insistem que é possível e necessário a muitos países - já que teria havido uma aceleração da melhoria do IDH - Índice do Desenvolvimento Humano - (RDH, 2013, p.12) em várias nações da América Latina (Chile, Brasil, México), Ásia (Coreia, Tailândia, índia, Laos, Bangladeche, Vietnã, Indonésia) e África (Ruanda, Uganda, Gana, Tunísia) - lançar voo neste sentido. Há, então, duas coisas que parecem incômodas no interior dos relatórios: estaria presente, de um lado, a convicção de que expandir as capacidades e habilidades individuais pode não ser suficiente para dar sustentabilidade ao desenvolvimento humano e, por outro, a necessidade de atestar que estaria havendo, ainda que necessitem de ampliação e aprofundamento, progressos[15] nas condições de vida das populações mais pobres[16].

Os formuladores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano têm elogiado os projetos de cooperação postos em andamento na América Latina. Ainda que não estivessem falando deste projeto abaixo mencionado, pode-se dizer que é ele um modelo de combate à pobreza para aqueles que têm produzido, encampado e editado os RDHs. Em vista das dificuldades impostas à economia pesqueira de subsistência que vigorava na Ilha Venado na Costa Rica, ocorreu, segundo a investigadora Sílvia Hojas Herrera, um conjunto de projetos de cooperação que propiciou diversas melhorias entre as populações envolvidas. Veja-se o que ela atesta:

> "En este contexto, diferentes universidades impulsaron proyectos para el mejoramiento socioeconómico y la protección ambiental, por eso en el año 2000, el Instituto Internacional del Océano (IOI) y la Universidad Nacional,

[15] "Dos 132 países para os quais se encontra disponível uma série completa de dados, apenas dois apresentaram, em 2012, um valor de IDH inferior ao de 1990" (RDH, 2013, p.12).
[16] "As consequências do desenvolvimento humano têm sido profundas: a percentagem de indivíduos que vivem em situação de pobreza extrema diminuiu de 43,1% em 1990 para 22,4% em 2008" (RDH, 2013, p.12).

ISBN: 978-85-7205-133-01

> crean el Proyecto de Desarrollo Integral de Isla Venado, bajo una metodología de planificación participativa que institucionalizó las practicas socioorganizativas como modelo de "desarrollo comunitario", proceso que facilitó el afloramiento de distintas capacidades, habilidades y aptitudes en las personas y las organizaciones que vislumbrando capacidades de autogestión comunitaria que fueron creadas en momentos donde no existió una intervención estatal, que para el año 2000 al 2005, fue pocas veces observado en otras comunidades insulares y costeras" (Herrera, 2013, p.3).

O que constata Sílvia Rojas Herrera serviria para dar razão, integral, aos elaboradores dos RDHs que vêm insistindo, seguidamente, que é esse o caminho mais plausível para alcançar o desenvolvimento humano. Há em seu texto acima todos os ingredientes necessários para fazer avançar a renda, as habilidades e as capacidades dos segmentos mais empobrecidos. Os relatórios, há anos, vêm insistindo na necessidade de estabelecimento de projetos de cooperação que devem envolver universidades, organismos internacionais, governantes e a sociedade civil. Insiste-se de que o poder público não tem como, sozinho, fazer avançar políticas de expansão do desenvolvimento humano. Herrera destaca que ocorreram, de certa forma, melhorias mesmo sem uma intervenção estatal que direcionasse esses projetos, o que não quer dizer, conforme é possível constatar nas páginas seguintes de seu artigo (Herrera, 2013, p.4), que os agentes governamentais não estavam presentes.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo, Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002

HERRERA, Silvia Elena Rojas. Análisis con perspectiva de género de los procesos sociohistóricos y organizativos que inciden en la construcción de la autogestión comunitaria en territorios insulares: el caso de isla Venado en el Golfo de Nicoya en Costa Rica. Santiago, *Anais do XXIX Congreso ALAS Chile: Crisis y emergencias sociales en América Latina.* 29 set a 04 out. 2013.

ISBN: 978-85-7205-133-01

RDH (1990): *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. [Acessado em 02/02/2013]

RDH (1993): Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular Disponível em: Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993> [Acessado em 02/03/2013]

RDH (1996): *Relatório do Desenvolvimento Humano*: Crecimiento económico para propriar el desarrollo humano? PNUD/ONU. 1996. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996 [Acessado em 02/02/2013]

RDH (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano*: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza. PNUD/ONU. 1997. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997 [Acessado em 02/02/2013]

RDH (2002): *Relatório do Desenvolvimento Humano/2002*: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Disponível em: http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt. Acessado em 02/12/13.

RDH (2003): Relatório do Desenvolvimento Humano/2003: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Disponível em http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2003/download/pt. Acessado em: 11/02/13

RDH (2005): Cooperação internacional numa encruzilhada. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2005/download/pt>Acessado em: 08/07/2013

RDH (2013): A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. PNUD/ONU. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh.> Acessado em: 20/03/2013.

RHODES, Rod. *Understanding governance*. Milton Keynes, Open University Press, 1997.

PETERS, Guy e PIERRE, Jon (orgs.). *Administração pública*. São Paulo, Unesp, ENAP, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os Discursos Parlamentares de Rodó

Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Jornalista, Mestre e Doutoranda pelo Prolam,
Fórum Permanente Arte e Cultura da América Latina
e CESA- Sociedade Científica de Estudos da Arte
margaridacn@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende mostrar um aspecto da obra de José Enrique Rodó (1872-1917) identificado em seus discursos parlamentares proferidos durante a vigência dos três mandatos que exerceu na Câmara Legislativa de Montevidéu como representante do Partido Colorado. Apresento inicialmente uma conferência proferida em 1950 por José Eduardo Etcheverry intitulada *Rodó y o Brasil*, ocasião em que o crítico literário e político uruguaio tornou públicos os discursos de autoria de José Enrique Rodó sobre o Brasil, no momento em que se davam os trâmites para a ratificação do tratado Jaguarão-Mirim, de 1910, e em que *Ariel*, o principal livro de Rodó completava 50 anos. Recorro também a *Hombres de América* publicado após a morte de Rodó em Barcelona, em 1920, onde estão selecionados alguns dos seus *Discursos Parlamentarios.* É preocupação desse trabalho contribuir para revelar o cidadão político comprometido com a modernização das estruturas de poder do Uruguai, naquele início de século.´ Ao final, procuro sugerir alguns caminhos para entender, ainda que de forma preliminar, as características do intelectual Rodó- como sujeito da História e não só das ideias- valendo-me dos conceitos e categorias propostos por Edward Said.

Para além das fontes acima utilizadas e objetivando iluminar a importância da atuação parlamentar do escritor no período de grandes reformas no Uruguai, destaco o significativo aporte teórico do escritor Daniel Mazzone, autor de *Dos Hombres en el Callejón. Batlle y Rodó: los equivocos de la História,* para quem a historiografía uruguaia é devedora de estudos sobre a trajetória de Rodó como parlamentar.

Palavras-chave: Discursos parlamentares; José Enrique Rodó; Brasil e Uruguai

ISBN: 978-85-7205-133-01

Resumen

Esta investigación pretende dar a conocer un aspecto de la obra de José Enrique Rodó (1872-1917) identificado en sus discursos parlamentarios durante el plazo de tres mandatos parlamentarios en la Cámara Legislativa de Montevideo como representante del Partido Colorado. Inicialmente, presento una conferencia pronunciada en 1950 por José Eduardo Etcheverry titulado Rodó y el Brasil, en que el crítico literario y político uruguayo ha hecho público los discursos de José Enrique Rodó sobre Brasil, justo en el momento en que se dieron los procedimientos de ratificación del Tratado Jaguarão Mirim, signado en 1910, y Ariel, su principal libro, completara 50 años. También recurro a los Hombres de América, libro de autoría de Rodó, publicado después de su muerte en Barcelona en 1920, donde se seleccionan algunos de sus discursos parlamentarios. Es la preocupación da presente investigación destacar el ciudadano político comprometido con la modernización de las estructuras de poder de Uruguay a principios del siglo XX. Al final, trato de sugerir algunas maneras de entender, incluso de forma preliminar, las características de Rodó como el sujeto de la historia y no sólo de las ideas me valiendo de conceptos y categorías propuestas por Edward Said.

Además de estas fuentes utilizadas y con el objetivo claro de revelar la importancia de la actuación parlamentaria del escritor en el período de la reforma en Uruguay, destaco el aporte teórico del escritor Daniel Mazzone, autor de Dos Hombres en el callejón. Batlle y Rodó: los conceptos erróneos de su Historia, para quien la historiografía uruguaya debe estudios sobre la trayectoria de Rodó como parlamentario.

Palabras clave: Discursos parlamentarios; José Enrique Rodó; Brasil y Uruguay

Discursos publicados pelo Instituto Cultural Brasileiro-Uruguaio

Importante salientar que a Conferência de Echeverry, em 1950, tinha como motivação, ressaltar os valores americanistas de Rodó, dentro de uma Instituição Cultural – o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro-, espaço de intercâmbios culturais entre Brasil e Uruguai, bem como expandir o conhecimento sobre os escritos de Rodó para além dos livros, ensaios e artigos publicados pelos quais se notabilizou. Para Etcheverry a divulgação, publicação e compreensão dos discursos parlamentares, mostra uma faceta deixada de lado pelos críticos de Rodó e que permite vislumbrar uma "polivalente personalidade, excelências ainda não valorizadas por completo".[1]

[1] José Enrique Etcheverry , advogado, crítico literário do Semanário Marcha, nos anos 40. Foi membro da direção do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Echeverry esteve à frente da Comissão Literária, junto com

ISBN: 978-85-7205-133-01

Etcheverry vai trabalhar com três fragmentos de discursos que a seu ver, são sinalizadores para entender o pensamento de Rodó sobre o Brasil, na perspectiva do seu papel como representante político.

Um dos discursos de Rodó sobre o Brasil intitulado Rio Branco e Ibero América, foi publicado com modificações nas páginas de El Mirador de Próspero (pgs. 344-346). Rodó e Rio Branco também trocaram telegramas por ocasião da assinatura do tratado de limites de fronteiras entre Brasil e Uruguay (Laguna Mirim e Rio Jaguarão), quando Rodó era o presidente do Círculo de Imprensa, em 1909.

Podemos afirmar que os três discursos do escritor, citados por Etcheverry tiveram como motivação a assinatura dos tratados de definição das fronteiras. Não há registros de que Rodó tenha conhecido o Brasil, mas parecia conhecê-lo intelectualmente sugerindo troca de informações com o Brasil e demonstrando simpatias pela história de Pedro II e pelos escritos de Euclides da Cunha.

Primeiro discurso de Rodó na sede do Circulo de Prensa de Montevidéu teve como alvo recepcionar estudantes e jornalistas brasileiros

Intitulado *Necessidad de um conocimiento mas profundo de Brasil y hispanoamerica* o primeiro discursos de Rodó, proferido em 24 de [setembro] de 1909, quando presidia o Círculo de Imprensa em Montevidéu, marcou a visita de um grupo de periodistas e estudantes brasileiros àquele país. A comitiva havia levado à Montevidéu um busto do Barão de Rio Branco, escultura que hoje se encontra no Ministério das Relações Exteriores do Uruguai.

No discurso sobre o tratado a ser assinado em 1910 por Brasil e Uruguai, Rodó mostra a importância do bem sucedido ato diplomático quando lhe atribui uma significação transcendente a ser comemorada. Segundo suas palavras o enlace de interesses entre Brasil e Uruguai revela um ato de solidariedade e desprendimento americanos. Ressaltou: “Esse povo

---

Roberto Ibanéz na coordenação da exposição dos documentos e objetos de Rodó realizada no Salão de Atos do Teatro Solis, em 19 dezembro de 1947, em Montevidéu. Essa mostra trouxe a público centenas de documentos inéditos do escritor, cedidas pelo Museu de História Natural, que perfazendo um total de 370, foram divididas em cinco grandes categorias: documentos, manuscritos, correspondências, impressos e testemunhos. Os originais reunidos dão conta da rica e diversificada produção intelectual de Rodó e a rede de intelectuais que estiveram ao se redor, bem como conferiram uma dimensão renovada a sua obra, com a revelação de escritos inéditos do escritor.

A conferência de Etcheverry foi publicada pelo Instituto Cultural Brasil-Uruguai - ICUB- assim intitulada ETCHEVERRY, José Henrique. Rodó Y Brasil. Montevidéu. 1950, p. 6.

ISBN: 978-85-7205-133-01

americano quer um dia demonstrar ao mundo que o desinteresse e generosidade são extensivos, na prática, às relações internacionais". [2]

Para Rodó, uma nova etapa, inédita, das relações interestatais se inaugurava com o gesto do Brasil, e que marcava um dos quatro fatos de capital importância na História do Brasil: o primeiro seria a proclamação da independência, o segundo seria a libertação dos escravos, o terceiro seria a proclamação da República e o quarto seria o reconhecimento ou a consagração de um critério internacional fundado no reconhecimento do direito alheio, ato que poderia representar um novo paradigma para construir futuras relações continentais. Esse discurso é reproduzido pelo próprio Rodó, nessa mesma época, em uma carta endereçada a um amigo contando o ambiente de confraternização entre os estudantes e periodistas brasileiros presentes em Montevidéu e a população uruguaia, reconhecendo os dois (pois seguiu-se uma troca de correspondências) uma nova etapa da vida diplomática e um porvir em direção a um estado de solidariedade americanista. Essa correspondência encontra-se no Arquivo de Rodó.

Esse primeiro discurso de Rodó foi escrito um mês antes da entrega ao governo do Uruguai do projeto de Tratado de Condomínio de Livre Navegação do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, pelo Barão do Rio Branco e chanceler brasileiro, em outubro de 1908.

Segundo discurso de Rodó marca um momento de congraçamento com o governo brasileiro

Em 1909, o tratado do Rio de Janeiro é aprovado *ad referendum* e a mensagem enviada ao Congresso Nacional de Montevidéu onde foi acolhido com muita satisfação por todos os congressistas, incluindo Rodó. A satisfação pela aprovação do tratado no parlamento uruguaio estendeu-se também à sociedade uruguaia.

Novamente destaca o orador a magnitude do ato de justiça empreendido pelo Brasil ao reconhecer espontaneamente os direitos apreendidos em tempos remotos ao

[2] Sobre o Tratado de Ratificação das fronteiras entre Brasil e Uruguai ler MUSSO, Luis Alberto. Legislación sobre Brasil (1825-1976). Montevidéu. Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, 1978.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Uruguai.[3] Chama atenção para o sentimento e satisfação unânimes da sociedade uruguaia, de todos os partidos e setores, para tributar ao Brasil o afeto de que era merecedor.

Nesse 2º discurso Rodó reafirma a transcendência desse ato para a construção de um ideal universal de adoção de critérios de justiça que norteiem as relações internacionais. Destaca as tendências "naturais" da América, desde a suas origens, de marchar ao encontro do que os primeiros pensadores defenderam que é formar uma Federação de Nações.

O terceiro discurso de Rodó que ele não chegou a proferir são rascunhos, fragmentos reunidos por Etcheverry.

Depois da aprovação do tratado no Uruguai e da homenagem discursiva de Rodó no Congresso, comentou-se na imprensa da época, segundo levantamentos de Etcheverry, a ida ao Brasil de uma delegação de uruguaios para a assinatura definitiva do Tratado e o deputado José Enrique Rodó estava inscrito na comitiva governamental destinada a viajar ao Brasil. Mas Rodó não chegou a ir ao Brasil, e perdurou algum tempo a dúvida intrigante sobre os motivos da não realização dessa viajem. Para Etcheverry, o fato de Rodó ter "rascunhado" um discurso na qualidade de representante do Parlamento uruguaio, assinalando, inclusive, os pontos mais importantes, indica que era certa a sua viagem ao Brasil. As pesquisas de Etcheverry levam a pensar que essa viagem não ocorreu e que foi motivo de uma rusga política surgida na imprensa argentina sobre o significado do Brasil estar recebendo, naquele momento, uma comitiva de políticos uruguaios. Que momento era aquele?

Segundo levantamentos na imprensa de Montevidéu e de Buenos Aires, realizados por Etcheverry, os argentinos temiam uma aliança dos uruguaios com o Brasil por interesses na Bacia do Prata em prejuízo da Argentina . Esse era um momento em que o Brasil definia suas fronteiras tendo à frente a tão aludida habilidade do Barão do Rio Branco.

Etcheverry arrisca uma análise comparativa entre os discursos confirmando que esse último, apenas rascunhado, não alcançava o refinamento formal dos demais escritos finalizados por Rodó, o que indica que ele não deu prosseguimento até a versão definitiva. Os fragmentos desse discurso foram reunidos sob o título de " Um discurso de Rodó sobre o

[3] "Cuando hablo de gratitud (...) hago con plena consciencia (...) no es sino el reconocimiento de um derecho de que siempre nos creímos asistidos (…). Gratidão para Rodó é retribuir um ato de justiça, um ato de homenagem ao Direito. (ETCHEVERRY, p.14)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Brasil", e foram publicados na primeira edição da Revista do Instituto Nacional de Pesquisadores e Arquivos Literários, em dezembro de 1949. (ETCHEVERRY, 1950.p. 6).

Discursos parlamentares de Rodó em *Hombres da América* defendiam: liberdade de imprensa, aumento de salário para professores, reformas constitucionais, e outros.

Nascido no meio de uma família que cultuava a literatura e os princípios liberais, José Enrique Rodó (1872-1917) iniciou-se na vida pública-partidária dois anos após ter escrito Ariel, o livro que o consagrou entre os principais pensadores da América Latina, portanto, após já possuir uma trajetória literária reconhecida no meio cultural de Montevidéu. Como político, cerrou fileiras no Partido Colorado, e por inúmeros motivos de discordâncias políticas permaneceu distante, em vários episódios, do governo de José Batlle y Ordonéz (1856-1929), considerado um dos maiores, se não o maior, reformadores do país.[4]

O homem das letras que se revelara desde seus primeiros escritos, o pensador que refletia acerca de grandes problemas da humanidade, incorporava seus pensamentos às funções do cidadão político, do deputado intrigante, que em plenário pontuava questões locais e específicas defendendo proposituras que pouco lembrava o filósofo das letras e o defensor ardoroso de princípios universais. Pragmático, recorria à tradição uruguaia das lutas e conquistas sociais para fundamentar boa parte de suas posições no Parlamento. É o que fica evidenciado na leitura de *Hombres de América*, de sua autoria, publicado na Espanha três anos após a sua morte, no mesmo ano em que seus restos mortais foram transladados da Itália - onde morreu- até o Panteão Nacional de Montevidéu, em 1920.

Editado em Barcelona em parceira com Buenos Aires, *Hombres da América* traz ensaios de Rodó sobre Montalvo, Bolívar e Rubén Dario, bem como nos oferece a possibilidade de conhecermos, mesmo que de forma reduzida, suas posições como político uruguaio, na função de deputado da Casa Legislativa, por meio da publicação dos seus *Discursos Parlamentarios*.

[4] Ao percorrer a trajetória de Rodó podemos perceber vários momentos em que o ensaísta e político posicionou-se contra o governo que ajudou a eleger. Sabe-se que um deles provinha do fato de que uma das medidas mais importantes tomadas pelo governo batllista e sustentado até os dias de hoje pelos governos que o sucederam foi o laicismo. Suprimiram-se as aulas de religião nos colégios, a participação da Igreja nos governos, a retirada de símbolos cristãos das repartições públicas, etc...e para Rodó, criado em berço católico foi um dos primeiros motivos que o colocou contra o que considerava "jacobinismo" *batllista.*

ISBN: 978-85-7205-133-01

O primeiro discurso de Rodó publicado é a declaração de voto favorável à anistia por delitos políticos, motivo de grandes polêmicas na Câmara Legislativa (1903); o segundo discurso restringe-se à explicação das mudanças propostas por Rodó ao projeto de Lei do Executivo que decidia sobre o livre exercício da imprensa (1904); o terceiro e quarto, proferidos naquele mesmo mês, retomam a questão sobre as restrições da Lei de Liberdade de Imprensa (1904); várias outras sessões se seguiram sobre o mesmo tema e em todas elas o deputado Rodó participou ativamente. Importante salientar que o ensaísta fundou jornais e revistas, e exerceu, com igual intensidade, as atividades de crítico literário em vários periódicos da capital, inclusive no El País, de propriedade de Batlle y Ordonez, bem como esteve à frente, durante muitos anos, do Círculo de Imprensa, portanto, dominava plenamente a temática sobre o papel dos periódicos na vida do país. Em 23 de dezembro de 1904, as atenções estavam concentradas em torno das discussões sobre a reforma da Constituição. Rodó se pronuncia nessa ocasião contra o que ele considerava inconstitucional nesse processo. Afastado da vida parlamentar após esse momento, retorna em 1911, e na Câmara pronuncia-se favoravelmente sobre várias medidas em tramitação tais como as reformas Constitucionais ainda em curso[5]. Em um de seus discursos Rodó apresenta alguns princípios que deveriam ser observados na questão, por exemplo, da representação proporcional para a composição da Assembleia Legislativa durante a formulação de uma nova Constituinte ao país. Dois anos após, Rodó vai novamente à tribuna na defesa do aumento da remuneração aos professores das escolas públicas uruguaias, proposto pelo Executivo, apoiando algumas modificações no projeto original para garantir a professores de outras categorias o direito à equidade.

Anistia dos delitos políticos

Em 6 de abril de 1903, alguns meses após ter ingressado no Parlamento Uruguaio como membro do Partido Colorado, Rodó pronunciou-se na tribuna referindo-se à lei de anistia aos delitos políticos resultados de episódios , muitos violentos, que conduziram Batlle y Ordonéz à Presidência da República, no início daquele mesmo ano. Rodó era amplamente favorável à anistia política uma vez que os acordos que antecederam à ascensão de Batlle representavam um grande pacto político selado pela sociedade uruguaia, segundo

[5] A Reforma Constitucional foi tema prioritário em torno do qual não somente Rodó, mas ambas as Casas Legislativas mobilizaram-se intensamente. Era compromisso do Partido Colorado, desde o Pacto da Cruz, em 1987, reformar a Constituição do país de 1830.

ISBN: 978-85-7205-133-01

suas próprias palavras, e que a tramitação de uma lei institucional seria o reconhecimento da paz tanto almejada[6]. Rodó posicionou-se entre os legisladores que declararam seu voto na tribuna, negando-se a reduzir sua atuação a um mero assentimento ou recorrendo a discursos apologéticos sobre a paz. Em sua exposição de motivos argumentou sobre o que poderia significar para o Uruguai um estado de convivência institucional, plena de acordos, entre as várias correntes políticas do Uruguai. Para ele, a paz como resultado de um pacto tinha uma transcendência política que significava uma renovação, que ainda que fosse indefinida, dentro de um quadro conjuntural provisório, com possibilidades de subsistir ou modificar-se, ofereceria meios institucionais para o exercício das atividades partidárias, mesmo que fosse para exercer os seus conflitos *al amparo de la liberdad* (Cf RODÓ, 1920: 160). Reconhecendo que os conflitos políticos-civis não estariam de todo resolvidos, o deputado Rodó reafirmou que:

> (...) yo creo, votando esta paz, que no debemos considerar que hemos creado un estado de cosas normal, ni siquiera duradero; no; debemos considerar tan solo que hemos propendido a mantener e o asegurar las condiciones más propicias para preparar la entrada definitiva al régimen de las instituciones, fuera de todo o pacto, en los comicios libres y sin acuerdos de 1904 (RODÓ, 1920:165).

Com essas palavras fica evidenciado que os embates políticos deveriam acirrar-se pela proximidade das eleições constituintes no ano seguinte, e que os conflitos ideológicos eram parte da vida da sociedade uruguaia[7]. Na verdade havia um grande pacto entre as forças políticas locais para impedir atos de violência que haviam marcado a História do Uruguai no século anterior e um compromisso do Partido Colorado de democratização e estabelecimento da institucionalidade do país. Embora parecesse paradoxal, para Rodó a paz deveria ser

[6] José Batlle y Ordonéz, filho do ex-presidente Lorenzo Batlle (entre 1868 a 1872) foi eleito pelo Partido Colorado e por uma dissidência do Partido Nacional. As eleições presidências eram exercidas pelos membros dos partidos. Passam a ser eleições livres e diretas somente a partir de 1922. José Batlle y Ordonéz, eleito duas vezes presidente da República do Uruguai pelo Partido Colorado, fez reformas profundas nas instituições políticas do país apoiando a criação de um Executivo Colegiado composto de representantes dos partidos de tal forma que evitasse o risco de desestabilização do país. O modelo encontrado foi a criação e aprovação pela Constituição de 1917 de um Conselho Nacional de Administração. Fundador do Jornal *El Día*, o primeiro a ser censurado na ditadura de Gabriel Terra, em 1933. A tradição de reformas profundas na sociedade e nas estruturas institucionais deixou como herança a corrente denominada *batllista*, dentro do Partido Colorado.

[7] Foram premonitórias as palavras de Rodó. No ano seguinte, em 1904, uma nova crise civil de proporções nacionais foi deflagrada ppor uma facção do Partido Nacional de oposição ao governo Batlle, pelo descumprimento do chamado Pacto da Cruz, selado pelas forças políticas do país no final do século XIX, para por fim à Revolução de 1897. Por esse pacto, a facção *blanca* do Partido Nacional teria o controle de seis estados uruguaios. Batlle tenta mudar essa situação denunciando esse pacto e nomeando governantes para essas localidades. A guerra civil mobilizou as forças políticas de todo o país, o exército e teve a duração de um ano ao fim do qual se confirmou a liderança de Batlle e do *batllismo* pelos 50 anos seguintes. (NAHUM, 2002:14)

ISBN: 978-85-7205-133-01

mesmo um estado provisório e resultado de rearticulações constantes. A paz, como estado de normalidade era inimaginável e restritiva às faculdades legais dos governantes. Implicaria numa renuncia dos propósitos de um governo eleito pela maioria para exercer e cumprir determinados compromissos estabelecidos durante os processos eleitorais. Esta paz duradoura, para Rodó, era um equívoco como ele próprio declarou:

> La repudio hasta como amigo ferviente de la paz. Porque, aunque a primera vista parezca contradictorio y paradójico, acuerdo permanente, pacto de paz permanente, significa amenaza de revolución permanente.

Para Rodó a única maneira de garantir a paz de uma maneira estável e permanente não seriam os pactos ocasionais formulados ao sabor de determinados momentos do processo político, mas a prática leal amparada pelas instituições em um regime de franca legalidade (Id.166). Uruguai avançava lentamente nesse processo tendo em vista os conflitos permanentes e violentos que permeou todo o século XIX. Rodó parece ter a visão real do processo e talvez esse seja o motivo que o fazia ser combativo e ao mesmo tempo cauteloso.

Liberdade irrestrita ao exercício da imprensa

O discurso de Rodó sobre a liberdade de Imprensa tem como referencial, o projeto de Lei de autoria do Executivo, reapresentado na Câmara dos Representantes, em 16 de junho de 1904, com as modificações elaboradas pela Comissão de Negócios Constitucionais. O pronunciamento do escritor se deu no momento em que as duas casas legislativas de Montevidéu, Senado e Câmara dos Representantes, aprovavam o projeto de lei em seu formato modificado, rejeitando as restrições ao exercício pleno da imprensa contidas na proposta original.

Aprovado com as modificações elaboradas em grande parte pelo deputado Rodó o processo de tramitação e votação da Lei de Liberdade de Imprensa marcou um momento de confronto com Batlle y Ordonéz, em plena Guerra Civil a que já nos referimos, uma vez que, segundo fundamentação apresentada em plenária pelo próprio Rodó, o projeto original eliminava formalmente a censura à Imprensa, mas mantinha os termos de restrição das praticas jornalísticas para além do conveniente e lícito.

Conforme aprovado pelas duas casas legislativas, ficariam a partir daquela data sem efeito as disposições restritivas de liberdade de imprensa.

Mesmo assim, consideravam os deputados e senadores, a maioria do Partido Colorado, portanto, do partido de sustentação do governo de Batlle que seria prudente, em período de conflito civil, que as estratégias do Executivo dentro daquele contexto fossem

ISBN: 978-85-7205-133-01

preservadas. Havia, portanto, um caráter não definitivo, utilitarista até – considerando o sentido estrito do termo- na aprovação dessa lei, reconhecido, inclusive, por Rodó com o objetivo de criar um mecanismo institucional para responder às necessidades políticas emergentes. Os proprietários de jornais teriam por lei que se preservarem do direito de publicação de algumas informações que pudessem prejudicar ou desestabilizar, ainda mais, a ordem pública.

No artigo 2º do projeto aprovado essa determinação fica bem clara:

> Mientras dure la actual rebelión armada, no será lícito a la prensa la publicación de noticias no autorizadas por el poder ejecutivo ni el comentario de las operaciones militares.

Considerado igualmente impróprio seria também o exposto no artigo 5°:

> (…) la propaganda en favor de pactos que impliquen una violación del orden constitucional en cuanto a quebrantar la unidad política del país y coartar cualquiera de las facultades propias de los poderes públicos.

As punições para o descumprimento dessa Lei não seriam brandas, pelo contrário, se assemelhavam aos tempos do militarismo do século XIX e posteriormente, na época da ditadura de Gabriel Terra, em 1933. Os jornais seriam embargados pelo Executivo e levados à Justiça. Todas essas restrições seriam eliminadas ao final do conflito civil.

La Historia lo ignora, pero Rodó, pertenece a la Historia[8]

Se levantarmos a vasta historiografia uruguaia daremos conta do protagonismo de Batlle nos processos de democratização do país, nas mudanças que em seus governos (presidente em 1903-1907 e 1911-1915) foram operadas. Bem menos escritos encontraremos, nesse mesmo universo, sobre Rodó. Este sim, e não se pode negar, protagonista nas páginas da história do pensamento Latino Americano e da Literatura. O reconhecimento indubitável de que Rodó era um homem das ideias dificulta um pouco o entendimento de que tenha sido igualmente um homem de práticas políticas que esteve em confronto com lideranças expressivas da época, como o enfrentamento com Batlle e o *batllismo*. Para o historiador Daniel Mazzone como também para Eduardo Enrique Echeverry, mencionado no início desse trabalho, a própria historiografia de Rodó tratou de valorizar, desde o início dos primeiros estudos, os aspectos de ensaísta, escritor reconhecido como precursor da integração entre os povos latinos, deixando quase intocável a documentação que poderia levar a compreender melhor o homem das idéias e também da política uruguaia que foi Rodó.

[8] MAZZONE, Daniel. 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

As próprias desavenças com Batlle, durante anos seguidos, até pouco antes de deixar o Uruguai para um autoexílio na Itália, em 1916, onde aliás veio a falecer, demonstra que ele tinha posições políticas definidas e visões diferentes de como deveria ser o processo de institucionalidade e democracia no Uruguai, diferente de Batlle e do Partido Colorado ao qual pertencia. Rodó era Colorado, desde a infância, mas não *batllista.*

Assim se expressa Mazzone, para quem a História não foi justa com ambas as personalidades:

> Hay coyunturas del pasado que aun no han dicho todo lo que tenían para decir. De hecho, casi un siglo después del durísimo enfrentamiento entre Batlle y Rodó, la sociedad percibe a Batlle como el gran reformador demócrata que modeló su tiempo y a Rodó como el pensador abúlico que le habló a los jóvenes de una época ya muerta. De aquel combate ambos salieron maltrechos, pero mientras Batlle retuvo un fuerte protagonismo político, Rodó debió irse del país y murió pocos meses después.

Cinco grandes aspectos são apontados por Mazzone: as prioridades políticas da agenda política dentre 1907 a 1916 em torno da qual estiveram envolvidos Rodó e Batlle; as displicências acadêmicas que ignoraram uma documentação que comprovaria muito facilmente que Rodó "pertence a la História" e não somente ao mundo das ideias; o estilo "jacobinista" de Batlle na tentativa de moldar uma democratização ao seu estilo facilitando com isso a abertura de áreas de confronto e incompatibilidades dentro do próprio partido. E por final, o historiador reflete sobre a lógica da política uruguaia e o final melancólico de Rodó. (Cf. MAZZONE, 2014).

Com esse artigo, Mazzone procura levantar novos sentidos para provar que há um desnível na visibilidade de um e de outro e esse estrabismo histórico, leva a uma visão equivocada e prejudicial de Rodó. Dos aspectos levantados por Mazzone, procuro encontrar ao menos algumas pistas para fundamentar a hipótese de que longe de encerrar-se na torre de marfim, a mesma sugerida por Julien Benda e edificada ao longo dos anos por historiadores pouco atentos, no dizer de Mazzone, Rodó forja a sua intelectualidade bem como pratica suas crenças filosóficas nos limites do seu tempo, não como mero observador, ou como "turista do seu século"[9], mas no espaço restrito de sua vivência em Montevidéu, nas redações de jornais, na sua atuação político-partidária e, especialmente como parlamentar, no confronto direto com as atitudes que considerava retrógadas em relação aos rumos de uma mudança profunda do país.

[9] BENEDETTI, Mario.1966. Apud MAZZONE, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

No parlamento Rodó desenvolveu uma desconfiança nos projetos políticos de Batlle e não se omitiu ao confronto na tribuna. Foi um político atuante que registrou suas posições em mais de 600 matérias tramitadas pela Câmara Legislativa (MAZZONE, 2014). Outro historiador, Jorge Silva Cencio realizou um minucioso levantamento da atividade parlamentar de Rodó e registrou somente em torno dos temas "Constituição" e "Reforma da Constituição", 256 interferências de Rodó, ou seja, declarações públicas de voto, propostas de emendas, etc, de um total geral de cerca de mil entradas ou interferências parlamentares.[10] E mesmo assim, o autor de Ariel parece se encontrar na marginália dos estudos históricos. Assim Manzzone sintetiza a sua atuação e ressalta, mais uma vez, a indiferença dos historiadores:

> Su prestigio como político se gestó en la consideración pública de temas complejos, los más arduos, los que operan en los plazos más largos.
> La centralidad de Rodó entre sus contemporáneos quedó registrada en la prensa de la época, y está disponible en las colecciones de las publicaciones más importantes. Sin embargo, pese a la enorme evidencia acumulada, su actuación escapó a la consideración de los historiadores que escribieron los relatos de manejo masivo. ¿Qué le ha ocurrido a los historiadores con Rodó?

A única conclusão a que posso chegar com esse trabalho, e que me deixou extremamente estimulada, é que ele apenas reforça uma outra possibilidade de entendimento da obra conjunta de Rodó (pensamento e prática política), como o fez Mazzone. Seria necessário empenho redobrado e, muito provavelmente, esforços interdisciplinares para analisar sua obra como representante político, seus discursos, seus embates, e verificar em que medida se coadunam com seus ideais.

Se formos introduzir as categorias de Edward Said para entendermos um pouco mais do intelectual Rodó, na perspectiva apresentada e fundamentada acima como homem público, o que poderíamos pensar, ainda que fosse apenas sugerir algumas questões:

- Rodó conseguiu manter certa independência em relação aos poderes do Estado?
- Que nível de comprometimento ele estabeleceu com a realidade política de seu tempo?
- A quem eram dirigidos seus discursos (qual era o seu público?): aos homens do poder, à sociedade (que segmentos), ao partido Colorado ao qual pertencia?
- Em que medida o intelectual Rodó isolou-se ao procurar a verdade na atividade de representação política? O que significou seu exílio na Itália?

[10] SILVA CENCIO, 1972. Apud MAZZONE, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

- Em que medida a atividade parlamentar que desenvolveu correspondeu a uma atividade intelectual?
- Ele construiu suas redes orgânicas de poder?

Penso que o universo de Rodó, em contraposição ao "reino isolado e divino" de Benda era seu próprio tempo, um tempo em ebulição, com o qual se comprometeu na construção de um pensamento e de uma representação concreta do que acreditou ser a sua verdade política.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDETTI, Mario, *Genio y figura de José Enrique Rodó*, Eudeba, Buenos Aires, 1966. Apud. MAZZONE, Daniel. Dos Hombres en el Callejón. Batlle y Rodó: los equívocos de la Historia. Alicante. Biblioteca Virtual Cervantes.

CAETANO, Gerardo e RILLA, José. Historia Contemporánea del Uruguay- de la colonia al Mercosur. Montevideu: Colleción CLAEH, Editorial Fin de Siglo, 1994

ETCHEVERRY, José Enrique. Rodó y Brasil. Série Conferências. Montevidéu. Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro.1950.

IBANEZ, Roberto. Originales y Documentos de José Enrique Rodó. Exposição. Ministério de Instrução Pública e Previsão Social/ Comissão de Investigações Literárias. http://www.archivodeprensa.edu.uy/biblioteca/Jose_Enrique_Rodo/lib/exe/fetch.php?media=originales_y_documentos_de_j_e_rodo.pdf
Acesso: maio de 2014

MAZZONE, Daniel. *Dos Hombres en el Callejón. Batlle y Rodó: los equivocos de la Historia*. Alicante. Biblioteca Virtual Cervantes. Ed. original. *Desfocados*. s/a. Ed. De la Plaza. Montevideo, 2005.
http://www.archivodeprensa.edu.uy/biblioteca/Jose_Enrique_Rodo/lib/exe/fetch.php?media=originales_y_documentos_de_j_e_rodo.pdf .
Acesso 18.06.2014

MUSSO, Luis Alberto. Legislación sobre Brasil (1825-1976). Montevideu. Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, 1978.

NAHUM, Benjamin. COCCHI; Angel; FREGA, Ana et al. Crisis Política y Recuperación Economica. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental.(s/d)

_____ et al. Crisis Política y recuperación económica. Série: Historia Uruguaya. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental. 1998

RODÓ, José Enrique. Rio Branco. 1912, p. 344-346. In *El Mirador de Próspero.* Montevidéu. Vol. I. Editor José Maria Serrano. Impressora y Litografia Oriental, 1913.

ISBN: 978-85-7205-133-01

_____. *La Prensa de Montevideo*. 14 de abril de 1909.p. 331-343. In *El Mirador de Próspero.* Montevidéu. Vol. I. Editor José Maria Serrano. Impressora y Litografia Oriental, 1913.

SAID, Edward. Representações do Intelectual. As Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA CENCIO, Jorge A., *José Enrique Rodó. Actuación parlamentaria*, recopilación, introducción y notas, Cámara de Senadores de la República, Montevideo, 1972. Apud. MAZZONE, Daniel. Dos Hombres en el Callejón. Batlle y Rodó: los equívocos de la Historia. Alicante. Biblioteca Virtual Cervantes.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Diplomacia Cultural:
o Brasil na América Latina a partir de Getúlio

"Aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional – eis o milagre realizado em dez anos pelo Presidente Getúlio Vargas".

Heitor Villa-Lobos[1]

Maria Margarida Cintra Nepomuceno

Jornalista, Mestre e Doutoranda pelo Prolam; Fórum Permanente Arte e Cultura da América Latina e CESA- Sociedade Científica de Estudos da Arte.
Email: margaridacn@gmail.com

Resumo

O trânsito sistemático de intelectuais e técnicos especializados na América Latina a partir da intermediação do governo brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se com um programa implantado no Uruguai, em 1940, e constituiu-se em uma espécie de modelo a ser levado a outros países. A estrutura desse programa foi um desdobramento das resoluções, acordos e convênios originados das Conferências Internacionais Americanas ou Pan-americanas, do começo do século XX, mas a apropriação dos modelos de cooperação intelectual foi utilizada de forma diferenciada e pragmática, de acordo com os interesses e projetos políticos de cada governo. Com Getúlio Vargas, a partir de 1930, esse programa deixou de ser simplesmente um serviço diplomático e passa a ser um projeto elaborado por intelectuais brasileiros junto com DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda e Ministério de Educação e Saúde.

O tema da minha comunicação dá ensejo a que questões importantes sejam refletidas como, por exemplo, a relação de influentes intelectuais brasileiros com o projeto centralizador

[1] Heitor Villa-Lobos In. NASCIMENTO, Simão Daniel. "A música nacionalista no governo Getúlio Vargas". Rio de Janeiro. Caderno Versa. Música e Pensamento, nº 2.

ISBN: 978-85-7205-133-01

do Estado Novo, Nacional e Moderno e a visão de uma América mais integrada em todas as suas dimensões.

Palavras-Chave: Diplomacia Cultural; Relações Internacionais: Politica Externa: Intelectuais e Estado

Resumen

El tránsito de Intelectuales y técnicos especializados en América Latina desde la intermediación del gobierno brasileño en las primeras décadas del siglo XX se inició con un programa implementado en Uruguay en 1940, y fue una especie de modelo para ser llevado a otros países. La estructura de este programa resultó de resoluciones, acuerdos y convenios derivados de las Conferencias Internacionales de América o Panamericana, a principios del siglo XX, pero la propiedad de los modelos de cooperación intelectual son utilizados de forma diferente y pragmática, de acuerdo con los intereses y proyectos políticos de cada gobierno. Con Getúlio Vargas, en 1930, este programa dejó de ser simplemente un servicio diplomático y se convierte en un proyecto desarrollado por intelectuales brasileños junto con DIP-Departamento de Prensa y Propaganda y el Ministerio de Educación y de Salud.

El tema de mi comunicación da oportunidad a que problemas importantes sean reflejados, por ejemplo, la relación de los intelectuales brasileños influyentes con el proyecto centralizador del Estado Nuevo, Nacional y moderno y la visión de una América más integrada en todas sus dimensiones.

Palavras clave: Diplomacia Cultural; Relaciones Internacionales; Politica Externa; Intelectuais y Estado

Política externa de convencimento

O governo Getúlio Vargas tinha uma tarefa árdua de convencimento para provar à opinião especializada internacional e para seus pares na América Latina, que era possível conciliar a construção de um estado moderno, com instituições plenas em funcionamento, porém centralizador, estatizante e autoritário. Mais do que isso, um governo protegido por uma polícia política ativa, que suprimia as manifestações contrárias a seu regime.

As pesquisas das historiadoras Maria Helena Rolim Capelato sobre circulação de ideias na América Latina nas primeiras décadas do século XX, bem como as de Maria Lucia

ISBN: 978-85-7205-133-01

Lippi[2] são importantes nesse estudo para impedir que a simplicação interpretativa, apoiada na expressão "cooptação", continue a dificultar o entendimento da posição dos intelectuais nos programas do governo getulista. Muitos foram construtores dos pilares políticos do Estado Novo e articuladores do projeto cultural e institucional que objetivava a reafirmação e difusão de seus principais pressupostos. E não simplesmente observadores, cooptados passivamente pelo governo. Essas assertivas são fartamente comprovadas na publicação de Maria Cecília de Araújo em "As Instituições Brasileiras na Era Vargas", publicado em 1999, e exemplificadas em algumas declarações, como a do músico Villa-Lobos sobre esse período, que transcrevi como abertura desse texto.

Desde os primeiros momentos do governo Provisório, Getúlio Vargas encontra dificuldades para governar com a Aliança Liberal, que até aquele instante, fora eficiente para dar um rumo vitorioso à insatisfação de setores significativos da sociedade brasileira. Se as expectativas das oposições pareciam coincidir ao se organizarem contra a velha estrutura de poder, logo após a vitória da Revolução de 30, a Aliança Liberal, considerada como um "remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças",[3] começa a se desfazer, revelando os interesses conflitantes dos agrupamentos sociais sobre as quais se assentou. Os oligarcas queriam restituir o centro do poder nas mãos de São Paulo e Minas Gerais, os "tenentes" queriam avançar nas mudanças e os estados da Federação passam às mãos de interventores, nomeados por Vargas, muitos dos quais, como foi o caso de São Paulo, alheios e hostis às realidades locais.[4] A Revolução de 32 resume a insatisfação das forças políticas não somente do estado de São Paulo, mas de setores descontentes de todo o país, uma vez que foi uma tentativa de recuperar a posição perdida na estrutura nacional de poder antes da vitória da Revolução de 30.

Para o historiador Boris Fausto (1988, p.247), os anos 30 significaram para a economia uma redistribuição do poder econômico, ou ainda, uma "nova divisão de ganhos no interior da classe dominante, com o maior atendimento dos vários setores desvinculados do café", fato que não ocorreu de forma pacífica. As soluções para segurar os preços do café, e

[2] CAPELATO, Maria Helena Rolim. Intelectuais Latino-americanos: o "caráter nacional" em questão. Revista Anos 90, do PPGH da UFRGS. Vol. 16, nº29. Porto Allegre. Ed UFRGS., 2009.
OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os Intelectuais e as Raízes da Ordem. IN D´Araujo. Maria Cecília. As Instituições Brasileiras na Era Vargas. Rio de Janeiro. Ed. UERJ e Fundação Getúlio Vargas. 1999.p.83.

[3] SANTA ROSA (1963 apud. FAUSTO, Boris.1988. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A., p.247).
[4] Cf. BRANDI, Paulo. Vargas da Vida para a História. Zahar Editores. 1983. p.51.

ISBN: 978-85-7205-133-01

reequilibrar a economia não viriam logo após a posse de Vargas no governo Provisório. No plano internacional, o Brasil viu-se em meio a uma verdadeira "guerra comercial"[5] que envolveu os demais países afetados pela crise, e buscou a adoção de medidas de proteção econômica e à conquista de novos mercados. Crises internas, que exigiam do governo o restabelecimento de uma nova ordem político-econômica, e externas, com o reordenamento dos centros do poder politico, impulsionam o governo a criar um modelo de governabilidade, o que para Gerson Moura seria o "Estado de compromisso"[6]. Essa foi a fórmula encontrada por Vargas capaz de dar conta dos primeiros compromissos da Revolução, reequilibrar as forças políticas e econômicas do estado, e fortalecer o papel do estado de "regulador da economia e das relações sociais" (MOURA, 1980, p.580).

Longe de fazer uma análise completa das dificuldades que mobilizaram o governo Provisório diante do cenário nacional e internacional de redefinições, é importante salientar, no âmbito das reformas ocorridas no Ministério das Relações Exteriores [7], que o período compreendido entre 1930 a 1937, segundo o historiador Jaime Pinsky (1988, p. 340), não trouxe grandes mudanças na Política Externa Brasileira. Para Pinsky, o primeiro Ministro das Relações Exteriores pós Revolução, Afrânio de Melo Franco, deu prosseguimento às tratativas diplomáticas tradicionais de governos anteriores - de cuidar dos problemas de fronteiras e de pendências entre países- sem grandes sobressaltos. Para o historiador, se comparado ao que viria ocorrer por ocasião da instauração do Estado Novo, e, tendo como referência o que se praticava no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com Rio Branco -, nenhuma alteração significativa pode ser registrada na política exterior. As orientações de "acordo não assinado" com os EUA, praticadas desde Rio Branco, e da aparente autonomia para negociações com as potências europeias, em particular com a Alemanha, com quem o Brasil muito se beneficiou praticando o chamado "comércio compensado"[8] continuaram a vigorar nesses primeiros anos até o advento da Segunda Grande Guerra.

Essa análise difere da formulada por Gerson Moura (1980, p. 578) para quem a política externa nesse momento não era uma mera continuidade da política da República Velha, mas também não se definia como uma política de ruptura: "Tratava-se muito mais de

[5] Expressão utilizada por Gerson Moura em A Revolução de 30 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade. CPDOC. 1980, p.578.
[6] Ibid. p. 580.
[7] Reformas que resultariam na criação da Divisão de Cooperação Cultural, fato que muito interessa a esse estudo.
[8] Comercio de compensação: o que se faz mediante a troca de produtos. Dicionário Antônio Houaiss (2001). [denominado também de comercio protegido quando as partes não possuem dinheiro para efetuar as transações].

ISBN: 978-85-7205-133-01

uma redefinição: limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder, mas ao mesmo tempo vantajosa pelos ganhos que soube obter no processo" [9]. Para o historiador, foi justamente esse período entre guerras, de desestruturação internacional dos sistemas de poder e de realinhamento dos países, que o Brasil avança dentro das possibilidades de negociação de suas demandas internas e rearticula a política externa equilibrando-se na tênue linha que separava a dependência, da autonomia.

Orientações para a politica externa cultural

É nesse contexto, de reajustes internos e externos, que reformas importantes serão registradas no Ministério das Relações Exteriores, e, particularmente, no setor cultural que nos interessa para o presente estudo.

Em circular dirigida às missões diplomáticas e aos consulados brasileiros, em caráter reservado,[10] o Ministério das Relações Exteriores, inicia a estruturação de um serviço diplomático que já era prestado no exterior de forma incipiente, marcando o início de uma ação cultural mais estruturada do Governo Vargas em países onde possuía representação diplomática. Inspirado no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual,[11] órgão ligado à União Pan Americana, o Ministério das Relações Exteriores criou o Serviço de Cooperação Intelectual com o fim de "estabelecer correntes de estudo, interesses e simpatias entre os meios intelectuais estrangeiros e do Brasil, pondo em contato escritores, promovendo intercâmbios de livros, divulgando trabalhos literários e científicos" [12]. Estimulava no exterior a versão e os estudos críticos das obras literárias mais representativas de nossa cultura. O Serviço Cultural teria também o compromisso de fornecer "informação exata", através de livros, jornais e revistas, sobre os aspectos da nossa história e da vida no país, sobretudo quando os noticiários estrangeiros transmitissem informações equivocadas sobre o Brasil.

Diante dessas mudanças, os intelectuais já surgem como peças importantes à consecução dos propósitos. A circular conclamava a todos agentes diplomáticos que organizassem em seus países de atuação um mapeamento de professores, escritores, artistas e outros intelectuais com simpatias e interesses no Brasil, e que somado ao "fichário" de

[9] MOURA, Gerson. 1980, p. 576
[10] Circular nº 903. 13/8/1943. "Serviço de Cooperação Intelectual". AHI 119/05/04. A Versão Oficial – Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939.
[11] O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual era um setor da União Pan Americana, que coordenava, bem como centralizava as informações decorrentes das Conferências Pan-americanas no âmbito da Cultura. Tema que será desenvolvido mais adiante.
[12] A Versão Oficial – Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. AHI 119/05/04. Serviço de Cooperação Intelectual. Circular nº. 903. Cadernos do CHDD, p.367.

ISBN: 978-85-7205-133-01

intelectuais brasileiros, constituiria um instrumento fundamental de trabalho do Serviço de Cooperação Intelectual.[13] O mapeamento deveria ser completo, constando a produção bibliográfica ou jornalística dos indicados, os assuntos por eles abordados, bem como informações de relevância sobre as tendências políticas dos intelectuais. Recomendava-se ainda a indicação de material literário, de circulação regular ou não, que tratasse de assuntos ibero-americanos. As publicações que se referissem a temas brasileiros, através de artigos, notas ou "simples alusão", deveriam ser encaminhadas com cópias (três) à Secretaria do Estado bem como recortes de jornais publicados no exterior. Esclarece ainda a circular que o material seria estudado e encaminhado, "conforme aconselham as conveniências da cooperação intelectual (imprensa local, organismos de cultura, associações, personalidades, etc.)".

Mapeamento de intelectuais aqui e em outros países

No Brasil, seria adotado o mesmo procedimento. Os intelectuais de todos os Estados brasileiros seriam cadastrados, seus livros ou artigos avaliados, e mapeadas as suas habilidades e conveniências para participarem dos programas de cooperação intelectual. Com certeza, um método competente para fazer a radiografia das tendências políticas dos intelectuais brasileiros.

Ao final, a recomendação para que os diplomatas ficassem atentos a tudo o que pudesse ser escrito sobre o Brasil, parecia ser a maneira mais eficaz do Serviço de Cooperação cumprir o seu papel. Tudo o que se disse ou se escrevesse sobre o Brasil, ao que parece, seria controlado e os intelectuais indicados para os projetos culturais, seriam escolhidos após uma minuciosa e conveniente avaliação.

Enfim, o MRE – Ministério das Relações Exteriores- através de sua Secretaria de Estado, comprometia-se a fornecer todo o apoio necessário ao bom desempenho das missões.

Não há uma observação específica sobre um determinado país. A circular era destinada a todas as legações, consulados ou embaixadas do Brasil no exterior. Entretanto, se considerarmos o contexto de competição entre países da região, para a conquista da liderança econômica e política diante das vantagens de uma aliança com os EUA, concluiremos que essa circular - que determinava a atenção irrestrita ao que fosse falado do Brasil no Exterior - destinava-se, sobretudo, a impedir que a Argentina disseminasse uma contrapropaganda do

[13] Op.cit.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Brasil e suplantasse seus interesses nos EUA. Essa preocupação pode-se notar nas observações dos diplomatas em correspondências ao Brasil.

A pesquisa de Lindercy Souza Lins sobre a propaganda brasileira nos EUA entre os anos 30 e 40,[14] revela que a Argentina, a principal concorrente do Brasil na guerra comercial, já possuía uma Divisão de publicidade e propaganda, ligada ao Ministério das Relações Exteriores para fazer circular, entre a opinião especializada norte americana, um noticiário "positivo" do país. Instalada em Washington, a estrutura argentina compreendia a contratação de uma agencia de publicidade para trabalhar em torno dos interesses argentinos naquele país; possuía redatores dentro dos jornais e revistas americanas; dispunha de subsídios para jornais como *La Prensa*, de língua espanhola, bem como para agencias de notícias. Contava ainda com uma diplomacia atuante, com dois adidos – um financeiro e outro econômico – que articulavam os interesses do país na América do Norte.[15]

Embora não esteja nos propósitos desse trabalho refletir especificamente sobre as orientações acima mencionadas do ponto de vista da guerra comercial externa estabelecida entre Brasil e a Argentina, ou entre Brasil e outros países nessa década, considero tais orientações esclarecedoras para compreender uma série de medidas tomadas pelo Ministério. O que se depreende desse estudo é que desde o início do governo Vargas, o MRE vinha adequando a sua estrutura para atender as novas exigências de inserção do Brasil no novo conserto das nações. Cabia ao corpo diplomático, além das atribuições de comercio exterior, adequar a imagem do governo revolucionário às possibilidades de abertura da nova ordem mundial e impedir ou "refutar notícias tendenciosas sobre o Brasil".[16] Para tanto, os serviços diplomáticos tinham preocupação extrema com a imagem que circulava do Brasil no mundo através dos jornais, revistas e noticiários em geral. Para se medir esse cuidado, durante a Revolução de 32 a censura à imprensa estrangeira foi exercida pelo Itamaraty.[17] Somente em 1939, com a criação do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda-essa tarefa seria atribuída a esse departamento, mesmo assim, seria ainda compartilhada pelo MRE, que mantinha em funcionamento toda a estrutura externa.

A reforma de 1937 no Ministério das Relações Exteriores, dois meses antes do desfecho do golpe que dá início ao chamado Estado Novo, reorganiza as primeiras mudanças

[14] SOUZA LINS, Lindersy F. Tomé de. Em papel timbrado: um país enunciado – A propaganda Brasileira nos Estados Unidos (1930-1940). ANPUH. 2013, p.4.
[15] Cf. op.cit.
[16] Cf. op.cit.
[17] Cf. op.cit

ISBN: 978-85-7205-133-01

no caminho da sistematização dos intercâmbios e acordos intelectuais do Brasil com os demais países além de definir melhor as atribuições desse setor ministerial. Na verdade, a circular de 16 de junho de 1937, recria[18] o Serviço de Cooperação Intelectual, conferindo-lhe um novo status junto à diretoria geral do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do MRE. Enquanto a primeira circular possuía um caráter de estabelecer fluxos ou "correntes de interesses e simpatias" entre Brasil e as comunidades de intelectuais no mundo, a circular de 37 procurava conferir um caráter permanente às atividades, formando uma base de apoio consistente entre intelectuais, e que podemos interpretar como sendo os primeiros passos para o estabelecimento de um programa sistematizado de cooperação cultural no exterior e que vai resultar na formação das Missões Culturais Brasileiras e fundação de Instituições para dirigir essas ações.

Estando a quatro meses da instauração do governo ditatorial denominado Estado Novo, o governo continua preocupado com o mapeamento dos intelectuais com os quais poderia contar, no Brasil e em países onde possuía representação, e de acordo com o exposto, pretendia-se ampliar esses serviços para demais países com os quais havia possibilidade de manter atividades de cooperação.

A circular ministerial n°1.130 de 16 de junho de 1937 ao redefinir as novas funções do Serviço de Cooperação Intelectual, demonstra o empenho do governo de Getúlio Vargas em construir uma política cultural ampla e sistemática que deveria ser liderada pela diplomacia brasileira em países onde o Brasil possuía mais interesse.

Em "Constelação Capanema", a historiadora Helena Bomeny, uma das pesquisadoras que mais se dedicaram à análise da documentação do arquivo do poderoso Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema - de 1934 a 1945- procura responder como e que perfil de intelectual serviu ou foi rechaçado pelo governo getulista e em que momento, fase ou período de governo[19].

Não são poucos os historiadores que se dedicam a esse tema e nunca é muito confortável identificar inúmeros intelectuais, escritores, educadores, artistas e arquitetos, que serviram ou melhor, que compuseram uma verdadeira força tarefa de pensadores que em

[18] Grifo nosso.

[19] Getúlio governou o país de 1930, depois do Golpe civil-militar que derrubou o presidente Washington Luiz até 1945, quando foi deposto, e retorna como presidente eleito de 1951 a 1954, ano de sua morte. Portanto, por 18 anos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

muitas frentes do governo, partilharam a edificação de um projeto de criação de um Estado Nacional moderno. Especialmente quando analisamos o período do Estado Novo, de 1937 até 1945, quando a truculência foi um marco da politica autoritária do governo Vargas. Helena Bomeny pergunta: qual teria sido o grau de concordância desses intelectuais na "montagem desse autoritarismo".[20]

Entender essas relações como tendo sito um mecenato de Estado é não compreender que o projeto de modernização de Vargas possuía vertentes coincidentes com os projetos dos modernistas brasileiros entusiasmados com a construção de instituições que democratizassem o acesso às massas, especialmente as massas urbanas, na aquisição de bens e serviços públicos. O Estado Novo exerce "um apelo substancial para a intelectualidade brasileira" ROMENY: 2001: 17) ao ponto de em determinados momentos...positivistas tradicionalistas, integralistas, socialistas, católicos e modernistas de várias áreas e matizes, estiveram trabalhando juntos.

Muitos intelectuais foram acolhidos e atraídos pelos projetos do Estado Novo e outros tantos foram rechaçados, presos e perseguidos, portanto, tem-se que distinguir os diversos grupos ideológicos e entender a importância que tiveram na construção do projeto de nação de Getúlio Vargas.

Estaríamos falando de intelectuais que traíram a sua própria condição de pensadores, que se renderam às paixões, às mesquinharias do cotidiano político e social do Estado e abriram mão de seu status de "ministros divinos"?[21]. Para Julien Benda, filósofo francês, os intelectuais teriam lugar num patamar quase estratosférico, em um "reino que não é deste Mundo" refletindo e constituindo o arcabouço moral da humanidade, sem perseguir fins práticos, resultados imediatos, mas "procurando satisfação no exercício da arte ou da ciência, ou da especulação metafísica, enfim, na aquisição de um bem não temporal [...]".[22]

Contrapondo essa visão, se encontram vários filósofos dentre os quais destaco o filósofo e crítico literário palestino Edward Said (1935-2003), para quem os intelectuais, ao contrário, nascem dentro de uma realidade, tem suas tradições, praticam o idioma de sua cultura e têm uma formação circunscrita a uma determinada territorialidade. A grande

[20] Cf. ROMENY, Helena. Constelação Capanema. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP) Ed. São Francisco, 2001.
[21] Julien Benda (1867-1956). La trahison des Clerc. p.73
[22] Id. p.66

ISBN: 978-85-7205-133-01

pergunta que ele faz é "até que ponto os intelectuais são servos dessa realidade e até que ponto são seus inimigos"?[23] Para Said, o intelectual é um indivíduo que tem uma função pública e que é dotado por uma vocação de representar, dar corpo, e articular uma determinada mensagem a um (ou por um) público e para isso ele tem um rosto identificável, um reconhecimento público. Diferente de Benda, Said abraçou uma causa pública, a Palestina, articulando e defendendo a criação de um Estado Árabe e divulgando suas ideias pelo mundo. Para ele, não existe o intelectual privado, à medida que seus pensamentos são transformados em publicações se tornam públicos. Como também não existem somente intelectuais públicos, que defendem essa ou aquela causa, que atua como porta-voz, pois há sempre uma inflexão pessoal, algo de próprio do indivíduo que dá um outro sentido ao que está sendo dito ou escrito. O intelectual está envolto em circunstância e longe de desqualifica-lo, tomando como exemplo o pensamento de Sartre e sua agitada vida, essas circunstância expõe o grau de humanidade, de realidade do intelectual, revelando-o um indivíduo bem diferente daquele pensado por Benda, de homem infalível, quase divino que só se digna a pensar os valores universais.[24]

Acompanhando o governo de Getúlio, em seus diversos momentos, diferentes intelectuais estiveram compromissados com seus programas de construção do Estado Moderno, de montagem de políticas de proteção para esferas importantes da sociedade em variados campos dentre eles o da Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Artes e Arquitetura, Administração Pública, Proteção do Patrimônio Público, etc.

Toda essa reestruturação e criação de inúmeras instituições que organizassem os serviços, as demandas da sociedade, justificou a inserção maciça de intelectuais de várias esferas do conhecimento, às vezes de concepções estratégicas diferentes do governo, mas que viam naqueles programas a oportunidade de realização de antigos projetos ou de novas e modernas oportunidades de tornar públicos e duradouros, serviços e bens que até então, com a república dos oligarcas não havia sido possível. Caso bem vivo nesse estudo foi o de Mario de Andrade, paulista e crítico de arte, vanguarda do movimento modernista de 22, que realizou um extenso trabalho de pesquisa etnográfica, por todo o Brasil, de fundamental importância para a cultura brasileira, sob a proteção do Ministério da Educação.

---

[23] SAID, Edward. Representações do Intelectual. As Conferências de Reith de 1993. São Paulo. Companhia das Letras, 2005. Disponível em Stoa Moodle USP.
[24] Id. p.28.sexta-feira, 18 de abril de 2014

ISBN: 978-85-7205-133-01

A classificação do sociólogo baiano Alberto Guerreira Ramos (1915-1982), exemplifica com bastante propriedade, os estilos e concepções de intelectuais que estiveram à frente do projeto de Getúlio Vargas, em muitos momentos de seus governos: o mineiro Francisco Campos destacou-se como o ideólogo da legalização do Estado Novo [e autoritário] de 1937; Gustavo Capanema, detentor de ministérios que hoje seriam o da Educação, Cultura e Saúde, concentrou a arregimentação de intelectuais para atuação em todos esses campos; Lindolfo Collor e Agamenon Cavalcanti que elaboraram a legislação trabalhista e instituíram as organizações sindicais de tal forma a assentar as demandas nessa área; Oliveira Viana e Azevedo Amaral fundamentaram teoricamente a administração centralizadora e autoritária do novo governo.

O próprio Alberto Guerreiro Ramos, que assessorou o governo de Getúlio no seu último governo, classifica a participação dos intelectuais por seu grau de compromisso com o projeto do Governo; haviam também os independentes, como Caio Prado Junior, Nestor Duarte e outros, com publicações questionando o pensamento institucionalizado pelo governo Vargas, e havia também os intelectuais confrontativos, que mesmo tendo sido em alguns momentos aliados do governo, ofereceram-lhe oposição tais como Luis Carlos Prestes, Otávio Mangabeira, Aparício Toreli ou o barão de Itararé.[25]

Longe das classificações que nos dão apenas um perfil geral da atuação dos intelectuais, elaboradas com fundamentos, evidente, pois foram formuladas por um sociólogo reconhecido como Guerreiro Ramos é importante que não se deposite toda essa movimentação na expressão política exaustivamente utilizada de ‘cooptação”. Houve os ideólogos do governo Getúlio, que estiveram com ele desde a movimentação em São Borja, que caminhou para a Revolução de 30, e há os que foram atraídos por um projeto modernizador, que para alguns, intelectuais de vários estados como Minas, São Paulo e Rio, colocava-se como espaços de construção e realização de um desenvolvimento nacional com mais igualdade social, com maior participação política.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTO, Carlota. A Traição dos Intelectuais. Um tema contemporâneo. Revista USP. São Paulo, nº 80: 161-171. Dez. 2008-2009.

[25] BOMENY, 2002, p.18

ISBN: 978-85-7205-133-01

BRANDI, Paulo. Vargas da Vida para a História. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1983

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Intelectuais Latino-americanos: o "caráter nacional" em questão. Revista Anos 90. PPGH da UFRGS. Vol. 16, nº29. Porto Alegre. Ed UFRGS, 2009.

CIRCULAR nº 903. 13/8/1943. "Serviço de Cooperação Intelectual". AHI 119/05/04. A Versão Oficial – Brasília/Rio de Janeiro. Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. Cadernos do CHDD-FUNAG.

CIRCULAR n° 1.130 de 16/06/1937. Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. A Versão Oficial. Brasília/Rio de Janeiro. Cadernos do CHDD – FUNAG.

MOURA, Gerson. A Revolução de 30 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade. Rio de Janeiro. Editora CPDOC, 1980.

MENDES, Ricardo. A revista S. Paulo (1936): a cidade nas bancas. Revista Imagens. Unicamp, 1994. http://www.fotoplus.com/rico/ricotxt/wrsp.htm#nota

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, n° 73, Dezembro, s/d. http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os Intelectuais e as Raízes da Ordem. IN D´Araujo. Maria Cecília. As Instituições Brasileiras na Era Vargas. Rio de Janeiro. Ed. UERJ e Fundação Getúlio Vargas. 1999.p.83.

ROMENY, Helena. Constelação Capanema. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP) Ed. São Francisco, 2001.

SAID, Edward. Representações do Intelectual. As Conferências de Reith de 1993. São Paulo. Companhia das Letras, 2005. Disponível em Stoa Moodle USP.

SANTA ROSA (1963 apud. FAUSTO, Boris.1988. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A.

SOUZA LINS, Lindersy F. Tomé de. Em papel timbrado: um país enunciado – A propaganda Brasileira nos Estados Unidos (1930-1940). ANPUH. 2013, p.4.

VARGAS, Getúlio. Discurso de Posse da Academia Brasileira de Letras. Discursos Selecionados do Presidente Getúlio Vargas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. MRE, 2010, p.6-20.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Juventude e escolarização: contribuições para práticas pedagógicas

Mariana Cunha Bhering;

Mestranda em educação;

Universidade Federal de São Carlos

marybhering@gmail.com

RESUMO

O projeto de pesquisa tem como objetivos compreender as concepções de juventude nas teses e dissertações nos anos de 2011 e 2012 sobre o tema juventude e escola no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e suas possíveis implicações em práticas educativas e políticas públicas. Para realizar a análise dos artigos, utilizaremos a metodologia da análise de conteúdo. (BARDIN, 2004). O foco das produções está na área da educação, como a ponta dois importantes estudos, referencias para este estudo: *Juventude e escolarização (1980-1998)* sob coordenação de Marília Pontes Sposito (2002). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, no qual analisa entre outras temáticas, a juventude e escola (SPOSITO, 2009).

Palavras-chave: juventude, educação escolar e prática educativas

INTRODUÇÃO

A pesquisa terá como foco o estudo da juventude e educação escolar no Brasil. Serão questões norteadoras: teses e dissertações abordam o tema juventude e escola no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior? Quais as concepções sobre juventude abordadas nos estudos? Quais indicativos de propostas para prática escolar: aprimoramento, formulações? Este estudo trata-se da exposição do projeto de pesquisa em reformulação no curso de mestrado na área da Educação da Universidade Federal de São Carlos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A juventude é um conceito é uma construção sócio-histórica, cultural, política e relacional a sociedade contemporânea. Na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é somente uma condição biológica, se caracterizam também por mais uma definição cultural e social. A incerteza, a mobilidade, a transitoriedade, abertura para mudança todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição, deslocam-se além dos limites biológicos para tornarem- se conotações culturais de amplo significado que os indivíduos assumem como parte de sua personalidade em muitos estágios da vida (MITTERAUER, 1986; ZIEHE, 1991 apud FÁVERO 2007).

O tema juventude, no plano das políticas federais, reconhece que alguns problemas afetam expressivamente a parcela da população jovem, que a partir da década de 1990, e se tornou usual conceituar como sendo de risco social. (SPOSITO, CARRANO, 2003). De maneira que nas áreas de saúde, da segurança pública e do trabalho e emprego, dão materialidade para pensar as políticas publicas para a juventude sob os problemas sociais a serem combatidos. Assim, é possível reconhecer nesse processo, a condição juvenil se apresenta como elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos "problemas de juventude". Demonstrado nos programas esportivos, culturais e de trabalho orientandos para o controle social do tempo livre dos jovens, principalmente destinado aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades. (SPOSITO, CARRANO, 2003). [1]

Alguns programas assumiram sobremaneira a ideia da capacitação jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão

[1] Ao analisar as políticas públicas para a juventude Sposito e Carrano (2003), demonstram que não existe classificação etária padrão no âmbito federal, em que existe um significado número de programas e projetos que se destinam a crianças e adolescentes e jovens. Assim, a infância pode ser alargada até aos 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos. Um exemplo seria o Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem, que circunscreve a juventude brasileira na ampla faixa que vai de 10 a 24 anos. Segundo o Estatuto da Juventude - Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013, a juventude compreende a idade de 15 a 29 anos. Para os adolescentes com idade entre 15 e 18 anos, aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes da promulgação do Estatuto, definia-se jovem no Brasil com até 24 anos. (BRASIL, 2013)

ISBN: 978-85-7205-133-01

provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo e trabalho. (SPOSITO, CARRANO, 2003)

A juventude como categoria social surge no final do séc. XIX-XX como objeto da sociologia, de um problema social. Pelo processo de urbanização acelerado, o jovem passa a ser visto como problema, por desvio, contestação de valores dominantes. (ABRAMO, 1997).

Margulis e Arresti (1996) propõem um olhar sobre a juventude que não seja hegemônico e reducionista. Para os autores, a juventude também pode ser entendida como categoria social, por idade e sexo, que constituem as bases para a classificação e estruturação social de qualquer sociedade. Porém, ela não pode se limitar a essa definição, pois existem diferentes maneiras de ser jovem no contexto de intensa heterogeneidade observada nas esferas econômica, social e cultural.

A juventude, como fase de vida, é reconhecida somente nos últimos tempos a partir dos séculos VIII e XIX. Tal reconhecimento significa a sua identificação como uma camada social que possui certos privilégios, por um período de permissividade, que permeia a entre a maturidade biológica e a maturidade social. Os autores denominam esse período como "moratória" momento de privilégio para alguns jovens, aqueles que pertencem a setores sociais relativamente estáveis, eles podem passar um período de tempo estudando cada vez mais prolongado, postergando o ingresso na maturidade, na exigência referente a renda, a fazer uma casa, no trabalho, a ter filhos. Dessa maneira, a condição social de juventude não é oferecida da mesma maneira para todos. (MARGULIS e ARRESTI, 1996).

A juventude possui variações entre os diferentes setores sociais. O setor popular que estaria em desvantagem ao necessitar de ingressar cedo no mundo do trabalho, enquanto nos setores de classe média e alta, o comum é estudar por longos períodos e de certa forma, por não ter a responsabilidade do trabalho muito cedo, postergam a plena maturidade social, em seu sentido econômico, trabalho e reprodutivo. (MARGULIS e ARRESTI, 1996).

Os autores Margulis; Arresti (1996), Carrano (2005) e Abramo(1997), falam do conceito de juventude como sinônimo de juventudes, pois, evidenciam que a juventude é variável de acordo com cada contexto político, econômico e sócio cultural.

Portanto, este estudo parte desta concepção de juventude enquanto um conceito relacionado não apena ao desenvolvimento físico, mas a relação indivíduo e contexto social.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Desse modo, algumas políticas públicas na área da educação vêm pesquisando e tentando compreender esse novo momento que vivemos e a nova geração de jovens. No Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, é possível observar essa tentativa de compreender a juventude e a escola, revelando a necessidade de re-significação das relações entre os jovens e a escola. (BRASIL, 2013). Essa re-significação da instituição escolar requer repensar políticas públicas para o ensino médio e também repensar as práticas escolares.

PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E OBJETIVOS

No momento em que o modelo patriarcado de sociedade entra em crise, temos como possibilidades a imposição ou diálogo, em que o professor, por exemplo, não tem mais o monopólio do saber. A imposição não apenas pode aumentar o conflito, como pode também silenciar opiniões e estimular a exclusão.

Nesse sentido, as concepções pedagógicas conduzem diferentes formas de compreender a educação. A concepção objetivita a aprendizagem se refere ao ensino tradicional, se aprende através da mensagem que emite o professor, por tanto, o elemento chave da aprendizagem é o professor. O enfoque disciplinar não leva em conta devidamente os aspectos psicológicos e sociais. Tem como consequência a imposição de uma cultura hegemônica e reproduz desigualdades. Na concepção construtivista a aprendizagem é significativa, acontece através da relação dos novos conhecimentos com os conhecimentos prévios disponíveis na estrutura cognitiva, portanto, o elemento chave é o aluno. Como consequência a adaptação da diversidade não leva em conta as desigualdades do contexto, aumenta as desigualdades. Na concepção comunicativa a aprendizagem é dialógica, aprende-se através das interações entre iguais, professores, familiares entre outros que produzem o diálogo igualitário, sendo a chave da aprendizagem todas as pessoas da comunidade que o aluno se relaciona. As consequências o respeito e as diferenças se inclui como uma das dimensões da educação igualitária. (AUBERT, et al, 2008)

O triângulo interativo: professor/a- aluno/a- conteúdo/s é insuficiente para analisar e entender a aprendizagem escolar, já que cada vez aumenta a importância das interações entre alunos e família, da comunidade e de variados espaços. (AUBERT, et al, 2008)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Em contra partida, a concepção dialógica pressupõe a participação da diversidade de agentes educativos presentes em cada contexto, de forma que as interações com estudantes se multiplicam e diversificam. O contexto de aprendizagem dialógica inclui o contexto em que a escola está rodeada, de outras instituições como: posto de saúde, associações, casas, etc. (AUBERT, et al, 2008) Nessa concepção os agentes educativos envolve-se no processo de ensino e aprendizagem, refletindo sobre a escola e propondo ações conjuntas.

O diálogo para Paulo Freire é o que permite a educação libertária, questionadora e de trocas. Por meio do diálogo implica a liberdade de pensamento e expressão, mas não de maneira desordenada, como um simples bate-papo. "O diálogo pedagógico implica tanto o conteúdo ou objeto cogniscível em torno de que gira quanto à exposição sobre ele feita pelo educador ou educadora para os educandos". (FREIRE,1992, p. 61)

> A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar no mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar. (FREIRE, 2005, p. 90)

Através da prática educativa dialógica o educador e educando aprende e amplia a criticidade sobre o mundo. A troca de saberes por meio de diálogo entre professoras ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas os colocam num momento de expressão de si mesmos, em que não nivela ao colocar um ou outro como inferior e superior. Implica um respeito fundamental dos sujeitos envolvidos nele, que o autoritarismo rompe ou não se constitui, portanto, marca a posição democrática entre eles ou elas. (FREIRE, 1992)

A partir das concepções pedagógicas, principalmente do construtivismo muito presente na educação básica e a concepção dialógica, no qual ainda se apresentada como um novo desafio. Nesse estudo propõe-se analisar, como a concepção de juventude é abordada nos trabalhos acadêmicos e se possuem indicativos de práticas pedagógica e políticas públicas para esse público específico.

Muitos estudos indicam o aumento da pesquisa nas ciências sociais sobre juventude de escola. Abramo (1997) reforça que somente na década de 90 é que tem ganhado certo volume

ISBN: 978-85-7205-133-01

de números de estudos sobre juventude para considerar os próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação.

Assim, o foco das produções está na área da educação, como aponta o estudo: Juventude e escolarização (1980-1998) sob coordenação de Marília Pontes Sposito (2002). No capítulo "Juventude e escola" de Dayrell (2002), é realizado um levantamento de cinco teses e 45 dissertações de 1880 até 1998, com foco na instituição escolar a partir do ponto de vista do aluno. Esse estudo também indica que até a década de 1990, avançou-se na compreensão mais ampla da juventude e sua relação com a escola. Mas essas pesquisas priorizam a instituição escolar como única agência socializadora, não problematizando a importância da família, dos espaços urbanos, das práticas culturais, do trabalho, do bairro e do lazer. (DAYRELL, 2002).

O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006), apresenta os subtemas em relação à juventude e escola, destacando que entre os mais pesquisados estão: indisciplina e violência da/na escola e juventude, significado atribuídos à escola e seus processos, programas e propostas educativas sob ótica dos alunos, as relações sociais do cotidiano escolar, sucesso e fracasso escolares, identidades/subjetividade juvenis e escola (SPOSITO, 2009).

A partir destes estudos mais abrangentes sobre a temática, tem-se como questões norteadoras: o que a área da educação especificamente indica de políticas públicas e prática pedagógicas? E quais concepções de juventude nas produções acadêmicas jovem? Portanto, os objetivos são: analisar as concepções sobre juventude nas produções acadêmicas nacionais durante os anos de 2011 a 2012 e investigar as possíveis indicações para práticas ou políticas a partir das produções de teses e dissertações sobre juventude no portal da CAPES, durante os anos de 2011 a 2012.

METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo qualitativa, especificamente bibliográfica e como técnica de tratamento de dados a análise de conteúdo a partir da seleção de teses e dissertações nos anos de 2011 e 2012, no portal da CAPES. Segundo Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica auxilia no processo de definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto, possibilitando amplo alcance de informações, bem como a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A escolha do portal de teses e dissertações da Coordenadoria e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES foi feita por possuir produções acadêmicas de instituições aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa foi direcionada por descritores relacionado aos objetivos da pesquisa e palavras-chave, a saber: juventude, educação formal, escolas públicas e educação urbana.

Foram encontrados 753 registros denominados juventude no site da CAPES, sendo 198 são da área de conhecimento em educação e 171 do programa de educação. A partir da leitura dos resumos, dessas 171 dissertações e teses, 35 estão relacionados à educação formal e juventude nos anos de 2011 e 2012. Destas, 27 são dissertações de mestrado e oito são teses de doutorado, totalizando 35 produções acadêmicas.

Na organização e analise do material recolhido será realizado a análise de conteúdo, com base nas contribuições de Bardin (2010), a partir de três fases importantes: primeiro a pré-análise etapa de escolha dos documentos; onde se formula os objetivos e hipóteses, segundo trata-se da exploração do material no qual se utilizam de técnicas de acordo com os objetivo e terceira o tratamento dos resultados: inferência e a interpretação.

A organização da estrutura da dissertação contará com uma primeira parte introdutória, de contextualização e justificativa da temática, seguida de discussão conceitual sobre o conceito de juventude e educação formal. Além disso, haverá um capítulo destinado à descrição do percurso metodológico. Por fim, a análise versará sobre o contexto da educação no Brasil nos períodos em que as teses e dissertações foram realizadas, bem como sobre os referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos estudos e possíveis indicações para práticas ou políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa na temática sobre juventude vem mostrando, por tanto, uma atenção maior da área da educação para o tema. Dessa maneira, torna –se necessário mais trabalhos que investigue e sistematize as produções acadêmicas, o que a área apresenta como concepções de juventude, suas contribuições e indicativos para políticas públicas e práticas educativas. A

ISBN: 978-85-7205-133-01

educação escolar básica continua em um processo de ampliação, por isso, a preocupação em compreender o que área da educação realiza para a temática.

Assim, com levantamento das teses e dissertações, espera-se mapear as abordagens teórico-metodológicas das pesquisas de âmbito nacional que vêm se dedicando à temática, assim como sistematizar as possíveis propostas de práticas e políticas apresentadas por elas.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educaçãom São Paulo, N.6, p. 25-36. 1997.

AUBERT, Adriana; FLECHA, Ainhoa; GARCI, Carme; FLECHA, Ramón; RACIONERO, Sandra. Aprendizaje dialógico en la Sociedad de la Información. Barcelona: Hipatia Editorial, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Documento orientador do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio. 2013 Disponível em < http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=116 > Acesso em 5.ago.2014.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm) Acesso em: 15. ago. 2014.

BRASIL. Estatuto da Juventude. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 16.ago.2014

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escola. in Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília : UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

ISBN: 978-85-7205-133-01

FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NPVAES; Regina Reys. Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO/MEC, 2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido.17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál., v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf > Acesso em: ago. 2013.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. (1996). La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud (Cap 1). Buenos Aires: Editorial Biblos.

SPOSITO, Marilia (Coor.). O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Argumentum: Belo Horizonte, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes Sposito. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, N. 24, 2003.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Aspectos da política habitacional brasileira, colombiana e chilena. Uma análise da implementação da moradia adequada em países da América Latina

Aspects of the brazilian, colombian and chilean housing policy. An analysis of the implementation of adequate housing in Latin America countries

Mariana Dias Ribeiro - Mestre em Direito Público e Evolução Social, Especialista em Direito Civil, Processo Civil e Direito Empresarial. Universidade Estácio de Sá.
E-mail: marianadribeiro@yahoo.com.br
Eleonora Freire Bourdette Ferreira - Mestre em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional. Universidade Estácio de Sá.
E-mail:eleonorafreire@ig.com.br
Luiz Cláudio Deulefeu - Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Estácio de Sá. E-mail: deulefeu@uol.com.br

Resumo

O fenômeno da expansão urbana na América Latina e consequente instituição da urbanização da pobreza tornam relevante o estudo comparativo do desenvolvimento das políticas habitacionais visando a implementação da moradia adequada em diferentes realidades. Neste cenário, importante avaliar se as políticas públicas efetivadas no Brasil, Colômbia e Chile se revelam capazes de abranger o acesso à infraestrutura urbana e à segurança diante de desastres ambientais, bem como de proporcionar localização adequada, evitando-se a segregação socioespacial e efetivando-se a moradia conforme proposto pela Organização das Nações Unidas. Objetiva-se, desta forma, o estudo comparativo das políticas habitacionais implementadas nestes países, a partir da década de 1980, e da hegemonia do ideário neoliberal e seu projeto de enfraquecimento global da efetivação de direitos sociais.

Palavras-chave: Política habitacional; urbanização da pobreza; moradia adequada; América Latina

Abstract

The phenomenon of urban expansion in Latin America and in the institution of the urbanization of poverty make the relevant comparative study of the development of housing policies for the implementation of adequate housing in different realities. In this scenario, it is

ISBN: 978-85-7205-133-01

important to assess whether public policies take effect in Brazil, Colombia and Chile prove able to cover access to urban infrastructure and security in the face of environmental disasters as well as the proper location avoiding socio-spatial segregation effecting the housing as proposed by the United Nations. Our intention is, therefore, the comparative study of housing policies implemented in these countries from the 1980s and the hegemony of neoliberal ideology and their overall weakening of project realization of social rights.

Keywords: housing policies; urbanization of poverty; adequate housing; Latin America.

Introdução

O debate em torno das políticas públicas direcionadas à moradia adequada é tema recorrente em diversos países, fenômeno que também atinge a América latina, sendo resultado da desordenada expansão urbana.

Muitas são as tentativas para amenizar o déficit habitacional e a ausência de moradias adequadas, situação que acomete as camadas menos favorecidas da população que, neste contexto, se veem segregadas social e espacialmente às regiões periféricas.

Sob o influxo desta constatação, o presente trabalho se propõe a comparar alguns aspectos da política habitacional na América Latina, a partir da década de 1980 e especificamente no Brasil, na Colômbia e no Chile, tais como: a participação público/privada nas políticas habitacionais, no âmbito da ascensão do ideário neoliberal, a existência de um processo de ruptura com o modelo historicamente instituído da urbanização da pobreza e a presença da tendência de superação de políticas habitacionais restritas ao aspecto meramente quantitativo ou de superação do déficit habitacional e negligentes acerca do âmbito qualitativo da moradia adequada.

Outrossim, é possível constatar características semelhantes no três países, como um padrão comum de urbanização de forma crescente e desordenada, propulsora da informalidade no acesso à terra, fomentando a segregação e a exclusão social, a presença da autoconstrução, a ausência de infraestrutura urbana e de serviços públicos, a irregularidade e ao risco ambiental, abrindo ensejo ao déficit habitacional e às moradias precárias, espelhando

ISBN: 978-85-7205-133-01

o quadro de desigualdade em maior (Chile) ou em menor escala (Brasil e Colômbia), retratada nestes países (CEPAL/2011).

Para tratamento do tema, será utilizado um referencial teórico com o intuito de comparar a implementação de políticas capazes de alterar esta realidade, no sentido da efetivação do direito à moradia conforme proposto pelo Comentário Geral nº4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas confirmado pelo fundamento filosófico desenvolvido na antiguidade Greco-romana, pois na Grécia clássica moradia se denominava *oikos* – lugar da vida e da economia domestica agrária. Além do vocábulo grego, se expressa também na forma latina pelo termo moradia. *Mora*, que significa permanência e *dia*, é aquilo que atravessa, transformando-se naquele lugar que nos permite a travessia na permanência. Por fim, destaca-se o vocábulo *habitat*, já que é preciso que a moradia, além de viável economicamente, seja também um lugar digno de se fazer a travessia da permanência.

Breve panorama da situação habitacional na América Latina

A América Latina se destaca no cenário mundial como uma região com um dos mais altos índices de urbanização, tendo mais de 75% de sua população vivendo em áreas urbanas e mantendo esta tendência nos dias atuais, além de um quadro de intensa pobreza que, segundo dados do CEPAL[1], indicam uma diminuição em alguns de seus países, como o Brasil e Colômbia que exibiram uma queda em suas taxas de pobreza em - 2,0% por ano entre 2009 e 2011 e - 3,1% pontos respectivamente, mudança esta não observada no Chile.

O seu processo de urbanização instituiu um padrão comum caracterizado por profundas desigualdades de acesso à terra, à infraestrutura urbana e de bens e serviços, portando grande parte de habitações construídas pelos próprios moradores, quase sempre sem a interferência de políticas públicas implementadas pelo Estado e fora do mercado formal. Ou seja, um modelo caracterizado por um processo predominante de segregação espacial, de exclusão social, em condições de precariedade, irregularidade e de risco.

[1] CEPAL – Centro de Pesquisa Econômica da América Latina

ISBN: 978-85-7205-133-01

O processo informal de moradia ocorre através de ocupações irregulares tanto em áreas públicas, como privadas, em que se erguem de modo predominante as favelas, bem como em loteamentos clandestinos, habitações em palafitas e na proliferação de cortiços, dentre outros, o que faz com que o modelo indicado revele-se muito distante do conceito de moradia estabelecido pela Organização das Nações Unidas, consubstanciado no olhar sobre a moradia e seu entorno.

O relatório do CEPAL de 2011 destaca que na maioria dos países da América Latina, uma pequena parcela da população acumula grandes proporções das rendas geradas, enquanto a população pobre recebe uma pequena porção, configurando um quadro social de alto índice de concentração de renda, sendo que no Brasil, Chile e Colômbia, essas proporções se aproximam de 40% da renda para os mais ricos e entre 11% e 15% para os mais pobres, e que no último ano a desigualdade social diminuiu de forma moderada no Brasil e na Colômbia.

O último relatório da ONU HABITAT confirma este quadro de pobreza, desigualdade social e precariedade habitacional. Confirma a persistência do alto déficit habitacional, estimado em 51 milhões de habitações, 111 milhões vivendo em favelas, 74 milhões carecendo de saneamento básico adequado, bem como qualidade inferior dos bairros periféricos e marginalizados, acompanhados de altos índices de violência e de insegurança. Situação preocupante diante da perspectiva para 2020 de que 90% da população no Brasil e no Chile estarão vivendo nas cidades.

Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2014), divulgado este ano, confirma o considerável e crescente déficit habitacional, além da alta incidência de moradias inadequadas ou precárias na região, ao afirmar que:

> A região padece não só de um número insuficiente de casas, mas de uma carência qualitativa, com moradias sem titulação, paredes construídas com materiais descartados como papelão, pisos de terra e falta de acesso à água potável e sistemas de esgoto.[...] Em números absolutos, o Brasil e o México são os países com maiores déficits habitacionais.

A década de 1980 apresentou hegemonia, no mundo capitalista ocidental, do ideário neoliberal e seu projeto de enfraquecimento global da efetivação de direitos sociais através da implementação de políticas públicas. Tal modelo social passou a ser rejeitado, já que considerado caro e pouco eficiente. Tratava-se de diminuir os gastos públicos reduzindo políticas sociais e,

ISBN: 978-85-7205-133-01

portanto, buscando deslocar o problema da moradia também para o setor privado, visando aumentar a oferta de habitações adequadas a preços acessíveis.

Atualmente tal perspectiva parece mitigada já que a tendência, acerca da efetivação da habitação, parece escapar das visões puramente estatais ou mercadológicas, objetivando estabelecer uma combinação ou parceria de recursos públicos e privados.

Desta forma, a América Latina encontra-se diante do desafio de superação do déficit habitacional presente e crescente, bem como da concretização de melhor qualidade das habitações existentes, da regularização das ocupações e da eliminação das situações de risco. Tal desafio exige, dentre outras ações, o estudo comparativo de experiências acumuladas nos diversos países, acompanhado da ponderação dos seus resultados, acertos e erros, a fim de redefinir e/ou inaugurar novos rumos ou diretrizes no sentido da universalização da moradia adequada, enquanto um direito humano fundamental para o alcance de uma melhor qualidade de vida.

A Política Habitacional Brasileira a partir de década de 1980

Até 1985, final do período ditatorial, a política habitacional no Brasil manteve uma linha ou modelo instituído pelos militares a partir de 1967, através do Banco Nacional de Habitação (BNH). A maior parte dos seus recursos tinha como fonte o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança ou recursos provenientes das cadernetas de poupança e de Empréstimos (SBPE). Aproximadamente um quarto da produção total das habitações foram financiadas pelo SFH - Sistema Financeiro Habitacional – incluindo-se as moradias formais e informais, o que correspondeu a cerca de 2,4 milhões de moradias. (MARICATO, 2010).

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH) era responsável pelo gerenciamento dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Este último era o responsável "pela formulação, gestão e execução da política nacional, contando com as Companhias de Habitação (COHABs) na execução de programas para as camadas de baixa renda" (PEQUENO, 2008, p.3).

A globalização e a hegemonia do ideário neoliberal, a partir da década de 1980, e suas medidas restritivas, aprofundaram o nível de pobreza em nosso país, através do aumento do

ISBN: 978-85-7205-133-01

desemprego e do arrocho salarial, gerando uma diminuição significativa da renda do trabalhador em geral e a necessidade de retirada dos recursos do FGTS, acarretando a diminuição desta importante fonte alimentadora do Sistema.

Já em 1985, período histórico da Nova República, o sistema claramente entra em crise financeira e estrutural, caracterizada pelo baixo desempenho social apresentado, o grande índice de inadimplência, a baixa liquidez do sistema e os movimentos organizados dos mutuários na expectativa de uma resposta ao problema sem que sofressem uma penalização. (CARDOSO, 2007).

Diante da grave e complexa crise do sistema, não se constituiu no governo um consenso para superá-la e o Presidente José Sarney acabou por decretar a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), deixando uma expressiva dívida ao Tesouro Nacional, sendo a mesma encampada pela Caixa Econômica Federal, que passou a gerir os recursos do FGTS.

Várias e pertinentes críticas foram levantadas por importantes urbanistas brasileiros ao sistema que entrou em colapso. Dentre estas observou-se um certo consenso, inclusive na opinião pública brasileira, de que o sistema atendeu às demandas das classes médias e altas, sendo incapaz e ineficaz de efetivar à população de baixa renda (entre 0 e 3 salários mínimos) o acesso à moradia, permanecendo inalterado, desta forma, o quadro de injustiça social e de segregação desta parcela da população brasileira, apesar de quantitativamente ter produzido cerca de 4,5milhões de unidades habitacionais, sendo 48% destinadas aos setores médios e 33,5% aos setores populares (CARDOSO, 2007).

A partir do colapso do sistema SFH/BNH, os governos pós-ditatoriais em nada contribuíram para definir claramente novas diretrizes para um modelo duradouro de política habitacional, o que acarretou uma paralisação no desenvolvimento desta política pela prioridade dada à reengenharia institucional.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso esforçou-se para reorganizar o setor e criar novas políticas habitacionais que se apresentassem como mais eficazes. Neste sentido, extinguiu o Ministério do Bem Estar Social, criando a SEPURB (Secretaria de Política Urbana Brasileira) e vinculando-a ao Ministério de Planejamento e Orçamento. Esta nova estrutura institucional criou e implementou o Programa Pró Moradia, destinado à urbanização das áreas precárias e sem infraestrutura adequada e, posteriormente, o Programa de Arrendamento Residencial com o FGTS e do OGU (Orçamento Geral da União), para

ISBN: 978-85-7205-133-01

produzir novas unidades habitacionais, que seriam adquiridas depois de finalizado o pagamento integral.

A implementação do Plano Real e do ajuste fiscal, a fim de combater a inflação e o déficit público, acarretou uma limitação dos investimentos na área social em geral e nas políticas habitacionais. Modificaram-se as regras do FGTS, que passou a não emprestar recursos para os estados e municípios.

Passaram a alimentar a política habitacional os recursos advindos de projetos internacionais, como o programa Habitar/Brasil⁄BID e a atuação do setor privado financiando o programa de Arrendamento Residencial e o Programa da Carta de Crédito. Esta nova diretriz mais uma vez não alcançou os setores mais empobrecidos e carentes de moradia adequada, embora a realidade habitacional do país impusesse esta prioridade social.

Em 2003, a partir do primeiro governo Lula, foi criado o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação, objetivando efetivar o "Projeto Moradia". Tal projeto inovou ao incluir os estados e os municípios, necessitando, porém, da criação de fundos, conselhos e planos locais de habitação de interesse social, além da participação democrática na formulação e implementação dos específicos projetos.

O elemento central do novo sistema era o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que alcançou o seu auge a partir de 2006.

Em 2007, o governo lançou um o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo por objetivo central investir em infraestrutura, integrando em seu âmbito investimentos em habitação e em saneamento básico, urbanização de inúmeras favelas, principalmente nos grandes centros. Os seus recursos eram alocados conforme determinações diretas e exclusivas da Casa Civil da Presidência da República, sem meios de controle e critérios públicos de distribuição.

Em meio a profunda crise econômica internacional em 2009, o governo anunciou o "Programa Minha Casa Minha Vida", objetivando alcançar famílias de até dez salários mínimos de renda e proporcionar-lhes o acesso à moradia, tendo como fonte de inspiração a experiência chilena, que coloca como protagonista central o setor privado ou o empresariado, subsidiado pelo governo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Política Habitacional na Colômbia a partir de década de 1980.

A reivindicação pela moradia adequada é muito antiga e, particularmente na experiência colombiana, a formulação de uma política de habitação estava na pauta da esperada reforma urbana, cuja necessidade se aflorou na década de 1960, alimentando sucessivas preocupações (COPELLO, 2006). Muitos colombianos buscavam o acesso a moradias adequadas e, nesta realidade, o crescimento da cidade informal era a principal resposta à necessidade de políticas capazes de atender a estes anseios.

No decorrer do processo de reforma, foram apresentados inúmeros projetos que não obtiveram sucesso e contavam com a política de habitação como um dos traços em comum. Foram formuladas duas leis básicas que definem o direito urbanístico na Colômbia: a Ley 9 de 1989, reconhecida como a de reforma urbana e a Ley 388 de 1997. Esta última, expedida como uma reforma à anterior, objetivando dar continuidade ao trabalho iniciado, tendo como um de seus principais objetivos a busca de alternativas para solucionar o problema de acesso ao solo e à moradia nas camadas menos favorecidas da população. Buscava-se retratar a reivindicação envolvendo a reforma urbana e o fortalecimento do planejamento territorial, numa combinação de políticas urbanas e sociais (COPELLO, 2006). Como resultado desta interação, surgiu a dificuldade de articulação das políticas habitacionais com o ordenamento territorial e a gestão do solo.

A Ley 9 de 1989 se legitimava diante do quadro de desigualdade gerado pelo desenvolvimento urbano, com moradias precárias localizadas nas regiões periféricas. O discurso que acompanhou a elaboração desta lei mencionava a garantia do direito à cidade para todos, a superação da informalidade e a efetividade do princípio constitucional da função social da propriedade, presente desde a Constituição de 1936. Entretanto, a constitucionalidade de alguns instrumentos foi questionada, tendo sido reafirmada num primeiro momento, o que demonstrava o surgimento de um conteúdo mais social. Foi objeto de oposição a previsão de extinção do domínio sem retribuição ou indenização ao proprietário diante da não construção pelo período estipulado, o que foi posteriormente substituído na Ley 388 pela venda forçada em hasta pública dos terrenos não construídos ou urbanizados. Da mesma forma, verificou-se oposição nas hipóteses de expropriação sem indenização, em casos de urbanização ilegal, sendo esta declarada inconstitucional em 2002 (COPELLO, 2006).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Importante salientar que a urbanização irregular e ilegal foi levada em consideração pela primeira vez nesta lei, que estabeleceu normas especiais de titulação por meio de processos mais simplificados e instrumentos que possibilitassem a aquisição por meio de compra ou expropriação de terrenos, a fim de serem direcionados a projetos de utilidade pública, incluindo Habitação por Interesse Social por meio de bancos públicos de terra (SANTORO, 2011).

Neste contexto, um novo modelo é implementado pela Ley 3, de 15 de janeiro de 1991, de onde se destaca a criação do *Sistema Nacional de Vivendas de Interesse Social* e o estabelecimento do sistema de subsídio familiar de moradia, de forma que o Estado fornece apoio às famílias mais necessitadas por meio de subsídios, possibilitando o acesso à moradia ofertada pelo mercado e se revela como a principal política habitacional do Estado: *subsídio de vivenda familiar (SVF).* Desta forma, havia a outorga de um subsídio monetário para cobrir ou complementar a capacidade econômica das famílias que necessitassem, sendo o valor restante pago por meio de financiamento hipotecário bancário o que, por certo, já impossibilitava o acesso à camada mais necessitada da população (ACOSTA, 2014).

Outra crítica a este modelo se revela na ausência de comprometimento com a qualidade e estrutura da moradia, o que não evitaria a continuidade das habitações precárias, acabando por prestigiar o setor da construção e se afastar do conteúdo ampliado do direito à moradia atribuído pelo Comentário Geral nº 4, anteriormente mencionado, frustrando as expectativas de acesso a uma vida com dignidade. Sob este enfoque, "Las políticas públicas puedem cambiar, los pobres no tienen como cambiar su capacidade económica para ajustarse a los requerimentos de la política" (ACOSTA, 2014, p.75).

A Ley 9 de 1989, então vigente, obteve escassa aplicação, encontrando muitas resistências, tendo sido, assim, sucedida por normas constitucionais e legais mais concretas na definição do direito de propriedade e na construção de um sistema de planejamento.

Neste cenário, destaca-se a adoção de uma nova Constituição em 1991, promovendo uma expansão na consagração de direitos territoriais e sociais e mecanismos de efetivação além de elementos inovadores na definição do regime da propriedade de forma mais concreta, bem como da construção de um sistema de planejamento de forma integrada à gestão do solo.

A nova Constituição amplia o princípio de que a propriedade é uma função social, estabelecendo também a função ecológica, equilibrando a situação de expropriação

ISBN: 978-85-7205-133-01

anteriormente apontada, de forma que também sejam considerados na via indenizatória os interesses da comunidade e de todos os afetados.

Deve ser ressaltada a importância da Corte Constitucional na Colômbia para que a função social e ecológica da propriedade, por exemplo, pudesse ser dotada de conteúdos, o que ocorreu a partir das ações de inconstitucionalidade e das ações de tutela.

O direito à moradia digna e adequada, reunindo condições mínimas conforme apresentado pelo Comentário Geral nº4, a ensejar a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços e infraestrutura, acessibilidade, segurança física das habitações, bem como adequação cultural, foi incorporado, o que foi, de certa forma, reproduzido em diversos artigos e que reforçam o tema em debate, dos quais podemos citar:

> [...] el principio da igualdad (artículo 13), el derecho de propriedade, su función social y ambiental y la primacía del interés público sobre el particular (artículo 58), la protección y régimen de bienes de uso público, comunal y colectivo (artículo 63), la obligación a nível municipal de regular los usos del suelo y control al mercado inmobiliario (artículos 313 y 334). Y em la categoria de derechos colectivos los derechos al médio ambiente sano (artículo 79), al espacio público (artículo 82), a la participación las plusvalías generadas por el desarrollo urbano (artículo 82) y, a regular los usos del suelo y el espacio aéreo urbano em defensa del interés común (artículo 82) (ACOSTA, 2014, p.72-73).

Com a pretensão de continuidade ao objetivo de reforma urbana, em 1997 foi expedida a Ley 388, figurando dentre os seus principais objetivos, a afirmação da preocupação com o planejamento territorial em suas distintas dimensões e a busca de alternativas capazes de solucionar os problemas de acesso ao solo urbanizado e moradia à camada menos prestigiada da população.

A legislação colombiana traz a previsão de um conjunto de planos em diversas escalas de forma detalhada. Ela descreve o conteúdo mínimo dos planos, estabelecendo regras para cada escala de planejamento e atuando de forma articulada, o que não se observa na legislação federal brasileira – Estatuto da Cidade, permitindo que ações não articuladas façam parte do planejamento, culminando, muitas vezes, com o não atendimento das necessidades existentes.

Conclui-se que a diretriz de política urbana no modelo atual colombiano busca estabelecer importante conexão da atuação pública e privada em um projeto para determinado território.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A Política Habitacional no Chile a partir de década de 1980

A República do Chile possui um território com 4300 quilômetros de comprimento e, em média, 175 quilômetros de largura e sujeito a terremotos, como o ocorrido em 2010 exigindo, portanto, a formulação de políticas habitacionais atentas à resiliência. É considerado o país com o maior grau de urbanização e menor déficit habitacional da América Latina.

No período ditatorial (1973-1990), foi tido como o precursor de reformas tidas como neoliberais, com privatizações ou a venda de muitas empresas estatais, redução da máquina estatal e economia voltada para o mercado, sendo apenas regulamentada por este e de alta competitividade, modelo que influenciou a diretriz das políticas habitacionais em que prepondera a atuação do setor privado. Com o processo de redemocratização do país, em 1990, Patrício Aylwin assumiu o governo e aprofundou as reformas liberais iniciadas pela ditadura militar.

Atualmente o Chile é considerado um dos países mais estáveis e prósperos da América Latina, sendo o melhor em termos de desenvolvimento humano (IDH estimado em 2013 de 0,822, o quadragésimo do mundo), em competitividade, estabilidade política, liberdade econômica, além de comparativamente aos outros países da América Latina ser portador de baixos índices de pobreza, o que não significa a superação de um alto nível de desigualdades sociais. Configurando, conforme já assinalado, um quadro social de alto índice de concentração de renda conjuntamente com o Brasil e a Colômbia, em proporções que se aproximam de 40% da renda para os mais ricos e entre 11% e 15% para os mais pobres.

No que concerne à política habitacional, tem uma maior tradição e continuidade em sua formulação e efetivação, pois desde a década de 1950 apresenta uma política habitacional consistente, através do Sistema de Poupança e Empréstimos (SINAP), o que possibilitou a disponibilidade de 33 mil unidades habitacionais anuais, a fim de combater um déficit habitacional de aproximadamente 256 mil habitações.

Na década de 1960, é inaugurado o modelo que visa integrar os setores público e privado, objetivando solucionar o grave problema habitacional, sendo inclusive criado um Ministério específico – Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU), para implementar políticas habitacionais e gerir os recursos advindos do setor público.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Instituída a ditadura militar, através de um golpe em 1973, houve um radical direcionamento da economia e das políticas de viés social, inclusive as habitacionais, pela lógica ou princípios do mercado, enfraquecendo ou diminuindo a atuação do Estado, mantido somente como elemento regulador, como, por exemplo, exigindo que alguns dos projetos habitacionais se situassem em zonas de renovação urbana determinadas pelo governo, mostrando uma tendência de repressão às ocupações irregulares.

O relatório da ONU HABITAT de 2012, ao abordar a questão da habitação de interesse social no Chile, destaca que há uma grande variedade de programas de habitação que visam ou cobrem tanto a compra de habitação, o desenvolvimento progressivo da autoconstrução, o melhoramento das habitações e do seu entorno, incluindo subsídios às pessoas de menor renda e o acesso ao crédito do sistema financeiro para os de maior renda e maior valor da habitação. Também existe um subsídio de arrendamento para os que não têm recursos financeiros para optar por outros subsídios.

A maioria dos programas de habitação têm postulação individual, mas também existe o denominado Fundo Solidário de Habitação por parte de grupos organizados de famílias, que estimula a participação das comunidades na localização onde serão as habitações. O subsídio do fundo se constituiu pela evolução do salário programado, possibilitando o acesso ao crédito.

Desde a década de 1950, o Banco do Chile tem sido o líder na captação de poupança familiar. Também se destaca a partir da década de 1980, um esforço para erradicar os assentamentos irregulares, tendo o governo conseguido financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Algumas críticas são levantadas à política habitacional chilena, tendo relevância e devendo ser consideradas, considerando ter a experiência chilena servido de modelo ou influenciado diversas políticas habitacionais implementadas em outros países, inclusive no Brasil, com o Programa Minha Casa Minha Vida.

Análise comparativa e conclusiva das políticas habitacionais apresentadas.

Os três países estudados – Brasil, Chile e Colômbia – apresentam dois modelos urbanísticos: um direcionado às classes médias e altas e outro aos setores empobrecidos de

ISBN: 978-85-7205-133-01

suas populações, caracterizando a cidade cindida ou partida enquanto um dos símbolos identificadores da América Latina. A segregação espacial ou periferização, a baixa qualidade urbanística e habitacional estão presentes nos espaços onde residem os mais pobres, em grande parte os mais afetados pelos desastres ambientais, exigindo, assim, projetos voltados para a efetivação da resiliência.

Todos os três países estudados ainda portam um déficit habitacional, sendo de 23% de famílias sem teto ou com moradia inadequada no Chile, mais de 30% na Colômbia e 33% no Brasil (BID, 2012). No caso chileno, esta redução se justifica por possuir políticas habitacionais mais consistentes e contínuas desde a década de 1950. No Brasil, o maior déficit se explica em razão da sua densidade populacional e por inaugurar a habitação enquanto um problema de política pública somente a partir da década de 1960, assim como por ter passado um longo período de diversas reengenharias institucionais, após o fim do BNH, caracterizando-se como de pouca efetividade nos resultados e políticas habitacionais descontínuas.

De modo semelhante ao Brasil, a Colômbia inaugura uma relevante discussão acerca da reforma urbana na década de 1960 e, a partir da década de 1980, passa a implementar, ainda que timidamente, uma política visando o acesso à moradia.

Quanto ao aspecto da irregularidade, o Chile ganha relevância pela implementação de um projeto, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo por foco ou objetivo a erradicação de assentamentos irregulares, assim como de obrigar que certos projetos habitacionais se efetivem nas denominadas zonas de renovação urbana. Os demais países estudados não apresentam até hoje uma política direcionada a esta erradicação. Assim, o modelo chileno, influenciou fortemente as políticas habitacionais de outros países, inclusive as do Brasil e da Colômbia analisadas no presente estudo, o que vem dificultando a efetivação do direito à moradia justamente para as classes sociais menos favorecidas economicamente.

Em todos os três países as políticas ainda estão reduzidas ao aspecto meramente quantitativo do problema habitacional, negligenciando o âmbito qualitativo das habitações e do modelo de urbanização, ou seja, predominam a baixa qualidade e a homogeinização não somente das habitações, mas também do habitat residencial como o bairro, a cidade, o entorno e a vizinhança, mantendo o modelo historicamente construído de urbanização da pobreza.

ISBN: 978-85-7205-133-01

No que tange ao planejamento, a Colômbia apresenta um interessante sistema de planos em diversas escalas (municipais e intermunicipais), que articulam necessariamente a execução e o investimento, o que exige a sua concretização, diferentemente do que se apresenta no modelo brasileiro, já que no Estatuto da Cidade (Lei nº10257/2001) tal exigência não se faz presente, possibilitando uma margem maior de autonomia aos municípios na elaboração e efetivação de seus planos diretores. Se por um lado o modelo colombiano pode gerar um engessamento, o brasileiro pode estimular uma não efetivação das diretrizes urbanísticas definidas em seu plano diretor.

De toda esta análise podemos concluir, como Nakano e Rolnik (2013, p.2), que nos estimulam a pensar e criar outras perspectivas ao apontarem novas e possíveis diretrizes urbanas:

> É preciso aperfeiçoar as modalidades de financiamento e considerar a oferta de serviços habitacionais como, por exemplo, o aluguel subsidiado, largamente utilizado nas cidades norte americanas e países europeus, e a assistência técnica articulada com recursos para a promoção habitacional por autogestão ou para a compra de materiais de construção e outros. É preciso criar modalidades de financiamentos habitacionais que não se restrinjam à construção de novas unidades em glebas e terrenos não edificados, mas que incorporem as possibilidades de reciclagem e reabilitação de edifícios existentes localizados em espaços urbanos consolidados, em especial nos centros das cidades e que podem ser aproveitados.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Claudia. Vivienda Digna em Colombia. Texto, contexto y debates ante La Corte Constitucional. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Disponível em <www.iadb.org/pt/noticias/comunicados de imprensa> Acesso em 31 de out. de 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Disponível em< www.scielo.br > Acesso em 01 de Nov.2014.

CEPAL e o Panorama Social na América Latina. Disponível em: <www.onu.org.br/cepal> Acesso em 23 de set. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CARDOSO, Adauto Lúcio. Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras. Uma Avaliação das Políticas Habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

_____. Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. IPPUR/UFRJ: MON, 17 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=155:politica-habitacional-no-brasil-balanco-e-perspectivas&catid=36:colecao-Textos&Itemid=82&lang=pt> Acesso em: 23 maio 2014.

COPELLO, Maria Mercedes Maldonado. El Proceso de Construcción Del Sistema Urbanístico Colombiano: entre Reforma Urbana y Ordenamento Territorial. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia(Orgs.). Direito Urbanístico. Estudos Brasileiros e Internacionais. Belo Horizonte: Del Rey,2006.

FERNANDES, Edésio. A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Coords.). Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MARICATO, Erminia. Habitação e Cidade. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no brasil 2008. Brasília, Ministério das Cidades, 2011.

NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel. As armadilhas do pacote habitacional. Diplomatique. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461> Acesso em 5 de mar de 2014.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. Scripta Nova, v. 12, n. 270(35), 1 de agosto de 2008.

Relatório da ONU Habitat sobre Cidades Latino Americanas e do Caribe. Disponível em: <www.onu.org.br> Acesso em 30 de out. de 2014.

ROLNIK,Raquel. Eu sou você amanhã : a experiência chilena e o Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com>. Acesso em 14 de julho de 2014.

RUBIN, Graziella Rossato. Exposição do problema habitacional em dois países da América Latina. Cadernos PROARQ n. 20.2013. Disponível em <http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br> Acesso em 12 de set. de 2014.

SANTORO, Paula Freire. O desafio de planejar e produzir expansão urbana com qualidade. A experiência Colombiana dos Planos Parciais em Bogotá, Colômbia. Disponível em <www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/...**1**.../Texto_05.pdf> Acesso em 22 de set. de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Das Madres de La Plaza de Mayo à Convenção Contra o Desaparecimento Forçado de Pessoas das Nações Unidas: como reivindicações locais podem requalificar o discurso internacional dos direitos humanos

Marina Figueiredo
Titulação: Mestrando
Filiação Institucional: UNIFESP
Populismos, Ditaduras, Democracias e Direitos Humanos
e-mail: maryfig5@hotmail.com

Resumo

O presente artigo discutirá dois emblemas políticos dos direitos humanos em sua realização prática: da apropriação ambígua do discurso de direitos humanos por Estados poderosos na arena das Relações Internacionais, quando usados para a prática das intervenções humanitárias e das dificuldades e limites de se traduzir Tratados e Convenções internacionais para a realidade social. Com o objetivo de observar se há possibilidade dos direitos humanos, apesar de seus emblemas, ser uma importante ferramenta política, o artigo se volta para a América Latina em seu contexto de ditaduras dos anos 60, 70 e 80, onde irá discutir sobre a hipótese de que este contexto colaborou por uma visão mais progressista e inovadora para a prática dos próprios direitos humanos, através do estudo do Movimento Madres de Plaza de Mayo pelo seu ativismo em matéria de denúncia sobre o desaparecimento de seus filhos, da última ditadura na Argentina.

Palavras-chave: direitos humanos, ditadura argentina, Madres de Plaza De Mayo, desaparecimento forçado.

Abstract

This article will discuss two political emblems of human rights in its practical implementation: ambiguous ownership of the discourse of human rights by powerful States in the arena of international relations, when used for the practice of humanitarian interventions and of the difficulties and limitations of international treaties and conventions to translate to the social reality. In order to observe whether there is the possibility of human rights, despite their emblems, be an important political tool, this article turns to Latin America in its context of dictatorships of years 60, 70 and 80, which will discuss the hypothesis that this context

ISBN: 978-85-7205-133-01

collaborated for a more progressive and innovative vision for the practice of the human rights, through the study of the Mothers of Plaza de Mayo Movement for his activism in the field of complaint on the disappearance of their children, in the last dictatorship in Argentina.

Keywords: human rights, Argentina's dictatorship, Mothers of Plaza de Mayo, enforced disappearance.

Introdução

Com as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, toda uma tradição filosófica iluminista que dialoga com os direitos humanos se converteu, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. O que constitui uma novidade nesta declaração propriamente dita, seria sobre seu caráter internacional de reconhecimento de direitos por vários Estados soberanos (ALVES, 1994). Sua própria elaboração é prova disso: a ideia central deste documento é *declarar e reconhecer*[1] que todo ser humano, independentemente de raça, cor, sexo e país onde mora tem direitos universais inalienáveis, e que estes não podem ser violados por questões nacionais.

Ao longo dos anos, a afirmação de direitos humanos se fortifica judicialmente através da criação de inúmeros mecanismos institucionais de proteção, estes que objetivam o reconhecimento dos direitos humanos para além de uma declaração. Houve uma verdadeira evolução histórica e institucional do sistema internacional de proteção aos direitos humanos (GOMEZ, 2009, p. 88), mas não sem controvérsias. As premissas dos direitos humanos estabelecem direitos universais e indivisíveis, ou seja, universais, porque colocam o indivíduo como portador de direitos com valores universais e inalienáveis acima dos Estados-Nação, e indivisíveis, porque nenhum direito pode se prevalecer em relação a outro, ou seja, direitos de esfera civil e política não podem ofuscar os direitos da esfera econômica, social e cultural, por exemplo. Estas premissas são alvos de inúmeras polêmicas, como a evidenciada pelo debate entre o multiculturalismo e o universalismo (SANTOS, 1997); como a da indivisibilidade e a geração de direitos e suas respectivas posições políticas (TRINDADE, 1997); da soberania nacional *versus* o intervencionismo internacional (REIS, 2006), etc.

Deste modo, a temática transcende o direito em si e ganha forma e força em debates políticos, movimentos sociais, organizações não governamentais, propaganda midiática com

[1] Grifo nosso.

ISBN: 978-85-7205-133-01

finalidades políticas, ajuda humanitária, etc. Por isso, o debate sobre direitos humanos é rico e emblemático.

Sua amplitude pode despertar discussões em inúmeras esferas das ciências humanas: filosófica, sociológica, histórica, política, antropológica, jurídica, entre outras. Assumindo, portanto, o caráter multidisciplinar e também interdisciplinar sobre a temática, o presente artigo discutirá sobre a abordagem dos direitos humanos como ferramenta política nas suas demandas por proteção, colocando como problema de estudo as dificuldades dos direitos humanos em sua realização prática.

Os dilemas que serão abordados partirão em dois aspectos: primeiro, pela questão que envolve a temática das Relações Internacionais, nas quais assimetrias de poder ainda constituem a forma como se dinamizam as relações entre Estados, trazendo formas ambíguas de práticas de direitos humanos sob a bandeira das intervenções humanitárias (REIS, 2006; CRUZ, 2007). O segundo, que de alguma maneira reforça o primeiro aspecto, diz respeito aos limites e dificuldades de punir Estados violadores, mesmo com inúmeras ratificações elaboradas pelos mesmos através de Tratados e Convenções de âmbito internacional, levando ao debate o problema da abstração jurídica e formal dos direitos humanos a partir dos próprios Estados (KOERNER, 2003). Ou seja, pensar em direitos humanos somente pelo seu fortalecimento institucional acaba esvaziando e limitando sua força politica reivindicativa. Portanto, o presente artigo vai buscar elementos para além dos aspectos jurídico-formais que envolvem a temática.

Para isso, este artigo traz como estudo o caso da Argentina, que sofreu uma das piores ditaduras do Cone Sul com casos extremos de violações de direitos humanos (MOLINA, 1990; MARIANO, 2003). Neste contexto, surgiu o movimento social Madres de Plaza de Mayo, que ao longo dos anos se constituiu como um dos movimentos sociais mais ativos em matéria de práticas de direitos humanos da América Latina (BORLAND, 2006).

Através do estudo sobre este movimento social, a hipótese seria que mais do que Tratados Internacionais ratificados pelos Estados numa dinâmica de “cima para baixo”, os direitos humanos podem ser uma importante ferramenta reivindicativa de legitimidade ao alcance das próprias vítimas, tendo como prova a difícil situação que as Madres de Plaza de Mayo enfrentaram durante a ditadura, mas que conseguiram realizar um trabalho de denúncia e busca pela verdade exemplar (GÓMEZ, 2006, p.112; BORLAND, 2006; MATTAROLLO, 2010, p. 112 - 113).

ISBN: 978-85-7205-133-01

O exemplo argentino torna-se ainda mais interessante quando se considera o fato de que neste país, que sofreu uma das ditaduras mais terríveis da América Latina, conseguiu-se introduzir ao longo do tempo os direitos humanos como pauta social e de políticas públicas (GÓMEZ, 2009, p118 – p.119; MATTAROLLO, 2010, p. 116 - 118). Outro fator de importância é o fato de que em 2005 as leis que configuravam leis de anistia – Lei de Obediência Devida, Lei de Ponto Final e Lei de Indulto – foram consideradas como inconstitucionais e o desaparecimento forçado foi reconhecido como crime "[...] imprescritível e inanistiável [...]" pela Suprema Corte deste país (MEZAROBBA, 2007, p.236). O resultado foi para além das fronteiras: em 2006[2] abriu-se para ratificações a Convenção Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas das Nações Unidas, sendo um "[...] novo instrumento jurídico de proteção aos direitos humanos [...]" (GÓMEZ, 2006, p.87). Para a advogada argentina María José Guembe, este desfecho "é o corolário de um processo de luta de quase três décadas contra a impunidade, levado a cabo pelo movimento de direitos humanos [...]" (2005, p.121).

Fortalecimento, limites institucionais e assimetria de poder: alguns paradoxos dos Direitos Humanos

Ao longo do tempo, os direitos humanos se converteram no que muitos pensadores caracterizam como o Sistema Internacional de Direitos Humanos (ALVES, 1994; REIS, 2006). Isto se deve porque inúmeros mecanismos internacionais foram elaborados com o objetivo de fortalecer o compromisso internacional, por parte dos Estados, pela proteção dos direitos humanos. Em destaque: a Carta Internacional de Direitos Humanos, que foi concretizada a partir dos dois pactos (Pacto dos Direitos Civis e Políticos e Pacto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais) juntamente com a Declaração de 1948; Convenções que foram reconhecidas judicialmente através de ratificações, por exemplo: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis (1987), a Convenção de Direitos da Criança (1989), a Convenção

[2] Esta Convenção foi ratificada em 2007.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Internacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (2006)[3], etc. Além de mecanismos regionais: Convenção Europeia de Direitos Humanos, Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, Sistema Interamericano de Direitos Humanos, etc. Vale a pena também mencionar a criação do Tribunal Penal Internacional ratificado por 120 Estados em 1998[4].

Outro marco importante para o fortalecimento institucional dos direitos humanos foi em 1993, com a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena. Desta vez com delegações de 171 países participantes (em 1948 foram 58), 813 ONGs de caráter governamental na função de observadoras, além de aproximadamente 2000 organizações não governamentais no Fórum de ONGs (ALVES, 1994, p.24). Esta conferência tem importância pelo número de participantes (LAFER apud ALVES, 1994, prefácio) e pelo fato de reforçar a ideia de direitos humanos como valor universal e como tema global. Este marco reflete como a temática se valorizou ao longo do tempo ao redor do mundo, entre os mais diferentes países em aspectos culturais[5], econômicos, históricos, políticos, etc., (ALVES, 1994, p.4).

Portanto, a partir do reconhecimento de que houve um fortalecimento institucional de mecanismos de proteção aos direitos humanos (ALVES, 1994), a problemática de sua realização na prática ainda é bastante controversa. O próprio defensor dos direitos humanos como um "sinal" de progresso histórico, Norberto Bobbio, assume que até há problemas em seus fundamentos teórico-filosóficos, entretanto seu grande dilema é sua realização na prática "O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-lo, mas o de protegê-lo. Trata-se de um problema não filosófico, mas político [...]" (1992, p.24), ou seja, como proteger na prática os seres humanos? Para ele a questão é política, defendendo que os direitos humanos só podem ser realizáveis em sua total proteção "quando uma jurisdição internacional conseguir impor-se e superpor-se às jurisdições nacionais [...]" (Ibidem, 1992, p.40). Mas como os direitos humanos podem ser realmente eficazes na prática num sistema internacional que mantêm características anárquicas, assimétricas e onde os Estados ainda são os principais atores na arena internacional? (CRUZ, 2007, p. 195 – p. 239).

[3] Esta Convenção terá destaque ao longo do artigo, pois dialoga diretamente com as questões dos desaparecimentos forçados nas ditaduras do Cone Sul, em destaque da Argentina, e do papel ao longo dos anos do movimento Madres de Plaza de Mayo para se chegar nesta Convenção de caráter internacional.

[4] Segundo Rossana Rocha Reis, ainda é muito cedo para avaliar os resultados do Tribunal Permanente em relação à política internacional (2006).

[5] Há um vasto debate sobre a controvérsia "cultural" em relação aos direitos humanos: universalismo *versus* multiculturalismo. Vale a pena a leitura do texto de Boaventura Sousa Santos: Por uma concepção multicultural de direitos humanos; Revista Lua Nova, nº 39, São Paulo, 1997.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Segundo Rossana Rocha Reis, o Sistema Internacional de Direitos Humanos pode ser interpretado como um sinal de avanço no intuito de proteção aos indivíduos (REIS, 2006, p. 35), ao mesmo tempo em que há interpretações de que os direitos humanos estando inexoravelmente vinculados às Relações Internacionais, não estão isentos de problemáticas que refletem interesses de Estados dentro da arena internacional, para ela as duas interpretações portam argumentos válidos (2006, p. 37).

Em muitos casos, Estados poderosos se apropriam do discurso sobre direitos humanos para práticas e interesses ambíguos através das intervenções humanitárias (REIS, 2006, p.37 – p.41; GOMEZ, 2009, p.100). Neste aspecto, apesar de reconhecer a importância da Conferência de Viena de 1993, José A. Lindgren Alves assume que "é preciso salvar os direitos humanos![...]" (2012, p.51 – p.86; 2002, p. 92 – p.113), pois o que teve de importância significativa para a proteção dos direitos humanos no fim da Guerra-fria, a temática se torna bastante ambígua no final da década de 90 e início do século XXI, quando ocorreram, por exemplo, o bombardeio na Iugoslávia pela OTAN; Guerra ao Iraque (Ibidem, 2002, KOERNER, 2003); continuidade ao embargo a Cuba pelo governo de Barack Obama (LAMRANI, 2011), etc. Práticas estas que foram aclamadas "[...] em nome dos direitos humanos[...]" mas na realidade "[...] a forma em que aparece em seu exato oposto [...]" (KIZEK, 2001 apud ALVES, 2002). Sendo assim, práticas de direitos humanos através das intervenções humanitárias "teve uma recepção um tanto tímida [...]" (REIS, 2006, p.37).

Para Andrei Koerner (2003), o caráter não obrigatório de Tratados de Direitos Humanos para sancionar, com eficácia, Estados violadores reflete dois problemas: primeiro, sobre os próprios limites destes Tratados, pois os Estados "reservam o seu direito de adesão voluntária a esses programas, mantendo o controle da agenda, das prioridades, dos instrumentos e da forma de implementação [...]" (KOERNER, 2003, p.147). Segundo, sobre os direitos humanos quando cristalizados à instrumentalização de caráter essencialmente jurídico

> Pensar os direitos humanos como uma analogia dos direitos constitucionais restringe seu campo a uma concepção institucional do Direito, ou seja, insere os direitos humanos no sistema jurídico estatal, que é, por sua vez, concebido como um conjunto de normas jurídicas, assim como os submete às técnicas de integração e interpretação elaboradas por juristas ...Trata-se de um sistema isolado, autônomo em relação às outras dimensões sociais e políticas da sociedade (KOERNER, 2003, p. 149 – p. 150)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Essa perspectiva essencialmente jurídica acaba por esvaziar seu aspecto reivindicativo, ficando dependente do jogo político de interesses e ratificações entre os Estados (KOERNER, 2003). A forma como foi instituído o Tribunal Internacional Permanente seria um bom exemplo dos limites que os direitos humanos carregam quando somente pensados judicialmente. Segundo o jurista Fabio Konder Comparato, apesar de ser otimista quanto sua criação, assume que há limites em sua prática, pois somente estariam submetidos às regras do Tribunal, os indivíduos e Estados pertencentes às ratificações, sendo assim, mais da metade do mundo estaria fora de sua proteção, já que, países tais como: Estados Unidos, Índia e China, não aderiram as ratificações (2010, p. 461)[6].

Portanto, com os problemas colocados acima, há alguma possibilidade destes mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos colaborar na prática contra os abusos dos Estados?

"¿Donde están nuestros hijos?": Madres de Plaza de Mayo e os direitos humanos como ferramenta de denúncia

A inserção da temática de direitos humanos se fortifica na América Latina num período específico: nas últimas ditaduras ocorridas no Cone Sul

> [...] historicamente ausente dos discursos e práticas políticas predominantes na América Latina, os direitos humanos adquiriram uma súbita centralidade com as ditaduras militares no Cone Sul durante as décadas de 1960 e 1970 (GÓMEZ, 2009, p. 105)[7]

Com a Guerra-Fria no contexto internacional, estados do Cone Sul, tais como: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, sob a controversa bandeira de Segurança Nacional perseguiram aqueles que eram considerados como inimigos internos da nação, carregando o discurso de que sua "subversão" seria responsável pela violência pondo em risco, desta forma, à ordem e à segurança (FRANCO, 2012). Este discurso sustentado por uma elite conservadora deu suporte para concretizar os golpes militares, os quais detinham como política de Estado a

[6] Lindgreen Alves cita o caso da crítica de Slavok Kizek sobre como indivíduos, tais como, Henry Kissinger os quais facilmente poderiam ser julgados como criminosos de guerra, acabam se tornando "[...] intocáveis [...]" pelas regras do Tribunal Internacional (ALVES, 2010, p. 109).

[7] É importante mencionar que graves violações de direitos humanos decorrentes da arbitrariedade e violência do Estado sempre foram constantes na região. O que se quer dizer no caso é que a temática e reivindicações utilizando o termo "direitos humanos" se valorizou no período citado. (Ver: JELIN; HERSHBERG; 2006, p.21 – p.22).

ISBN: 978-85-7205-133-01

realização de atrocidades à dignidade humana: torturas inimagináveis, prisões arbitrárias, estupros nas detenções, desaparecimentos forçados, assassinatos, etc., marcando graves violações de direitos humanos na região.

No caso argentino, destas práticas, o desaparecimento forçado de pessoas foi a principal estratégia desta política de Estado (MATTAROLLO, 2010) em desmantelar seus "inimigos internos" (FRANCO, 2012). O resultado desta política aniquiladora é preocupante: aproximadamente 30.000 desaparecidos[8] (MOLINA, 1990; MARIANO, 2003).

Nestas circunstâncias é que surgiu o movimento social Madres de Plaza de Mayo. Este movimento era constituído basicamente por mães, que no início eram simplesmente mulheres desesperadas à procura de seus filhos desaparecidos em todas as vias institucionais possíveis: hospitais, cadeias, igrejas, delegacias, necrotérios, Ministério do Interior (local onde se recebiam denúncias de pessoas desaparecidas), etc.

Como nenhuma das portas oficiais davam respostas satisfatórias para estas mães, uma delas, Azucena Villaflor de Vicenti[9], percebeu que o caminho era outro: elas tinham que se manifestar na Plaza de Mayo em frente à sede do governo argentino na Casa Rosada. Iniciava-se, assim, uma longa jornada de denúncia e busca pela verdade sobre o desaparecimento de seus filhos que o governo autoritário tentava ofuscar. A *Plaza de Mayo* foi a primeira e mais importante porta para que o problema do desaparecimento forçado se tornasse evidente, numa sociedade que ainda "acreditava" no golpe como forma de ordenamento social e político (NOVARO M.; PALERMO, V.; 2007, p.30; FRANCO, 2012).

Neste contexto, a questão do desaparecimento ainda não era entendida como uma consequência de violações de direitos humanos realizada como política de Estado. Por isso, as Madres nesta fase inicial eram chamadas de *"Las Locas"*[10], ou seja, mães de subversivos que não tinham noção pelo o que denunciavam (GORINI, 2006, p.85). O apelo, como mães, pelo direito à vida, foi fundamental para que elas ganhassem aos poucos legitimidade em suas denúncias.

A denúncia, sobre o desaparecimento de seus filhos, foi a primeira ação relacionada na prática de direitos humanos realizada pelas Madres (MATTAROLLO, 2010). Entretanto, esta

[8] O relatório da CONADEP (Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas), criada na Argentina logo após o fim de sua ditadura, informou oficialmente que o número de desaparecidos era de 8.961, entretanto a própria comissão assume que o número é aproximadamente três vezes maior, por dois motivos: primeiro, porque muitos corpos não apareceram, ou seja, pela dificuldade de se encontrar vestígios; segundo, porque muitos familiares, não formalizaram sua denúncia (MARIANO, 2003, p.36).
[9] Azucena Villaflor foi a principal líder do grupo até se tornar também vítima da repressão.
[10] Grifo nosso.

ISBN: 978-85-7205-133-01

denúncia não impactou num primeiro momento a sociedade argentina, mas trouxe impactos para além das fronteiras. Foi na esfera internacional, portanto, que elas conseguiram ganhar notoriedade. Alguns elementos foram cruciais para que elas realizassem suas denúncias: contatos importantes além do contexto internacional favorável à defesa pelos direitos humanos.

De muitos contatos importantes, vale a pena mencionar: os correspondentes de jornais estrangeiros que moravam na Argentina ou que estavam no local para reportar algum evento importante, entre eles que merece destaque o francês Jean-Pierre Bousquet[11]. As mães holandesas, que conheceram a história das mães argentinas através do mundial de 78 e assim as primeiras fundam a SAAM (Associação Holandesa de Mulheres) justamente para ajudar as segundas em suas denúncias pela Europa além de enviar recursos financeiros[12]. Das viagens realizadas aos Estados Unidos e Itália, onde nestes países abrigavam um grande número de exilados argentinos e por isso, as ajudaram a fazer contatos importantes, tais como: em Washington foram recebidas por importantes representantes do Departamento do Estado, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), além de ONGs de direitos humanos, tais como: Washington Office of Latin America (WOLA). Na Itália: concederam entrevistas para vários jornalistas; se encontraram com deputados, senadores, etc., fizeram um importante contato através do encontro com a representante da Amnesty International, Ana María Mazzini, e até mesmo com o presidente da república, o socialista Sandro Pertini, este que havia se recusado anteriormente a receber Jorge Videla (GORINI, 2006, p.265).

Portanto, seria na esfera internacional que as oportunidades políticas para denúncia se encontravam abertas naquele momento, como argumenta Ulises Gorini: "[...] si algo habían aprendido las Madres era el efecto particular que producían, sobre la política interna, las denuncias efectuadas en el exterior [...]" (2006, p. 569).

O contexto internacional também foi fundamental para elas fortalecerem suas denúncias[13]: os anos 70 e 80 (ALVES, 1994; GÓMEZ, 2009), são considerados como os anos de *"boom*[14]*"* em matéria de difusão e reivindicação de direitos humanos. Segundo Thomas Risse e Kathryn Sikkink (2007), a partir de 1973 houve uma valorização internacional na

[11] Bousquet participava de algumas marchas com as Madres, as convidava para entrevistas, buscava algum tipo de contato para dar-lhes orientação jurídica, etc. Ele acabou se tornando um grande aliado delas, além de um grande amigo (GORINI, 20016, p.85 – p.89). Bousquet é autor do livro *"Las locas de la Plaza de Mayo"*, obra que certamente difundiu o problema das Madres naquele momento.
[12] Graças a estes recursos as Madres conseguem comprar uma casa para fundar sua associação civil: Asociación Madres de Plaza de Mayo em 1979.
[13] Importante de se pensar que na época não havia Internet como ferramenta de difusão.
[14] Grifo nosso.

ISBN: 978-85-7205-133-01

defesa pelos direitos humanos: cresceram substancialmente os Tratados entre Estados, o número de ONGs transnacionais, networks advocacy; houve a criação na ONU de um departamento com a preocupação exclusiva de direitos humanos – United Union Human Rigths. Estes autores ainda advogam que na década seguinte houve um verdadeiro "efeito de justiça de cascata" de normas internacionais sobre proteção aos direitos humanos (RISSE, T.; SIKKINK, K., 2007, p. 21).

Outro fator que merece ser mencionado e que se relaciona diretamente com o contexto histórico internacional, seria sobre a mudança de postura em relação à política externa dos Estados Unidos na presidência de Jimmy Carter "[...] a explícita inclusão dos Direitos Humanos na política externa de alguns países (em especial, dos Estados Unidos, durante a presidência de Jimmy Carter) [...]" (NASSER, R. org.; GÓMEZ, J., 2009, p.79). Os Estados Unidos sempre mantiveram uma política hegemônica na América Latina, até mesmo sendo impulsionadores dos inúmeros golpes de Estado que a região se submeteu na segunda metade do século XX (AYERBE, 2002). Por isso, o governo de Jimmy Carter pode ser considerado como um parêntese sobre a política externa estadunidense. O interessante é que justamente este governo coincidiu temporalmente com o surgimento e as demandas de direitos humanos pelas Madres de Plaza de Mayo: entre 1977 até 1981.

A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) na Argentina em 1979, pressionada por Carter, foi de suma importância principalmente para os movimentos de denúncia e em destaque para as Madres[15], pois colaborou em agregar valor sobre as denúncias contra o Estado sobre a problemática do desaparecimento de pessoas como violação de direitos humanos (GORINI, 2006, p.334).

Esse efeito, pelo qual os movimentos sociais estariam enfraquecidos diante de um Estado autoritário, mas que conseguem realizar suas denúncias no exterior, de maneira que depois seus resultados fortaleçam internamente os próprios movimentos sociais para continuarem sua difusão, é chamado por Kathrin Sikkink de efeito *boomerang*[16]. Este efeito é o resultado da "articulação"[17] (COMPARATO, 2013) entre o apoio de redes transnacionais e atores nacionais. O resultado seria que a situação interna de violações de direitos humanos

[15] Elas foram recebidas pela CIDH com prioridade: tiveram seu encontro separado dos demais grupos, ou seja, tiveram atendimento exclusivo, demonstrando a importância deste movimento social (GORINI, 2006, p. 337).
[16] A autora usa o termo *boomerang* como ferramenta metodológica para dar conta da teoria (grifo nosso).
[17] Termo utilizado pelo prof. Dr. Bruno Konder Comparato em sua disciplina ministrada no primeiro semestre de 2013 "Cidadania e Direitos Humanos" pelo curso de Pós Graduação em Ciências Sociais pela UNIFESP.

ISBN: 978-85-7205-133-01

melhore ao longo do tempo, inclusive com implementações de políticas públicas pelo próprio Estado (ROOP, S.C.; SIKKINK, K.; 1999).

Para Sikkink, a denúncia é o momento mais crucial para acionar as instituições internacionais de defesa pelos direitos humanos (2007, p.22). Portanto, seriam as vítimas ou os movimentos sociais internos, os protagonistas de informar o que está ocorrendo dentro de um Estado no qual realiza graves violações de direitos humanos. Foi o que as Madres realizaram, elas tiveram a difícil tarefa em plena ditadura de mostrar ao mundo de que o Estado argentino estava envolvido em violações de direitos humanos (MATTAROLLO, 2010).

De uma forma geral, a síntese entre a dinâmica das Madres e instituições internacionais revela como os direitos humanos podem ser uma importante ferramenta política de denúncia. Neste aspecto, mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos são válidos para dar força e apoio aos movimentos sociais em situações vulneráveis. Esse efeito trouxe impacto direito no caso argentino. Pois, mesmo que naquele momento, o governo argentino ainda não havia ratificado a Convenção Interamericana de Direitos Humanos[18], cedeu a pressão internacional para receber a CIDH como forma de legitimar o próprio governo. Ao mesmo tempo, a junta militar vai se desgastando diante da opinião pública nacional e internacional, além do número de desaparecimentos diminuir consideravelmente "Desde então os desaparecimentos, da ordem de mais de cem por ano, caíram para 12; no ano seguinte e finalmente termina em 1982." (MACDERMOT apud ALVES, 2010, p. 83).

"¿Dónde están?" esta aparente simples pergunta acabou se transcendendo com significado duplo: além das Madres demandarem a verdade estrita do paradeiro de seus filhos legitimado pelo direito à vida, elas denunciavam uma política de Estado que tinha como método de aniquilamento o desaparecimento forçado (MATTAROLLO, 2010, p.155). Denúncia que acabou trazendo consequências para o próprio grupo com o desaparecimento de madres, tais como, a líder Azucena Villaflor. A verdade sobre o desaparecimento de pessoas começa a ser entendida como responsabilidade do Estado ao mesmo tempo em que o ato de *desaparecer* pessoas como crime.

[18] A Argentina ratifica em 1984 a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido como Pacto de San José De Costa Rica, base do documento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

"Aparición con vida": o desaparecimento-forçado como crime de lesa-humanidade

"Aparición con vida"[19] foi outra palavra de ordem muito significativa para as Madres, pois envolvia a questão do desaparecimento forçado, no qual foi a causa do próprio surgimento do grupo. Também permitiu ilustrar como a verdade é construída através de interpretações emblemáticas.

Na Argentina, uma das mais fortes violações de direitos humanos, como já mencionado, consistiu no que hoje é conhecido como desaparecimento-forçado de pessoas. Esta prática era exercida propositalmente de forma dissimulada, como assumiu o próprio general Jorge Rafael Videla, que liderou a junta militar entre 1976 e 1981:

> Enquanto são desaparecidos, não pode haver nenhum tratamento especial, é uma incógnita, é um desaparecido, não uma entidade, não está vivo nem morto, está desaparecido (NOVARO, M.; PALERMO, V.; 2007, p.138)

Em tese, a categoria de desaparecido deixava em aberto muitas possibilidades: fuga para outro país, sequestro, assassinato pelas próprias forças da esquerda, etc. A própria Anistia Internacional reconhecia a dificuldade de lidar com a questão dos desaparecidos políticos:

> Como assinala a Anistia Internacional em seu informe sobre a desaparição de pessoas por motivos políticos: "Devido à sua natureza, um desaparecimento encobre a identidade de seu autor. Se não há preso, nem cadáver, nem vítima, então ninguém presumivelmente é acusado de nada" (ZARANKIN, A.; NIRO, C.; 2008, p.192)

Por isso, o trabalho foi árduo para as Madres em provar que seus filhos estariam desaparecidos por responsabilidade de uma política de Estado. Por outro lado, era também difícil esconder 30.000 pessoas sem que nenhuma prova fosse encontrada. Quando corpos chegaram à beira do Mar del Plata, quando surgiram relatos de testemunhas, e até mesmo de sobreviventes, o quebra-cabeça sobre o desaparecimento começou a ser esclarecido.

Para as Madres, esta questão foi crucial, pois havia relatos de sobreviventes que diziam que após as vítimas serem transportadas para os Centros Clandestinos de Detenção, se submetiam ao "*traslado*"[20]. O "*traslado*" era o eufemismo pelo qual os militares se referiam à

[19] Grifo nosso.
[20] Grifo nosso.

ISBN: 978-85-7205-133-01

prática de sumir de vez com as vítimas[21], em português claro, o traslado era o sinônimo de morte (GORINI, 2006, p. 360).

A problemática de concluir que os desaparecidos estariam mortos encerraria uma situação traumática, abrindo espaço para que o Estado, após a ditadura, oferecesse indenizações aos familiares reconhecendo a morte de seus entes queridos. Entretanto, esta questão não foi encarada de uma forma consensual entre as *Madres*, surgindo até divergências irreconciliáveis no grupo, o que acabou por dividi-lo oficialmente em 1984. Dessa divisão, surgiram os grupos Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora e Asociación de Madres de Plaza de Mayo.

Para o grupo Madres - Línea Fundadora, liderada por Marta Ocariz Vázquez, reconhecer que seus filhos haviam morrido em consequência do desaparecimento, abria espaço para procurar seus restos mortais e fazer um funeral, trazendo, ao menos, uma certeza para elas, pois o desaparecimento envolve questões subjetivas e psicológicas muito traumáticas (CATELA, 2001, p.156).

Pra as que permaneceram na Asociación de Madres de Plaza de Mayo, liderada por Hebe de Bonafini, reconhecer a morte de seus filhos e receber indenizações, poderia ter como consequência o esquecimento, levando à impunidade dos que cometeram os crimes (GORINI, 2006, p. 358). Nessa perspectiva, elas mantiveram a palavra de ordem *"Aparición con vida"*, como centro de suas demandas desde o início até os dias de hoje. Mesmo porque, não seria tarefa fácil encontrar 30.000 desaparecidos[22]. Elas queriam a qualquer custo tipificar o ato de desaparecer como crime

> Un sector del movimiento de denuncia en el exterior concebió la ideia de que "probar" la muerte de los desaparecidos daría mayor gravedad a la denuncia de las violaciones a los derechos humanos. Pero a esa posición se le escapaban aspectos fundamentales de la lucha política de ese momento…Además, perdía de vista que la condición de desaparecido tenía ya una entidad propia, que refería a una categoría específica y diferenciada de un muerto o asesinado o, incluso, preso político (GORINI, 2006, p. 364 – p.365)

[21] Geralmente através de dois métodos: lançando de um avião as vítimas ainda vivas e sob sedativos, e/ou enterrando os corpos em valas de cemitérios reservadas para pessoas sem identificação.

[22]Os antropólogos e arqueólogos forenses da Argentina foram e ainda são muito importantes para encontrar vestígios em relação a restos mortais, prisões clandestinas, etc., daquele período. O resultado é que 250 corpos foram identificados, dentre eles o de Azucena Villaflor. O trabalho destes profissionais é reconhecido mundialmente. A base é a Escola Argentina de Antropologia Forense, uma organização não governamental que tem como objetivo a luta pelos direitos humanos através da ciência (ver, A.FUNARI; ZARANKIN; REIS; org., 2008).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Através de muitas campanhas, elas conseguiram ter um importante papel na tipificação do desaparecimento forçado como crime (ESTEVEZ, 2012, p. 238). A importância deste reconhecimento é que havia necessidade de que a categoria de desaparecido deveria ser regulamentada mesmo para fins burocráticos, de maneira a permitir a conclusão de processos relativos a heranças, aposentadorias, casamentos, já que até hoje muitas pessoas ainda não foram encontradas.

O resultado deste debate foi positivo: em 1994 através de políticas públicas implementadas pelo governo argentino, foram sancionadas duas leis importantes para fortalecer o desaparecimento como crime. A primeira delas se refere às indenizações, assim, os familiares que possuem um ente desaparecido em consequência do Estado ditatorial daquele período, podem requerer o recebimento de indenizações mesmo não tendo localizado os restos mortais e/ou reconhecendo sua morte (Lei 24.411). A segunda política pública se baseia na lei que define legalmente a categoria de "ausente por desaparecimento forçado" (Lei 24.321), caso a família precise resolver alguma questão que envolva um trâmite legal (CATELA, 2001, p. 201).

O desaparecimento-forçado, entendido como um ato criminoso realizado por um Estado contra opositores de seu regime, se consolidou como crime de lesa-humanidade até mesmo pelo direito internacional, quando em 2006 foi aberta para ratificações a Convenção Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas nas Nações Unidas (GÓMEZ, 2006, p.88). Tal fato consolidou a importância das Madres de Plaza de Mayo na construção desta categoria, como argumenta Ulises Gorini:

> Muchos años después, cuando el Derecho Internacional acogió la figura de la desaparición forzada como un crimen específico, lo que hizo fue trasladar al plano jurídico un sentido que se había acuñado en ese proceso de lucha. Si el proceso previo no hubiera existido, jamás el Derecho habría llegado a la determinación de esa especificidad (GORINI, 2006, p.365).

Considerações Finais

Os limites e ambiguidades da realização prática dos direitos humanos no que se refere aos trâmites jurídicos e das Relações Internacionais, não impede que eles sejam uma importante ferramenta política para as vítimas de violência do Estado. O movimento social Madres de Plaza de Mayo, através de suas denúncias, revelaram como os direitos humanos

ISBN: 978-85-7205-133-01

podem ser traduzidos em ações políticas. O processo deve ser entendido como uma síntese entre a articulação da esfera local e da esfera internacional.

As Madres, além de sua corajosa iniciativa de se manifestar em frente à sede do governo em plena ditadura, contaram justamente com aparatos que se relacionam com o contexto histórico de fortalecimento institucional dos direitos humanos para lograrem em suas denúncias. Ao mesmo tempo, elas incentivaram para o debate temas inovadores para os próprios direitos humanos, como o reconhecimento do desaparecimento forçado como crime de lesa-humanidade.

Com todos os problemas de legitimidade, limites e desgaste que vem sofrendo o discurso internacional de direitos humanos pós 11 de setembro, a temática merece retomar seu aspecto progressista e prático dos anos 70 e 80, já que graves violações do tipo desaparecimento-forçado como política de Estado ainda é recorrente, em destaque na América Latina, onde foi palco do lastimável exemplo dos 43 estudantes do caso Ayotzinapa, no México.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. A Lindgren. **Os** direitos humanos como tema global. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.

_____. **Os** direitos humanos como tema global. São Paulo: 2ª Ed. Perspectiva, 2010.

_____. **O** contrário dos direitos humanos (explicitando Kizek). Rev. Brasileira de Política Internacional, 45 (1), 2002, p.92 – p.116.

_____. É preciso salvar os direitos humanos!. Revista Lua Nova – Dossiê Direitos Humanos, n° 86, São Paulo, 2012, p.51 –p.88.

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina - A construção da Hegemonia. São Paulo: Unesp, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORLAND, Elizabeth. Las Madres de La Plaza de Mayo en la era neoliberal – ampliando objetivos para unir el pasado, el presente y el futuro. Rev. Colombia Internacional 63, jan. – jun. 2006, p.128 – p.147.

CATELA, Ludmila da Silva. Situação-Limite e Memória – A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Ed. Hucitec; Anpocs, 2001.

ISBN: 978-85-7205-133-01

COMPARATO, Fábio K.. A afirmação histórica dos direitos humanos. 7ª edição; São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Globalização, Democracia e Ordem Internacional – Ensaios de teoria e história. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

ESTEVES, Ariadna. Por uma conceitualização sociopolítica dos direitos humanos a partir da experiência latino-americana. Revista Lua Nova – Dossiê Direitos Humanos, n° 86, São Paulo, 2012, p. 221 – p248.

FRANCO, Marina. Un enemigo para la nación: Orden interno, violencia y "subversion", 1973 – 1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed., 2012.

FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos, (orgs.). Arqueologia da repressão e resistência – A América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960 – 1980). São Paulo: Ed. Annablume, 2008.

GÓMEZ, José Maria. Globalização dos direitos humanos, legado das ditaduras militares no Cone Sul latino-americano e justiça transicional. Revista OABRJ, Rio de Janeiro, v.25, nº 2, p. 87 – p. 136, jul./dez. 2009.

GORINI, Ulises. La rebelión de las madres, Historia de las Madres de Plaza de Mayo, Tomo I. 1976-1983. Buenos Ayres : Ed. Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. La outra lucha, Historia de las Madres de Plaza de Mayo, Tomo II. 1983 – 1986. Buenos Ayres : Ed. Grupo Editorial Norma, 2008.

GUEMBE, María José. Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar Argentina. Sur, Rev. Internacional de direitos humanos, vol. 2, nº 3, dez. 2005.

HERSHBERG, Eric; JELIN, Elizabeth (orgs.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. Tradução de Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2006.

LAMRANI, Salim. État de Siège – Les sanctions éconimiques des Étas-Unis contre Cuba, Une prespective historique e juridique. Paris : Éditions Estrella, 2011.

KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. Revista Brasileira de Ciências Sociais; vol. 18, nº 53, 2003.

MARIANO, Nilson. As Garra do condor – como as ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

ISBN: 978-85-7205-133-01

MATTAROLLO, Rodolfo. Noche y niebla y otros escritos sobre derechos humanos. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOLINA, Ramon Torres. Los derechos humanos en la Argentina. Buenos Ayres: Ed. Campana de Palo, 1990.

REIS, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a política internacional. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, nº 27, Nov.2006.

ROPP, S. C., SIKKINK, Kathrin. The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change – The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 1 – p.38.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos; São Paulo; Revista Lua Nova, nº 39, 1997.

VÁZQUEZ. Inés. Historia de las Madres de Plaza deMayo. Ed. Abril, Buenos Aires, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Si, somos latinoamericanos: o papel dos semanários *Ercilla* e *Marcha* para a construção do conceito de América Latina no Chile e no Uruguai (1939-1974)

Mateus Fávaro Reis; Doutor em História; Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto; Identidades e Representações na América Latina; mateusfav@hotmail.com

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo abordar o papel dos semanários *Ercilla* e *Marcha* para a formação de redes intelectuais transnacionais e aproximar os olhares do público leitor chileno e uruguaio em relação aos demais vizinhos latino-americanos. Por meio da análise dos editoriais, títulos, capas, caricaturas e *charges*, publicados por mais de quatro décadas, chega-se à constatação de que ambos os semanários, fundados por jovens intelectuais, durante a segunda metade dos anos 1930, dedicaram um vasto espaço para a discussão, constante e heterogênea sobre os principais problemas políticos-culturais da América Latina, isoladamente ou em conjunto. Além disso, não é arriscado afirmar que canalizaram os debates sobre as identidades latino-americanas, oscilando entre utopias e distopias.

Palavras-chave: *Ercilla*; *Marcha*; América Latina; Imprensa escrita

Resumen

La presente comunicación tiene por objetivo evaluar el rol de los semanarios *Ercilla* y *Marcha* para la formación de redes intelectuales transnacionales y acercar las miradas del público lector chile y uruguayo con respecto a otros vecinos latinoamericanos. A través del análisis de los editoriales, títulos, portadas, caricaturas y *charges*, publicados a lo largo de poco más de cuatro décadas, uno llega a la conclusión de que los dos semanarios, fundados por jóvenes intelectuales durante la segunda mitad de la década de 1930, dedicaron un gran espacio para la discusión constante y heterogénea sobre los principales problemas políticos y culturales de América Latina. Por otra parte, no es arriesgado afirmar que canalizaron los debates sobre las identidades latinoamericanas, que oscilaron entre utopías y distopías.

Palabras clave: *Ercilla*; *Marcha*; América Latina; Prensa escrita

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

Si somos americanos,/somos hermanos, señores,
tenemos las mismas flores,/tenemos las mismas manos.

Si somos americanos,/seremos buenos vecinos,
compartiremos el trigo,/seremos buenos hermanos.

Bailaremos marinera,/refalosa, samba y son.
Si somos americanos,/seremos una canción

Si somos americanos,/no miraremos fronteras,
cuidaremos las semillas,/miraremos las banderas.

Si somos americanos,/seremos todos iguales,
el blanco, el mestizo, el indio/y el negro son como tales.

Rolando Alarcón, *Si somos americanos*, 1965

Mi pueblo no es argentino/Ni paraguayo, ni austral;

Se llama pueblo oriental/Por razón de su destino.

Pero recorre el camino/De sus hermanos amados

El de tantos humillados/El de América morena

La sangre de cuyas venas/También late en su costado.

Mi pueblo no estuvo ausente/Ni mucho menos de espaldas

A la trágica y amarga/Historia del continente.

Fuimos un balcón al frente/De un inquilinato en ruinas

-el de América Latina/Frustrada en malos amores-

Cultivando algunas flores/Entre Brasil y Argentina.

Alfredo Zitarrosa, *Diez décimas de saludo al pueblo argentino*, 1976

As palavras de Alarcón e Zitarrosa, cantadas em 1965 e 1976, traduziram uma grande parte dos discursos dos semanários *Ercilla* e *Marcha*, ao realçar os desejos de estreitar os laços entre os povos latino-americanos – sem excluir aqueles que também lutavam contra as desigualdades na América Anglo-Saxônica – e de construir outros tempos, cheios de esperança, que pudessem transformar profundamente o Uruguai e o Chile, em conexão com seus vizinhos.

A editora *Ercilla* foi fundada em abril de 1932, com uma atuação fundamentalmente relacionada à edição, em pequena escala, de livros. Para promover a sua expansão, a editora chilena, dirigida pelo argentino Laureano Rodrigo, decidiu publicar um boletim literário

ISBN: 978-85-7205-133-01

mensal para promover o mundo das letras e, em particular, as obras que saíam com o selo de *Ercilla*, a partir de abril de 1933. Com o passar do tempo, o boletim literário enriqueceu-se com matérias informativas e crônicas, ampliando seu leque temático. Em 1936, passou a ser publicado como um semanário.

Além disso, os integrantes da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), Luis Alberto Sánchez, Manuel Seoane e Ciro Alegría, para nomear os mais importantes, somaram-se ao grupo de *Ercilla* e desempenharam atividades de destaque no mercado editorial e jornalístico do Chile. Sánchez incorporou-se à editora como vice-diretor, em dezembro de 1934, foi um de seus principais tradutores e promoveu a publicação de diversas obras dos exilados da APRA. Já Seoane, que viveu muito tempo na Argentina, antes de se mudar para o Chile, passou a ser o diretor do semanário, em abril de 1937, enriquecendo-o com um olhar assíduo sobre a realidade política e cultural latino-americana, até 1945, quando foi substituído pelo chileno Julio Lanzarotti.

Vários escritores chilenos participaram da edificação de *Ercilla*, que, ao lado de *Zig-Zag*, ampliou o mercado livreiro do Chile durante a denominada "época de ouro" das edições no país sul-americano (SUBERCASEAUX, 2008). Somente para citar os nomes mais conhecidos, Pablo Neruda, o ensaísta Benjamín Subercaseaux, o escritor Joaquín Edwards Bello e José Donoso teceram expressivos vínculos com *Ercilla*.

A fundação de *Marcha*, paralelamente, também se delineou ao longo dos anos 30, orquestrada, acima de tudo, por três jovens intelectuais uruguaios: Carlos Quijano, Julio Castro e Arturo Ardao. Participantes ativos da vida política e intelectual do Uruguai, Quijano, Castro e Ardao haviam fundado um grupo político, denominado *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), em 1928, com o objetivo de renovar os quadros políticos do país. No interior da ANDS, publicaram o diário *El Nacional*, que atuou como a principal plataforma de suas ideias políticas e sociais, entre agosto de 1930 e novembro de 1931. Contudo, devido fundamentalmente à escassez de recursos financeiros e à derrota no pleito eleitoral neste último mês, *El Nacional* deixou de ser publicado (CAETANO; RILLA, 1986, p. 219).

A despeito disso, canalizaram seus esforços para a criação de um semanário intitulado *Acción*, em março de 1932, inicialmente projetado como uma publicação de debate político. Após passarem por vários contratempos, seus redatores fundaram a editora *Acción*, na forma de sociedade anônima, nos finais de 1938, cujo objetivo era angariar recursos financeiros para

ISBN: 978-85-7205-133-01

publicar livros de autores nacionais que possuíam ideias convergentes às divulgadas em suas páginas, bem como preparar a renovação e ampliação do semanário até então publicado.

Ainda que a edição de livros pela editora recentemente fundada fosse bastante limitada até começos dos anos 60, a publicação do semanário *Marcha*, também em formato tabloide, a partir de junho de 1939, compensou o investimento realizado no ano anterior e tornou-se um dos principais veículos de comunicação do Uruguai até meados dos anos 70. Vários dos mais expressivos intelectuais uruguaios passaram pela redação de *Marcha* e foram publicados por sua editora, como, entre muitos outros, Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti, Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama, Carlos Real de Azúa, Carlos Martínez Moreno, Joaquín Torres García e Eduardo Galeano, além das contribuições internacionais.

O principal argumento da presente apresentação consiste em salientar que as histórias cruzadas que se arquitetaram em *Ercilla* e *Marcha* favoreceram a fecunda articulação entre cultura e política, convergindo para o debate e a consolidação da ideia de América Latina no Chile e no Uruguai, particularmente durante as décadas de 1960 e 1970.

Conexões intelectuais transnacionais

Os dois projetos editoriais foram extremamente importantes para voltar os olhares do público leitor chileno e uruguaio para os demais vizinhos latino-americanos. Provavelmente, em nenhum outro momento da história do Uruguai e do Chile, dois órgãos da imprensa, dirigidos para um público não especializado, tenham dedicado tanto espaço para a discussão ampla, constante e heterogênea sobre os principais problemas políticos-culturais da América Latina, isoladamente ou em conjunto. Além disso, não é arriscado afirmar que canalizaram os debates sobre as identidades latino-americanas, oscilando entre utopias e distopias.

Provavelmente os intelectuais uruguaios, e os chilenos – em menor medida, mas ainda de forma significativa –, buscaram tecer constantes relações com seus congêneres latino-americanos, com o objetivo de ser ouvidos. Não se pode negar que o Chile e o Uruguai se transformaram em dois centros muito ativos para a formação de redes intelectuais na América Latina, desde o século XIX.

A despeito da Cordilheira dos Andes, da fronteira "natural" representada pelo deserto do Atacama, de ser considerado por muitos chilenos como o *Finis Terrae*, de estar de costas para o restante da América do Sul e de frente para a imensidão do Pacífico, em suma, de ser

ISBN: 978-85-7205-133-01

uma espécie de ilha, o Chile se transformou, em diversos momentos, em um dos principais polos de debate intelectual, político e cultural da América Latina. Para relembrar somente os mais importantes, compreendidos pelos marcos cronológicos do presente trabalho, a Frente Popular e o exílio dos apristas; a fundação da CEPAL, em 1948, e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 1957; os diversos encontros de intelectuais realizados pelas universidades chilenas durante os anos 60 e o governo da Democracia Cristã, com a "Revolução em Liberdade"; além da experiência da Unidade Popular, colocaram o Chile no centro das atenções de muitos intelectuais latino-americanos e de outros países do Globo.

De forma paralela, o Uruguai também desempenhou um papel de destaque para o estreitamento de laços entre intelectuais e políticos de diversos países da América Latina. É difícil encontrar em outro país do subcontinente a mesma ênfase em relação à necessidade de pensar a construção da identidade nacional para além das fronteiras, pois, evidentemente, havia certo temor de ser "esmagados" ou "sufocados" pelos poderosos vizinhos, mas não somente devido a isso. Para ficar circunscrito ao século XX, a partir de *Ariel*, de José Enrique Rodó, e os debates a respeito do latino-americanismo, com Carlos Quijano e Arturo Ardao, até a intensa atividade de outros redatores de *Marcha* para pensar a América Latina em conjunto, como Ángel Rama, e a realização de diversas reuniões da OEA, nos inícios dos anos 60, o Uruguai também se tornou um lugar de destaque para a discussão dos caminhos políticos e intelectuais da América Latina.

O fato do Chile e, sobretudo, do Uruguai, serem países relativamente pequenos, quando comparados, em território e população, à Argentina, ao Brasil e ao México – tendo sido regiões de "fronteira" ou de menor relevância no passado colonial –, poderia explicar o esforço de ser reconhecidos; de buscar a inserção dos intelectuais, com destaque, na República Internacional das Letras ou dos dois países no Concerto Internacional das Nações. Por outro lado, não é mais razoável afirmar que o Chile e o Uruguai foram países "periféricos".

O endurecimento da Revolução Cubana, a derrubada do governo da Unidade Popular e a ascensão dos regimes militares em muitos países latino-americanos apagaram, em parte, os inúmeros focos de discussão e debates que floresceram na América Latina, tempos de grandes utopias, cujas fraturas de memória posteriores se transformaram em grandes desilusões. Entretanto, pode-se afirmar que novas utopias e projetos foram sendo reconstruídos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Principalmente em *Marcha*, estruturou-se um intenso debate político, com inúmeras vozes de diversos países, das discussões sobre história das ideias, elaboradas por Arturo Ardao, e as páginas culturais se nutriram do "latino-americanismo" na literatura, cinema, artes plásticas, música, entre tantas outras manifestações culturais.

Finalmente, vale ressaltar que a produção literário-editorial e cultural do Chile e do Uruguai, bem como as experiências reformistas, em diferentes momentos, superaram certas limitações de ordem populacional e econômica nos dois países, principalmente em relação ao país platino.

Em busca da América Latina

No caso de *Ercilla*, com o subtítulo *Semanario ilustrado para toda América*, estampado entre 1936 e 1948, o periódico buscou, inicialmente, difundir entre os chilenos a ideia de *Indoamérica*, por meio da coluna *Noticiario Indoamericano*, às vezes publicado como *Noticiario de Indoamérica*, que apresentava breves notícias sobre aspectos políticos e culturais dos países denominados indo-americanos, com algumas contribuições de Luis Alberto Sánchez, Víctor Raúl Haya de la Torre e Manuel Seoane.

Mas por que indo-americanos ao invés de ibero-americanos, hispano-americanos ou latino-americanos? Não houve uma explicação muito clara no semanário, ao contrário das definições de Haya de la Torre em algumas de suas obras (1936; 1936).

Em *¿Adónde va Indoamérica?* – que recebeu uma terceira edição por *Ercilla*, em 1936 –, o líder aprista buscou definir a Indo-américa de forma distinta à América Latina, Pan-América, América Hispânica e América Ibérica. Para ele, estes dois últimos termos faziam referência ao período colonial. América Latina se relacionava às repúblicas nascidas das independências e de uma ênfase sobre o tronco de formação europeu durante o século XIX. A Pan-América era um projeto imperialista capitaneado pelos Estados Unidos. Finalmente, a Indo-América representava a "nova" América, do século XX, que tinha um propósito de promover a união continental contra o imperialismo. A ideia de Indo-América representava a nova geração, pois compreendia a "pré-história, o índio, o ibérico, o latino, o negro, o mestiço e o cósmico" – em alusão à obra *A raça cósmica* do mexicano José Vasconcelos. Ao que tudo indica, o termo fora apropriado do próprio Vasconcelos quando os apristas se

ISBN: 978-85-7205-133-01

encontravam exilados no México, em meados da década de 20, e fundaram a revista *Indoamérica* (HAYA DE LA TORRE, 1936, p. 27-28).

Entretanto, é curioso observar que tanto na obra *¿Adónde va Indoamérica?* quanto em *El antiimperialismo y el APRA*, bem como em outros textos, Haya de la Torre intercambiou incontáveis vezes os termos América Latina e Indo-América. Além disso, o líder aprista falou para a revista *Ercilla* (1936, p. 13) sobre *¿Adónde va Indoamérica?*, em outubro de 1936, com grande destaque. Novamente não receou em utilizar os termos Indo-América e América Latina de forma praticamente sinônima. Na década seguinte, Sánchez (1945, p. 276-277), ainda que tenha criticado a utilização do termo América Latina em algumas partes de *¿Existe América Latina?*, concluiu que as discussões sobre os nomes dos povos que formavam a chamada "América Latina, América Ibérica, América Hispânica, Pan-América, Inter-América, Indo-América" importavam menos do que abandonar as diversas visões pessimistas e preconceituosas sobre o seu lugar na história da humanidade.

Nas páginas de *Ercilla*, os leitores se deparavam constantemente com reportagens sobre a política e a cultura no México, que era visto como exemplo para os demais países indo-americanos. Paralelamente aos textos sobre o México, a luta dos nacionalistas porto-riquenhos ganhou destaque nas páginas de *Ercilla*, além da Bolívia e da Argentina, Venezuela, Colômbia e o Equador, para citar somente os cenários nacionais que mais foram abordados. De certa forma, compreendiam os principais países que haviam acolhido os apristas, em diferentes momentos; que possuíam exilados vivendo em Santiago e que mantinham importantes contatos com os apristas, como é o caso de alguns equatorianos e venezuelanos; ou que faziam parte do projeto inicial de construção da unidade indo-americana. Cabe lembrar que, por exemplo, Sánchez percorreu a Venezuela, a Colômbia e a Bolívia em sua primeira grande viagem internacional. Até meados dos anos 40, o Brasil recebeu pequena atenção por parte do semanário chileno, ao contrário do que aconteceu a partir do início dos anos 60.

Já no Uruguai, o Brasil foi enfocado constantemente como parte da América Latina, ainda que os principais redatores de *Acción* e *Marcha* tenham lamentado e criticado as posições favoráveis ao pan-americanismo por parte do governo brasileiro, mas também do uruguaio. Além disso, de 1934 a 1939, em *Acción*, e a partir de 1939, em *Marcha*, foram publicados inúmeros artigos sobre o Brasil, que no cenário latino-americano somente não recebeu mais atenção do que a Argentina e o próprio Uruguai. Desde textos escritos pelos

ISBN: 978-85-7205-133-01

redatores e colaboradores até entrevistas com perseguidos políticos, manifestos contra o governo Vargas e imagens que buscavam retratá-lo como a contracara do porvir.

Devido às limitações do presente texto, é impossível sintetizar os incontáveis debates que ocorreram no interior de *Acción*, mas principalmente de *Marcha*. Contudo, é possível dizer que Quijano, Castro e Ardao se transformaram nos principais defensores da ideia de América Latina, ainda que nem sempre por caminhos coincidentes, o que se aprofundou durante as décadas de 1960 e 1970, particularmente com a atuação de Ángel Rama, Mario Benedetti e Jorge Ruffinelli. Convergiram ao afirmar que era impossível pensar a *patria chica*, o Uruguai, desarticulada da *patria grande*, a América Latina.

A América Latina entra em cena

Durante os anos 60, os dois semanários aprofundaram os debates sobre o que chamamos de América Latina, por meio de textos e imagens que relacionavam criativamente as discussões sobre cultura e política, com ênfase para o cinema, a literatura e a música, incluindo efetivamente o Brasil em seus horizontes.

A chegada de inúmeros e importantes exilados nos dois países fortaleceu os contatos entre seus intelectuais e políticos, particularmente nucleados em torno dos dois projetos editoriais. Em Marcha, Paulo Schilling nutriu o Uruguai com textos e denúncias sobre a ditadura brasileira, ao passo que, em Ercilla, Newton Carlos fez a ponte entre o Brasil e os leitores chilenos, ainda que parte significativa de seus artigos versasse sobre política internacional, que não incluía necessariamente seu país de origem.

Como exemplo, podemos citar o ano de 1965, que entrelaçou os problemas enfrentados pelo Uruguai, com os desafios colocados pelos militares no Brasil e na Argentina, bem como os caminhos traçados por Cuba, como podemos observar nas imagens seguintes:

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 01, 02 e 03: Capas de *Marcha*, 12/03/1965; 30/07/1965; 24/09/1965

Também foram publicadas inúmeras *charges* e caricaturas sobre as relações interamericanas, particularmente de sátira à política internacional capitaneada pelos Estados Unidos e o Brasil no interior da Organização dos Estados Americanos, como vemos na figura abaixo, quando se propõe que a OEA estaria permeada pela Doutrina Monroe.

Figura 04: *Charge* de Carlos Pieri, publicada em *Marcha* (19/11/1965)

Em *Ercilla*, a OEA também foi criticada constantemente, como podemos observar na matéria publicada por Luis Hernández Parker, no começo de dezembro de 1965, ao chamá-la de “Organização de Estados Amnésicos”:

ISBN: 978-85-7205-133-01

Organización de Estados Amnésicos

Figura 05: Reportagem sobre o encontro da OEA no Rio de Janeiro (01/12/1965)

Vários redatores de *Ercilla*, como, entre outros, Mario Planet, Alejandro Cabrera e Juan Ehrman dedicaram muitas páginas para abordar o panorama político, cultural e socioeconômica dos países latino-americanos, até finais de 1971, quando as páginas intituladas América Latina foram suprimidas do semanário, que passara por um giro de crítica ao governo da Unidade Popular.

Balance Político de America Latina
1964: Un Año Explosivo

Latinoamérica Busca Su Ruta

Figuras 06 e 07: Reportagens sobre a América Latina, em *Ercilla*, por Mario Planet e Alejandro Cabrera (04/01/1965; 20/10/1965)

Tanto em *Marcha* quanto em *Ercilla* houve uma ampla difusão de textos e imagens que tratavam da América Latina em conjunto, dificilmente observada nos periódicos que circulam por nossos países nos diais atuais. Josué de Castro, em muitas oportunidades, publicou textos nos dois semanários, utilizando habitualmente o termo América Latina nos títulos. Também houve um amplo debate sobre a ascensão de uma literatura, uma música, um cinema etc., latino-americano, com a inclusão do Brasil de Glauber Rocha, Nara Leão, Chico Buarque, Jorge Amado, entre muitos outros criadores e mediadores culturais de nosso país.

Além disso, não podemos nos esquecer que, por exemplo, Arturo Ardao se transformou em um dos principais estudiosos da ideia ou do conceito de América Latina no

ISBN: 978-85-7205-133-01

interior do semanário uruguaio, em que entrecruzou a ideia de *patria chica*, à chamada *patria grande*, como podemos observar nas figuras a seguir:

Figuras 08 e 09: Textos de Arturo Ardao, em *Marcha* (19/11/1965; 03/12/1965)

Novamente devido às limitações de espaço, o presente texto apresentou somente uma pequena parcela das publicações sobre a América Latina em *Marcha* e *Ercilla*, particularmente durante os anos de 1964 e 1965.

Realizemos, agora, um salto para fins da década de 1960. *Marcha* terminou 1969 com uma esperança, ao proclamar que em 1970 se iniciava a "década da América Latina". A capa do último número de 1969 observou que o Uruguai "liberal" e "democrático" havia mostrado suas fissuras, e não deixava dúvidas sobre os principais caminhos a seguir: os que preconizavam as lutas para a transformação de todo o continente, por meio de reformas ou de revoluções encabeçadas por grupos de esquerda, como podemos ver na figura 10.

Figura 10: Capa de *Marcha* (30/12/1969)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Pode-se dizer que, ao lado de outras manifestações culturais, como o *Nuevo Cancionero* na Argentina e a publicação de "As veias abertas da América Latina", do marchista Eduardo Galeano, em 1971, o semanário estimulava a associação do conceito de América Latina ao "comunismo", à "revolução" e à "subvesão"?

Se pensarmos em conjunto com Patrícia Funes e com os Serviços de Inteligência argentinos, podemos arriscar sem medo de errar que sim, pois, como assinalou a historiadora argentina, a simples menção do nome América Latina "em centros de estudo, produções acadêmicas ou políticas, ensaios editoriais inclusive e na narrativa ficcional foram objeto de análise, registro e recomendação de proibição por parte dos serviços de inteligência" (FUNES, 2007, p. 428).

Em janeiro de 1971, *Ercilla* publicou uma ampla reportagem a respeito do exílio de brasileiros no Chile e afirmou que o país do Pacífico Sul ocupava, ao lado do Uruguai e da Argélia, os três destinos principais de recepção dos perseguidos políticos. Segundo o autor do texto, Fernando Barraza (1971, P. 12-14), o Chile tinha renovado seu papel de "asilo contra a opressão" e se beneficiado com os personagens ilustres que se instalaram no país, como, entre os brasileiros, Celso Furtado, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Paulo de Tarso, Márcio Moreira Alves, Mário Pedrosa e Newton Carlos, entre tantos outros. Barraza assinalou que, em geral, o sentimento era de amargura e frustração entre as mais de duzentas famílias brasileiras acolhidas pelo Chile. Porém, sublinhou que Darcy Ribeiro lhe testemunhou que havia alguns fatos positivos, particularmente o de pertencer à "primeira geração latino-americana do Brasil. Eu aprendi a ser latino-americano em Montevidéu, em Caracas, em Santiago. O exílio me permitiu descobrir a América latina [sic]".

A ideia de América Latina se consolidava como o lugar de produção de exilados, do despojo, da opressão, da ascensão do militarismo, mas, ao mesmo tempo, se delineava como o cenário de luta a favor de um mundo menos desigual, do engajamento dos intelectuais e, particularmente, de produção de obras culturais – relacionadas às artes plásticas, ao cinema, à música, à literatura etc. – nascidas das *canteras* do povo. Em outras palavras, a América Latina era vista, por muitos intelectuais que escreviam para *Marcha* e *Ercilla*, como o lugar das lutas pela redenção de uma parte importante da humanidade, em conexão com as lutas contra o imperialismo na África e na Ásia, amparas por personagens, grupos, movimentos ou partidos de esquerda.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Considerações finais

Um dos principais pontos em comum que aproximou os empreendimentos editoriais de *Marcha* e *Ercilla* se relacionava ao desejo de democratizar o diálogo entre os países de língua castelhana, na formação de polos intelectuais e editoriais no Rio da Prata e Pacífico Sul, contra certa tentativa de hegemonia por parte de Madri, Buenos Aires e até mesmo da Cidade do México. Assim, a frase de Joaquín Torres García – que também escreveu para *Marcha*, durante alguns anos no início da década de 1940 – "nosso norte é o Sul" expressou e canalizou um desejo latente entre críticos, escritores e artistas, que herdaram das gerações anteriores reivindicações de "emancipação do discurso" (PIZARRO, 1994), mas também das práticas políticas, particularmente associadas à defesa da difícil construção da democracia no Chile e no Uruguai, em particular, na América Latina como um todo.

Principalmente em *Marcha*, estruturou-se um intenso debate político, com inúmeras vozes de diversos países, das discussões sobre história das ideias, elaboradas por Arturo Ardao, e as páginas culturais se nutriram do "latino-americanismo" na literatura, cinema, artes plásticas, música, entre tantas outras manifestações culturais.

Em *Ercilla*, não houve um debate mais denso sobre o significado do conceito de América Latina, mas a constante abordagem de seus projetos de integração, articulados, em grande medida, à CEPAL ou a atenção dedicada à renovação da arquitetura, das artes plásticas em geral, do cinema, da literatura, da música etc., contribui fortemente para colocar nos horizontes dos leitores questões em comum que desafiavam e instigavam os diferentes países que eram classificados como latino-americanos.

Referências bibliográficas

BARRAZA, F. Pasaporte a la angustia. *Ercilla*, Santiago, p. 12-14, 20 a 26 jan. 1971.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *El joven QUIJANO. (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

ERCILLA. Víctor Raúl Haya de la Torre habla de su libro: "¿Adónde va Indoamérica?" *Ercilla*, Santiago, p. 13, 26 out. 1936.

ISBN: 978-85-7205-133-01

FUNES, P. Ingenieros del alma: los informes sobre canción popular, ensayo y Ciencias Sociales de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 418-437, jul./dez. 2007.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA.* Santiago: Ercilla, 1936.

PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura. A emancipação do discurso.* São Paulo; Campinas: Memorial; Unicamp, 1994, v. 2.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *¿Existe América Latina?* México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

SUBERCASEAUX, B. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-1950. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 221-233, abr. 2008.

_____. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia al Bicentenario*. 3ª ed. Santiago: LOM Editores, 2010.

Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina- PROLAM/USP
ISBN: 978-85-7205-133-01

Cultura popular e memória nas manifestações do congo e do Moçambique na cidade de São Tomás de Aquino, em Minas Gerais

La cultura popular y la memoria en las manifestaciones del congo y Mozambique en la ciudad de Santo Tomás de Aquino, en Minas Gerais

MAURÍCIO DE MELLO
graduado em jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba, especialista em Jornalismo Científico pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
Universidade de Franca (Unifran)
maumello@usp.br

Resumo: Manifestações da cultura popular de matriz africana, a exemplo do folguedo da congada e a dança do Moçambique, podem ser observadas no Sudeste do Estado de Minas Gerais, na cidade de São Tomás de Aquino, em que grupos parafolclóricos formados por pessoas que herdaram de seus antepassados os cantos e rituais dessas expressões, continuam a transmitir uma rica interpretação da cultura religiosa, conforme se estabeleceu com os primeiros negros que, em situação de cativeiro, tiveram que reinventar seus credos e ritos. Um movimento que representa o fortalecimento de uma identidade étnica e cultural sempre buscou sobreviver diante da opressão do Estado, da religião oficial e das persuasivas indústrias culturais. A intenção desse trabalho é revelar essa questão e contribuir para esse debate que traz sérias implicações socioculturais para a continuidade das práticas da cultura popular.

Palavras-chave: identidade cultural, hegemonia, memória, indústria cultural, políticas culturais.

Resumen: Las manifestaciones de la cultura popular con raíces africanas, como la alegría de congada y la danza de Mozambique, se pueden observar en el suroriental estado de Minas Gerais, en la ciudad de Santo Tomás de Aquino, donde los grupos parafolclóricos formadas por personas que heredaron las comisuras de sus ancestros y los rituales de estas expresiones, continúan transmitiendo una rica interpretación de la cultura religiosa, según lo establecido con el primer negro que cautiva situación, tuvo que reinventar sus credos y rituales. Un movimiento que representa un fortalecimiento de la identidad étnica y

ISBN: 978-85-7205-133-01

cultural siempre ha tratado de sobrevivir en la cara de la opresión estatal, la religión oficial y la industrias culturales persuasivo. La intención de este trabajo es dar a conocer este problema y contribuir a este debate que tiene graves consecuencias para la continuidad socio-cultural de las prácticas de la cultura popular.

Palabras clave: la identidad cultural, la hegemonía, la memoria, las industrias culturales, políticas culturales.

Introdução

Historiar as expressões da cultura popular cultivadas pela população afro-brasileira remete a fontes orais e documentos dispersos que reunidos permitem a reconstrução/reconstituição da memória histórica e coletiva desse estrato social. No relato apurado com seus praticantes e na observação das sazonais manifestações, surgem indícios para se conhecer a permanência dessas manifestações.

Ao se constituírem no contexto do escravismo colonial brasileiro, as festas dos negros africanos e seus descendentes foram vistas como maneiras de apaziguar as condições de vida e trabalho do cativeiro e proporcionar a formação de uma identidade étnica entre inúmeros povos que foram subjugados física e culturalmente no processo de escravização para a América portuguesa.

Outro fator relevante diz respeito à cristianização que influiu nos rituais celebrados em momentos de representação da coroação de reis e rainhas africanos acompanhados por um cortejo de instrumentistas e dançantes, que dividem homenagens, cantos e passos ritmados a santos e santas católicos que recebiam a devoção dos negros escravos.

A discussão preliminar sobre os fatos e acontecimentos que consolidaram o espaço para a continuidade dessas manifestações sugere um acordo entre os proprietários das fazendas, governantes, escravos e Igreja Católica, instituição dominante à época colonial, para a permissão desses encontros em datas determinadas que coincidam com os dias dos santos.

Na atualidade, rememorar tais práticas, observadas nas congadas e no Moçambique, que ocorrem na cidade de São Tomás de Aquino, na região Sul - Sudoeste do Estado de Minas Gerais, implica na utilização da categoria conceitual da cultura popular, com a intenção de

ISBN: 978-85-7205-133-01

compreender a transmissão das experiências vividas e a sua continuidade no âmbito das tradições locais a partir da análise das práticas culturais e dos comportamentos coletivos.

Estudos dos costumes, dos usos da vida cotidiana, suas linguagens e modos de comunicação que assinalaram as populações de uma região e sua estreita relação com os hábitos dos escravos e a forte presença do catolicismo, nos dão suporte para subsidiar a exploração dos lampejos de memória contidos nos relatos dos indivíduos que autenticam essas expressões.

Um ponto de partida a ser apurado são as condições socioeconômicas que marcaram a região Sul - Sudoeste de Minas Gerais. Predominantemente agrícola e com plantações de café a perder de vista, para lá afluíram escravos que trouxeram consigo, parte da herança cultural e religiosa do continente africano.

O choque entre as culturas com a chegada às fazendas exigiu uma adequação por parte dos escravos, ao interpretarem os cânones do catolicismo e assim acompanharem o processo civilizatório que se impunha na sociedade brasileira, e em paralelo, manter certas expressões originárias de práticas de seus ancestrais.

As pistas que surgem e sustentam os argumentos para a transmissão da memória fundante das manifestações culturais que se repetem na cidade de São Tomás de Aquino, no interior de Minas Gerais, se atualizam com a percepção do cenário social que Maurice Halbwachs acentua em sua análise de como as gerações perpetuam sua memória.

> É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos de memória (Halbwachs, 1990, p. 9-10).

Ponto fundamental para a continuidade das festas de coroação do rei congo e das embaixadas de Moçambique, as tramas das relações sociais que se estabeleceram durante a escravidão e na pós-abolição, sem deixar de se basearem no catolicismo para obter a aprovação dos governantes e a aceitação das instituições sociais, justificam, em parte, a ocorrência dessas manifestações até os dias de hoje.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Na observação das festas, pode-se apurar a constante atualização de um enredo que incorpora uma leitura peculiar do catolicismo pelos descendentes dos africanos. Essa assimilação é conferida nas figuras santificadas que se identificaram com os sofrimentos dos negros escravizados ou se propuseram a levar o cristianismo aos seus pares oprimidos.

A memória que se atualiza com a mistura de fatos históricos, lendas e escrituras sagradas, somam-se ao material historiográfico a ser trabalhado pelo pesquisador em sua reconstrução/reconstituição das justificativas emocionais, de caráter religioso e tradicional que perpassam as motivações dos descendentes das etnias africanas que impulsionam tais expressões.

O trajeto a ser percorrido para sistematizar os relatos e documentos que validam essas manifestações, ligadas a todo um processo ritualístico envolto a compromissos com santos católicos de tez negra ou não, revelam épocas imemoriais, no sentido de alcançar tempos longínquos e atualizar com esse encontro a vida cotidiana.

> Mesmo remontando incessantemente às fontes mais primitivas, perscrutando nos sistemas históricos e linguísticos a experiência que escondem ao se desenvolverem, o historiador nunca alcança a sua origem, mas apenas os estágios sucessivos da sua perda (Certeau, 1982, p. 34).

A diretriz metodológica apontada acima por Michel de Certeau instaura a cautela à pesquisa de eventos socioculturais ligados à cultura popular transmitida de geração a geração, e assim permite estruturar um relato coerente com as transformações culturais necessárias para que aquelas práticas instauradas pelos negros atingissem relevante status de significação.

> (...) fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas (Ibid, p. 46).

Espaço de relações sociais e simbólicas, construção de identidades, expressão de poderes e hierarquias, além de momento máximo de visibilidade de determinados valores e concepções de mundo, as congadas e o Moçambique retratam a afirmação de povos aculturados que encontraram maneiras de extravasar seus ressentimentos diante de uma opressão desmedida sob suas vidas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ao se observar às manifestações da cultura popular que ocorrem entre os grupos parafolclóricos[1] nas cidades do Sul - Sudoeste de Minas Gerais é possível constatar a permanência dos folguedos e danças dramáticas em razão da ação de líderes comunitários locais, que pela experiência adquirida no contato com seus ancestrais, autentica a validade e a continuidade dessas manifestações tradicionais.

Ao problematizar a memória dos praticantes das manifestações culturais afro-brasileiras, em específico àquelas que ocorrem no âmbito das festas de congadas e Moçambique em São Tomás de Aquino, cidade que leva o nome de um dos principais estudiosos da Igreja Católica, têm-se a proposta de superar os limites da abordagem que se centra na caracterização de um passado.

Visto como um processo permanente de construção e reconstrução, a cultura popular traz em si a heterogeneidade de indivíduos, grupos e coletividades, condição que a autentica no momento de sua revelação no presente histórico. O sentido da transmissão das experiências, motivos e gestos dos rituais são compreendidos na atualização da sua representação sócio-cultural.

O valor das manifestações artísticas e culturais, de verve popular, cultivadas pelos estratos sociais da mineira São Tomás de Aquino, encontra sua autenticidade no presente em que se realiza. Mesmo reconhecida como uma referência de um passado perdido, a memória que oferece sustentação a continuidades dessas práticas recebe incentivos para se efetivar na atualidade.

Procedimento metodológico que revigora o olhar ao objeto de pesquisa, a memória também pode redundar em uma interpretação ingênua da história, desde que a entenda como um mecânico registro e retenção de informações, conhecimento e experiências. Em oposição, ao se atualizar no presente, ela fortalece identidades, pois compartilha sentimentos individuais e coletivos.

Ao ocorrer identificações históricas e culturais entre as pessoas, se forma uma base comum que revela as relações de poder envolvidas nas expressões sociais e seus símbolos, e que torna

[1] Esse conceito é ratificado no CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 8, 1951. ***Carta do Folclore Brasileiro.*** Rio de Janeiro. In. Revista de Investigaciones Folclóricas. Vol. 13: 9-14 (1998).

ISBN: 978-85-7205-133-01

a memória dependente de procedimentos de seleção e descarte dirigidos às manifestações da cultura popular, para lembrar uma indagação que norteia os objetivos dessa pesquisa.

O viés católico tem uma atuação privilegiada, visto o predomínio de santos emblemáticos para os afro descendentes e membros dos grupos de congada e Moçambique, a exemplo de São Benedito, o negro, e santa Ifigênia, nascida na Núbia, atual Sudão, na África, além da mártir Santa Catarina de Alexandria, o frade dominicano São Domingos Gusmão, e as faces de Maria: Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida. Todas essas entidades têm suas "bandeiras" levantadas em procedimentos que inauguram o início da festa.

Na análise de Marina de Mello e Souza, uma identidade católica africana, construída nas condições da dominação colonial, caracteriza a devoção a esses santos e santas, que acompanha um séquito real ao ritmo de tambores, cantos e toadas que versam sobre as graças e milagres concedidos por essas entidades e também remetem ao universo mítico dos africanos.

Tais reconstruções figuram como possibilidades abertas para criar relações de pertencimento entre os negros escravizados que, ao perderem seus laços comunitários, buscaram alternativas para traçar novas identidades e organizar formas e maneiras de propor a reprodução de padrões culturais herdados da África, porém, inseridos na realidade do mundo colonial.

Ao lado da reverência aos santos católicos, a coroação do rei congo e as danças e ritmos dos ternos de Moçambique representam o uso da memória que não se resume apenas em trazer à tona, hábitos de um passado, mas sim de garantir a unidade de um grupo que mesmo disperso, conseguiu reunir pontos de identidade que ofereceram dignidade e referências culturais.

> O fato de as embaixadas serem corriqueiras nas relações dos reinos africanos entre si e com países europeus e de aparecerem como peça central das congadas realizadas por ocasião da eleição de rei congo no Brasil aponta para aspectos do processo por meio do qual se constitui esse costume, que incorporou elementos da história africana, fazendo da festa um lugar de memória, no qual o passado era periodicamente revivido, contribuindo assim para a afirmação de uma identidade (Souza, 2002, p. 183).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Encontramos questões coincidentes na continuidade das festas de congada e Moçambique em São Tomás de Aquino e aquelas que foram fundamentais na afirmação da identidade dos cativos. Claro que outras implicações de cunho econômico, político e cultural estão imbricados nessas manifestações, porém, o cerne dessas expressões da cultura popular ainda continua vivo.

Ler o presente no passado

"O levantamento das bandeiras é a centralidade dessa festa". Essa afirmação feita por um praticante, se refere ao início do ciclo que reúne ternos de Moçambique e companhias de congo todos os anos, entre 8 de dezembro e 1º de janeiro, em 25 dias de cortejos reais à capela de Nossa Senhora do Rosário, seguidos de moçambiqueiros que dançam e saltam ao som de guizos e cantos de louvor aos santos.

Nos grupos que se encontram em São Tomás de Aquino convivem membros portadores das tradições representadas e transmitidas por seus ancestrais. Não há um estudo regular para as apresentações, uma didática de ensino ou uma sistemática e organizada divulgação formal realizada por grupos parafolclóricos, que se limitam a recriar as manifestações tanto para fins educativos como para atendimento a eventos turísticos e culturais.

Os folguedos populares e as danças dramáticas de São Tomás de Aquino são originários dos confrontos culturais que emergiram nos processos sociais e políticos de formação da sociedade brasileira no período escravista. Para atravessar o tempo, a perpetuação dessas festas depende da memória oral e gestual de seus praticantes.

> Que outra manifestação senão a festa seria capaz de congregar tantos elementos, incorporar significados diversos e dar vazão a necessidades múltiplas? (Ibid. p. 252).

A importância em mapear a ocorrência do congo e Moçambique reflete a preocupação em captar uma memória social que permita interpretar o passado, estabelecer diferenças frente a definições do senso comum e dar sentido ao presente. Mello e Souza lista a diversidade de expressões que o ambiente da festa, seus rituais e encantos revelam ao se constituir.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Momento de ruptura do cotidiano, de extravasamento de paixões, de exaltação da identidade comum, da exasperação dos sentidos por meio da música e da dança, de inversão de hierarquias (...) (Ibid. Idem. p. 255).

O olhar historiográfico perscruta as transformações do espaço do outro e tenta entender como se estrutura a sociedade para aquelas comunidades. A validade desses questionamentos encontra ressonância em Certeau ao observar que "(...) a única pesquisa histórica do 'sentido' permanece, com efeito, a do outro" (Certeau, op. cit. p. 14), sem deixar de alertar para as contradições que margeiam esse relato.

Na atualidade, o cenário em que se apresentam os folguedos e danças da cultura popular é dominado pela modernidade capitalista. Essa realidade nos leva a delimitar o campo da pesquisa para apurar no período das festas a problemática da memória, que traz consigo o seu sistema (mecanismos, suportes, vetores e referenciais), conteúdos (representações) e os agentes sociais e suas práticas.

As três vias apontadas ampliam o espectro de indagações acerca da cultura popular que se pretende descrever no presente em que ocorre. Com elementos da cosmologia africana impregnados em dogmas católicos, se compartilha um espaço-tempo que se movimenta como uma espiral que percorre e se estende sobre várias épocas.

As experiências vividas de maneira descontínua e constantemente atualizadas por meio da memória são um objeto relevante da história. As maneiras de cantar, os passos cadenciados, a sonoridade e os arranjos dos instrumentos, as vestimentas e símbolos ornados e carregados, a reverência aos santos católicos, são inúmeros os referenciais cultuados.

Tudo isso deve ser lido dentro de uma conjuntura socioeconômica específica, que tinha seus modos de produção baseados na escravatura, e rígida vigilância sobre os hábitos e costumes dos negros suprimidos em sua liberdade e tratados como mercadoria. Dessa base, surgem as manifestações africanas que somente eram toleradas, desde que estivessem voltadas para a expansão de uma religiosidade católica.

A partir dessa constatação, ficam claras as referências a um catolicismo conservador, pleno de autoridade e procedimentos que autenticam um processo civilizatório. Foi a dinâmica

ISBN: 978-85-7205-133-01

social e econômica da sociedade colonial que obrigou o rearranjo de forças culturais entre os negros trasladados ao Brasil e que culminaram na permanência dos cortejos e bailados.

Resistência diante das imposições de um padrão cultural dominante que detinha os meios de produção da sociedade e maneiras de se articular mediante concessões e cooptações da hegemonia são hipóteses plausíveis a serem testadas durante as investigações sobre agentes ativos e passivos da memória e seus papéis sociais.

> Um conceito capaz de amplo alcance operacional, pois pode articular as práticas, os agentes, os referenciais e os conteúdos da MEMÓRIA é o lugar de MEMÓRIA, na formulação de Pierre Nora, que reciclou o conceito de locus memoriae produzido pela Antiguidade e Idade Média. Pode ser entendido como um ponto de condensação, de sentido material, simbólico e funcional. Na verdade, a visão de Nora é mais cética e limitada, visto como, segundo ele nossa sociedade forjou os lugares de MEMÓRIA porque já não mais existem os meios de MEMÓRIA, onde ela era vivenciada. A rigor, ainda conforme Nora, a reprodução paroxística de lugares de MEMÓRIA, a que estamos assistindo, deve ser considerada uma patologia da nossa sociedade (Meneses, 1992, p. 20-21).

Ulpiano de Meneses, ao citar Pierre Nora, nos confirma a atualidade do conceito da memória, ao discutir o alcance da legitimação dessa experiência do cotidiano, fundamental para compreender a historicidade dessas práticas populares e como os seus significados são contados e resignificados no instante da sua representação social.

Elucidar essas manifestações incorre não apenas em promover um laudo descritivo dessas peculiares festas e encontros que encenam um costume antigo, e sim reviver episódios marcantes para uma ampla classe social que buscava afirmar sua identidade étnica e cultural. Os sonhos, louvores e princípios que reúnem conhecimento, obrigações e similaridades de povos que reescrevem sua história precisavam se efetivar.

Voltar à atenção para as fontes orais, arquivos e a observação das práticas remanescentes dos folguedos e danças dramáticas é o foco metodológico da pesquisa histórica que se pretende erigir, para traduzir as expressões carregadas de emoção e orientadas para a demarcação de valores socioculturais. Os negros que iniciaram essa leitura do novo mundo vir-se-ão na condição de compartilhar seus rituais e condições humanas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

No presente histórico, essas festas enfrentam outros questionamentos. A persuasão das culturas industrializadas, com sua insaciável sede para eleger estilos de vida e expor inúmeras representações que moldam comportamentos delirantes entre as pessoas, cria compartimentos em que tudo pode ser quantificado e rotulado.

O crescimento de atividades turísticas que enxergam nas práticas populares, como a realizada em São Tomás de Aquino, uma fonte de rendimentos e interesses políticos, mostra outro contexto social que também traz incertezas, meios de negociação e campos de mediação cultural que integram homens e mulheres em seu cotidiano.

A cultura popular continua a estabelecer diretrizes para legitimar as práticas sociais. E a memória é a prova cabal da existência das manifestações da cultura popular, envolvida na relativa dependência de "subjetividades múltiplas e heterogêneas que atuam em sua construção (Seixas, 2002, p.56). Ao interiorizar as experiências vividas, o seu sentido somente se completa na sua transmissão.

As condições políticas e socioculturais que revelam as inquietações mais sombrias das relações humanas e formam os ressentimentos que emergem das transições sociais, são elementos constituintes da memória que figuram nos movimentos sociais contra-hegemônicos para parafrasear o filósofo Nietzche. As representações socioculturais trazem ressentimentos, que são os sentimentos compartilhados na hostilidade (ódio recalcado) encontrados em toda a coletividade.

A abordagem teórico-metodológica que nos trouxe para a categoria conceitual da cultura popular ampliou os horizontes das indagações acerca de como se constituíram as manifestações socioculturais do congo e Moçambique encenadas nas paisagens bucólicas da sociedade escravocrata, com seu autoritário e definido sistema de relações sociais, até a total submissão capitalista que conflita com tantas outras vertentes da cultura popular afro brasileira nos dias de hoje.

Ulpiano de Meneses dispõe de ferramentas de análise para extrair múltiplas dimensões e desdobramentos de um passado. Ao relacionar três subcategorias da memória: individual, coletiva e nacional, ele tem contato com possibilidades de atingir o objeto histórico, suas

ISBN: 978-85-7205-133-01

formas de compreensão que se abrem ao conjunto de pesquisas históricas que investigam esse recorte conceitual.

> (...) evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre MEMÓRIA e História. A MEMÓRIA, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A MEMÓRIA, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A MEMÓRIA fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social. Nessa perspectiva, o estudo da MEMÓRIA ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais, problemática na qual a Psicologia Social tem investido consideravelmente, nos últimos anos, procurando parâmetros e instrumentos metodológicos para análises de gênese, operações, produtos e funções (Meneses, op. cit., p. 20-21).

Pensar a si próprio, o passado que nos fez e se refaz a cada geração, e reconhecer no presente o porquê da continuidade de certos compromissos culturais acentua o imenso imaginário a percorrer a fim de encontrarmos as referências da cultura popular que teimamos em não esquecer.

Considerações Finais

Apresentadas as diretrizes metodológicas, o procedimento seguinte é retomar a pesquisa de campo com o intuito de apurar as expressões do congo e dos ternos de Moçambique em São Tomás de Aquino e, com o olhar atento as leituras e interpretações dos praticantes dos eventos relacionados a cultura popular daquela região, testar as hipóteses levantadas acerca da afirmação da identidade cultural e étnica que tenta sobreviver no contexto capitalista em que está inserida.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, N. G. “Contradições latino-americanas. Modernismo sem modernização?” In. ***Culturas Hibridas.*** São Paulo, Edusp, 1998.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CERTEAU, Michel de. ***A escrita da história.*** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M., JULIA, D. "A beleza do morto: o conceito de cultura popular". In REVEL, J. ***A Invenção da Sociedade.*** Lisboa Difel, 1989.

CHAUÍ, Marilena. ***O nacional e o popular na cultura brasileira.*** In. Seminários. São Paulo: Brasiliente, 1984.

_____. ***Conformismo e resistência – Aspectos da cultura popular no Brasil.*** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHARTIER, Roger. ***"Cultura popular. Revisando um conceito historiográfico".*** In. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, no. 16, 1995.

CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 8, 1951. ***Carta do Folclore Brasileiro.*** Rio de Janeiro. In. Revista de Investigaciones Folclóricas. Vol. 13: 9-14 (1998).

DIAS, Amarildo Ribeiro. ***A ideologia das classes sulbaternas através das festas.*** São Paulo: ECA/USP, 2009. (Dissertação de mestrado).

FERREIRA, Ricardo Alexandre. ***Senhores de poucos escravos: cativeiro e criminalidade num ambiente rural 1830-1888.*** São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva.*** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. "Cultura popular e identidade" In ***Da diáspora. Identidades, mediações culturais.*** Belo Horizonte. Ed. UFMG, Brasília: representações da Unesco no Brasil, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. ***A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.*** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 34, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. ***Ideologia da cultura brasileira (pontos de partida para uma revisão histórica (1933 a 1974).*** São Paulo: Editora Àtica, 1994.

ORTIZ, R. ***Românticos e Folcloristas: cultura popular.*** São Paulo. Ed. Olho d'água, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. ***Os tempos da memória (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?*** Projeto História .São Paulo, vol. 24,2002.

SOUZA, Marina de Mello e. ***Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.*** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Cantando a nação: as representações nacionais nas letras de Carlos Gardel e Carmen Miranda

Cantando la nación: las representaciones nacionales en las canciones de Carlos Gardel y Carmen Miranda

Mayra Coan Lago*

Resumo

Este estudo inicial pretende analisar e comparar as representações das identidades nacionais nas canções e das imagens de Carlos Gardel e Carmen Miranda, na Argentina e no Brasil, sobretudo na década de 1930. Para lograr o objetivo, analisaremos algumas das canções produzidas e interpretadas neste período a fim de identificar: Como cantaram a nação, isto é, para e sobre a nação? Que elementos desta "identidade nacional" foram selecionados e quais foram "esquecidos"? Em que medida os cantores podem ser considerados nacionais ao invés de regionais? Quais são as possíveis aproximações e afastamentos que podemos identificar entre eles?

Palavras-chave: Representações; identidades nacionais; Carlos Gardel; Carmen Miranda.

Resumen

Este estudio inicial intenta analizar y comparar las representaciones de las identidades nacionales en las canciones y en las imágenes de Carlos Gardel y Carmen Miranda, en Argentina y en Brasil, sobretodo en la década de 1930. Para lograr el objetivo, analizaremos algunas de las canciones producidas e interpretadas en este período a fin de identificar: ¿Cómo cantaron la nación, o sea, para y sobre la nación? ¿ Qué elementos de esta "identidad nacional" fueron seleccionados y cuales fueron "olvidados"? ¿ En que medida los cantantes pueden ser considerados nacionales al revés de regionales? ¿ Cuáles son las posibles aproximaciones y afastamientos que podemos identificar entre ellos?

Palabras-clave: Representaciones; identidades nacionales; Carlos Gardel; Carmen Miranda.

* Mestranda pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: mayracoan@usp.br .

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

Para Benedict Anderson (2008), nação é uma comunidade política imaginada. Comunidade, pois, independente da desigualdade e da exploração efetivas que podem existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal. O sentido da "imaginação", para o autor, é relacionado ao de invenção, considerando a nação como intrinsecamente limitada e soberana:

> Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (...) Imagina-se a nação limitada porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade (....) Imagina-se a nação soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina (...) A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano (ANDERSON, 2008, p. 32-33).

A nação, como comunidade política imaginada, limitada e soberana, ao mesmo tempo, também inventa e mascara. Deste modo, é interessante atentarmos para o fato de não existirem comunidades "verdadeiras", pois qualquer uma é sempre imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. De fato, *grosso modo,* o que distingue uma Comunidade de outra é justamente o "estilo" ou a forma como são imaginadas, incluídos aí, por um lado, os elementos que se utiliza e, por outro lado, os que são "esquecidos" ou "apagados".

Com relação às *Comunidades Imaginadas,* concordamos com Lilia Moritz Schwarcz (2008), na apresentação da segunda edição do livro de Anderson, sob o título "Imaginar é difícil (porém necessário)", o qual afirma:

> Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária efetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados "naturais e essenciais"; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do "nós", presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de "eles" e de diferença em qualquer sociedade (SCHWARCZ, 2008, p.16).

Estes elementos tornam possível pensarmos e considerarmos as diversidades das identidades nacionais. Assim, para além da constatação destas invenções é mister considerarmos outro aspecto elementar: o poder do fazer sentido dentro do repertório das nações imaginadas. Se não faz sentido, não há identificação ou o sentimento de pertencimento e, portanto, não há "Comunidade". Símbolos, signos, mitos, entre outros elementos que

ISBN: 978-85-7205-133-01

compõe os imaginários sociais, são fundamentais para estas invenções e (re) invenções das Comunidades Nacionais.

Neste sentido, os imaginários sociais têm especial importância, pois estão inseridos nestes processos de invenção e (re) invenção das Comunidades Imaginadas Nacionais, sendo constituídos pelas relações entre significantes (imagens, símbolos, palavras) e significados (representações, significações) destes processos, compondo expressões do pensamento, que se manifestam pelas imagens e "discursos" que pretendem dar uma definição da realidade.

De acordo com Bronislaw Baczko (1985), os sistemas de representações produzidos por cada época não isolou o "verdadeiro" e o "ilusório", pelo contrário, uniu-os por meio de um jogo complexo e dialético. Dessa forma é a partir das ilusões que uma época alimenta de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua "verdade", tal como o lugar que lhe cabe na "lógica da história". Isso decorre do fato das representações mentais envolverem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento, constituindo um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural.

Ou seja, nas representações coletivas não se trata de uma representação única de algo único, homogêneo, mas sim de uma representação escolhida de forma mais ou menos arbitrária a fim de significar outras e de exercer o controle sobre as práticas, pois as representações são produtos de estratégias de interesses e manipulações, constituindo-se, assim, um campo de jogos de poder. Todas as épocas tiveram as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário social, tal como as modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar. Entre os diversos momentos e personagens envolvidos nestes processos, selecionamos dois: Carlos Gardel e Carmen Miranda, por serem os primeiros maiores vendedores de discos em seus países, sua notoriedade nacional e internacional, constituindo-se como símbolos nacionais de seus países, com o objetivo de analisar e comparar as distintas representações das identidades nacionais a partir da música e da imagem de ambos.

Acompanhado deste objetivo mais amplo, este estudo inicial está norteado pelos seguintes questionamentos: Como cantaram a nação, isto é, para e sobre a nação? Que elementos desta "identidade nacional" foram selecionados e quais foram "esquecidos"? Em que medida os cantores podem ser considerados nacionais ao invés de regionais? Quais as possíveis aproximações e afastamentos que podemos identificar entre eles? Para refletirmos a partir destes questionamentos, este estudo inicial está estruturado em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Nas duas partes iniciais procuraremos

ISBN: 978-85-7205-133-01

apresentar alguns apontamentos sobre o contexto sócio-histórico em que Carlos Gardel e Carmen Miranda estavam inseridos, na Argentina e no Brasil, em que suas canções foram criadas ou interpretadas a fim de observarmos os elementos "nacionais" selecionados e, consequentemente, os "esquecidos". Finalmente, as comparações iniciais entre os artistas serão apresentadas nas considerações finais.

1. Carlos Gardel: el cancionero típico porteño y folklorista argentino

Para Eric Hobsbawm (1990), o período entre-guerras foi o de maior emergência dos nacionalismos e, consequentemente, de maior discussão e exposição das identidades nacionais. No caso da Argentina, sobretudo entre os anos 1920 e 1930, a identidade nacional foi renegociada, incorporando também elementos que representavam as camadas populares da população. Segundo Keller (2009), esta renegociação da identidade nacional foi almejada e conduzida não apenas pelos agentes do Estado como também de diversos grupos dos setores sociais.

No período mencionado ainda era preciso "argentinizar" o grande contingente de imigrantes que estavam na Argentina, incentivando-os a comporem e compartilharem alguns dos elementos da identidade nacional. Segundo Adolfo Prieto (1988), na época da Primeira Guerra Mundial, os nacionalistas argentinos já haviam encontrado no homem "gaucho" um símbolo que representasse a herança cultural da nação sob a "ameaça" da imigração.

Os meios de comunicação em massa como a indústria fonográfica, do cinema e do rádio tiveram especial importância no processo de renegociação das identidades nacionais. De acordo com Simon Collier (1988), a indústria fonográfica havia se desenvolvido na Argentina desde a década de 1910 e o rádio desde a década de 1920:

> Las emisoras de radio – las broadcastings, como las llamaban entonces los argentinos – proliferaban en Buenos Aires y las otras ciudades principales: se instalaron más de cincuenta entre 1920 y 1928. Así los horizontes del entretenimento popular, ya ampliados por el fonógrafo, se ampliaron aun más, en un último hito antes de la era de la televisión. La Argentina estaba convirtiendo en una "sociedad de masas" con sus correspondientes entretenimientos masivos. Era inevitable que el dúo de cantores más famoso del país saliera al aire tarde o temprano (p.101).

Estes meios de comunicação possibilitaram novas formas de construção e negociação das identidades:

> O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, durante o século XX, possibilitaram novas formas através das quais constroem-se identidades. Se, antes, as identidades eram construídas essencialmente através da família e da comunidade

ISBN: 978-85-7205-133-01

> local, especialmente com o rádio e, posteriormente, com a televisão, há uma complexificação e diversificação das influências sobre a construção desta. Assim como, anteriormente, tinham-se referências na construção das identidades, tal como as figuras do pai e da mãe, tão analisadas por Freud, agora têm-se ídolos (...) cujas músicas, imagem e performance eram difundidos através dos meios de comunicação e que tornam-se novas referencias para a construção das identidades. (KELLER, 2009, p. 4).

Cabe assinalarmos que estes processos não são simples, constituindo-se como uma via de mão única, senão complexos e negociados entre aqueles que produzem ou reproduzem os elementos constituintes das identidades nacionais e os que recebem. Neste sentido tem especial importância os desejos e as necessidades do "público", no sentido mais amplo, ou os imaginários sociais, pois é a partir dos símbolos conhecidos e aceitos que esta relação e influência serão estabelecidas.

Entre os elementos destes processos de renegociação também estava o tango. Ao analisar as suas origens, Roberto Martinez, Natalio Etchegaray e Alejandro Molinari (2000) identificaram a formação do tango através de um processo de miscigenação. Ainda de acordo com os autores, a música popular existente na Argentina na primeira metade do século XIX foi "protagonizada" pelos negros em seus bailes e difundida entre outros meios étnicos. Neste sentido, a herança africana teria sido uma das bases de origem do tango mesmo quando da saída da maioria dos negros da região durante o século XIX. Nos salões do centro da cidade, as músicas europeias, como valsa, polca, minueto e gavota, eram difundidas entre as elites. Assim, somente nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir de seu sucesso internacional, que este estilo musical mestiço tornou-se mais aceito pelas elites argentinas e representação nacional (KELLER, 2009).

Keller (2007) considera que o tango sairia das "orillas", espaço dos excluídos da cidade de Buenos Aires, para se tornar representante da identidade nacional. Em estudo recente sobre a identidade nacional argentina, Marcos Aguinis (2002) afirma:

> O tango gerou cultores que lhe deram brilho e variedade, Modelou amplos retalhos da alma coletiva com os sucessivos personagens que foram se formando no futuro da nação. Perambulou pelos arrabaldes, ganhou os salões, entrou no cinema e conquistou o gosto popular como um irmão gêmeo do jazz. Havia verdade no jazz e no tango da primeira metade do século XX. Ambos vieram do chão de terra batida e de uma dor tão profunda que tirava o fôlego. [...] o tango apresenta eloqüentes indícios da nossa mentalidade. Do atroz encanto de ser argentino. Expressa rancor, medo, tristeza, picardia (AGUINIS, 2002: 59-61).

Segundo Keller (2007), a aceitação do tango como um dos elementos de representação nacional não foi algo simples ou obra da propaganda de algum governo, mas resultado de um amplo processo de negociação, de lutas simbólicas e de afirmação de algumas das identidades

ISBN: 978-85-7205-133-01

em relação a outras. Neste processo complexo de negociação, Charles Romuald Gardes, também conhecido como Carlos Gardel teve um papel importante.

Ainda que seja objeto de disputa e polêmica, sobretudo entre uruguaios e argentinos, alguns autores e biógrafos do cantor e compositor afirmam que Gardel nasceu em 1890, em Toulouse, na França, filho de Marie Berthe Gardes e de pai desconhecido. Chegou a Buenos Aires com sua mãe quando tinha apenas dois anos de idade, sendo que teve uma infância pobre e viveu desde cedo de pequenos bicos. Começou sua carreira em cafés e reuniões de bairro. Quando tinha 17 anos conheceu o uruguaio José Razzano e em 1911 formou com ele uma dupla popularmente conhecida como El Morocho y El Oriental, que interpretava ritmos populares locais. Naquele momento, mudou seu sobrenome em definitivo para Gardel e se converteu no fenômeno musical da década. O reconhecimento chegou em 1914, quando passou a se apresentar regularmente no cabaré Armenonville, em Buenos Aires.

Embora alguns autores afirmem que ele não era argentino, um de seus mais conhecidos biógrafos considera que Gardel apresentava fortes vínculos culturais com a Argentina e, em especial, com Buenos Aires onde:

> La población era mixta, pues allí vivian tanto inmigrantes judíos como italianos. Carlos se habituo así al sonido de diversos idiomas y dialectos: el idisch, varias formas del italiano, el poco duradero híbrido (de español e italiano) llamado cocoliche, y por cierto el lungardo, el recién nacido argot urbano de Buenos Aires. Con muchos vocablos tomados (o adaptados) del italiano, el lunfardo era ya uma prolífica fuente del habla cotidiana de Buenos Aires, uma forma lingüística a la que Carlos permaneció apegado toda la vida. En esto, como em tantos otros aspectos, se revelaba como um genuino hijo de la ciudad, porteño hasta la medula. Su permanente afición por el mate (el té paraguayo tan popular entre los argentinos) y por lãs carreras hípicas también eran rastros indelebles de sus Orígenes portemos. Desde luego nacido em outra parte, pero en todo caso lo hacía aun más típico de la ciudad (COLLIER, 1988, p. 35).

O momento de emergência de Gardel- 1917- é também o momento de emergência política da União Cívica Radical, tendo sido eleito presidente Hipólito Yrigoyen, por este partido em 1916. Segundo Keller (2009), Yrigoyen representou a emergência política de outros setores sociais, diferentes das elites tradicionais, o que influenciou diretamente no processo de renegociação mencionado anteriormente. Ainda segundo o autor, diversos elementos dos segmentos populares legitimam-se no período radical, entre os anos 1916-1930, sendo ressignificados e classificados como nacionais. Novamente, devemos considerar a complexidade do processo, lembrando que Gardel estava inserido em um contexto de lutas de poder simbólico, em que se tinha, de forma mais ampla, propostas de identidade nacional

ISBN: 978-85-7205-133-01

da elite e proposta de identidades nacionais dos excluídos desta elite, também denominados "populares", para (re) definição de símbolos nacionais.

Segundo Keller (2007) é recorrente nas canções de Gardel a tentativa de identificar o nacional com o popular, como, por exemplo, na canção "Gacho gris", tango de Carlos Barthe e Alejandro Sami, gravado por Gardel em 1930:

(...)
Gacho gris, arrabalero
Vos triunfaste, como el tango,
Y escalaste desde el fango
Toda la escala social.
Ayer solo el compadrito
Te levaba requintado,
Pero ahora, funyi claro,
Sos chambergo nacional.

(...)
Gacho gris, otra vez frente a mí.
Es verdad que ya estoy maturrango
Para usarte lo mismo que antaño,
Sin embargo con vos... con un tango
Me parece que vuelvo a vivir."

Nesta canção podemos notar o tango como um personagem com vida própria e que, a partir de uma série de acontecimentos, conseguiu escalar a "escala social" até tornar-se representação nacional. Deste modo, o tango foi apresentado como vitorioso nas lutas simbólicas de representação da identidade nacional e, mais do que isso, também como uma vitória dos próprios segmentos sociais que representava.

Em sua trajetória artística, Gardel utilizou-se da imagem do "gaúcho", tanto em sua carreira na Argentina quanto no exterior. Cabe notarmos que mesmo que Gardel tenha utilizado os elementos que compõem a imagem do "gaucho", não foi um uso simples e "perfeito", isto é, houve a ressignificação da vestimenta, como podemos notar a partir da imagem abaixo, no filme *El dia que me queiras* (1935):

Imagem 1: Carlos Gardel (centro) com Tito Lusiardo e outro ator, no filme *El día que me queiras* (1935).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Comparado aos outros dois "gauchos" da imagem, podemos notar a diferença do chapéu e da forma como o lenço foi amarrado, na lateral. Estes aspectos revelam a mistura entre os elementos do "gaucho" e os de imigração ou o "homem tradicional" de Buenos Aires. Esta "mescla" também confluía para o agrado dos distintos públicos de Gardel, sendo que ele servia aos padrões estéticos de beleza das elites argentinas, inclusive no jeito, e também servia aos segmentos populares, de modo que incorporou alguns de seus elementos.

Do mesmo modo, também se utilizou de diversas outras representações associadas à identidade étnica como podemos notar a partir de alguns de seus apelidos: El Morocho, El Morocho del Abasto, El Zorzal, El Zorzal, Criollo, El Bronce que sonrie, entre outros. Sobretudo a figura do "morocho" pode ser associada ao moreno no Brasil, podendo ser vinculada à ideia de miscigenação. Neste sentido, Keller (2009) considera:

> Gardel construiu uma imagem misturando elementos de distintas identidades com o intuito de tornar-se a síntese entre elas. Gardel faz a síntese da antiga oposição entre a cidade de Buenos Aires, representada pela moda e os padrões europeus, e o campo, representado pelo "gaucho", a síntese entre a "civilização e a barbárie" (p.622).

As letras de algumas de suas canções também revelam o uso destes elementos e, por vezes, a mescla, como no caso do tango "Arrabal amargo", de Gardel e Alfredo Le Pera, parece que se mistura o campo aos subúrbios de Buenos Aires, as duas regiões pelas quais o "gaucho" circularia.

> (...)
> Rinconcito arrabalero,
> con el toldo de estrellas
> de tu patio que quiero.
> Todo, todo se ilumina,
> cuando ella vuelve a verte
> y mis viejas madreselvas
> están en flor para quererte.
> (...)

Ao utilizar a expressão "Rinconcito arrabalero", Gardel parece procurar criar uma identificação entre estes dois espaços: o "riconcito" podendo ser associado aos espaços do campo; e o "arrabalero" podendo ser associado aos espaços do subúrbio. Outra imagem utilizada por Gardel, para estabelecer a ligação entre as diferentes regiões é a da andorinha e a do passarinho, como podemos notar a partir do trecho do tango "Pajarito", de Dante A. Linyera e Francisco Bautista Rímoli, gravado por Gardel em 24 de abril de 1930:

> ¡Pajarito! Que al rodar al com pás del grito
> ¡"Prensa", "Argentina!, "Nación"!,
> vas cortando las aceras,
> y flameando las banderas
> de tu propia perdición.
> ¡Pajarito! No olvides que con el grito
> ¡"Prensa", "Argentina!, "Nación"!

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Por las urbanas arte rias,
> vas cantan do tus mise rias de gorrión (…)

A imagem do passarinho é mesclada com os gritos de "imprensa", "Argentina" e "nação", podendo ser interpretado como uma metáfora do deslocamento e divulgação dos elementos da identidade nacional, conjuntamente com a imprensa, para as mais diversas partes da Argentina.

A imagem do "gaucho", oriunda dos grupos populares do interior, e o estilo musical tango, oriundo dos grupos populares da cidade, mas ambos aceitos também pelas elites desde seu sucesso no exterior, mesclaram-se nas primeiras décadas do século XX para representar a Argentina como um todo. Na década de 1920 empreendeu um giro pela Europa, contribuindo para que o tango fosse admirado e saudado em diversas cidades da França e da Espanha.

No início da década de 1930 Gardel já era consagrado como celebridade não apenas na Argentina e no Uruguai mas em outros países da América Latina e da Europa. A popularidade encorajou a companhia cinematográfica norteamericana Paramount Pictures a contratá-lo para estrelar filmes que seriam rodados em alguns países da Europa e América Latina.

Imagem 2 e 3: Cartazes do filme *El dia que me quieras* (1935)

A partir dos cartazes podemos notar que, em determinados filmes, Gardel continuou utilizando elementos que representassem uma síntese da identidade argentina não apenas pela música mas também pela vestimenta.

2. Carmen Miranda: o "tipo brasileiro"

O período que se estende entre o começo da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda Guerra Mundial é constituído pela exacerbação dos nacionalismos. No caso do Brasil, a conjuntura internacional combinada com a nacional motivou o acentuamento do

ISBN: 978-85-7205-133-01

nacionalismo no país. A chamada "Revolução de 30", diferentemente da Primeira República, que tendia ao federalismo, tendeu, entre outros elementos, ao centralismo, ao desenvolvimento e a valorização da identidade nacional em detrimento das regionais.

As mudanças do Estado, com relação ao seu "papel", sua "ação", tal como a forma de enxergar e interpretar o Brasil e os brasileiros, revelaram um novo pensar sobre a identidade nacional, que era condizente com a interpretação que o Estado fazia das crises e dos problemas sociais. De acordo com Renato Ortiz (1994), a partir da década de 1930 iniciou-se um novo processo de renegociação das representações das identidades nacionais no Brasil.

Os "cem" anos da Independência do Brasil combinados com o Movimento Modernista, consagrado pela Semana de Arte Moderna de 1922, constituíram momentos significativos em que se questionava o que se tinha para comemorar no centenário, que elementos compunham o Brasil, quem eram os "verdadeiros" brasileiros, como lidar com a modernidade e a tradição, entre outros. Estes momentos já demonstravam as múltiplas formas de enxergar e pensar o Brasil e os brasileiros.

Quando Vargas entra no poder em 1930, alguns questionamentos foram retomados, sobretudo no tocante aos elementos que compunham o Brasil e os "verdadeiros" brasileiros. Assim, a partir da década de 1930, alguns elementos que comporiam o Brasil seriam apropriados e outros inventados, como: o mito das três raças ou a mestiçagem brasileira, a feijoada, o samba, o futebol, a capoeira, entre outros. No tocante ao samba, de acordo com Marcos Napolitano (2007), a partir dos anos 1930, o samba deixou de ser apenas um evento da cultura popular afro-brasileira ou um gênero musical e passou a significar a própria ideia de brasilidade. Utilizando-se de Bryan McCann, Napolitano (2007) assinala três estágios da relação entre samba e identidade nacional:

> o primeiro, situado entre 1930-1937, com o surgimento e a consolidação da percepção da relação entre samba e identidade nacional, com várias visões e projetos informando esta percepção geral. O segundo, entre 1937-1945, marcado pelo estreitamento semântico do campo do samba como expressão da nação. Nesta fase, o Estado varguista chegou a assimilar o samba cívico, de exaltação solene e folclórica da nação, que dividia o mercado musical com outros gêneros musicais e formas de samba. Finalmente, entre 1945 e 1955, houve o retorno de um "samba crítico", no seio do qual os compositores assumiam o simbolismo convencional que ligava o "samba" à "brasilidade", não para exaltar a pátria, mas para expor as contradições da sociedade brasileira no processo de modernização capitalista, criticando a falência do projeto de "democracia social e racial" do Estado Novo (NAPOLITANO, 2007, p.23).

Assim, o que devemos assinalar é o fato de o samba, como gênero apropriado e amplamente utilizado por Vargas, sobretudo no período do Estado Novo, ter sido modificado

ISBN: 978-85-7205-133-01

e ressignificado pelo Governo para transmitir e difundir as ideias de nacionalidade que se almejava na época. Este processo foi complexo e delicado, composto por diversos discursos, disputas e discordâncias, inclusive com relação ao seu uso como "música nacional", como assinala Napolitano (2007):

> Na verdade, não apenas a esquerda cortejava o mundo do samba. A direita também o disputava como expressão da alma nacional, obviamente a partir de apropriações e discursos diferenciados. Para a esquerda, o samba era a música do povo e deveria ser valorizado como expressão "autêntica". Para a direita, o samba, por si, era "exótico", mas poderia se tornar música brasileira, desde que "higienizado" e "disciplinado" (p. 35).

O processo de "apropriação" e "ressignificação" do samba pelo Governo foi composto por contradições, resistências e tensões, mesmo entre alguns dos intelectuais e artistas do Governo que não consideravam o samba como algo valorizado, que pudesse representar o Brasil ou os brasileiros, até mesmo pela sua origem e tradição histórica, social e étnica, tal como a identificação quase direta com a ideia de malandragem. O samba seria aceito como música nacional se fosse "higienizado" e "disciplinado", isto é, se rompesse com a ideia e imagem da "malandragem" e fosse utilizado para "educar" e "disciplinar" a nação, sobretudo os trabalhadores, a partir da difusão dos valores e dos elementos que compunham a "identidade nacional" proposta pelo Estado Novo.

Neste contexto é interessante observarmos um dos momentos que demonstra como o samba deixaria de ser uma música "étnica" e "social" determinada para ser ancorado na modernidade e nacionalidade brasileira. A oficialização do Carnaval em 1932 revela e marca esta transformação que ainda estava em curso. Acompanhado da oficialização, também podemos recordar o ano de 1936, quando a Hora do Brasil transmitiu um samba da Escola Mangueira "diretamente para a Alemanha nazista" e mesmo o primeiro ano do Estado Novo, quando o Governo estabeleceu que os enredos de escolas de samba teriam "caráter histórico, didático e patriótico".

É também neste período que houve a intensificação de um novo meio de comunicação de massa- o rádio- fundamental na (re) formulação, (re) construção ou renegociação desta nova identidade, tendo sido largamente utilizada pelo Estado para este fim. De acordo com Maria Helena Capelato (1999), em 1937 havia 63 estações de rádio e 357.921 aparelhos no Brasil, sendo que nos primeiros anos do Estado Novo este número duplicou. Isto significa que, neste período, existia mais de um rádio para cada cem brasileiros.

Para Kerber (2007), o rádio teve uma influência fundamental no imaginário social da sociedade brasileira a partir da década de 1930, inaugurando um novo período de ídolos

ISBN: 978-85-7205-133-01

nacionais, os cantores de rádio. Alguns destes cantores de rádio, seriam escolhidos como os "tipos" ideais nacionais, que por cantarem para e sobre a nação, deveriam representa-la nacional e internacionalmente:

> Alguns desses artistas, justamente por circularem entre meios culturais distintos, participaram como mediadores do processo de construção de uma nova síntese identitária nacional. [...] Como grandes ídolos populares, divulgavam idéias [sic], símbolos e estereótipos que eram consumidos por grande parte da população (KERBER, 2007, p.14).

Entre os cantores e cantoras do "samba autêntico", considerado na época como retrato da música brasileira, estava a intérprete Maria do Carmo Miranda da Cunha, também conhecida como Carmen Miranda. Maria do Carmo Miranda da Cunha nasceu no dia 9 de fevereiro de 1909, em Portugal, mas logo recebeu o apelido de Carmen, por lembrar uma espanhola tal qual a popular personagem da ópera de Bizet. Chegou ao Brasil com a família antes mesmo de completar um ano de idade, sendo que foi no Rio de Janeiro onde sua família montou uma pensão na Travessa do Comércio e onde seus irmãos nasceram. De acordo com Ana Rita Mendonça (1999), a pensão era frequentada por vários músicos, como Pixinguinha e seus amigos, e, assim o ambiente contribuiu para o gosto de Carmen pela música.

De acordo com Ruy Castro (2005), um de seus biógrafos, a carreira artística de Carmen começou no final de 1929, com o auxílio de Josué de Barros, quando conseguiu que a gravadora Brunswick gravasse um disco dela. No entanto, insatisfeitos, a dupla procurou a gravadora Victor, estadunidense recém-estabelecida no Brasil que fechou um novo contrato.

Em 1930, em pleno carnaval, foi lançada a canção "Tahí", que fez de Carmen um sucesso. Em seguida a mesma gravadora fechou um contrato com Carmen para a gravação de mais catorze discos, cerca de um disco a cada dezoito dias (KERBER, 2002). Uma das exigências da gravadora era a gravação apenas de músicas brasileiras e a omissão, o máximo possível, de sua origem portuguesa. A cantora agradou os ouvintes, mas certa vez revelou sua origem em uma entrevista, quando lhe perguntaram se era nascida no Rio mesmo, Carmen respondeu:

> Todos que me conhecem pensam que sou brasileira, nascida no Rio. Como se vê, sou morena e tenho o tipo da brasileira. Mas sou filha de Portugal. Nasci em marco de Canavazes e vim para o Brasil com um ano de idade [na verdade menos]. Mas meu coração é brasileiro e, se assim não fosse, eu não compreenderia tão bem a música desta maravilhosa e encantadora terra' (CARMEN apud CASTRO, 2005, p. 63).

Interessante observarmos o imaginário social produzido no período e presente acerca do "tipo ideal" de mulher brasileira: branca, morena, bela e sedutora. Antes de transformar o

ISBN: 978-85-7205-133-01

figurino para a baiana, a imagem pública e as narrativas de suas canções revelam o modelo de uma mulher bem sucedida, batalhadora, bela, sedutora, que tem graça e bom humor até mesmo nas adversidades. Ademais, ela mesma se autoreconhecia como brasileira, afirmando: "Olhem para mim e vejam se não tenho o Brasil em cada curva do meu corpo" (MIRANDA apud KERBER, 2007).

Segundo Capelato (2009), Carmen Miranda estava inserida no grande projeto conhecido como "integração nacional pelas ondas", que deveria integrar o país de norte a sul. Deste modo, ela como cantora também de rádio, deveria contribuir no processo educativo, formador da consciência nacional e indispensável a integração nacional, cujo objetivo era por meio das canções e narrativas: "*homogeneizar o povo e o caráter da nação, através de metáforas da fecundidade vegetal, da variedade de alimentos e de elementos tropicais, como sol, calor, mar e barro, que sustentariam a formação desses indivíduos e os integrariam como oriundos daquela natureza*" (RIVERA, 2000, p. 64).

De acordo com Mendonça (1999), o samba, como ritmo nacional, nas canções interpretadas por Carmen Miranda, equilibrava a celebração da harmonia racial e o ideal do branqueamento, com um toque de contradição. Ademais, a aparência atendia ao imaginário social estado-novista, num primoroso equilíbrio de opostos, em que vestia-se elegantemente, sem abrir mão da ginga e da gíria associadas aos populares. Cantando a cidade, o morro e as paisagens brasileiras, a moça branca colaborava para legitimar seu jeito como brasileiro. Observemos algumas das canções interpretadas por Carmen Miranda, procurando notar o que revelam.

A primeira canção selecionada é *Eu gosto da minha terra* (1930). Nesta canção é possível notarmos o apelo ao que é "verdadeiramente" brasileiro, a partir da exaltação do que é nacional:

> Desse país tão formoso, eu filha sou, vivo feliz
> Tenho orgulho da raça, da gente pura do meu país
> (...) Sou brasileira, tenho feitiço
> Gosto do samba, nasci pra isso
> O foxtrot, não se compara
> Com o nosso samba que é coisa rara
> Eu sei dizer, como ninguém
> Toda beleza que o samba tem
> Sou brasileira, vivo feliz
> Gosto das coisas do meu país!

Em primeiro lugar exalta-se o país formoso que proporciona a alegria que a cantora tem. Em seguida, notemos a ideia do branqueamento, que revela uma "raça pura". Tal contradição pode ser explicada pelo fato da canção ter sido interpretada ainda no início da

ISBN: 978-85-7205-133-01

década de 1930, momento em que a mestiçagem como elemento positivo ainda não estava presente. Finalmente, cabe notarmos como o samba é apresentado e posicionado acima dos ritmos estrangeiros, como o caso do foxtrot, sendo considerado algo raro, belo e único, legitimamente brasileiro. A frase final reafirma os elementos anteriores, isto é, a exaltação ao que é nacional.

Outra canção interessante é *Diz que tem* (1940). Na canção interpretada, é possível notarmos a tentativa de uma união harmônica das diversas nacionalidades, conforme o interesse do Estado Novo:

> Cantei em São Paulo, cantei no Pará
> Tomei chimarrão e comi vatapá
> Eu sou brasileira, meu "it" revela
> Que a minha bandeira é verde-amarela
> Eu digo que tenho, que tenho moamba
> Que tenho no corpo um cheiro de samba
> Só falta p'rá mim um moreno fagueiro
> Que seja do samba e bom brasileiro

A letra revela a ideia da importância do nacional em detrimento do regional, reforçada pelo trecho que utiliza um dos símbolos da nação “a minha bandeira é verde-amarela”. Do mesmo modo, o samba é novamente utilizado como expressão da música brasileiro que pode ser acompanhado pelo moreno-o que revela outra imagem sobre a raça no Brasil- desde que seja do samba e “bom brasileiro”. Esta ideia de “bom brasileiro” é interessante para pensarmos os elementos que o Estado Novo utilizou para compor este “tipo”, como as imagens: do trabalho, da família, da ordem, da disciplina, da educação, entre outros.

Outro aspecto nas canções interpretadas por Carmen Miranda que deve ser considerado é a presença e, por vezes, exaltação de elementos regionais. Em suas interpretações, podemos notar a exaltação a alguns elementos e símbolos da então capital do país, Rio de Janeiro, sobretudo no tocante as belezas naturais, ao Pão de Açúcar, entre outros. Do mesmo modo, embora o Rio de Janeiro pudesse ser a representação do Brasil, um de seus elementos não deveria ser recordado: o malandro.

No entanto, Carmen não mencionou e exaltou apenas os elementos do Rio de Janeiro como brasileiros. Carmen também interpretou canções em que a Bahia e seus elementos foram exaltados, como em *Etc* (1932), *No tabuleiro da baiana* (1936), *Quando penso na Bahia* (1937), *Nas cadeiras da baiana* (1938), além da famosa *O que é que a baiana tem* (1939), entre outras. De acordo com Keller (2007), a partir da gravação desta música, Carmen passou a se apresentar vestida com parte dos trajes típicos das negras da Bahia.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Interessante notar que a vestimenta criada por Carmen, embora tenha se apropriado de alguns elementos das baianas, acrescentou outros, combinando-a com elementos coloridos que representassem as belezas naturais, o carnaval e as nuances da diversidade étnica brasileira.

Imagem 4: Carmen Miranda

De acordo com Keller (2007), a figura da baiana encontrava o elogio à miscigenação, especialmente do branco com o negro, fundindo-se harmonicamente. Para o autor: "*O pano da Costa, lembrando a herança africana, o Bonfim, que lembrava o candomblé, logo após o rosário de ouro, que lembrava a igreja católica*" (p.10). Deste modo, a baiana era a melhor síntese para representar o Brasil, pois era harmônica, representando também as camadas populares brasileiras em convívio pacífico com as elites, distinguindo-se do malandro, que era a representação daquelas camadas populares em conflito com a elite e com toda a organização política, econômica e social existente.

Ademais, o imaginário social aceitaria a representação da baiana, pois além de conter elementos para além do Estado, a cidade tinha sido capital do país anteriormente, havia certa concentração de baianos na cidade do Rio de Janeiro, as conhecidas "tias baianas" e a mesma se opunha à aversão ao trabalho, consideradas trabalhadoras. Deste modo, Keller (2005) considera que Carmen conseguiu "abrasileirar" a baiana, não deixando a figura de ser regional mas abrindo a possibilidade de também ser nacional.

A nacionalização do samba também estava ligada a um projeto de modernização do país e a um reposicionamento internacional. Este projeto pode ser notado em 1939, na Exposição Nacional do Estado Novo, organizada por Villa Lobos, em que houve apresentações de Francisco Alves, Patrício Teixeira, Almirante, Donga, de escolas de samba cariocas e Carmen Miranda (entre outros), e aos estrangeiros que aqui chegavam eram prontamente apresentados a feijoada e as escolas de samba (VIANNA, 2004, p.124–126).

ISBN: 978-85-7205-133-01

O “tipo ideal brasileiro” foi exportado para os Estados Unidos, sobretudo a partir do final da década de 1930, em 1939, inclusive participando das filmagens do Walt Disney, no filme *Alô Amigos* (1942), cuja participação é combinada com a performance do personagem recém-criado *Zé Carioca*, que apresentava o Rio de Janeiro para o Pato Donald. O filme, que revela diversos símbolos e estereótipos do Brasil e do brasileiro, encerra com a participação de Carmen Miranda dançando com o Pato Donald. Além da participação de Carmen Miranda, também devemos recordar o uso da canção “Aquarela do Brasil” (1939) de Ary Barroso, naquele momento já consagrada como “grande expressão” da música brasileira, que exaltava o Brasil e os brasileiros, a partir da combinação dos elementos que o Governo forjou.

O filme está inserido em um contexto político mais amplo, constituído pela Segunda Guerra Mundial e pela Política da Boa Vizinhança advinda dos Estados Unidos que, com o receio da influência nazista em alguns países da América Latina, procurou criar uma imagem de amistosidade e amizade entre os Estados Unidos e os países latinoamericanos. Entre os mecanismos utilizados para demonstrar estas imagens estava a produção cinematográfica:

Imagens 5 e 6: Capas do filme “Alô Amigos”, com o título em castelhano “Saludos Amigos”.

Considerações Finais

Este estudo inicial pretendeu apresentar, de maneira mais ampla e panorâmica, algumas considerações acerca das representações da identidade nacional a partir de algumas canções selecionadas de Carmen Miranda e Carlos Gardel. Mais do que considerações, este estudo procurou refletir a partir das questões apresentadas na introdução, a fim de identificar algumas das possíveis formas de se “cantar” para e sobre a nação, sendo que a pesquisa continuará.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Durante a década de 1930, Carmen pronunciava em suas canções e em sua performance um discurso de nacionalidade, de elogio ao Brasil, às suas riquezas naturais e a seu povo. Por outro lado, no mesmo período, Gardel pronunciava em suas canções e performance, aspectos de identidades regionais argentinas, o que não possibilita a afirmação de que ele não procurou apresentar representações nacionais sobre a Argentina.

Finalmente, cabe dizer que Carmen Miranda e Carlos Gardel foram produto de uma série de fatores, que procuraram narrar, por um viés diferenciado, as histórias nacionais de seus países por meio de sua arte.

Referências Bibliográficas

AGUINIS, Marcos. *O atroz encanto de ser argentino*. São Paulo: Bei Comunicação,2002.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social" In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação.In: PANDOLFI, Dulce (organizadora). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999. P.167–178.

_____. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTRO, Ruy. *Carmen*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COLLIER, Simon. *Carlos Gardel – su vida, su música, su época*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KERBER, Alessander. O que é que a bahiana tem? Representações da Nação Brasileira nas Canções Interpretadas por Carmen Miranda na Década de 30. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2002. 155p.

_____. Carmen Mirande: entre representações da identidade nacional e de identidades regionais. *ArtCultura.* Uberlândia, v.7, n.10, jan-jun 2005, p. 121-132.

ISBN: 978-85-7205-133-01

_____. *Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)*. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. "Ídolos da música popular e construção de identidades coletivas: Carmen Miranda e Carlos Gardel como representantes das identidades nacionais do Brasil e da Argentina". *ANPUH-XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

_____. "Representações regionais em Carlos Gardel e Carmen Miranda". *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 22, n.44, julho-dezembro 2009, p. 377-397.

MARTINEZ, Roberto L.; ETCHEGARAY, Natalio P.; MOLINARI, Alejandro. *De la Viguela al Fueye*: las expresiones culturales argentinas que conducen al tango. Buenos Aires: Corregidor, 2000.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias:* a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

RIVERA, Mareia Quintero. *A cor e o som da nação, a idéia de mestiçagem na crítica musical do caribe hispânico e do Brasil (1928-1948)*. São Paulo: Annablume Editora, 2000.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. "Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário)". In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar: Ed. da UFRJ, 2004.

Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina- PROLAM/USP
ISBN: 978-85-7205-133-01

Os trabalhadores no trabalhismo de Getúlio Vargas e no justicialismo de Juan Domingo Perón

Los trabajadores en el laborismo de Getúlio Vargas y en el justicialismo de Juan Domingo Perón

Mayra Coan Lago*

Resumo

Este estudo pretende apresentar e analisar os imaginários sociais produzidos pelos governantes sobre os trabalhadores, reproduzidos também a partir do trabalhismo e do justicialismo anunciado por Vargas e Perón, no Estado Novo (1937-1945) e no Primeiro Peronismo (1946-1955), sobretudo a partir dos discursos políticos em datas emblemáticas como o Primeiro de Maio. Para lograr o objetivo, analisaremos os aspectos simbólicos, como os discursos políticos dos Primeiros de maio, e os aspectos materiais, como a legislação trabalhista promulgada no período.
Palavras-chave: Trabalhismo; justicialismo; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

Resumen

Este estudio intenta presentar y analizar los imaginarios sociales producidos por los gobernantes a respecto de los trabajadores, reproducidos también a partir del laborismo y del justicialismo anunciado por Vargas y Perón, en el Estado Novo (1937-1945) y en el Primero Peronismo (1946-1955), sobretodo a partir de los discursos políticos en datas emblemáticas como el Primero de Mayo. Para lograr el objetivo, analizaremos los aspectos simbólicos, como los discursos políticos del Primero de Mayo, y los aspectos materiales, como la legislación laborista promulgada en el período.
Palabras-clave: Laborismo; justicialismo; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

Introdução

Varguismo, getulismo, trabalhismo, peronismo, justicialismo, populismo, fascismo, bonapartismo, governo nacional-popular: eis algumas das denominações, definições e formas de estudar e olhar os governos, as ações e as figuras de Getúlio Dornelles Vargas e de Juan Domingo Perón. Para além destes exemplos mencionados, seja para os momentos em que governaram, para suas ações ou para as próprias figuras, encontramos, pelo menos, uma

* Mestranda pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: mayracoan@usp.br .

ISBN: 978-85-7205-133-01

característica em comum quando tratamos de Vargas e de Perón: a relação entre os governantes e os trabalhadores de seus países, seja no plano dos imaginários políticos, podendo ser forjada nos discursos políticos e reproduzida na propaganda política e nas festas cívicas, pelos próprios governantes, seja no plano dos imaginários sociais[2], constituída por estes momentos mencionados e pelos aspectos materiais, como as políticas sociais, sendo revelada em determinados momentos de manifestações de parte dos trabalhadores a favor dos governantes, como por exemplo, o movimento queremista de 1945 no Brasil e o 17 de outubro de 1945 na Argentina.

Trabalhismo e justicialismo foram denominações às formas utilizadas pelos governantes para tratar não apenas desta relação, descrita por eles algumas vezes até como "elo", e de suas políticas, como também de projetar a "nova" realidade nacional e um "novo" ator político: o "novo" trabalhador. Dentro deste contexto que este estudo inicial está inserido e tem como objetivo analisar os imaginários sociais produzidos pelos governantes sobre os trabalhadores, reproduzidos também a partir do trabalhismo e do justicialismo anunciado por Vargas e Perón, no Estado Novo (1937-1945) e no Primeiro Peronismo (1946-1955), sobretudo a partir dos discursos políticos em datas emblemáticas como o Primeiro de Maio.

O que se entende por trabalhismo e justicialismo, sob a perspectiva de seus criadores? Qual ou quais os imaginários sociais sobre o trabalhador foram produzidos e reproduzidos? Quais as semelhanças e as diferenças entre o trabalhismo e o justicialismo, dentro desta perspectiva? Eis algumas das perguntas que norteiam este estudo. Para lograr o objetivo, analisaremos não apenas os discursos políticos, mas também os aspectos "materiais" empreendidos como, por exemplo, a legislação trabalhista.

Embora este estudo parta da perspectiva dos governantes, sobretudo a partir dos discursos políticos, é necessário dizer que o mesmo não adota a perspectiva de alguns estudos que trataram estas relações, períodos ou governantes como "populistas", no sentido pejorativo, como o caso dos estudos teóricos clássicos sobre o tema de Gino Germanni, Francisco Weffort, Torcuato Di Tella, Octavio Ianni, entre outros. Deste modo, este estudo está inserido na perspectiva dos "outros" olhares e abordagens propostos, sobretudo a partir dos anos 1990, representados por Angela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves, Maria Helena Capelato, entre outros. Esta perspectiva foi

[2] Utilizamos a proposição de Bronislaw Baczko (1985) sobre os imaginários sociais. Neste sentido o autor considera que os imaginários sociais constituem um universo de significações, que fundam a identidade do grupo na medida em que é o que mantém uma sociedade unida simbolicamente.

ISBN: 978-85-7205-133-01

adotada principalmente por não concordarmos com algumas afirmações como "trabalhadores facilmente manipuláveis", "trabalhadores como massa", "trabalhadores inconscientes", entre outros. Neste sentido, o estudo dos discursos políticos permite um olhar mais atento para as diversas estratégias utilizadas pelos governantes para tentar se aproximar destes trabalhadores, sendo alteradas ao longo do tempo e do contexto.

O contato com os trabalhos de Ferreira (1997), Vanderlei Ribeiro (2001), Marcus Dezemone(2008), entre outros, que exploraram as cartas enviadas pelos trabalhadores aos governantes, possibilitou, por um lado, a desconstrução da imagem de todos os trabalhadores como inconscientes e, por outro lado, a confirmação da "outra" imagem sugerida, que é justamente a destes trabalhadores, ou pelo menos parte deles, como conscientes, que souberam se apropriar das ideias circulantes, adaptar, ressignificar e utilizar a seu favor.

Finalmente, este estudo está dividido em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: a primeira tratará da relação de Vargas com os trabalhadores, durante o período do Estado Novo no Brasil e a segunda da relação de Perón com os trabalhadores, durante o período do Primeiro Peronismo na Argentina. Em ambas as partes procuraremos contemplar alguns dos aspectos que consideramos significativos, como: os aspectos materiais, como as políticas sociais, sobretudo trabalhistas nestes governos; a ideia, imagem, papel e significado da cidadania; e duas das "tônicas" dos governantes, isto é, o trabalhismo, no caso do Brasil, e o justicialismo no caso da Argentina. Mais do que respostas ou conclusões, este estudo procurará refletir algumas questões.

1. Os trabalhadores no trabalhismo de Getúlio Vargas

No dia 10 de novembro de 1937, sob pretexto da "descoberta" do Plano Cohen, Getúlio Vargas (re) iniciava o governo que perduraria por quase uma década. O governante, em cena política nacional desde a chamada "Revolução de 1930", expunha os problemas brasileiros que o "forçariam" a (re) tomar o poder em 1937 pelo "bem" da nação e "sobrevivência" do Brasil.

O "projeto político" de Vargas, anunciado no golpe de 1937, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil, via um "novo" modelo de Estado e Estadista, nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Para "lograr" o objetivo, Vargas utilizaria, além da repressão e suspensão dos direitos civis e políticos, a propaganda política e os espetáculos de poder (CAPELATO, 2009). O "calendário festivo" em que os espetáculos de poder estavam inseridos, tinham, entre os objetivos, produzir e reproduzir imagens de legitimidade, coesão e

ISBN: 978-85-7205-133-01

apoio dos brasileiros ao "grande líder" da nação e a obra de reconstrução que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o "velho" e o "novo" Brasil.

Inseridos e destacados neste "projeto" do Estado Novo estariam o trabalho e o trabalhador. Deste modo, neste estudo destacaremos a comemoração do Primeiro de Maio[3] por considerarmos a data emblemática não apenas para a posição que Vargas almejava ocupar entre os trabalhadores, mas também pelo significado que a data tinha para a própria história mundial dos trabalhadores.

No primeiro ano de governo, o Primeiro de Maio seria apropriado e ressignificado pelo governo de Vargas, constituindo-se em um momento de esforço pedagógico e de legitimação a partir do destaque à figura do trabalhador. Ainda que seu significado e formas comemorativas tenham sido reconfiguradas, acreditamos que o Estado Novo manteve parte dos traços rituais anteriores, permitindo o reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades, fosse espontaneamente ou não, como podemos observar a partir da imagem abaixo:

Imagem 1: Estádio do Vasco da Gama, 1º de Maio de 1942. Fonte: CPDOC/ FGV.

[3] Segundo Fernandes (2011) há relatos de manifestações operárias do Brasil, nesta data, desde 1891. No entanto, de acordo com Lindercy Lins (s/d), as comemorações do Primeiro de Maio no Brasil, em fins do século XIX restringiram-se a discretas sessões solenes realizadas pelos Centros dos Partidos Operários de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O Primeiro de Maio, ensinavam as lideranças que não era dia de comemorar, mas de protestar e ganhar aliados. Um dia para se valorizar o trabalho e os trabalhadores tão sem direitos, reivindicando: jornada de oito horas de trabalho (quando se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher. No início do século XX, as manifestações se fortaleceram, sendo o momento em que se percebe as primeiras iniciativas do Estado em compor a sua própria "festa do trabalho", entre 1911 e 1914, durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca. Todavia, o Primeiro de Maio foi instituído como feriado nacional apenas em 1925, por decreto do presidente Artur Bernardes, continuando, grosso modo, com seu caráter de protesto, ainda que alguns trabalhadores festejassem a "folga" concedida (TOMAIM, 2006).

ISBN: 978-85-7205-133-01

A partir da imagem é interessante notarmos que, embora o governo e o governante anunciassem que o destaque seria a figura do trabalhador, é a imagem de Vargas que está sendo carregada por estes trabalhadores. Esta imagem é significativa porque revela aspectos importantes deste período, como por exemplo a imagem e o papel que foram construídos para Vargas e para os trabalhadores, seja pelo próprio governante ou pelas políticas empreendidas por seu governo, incluindo aí propaganda política, funcionários do governo, intelectuais, entre outros. Neste sentido, cabe em um primeiro momento observarmos algumas das formas desta construção, que de maneira alguma é fixa, senão fluída e mutável, dependendo da conjuntura política, social, econômica e cultural.

Entre os aspectos significativos, inseridos nesta construção, é preciso mencionar: a contínua construção da imagem da relação e, por vezes, "elo", entre Vargas e os trabalhadores; o tipo de relação construída, seja no plano simbólico ou material;e os elementos utilizados para firmar esta relação. Embora tratados de maneira separada, estes aspectos estavam intrinsicamente relacionados.

Com relação à construção da imagem da relação entre Vargas e os trabalhadores, iniciemos observando o uso do vocativo *"Trabalhadores do Brasil"*, desde o Primeiro de Maio do ano 1938. Este vocativo revela e representa, sobretudo no plano simbólico, a fala dirigida à um público específico, antes esquecido, isto é: os trabalhadores. Acompanhado do vocativo, o discurso político destes espetáculos de poder marcavam a história política do Brasil em dois momentos principais mais amplos: antes e depois de 1930, o que implicava um Brasil "velho" em oposição ao Brasil "novo" e, consequentemente, o "velho" trabalhador e o "novo" trabalhador.

Estas imagens projetadas confluiriam com outras imagens que relacionariam diretamente as benesses sociais "concedidas" com o presidente Vargas. Neste sentido, os trabalhadores deveriam admirar e agradecer Vargas, pois: em primeiro lugar, Vargas era colocado como o primeiro trabalhador do Brasil, inclusive com a carteira de trabalho número 001, e, assim, seria o grande exemplo a ser seguido; e, deveriam agradecer pois o discurso político mostrava que, antes mesmo dos trabalhadores pedirem, Vargas proporcionara os direitos sociais. Com relação à ideia de doação, é interessante mencionarmos a tríade criada que representava a relação entre os trabalhadores e Vargas, que Gomes (2002) propôs como "dar, receber e retribuir", isto é, o governante "daria", os trabalhadores "receberiam" e, por essa razão, seriam eternamente gratos e fiéis ao Vargas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A exaltação ao governante seria reforçada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho, na década de 1940, em seu programa de rádio *Hora do Brasil*, como podemos notar a partir do trecho abaixo de 1943:

> No sentimento dos trabalhadores brasileiros a palavra do Presidente Vargas tem uma ressonância mais profunda que todas as outras. É a voz de um amigo. É o ensinamento de um guia. Amigo de todas as horas, desde muito tempo, desde os primórdios de sua candidatura, quando incluiu na plataforma de governo a resolução do problema social e de então por diante, sem descanso, nem fadiga, construiu para ele um monumento legislativo de dignificação do trabalho humano (MARCONDES apud GOMES, 2005, p. 221).

As palavras do então Ministro Marcondes Filho seriam proferidas no ano de 1943, já no segundo momento do Estado Novo[4]. Este dado importa pois interfere diretamente na forma pela qual Vargas seria projetado, isto é, não mais como o pai, senão como amigo e guia. Em outras palavras, como afirmou Capelato (2009) o pai educa, o guia conduz e, combinado com esta mudança de imagem, estaria a de "amigo", isto é, uma relação afetiva, que implicava, entre outras coisas, em fidelidade e lealdade.

Estas imagens somente foram criadas pois o "velho" trabalhador, sem direitos, desorganizado, mal educado, no segundo momento do governo Vargas, já teria sido "transformado" no "novo" trabalhador, isto é, educado, organizado e, fundamentalmente, com direitos sociais. Deste modo, é fundamental pensarmos o papel, a imagem e o significado da cidadania, relacionando-a com a ideia dos direitos civis, políticos e sociais. O "cidadão" não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse de direitos sociais, sendo que a realização plena da cidadania adviria da promoção da justiça social (GOMES, 2002).

De acordo com Gomes (2002), além da importância da legislação social no período, a imagem, o papel e o significado da cidadania era extremamente simbólico. A cidadania revelava, como pano de fundo, a imagem do pertencimento, real ou não, daqueles trabalhadores que anteriormente eram excluídos da sociedade e do governo. Finalmente, mesmo com suas limitações, os trabalhadores seriam "escutados" e "valorizados".

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, todos os brasileiros seriam convocados para a "batalha da produção" nos discursos políticos de Vargas, sobretudo os trabalhadores, sejam eles urbanos ou rurais. O momento era delicado e, após todas as benesses

[4] Concordamos e utilizamos a "divisão" de momentos do Estado Novo proposta por Capelato (2009), sendo que o primeiro momento é entre os anos 1937-1941 e o segundo momento entre os anos 1942-1945, devido a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

ISBN: 978-85-7205-133-01

"doadas" pelo Governo, os trabalhadores seriam os principais "soldados" da batalha, justamente pela gratidão por tudo que "receberam". Cabe recordarmos que grande parte da legislação social foi anunciada nos Primeiros de maio, como "presentes" da festa.

No tocante as "benesses" anunciadas, Vargas fez uma síntese das mesmas em seu discurso político de 1945:

> Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do governo foi a criação do Ministério do Trabalho. Isso por só definia os rumos políticos daquele movimento revolucionário. Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com lei dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho; estabilização no emprego e indenização por acidentes; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios ;[...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011, p.470).

Com relação a legislação social, a mesma seria reunida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1942. Ainda com relação a legislação social, cabe assinalarmos: que grande parte dela foi criada antes do Estado Novo, sobretudo no período entre os anos 1934-1936, sendo que seriam amplamente utilizadas e difundidas no momento posterior; e que, embora parte dos estudos sobre o período neguem, algumas das legislações citadas foram ampliadas aos trabalhadores rurais como a extensão da sindicalização ao campo, propostas de distribuição de terras e, mesmo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia artigos que os mencionava.

Estas imagens e discursos seriam reforçados pela invenção do trabalhismo como cultura política (GOMES, 2005). De acordo com a autora, a partir de 1942, o trabalhismo seria compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulário, que estariam eminentemente vinculados à promessa de justiça social. Nesta invenção, não apenas Vargas teve papel importante mas também o então Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, a partir do programa diário *Hora do Brasil*.

Como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Em outras palavras, se o trabalhismo foi inventado no período pós-1930 não foi de

ISBN: 978-85-7205-133-01

forma fortuita, arbitrária e a partir do nada, senão da apropriação e ressignificação de elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Estas apropriações e ressignificações podem auxiliar na compreensão do poder de significação e de mobilização de parte dos trabalhadores, revelando a releitura que as elites políticas realizaram no campo de lutas dos trabalhadores.

Segundo Gomes (2001), muitos são os "trabalhismos", pois o mesmo foi alterado e ressignificado ao longo do tempo e do contexto:

> Antes de 1945, centrou-se na questão dos direitos sociais, desvinculando-os dos políticos e, por isso, pouco contribuiu para o estabelecimento de uma sociedade democrática no Brasil. Aliás, não é casual que então se falasse de uma "democracia autoritária", criando-se um vocabulário paradoxal, mas bem expressivo do projeto político existente naquele momento. No pós 1945, isso se alterou, havendo outra relação entre os direitos de cidadania que integrariam a idéia de justiça social, embora ela ainda permanecesse sendo afiançada pelo Estado (GOMES, 2001, p.14).

A autora também compreende e considera o trabalhismo como tradição, sendo que o mesmo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

2. Os trabalhadores no justicialismo de Juan Domingo Perón

Em 1946, por eleições diretas, Perón foi eleito Presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955. O Primeiro Peronismo também perdurou por quase uma década e, do mesmo modo que o varguismo, isto implicou em uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na Argentina.

No primeiro ano de governo, Perón incorporaria um calendário festivo, composto por espetáculos de poder na Plaza de Mayo. Entre estes espetáculos de poder estava o Primeiro de Maio[5], que foi apropriado e ressignificado por Perón, ao longo dos anos de governo, até tornar a comemoração do governo oficial e única do dia (PLOTKIN, 2013). Com relação ao significado dos espetáculos de poder, o governo insistia que a data não poderia mais ser

[5] Segundo Plotkin (2013), o Primeiro de Maio foi adotado na Argentina como Dia do Trabalho em 1890, pelo clube socialista alemão *Vowartz*. Desde o início as celebrações tiveram as mesmas características pacíficas, legais e ambiguamente festivas que os "Primeiro de Maio" tiveram em outros países. Também do mesmo modo que em outros países, na Argentina, o Primeiro de Maio também era descrito na imprensa como uma mescla de ironia, descaso e elogio pela ordem e pela cultura a partir dos manifestos dos trabalhadores. Nos primeiros anos (final do século XIX), as celebrações tinham um cunho socialista, no entanto, a partir de 1901, os anarquistas também passaram a organizar as suas celebrações, sendo que desde os anos 1920, a data foi totalmente incorporada à cultura argentina.

ISBN: 978-85-7205-133-01

compreendida como um momento de manifestar a indignação e ódio do trabalhador ao Estado e aos empresários, mas como uma festa, uma celebração do e para os trabalhadores, graças às benesses oferecidas pelo Estado de Perón[6].

Ainda assim, do mesmo modo que no varguismo, acreditamos que o Primeiro Peronismo manteve parte dos traços rituais anteriores, permitindo o reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades, como podemos notar a partir da imagem abaixo:

Imagem 2: Primeiro de maio de 1950. Fonte: AGN.

A partir da imagem acima também podemos ressaltar alguns aspectos deste governo, como: a dupla Juan e Eva Perón, representados pelas imagens espalhadas no palanque; as letras da CGT; e os trabalhadores em festa. Estes aspectos ressaltam os grandes líderes e condutores da nação, isto é, o casal Perón, com imagens no alto, como se estivessem olhando por todos.

Mais do que atentar para a forma como eram ressaltados, é interessante observarmos a contínua construção da imagem da relação e, por vezes, "elo", entre Perón e os trabalhadores; o tipo de relação construída, seja no plano simbólico ou material;e os elementos utilizados

[6] Eva Perón reafirma essa transformação do 1º de Maio em seu livro *Razon de mi vida: "El 1º de Mayo que en otros tiempos fue triste celebración de los trabajadores oprimidos, es ahora, una de nuestras dos fiestas mayore. Alguna vez visitantes extranjeros no han preguntado por qué mantiene el gobierno una fecha que tiene, en todo el mundo, un sentido de revolución y de rebeldía ya que es aprovechada en todas las partes por los comunistas en contra de lo que los mismos visitantes llaman el "orden legalmente constituído". Siempre les he aclarado(...). En vez de gritos con los puños crispados frente a las puertas de la Casa de Gobierno, el Pueblo trabajador argentino celebra ahora cada 1º de Mayo en una fiesta magnífica que preside desde los balcones de la Casa de Gobierno su conductor en su calidad de "Primer Trabajador Argentino", título sin duda el más preciado por Perón. Y lo maravilloso es que en vez de temer a la muerte en este dia, el Pueblo suele ofrecer su vida gritando un estribillo que siempre me toca el alma "la vida por Perón"* (p 24-25.).

ISBN: 978-85-7205-133-01

para firmar esta relação. Embora tratados de maneira separada, estes aspectos também estavam intrinsicamente relacionados.

Tal como Vargas, Perón também procurou construir dois tempos da Argentina, contrapondo a "velha" Argentina à "nova" Argentina. Acompanhado desta dualidade estava também a "nova" situação para os trabalhadores que anteriormente eram explorados, oprimidos, excluídos e sem os direitos sociais garantidos.

A partir do governo de Perón estes elementos seriam alterados e finalmente o trabalhador argentino teria garantida a sua participação política e seus direitos sociais, como podemos notar a partir do trecho abaixo:

> (...) Han pasado cinco años de nuestro gobierno y como el primer día el gobierno y los trabajadores se encuentran estrechamente unidos y solidarios. Ello se debe solamente ha que el Gobierno justicialista ha hecho, hace y hará siempre, únicamente lo que el pueblo quiera y defenderá un solo interés: el del Pueblo (...) Nada podrán los políticos profesionales desplazados ni sus agitadores a sueldo en los sindicatos argentinos. Son cartas demasiadas conocidas porque los trabajadores argentinos conocen bien como procedieron ellos cuando desquiciaron el país y lo sumieron en la explotación y en la vergüenza. Sus campañas de engaños y de rumores caerán en el ridículo y en desprecio de los obreros argentinos, que conocen los ignorantes, incapaces y venales que son, por haberlos sufrido tantos años (...) Hoy podemos decir que los trabajadores argentinos estamos organizados, unidos y listos para luchar por nuestros derechos y nuestra dignidad y, para terminar que llegue a todos los trabajadores argentinos un gran abrazo, con el que los saludo y los estrecho muy fuerte sobre mi corazón (PERÓN, 1951).

A inserção e mobilização dos trabalhadores na "equação política" se tornou cada vez mais indissociável do líder que, desde o poder do Estado, lhes oferecia expressão e representação (ALTAMIRANO, 2001). Ademais, cabe considerarmos a questão da cidadania. De acordo com Daniel James (2013), o atrativo político fundamental do peronismo para os trabalhadores residiu na sua capacidade para redefinir a noção de cidadania, inserindo-a em um contexto mais amplo, essencialmente social. A questão da cidadania em si mesma e do acesso à plenitude dos direitos políticos foi um aspecto poderoso do discurso peronista, onde se formou a linguagem de protesto e grande ressonância popular frente à exclusão política anterior.

Assim, o discurso peronista negava a validez da separação entre Estado e política por um lado e sociedade civil por outro, definida pelo liberalismo. Propunha a redefinição da cidadania em função da esfera econômica e social da sociedade civil, priorizando a questão da justiça social.

No tocante à legislação social, a Constituição promulgada por Perón em 1949 era mencionada como síntese das conquistas dos trabalhadores. Na mesma estavam artigos

ISBN: 978-85-7205-133-01

referentes ao direito de trabalhar, à uma retribuição justa, à capacitação, à condições dignas de trabalho, à preservação da saúde, ao bem-estar, à seguridade social, à proteção a família, ao melhoramento econômico e à defesa dos interesses profissionais. Entre as leis aprovadas estavam as leis: de acidente de trabalho; de Previsão Social; Pensões para inválidos e idosos; do salário anual complementário; férias pagas; e a Justiça do Trabalho.

No tocante aos trabalhadores rurais, Ribeiro (2006), alguns dos direitos trabalhistas seriam estendidos aos trabalhadores rurais, adaptado à realidade deles. Para isso o autor destaca a Comissión Nacional del Trabajo Rural, criada pela lei nº 13.020, encarregada de regular as relações de trabalho não estáveis. Entre as leis criadas estavam as referentes à: criação de sindicatos; limitação de jornada de trabalho; entre outros.

A notável diferença, a partir da década de 1950 eram os ataques diretos à oposição e os discursos mais agressivos. Outro aspecto singular era a passagem dos elementos alegóricos, anteriormente, mais gerais, compostos por valores como nacionalismo e justiça para mais específicos, compostos pela "personalização" em torno das figuras de Perón, Eva e da "doutrina", consistindo a "liturgia política peronista".

Com o acirramento das disputas com a oposição, e os ataques por meio dos discursos e da imprensa, o Primeiro de Maio retornou a sua herança da "tradição combativa" anarquista. Por essa razão, a propaganda peronista declarava "*los opositores de hoy no eran sino los descendientes directos de los opressores de ayer", assim como a ideia de um "inimigo da Argentina", configurado na figura de Braden e de "todos los Braden*" que operavam no âmbito interno e externo (MUNDO PERONISTA).

Inserida nestas ideias e propostas que Perón propôs a Doutrina Justicialista, cujas bandeiras eram: a justiça social, a independência econômica e a soberania política. A doutrina foi amplamente utilizada e mencionada nos discursos políticos de Perón. A mesma deveria ser não apenas aplicada como defendida pelos trabalhadores argentinos, pois eram uma das razões de sua criação e os que mais deveriam se beneficiar com a mesma:

> En este 1º de Mayo, en que deseamos con todas las fuerzas de nuestro espíritu afirmar la doctrina justicialista, yo pido a todos los trabajadores argentinos, en nombre de la felicidad de nuestro pueblo, que se conviertan en predicadores de la doctrina justicialista y que nunca olviden que al predicar esa doctrina llevamos en alta nuestras tres inmarcesibles banderas: la Justicia Social, la Independencia Económica y la Soberanía de la Patria. No olviden jamás que todas las prédicas doctrinarias, por grandes que sean, si no están consolidando la justicia social de nuestro pueblo, si no están afirmando la independencia económica de nuestra Patria y si no están defendiendo la soberanía de la Nación, caerán en el vacío. Cuando nosotros enastamos al frente de nuestro pueblo esas tres banderas, sabíamos que la suprema aspiración del pueblo argentino era consolidar definitivamente -en un pueblo enmarcado en sus propios dirigentes y persuadido de la necesidad de luchar

ISBN: 978-85-7205-133-01

> por su grandeza-, las banderas que asegurasen la Justicia, la Libertad y la Soberanía (PERÓN, 1955, s/p).

Para Capelato (2009), a doutrina foi concebida como preocupação e marca de um outro caminho, uma "terceira concepção" ou uma "terceira posição" que Perón considerava uma saída para as duas alternativas em disputa no mundo, isto é: o liberalismo individualista e o comunismo ou socialismo estatista, como podemos notar no discurso político de Perón:

> (...) recordemos que la defensa del justicialismo es el nervio motor de nuestra lucha: en lo exterior contra el imperialismo y la reacción, y en lo interno contra la traición político - oligarca. Cada buen argentino debe sentirse depositario y guardián de nuestra justicia social, independencia económica y soberanía política, y estar pronto a morir en su defensa. Por eso es menester estar listo como en tiempo de lucha, con los comandos ágiles y los hombres de pie, porque el imperialismo capitalista no descansa en su tarea de comprar conciencias y pagar voluntades (PERÓN, 1951, s/p).

Deste modo, a doutrina justicialista, se adaptada, poderia ser "exportada" para outros locais do mundo. A Argentina seria o exemplo, a propulsora e a propagadora não apenas de uma doutrina política, econômica e social, mas de uma concepção de mundo.

Considerações Finais

Este estudo inicial procurou apresentar as múltiplas formas de produção e reprodução de imaginários sociais sobre os trabalhadores, sobretudo, na dimensão imaterial ou simbólica dos discursos políticos dos Primeiros de Maio no Brasil nos tempos de Vargas e da Argentina nos tempos de Perón.

Cabe ressaltarmos como, na medida do tempo, estes imaginários sociais foram sendo transformados nos discursos políticos dos governantes, procurando projetá-los cada vez mais próximos das figuras de Vargas e de Perón, quase como uma simbiose entre os trabalhadores e os mesmos. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a complementação desta dimensão simbólica com a material, sendo de fundamental importância não apenas para compreender e relembrar que a situação econômica argentina, no Primeiro Peronismo, era mais favorável do que a do Brasil no Estado Novo. Esta diferença foi refletida nos próprios discursos políticos, ideários e imagens dos governos, em que para os brasileiros, devido às dificuldades enfrentadas, o futuro chegaria com condições mais favoráveis, enquanto para os argentinos, o futuro era o "agora", isto é, as condições mais favoráveis já eram notadas.

Com relação aos aspectos que aproximam os imaginários sociais dos trabalhadores, os governantes e os momentos é interessante ressaltarmos as imagens de: mudança ou

ISBN: 978-85-7205-133-01

transformação dos trabalhadores e também do povo brasileiro e argentino, passando de uma situação e condição deplorável para uma nova condição; o papel personalista dos governantes como os responsáveis por tais mudanças, reforçando ideias de governantes humanizados e compreensivos; a promulgação e a ideia de "doação" das leis sociais aos trabalhadores; e a de propor modelos alternativos aos seus países, o trabalhismo no caso do Brasil e o justicialismo no caso da Argentina.

Com relação aos aspectos que os afastam, além das diferenciações dos tipos de regime, isto é, o Estado Novo era uma ditadura, iniciada por um golpe em 1937, e o Primeiro Peronismo era uma democracia, iniciada por eleição em 1946, podemos destacar: a própria imagem do trabalho no Brasil e na Argentina era diferenciada, pois para Vargas o trabalho era o fator de produção destinado ao desenvolvimento material, enquanto para Perón a justiça social era o elemento prioritário no que se refere ao mundo do trabalho; decorrente da concepção de trabalho, notamos a diferença entre as cidadanias propostas, isto é, no Brasil teríamos uma baseada na perspectiva de formação de força de trabalho, enquanto na Argentina teríamos uma baseada na justiça social; o varguismo pretendia a reforma do Estado, enquanto o peronismo propunha a justiça social, núcleo da doutrina justicialista; na Argentina não foi possível criar o mito de "conciliação de classes" como no Brasil; e, finalmente, mas não menos importante, na Argentina foi possível criar um movimento social de envergadura, que transformou a classe trabalhadora em força política de tal porte que, entre outros motivos, conseguiu sobreviver até hoje, mantendo parte das tradições pelo próprio Partido, pelo movimento e por parte dos governantes, que se utilizam destas imagens, símbolos e ideias.

É importante mencionarmos que, embora os espetáculos de poder, os discursos políticos nestes e em outros momentos e a propaganda política tenham sido amplamente difundidos, procurando atingir e atrair os "corações e mentes" dos trabalhadores e do povo argentino e brasileiro, não consideramos e pensamos que o processo ocorreu de forma homogênea, igual, uno, ou mesmo como uma dominação hegemônica. Portanto, pensamos em processos distintos, múltiplos, heterogêneos, que dependem do contexto sócio-histórico em que os coenunciadores estavam inseridos.

Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. *"*A imaginação social*"* In: LEACH, Edmund. Et Alii. *Anthropos-Homem.* Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária*: colonato, direitos e conflitos (1872-1987).Niterói, PPGH-UFF. Tese de doutorado, 2008.
FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
_____ (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. De la sociedade tradicional a la sociedad de masas. Paidós: Buenos Aires, 1962.
GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
_____. "Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo". *Varia História*, nº 28, p. 55-68.
_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.
JAMES, Daniel. *Resistencia e integración*: el peronismo y la clase trabajadora argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
PERÓN, Eva. *A Razão de Minha Vida*. Rio de Janeiro: Edições Freitas Bastos, s.d.
PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón*: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955). Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.
RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça*: a questão agrária no Estado Novo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2001.
_____. *A roça y a La campana*. A questão agrária sob o Varguismo e o Peronismo em perspectiva comparada. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.
TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
VARGAS, Getúlio Dornelles. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D´Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ISBN: 978-85-7205-133-01

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA COMPARAÇÃO BRASIL E ARGENTINA

Milene Cristina Santos
Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB
Graduada em Direito pela USP
Presidente do Grupo de Estudos Ciências Criminais e Direitos Humanos do IBCCRIM
prof.milene.santos@gmail.com

Tharsila Helena Paladini Augusto
Esp. em Direito Tributário,UNAMA- LFG
Esp. em Metodologia em Educação a Distância, Anhanguera/UNIDERP, Mestranda em Ciências Humanas, UNISA
tharsilapaladini@ig.com.br

Filiação Institucional: Professoras na graduação em Direito da Universidade de Santo Amaro-UNISA

Resumo

Embora compartilhem um passado recente, os países latino-americanos que vivenciaram ditaduras militares nas décadas de 60 e 70 reagiram diferentemente em relação ao legado ditatorial ao efetuarem a transição para a democracia, principalmente após a consolidação da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos concernente à justiça de transição. Brasil e Argentina são países cujos processos históricos de implementação da justiça de transição apresentam diferenças significativas. O estudo comparativo dessas experiências, especialmente no tocante às leis de anistia, pode contribuir para fazer avançar o processo brasileiro na direção dos direitos à memória e à verdade e, principalmente, da responsabilização civil e penal dos violadores de direitos humanos que permanecem impunes.

Palavras-chave: Justiça de transição; direitos humanos; leis de anistia.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Abstract

Although sharing a recent past, latin-american countries which experienced military dictatorships in the 60's and 70's, reacted differently in relation to the dictatorial legacy during the democratization process, especially after the consolidation of the Inter-American Court of Justice's jurisprudence regarding to transitional justice. Brazil and Argentina are countries whose historical processes implementing transitional justice presents significant differences. The comparative study of these experiences, remarkably concerning amnesty laws, may contribute to advance brazilian process on the direction of memory and truth rights and especially to civil and penal accountability of human rights violators who remain unpunished.

Key Words: transitional justice; human rights; amnesty laws.

Introdução

Todo o legado deixado pelos regimes ditatoriais na América Latina não foi inteiramente descontruído e/ou ressignificado até os dias atuais. Pois, como é notório, a região há muito tempo é caracterizada por elevado grau de exclusão e desigualdade social, possui uma herança deletéria de uma cultura de violência e impunidade, que reforçam a tradição de pouco respeito aos direitos humanos.

A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos mostrou-se extremante relevante para o fortalecimento da democracia nos países sul-americanos que se dignaram a segui-la. Nem todos os países da América Latina deram pleno cumprimento à jurisprudência da Corte Interamericana, mesmo sendo signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e tendo aceitado a jurisdição da Corte, nos termos do art. 62 da CADH. A fim de verificar as diferentes experiências latino-americanas no campo da *transitional justice*, compararemos os avanços e desafios da implementação dos direitos à justiça e à verdade na Argentina e no Brasil. Ambos os países apresentam semelhanças e diferenças marcantes que merecem análise mais acurada.

Primeiramente, importante destacar o que vem a ser justiça de transição, muito embora a doutrina ainda não tenha chegado a um consenso a respeito do seu conceito, podemos dizer que se trata de um movimento político e normativo dos países que saem de um sistema

ISBN: 978-85-7205-133-01

ditatorial para um sistema democrático, com o fito de reparar as violações aos direitos e liberdades de todos aqueles que sofreram com o regime militar ou ditatorial.

A intenção é de que se tenha a punição de todos aqueles que cometeram crimes que constituem graves violações de direitos humanos, pois são considerados pela doutrina internacional como imprescritíveis e insuscetíveis de graça e anistia, bem como de reparar financeiramente (por danos materiais e morais) as vítimas e os familiares de perseguidos políticos que desapareceram, sem olvidar a necessária responsabilização civil e penal de seus algozes, restaurando e recontando a história, buscando a verdades dos fatos, que na grande maioria das vezes ficaram em sigilo, em nome de uma suposta proteção à segurança nacional.

No caso do Brasil e da Argentina, são países que vivenciaram regimes ditatoriais e efetuaram a transição para regimes democráticos por meio de leis de anistia: na Argentina, *vigoraram* as Leis de Ponto Final (Lei n. 23.492/86) e de Obediência Devida (Lei n. 23.521/87); no Brasil, *vigora* a Lei n. 6.683/79. Ademais, a partir da redemocratização, ambos efetuaram inovações constitucionais (Reforma na Constituição Argentina em 1994; Constituição Brasileira de 1988) e comprometeram-se com o sistema global e regional de proteção aos direitos humanos, por meio da incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, os quais possuem *status* privilegiado nas respectivas ordens jurídicas. Em consequência da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, as correspondentes Cortes Supremas (Corte Suprema de Justiça da Argentina e Supremo Tribunal Federal do Brasil) tiveram que analisar a recepção constitucional das leis de anistia em face do novo paradigma interno e internacional de proteção aos direitos humanos, alcançando resultados diametralmente opostos.

O objetivo central do presente trabalho é comparar as experiências brasileira e argentina no campo da justiça de transição no que se refere à concretização do direito à justiça das vítimas e familiares de desaparecidos políticos. A revisão bibliográfica e jurisprudencial tende a revelar como cada um desses países enfrentou e ainda está enfrentando a questão.

O presente artigo inicia sua análise com o Brasil, que tem vivenciado um movimento de inquietação frente à decisão do STF a respeito da Lei de Anistia, veiculada pela ADPF 153. Posteriormente passaremos à análise da Argentina e como o sistema jurídico do país vizinho tem se comportado frente aos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por fim, concluiremos a análise comparativa entre os dois países sul-americanos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Brasil- um caso de ambiguidades institucionalizadas.

O Brasil é um país que sofreu por longos anos os efeitos da ditadura militar. No final da década de 70, iniciou um processo "lento, gradual e seguro" em direção à democracia, que se iniciou com a promulgação da Lei de Anistia n. 6.683/79 e que se consolidou com a publicação da Constituição em 1988, marco histórico em muitos aspectos: históricos, sociais, jurídicos, entre outros. Porém, para tanto tivemos muitos acontecimentos que contribuíram para a promulgação da chamada Constituição Cidadã.

Com o golpe militar em 1968, e o Ato Institucional n° 5, o Brasil teve profundas transformações com a restrição de direitos e a ampliação de poderes dos militares. O movimento pela anistia no Brasil teve seu início, de forma mais expressiva, na segunda metade da década de 70, iniciando em São Paulo e estendo-se por todo o Brasil.

O movimento foi liderado principalmente pelas mulheres; o Movimento da Mulher Brasileira pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) era formado em grande parte por esposas e parentes próximas de desaparecidos pelo regime ditatorial. A luta do movimento visava o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, almejando a anistia "ampla, geral e irrestrita" (SILVA FILHO, 2014). O movimento rendeu frutos, com o advento da Lei de Anistia, n° 6.683 de 1979. A referida lei também representou o início do processo de redemocratização do país.

Contudo a Lei, dentre outros problemas desde sua elaboração, teve seu texto manipulado e por consequência sua interpretação alargada, gerando impunidade, pois os agentes de Estado que cometeram atrocidades, desrespeitando os direitos humanos da população civil durante o regime militar foram igualmente agraciados pela Lei.

Historiadores afirmam que a Lei de anistia é consequência de uma estratégia muito bem elaborada pelos arquitetos intelectuais da ditadura no Brasil, dentre os quais merece destaque a figura do General Golbery do Couto e Silva, que visavam aniquilar as forças políticas de oposição, naquele momento concentradas em torno do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB (SILVA FILHO, 2014). Fomentou-se na opinião pública a aparência de que a Lei de Anistia atenderia o clamor popular, com o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, todavia, os poderes instituídos articularam no sentido de que os militares que cometeram crimes na ditadura não seriam penalizados por suas ações durante o regime.

ISBN: 978-85-7205-133-01

De fato, os movimentos populares, ao entoaram sua voz em defesa da anistia, antes da mesma ser editada, pleiteavam-na de forma "ampla, geral e irrestrita". Mas o prisma para que se olhava ao falar estas palavras era no sentido de abarcar todos aqueles que estavam sofrendo, naquele momento, sob o jugo das normas derivadas dos Atos Institucionais[1], ou seja, os punidos pelo regime, e jamais na intenção de abarcar os algozes dos mesmos, como acabou acontecendo. O dito acordo histórico é baseado no momento da votação da Lei 6.683/79, como narra JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO (2014, p. 25):

> "No dia da votação da lei, dia 22 de agosto de 1979, cerca de 800 soldados à paisana estavam desde a madrugada ocupando quase a totalidade dos lugares nas galerias. Os militantes pela Anistia, contudo, não esmoreceram e, finalmente, por volta das 14h, depois de muito protesto e gritaria, conseguiram que os soldados saíssem das galerias. A segurança foi reforçada, no ambiente coibia-se a todo o instante as manifestações dos militantes, apreendendo faixas e cartazes. Na véspera, uma bomba havia explodido na rampa do congresso durante uma manifestação em prol da Anistia ampla, geral e irrestrita. (...) Apesar de todo o cenário até aqui apresentado, o empenho dos movimentos pela Anistia surtiu um efeito importante: a aprovação do projeto do governo foi muito menos fácil do que se imaginava (...) Esse foi, portanto, o "acordo" no qual a sociedade "falou altissonante". [2]

Em seu texto normativo, a Constituição Federal consagrou muitos princípios, dentre eles, destaca-se a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais e a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Essa base principiológica possibilita que o Brasil seja, até os dias atuais, um dos países que mais tem participado e assinado tratados internacionais no sentido de ampliar e garantir os direitos humanos.

Quase uma década depois da edição da lei supramencionada, houve a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, cujo texto trazia desde o início a premissa de um comprometimento com o sistema global e regional de proteção aos direitos humanos, por meio da incorporação de tratados internacionais sobre o tema (art. 5º, §2º, da CF). Após inúmeras controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais, os tratados internacionais de direitos humanos passaram a possuir *status* privilegiado na respectiva ordem jurídica. Em decisões

[1]Atos Institucionais nada mais foram que normas emanadas dos Comandantes, chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica, durante o regime militar de 1964 a 1969, que restringiram direitos e garantias fundamentais.
[2] O autor, ao se referir ao acordo "falou altissonante" menciona o voto da Ministra Carmem Lúcia na ADPF 153.

ISBN: 978-85-7205-133-01

históricas, no julgamento dos Recursos Extraordinários n. 466.343 e n. 349.703, e dos Habeas Corpus n. 87.585 e n. 92.566, o Supremo Tribunal Federal adotou a tese da supralegalidade dos referidos tratados, os quais seriam, portanto, infraconstitucionais, contudo superiores às leis. Mas a questão foi finalmente pacificada com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, e o acréscimo do §3º do art. 5º, "*os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais*".

O único tratado internacional de direitos humanos aprovado mediante o processo legislativo equivalente ao das emendas constitucionais foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2009, do sistema ONU. Destaca-se a necessidade do devido trâmite legislativo para ter equivalência constitucional.

Em consequência deste entendimento do STF, a Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de São José da Costa Rica possui *status* normativo supralegal em nosso ordenamento jurídico (abaixo da Constituição, mas acima das leis infraconstitucionais). E assim, a Corte Interamericana de Direitos Humanos consiste em instituição judicial autônoma, pois não é órgão da Organização dos Estados Americanos, mas da Convenção Americana de Direitos Humanos. Como esclarece RAMOS (2014, p. 324 e ss.), a jurisdição contenciosa e consultiva da Corte não é obrigatória aos Estados-parte da Convenção, pois nada impede que um Estado ratifique a CADH e não reconheça a jurisdição da Corte IDH. Consoante o art. 62 da CADH, é necessária declaração específica do Estado aceitando a jurisdição da Corte. Informa RAMOS que "*Apesar de ter ratificado e incorporado internamente a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992, foi somente em 1998 que o Brasil reconheceu a jurisdição contenciosa obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos*". Isso no âmbito internacional, mas o processo de incorporação do documento no qual o Brasil anuiu a submissão a Corte apenas teve seu procedimento finalizado no âmbito interno somente no ano de 2002.

Mas Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 153 de 2010, sustentou a recepção constitucional da lei de anistia, sob o argumento central, pseudo-histórico, de que a lei de anistia teria sido fruto de acordo político entre torturadores e torturados, vítimas e algozes, com vistas a propiciar a transição para um regime democrático. Tal entendimento do STF gerou e até hoje gera

ISBN: 978-85-7205-133-01

grandes debates, e críticas profundas à atuação deste órgão no enfrentamento da questão, dada sua contrariedade à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Todas as famílias que sofreram com as ações do regime militar não sentem que a justiça brasileira reparou qualquer mau, muito pelo contrário, a sensação é de impunidade em face de todos aqueles que, na condição de agentes do estado, cometeram crimes contra homens, mulheres, crianças e idosos, militantes ou não da oposição, que apenas almejavam por liberdade.

No Brasil, a busca por reparações, de todas as ordens, caminha em passos vagarosos, e com enfrentamentos jurídicos que acarretam dificuldades na descoberta da verdade, o que gera a criação de uma narrativa história inverídica frente aos fatos realmente ocorridos.

Não apenas a lei de anistia é criticada pelos movimentos em prol dos Direitos Humanos, mas também outras normas entram nesse debate, com um avanço tímido na busca pela verdade. Embora tenha revogado a Lei 11.111/2005, que previa a possibilidade de sigilo eterno para documentos considerados ultrassecretos, o Brasil aprovou legislações que não asseguram o acesso imediato às informações e à verdade. As Leis n. 12.527 (regulamentadora do acesso à informação) e n. 12.528 de 2011 (criadora da Comissão Nacional da Verdade) representaram progressos significativos, mas não se equiparam à amplitude da experiência argentina que veremos a seguir.

A Argentina deu cumprimento à jurisprudência da Corte Interamericana no tocante à justiça de transição, contudo o Brasil não teve a mesma postura, mesmo sendo signatário do citado tratado internacional e tendo aceitado expressamente a jurisdição da Corte.

Argentina: a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos finca raízes na Corte Suprema de Justiça da Nação

Após a II Guerra Mundial, foi instituído o Tribunal de Nuremberg (Tribunal Internacional Militar – TIM) para julgar os crimes de guerra, de agressão e os crimes contra a humanidade cometidos pelos nazistas, com base no direito internacional obrigatório– "*ius cogens*". Posteriormente, as experiências internacionais do Tribunal de Tóquio (Tribunal Internacional Militar para o Extremo Oriente), e após o fim da Guerra Fria, dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia (TPII) e para Ruanda (TPIR), que julgaram crimes de genocídio, de agressão, de guerra e contra a humanidade, todos cometidos durante os

ISBN: 978-85-7205-133-01

respectivos conflitos, serviram de inspiração para o surgimento do Tribunal Penal Internacional (TPI), de caráter permanente e com sistema independente das Nações Unidas. Através desses tribunais, paulatinamente, a jurisprudência internacional global orientou-se no sentido de reconhecer que os crimes contra a humanidade, independente do contexto de guerra externa, constituem graves violações de direitos humanos, e como tais são imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia, uma vez que leis internas não poderiam estabelecer imunidades para os agressores de direitos humanos perante o *ius cogens* internacional.

Embora o sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos (SIDH) tenha acompanhado e dialogado com a jurisprudência internacional global, a implantação das ditaduras militares latino-americanas, com vistas a impedir o avanço do comunismo na América, impossibilitou uma atuação mais combativa da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos frente às crescentes denúncias de graves violações de direitos humanos. Conforme foram se intensificando as lutas internas e internacionais por redemocratização, os países latino-americanos iniciaram o processo de ratificar os tratados internacionais de direitos humanos (TIDH) e aceitar a jurisdição das cortes internacionais globais e regionais, o que permitiu uma atuação mais efetiva desses organismos, bem como uma mudança de mentalidade das comunidades jurídicas internas, cada vez mais atentas aos TIDH.

Os juristas defensores de direitos humanos divergiam sobre a correta posição que os tratados internacionais de direitos humanos deveriam ocupar no ordenamento jurídico interno argentino; uns defendiam o *status* supralegal (abaixo da Constituição, mas acima das leis infraconstitucionais), outros o *status* constitucional (equiparado à Constituição) dos referidos tratados. A Reforma Constitucional de 1994, ao acrescentar o art. 75, inciso 22, conferiu *status* normativo supralegal aos tratados internacionais em geral, e *status* constitucional a inúmeros tratados e convenções internacionais de direitos humanos já firmados pela Argentina, tanto do âmbito global quanto do interamericano. Dentre os que foram recepcionados pela Reforma Constitucional como normas constitucionais, merece destaque a Convenção Americana de Direitos Humanos, pois é o único instrumento que estabelece a jurisdição obrigatória de um tribunal internacional competente para emitir sentenças vinculantes aos Estados, a saber, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (GONZÁLEZ – SALZBERG, 2011, pp. 121 e ss.). O reconhecimento expresso do *status* normativo

ISBN: 978-85-7205-133-01

constitucional dos TIDH foi fundamental para uma mudança crescente da mentalidade da comunidade jurídica argentina em relação aos crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar, que permaneciam impunes graças às leis de anistia há muito vigentes.

As leis de anistia argentinas, ao contrário da lei de anistia brasileira, foram promulgadas em pleno regime democrático. A justificativa difundida à opinião pública embasava-se na suposta necessidade de preservar a paz social. Na época, o Poder Judiciário decidiu manter uma postura de *self restraint* (auto-restrição), e entendeu que caberia aos Poderes Legislativo e Executivo decidir sobre a conveniência e oportunidade de conceder anistia aos que cometeram crimes durante a ditadura militar (GUEMBE, 2005, pp. 121 e ss.).

Ainda durante a vigência do regime ditatorial, aprovou-se a **Lei de Pacificação Social** (n. 22.924 de 1983), a qual definiu a anistia para os delitos de terrorismo e subversão tanto para os que *cometeram* quanto para os que *combateram* tais delitos, no período de 25 de maio de 1973 a 17 de julho de 1982. Com o advento da democracia, essa legislação foi revogada, e os militares pressionaram o recente governo democrático para aprovação de uma nova lei de anistia. Na sequencia, foram promulgadas as **Leis de Ponto de Final** (n. 23.492 de 1986) **e de Obediência Devida** (23.521 de 1987), as quais extinguiram todas as ações em que integrantes das Forças Armadas figuravam como réus. O **Decreto n. 1.002 de 1989,** editado pelo então Presidente Carlos Menem, concedeu indulto a 30 ex-militares acusados de cometer crimes contra a humanidade.

Desde 1984, funciona na Argentina uma Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CANADEP). Com a pressão da sociedade civil e com os intensos trabalhos da Comissão, iniciou-se progressiva instauração de processos cíveis e criminais no Poder Judiciário, pedindo ampla responsabilização pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes do regime militar. O debate doutrinário e jurisprudencial entre os operadores do direito foi-se tornando cada vez mais acirrado.

Na década de 90, a Corte Suprema de Justiça da Nação (CSJN) reconheceu que as vítimas e familiares de desaparecidos políticos tinham direito à memória e à verdade, mas não à responsabilização criminal dos agentes militares que cometeram crimes contra a população civil. No **Informe n. 28/92**, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pronunciou-se sobre a incompatibilidade entre as leis internas argentinas, que concediam anistia a crimes contra a humanidade, com os dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos, e recomendava a invalidação de tais leis, a fim de possibilitar a investigação, processo e

ISBN: 978-85-7205-133-01

julgamento dos agressores de direitos humanos que permaneciam impunes. Uma série de casos paradigmáticos ("*leading cases*") da Corte Interamericana de Direitos Humanos firmou a jurisprudência interamericana sobre a chamada justiça de transição: Caso **Velásquez Rodriguez vs. Honduras** (1988); Caso **Loyasa vs. Peru** (1997); Caso **Barrios Altos vs. Peru** (2001); Caso **Almonacid Arellano e outros vs. Chile** (2006); Caso **La Cantuta vs. Peru** (2006); Caso **Gomes Lund e outros vs. Brasil** ou Caso "Guerrilha do Araguaia" (2010); Caso **Gelman vs. Uruguai** (2011). (RAMOS, 2014, pp. 330 e ss.).

No julgamento do caso paradigmático **"Simón, Júlio Hector y otros"**, em 2005, a Corte Suprema de Justiça da Nação declarou inconstitucionais e inválidas as leis de anistia, citando expressamente a jurisprudência internacional global e interamericana de direitos humanos sobre justiça de transição, e reconhecendo a imprescritibilidade e insuscetibilidade de graça ou anistia aos crimes contra a humanidade, bem como o caráter permanente dos crimes de desaparecimento forçado, argumentos que justificam a investigação, processamento e responsabilização, civil e criminal, das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. Mencionou que as referidas leis violavam dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 1º, 2º, 8º e 25º) e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 2º), ambos de estatura constitucional. Citou extensa jurisprudência da Corte Interamericana dos direitos humanos sobre justiça de transição, especialmente os Casos **Velásquez Rodríguez vs. Honduras** e **Barrios Altos vs. Peru**. A declaração de inconstitucionalidade das leis de anistia teve efeitos retroativos ("*ex tunc*"), tendo, portanto, desconstituído todos os efeitos jurídicos até então produzidos, como se tais leis nunca tivessem existido. A decisão foi tomada por ampla maioria de votos, com apenas um voto dissidente e uma abstenção. (GUEMBE, 2005, p. 133).

Após a prolação da sentença supramencionada, cresceu consideravelmente o número de processos pedindo a condenação criminal de agentes militares que cometeram crimes contra a humanidade durante a ditadura. O Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) da Argentina realiza pesquisas empíricas monitorando os inquéritos e processos, os debates jurisprudenciais entre as várias instâncias e o efetivo cumprimento da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O CELS critica, sobretudo, a dificuldade de acesso às informações nos sites de pesquisa de jurisprudência, o que representa sério *déficit* de visibilidade do Poder Público, assim como a morosidade do Poder Judiciário para proferir sentenças de caráter definitivo (2013, pp. 55 e ss.).

ISBN: 978-85-7205-133-01

A obrigação de investigação judicial das graves violações de direitos humanos, com a correspondente punição dos responsáveis, permanece sendo a mais descumprida por todos os Estados-Parte do SIDH, e a Argentina não é exceção; o grau geral de descumprimento chega a 73,8% dos casos latino-americanos. Diante desse quadro, faz-se indispensável o reconhecimento, pelo Poder Judiciário dos Estados, do caráter obrigatório das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como pondera GONZÁLEZ – SALZBERG, constatam-se incoerências e inconstâncias no cumprimento das sentenças condenatórias proferidas pela Corte IDH, uma vez que, em certos casos e sem a aplicação de um critério uniforme, a CSJN afastou a necessidade de cumprir todas as obrigações constantes da sentença internacional, por conflitarem com a jurisprudência interna do tribunal.

Embora haja críticas internas e doutrinárias à jurisprudência da CSJN na aplicação do direito internacional em geral, e do direito internacional dos direitos humanos em especial, é indubitável o posicionamento da Corte Suprema no sentido de reconhecer **(i)** que na eventual hipótese de conflito entre normas da Constituição Nacional e normas integrantes dos tratados internacionais de direitos humanos com hierarquia constitucional, deve prevalecer a norma mais favorável ao indivíduo (consagração do princípio da interpretação *pro homine*); **(ii)** o caráter imperativo da obrigação de julgar os crimes de Estado; **(iii)** a obrigatoriedade de cumprir as sentenças exaradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Para FLÁVIA PIOVESAN, na experiência argentina há "(...) *a) a plena incorporação da jurisprudência da Corte Interamericana e dos parâmetros protetivos internacionais pela Corte Suprema Argentina; b) uma explícita e firme política de Estado em prol da memória, verdade e justiça; e c) a devida proteção dos direitos à verdade e à justiça*". (PIOVESAN, 2013, p. 544). Os autores argentinos analisados, GUEMBE e GONZÁLEZ – SALZBERG, são mais críticos em relação à atuação da CNSJ no tocante ao cumprimento do direito internacional dos direitos humanos no âmbito interno, mas reconhecem os avanços alcançados. De nossa parte, concluímos que, a despeito das necessárias críticas, é notório o profundo debate em torno do projeto estatal de efetiva implementação do direito internacional dos direitos humanos por parte do Poder Judiciário argentino nas últimas décadas, especialmente na jurisprudência da Corte Suprema de Justiça da Nação.

Cumpre destacar que, embora não seja o enfoque de nosso artigo, o processo de implementação da justiça de transição na Argentina não aconteceu somente por meio do Poder Judiciário, nem se deve a um protagonismo da CSJN; a justiça de transição argentina

ISBN: 978-85-7205-133-01

mobilizou vários setores da sociedade civil e recebeu apoio dos poderes executivo e legislativo. (Cf. GUEMBE, 2005, *passim*).

Conclusão

Comparando os dois processos transicionais em análise – o brasileiro e o argentino – pudemos verificar o quanto o Brasil precisa caminhar para aproximar-se da Argentina.

A discussão sobre o direito à memória e à verdade das vítimas e familiares de desaparecidos políticos remonta ao início da redemocratização argentina. A implantação das Comissões Nacionais e Estaduais da Verdade no Brasil é recentíssima e os relatórios finais ainda não foram disponibilizados ao público.

A solução institucional legislativa em relação à controvérsia sobre a hierarquia normativa dos tratados internacionais de direitos humanos foi implantada exatamente uma década antes em solo argentino – a Reforma Constitucional data de 1994, e trouxe solução jurídica mais satisfatória que a brasileira, uma vez que além de instituir mecanismos para que os TIDH posteriores à Reforma possuíssem *status* constitucional, equiparou uma série de tratados e convenções IDH já firmados a emendas constitucionais. A Emenda Constitucional n. 45 de 2004, que acrescentou o parágrafo §3º ao art. 5º da Constituição Federal brasileira, dentre outras tantas modificações, não solucionou a controvérsia em torno da hierarquia constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos já firmados, o que permitiu a divergência entre a doutrina majoritária, que defende o estatuto constitucional dos referidos tratados, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que insiste na tese restritiva da supralegalidade.

Pontuamos, ainda, a imensa diferença entre a postura da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal brasileiro no tocante ao seguimento da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Reforma Constitucional argentina, ao elevar a Convenção Americana de Direitos Humanos ao estatuto constitucional, permitiu maior consciência dos Ministros argentinos quanto à obrigatoriedade de dar cumprimento à jurisprudência da Corte Interamericana, a despeito das críticas dos autores argentinos analisados quanto à uniformidade e coerência desse processo. Já o Supremo Tribunal Federal, com base na tese da supralegalidade da Convenção Americana de Direitos Humanos, e afirmando-se como guardião e intérprete máximo dos direitos e garantias

ISBN: 978-85-7205-133-01

fundamentais, raramente observa a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. No julgamento da ADPF 153, o STF ignorou não apenas a jurisprudência da Corte IDH e o *ius cogens* internacional de direitos humanos quanto à justiça de transição, como também as experiências e entendimentos de várias Cortes Supremas latino-americanas, pois a despeito das diferenças entre os vários processos transicionais latino-americanos, os respectivos poderes judiciários dos demais países empreenderam mais esforços para assegurar não apenas o direito à memória, à verdade e à indenização por danos materiais e morais das vítimas e familiares de desaparecidos políticos, como avançaram na responsabilização penal dos graves violadores de direitos humanos, diminuindo a impunidade dos agentes estatais.

Os altos índices de violência policial contra os estratos mais empobrecidos e escuros da sociedade civil brasileira; os gritantes e reiterados silêncios, que revelam autorizações tácitas das autoridades governamentais às agressões, torturas, desaparecimentos forçados e execuções sumárias que atingem cotidianamente essa população são resquícios das práticas autoritárias da última ditadura militar (1964 – 1984) e das ditaduras anteriores. Para que nossa jovem democracia se fortaleça, é imprescindível responsabilizar civil e penalmente os agentes estatais que cometeram graves violações de direitos humanos durante o regime militar, bem como os que continuam a cometer tais atrocidades impunemente.

Referências bibliográficas

ABRAÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Apresentação – Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição – Ministério da Justiça*, Brasília, n. 07, pp. 10-47, jan./jul. de 2012. Disponível em www.justica.gov.br. Acesso em outubro de 2014.

CENTRO DE ESTÚDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). *América Latina en la búsqueda de memoria, verdade y justicia por crímenes de lesa humanidade: Una mirada en clave regional*. In: *Derechos humanos em Argentina: Informe 2013*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editores, 2013. pp. 51-132.

GOMES, Olívia Maria Cardoso; BEZERRA, Ana Caroline Camarra. *O direito à memória e à verdade e a justiça de transição na América do Sul: uma análise comparativa entre os casos brasileiro e argentino.*CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Encontro n. XXI: Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais individuais e coletivos, 2012, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pp. 12.055-12.077. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br. Acesso em outubro de 2014.

GONZÁLEZ – SALZBERG, Damián A. A implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Argentina: uma análise do vaivém jurisprudencial da Corte Suprema de Justiça da Nação. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*. São

Paulo, n. 15, vol. 8, pp. 114-133, dez. de 2011. Disponível em www.surjournal.org.br. Acesso em outubro de 2014.

GUEMBE, María José. Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, n. 3, ano 2, pp. 120-137, 2005. Disponível em www.surjournal.org.br. Acesso em outubro de 2014.

MATOS, Saulo Monteiro de. Anistia democrática? Sobre a (i)legitimidade da lei de anistia brasileira. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição – Ministério da Justiça*, Brasília, n. 07, pp. 136-169, jan./jul. de 2012. Disponível em www.justica.gov.br. Acesso em outubro de 2014.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*: São Paulo, v. 7, n. 13, dez. de 2010, pp. 07-25. Disponível em www.surjournal.org.br. Acesso em outubro de 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Cattoni de; GOMES, David Francisco Lopes. *A história, a memória, os soberanos: justiça de transição e o projeto do estado democrático de direito.* In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direitos humanos atual* (coord.). 1˚ ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. pp. 1-15.

PIOVESAN, Flávia. *Leis de anistia, direito à verdade e à justiça: impacto do sistema interamericano e perspectivas da justiça de transição no contexto sul-americano*. In: *Temas de Direitos Humanos*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. pp. 535-553.

---------- *Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro.* In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.pp. 91-107.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *A ambiguidade da anistia no Brasil: memória e esquecimento na transição inacabada.* In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direitos humanos atual* (coord.). 1˚ ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. pp. 16- 41.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *A razão como diálogo: o direito, a memória, a verdade, a justiça – dilemas da transição no Brasil e na Argentina*. CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Encontro n. XXI: Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais individuais e coletivos, 2012, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pp. 11.984 a 12.000. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br. Acesso em outubro de 2014.

STRAPASSON, Karoline; NATAL, Mariane. *Justiça de transição: um paralelo entre Argentina e Brasil*. CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Encontro n. XXIII: (Re)pensando o Direito: Desafios para a construção de novos paradigmas, 2014, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 168-187. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br. Acesso em outubro de 2014.

VASCONCELOS, Eneas Romero de. Do conflito entre direito nacional e internacional: a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos ("Caso Araguaia") vs. a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADPF 153). *Revista Anistia Política e Justiça de Transição – Ministério da Justiça*, Brasília, n. 07, pp. 170-201. Disponível em www.justica.gov.br. Acesso em outubro de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A Aliança do Pacífico como retomada do regionalismo baseado em acordos de comércio

Paulo Roberto Silva

Mestre em Integração da América latina pelo Prolam/USP

professor do Centro Universitário Fundação Santo André

Resumo: O modelo de integração regional baseado em acordos de livre comércio, que predominou nos anos 1990, entrou em crise e ficou estagnado na América Latina na primeira década do século. Contudo, no período mais recente este modelo parece voltar a ganhar força, e a Aliança do Pacífico se apresenta como sinal desta retomada. Ela foi possível porque os países que a firmaram – México, Peru, Colômbia e Chile – apresentam condições econômicas e políticas comuns, como a existência de acordos bilaterais com os Estados Unidos, forte abertura comercial e a existência de um expressivo setor exportador, com peso político suficiente para impor a agenda da abertura comercial.
Palavras-chave: integração regional, regionalismo, Aliança do Pacífico, América Latina

Abstract: The regional integration model based in free trade agreements, which was predominant in 1990s, has suffered a crisis and stagnated in Latin America in the first decade of this century. However, lately this model is recovering its power, and Pacific Alliance can be understanded as a signal of this resumption. This agreement was possible because its subscribers countries - Mexico, Peru, Colombia and Chile - present similar economic and political conditions, as bilateral agreements with United States, strong trade openness and the existence of powerful export sector, with enough political power to enforce the trade opening agenda.
Keywords: regional integration, regionalism, Pacific Alliance, Latin America

Com a crise cambial do final dos anos 1990 na América Latina e a subsequente estagnação econômica, o modelo de integração regional baseado exclusivamente em acordos de comércio, que predominou na década anterior, entrou em crise. Por outro lado, as lideranças políticas do subcontinente promoveram novas experiências de integração, refletindo a liderança de movimentos sociais e atores políticos comprometidos com o combate à desigualdade na política doméstica. É o caso da Unasul, da Alba, e mesmo das mudanças no Mercosul a partir de 2005.

Contudo, mesmo essas novas experiências apresentaram limitações. Neste sentido, a

ISBN: 978-85-7205-133-01

Aliança do Pacífico é a experiência de maior expressão desta retomada do modelo de integração por acordos comerciais. Ela foi possível porque os países que a firmaram – México, Peru, Colômbia e Chile – apresentam condições econômicas e políticas comuns, como a existência de acordos bilaterais com os Estados Unidos, forte abertura comercial e a existência de um expressivo setor exportador, com peso político suficiente para impor a agenda da abertura comercial.

A Aliança do Pacífico se apresenta como uma área de livre comércio no marco do artigo XXIV do GATT, ao invés da cláusula de habilitação. Nas experiências anteriores, os processos de integração se davam por meio de acordos de complementação econômica nos marcos do Tratado de Montevidéu de 1980. No acordo de constituição da Aliança do Pacífico, o Tratado de Montevidéu é apenas mencionado como um dos tratados internacionais a serem considerados no processo de constituição da aliança.

O objetivo deste artigo é retomar o histórico do regionalismo na América Latina desde os anos 1990 e analisar porque justamente estes países viabilizaram a construção deste acordo de integração específico, e exatamente nestes moldes. A partir da análise da economia de cada país, podemos avaliar o peso econômico dos setores exportadores no PIB e, consequentemente, o seu peso político na formulação da agenda da política de integração.

O regionalismo baseado em acordos de livre comércio

Chamamos de *regionalismo baseado em acordos de livre comércio* o que a literatura convencionou chamar de *regionalismo aberto* ou *novo regionalismo*. Trata-se do tipo de regionalismo praticado na região durante os anos 1990, ou, de acordo com Veiga e Rios:

> *Na área de política comercial, essa revisão se traduziu em aberturas unilaterais em relação ao resto do mundo e incluiu iniciativas diversas de negociação comercial, em âmbito bilateral e sub-regional. Além de articulado a políticas comerciais liberalizantes, o novo regionalismo —também denominado de "regionalismo aberto"— tinha objetivos ambiciosos na área de comércio de bens (a eliminação das tarifas, em âmbito preferencial, sendo o objetivo geral) e integrava à sua agenda outros temas, até então ausentes da agenda intra-regional, como o comércio de serviços, os investimentos, etc. A vertente sub-regional do "regionalismo aberto" na América do Sul tinha ambições ainda maiores, ao definir como objetivo explícito dos projetos a constituição de uniões aduaneiras e, mais além, de mercados comuns.* (VEIGA, RIOS, 2007, p. 9)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ffrench-Davis e Devlin (1999, p. 13-17) listaram quatro motivações comuns que levaram os países da América Latina a firmarem acordos regionais naquele momento:

1. **Política**: a busca de superação de conflitos locais - como no caso de Brasil e Argentina - levou à construção de acordos comerciais sob um guarda-chuva de uma construção política;
2. **Praticar a arte do possível em liberalização**: dado que a abertura de mercados pelas vias multilaterais havia estagnado após a Rodada Uruguai, os acordos regionais latino-americanos permitiriam avançar a liberalização dos mercados até uma nova rodada multilateral;
3. **Impulso estratégico ao desenvolvimento**: os acordos permitiram explorar complementariedades entre as economias nacionais, corrigir falhas de mercado e desenvolver um mercado subregional expressivo para os produtos nacional, alavancando assim o desenvolvimento econômico dos países;
4. **Atrair investimento estrangeiro direto**: a criação de mercados subregionais tornaria mais atrativo o investimento em determinados países, especialmente os de economia menor, que seriam menos atrativos se contassem apenas com seus próprios mercados.

O formato que esses acordos regionais do "regionalismo aberto" adotavam era preferencialmente o de acordos de complementação econômica da Associação Latinoamericana de Integração (Aladi). Previstos no artigo 11º do Tratado de Montevidéu de 1980, eles têm por finalidade "promover o máximo aproveitamento dos fatores da produção, estimular a complementação econômica, assegurar condições eqüitativas de concorrência, facilitar o acesso dos produtos ao mercado internacional e impulsar o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros".[1]

As crises cambiais do final dos anos 1990 afetaram as economias da região e geraram uma crise no que chamamos regionalismo baseado em acordos de livre comércio. De acordo com Veiga e Rios,

> *Essas crises chegaram à região com a desvalorização cambial no Brasil, em 1999, e da Argentina, em 2001, e —junto com a constatação do fraco desempenho das*

[1] Há hoje no âmbito da Aladi 38 acordos de complementação econômica. Estes são reconhecidos pela Organização Mundial do Comércio como acordos de escopo parcial firmados no âmbito da cláusula de habilitação, ou seja, não estão sujeitos às condições restritivas do artigo 24º do GATT.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *economias da região durante os anos 90— contribuíram para um questionamento crescente das estratégias nacionais de revisão do papel do Estado na economia e de liberalização dos fluxos de comércio entre os países da região e o resto do mundo.* (VEIGA, RIOS, 2007, p. 16)

Esse processo de crise levou ao surgimento de novas iniciativas de integração, na qual se destaca o novo direcionamento dado ao Mercosul a partir de 2004. Este foi o ano de criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com o objetivo de reduzir as assimetrias entre as maiores e menores economias do bloco. De acordo com Pautasso (2012), a criação do fundo seria o marco de uma inflexão na abordagem integracionista brasileira, que teria migrado de um modelo de credibilidade para outro, de autonomia:

> *"O modelo da credibilidade, que caracterizou a atuação durante o governo Fernando Henrique, priorizou as reformas liberalizantes como forma de ingresso do país na globalização a partir da assimilação dos compromissos internacionais. Este modelo baseou-se na concepção de que as insuficiências de poder do país podem ser atenuadas pelo envolvimento nos mecanismos multilaterais. O modelo da autonomia, por sua vez, expressou nitidamente as formas de inserção internacional do governo Lula, cuja prioridade foi deslocada para o desenvolvimento e o fortalecimendo da soberania."* (PAUTASSO, 2012, p. 12)

Contudo, esta inflexão nunca deixou de ser alvo de críticas. Já em 2005, Giambiagi e Barenboim afirmavam que

> *"o Brasil deveria agir em duas frentes. Por um lado, procurando fazer com que esse novo Mercosul, com um down-grade de um degrau para se tornar apenas uma ALC, fosse ampliado para toda a América do Sul, de tal modo que, até 2015 ou 2020, se pudesse ter uma ALC que abrangesse desde a Terra do Fogo até o México. Por outro, negociando com a Argentina um tratado bilateral específico no qual, recriando-se o espírito do Tratado de Assunção, mas agora limitado especificamente a esses dois países, se avançasse firmemente no caminho da constituição de um mercado comum."* (GIAMBIAGI, BARENBOIM, 2005, p. 25)

ISBN: 978-85-7205-133-01

A proposta dos autores ia na contramão à estratégia adotada pelo Mercosul naquele momento, pois, ao invés de intensificá-lo, propunha um recuo institucional para uma área de livre comércio que pudesse abarcar a região toda, mas com um escopo mais limitado, o de uma área de livre comércio. Enquanto Brasil e Argentina aprofundavam o Mercosul para o campo não comercial, por meio de instituições como o Focem e o Parlamento, os autores apresentavam uma proposta com base no modelo de acordos de liberalização.

Se, por um lado, a experiência do Mercosul ainda não permite apontar a existência de um novo modelo, ela pode ser compreendida como uma experimentação frente à crise do regionalismo dos anos 1990. Por outro lado, a Aliança do Pacífico se coloca como uma retomada do modelo dos 1990s.

A Aliança do Pacífico e a retomada do modelo dos anos 1990

A Aliança do Pacífico foi lançada em abril de 2011 e formalizada pelo Acordo Marco da Aliança, firmado em junho de 2012. Em fevereiro de 2014, foi firmado um Protocolo Adicional com objetivo de refinar a regulamentação comercial da Aliança. É neste acordo que surge a primeira grande novidade: ao invés de se inserir na cláusula de habilitação, como no caso dos anos 1990, ela se coloca logo no primeiro artigo do protocolo adicional como uma zona de livre comércio de acordo com o artigo 24º do GATT. No período áureo dos acordos de livre comércio, apenas o NAFTA se enquadrava no artigo 24º do GATT, e mesmo assim porque incluía apenas um país membro da Aladi, o México.

A proposta de Giambiagi e Barenboim de 2005 mostra que as experimentações integracionistas pós-liberais (VEIGA, RIOS, 2007) não eram hegemônicas na primeira década deste século. Ramos lembra, por exemplo, que os dois partidos tradicionais da política uruguaia se opuseram à criação do Parlamento do Mercosul, declarando inclusive que o Mercosul não servia ao Uruguai (RAMOS, 2013, p. 110). Ou seja, havia espaço político para se defender uma política de retomada dos acordos de livre-comércio. Agora, por que justamente os quatro países fundadores da Aliança do Pacífico assumiram a vanguarda desta retomada? A explicação pode estar na maior exposição destes países ao comércio exterior, ou seja, são países mais dependentes do mercado internacional.

Condições estruturais para a abertura do mercado na Aliança do Pacífico

Para esta análise, buscamos estabelecer uma comparação entre os quatro países da Aliança do Pacífico e o Brasil, maior economia da região e país líder das experimentações pós-liberais. Consideramos os dados de comércio exterior dos cinco países disponíveis na

ISBN: 978-85-7205-133-01

base de dados SICOEX (Sistema de Informação de Comércio Exterior) da Aladi, e cruzamos com os dados de PIB nominal em US$ disponíveis do World Economic Outlook do FMI.

Os dados mostram que os quatro países da Aliança do Pacífico somados apresentavam em 2013 importações equivalentes a 25,7% do PIB, contra apenas 11,4% no caso brasileiro. Em relação às exportações, elas representavam 25,6% do PIB dos quatro países, contra 11% no caso brasileiro. A diferença de exposição se mantém desde 2002, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Exposição ao comércio exterior da Aliança do Pacífico x Brasil

Indicador	**Aliança do Pacífico**	**Brasil**
Importações em 2002 (% PIB)	21,1%	9,8%
Importações em 2013 (% PIB)	25,7%	11,4%
Exportações em 2002 (% PIB)	20,5%	11,9%
Exportações em 2013 (% PIB)	25,6%	11%

Fonte: cruzamento de dados do SICOEX/Aladi e FMI

O caso das exportações chama mais a atenção: enquanto a Aliança do Pacífico ampliou a participação das vendas externas no PIB em 5 pontos percentuais, o Brasil chegou a reduzir a sua participação em quase um ponto percentual. Podemos afirmar, portanto, que o comércio exterior tem um peso maior para as economias da Aliança do Pacífico que para a brasileira, mais dependente do mercado interno.

Quando analisamos as exportações para as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, percebemos novamente uma discrepância entre a Aliança do Pacífico e Brasil. Vejamos primeiro os Estados Unidos. Enquanto para aqueles as exportações representam pelo menos 15% do PIB agregado, no Brasil elas reduzem de 3% em 2002 para 1,1% em 2013. No caso das importações, novamente vemos uma participação estável em torno de 11% na Aliança do Pacífico e uma redução no caso brasileiro. Ainda que possamos considerar a influência do México neste indicador, certamente o país membro com parceria mais estreita com os EUA por conta do Nafta, mesmo o Peru apresenta em 2013 uma participação superior à brasileira das exportações aos EUA no PIB, como mostra a Tabela 2. Ou seja, a contribuição norte-americana para as economias da Aliança via comércio exterior é superior à obtida pelo Brasil (consideravelmente superior se considerarmos o México).

No caso chinês, a participação das exportações no PIB brasileiro em 2013 chega a

ISBN: 978-85-7205-133-01

superar a dos países da Aliança agregados, mas é inferior à do Chile. Contudo permanece fortemente superior à do México, mesmo na comparação histórica. Quanto às importações, a representatividade no PIB da Aliança do Pacífico é superior à brasileira. Mesmo o México apresenta importação relativa ao PIB superior ao Brasil.

Tabela 2: Comércio com os Estados Unidos Aliança do Pacífico x Brasil

Indicador	**Aliança do Pacífico**	**México**	**Peru**	**Brasil**
Importações em 2002 (% PIB)	11,8%	14,4%	0,8%	2,1%
Importações em 2013 (% PIB)	10,5%	14,4%	4%	1,7%
Exportações em 2002 (% PIB)	15,7%	19,1%	3,3%	3%
Exportações em 2013 (% PIB)	15,3%	23%	3,3%	1,1%

Fonte: cruzamento de dados do SICOEX/Aladi e FMI

Tabela 3: Comércio com a China Aliança do Pacífico x Brasil

Indicador	**Aliança do Pacífico**	**México**	**Chile**	**Brasil**
Importações em 2002 (% PIB)	1%	0,8%	1,6%	0,3%
Importações em 2013 (% PIB)	4,4%	4,7%	5%	1,8%
Exportações em 2002 (% PIB)	0,3%	0,1%	1,7%	0,5%
Exportações em 2013 (% PIB)	2%	0,5%	6,9%	2,1%

Fonte: cruzamento de dados do SICOEX/Aladi e FMI

Quando se considera a existência de acordos bilaterais de livre comércio, vemos novamente um maior ativismo dos países da Aliança do Pacífico em comparação com o Mercosul[2]. De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio organizados na Tabela 4, o Mercosul conta apenas com um acordo bilateral em vigor, contra 17 do Chile, 7 da Colômbia, 10 do México e 12 do Peru. Ou seja, não são apenas países mais dependentes do comércio exterior, mas também mais ativos em explorar a abertura de mercado como estratégia econômica.

[2] No caso do Mercosul, as negociações são centralizadas pelo mercado comum.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tabela 4: Arranjos regionais de comércio em vigor

Mercosul	Chile	Colômbia[3]	Mexico[4]	Peru[5]
India	Australia Canadá China Colombia America Central India Japão Malásia México EFTA União Europeia Hong Kong Coreia do Sul Panamá Peru Turquia EUA	Canadá Chile Mexico Triangulo Norte (El Salvador, Guatemala, Honduras) EFTA União Europeia EUA	Chile Colombia EFTA União Europeia Israel Japão America Central Uruguai NAFTA Peru	Canadá Costa Rica EFTA - Peru União Europeia Japão Panamá Chile China Coréia do Sul Mexico Singapura EUA

Fonte: OMC - Regional trade agreements Database

Conclusão

Chile, Colômbia, México e Peru assumiram a retomada do modelo de regionalismo baseado em liberalização de comércio, em certa medida, porque suas economias são mais dependentes do comércio exterior. Cerca de um quarto do PIB agregado desses países é gerado pelas exportações ou gasto em importações. Ora, uma tal exposição ao comércio exterior fortalece os grupos políticos internos mais favoráveis à liberalização do comércio. Mesmo governos de inclinação mais à esquerda, como Humala no Peru ou Bachelet no Chile, precisam considerar essa variável. Comparando com o Brasil, em que as exportações ou importações respondem por cerca de 1 décimo do PIB, vemos como a abertura dos membros da Aliança ao comércio exterior é maior.

Esta maior exposição se reflete nos acordos de livre comércio. Enquanto o Mercosul conta com apenas um acordo bilateral em vigor, os países da Aliança têm pelo menos sete acordos em vigor. Ou seja, esses países não só são mais dependentes do comércio exterior,

[3] A Comunidade Andina não foi considerada acordo bilateral

[4] O NAFTA foi considerado acordo bilateral

[5] A Comunidade Andina não foi considerada acordo bilateral

ISBN: 978-85-7205-133-01

mas tambném atuam ativamente no sentido de desenvolver mercados globais. Isto não seria possível se houvesse grupos poderosos apondo-se à liberalização do comércio.

Contudo, há forças em outros países da região que atuam no sentido de retomar o regionalismo dos anos 1990, como mostram os casos analisados de Brasil e Uruguai. Essas forças podem ter na Aliança do Pacífico um argumento e um modelo para apresentar a seus países. Tudo vai depender da evolução comparada da Aliança e das experimentações pós-liberais.

Referências:

DEVLIN, Robert; FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Towards an evaluation of regional integration in Latin America in the 1990s. *The World Economy*, v. 22, n. 2, p. 261-290, 1999.

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. *Mercosul: por uma nova estratégia brasileira* (texto para discussão). 2005.

PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre a integração regional. *Boletim Meridiano 47*, v. 13, n. 129, p. 10-16, 2012.

RAMOS, Hugo Daniel. "MERCOCÉPTICOS". LOS PARTIDOS POLÍTICOS OPOSITORES AL MERCOSUL EN LA ARGENTINA Y URUGUAI (1991-2006). *Cadernos PROLAM/USP*, v. 12, n. 23, p. 97-114, 2013.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polonia. *O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. CEPAL, 2007.

Documentos:

ALIANÇA DO PACÍFICO. Protocolo Adicional al Acuerdo Marco de la Alianza del Pacifico. Disponível em http://alianzapacifico.net/documents/2014/PROTOCOLO_COMPLETO.pdf Consultado em 2 de novembro de 2014

ALIANÇA DO PACÍFICO. Acuerdo Marco de la Alianza del Pacifico. Disponível em http://alianzapacifico.net/documents/2014/Acuerdo_Comercial.pdf. Consultado em 2 de novembro de 2014

Bases de dados

SICOEX/Aladi. Disponível em http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsf/home.seam. Consultado em 2 de novembro de 2014

FMI. Disponível em http://www.imf.org/external/datamapper/index.php. Consultado em 2 de

ISBN: 978-85-7205-133-01

novembro de 2014

ALBA: alternativa latino-americana de integração anti-imperialista?

Raíssa Teixeira Almeida de Souza

Graduada em Relações Internacionais

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

E-mail: rah.teixeira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) buscando em suas propostas e resoluções caraterísticas alternativas aos modelos neoliberais de integração, em especial a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Palavras-chave: imperialismo; ALBA; Estados Unidos; América Latina; integração regional.

Resumen: Este artículo presenta la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) buscando en sus propuestas y resoluciones características alternativas a los modelos neoliberales de integración, com énfasis en la Área de Libre Comércio de las Américas (ALCA).

Palabras-clave: imperialismo; ALBA; EE.UU.; América Latina; integración regional.

A luta pela soberania latino-americana vem há séculos sendo travada entre os grandes colonizadores europeus, que dominavam as Américas até o século XVIII, a grande nova potência mundial, que surge no fim deste mesmo século, Estados Unidos, e o extenso território denominado América Latina, que não sessou suas tentativas para conquistar independência e liberdade.

Tendo em vista que a luta vem sendo árdua e extensa, é de essencial importância o contexto histórico mundial em relação as dominações e ao capitalismo desenvolvido durante todo o século XIX, e mesmo antes disso, para se entender a luta para a libertação da América Latina. Compreender historicamente a realidade política e econômica dos países centrais no século XIX é primordial para a concepção da perspectiva destes para com a região latino-americana e o porquê de sua dominação.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A partir do século XIX, com a ascensão dos Estados Unidos, que tornou-se uma potência, a dominação latino-americana enfrenta grandes conflitos. Além do fato de os territórios da região estarem em processo de independência das metrópoles europeias, e portanto, em frágil fase de ascensão política e econômica, os EUA percebem que pode ser um território de grande influência norte-americana. Com isso, os EUA surgiram como um aliado às lutas pela independência da América Latina, mas com grandes interesses políticos e econômicos no início de sua ascensão mundial (CASANOVA, 1987; DONGHI, 2011).

O presente trabalho tem como ênfase o período de transição do século XIX para XX, quando houve a ascensão norte-americana, muitos países latino-americanos se tornaram independentes, e o desenvolvimento do imperialismo como parte importante do capitalismo mundial.

Analiso a perspectiva histórica baseada no conceito de imperialismo, compreendendo o desenvolvimento do capitalismo até o século XIX e como no fim deste ele modifica sua formação e se insere no século XX com uma nova forma de dominação, o imperialismo europeu e norte-americano na América Latina, entendendo como os processos dos países centrais foram diferentes e se diferenciam, e as lutas por libertação latino-americanas, abrangendo toda a região, e como muitos libertadores foram fundamentais para nossa história. Posteriormente abordo o histórico da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que interage com a história latino-americana, com pensadores e libertadores da região; também há o comparativo ALBA versus ALCA, para compreender o porquê de um modelo alternativo ao modelo neoliberal inserido na região, principalmente na década de 1990.

> A evolução do capitalismo e da dominação norte-americana durante todo o século XX levou Hugo Chávez, presidente da Venezuela, a apresentar um modelo de integração contrário ao modelo norte-americano, apresentado pela (*sic*) Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Chavéz apresenta a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), aliança que apresenta princípios como complementaridade, solidariedade, cooperação e soberania dos países como pontos importantes para uma integração e também o caráter social como o principal ponto de desenvolvimento. (SOUZA, 2014, p.2)

Sobre o imperialismo e as lutas de libertação da América Latina

O capitalismo no fim do século XIX se transformou, a indústria europeia e norte-americana se desenvolveu, mudando sua estrutura política e econômica, deste modo, a partir do século XX o capitalismo aparece com sua fase superior, o imperialismo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O capitalismo se desenvolve para o imperialismo com a monopolização interna da indústria, com a união de diversos níveis de produção em poucos grupos. O surgimento de monopólios nos países centrais é marcante para a necessidade de expansão para regiões não-industrializadas. Tais monopólios precisavam de novos meios de crescimento, com novos mercados, matérias-primas e mão-de-obra que suprisse sua expansão vertiginosa que não poderia ter somente o mercado interno como fonte tanto de produção, como de mercado (LENIN, 1982).

> Rosa Luxemburgo (1976) também mostra a necessidade de expansão dos países capitalistas para territórios não-capitalistas por conta da sua acumulação de capital e Lenin (1982) aponta que o principal foco do novo capitalismo é a exportação de capitais, portanto a expansão territorial marca esta nova fase do fim do século XIX e início do século XX. (SOUZA, 2014b, p.2)

Luxemburgo (1976) também aponta a necessidade de compreensão teórica sobre o imperialismo para combatê-lo com eficácia, compreendendo suas leis econômicas e suas raízes, portanto, o entrelaçamento do imperialismo europeu e norte-americano está diretamente ligado às lutas de libertação da América Latina. Com isso, analisar o imperialismo juntamente com o histórico latino-americano faz com que se coloque em paralelo tanto o desenvolvimento do imperialismo dominante e também o desenvolvimento da região dominada (LENIN, 1982; CASANOVA, 1987; SANTOS, 2007; DONGHI, 2011).

O presente artigo enfatiza dois libertadores latino-americanos, Simón Bolívar e José Martí, dentre tantos que lutaram contra as políticas europeias e norte-americanas pela dominação da América Latina (SANTOS, 2007) e que lutaram pela soberania e pela libertação da região, da qual defendiam a união dos territórios e uma identidade latino-americana (CASANOVA, 1987).

A ênfase em apenas estes dois libertadores se dá pela grande importância que estes têm na constituição e no ideal da ALBA, por não poder entrar em detalhes mais abrangentes da história de dominação, opressão e imperialismo do século XVIII e XIX, que crescem com as lutas por independência coincidente com as lutas de poder dos países centrais, me atenho aos que são diretamente ligados a criação da aliança, tema central deste trabalho. Para um maior aprofundamento, pode-se ler *ALBA: alternativa anti-imperialista de integração para a América Latina* (SOUZA, 2014a).

Na primeira metade do século XIX o venezuelano Simón Bolívar lutou pela libertação e união dos territórios latino-americanos. O caráter de sua luta era anti-imperialista, defendendo a soberania da região, contra a dominação norte-americana (CASAS, 2007;

ISBN: 978-85-7205-133-01

DONGHI, 2011). Sua luta se alicerça nos maus resultados trazidos para a região pela expansão norte-americana em nome da liberdade, defendendo a soberania da América Latina e sua união contra a dominação dos Estados Unidos (SOUZA, 2014a).

> A luta de Bolívar passou a ser social quando de sua passagem pelos diversos territórios latino-americanos observou no Haiti a primeira república de ex-escravos independente, viu neste momento que um dos pontos importantes para os movimentos de libertação era a participação popular e apoio de minorias como escravos e indígenas. Na Venezuela aboliu a escravidão e a servidão e iniciou o regime salarial. (SOUZA, 2014b, p.3)

Bolívar tornou-se símbolo de libertação latino-americana por atuar em diversas regiões dependentes e recém independentes da coroa espanhola, defendendo a soberania e a liberdade, para a consolidação da política e economia da América Latina (CASAS, 2007; DONGHI, 2011).

Outro nome importante para a libertação latino-americana e para a ALBA é José Martí, que atuou pela liberdade de Cuba na segunda metade do século XIX. Possuía um leitura anti-imperialista, criticando a dominação espanhola e norte-americana na região, e também a visão nacionalista da época, acreditando na integração da América Latina para sua liberdade (CASANOVA, 1987; SADER, 1992; CASAS, 2007).

> As características centrais e constantes do pensamento martiano dão ao mesmo uma profundidade que não provém do conhecimento cabal do imperialismo, nem de uma bagagem teórica marxista e nem de um ideal socialista. Em forma não casual e rigorosa, Martí coincidiu com o pensar revolucionário em luta contra o capital monopolista, contra a exploração de classe, contra uma sociedade injusta, tentando fazer com que o povo efetivamente fosse o protagonista da história. Através desse propósito central e definitivo, denunciou sistematicamente o colonialismo, o imperialismo nascente e a oligarquia, lutando simultaneamente contra o reformismo, a espontaneidade e pela união e educação ideológica das forças potencialmente revolucionárias (...) (CASANOVA *apud* SOUZA, 2014b, p.4)

Paralelamente as lutas pela independência dos territórios latino-americanos da coroa espanhola e a expansão política e econômica norte-americana, a nova fase do capitalismo iniciou no período de 1860-1870, com o crescimento da grande indústria, em especial do ferro e do carvão, em pequenos grupos de dominantes, chamados monopólios (LENIN, 1982; CASANOVA, 1987; SANTOS, 2007).

> O monopólio consiste na acumulação de diversos nichos do mercado em poucos grupos, possuindo assim da matéria-prima ao produto final. Essa junção de pequenas empresas por grandes grupos criou a incapacidade de escoamento interno da produção, e assim a necessidade de expansão territorial surge para que o mercado não sucumbisse (SOUZA, 2014b, p.4).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Portanto, o novo foco do capitalismo é a exportação de capitais e os bancos como principal forma de concentração destes capitais, consequentemente, influenciando no crescimento econômico dos países centrais sem elevar o nível econômico das massas populares, em especial as dos países dominados. Esse momento é o ponto inicial para o expansionismo dos países centrais, quando América Latina, Ásia e África se tornaram alvos, estabelecendo sedes de empresas (LENIN, 1982). "(...) Consequentemente definem-se os territórios, as fronteiras e as organizações políticas em suas zonas de influência para melhor atender a seus interesses" (SOUZA *apud* SOUZA, 2014b, p.5).

Os países dominantes começam a partilhar o mundo, mas diferindo da estratégia colonial de dominação europeu, os Estados Unidos preferiram se consolidar na região latino-americana a partir de políticas de aproximação e afirmação do continente americano, como Doutrina Monroe: "América para os americanos"; e Conferência Pan-americana, que visava o alinhamento dos países da América Latina aos interesses norte-americanas (SANTOS, 2007).

> As políticas norte-americanas para a América Latina começam no fim do século XIX e ocorrem durante todo o século XX com intervenções diretas na América Central; a política do Big Stick; a Diplomacia do Dólar; a Política da Boa Vizinhança; Diplomacia Total. Essas políticas visavam manter os países latino-americanos em sua zona de influência, passando por fases mais diretamente e mais discretamente nas intervenções, com ajuda econômica e financeira. (SOUZA, 2014b, p.5)

Durante todo o século XX os Estados Unidos aplicaram políticas para manter a América Latina dentro de sua zona de interesse, e após os anos 1940, tornaram-se a maior potência mundial imperialista no mundo. Instituições financeiras foram criadas e marcadas pela influência norte-americana em suas políticas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As políticas neoliberais adotadas pelos governos nacionais latino-americanos com base na influência política e econômica norte-americana, deixaram os países da América Latina com grandes dificuldades de consolidação interna, sem grandes possibilidades de intervenção e regulação do mercado, o resultado foi o empobrecimento dos países em detrimento dos altos lucros das empresas estrangeiras que se aproveitaram, e se aproveitam, da abertura da região, pois os países centrais desenvolveram as grandes indústrias, enquanto os países periféricos se tornaram fonte de matéria-prima, como a produção de alimentos, e mão-de-obra barata (LENIN, 1982; PREBISCH, 2000; BORÓN, 2007).

A partir da década de 1980 o neoliberalismo se consolida como política econômica, conforme os Estados Unidos se consolidaram como líderes de uma política mundial

ISBN: 978-85-7205-133-01

dominante e no ano de 1989 é implantado na América Latina. As consequências imediatas do neoliberalismo foram a desnacionalização da produção, alto nível de desemprego, desenvolvimento econômico ínfimo e questões sociais não sendo bem administradas (FILGUEIRAS, 2003; SANTOS, 2007; SOUZA, 2014a).

> Na (*sic*) década de 1990 é marcada a influência e as propostas dos Estados Unidos, para a América Latina, como a de institucionalização de uma área de livre comércio, feita por George Bush na "Iniciativa para as Américas" e a reunião entre os países americanos, excluindo Cuba, para firmar uma área de livre comércio para o continente, proposta por Bill Clinton. (SOUZA, 2004b, p.6)

Conforme as políticas norte-americanas se consolidaram na América Latina, e com a década de 1980 como aprofundamento das políticas neoliberais na região, os anos de 1990 são o auge da iniciativa de liberalização do mercado latino-americano. Em 1994 a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é apresentada destacando a questão do comércio e livre circulação, eliminação de barreiras e diminuição da dívida externa dos países da região, mas considerando as instituições FMI e BM como árbitros das políticas econômicas. A ALCA desta forma, representa o poder norte-americano e o seu fortalecimento na América Latina, com grande influência na falta de soberania dos países latino-americanos (SANTOS, 2007; SOUZA, 2014b).

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000 na América Latina ocorreram períodos de forte mudança política na região. Revoltas pela indignação em relação a imposição do neoliberalismo e a exploração norte-americana marcaram a luta de países como México, com a rebelião em Chiapas, na primeira crise mexicana do novo modelo implantado, com a necessidade de empréstimo por parte de Washington. Em 1998 Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela, afirmando que combateria o modelo dominante. Mais tarde em Seattle ocorreu protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). E em 2001, o primeiro Fórum Social Mundial foi organizado (SADER, 2008).

> (...) A série de eleições de presidentes latino-americanos eleitos como rejeição dos governos ortodoxamente neoliberais - casos de Menem, FHC, Lacalle, Sanchez de Losada, Lucio Gutierrez, entre outros - mudou a fisionomia política da região, gerando a maior quantidade simultânea de presidentes progressistas que o continente havia conhecido. (SADER, 2008)

ISBN: 978-85-7205-133-01

A ALBA alternativa ao modelo neoliberal vigente

Em 2001, na 3ª Cúpula das Américas, o presidente venezuelano Hugo Chávez se manifesta contra a proposta norte-americana de livre comércio da ALCA. Então, com o apoio do presidente cubano Fidel Castro, apresenta a proposta da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) (ALBA-TCP, 2010; PÁDUA, 2012).

Posteriormente no ano de 2004 Chávez e Castro reafirmam o interesse por uma aliança em um acordo, e um ano depois aprovaram "um Plano Estratégico para a complementação produtiva e também cooperação política, social e econômica." (SOUZA, 2014b, p.7)

Criou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2007, para o crescimento igualitário entre os países membros que são Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antigua e Barbuda e Santa Lucia; e para o crescimento político; social; econômico; e territorial (ALTMANN, 2007; SOUZA, 2014b).

Em relação aos princípios da ALBA, são divididos em quatro principais, que norteiam todo o desenvolvimento da aliança, e posteriormente criam mais doze princípios orientadores criados na Declaração Conjunta, por Chávez e Castro (MELO, 2012).

> Os quatro princípios que guiam a ALBA são importantes pelas suas especificidades. (*sic*) A complementaridade é ligada à troca de produtos de necessidade singular de cada país, como combustível e alimentos. A cooperação trata da troca de conhecimentos determinados de cada país, aproveitando-os para beneficiar os países participantes. A solidariedade está ligada a ajuda regional sem exploração monetária, como exemplo a PetroCaribe, na qual a Venezuela ajuda na aquisição de combustível pelos países caribenhos. E por último o respeito à soberania dos países, reverenciando a autodeterminação das nações participantes de acordos da ALBA. (SOUZA *apud* SOUZA, 2014b, p.7)

Abaixo segue alguns dos doze princípios da Declaração Conjunta:

- 1. troca e investimento não deve ser o objetivo principal da aliança, então o objetivo comercial da aliança é ser justa e sustentável;
- 4. Cooperação e solidariedade traduzido em planos especiais para os países menos desenvolvidos na região, fornecendo saúde e bolsas de estudo para desenvolver áreas de interesse da região;
- 11. Medidas para as normas de propriedade intelectual, para a proteção das heranças latino-americanas e caribenhas contra as transnacionais;

ISBN: 978-85-7205-133-01

- 12. Consulta de posições na esfera multilateral e nos processos de negociação de todo tipo com países e blocos de outras regiões, incluída a luta pela democratização e transparência nos organismos internacionais, particularmente as Nações Unidas e seus órgãos (DECLARACIÓN, 2004).

A ênfase da ALBA no desenvolvimento social e cultural dos países latino-americanos, tanto quanto um crescimento sustentável, solidário e cooperativo mostram a diferença nas propostas de integração em relação a outros modelos propostos na região anteriormente. Alguns exemplos são Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e Mercado Comum do Sul (Mercosul), que se encaixam ao modelo neoliberal (MELO, 2012).

Para um concreto desligamento em relação ao domínio norte-americano, a ALBA propõe dois projetos que tem por objetivo se desvencilhar da dependência do dólar para transações internacionais entre países membros, chamado Sistema Unitário de Compensação de Pagamentos (SUCRE), e o Tratado de Comércio entre os Povos (TCP) que objetiva o desenvolvimento de pequenos produtores, cooperativas, empresas comunitárias, para a cooperação acima da concorrência, e um crescimento baseado na preservação dos recursos naturais (PÁDUA, 2012).

> A ALBA surgiu como uma proposta alternativa ao livre comércio proposto pela ALCA. Sua preocupação é a luta contra a pobreza, analfabetismo, exclusão social, apoiando o desenvolvimento da cultura latino-americana, da saúde, da sociedade e de um desligamento dependente da potência norte-americana criticando também instituições como FMI, BM e OMC. (SOUZA, 2014b, p.8)

Portanto a ALBA tem grande importância no desenvolvimento de modelos de integração na América Latina, pois abre a possibilidade para outros formas de união entre os países, abre diálogo entre os países da região e apoia a disputa de modelos, para a diminuição da importância dos Estados Unidos e sua influência (SOUZA, 2014b).

Considerações finais

Este trabalho teve como proposta apresentar a ALBA, sua proposta e entender se seu caráter é anti-imperialista. Um modelo de integração baseado na soberania e autodeterminação dos povos de sua região, preocupado com o desenvolvimento social e com a cooperação e apoiando o desenvolvimento cultural, diverge das propostas neoliberais de abertura de mercado e de concorrência extrema (SASTRE, 2004; PÁDUA, 2012).

ISBN: 978-85-7205-133-01

"(...) Desta forma, a ALBA representa uma contenção do projeto imperial norte-americano na medida que propõe novas formas de integração visando o desenvolvimento social acima do econômico." (SOUZA apud SOUZA, 2014b, p.10)

Esse passo de desligamento de dependência com os Estados Unidos marca uma importante fase da América Latina, e a ALBA torna-se mais um passo para essa nova fase da região.

O apoio ao desenvolvimento intelectual, cultural, social, solidário e em busca de justiça faz da ALBA um modelo ímpar e de grande caráter anti-imperialista, pois diverge enfaticamente das propostas neoliberais e imperialistas norte-americanas (FREITAS, 2011; PÁDUA, 2012).

> A ALBA tornou-se um importante passo na luta por alternativas ao modelo neoliberal e da dominação norte-americana, uma nova forma de unir países, defendendo o desenvolvimento social, importante passo para uma maior caracterização latino-americana e desvinculação das potências que tanto oprimiram e oprimem a política, a economia, a sociedade e a cultura da América Latina. (SOUZA, 2014b, p.11)

Portanto a ALBA é de fato um modelo de integração anti-imperialista, alternativo as propostas de liberalização do mercado latino-americano. Uma aliança que visa o desenvolvimento da região da perspectiva que podemos ser independentes e que é possível uma identidade latino-americana livre de amarras da dominação, da pobreza e do baixo desenvolvimento, não só econômico, mas social e político. A ALBA mostra que uma alternativa é possível para uma América Latina cada vez mais ciente da sua unidade e particularidade.

Referências bibliográficas

AGUIRRE, Luis Maira. Las relaciones entre América Latina y Estados Unidos: balance

y perspectivas. Em publicacion: **Política y movimentos sociales em um mundo hegemónico**. Lecciones desde África, Ásia y América Latina. Borón, Atílio A.; Lechini, Gladys; CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julho 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PICuno1.pdf.> Acesso em fev. de 2014

ALBA-TCP. Principios del ALBA. Disponível em: <http://albatcp.org/content/principios-fundamentales-del-alba> Acesso em abr. de 2014

ALTMANN, Josette. Dossier: ALBA Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe. In Cuadernos Integración en América Latina.Costa Rica: Secretaria General

Departamento de Diseño, jan. 2007. Disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/icap/unpan027963.pdf> Acesso em mar. de 2014

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <http://www.paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/anderson.doc> Acesso em fev. 2014.

BORÓN, Atilio A. **A questão do Imperialismo. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D1449.dir/cap23.pdf> Acesso em fev. 2014.

CASANOVA, Pablo González. **História Contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação**. São Paulo: Vértice, 1987.

CASAS, Alexandro. Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo: origenes y tendencias hasta 1930. Coleção Integratemas. Ediciones Ântropos, Colômbia, 2007. Disponível em: http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000005.pdf Acesso em fev. 2014.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Secretaría General).

Dossier Asociación de Estados del Caribe / ed. Jossette Altmann; comp. Tatiana Beirute. – 1a. ed. – San José, C.R.: FLACSO, 2008. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/03106es.pdf> Acesso em fev. 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100723022522/filgueiras.pdf> Acesso em

fev. 2014

LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, ed. 2, 1982.

MELO, Filipe R. ALBA-TCP: NOVO REGIONALISMO OU MAIS DO MESMO?. In SEMINÁRIO DE PÓS GRADUAÇÃO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Brasília, 2012. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D541&ei=ADYzU_7VL6Xi0gHb74GgCQ&usg=AFQjCNEHeSElMUlQAsH5kjntUCcG5rtrMg&sig2=5AOgpF0R0CbZ3pGcEpL9GQ> Acesso em mar. de 2014

OLIVA, Carlos. Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: del neopanamericanismo al sistema americano del siglo XXI. In: Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: los otros senderos del ALCA. AYERBE, L. F., OLIVA, C. (org.). Editora Cultura Acadêmica. p. 63-108. São Paulo, 2007.

PÁDUA, Adriana Suzart de. **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?**. Universidade Estadual de São Paulo UNESP, Franca, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/Historia/adriana.pdf>. Acesso em fev. 2014.

PREBISCH, Raúl, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS PRINCIPAIS. In: Bielsthowsky, Ricardo (org.), Cinquenta anos do pensamento na CEPAL, p.69-136. Rio de Janeiro: Record, 2000. <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf> Acesso em jan. 2014.

SADER, Emir. O pós-neoliberalismo na América Latina. Revista Carta Maior, 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Pos-neoliberalismo naAmerica-Latina-/19147> Acesso em abr. de 2014.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. Annablume; Fapesp, 2007.

SASTRE, Angelo. El ALCA y la política neoliberal: ¿hegemonía y dominación em América Latina?. **In: El ALCA y sus peligros para América Latina**, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacionvirtual/20100719063444/4Sastre.pdf> Acesso em fev. 2014.

SOUZA, Raíssa T. A. ALBA: alternativa anti-imperialista para a América Latina. 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

_____. ALBA: alternativa ao modelo neoliberal de integração para uma nova perspectiva latino-americana. In: Seminário Nacional Sociologia & Política, V, 2014, Curitiba, Anais. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24128_1397170551.pdf> Acesso em nov. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

"Mercosul Educacional e a Internacionalização do Ensino Superior"

Raquel Helene Salvato Delatorre
Graduando em Relações Internacionais
helene-rac@hotmail.com;
Bruno César Silva
Graduando em Relações Internacionais
bruno.cesars91@gmail.com
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
Doutora em Economia Aplicada
paula_pavarina@yahoo.com.br
Universidade Estadual Paulista – Campus Franca

Resumo do Projeto:

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de internacionalização do ensino superior desenvolvida no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a partir da criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM), também conhecido como Mercosul Educacional.

Para tanto, buscou-se depreender inicialmente a criação do próprio Mercosul, avaliando quais foram as razões e as influencias deste na instituição do Mercosul Educacional, para então analisar a evolução do SEM no decorrer dos seus mais de vinte anos de existência. Adiante, a internacionalização do ensino superior foi examinada a partir dos Planos Trienais para Educação no Setor Educacional do Mercosul e seus respectivos projetos.

Palavras Chave: Mercosul, internacionalização do ensino superior, educação.

Abstracto

Este presente estudio tiene como objetivo comprender el proceso de internacionalización de la educación superior desarrollado dentro del Mercado Común del Sur (Mercosur), a partir de la creación del Sector Educativo del Mercosur (SEM), también conocido como Mercosur Educativo.

Por lo tanto, hemos tratado de inferir inicialmente a partir de la creación del propio Mercosur, evaluando cuáles fueron las razones y las influencias de esta institución en el Mercosur para la Educación, a continuación, analizar la evolución del SEM en el curso de sus más de veinte

ISBN: 978-85-7205-133-01

años de existencia. Por delante, la internacionalización de la educación superior se examina desde los Planes Trienal de Educación en el Sector Educativo del Mercosur y sus respectivos proyectos.
Palabras-clave: Mercosur, Internacionalización del enseño superior, educación.

Introdução

Pretende-se apresentar reflexões sobre o processo internacionalização do ensino superior adotado no âmbito do Mercado Comum do Sul. A internacionalização é reconhecida mundialmente por suas contribuições ao desenvolvimento econômico e social de um Estado, no entanto, esta ainda se apresenta de maneira desigual e desconexa, evidenciando sua fragilidade em termos de política pública.

O Mercosul Educacional, criado para articular politicas educacionais de maneira equitativa no Mercosul, estabeleceu ao longo do anos, uma série de iniciativas e ações para promover a internacionalização do ensino superior entre os Estados membros do Mercosul. Identificar como ocorreu a evolução da internacionalização do ensino superior no Setor Educacional do Mercosul se torna essencial para se ter acesso a um panorama contemporâneo da importância concedida pelos governos a esta questão e das relações internacionais que se estabelecem entre este bloco e o restante do mundo.

Realizada durante o período de agosto de 2013 a julho de 2014, esta pesquisa teve como foco as politicas educacionais do ensino superior, desenvolvidas pelo Mercosul Educacional, desde a década de 90. Dados qualitativos e quantitativos foram utilizados com a finalidade de esboçar o andamento da internacionalização dentro do bloco.

Processo Evolutivo do Mercosul Educacional

A educação foi reconhecida como uma das grandes aliadas no desenvolvimento social e econômico de qualquer nação, além de contribuir para a manutenção da segurança e da própria paz mundial.[1] No "Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação no Século XXI- Educação um tesouro a descobrir" essa perspectiva é afirmada:

> Antes os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável a humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Ao terminar seus trabalhos a Comissão faz, pois, questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação no desenvolvimento continuo, tanto das pessoas como das sociedades

[1] Essa tendência mundial de reconhecimento da educação começou a ter destaque logo após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pela Organização das Nações Unidas (ONU).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Na busca pelo desenvolvimento, o ensino superior, se conformou como a ferramenta com maior capacidade na formação de recursos humanos, e consequentemente como um instrumento indispensável para atingir o crescimento econômico. Nesse sentido, a Unesco considera o ensino superior um bem público, compreendido como um direito humano, universal e "um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz, e que, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida" (UNESCO, 1998).

A guinada da valorização educação no desenvolvimento de uma nação, acontece no mesmo período de criação do Mercosul, anos 90. Esse foi um período de transformação econômica e política, em que o sistema capitalista neoliberal instaura uma nova realidade mundial, a qual devido à intensa liberalização do mercado, a globalização e a própria reforma dos Estados nacionais é permeada por necessidades especificas e interesses conflitantes, os quais acabaram por modificar muitos aspectos e valores da sociedade em geral. Desenvolvimento se tornou o alvo de todos os governos nacionais, já que de acordo com a visão neoliberal, este era o único caminho para sanar as demandas socioeconômicas do Estado.

Influenciados pelo exemplo bem sucedido de integração regional da União Europeia, os países Sul-americanos, em especial Argentina e Brasil, se aproximaram, e em março de 1991, juntamente à participação do Paraguai e Uruguai, adotou-se o Tratado de Assunção, institucionalizando o Mercado Comum do Sul. Como aponta Oliveira (2003), o Mercosul se estabeleceu devido as necessidades internas dos países, que buscavam entre outros fornecer atrativos e garantias aos investimentos estrangeiros, beneficiar o desenvolvimento social e econômico e também utilizar o bloco regional como uma plataforma de inserção internacional.

Para tanto, a visão neoliberal foi a predominante na elaboração do Tratado de Assunção, o qual estabeleceu: a busca da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os membros a partir da eliminação das restrições nacionais; estabelecimento de tarifa externa e política comercial comuns para a região; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes e harmonização das respectivas legislações nacionais para o fortalecimento do processo integracionista (MERCOSUL, 1991).

Apesar do viés econômico ser dominante, o projeto de integração do Cone-Sul também aborda questões de cunho social, cultural, e para tanto algumas políticas paralelas

ISBN: 978-85-7205-133-01

foram instituídas, como o Mercosul Cultural, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), o projeto de infraestrutura no Mercosul e o Setor Educacional do Mercosul (SEM), também conhecido como Mercosul Educacional. Tais políticas sociais apresentam algumas características genéricas semelhantes, como baixa autonomia, avanço lento dos projetos e dificuldade orçamentária, evidenciando a fragilidade da integração social no Mercosul.

O Mercosul Educacional, foi um dos poucos projetos que obtiveram reconhecimento desde a instauração do Mercosul, visto o reconhecimento da importância da educação na integração regional, e assim em dezembro de 1991, o Conselho do Mercado Comum (CMC) instaura a Resolução 07/91, criando a Reunião de Ministros da Educação dos Países membros do Mercosul (RME), encarregados de coordenar as Políticas Educacionais. No final do mesmo ano os Ministros da Educação assinam um Protocolo de Intensões que conformou o Setor Educativo do Mercosul (SEM), também conhecido como Mercosul Educacional, que pretende,

> ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável.

.

A primeira reunião de Ministros da Educação foi realizada em 1991, na capital brasileira, sendo que nesta data foi estabelecido o Protocolo de Intensões, o qual em linhas gerais expressava os objetivos e as concepções sobre a educação na integração do Mercosul. O Protocolo reafirma a importância da educação no desenvolvimento integracionista, principalmente no que se refere a produção, pois acreditam

> Que para fortalecer a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, é fundamental considerar a Educação como elemento dinamizador que permitirá acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social e consolidar o caminho da integração;

Esse trecho evidencia as características neoliberais do Mercado Comum do Sul, e em como isto é refletido nos projetos do bloco. Felizmente, o Protocolo de Intensões também prestigia outros fatores, como a cultura, a questão identitária, a igualdade entre os povos e a formação da consciência cidadã. Ademais, destacam a necessidade de formular projetos de internacionalização do ensino superior, além da criação de mecanismos que possibilitem o

ISBN: 978-85-7205-133-01

acesso as línguas espanhola e portuguesa entre os países e a urgência em melhorar a qualidade dos recursos humanos no âmbito do Mercosul.

A essência do Protocolo de Intensões foi reproduzida no "Primeiro Plano Trienal para o Setor Educacional no Mercosul" (1992-1998)[2], que aborda três eixos principais, que são: (*i*) Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração; (*ii*) Capacitação de Recursos Humanos para contribuir ao desenvolvimento; (*iii*) Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos (MERCOSUL, 1992, online). Essas três frentes, apesar de adaptadas, se consolidaram como guias para os posteriores quatro Planos Trienais para a Educação no SEM.

No que se refere a estrutura, o Mercosul organiza-se através de sua instância maior, a Reunião de Ministros da Educação (RME) responsável por adotar Acordos sobre os aportes que a gestão educacional possa promover ao desenvolvimento das políticas do Mercosul (MERCOSUL EDUCACIONAL, online). É assessorada pelo Comitê Coordenador Regional (CCR), "[...] que segue como instância responsável por propor políticas de integração e cooperação no âmbito da educação e de coordenar o desenvolvimento da atuação do SEM" (MERCOSUL EDUCACIONAL, online), e por Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRC-A), especificas para as quatro frentes que o SEM adota, que são educação básica, educação tecnológica, formação docente e ensino superior.

No ano 2000 o Mercosul Educacional cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), destinado a financiar os projetos e programas do SEM, facilitando assim a execução dos Planos Trienais, e se conformando em um importante acontecimento, visto as dificuldades orçamentárias do setor. Em 1998 é lançado o primeiro balanço do Mercosul Educacional, o qual revelou avanços relacionados a aprovação de protocolos de equiparação de estudos, a criação do Sistema de Informação e Comunicação (SIC) e à aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul, através da criação do Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas. A internacionalização do ensino superior teve seu marco com o estabelecimento do Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do MERCOSUL (MEXA)

Os Planos Trienais em geral privilegiam projetos de formação de recursos humanos, como os relacionados a internacionalização do ensino superior, Contudo, não se pode negar que outras temáticas educacionais aos poucos ganham visibilidade, como mostra o Segundo

[2] O Primeiro Plano Trienal para o Setor Educacional do Mercosul, tinha duração inicial de dois anos (1992-1994), sendo que houve prorrogação deste planos por mais quatro anos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Plano Trienal (1998-200) ao priorizar o desenvolvimento da identidade regional, com propostas que entre outras incluem "implementação de programas que privilegiem a perspectiva regional na aprendizagem da História e da Geografia".

É válido ressaltar que esta pesquisa define como internacionalização ensino superior, todo o processo abrangido tanto no nível nacional como no institucional, aos quais se integra a dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e ofertas de educação superior (ensino, pesquisa e extensão), tal como apresentado por Knight (2004). Esse processo abarca ações mobilidade docente e discente, internacionalização de currículos, cooperação interinstitucional, colaboração de pesquisas em conjunto, entre outros.

Somente em 2005, a internacionalização do ensino superior se estrutura de maneira mais eficaz, através da definição de três blocos temáticos prioritários para a área, pela Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior (CRC-ES), que são: 1) Reconhecimento: destinado a promover mecanismo de acreditação e reconhecimento de títulos de graduação; 2) Mobilidade: visa a promoção de um espaço comum regional da educação, através da mobilidade estudantil, intercambio de docentes e pesquisadores, entre outros; 3) Cooperação Interinstitucional: incentiva programas de pesquisa conjunta, programas colaborativos de graduação e pós-graduação e constituição de redes de excelência.

Esses blocos temáticos foram benéficos, pois o ensino superior passou a ter uma proposta mais concreta de ação, auxiliando o alcance das metas estabelecidas para a educação superior, tais como "Tener en funcionamiento el Mecanismo Experimental de Acreditación para las carreras de grado de Agronomía, Ingeniería y Medicina; Tener aprobado un Acuerdo de Movilidad; Tener en funcionamiento un Programa de Movilidad de estudiantes, docentes, investigadores y administradores; Haber eliminado las restricciones legales que dificultan la implementación del Programa de Movilidad [...] (MERCOSUL EDUCACIONAL online).

A partir de então, a internacionalização do ensino superior tem seu período de maior crescimento, com a aprovação de entre outros, o programa de mobilidade estudantil MARCA. Outro importante passo para o desenvolvimento do ensino superior no Mercosul, se deu em 2006 por meio do *Fórum de Educação Superior do Mercosul: Desafios e Expectativas*, ao definir alguns princípios, como o ensino superior ser considerado um bem público, a necessidade de cooperação solidária, o respeito a diversidade cultural e apoio ao tripé universitário, pesquisa, ensino e extensão, entrando em consonância com a concepção da Unesco sobre ensino superior. O Fórum também estabeleceu a criação do Espaço Regional de Educação Superior (ERES), que tem como proposta ser um espaço comum a integração

ISBN: 978-85-7205-133-01

regional, que promoverá o desenvolvimento da produção intelectual, a interação social e a cooperação solidária.

O quarto Plano Trienal (2006-2010) foi o que trouxe os maiores avanços a internacionalização do ensino superior, pois nesse período o MARCA foi ampliado, o Mecanismo Experimental de Credenciamento (MEXA) foi alterado para permanente, foi assinado o "Memorando de entendimento sobre a criação e implementação de um sistema de credenciamento de cursos universitários para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica das respectivas titulações no MERCOSUL e Estados Associados" (ARCU-SUR), aprovou-se o "Projeto de Apoio ao Programa de Mobilidade MERCOSUL em Educação Superior entre a Comissão Europeia e o MERCOSUL", e finalmente o ERES foi instaurado através da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA). [3]

Em sequência, o quinto e vigente Plano Trienal (2011-2015), de maneira geral, mantêm as mesmas diretrizes estabelecidas no plano anterior, como o planejamento de políticas educacionais que promovam a cidadania regional, a cultura de paz, a inclusão social e o desenvolvimento humano e produtivo. O ensino superior também permanece basicamente com a mesma perspectiva de promoção da cooperação solidária, do intercâmbio, além de fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, docentes, diretores, pesquisadores e gestores. (MERCOSUL EDUCACIONAL, online).

Este Plano Trienal, também destaca que apesar da crise econômica mundial de 2008 ter colaborado para a ascensão de países em desenvolvimento como, Rússia, Brasil e China, a desigualdade e a péssima distribuição de renda se preservaram. É nesse sentido que as políticas educacionais são utilizadas como instrumento na busca por equidade, e no caso do SEM, na busca por um espaço educacional integrado, em que o ensino superior tenha caráter público. O Mercosul Educacional se compromete então, a elaborar projetos que visem maior qualidade educacional, para que os níveis de desigualdade e pobreza decresçam.

No Plano Operativo do SEM, o quinto Plano Trienal estabeleceu ao ensino superior algumas metas, como: a elaboração e implementação de um projeto para o fomento da colaboração regional de experiências em EaD; o fortalecimento e aprofundamento do ARCUSUL; Promoção de políticas de qualidade na educação ao nível de pós-graduação;

[3] É válido ressaltar que a UNILA só foi aprovada no Congresso Nacional, dois anos mais tarde, iniciando suas atividades em agosto de 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Otimizar e expandir o Programa MARCA; Organização de um sistema integrado de mobilidade articulando os diferentes programas existentes, que contem com apropriação pelas IES, com foco na cooperação e internacionalização; Implementação de mecanismos de reconhecimento de títulos aprovados ao menos em três carreiras acreditadas. (MERCOSUL EDUCACIONAL, 2011).

O grande diferencial deste plano é que seus objetivos estão de acordo com as metas gerais 1ª a 11ª do Programa "Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários". Outro fator inaugural no plano é a linha estratégica de fomento à pós-graduação e de fortalecimento dos mecanismos nacionais de garantia da qualidade da pós-graduação. A estrutura orgânica do SEM foi alterada, com a criação da Criação da Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente (CRC FD), que tem como proposito tratar dos temas relacionados a terminologia, currículos, formação de professores em português e espanhol e educação a distância.

A análise das politicas educacionais do SEM, revela que a internacionalização do ensino superior, caminha a passos lentos, pois somente após 15 anos de existência, o SEM começa a dar contornos mais concretos e eficazes aos projetos de internacionalização. Essa lentidão tem relação também com a crise financeira que assolava o mundo na primeira década dos anos 2000 e das próprias crises do Mercosul.

Constatamos também uma forte característica das politicas de internacionalização do ensino superior do SEM, que é a preferência pela internacionalização das carreiras técnico-cientificas, como Agronomia, Engenharia e Medicina, evidenciando mais uma vez o traço desenvolvimentista do Mercosul.

Em termos práticos, é muito difícil avaliar a evolução dos projetos estipulados pelo atual Plano de Educação, pois o Mercosul Educacional é impreciso quanto a divulgação de estatísticas sobre o alcance de seus programas. Utilizando os dados divulgados pelo INEP e pela Unesco, conseguimos elaborar um panorama geral da internacionalização do ensino superior no SEM. A tabela abaixo apresenta dados sobre o fluxo de saída de estudantes no nível superior dos países do Mercosul. Dentre todos os países membros, o Brasil é o único a figurar como destino preferencial dos estudantes do Mercosul. Contudo, a maioria dos estudantes brasileiros não realiza intercâmbio para países membros do Mercosul, visto a preferência pela Europa e Estados Unidos da América.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tabela 1. Fluxo de saída de estudantes de nível superior. Países do Mercosul, 2009.

País	Brasil			Argentina			Paraguai			Uruguai		
Ordem	Destino	Total	%	Destino	Total	%	Destino	Total	%	Destino	Total	%
1o	EUA	8.708	32%	Espanha	3.005	32%	Cuba	685	25%	Espanha	652	24%
2o	França	3.540	13%	EUA	2.146	23%	Brasil	536	20%	Brasil	407	15%
3o	Portugal	2.801	10%	Cuba	827	9%	Espanha	371	14%	EUA	387	14%
4o	Alemanha	2.251	8%	França	782	8%	EUA	337	12%	Cuba	373	14%
5o	Espanha	1.969	7%	Brasil	757	8%	Venezuela	74	3%	França	95	4%
6o	Reino Unido	1.277	5%	Alemanha	415	4%	França	71	3%	Chile	42	2%
7o	Itália	873	3%	Itália	277	3%	Coréia do Sul	42	2%	Reino Unido	40	1%
8o	Cuba	836	3%	Reino Unido	214	2%	Itália	37	1%	Alemanha	39	1%
9o	Austrália	776	3%	Chile	175	2%	Alemanha	37	1%	Canadá	33	1%
10o	Japão	621	2%	Suíça	145	2%	Japão	34	1%	Itália	24	1%
	Soma		87%	Soma		94%	Soma		81%	Soma		78%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Unesco (2009b).

A taxa de estudantes mercosulinos que realizam intercâmbio internacional durante a graduação é baixa, 0,4% dos estudantes de Argentina e Brasil e menos ainda no Paraguai e Uruguai. Essa taxa tem mais contraste quando comparadas a taxas de países como, Trinidad e Tobago (30%) e Barbados (13%). Um dos possíveis fatores que contribuem para esse pequeno porcentual de mobilidade estudantil, reside no próprio índice de escolarização dos países membros do Mercosul, que mantêm taxas de 9,7% de analfabetismo, como o Brasil. De acordo com a tabela 2, disponibilizada pelos indicadores estatísticos do SEM, em 2009, a população que tem acesso ao ensino superior ainda é pequena, já que o país com maior taxa de escolarização no nível superior é o Chile, com o percentual de apenas 30%.

Tasa neta de escolarización del nivel terciario según países, 2009.

País	Tasa de escolarización
Argentina	25,1
Brasil	14,6
Chile	30,8
Paraguay	18,2
Uruguay	20,3

Fonte: Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur 2009

A Unesco (2009b) disponibilizou as estatísticas do fluxo de estudantes apenas do Brasil dentre todos os membros do Mercosul, como mostra a tabela 3. A análise da tabela nos permite afirmar que o fluxo líquido de estudantes é desfavorável ao Brasil, pois enquanto 14.738 estudantes estrangeiros vieram para o país, 27.148 estudantes brasileiros realizaram

ISBN: 978-85-7205-133-01

intercambio internacional. Para além, a maioria dos estudantes que vieram para o Brasil, falam a língua portuguesa (percentual de 28%), enquanto os Estados do Mercosul juntos obtém 12% do percentual de estudantes estrangeiros, o que nos permite afirmar que, a língua seja um dos limitantes do acesso de estudantes estrangeiros ao Brasil.

Tabela 3. Fluxo de entrada de estudantes de nível superior. Brasil, 2009.

Ordem	Origem	Total	%
1o	Angola	1.631	11%
2o	Cabo Verde	892	6%
3o	Guiné-Bissau	830	6%
4o	Portugal	830	6%
5o	Argentina	757	5%
6o	Peru	552	4%
7o	Paraguai	536	4%
8o	Chile	445	3%
9o	EUA	424	3%
10o	Uruguai	407	3%
	Soma		50%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Unesco (2009b).

Em linhas gerais, a América Latina é destino de poucos alunos e docentes estrangeiros, visto que responde por 1,9% do fluxo total de mobilidade estudantil. A dificuldade em atrair estudantes estrangeiros, inclusive os próprios latino-americanos, se deve a imaturidade de políticas públicas especializadas na área, não conseguindo, portanto, estimular o processo de internacionalização na região. Apesar de várias Universidades sul-americanas figurarem em rankings mundiais das melhores universidades do mundo, as mesmas tem dificuldade competitiva, quando comparadas as demais universidades do mundo.

Em relação ao Mercosul Educacional, temos acesso a apenas números soltos, como no caso do projeto "Apoio ao Programa de Mobilidade MERCOSUL em Educação Superior", que disponibilizou alguns dados relativos às universidades que aderiram ao projeto, para as quais foi destinado o valor de 599.325 euros, como mostra a Tabela 4. Pelo que foi divulgado oficialmente até o momento, o programa MARCA, em 2012, beneficiou 176 estudantes, além do treinamento de 160 funcionários da área de cooperação, 430 docentes e 430 coordenadores institucionais, que respondem a 60 universidades dos países membros. (UNIVERSITARIOS MERCOSUR, online).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tabela 4

Total Universidades Habilitadas	60	100%
Argentina	27	45%
Brasil	19	31.66%
Paraguay	10	16.66%
Uruguay	4	6.66%

Com base nas informações, concluímos que a internacionalização do ensino superior no Mercosul Educacional ainda é insipiente, visto seu baixo alcance frente as demandas educacionais. Contudo, o ensino superior como um todo na América do Sul começa a se expandir à partir da década 90, e ainda assim há pouco investimento no setor, tanto público quanto privado. Diante de tais impasses, formular e aplicar projetos de internacionalização do ensino superior no Mercosul é uma tarefa árdua, que o SEM através de passos lentos, porém não sem mérito, vem efetivando.

Referências

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education,** v.8, n.1, 2004.

LIMA, M.C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

OLIVEIRA, O.S. Políticas educacionais brasileiras, integração latino-americana e o Mercosul Educacional: questões para debate. **Revista HISTEDBR**, n.43, p. 223-236, set. 2011.

PECCI, Antonio V. **Por una dimensión social del Mercosur.** In HUGUENEY FILHO, Clodoaldo, e CARDIM, Carlos Henrique (org). Grupo de Reflexão prospectiva sobre o Mercosul. Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2002.

SCOTTI, Luciana Beatriz. **Balances y perspectivas a 20 años de la Constitución del Mercosul.** Buenos Aires : Eudeba, 2013.

ANDRES, Aparecida. A educação superior no setor educacional do Mercosul**.** *Biblioteca Digital Câmara do Deputados.* 2010. Disponível em < file:///C:/Users/note/Downloads/educacao_superior_andres%20(3).pdf> Acesso em 12 de jan, 2014.

GADOTTI, Moacir. O Mercosul Educacional e os Desafios do Século 21**.** *HISTEDBR on-line.* Campinas, n.43, p.223-236, set 2011. Disponível em

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC53EAC1E-B722-4CCB-8218-C7B8C1FB5AB6%7D_DISCUSS%C3%83O%20N%C2%BA%2025.pdf>.
Acesso em 08 set 2013.

GOIN, Mariléia. Da lógica do capital à lógica educacional: o debate sobre a educação no âmbito do Mercosul**.** *Sociedade em Debate.* v.15, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/93/64>.
Acesso em 08 set 2013.

INEP. **Plano Trienal de Educação.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>.
Acesso em 08 SET 2013.

LAMPERT, Ernani. Educação e Mercosul: desafios e perspectivas. *Faculdade de Educação.* V.24, nº12, São Paulo, Julho/Dez 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200002> Acesso em 15 de out, 2013.

LESSA, Monica Leite. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. *Mural Internacional*. V.1, nº2, 2010. Disponível em < http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322> Acesso em: 20 de set, 2013

MERCOSUL EDUCACIONAL. Estudo Analítico Comparativo do Sistema Educacional do Mercosul (2001-2005). Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/10-estudos-estudios/383-estudo-analitico-descritivo-comparativo-do-setor-educacional-do-mercosul-2001-2005.html> Acesso em: 20 de mar, 2014.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Instâncias do Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/instancias.html> Acesso em 07 SET 2013.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Plan del Sector Educativo del Mercosur (2006-2010). Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/7-planos-planes/412-plano-2006-2010.html> Acesso em: 13 de mai, 2014.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul (2011-2015). Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/7-planos-planes/413-plano-2011-2015-versao-portugues.html> Acesso em: 29 de mai, 2014.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Programas e Projetos da Educação Superior. Disponível em: < http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/programas-e-projetos.html.Acesso em 08 set 2013.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Plano Trienal para a Educação Superior no SEM. Disponível em <http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/7-planos-planes/410-plano-trienal-1998-2000.html>. Acesso em 7 de abr, 2014

MERCOSUL EDUCACIONAL. Protocolo de Intensões. 1991. Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/5-acordos-acuerdos/391-protocolo-de-intencoes.html> Acesso em 6 de set, 2014.

MERCOSUL; Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul- Protocolo de Ouro Preto. Disponível em <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPreto.pdf> Acesso em 07 ago, 2013.

MERCOSUL; **Tratado de Assunção**. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a república Argentina, a república do Brasil, a república do Paraguai e a república do Uruguai. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf>.Acesso em: 27 jun 2013

MERCOSUL EDUCACIONAL. Programas e Projetos da Educação Superior. Disponível em: < http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/programas-e-projetos.html> Acesso em 08 set 2013.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Protocolo de Intensões. 1991. Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/5-acordos-acuerdos/391-protocolo-de-intencoes.html> Acesso em 6 de set, 2014.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. MOROSINI, Marília Costa. Cooperação Universitária no Mercosul. *Em aberto.* Brasília, ano 15, n.68, out/dez. 1995. Disponível em < http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1029/931> Acesso em 15 de jan, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/ Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/ declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 15 agos, 2013.

Educação um tesouro a descobrir. Unesco, 1998. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relatorio_Unesco_Educacao_tesouro_descobrir_2008.pdf. Acesso em 15 nov 2013.

MERCOSUL EDUCACIONAL. O que é o Setor Educacional do Mercosul. Disponível em <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>. Acessado em 07 out 2014

MERCOSUL EDUCACIONAL. Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2001-2015.Disponível em < http://edu.mercosur.int/pt-BR/component/jdownloads/finish/7/413.html> Acesso em; 20 nov. 2013.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. 2009a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 9 set. 2013.

ISBN: 978-85-7205-133-01

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/ 0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em: 3 set 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. 2009a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 9 set. 2013.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA; INSTITUTO DE ESTADÍSTICA DE LA UNESCO. **Compendio mundial de la educación 2009**: comparación de las estadísticas de educación en el mundo. Montreal: Instituto de Estadística de la UNESCO, 2009b. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org>. Acesso em 16 jun, 2014.

SANTOS, Maria R.S dos. DONINI, Ana Maria C. de. Políticas de Integração e Internacionalização da Educação Superior no Mercosul Educativo**.** In. X COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR. Mar del Plata, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária. 2010. Disponível em : http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/218.pdf> Acesso em: 07 de out, 2013.

RAIZER, Leandro. Educação para a integração: rumo ao Mercosul Educacional? *Políticas Educativas.* Porto Alegre, v.1, nº1, 2007. Disponível em < http://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/18261> Acesso em: 17 de out, 2013.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Em busca da construção de um referencial para uma *outra integração* do Mercosul: diálogos com o *novo regionalismo* das Relações Internacionais

Regina Laisner
Doutora em Ciência Política
NEPPs/UNESP(Franca)
laisner@franca.unesp.br

Resumo:

O objetivo geral deste artigo é discutir as bases teóricas para *outra integração* do Mercosul dentro das Relações Internacionais. A referência básica vincula-se aos estudos do *novo regionalismo*, inaugurado pela CEPAL e, em particular, na perspectiva do regionalismo *pós-liberal* nos termos de Sanahuja (2012), que sustenta a necessidade da superação de um modelo de integração meramente comercial. A menção a este autor remete a uma proposta complementada pelas contribuições de Amartya Sen e Celso Furtado, em prol da constituição de um Mercosul Social, pautado no desenvolvimento e respectiva preocupação com dimensões sociais, vinculada à redução da pobreza e da desigualdade com justiça social.

Palavras- Chave: Mercosul; Integração Regional; Regionalismo; Desenvolvimento.

Abstract:

The main objective of this article is to discuss the theorical foundations of *another integration* in Mercosur inside of International Relations. The basic framework is related to the studies about *new regionalism* developed by CEPAL and, in particular concerning, the perspective of *post-liberal regionalism* according to Sanahuja (2012), which defends the need to overcome a purely commercial model of regional integration. The reference to this author sends to one proposal completed with the contributions from Amartya Sen and Celso Furtado in defense of a Social Mercosul based on development with social dimensions, linked to reduction of poverty and inequality with social justice.

Key words: Mercosur; Regional Integration; Regionalism; Development.

Introdução

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) surge como uma nova forma de inserção de Argentina e Brasil no sistema internacional, baseada na aplicação de medidas neoliberais com vistas a fortalecer a expansão comercial dos dois países. Desde então as negociações e dinâmicas que ganharam palco neste ambiente marcaram-se pelo caráter econômico e comercial dos seus conteúdos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Todos estes processos foram analisados pela literatura mais tradicional de integração regional, dentro das Relações Internacionais, que se desenha desde os primeiros movimentos integracionistas da primeira onda, de acordo com esta literatura, e têm como referência os fenômenos europeus. Mais recentemente, porém, vem se desenhando uma nova literatura, principalmente na América Latina e Caribe, sob a nomenclatura de *novo regionalismo*, que tenta dar conta dos novos formatos que a integração tem assumido.

Ainda que não haja total concordância sobre a definição deste conceito, e muito menos em relação às suas especificidades e distinções em relação ao conceito tradicional de integração, acredita-se, ser um conceito mais adequado para se pensar os termos atuais da integração e, mais ainda, no que refere à realidade latino-americana, o que certamente inclui o cenário do cone sul. E mais ainda adequado para pensar-se as possibilidades de uma *outra integração possível*, como proposta ao contexto latino-americano, e, em especial ao contexto da América do Sul, tão fortemente marcado por profundas desigualdades sociais. Essa nova referência difere das concepções economicistas da integração – fundamentando-se na necessidade de influenciar e receber influência de todos os âmbitos da sociedade, em uma integração que traga certamente elementos comerciais, mas que para além disso, que se configure como uma integração social – com a consolidação de políticas públicas amplas, principalmente sociais, desenhadas para as necessidades dos blocos constituídos a partir desta perspectiva e a população que neles reside.

É sobre as bases teóricas deste tipo de integração no âmbito do Mercosul que se debruça este artigo, na esteira dos estudos do *novo regionalismo* e, mais especificamente, na perspectiva do que vem se desenhando na literatura latino-americana de integração regional como *regionalismo pós-liberal* nos termos de Sanahuja (2012). No artigo esta proposta é retomada e complementada com as contribuições de Amartya Sen e Celso Furtado, de modo a aprofundar temas somente apontados por Sanahuja e demais autores desta perspectiva, sobremaneira, o tema do desenvolvimento e respectiva preocupação com dimensões sociais, vinculada à redução da pobreza e da desigualdade com justiça social.

O surgimento do Mercosul: uma proposta de integração comercial

Os processos iniciais de integração regional são associados à chamada primeira onda integracionista, que remonta aos anos 1960, cuja motivação principal foi atribuída às necessidades de pacificação de uma Europa traumatizada pelas Guerras Mundiais. Ainda que

ISBN: 978-85-7205-133-01

sob esta configuração, a integração regional tenha tido pouco impacto na América do Sul, *locus* da pesquisa que ora se apresenta, já é possível afirmar a emergência de processos integracionistas na região a partir deste período. Neste sentido, verifica-se a emergência de alguns processos integracionistas na década de 1960 como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Comunidade Andina (CAN), que se inspiraram mais, porém, na iniciativa europeia de 1957, que deu origem à Comunidade Econômica Europeia, do que na vertente inaugurada pela primeira onda e se mantiveram praticamente estagnados até à segunda onda integracionista.

A segunda onda de integração ganha força na década de 1980 quando a integração passa a ser vista, neste contexto, como instrumento possível de inserção internacional por parte daqueles atores até então menos destacados no sistema. O fim da Guerra Fria e, portanto, a reconfiguração de um sistema internacional multipolar, servira de impulso para esta nova onda que se dava em uma conjuntura de aceleração do processo de globalização e interdependência econômica. Na América do Sul esta onda teve efeitos mais significativos por meio de iniciativas como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e dos primeiros acordos comerciais que, em 1991, dariam origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), objeto de estudo neste projeto.

As aproximações sobretudo entre Brasil e Argentina, que mais tarde dão vida ao Mercosul, iniciam-se com a assinatura do acordo Itaipu-Corpus já em 1979 entre os governos brasileiro, argentino e paraguaio. Tal aproximação avança no interior da própria ALADI, a partir de 1980, com a assinatura do Tratado de Montevidéu e se acelera após a redemocratização dos dois primeiros países com a adoção da Declaração de Iguaçu (1985), o Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e o Tratado de Integração e Desenvolvimento (1988). O salto determinante destas aproximações deu-se em março de 1991 quando, juntamente à participação do Paraguai e Uruguai, adotou-se o Tratado de Assunção, marco que institucionalizou o Mercado Comum do Sul.

O objetivo destas aproximações na direção da construção do bloco pressupunha a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto de modo a facilitar a inserção na economia global pois, como afirma Oliveira (2003, p.13),

> [...] essas ações facilitariam a abertura comercial ao mundo externo e a competitividade global, preservando ainda uma certa fronteira regional em relação ao espaço econômico mundial, bem como a articulação entre diversas outras esferas, como a científica, a tecnológica, a de segurança e a financeira, num amplo espectro de perspectivas de colaboração, que propiciariam, pelo menos idealmente, antes de mais nada, a reestruturação produtiva das empresas da região e, por conseguinte,

ISBN: 978-85-7205-133-01

> tanto a retomada do desenvolvimento nacional quanto o sucesso da integração regional entre os países.

Esta perspectiva de desenvolvimento nacional apoiado na integração regional se vinculava ao ideário neoliberal que orientava os países, sobretudo do chamado Terceiro Mundo, enquanto modelo necessário e inevitável de desenvolvimento. Tal ideário baseia-se em uma espécie de "campanha" contra o Estado de bem-estar que conduziria a gastos excessivos em salários e políticas sociais compensatórias, à revelia dos lucros das empresas, processo que em última instância estaria vinculado a processos inflacionários. A recuperação dos lucros e a retomada dos investimentos exigia a remoção de toda a espécie de entraves corporativos, o estímulo à concorrência, e, principalmente, uma presença menor do Estado.

> As elites nacionais de cada um deles [de cada um dos países] eram levadas a absorvê-las [as ideias neoliberais] como ideário político e econômico, pois estavam interessadas nas promessas de reestruturação socioeconômica pela renegociação da dívida externa e pelos ajustes internos preconizados pelo Plano Baker, complementado mais tarde pelo Plano Brady. Esses planos enfatizavam a criação de condições propícias tanto à ampliação de um espaço de valorização do capital por outras regiões do planeta, visando contornar a crise internacional no centro do sistema, quanto à saída da estagnação sofrida na chamada 'década perdida' na periferia latino-americana (OLIVEIRA, 2003, p.14).

Deste modo, a partir do Mercado Comum do Sul iniciava-se uma nova forma de inserção de Argentina e Brasil no sistema internacional, baseada na aplicação destas medidas neoliberais com vistas a consolidar uma "plataforma de expansão comercial ou circuitos auxiliares de valorização patrimonial e financeira" (TAVARES & MELIN, 1998, p.77 apud OLIVEIRA, 2003, p.15). Já no Artigo 1º do Tratado de Assunção constam os propósitos do novo bloco emergente: a busca da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os membros a partir da eliminação das restrições nacionais; o estabelecimento de tarifa externa e política comercial comuns para a região; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; e a harmonização das respectivas legislações nacionais para o fortalecimento do processo integracionista (MERCOSUL, 1991). A partir daí toda a dinâmica do bloco foi marcada, predominantemente, pelo caráter econômico e comercial do seu conteúdo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Velhas e novas leituras do bloco

Este processo de configuração do Mercosul foi analisado, inicialmente, pela literatura mais tradicional de integração regional, dentro das Relações Internacionais, que se desenha desde os primeiros movimentos integracionistas da primeira onda e têm como referência os fenômenos europeus. Mais recentemente, porém, tem se desenhado uma nova literatura, principalmente na América Latina e Caribe, sob a nomenclatura de "novo regionalismo", que tenta dar conta dos novos formatos que a integração tem assumido. Não se trata de ignorar o acúmulo já conquistado na área e em particular no tema, mas o objetivo é com esta nomenclatura dar conta de aspectos diferenciados que já não têm como único palco a Europa, nem tampouco aspectos tão próximos a esta realidade, naquilo que se configuraria como o "velho regionalismo", tal como aponta Daniela Perrotta (2013)[1]. Ademais, o conceito de "novo regionalismo" refere-se a conteúdos que, segundo a mesma autora, remete-se a um conjunto de reflexões acerca da integração que não se restringem a conteúdos descritivos destes processos, mas referem-se também a conteúdos prescritivos em uma perspectiva normativa de caráter "pós" (PERROTTA, 2013).[2]

Para melhor compreensão sobre como tem se dado os fenômenos integracionistas na América Latina José Antonio Sanahuja (2012) apresenta uma relevante tipologia de quatro principais períodos em que este processos se delimitam: o "*velho" regionalismo* dos anos 1960, o "*novo" regionalismo* dos anos 1990, o *regionalismo aberto* de 1990 a 2005 e, por fim, o *regionalismo pós-liberal* iniciado após este período e segue até a atualidade.

Sanahuja (2008) utiliza esta separação do regionalismo na América Latina admitindo que as fronteiras entre uma forma e outra de regionalismo são mais tênues do que a tipologia apresenta, à medida que nem todos os processos, com a mudança de paradigma, rompem com a forma de integração anterior.

O autor, de forma semelhante ao que foi discutido na primeira onda do regionalismo, define o "velho regionalismo" como o período em que os processos de integração voltados à temática do desenvolvimento econômico (proposto pela CEPAL, por exemplo) despontavam

[1] De acordo com Perrotta (2013) este conceito de "novo regionalismo" passa a ser utilizado por diversos organismos internacionais e regionais – a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sendo esta última a própria promotora do conceito, segundo a mesma autora.

[2] Ainda que não haja total concordância sobre a definição deste conceito, e muito menos em relação às suas especificidades e distinções em relação ao conceito tradicional de integração, o termo regionalismo é referência na direção do que propõe esta autora (PERROTA, 2013) e também para este artigo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

conjuntamente com organizações regionais mais alinhadas aos interesses estadunidenses – como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), além dos exemplos já mencionados no projeto. O "novo regionalismo", se afastando deste modelo, recupera a agenda política que considera outras temáticas (que não só a econômica e de segurança regional) e, ao mesmo tempo, inicia o processo de incorporação das preocupações com o mundo globalizado e as consequências disto para a inserção internacional destes países. Este movimento se diferenciaria do regionalismo aberto para este autor, entendendo que durante o "regionalismo aberto" a influência do modelo neoliberal para a compreensão do desenvolvimento dos países latino-americanos já assume centralidade e atinge seu auge nos processos de integração – e receberá maior atenção no escopo do projeto. Faz-se necessário mencionar, porém, que há autores, como Daniela Perrotta (2013) que, pela proximidade das discussões do regionalismo aberto e do novo regionalismo, utilizam a denominação "regionalismo aberto" para os dois períodos.

O Mercosul, considerando a trajetória que culmina em sua formalização em 1991, pode demonstrar a herança de referências de outros períodos de integração regional na América Latina. Porém, marcadamente, ganha forma nos modelos emergentes nos anos de 1990, como afirma Sanahuja (2012), em que os atores do espaço sul-americano se voltam a um modelo de integração definível como *regionalismo aberto*. Sob tal nomenclatura, vê-se o processo de integração como associado às políticas liberalizantes propostas pelo "Consenso de Washington" (1989), que encorajava, a partir da visão dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, reformas econômicas aos países latino-americanos. Neste sentido, os acordos de comércio regionais propunham ampla liberalização econômica entre países de mesmo bloco, com propósito de dar aos mercados uma maior eficiência e competitividade internacionais. Contudo, em alguns blocos, se discutiu que este regionalismo requereria um marco integral de instituições e políticas públicas em pesquisa, infraestrutura e estímulo às trocas tecnológicas. Entretanto, Andrés Serbin (2007) e José Sanahuja (2008) argumentam que os países, pelas dificuldades ao se adaptarem a este novo modelo econômico, acabaram adequando-se ao regionalismo aberto de forma superficial, com medidas que se voltavam apenas à liberalização econômica e não a estes aspectos igualmente importantes.[3]

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ainda que o *regionalismo aberto* tenha se mantido com estas características até metade dos anos 2000 e represente um período relativamente consistente de relações regionais sob o viés da integração econômica, não esteve imune à crise, motivada por diferentes causas. A primeira delas foi que, ainda que representassem um fluxo de comércio significativo, estes processos criados ou reformulados na época não eram suficientes para seu aprofundamento institucional. Além das dificuldades estratégicas – como, por exemplo, o fato do comércio entre estes blocos não representar a maior parte dos ganhos comerciais destes países e, portanto, não serem prioritários em suas agendas –, de maneira mais geral, outro argumento importante para explicar a estagnação dos blocos relaciona-se ao seu não aprofundamento em outras temáticas.

Manter a agenda social praticamente fora das discussões e vincular o processo integracionista restrito à área econômica os teria tornado mais vulneráveis às divergências estratégias das políticas econômicas internas destes Estados, assim como mais suscetíveis às demandas da sociedade civil que surgiram e colocaram em evidência os desdobramentos problemáticos deste tipo de integração. Estas demandas chamaram a atenção para a necessidade de construção de caminhos alternativos de integração na América do Sul, e se colocaram na ordem do dia com a incorporação de outros temas e setores sociais, políticos e culturais, que haviam sido colocados em segundo plano (AYERBE, 2007, p.219).

É sobre as possibilidades que vem se desenhando na literatura latino-americana de integração regional que ganha força a perspectiva do *regionalismo pós-liberal.* Tal proposta procura combinar esquemas de integração regional que recorrem ao Estado desenvolvimentista, sem esquecer-se da redefinição de políticas pensadas de forma regional. Suas características envolvem: a primazia da agenda política, com menor ênfase na agenda econômica e comercial; um retorno à agenda de desenvolvimento, com políticas que se distanciam do *regionalismo aberto* centrado na liberalização comercial e nas regras do "Consenso de Washington"; o maior papel aos atores estatais, com ênfase maior na agenda que busca a criação de instituições e políticas comuns bem como uma cooperação maior em âmbitos não comerciais; a maior preocupação com dimensões sociais e assimetrias enquanto níveis de desenvolvimento, vinculando redução da pobreza, desigualdade e justiça social à concepção de integração regional; a maior preocupação com as deficiências infraestruturais da região para comunicação interna e externa ao bloco; ênfase na segurança energética complementar entre os países do bloco e, por fim, a busca de maneiras de promover participação e legitimação social aos processos de integração (SANAHUJA, 2008, p.18).

ISBN: 978-85-7205-133-01

A proposta da integração social do Mercosul: diálogos com o *regionalismo pós-liberal*

O Mercosul, desde sua constituição, tem seguido uma orientação pautada na integração econômica e aduaneira em detrimento de projetos sociais comuns a seus Estados parte. Na época da assinatura do Tratado de Assunção os aspectos sociais deste processo de integração ganharam espaço marginalizado, porém começa seu avanço com a criação do Foro Consultivo Econômico-Social, um dos seis órgãos que compõem o bloco.

Em 2000 os presidentes dos Estados parte do bloco, Bolívia e Chile, assinaram a Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social e se comprometeram a fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, assim como o intercâmbio dos problemas sociais mais agudos que os afetam, procurando uma solução viável. No mesmo ano, foi criada a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS), entidade encarregada de orientar a coordenação de políticas de desenvolvimento e ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento social dos Estados parte, com a missão de gerar espaços de debate e definir estratégias conjuntas para encarar a problemática social, espaço que foi denominado "Mercosul Social".

Contudo, foi com a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) em 2007 que se fortaleceu a dimensão social. Sua meta era levar a cabo iniciativas que contribuíssem para a redução das assimetrias sociais entre os países que compõem o bloco e promover assim o desenvolvimento humano. O instituto visa se consolidar como um órgão técnico-político, ganhando legitimidade na região para poder assessorar os governos que procuram construir políticas sociais regionais.

Em 2009 foi fundado o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), cujo objetivo é promover mecanismos institucionais e ações estratégicas que visem a incrementar os níveis de igualdade e inclusão social. Em particular, a intenção é que haja o estímulo ao tratamento dos direitos nas políticas públicas de caráter social; e o apoio a políticas de acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais, igualdade e não discriminação, acesso à justiça e participação na esfera pública de grupos segregados da sociedade.

O Estatuto de Cidadania do Mercosul, aprovado em 2010, estabeleceu um conjunto de direitos fundamentais e benefícios, sobre "circulação de pessoas, fronteiras, identificação,

ISBN: 978-85-7205-133-01

documentação, trabalho e emprego, previsão social, educação, transporte e defesa do consumidor, a ser desenvolvido até 2020" (MERCOSUL, 1991).

A implementação do Plano Estratégico de Ação Social, feita pela Cúpula do Mercosul, representou um avanço na elaboração de um projeto de combate à fome e à miséria. Algumas de suas diretrizes são a de garantir o direito humano à alimentação sã e adequada, erradicar a fome e combater a desnutrição. Além disso, objetiva lutar contra a pobreza e as desigualdades sociais em nível nacional e regional, promovendo a redistribuição da renda e dando espaço a perspectiva de gênero.

Estas propostas, ainda que de forma tímida, têm consolidado uma forma de tratar a integração regional que se relaciona com temas sociais relevantes que, parecem se vincular aos moldes do *regionalismo pós-liberal*. No entanto, isso precisa ser melhor estudado tendo em vista as proposições mais bem delimitadas da proposta, ou seja, dos conteúdos do que efetivamente entende-se por *regionalismo pós–liberal*, de modo até que, posteriormente, estas proposições possam ser investigadas vis-à-vis à realidade empírica dos projetos e programas levados a termo dentro do bloco e respectivas áreas.

Ocorre, porém, que pela literatura disponível e ainda em construção acerca do *regionalismo pós-liberal*, em seus conteúdos prescritivos, não há muito aprofundamento, por parte dos diversos autores que o defendem, nem no que concerne às definições centrais para a proposta, como por exemplo, o conceito de desenvolvimento, dependência e autonomia, destacados por Perrotta (2013), além de ideias de pobreza e desigualdade, como tampouco há muita clareza na transposição de definições mais abstratas e gerais para a criação de esquemas operacionais que permitam a captação da realidade e seu estudo em nível mais próximo do seu cotidiano.

Portanto, para melhor qualificar esta perspectiva faz-se necessário avançar no debate e delimitação mais clara de alguns destes conceitos, sobretudo o de desenvolvimento, que é central nesta proposta, assim como as variáveis que o compõem. Nela o conceito de desenvolvimento qualifica a análise e discussão que quer-se levar a termo. Porém, há de se considerar que há uma recorrente confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento quando o debate se dedica a esta questão. O crescimento é geralmente tratado como o produto proveniente da interação dos fatores de produção, sendo que o resultado derivado desta combinação mensura o conjunto de riquezas produzidas e que serão usufruídas pela população de uma dada localidade. Ou seja, compreende a expansão do produto real de um

ISBN: 978-85-7205-133-01

dado lugar, em determinado período de tempo. Já o conceito de desenvolvimento considera o crescimento uma de suas condições indispensáveis, mas não suficientes.

Nesta perspectiva, a contribuição de Amartya Sen (2000) é bastante útil porque expande a compreensão que se tem sobre desenvolvimento, considerando-o não simplesmente como um processo de criação de riquezas.[4] De acordo com este autor, o desenvolvimento, ao não restringir-se somente ao acesso a bens materiais, deve considerar a manutenção e expansão de direitos civis, políticos e sociais básicos, incluindo capacidades elementares como, por exemplo, ter "condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão" (SEN, 2000, p.52).

Com tal concepção, percebe-se a visão de Sen sobre a amplitude do conceito de desenvolvimento, interferindo não somente nas condições presentes da população e nas necessidades mais prementes, como em hierarquias superiores de desejos ou necessidades no futuro. Esta perspectiva contempla, então, não somente as benesses do crescimento econômico como as expande para além da consideração de um simples dado quantitativo, incorporando a noção de 'desenvolvimento como liberdade', "[...] um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2000, p.17).

Em seu livro "Desenvolvimento como Liberdade" Sen coloca como uma de suas ideias centrais, a complementaridade existente entre as condições sociais e a "condição de agente individual", o que significa dizer que é preciso verificar o alcance da liberdade individual em um determinado contexto. Decorre daí sua noção de desenvolvimento que: "[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente" (SEN, 2000, p.10).

Assim, de acordo com o autor, desenvolver uma sociedade significa expandir as capacidades das pessoas para que elas levem o tipo de vida que valorizam (SEN, 2000). Isso é possível se a liberdade for o fim primordial e o meio principal, para que com o tempo, o

[4] Ainda que se reconheça a importância do crescimento como condição *sine qua non* para a obtenção de desenvolvimento político e social, ele é compreendido como 'meio' e não como 'fim' da atividade econômica. Isto porque o conceito de desenvolvimento envolve, além da criação de riquezas, a apropriação dos *benefícios* decorrentes deste processo para a população. A ideia subjacente é a de que promova a 'melhoria nas condições ou na qualidade de vida das pessoas'. Diz-se, portanto, que há desenvolvimento quando não somente há expansão do produto econômico como também há melhoramento nas condições em que este produto é obtido, distribuído e usufruído pelos indivíduos de uma dada localidade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

indivíduo seja capaz de assumir a condição de agente na política, na sociedade, na cultura e na economia.

Pensando na liberdade como meio e não somente como fim, o autor considera que cinco tipos de liberdades instrumentais são necessárias para o alcance desta concepção mais global: (1) liberdades políticas, consideradas como os direitos políticos associados à democracia; (2) facilidades econômicas, referidas às oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos, econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca; (3) oportunidades sociais, nas áreas da educação, saúde, etc., que influenciam a liberdade de o individuo ter uma vida melhor e assumir a condição de agente; (4) garantias de transparência, concebidas na sua relação com a necessidade de transparência e confiança para a vida em coletividade, como por exemplo, a diminuição da corrupção em uma sociedade; (5) segurança protetora, que proporciona uma rede de segurança social de segurança à população de liberdades substanciais, como não permitir que um indivíduo atinja a miséria (SEN, 2000).

Entretanto, para efetivar estas liberdades faz-se necessário eliminar as suas possíveis formas de privações assegurando, desta maneira, a possibilidade de que os indivíduos possam se constituir em 'agentes ativos', utilizando a própria terminologia de Sen. Isto coloca como desafio a construção de políticas públicas que deem conta da superação destas barreiras para a liberdade efetiva dos indivíduos, para que de fato se alcance o desenvolvimento no sentido proposto por ele. Nesta mesma perspectiva, o apoio público para a melhoria nas condições de acesso às liberdades individuais é fundamental, portanto, por meio de políticas voltadas à supressão de "gargalos" de acesso a elas ou de falhas de mercado. Assim, o que Sen defende é que para além de um conjunto de habilidades para se obter a satisfação das necessidades humanas é fundamental ter suas necessidades básicas providas, assim como, em igual medida de importância, dispor de condições – meios – para fazê-las funcionar. É este o papel central das políticas públicas na perspectiva do projeto que ora se propõe.

Esta visão aproxima-se muito fortemente de um olhar bastante conhecido na América Latina. Já ensinavam os cepalinos, na figura central de Celso Furtado, que as teorias do desenvolvimento não são restritas ao crescimento, mas configuram-se como esquemas explicativos dos "processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento da produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social" (FURTADO, 1992, p.39).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Nesta direção é que estes mesmos estudiosos desenvolveram a perspectiva de subdesenvolvimento como o outro lado deste processo. A teoria do subdesenvolvimento buscou dar conta de situações de países em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduziram à homogeneização social, mesmo que tivessem elevado o nível de vida médio da população. Para Furtado, o conceito de homogeneização social "não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais" (FURTADO, 1992, p.38). Deste modo o subdesenvolvimento não se desenha como o oposto de uma sociedade totalmente igualitária, mas sim como um desequilíbrio na assimilação de novas tecnologias produzidas no capitalismo industrial:

> Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento (FURTADO, 1992, p.42).

O cenário atual da América do Sul é mais facilmente compreendido quando se considera, simultaneamente, o ângulo de desenvolvimento das forças produtivas e o da transformação das estruturas sociais, mas principalmente a desarticulação que se estabelece entre estas duas dimensões. Trata-se de países que usufruem de relativo desenvolvimento das forças produtivas que não coaduna simetricamente com os níveis de condições de vida observados na região.

O desenvolvimento, então, implicaria não somente no crescimento econômico – e na busca por indicadores econômicos favoráveis – como também e, em principal medida, na superação do desequilíbrio existente entre as forças produtivas e apropriação que se faz dos bens produzidos por elas. Esta superação demanda, para além do crescimento, a necessidade de escolhas políticas bem claras em prol de um projeto que se ocupe da busca por uma maior homogeneização social, em consonância com as ideias de Furtado. Aqui faz-se claramente a referência à centralidade e relevância de um Estado que introduza questões sociais em suas políticas e que, ao mesmo tempo, perceba a dimensão regional enquanto um espaço de possibilidades de aprofundamento de seus benefícios.

> O caso presente das estruturas subdesenvolvidas, que constituem a regra na América Latina, é fundamentalmente diverso: a forma como penetra a técnica cria problemas com amplas projeções no plano social. Desta forma são os técnicos que, a serviço dos interesses de indivíduos e grupos privados, criam problemas cujas soluções requerem **decisões de natureza política**. Como as decisões políticas envolvem

ISBN: 978-85-7205-133-01

> tomadas de posição com respeito a juízos de valor, isto é, estão no plano da racionalidade substantiva, não é de se surpreender que nos países latino-americanos o processo político gere fortes tensões que comprometem permanentemente a estabilidade das estruturas de poder (FURTADO,1966, p.12-13, grifo da autora).

Considerações finais: caminhos e descaminhos da integração social

Quando se analisa algumas áreas no âmbito do Mercosul que podem referir-se a avanços no sentido da integração social, ainda assim percebemos que elas, predominantemente, estão inseridas em uma perspectiva mercadológica e economicista do bloco.[5] Tal fato limita a autonomia das áreas, o alcance dos projetos e pouco se avança na execução dos planos de ação. Ficam explícitas, então, as dificuldades inerentes às áreas ditas 'sociais' do Mercosul e à perspectiva de integração que envolva fatores não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Ao mesmo tempo não se pode ignorar que muito embora estas políticas se apresentem em estágio embrionário e com baixo nível de desenvolvimento institucional – fruto das dificuldades das negociações multilaterais – elas representam importante passo para a consolidação de um Mercosul mais plural. A atual demanda por uma outra integração que adote essa perspectiva se baseia, segundo Dello Buono, em um projeto regional alternativo mais solidário, includente e democrático do que o atual modelo oferecido e formulado pelo modelo capitalista neoliberal: "*el movimiento hacia la outra integración posible es um proceso transformador y emancipatório*" (DELLO BUONO, 2006, p.18).

O objetivo deste estudo foi contribuir para o fortalecimento das bases teóricas da integração social do Mercosul, a partir de novas perspectivas dentro das Relações Internacionais, apoiadas por estudos já clássicos, de modo a tornar mais embasada uma proposta de integração que seja capaz de promover o fortalecimento regional pautado na condição periférica comum dos países que compõe o Mercosul e no interesse coletivo em busca de alternativas de melhorias e transformações sociais. Assim, uma vez mais como para Dello Buono (2006, p.21):

[5] Para a realização do projeto foram estudadas políticas públicas de infraestrutura, desenvolvimento social e programas de transferência de renda, agricultura familiar, cultura, saúde e educação como variáveis fundamentais para o processo de integração do Mercosul e que devem ser entendidas enquanto aspectos do cotidiano que modificam concretamente a vida das pessoas que vivem os processos integrativos

ISBN: 978-85-7205-133-01

> [...] el papel de los acuerdos integracionistas como la CAN [Comunidade Andina de Nações] y el MERCOSUR [Mercado Común do Sul] son indispensables en la lucha por la otra integración posible, por su capacidad de conformar un bloque para frenar proyectos hegemónicos [...]. También, puede funcionar como un mecanismo para ampliar los parámetros de los esquemas integracionistas con un mayor énfasis sobre los componentes sociales y culturales de la integración.

Referências Bibliográficas

AYERBE, L. F. (Org.). **Integração Latino Americana e Caribenha.** 1. ed. São Paulo: Fundação Memorial/Imprensa Oficial, 2007. v. 1000. 256 p.

DELLO BUONO, R. A. **Diálogo Sudamericano: outra integración es posible**. Quito: Ediciones La Tierra, 2006.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. CIvilização Brasileira, 1966.

_____, Celso. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MERCADO COMUM DO SUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>. Acesso em 28 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Mercosul**: atores políticos e grupos de interesses brasileiros. São Paulo: editora UNESP, 2003.

PERROTTA, D. “La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales”, en Elsa Llenderrozas (Ed.), **Teoría de Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Buenos Aires (EUDEBA), 2013.

SANAHUJA, J. Del "Regionalismo Abierto" al "Regionalismo Post-Liberal": Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: MARTINEZ, L (Org.); PEÑA, L (Org.); VAZQUEZ M. **Barreras y obstáculos a la integración en América Latina y el Caribe** - edição Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. 1. ed. Buenos Aires: CRIES/ Diseño, 2012.

_____. Regionalismo Post-Liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, A. (Org.); MARTINEZ, L. (Org.); RAMANZINI JÚNIOR, H. (Org.). **El regionalismo post - liberal en América Latina y el Caribe**: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafios - edição Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009. 1. ed. Buenos Aires: CRIES, 2008. v. 1. p. 11-54.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERBIN, A. Entre Unasur y el ALBA: ¿**otra integración ciudadana es posible**? Anuario 11, [s.l.] CRIES, 2007. Disponível em: <http://www.ceipaz.org/images/contenido/11-serbin.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014. p. 183-207.

ISBN: 978-85-7205-133-01

As perspectivas e desafios das políticas culturais no Mercosul: o caso do Mercosul Cultural

Regina Laisner
Doutora em Ciência Política
NEPPs/UNESP(Franca)
laisner@franca.unesp.br

Gabriela Scarpari de Giacomo
Graduanda em Relações Internacionais
NEPPs/UNESP(Franca)
gabriela.scarpari@gmail.com

Renata Porto Bugni
Mestranda em Gestão de Políticas Públicas
renataportobugni@gmail.com

Resumo

A cultura tem ganhado destaque nos estudos de Relações Internacionais, sendo incorporada, principalmente, em debates acerca da integração regional e influenciando a criação de novas perspectivas deste processo. Este artigo, tendo como objeto de análise o Mercosul Cultural, busca traçar uma cronologia que permita a identificação e caracterização da evolução do projeto, desde sua criação em 1995 até os dias atuais, assim como analisar avanços e dificuldades neste processo e investigar se as propostas do Mercosul Cultural estão sendo desenvolvidas de maneira satisfatória, em consonância com uma nova perspectiva de integração da América do Sul.

Palavras-Chave: Integração Regional; Mercosul Cultural.

Abstract:

The culture has great importance in the study of International Relations and is mainly embedded in discussions about regional integration, opening a space that enables the creation of new perspectives of this process. This article aims to draw a timeline that allows the identification and characterization of the evolution of Cultural MERCOSUR project, since its creation in 1995 to the present days. Furthermore, its objective is to analyses progresses and difficulties that permeate this project and investigate whether the proposals of the Cultural Mercosur are being satisfactorily developed and if the perspective adopted contributes to a new perspective of integration in South America..

KeyWords: Regional Integration; Cultural Mercosur.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

A proposta deste artigo se insere em uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista, denominada "Integração Social do Mercosul" cujo principal objetivo é analisar as propostas de políticas públicas sociais no âmbito na integração do Mercosul, entre elas, às que referem-se ao tema da cultura, a partir do Mercosul Cultural.

O Mercosul Cultural surge no âmbito do Mercosul, a partir de 1995, vinculada às demandas por uma nova integração, de caráter mais amplo, inclusive social, e justamente quando a cultura passa a ser reconhecida como condição essencial e força motriz dos modelos de desenvolvimento e projetos democráticos. O projeto ainda encontra-se em fase inicial, dando seus primeiros passos em direção à sua institucionalização e sobressaindo a criação de projetos pontuais e voltados a aspectos econômicos e mercadológicos da cultura, relegando a um segundo plano sua proposta inicial: promover a democratização, respeito à diversidade e valorização dos povos. No entanto, é inegável que ainda configura-se como uma importante iniciativa para o debate sobre cultura em nível supranacional.

Este artigo, tendo como objeto de análise o Mercosul Cultural busca indicar, a partir de pesquisa ainda em desenvolvimento, o conteúdo de suas proposições, procurando, inicialmente, explorar a concepção de cultura envolvida nas propostas, assim como verificar sua sintonia com os projetos realizados e seus avanços e dificuldades na perspectiva de uma nova integração da América do Sul.

Para consecução desta proposta, inicialmente, apresenta-se uma breve discussão sobre uma perspectiva alternativa da integração regional na América Latina e o espaço da cultura nela, discutindo possibilidades em termos do Mercosul Cultural. Em seguida, é feita uma breve referência à sua história, desde seu surgimento, até os dias de hoje, a partir de um levantamento dos documentos de fundação e origem do Mercosul Cultural e a análise das Atas das Reuniões Especializadas de Cultura, assim como dos Relatórios emitidos pelos Ministros da Cultura e pelo Ministério da Cultura brasileiro. Logo após são indicadas as principais iniciativas do projeto em termos de projetos e propostas realizadas e, ao final, é feita uma síntese da estrutura do Mercosul Cultural e dos desafios e deficiências de seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à uma visão alternativa de integração regional .

ISBN: 978-85-7205-133-01

Uma nova integração possível para a América Latina: novo espaço para o tema da cultura

A questão da integração regional latinoamericana tornou-se central no início da década de 1990 em decorrência das grandes disputas internacionais pela inserção competitiva no mercado globalizado. A região viveu um período de grande crescimento econômico durante as décadas de 1960 e 1970, que prometia vingar melhorias sócio-econômicas. Porém, os anos 1980 se consagraram como uma época de crise das dívidas interna e externa, seguida de políticas de ajuste. Foi em conseqüência dessa conjuntura que surgiram projetos de reformas estruturais para normalizar os preços e o crescimento econômico. Conforme analisa Ayerbe (2007), todos esses projetos colocavam em segundo plano questões atreladas ao âmbito cultural, bem como a distribuição desigual da renda, a pobreza e os fatores ambientais.

A partir da década de 1990, novas demandas surgiram em decorrência de tal processo histórico, e alguns estudiosos da América Latina adotaram as demais preocupações acerca do desenvolvimento da realidade local passando a aliar a questão econômica aos demais projetos com perspectiva de integração e fortalecimento dos setores sociais, políticos e culturais, que haviam sido colocados em segundo plano:

> Paralelamente ao processo de liberalização econômica das décadas recentes na América Latina e no Caribe, que fortalecem uma inserção da região no padrão de globalização impulsionado pelos países do capitalismo avançado, marcadamente Estados Unidos, diversos autores, centros de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais da região colocam em evidência seus desdobramentos problemáticos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, chamando a atenção para a necessidade de construção de caminhos alternativos (AYERBE, 2007: 219).

As diversas mazelas sentidas pela América Latina nas décadas de 1980 e 1990 – conseqüência desse processo de liberalização econômica – impulsionaram o surgimento de um novo pensamento mais abrangente que viabilizasse um processo de reversão de tais problemas, incluindo nessas alternativas uma perspectiva nova de integração regional que pudesse ultrapassar a esfera econômica para alcançar também as demandas políticas, sociais e culturais da integração.

Entende-se que na região, a valorização de projetos de integração regional voltados para a melhoria das questões que tiveram maior debilidade no final do século passado favorece o desenvolvimento mais amplo e consistente dos países envolvidos: a integração em termos culturais passa a ser vista como indispensável para o fortalecimento de demais projetos. Conforme argumenta Escobar, “hoy serían impensables modelos sustentables de

ISBN: 978-85-7205-133-01

desarrollo y proyectos democráticos de sociedad planteados al margen de los argumentos cifrados que provee la cultura" (ESCOBAR, 2006: p.254).

Assim, emerge a idéia de uma *outra integração possível*, proposta ao contexto latino-americano, formulada por diversos estudiosos e organizações da região[1], que têm organizado encontros e diálogos, permitindo, inclusive, a deliberação de documentos e declarações, como foi o caso da Declaração de Caracas, de janeiro de 2006[2]. Essa nova referência teórica difere das concepções economicistas da integração – fundamentando-se na necessidade de influenciar mutuamente todos os âmbitos sociais, inclusive o cultural, para que seja possível transformar essa realidade desde baixo e sem imposições.

E é por conta desta nova perspectiva de integração regional que o tema da cultura tem ganhado destaque, trazendo à tona o interesse pelo Mercosul Cultural. Tal perspectiva, além de defender a cultura como variável fundamental no processo de integração, amplia este conceito, pois o prevê como algo que não deve se limitar e tender às questões relacionadas à produção de bens e serviços considerados em termos de rendimento econômico. Nela, a cultura abrange muito mais do que as questões econômicas e deve ser entendida enquanto produção simbólica ou teias de significados que o próprio homem tece e modifica através das relações sociais cotidianas, pois a cultura perpassa por diversas esferas sociais historicamente definidas. Resta analisar até que ponto o projeto do Mercosul Cultural incorpora, no discurso e na prática, esta percepção proposta e quais foram os seus reais desdobramentos. É a isso que nos dedicamos mais detidamente a seguir.

O Mercosul Cultural: surgimento e primeiros passos

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surgiu formalmente em 26 de março de 1991 com o Tratado de Assunção, firmado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e que se

[1] Conforme Diana Ávila (In. DELLO BUONO. 2006, p.7 a 12), diversos estudiosos como Dello Buono, Germán Rodas, Esteban Silva, Ximena de la Barra, entre outros, e organizações como a *Asociación Latinoamericana de Organismos de Promoción* (ALOP), a *Red de Diplomacia Ciudadana*, articulações de sindicatos, de movimentos sociais, de indígenas, ONGs, entre outros, têm se organizado e se reunido para articular idéias e projetos acerca de outra integração possível, tendo conseguido organizar em 2005, em Quito, o Simpósio "Diálogo Sudamericano: Outra integración es posible" e, posteriormente, uma publicação sobre o tema.

[2] Declaración de Caracas/ enero 2006: "Otra integración es urgente, posible y necesaria". Ver Anexo 2 in DELLO BUONO, R. A. *Diálogo sudamericano: otra integración es posible.* Quito: Ediciones La Tierra, 2006, p. 284 a 290.

ISBN: 978-85-7205-133-01

constitui como o instrumento jurídico fundamental do MERCOSUL. Trata-se de um acordo que buscou criar condições para formar um mercado comum, traçando objetivos de integração e mecanismos necessários para a ampliação dos mercados nacionais dos países membros.

No período inicial de configuração do tratado, dentre as cláusulas originárias não se contemplava nenhuma declaração especificamente relacionada ao âmbito da cultura, pois o objetivo era claramente econômico. A primeira perspectiva cultural surge no final do ano seguinte à sua criação, a partir da proposta de realização de reuniões técnicas especializadas em diversos setores ainda não contemplados no interior do Mercosul, sendo criada uma específica para a área cultural:

> (...) Ocorreram ainda outras reuniões especializadas, para tratar de temas como: turismo, cultura, ciência e reuniões setoriais de alto nível, envolvendo os ministros da economia e presidentes dos bancos centrais. As primeiras, com objetivo de apresentar propostas em áreas não contempladas pelos subgrupos existentes, as segundas, para desenvolver o entendimento e criar iniciativas comuns para ajudar o Grupo Mercado Comum em suas funções (OLIVEIRA, 2001: 63).

A proposta dessa Reunião Especializada sobre Cultura surgiu em outubro de 1992, a partir de uma decisão do Grupo Mercado Comum que determinava nesta data o início da sua existência com o objetivo de "[...] promover a difusão da cultura dos Estados Partes, estimulando o conhecimento mútuo dos valores e tradições culturais de cada Estado Parte, bem como empreendimentos conjuntos e atividades regionais no campo da cultura" (MERCOSUL/GMC/RES. Nº 34/92[3]).

Somente três anos depois, ocorreu a primeira Reunião Técnica Especializada em Cultura, na cidade de Buenos Aires, no período de 13 a 15 de março de 1995; iniciou-se nessa ocasião, pela primeira vez, a ideia de construção do "Mercosul Cultural" (MC), realizada pelos presentes Chefes de Delegação dos países signatários, concretizando a necessidade de criação de fomento na área. Conforme relata Escobar:

> [...] la cuestión cultural fue tomando cuerpo, aunque en forma desarticulada y esporádica. Los estados participantes del Tratado advirtieron, a distintos niveles y en sentido no siempre parejo, que un proyecto regional construido a partir de jugadas estrictamente mercadológicas no llegaría demasiado lejos (ESCOBAR, 2006: p.253).

[3] Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm, MERCOSUL/GMC/RES. Nº 34/92

ISBN: 978-85-7205-133-01

Com este primeiro encontro, formalizou-se a criação do Mercosul Cultural e se estipulou o Memorando de Entendimento que define, dentre outros pormenores, a elaboração de Comissões Técnicas especializadas em temas culturais; delimitou-se também a concepção de cultura, pela qual se pautariam os seus próximos projetos:

> [...] a cultura constitui a base fundamental do desenvolvimento social e das transformações no campo da produção, assim como o sustento da consolidação democrática dos povos da região; [...] a cultura adquiriu uma importância econômica crescente no mundo atual, tanto pela exigência cada vez maior de qualificação intelectual polivalente e dinâmica exigida pelas novas tecnologias, quanto por constituir um setor de atividades que emprega um número importante de trabalhadores e mobiliza um volume considerável de investimentos (MERCOSUL/ Reunião Especializada de Cultura/ Ata 01/95).

Sendo assim, os objetivos elaborados pelo MC fundamentavam-se em apoiar e preservar as manifestações culturais, promovendo reconhecimento e valorização da arte, da vida dos povos, da pluralidade e identidade culturais; desenvolver vínculos entre as diversas instituições educativas, privadas e não-governamentais relacionadas ao desenvolvimento das indústrias culturais; atuar nas dinâmicas econômicas e tecnológicas que a cultura envolve; todas elas vinculadas à possibilidade de consolidação democrática da região.

Foi em agosto deste mesmo ano (1995) que o Conselho do Mercado Comum criou (com a Decisão 2/95), sob indicação da II Reunião Especializada de Cultura (REC) realizada em Assunção, a Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul (RMC), substituindo as REC. Desde então, esse órgão tem se reunido regularmente – de duas a três vezes por ano - para discutir as necessidades e possibilidades de integração cultural da região. Em dezembro de 1996, foi aprovado pelo Conselho do Mercado Comum o *Protocolo de Integração Cultural do Mercosl*, anexado ao Tratado de Assunção. Nele consta a percepção de *cultura* do Mercosul diante dos processos de integração:

> Conscientes de que a integração cultural constitui um elemento primordial dos processos de integração e que a cooperação e o intercâmbio cultural geram novos fenômenos e realidades; Inspirados no respeito à diversidade das identidades e no enriquecimento mútuo; Cientes de que a dinâmica cultural é fator determinante no fortalecimento dos valores da democracia e da convivência nas sociedades (Protocolo de integração Cultural do MERCOSUL, p.02[4]).

[4] Disponível em http://www.mercosur.int/msweb/Normas/deca96pt.html ver "PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO MERCOSUL".

ISBN: 978-85-7205-133-01

Este Protocolo estabeleceu vinte artigos que incluem questões pertinentes à promoção da integração de instituições culturais, de pesquisas, o intercâmbio de agentes e gestores culturais, bem como o incentivo estatal a eventos relacionados, entre outros. A partir dele o tema da cultura passou a ocupar a agenda do Mercosul como tema de destaque e foram desenvolvidas as principais iniciativas em termos de projetos que serão apresentados e avaliados a seguir.

Principais iniciativas do Mercosul Cultural

O Mercosul Cultural, ao longo de seu desenvolvimento, elaborou uma estrutura hierárquica em consonância às necessidades iniciais e demandas internas levantadas pelos Ministérios da Cultura dos países participantes. Concebendo assim, comissões e comitês especializados e que abordam assuntos imprescindíveis para a ciação de projetos e ações culturais no âmbito do Mercosul.

Esta estrutura, será abordada a seguir, através da caracterização dos comitês criados e dos projetos já desenvolvidos pelo MC.

Reunião de Ministros da Cultura (RMC)

Foi em agosto deste mesmo ano (1995) que o Conselho do Mercado Comum criou (com a Decisão 2/95), sob indicação da II Reunião Especializada de Cultura (REC) realizada em Assunção, a Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL (RMC), substituindo as REC, mas com o mesmo objetivo de "[...] promover a difusão da cultura dos Estados Partes, estimulando o conhecimento mútuo dos valores e tradições culturais de cada Estado Parte, bem como empreendimentos conjuntos e atividades regionais no campo da cultura" (MERCOSUL/GMC/RES. Nº 34/92[5]).

Desde então, esse órgão tem se reunido regularmente – de duas a três vezes por ano - para discutir as necessidades e possibilidades de integração cultural da região.

[5] Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm, MERCOSUL/GMC/RES. Nº 34/92

ISBN: 978-85-7205-133-01

Comitê Coordenador Geral do MERCOSUL Cultural

Foi criado em agosto de 1995, a partir das Reuniões dos Ministros da Cultura, o Comitê Coordenador Geral do Mercosul Cultural, o qual seria responsável pelas Redes de Informação; Capacitação; Patrimônio; e Indústrias Culturais. O Comitê Coordenador seria constituído por um representante de cada país e teria as funções de:

> 1°) Coordenar as ações das diferentes Comissões Técnicas para sua maior eficiência e definir com as mais altas instâncias políticas sua execução. 2°) Administrar ante a Cooperação Internacional a assistência técnica e financeira para desenvolver os programas comuns do Mercosul Cultural. 3°) Gerar canais de diálogo e acordos para o desenvolvimento de projetos conjuntos com o setor privado dos países membros. 4°) Impulsionar ante os Parlamentos dos respectivos países projetos legislativos que possibilitem a concretização dos programas do Mercosul Cultural. (Ata 02/95)

Comissão técnica Biblioteca do MERCOSUL (CTBM)

Em agosto de 1995, na II REC, os representantes presentes aprovaram a implementação de mecanismos técnicos que possibilitassem a compatibilização das redes de informática das Bibliotecas Nacionais, configurando uma mesma base de dados sobre cultura entre os países membros. Esta foi a primeira iniciativa que introduziu o assunto sobre a relevância das trocas de informação de organismos e atividades culturais a partir das documentações existentes nas respectivas bibliotecas nacionais. Este tema foi retomado no Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, elaborado em 1996, ressaltando o comprometimento do MC em incentivar a cooperação entre os arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural da América do Sul.

No início dos anos 2000, incluiu-se também a perspectiva de formação de recursos humanos e intercâmbios de programas de promoção de leituras à proposta de unificação dos dados das bibliotecas; além disso, acordou-se a concretização de um projeto piloto de bibliotecas fronteiriças do MERCOSUL. Em 2003, aprovou-se a criação de uma Biblioteca MERCOSUL, em que cada país do bloco pudesse ter acesso à literatura e história nacionais dos demais países vizinhos. Para tanto, aprovou-se a constituição de uma Comissão Técnica Especializada na Biblioteca do MERCOSUL para encaminhar os próximos passos de

ISBN: 978-85-7205-133-01

efetivação deste projeto. No entanto, poucas informações estão disponíveis sobre o andamento dessa comissão.

Comissão técnica de Treinamento (CTC)

A idéia de uma equipe ou comissão executiva especializada para cada programa surgiu em 2003, na XVII RMC, com o intuito de priorizar programas destinados à preparação de gestores culturais e ao intercâmbio de profissionais; essa proposta interliga-se com as principais temáticas levantadas em reuniões, tal como o projeto de restauração e preservação do patrimônio, que necessita de profissionais com "treinamento de serviço" em restauração e para a realização de seminários temáticos. A partir das considerações supracitadas, o MC destinou uma comissão Técnica para o treinamento de profissionais especializados na questão do patrimônio histórico.

Comissão técnica de Legislação Cultural (CTLCM)

A questão da legislação cultural tem sido constantemente debatida, pois tem se constituído como um dos maiores entraves aos encaminhamentos burocráticos em cada país para a implementação de projetos do MC, pois sem leis comuns muitos projetos ficam parados, e mesmo a elaboração de novos projetos se torna mais difícil, tentando adequar-se a cada especificidade interna. Percebidos tais entreves, desde 1997, o MC reforçou a necessidade de recopilação e intercâmbio sobre a legislação cultural vigente, especialmente no que se referia aos incentivos fiscais. Em 2000, determinou-se o início da elaboração de uma legislação regional sobre a circulação de bens e serviços culturais, como forma de possibilitar os avanços nos projetos dessa área. Em 2003, reforçou-se a necessidade de fortalecer a legislação em matéria de Indústrias Culturais no MERCOSUL, com a finalidade de proteger a produção cultural regional – o que também possibilitaria maior circulação de livros em toda a região.

Uma Comissão Técnica Especializada foi aprovada em 2004 para tratar da legislação cultural a fim de compatibilizar normativas nacionais. Para tanto, essa comissão se encarregaria de elaborar uma proposta de Convenção Internacional sobre Diversidade Cultural. Como ainda não foi aprovada uma legislação única comum, as diversas comissões técnicas têm incentivado as particularidades das leis de cada país a se adequar às suas necessidades mais imediatas; exemplo disso é a Comissão Técnica de Patrimônio que em 2005 se encarregou de estudar as legislações nacionais vigente sobre o tema a fim de harmonizar seus conteúdos fundamentais e propor um projeto de legislação comum sobre

ISBN: 978-85-7205-133-01

patrimônio, aprofundando, assim, a política patrimonial da região e conseguindo viabilizar seus demais projetos.

Comissão técnica do Patrimônio (CTP)

Em 1995, na Reunião dos Ministros da Cultura, decidiu-se elaborar um programa que estimulasse o desenvolvimento e a cooperação em torno do projeto "Missões Jesuíticas, caminho de integração" que se destinaria à preservação, restauração e valorização do patrimônio cultural, contemplando sua dimensão ecológica e sua vinculação com o fenômeno do turismo cultural da região. Buscava-se, com isso, uma equipe dedicada à análise de ações conjuntas no sentido do conhecimento, proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural do MERCOSUL, com particular atenção ao "projeto das missões jesuíticas, na preservação do patrimônio arqueológico pré-colombiano e na valorização do patrimônio intangível constituído por idiomas, tradições e costumes de nossos países", conforme definido na I Reunião de Instituição da CTP, realizada em Buenos Aires, em 1995.

Além da questão das missões jesuíticas, os Ministros ressaltaram relevante valorizar o legado cultural da língua guarani através de um inventário de seu patrimônio, promovendo a pesquisa acadêmica e o ensino da língua, bem como a preservação e valorização das outras culturas da região. Dentre os temas priorizados podemos destacar: as Missões Jesuíticas; o estabelecimento do Dia do Patrimônio; a Compatibilização de informações; a Compatibilização de legislações; o Intercâmbio e a capacitação técnica; e o Turismo Cultural. Ademais desses temas, a CTP tratou sobre a necessidade de criação de um Fundo Comum da Cultura, como forma de apoio à implementação de projetos culturais; o Desenvolvimento de processos de educação patrimonial; a criação de um Prêmio do MERCOSUL na área do Patrimônio; a necessidade de fomentar um Centro de Documentação comum; e sobre uma Avaliação de empreendimentos de porte, causadores de impactos ambientais, a fim de proteger o patrimônio natural dos países da região.

Em 2007, novo fôlego foi dado aos trabalhos da CTP, concluindo que o patrimônio cultural é a área de maior interesse do MC e que a Comissão deveria estabelecer um projeto comum aos países participantes para ser apresentado ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Foram reiterados a importância de se combater o tráfico ilícito de bens culturais na região e o interesse em fomentar o registro do patrimônio imaterial (festas religiosas, populares, música, gastronomia) em todos os Estados parte do Mercosul,

ISBN: 978-85-7205-133-01

atrelando-o ao fortalecimento e incentivo do turismo cultural sustentável, bem como a intenção de dar continuidade aos avanços desses anos.

Comissão técnica Indústrias Culturais (CTIC)

Em 1997 definiu-se a criação de uma Comissão Técnica de Indústrias Culturais. Os Ministros envolvidos enfatizaram a necessidade de sistematizar os estudos existentes sobre o impacto das indústrias culturais sobre o desenvolvimento econômico e social da região, para que dessa forma pudessem retomar as questões sobre o aprofundamento de mecanismos que favorecem a circulação de bens e serviços culturais.

Em 2000, acordou-se a realização do Projeto "As Indústrias Culturais, sua incidência econômica e sociocultural, intercâmbios e políticas de Integração Regional" sob financiamento da OEA. Para tanto, definiu-se a realização de um Seminário para tratar do referido tema buscando efetivar uma pesquisa e definir o norte de ação na área.

Em 2002 foi solicitado ao Foro de Consultas e Concerto Político do Mercosul (FCCP) que levasse à Cúpula de Presidentes do Mercosul o tema das indústrias culturais e seu impacto na economia, de acordo com a pesquisa feita no Seminário *Indústrias Culturais, Incidência Econômica e Sócio-cultural, Intercâmbios e Políticas de Integração Regional*. Enfatizou-se que "as indústrias culturais, em especial a cinematografia e as artes audiovisuais, constituem canais privilegiados de compreensão entre as culturas dos países, e cumprem um papel fundamental na construção das identidades" (Ata XVII RMC, p.02). A partir de tais avanços nos estudos e do reconhecimento da importância das indústrias culturais para a economia local, o empenho nas áreas de Audiovisuais, cinematográfica e artística aumentou. E conjuntamente com a questão do patrimônio, a indústria cultural passou a ser identificada como um elemento importante para a promoção de identidade regional.

Nesse sentido, a atenção do MC voltou-se de forma intensa para estimular o intercâmbio de informações estabelecidas entre setor público, a sociedade civil e as indústrias culturais de cada país, para que se fizesse com maior precisão a base de dados e estudos regionais. Em 2004, os Ministros sugeriram uma Reunião específica sobre a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, materiais e imateriais. e como produto dos esforços emanados até aquele encontro, apresentou-se o livro "Indústrias Culturais no Mercosul", lançado no referido ano.

De forma geral, pode-se dizer que a temática das indústrias culturais tem tido avanços no interior do MC, principalmente, por seu forte atrelamento com a questão da economia, e

ISBN: 978-85-7205-133-01

por depender muito mais dos esforços internos dos ministros e assessores de governo do que de projetos mais amplos de envolvimento da sociedade civil.

Foro de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (FACyA)

Uma primeira abordagem acerca da relevância das produções cinematográficas no Mercosul Cultural ocorreu em 1996, que entendeu tal tema como parte importante na edificação do corpo institucional do MC. Em 2000, seguindo a proposta de estabelecer uma agenda que estimulasse as manifestações culturais entre os Estados membros, os Ministros da Cultura recomendaram apoio à continuidade da elaboração do Sistema de Informação Cultural da América Latina e Caribe – SICLAC e da iniciativa de cooperação e intercâmbio audiovisual de emissoras de televisão dos países do Bloco com os demais parceiros da América Latina, como forma de fomentar a atuação conjunta dos agentes vinculados às Indústrias Culturais. Houve também incentivo à questão cinematográfica, acolhendo a proposta de outorgar um Prêmio ao melhor Projeto Cinematográfico do Mercosul, para atingir o objetivo do desenvolvimento e estímulo à produção de cinema da região. Foi realizado, nesse sentido, o Primeiro Mercado de Intercâmbio Audiovisual do Mercosul em março de 2003 e o VII Festival Florianópolis Audiovisual do Mercosul.

Dada a relevância que assumia tal assunto no interior do MC e os diversos encontros e festivais que se realizavam, foi aprovada a inclusão do Foro de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul, Bolívia e Chile - (FACyA) **-,** na órbita de competência da Reunião de Ministros de Cultura. O intuito era permitir maior autonomia do setor para que tais projetos pudessem se desenvolver com maior facilidade e agilidade. Para tanto, o Grupo Mercado Comum (GMC) criou em dezembro de 2003 uma Reunião Especializada de Cinema e Artes Audiovisuais do Mercosul (RECAM) submetida ao FACyA, com reuniões ordinárias para cuidar do tema, buscando fomentar a integração dessas indústrias culturais.

Outros Projetos

Para além das comissões identificadas pelo organograma do Mercosul Cultural, diversas outras comissões, comitês e Seminários foram criados, entre eles:

Comitê das Artes do Mercosul

ISBN: 978-85-7205-133-01

Em 2008 houve a aprovação e criação de um Comitê especializado para as Artes do Mercosul, encarregado de promover a itinerância de exposições artísticas pelos países do bloco, de forma constante.

Contas Satélites de Cultura

A partir dos avanços sobre o tema *Economia da Cultura* e baseando-se na necessidade de criar um fundo que sustentasse a implementação dos projetos elaborados pelo MC, os Ministros levantaram a necessidade de criar instrumentos que estabeleçam a incidência sócio-econômica do setor cultural no Bloco, permitindo a construção da Conta Satélite. O principal avanço, caso seja criada a Conta Satélite, será a disponibilidade financeira e de dados da economia da cultura, que possam fortalecer diversos projetos de integração regional, que até hoje têm ficado estacionados por entraves econômicos, burocráticos ou legislativos.

Ações na Fronteira e Corredores Culturais

As questões pertinentes às ações na fronteira têm merecido destaque nas concepções de integração cultural regional do MC, conforme notamos a recorrência com que aparecem nas reuniões de Ministros da Cultura. Apesar de não se ter constituído ainda uma comissão específica para o caso, há diversas propostas que buscam contemplar intervenções culturais nas zonas de fronteira entre os países do bloco e demais agregados das reuniões. No entanto, o que tem ocorrido são avanços nas iniciativas internas de cada país, a partir de programas e políticas públicas internas que historicamente atribuem atenção às fronteiras nacionais, que têm sido retomados nas reuniões do MC como exemplos a serem estudados e apoiados no âmbito do MERCOSUL.

Desde 2006, busca-se valorizar das iniciativas já existentes em cada país, como os projetos da “Casas de Cultura” da Bolívia e do Chile; os “Centros Educativos Culturales” do Uruguai; as “Casas ALBA”, iniciativas da Venezuela; e os “Pontos de Cultura” do Brasil; todos eles com o intuito de ofertar propostas à elaboração de um programa específico de fronteira para o MERCOSUL Cultural, que dê ênfase, inclusive, à participação da sociedade civil.

Selo Mercosul Cultural

A necessidade de implementar mecanismos legais dentre os países do Bloco para a facilitação da circulação de bens culturais na região, fez surgir o projeto do Selo MERCOSUL Cultural. Este tema tem sido o tema mais recorrente na pauta das Reuniões de Ministros da

ISBN: 978-85-7205-133-01

Cultura do MERCOSUL, mas apresenta, até hoje, apenas pequenos progressos e demasiadamente demorados, pois a harmonização dos procedimentos legais na região exige estudos avançados e diversos trâmites burocráticos, que dificultam a entrada em vigor efetiva deste instrumento aduaneiro.

Avaliando os projetos: discursos e práticas em análise

Das aproximações bilaterais entre Brasil a Argentina e da necessidade de fortalecimento do mercado regional para inserção na economia global surgiu o Mercado Comum do Sul. Os objetivos foram claramente delineados e referiam-se à promoção e à ampliação dos mercados, com intuito, em longo prazo, de maior visibilidade e possibilidade de inserção no mercado global. Apesar deste enfoque, o Mercosul propôs, ainda nos anos 1990, a criação do Mercosul Cultural sob a égide de fortalecimento dos povos, da democratização e difusão de valores, tradições e do conhecimento.

Entretanto, na prática, suas ações ainda têm se pautado predominantemente sobre a esfera econômica. Tem sido essa a avaliação das suas atividades, o que não parece entrar em acordo com aquela perspectiva renovada da esquerda latino-americana quanto ao papel da cultura para a emancipação dos povos. Torna-se relevante perceber o ciclo vicioso no qual se apóiam as questões relativas ao Mercosul Cultural desde sua criação até hoje; não existiram projetos que demonstraram resultados efetivos, em que se pudessem encontrar dados de populações, cidades ou espaços que foram beneficiadas ou tiveram participado de alguma construção conjunta com o MC no âmbito da cultura. Essa crítica tem sido pertinente ao notar-se que ao longo das reuniões realizadas desde a criação do MC os assuntos se repetem, sem que haja um caminho ou uma proposta que encaminhe tais projetos; estão todos eles presos nas limitações legislativas de cada país, o que também nos demonstra que a questão cultural não tem sido enfatizada em âmbito nacional, por nenhuma das políticas internas dos governos da América do Sul. Esses entraves burocráticos têm delimitado as possibilidades de atuação e avanços no tema. A saída encontrada pelo Comitê Coordenado Regional tem sido a criação de comissões, Seminários e missões técnicas para resolver as especificidades dos temas e projetos levantados no interior das reuniões do MC.

Para que o Mercosul Cultural atinja o objetivo de uma integração cultural efetiva dos povos, a qual defende em diversos discursos desde sua criação, se for esse seu interesse final, é preciso repensar aquilo que se entende por cultura e atrelá-la às práticas políticas de emancipação social, buscando incluir a participação dos setores populares como sindicatos,

ISBN: 978-85-7205-133-01

movimentos sociais e comunidades regionais. Não devemos afirmar, porém, que não há uma integração cultural ocorrendo ao menos de forma inicial, pois alguns avanços têm sido conquistados ao longo destes anos. No entanto, para que essa integração regional possa reverter seu processo em uma integração emancipadora dos povos a partir dos próprios setores populares, e não mais de cima para baixo, será necessária maior intercomunicação entre os sindicatos e os movimentos sociais regionais.

Referências Bibliográficas

AYERBE, L. F. (Org.). **Integração Latino Americana e Caribenha.** 1. ed. São Paulo: Fundação Memorial/Imprensa Oficial, 2007. v. 1000. 256 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2003.

DELLO BUONO, R. A. **Diálogo Sudamericano: outra integración es posible**. Quito: Ediciones La Tierra, 2006.

ESCOBAR, Tício. **Sobre Cultura y Mercosur.** Assunção: Don Bosco/Ñandutí vive, 1995.

ESCOBAR, Tício. **15 Años del Mercosr: El debe y el haber de lo cultural.** São Paulo: Fundação Memorial, 2006. p. 253-274.

GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. **Mercosul e Política**. São Paulo: LTr, 2001

SCHMUCLER, Hector. In: FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). Cultura e comunicação perspectivas para a América Latina. São Paulo: CELACC; ECA; USP, 2007,p. 99-111

STUART, Ana Maria. In. TOLENTINO, Célia; POSSAS, Lídia M. Vianna; CORREIA, Rodrigo Alves (Orgs.). **Idéias e cultura nas Relações Internacionais.** Marília: Oficina Universitária, 2007, p.41-53.

Bibliografia eletrônica:

MERCOSUL. **Portal Oficial.** Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.ht. Acessado em 4 de novembro de 2014

MERCOSUL. **Portal Oficial - Decisões do Conselho do Mercado Comum.** Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/Normas/deca96pt.html Acessado em 4 de novembro de 2014

BRASIL. Ministério da Cultura. **MERCOSUL Cultural - Oficina de Trabalho Rede Web MERCOSUL**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/blogs/mercosul/ . Acessado em 4 de novembro de 2014

ISBN: 978-85-7205-133-01

BRASIL. Ministério da Cultura. **Atas das Reuniões de Ministros da Cultura do MERCOSUL.** Disponível em: http://www.cultura.gov.br/blogs/mercosul/?page_id=170%3E . Acessado em 4 de novembro de 2014

ISBN: 978-85-7205-133-01

A RELIGIÃO CATÓLICA COMO LEGITIMADORA DO DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL COLONIAL

Renata Ferreira Munhoz

Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa

FFLCH/USP

renatamunhoz@usp.br

Este artigo baseia-se na análise de documentos manuscritos setecentistas enviados pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, a seus superiores em Portugal. A metodologia empregada consistirá, inicialmente, na adoção da Filologia, em sua função substantiva, por meio da transcrição semidiplomática de fragmentos desses manuscritos catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e ainda não publicados. As análises serão apoiadas nos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente o Sistema de Avaliatividade, desenvolvido por Martin e White (2005). Pretende-se, dessa maneira, demonstrar que o discurso político e administrativo oficial não apenas veicula dizeres de cunho religioso, mas se apoia nesses dizeres como meio de legitimação do *ethos* e posição política do autor.

Palavras-chave: Filologia; Análise do Discurso; Morgado de Mateus; Catolicismo.

This paper is based on the analysis of some eighteenth century manuscripts by the governor and captain-general of the captaincy of São Paulo, *Morgado de Mateus*, to his superiors in Portugal. The methodology is based on the Philology, due to its substantive function, through the semi-diplomatic transcription of fragments of some unpublished manuscripts cataloged by *Project Rescue Baron of Rio Branco*. The discourse analysis will be supported by the theoretical framework of the *Critical Discourse Analysis*, specifically the *Appraisal System*, developed by Martin and White (2005). Therefore, the aim of this paper is to show that the religious references is used in the official (political and administrative) discourse as an useful resource of supporting the *ethos* of the author.

Keywords: Philology; Discourse Analysis; *Morgado de Mateus*; Catholicism.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

O presente artigo baseia-se na análise de documentos fragmentos de alguns manuscritos setecentistas, produzidos durante o governo de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus enquanto governador e capitão-general da capitania de São Paulo. Trata-se de documentos oficiais de cunho político e administrativos, enviados a seus superiores em Portugal.

Pretende-se demonstrar que o discurso político e administrativo oficial não apenas veicula dizeres de cunho religioso, mas se apoia nesses dizeres como meio de legitimação do *ethos* e posição política do autor. Observa-se nas correspondências "a importância que as cidades americanas tiveram na colonização e conversão do gentio americano, sendo difícil estabelecer fronteiras entre o poder secular e o poder eclesiástico nas colônias." (TORRÃO, p. 180) Assim, as constantes referências ao universo da religião católica não apenas permeiam a comunicação oficial entre o governo da capitania de São Paulo e sua metrópole portuguesa, mas representam o alicerce das relações interpessoais entre os governantes e o pano de fundo de grande parte das questões políticas tratadas.

A espécie documental adotada para seleção do corpus deste artigo é o ofício. Isso porque comumente o emprego das fórmulas discursivas vigoravam com mais rigidez nos documentos diplomáticos. O ofício não é diplomático porque não cria fé pública. Não é criado dentro do direito administrativo, como uma procuração, que exige fórmulas específicas e linguagem apropriada impostas por lei ou pela sistemática. Assim, não há rigidez da forma redacional. Entretanto, serão apresentados alguns termos recorrentes e formulaicos em toda a documentação ativa. Serão empregados, para a presente análise, fragmentos de cinco ofícios, cujos verbetes são elencados a seguir:

358 – OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre as ordens que mandou para que as povoações de São Luís do Guaratuba, Sabaúna fossem reconhecidas como vilas. 1770, Março, 27, São Paulo.

361 - OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de

ISBN: 978-85-7205-133-01

Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre uma doença que tem assolado a população de várias freguesias, denominada mal de Lázaro. 1770, Março, 28, São Paulo.

2347 – OFÍCIO número 2 do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando que os padres da Companhia de Jesus começaram a ser expulsos dos domínios espanhóis, seguindo estes o exemplo de Portugal e França. 1767, Novembro, 1, São Paulo.

2406 – OFÍCIO número 19 do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual informa ter diminuído o número de leprosos em virtude das providências que mandou tomar. Afirma, em contrapartida, ter grassado uma epidemia de icterícia, que já matou muitas pessoas, entre elas o mestre-de-campo Diogo Pinto do Rego. 1768, Maio, 10, São Paulo.

2533 – OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando que na noite antecedente a 8 de setembro, em que se festeja a Natividade de Nossa Senhora, um clarão nos montes, causado pelos fogos dos índios, fez com que descobrissem terrenos cultivados nos campos de Guarapuava e um paiol em que os gentios guardavam os seus frutos. Fez-se uma fortaleza nesses campos, chamada de Nossa Senhora do Carmo, de que remete planta. Informa que os gentios voltaram ali algumas vezes, mas sem causar prejuízo e que se procurava abrir caminho da fortaleza para a vila de Santos. 1770, Dezembro, 3, São Paulo.

A metodologia empregada consistirá, inicialmente, na adoção da Filologia, em sua função substantiva, por meio da transcrição semidiplomática de fragmentos desses manuscritos catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e ainda não publicados.

As análises serão apoiadas nos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente o Sistema de Avaliatividade, desenvolvido por Martin e White (2005).

Empreende-se tal análise a fim de identificar o emprego da ideologia religiosa e observar suas finalidades, seja como explicação às questões ainda não conhecidas pela ciência coeva, seja como meio de reforçar as virtudes do autor na constante construção de seu *ethos*, ou ainda como uma maneira de legitimar o conteúdo veiculado pelo discurso. Intenciona-se, portanto, analisar o discurso setecentista preservado nos testemunhos manuscritos em estudo a

ISBN: 978-85-7205-133-01

fim de reconhecer elementos que permitam uma melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente.

Contexto histórico

O autor intelectual dos ofícios estudados foi o governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, mais conhecido historicamente pelo cognome "Morgado de Mateus". Nascido em 21 de fevereiro de 1722, teve sua formação até os 23 anos no Castelo de Viana, sob a influência do militarismo e nobreza, personificados por seu avô materno, Dom Luís António de Sousa. Em 1756, casou-se com Leonor Ana Luísa José de Portugal, cinco anos depois de ter recebido o morgadio por herança, tornando-se fidalgo da Casa Real e quarto Morgado de Mateus.

O título "Morgado" é utilizado para designar o possuidor do "morgadio", forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos. No regime de morgadio, os domínios senhoriais eram indivisíveis e, por morte do seu titular, transmitiam-se nas mesmas condições ao descendente varão primogênito.

O governo português do final do século XVIII contava, segundo a historiografia de Fausto (1994, p. 57), com figuras de cúpula, dentre as quais se destacavam os governadores das capitanias, acima de quem só havia o governador-geral no Brasil. Dentre os governadores e capitães generais do período, Morgado de Mateus é emblemático como "o mais dinâmico, empreendedor, polêmico e carismático dos governadores coloniais e cujo governo, [...] representando os primórdios da revitalização da antiga região vicentina, passado o deslumbre do ouro mineiro." (DAMASCENO, 2000, p.11). Por reunir em si muitas das características e atitudes dos mandatários coloniais do período final da dominação portuguesa no Brasil, de acordo com Silva (1986, p.78), a figura de Morgado de Mateus pode generalizar todos os demais governantes em posição similar à sua.

Conhecido como administrador, estadista e urbanizador, Morgado de Mateus contribuiu muito para o desenvolvimento da capitania de São Paulo. Permaneceu, no entanto, uma década no governo – de 1765 a 1775 – período em que realizou medidas voltadas à "exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar e reorganização burocrático-administrativa." (DAMASCENO, 2000, p.14).

Após retornar ao reino, destituído do cargo, Morgado de Mateus não recebeu a condecoração de "Conde de Mateus". Afirmando ter "serviço para isso" (BELLOTTO, 2007,

ISBN: 978-85-7205-133-01

p. 48), permanece em vão solicitando em diversas correspondências enviadas à rainha até o ano de sua morte. Nesse período em que vive em seu palácio na freguesia portuguesa do "Concelho de Vila Real" passa a comprar obsessivamente relicários sagrados do Vaticano. Por ser herdeiro de seu tio, o Padre Diogo Álvares Mourão, conhecido como "O Santo Arcediago" (1673-1744), que adquirira a grande coleção de relicários, conforme consta em Casa de Mateus (2005, p. 41): "À Roma chegou rebate daquela piedade ingênua, e como D. Luís era rico e poderoso, exploraram-no beatificamente. São centenas de relíquias seladas e canonicamente autenticadas por algum lacre ou sinete cardinalício e o competente documento abonatório da identidade da procedência" (MOURA, 2002, p. 38). Conta-se com um quadro de Nossa Senhora da Boa Viagem de grande estrutura, que ele trouxe ao Brasil; o teto da capela antiga é mantido, com imagens de santos. Há, no altar, partes do corpo de São Bento e de Santa Clara. E, o mais espantoso é a existência do corpo inteiro de São Marcos (Marciano), deitado com o traje autêntico, e empunhando o copo e a palma do martírio entre as mãos mumificadas.

O Morgado de Mateus recebeu em 1794 o cargo de Brigadeiro e faleceu em 03 de outubro de 1798, tendo sido sepultado na sua *Capela de Nossa Senhora dos Prazeres em Mateus*, onde jaz rodeado das relíquias religiosas que adquirira ao longo de sua vida.

Embora apoiado nos princípios iluministas em voga no seu tempo, o Morgado de Mateus, a exemplo de seus superiores, empregou a religião católica em toda a sua vida pessoal e essa lealdade ao catolicismo muito se refletiu em sua administração na capitania de São Paulo, conforme comprova a análise a seguir.

Teoria em que se baseia a análise

Selecionou-se a Teoria da Avaliatividade como a que melhor possibilita a análise do corpus com vistas à observação dos elementos subjetivos (como gostos, emoções e avaliações normativas) e intersubjetivos, que dizem respeito às trocas propostas pelo autor do discurso a seus interlocutores. Compõe-se de um sistema que permite analisar as avaliações presentes no sistema linguístico dos discursos. Criada por Martin e White (2005), que a defiram "como um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso" Martin e White (2005, p. 33), a Teoria da Avaliatividade deriva da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), a partir da metafunção interpessoal proposta pela gramática funcional de Halliday e Mattiessen (2004). Por representar um sistema discursivo, a avaliatividade pressupõe a existência dos demais

ISBN: 978-85-7205-133-01

sistemas: “negociação, periodicidade, identificação, ideação e conjunção” (Martin e White, 2005, p. 162), embora não os estude.

Essa teoria define que a valoração pela linguagem cumpre três funções principais: atitude, engajamento e gradação. A atitude engloba o posicionamento atitudinal do autor, por meio do elogio e da censura, apresentando os seus sentimentos e julgamentos sobre o que o cerca. Essa função é subdividida em afeto (que expressa estados emocionais), em julgamento (referente a normas e valores) e apreciação (recurso de expressar gostos). O engajamento trata da adesão ou não do autor em relação aos posicionamentos de outrem. Contém a monoglosia, em que não há referência a outros pontos de vista e a heteroglosia, em que se apresentam outros pontos de vista. Já a gradação é responsável por intensificar ou mitigar os significados dos dois subsistemas anteriores. Divide-se em força, que gradua as avaliações, para intensificar ou mitigar os significados; e foco, que gradua contextos não possíveis de gradação.

Diante do detalhamento do sistema, a teoria da avaliatividade foi escolhida como uma ferramenta de grande valia à análise do discurso contido nos fragmentos elencados. A partir de suas três funções, a análise aqui apresentada trabalhará com a primeira e a última, ou seja, com a atitude e a gradação.

Apresenta-se, a seguir, a análise dos fragmentos de cunho religioso. De acordo com a proposta filológica de manutenção fidedigna da língua do período, os trechos são reproduzidos entre aspas simples (‘ ’) e mantém a ortografia original do período.

A religião católica na documentação oficial setecentista

Em uma época de reformulação do catolicismo no Brasil colonial, com a recente expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, secretário do reino. Os fragmentos dos ofícios administrativos enviados de São Paulo pela autoria intelectual do próprio governador ao secretário do reino apresentam a temática da religião católica.

Todos os documentos contam com fórmula de saudação final “Deosg*uar*de aV*ossa*Ex*celênci*a” antecedendo a data, em que há a inserção do religioso no formulaico oficial.

No documento 358 (linhas 3 a 12), observa-se que a religião católica é apresentada como a base de uma povoação:

ISBN: 978-85-7205-133-01

> ‘Na Igreja da novaPovoaçaõ deS*aõ* Luiz deGuaratuba Se dice a prim*ei*ra missa em dia deN*ossa* S*enho*ra dosPrazeres 27 deAbril doanno de1767, eainda queSeSeguiraõ todas as perturbaçoẽs, econflitos deju-risdiçaõ Ecclesiastica, Secular, eCivil, deque aV*ossa*Ex*celênci*a tenhodado con ta em differentes partes, tudo venci, e aplanei pelo melhormodo que foi possivel, e ultimamente persuadi ahum Antonio deSouza pormeyo do meu Ajudante deOrdens, econsegui dellequizesse fazertoda a despeza da Igreja, q*u*e hadeServir deMatriz, para aqual tem concorrido com grandes gastoz, Sendo adirecçaõ toda nossa, eSeacha quazi concluida, peloq*u*e o remunerey comaPat*en*te deCap*pita*m mor doDestricto’

Destacam-se os termos ‘perturbações’ e ‘conflitos’, em que se emprega a atitude de julgamento ligada à sanção social. Essas ocorrências negativas, ocasionadas pelos eclesiásticos foram vencidas pelo governador. O modo como as venceu aparece na asserção: ‘tudo venci e aplanei pelo melhormodo que foi possivel’. Faz com que ele empregue a gradação de foco no termo ‘tudo’, afirmando ter vencido de modo geral, somado ao termo de gradação de força ‘melhor’. Além disso, venceu os ‘grandes’ gastos, em que reforça o escopo da empreitada cuja direção era ‘toda’ de sua responsabilidade, ao persuadir um patrocinador que garantiu a obra de modo a deixá-la ‘quase’ concluída. Ressalta, dessa maneira, sua competência de governante de modo implícito à temática central religiosa da construção da igreja.

Na mesma diretriz, o manuscrito 2533 (linhas 8 e 9), a marcação do tempo está vinculada ao aspecto religioso da natividade de Nossa Senhora:

> ‘nanoute antecedente ao dia 8 de *setem*bro emq*u*e se fes-teja a Natividade de N*ossa* S*enho*ra”

Comprova-se, diante de um conceito que pode parecer natural, o quanto é “difícil separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade” (FREYRE, 2007, p. 92)

O ofício 361 (linhas 3 a 10) introduz-se pelo epíteto ‘terrível’ de modo a demonstrar seu afeto negativo em relação à doença. Afirma, a seguir que a atenuação desse mal se devia à realização de preces em ‘todas’ as freguesias. No segundo parágrafo, após as novas demonstrações de afeto negativo com os atributos ‘tristíssimos’ sintomas e ‘voracíssima’ queixa, reitera-se o cunho religioso encimando outros aspectos ao se desejar que Deus

ISBN: 978-85-7205-133-01

abrandasse o 'maligno' influxo das estrelas a fim de que não houvesse mais sofrimento ao povo. "Do que se fazia questão era da saúde religiosa: a sífilis, a bouba, a bexiga, a lepra entravam livremente trazidas por europeus e negros de várias procedências." (FREYRE, 2007, p. 91). Ainda mais católico se torna quando se afirma que 'pelo puríssimo leite que recebeu da Virgem Maria Senhora Nossa'. Reitera-se, assim, o pensamento de Freyre, de que a saúde religiosa sobrepunha-se à física, mesmo em um ofício em que se trata diretamente de uma doença.

> 'O terrivel mal deS*aõ* Lazaro, deque aV*ossa*Ex*celênci*a dei Conta emCarta
> de 10 deMayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nestaCapi=
> tania, depois queSefizeraõ preces em todas as Freguezias; porem este
> anno sevaõ declarando em muitas pessoas, eem diferentes partes os tris=
> tisimos Sintomas desta vorasisimaqueixa, para aqual se naõ pode descobrir remédio.
> Deos, pelo purisimoLeite, que recebeo daVirgem
> Maria SenhoraNosa, permita abrandar omaligno influxo das
> Estrelas, paraque naõ fôra mais estePovo.'

Da mesma forma, o ofício 2406 (linhas 3 a 7), datado dois anos antes, já apresenta o mesmo epíteto ao mencionar a doença, que se reduzia graças à intervenção das preces públicas gerais, em 'todas' as freguesias. Soma-se ao caráter religioso do fragmento o fato de, enquanto governador, ter tido de 'rogar' ao 'Reverendo Vigário Capitular'. O tratamento respeitoso e o verbo que indica submissão reforçam a imagem de devoção religiosa do Morgado de Mateus. Soma-se a isso ainda o adjunto modal 'prontamente', inferindo o afeto de polaridade positiva a imagem do religioso.

> 'O terrivel mal deS*aõ* Lazaro, que com grandesforças Se prin-
> Cipiava a declarar nestaCapitania, vay diminuindo aoprezente, de
> pois quelhe dei asprovidencias defazerSeparar os doentes emtodas As
> Villas, erogar aoR*everen*do Vigario Capitular queOrdenasse preces publicas
> emtodas asFreguesias da Capitania, oque prontam*en*te executou.'

O documento 2347 (linha 3 a 25), por sua vez, trata da expulsão dos jesuítas. Sobre o tema, vale lembrar que os jesuítas representavam "o papel hegemônico da Igreja em relação às instâncias ideológicas do Estado" (FALCON, 1982, p. 378), daí sua expulsão por Pombal. Sua expulsão das terras vinculadas à Coroa portuguesa, bem como a eliminação da autonomia da Inquisição, segundo Falcon (1982, p. 226), permitiu o reformismo ilustrado português.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Afinal, a contraposição à Companhia de Jesus pressupunha "uma espécie de reorientação ou redefinição capaz de abrir espaço às novas formas de pensamento" (FALCON, 1982, p. 424). E nessa linha de raciocínio seguem os dizeres do Morgado de Mateus:

> 'Notavel hê sem duvida a novid*ad*e q*u*e V*ossa* Ex*celênci*a nos participa da desnaturilizaçaõ dos Padres daComp*anhi*a detodos os dominios da Monarchia de Espanha: Este Successo, como taõbem a rezoluçaõ que a este resp*ei*to jatomou aCoroa deFrança, daõ aConhecer ao mundo, eaos vindouros a rectidaõ justiça, e acerto com que S*ua* Magestade q*u*e Deos g*uar*de procedeo nesta materia, e foi o primeiro a dar o exemplo, quetodas as outraz Cortez deviaõ Seguir.
> De Buenosairez Se aviza ter-se dado principio aexecutar as Ordens de ElRey Catholico; e q*u*e os Padrez Sevaõ ajuntando paraSerem transportados à Italia: Porem eu reflectindo Sobre estarezoluçaõ, vejo p*o*r huã parte que os Sabios Ministros que rezidem naCorte deMadrî, e as ajus tadas providencias, que tem dado neste Cazo metiraõ toda a duvida de que naõ tenhaõSido prevenidas athê as minimas cautelaz de tudo o que possa Succeder, e que naõ deixaraõ deter Lembrado todas as miudas particularid*ad*es, e outras mais delicadas q*u*e ainda naõ occorrem ao meu grosseiro juizo: Mas sem embargo de eu assim o reconhecer, naõ me estranhará V*ossa* Ex*celênci*a que eu pense, e ponha na prezença deV*ossa*Ex*celênci*a que por outra parte meLembre que tantos Padrez da Comp*anhi*a que Sahiraõ de Portugal, edeFrança, eagora Sahem tambem detodos os dominios deEspanha montaraõ ao numero de muitos mil homenz, e que estes Individuos desocupados, e inquietos, juntos emItalia poderaõ formar algum projecto, ou unirse ao Exercito de alguã potencia, e inquietar as mesmas Cortes, que os expulsaraõ.
> As historias contaõ alguns Semelhantez exemploz, e como V*ossa*Ex*celênci*a osSabe, naõ meficaLugar de dizer mais nesta materia.'

Esse ofício apresenta-se todo permeado pela avaliatividade, a começar pelo primeiro termo empregado, 'notável', em que se introduz o assunto com um epíteto de julgamento ligado à estima social de polaridade positiva, indicando a admiração diante da 'novidade'. Ao ser informado de que os jesuítas foram também desnaturalizados de 'todos' os domínios da Espanha, afirma-se ser um 'sucesso', mais uma vez empregando a estima social. Conduz-se, com isso, ao julgamento de sanção social com os conceitos 'retidão', 'justiça' e 'acerto' para

ISBN: 978-85-7205-133-01

se elogiar a vanguarda portuguesa na expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Observa-se também a formulação religiosa 'Sua Majestade, que Deus guarde', retomada a cada menção ao rei, seguida do epíteto 'El Rei católico', também recorrente nas correspondências.

Aproveita a temática para expressar sua opinião, que afirma ser baseada em fatos históricos, de que poderia haver um levante dos mais de mil jesuítas reunidos agora na Itália. Com essa opinião, delineia seu próprio *ethos*, aconselhando de forma sábia a seu superior hierárquico no governo e, ao mesmo tempo, mantendo sua postura de submissão ao manter-se isento da avaliação contrária às decisões espanholas. Usa, para tanto, a apreciação positiva com os termos 'sábios' ministros em suas 'ajustadas' providências, que teriam a estima social de garantir as 'mínimas cautelas', em 'todas as miúdas particularidades' e 'outras mais delicadas'. Contrapõe a isso o seu 'grosseiro juízo', em que se serve da apreciação de polaridade negativa com intenção contrária ao que pode parecer em primeira instância: rebaixa-se para ser exaltado por seus superiores com mérito de sua humildade.

Considerações finais

Verifica-se, portanto que os aspectos religiosos demonstram a grande preocupação de seu governante em manter essa tradição religiosa e, por meio de seu discurso, reitera essa intenção de modo a difundi-la na colônia em que governava. Afinal, "O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica." (FREYRE, 2007, p. 91)

Defende-se a hipótese de que a prática da análise de discursos, como empregada atualmente a partir de conteúdos jornalísticos e midiáticos, pode contribuir também com a análise de discursos veiculados em textos produzidos em séculos anteriores, a exemplo do XVIII. Dessa maneira, a breve análise de cada fragmento textual objetivou identificar o emprego da ideologia religiosa a fim de observar suas finalidades, seja como explicação às questões ainda não conhecidas pela ciência coeva na temática das doenças, seja como meio de reforçar as virtudes do autor na constante construção de seu *ethos*, ou ainda apenas como uma maneira de legitimar o conteúdo veiculado pelo discurso. Intencionou-se, portanto, direcionar a análise de fragmentos do discurso setecentista preservado nos testemunhos manuscritos no intuito de reconhecer elementos que permitam uma melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Nem o tempo Nem a distância.* Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.

CASA DE MATEUS, *Catálogo do Arquivo*, Vila Real, PT: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

DAMASCENO, Darcy (coord.). *Catálogo Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo. Ática, 1982.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 51. ed. Ed. Global. Recife, 2007.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood & MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London, EN: Edward Arnold, 2004.

MARTIN, James, & WHITE, Peter. *The language of evaluation: Appraisal in English*. Basingstoke, AUS, Palgrave Macmillan, 2005.

MOURA, Vasco Graça. *Figuras em Mateus*. Quetzal editores. Fundação Casa de Mateus. Vila Real, PT, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. 1ªed. Editorial Estampa. Lisboa, PT, 1986.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O GOVERNO MENEM E A REFORMA DO ESTADO NA ARGENTINA

Reynaldo Zorzi Neto
Mestre pelo PROLAM
Professor do Instituto Federal de Goiás
paneladeferro@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresentado analisa as transformações do Estado na Argentina durante o mandato do presidente Carlos Saúl Menem. A crise social e econômica pela qual passava a sociedade argentina são relacionadas pelo discurso então hegemônico naquele momento à crise fiscal do Estado argentino que, arrecadando mais do que gastando, acabou por transformar-se numa instituição social que estaria mais por atrapalhar do que contribuir e organizar o desenvolvimento econômico do país. A conclusão que chega essa pesquisa é a de que o aumento da ingerência do Banco Mundial na formulação de políticas públicas levou a um processo de descomprometimento do Estado em relação às políticas sociais. Isso se deu através da transferência de suas responsabilidades para a esfera privada.
Palavras-chave: Argentina, políticas públicas, Banco Mundial, neoliberalismo, governo Menem.

RESUMEN

El artículo presentado analiza las transformaciones del Estado en la Argentina durante el mandato del presidente Carlos Saúl Menem. La crisis social y económica que afectó a la sociedad de la Argentina están relacionados por el discurso hegemónico y luego de ese momento la crisis fiscal del Estado argentino, recaudando más de gasto, llegando a ser una institución social que pueda interrumpir por más de contribuir y organizar el desarrollo económico del país. La conclusión a la que lleguemos a esta investigación es que el aumento de la injerencia del Banco Mundial en la formulación de las políticas públicas llevó a un proceso de retirada del Estado en relación con las políticas sociales. Esto ocurrió a través de la transferencia de sus responsabilidades a la esfera privada.
Palabras clave: Argentina, políticas públicas, Banco Mundial, neoliberalismo, gobierno de Menem

Ao discorrermos sobre as transformações políticas e econômicas ocorridas na Argentina, no período que compreende a década de 90, devemos primeiramente destacar a crença, compartilhada pela maioria dos cientistas sociais, de que essas mudanças estiveram contidas em um processo que, tendo se iniciado nos países desenvolvidos, acabou por se estender aos países periféricos do globo, sobretudo aos países latino-americanos, onde tais mudanças foram mais visíveis. Assim, as reformas que foram implementadas na Argentina não podem ser consideradas como um movimento isolado e restrito a esse país. De modo geral, todos os Estados nacionais da região passaram por processos similares, cuja principal consequência foi, sem dúvida, o enfraquecimento do seu papel de intervenção enquanto centro de poder no interior da sociedade com capacidade de criar e executar politicas, bem como regular e fiscalizar os atores e mediar conflitos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Se pensarmos ainda no que diz respeito as consequências sociais dessa conformação que adquire o Estado na América Latina, podemos afirmar a existência de uma diferença fundamental em relação aos países desenvolvidos: enquanto o primeiro mundo dispõe de uma infra-estrutura (dotada de recursos financeiros satisfatórios) para o atendimento as necessidades fundamentais de seus cidadãos, nos países do terceiro mundo, grosso modo, essa infra-estrutura, ainda que existente, apresenta graves limitações para atender a sociedade, penalizando sobretudo aquela parcela da população que mais necessita da ajuda do Estado. Nesse sentido, a onda neoliberal que aportou na região, proclamando a "necessidade de reformas", se traduz em um "desmantelamento" de inúmeros programas sociais, alguns dos quais com resultados bastante satisfatórios frente as possibilidades oferecidas pelos parcos recursos empenhados. Sobre a América Latina, destacou SOARES (2001: 43):

> É claro que existiam (e existem ainda) importantes e graves limitações em boa parte dessas políticas sociais. Estas limitações, no entanto, não só não foram resolvidas pelas mudanças neoliberais, como, em muitos casos, foram agravadas. Entre elas estão: a má distribuição e a baixa cobertura dos programas sociais: (...) a ausência de proteção econômica em caso de desemprego: e, sobretudo, um padrão de financiamento perverso- regressivo e insuficiente -, entre outras. Essas limitações também explicam na maioria das vezes, a existência de programas assistenciais de caráter apenas suplementar e emergencial: programas esses, por sinal, dirigidos apenas para os "pobres ", e que passam a substituir as políticas sociais nas alternativas neoliberais.

Dessa forma, podemos perceber a existência de singularidades nos processos de mudança do Estado na região durante a década de 90. Por outro lado, devemos lembrar que o ritmo e a intensidade desses movimentos apresentam características particulares em cada país, variando de maneira significativa em cada um deles. O que vai determinar essas "características próprias", que correspondem a diferenciações acerca do ritmo e intensidade dos processos de mudança, e a história de cada nação, assim como a cultura e a composição de forças no interior da sociedade daqueles que são a favor e contra o movimento de reformas.

O artigo em questão dá ênfase ao curso das mudanças ocorridas na Argentina, entre 1989 e 1999, período em que Carlos Saúl Menem exerceu a presidência do país. Avaliaremos algumas das decisões tomadas por esse governo no que concerne a condução da política econômica. O estudo do conjunto de medidas econômicas tomadas pelo governo Menem, em seu primeiro e segundo mandatos (1989-1995 e 1995-1999), nos leva a inserí-las no processo de transformações ocorridas na década de 90, caracterizadas sob a denominação geral de neoliberalismo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *Considerado desde una perspectiva regional, el proceso de transformación economica por el que ha pasado Argentina en los últimos años es parte de una tendencia más general. Desde mediados de los ochenta la agenda de los gobiernos de América Latina ha estado dominada por una ola de políticas de reformas estruturales que esta transforrmando radicalmente las instituciones económicas establecidas después de la segunda guerra mundial. (GERCHUNOFF & TORRE, 1997: 155)*

Esse movimento de repensar o papel que o Estado deve desempenhar na economia e na sociedade acontece por dois fatores: o primeiro deles diz respeito a crise do Estado enquanto provedor, na medida em que esse perdeu a capacidade de investir, acumulando déficits cada vez mais crescentes e exigindo dos governantes saídas ousadas, levando-os a abandonar os ajustes de curto prazo em troca de caminhos mais radicais para solução dos problemas. O segundo movimento, que se dá em consonância com o primeiro, relaciona-se a hegemonia crescente do discurso neoliberal nos órgãos econômicos internacionais, que passaram a condicionar empréstimos aos países pobres a implementação de duros programas de ajuste. Tais programas determinaram a mudança da conformação que o Estado desempenhava na economia e na promoção do desenvolvimento, o que exigiu, por exemplo, o fim dos subsídios aos mercados nacionais em detrimento dos mercados internacionais. Dessa maneira,

> *(...) las cláusulas de condicionalidad incorporadas a los préstamos del Fondo Monetario International y el Banco Mundial se convirtieron en una suerte de correa de transmisión atraves de la cual las reformas de mercado hicieron su ingreso a las agendas gubernamentales. Uno tras outro, los paises de la region comenzaron a poner en práctica cambios de vasto alcance, cuyo objetivo final es recortar el papel histórico del Estado en la promoción del desarrollo y en la modificación del balance tradicional entre los mercados nacionales y el mercado internacional.(GERCHUNOFF & TORRE, 1997: 165)*

Na Argentina, conforme destaca CORBALAN (1998: 4), esse processo inicia-se ainda no final da década de 80, quando a missão do FMI afirma suas intenções de intervir no andamento da política interna do país:

> *El Banco Mundial esta decidido a pisar fuerte en Argentina y dentro de esta estrategia a escala international, propone ajustes y se preocupa por el problema de la deuda. La misión del BIRD liderada por Sahid Husain en Buenos Aires dejó recomendaciones para reestructurar el sector bancario estatal y el trabajo del personal del sector público.*

ISBN: 978-85-7205-133-01

Para uma melhor compreensão dos desdobramentos da economia argentina na década passada, Pablo GERCHUNOFF & Juan Carlos TORRE irão utilizar a definição de Albert Hirschman, que distingue as particularidades da economia em relação ao tempo de manobra dos governos em problemas escolhidos e preocupantes. Por problemas escolhidos, podemos entender aqueles que possuem por parte do governo uma margem de manobra maior. Geralmente são aqueles encontrados nos momentos em que a política economica conduzida apresenta resultados positivos e, por consequência, a margem de implementação de políticas governamentais é mais folgada. A resolução dessas questões é feita conforme a percepção e a preferência dos integrantes do governo. Já os problemas preocupantes, por sua vez, são aquelas demandas (de natureza política, econômica, social) que possuem força desestabilizadora e exigem medidas rápidas por parte do governo. Quando se instala essa situação, o espaço de construção de políticas de longo prazo que o governo tem é menor. As ditas reformas estruturais acabam ficando, por consequência, em segundo plano, uma vez que se torna fundamental a procura da estabilidade.

Pela situação em que o país se encontra quando assume o poder, Menem é levado a tomar medidas que poderiam ser classificadas como preocupantes, dada a rapidez e a abrangência dessas. Lançou assim um pacote de medidas que se caracterizou pela sua radicalidade, procurando conciliar a estabilização econômica com reformas estruturais. A estabilização era necessária frente a crise econômica existente. A inflação, por exemplo, pulou de 14% para 200% ao mês, em julho de 1989. O endividamento governamental era crescente e a situação fiscal apresentava-se deteriorada. Menem acabou tomando medidas que contrariavam as propostas de seu programa de governo, provocando o descontentamento dos tradicionais setores peronistas. Adota um programa de estabilização de caráter neoliberal, promovendo o incentivo às importações em detrimento das exportações, que tiveram subsídios cortados. Compromete-se ainda em baixar a inflação, eliminando o déficit governamental a qualquer custo, esquecendo seu passado peronista em troca da credibilidade do capital internacional.

> *Poco antes de asumir el cargo Menem anunció a la prensa que su futuro ministro de economia seria un alto ejecutivo del conglomerado multinational argentino Bunge y Born, y fue retribuido con una reaction positiva de los mercados. Aunque al cabo de un tiempo aquél fue remplazado, perduró el compromisso politico que subyacia a su designación. A lo largo de su administración, y salvo durante un breve periodo, Menem habria de excluir a los peronistas de la gestion de la politica económica, que fue confiada a figuras nominadas con el aval de los principales grupos*

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *económicos, los peronistas terminaron siendo prácticamente huéspedes del gobierno que habían elegido. (GERCHUNOFF & TORRE, 1997: 159)*

Quanto a possíveis dissidências no interior do movimento peronista, base política do presidente Menem, elas acabaram não ocorrendo, sobretudo devido ao controle absoluto que ele exercia sobre o partido justicialista. Menem se utiiizou ainda do poder presidencial de nomear e demitir pessoas para os cargos de confiança para manter e ampliar sua base de apoio. Assim, ele conseguiu abandonar as tradicionais bandeiras do peronismo sem perder o apoio desses, incluindo também na composição governista novos grupos políticos e alianças, defensores do modelo econômico neoliberal que contribuiriam na sua sustentação política.

> *Algunos sindicatos e dirigentes partidarios presionaron en favor de estrategias de confrontacion, pero la mayoria de los peronistas se monstro poco inclinada a seguir un curso de acción que podria poner en peligro el acesso a los recursos económicos del patronazgo estatal. Menem explotó hábilmente esta actitud oportunista y, aplicando de manera selectiva premios y castigos, logro mantener bajo control a sus seguidores. (...). De este modo, Menem pudo formar una inédita y poderosa coalición de gobierno, en la que reunió el poder institutional de la mayoria electoral peronista con el respaldo de los nucleos más expresivos del poder económico, (GERCHUNOFF & TORRE, 1997: 163)*

Forjada uma maioria política de apoio as mudanças a serem implementadas, o governo procurou imediatamente intervir no andamento da economia do país. A primeira questão a ser resolvida era o problema inflacionário. Durante os 18 primeiros meses do governo justicialista, três ministros da economia tentaram, sucessivamente e sem êxito, controlar a inflação com a criação de impostos de emergência, redução dos gastos públicos, ajustes na taxa de câmbio e políticas negociadas com empresários e sindicatos. Uma crise especulativa forçou o governo a criar novos impostos e suspender os pagamentos que tiveram em um primeiro momento um resultado positivo com a baixa da inflação, que reduziu-se de 200% para 6% ao mês. Entretanto, esse período durou pouco: novamente a inflação cresceu e, como a atividade econômica entrou em um processo recessivo, acabou por repercutir seriamente no nível de credibilidade do governo frente aos agentes econômicos. Para piorar, o governo, diante da impossibilidade de se manter postergando o pagamento de funcionários, foi obrigado a emitir moeda, gerando assim incertezas crescentes quanto a sua capacidade de controlar o processo inflacionário, bem como de manter o equilíbrio orçamentário. É diante desse contexto de crise econômica e instabilidade política que Menem confia o ministério da

ISBN: 978-85-7205-133-01

economia a Domingo Cavallo[1], em janeiro de 1991. Até então, os fracassos da estabilização tinharn ocorrido, na visão dos economistas neoliberais, pela impossibilidade de se realizar a contento as reformas econômicas. A crise gerada pelo governo anterior e a incapacidade de Menem em solucionar o problema estavam levando seu governo a perda crescente de apoio da opinião pública, que observava o aumento de impostos e o crescimento do desemprego com desconfiança. Procurando corrigir essa situação, o ministro Cavallo irá introduzir no início de 1991, o plano de conversibilidade *(plan de conversibilidad),* que marcará uma mudança na condução da política econômica do governo. Esse plano se caracterizará pela radicalidade dos instrumentos adotados: a paridade cambial entre o peso e o dólar, a proibição de emissão monetária, a limitação do Banco Central à caixa de conversão como forma de garantir a moeda. O resultado dessa política, que se convencionou chamar de Plano Cavallo, acabou mostrando-se inicialmente positivo. Observou-se uma queda na taxa de juros de 44% para 22% ao ano, o que desencadeou a reativação dos investimentos produtivos no país. O plano trouxe a estabilidade e o aumento da circulação monetária, que refletiram no incremento do consumo das camadas mais pobres da população, sobretudo de bens populares. No período compreendido entre 1991 e 1994, o crescimento anual medio foi de 7,7%. A volta dos depósitos nos bancos (poupanças) e o crescimento do fornecimento de créditos sinalizaram o retorno da confiança na economia do país. Houve ainda um crescimento industrial que tornou maior a arrecadação do governo e permitiu o equilíbrio do orçamento fiscal. A inflação alta, outro problema eleito como preocupante pelo governo, gradualmente comecou a cair gerando um clima aparentemente de otimismo e confiança, tanto interna quanto externamente. Essa condição possibilitou a Argentina atrair novos empréstimos internacionais.

Concomitantemente as reformas de caráter conjuntural, o governo Menem dedicou-se também a resolver os chamados problemas estruturais da economia agentina, levando a cabo, ao mesmo tempo, políticas de estabilização e reformas com o objetivo de reduzir o déficit fiscal e manter a inflação em queda. Entre as chamadas "reformas estruturais" foi executado um forte programa de privatizações[2]. Aqui, a exemplo do que ocorreu no Brasil, observou-se um

---

[1] Os ministros foram Miguel Roig, Nestor Rapanelli e Erman Gonzalez.

[2] *"El ritmo de privatizaciones fue tan vertiginoso que al cabo de un año, hacia octobre de 1990, casi todas las empresas públicas seleccionadas habian sido transferidas al sector privado. " GERCHUNOFF, Pablo TORRE. Juan Carlos (1997: 164).*

ISBN: 978-85-7205-133-01

esforço do governo em conquistar a opinião pública. Apostou-se na visão, disseminada nas sociedades latino-americanas, de que a administração dos Estados nacionais é impregnada pela prática do clientelismo e do patrimonialismo, de que o Estado é utilizado por grupos privados que dele se apropriam em benefício próprio ao invés de servirem aos interesses coletivos. Alem dos aspectos acima citados, também contribui para descrença da população em relação ao Estado vários outros problemas, tais como a falta de investimento no setor público para a modernização de suas estruturas e treinamento de funcionários, assim como para a ampliação de sua rede, o que acabou gerando uma sobrecarga de trabalho dos funcionários públicos. Sobre essa questão na Argentina, GERCHUNOFF & TORRE (1997: 164) destacam: "(...) *el fuerte deterioro en la calidad de los servicios prestados por las empresas estatales, sumado a su mala imagen en la opinion pública, hizo de su privatización una iniciativa popular ".*

O processo de privatizações no governo Menem começou, não por acaso, com o sistema aéreo e o sistema telefônico. A escolha obedeceu a critérios políticos e econômicos. Políticos na medida em que o governo de Alfonsin não tinha conseguido realizar a privatização desses setores e econômicos porque os dois sistemas apresentavam-se deficitários e ineficientes[3]. Pela "visibilidade social" dos dois serviços frente à opinião pública, poderia servir também como um bom “outdoor" para a população, indicando que as privatizações futuras de outras empresas públicas poderiam trazer maiores benefícios. Na realização desse processo, entretanto, não foram seguidos os critérios básicos na venda das empresas fixados pelo próprio governo, quais sejam, a gradualidade na venda, o saneamento prévio das empresas para a posterior privatização e a lisura no processo de licitação. O governo Menem, procurando benefícios de curto prazo, vendeu empresas públicas garantindo vantagens monopolistas aos compradores. Finalmente, foi organizada também uma reforma no funcionamento da máquina administrativa, procurando conferir-lhe maior agilidade. Segundo CORBALAN (1998: 10) essa reforma realizada na Argentina enquadra-se no receituário de reformas neoliberais preconizadas para os países em desenvolvimento, caracterizadas pela definição de cinco pontos-chave:

1. Provocar una fuerte y permanente reducción del gasto público;

[3] Interessante notar que entre os opositores a privatização dos setores tetefônico e aéreo, durante o governo Alfonsin, estavam justamente os peronistas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *2. Asegurar un incremento sostenido de la eficiencia administrativa y fortalecer las áreas claves de la administration gubernamental;*
>
> *3. Definir un sistema de incentivos que permita mejorar la productividad e incorporar a la función pública los mejores recursos humanos;*
>
> *4. Simplificar las normas administrativas, reducir y simplifcar los marcos regulatorios de las actividades económicas y;*
> *5.Modernizar los procedimentos a través de nuevas tecnologias de información.*

O governo implementou ainda medidas tributárias visando equilibrar as contas públicas: a príncipio, estabeleceu taxas para os débitos bancários e as transferências de divisas, medidas que se mostraram importantes para conter a inflação, enquanto preparava um projeto tributário mais amplo. Esse projeto apresentava três características fundamentais: a diminuição do sistema tributário com a eliminação de taxas e concentração destas em poucos impostos, criando o imposto sobre valores agregados e sobre ganhos; a eliminação das políticas de subsídios a setores econômicos e aprovação de uma nova lei penal tributária, estabelecendo um maior controle à sonegação de impostos, com a aplicação de penas maiores aos infratores. Por fim, o governo tomou medidas no sentido de liberalizar as importações: fixou em, no máximo, 20% as taxas de importação, além de eliminar grande parte das sobretaxas (quotas, licenças, entre outras). O prazo previsto para a conclusão dessas medidas era de quatro anos.

Com a aparente reorganização da economia, depois de três anos conturbados, o governo Menem poderia finalmente esperar o afluxo de capitais externos, assim como escolher com maior tranquilidade os problemas que seriam abordados. O afluxo de investimentos externos era esperado diante da conjuntura econômica mundial, com a crise de alguns países desenvolvidos e a recomendação explícita do FMI para que os capitais internacionais aportassem nos países emergentes. Nessa busca, a Argentina apresentava-se bastante competitiva: não só tinha levado a cabo as reformas estruturais recomendadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, como também oferecia a perspectiva de estabilidade monetária e cambial. Foi essa situação de calmaria e estabilidade que acabou favorecendo a coalizão política do governo Menem, possibilitando ao Partido Justicialista a vitória nas eleições parlamentares, realizadas no fim de 1991[4].

[4] O resultado positivo nas eleições, onde o partido do governo atingiu 40.3% dos votos, e a ampliação

ISBN: 978-85-7205-133-01

A observação, até agora, da descrição da política econômica menemista sob orientação do ministro Cavallo, nos permite concluir que ela trouxe por algum tempo uma "ordenação" ao caos anterior existente e, por consequência, um certo clima de estabilidade e até de confiança para a sociedade. Mas não podemos, entretanto, deixar de indicar que tal política econômica adotada acabou levando o país, num período de médio prazo, a uma situação de crise. Esta começa a se manifestar ainda durante o governo Menem, e pode certamente ser elencada como a principal determinante da "implosão" do modelo econômico argentino que verificamos no final da década de 90.

Em primeiro lugar, a rapidez com que se buscou a liberalização comercial, procurando nesse processo um mecanismo que pudesse atuar na economia interna, impedindo o aumento dos preços e, consequentemente, segurando a inflação e diminuindo o déficit fiscal, acabou levando o país a retração da produção industrial, ao fechamento de milhares de empresas e ao aumento do desemprego. Mesmo se considerarmos que os primeiros anos do ministro Cavallo trouxeram uma reativação econômica, essa mesma situação acabou por fixar uma estrutura de preços relativos que, num curto período, acabou por incidir sobre a capacidade competitiva interna. O incremento das importações, como parte de uma política deliberada do governo, gerou como consequencia um déficit comercial crescente que, numa economia já endividada como a da Argentina, contribuiu para o aumento da crise e da incerteza. O crescimento do consumo e a previsão a longo prazo de uma estrutura de preços anticompetitiva abriram dúvidas quanto a continuação do processo de estabilidade. Por fim, a entrada de capitais acabou por indicar um processo de expansão que duraria quase quatro anos e seria interrompido somente pela crise do Mexico em 1995. *GERCHUNOFF & TORRE (1997: 181)*

Por sua vez, podemos indicar também consequências negativas, sobretudo se pensarmos nos efeitos da política econômica a médio e longo prazo. O quadro de concentração de renda existente no país, historicamente acentuado no período dos governos militates, não foi alterado. Pelo contrário, no governo Menem o estrato compreendido pelos 10% mais ricos aumentaram sua riqueza relativa em detrimento das camadas mais pobres. Segundo SOARES (2001: 35-36), esse processo de concentração de renda, entre os países latino-americanos,

> "*foi bastante agudo na Argentina (assim coma na Venezuela), onde caíram tanto a participação como a renda média das famílias mais pobres,*

---

desse percentual popular nas eleições de 1993, onde o peronismo chegou a 42.3%, conquistando nove cadeiras a mais em relação a 1991, contribuíram de forma decisiva para os planos de Menem no sentido de conquistar um segundo mandato.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *enquanto que aumentava ou se mantinha a renda dos grupos mais ricos, mesmo considerando o período, marcado por um contexto econômico recessivo".*

Como consequência desse processo, observamos no quadro o aumento da concentração de renda na Argentina.

Evolução da distribuição da renda na Argentina (1975 - 1997)

Sector de la poblacion	**Porcentaje del ingreso nacional**	
	1975	1997
20 % mas rico	41,0	51,2
10 % mas pobre	3,1	1,6

Fonte: *Diario Clarín. 3* do Mavo de 1998. *In: KLIKSBERG. Bernardo. La inequidad en America Latina.Un tema clave para el desarrollo y el perfil etico de la sociedad. Mimeo. 1998.*

> *El Estado argentino, con el fin de comprimir el deficit y ordenar las cuentas, abandonó el rol dinamizador de procesos de cambios sociales que historicamente asumió. El denominado "Estado de malestar" se caracteriza por el vaciamento prosupuestario, en especial para las politicas sociales, la descentralización desfinanciada de servicios deteriorados, la privatización de servicios, la transferencia de responsabilidades referidas a la satisfacion de necesidades básicas a las familias, la desregulacion y la flexibilización de las relaciones laborales. (FELDFEBER, 1997: 4)*

Da mesma forma, houve um incremento considerável na taxa de desemprego e as classes menos favorecidas tiveram que enfrentar os cortes do gasto social público, em especial na saúde e na educação. Esse processo de redução do investimento do Estado nos setores sociais encaixa-se perfeitamente na visão liberal, que considera

> (...) *que o gasto social é a causa da crise fiscal do Estado, sendo portanto, seu corte uma necessária terapia. No entanto, o corte do gasto social tem significado um deliberado desfinanciamento das instituições públicas, desfinanciamento este que tem tido como sequelas a deterioração e o crescente desprestígio dessas instituições. Posições contrárias daquela visão sublinham que a crise ‚fiscal (...) não se deve ao gasto social excessivo, e sim ao problema da dívida pública provocada pela mudança das relações econômicas internacionais e nacionais. (...) a elevação das taxas de juros da dívida externa nos anos 80, (...) a queda nos preços dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos, junto com a desregulação financeira, levou a um crescimento desmesurado do serviço da dívida. Para garantir seu pagamento, foram impostos programas de ajuste, acompanhados pelo objetivo central de redução do déficit público. Essa*

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *equação foi "resolvida" com o corte de outros itens do gasto público, principalmente o social, acompanhado da transferência de recursos públicos para o capital especulativo.(SOARES, 2001: 45)*

Além das consequências descritas, podemos relacionar duas outras consequencias que se seguiram ao processo de privatizações que são encontradas não só na Argentina mas em todos os países que promoveram a redução do Estado. A primeira refere-se ao fato que, ao contrário do que se acreditava, a saída do Estado e a abertura de concorrência privada em setores como energia, telefonia, saneamento, dentre outros, não trouxeram uma redução das tarifas praticadas ao consumidor, mas ao contrário, houve um aumento dos preços praticados, situação que agravou-se com a formação de oligopólios. Esse processo só pôde se viabilizar graças a inexistência de um Estado capaz (e porque não dizer disposto) de coibir a formação desses oligopólios. A segunda diz respeito ao fato de que a diminuição do setor público

> *(...) e o consequente desmantelamento de seus serviços sociais, fez-se acompanhar por um retrocesso histórico, qual seja, o retorno a família e aos orgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social. Isto vem implicando na renúncia explicita do Estado em assumir sua responsabilidade na prestação de serviços sociais sobretudo saúde e educação) em bases universais. A opção pelos mecanismos de auto-ajuda se dá mais pela ausência de impacto financeiro sobre o setor público do que pelos méritos organizativos-participativos da sociedade. O problema da utilização desses mecanismos está no seu caráter substitutivo dos serviços públicos e não na sua ação complementar, sobretudo na sua democratização, fiscalização e controle desses serviços, que passam a ser precários ou inexistentes.(SOARES, 2001: 47)*

CONCLUSÃO

Como podemos observar, portanto, que os dez anos de Menem à frente do governo argentino tiveram no capital financeiro como o maior beneficiário das políticas econômicas neoliberais adotadas. Ao se mostrar bastante obediente aos credores internacionais, ao "fazer a lição de casa", como se diz no jargão econômico, cumprindo os compromissos estabelecidos com os credores, controlando os gastos fiscais, buscando, em outras palavras, a estabilidade a todo custo (social), Menem se esqueceu dos reais problemas da sociedade, na medida ern que a política adotada não se constituiu como

ISBN: 978-85-7205-133-01

> (:..) *meio para se construir algum tipo de política social redistributiva, igualitarista, solidária e de justiça social, nem mesmo de construção de uma política econômica menos dependente dos países centrais. A luta pela estabilidade é uma espécie de versão do "fim de História " para o terceiro mundo, como se estabilizasse uma solução química composta par algumas substâncias, tais como dependência (em todos os sentidos do termo), controle monetário, inflação próxima a zero, déficit público ordenado, primado do mercado e segurança do capital estrangeiro. A estabilidade, nesse caso, tem o simples papel de assegurar a produção e a reprodução segura do Capital, pouco importando o que registram os indicadores sociais, que denunciam o limite da capacidade de sobrevivência nesse meio de cultura insipido e azotado. (AZEVEDO, 2001: 145)*

O período menemista a frente do governo tiveram enormes consequencias para a economia e sociedade argentina. A privatização de empresas estatais, uma das príncipais bandeiras de Menem, ainda que consideremos que trouxe ao Estado mais recursos para, em tese, serem investidos nas necessidades básicas dos cidadãos, como saúde e educação, não gerou de fato nenhuma melhora na estrutura produtiva do país. Tampouco elas ficaram mais eficientes: contribuíram ao contrário disso para o agravamento do desemprego, que chegou a chegou a 22% no período, a exemplo de outros países que também aplicaram medida neoliberais na década de 90 (como o Brasil). Por fim, a liberalização econômica, se por um lado trouxe o aumento da competitividade do que restou da indústria, por outro acabou gerando o fechamento das menos competitivas e trazendo mais desemprego. Compôs-se, em nome de uma irreal estabilidade econômica e inflacionária, todo esse cenário da economia argentina na década de 90 pode ser certamente definida como caótica e desesperadora.

> *La dolorosa experiencia latinoamericana ha demostrado que la privatización de los bienes publicos no origina inversiones de capital sino traspaso de fondos a las casas matrices: que la apertura de mercados y la liberalización comercial, provoca quiebra de empresas y perdida de empleos debido a la invasión de importaciones combinada con restricciones a la exportación: que la liberalización de los flujos de capital y la desregulación financiera estimulan la especulación y exponen a la rápida salida de capitales (...). (YARZÁBAL: 2001: 11)*

As eleições presidenciais de 1999 marcam a transição do governo justicialista de Menem para

ISBN: 978-85-7205-133-01

a Alianza de Fernando De la Rúa. Apesar do resultado eleitoral (no qual a população expressou sua vontade do mudar os rumos da política econômica votando no projeto oposicionista), a insistência do governo em manter o modelo econômico neoliberal pelo presidente eleito[5] (reconduzindo inclusive Domingos Cavallo[6] para o comando da pasta de economia), acaba levando-o, após grandes protestos nas ruas das cidades argentinas e na capital Buenos Aires (os "panelazos" na Praça de Maio), a renunciar em 21 de dezembro de 2001. A grave crise econômica, política e social em que se encontrou a Argentina no final da década de 90, foi resultado da política neoliberal aplicada a "ferro e fogo" no país, que acabou por levar a nação a uma situação de tragédia econômica e social, desesperança e incerteza, naquela que foi considerada por muito autores como a maior crise da história do país.[7]

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. A **Universidade Argentina em Tempos Menemistas (1989-1999): reformas, atores sociais e** a **influencia do Banco Mundial.** Tese de Doutorado, FE/USP, Sao Paulo, 2001.

CORBALAN, Maria Alejandra. **Banco Mundial y politicas laborales: el caso Argentino.** Mimeo, 1'[7],98.

FELDFEBER, Myriam. **La nueva regulation estatal en la reforma del sistema educativo argentino.** Mimeo, 1997.

GEBRAN, Maria Philomena C.. O neoliberalismo na América Latira. In: **America Latina e Caribe e os desafios da nova ordem mundial.** V Congresso da

[5] Entre as principais medidas tomadas pelo pacote de 29/05/2000 podemos destacar: a redução do salário do funcionalismo público e o estabelecimento de um teto salarial para remunerações superiores a 6.500 pesos (6.500 dólares); a reestruturação dos órgãos públicos, onde buscou-se reduzir os gastos. a redução dos gastos do Poder Legislativo Nacional: a reforma do Sistema de Saúde, a venda de ativos da Nação, e as participações do Estado em empresas que foram privatizadas.

[6] Apesar do pouco tempo de governo De la Rúa, foram três os ministros da economia: Jose Luis Machinea permanece no ministério entre dezembro de 1999 a março de 2001: Ricardo Lopes Murphi. que fica apenas 15 dias a frente do ministério. Domingo Cavallo, que assume em seguida. pede demissão poucos dias antes da renúncia do presidente.

[7] A instabilidade política argentina torna-se patente na "galeria" de presidentes num período de apenas doze dias: Fernando De la Rúa renunciou em 20 de dezembro de 2001, revogando, em sua última medida como presidente, o estado de sítio imposto na tentativa de controlar a revolta popular contra seu governo. Ramón Puerta permaneceu no cargo apenas 2 dias. Restabeleceu o estado de sítio e chegou a nomear um ministro da Economia, mas foi rejeitado pelos caciques peronistas que preferiram apostar em outro presidente. Adolfo Saá ficou 7 dias à frente do governo: decretou a suspensão do pagamento da dívida externa, prometeu uma mova moeda e suspendeu o estado de sítio. Acabou derrubado por um "panelazo" de protesto. Por fim, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Camaño, ficou apenas 42 horas à frente do governo. Só teve tempo de nomear um cacique peronista como chefe de gabinete e participar das discussões que levaram Eduardo Duhalde a ser eleito pelo Congresso como novo presidente.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Sociedade Latino - Americana de Estudos sobre America Latina e Caribe - SOLAR, Sao Paulo, 1998.

GERCHUNOFF, Pablo & TORRE, Juan Carlos. Argentina: la politica de liberalizacion economica bajo un gobierno de base popular. In: VELLINGA, Menno (org.). **El cambio del papel del Estado en America Latina.** Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. **La inequidad em America Latina. Um tema clave para el desarrollo y el perfil etico de la sociedad.** Mimeo, 1998.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na America Latina.** Editora Vozes, Petropolis, R.J, 2001.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: politicas e reformas. In: WARDE, Mirian Jorge et al. **0 Banco Mundial e as politicas educacionais.** Sao Paulo, Cortez Editora, PUC/SP e Agdo Educativa, 1996.

YARZABAL, Luis. Impactos del neoliberalismo sobre la educacion superior in America Latina. In: **Cadernos CIPEDES,** n° 1 (12), marco, Campinas, 2001.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A trajetória político-ideológica de Tristán Marof

Ricardo Neves Streich
Mestrando em História Social pela FFLCH-USP
ricardostreich@gmail.com

O boliviano Gustavo Adolfo Navarro Ameller nasceu em 1898 e morreu em 1979. Nascido em família humilde, logrou sucesso nos ramos da advocacia e da diplomacia. Paralelamente às atividades burocráticas, se ocupou de vasta produção jornalística e literária[1]. O intelectual boliviano possuía uma visão bastante pragmática da literatura, de modo que seus romances não eram caracterizados por grandes experimentações formais vanguardistas, como era típico à época. Nos termos de Sheldon B. Liss (1984, p. 182):

> Marof never thought of his literature, plays or literary criticism primarily in terms of expressing creativity but rather as vehicles for his political ideas, to encourage scepticism, to reject everything Spanish, and to foster a belief in social legislation.

Dessa forma seus romances e escritos político-sociológicos tornaram-no figura central do debate político-intelectual da Bolívia nos 1920 e 1930. Ainda em 1920, o apoio ao golpe de Bautista Saavedra[2] lhe rendeu um cargo de cônsul na França. Na Europa, viveu a fermentação política do período pós-guerra. Além do contato com intelectuais do porte de Henri Barbusse e Romain Rolland, as discussões sobre a Revolução Russa e sobre as possibilidades de reforma social lhe despertaram bastante a atenção.

Inicialmente, a resolução para a incompatibilidade entre as novas ideias de reforma política e a posição de representante diplomático de um governo oligárquico fez Gustavo Navarro adotar o pseudônimo de Tristán Marof, quando da publicação de *El ingenuo continente americano* (1923). O livro seguinte – *Justicia del Inca* –, ainda escrito em sua estadia na Europa e publicado em 1926 na cidade de Bruxelas, marca a guinada política definitiva de Marof. Gerke Garzía (2009) argumenta que seu libelo a favor dos indígenas –

[1] As principais obras do autor são: *El Ingenuo Continente Americano* (1923); *La Justicia del Inca* (1926); *Wall Street y Hambre*(1931); *La Tragedia del Altiplano* (1934); *México de Frente y de Perfil* (1934); *Habla un condenado a muerte* (1936); *La Verdad Socialista en Bolivia*(1938) e *Peligro Nazi en Bolivia*, (1942).

[2] Líder do Partido Republicano, foi Presidente da Bolívia entre 1921 e 1925, após breve participação no governo da junta militar que depôs o presidente liberal José Gutierrez Guerra. Seu governo, marcado pelo personalismo e pela centralização dos poderes nas mãos do executivo, marca a cisão das elites político-econômicas bolivianas. De modo geral, trata-se de um governo que promoveu uma "modernização conservadora", pois ao mesmo tempo em que promoveu as primeiras leis sociais (cujo apoio dos que delas se beneficiaram - as classes médias e operárias urbanas – compensava a cisão da elite), fez uso de sistemática repressão aos levantes indígenas no campo (CF. MESA GISBERT, 2012, pp. 451-7).

ISBN: 978-85-7205-133-01

ainda que muitas vezes permeado por uma idealização do passado pré-colombiano – inaugurou a famosa polêmica contra Alcides Arguedas – autor do ensaio "Pueblo Enfermo" (1909) e do romance "Raza de Bronce" (1919) -, para quem a "raça" indígena era inapta ao progresso, daí a origem dos problemas da Bolívia, em particular, e da América Latina, em geral. Tristán Marof, por sua vez, propunha deslocar a variável do problema para o campo socioeconômico. Ao analisar o problema a partir dessa perspectiva, Marof cravou o lema que o tornaria a figura política mais importante da esquerda boliviana nos anos subsequentes. "*Minas al Estado, Tierra al indio*".

As discussões políticas de cunho socialmente reformista levaram o diplomata boliviano a travar contato com o marxismo, logo assumido como doutrina e paradigma de ação para o enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais de seu país. A radicalização das suas posições esquerdistas levou o autor a renunciar à condição de representante diplomático, a fim de planejar seu regresso e atuação política na América Latina.

Em seu regresso à Bolívia, em 1927, recebeu convites para trabalhar para o governo Silles[3], em função do prestígio intelectual que seus escritos lhe trouxeram. Negado o convite, o ex-diplomata, junto a Rómulo Chumacero e Roberto Hinojosa, organizou o Partido Socialista Máximo (e nunca é demais lembrar que à época, a nomenclatura "máximo" ou "maximalista" demonstrava simpatia pelo bolchevismo soviético). Desta forma,

> Marof hizo una simbiosis entre el indigenismo y el marxismo, al señalar que los males del país no estaban en la existencia de indios y cholos, sino en la opresión y explotación de la oligarquía minera y feudal y del imperialismo, y en proponer la organización unitaria de obreros y campesinos para la conquista del Estado socialista (BAPTISTA GUMUCIO, 1996, pp.76-7).

Suas ideias começaram a ganhar alguma popularidade entre os setores organizados dos trabalhadores e as classes médias urbanas radicalizadas como demonstra a ambição de reformas sociais – simbolizada na adoção do lema "*Minas al Estado, Tierra al indio*" - que consta na fundação, ocorrida em 1928, da Federação Universitária Boliviana – FUB. Contudo, ainda em 1927, Tristán Marof havia se lançado candidato ao legislativo, mas o governo o

[3] Hernando Siles governou a Bolívia entre 1926 e 1930. Durante o mandato rompeu com o Partido Republicano, pelo qual se elegeu, e fundou o *Partido de la Unión Nacionalista* (1927). Em certo sentido, Siles tentou se apropriar do legado de Saavedra, ao propor o diálogo com as classes médias radicalizadas e com o operariado urbano (o novo partido defendia um código trabalhista e a reforma universitária, por exemplo). Apesar da crise econômica decorrente da baixa do preço do estanho, também aprofundou os processos de "modernização conservadora", a partir da centralização dos poderes no executivo e da sistemática repressão às sublevações indígenas (CF. MESA GISBERT, 2012, pp. 459-63).

ISBN: 978-85-7205-133-01

acusara de ter parte em um complô comunista para tomar o Estado e determinou seu exílio, que duraria mais de 10 anos.

No exílio, Marof passou por diversos países como Peru, Cuba, Panamá, México, Estados Unidos e Argentina. Seu destino imediato foi o Peru, onde se deu o célebre encontro com José Carlos Mariátegui. Os dois pensadores mantiveram fecundo intercâmbio epistolar até a morte prematura do socialista peruano.

O passo seguinte foi o Panamá, cuja breve estadia não parece ter impactado o intelectual boliviano, na medida em que dedicou poucas linhas à experiência no país. A experiência em Cuba, por sua vez, foi bastante diferente. O contato com apristas cubanos como Enrique de la Osla, editor da revista *Atuei*, lhe permitiu publicar sua versão sobre as acusações do presidente Silles, que lhe renderam o exílio. Também travou contato com as lideranças do *Grupo Minorista* e da Liga Anti-imperialista de Cuba, que vinha se radicalizando na luta contra a repressão aos intelectuais cubanos. O contato com esses membros da "verdadeira vanguarda", conforme o boliviano atesta em carta a Mariátegui (Cf. MAROF, 1994, pp. 1899-1900) foi de fundamental importância para a definição político-ideológica do socialista boliviano.

A solidariedade latino-americana expressa pelo grupo, tanto no episódio de fechamento de *Amauta*, quanto nas posições contrárias à intervenção estadunidense na Nicarágua, marcou a perspectiva marofista de tal forma, que ele próprio acabou se engajando na defesa de Sandino na etapa seguinte do seu exílio.

Em meados de 1928, Marof embarcou rumo ao México. O discurso revolucionário de um governo que precisava se estabilizar lhe proporcionaria um ambiente de relativa estabilidade política, financeira e intelectual. Economicamente, o apoio do governo mexicano, para além do emprego na Universidade Nacional (que se encontrava em plena luta pela autonomia) e no Instituto de Investigações Econômicas, destacou-se pela tiragem de 20 mil exemplares do livro "*Opresión y falsa democracia*" custeada Secretaria de Educação Pública. Intelectualmente, a estada mexicana foi um dos períodos mais fecundos de sua trajetória, pois publicou artigos em jornais que alcançaram ressonância continental[4]. Já a militância no campo político/partidário, por sua vez, foi marcada pelas constantes presenças

[4] Dentre os diversos periódicos em que Tristán Marof publicou regularmente, podemos citar, por exemplo, *Crítica*, *Claridad* (Argentina), *Folha Acadêmica* (Brasil), *Diario de la Marina* (Cuba), *El Libertador*, *Revista Mexicana de Economía*, *Crisol* (México), *Amauta*, *Labor* (Peru) e *Justicia* (Uruguai).

ISBN: 978-85-7205-133-01

como orador nas reuniões do movimento "¡*Manos Fuera de Nicaragua*!" (MAFUENIC) e da Liga Anti-imperialista, impulsionada pelo Partido Comunista do México.

A notoriedade de Marof dentro da esquerda atuante no México pode ser comprovada em curioso episódio narrado por Ricardo Melgar Bao, no qual o boliviano serviu de mediador na querela entre o peruano, fundador da APRA, Victor Raúl Haya de la Torre e o comunista cubano Julio Antonio Mella[5]:

> la presencia de Marof en las filas de la Liga Antiimperialista y en el Instituto de Investigaciones Económicas expandió sus redes intelectuales y políticas con varios latinoamericanos, particularmente se afianzó su amistad combativa con el cubano Mella. Así puede entenderse el hecho de que Julio Antonio Mella, el revolucionario cubano, lo escogiese como su padrino para un encuentro difícil con su antagonista en materia antiimperialista, Víctor Raúl Haya de la Torre, quien asistió acompañado de su amigo y correligionario Julio Cuadros Caldas, un exiliado colombiano, autor del más popular libro campesino de la época: *El Catecismo Agrario*, manual que orientaba los pasos a seguir para obtener la dotación de tierras ejidales. La apreciación política de Marof sobre Haya de la Torre nos revela que la ruptura no fue total, y que el encuentro Mella y Haya no fue el último (MELGAR BAO, 2012).

Embora o rompimento com nacionalismo aprista não tenha sido total, como argumentou Melgar Bao, fato é que naquela conjuntura a atuação conjunta aos comunistas mexicanos possibilitou a abertura de um canal de aproximação entre Marof e a Internacional Comunista. Dessa forma, inaugurou-se uma relação que o historiador russo Andrey Schelchkov (2009) define como "sinuosa".

Melgar Bao também sustenta que no processo de cisão da seção mexicana da Internacional Comunista entre os apoiadores de Trotsky, Bukharin e Stálin, Marof se alinhou à fração estalinista. Assim o intelectual boliviano teve seu nome indicado para estudar na "Escola Leninista Internacional". Esse foi o momento em que existiu a maior proximidade entre Marof e Moscou. De acordo com Schelchkov:

> gracias a los contactos con los comunistas europeos y, debido a la actividad política de Marof (Moscú estaba bien informada sobre su vida y sus ideas, los comunistas europeos enviaban a la sede de la IC sus libros y artículos), la Internacional Comunista presta una atención minuciosa a su personalidad. En Moscú esperaban utilizarlo a él y su grupo para formar el partido comunista boliviano, sección de la IC. En sus documentos públicos la IC manifestaba su solidaridad con el partido de Marof sin darse cuenta que este

[5] Para mais detalhes da disputa entre os dois importantes nomes do anti-imperialismo latino-americano do período ver: TEIXEIRA (2002).

ISBN: 978-85-7205-133-01

> grupo ni siquiera existía en Bolivia. Marof de su lado, hizo pensar a la IC lo contrario, presentándose como líder nacional de izquierda con una fuerte base organizativa. La IC recomendó a todos los partidos comunistas del continente, desplegar una compaña en la prensa obrera a favor de Marof y de su partido perseguido por "el gobierno fascista" de Hernando Siles (SCHELCHKOV, 2009, p.9).

A proximidade aos comunistas, no momento em que o governo Portes Gil fechou o regime e começou a perseguir seus opositores, significou para Marof a expulsão do México, no começo de 1930. Contrariando os interesses de Moscou, o intelectual boliviano seguiu inicialmente para os Estados Unidos e depois para Argentina.

Em sua curta estadia em Nova Iorque, finalizou a escrita de dois livros muito importantes: o romance (marcado pela temática do anti-imperialismo) *Wall Street y Hambre* (publicado em 1931), e o seu balanço sobre a experiência mexicana *México de frente y de perfil* (publicado em Buenos Aires em 1934).

Em sua crítica do processo político mexicano, a partir da análise de aspectos econômicos e políticos, o autor buscou apontar a distância entre a fraseologia revolucionária e o conteúdo ideológico do regime que se consolidava no México. Nesse sentido, Marof aponta que o exemplo do México, então, é algo a ser observado por toda a esquerda revolucionária da América Latina que compartilha muitas das "ilusões" que os revolucionários mexicanos possuíam. A "ausência de definição ideológica" que caracterizou a experiência mexicana explicaria o caráter desorganizado e anárquico da Revolução, em que os atores políticos não brigavam por programas, mas sim por poder, caracterizando-se, então, como meros oportunistas.

Por isso – e aqui podemos entender o jogo de aproximações com os Comunistas, em seu terceiro período, e os Trotskystas -, a única solução possível e desejável é a absoluta independência de classe do proletariado. Dessa forma,

> lo evidente es esto: el único partido que puede conducir a las masas hasta el triunfo final, sin compromisos con la burguesía y sin transacciones con el imperialismo, **es el partido comunista**, compuesto de todos los proletarios de la ciudad y del campo. La pequeña burguesía intelectual y la pequeña burguesía industrial pauperizada deben someterse al proletariado y aceptar su programa revolucionario. No hay otro camino. No existe la posibilidad de organizar una economía propia ni encerrarse en un nacionalismo estrecho (MAROF, 1934, p.146).

ISBN: 978-85-7205-133-01

A análise da experiência mexicana foi fundamental para que o socialista boliviano prosseguisse no espectro de radicalização política, haja visto o contato travado com os trotskystas na Argentina, onde Marof chegou após breve passagem pelo Rio de Janeiro. Em 1932, fundou o Grupo Túpac Amaru[6] já no clima da Guerra do Chaco. O manifesto do grupo pregava o pacifismo e a deserção dos trabalhadores das batalhas entre Paraguai e Bolívia. Também clamava pela união dos grupos anti-imperialistas da América Latina, já que a Guerra era vista como expressão do conflito das corporações petrolíferas que tinham interesses na região:

> He [Marof] also noted that the extensive nationalism of the conflict weakened the feudal system by spreading the notion that something better existed. He saw the Chaco War as an attempt to obtain a port for Standard Oil tankers and to preserve that corporation's interests; and he thought, at the time, that the conflict would awaken Bolivian workers, soldiers and students, who could ally and turn their energies against the oligarchy and toward the social revolution (LISS, 1984, 184).

Dessa forma, ao imperialismo, Marof e seu grupo ofereciam como resposta a imediata necessidade do socialismo, tese que já expressava alguma proximidade ao ideário de Trotsky. Assim a destacada atuação pacifista durante o episódio da Guerra do Chaco, além da aproximação e colaboração com grupos de orientação trotskista na Argentina, levou Marof a ser convidado por Aguirre Gainsborg para o Congresso de fundação, em 1934 na cidade de Córdoba, do *Partido Obrero Revolucionario* (POR). O POR, durante o século XX, foi um dos maiores e mais importantes partidos trotskystas do continente latino-americano, por conta de sua forte incidência nos trabalhadores mineiros (setor fundamental da economia boliviana).

Logo após a fundação do partido, Marof foi preso e extraditado à Bolívia. Em seu livro de 1936 "*Habla un condenado a muerte*", o socialista boliviano relata a experiência do cárcere e de sua condenação à morte, em função de sua orientação política. À prisão, por toda América Latina, seguiu-se uma intensa campanha, que contou com diversos intelectuais comunistas pela libertação de Marof (Cf. LORA, 1996). A participação maciça de comunistas não deixa dúvidas sobre a simpatia que a direção da Internacional Comunista possuía por Marof, apesar de sua aproximação ao trotskismo (maior "pecado", é bom lembrar, que um comunista poderia cometer).

[6] O grupo Túpac Amaru, foi uma corrente marxista fundada por Marof na Argentina no início da década de 1930. Mais tarde, o grupo se fundiria com outros grupos de esquerda formados por bolivianos exilados e daria origem ao POR (Partido Obrero Revolucionario),em 1934.Neste sentido é importante diferenciar o grupo de Marof do Movimento Revolucionário Túpac Amaru, fundado no Peru em 1984 e, embora pequeno, atuante até hoje e dos Tupamaros, grupo guerrilheiro da esquerda uruguaia que atuou nas décadas de 1960 e 1970.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Refletindo sobre a questão, Schelchkov arrisca alguns pontos promissores para elucidar a relação do socialista boliviano e a Internacional Comunista:

> A pesar de la crítica que parecía no dejar ninguna esperanza de reconciliación con Marof, la IC [Internacional Comunista] no quería romper definitivamente con él por la misma causa de estar bajo la hipnosis del mito de Marof como indiscutible líder de la clase obrera boliviana. Por eso, Moscú todavía mantenía la esperanza de reorientarlo hacia una política más correcta desde el punto de vista soviético (SCHELCHKOV, 2009, p. 10)

Assim, o prestígio político-inteletcual de Marof e a inexistência de um Partido Comunista na Bolívia seriam os fatores que tornaram o intelectual boliviano um interlocutor privilegiado para Moscou. Seu prestígio era de tal ordem que seus companheiros de partido iniciaram uma campanha pela liberdade, que ocorreu em fins de 1937.

A abertura do governo Busch[7] permitiu que vários dos líderes do POR retornassem ao país, o que agitou a vida política boliviana do período. Já no começo de 1938, no Segundo Congresso do POR, houve uma disputa entre o grupo de Marof que defendia um partido amplo e genericamente socialista e o grupo que ambicionava um partido ortodoxo e alinhado às fileiras da Quarta Internacional de Trotsky, como atesta Malloy:

> In the fall of 1938, a battle broke out between Marof and the popular José Aguirre Gainsborg. The issue was Marof's desire to launch a party organized from above (elitist-controlled), aimed at a multi-class base and oriented toward legal electoral activity. Aguirre Gainsborg argued for a small conspiratorial elite party mainly aimed at a class propaganda. The two split, leading to the formation of the two first socialist parties of any note (MALLOY, 1970, p.97).

Dessa forma, a divergência se transformou em cisma e Marof foi expulso do partido que havia ajudado a construir no exílio. A prédica da discórdia entre os dois mais importantes líderes do POR vai muito além do caráter insurrecional do partido. O abandono da perspectiva insurrecional – como anunciado nas palavras de abertura do livro a "A Verdade Socialista da Bolívia" em 1938 - e a transformação da perspectiva política de Tristán Marof – e, portanto,

[7] Germán Busch foi um herói da Guerra do Chaco que governou a Bolívia entre 1937 e 1939. Seu governo, de forte tom nacionalista, foi marcado pela elaboração de uma nova Constituição (1938) fortemente inspirada na Carta mexicana de 1917. Após declarar-se ditador (abril de 1939), quatro meses antes de seu suicídio, decretou a nacionalização dos minérios e um novo código do trabalho (relativamente mais favorável aos trabalhadores), buscando o apoio dos setores populares que cada vez mais organizados se constituíam em importantes sujeitos da arena política boliviana (CF. MESA GISBERT, 2012, pp. 488-92).

ISBN: 978-85-7205-133-01

os motivos da divergência com a direção do POR- têm como pressuposto uma mudança da concepção da relação política entre "classe" e "nação".

Se, como vimos acima, anteriormente a nação era vista por Marof como uma divisão entre os oprimidos que favorecia os opressores (como no caso da Guerra do Chaco), agora o intelectual boliviano entendia que ela deveria a *prioridade* da ação política. Houve, portanto, um deslocamento do eixo de sua atenção da questão indígena para a questão nacional. Assim "A verdade socialista da Bolívia" passou a ser, então, a união de proletariado urbano, campesinato indígena e o capital nacional sob a égide do Estado. O abrandamento das posições poder ser constatado na relativização da proposição que lhe rendera o enorme prestígio político de então, como sustenta o historiador boliviano, e histórica liderança do POR (daí o tom agressivo de suas colocações acerca de Marof) Guillermo Lora:

> En 1938 nos ofrece Marof una versión rosquera de la nacionalización, que nada tiene en común con nuestro pasado revolucionario. Comienza por declarar que nacionalización no quiere decir entregar las minas al Estado: "Nacionalización de las minas no quiere decir entregarlas de inmediato al Estado, para que las administre y las explote. De sobra sabemos nuestra incipiente organización, nuestra falta de técnica y aun nuestra corrupción (LORA, 1996, p.10).

Foi com esse espírito que, em um Congresso realizado em Cochabamba, Tristán Marof conseguiu fundar, em 1939, o *Partido Socialista Obrero de Bolívia* (PSOB). No pleito do ano seguinte, o partido recém-criado conseguiu eleger quatro, inclusive o próprio Marof, das cadeiras da Câmara dos Deputados, o que demonstra sua força política à época.

Evidentemente, as relações com a Internacional Comunista também foram afetadas por estas mudanças. A cordialidade vigente – ainda que houvesse críticas de ambos os lados - deu lugar a uma relação de constantes disputas e desqualificações. Moscou abandonou definitivamente Marof. O intelectual boliviano passou a ser taxado de "pequeno burguês" e "trotskista" – duas das piores ofensas existentes na cultura política comunista. O líder do PSOB, por sua vez, também realizou ataques sistemáticos à Internacional Comunista, a ponto de se colocar como das tarefas mais urgentes o combate às concepções soviéticas (Cf. SCHELCHKOV, 2009, p.17).

As disputas em torno do nacionalismo levaram Marof a se aliar com antigos inimigos, os setores oligárquicos conservadores, o que causou seu enfraquecimento e paulatino desaparecimento no cenário político e intelectual boliviano. Mesmo na Revolução

ISBN: 978-85-7205-133-01

nacionalista de 1952, seu nome já não constava na lista dos líderes e referências políticas e intelectuais. De modo que, ao morrer em fins da década de 1970, Marof se encontrava totalmente recluso e afastado da vida pública.

A trajetória de vicissitudes políticas de Tristán Marof ainda é muito pouco explorada pela historiografia fora da Bolívia, como demonstra o breve, e recente, levantamento realizado por Ricardo Melgar Bao (2012):

> Sin embargo, en los últimos años, hay un renovado interés por estudiarlo de parte de los historiadores, dentro y fuera del país. Andrei Schelchkov (1988) nos brinda algunos datos relevantes sobre las accidentadas relaciones de la Internacional Comunista con Marof, basados en fuentes soviéticas. De las dos historias del marxismo latinoamericano, la primera le dedica unas líneas, la segunda, lo ignora. Guadarrama consideró relevantes los estudios de Marof sobre Bolivia, particularmente los referidos a la cuestión indígena, subrayando su acercamiento a Mariátegui y su filiación trotskista. La historia del pensamiento latinoamericano de Devés (2000) ubicó al joven Marof en la izquierda arielista latinoamericana que se distanció de Rodó, para poco después proponer una revolución social en el continente, inspirada en la sociedad incaica. En México sólo ha merecido una mención, y los estudios sobre el exilio todavía no le han prestado la debida atención. Carlos Monsiváis, al descubrir la cuota de homofobia que reinaba en un pequeño apartado de su libro *México de frente y de perfil* (1934), caricaturizó y descalificó a la obra y al autor.

Por outro lado, o viés político-partidário (como a já citada análise, quase rancorosa, que Guillermo Lora empreende sobre a personagem) presente na maioria das análises prejudica e dificulta uma apreciação historiográfica.

Dessa forma, as leituras sobre o itinerário teórico, político e intelectual acabam sendo determinadas pelas posições políticas dos intérpretes de Tristán Marof. Evidentemente, não se trata de incorrer no erro grosseiro de afirmar que uma “neutralidade epistemológica”, no ofício do historiador, seja possível. Afinal, toda invocação do passado se dá com olhos e interesses do presente. A questão é empreender um esforço de compreender o objeto de estudo em suas lógicas e particularidades próprias e não apenas enquadrá-lo em uma moldura que já possuímos de antemão.

Em nosso caso, os autores se debatem tanto sobre o “trotskismo”, quanto sobre o “marxismo” de Marof. Autores como Lora (1996) e Malloy (1970) fazem aberta objeção a qualquer tentativa de relacionar Marof às fileiras do trotskismo latino-americano. Parecem esquecer-se, contudo, de que o ex-diplomata militou por quase cinco anos ao lado dos setores que se tornariam uma das mais importantes seções da IV Internacional no continente.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Alexander (1991, p.117) e Sandor John (2009, p.44-5) incorrem no mesmo erro, apenas com sinal trocado, ao classificarem Marof sumariamente como trotskista (o primeiro chega a apontar Marof como "fundador" do trotskismo na Bolívia).

A título de curiosidade, vejamos o que o próprio Trotsky dizia sobre a situação boliviana, em maio de 1940, poucos meses antes de sua morte:

> El movimiento por la IV Internacional en Bolivia se remonta a 1934 aproximadamente con el nombre de Partido Obrero Revolucionario. Fue desde sus comienzos una organización confusa. El resultado es que la organización atravesó una serie de crisis organizativas. Uno de sus dirigentes, Tristán Marof, un típico radical pequeño burgués que utiliza la fraseología socialista, traicionó y desertó del movimiento, aunque se diga aún partidario de la IV Internacional. Siempre trata de formar un nuevo partido socialista. Colaboró con la dictadura semifascista de Busch, desacreditando así a nuestro movimiento en Bolivia. Para tener una mejor comprensión de la significación real de la naturaleza de la crisis que atraviesa nuestra sección boliviana hay que tener en mente que Tristán Marof es una persona con un pasado revolucionario y que en consecuencia es popular en algunos sectores de fuerzas antiimperialistas. Los militantes revolucionarios que permanecen leales al socialismo revolucionario tratan de reorganizar sus fuerzas bajo la bandera del POR y de la IV Internacional. Hace poco tiempo, nos dirigieron una carta oficial pidiendo su admisión en las filas de la IV. Según el documento, elaborado bajo forma de tesis que nos dirigieron, pensamos que son en general revolucionarios, pero de forma incompleta con respecto a muchas cuestiones. Es natural que tomemos en consideración el hecho de que nuestro movimiento, no sólo en Bolivia, sino también en los otros países latinoamericanos, está en el camino no sólo de su organización sino de su formación política. Nuestra sección boliviana no tiene aún un órgano oficial (TROTSKY, 2000, p.165).

Existe aqui uma evidente tentativa de desqualificar as perspectivas políticas de Marof, na medida em que o pensador boliviano nunca se reivindicou trotskista, mesmo fazendo parte de um agrupamento cuja ala hegemônica se proclamava adepta das teses de Trotsky, justamente porque a barganha com a Internacional Comunista não o permitia.

Nesse sentido, é fundamental perceber que as relações de Marof com a Internacional Comunista não foram estanques. Se já demonstramos o quanto Marof transformou suas posições políticas (ao deslocar a centralidade da "classe" para "nação") é imperativo notar o quanto as concepções políticas do movimento comunista também mudaram durante os anos de 1920 e 1930.

Por exemplo, enquanto no VI Congresso da Internacional Comunista (1928), as alianças com a socialdemocracia e a pequena-burguesia eram rechaçadas *a priori*. Tratava-se da política de "classe contra classe" que significou o período de maior agressividade do

ISBN: 978-85-7205-133-01

movimento comunista internacional. Entretanto, logo no Congresso seguinte (1935) a linha política foi de buscar o apoio dos setores "pequeno-burgueses" e socialdemocratas, a fim de priorizar a constituição de alianças antifascistas.

Nesse quadro podemos compreender as configurações da tensa – tensão, é bom lembrar, também denota proximidade - relação entre Marof e a Internacional. Afinal, as premissas classistas do socialista boliviano (de fins de 1920 até meados de 1930) estavam em sintonia com as posições do movimento comunista, ainda que houvesse importantes divergências como, por exemplo, as questões relativas aos indígenas. De maneira breve, podemos dizer que a Internacional Comunista em seu terceiro período (VI Congresso), na América Latina, foi a favor da autodeterminação dos povos originários, o que significava criar novos estados-nação para cada uma das grandes etnias do nosso continente. Por outro lado, indigenistas marxistas como Mariátegui e Marof buscavam no elemento indígena o alicerce para a construção do socialismo em seus respectivos países e no continente latino-americano.

Já em meados dos 1930, quando Marof passou a relativizar a questão classista em detrimento da perspectiva nacional, as divergências com o movimento comunista se tornaram inconciliáveis, daí a ruptura e os ataques de ambos os lados. Contudo é necessário perceber que a proximidade de ambos também foi motivada por interesses mais concretos. Dessa forma, ao passo que a Internacional tinha expectativas de inserção na Bolívia (que não possuía um Partido Comunista à época) e, por isso se mantinha próxima a Marof. O socialista boliviano, por sua vez, consolidava e aumentava seu prestígio ante os meios de esquerda na Bolívia e na América Latina, em função da simpatia que a Internacional Comunista demonstrava por ele. Vemos, portanto, as dificuldades em enquadrar um político astuto como Marof – que logrou sucesso em se aproximar dos comunistas e trotskistas ao mesmo tempo - em categorias de que lançamos mão *a priori.*

Este questionamento também vale para os que se debruçam sobre o caráter do "marxismo" de Marof. Afirmações como as de Schelchkov (2009), para quem as vicissitudes políticas de Marof seriam sintomas das dificuldades de definição ideológica que a intelectualidade latino-americana sofrera ao longo do século XX, são particularmente danosas por reproduzirem preconceitos típicos da época colonial.

Discordamos desta afirmação, pois a assertiva tem como pressuposto a existência de uma "pureza" das ideias, as quais seriam "aplicadas" à realidade material. As "confusões" ideológicas e políticas seriam, portanto, consequências da "má aplicação" dos conceitos à

ISBN: 978-85-7205-133-01

realidade material, como sugere o reiterado uso que o autor russo faz do termo "pseudo-marxista". Por outro lado, afirmar Marof como "porta-voz" do marxismo durante seu mandato de deputado pelo PSOB, como sugere Liss (1984, p.182), é incorrer no mesmo erro, apenas com o sinal invertido.

Um caminho mais fértil é compreender as posições de Tristán Marof dentro dos debates ocorridos nos anos 1920 sobre a *natureza da revolução* na América Latina. Michael Löwy (2003) sugere que, naquele período, as posições da esquerda diante do marxismo variaram entre duas extremidades: o "excepcionalismo latino-americano" e o "eurocentrismo".

O excepcionalismo latino-americano entendia como absoluta a particularidade (histórica, política e social) da América Latina e, por isto, no limite tendeu a negar o marxismo como instrumental teórico europeu. O eurocentrismo, por outro lado, se limitou a transportar as categorias explicativas e históricas da Europa para a América Latina e, assim, acabou por desprezar suas particularidades. Curioso notar que, embora diametralmente opostas, estas concepções chegavam uma conclusão comum: o socialismo não se encontrava no horizonte de possibilidades da América Latina. Contudo, alguns intelectuais - como Tristán Marof e José Carlos Mariátegui – buscaram escapar de um quadro rígido de formulações mecânicas ao se esforçarem para articular as extremidades apontadas por Löwy.

Por isso, questionar se Marof "foi" ou "não foi" marxista, comunista ou trostkysta, não nos parece o caminho mais instigante, na medida em que a tarefa do historiador é justamente perceber as apropriações de um arcabouço teórico para a criação de um projeto político, que não necessariamente é coeso, justamente por responder sempre a demandas concretas e imediatas. Ou seja, trata-se do esforço de acompanhar as tensões (tanto com a teoria marxista, quanto com os políticos comunistas e trotskystas) existentes na experiência intelectual e política para compreender as transformações e as continuidades existentes na trajetória de um dos intelectuais mais importantes na história do nosso continente. É a partir dessas perspectivas que buscamos reconstituir, ainda que de maneira breve, a história deste personagem tão instigante.

Bibliografia

ISBN: 978-85-7205-133-01

ALEXANDER, Robert Jackson. International Trotskyism, 1929-1985: A Documented Analysis of the Movement, Duke University Press, 1991.

BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. Breve Historia Contemporánea de Bolivia. Fondo de Cultura Económica: Ciudad del México, 1996.

GERKE GARZÍA, Ana Maria. Alcides Arguedas: Polemic and Polemist in his Polemic with Tristán Marof. Dissertação de mestrado em Artes pela Central Connecticut State University, 2009.

JOHN, Steven Sandor. Bolivia's Radical Traidition. Arizona: The University of Arizona Press, 2009.

LISS, Sheldon B. Marxist Thought in Latin America. California: University of California Press, 1984.

LORA, Guillermo. "La legendaria figura de Marof". IN: LORA, Guillermo. Historia del movimiento obrero boliviano Tomo III . La paz: Ediciones Masas, 1996. p.7

LÖWY, M. O marxismo na América Latina. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MALLOY, James. Bolivia the Uncompleted Revolution. Pitsburgh: Pitsburgh University Press, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. "La Aventura de Tristán Marof". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. Temas de Nuestra América. Lima: Editora Amauta, 1975.

MAROF, Tristán. México de frente y de perfil. Buenos Aires, Claridad, 1934.

_____. "Carta a José Carlos Mariátegui en Lima, La Habana, 22 de abril de 1928". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. Mariátegui Total. Lima, Empresa Editora Amauta, 1994.

MELGAR BAO, Ricardo. "El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política". Pacarina del Sur, año 3, núm. 11, abril-junio, 2012. Disponível em: www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica

MESA GISBERT, Carlos D. "La construcción de la nación oligárquica, el gérmen del nacionalismo (1880-1952)" In: MESA GISBERT, Carlos D; MESA, José de; GISBERT, Teresa. Historia de Bolivia. Laz Paz: Editorial Gisbert, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SCHELCHKOV, Andrey. “En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista.” Revista iZQUIERDAS**,** Año 3, Número 5, Año 2009.

TEIXEIRA, G.L. Anti-imperialismo e nacionalismo . A polêmica dos anos 20 na visão de Haya de La Torre e Julio Antonio Mella. Tese de Doutorado em História Social pela FFLCH/USP, 2002.

TROTSKY, Leon. Escritos Latinoamericanos. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2000.

ISBN: 978-85-7205-133-01

História e dramaturgia no México

Historia y dramaturgia en México

Robson Batista dos Santos Hasmann
Doutorando Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana (FFLCH-USP)
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)
robson.hasmann@ifsp.edu.br / robson.hasmann@usp.br

Resumo

Na construção histórica de um país surgem diferentes mecanismos responsáveis por fazer com que os indivíduos identifiquem-se com a nação. Desde o levantamento de um edifício símbolo, passando pela escolha de personalidades representativas de determinado momento, até a criação de uma concepção abstrata das características peculiares do respectivo povo. Além dessas formas, a arte, em suas mais variadas expressões, é um instrumento bastante significativo. O teatro é uma dessas artes cuja peculiaridade está no fato de conseguir expor de uma maneira quase concreta as ideias veiculadas, estejam essas ideias explícitas ou latentes na sociedade em que surgem. Porém, os estudos que trabalham na intersecção entre literatura e história, predominantemente procuram na prosa romanesca a relação entre esses dois campos do saber. Partindo desses pressupostos, este trabalho pretende refletir sobre o teatro no México em três momentos de sua história a partir de obras de Rodolfo Usigli, Vicente Leñero e Sabina Berman. A arte dramática no México tem função significativa em diferentes momentos. Aliás, conforme definiu o historiador Leandro Karnal (1998), alguns processos de colonização desse país estiveram elaborados a partir do que ele cunhou como "teatro da fé", isto é, a criação de ritos para marcar e mostrar a importância da cultura que estava sendo construída na Nova Espanha. Porém, os três dramaturgos estudados utilizaram conceitos oriundos da História e da Historiografia para estruturar sua estética. São esses recursos estilísticos e seus respectivos subsídios historiográficos que pretendemos mostrar nesta comunicação.

Palavras-chave: Dramaturgia; História; México.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Resumen

En la construcción histórica de un país surgen diferentes mecanismos que pueden ser responsables por promover la identificación a su pueblo. Sea por medio de la creación de un monumento simbólico sea por la elección de personalidades representativas de determinado momento histórico hasta la creación de una concepción abstracta de las características peculiares de ese pueblo. Además, el arte, en sus más variadas expresiones es un instrumento bastante significativo. El teatro es una de esas artes cuya peculiaridad consiste en exponer de manera casi concreta las ideas vehiculadas explícita o de forma latente en la sociedad en que surgen. Sin embargo, los estudios que relacionan literatura e historia suelen dedicarse a la novela A partir de esas ideas, este trabajo pretende reflexionar sobre el teatro en México en tres momentos de su historia, focalizando obras de Rodolfo Usigli, Vicente Leñero y Sabina Berman. Según lo definió el historiador Leandro Karnal (1998), algunos procesos de colonización en México estuvieron elaborados por lo que él llamó el "teatro de la fe", es decir, la creación de ritos para marcar y mostrar la importancia de la cultura que estaba siendo construida en Nueva España. En esta intersección entre historia y dramaturgia, identificamos que el contenido histórico, cuyos estudios dentro de la prosa novelesca cuentan con una extensa bibliografía, tradicionalmente no es materia de buena conformación por el arte dramático. Sin embargo, si se consideran los tres dramaturgos estudiados se percibe claramente que todos utilizaron conceptos oriundos de la Historia y la Historiografía para estructurar sus estéticas. Así, la ponencia pretende presentar esos recursos estilísticos y sus respectivos subsidios.

Palabras clave: Dramaturgia; Historia; México.

Prólogo

A partir das independências, os países latino-americanos nutriram uma preocupação cada vez maior por suas identidades. No confronto com o outro, da diferença com o europeu colonizador, emergiu a tentativa de se diferenciar. Sabemos que a identidade é discurso. Por isso, aliás, em muitos aspectos podemos falar em identificação, pois existe um caráter transitivo da identidade no tempo e no espaço. No estudo desses processos discursivos nacionais, são privilegiados documentos fundacionais, "fatos" históricos significativos política e economicamente, obras literárias etc. Nestas últimas, poemas e romances são alçados à categoria de monumentos fundacionais. Seus enredos expõem a grandeza do povo

ISBN: 978-85-7205-133-01

que quer constituir-se nação. A escolha dessas obras tanto por investigadores da literatura quanto pela história é comum. Porém, o texto dramático raramente é estudado com esse propósito.

Embora não seja nosso foco explicar os motivos da ausência do teatro como construção discursiva capaz de marcar uma identidade, acreditamos que a matéria de que são feitos o épico e o dramático pode ser considerada como diferente. Tradicionalmente, as histórias épicas centralizam os grandes feitos de heróis; já o drama põe em cena um herói não raro problemático que sofre com a queda. Além disso, outro gênero tradicional, a comédia, tem por objetivo representar caracteres de camadas inferiores e com frequência em situações ridículas. Portanto, o drama como elemento representacional da identidade parece encontrar mais problemas do que soluções.

No entanto, ao vasculharmos na história da dramaturgia da América Latina, é possível encontrar obras teatrais a que poderíamos também atribuir o *status* de discursos que buscam a identidade. Esse é, sem dúvida, o caso do teatro moderno mexicano.

Nessa comunicação, pretendemos, discutir a presença de um discurso identitário em obras teatrais mexicanas do século 20 a partir de três autores: Rodolfo Usigli, Vicente Leñero e Sabina Berman. Esse texto reflete as primeiras reflexões sobre essa problemática em uma pesquisa de doutoramento que venho realizando no Programa de pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Universidade de São Paulo.

O épico e o dramático

Ainda que a modernidade e a pós-modernidade tenham derrubado as fronteiras de gênero e ampliado a divisão clássica de épico, lírico e dramático, esses conceitos são importantes como ponto de partida. A rigor, o conteúdo épico era material pouco adaptável à forma dramática. Porém, no século 20 o teatro moderno transformou-se a ponto de conseguir inserir elementos cuja preocupação estava ligada à épica no texto dramático. Daí decorre o conceito de teatro épico.

Segundo Anatol Rosenfeld (1977), duas razões fundariam o teatro épico, ambas decorrentes da expansão do elemento épico dentro do teatro do século 20. A primeira seria um excessivo subjetivismo e individualismo. Nesse cenário o protagonista já não apresenta

ISBN: 978-85-7205-133-01

antagonistas reais. Assim, o diálogo, base do drama, perde força. O segundo elemento seria aparentemente oposto ao primeiro, isto é, em vez do subjetivismo, haveria uma predominância do mundo impessoal, o ambiente, a hereditariedade, as forças anônimas (ROSENFELD, 1977, p. 140).

O desenvolvimento de um teatro épico tem início com o teatrólogo e diretor alemão, Erwin Piscator (1893-1966). Na direção da peça *Apesar de tudo!* encenada em 1925, ele utilizou materiais incomuns no teatro com o propósito de "documentar" o pano de fundo social desse momento. A técnica mais inovadora foi a projeção de vídeos, em diferentes cenas, que ampliou os efeitos de sentido para a conscientização política.[1] Segundo ele, o público estava cansado da arte teatral porque, além das peças não apresentarem temas pertinentes ao contexto dos espectadores, a presença do cinema tornava qualquer filme mais atraente. Era preciso, portanto, dar um caráter político ao teatro. Isso envolveria reformular os temas e a própria montagem. Piscator, então, utilizou-se da projeção de filmes e realizou montagens com cenários móveis. O drama, então, ganhava força à medida que se apoiava nesses documentos. Porém, será com o também alemão Bertold Brecht que o épico penetrará com mais expressividade no dramático. Brecht privilegiava a crítica, a postura contestatória por meio do teatro. Nesse sentido, suas obras estão situadas em tempos e espaços distantes dos espectadores, mas o impacto esperado é de mostrar ao público a transitividade de suas condições sociais. Nesse reconhecimento inicia-se a crítica.

História, escrita e literatura

Hayden White promoveu uma significativa contribuição para os estudos teóricos acerca da relação entre a história e a literatura. Duas de suas obras merecem destaque: *Meta-história* (2008) e "O texto histórico como artefato literário" (2001). A primeira, de maior fôlego, publicada em 1973, faz uma incursão pelos processos escriturais dos principais historiadores e filósofos da história do século 19. A segunda, publicada no ano posterior, é fruto de uma conferência em um Colóquio de Literatura Comparada da Universidade de Yale.

Nas duas obras White desenvolve a ideia de que a narrativa histórica não é um texto sustentado pela quantidade de informações e conhecimentos apresentados, mas sim pela forma como se organizam os materiais disponíveis e encontrados pelo historiador. Assim,

[1] Cf. Piscator (1968), "O drama documentário", p. 78-86.

ISBN: 978-85-7205-133-01

antes de ser um erudito que tem profundo conhecimento do acontecimento histórico sobre o qual se debruça, o historiador é um escritor que organiza um conjunto de códigos esparsos e os decodifica de modo a atribuir um significado aos acontecimentos.

Para sustentar sua tese ele recorre, primeiramente, à noção de *tropos*, com foco na metáfora, na metonímia, na sinédoque e na ironia e a relaciona à concepção de Northrop Frye acerca dos arquétipos narrativos, a saber: o cômico, o trágico, o romântico e o irônico. Na construção de uma narrativa histórica, os tropos podem ser organizados com as formas arquetípicas. Isso o permite afirmar que os fatos não são por si mesmos história. Os acontecimentos são elevados à categoria de históricos por formas de organizar e ordenar os eventos: subordinam-se uns a outros; realçam-se uns em detrimento de outros; representam-se alguns motivos; varia-se o tom e o ponto de vista... etc.

Esse modo de encarar o texto histórico coloca em debate o caráter científico da história. White afirma que isso não significa diminuir a importância do historiador nem qualificar como melhor ou pior a escolha cômica ou trágica, por exemplo. A questão está em reconhecer que não é possível encontrar leis para a compreensão dos fenômenos, tais como conquistaram a física e a química. O que ele quer enfatizar é que, assim como a literatura, a narrativa histórica tem um caráter mimético, uma função mediadora do sentido decodificado pelo historiador.

O questionamento do *status* científico da historiografia e sua aproximação à literatura coloca no debate o problema da imaginação *versus* verdade, em cuja raiz estão as reflexões da *Poética* aristotélica. White (2001, p. 115) coloca o debate nesses termos: "A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável."* (itálicos no original).

Entendemos que o imaginável na história não é o ficcional em sentido *strictu.* Trata-se de reproduzir os acontecimentos e reconhecer nessa reprodução estruturas simbólicas de imagens que apontam tanto para o acontecimento em si quanto para a própria forma em que foram codificados. Nas palavras de White (2001, p. 105): "vista de um modo puramente formal, uma narrativa histórica é não só uma *reprodução* dos acontecimentos nela relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária." (itálicos no original).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Esse pressuposto de origem pierciana de que o texto histórico é também uma representação nos conduz ao problema das diferenças de sentido provocadas pela decodificação e recodificação da representação dramática.

É o próprio Hayden White, em *Meta-história* (2008), que sinaliza a participação dos historiadores e filósofos da história acerca do vínculo entre o drama e a narrativa histórica. Ao analisar o pensamento de Hegel, ele identifica que o filósofo alemão abordou a construção do discurso histórico mais em sua *Estética* do que em sua *Filosofia da história.* Para White, isso explica por que as reflexões do filósofo alemão sobre a história surgiram depois que ele definiu as formas de composição em épico, lírico e dramático.

Acerca especificamente do dramático, Hegel propõe que nele se consolida uma ruptura entre a poesia e a prosa. A partir disso, White (2008) interpreta que "de fato, Hegel deixou bem pouca dúvida de que, em sua mente, os aspectos formais da representação histórica e dramática são os mesmos." (p. 102). A aproximação do histórico com o dramático acontece porque, para Hegel, a história lida com a vida comum, prosaica, quer pelas vias das crenças religiosas, quer pela constituição política. É da vida comum que emergem as forças de preservação ou de mudança. O historiador busca justamente representar essas forças, os indivíduos que dela fazem parte e, por conseguinte, os conflitos oriundos dessa tensão. A tentativa de representar esses conflitos é, também, marca do drama clássico.

A ideia de que a narrativa histórica e o drama clássico são compostos da mesma substância encontra eco em Nietzsche, cuja filosofia está marcada pela história. Para White (2008, p. 341), suas reflexões sobre a história "são uma extensão de suas reflexões sobre a tragédia". Podemos dizer que ao buscar a origem da tragédia, Nietzsche encontrou a possibilidade de explicar as formas que impulsionam a criação da história. Com efeito, em oposição às concepções cientificistas da historiografia de sua época, em Nietzsche desaparece a noção de que o processo histórico deva ser explicado ou posto em enredo de algum modo determinado. Essa noção dá espaço à ideia de representação histórica como pura estória, fabulação.

Esse percurso por duas das mais importantes obras de Hayden White acerca de como a narrativa histórica está fundamentada na construção discursivo encontra paralelo na historiografia francesa dos anos 70. O historiador Michel de Certeau, em 1975, publicou *A escrita da história*, obra em que destaca uma mudança de perspectiva cada vez mais intensa

ISBN: 978-85-7205-133-01

acerca de como a expressão *fazer história* foi paulatinamente substituída por *fazer a história.* (CERTEAU, 1982, p. 16).

Para Certeau, a escrita não é algo contrário à prática historiográfica, mas sim complementar. Com efeito, ela pode ser particularizada sob dois aspectos. O primeiro, adotado sob uma perspectiva etnológica e quase religiosa, é a ideia de que a escrita provoca um rito de sepultamento, exorciza a morte ao introduzi-la no discurso. Por outro lado, a escrita tem uma função simbolizadora, pois permite a uma sociedade situar seu passado dando-lhe uma linguagem e abrindo um espaço próprio para o presente.

Decorrente desses dois aspectos, Certeau vê que a escrita da história tem um caráter performativo. Aproximando-se de Hayden White quando o historiador norte-americano defende que a narrativa histórica é um conjunto de códigos, afirma que a historiografia "não descreve as práticas silenciosas que a constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já semantizadas." (CERTEAU, 1982, p. 107). Nesse processo, a escrita produz duas operações simultâneas, a construção e a erosão das unidades significantes. Isso significa, nas palavras de Certeau (1982, p. 105), que "a estrutura de uma composição não mais retém aquilo que representa, mas deve também enunciar o bastante, para que com esta fuga sejam verdadeiramente encenados – 'produzidos' – o passado, o real ou a morte de que fala o texto."

A história como tema literário

A professora da USP, Maria Helena Capelato (2009) aponta que na América Latina floresceram, no período de 1930 a 1960, diversos ensaios que se dedicaram a discutir e resgatar a questão da identidade nacional. No México, o destaque pode ser dado a *El perfil del hombre y la cultura en México,* escrito em 1934 por Samuel Ramos. O autor lança mão das mais variadas áreas do conhecimento para compreender a identidade mexicana, com destaque para a psicanálise. Para isso, foi buscar na história a origem de aspectos que ele atribuía ao homem de seu país: inautenticidade, complexo de inferioridade, machismo, agressividade e preguiça.

Segundo Ramos (2001), a conquista e a colonização marcaram o inconsciente coletivo mexicano com traumas, inicialmente, nas populações nativas, mas que se perpetuaram ao longo do tempo. As feridas abertas por esses dois momentos foram agravadas quando, após a Independência, ao tentar reorganizar o país, seus líderes optaram por copiar

ISBN: 978-85-7205-133-01

ideias estrangeiras, em vez de buscar nas tradições e características próprias do povo, um exemplo de organização social e política.

A partir desses pressupostos histórico-culturais, Samuel Ramos analisou dois tipos, o *pelado* e o índio. O primeiro representaria o mais infame aspecto da cultura mexicana, pois suas capacidades intelectuais seriam "primitivas", e sua atuação social o colocaria como "um zero à esquerda", já que seria incapaz de agir autonomamente. Quanto ao índio, o vício marcante seria o da passividade. Apesar de reconhecer a possibilidade de os índios terem influenciado os mestiços e os brancos, grupo social urbano ativo, Ramos afirma que, no momento em que escreve seu ensaio, a influência indígena no plano social e espiritual "se reduce hoy al mero hecho de su presencia. Es como un coro que asiste silencioso al drama de la vida mexicana." (RAMOS, 2001, p. 58).

Anos mais tarde, outra análise do ser mexicano demonstraria também os traumas causados pela conquista e colonização: *O laberinto da solidão,* de Octavio Paz. Publicado inicialmente em 1950, o ensaio da forma como o conhecemos hoje, foi reescrito em 1959. Sem ser nosso interesse cotejar as duas edições, cabe destacar que dentro do conjunto e ensaios, talvez seja "Los hijos de la Malinche" o que mais fortemente demonstra como se construiu o trauma da colonização.

O texto de Octavio Paz, considerado renovador da ensaística e das interpretações sobre o México está marcado por uma transdisciplinaridade e uma boa dose de intuição. O ensaísta utiliza conhecimentos da Historiografia, da Antropologia e da Psicologia para expor as principais características do mexicano. Estamos diante de uma espécie de busca por uma mexicanidade.

Por ser poeta, Paz busca nas expressões populares o mote de suas reflexões. Assim, encontra na expressão "*Hijos de la chingada"* uma dessas frases em que se assenta o caráter de seu povo. No estudo da expressão, o autor faz uma longa exploração das nuances de significado em diferentes países. Fica claro, de qualquer forma, que dirigir-se a alguém como *chingón* (ou suas nuances) é uma forma ofensiva. No México, a ofensa se intensifica porque a *Chingada* está relacionada à Malinche, em outras palavras, está relacionada àquela cujo corpo foi violado pela força. Nesse sentido, a índia entregue a Cortés representaria a nação mexicana e o macho que a viola, obviamente, o povo espanhol durante a colonização.

História e Psicanálise, a Malinche de Paz é um sintoma do trauma histórico vivido pelos astecas: "Se a *chingada* é uma representação da mãe violada, não me parece forçado

ISBN: 978-85-7205-133-01

associá-la com a Conquista, que foi também uma violação, não somente no sentido histórico, mas também na própria carne das índias." (PAZ, 1998, p. 94).[2]

A partir disso, Octavio Paz vê na mitologia asteca a explicação para o acontecimento traumático da Conquista e uma explicação dos motivos pelos quais a imagem feminina tomou o centro das representações para os astecas. Ele explica que o auge do culto a divindades masculinas (Quetzalcóatl, o deus do autossacrifício, e Huitzilopochtli, o jovem deus guerreiro que sacrifica) coincide com a chegada dos espanhóis. Como estes últimos venceram, o culto às divindades femininas substitui o das masculinas. Outro motivo seria o surgimento da Virgem de Guadalupe em uma colina que havia sido santuário de Tonantzin, a deusa da fertilidade entre os astecas. Assim se produz a substituição, pois a Virgem é acolhedora, a cuidar dos desvalidos contra o poder do Estranho, o estrangeiro, o *Outro*.

Apesar de apontarem aspectos negativos de sua cultura, tanto Samuel Ramos quanto Octavio Paz acreditaram em uma renovação e na possibilidade de rompimento com os traumas do passado. Samuel Ramos pensava na regeneração do 'ser nacional' a partir das ferramentas intelectuais da filosofia, da educação e da psicanálise (CAPELATO, 2009, p. 67); já Paz via nas tensões daquele momento uma oportunidade de superação dos conflitos.

O teatro mexicano moderno

O debate sobre a presença do outro e a tentativa por demonstrar a necessidade do mexicano voltar-se para sua identidade surge em diversas peças teatrais a partir de 1930 de cunho revolucionário. Um exemplo é o do dramaturgo Maurício Magdaleno, que em obras como *Pánuco 137* destaca a tensão sobre o petróleo, a partir do desejo dos mexicanos de explorar essa riqueza ou de vendê-la aos interesses dos Estados Unidos.

No entanto, do ponto de vista estético, atribui-se a Rodolfo Usigli o nascimento do moderno teatro mexicano. De maneira mais específica é com a peça *El gesticulador*, escrita em 1937, que se lançam as bases para o início de uma modernidade. Intitulada como "*pieza para demagogos"*, o texto está fundamentado em uma trama que propõe rever a construção da história do México pós-revolução. Na trama, um professor universitário de história da Revolução Mexicana desempregado encontra-se com um jovem historiador norte-

[2] O uso da Psicanálise não é aleatório dentro do ensaio, uma vez que ao longo de todo o *Laberinto* o México é visto como um adolescente.

ISBN: 978-85-7205-133-01

americano que pesquisa o paradeiro de um ex-comandante guerrilheiro. Coincidentemente, o professor tem o mesmo nome do comandante, Cesar Rubio. Seu impulso inicial é dizer que ele é o próprio Cesar Rubio da guerrilha. Uma vez que se trata de um especialista na história procurada pelo estrangeiro, o professor mexicano vê a possibilidade de voltar ao mundo acadêmico, inclusive lecionando nos Estados Unidos. Porém, cria-se para ele um problema moral: isso significaria mentir, seria também construir uma história falsa sobre si e seu país.

Com esse enredo, Usigli toca em questões da história de seu país, tal como a distância entre os objetivos da revolução e o que de fato se consolidou, e a problemática do intelectual vinculado ao governo. O destaque maior, porém, fica por conta do questionamento da própria historiografia. A escolha de um intelectual que tem a capacidade de organizar e interpretar os fatos da história está posta aí como um dos principais temas.

A partir de *El gesticulador,* Rodolfo Usigli dedicou-se principalmente à questão da construção historiográfica. Escreveu, entre outros, uma trilogia em que são representados três momentos essenciais de seu país. Chamada "trilogia das coroas", todas as peças estão construídas a partir do conceito de anti-história, criado por ele mesmo para designar um método de pensar a história e a historiografia de maneira oposta ao rigor científico praticado pelos acadêmicos de seu país. Segundo esse princípio, a imaginação deve predominar no processo de escrita de uma peça de fundo histórico e não os documentos e a verdade dos fatos.

É no prefácio à primeira obra da trilogia, *Corona de sombra (1943),* que o autor lança mão desse conceito. Para ele, a trilogia seria capaz de pensar o destino não do México apenas, mas de todo continente. Nessa obra, as figuras de Maximiliano e Carlota ocupam o pano de fundo das discussões. As palavras do crítico Peter Beardesell sobre essa peça poderiam, também ser atribuídas a *El gesticulador:* "em *Corona de sombra* el sufrimiento de un individuo estaba integrado con la lucha de una nación por su independencia; la locura de la emperatriz estaba interconectada con la ejecución del emperador y el presente estaba iluminado por una revalorización del pasado*." (p. 175).* (Advertencia a Corona de sombra).

Corona de fuego foi escrita nos anos 1960, quando Usigli estava em missão diplomática na Etiópia, com sede em Beirute. Possui o subtítulo *Primer esquema para uma tragedia antihistórica americana.* Pensada a partir dos princípios da tragédia grega e estruturada em versos, essa *coroa* como essência temática dessa peça está no "desciframiento del mexicano desde y en función de su relación con el otro, a partir del acontecimiento de la

ISBN: 978-85-7205-133-01

Conquista". (PÁJARO SÁNCHEZ, 2011, p. 83). Para Usigli, a Conquista era o acontecimento que representava simbolicamente a base da nação.

A última peça da trilogia, *Corona de luz*, apesar de escrita três anos depois, estreou só em 1969, depois de ter vencido o prêmio o I Concurso Latino-americano de Obras teatrais, em 1965. A ideia central que a sustenta é a posição do México frente à bipolarização do mundo durante a Guerra Fria. Para Usigli, os mexicanos não deveriam tomar posição de um ou outro lado, mas encontrar um eixo que valorizasse sua própria cultura, arqueologia, folclore, e, obviamente, história. (PÁJARO SÁNCHEZ, 2011, p. 109).

Além dessas peças, Rodolfo Usigli escreveu muitas outras, sempre com a preocupação de contestar o registro formal da história. Como foi também responsável pela formação de inúmeros dramaturgos a partir da criação da cátedra de teatro do Instituto Nacional de Belas Artes (INBA) e na UNAM[3], ele contribuiu para a abertura de novas técnicas, recursos e experiências dramáticas em outros autores.

Um deles é Vicente Leñero. Engenheiro de formação e jornalista de formação e atuação, Leñero é também bastante conhecido por seus romances. Suas primeiras produções dramáticas datam de 1968 (ano significativo para a história mexicana), com a peça *Pueblo rechazado*. Impregnado por um contexto histórico tenso e tendo conhecido as concepções de Erwin Piscator e Bertold Brecht, Vicente Leñero trabalha a partir da proposta de um teatro documentário, termo criado pelo crítico alemão Erwin Picastor.

Com as concepções de um teatro político esboçadas por Picastor em mente, Vicente Leñero construiu várias peças proibidas pelo governo, tais como *Martirio de Morelos* (1981) e *Nadie sabe nada* (1988). Nelas o autor toma fatos recentes de seu país para apresentá-los de uma nova maneira. Em *Nadie sabe nada*, trata-se de um caso de corrupção da imprensa pelo governo mexicano. A tentativa de apresentar as diversas possibilidades dos acontecimentos para levar a plateia a refletir sobre a condução da política e do papel da imprensa manifesta-se na utilização cenográfica: foram utilizados quatorze espaços simultâneos (!).

A última representação que queremos destacar em que surgem discussões estéticas a partir de reformulações da história é *Águila o sol* (1984), de Sabina Berman.

[3]Domingo Adame, em artigo intitulado "la dramaturgia mexicana contemporánea (1950-1990)", constata que uma dos aspectos mais importantes desse período é a presença de Rodolfo Usigli, tanto com suas aulas na UNAM quanto por seus textos teóricos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Apesar de se tratar de uma obra anterior as de Leñero, ela também propõe a revisão histórica, mas sua proposta estética é uma construção pós-moderna. Se na peça de Leñero uma concepção de política colocava ao lado uma utopia, entendida como o desejo de renovação da condução política em função da melhora econômica e social, na obra de Berman a principal marca é o desaparecimento das utopias e a emergência de novos temas, como a problemática de gênero e a discussão sobre inserção social de minorias historicamente excluídas.

A autora estreou nos anos 80 com a peça *Yankee*, em que aborda alguns problemas do México a partir do confronto com o outro, no caso Bill, o norte-americano protagonista. Porém, como afirma Martínez de Olcoz (p. 227), é somente com *Águila o sol* que ela entende a verdadeira forma de discutir seu país. Para isso, a referência a Octavio Paz no título não é aleatória. Demonstra que a autora passa a pensar o México não a partir do *outro*, mas a partir do *mesmo*, como Octavio Paz fizera sobretudo em *El laberinto de la soledad* e depois em *Águila o sol.*

O enredo de *Águila o sol* percorre os dias entre a chegada dos espanhóis e o assassinato de Moctezuma. No texto de abertura, a autora afirma que a peça está fundamentada nas crônicas indígenas que relataram os acontecimentos, recopiladas por León Portilla em *La visión de los vencidos.*

Sabina Berman explica ainda que, mesmo tendo a ânsia de escrever uma obra realista, acabou por construir uma peça inserida na tradição mexicana dos signos e símbolos e emprega recursos do teatro de rua da atualidade, das danças indígenas, do *corrido*, do canto *plañidero*; além disso, resume o número de atores dos fatos, à maneira dos códices pré-colombiano e coloniais.

À parte essa explicação da autora, em que se expressa sutilmente uma "poética" da peça, chama a atenção a quebra da concepção tradicional da divisão em atos. Poderíamos dizer que a obra está dividida em capítulos, devido aos subtítulos que são acrescentados ao longo das ações. Mais do que parecer quadros que se vinculam por uma temática única, esse recurso confirma nossa hipótese do caráter narrativo da peça.

Os atos / capítulos são os seguintes: Los presagios; noticia cierta, el encuentro, Se acaba el mundo entre prodigios, Días funestos, Teatro callejero, Paltlahuatzin, La masacre de Cholula, Tezcatlipoca, Bautismos, Los ojos de Cortés en los ojos de Moctezuma, El tesoro, Huitzilopoztli, Moctezuma, La llorona. Outro recurso típico das narrativas também aparece para dar mais evidencia ao aspecto épico da obra: o narrador.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A chegada dos espanhóis e representada pela interpretação do "desorejado", que, saindo de Mictlancuautla vai a Moctezuma contar que os navios estão chegando. Desconhecendo os instrumentos, as roupas e as características físicas daqueles que vinham, Moctezuma pergunta aos "magos" o que poderia ser. Após um silêncio e frente à nova solicitação de Moctezuma, um deles interpreta como o retorno de Quetzalcoatl, que ressurge para inaugurar um novo tempo e trazer um novo sol. Nesse momento, uma frase dita por Moteczuma parece resumir o propósito da peça: "*a ver si su historia no es falsa*". (BERMAN, 1984, p. 232).

A preocupação condensada na frase que encerra o parágrafo acima demonstra que Berman expõe a tentativa de buscar nas origens da formação de seu país os conflitos contemporâneos. No prólogo, a autora explica que a peça está construída como um códice asteca, em que pintura e palavra oral e escrita estão dispostas de uma maneira a evocar uma cena.

Epílogo

Ao aproximarmos a historiografia e a literatura, é preciso considerar que, apesar dos recursos semelhantes, os propósitos são em tese diferentes. As modificações na linguagem e a preocupação com as fontes são essenciais para mostrar o caráter de verdade que uma e outro poderiam pretender. Com efeito, o fato histórico e a narrativa ficcional devem ser percebidos não como um evento existente *per si*, mas como uma construção, inclusive textual. A literatura, mesmo com o propósito realista que dominou boa parte do século 19, não precisou prender-se ao caráter de verdade para instaurar seu lugar na leitura dos eventos. Isso possibilitou que os tempos e os eventos fossem misturados a diversos personagens e acontecimentos totalmente imaginados.

Refletir acerca dos processos de construção histórica a partir de obras literárias, sobretudo teatrais, é um grande desafio a partir do momento que se tem consciência dos embates que os materiais podem apresentar. Por outro lado, o fato de que os artistas abordados neste trabalho utilizem momentos da história de seu país para a criação estética evidencia uma complexidade maior sobre a importância do drama para as sociedades em que estão inseridos. Nesse sentido, a representação pode ser tomada em seu sentido etimológico, a de tornar presente de novo. Os eventos evocados pelos autores, estejam eles mais próximos do presente histórico representado ou não, demonstram que a história não é algo estático, que surge em dado momento e se fixa nesse ponto temporal. Pelo contrário, ao recriar os fatos os

ISBN: 978-85-7205-133-01

dramaturgos demonstram que a história está em constante reconstrução porque é evocada para que se possa pensar o presente.

Da mesma forma, a partir dos autores e das peças que tomamos como estudo, temos a oportunidade de pensar que, seja do ponto de vista científico ou não, a reflexão sobre a história e construção da identidade do México deu à arte dramática desse país a possibilidade de modificar e aprimorar seus recursos estéticos, suas técnicas.

Logicamente, o fato desses autores terem saído do México e terem convivido com outros dramaturgos fora de seu país foi importante para a formação artística. No entanto, fazer uma leitura do tipo que considera a "influência" de outros autores seria desmerecer ou ler superficialmente as obras, uma vez que as técnicas estão conjugadas com temas profundamente enraizados na cultura mexicana: a colonização, os impactos da Revolução e a articulação da imprensa com os intelectuais.

Rodolfo Usigli considerava que a matéria para o teatro não deveria ser buscada nas fontes históricas e seus registros, mas sim a imaginação. No Prólogo a *Corona de luz*, ele conta que ao terminar *Corona de sombra* havia escrito no "Prólogo después de la Obra" algo que ainda lhe era aplicável à *corona de luz:*

> Si no se escribe un libro de historia, si se lleva un tema histórico al terreno del arte dramático, el primer elemento que debe regir es la imaginación, no la historia. La historia no puede llenar otra función que la de un simple acento de color, de ambiente o de época. En otras palabras, sólo la imaginación permite tratar teatralmente un tema histórico. (USIGLI, 1985, p. 70).

Com essas palavras, fica mais do que explícita a ideia de que, embora a historiografia possa ser um componente importante para o dramaturgo que queira usar o passado como tema e enredo, a imaginação deve controlar a escrita, sob pena de que aquilo que se represente no palco seja não uma peça de teatro, mas sim uma nova forma de historiografia.

Entendemos que esse recurso é o que transforma a possibilidade de trabalhar com as diferentes temporalidades e projetar reflexão sobre as questões identitárias no México. Dessa forma, percebemos que, se no período de colonização houve um uso político do teatro pela religião (Karnal, 1998), nas peças que procuramos destacar neste trabalho, a proposta estética busca desestabilizar, pela reflexão crítica, a política constituída.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Referências

ADAME, Domingo. La dramaturgia mexicana contemporánea (1950-1990) y sus temas fundamentales. *Literatura mexicana.* México D.F., v. 4, n.2, p. 523-540, 1993. Disponível em: http://www.revistas.unam.mx/index.php/rlm/article/view/27595. Acesso em: 17 abr. 2013.

BEARDESELL, Peter. *Teatro para caníbales:* Rodolfo Usigli y el teatro mexicano. Bueno Aires / México D.F.: Siglo XXI, 2002.

BERMAN, Sabina. Águila o sol. In: _____. *Teatro de Sabina Berman.*México D.F.: Mexicanos Unidos, 1985, p. 224-265.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Intelectuais latino-americanos. *Anos 90*. Porto Alegre, v.16, n. 29, p. 59-79, jul. 2009.

KARNAL, Leandro. *O teatro da fé:* representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLCOZ, N.M de. Águila o sol de Sabina Berman: archivo, memoria y re-escritura. *Revista de estudios teatrales.* Alcalá de Henares, n. 11, p. 219-234, 1997. Disponível em: http://dspace.uah.es/dspace/handle/10017/843. Acesso em: 5 jan. 2014.

PÁJARO SÁNCHEZ, Israel Isaac. *Historia y antihistoria en la dramaturgia de Rodolfo Usigli.* (mestrado em Estudos Históricos). Santiago de Querétaro. Universidade Autônoma de Querétaro, 2011, 155p.

RAMOS, Samuel. *El perfil del hombre y la cultura en México.* México D.F.: Planeta Mexicano, 2001.

USIGLI, Rodolfo. *Corona de Luz:* la virgen. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Rios de tempo, rios de sangue! A contenda por Perón no romance de Tomás Eloy Martínez

Rivers of time,rivers of blood! The strife for Perón in the romance of Tomás Eloy Martínez

Rodrigo Medina Zagni

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM-USP)

Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: rodrigo.medina.unifesp@gmail.com

Resumo: Tendo como tema a disputa pela imagem do maior líder político argentino de todos os tempos, Juan Domingo Perón, quando de sua volta à Argentina em 1973 após 18 anos de exílio, este trabalho tenta identificar, no romance de Tomás Eloy Mantínez, como foram representados tanto Perón quanto os grupos que entraram na contenda por sua imagem, orientados por quais interesses, com que dimensão de influência e com quais perspectivas de ação concreta para ultimar sua vitória, no limite entre ficção e História.

Palavras-chave: Juan Domingo Perón; Peronismo; Argentina.

Abstract: With the theme of the contest for the picture of the largest argentine political leader of all time, Juan Domingo Perón, whith his return to Argentina in 1973 after 18 years of exile, this paper tries to identify, in the novel by Tomás Eloy Mantínez, how were represented as both Perón and the groups who entered in the contest for his image, guided by which interests, with what dimension of influence and concrete prospects actions to finalize his victory at the boundary between fiction and history.

Keywords: Juan Domingo Perón; Peronism; Argentina.

> - Olhem para ela – aponta o general. – Vejam aqueles olhos. Ocupam quase toda a cabeça. São olhos muito estranhos, cada um com quatro mil facetas. Captam a realidade em quatro mil pedaços diferentes. Minha avó Dominga era muito impressionada com isso. 'Juan', ela costumava me dizer, 'o que a mosca vê? Quatro mil verdades, ou uma verdade dividida em quatro mil pedaços?' (MARTÍNEZ, 1988, p. 226)

ISBN: 978-85-7205-133-01

A pergunta parece ingênua tomada dos lábios da personagem Dominga Dutey, uruguaia descendente de nobres franceses e avó de Perón, mas revela-se complexa e transtornadora se transportada para o romance onde Tomás Eloy Martínez parece ser a mosca que observa a verdade em quatro mil pedaços, ou que vê quatro mil verdades.

O romance histórico de Perón está estruturado a partir de verdades fragmentadas pelos múltiplos pontos de vista dos vários grupos a partir dos quais são referidas e que compõem, sutilmente articulados, os capítulos da obra. O peronismo segundo Martínez é multifacetado e tudo nele parece caber, podendo ser determinado a partir dos diversos grupos que o compõem, produzindo interpretações drasticamente distintas, exatamente o que parece ter procurado explorar na obra *O romance de Perón*, e é a partir desta lógica que o analisaremos. O autor transporta o leitor a diferentes locais, diferentes pontos de vista e diferentes períodos: a única forma possível de entender o fenômeno do peronismo, tomando-o não como uma matéria una, mas a partir da manifesta capacidade de abarcar em seu conjunto teórico e ideológico grupos de matizes tão divergentes, de tonalidades suavemente distintas ou brutalmente eqüidistantes, o que provocou em torno da imagem de Perón uma guerra fratricida pela hegemonia de "determinado peronismo", acentuadamente em 1973, com a expectativa dos dias que antecederam a renúncia de Héctor Câmpora e a volta do general, e que se materializou na tragédia assistida no aeroporto de Ezeiza onde a contenda por Perón culminou num massacres de civis.

O leitor adentra ao romance de Martínez pelos olhos estranhos de quatro mil faces da mosca. Isso é experimentado em todos os capítulo do romance, cada qual uma face de uma verdade maior, ou uma verdade constitutiva de muitas outras. Não fosse pelos sóbrios conselhos de Louis W. Goodman (MARTÍNEZ, 1988, p. 375), que o convenceu a poupar os leitores reduzindo seu romance de quase 2 mil para 376 páginas, talvez Martínez tivesse de fato nos levado a experimentar algo em torno de 4 mil faces do peronismo.

Tomás Eloy Martínez, jornalista e escritor, teve uma longa história pessoal com o peronismo: durante a ditadura viveu na Venezuela de onde assistiu o conturbado período que levou à queda do regime peronista no dia 19 de setembro de 1955; como editor da revista *Primeira Plana* propôs, entre 1965 e 1967, uma história crítica do movimento peronista que chegou ao leitor comum na forma de fascículos semanais. Logo em seguida, do final da década de 1960 ao início dos anos 1970, esteve em Madri onde somou cerca de 220 horas de entrevistas com Perón, na quinta onde o general despojado de sua patente amargava o exílio

ISBN: 978-85-7205-133-01

esperando pela morte. As entrevistas são mencionadas no próprio romance, onde o narrador aparece então como uma espécie de "eu transcedental" do autor.

O romance de Perón levou três anos para ser escrito. Terminado em 1985 e editado em 1988, desenhou uma biografia desautorizada de Perón, tratando-se de um romance histórico, claro representante de uma categoria literária que tentava recriar experiências históricas a partir de uma narrativa ficcional, tornando os limites entre História e ficção quase indistintos para o leitor "não-iniciado". Na qualidade portanto de ficção o autor deixa de ter qualquer obrigação em apresentar fundamentos empíricos para seus argumentos, tanto quanto rigor metodológico, na própria falta de uma definição de verdade em História ou mesmo na incapacidade desta em resgatá-la em sua totalidade (senão em verdades potenciais ou possíveis), passando a construir, no lugar: cenários, contextos e tramas históricas verossímeis. A narrativa ficcional, longe de ser História e despretensiosa de sê-la, alude a ela para a construção do que diríamos "espaço negativo", ou fundo, se estivéssemos tratando de uma pintura.

O autor lança mão de todos os recursos que tem à disposição para inserir o leitor na cena por meio de uma narrativa ativada com técnicas de jornalismo que produzem, a partir do uso de uma ordem direta, constituída por parágrafos curtos, resumidos e que dialogam diretamente com o leitor, uma impressão de verdade. O autor utiliza uma escrita envolvente articulada a uma leitura ágil que corrobora na inserção do leitor, por meio da narrativa, numa penumbra onde os limites entre história e ficção normalmente se confundem. Na literatura, o efeito que o *trompe oeil* provoca na pintura.

Retomar o tema depois de 69 anos da primeira manifestação peronista na Argentina, após 59 anos da queda do regime de Perón, 62 anos após a morte de Evita, 4 anos após a morte do próprio Tomás Eloy Martinez e quando ainda o peronismo é a força política mais importante da Argentina, é essencial para entendermos parte de um processo cujo nexo estrutural de sentido está conectado em uma extremidade à fenômenos políticos semelhantes na América Latina e no mundo, praticamente no mesmo período, o que denuncia anseios populares por mudanças na estrutura política e social de Estados carcomidos pelos particularismos de aristocracias e interesses de grupos política e economicamente em condição de poder; e na outra ao arquétipo de Juan Domingo Perón, uma das tantas esfinges da nossa contemporaneidade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A década infame de 1930, marcada pela instabilidade decorrente de golpes internos, durou na Argentina até pelo menos 1943, havendo portanto 13 anos de sucessões presidenciais que determinaram uma total paralisia de instituições políticas e econômicas. Exatamente nesse período se formou um grupo, dentro das forças armadas nacionais, de oposição à elite militar que conduzia o caos político daquela década. Tratava-se do GOU[1], do qual fazia parte Juan Domingo Perón. O grupo originalmente formado por 19 oficiais se opunha ao comunismo e aos políticos tradicionais, preconizando o estabelecimento de uma nova doutrina política e militar que a partir de idéias patrióticas, em pouco tempo, foi conquistando outros tantos jovens oficiais. Já no final da década infame os oficiais do GOU mantinham intrínsecas relações com militares de países fascistas e, em 1943, com a Segunda Guerra Mundial em pleno curso, o golpe dado na Argentina coincidiu com o esforço do Eixo em cooptar ideologicamente repúblicas sul-americanas, não só a partir das colônias germânicas existentes nesses países onde agentes infiltrados da Gestapo começaram a operar pelo menos desde 1935, mas por conta de uma já estabelecida tradição de formação militar germânica para oficiais argentinos.

O grupo de Perón acusava os militares que conduziam a Argentina de "aliadófilos", enquanto o GOU declarava-se pró-fascista. A origem desse posicionamento ideológico por parte de grupos de dentro do exército remonta ao início do século XX, com o fechamento das escolas militares na Argentina por conta de problemas de desobediência e insubordinação organizadas. Os aspirantes a oficiais passaram a ser enviados aos EUA, França e Alemanha para cursarem suas respectivas academias militares, o que por si só conformava, quando do seu regresso, grupos divergentes entre os oficiais já formados, não só pelas diferenças teóricas em sua formação, mas por clivagens ideológicas igualmente díspares. A situação agravou-se em 1916 com a reformulação total dos comandos militares, período em que jovens oficiais sem nenhuma formação receberam promoções imediatas para postos de comando e passaram, a partir de então, a ascender naturalmente na carreira. Acentuou-se uma cisão ainda mais brutal no oficialato argentino, originando grupos de oficiais rivais dentro do próprio exército: aqueles que não haviam passado por cursos de formação, incumbidos dos quartéis; e os oficiais com formação estrangeira, que comandavam tropas operacionais, inclusive na inteligência do exército. De certa forma o golpe de 1943, perpetrado por um grupo de oficiais do exército que subjugou outro grupo de militares no poder, conformou uma ação prática que

[1] O "Grupo de Oficiais Unidos", "Grupo de Obra e Unificação" ou "Grupo Organizador e Unificador", nem mesmo os manuais de História da América Latinas entram num consenso quanto ao seu significado.

ISBN: 978-85-7205-133-01

acabou denunciando em última instância o ponto máximo de tensão alcançado pelas clivagens ideológicas dentro das forças armadas argentinas.

Com o estabelecimento do governo revolucionário pelo GOU, Perón, após um período como secretário do Trabalho e Previdência Social, foi nomeado vice-presidente da República e Ministro da Guerra, além de continuar acumulando a pasta da Secretaria do Trabalho. No caso argentino, com um governo militarizado num mundo em guerra, tratava-se de uma posição privilegiadamente controladora para o jovem oficial. Sua conduta e os cargos acumulados deram-lhe projeção e visibilidade e, em 1946, Perón se tornou o presidente de 14 milhões de argentinos, assumindo o mandato pela segunda vez em 4 de junho de 1952 e permanecendo no poder até 1955, quando foi derrubado por um golpe que o obrigou a renunciar. Nos 9 anos em que governou a Argentina confrontou-se com poderes já arraigados como a Igreja, chegando a autorizar a dissolução de matrimônios e a determinar a abertura de prostíbulos. Retornou ao poder somente 18 anos depois, em 1973, após um período breve de exílio na República Dominicana e uma longa estada em Madri.

Após ser destituído do poder pensava-se que o exílio de Perón seria breve, mas depois da primeira década na Espanha ficava cada vez mais evidente que sua volta seria, no mínimo, improvável. Mas a Argentina que perdia Perón ganhava o movimento peronista! Proscrito até pelo menos 1965, o movimento que adotou o codinome de “justicialista” ganhou diversos setores da sociedade argentina. A CGT e os principais sindicatos, que após a queda de Perón passaram a sofrer intervenções diretas do Estado, permaneceram peronistas enquanto o justicialismo se reestruturava. Em Madri, durante todo esse tempo, imperava o silêncio; não houve, em 18 anos, nenhum pronunciamento oficial de Perón, limitando-se o general, cuja patente fora-lhe negada por 8 governos consecutivos, ao exercício reflexivo das correspondências que trocava. Respondia as cartas de desde as mais proeminentes figuras do cenário político, que lhe pediam conselhos e pareceres sobre os mais diversos problemas, até de cidadãos comuns, que se gabavam nas discussões políticas cotidianas de possuírem uma carta pessoal do general, e via de regra os assuntos em discussão eram encerrados quando, com um ar de superioridade, alguém sacava do bolso uma carta de Perón.

Em 1971 a Argentina devolveu a Perón, por ordem do presidente Alejandro Lanussi, o que de mais valioso havia sido-lhe roubado, não o poder político ou a patente de general: o cadáver de Evita após 15 anos de paradeiro incerto, período em que esteve escondido, com outro nome, em um cemitério de Milão. O corpo embalsamado da segundo mulher de Perón

ISBN: 978-85-7205-133-01

permaneceu desde então no sótão da quinta em Madri, fazendo-lhe companhia diária no silêncio daquele claustro. Silêncio que foi rompido com a vitória, nas urnas, de Hector Câmpora nas eleições presidenciais de 1973, cuja plataforma política propunha pedir a própria renúncia após promover a volta de Perón à Argentina reconduzindo-o, desta forma, aos braços do povo que o colocaria novamente no poder aos 77 anos de idade.

No aeroporto de Ezeiza, dois milhões de pessoas que aguardavam a volta do general Juan Domingo Perón. Iniciamos a análise exatamente no palco onde a extrema esquerda e a direita, ambas reivindicando para si o peronismo e a imagem do líder, se confrontaram após uma covarde investida dos grupos conservadores ligados ao secretário José López Rega, braço direito do general. Seus asseclas teriam desfechado disparos contra a população que tomava as imediações do aeroporto e se aglomerava ao redor de um palco onde esperavam ver o general acenando-lhes após seu regresso. O alvo: grupos da esquerda peronista. Os resultados: 13 mortos e 365 feridos, de acordo com veículo de imprensa, o que nunca pôde ser confirmado uma vez que não houve investigação formal desses eventos. Há relatos de espancamentos e de jovens arrastados após serem agredidos a golpes de corrente, além de cadáveres encontrados enforcados nas árvores ao longo das estradas de acesso ao aeroporto, militantes ligados à esquerda peronista.

Como resultado o avião que trazia Perón foi “obrigado” a pousar em uma base militar segura em Morón. O general enfim voltava à pátria! Câmpora renunciou e as eleições foram enfim convocadas, levando Perón a uma esmagadora vitória; seu governo relâmpago teve fim no ano seguinte, com a morte de um Perón já entregue à velhice e o governo assumido por sua terceira esposa, Isabelita, sucessora de Evita, durou somente até 1976, ano em que a Argentina assistiu a um novo golpe militar que a destituiu do poder definitivamente e lhe impôs a volta ao exílio em Madri, de onde nunca mais regressou senão para poucos meses de férias.

Mas o que nos interessa de fato é o dia mais curto de 1973: o 20 de junho, o dia do regresso de Perón à Buenos Aires, o marco do fim de seu exílio, o dia do massacre em Ezeiza. No avião que trazia o general, Martinez situa, sentado impacientemente em sua poltrona, um Perón que se defrontava com um peronismo que já não era mais seu: extremistas invadiam fábricas, molestavam sindicalistas e atentavam contra o exército evidenciando que o movimento havia se distanciado demais de sua figura fundacional: Perón. O homem imerso em pensamentos, que naturalmente relutava em arrancar as raízes que havia fincado em

ISBN: 978-85-7205-133-01

Madri, seu lar durante quase duas décadas, iria se deparar com os ultras que ao se infiltrarem no movimento peronista passariam a ameaçar a estabilidade do novo governo de Perón pois ao descontentarem as forças armadas nacionais poderiam desencadear um novo golpe militar.

Mostrava-se de forma cada vez mais evidente que o peronismo havia se tornado dificílimo de se operar, em termos práticos, isso por conta de sua natureza multifacetada. O movimento peronista havia abraçado até ali interesses de distintas classes sociais, componentes de vários grupos não raras vezes rivais, o que tornou impossível não provocar cisões dentro do movimento. Tirá-los à força, qualquer grupo, desgastaria ainda mais a imagem de Perón, esta que deveria ser preservada a qualquer custo. As invasões às fábricas e os distúrbios assistidos na Argentina no início da década de 1970 são atribuídos a grupos guerrilheiros que reivindicavam para si o peronismo. No “Romance de Perón” (MARTÍNEZ, 1988, p. 50) o general atribui a Câmpora o dever inicial de tê-los freado quando assumiu a presidência da Argentina: não o fez, e a tarefa parecia agora impossível para Perón, que deveria então lhes apontar o caminho.

Câmpora teria ainda conquistado o ódio dos próprios peronistas que haviam feito-lhe candidato, não só pela demora em renunciar - com ares de que desejava permanecer no poder -, mas pelo nepotismo que praticou no pouco tempo em que governou, empregando em altos escalões governamentais seus próprios filhos: o peronismo tinha-o como traidor e poderia de um dia para o outro tirá-lo do poder.

Definitivamente, tanto o Perón descrito por Martínez com o Perón de fato haviam se afastado dos projetos revolucionários que visavam transformar a Argentina em uma pátria socialista: tratava-se de um conciliador antirrevolucionário. As tensões resultantes do distanciamento de classes na sociedade argentina não confluiriam para a luta de classes, não para o general que voltava ao poder aos 77 anos de idade. “- O raciocínio é simples – explicara-lhe Perón. – Precisamos escolher entre o tempo e o sangue. Se quisermos rapidez, necessitaremos de rios de sangue. Quanto a mim, prefiro que caminhemos sobre rios de tempo" (MARTÍNEZ, 1988, p. 50). Ironicamente era o tempo que o general, aos 77 anos de idade, não tinha para operar as mudanças necessárias na política, economia e sociedade argentina.

No romance de Martínez o resultado pela contenda por Perón já estava dado, desde o início, em favor dos setores conservadores do movimento. A esquerda revolucionária, os grupos guerrilheiros, os projetos socialistas, não estavam mais na ordem do dia daquele que

ISBN: 978-85-7205-133-01

em abril de 1973 triunfaria nas eleições presidenciais argentinas. Sua plataforma de governo teria como um dos pontos principais promover uma reaproximação do peronismo com os setores militares, o que implicava em empreender apenas reformas lentas e gradativas, não traumáticas que pudessem de alguma forma tratorar as relações entre o líder político argentino e a única instituição capaz de privar-lhe mais uma vez do poder.

O Perón descrito por Martínez alegava não ter enganado os setores esquerdistas do movimento peronista, mas que estes comumente insistiriam em enganar-se com a sua imagem, que na emblemática metáfora disposta em um diálogo, posta na boca de Perón como metáfora, o associou a um "leão sem dentes", uma fera herbívora que não enganava a mais ninguém a não ser aqueles que faziam questão de se enganar. Trata-se do discurso do Perón militar defensor das instituições, filho do Exército argentino, não do revolucionário que inverteria a ordem social constituída. Por que então uma contenda por Perón, se a supremacia dos grupos conservadores e reacionários de dentro do peronismo já estava estabelecida para o general, na concepção romantizada de Martínez? A resposta é que se os grupos de extrema esquerda de dentro do peronismo saíssem às ruas exigindo as mudanças necessárias ao estabelecimento de uma maior justiça social, nem que isso passasse pela via revolucionária, bastaria para ganhar o apoio das massas populares. Ganhariam assim o apoio de Perón, incapaz de contestar o movimento revolucionário e opor-se com isso ao vagalhão das massas. Seriam vertidos aí rios de sangue! As favas com o tempo! Para onde soprar o vendaval, para onde irá o general.

> Filho Ilustre da América, Herói Bolivariano, Senhor Benfeitor. Ouça-o falar aqui contra as conspirações do comunismo internacional, e ali adular Fidel Castro e Che Guevara. O general é uma eterna contradição da natureza, um corpo de urso com um bico de ave de rapina, uma colheita de trigo no mar. (MARTÍNEZ, 1988, p. 274)

Martinez entrelaça numa linguagem não linear a articulação simultânea dos grupos que decidiriam o destino da própria Argentina, fundamentalmente aquele que primeiro ganhasse, pela força do número ou pela habilidade no ardil, o apoio do general. Para os grupos fascistas de dentro do próprio peronismo era preciso guardar Ezeiza dos militantes de esquerda; para os militantes de esquerda era preciso conquistá-la.

Determinar Perón como homem e como líder político é uma tarefa que passa obrigatoriamente pela mais expressiva de suas faces constitutivas: a militar; tanto sua personalidade quanto a concepção militarizada de relações políticas que predominou no governo de Perón dialogavam diretamente com o seu passado militar. Perón era o Exército e o

ISBN: 978-85-7205-133-01

romance de Martínez (1988, p. 173) determina o momento exato onde seu eu foi anulado para dar lugar à encarnação da arma de guerra argentina:

> Quanto mais Juan Domingo se convertia no zero do zero, mais o Exército argentino se transformava no universo, na realidade, no envoltório do eu. Era o futuro, o único possível; era seu corpo, tatuado pela obediência, já incompreensível sem o uniforme. Como necessitava suprimir o passado, o Exército ocupou todo o lugar disponível.

A gênese desse processo teve início no dia 1º de dezembro de 1910, quando prestou exame para admissão ao Exército; e no dia 1º de março de 1911, quando foi incorporado como cadete em San Martín, lugar onde tomou as primeiras lições para liderar homens. Foi promovido a subtenente no dia 18 de dezembro de 1913, em fins de 1915 a tenente, em 1926 a capitão, em 1931 a major, em 1938 já era tenente-coronel e em 1944 coronel. As patentes levaram-no a general, e de líder de tropas passou a conduzir toda uma nação.

Para tratarmos de uma disputa por sua imagem, contenda em que a vitória garantiria ao grupo vencedor hegemonia dentro do próprio movimento e assim na política argentina, devemos primeiramente determinar exatamente que imagem estava em disputa.

Tratava-se de uma imagem construída pelos biógrafos que tentavam interpretar os fatos disponíveis como se pudessem chegar a uma verdadeira essência de Perón, buscando-lhe um sentido, que quando pensou-se ter-se alcançado correspondia mais a uma estrutura pré-compreensiva de Perón e edificada tanto a partir de uma historicidade já própria ao seu arquétipo, como à visão de mundo do escritor.

Seu biógrafo oficial era também seu secretário, José López Rega, mencionado a todo momento no romance com as anotações de suas *Memórias* embaixo do braço, tão raras a Perón que via ali, na construção artificial de suas linhas, a si mesmo, como um espelho distorcido de uma realidade ficcional como o próprio *Romance de Perón* assumidamente é. Em 1973 as *Memórias* eram revisadas por Perón, tendo algumas passagens sido transcritas no romance de Martínez, que pôs o leitor em contato direto com o processo de construção de sua imagem por seu biógrafo oficial. As *Memórias* eram propostas como ". . . a cruz que faltava à igreja peronista" (MARTÍNEZ, 1988, p. 51) com sua mesma função contemplativa, reverencial e ritual mágico-religiosa, na qual o sacerdote era o próprio mártir-vivo.

A manipulação de suas *Memórias* tinha a finalidade de alinhá-las sob uma perspectiva de caráter exemplar-pedagógico, normatizador de condutas, princípios e valores ético-morais. Nesse processo hermenêutico as massas deveriam se reconhecer no passado de Perón, para que nele encontrassem seu presente e a partir somente dele vislumbrassem o porvir, como o

ISBN: 978-85-7205-133-01

futuro da própria Argentina. Mas não é a Perón que abraçariam na leitura de sua biografia, senão uma imagem distorcida construída pela modelação de seu passado. O biógrafo é o pintor que desenha um retrato onde o corpo e os músculos são a massa uniformizada pelo reconhecimento comum, que teve lugar no passado de seu líder máximo e único; Perón é o cérebro que o movimenta.

Martínez, mesmo tratando de López com a desobrigação que comodamente a ficção lhe dá, empreendeu-lhe uma severa crítica. Na ficção, o personagem López, que na realidade foi o biógrafo oficial de Perón, não inventou apenas documentos cuja finalidade seria a de suprimir as lacunas de um passado naturalmente sombrio, que deixa espaços vagos pela própria impossibilidade de a memória a tudo guardar sem trair seu portador, de ser seletiva e de reinventar seu detentor: López inventou Perón, deslocou-o no tempo e inseriu-o em paisagens que nunca havia visitado, a ponto de o próprio general ser incapaz de reconhecer a si mesmo nas *Memórias*. A lógica que aparece no romance (MARTÍNEZ, 1988, p. 51) é a de que "o povo necessita de fábulas e sentimentos, não da argamassa cinzenta das doutrinas com as quais, muito a contragosto, precisou ser alimentado". Assim, o biógrafo é um retratista capaz de dar mais brilho, de melhorar a imagem do retratado, criar ou omitir personagens e lugares no tempo e no espaço. Não há verdade alguma no retrato, senão a essência de uma das muitas verdades possíveis e que é sempre referida, mas nunca revelada com a exatidão que se espera mas que não existe. Os detalhes incômodos são "soprados para fora" das *Memórias* oficiais. Nesse sentido López é como Tucídides ao narrar a guerra do Peloponeso, preenchendo as lacunas deixadas pelos lapsos naturais da memória, construindo documentos, retocando a face do retratado, dando-lhe um ar sóbrio, heróico, grandiloqüente. López era o pintor retratista da corte de Perón:

> Interpretei bem o que o senhor pediu, meu general? O senhor desejava realçar os traços viris no retrato de seu pai e os femininos nos de sua mãe, não é? Nada de meio-termo. (. . .) Assim está bom – aprovara Perón. – Exatamente como eu queria. (MARTÍNEZ, 1988, p. 57 e 58)

Determinar suas origens é o passo inicial no sentido de estabelecer uma correspondência entre o estadista e o Estado, entre o líder político e a nação, entre o herói e o povo. O primeiro sinal que identificaria Perón com o povo argentino seria sua origem sarda e escocesa, por parte de seus bisavós. "A Argentina é um cadinho de raças" (MARTÍNEZ, 1988, p. 52) e nesse sentido Perón é a Argentina e a Argentina é Perón: isso deveria ficar claro nas páginas das *Memórias*.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O processo de composição de sua imagem deveria passar obrigatoriamente pela construção de seus antepassados. A "planta da construção" aparece no *Romance de Perón* e é possível confrontá-la com as *Memórias* para verificar as correspondências, não que isso nos permitisse riscar os limites entre ficção e História. Na construção, Tomás Liberato, nascido aos 17 de agosto de 1839, teria sido o primogênito dos sete filhos de Tomáz Mário Perón (o primeiro Perón a pisar o solo argentino) e Ana Hughes Mackenzie, os bisavós de Juan Domingo Perón. Segundo seu biógrafo oficial, em texto publicado pela revista *Panorama*, o avô de Perón teria sido senador nacional, representante da província de Buenos Aires, presidente do Conselho Nacional de Higiene, heróico major na Guerra do Paraguai, tendo desempenhado ainda missões na França e lutado bravamente na batalha de Pavon. Ocorre que sua participação na Guerra do Paraguai já havia sido contestada por historiadores, a partir de registros nos quais constava que Tomás Liberato estaria, no mesmo período, ferido no Banco de Sangue improvisado de Buenos Aires, além de ter sido, em 1868, deputado provincial e não senador (MARTÍNEZ, 1988, p. 54).

A falácia denunciava que Perón desejava dar um brilho falso a seu avô, mas por quê? Para dar um ar grandiloqüente à sua origem política e militar, constituí-la como um evento cumulativo a atos heróicos e sagazes de seus antepassados, postá-la na ordem dos estamentos, da hereditariedade, introjetá-la no sangue. "- É preciso colocar as montanhas onde se quer, Juan. Onde você as colocar, ali elas ficarão. Assim é a História. (. . .) A História ficará com a verdade que eu estou contando" (MARTÍNEZ, 1988, p. 55). E arremata Martinez (1988, p. 55), por meio do personagem López Rega: "Todos os homens têm o direito de decidir o futuro. Por que você não terá o privilégio de escolher o passado?" O trabalho de López era consertar-lhe os deslizes, construir uma história verdadeira, que de fato seria aquela ". . . que devia ter acontecido, aquela que, sem dúvida, prevalecerá" (MARTÍNEZ, 1988, p. 60). A tentativa de construção de uma tradição militar para o avô se fincava na ausência desta para o pai. De origem urbana e comercial, depois camponesa, Mário Tomás Perón, nascido aos 9 de novembro de 1867 havia interrompido os estudos de medicina e, em 1890, mudou-se para Lobos a fim de ocupar as terras herdadas de seu progenitor, onde aos 8 de outubro de 1895 nasceu Juan Domingo Perón.

No afã de demonstrar a grandeza dos antepassados de Perón, o personagem López de Martínez (1988, p. 81 n.d.r.) ultrapassou todos os limites, inclusive os da coerência e da lucidez, recorrendo ao esoterismo para buscar a heroicidade requerida nas vidas passadas de Perón:

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Em 1971, José López Rega revelou que o nascimento de 1895 correspondia, na verdade, à Quinta vida de Juan Domingo Perón. Nas anteriores, ele havia sido Per-O, uma rainha egípcia cujo nome significa "A Casa Grande" e que governou as aldeias do Alto Nilo, 3 500 anos antes de Cristo; Rompe, o peixe cujo bico é uma espada elétrica e que vive nas fossas marinhas situadas a leste da ilha Desengano; Norpe, um dogue que mordeu Marco Polo em Catay e pagou pela afronta sendo envenenado com pó de vidro; e o sacerdote jesuíta Dominique de Saints-Pères, que foi mestre de Descartes no colégio de La Flèche, e morreu fulminado por um raio na propriedade de Perron, onde era hóspede de seu discípulo. Em 1980, Perón admitiu que havia assinado alguns de seus artigos com o pseudônimo de Descartes: "O filósofo usou meu nome (Perron) e quero retribuir-lhe a gentileza", justificou.

Caso as informações estejam confusas apesar da riqueza de detalhes, recapitulemos: rainha do Egito em 3500 a.C.; peixe espada; um cachorro que mordeu Marco Pólo; mestre de Descartes. De fato o trabalho de construção de um passado glorioso pelo biógrafo deve ser mais fácil quando se pode recorrer a outras encarnações do mesmo personagem. Resta à metodologia científica normatizar citações para o caso de a recorrência a fontes de além-túmulo vir a se tornar corrente no meio historiográfico. Com isso o foco de Lopez é ampliado de um passado recente que cria e recria, para um passado ainda mais longínquo de eras de existência. Não importa, nenhum deles aconteceu mesmo!

"O Perón oficial já está sendo esvaziado. Devemos procurar o outro" (MARTÍNEZ, 1988, p. 39). Desta forma a imprensa entra também na contenda pela imagem de Perón, auxiliando no processo artificial de sua construção e mitificação. Esse processo foi revigorado por um anseio geral da população argentina em revisitar a imagem do general e reafirmar sua devoção ao mito que encarnava. O que a imprensa fez foi devolvê-lo como um bem de consumo de massa por meio de publicações exclusivas, suplementos de jornais e revistas e tiragens extras lançadas nas vésperas do regresso de Perón. É o caso das revistas: *Panorama*, que publicou dados biográficos escritos por López; e *Horizonte*.

Cerca de 3 mil militantes das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e montoneros tomaram o aeroporto para a "Operação 20 de julho", com faixas, palavras de ordem e um verdadeiro plano de guerra para posicioná-las defronte ao palco para onde iria o general após sua aterrissagem. O objetivo era tomar os 300 metros logo à frente do palco, protegido por um cordão de policiais, ganhar a simpatia do líder político no primeiro momento possível e fazê-lo então, por pressão das massas, converter a Argentina em uma pátria socialista.

A estratégia incluía ainda ganhar Perón com palavras de ordem, cuidadosamente preparadas e ensaiadas, como uma saraivada de idéias que deveriam ser disparadas

ISBN: 978-85-7205-133-01

frontalmente na direção do general. As rimas incluíam (MARTÍNEZ, 1988, p. 72, 73, 351, 352): "Vamos a Ezeiza, vamos compañero / a recebir a un viejo montonero"; "Vamos a hacer la patria peronista / pero la haremos montonera y socialista"; "Haremos una pátria peronista / pero que sea montonera y socialista"; e então o refrão revolucionário: "Ayer fué la resistência / hoy Montoneros y FAR / con Perón yendo a la guerra / a la guerra popular". Esses grupos tinham, além do sindicalismo burocratizado, outros inimigos comuns, como o isabelismo, que deveria ser combatido em alto e bom som com a exaltação da figura de Evita: "Perón, Evita / la pátria socialista! Evita hay una sola / no rompam más las bolas"; "Perón, coraje (...) / Si Evita viviera / sería montonera! Si Evita viviera!" (MARTÍNEZ, 1988, p. 223).

Os trezentos metros a frente do palanque eram vitais. Para montoneros e FAR's ". . . o caminho revolucionário passava por Perón" (MARTÍNEZ, 1988, p. 67), e Perón deveria ser conquistado ali mesmo, em Ezeiza. Martínez (1988, p. 77) os descreve como se tivessem parado no tempo, como se pensassem que o Perón de 1973 seria o mesmo de 1955, como se o próprio peronismo ainda fosse o mesmo de outrora, e se pergunta através do personagem El Cabezón, diante dos 3 mil companheiros que marchavam para a conquista da região defronte ao palanque: ". . . em que país vamos colocá-los [?]".

Havia o movimento formado por marxistas da Quarta Internacional, o "ERP 22 de agosto". Havia os esquadrões da Juventude Sindical que circulavam em meio à multidão, com revólveres em punho, formando verdadeiros cordões humanos. Ezeiza estava repleta também das hostes reacionárias, seguidores do secretário José López Rega.

Os agentes da burocracia sindical vestiam braçadeiras verdes, armados com mangueiras recheadas de chumbo; outros fascistas protegiam o palanque e tinham como missão manter montoneros, FAR's e qualquer outro grupo de esquerda distante à força; atiradores de elite estavam a postos com alvos claros; batalhões de policiais guarneciam as rotas de acesso ao aeroporto, as mesmas onde depois foram encontrados militantes de esquerda enforcados nas árvores que margeavam as vias de acesso; e os postos sanitários cujas ambulâncias investiram com agentes armados em seu interior contra a massa montonera e as FAR's que ganharam heroicamente a frente do palanque onde se esperava ver Perón.

Se o lema dos montoneros era "Perón o muerte", os fascistas negaram-lhe o primeiro e se preparavam para dar-lhes o segundo. Os lacaios de Rega armavam-se no palco onde deveria já estar discursando Perón; atiradores de elite se posicionavam sobre os postes dos telégrafos, já fechando a mira de seus fuzis leves em seus respectivos alvos; os trogloditas

ISBN: 978-85-7205-133-01

com braçadeiras verdes sacavam seus cacetetes... Um estampido seco então foi ouvido em meio às palavras de ordem montoneras e deu-se em seguida o início ao massacre.

História ou ficção? Trata-se da ficção que tomou emprestada a história para desenvolver sua trama reinventando a própria história. Entender as tensões existentes entre o conjunto de forças que conformavam a cena política argentina no período da volta do peronismo ao poder em 1973, mesmo que no universo fantasioso de um romance-histórico, ajuda-nos a melhor entender o próprio fenômeno do peronismo, que projetou a imagem de Perón agigantando-a como uma esfinge, fitando-nos de forma inquisidora e impondo-nos a pergunta: como o menino de Lobos, que se tornou general, galvanizou corações e mentes de toda uma nação, abarcando grupos e interesses tão conflitantes.

Tudo parecia caber no peronismo, menos o apático e relutante Perón de 1973 descrito por Martínez e não reconhecido por seu próprio povo: a imagem criada já era diferente demais do próprio Perón. É o que aparece nas palavras do camponês anônimo (1988, p. 77): "- Esse homem não pode ser Perón". Na construção da imagem do líder e herói político edificada pelo autor, Perón não queria voltar à Argentina e com aflição aguardava o dia de seu embarque à Ezeiza. A Argentina não era mais o seu mundo, era o passado assim como sua própria imagem... O Perón cauteloso, deslocado em relação ao peronismo atualizado, determinou seu sepultamento antes mesmo da morte que o arrebataria de fato na madrugada de 3 de julho de 1974. Em Buenos Aires não havia um bravo estadista disposto a romper com as velhas engrenagens decadentes de poder, havia um *mort-vivant*. Nas palavras do personagem Romero (MARTÍNEZ, 1988, p. 106): "- É um ancião de quase setenta e oito anos; basta empurrá-lo, com delicadeza".

Não só no romance como na vida, na farsa como no drama, Juan Domingo Perón tornou-se uma entidade abstrata e estranha ao próprio peronismo. Visivelmente o Perón de 77 anos aparece no romance, ao voltar a Buenos Aires, desejando pertencer mais a si mesmo do que aos outros, mas essa possibilidade não lhe parecia mais possível. Durante toda a sua vida sua imagem havia sido construída a partir dos anseios e desejos de diferentes classes; cada vez mais o peronismo se afastava de Perón; talvez o próprio Perón não participasse mais da contenda por si mesmo, ou não quisesse estar no centro dela.

No *Romance de Perón* (p. 276) e no que convencionamos como "vida real" o general "não era um simples homem. Eram vinte anos de Argentina . . ." Entender sua biografia, mesmo que a partir de um romance-histórico, permite-nos entender uma parte

ISBN: 978-85-7205-133-01

significativamente constitutiva da própria Argentina. Permite-nos olhar nos olhos da esfinge e tentar responder-lhe o enigma, sabendo de antemão que seremos por ela devorados.

Bibliografia:

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUER, 2010.

CRASSWELLER, Robert. *Perón y los enigmas de la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1988.

DOSSE, François. *La apuesta biográfica: escribir una vida*. Miñana. Valencia: PUV, 2007.

LITTLE, Walter. "La Organización Obrera y el Estado Peronista, 1943-1955". *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, out-dez. 1979.

MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *O romance de Perón*. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

_____. *Las memorias del General*. Buenos Aires: Planeta, 1996.

_____. *Las vidas del General*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

NEIBURG, Frederico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A prática da tradição em tempos de cultura-mundo e democratização

Rosemary Conceição dos Santos
Pós-Doutora em Cognição, Leitura e Literatura pela Universidade de São Paulo, Brasil
Professora do Dep. de Relações Internacionais da FCHS-UNESP
E-mail: cienciausp@usp.br

José Aparecido Da Silva
Livre-Docente em Percepção e Psicofísica pela Universidade da Califórnia, Sta Bárbara, USA
Professor Titular do Dep. de Psicologia da FFCLRP-USP
E-mail: jadsilva@ffclrp.usp.br

Os fluxos e migrações têm caracterizado, contemporaneamente, o cenário do que conhecemos por Cultura-Mundo. Neste contexto, a prática da tradição, enquanto interpretação de cidadãos educados no século XX, mas sujeitos em um mundo hipermediado e compartilhado, apresenta-se como uma perspectiva democrática, ainda vigente, de experenciar representações possíveis da América Latina e do mundo para grande parte de sua população em idade cognitivamente produtiva.

PALAVRAS-CHAVE: Prática; Tradição; Cultura-Mundo; Democratização; Contemporaneidade.

The practice of cultural tradition in times of world-culture and democratization

Rosemary Conceição dos Santos
Post-Doctor in Cognition, Reading and Literature at the University of São Paulo, Brazil.
Professor, Department of International Relations, UNESP - Univ Estadual Paulista, Brazil

José Aparecido Da Silva
Ph.D. in Perception and Psychophysics at the University of California, Santa Barbara, USA
Full Professor, Department of Psychology, USP - University of São Paulo, Brazil

ISBN: 978-85-7205-133-01

Migration flows have characterized, simultaneously, the scenario of what we know by Culture-World. In this context, the practice of tradition while interpreting educated citizens in the twentieth century, but subject to a hipermediado and shared world, presents itself as one, yet effective, democratic perspective of experiencing possible representations of Latin America and the world for much of its population in cognitively productive age.

KEYWORDS: Practice; Tradition; Culture-World; Democratization; Contemporaneity.

Fluxos, Migrações e Cultura-Mundo

Fluxos e migrações, mobilidades espaciais que são de uma população que enseja trocar de país, estado, região e domicílio, ocorrem, por ordem econômica, política ou cultural, desde os primórdios da humanidade. De modo geral, o fator econômico, acenando para espaços privilegiados de habitação, trabalho e sobrevivência, como, por exemplo, América do Norte, Europa Ocidental e alguns países do Oriente Médio e Ásia, são os grandes responsáveis por tais deslocamentos. Transformadores sociais, assumem especificidades de acordo com o contexto histórico em que ocorrem, podendo, então, ser transitórios ou permanentes. Exemplos de um passado recente são os promovidos pelos imigrantes turcos no pós-guerra de reconstrução da Alemanha, bem como, o exílio buscado pelos espanhóis devido à pobreza e desemprego gerados pela ditadura franquista e pela Guerra Civil, quadro este, último, revertido no período de 1990 até 2008, quando a criação da União Europeia reabilitou a Espanha a receber imigrantes de variadas nacionalidades, como, por exemplo, da América Latina, da Ásia, dos países árabes, do Leste Europeu e de regiões da própria Europa, atraídos pelo “boom” da construção civil, entre outros.

De 2008 para cá, a crise financeira que atingiu Estados Unidos e Europa, e que cujos sintomas se fazem sentir até hoje, 2014, a despeito da esforçada recuperação financeira a que estes dois países se propuseram, resvalou-se, também, em Espanha, França, Portugal e Grécia, cujos cidadãos, fugindo de situações de pobreza, emigraram para países da América do Sul, como Brasil, Chile e Argentina, em busca de melhores condições trabalho. Dentre eles, considerável porcentagem de brasileiros que trabalhavam, até então, nessas economias, também se viu forçada a retomar suas origens. Mais recentemente, após o terremoto sofrido por haitianos em 2010, elevou-se a porcentagem de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros no Brasil, trazendo à tona a necessidade de revisão de políticas migratórias que atendam a reinserção desses cidadãos em suas respectivas economias, uma vez que, o Estatuto

ISBN: 978-85-7205-133-01

do Estrangeiro remonta aos anos de ditadura no Brasil. O desenvolvimento, e consumo, das novas tecnologias de informação e comunicação, nas últimas décadas, reforçaram, e continuam a reforçar, o reordenamento migrante local e global em busca de experiências de multiterritorialização, reconfigurando, com isso, o sentimento de pertencimento territorial e a dinâmica socioespacial mundial.

A reeducação social, cultural, econômica e política que o pertencimento a diferentes territórios ocasiona nos cidadãos gera, então, o que se convencionou chamar de Cultura-Mundo, ou seja, na contemporaneidade, diversificada porcentagem de cidadãos tem como assimilados representações e imaginários de culturas as mais diversas, bem como, argumentos concretos para concordar com ou refutar posições político-sociais que, já experiencializadas em momentos anteriores, a eles se apresentem em seus países de origem. É, portanto, a verificação de uma parcela da população que interseccionou sua cultura com outra, bem como, seu conhecimento, seus hábitos, suas alegrias, esperanças e medos, entre outros. A confiabilidade no presente e as aspirações futuras sendo, portanto, extremamente pautadas pelas experiências de vida que as práticas culturais dos fluxos e migrações por elas vivenciados lhes ocasionaram.

O capital material e simbólico que a Cultura-Mundo, então, congrega, configura um cenário dualístico entre a prática da tradição, com seus códigos, ritos, estruturas e hierarquias, e as categorias e conceitos midiáticos oriundos da globalização, com seus downloads de aplicativos e comunicação em tempo real. É fato que vivemos um período de transição cultural, no qual cidadãos em idade economicamente produtiva compartilham conhecimentos e práticas que já atendem apenas parcialmente o mundo altamente tecnológico e hipermidiatizado em que nasce(ra)m, cresce(ra)m, se educa(a)m e se socializa(ra)m os cidadãos mais jovens. Esta situação se agrava, por exemplo, quando pensamos no cenário educacional, no qual profissionais, educados no uso do grafite, do papel e da leitura reflexiva, veem-se a educar gerações experenciadas no uso do touch screen, do cristal líquido e da busca incessante pela informação em tempo real. Entretanto, sua solução se apresenta na constatação de que nenhuma dessas novas tecnologias suprimem, ou podem negligenciar, a experiência de formação de valores cidadãos no indivíduo.

Ensinar a estes cidadãos mais jovens a relevância de serem responsáveis como cidadãos e torná-los o mais sábios que lhes for possível é favorecer-lhes a capacidade de

ISBN: 978-85-7205-133-01

serem humildes, bem como, de reconhecerem suas capacidades e consciência da herança intelectual, cultural e ética que possuem.

Tal sabedoria não se adquire em nenhum software nem técnica virtual. Formar homens educados, no qual "ser educado" signifique dominar, igualmente, matérias, habilidades de escrita e arguição lógica, a lógica interna da gramática e da sintaxe, entre outras, entendendo-as como ferramentas de maior precisão do pensamento, é entender que a habilidade para avaliar um logaritmo na vida cotidiana depende, também, do domínio da lógica formal. De modo similar, fundamentos éticos e teológicos, integrando currículos voltado ao ensino e refino de valores e virtudes, também se revelam fundamentais neste contexto. Para ser "educado", em ambos os sentidos, um cidadão deve dominar assuntos nucleares de história, literatura, artes, ética e ciências em adição a ser capaz de ponderar, analisar e avaliar de acordo com padrões tidos como referenciais. Iniciado na escola, este processo deve continuar ao longo de toda a universidade, de tal forma que, em cada estágio de aprendizagem, limites, tão logo sejam atingidos, tornem-se alvos a serem ultrapassados.

Entretanto, no século XXI, a prática da tradição na formação de homens educados, ainda vigente, sujeita a um mundo hipermediado e compartilhado, é exercida com dificuldade em sua perspectiva democrática. Poucos educadores se sentem confortáveis com esta noção de pessoas educadas. Por quê? Porque a noção de "pessoa educada", de décadas atrás, era compartilhada por todos que a entendiam um conjunto de padrões de formação ética e pessoal elevados a serem seguidos em comum, quando, com o advento da Cultura-Mundo, o critério para se ser uma pessoa educada,como tal, não tem mais o compromisso de todos poderem, ou quererem, alcançá-lo. Atualmente, ser pessoa educada, como acima descrito, é algo que tem estado "fora de moda" junto aos cibernautas.

Esse período de transição, na expectativa de experenciar representações possíveis da América Latina e do mundo para grande parte de sua população em idade cognitivamente produtiva, sinaliza para três vieses culturais que têm se apresentado constantes nos últimos anos. São eles: (1º) revalorização de fundamentos religiosos, que, se ocidentalmente, buscam dar conta de abranger excluídos sociais, readmitindo-os em seus valores pessoais e humanísticos, orientalmente reforçam hordas de banização de minorias em nome de disputas hegemônicas e territoriais; (2º) emergência de atuações humanitárias em situações de descontrole sanitário, que institui a necessidade de toda a população mundial ser responsável pela saúde, bem estar e dignidade humanos, controlando-os através da distribuição de renda,

ISBN: 978-85-7205-133-01

redução da pobreza e investimento na descoberta, e compartilhamento de, novas tecnologias biomédicas; e (3º) necessidade de reinvestimento e reorientação na busca por novas fontes hídricas, termoelétricas e de segurança nacional.

No primeiro caso, a atuação do Papa Francisco na restauração da conciliaridade no catolicismo romano, dando início a uma reabertura dialógica ou, em termos técnicos, a abertura de um "estado sinodal" da Igreja; no segundo, a mobilização da comunidade internacional para conter a catástrofe humanística e econômica ocasionada pelo vírus Ebola; e, por fim, em terceiro; as pesquisas em hidrogênio e ondas do mar visando à movimentação veicular e geração de eletricidade que auxiliem a compor a matriz brasileira nas próximas décadas, reforçando os já existentes 85% da eletricidade produzida no Brasil, oriundos de usinas hidrelétricas, biomassa, energia eólica e solar, bem como, a atuação de países no fomento de um bom relacionamento entre China, um dos atuais motores da economia internacional; Rússia, de relevante dimensão arsenal nuclear e relevância no mercado de energia; Índia, destaque demográfico de influência regional; África do Sul, produtor estratégico de commodities; e o Brasil, parceiro fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável e comércio.

Por sua vez, é de conhecimento geral que, desde o início da civilização, as pessoas têm criado aparatos físicos e simbólicos que as ajudam a fazer o que não podem realizar com as próprias mãos: equipamentos, ferramentas, máquinas, sistemas escritos, matemática e similares. Tais produtos de invenção humana estendem tanto o nosso alcance físico quanto nosso alcance intelectual. Com a ajuda de certas tecnologias nós podemos ver mais distante, como é o caso dos telescópios ópticos, e descobrir coisas minúsculas, como é o caso dos microscópios ópticos e eletrônicos, bem como, acessar o conhecimento do passado e o conhecimento do outro lado do mundo com maior conveniência. Um exemplo? As bibliotecas e a internet.

No contexto da formação do cidadão educado, indagações de como tais tecnologias afetam o intelecto, bem como, se há formas de melhorar o desempenho na escrita com o uso de processadores de texto, buscar informações de maneira inteiramente inovadora, ou aprender a partir de um modelo dinâmico, construído para pensar de maneiras novas, que reflitam o pensar do equipamento, são tentativas de verificar se efeitos “com a tecnologia” são, usualmente, manifestados pelo efeito ampliado do desempenho enquanto alguém está operando uma dada ferramenta.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Por outro lado, sabe-se que efeitos "da tecnologia" manifestam-se pelas mudanças que ocorrem no domínio das habilidades originadas como consequência daquela atividade com o instrumento, mesmo sem o instrumento em mãos. Em outras palavras, efeitos "da tecnologia" podem ser efeitos positivos ou negativos que persistem sem a tecnologia em uso após um período de uso da mesma. Por exemplo, alguém pode perguntar se há uma melhoria na habilidade de escrita e leitura ao usar um processador de texto como ferramenta, ou uma tendência para ser mais ou menos sistemático na busca de informação em geral como consequência de se pesquisar na Internet.

Esses efeitos "através da tecnologia" consideram se as novas tecnologias, qualitativa e profundamente, remodelam nossos sistemas de atividade mais do que simplesmente aumentando-as. Voltando às tecnologias cognitivas, pode-se verificar a longa tradição escolástica na área de letramento, mostrando que leitura e escrita reorganizam nossos processos de recuperar, comparar, listar e ordenar nossas ideias, bem como, eventualmente, transmiti-las para outros. Assim considerando, essas categorias de efeitos representam modos pelos quais práticas culturais podem ser ditas enriquecedoras das capacidades cognitivas de uma pessoa para fazê-las mais brilhantes.

Conhecimento, Complexidades e Compartilhamento

A evolução tecnológica trouxe consigo o aumento da produção e do processamento de dados, fazendo disparar a velocidade de geração de informações. Entretanto, em muitos países, este aumento não foi acompanhado pela compreensão dessas informações, ou seja, dentre os indivíduos que buscam práticas culturais tradicionais voltadas à formação do homem educado, muitas delas desvinculadas de hipermídias, muitos nem sempre conseguem depreender sentidos em formas escritas, originando o que, atualmente, se chama de analfabetismo funcional, déficit formativo que torna as demandas sociais relacionadas ao uso da linguagem cada vez mais complexas. Nestes casos, de modo similar aos já relatados, a precariedade da formação cognitiva de muitos profissionais da leitura compromete, consideravelmente, a compreensão pretendida.

Esclarecer a importância da informação, conhecimento, inteligência, cultura e erudição numa época em que o desenvolvimento, a difusão e o acesso ao conhecimento envolvem uma complexa gama de relações interdisciplinares, envolvendo o compartilhamento de conteúdos, muito poderá revelar sobre a linguagem e as capacidades humanas a ela associadas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Encontrando-se o Brasil inserido no conjunto de países da América Latina que apresentam elevado índice de analfabetismo funcional, assim como, considerando estudos recentes que indicam a necessidade de desmistificação de interpretações pré-concebidas que ignoram, camuflam, atenuam e obscurecem o processo de concepção cultural formadora de cidadania, o exercício dos tradicionais conhecimento cristalizado e fluído viabiliza a criação de ferramentas que auxiliam o leitor brasileiro a compreender melhor tanto o mecanismo da elaboração da escrita, quanto o que se lê, seja para fins lúdicos, pragmáticos, cotidianos, domésticos ou de trabalho. O conhecimento fluído, uma vez espontâneo e de fácil apreensão, pode ser praticado através do desenvolvimento da linguagem, do conhecimento léxico, da codificação fonética, da habilidade de comunicação, da produção e fluência oral, da sensibilidade gramatical e da compreensão da linguagem verbal. Por sua vez, o conhecimento cristalizado, vinculado que está ao exercício de leituras as mais variadas, pode ser praticado através do raciocínio indutivo, que estimula uma dada compreensão, e dedutivo, que se vale de inferências lógicas para se chegar a uma conclusão. Ambos, de mãos dadas com a lógica, atuam, a todo instante, no processo interpretativo. O que equivale dizer que não interpretamos algo partindo do nada. A interpretação, independente da cultura em que se encontra inserida, parte, sempre, de pressupostos e conclama analogias entre as coisas.

Por sua vez, tradicionais práticas de leitura, partindo do nível analítico linguístico que distingue leituras de certo modo superficiais, próprias do leitor comum, de outras, voltadas a qualificar os sujeitos da ação, se enriquecem e se especializam em função de como tais códigos atuam como mediadores da transmissão do conhecimento, constituindo formas melhores de compreensão e interação entre o cognitivo e a prática de compartilhamento. Seus limites? A durabilidade e a confiabilidade num mundo convulsionado pela mudança.

Sociólogo, de reflexões que contribuem para explicar as complexidades da sociedade moderna, Zygmunt Bauman, ao ser entrevistado sobre semelhantes desafios na educação, já em 2009 afirmou que “a capacidade de durar bastante não é mais uma qualidade a favor das coisas”, ou seja, “assim como as coisas e as relações tornaram-se úteis apenas por um ‘tempo fixo’, também os pais já não conseguem mais convencer as crianças da importância do conhecimento e do uso da aprendizagem dizendo, apenas, ‘ninguém nunca poderá roubar a sua cultura’. Por quê? “Porque o mundo mudou, recusando, continuamente, a verdade do conhecimento ainda existente e pegando de surpresa, inclusive, as pessoas ‘mais bem informadas’.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Segundo o autor, a aprendizagem e a pedagogia, em seu curso histórico, orientavam-se na medida de um mundo duradouro, na esperança de que este permanecesse assim e fosse ainda mais durável do que havia sido até então. “Em um mundo desse tipo, a memória era um elemento precioso e seu valor aumentava quanto mais conseguisse recuar e durar. Hoje, esse tipo de memória firmemente consolidada, demonstra-se em muitos casos potencialmente incapacitante, em muitos outros enganosa e quase sempre inútil. É surpreendente pensar até que ponto a rápida e espetacular carreira dos servidores e das redes eletrônicas tem a ver com os problemas de memorização, de eliminação e reciclagem dos descartes que os próprios servidores prometiam resolver; com uma memorização que procurava mais descartes que produtos utilizáveis e sem ter um modo confiável para decidir de antemão quais, entre os produtos aparentemente úteis, se tornariam logo fora de moda e quais, entre aqueles aparentemente inúteis, haveriam de gozar de um súbito crescimento de demanda”.

Logo, o tipo de mundo tradicional para o qual a escola preparava os jovens, segundo Bauman, era diverso daquele que os esperava fora da escola. Já hoje, o que se espera dos jovens que estão sendo educados? Uma vez que as informações vêm sendo mantidas “a uma devida distância dos cérebros”, se espera que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas derivados da sociedade e não mais soluções derivadas da sociedade para problemas privados. O que nos resta? Talvez, levar a sério o que disse Calvino: “O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer o inferno. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-los, e abrir espaço”.

Em diversas ocasiões, esse discurso de oferecer uma solução pessoal para o que é público deve ser pontuado como prática cultural que exercita não um determinado conteúdo, mas, sim, uma teoria dos sentidos e de significações. Por quê? Porque tais discursos, na medida em que contém significados incorporados pelos sujeitos que os contróem, ou são por eles subjetivados, provocam efeitos concretos tanto na forma das pessoas se relacionarem entre si, quanto nas formas como a história tomar os seus rumos. Cabe, portanto, ao analista de práticas culturais “desconstruir” as indagações que vão surgindo pelo caminho, assim como, suas possíveis respostas, pois, como ensina o filólogo Foucault, o poder de dizer/criar/fazer temíveis discursos é não só o reflexo das lutas na sociedade pelo poder, mas,

ISBN: 978-85-7205-133-01

ele próprio, o objeto do desejo, aquilo pelo que se luta, isto é, o direito de falar, um "poder dizer", escrever discursos na ordem do que é possível dizer sobre as coisas.

Para grande parte de sua população em idade cognitivamente produtiva, o caminho de experenciar representações tradicionais de formação cidadã na América Latina, e do mundo, esbarra tanto em referência a uma realidade concreta, que define um ponto de vista e legitima interpretações, como em referência a um ponto de vista, a uma maneira de interpretar o real. Em acordo com tal posicionamento, linguistas reconhecidos sã unânimes em afirmar a vinculação dessas interpretações à cultura que se vivencia a cada momento migratório. Ou seja, que só "percebemos os objetos tal como previamente definidos por nossas práticas culturais", sendo a "realidade" algo "fabricado por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem".

O antropólogo Roberto Damatta, em suas considerações sobre o indivíduo, a pessoa e a sociedade brasileira, não titubeia em afirmar que, em tempos de Cultura-Mundo "Parece frutífero estabelecer a distinção entre pessoa e indivíduo... básica na interpretação sociológica, sobretudo em se tratando de uma sociedade como a brasileira, onde a distinção existe no nível concreto, sendo inclusive ideologicamente apropriada. Diferentemente da Índia, que exclui sistematicamente o indivíduo, ou dos Estados Unidos, que excluem sistematicamente a pessoa, no Brasil nós parecemos utilizar tanto uma quanto a outra categoria. Em razão disso, temos a possibilidade de exprimir a realidade social brasileira por meio de um código duplo, como tem sido percebido por um grande número de estudiosos no nosso cenário cultural. Temos assim o código ligado à pessoa moral, ao misticismo, à coragem, à valentia e à aristocracia".

Por sua vez, assim como as práticas culturais são passíveis de serem analisadas através de marcas culturais, o mesmo ocorre quando o filtro analítico passa a ser a marca ideológica. Sistema de representações que justificam e explicam da ordem social às condições de vida do homem, passando pelas relações que este mantém com outros homens, a marca ideológica é uma visão do mundo que não existe desvinculada da linguagem.

Uma vez que cada formação ideológica possui uma formação discursiva correspondente, as marcas ideológicas são, tal como as práticas culturais, ensinadas a cada um dos membros de uma sociedade, ao longo do processo de aprendizagem linguística, sendo

ISBN: 978-85-7205-133-01

com elas que o homem constrói seus discursos e reage linguisticamente aos acontecimentos. O que isso significa? Que uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer e pensamento e linguagem jamais se apresentam de forma pura. O conhecimento do mundo, a reflexão sobre esse conhecimento e a comunicação de seus resultados são, culturalmente, algumas das marcas ideológicas conhecidas.

Assim, é no discurso, com suas marcas culturais e ideológicas, que se materializam as representações sociais humanas. Na medida em que as formações discursivas as materializam, estas vão se relacionando às classes sociais, aos agentes discursivos e às frações sociais. A necessidade de fazer da política emancipatória de direitos humanos uma política a serviço de duas trincheiras de batalha, a saber, a luta pela igualdade assim como pelo reconhecimento igualitário das diferenças, é o que permite, no entender do sociólogo Boaventura Sousa Santos, a possibilidade de que ambas sejam realizadas com resultados culturais.

Nem vencedores, nem vencidos, nem indiferentes

Um exemplo de prática cultural norte-americana pode ser identificado em recente entrevista do presidente Barack Obama ao The New York Times, com tradução publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 14.08.2014. Obama, ao comentar sua interpretação sobre as crises mundiais contemporâneas, expôs duas linhas de reflexão democrática extremamente sérias e amadurecidas. São elas: “a necessidade de uma política que abranja a todos, em que não haja vencedores nem vencidos”, bem como, “não poder fazer por alguém o que este alguém não está disposto a fazer por si”.

A necessidade de uma política que abranja a todos, em que não haja vencedores nem vencidos, pontua vivermos, atualmente, em uma sociedade que não mais funciona sob a pressão de poderes políticos que adotam posições intransigentes, mas, sim, que só se liberta da opressão quando colabora para chegar a um fim comum com as demais. Exemplos recentes deste comportamento, no exterior, são as divisões ocorridas no Oriente Médio, no qual, segundo Obama, “se a maioria xiita aproveitasse para estender a mão aos sunitas e aos curdos de uma maneira mais efetiva e não aprovasse uma lei como a da neutralização dos membros do Partido Baath do governo, nenhuma força militar de fora teria sido necessária”, bem como, com a Tunísia, que, “sem forçar uma posição intransigente, não precisou de ajuda externa”.

Por sua vez, não poder fazer por alguém o que este alguém não está disposto a fazer por si” remete ao fato de, quando já utilizamos todo o conhecimento com a finalidade de

ISBN: 978-85-7205-133-01

podermos controlar um problema por algum tempo, "para que uma sociedade funcione no longo prazo, o próprio povo precisa decidir como pretende conviver em comunidade, como harmonizará interesses recíprocos, como tentará chegar a um compromisso". Um exemplo? Segundo Obama, "No caso de questões como a corrupção, o povo e os seus líderes precisam assumir a responsabilidade de mudar essas culturas. Nós podemos ajudá-los e acompanhá-los em cada passo do caminho. Mas não podemos fazê-lo em vez deles".

Isso nos leva a refletir sobre os momentos em que, identificando situações extremas, e tendo condições de resolvê-las, ponderarmos que, tendo a capacidade de fazê-lo, termos, obrigatoriamente, que assumir sua defesa, mas sem encorajar o comportamento do lado mais fraco a acomodar-se sem refletir sobre como encontrar meios próprios de conviver lado a lado com a dificuldade, em paz com seus opositores. Não fugir das situações complexas, nem temer as pressões internas que surgem, certamente, não são tarefas fáceis, é certo, mas necessárias de serem enfrentadas quando se busca entendimento e tomadas de decisão ousadas. De acordo com Obama "essa é a coisa mais árdua para os políticos", e, em nosso ponto de vista, para todo ser humano, "adotar uma visão de longo prazo". Por quê? Porque, para tal, é preciso reconhecer as reivindicações legítimas de ambos os lados, bem como, dar espaço para que o outro experiencie seu processo de descoberta do que foi feito de errado para que a situação lhes tornasse desfavorável. Ou seja, proteger algo, ou alguém, é, muitas vezes, mais deixar que se reflita e descubra o passo errado que foi dado, do que, maternalmente, ser a Força Aérea de alguém.

Dito isso, a lição cultural e democrática americana, necessária de ser experenciada pela América Latina, e demais nações do mundo, é clara ao indicar que, se ninguém escapa de ações no presente é porque, sem estas, nunca teríamos respostas para o dia seguinte. Toda prática cultural, tradicional ou não, por melhor ou pior que seja, nos reclama reflexão e ponderação, fazendo com que suas consequências sejam, e venham a ser, sentidas por tempo indeterminado.

Referências bibliográficas

ARRAES, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. *Rev. Bras. Polít. Int.* vol.47 nº.1 Brasília Jan./Jun. 2004.

As crises mundiais sob a ótica de Obama. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 ago. 2014. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,as-crises-politicas-mundiais-sob-a-otica-de-obama-imp-,1543639>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BAUMANN, Florian. Energy Security as multidimensional concept. *Research Group on European Affairs*. Nº 1, 2008.

COGO, Denise. Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. *Fronteiras*: estudos midiáticos, IX(1): 64-73, jan/abr 2007.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.

FONSECA JR, Gelson. BRICS: Notas e Questões. In: *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, 21-46.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JOHNSTON, Ann & SASSON, Albert (eds). *New technologies and development*. Paris, Unesco, 1986.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORLANDI, Eni. P. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. *Cad. Pesqui*., São Paulo, v. 39, n. 137, Aug. 2009. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016&lng=en&nrm=iso Acesso em 29.11.2014.

SALOMON, J.-J. *Le destin technologique*.Paris, Balland, 1992.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SALOMON, Jean-Jacques; SAGASTI, Francisco; SACHS-JEANTET, Celine. Da tradição à modernidade. *Estud. Av*., São Paulo, v. 7, n. 17, Apr. 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Identidad y traducción en *Macunaíma*… de Mário de Andrade

Roxana Calvo
Doctoranda en Letras
IdICHS- UNLP
rocalvoletras@gmail.com

Plagiaire est celui qui a mal digeré la substance des autres: il en rend des morceaux reconnaissables. L'originalité, affaire d'estomac. Il n'y a pas d'écrivains originaux, car ceux qui meriteraient ce nom sont inconnus; et même inconnaissables. Il y a quelque chose de plus précieux que l'originalité: c'est l'universalité.

Paul Valéry – *Tel quel*

Resumen

El presente trabajo analiza las diversas puestas en escena del concepto de traducción en *Macunaíma o herói sem nenhum caráter* de Mário de Andrade. Allí es posible percibir que tanto temática como morfológica e ideológicamente, a partir de los diversos juegos especulares de traducción – entendida como forma de resistencia cultural-, se deconstruyen conceptos de autoría, originalidad, hegemonía, etnocentrismo, y se promueve un texto polifónico y transculturado a través de la provocación por medio de la lengua. De esta forma, la traducción se constituye como un proceso paradigmático para pensar las relaciones de dependencia cultural entre centro y periferia y las recepciones activas de modelos teóricos centrales. Todo ello, indirectamente, colabora en el modo de pensar la identidad nacional.

Palabras-clave: LITERATURA BRASILEÑA; TRADUCCIÓN; IDENTIDAD.

Resumo

Este artigo analisa as diversas encenações do conceito de tradução em *Macunaíma o herói sem nenhum caráter* de Mário de Andrade. Nesta obra é possível perceber que tanto temática como morfológica e ideologicamente, a partir de diferentes jogos especulares de tradução - entendida como forma de resistência cultural-, os conceitos de autoria, originalidade, hegemonia, etnocentrismo são desconstruídos, promovendo um texto polifônico e transculturado através da provocação por meio da linguagem. Assim, a tradução se constitui como um processo paradigmático para pensar as relações de dependência cultural entre centro e periferia e as recepções ativas de modelos teóricos centrais. Tudo isso contribui, indiretamente, no modo de pensar a identidade nacional.

Palavras-chave: LITERATURA BRASILEIRA; TRADUÇÃO; IDENTIDADE.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Mário de Andrade fue un escritor prolífico y multifacético, líder del movimiento modernista brasileño gestado en la Semana del ´22 en San Pablo. A lo largo de su trayectoria intelectual y política se propuso reinventar la historia cultural de su país. Afín a los preceptos del movimiento antropofágico brasileño, promovió el rechazo por el consumo pasivo de las culturas hegemónicas (en general, la europea), y propuso en su lugar una reelaboración de la herencia o importación foránea – tomando sus valores positivos- y considerando, a su vez, las tradiciones nacionales. Así, el concepto teórico de "antropofagia", en el campo cultural brasileño de las décadas del ´20 y del ´30, se convirtió en el vehículo por medio del cual explorar el pasado para plantearse preguntas acerca de las interpretaciones de Brasil en cuanto a su identidad cultural y, con ella, el proceso de traducción, concebido como práctica antropofágica, señaló el fin de una mentalidad colonial y el comienzo de una mirada crítica acerca de la dependencia cultural de ese país (GENTZLER, 2008; BARY, 1991).

Una de las obras más importantes de Mário de Andrade es *Macunaíma o herói sem nenhúm caráter*, publicada en 1928. Allí es posible advertir las diversas puestas en escena del problema de la traducción ya que tanto temática como morfológica e ideológicamente, a partir de los diversos juegos especulares de traducción – entendida como forma de resistencia cultural-, se deconstruyen conceptos de autoría, originalidad, hegemonía, etnocentrismo, y se promueve un texto polifónico y transculturado a través de la provocación por medio de la lengua. En esta obra, la traducción se constituye como un proceso paradigmático para pensar las relaciones de dependencia cultural entre centro y periferia y las recepciones activas de modelos teóricos centrales colaborando, indirectamente, en el modo de pensar la identidad nacional.

Identidad y traducción

Una de los primeros interrogantes que nos planteamos es ¿cómo se concibe la traducción desde el punto de vista de la identidad cultural? Los temas – y los problemas- vinculados a la traducción han sido abordados desde diversas perspectivas, dependiendo del contexto de teorización y de los diversos aportes de otras ciencias que intervinieron en ella (lingüística, semiología, crítica literaria, estudios culturales, sociología, análisis del discurso, ciencias de la computación, literatura comparada y filosofía, entre otras).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Hacia 1960 la investigación sobre traducción se independizó de la Lingüística y se constituyó como ciencia autónoma. Se abandonó la denominación "Teoría de la traducción" y la nueva disciplina se denominó *Übersetzungswissenschaft*, en la escuela alemana, *Translation Studies*, en la escuela angloestadounidense, y *Traductología* en español (VENUTI, 2000, p. 5). Durante la década del setenta se revisó la historia cultural y se reconsideró el rol de la traducción en la historia de la literatura. La década del ochenta se dedicó al estudio de las relaciones de poder entre escritores, traductores y público lector[1]. Luego de más de una década de investigación, estos estudiosos de las escuelas de la traducción mostraron una tendencia a considerar a la traducción no ya como un hecho empírico (un texto concreto) sino más bien como un conjunto complejo de relaciones de traducibilidad en un contexto cultural determinado. Las nuevas vertientes teóricas de la traducción muestran, en cierta forma, cómo el texto traducido está inscripto en una cambiante red de intertextualidad, y cómo los hechos de la traducción parecen ser más construidos que materiales. De esta forma, en los años noventa el centro de atención fue la 'visibilidad' del traductor a través de sus intervenciones en el texto. La traducción comenzó a ser percibida entonces como práctica política formadora de 'modos de ver'. De esta manera, los denominados *Translation Studies* (con Susan Bassnett, André Lefevere, David Lloyd y María Tymoczko, entre los referentes más representativos de esta vertiente), proclamaron el avance en los estudios sobre traducción al dejar atrás la pregunta por la fidelidad y la equivalencia y tomar como objeto de estudio del texto "embedded within its network of both source and target culture signs" (BASSNETT; LEFEVERE, 1990, p. 12).

Al mismo tiempo, el traductor, teórico e historiador norteamericano, Lawrence Venuti, profundiza este cambio de perspectiva: del análisis del texto traducido al del rol del traductor. Especialmente en *The Translator's invisibility* (1995) afirma que el traductor hace visible su participación en la medida en que toma decisiones, a la vez que actúa como mediador, extranjerizando el texto que traduce –estrategia traductiva que difiere de la ´domesticación´, a la que define como intento por producir una traducción fluida y transparente. La domesticación — dominante en la tradición angloestadounidense, según este autor — ejerce una violencia etnocéntrica sobre el texto fuente, disfrazando de equivalencia semántica lo que

[1] El estudio de la relación entre textos e ideología surgió a principios de los ochenta con Michel Foucault (1980, 1984) y el desconstruccionismo de Derrida (1967, 1972, 1988, 1996), mientras que en el ámbito de la lingüística fue abordado por Teum Van Dijk (1995) entre otros.

ISBN: 978-85-7205-133-01

en realidad constituye una diferencia que el texto la traducido debería mantener (VENUTI, 1995, p. 21).

En esta concepción se hace fuertemente presente la primacía del concepto de "autoría". Aunque la cita es extensa, creemos pertinente transcribirla por el grado de claridad que ofrece:

> The translator's invisibility is also partly determined by the individualistic conception of authorship that continues to prevail in Anglo-American culture. […] the author freely expresses his thoughts and feelings in writing, which is thus viewed as an original and transparent self-representation, unmediated by transindividual determinants (linguistic, cultural, social) that might complicate authorial originality. This view of authorship carries two disadvantageous implications for the translator. On the one hand, translation is defined as a second-order representation: only the foreign text can be original, an authentic copy, true to the author's personality or intention, whereas the translation is derivative, fake, potentially a false copy. On the other hand, translation is required to efface its second-order status with transparent discourse, producing the illusion of authorial presence whereby the translated text can be taken as the original (VENUTI, 1995, p. 6 - 7).

Es decir, esta postura parte de una concepción hegemónica de la cultura que considera a la traducción como una representación subsidiaria del original y de segundo nivel. Así, según la visión de Venuti, en las vertientes en las que prevalece el concepto de autor, se concibe al texto extranjero como "original", el que se considera como portador de las intenciones auténticas y de la personalidad del autor, mientras que la traducción es constituida como derivación, falsificación o copia carente de autenticidad. En este contexto, términos como invisibilidad, transparencia, neutralidad o fidelidad representan, de acuerdo a Venuti, ilusiones con las que se intenta disfrazar la naturaleza esencialmente intervencionista del acto traductivo. En efecto y, lo más importante, es que lo que no se hace explícito es que esa "invisibilidad" también es intervención. De esta manera, tanto el texto "original" como la traducción son derivaciones, ambos se constituyen de diversos materiales pertenecientes al acervo de las lenguas y las culturas y no serán propiedad ni del escritor ni del traductor, sino de una comunidad determinada (VENUTI, 1995, p.18).

Por su parte, la estudiosa norteamericana Suzanne Jill Levine concibe a la traducción como un acto de subversión. Afirma que: 'The literary translator can be considered a subversive scribe" (JILL LEVINE, 1991, p. 7). Es evidente que esta autora se vale de un verbo con claras connotaciones ideológicas, "subvertir" implica no solo revertir el orden establecido, sino también revolucionar un sistema, e incluso, modificar un canon literario. Por otra parte, concebir a la traducción como "subversión", pone en evidencia que habría una

ISBN: 978-85-7205-133-01

versión latente implícita en el texto original, constituida como un "subtexto". Es decir, su forma se destruiría, pero el significado seguiría su rumbo bajo una nueva forma. Así, comprender otra lengua no sólo lleva al sujeto traductor a entender y apropiarse de lo "otro", lo diferente, sino a entender y a abarcarse a sí mismo. Conocer al/lo "otro" le permite re-conocerse. De esta forma, el sujeto al trabajar con otra lengua, se vuelve "otro", es decir, "traduce y es traducido". El proceso de interpretación entonces ya no tiene un solo sentido, sino un recorrido dialéctico que produce una suerte de desplazamiento. En cada acto traductivo se lleva a cabo una acción crítica, una toma de decisión y, con ella, un dejar fuera. Toda traducción debe (re)producir un efecto persuasivo sobre el lector, se convierte desde esta perspectiva, no sólo en un acto lingüístico, sino también en un gesto político. Como "acto crítico", la traducción debe despertar dudas, proponer preguntas a su lector y (re)contextualizar el texto fuente. No sólo se traducen textos sino también se recrean contextos (que se han perdido inevitablemente y de antemano).

Las palabras de una lengua en particular, sostiene Levine, contienen en sí mismas una serie de implicaciones sociales, culturales, políticas y asociaciones privadas que son intraducibles. La manera de ver el mundo es intraducible porque no se puede traducir la contingencia. Por ello, para la autora, la traducción en América Latina debe provenir de un/a "escriba subversiva/o" que "transcree", esto es, que traduzca creando y que cree traduciendo, constituyéndose como mediador/a entre culturas y momentos históricos. Para Jill Levine la traducción, debe ser una vía mediante la cual el (la) escritor(a)/traductor(a) intente reconciliar los fragmentos: de textos, del lenguaje, de cultura, de historia y de sí mismo.

Por otra parte, en el campo cultural brasileño (y con una fuerte irradiación a América y a Europa), el concepto de traducción se ha vinculado estrechamente con el concepto de "canibalismo". Uno de los primeros registros de la metáfora del canibalismo en Brasil se encuentra en el "Manifiesto Antropófago" (1928) de Oswald de Andrade. Allí se pone en evidencia la idea de que para constituir una auténtica cultura nacional se debería efectuar una síntesis dialéctica del pasado y del presente: aprovechar todas las influencias, sin importar su origen, devorar y reelaborar críticamente atendiendo a las condiciones locales e intentar, además, no ser anulado o destruido culturalmente durante ese proceso.

Cabe recordar que la utilización de la metáfora del canibalismo desestabiliza una serie de tabúes culturales muy enraizados en el mundo Occidental. A partir del siglo XVI, el canibalismo ha sido identificado como una expresión característica de la inferioridad cultural.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Dentro del discurso colonial, la perspectiva del canibalismo ha sido ambivalente: la postura superior de las (supuestas) culturas más evolucionadas ha estado acompañada por una profunda fascinación exotista y utilizada por algunos escritores como una expresión de diversidad radical en la cual habría una crítica de la propia civilización occidental que pretendía desestabilizar, escandalizar e ironizar al propio contexto histórico-social y atacar, a la vez, los valores de consumo cultural de la burguesía. Esa doble apropiación de la imagen del canibalismo dentro del pensamiento europeo fue contraatacada por el movimiento antropófago. La reapropiación del canibalismo por parte de la vanguardia brasileña tuvo una impronta fuertemente política: fue, sobre todo, una forma de resistencia a la cultura europea. Oswald de Andrade utilizó el canibalismo como arma verbal, no sólo para escandalizar e intimidar al público, sino también para sustituir la imagen del indígena pasivo y sumiso por la imagen del caníbal agresivo y rebelde. El objetivo de Oswald era superar la sumisión cultural del país revirtiendo la postura históricamente imitadora de la literatura brasileña y el desplazamiento unidireccional de la influencia artística. De este modo transformó la idea del 'buen salvaje' de Rousseau en un 'mal salvaje', devorador del europeo, capaz de asimilar al otro para subvertir la tradicional relación colonizador/colonizado.

En este período inicial del uso de la metáfora del canibalismo, la consideración de la traducción todavía no tenía un papel relevante. Algunas décadas más tarde (1960-1970) podemos observar que el fenómeno se extiende a la teoría de la traducción utilizada entre los escritores brasileños asociado a su impacto teórico en el intento da construcción de una identidad cultural a través de ella. Los representantes más destacados de esta posición teórica en Brasil son: los hermanos Haroldo de Campos (1929-2003) y Augusto de Campos (1931-) y del checo exiliado en Brasil, Vilém Flusser (1920-1991).

Particularmente, Haroldo de Campos ha concebido la traducción como una revitalización textual que señala la naturaleza antropofágica del acto traductivo; el traductor se alimenta del texto mismo que traduce. Edward Gentzler sostiene que para de Campos:

> […] the translation process is always creative, much like original writing. Translation reorganizes the signs, sounds, and images of the text, therefore leading to new insights and possibilities of thought. The view of translation has led to a rich theory in which Haroldo de Campos incessantly develops new metaphors to describe the transtextual process by which he absorbs and transforms (GENTZLER, 2008, p. 86)

Es por ello que este enfoque también se ha denominado “recreación transformativa” porque en lugar de negar el aporte extranjero, lo absorbe y lo transforma. Así, la traducción, al

ISBN: 978-85-7205-133-01

igual que para Jill Levine, ya no es un proceso que se efectúa en un solo sentido, desde una cultura hacia otra, sino una iniciativa intercultural de doble vía, en la que el traductor es un recreador, y la traducción se convierte en transcreación. Bajo este enfoque, la traducción es un diálogo o creación paralela, autónoma aunque recíproca; no limitada al original, sino extendida a las voces de otros textos para convertirse en transtextualización, transcreación que desestabiliza el referente único, la tiranía logocéntrica del original. De esta forma, la metáfora de la traducción como canibalismo, no es sólo una respuesta a la experiencia del mundo colonial y post-colonial, sino además un modelo en el que, de acuerdo a Haroldo de Campos, es capaz de explicar todos los tipos de reescritos, traducciones, recombinaciones y procesos de "devoración" culturales.

Ahora bien, atendiendo a las consideraciones señaladas anteriormente, ¿cuáles son las diversas puestas en escena del problema de la traducción en Macunaíma…? En la obra, los juegos especulares de traducción se ponen de manifiesto a partir de las más variadas estrategias y se yuxtaponen en diversos planos. En el plano textual: por la incorporación de otros textos a la obra; en el lingüístico: por la incorporación de otros idiomas a la lengua portuguesa; en el etnográfico: a través de las transformaciones étnicas de los personajes; en el plano temático: a partir del esfuerzo en la ficción (sobre todo de Macunaíma, el personaje principal) por traducir términos de una lengua a otra y en el plano formal: a partir de la incorporación, fusión, yuxtaposición o co-presencia de diversos géneros en la obra.

Uno de los temas que le dan unidad a *Macunaíma…* es la constante amenaza de la pérdida de la identidad nacional. Macunaíma, el personaje principal, nace en la selva Amazónica (donde se hizo Emperador luego de su casamiento con Ci, reina de las Amazonas), viaja por tierras de Brasil y de América Latina con sus dos hermanos, uno negro, Maanape y otro indio, Jiguê. Se detienen un tiempo en la ciudad de San Pablo (sus hermanos mueren), y Macunaíma regresa a la selva antes de ascender al cielo y convertirse en estrella.

El motivo del viaje es la búsqueda de la "muiraquitã", un talismán de la suerte que le había regalado su esposa antes de morir y subir al cielo convirtiéndose en la Osa Mayor. Este amuleto representa su vínculo con la tradición. Inicialmente, Macunaíma pierde la piedra en sus tierras de origen, se entera que la tiene un capitalista y coleccionista, medio europeo – medio latinoamericano, Venceslao Pietro Pietra / el gigante Piaimã en su palacio de la ciudad de San Pablo. Hacia allí se dirige el héroe junto a sus hermanos, donde logrará recuperar el

ISBN: 978-85-7205-133-01

amuleto y lo volverá a perder antes de morir, como metáfora de la pérdida definitiva de su lazo con la tradición y, con ella, de su identidad cultural.

El autor de *Macunaíma…* pone en funcionamiento su máquina de escritura a partir de un doble gesto (explícito) de devoración: por un lado, toma como fuente la colección de mitos y leyendas recogidas entre 1911 y 1913 por el etnógrafo alemán Theodor Koch-Grünberg (1872-1924). Esta colección, titulada *Von Roraima zum Orinoco: Ergebnisse einer Reise In Wordbrasilien und Venezuela In den Jahren*, es la fuente principal en la que se basó Mário de Andrade para la construcción de la obra, sobre todo, el volumen II que contenía los mitos y leyendas del pueblo Taulipang y Arekuna. Según Ancona Lopez (1996, pp. 397-398), de Andrade era un

> lector sufrido y paciente de la lengua alemana, tenía cuatro de los seis volúmenes que componen la obra de Theodor Koch-Grünberg […] El volumen II está bastante anotado en lápiz, presenta marcas de asimilación de elementos, personajes e incluso la acción integral de algunos episodios narrativos […] los demás [en general] presentan traducción de palabras (la traducción es nuestra).

Por otra parte, es el mismo Mário de Andrade quien traduce del original alemán las partes que le interesará incorporar a *Macunaíma…* Por lo que podemos percibir, en términos de Venuti (1995 y 2000), la deliberada visibilidad que produce el autor de sí mismo como acto intervencionista de la materia que se propone re-crear.

En ese sentido, ¿cuáles son las relaciones que establece el autor entre original y traducción?, ¿cuál es el pacto (explícito e implícito) de lectura entre autor y lector del texto fuente?

La publicación de *Macunaíma* en julio de 1928 recibió algunas críticas fundadas en las más variadas razones. Una de ellas es mencionada en el *Dicionário de Coisas da Amazonía* de Raimundo Moraes, quien defiende a Mário de Andrade contra las acusaciones de plagio de la historia de Koch- Grünberg. El mismo de Andrade lo cita:

> Os maldizentes afirmam que o libro Macunaíma do festejado escritor, Mário de Andrade, é todo inspirado no *Vom Roraima zum Orinoco* do Sábio (Koch- Grünberg). Desconhecendo eu o livro do naturalista germânico não creio nesse boato, pois o romancista patrício, […] possui talento e imaginação que dispensam inspirações estranhas. [2]

[2] Fragmento de "Carta aberta" dirigida a Raimundo Moraes y publicada en el *Diário Nacional de São Paulo* el 20 de septiembre de 1931, p. 3. *Apud* ANCONA LOPEZ (1974, p. 99).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Mário de Andrade rechaza esa defensa, la responde y admite no solamente haber plagiado a Koch-Grünberg, sino además haber copiado a otros autores:

> Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade, é os maldizentes se esqueceram de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos. [...] Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mas ainda, [...] pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, de cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da *Revista de Língua Portuguesa.* [...] eu copiei o Brasil, ao menos naquela parte em que me interessava satirizar o Brasil por meio dele mesmo [...]. Meu nome está na capa de *Macunaíma* e ninguém o poderá tirar. [3]

Es decir, al autor no le preocupaba la acusación de plagio, lo que le irritaba era que sus críticos fueran incapaces de percibir la escritura paródica y de 'segunda mano' que *Macunaíma…* proponía. El escritor paulista denunciaba que sus detractores no pudieran entender que el relato –en tanto palimpsesto- pretendía desestabilizar las estructuras jerárquicas de dominación cultural tematizada en toda la obra. Así, el autor deconstruye deliberadamente la noción de originalidad y ante un gesto subversivo (Jill Levine: 1991) e intervencionista propone desestabilizar los límites de la propiedad autoral y cultural. De esta manera, rechaza la metáfora colonizadora por medio de la cual el nombre del autor (y su firma), reproduciría el gesto del conquistador que deja su marca (la cruz) en el territorio conquistado: en este caso, el ámbito de la ficción, promoviendo, en su lugar, un espacio textual crítico para repensar el problema de la dependencia cultural.

De este modo, se hace explícita una operación vinculada a la traducción entendida como re-construcción del texto fuente, en la que se hace visible cómo los distintos discursos y prácticas semióticas son mediados por la intervención del acto traductivo. Así, la re-elaboración del texto fuente es celebrada en tanto portadora de una actitud activa y consciente, caracterizada no sólo por la apropiación del contenido, sino también por la fuerza con la que está constituido el material de manera creativa. Es, en otras palabras, asumir la estructura del canibalismo que incorpora activa y selectivamente el “alimento” que luego será absorbido y finalmente, producirá una nueva síntesis. De esta forma, la “incorporación” en los textos de Mário de Andrade tiene lugar siempre bajo un control consciente, no con el mero fin de producir una mezcla heterogénea de elementos disímiles, sino como un proceso de

[3] *Ibídem*, pp. 99-100.

ISBN: 978-85-7205-133-01

asimilación que produce una nueva síntesis producto de la reelaboración crítica, transformativa y subversiva.

En *Macunaíma…* uno de los capítulos que problematiza particularmente el concepto de traducción, es “Pauí-Pódole”. En este episodio se hace referencia a la etiología del ano entre los seres (animales y hombres), mediatizado por la introducción del neologismo “puíto”. Puede verse aquí el proceso lingüístico de traducción creativa o “transcreación” en términos de la elaboración poética de de Campos (1970), a partir de operaciones que relacionan códigos y significados de diferentes lenguas. En este caso, cuando el autor inserta la leyenda de la colección de Koch- Grünberg titulada: “Leyenda 25: Puíto. Como os animais e os homens receberam o ânus”. En la versión de Mário de Andrade, cuando Macunaíma está en San Pablo, decide aumentar su comprensión de las lenguas de la ciudad: "Macunaíma aproveitava a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito. Já sabia nome de tudo" (p. 87).

Desde el comienzo del capítulo se plantean cuestiones relativas al problema de la traducción. El desconcierto del personaje se manifiesta cuando entra en contacto con el vocabulario de la ciudad y hace un gran esfuerzo para aprehender la lengua del “otro”. El protagonista, un indígena aculturado, se pasea por la ciudad en el Día de las flores, una joven se le acerca para venderle una flor que le coloca en el ojal de su solapa. Macunaíma, contrariado, se da cuenta de que no conoce el término que se refiere a “aquele buraco na [...] roupa” (p. 88). Luego de pensar un buen rato le dice a la joven “Nunca mais me bote flor neste ... puíto [...]!” (p. 88). La joven desconocía que “puíto” era una 'mala' palabra. Le causó mucha gracia y comenzó a repetirla, se imaginó que el término estaba de moda y entonces le decía a “toda a gente si queriam que ela botasse uma rosa no puíto deles”. Así, nadie más utilizó, por ejemplo, *boutonnière*, sólo se escuchaba en las calles “puíto”.

De este modo, podemos observar que se produce - en el plano de la ficción- una intervención por medio de la traducción que desestabiliza la ilusión de autenticidad de la palabra dominante. El discurso escatológico, a partir del nacimiento del neologismo, suplanta al galicismo (*boutonnière*). Así, podemos suponer que el neologismo biológico - la etiología del ano entre los seres- cede lugar al neologismo lingüístico, la creación de un término vernáculo.

El sistema de intercambios entre el código biológico y lingüístico acentúa las relaciones, al considerar que este pasaje denuncia el absurdo de las leyes gramaticales

ISBN: 978-85-7205-133-01

impuestas a la lengua, en este caso, la lengua portuguesa de la península. Esta denuncia constituye una de las mayores preocupaciones del autor: la instauración de un lenguaje literario y coloquial auténticamente brasileños, libre de los modelos del portugués heredado e impuesto bajo la dominación colonial.

La selección del término obsceno en reemplazo del galicismo permite el establecimiento de una red de significaciones capaz de vincular el pasaje re-creado en *Macunaíma…* y el texto mítico de Koch-Grünberg. Proferir una mala palabra, una palabra "sucia", aunque desconocida por los demás, transforma al héroe en un "desbocado" en relación a su modo de expresarse. El hecho de ser desbocado implica, simbólicamente, la acción de expulsar excremento por la boca, de la misma manera que en el relato indígena recogido por Grünberg, en el que los seres evacuaban por la boca ante la falta de un órgano digestivo.

En *Macunaíma…*, el héroe rápidamente se da cuenta del éxito de su invención, pues la palabra se ha expandido y todos la utilizan:

> Mas o caso é que o "puíto" já entrara pras revistas estudando com muita ciência os idiomas escrito e falado e já estaba mais que assente que pelas leis de catalepse elipse síncope metonímia metafonia metátese próclise prótese aférese apócope haplogia etimologia popular [...], a palavra 'botoeira' viera a dar em 'puíto', por meio duma palavra intermediária, a voz latina 'rabanitius' (botoeira-rabanitius-puíto), sendo que rabanitius embora não encontrada nos documentos medievais, afirmaram os doutos que na certa existira e fora corrente no sermo vulgaris" (p. 89).

La introducción del neologismo es, irónicamente, legitimada por las reglas gramaticales, presentadas bajo la forma de una cadena sintagmática de figuras. El efecto de juego de significantes traduce el cuestionamiento de una terminología vacía de significado, en la cual los términos son agrupados de acuerdo al proceso inconsciente de una palabra que empuja a otra con el fin de intentar "civilizarla" en el ámbito del lenguaje, pretendiendo eliminar su connotación "sucia" una vez que se ha incorporado al portugués atribuyéndole, además, una etimología respetable. Pero ésta resulta absurda y falsamente erudita, con el claro objetivo de parodiar las reglas gramaticales de la lengua portuguesa. La explicación de la falsa etimología da lugar a que el texto expanda su parodia al carácter construido, falso y hermético del saber erudito. Al mismo tiempo, esa invención filológica prueba la manipulación reduccionista a la que se someten los restos de la lengua del "otro" que ingresan en la cultura dominante. La transformación del episodio en acto de habla revela el grado de apropiación metafórica que se procesa en la creación artística, en virtud de tratarse de un registro "otro" y

ISBN: 978-85-7205-133-01

de una mirada distinta del sujeto delante del texto que le sirve de inspiración. El préstamo tomado del mito y de la terminología indígena reitera y exalta la falta de poder del sujeto frente a la lengua y, fundamentalmente, sobre la lengua del "otro".

La incorporación y apropiación de lo "otro", tiene su punto máximo de tensión en el capítulo IX de *Macunaíma*… titulado "Carta a las icamiabas". Allí podemos observar otro de los juegos traductivos, esta vez, vinculado a un concentrado efecto de transculturación (RAMA, 1987) y de transformación creativa, que marca un quiebre, una inversión del ejercicio de transculturación 'desde abajo' desplegado en el resto de la novela.

Este capítulo se encuentra exactamente en la mitad de la rapsodia y funciona como ruptura de la poética del autor: mientras toda la obra propone una recuperación de las oralidades populares, aquí se distancia abruptamente de ello, cediendo la palabra al protagonista para que escriba una carta imitando los discursos políticos o evangelizadores propios de la colonia, empleando un gran despliegue de persuasión y técnicas argumentativas.

En la "Carta…" se escenifica la tensión entre el lenguaje culto escrito de Portugal y el registro hablado del Brasil, incluyendo la reutilización de refranes, lugares comunes, rimas, y proverbios, y en el mismo nivel de enunciación, registros de intertextualidad cultos, con una jerga deliberadamente erudita que incluye latinismos y alusiones a la cultura clásica.

Cuando el héroe marcha rumbo a San Pablo en búsqueda del talismán, los únicos bienes económicos que lleva para subsistir en la gran ciudad son granos de cacao que cambiará por dinero. Macunaíma es un supuesto "primitivo" amazónico integrado a una cultura corporalmente no-represiva. Por ello, ávido de sexo en San Pablo, va en busca de mujeres, pero se sorprende al descubrir que "as donas de cá não se derribam a pauladas, nem brincam por brincar, gratuitamente, senão que a chuvas do vil metal" (p. 74). Así decide escribirles una carta a las indias icamiabas, con el objetivo encubierto de pedirles dinero para poder pagar sus apetitos sexuales.

En este contexto argumental, y considerando la "Carta..." desde el punto de vista discursivo, si en toda la novela podemos encontrar un palimpsesto en términos enunciativos, y también en el plano de la estructura, en la carta lo mestizo emerge a pesar del deseo del protagonista de no presentarse como un completo aculturado. La carta es una parodia del deseo de Macunaíma, que pretende asumir el punto de vista de la cultura dominante. La experiencia de diglosia (RAMA, 1995) está resaltada en términos paródicos que dejan entrever las marcas que siguen expulsándolo de la cultura que pretende adoptar.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Perplejo frente al mundo letrado, se impresiona con el poder de la palabra escrita. Por ejemplo, mientras que el narrador apela, para referirse a las indias, a la palabra indígena 'icamiabas' en minúscula, Macunaíma usa el término europeo 'Amazonas' en mayúscula, para nombrar a las indias, asumiendo el acto de nombrar 'al otro', propio del discurso colonial de la conquista. Deliberadamente y no sin cierto aire pedante, Macunaíma expresa su pertenencia a un espacio lingüístico y cultural que no le es propio, al que cree dominar, en un alarde de superioridad frente a sus súbditas, ironía de Andrade que pone ingenuamente al protagonista embelesado ante la 'supuesta' riqueza del idioma de la cultura dominante. Así, el autor denuncia, a través de la idealización ingenua del héroe, el quiebre diglósico que sintomatiza las fracturas culturales de su lengua.

Por otra parte, esta parodia del autor desplegada a partir del adoctrinamiento etnocéntrico del personaje, se manifiesta también por medio de diversos recursos como: *lapsus linguae*, citas cultas transcritas de modo incorrecto, transcripciones fonéticas de palabras extranjeras por desconocimiento de la grafía original. Estas equivocaciones delatan una identidad (cultural) encubierta. Macunaíma intenta reponer la perspectiva dominante, tomada del modelo colonial europeo. Así, utiliza la escritura y los registros de la cultura hegemónica con un objetivo desestabilizador: pedir cacao para convertirlo en dinero, para hacer su entrada al capitalismo a través de la sexualidad reificada de la prostitución. Atentando contra los valores consagrados por esos saberes de la cultura dominante, la carta contradice veladamente los valores éticos del registro culto y de la carta oficial como género. De este modo, socava los fundamentos del propio discurso culto colonial: moral, evangelizador, represivo. Macunaíma se delata a sí mismo, se traiciona sin querer, da cuenta de su pertenencia a una naturaleza o psicología irracional y exuberante, poniendo de manifiesto su propia otredad; aunque pretende formar parte de la alta cultura, las marcas lingüísticas prueban su extranjería del dominio culto.

Con los recursos que utiliza para adoctrinar a las indias mediante el lenguaje, introduce un dispositivo de poder estableciendo una relación jerarquizada a partir de la autodenominación de "Imperator". Y con el mismo objetivo de dominación, recurre al preconcepto grafocéntrico de la escritura materializada en papel, pues obviamente las indias no podrán leer la carta por su condición de analfabetas y porque la misma difícilmente llegue a sus destinatarias, aisladas en la espesa selva amazónica.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Así, la "Carta…" expone, a partir de un efecto de cajas chinas, la conciencia que el protagonista evidencia al subrayar la distancia entre escritura y oralidad de la lengua extranjera y el papel del letrado pedagogo que asume frente a las analfabetas. Papel que parece exceder la ficción y encarnarse en el propio Mário de Andrade frente a su cultura "sin carácter". Esta parodia es una especie de gran oxímoron que da cuenta de una puesta en abismo de los contrastes y paradojas en los que está inserta la cultura. Esas contradicciones, además, al producirse, afirman la exclusión del 'otro'. Así, la traducción cultural, en tanto recreación transformacional, opera uniendo conceptos que se excluyen mutuamente, con el objetivo de producir nuevos sentidos que deben ser reinterpretados.

Como vimos, la traducción es un proceso de negociación entre los textos y las culturas, un proceso en el cual se llevan a cabo todo tipo de transacciones mediadas por la figura del traductor. De esta forma entendió también Mário de Andrade a la traducción: como un espacio dinámico, donde es posible subvertir los sentidos, un espacio de lucha en el que se ponen en juego las negociaciones entre las culturas (dominante y dominada) y en el que el intelectual, visibilizándose como mediador, repone los sentidos culturales en el espacio creativo del texto. Así, la traducción, entendida como "devoración", promueve la posibilidad de re-construcciones creativas y funciona en esta novela/rapsodia como espacio donde repensar el problema de la identidad y de la dependencia cultural.

BIBLIOGRAFÍA

ANCONA LOPEZ, T. P. *Macunaíma: a margen e o texto*. San Pablo: HUCITEC, 1974.

----------. "Vínculos". In ANDRADE, Mário de. pp. 397-425, 1996.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, edición crítica, Ancona Lopez, T. P. (coord.). Madrid: ALLCA XX- Colección Archivos 2° ed., 1996.

BARY, Leslie. "Oswald de Andrade´s ´Cannibalist Manifiesto´", *Latin American Literary Review* (Jul-Dec) 19 (38), pp. 35-47, 1991.

BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Translation, History and Culture.* Londres: Frances Pinter, 1990

CAMPOS, Haroldo de. "Da tradução como criação e como crítica". En: *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, pp. 21-38, 1970

DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. París: Seuil, 1967

----------. *La dissemination*. París: Seuil, 1972.

----------. *The Ear of the Other. Otobiography, Transference, Translation* (trad. Peggy Kamuf). Lincoln: University of Nebraska Press, 1988

----------. *Le monolinguisme de l'autre*. París: Galilée, 1996.

ISBN: 978-85-7205-133-01

FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1980.

----------. "¿Qué es un autor?" en *Conjetural*, nº 4, pp, 87-111, 1984.

GENTZLER, Edwin. *Translation and identity in the America´s: new directions in translation theory*. Londres y Nueva York: Routledge, 2008.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Vom Roroima zum Orinoco: Ergebnisse einer Reise In Wordbrasilien und Venezuela In den Jahren*. Berlín: Dietrich Reimer, vol. I, 1917; Stuttgart: Ströker und Schöroder, vols. II,III y V, 1923-1924.

JILL LEVINE, Suzanne. *The subversive scribe: Translating Latin American Fiction*. Minneapolis: Graywolf Press, 1991.

RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*, México, Siglo XXI, 1987.

----------. *La ciudad letrada*, Montevideo, Arca, 1995.

VAN DIJK, Teum. *Ideology. A multidisciplinary approach*. Londres: Academic Press Inc, 1995

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility. A history of translation*. Londres/Nueva York: Routledge, 1995.

----------. *The Translation Studies Reader*. Londres y Nueva York: Routledge, 2000.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Identidade nacional na concepção de José Ingenieros e Manoel Bomfim

Ruth Cavalcante Neiva
Mestranda do PPGHIS-UFES; Bolsista CAPES
Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: donaruth26@hotmail.com

Resumo

Este trabalho pretende analisar os projetos de Identidade Nacional pensados pelo ítalo-argentino José Ingenieros e pelo brasileiro Manoel Bomfim. Tal pesquisa pautará sua análise utilizando o método comparativo para refletir a respeito do pensamento destes dois intelectuais e suas concepções de identidade para a Argentina e o Brasil entre os anos de 1900 a 1920. O objetivo deste estudo consiste em analisar os discursos destes autores para refletir sobre como Ingenieros e Bomfim pensaram a questão da Identidade Nacional a partir de um critério racial.

Palavras-chave:

Identidade; Nação; Raça; Ingenieros; Bomfim.

Nacional identity in the conception of José Ingenieros and Manoel Bomfim

Abstract

This paper intends to analyze the projects of national identity thought by the Italian Argentinean José Ingenieros and by the Brazilian Manoel Bomfim. Such research will use the comparative method to think about the ideas of both intellectuals and their conceptions of identity for Argentina and Brazil between 1900 and 1920. The main goal of this study is to analyze the writings of these authors to understand how Ingenieros and Bomfim thought the idea of national identity from a racial bias.

Key-words:

Identity; Nation; Race; Ingenieros; Bomfim.

A obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, demonstra como o sentimento nacional tem uma história interessante, rica e contraditória. Nessa perspectiva, os

ISBN: 978-85-7205-133-01

estudos deste historiador se voltaram para a instituição dos Estados nacionais e para a ascensão do sentimento nacional. Anderson acredita que o nacionalismo nada mais é do que uma expressão dos anseios e esperanças reais que foi gerado nos períodos de conflitos internos e externos. Ele defende que a biografia de uma nação nunca pode ser escrita de forma evangélica, isto é, tão somente avançando sua história no tempo, visto que a nação é um "objeto" que foi inventada e imaginada. Sendo assim, o historiador não pensa a nação como se ela contivesse elementos estáveis e naturais, mas sim, como se ela fosse uma comunidade política imaginada que tanto inventa quanto mascara. A partir do momento que a nação é imaginada ela é moldada, adaptada e transformada. Logo, o nacionalismo pode ser pensado como uma ideologia que gera uma comunidade política imaginada que é intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana.

Anderson afirma que os povos têm apego as suas imaginações e são capazes de morrer por suas invenções. Sendo assim, em todos os casos as nações são sempre imaginadas e constroem diversos símbolos que são muito eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos. Também, a construção de uma representação nacional nunca é um discurso neutro, pois sempre produz estratégias e práticas sociais. Na Argentina e no Brasil das duas primeiras décadas do século XX foram forjados vários discursos que visavam criar mecanismos de representação da nação e estas representações não eram fixas nem imutáveis, ao contrário, elas se modificavam de acordo com as tendências políticas de um determinado momento da história. Assim, os estudos de Anderson são bastante esclarecedores quando demonstram que as representações da nação estão sempre em estado de reinvenção.

Também, de acordo com Patricia Funes em sua obra *Salvar la nación*, os discursos sobre a nação desta época tentavam reforçar o laço social, consolidar a ordem, reproduzir a hegemonia, identificar e incluir aqueles que pertenciam ao seio social etc. Este foi um contexto em que as elites políticas de vários países da América Latina tinham como projeto uma "missão civilizadora" e "modernizadora", que buscava gerar discursos, explicações e representações da sociedade para definir imagens e representações da nação. Funes afirma que as reflexões a cerca da nação entre os intelectuais latino-americanos das décadas de 1910 e 1920 foram elaboradas num cenário em que boa parte da intelectualidade relacionava a questão nacional com a Razão, Civilização, Progresso e Ciência. Levando em consideração estas reflexões sobre nação se pode refletir a respeito dos discursos de identidade nacional propostas por José Ingenieros e Manoel Bomfim.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ingenieros nasceu em 1877 em Palermo, na Itália. Quando era criança migrou para a Argentina juntamente com seus pais. Bomfim, por sua vez, nasceu em oito de agosto de 1868, em Aracaju, Sergipe. O ítalo-argentino nutria muito interesse pelas Ciências Naturais, tanto que, no plano profissional optou pela carreira médica, especializando-se na área de patologia nervosa e mental, graduando-se médico pela Universidade de Buenos Aires em 1900, ao passo que Bomfim concluiu o curso de Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890. Estes homens eram contemporâneos, mas vivenciaram contextos sociais extremamente diferenciados. Os problemas da Argentina eram distintos dos do Brasil, visto que a primeira estava enfrentando vários problemas sociais – como a questão da imigração – em consequência do seu acelerado desenvolvimento econômico, (sobretudo em Buenos Aires) ao passo que o segundo enfrentava uma crise social em virtude da abolição da escravidão. Assim sendo, cada intelectual levando em consideração o cenário do seu Estado tentou entender as causas da desordem social do seu país, pois somente pensando nas "causas que geravam as doenças" é que se poderia diagnosticar uma "cura" para a Argentina e o Brasil. Utilizar os termos "doença", "diagnóstico" e "cura" é recorrer ao vocabulário utilizado por ambos intelectuais, pois eles tinham em comum o fato de terem se formado em medicina. Ainda, atuaram ativamente em várias instituições públicas voltadas para o ensino e a pesquisa, estando muito engajados com a causa da educação, vista como elemento fundamental para o desenvolvimento nacional.

Ambos intelectuais podem ser classificados como cientificistas, pois partilharam da mesma "fé" no valor do conhecimento científico e na crença de que "leis objetivas" poderiam explicar o homem e a natureza. Ingenieros defendia uma Ciência neutra, baseada na observação e na experimentação, estabelecendo assim, uma nítida distinção entre ciência e ideologia, ajudando a firmar uma imagem de "cientista puro". Também, era um ideólogo que apoiava as ideias do racismo científico, que basicamente seria o estudo dos tipos humanos em suas diferentes características hereditárias. Após se formar no curso de Medicina, o cientificismo foi a "marca" do pensamento ingenieriano. Terán afirma que no período da faculdade, os escritos de Ingenieros começam a apresentar uma ruptura teórica em relação aos seus escritos da juventude que dialogavam com o socialismo e passaram a dialogar mais com a "sociologia científica" ingressando "a un universo de discurso positivista, evolucionista y darwiniano" (TERÁN, 1986, p. 28). Desta maneira, ao assumir uma leitura biologista da realidade social, noções como raça, sobrevivência dos mais aptos e luta pela vida passaram a fazer parte integrante de seus escritos.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Bomfim, por sua vez, denunciou a suposta neutralidade dos discursos das ciências da sua época, contudo, segundo Sussekind e Ventura, ele não conseguiu se afastar do paradigma científico que ele mesmo criticava. Seu texto é repleto de metáforas biológicas e ele não inaugurou um novo horizonte de linguagem, mas trabalhou usando as mesmas categorias utilizadas pelos homens de ciência da sua época. Bomfim criticou o fato de que alguns ideólogos utilizarem o prestígio das ciências para dar legitimidade a práticas de exploração e exclusão. Nesse sentido, seu discurso foi de dissenso em relação a seus contemporâneos, uma vez que ele questionou o racismo científico num período em que o racismo científico formava um conjunto de princípios dados como verdadeiros e legitimados pelos conhecimentos das ciências biológicas.

Ingenieros e Bomfim pensaram em projetos de Identidade Nacional para a Argentina e o Brasil no começo do século XX, formulando concepções que refletiam a respeito de uma identidade racial para os seus países, mas, para maior compreensão das "concepções de mundo" em que Ingenieros e Bomfim estavam inseridos, se faz de grande importância discorrer sobre a Eugenia na América Latina com o propósito de demonstrar aos leitores a interpretação dos homens do começo do século XX em relação à questão racial.

Segundo Santos, a especificidade do pensamento eugênico na América Latina entre os fins do século XIX e começo do século XX dizia respeito a sua grande preocupação com o controle da população de imigrantes e ex-escravos. Por sua vez, Marisa Miranda afirma que a eugenia (do grego eu-genes; boa linhagem) se difundiu de maneira quase homogênea no mundo ocidental e legitimou estratégias biopolíticas que visavam melhorar a qualidade racial das gerações futuras. A eugenia também se preocupava em classificar, hierarquizar e excluir os indivíduos que fossem prejudiciais a uma possível melhora física e mental da espécie humana. Também, neste contexto o conceito de raça migrou das Ciências Naturais para as Ciências Humanas e passou a dizer respeito a um conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano. De acordo com Lilia Schwarcz, neste período o termo raça começou a ser interpretado como uma "ideia da existência de heranças físicas permanentes entre vários grupos humanos" (SCHWARCZ, 1993, p. 47). Passou-se, então, a estabelecer rígidas correlações entre patrimônio genético, inclinações morais e aptidões intelectuais.

Pois bem, Ingenieros pensou na questão da formação da "argentinidade" em sua obra *Sociología argentina* (1913). Logo, ele defendia que desde o século XVI, a "raça argentina" estava se constituindo a partir da substituição da "raça indígena" pelas "raças

ISBN: 978-85-7205-133-01

brancas". Para o intelectual a "raça argentina" deveria ser necessariamente branca e de mentalidade europeia. Ele defendia que a homogeneização cultural (tanto nos costumes quanto nos ideais) traria o sentimento coletivo de nacionalidade. Por esta razão, o intelectual apoiava muito a construção de escolas públicas a fim de promover a modernização da nação argentina e também uma homogeneização do idioma espanhol em um país onde o número de imigrantes era superior ao número de nativos. Ele também pensou que era importante a homogeneização linguística, pois a partir do momento em que os imigrantes fossem fluentes na fala e escrita do idioma espanhol, eles estariam gradualmente se integrando à nação, sendo, portanto, "novos argentinos", e não mais estrangeiros.

Camila Grejo pondera que a teoria da seleção natural foi utilizada por Ingenieros para "justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, uma vez que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressaiam apenas as raças superiores". (GREJO, 2009, p. 35). Pode-se dizer que o pensamento de José Ingenieros representava uma postura que via no imigrante um instrumento para a criação de uma sociedade moderna. Assim, os imigrantes europeus eram imaginados como descendentes de uma "raça pura", caracterizada pela boa índole e pela sua disposição ao trabalho. Desta maneira, o ítalo-argentino defendia a criação de uma identidade a partir da figura do imigrante, excluindo da nação os negros, os indígenas e o gaúcho (mestiço); que segundo ele eram elementos que não conseguiam se adaptar à ordem predominante devido a sua inferioridade racial. Logo, ele defendia que os seres "biologicamente" e "culturalmente" inferiores deveriam ser gradualmente substituídos pelos homens de "raça branca".

Ingenieros também defendeu a concepção que a espécie humana é composta por diferentes raças, e algumas delas são tão inferiores que não merecem ser chamadas de humanas.

> Juzgando severamente, es fuerza confesar que la esclavitud – como función protectica y con organización del trabajo – debió mantenerse en beneficio de estos desgraciados, de la misma manera que el direcho civil establece la tutula para todos los incapazes y con la misma generosidad con que asila en colonias a los alienados y se protege a los animales. Sua esclavitude sería la sanción política y legal de una realidad puramente biológica (INGENIEROS, 1962, p. 167. v. 8)

Os negros eram vistos pelo intelectual como biologicamente e intelectualmente inferiores. Ingenieros tentou pensar na influencia do meio e das raças na formação da nacionalidade argentina e acreditava que a história do país estava intimamente ligada ao

ISBN: 978-85-7205-133-01

processo de expansão da raça branca. Ele acreditava que as "raças aborígenes" exerceram influência sobre as "raças conquistadoras" ao se mesclarem com estas, formando uma raça mestiça. Para o intelectual, foi a incultura dos conquistadores que os fizeram ficar mais suscetíveis a essa ação. Assim, as nacionalidades sul-americanas não eram resultantes da evolução da "raça espanhola" na América, mas tão somente a combinação destes com elementos indígenas. Um problema da colonização feita pela Península Ibérica, segundo Ingenieros, foi a aceitação da mistura entre as "raças indígenas" com as "raças brancas" europeias. Contudo, a "nova sociedade argentina" estava conseguindo apagar o estigma de inferioridade étnica que a Europa atribuía aos países sul-americanos ao receber imigrantes europeus e a transformação étnica da população era vista como concomitante com a transformação econômica do país. A nova "raça argentina" era composta por europeus adaptados ao seu território e estava formando uma nacionalidade definitivamente homogeneizada, construindo assim, a verdadeira identidade do país.

Por sua vez, Manoel Bomfim em sua obra *América Latina: Males de origem* (1905) afirmava que população brasileira era muito homogênea, não havendo muitas diferenças entre um brasileiro de Manaus e um de Santa Catarina, pois a população era composta da assimilação de três raças radicalmente distintas: brancos, pretos e índios. Para o brasileiro, o caráter das populações latino-americanas recebeu influência hereditária dos povos ibéricos e também dos indígenas e dos negros que influenciaram a fisionomia intelectual e moral das sociedades latino-americanas. Bomfim criticava duramente a noção que o cruzamento entre raças diferentes necessariamente daria origem a uma "cria" inferior, independentemente da raça dos seus progenitores. Ele afirmou que não havia nenhuma prova científica que a miscigenação era perniciosa para a espécie humana, pois os mestiços não apresentavam nenhuma modificação orgânica particular que pudesse ser classificada como uma regressão ancestral. Logo, o cruzamento entre raças diversas não provocava necessariamente uma regressão intelectual ou física.

Bomfim pensou a respeito da capacidade progressista de várias raças, isto é, se elas são civilizáveis ou não. Neste sentido ele criticou a teoria científica do valor das raças, pois ela não pensava nas condições históricas dos povos e dava um valor absoluto às raças e as gentes, ditando aqueles que têm aptidão e inaptidão ao progresso. Para o brasileiro essa teoria apenas legitimava a exploração dos fortes da atualidade em relação aos fracos e dava encorajamento às pilhagens das "grandes nações salteadoras".

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Assim, foi admitido que há povos melhores que os outros, que há raças nobres e vis, e que somente aqueles eram capazes de atingir o ponto culminante do desenvolvimento e da cultura; as outras são condenadas a vegetar na mediocridade e na abjeção – não atingiram jamais as altas esferas da ciência, arte, filosofia e riqueza. E daí a conclusão que os mais perfeitos e nobres devem governar os outros. Chegada a esta descoberta, a sociologia dos egoísmos combinados não parou; a violência dos apetites obscureceu todas as noções de justiça, e tais sociólogos proclamaram sem rebuços o emprego da força bruta como a suprema sabedoria – o despotismo e a opressão como condição natural da espécie humana. Levada à prática a teoria deu o seguinte resultado: vão os "superiores" aos países onde existem os "povos inferiores", organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes o obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes não o quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores [...] Tal é, em síntese, a teoria das raças inferiores. (BOMFIM, 2008, p. 192-193).

Para o intelectual brasileiro, o índio era capaz de progredir e de se desenvolver em cultura. Prova disto foi que nos aldeamentos dos frades - lugar que não lhe tiraram toda a liberdade, como as senzalas dos "senhores" - eles demonstraram não ser "uma raça refratária à disciplina social, incapaz de aceitar uma direção, e de dobrar seus instintos e tendências, segundo as exigências do meio social mais adiantado" (BOMFIM, 2008, p. 186). Bomfim tentou combater a noção que os índios e negros eram incapazes de progredir e atingir uma perfeição social e moral. Ele alegou que esta ideia era totalmente infundada e não existia nenhuma prova científica que comprovasse que essas raças eram de fato incapazes e inferiores. Portanto, se as repúblicas latino-americanas eram compostas por raças que eram capazes de progredir socialmente, economicamente e moralmente, não havia então a necessidade de forçar uma migração em massa para o continente americano em nome de um projeto de "embranquecimento" das nações latino-americanas.

Pode-se afirmar que José Ingenieros e Manoel Bomfim foram dois autores que estabeleceram reflexões sobre o espaço das raças na Argentina e no Brasil a partir dessa teoria de superioridade e inferioridade entre as raças. O ítalo-argentino foi um pensador, que na primeira década do século XX, acreditou nos pressupostos da Teoria de Superioridade e Inferioridade entre as raças e valeu-se do prestígio das ciências para criar um discurso que excluía da nação os indivíduos considerados inferiores – índios e gaúchos. O brasileiro, por sua vez, foi um severo crítico da citada teoria e denunciou os intelectuais da sua época – incluindo José ingenieros – por se apropriarem das ciências biológicas para legitimar a

ISBN: 978-85-7205-133-01

exploração dos homens de acordo com a sua origem racial. Nesse sentido, Bomfim alegava que a teoria de Superioridade e inferioridade entre as raças servia apenas para legitimar a exploração dos povos europeus sobre os povos considerados inferiores, tais como os negros africanos e os índios americanos.

A grande distinção destes dois discursos é que Ingenieros inferiorizava certas raças a partir de um critério biológico ao passo que Bomfim acreditava que existiam raças mais atrasadas do que os brancos europeus a partir de parâmetros culturais. O maior problema do discurso de Ingenieros, que alegava que certas raças eram incapazes de progredir por um fator biológico, era que a composição genética de uma pessoa é uma constante, então, não havia projeto educacional e nem cultural que fizesse estas raças sair da sua estagnação e, em longo prazo, elas estariam condenadas ao desaparecimento. Desta maneira, os grupos considerados inassimiláveis ao seio nacional deveriam ser "excretados" da nação e as pessoas percebidas como inassimiláveis eram os criminosos, os parasitas sociais (indivíduos improdutivos) e os grupos humanos considerados racialmente inferiores.

Pode-se afirmar que o discurso de Ingenieros colaborava com a legitimação de um projeto estatal que visava a substituição das "pessoas de cor" no território argentino, ou seja, a substituição dos gaúchos e dos índios pelo branco europeu. Seu discurso apoiava a vinda massiva de imigrantes europeus para a Argentina para efetuar um projeto de embranquecimento da nação. Ele acreditava que em longo prazo os imigrantes europeus iriam se argentinizar, principalmente por intermédio da educação, e eles seriam, no "futuro", os legítimos argentinos, pois o povo argentino deveria ser composto por indivíduos de raça branca.

Por sua vez, Bomfim dizia que as repúblicas latino-americanas eram compostas por raças sadias que eram capazes de progredir socialmente, economicamente e moralmente, desde que fossem educadas. Afirmou que era uma responsabilidade do Estado educar toda a população independentemente das origens raciais. Ao analisar o povo brasileiro, acreditou que ele tinha todos os requesitos para se desenvolver, pois sua variedade étnica, ou seja, a sua mistura entre índios, negros e brancos o tornava biologicamente mais saudável, visto que na natureza é observado que a variabilidade genética é boa para as espécies animais. Assim, ele rechaçou concepções raciais que afirmavam que existiam "raças superiores" e "raças inferiores", por essa razão, não desejou o "embranquecimento" da sociedade brasileira por meio da imigração.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Enfim, pode-se dizer que nesse contexto a nação era identificada e definida a partir da composição étnica da população e os Estados latino-americanos estavam buscando uma identidade étnica e linguística para os seus países. Para Bechelli "o nacionalismo buscava a identificação étnica e linguística com um Estado, dando a este uma uniformidade racial" (BECHELLI, 2009, p.30). Então, este foi um contexto em que o nacionalismo passou a criar uma associação entre ideia de "raça" e Estado, afirmando que se o país desejasse "evoluir" ele precisava ser habitado por uma "raça superior". Para Bechelli o racismo científico foi:

> Uma negação do princípio com os quais se constrói a ideia de nacionalidade, isto é, igualdade e solidariedade. O racismo científico propunha que essa nacionalidade estava vinculada a uma "raça" ou a um "segmento" predefinido a população, e tinha como base o conceito de que o elemento que compunha a raça "superior" era o definidor da nação. A "solidariedade" entre indivíduos, tão importante na definição da nação, existia somente no interior daquele grupo. Partindo desse princípio, o nacionalismo e o racismo são duas ideologias que se complementam, principalmente quando vinculados à direita política. Como diz Hobsbawm, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois desloca a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a natureza. Assim, a "natureza" explicava não só as diferenças sociais, mas também a impossibilidade de se estender a nacionalidade a todos os elementos da população. (BECHELLI, 2009, p. 37).

Ingenieros e Bomfim foram intelectuais que pensaram em "quem" seria o legitimo argentino e "quem" seria o legitimo brasileiro levando em consideração a questão da raça. Para Ingenieros o argentino ideal era o *euro-argentino* que seria um elemento da "raça europeia" adaptado ao território americano. A *argentinidade* se incrementaria pela formação de um sentimento de pertencimento dos imigrantes e seus descendentes à Argentina. Por esta razão, a nacionalidade argentina ainda estava em formação sendo era vista única e original, uma vez que era diferente em cultura e em ideias das nações europeias e de outros países sul-americanos. Bomfim, por sua vez, acreditava que o legítimo brasileiro era o fruto da mistura de portugueses, negros africanos e índios americanos, pois as "raças diferentes" que forjaram a sociedade brasileira se assimilaram de forma espontânea ao longo de séculos e formaram um povo coeso e homogêneo. Por esta razão ele era contra a imigração massiva em nome do embranquecimento da nação, pois acreditava que a introdução violenta de elementos heterogêneos na sociedade prejudicaria a harmonia social.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECHELLI. Ricardo. *Nacionalismos anti-racistas*: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX). São Paulo: LCTE Editora, 2009.

BOMFIM, Manoel. *América latina:* Males de origem. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <:http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf>. Acesso em: 7 jun 2014.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación*: intelectuales, cultura y política en los años viente latino-americanos. 1ª Ed. – Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

GREJO, Camila. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros*: Entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

INGENIEROS, José. *Crónicas de viaje.* Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano – Obras completas, v. 8, 1962.

_____. *Sociología argentina.* Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano - Obras Completas, v. 6, 1961.

MIRANDA, Marisa. La Argentina en el escenario eugênico internacional. In: . (Org). *Uma historia de la eugenesia*: Argentina y las redes biopoliticas internacionales – 1912-1945. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 19-64.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Intelectuales y redes eugénicas de América Latina: Relaciones entre Brasil y Argentina a través de Renato Kehly y Victor Delfino. In: MIRANDA, Marisa. (Org). *Uma historia de la eugenesia*: Argentina y las redes biopoliticas internacionales – 1912-1945. Buenos Aires: Biblos, 2012, p. 65-95.

SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e Dependência:* Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

TERÁN, Oscar. *José Ingenieros*: Pensar la nación – antologia de textos. Buenos AIRES: Alianza Bolsillo Editorial, 1986

ISBN: 978-85-7205-133-01

Autonomia e colonialismo na visão de intelectuais mapuche do Chile

Autonomía y colonialismo en la visión de intelectuales mapuche

Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto
Professor Doutor
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
sebastiaovargas@gmail.com

RESUMO:

Durante as últimas décadas do século XX, em grande parte da América Latina, surgiu um novo ciclo de mobilizações sociais que poderíamos denominar de "emergência indígena". São características desse ciclo o surgimento da autonomia como um novo paradigma das lutas indígenas e a crítica da colonialidade social, cultural e epistêmica ainda presente nas sociedades latino-americanas. O esforço de análise e reflexão sobre a produção de intelectuais oriundos de grupos historicamente invisibilizados é imprescindível para o desafio da tarefa de descolonização das paisagens mentais e dos cânones, tanto teóricos quanto temáticos, e pode contribuir para o entendimento do horizonte das lutas sociais levadas a cabo por grupos indígenas na América Latina contemporânea.

Palavras-chave: Colonialidade; Autonomia; Mapuche

RESUMEN:

Desde la década de 1990, los más variados temas relacionados a los pueblos indígenas de América Latina han ganado espacio en la reflexión y producción de las ciencias humanas latinoamericanas. En la academia brasileña, lamentablemente, todavía persiste una relativa ignorancia sobre los debates más recientes acerca de los movimientos indígenas del continente, así como de la producción de atores directamente envueltos en sus prácticas intelectuales y políticas. Creemos que abrir espacios de reflexión y análisis sobre ideas y "pensamientos distintos", para que emerjan las voces de pueblos que han estado históricamente solapados dentro y fuera del mundo académico, es una tarea intelectual imprescindible para un esfuerzo de autoconsciencia latinoamericana.

Palabras claves: Colonialidad; Autonomía; Mapuche

ISBN: 978-85-7205-133-01

me están diciendo mis Antepasados
pues se sujetan en el misterio de la Sabiduría
Por eso con tu lenguaje florido conversarás
con los amigos
e irás a parlamentar con los winka
Elicura Chihuailaf

Introdução

Desde a década de 1990, diversas temáticas relacionadas aos povos indígenas da América Latina vêm ganhando espaço na reflexão e produção das ciências humanas latino-americanas. Na academia brasileira, lamentavelmente, ainda perdura relativa ignorância sobre os debates mais recentes acerca dos movimentos indígenas do continente, bem como da produção de atores diretamente envolvidos em suas práticas intelectuais e políticas.

Esta comunicação é resultado dos estudos preliminares do projeto de pesquisa pós-doutoral intitulado "Palavras escritas e faladas: uma análise da produção bibliográfica de intelectuais mapuche no Chile", previsto para o ano de 2015 e que será supervisionado pelo pesquisador Eduardo Devés Valdés (coordenador do Programa Pós-doutoral do IDEA-USACH) em colaboração com o historiador Pedro Canales Tapia (especialista em história mapuche e coordenador do Grupo de Trabalho *Intelectualidades emergentes en Nuestramérica*).

A pesquisa, portanto, visa contribuir com o processo de construção de um saber intercultural e interdisciplinar sobre os desafios teóricos e políticos enfrentados pelo pensamento indígena da região. Meu objetivo aqui é discutir com colegas especialistas os pressupostos dessa investigação em curso com vistas a aperfeiçoar seus resultados. Acreditamos que abrir espaços de reflexão e análise de ideias e do que o antropólogo equatoriano Luis Macas chamou de "pensamentos distintos" (MACAS, 2005, p. 37), para que emerja a voz de grupos historicamente invisibilizados, é imprescindível para o esforço de autoconsciência latino-americana e está ligado à tarefa de descolonização das paisagens mentais e dos cânones, tanto teóricos como temáticos.

Essa pesquisa sobre pensadores mapuche, de algum modo, quer dar continuidade às pesquisas realizadas para a obtenção do título de doutor, quando tive a oportunidade de abordar as complexas relações entre cultura política e cultura tradicional em movimentos

ISBN: 978-85-7205-133-01

sociais latino-americanos[1]. No ano de 2008, lecionei na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Médio Solimões, onde pude desenvolver pesquisas e entrevistas com populações tradicionais e lideranças da etnia tikuna. Desde 2009, ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte como professor adjunto de História da América, venho concentrando meus esforços de pesquisa, ensino e extensão em temáticas ligadas ao conhecimento de grupos historicamente subalternizados, participando em eventos acadêmicos em diversos países da América Latina (México, Venezuela, Equador, Argentina e Chile). Em outubro de 2013, no âmbito das atividades do GT "Imaginários sociais, memória e pós-colonialidade" do XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia (ALAS Chile), tive um frutífero encontro com diversos pesquisadores chilenos que, gentilmente, me cederam bibliografia atualizada e me incentivaram sobre a relevância da elaboração deste projeto de pesquisa[2]. Especialmente importante foi o contato com os estudos do pesquisador chileno Eduardo Devés Valdés, focalizados no pensamento latino-americano e de outras regiões ditas "periféricas" e que, ao analisar o desenvolvimento de intelectualidades vinculadas à emergência indígena e étnica em geral, considera que: "Escuchar efectivamente las voces de las periferias e inspirarse en sus historias y memorias es fundamental para expresar sus demandas y elaborar un discurso hacia el futuro" (DEVÉS-VALDÉS, 2013, p. 18).

As temáticas relacionadas às intelectualidades indígenas emergentes ainda são pouco abordadas pela historiografia e ciências humanas. No entanto, segundo Pablo Dávalos (2005), sua parição deve ser detectada como um processo importante da realidade social e intelectual latino-americana que justifica a ampliação do trabalho investigativo e o esforço em desenvolver elementos teóricos correspondentes a este tipo de análise.

Considerações metodológicas

[1] VARGAS, Sebastião. *Mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.* Tese (Doutorado em História Social-FFLCH-USP). 2007. 390 fls. Universidade de São Paulo, 2007. Nesta tese, foquei a análise em movimentos camponeses e indígenas e utilizei os procedimentos e metodologias oriundos da história oral ao realizar dezenas de entrevistas com militantes e insurgentes ligados ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em Chiapas, e dezenas de entrevistas com militantes, intelectuais, acampados e assentados ligados ao MST em diversas regiões do Brasil. Grande parte dessas últimas está publicada em IOKOI, Zilda Márcia Grícoli [et al.]. *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo.* São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

[2] Sou particularmente grato pelas sugestões dadas pela historiadora Mariana Moreno Castilho que desenvolve um estágio de pós-doutorado no Chile com a pesquisa *Identidade chilena e alteridade mapuche no pensamento de Tomás Guevara.*

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os principais objetivos da pesquisa são:

1) Realizar um levantamento e análise da produção bibliográfica de intelectuais da *Comunidad de Historia Mapuche*: os temas estudados (processos históricos, autonomia, autodeterminação, territorialidade, expressões culturais, literatura e oralidade, identidade, cosmovisão, demandas e organizações sociais, repressão e discriminação); os diferentes métodos utilizados; as opções teórico-metodológicas; os embates e debates com outras linhas de pesquisa.
2) Realizar entrevistas com os membros da *Comunidad de Historia Mapuche* utilizando metodologias consagradas pela história oral. O objetivo seria registrar, por meio de depoimentos orais, a trajetória de vida e profissional de alguns intelectuais mapuche e verificar como vida pessoal, memórias e experiências, atividades intelectuais e científicas, militância política e condições de trabalho se entrelaçam nas diferentes visões desses intelectuais que se encontram imersos no trabalho de interpretação de temáticas relacionadas ao povo mapuche.

A dinâmica da aquisição e organização de textos de história oral, por ser matéria viva, indica mudanças constantes nos planos iniciais. Nossas hipóteses iniciais seriam que os relatos sobre a trajetória de vida podem colaborar para uma análise mais aprofundada da produção bibliográfica dos intelectuais em questão e lançar luz às suas temáticas principais: a reconstrução da memória histórica mapuche; a crítica ao colonialismo interno; a relação com os saberes ancestrais; as relações com a sociedade chilena e a identidade cultural; a relação com a diversidade cultural; as demandas territoriais e por autonomia; a discriminação, racismo e repressão.

A *Comunidad de Historia Mapuche* é constituída por um grupo heterogêneo de intelectuais mapuche

> Con diversas experiencias de vida e historias familiares; formadas y formados en distintos campos del conocimiento académico, que comparten la voluntad de contribuir en la reconstrucción de las historias y las memorias Mapuche, asumiendo el potencial que éstas albergan en la interrogación crítica[3].

[3] Este e o próximo trecho em espanhol foram retirados da apresentação do sítio eletrônico das *Ediciones Comunidad Historia Mapuche:* <http://edhistoriamapuche.wordpress.com/> (Acesso em: 23/07/2014).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Desde meados da primeira década do século XXI, intelectuais mapuche vem se articulando com o objetivo manifesto de construir uma "red de investigación que se compone de una serie de hermanos y hermanas mapuche que se desempeñan en las ciencias sociales como con el trabajo cotidiano con la sociedad mapuche". A principal obra realizada conjuntamente por membros da *Comunidad de Historia Mapuche*, que servirá como fonte inicial para nosso estudo, é o livro *Tai ñ fijke xipa rakizuameluwün. Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche.* A expressão em mapudungun (ou mapuzugun) contida no título da obra significa, em espanhol, "*nuestras diferentes formas de pensarnos*" e reflete a disposição do coletivo em exercitar a capacidade de construir uma reflexão sobre a própria diversidade mapuche e sua interação constante com múltiplos atores e dinâmicas. Os treze artigos que compõem o livro surgiram de pesquisas de autores mapuche que, situados em disciplinas tão variadas como a antropologia, a história, os estudos literários e culturais e as ciências da saúde e da educação, se esforçam para refletir sobre a complexa realidade das lutas políticas, territoriais e simbólicas do povo mapuche com o objetivo de:

> Dar cuenta de las experiencias de resistencia y a la vez de construcción propia de la vida Mapuche dentro de una historia mayor marcada por relaciones coloniales que perviven hasta el presente: las problemáticas y las perspectivas históricas, sociopolíticas, culturales y territoriales que emergen desde el Pueblo Mapuche a partir de una comprensión transversal y dinámica de los efectos del colonialismo en diversos ámbitos de la historia, la vida social y la cultura, particularmente en las relaciones con la sociedad chilena dominante (NAHUELPÁN [et. al.], 2012, p. 10).

O historiador brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy (2002), em seu livro *Manual de História Oral,* elenca uma grande variedade de conceitos, definições, metodologias e temáticas desse campo que vem renovando os estudos historiográficos e estabelecendo estimulantes diálogos com outras disciplinas. O presente projeto de pesquisa pretende nortear-se pelas orientações contidas nesta obra. É importante notar que as entrevistas realizadas no âmbito desse projeto serão utilizadas, paralelamente, para dois fins: 1) fornecer documentação empírica para a presente pesquisa, visando a confecção de textos acadêmicos; 2) colaborar para os bancos de dados que estão sendo implantados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no âmbito de dois projetos sob minha coordenação: I) Projeto de pesquisa: Observatório de Cultura e Política nas Américas (OCUPA); II) Projeto de ensino: Laboratório de Ensino e Pesquisa sobre as Américas (LEPA). Ambos possuem em comum o intuito de formar e disponibilizar um acervo variado de documentação sobre a história recente, sobretudo da América Latina, incluindo, naturalmente, as entrevistas que serão realizadas por

ISBN: 978-85-7205-133-01

este projeto de pesquisa pós-doutoral (bem como bibliografia; imagens; documentários e outros suportes documentais). Consideramos que o presente projeto de pesquisa está inscrito no horizonte teórico-metodológico da história oral pois seus procedimentos se iniciam com:

1) Elaboração de projeto de pesquisa: "Palavras escritas e faladas: uma análise da produção de intelectuais mapuche no Chile".
2) Definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas: a rede de intelectuais pertencentes à *Comunidad de Historia Mapuche*, bem como pensadores, artistas e lideranças mapuche ligados a ela.
3) Planejamento da condução das gravações (histórias de vida ou entrevistas temáticas).
4) Transcrição; conferência da fita; autorização para o uso do original e de sua tradução para o português.
5) Arquivamento em bancos de dados já citados (OCUPA e LEPA).
6) Intenção de disponibilizar o resultado das entrevistas para os indivíduos ou grupos que as originaram (entregando uma cópia transcrita para cada entrevistado).
7) Análise de entrevistas específicas ou de trechos delas com intuito de, cotejando-a com a bibliografia especializada, elaborar artigos acadêmicos.
8) Intenção de publicar um livro com o resultado da pesquisa.

Autonomia e colonialismo

Pode-se afirmar que a resistência mapuche à dominação espanhola foi, provavelmente, uma das mais continuadas e violentas das quantas se travaram na América. Durante praticamente todo o período colonial, o rio Bío-Bío tornou-se uma verdadeira fronteira além da qual os mapuche (ou araucanos) mantiveram o controle e resistiram à subjugação, conquistando uma "relativa autonomia" sobre seu território desde o Parlamento de Quilin, em 1641. No decorrer do século XIX, sucessivos avanços sobre a "fronteira sul" culminaram com a intervenção militar conhecida eufemisticamente como "Pacificação da Araucanía", incorporando a totalidade do território mapuche ao Estado chileno. Os grupos mapuche sobreviventes foram transferidos às chamadas "reduções" que, segundo o historiador chileno José Bengoa, na metade do século XX, correspondiam à menos que 5% do território autônomo mapuche do período colonial (BENGOA, 2000, p. 18). O pesquisador chileno

ISBN: 978-85-7205-133-01

Eduardo Mella Seguel considera que, na atualidade, a situação do povo mapuche apresenta uma

> Multiplicidad de elementos históricos, jurídicos y territoriales que avalan sus demandas de tierras y que, al mismo tiempo, dan cuenta de que a lo largo de la historia el Estado no ha dado salidas legales ni políticas a un conflicto que se arrastra desde la ocupación del territorio indígena por parte del Estado de Chile. (MELLA SEGUEL, 2007, p. 12)

Para os autores da *Comunidad de Historia Mapuche*, o estudo e recuperação dos processos históricos de dominação sofridos pelos mapuche (e também sua história de resistência) é essencial para o dinâmico processo de construção de uma identidade fortalecida e autoconfiante. O historiador e antropólogo Héctor Nahuelpán Moreno, membro da *Comunidad de Historia Mapuche* e especialista em história oral, levanta uma série de problemáticas importantes para os autores mapuche, tais como: a construção de uma *contra-história* mapuche; a complexidade da autorrepresentação mapuche; as reelaborações das tradições e memórias mapuche; as situações de hibridismo identitário; os processos de silenciamento e invisibilização histórica; a simultaneidade entre recordação e esquecimento; e os variados conceitos teóricos ligados à noção de continuidade colonial. Segundo afirma Héctor Nahuelpán:

> La política colonial de destrucción, silenciamiento y secuestro de las experiencias, voces y memorias de los pueblos colonizados es, sin embargo, contradictoria, contestada y resistida. La interfaz entre lo que sucedió y lo que se dice que sucedió, es siempre un campo de disputas. Para los 'condenados de la memoria', ocupar un lugar en 'la historia', no sólo conlleva un posicionamiento como 'sujetos' en o del pasado, sino ante todo, la recuperación de sus agencias (conciencias y prácticas históricas) en el tiempo y en el espacio, para movilizar políticamente el recuerdo y el silencio en las luchas del presente y en los horizontes políticos que se construyen cotidianamente. Es precisamente el carácter situacional y político de las prácticas de memoria, lo que define cómo al interior de los propios sujetos colonizados los actos de recuerdo y olvido, también son siempre selectivos, productores de silencios y permeados por las condiciones coloniales presentes en que emergen (NAHUELPÁN, 2013, p. 23).

Frente à "desmemória" que contribui com sua estigmatização e marginalização, os autores mapuche reivindicam a "arma da memória histórica" e, com ela, buscam recuperar um espaço legítimo na consciência da nação chilena. A pesquisadora Clorinda Rojo (ROJO, p. 164), referindo-se aos escritos de autores da etnia mapuche, considera que estes surgem como forma de superar as visões deformadas e os vários estereótipos sociais que se construíram na sociedade chilena sobre os mapuche.

Duas noções são centrais no referencial teórico deste projeto de pesquisa: a de colonialidade e a de autonomia. O sociólogo peruano Aníbal Quijano é um teórico das

ISBN: 978-85-7205-133-01

articulações entre as hierarquias raciais e a estrutura de poder capitalista, utilizando o conceito de colonialidade. Para Quijano, a colonialidade do poder:

> Es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. (QUIJANO, 2007, p. 233)

O conceito de colonialidade provém da concepção de que a modernidade ocidental é fundada sobre a "violência matricial" (SANTOS, 2006, p. 50) do sistema colonial e que as sociedades latino-americanas, se aparentemente já se libertaram do colonialismo político, ainda padecem de uma colonialidade social, cultural e epistêmica. Os estudos sobre colonialidade e "descolonialidade" levados a cabo por intelectuais como Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos, Santiago Castro-Gómez, Walter Mignolo e Mario Yupi estão em sintonia com outras duas importantes categorias conceituais que utilizaremos em nossas análises: a de colonialismo interno (CASANOVA, 2006) e de colonialismo internalizado (FANON, 2008). Importante notar que alguns autores mapuche retomam a noção de colonialismo, distanciando-se das propostas sobre a *colonialidade* e *descolonidade*. Héctor Nahuelpán, por exemplo, considera que

> éstas últimas hacen parte de círculos de saber-poder que han transformado las experiencias de dominación colonial y de largas luchas sociales de los pueblos indígenas, en una economía de ideas dentro de mercados transnacionales de conocimiento y que son consumidas en las periferias académicas como modas teóricas (NAHUELPÁN, 2013, p. 14).

Durante as últimas décadas do século XX, em grande parte da América Latina, surgiu um novo ciclo de mobilizações sociais que José Bengoa denominou de "emergência indígena" (BENGOA, 2006). Segundo a socióloga Araceli Burguete Cal y Mayor, uma das principais características desse ciclo é a "irrupción de la autonomía como un nuevo paradigma de las luchas indígenas por la descolonización" (CAL Y MAYOR, 2010, p. 65). As discussões, propostas e enfoques sobre autonomia são muito diversificadas mas, vistas em seu conjunto, evidenciam a progressiva construção de um campo teórico-político, conceitual e programático que possui como eixo inspirador o direito dos povos indígenas à autoderminação, controle territorial e cultural e autogoverno. O antropólogo mexicano Gilberto López y Rivas considera que:

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Las autonomías, tal y como las concebimos en nuestra América Latina, son procesos de resistencia mediante los cuales los pueblos o etnias soterradas y negadas recuperan o fortalecen su identidad, a través de la reivindicación de su cultura, el ejercicio de derechos colectivos y el establecimiento de estructuras político administrativas. (LÓPEZ Y RIVAS, 2005, p. 33)

Em América Latina, apesar dos avanços legais do direito internacional quanto aos direitos dos povos indígenas, estabelecer (e mesmo debater) autonomias territoriais e regimes autônomos indígenas segue sendo concebido por setores governamentais e militares como uma ameaça aos princípios de integridade territorial e soberania estatal.

Segundo as considerações de Christian Martínez Neira (2010, p. 564), as reivindicações dos povos indígenas apontam ao que poderíamos denominar autonomia interna, diferenciando-as, assim, das propostas de autonomia externa, próprias dos movimentos separatistas. As mobilizações indígenas se colocam como uma forma de estabelecer o autogoverno dentro da participação em sociedades mais amplas. Ao pensarmos o autogoverno indígenas devemos considerar dois aspectos: o primeiro tem a ver com as condições de colonialismo interno que foram impostas aos povos originários. O segundo relaciona-se ao fato de que muitos direitos enquanto povos somente podem ser exercidos coletivamente. Os povos indígenas necessitam ser reconhecidos em igualdade de condições com o resto da sociedade, mas também, devem ser reconhecidos em seus direitos coletivos e soberanias que somente podem realizar-se plenamente no interior do próprio grupo e seu território. Talvez tenhamos aí um duplo movimento de “igualação” e “diferenciação”, de redistribuição e reconhecimento.

No caso chileno, José Marimán, historiador e membro da Comunidad de Historia Mapuche, afirma que: “Los mapuche etnopolíticamente movilizados, demandan hoy no solo tierras en su otrora territorio mapuche, sino que comienzan a demandar el territorio mismo, para construir una utopía autonomista” (MARIMÁN, 2012, p. 121).

Bibliografia de relevância:

BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche. Siglo XIX y XX.* Santiago de Chile: LOM, 2000.

_____. *La emergencia indígena en América Latina.* México: FCE, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

CAL Y MAYOR, Araceli Burguete. “Autonomía: la emergencia de un paradigma en las luchas por la descolonización”. In: GONZÁLEZ, Miguel; CAL Y MAYOR, Araceli Burguete; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina.* Quito: FLACSO-CIESAS-UNICH, 2010.

CANALES, Pedro. *Tierra e historia: estudios acerca del pueblo mapuche 1950-2010.* La Serena-Chile: Editorial Universidad de La Serena, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. “Quando o objeto vira sujeito”. In: SILVA, Vagner Gonçalves da; REIS, Letícia Vidor de Souza; SILVA, José Carlos da (orgs.). *Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados.* São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996.

_____. “O olhar etnográfico e a voz subalterna: para uma teoria da subalternidade e do luto cultural”. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller. *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

CASANOVA, Pablo González. *Sociología de la explotación.* Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CHENAUT, Victoria; GÓMEZ, Magdalena; ORTIZ, Héctor; SIERRA, María Teresa (orgs.). *Justicia y diversidad en América Latina: pueblos indígenas ante la globalización.* Quito: CIESAS-FLACSO, 2011.

CHIHUAILAF, Elicura. *Recado confidencial a los chilenos.* Santiago: LOM, 1999.

CORREA, Martín; MELLA, Eduardo. *Las razones del Illkun/enojo: memoria, despojo y criminalización en el territorio mapuche de Malleco.* Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2010.

CUMES, Aura. “La presencia subalterna en la investigación social: reflexiones a partir de una experiencia de trabajo”. In: LEYVA, Xochitl [et. al.]. *Reflexiones desde nuestras prácticas políticas y de conocimiento situado.* México: Las Otras Ediciones, 2011.

DÁVALOS, Pablo. “Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra”. In: DÁVALOS, Pablo (org.). *Pueblos indígenas, estado y democracia.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. “Pensando el mundo en-desde el Sur: circulación de ideas y puntos de encuentro”. In: *Cuadernos Americanos,* n. 146, 2013. Disponível em: <http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/numero_146_sumario.html>

_____. *Pensamiento periférico. Asia-África-América Latina-Eurasia y algo más. Una tesis interpretativa global.* Santiago de Chile: IDEA-USACH, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

DUBE, Saurabh. *Sujetos subalternos.* México: El Colegio de México, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GAVILÁN, Víctor. *La nación mapuche: puelmapu ka gulumapu.* Santiago de Chile: Editorial AYUN, 2007.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.* Petrópolis: Vozes, 1997.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli [et al.]. *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo.* São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

KROPFF, Laura. "Activismo mapuche en Argentina; trayectoria histórica y nuevas propuestas". In: DÁVALOS, Pablo (org.). *Pueblos indígenas, estado y democracia.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LLAITUL, Héctor; ARRATE, Jorge. *Weicham. Conversaciones con un weichafe en la prisión política.* Santiago de Chile: Ediciones CEIBO, 2012.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. "Introducción: algunos referentes teóricos". In: GABRIEL, Leo; LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto (coords). *Autonomías indígenas en América Latina: nuevas formas de convivencia política.* México: PYV, 2005.

MACAS, Luis. "La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales". In: DÁVALOS, Pablo (org.). *Pueblos indígenas, estado y democracia.* Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 33-55.

MALLON, Florencia. *La sangre del copihue.* Santiago de Chile: LOM, 2004.

MALLON, Florencia; REUQUE, Isolde. *Una flor que renace: autobiografía de una dirigente Mapuche.* Santiago de Chile: DIBAM, 2002.

MARIMÁN, José. *Autodeterminación: ideas políticas mapuche en el albor de siglo XXI.* Santiago de Chile: LOM, 2012.

MARIMÁN, Pablo [et. al.]. ¡*Escucha, winka! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro.* Santiago de Chile: LOM, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

MARTÍNEZ NEIRA, Christian. “Autonomía, esfera pública y alianza en la sociedad mapuche, siglos XIX y XX”. In: GONZÁLEZ, Miguel; CAL Y MAYOR, Araceli Burguete; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina.* Quito: FLACSO-CIESAS-UNICH, 2010.

MARTÍNEZ NEIRA, Christian; ESTRADA SAAVEDRA, Marco (orgs.). *Las disputas por la etnicidad en América Latina: movilizaciones indígenas en Chiapas y Araucanía.* Santiago de Chile: Catalonia, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral.* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: Contexto, 2011.

MELLA SEGUEL, Eduardo. *Los mapuches ante la justicia: la criminalización de la protesta indígena en Chile.* Santiago de Chile: LOM, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking.* Princenton: University Press, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Conversas com historiadores brasileiros.* São Paulo: Ed. 34, 2002.

NAHUELPÁN, Héctor [et. al.]. *Ta iñ fijke xipa rakizuameluwun. Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche.* Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012.

NAHUELPÁN, Héctor. “Las ‘zonas grises’ de las historias mapuche: colonialismo internalizado, marginalidad y políticas de la memoria”. In: *Revista de Historia Social y de las Mentalidades* “Historias Mapuche: perspectivas para (re)pensar la autodeterminación”, vol. 17, n. 1. Santiago de Chile: 2013.

ORTIZ CONTRERAS, Victor Raul. *Etnopolítica, territorialização e história entre os Mapuche no Chile e os Kaiowá-Guarani no Brasil: um estudo comparativo.* 2008. 281 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

PAIRICÁN, Fernando. “Rebelión en Wallmapu: antecedentes de un levantamiento indígena en el Chile actual”. In: *Rebelión en Wallmapu: resistencia del pueblo nación mapuche.* Santiago de Chile: Editorial Aun Creemos en los Sueños, 2013.

PICHINAO HUENCHULEO, Jimena Gloria. *Todavía sigo siendo mapuche en otros espacios territoriales.* 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

RADOVICH, Juan Carlos; BAZALOTE, Alejandro. “El pueblo mapuche contra la discriminación y el etnocidio”. In: *Archivos del Sur: historias de las familias mapuche, lof Paichil Antriao y lof Quintriqueo.* Villa La Angostura: Ferreyra Editor, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROJO, Clorinda. “Ensayo en torno a los escritos mapuche”. In: ZAPATA, Claudia. (comp.). *Intelectuales indígenas piensan América Latina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Abya Yala, 2007.

SAAVEDRA, Alejandro. *Los mapuche en la sociedad chilena actual.* Santiago de Chile: LOM, 2002.

SALINAS, Sergio. “Construcción identitaria en el conflicto mapuche: ¿reencuentro con el mito del Weichafe?”. In: ARANDA, Gilberto (org.). *Conflictos de identidades y política internacional.* Santiago de Chile: Editores RIL, 2005.

SAMANIEGO, Augusto; RUIZ, Carlos. *Mentalidades y políticas wingka: pueblo mapuche, entre golpe y golpe.* Madrid: Trama, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires.* Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula de. “Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOTO, Elba. *Na busca de mudança social: sonhos e lutas dos mapuche do Chile.* 2004. 170f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

STAVENHAGEM, Rodolfo. “Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina”. *Revista CEPAL 62*. Santiago de Chile: CEPAL, 1997.

TRICOT, Tito. *Autonomía: el movimiento mapuche de resistencia.* Santiago de Chile: CEIBO, 2012.

YUPI, Mario. *Modernidad y pensamiento descolonizador*. La Paz: IFEA, 2006.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Memória da diáspora armênia na América do Sul nos relatos de seus descentes

Silvia Regina Paverchi
Doutoranda do PROLAM/USP
Professora da Universidade Federal de Sergipe
E-mail: silviapaverchi@usp.br

Resumo

Este artigo trata dos descendentes da diáspora armênia, cujas comunidades se fixaram na Argentina e Brasil após o genocídio armênio perpetrado pelo Império Otomano durante a Primeira Grande Guerra. O objetivo principal é apresentar relatos de indivíduos descendentes e integrantes das comunidades formadas a partir de 1920, especialmente as de Buenos Aires e de São Paulo. Busca-se averiguar a presença de uma memória coletiva que evidencie elementos comuns a uma possível identidade cultural armênia nesses grupos de descendentes. Objetivos secundários: abordagens sobre a formação das comunidades na América do sul, processo de imigração da diáspora armênia e condição refugiada no contexto de outros fluxos migratórios no início século XX. É pesquisa exploratória investigativa, sem postulados de memória, busca na memória individual traços comuns a uma identidade coletiva.
Palavras-chave: Diáspora armênia; Migrações; Identidade Cultural; Memória; América Latina.

Abstract

This article deals with Armenian diaspora which migrated to Argentina and Brazil after Armenian Genocide perpetrated by Ottoman Empire during the Great War. The main objective is presenting reports of descendants from communities created since 1920 in Buenos Aires and Sao Paulo. The purpose is check the presence of collective memory which can shows common elements belonging to a possible Armenian cultural identity in these descendants. Approaches about community formation to South America as well as the immigration process of Armenian diaspora and the refugee status in the context of other migration flows to Argentina and Brazil in the XX Century constitutes secondary objectives. Exploratory and investigative research without memory postulates or filters aiming to find common traces belonging to a collective memory through the individual memory nature.
Keywords: Armenian Diaspora; Migrations; Cultural Identity; Memory; Latin America.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

A pesquisa aqui apresentada integra o trabalho doutoral de título homônimo, em fase de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Tem por objetivo apresentar relatos de indivíduos de descendência armênia, integrantes das comunidades formadas principalmente a partir da década de 20 do século passado, com foco para os residentes nas cidades de Buenos Aires e São Paulo.

Para melhor contextualizar o universo do grupo estudado, será abordada na seção 2 a formação da grande diáspora armênia pós-genocídio ocorrido em 1915, em região hoje parte integrante da Turquia atual, na época sob o domínio do Império Otomano. Na seção 3, as comunidades armênias pós-genocídio formadas na América do sul, com recorte específico para as das cidades de Buenos Aires e São Paulo. Na seção 4 serão apresentados relatos de indivíduos descendentes, residentes nas cidades apontadas, mapeados pela pesquisa e entrevistados até o momento, com intuito de buscar identificar traços comuns relacionados à memória, identidade e pertencimento. Por fim sumarizamos algumas considerações finais, visto que este trabalho está em andamento.

Formação da grande diáspora armênia pós-genocídio

A grande diáspora armênia se formou mundialmente em decorrência do genocídio armênio de 1915, o primeiro do século XX que exterminou aproximados dois terços da população armênia do Império Otomano, somando cerca de um milhão e quinhentas mil mortes (Jones, 2012).

Para contextualizar o genocídio a partir de números e melhor visualizar a formação dos grupos dessa diáspora, se reproduz tabela de Summa (2007), das regiões onde viviam os armênios e saldo de mortos dessas regiões, comparando aquela população residente em determinadas províncias do Império Otomano em 1914 e o que dela restou em 1922. De acordo com a autora, as cifras apresentadas correspondem ao extermínio de mais da metade da população armênia ali residente. O mapa daquele império na época do genocídio, com destaque para as áreas de concentração de população armênia e respectivas rotas que foram traçadas para as deportações e extermínio, visa proporcionar melhor compreensão dos dados da tabela.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tabela 1- Regiões de população armênia do Império Otomano entre 1914-1922

Nome da Região	População em 1914	Deportados ou mortos	População em 1922
Erzerum	215.000	213.500	1.500
Van	197.000	196.000	500
Kharput	204.000	169.000	35.000
Bitlis	220.000	164.000	56.000
Sivas	225.000	208.200	16.800
Trebizonda	73.390	58.390	5.000
Anatólia Ocidental	371.800	344.800	27.000
Cilícia & Norte da Síria	309.000	239.000	70.000
Turquia europeia	194.000	163.000	31.000
TOTAL	2.133.190	1.745.390	387.800

Mapa dos centros e rotas de deportações[1]

Dos dados acima, é relevante destacar que a formação da grande diáspora armênia pós-genocídio de 1915 é fenômeno que também deve ser analisado no contexto da Primeira Guerra Mundial, sem prejuízo para a compreensão de que o genocídio armênio não foi mero reflexo ou mesmo efeito colateral daquele momento, mas sim um processo de extermínio de Estado.

Por oportuno, se justifica que nesse artigo não serão abordadas detalhadamente as causas do genocídio nem seu *modus operandi*, uma vez que o foco recai nas suas consequências, especificamente no que tange à formação da grande diáspora armênia no mundo, que se somou ao vasto contingente de refugiados em decorrência do fim da primeira

[1] Extraído do site Armenian National Institute. http://www.armenian-genocide.org/map-full.html

ISBN: 978-85-7205-133-01

Grande Guerra e da Revolução Russa. Contudo, esse trabalho limita-se a mencionar que, sob o domínio do Império Otomano, os armênios constituíam grupo minoritário, juntamente com os gregos, curdos, assírios e outros de origem cristã. Esses grupos estavam geograficamente dispostos em espécie de províncias (*vilayets*), governadas no sistema de *milliet*, ou seja, um sistema de segregação que consistia na cobrança de impostos às minorias, definição de moradia e escola em locais diferenciados dos delimitados, além de regras de comportamento público destas minorias com intuito de discriminá-los e relegá-los à cidadãos de segunda classe frente aos cidadãos otomanos (Balakian, 2004). O genocídio armênio, para este e alguns autores, se iniciou no final do século XIX, em período de declínio daquele império, deflagrando um contexto de perseguições a essas minorias que culminou, entre 1894-1896, no massacre de cerca de 300 mil armênios ordenados pelo sultão Abdul Hamid[2], ocasião que já se registra "a primeira e pequena leva migratória dessa população rumo aos países vizinhos, Europa, América do Norte e do Sul, inclusive para o Uruguai e Brasil" (Marcarian, 2008, p.110).

Diáspora armênia na América do Sul e formação de comunidades

Antes da grande migração, pequenos grupos de armênios vieram a se estabelecer nas regiões acima apontadas. Ao chegar, especialmente na Argentina e Brasil por volta de 1893, eram confundidos com os sírios e libaneses[3], e a maioria passou a se dedicar ao comércio ambulante. Alguns enriqueceram adentrando o setor têxtil industrial, como atesta Grun (1992) para o grupo brasileiro, e Herimian (1993) para o argentino.

Naquele período registra-se ainda, referindo-se a essa primeira diáspora, a formação de estruturas de ajuda mútua lideradas por partidos políticos[4] para o encaminhamento dos refugiados nos orfanatos e hospitais, quando não a própria criação de casas comunitárias de abrigo. Essas estruturas foram fundadas entre final do século XIX e primeiros anos do século

[2] Conhecidos também por massacres hamidianos.

[3] Dificultando a localização de informações precisas acerca da origem armênia junto aos registros de imigração.

[4] Ramgavar Azadagan e FRA-Tashnagtsutiun.

ISBN: 978-85-7205-133-01

XX com o propósito de dar abrigo e alimentar os armênios inicialmente refugiados em Beirute, Cairo, Jerusalém, Alepo e Damasco (Marcarian, 2008).

O cenário de fixação populacional anterior favorece a compreensão das condições de formação das comunidades armênias em São Paulo em Buenos Aires a partir das duas primeiras décadas do século passado, cujos integrantes atuais são objeto dessa pesquisa.

Registros portuários sobre períodos de chegada dos refugiados armênios pós-genocídio, corroborados pelas informações presentes em Varela (2002, p.60) e Sapsezian (2010, p.286), apontam 1920 como ano de início das vindas. Contudo, a partir 1924 registra-se o adensamento do contingente em Buenos Aires, bem como no porto de Santos, rumo à cidade de São Paulo, tendo o ano de 1930 como marco final de entrada da leva massiva aqui tratada.

Sobre a origem geográfica desses fluxos, os referidos autores apontam que a maioria era originária da região da Cilícia[5]. Herimian faz menção às cidades de Aintab, Marash e Haijin[6]. A vinda dessas levas, também corroborada por relatos de outros autores e romancistas da literatura da diáspora[7], contou com passagens provisórias de um ano aproximado pelos portos da França, Grécia e Reino Unido, tempo para obtenção do passaporte Nansen[8], conseguir algum trabalho e juntar dinheiro para partir.

Na condição de refugiados, Argentina, Brasil e Uruguai constituíram os destinos possíveis. Esses grupos não tinham o propósito de chegada e assentamento nesses e outros países vizinhos. A fixação na América dos Sul aconteceu em decorrência do enrijecimento das políticas migratórias de pós-guerra nos Estados Unidos[9], destino prioritário em virtude da formação já consolidada de comunidades armênias na região da Califórnia, cuja migração decorreu da fuga dos massacres hamidianos.

É oportuno dizer que os indivíduos e respectivas comunidades formadas a partir do genocídio armênio e ora abordadas, constituem até a atualidade grupos menores dessa diáspora em termos globais, conforme tabela.

---

[5] *Vilayet* de Adana.

[6] Para designar mesma cidade, leia-se também "Hadin" ou "Hajam".

[7] Henri Verneuil (Ashot Malakian), no romance Mairig.

[8] Documento fornecido pela Liga das Nações em 1922 com o propósito de formalizar individualmente ou familiarmente existência de apátridas, garantindo identificação para migrar e ser aceito nos países signatários (intermediários e de chegada). A extensão desse documento aos armênios sobreviventes do genocídio viabilizou a migração e formação das comunidades dessa diáspora espalhadas no mundo.

[9] Fechamento dos portos por prazo indeterminado.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tabela 2 – Diáspora armênia em números estimados: 2010[10]

País	**População**
Russa e Geórgia ("diáspora interna")	1.400.000
Estados Unidos e Canadá	1.150.000
Síria, Líbano, Irã, Egito, Grécia, Chipre, Jerusalém, Turquia (países do Oriente próximo)	650.000
França	350.000
Demais países da Europa	200.000
América do Sul	150.000
Austrália	30.000
Outros países	200.000
Total	**4.130.000**

Trata-se também de grupo minoritário e contemporâneo na América do Sul, que se instalou majoritariamente na Argentina onde até os dias atuais conta com maior número de descendentes em relação às comunidades formadas em São Paulo, Montevidéu e outras formadas nos países vizinhos[11].

Políticas migratórias, implantadas nos países objeto da pesquisa desde o início do século passado, não definiam exatamente a condição refugiada dos armênios e também a nacionalidade, dificultando levantamento de estatísticas precisas acerca do número de chegadas e permanências na região. Naquela ocasião, informações contidas nos *Resumenes Estadísticos* do Departamento de Imigração argentino, caracterizavam como indesejáveis todos os imigrantes e/ou refugiados oriundos da Ásia Menor, e essas impressões tinham igual repercussão nas políticas migratórias brasileiras com ênfase no conceito de "inassimiláveis" e "exóticas", em relação à língua e cultura locais (Oliveira, 2001; Quinteros, 2008).

Em que pese políticas migratórias restritivas, no Brasil, esse fluxo migratório essencialmente urbano ajudou a potencializar a mão de obra mascate e manufatureira, logo após empregadora fabril com expansão no ramo calçadista (Grun, 1992); na Argentina, mesmas características urbanas se mantiveram, com acréscimo da política de expansão do trabalho nas áreas rurais, dado a crise econômica que atingiu o setor industrial do país a partir de 1920 e a necessidade de preenchimento do grande vazio demográfico do país.

A acolhida aos recém-chegados dessa maior e mais numerosa leva de refugiados pós-genocídio contou, tanto em Buenos Aires como em São Paulo, com apoio de pequenos grupos de indivíduos da mesma etnia vinculados às associações de ajuda mútua, com intuito acolhê-los e também os direcioná-los para os primeiros ofícios.

[10] Fonte: Sapsezian, 2010, p.270.

[11] Conforme dados do Ministério da Diáspora da República da Armênia.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os novos integrantes viriam a trabalhar em atividades do mesmo ramo econômico que já tinha famílias armênias como proprietárias, ou então essas serviam de avalistas para que os iniciantes pudessem abrir seu próprio negócio, geralmente com a venda ambulante de produtos de armarinhos ou calçados (Grun, 1992). Tal prática, comum entre as nações comerciantes[12], foi ainda mais estimulada no contexto argentino, devido à recessão que gerou desemprego nas áreas urbanas, e brasileiro, com implantação de política restritiva para contratação de mão de obra estrangeira a partir de 1930[13].

A origem geográfica desses grupos sul americanos formados é fator de igual importância para a compreensão do desenvolvimento das comunidades de descendência armênia mapeadas pela pesquisa. Formados basicamente por pessoas oriundas de mesma região do Império Otomano, os clubes, associações, igrejas e escolas comunitárias que foram criados tiveram o propósito de congregar pessoas oriundas de uma mesma cidade, ou quando isso não foi possível, a própria condição de chegada e predisposição ao trabalho rural ou urbano veio a reconfigurar traços comuns àqueles que provinham de cidades urbanizadas ou não, como se constatou na fala de um dos entrevistados ao sinalizar Haijin e Aintab como áreas rurais.

Essas ditas associações, ao longo do século XX, foram responsáveis pela reprodução de uma memória cultural relacionada à identidade, pertencimento, manutenção e distinção dos grupos no ambiente da diáspora.

Particularmente em Buenos Aires, conforme a formação de uma imprensa armênia já a partir de 1923 e mantida até os dias atuais, juntamente com a fundação de significativo número de escolas comunitárias em língua armênia (Herimian,1993), potencializou em termos qualitativos e quantitativos a difusão da língua materna[14] ao longo das gerações posteriores já nascidas em solo argentino e maior interação com outras comunidades no âmbito mundial.

Nas tabelas comparativas a seguir, é possível visualizar número bem menor de publicações da imprensa e também de escolas criadas em São Paulo em relação às de Buenos Aires por igual período.

Tabela 3 – Imprensa Armênia na Argentina e Brasil (1923-1967)

[12] Das quais juntamente com os árabes, sírios e libaneses, os armênios fazem parte.

[13] Culmina com a Constituição de 1934 que institui reserva de 2/3 das vagas de empregos existentes para brasileiros.

[14] Ou pelo menos uma das línguas maternas, pois a grande maioria desse grupo de diáspora, senão sua totalidade, falava a língua turca.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Argentina (em armênio)[15]	Brasil (em português)[16]
1923 Pequeno manual de frases armênio-espanhol	
1923 Arjantinian Mamul (imprensa argentina)	
1925-31 -Arjantinian Mamul - semanal, tabloide	
1931 Armenia (edições semanais)	
1936 Armenia -2x semana	1940 ~1950 Ararat: a voz do povo armênio
1954 Armenia – diárias	~1955 Marachá
1967 Armenia - suplemento semanal em espanhol	1967 Armênia

Tabela 4 – Número de escolas armênias: Argentina e Brasil (1928-2014)

	Buenos Aires[17]	São Paulo[18]
1928	01	
1931	07	
1934	15	03
2014	03	01

Contribuíram para os dados apresentados: o número menor de integrantes da comunidade brasileira e, decisivamente, a própria Constituição de 1937 que proibiu o ensino de língua estrangeira nas escolas e restringiu a produção e circulação de jornais somente em português.

Nesses cenários distintos, a retenção de uma memória coletiva envolvendo a prática da língua materna e contato regular com outras comunidades externas ao país de reassentamento, esteve diretamente relacionada às situações peculiares de fixação e permanência em cada país, mesmo que Argentina e Brasil estejam em relativa proximidade geográfica e tenham recebido e trocado levas internas desses grupos.

Pelo exposto busca-se verificar nos relatos dos descendentes integrantes das comunidades atuais o sentimento de nacionalidade presente em cada um, considerando questões respondidas sobre identidade e pertencimento e, também, a partir dos relatos, a existência de elementos de manutenção de uma memória coletiva.

Relatos dos descendentes

Esta pesquisa tem foco exclusivo nos membros ativos das comunidades de descendentes de armênios. Buscou-se entrevistar integrantes da União Armênia de Benevolência (UGAB), clube armênio SAMA em São Paulo e Associación Cultural Armenia em Buenos Aires, acadêmicos ligados às áreas de história (Buenos Aires), língua e cultura armênia (São Paulo), dirigentes do Conselho Nacional Armênio (CNA) nos dois países. Um

[15] Herimian (op. Cit.)

[16] Dados coletados pela pesquisadora.

[17] Herimian (op. Cit.)

[18] Sapsezian (2010)

ISBN: 978-85-7205-133-01

segundo recorte está relacionado à idade dos entrevistados, inicialmente compreendida entre 20 e 30 anos, na fase atual abarca também as gerações anteriores, com idade superior a 40 anos.

Outro critério inicial que também foi alterado diz respeito a indivíduos nascidos e residentes nas cidades objeto da pesquisa. No decorrer das procuras, foi notada a importância de se agregar os indivíduos nascidos em outras regiões geográficas que obtiveram nacionalidade brasileira ou argentina, bem como aqueles oriundos de Buenos Aires que vivem atualmente São Paulo, e vice-versa. Tais elementos, não percebidos ao se conceber o projeto de pesquisa, se tornaram de extrema relevância para comprovação da predisposição para migrar presente no seio do grupo estudado, bem como a teia de relações extraterritoriais estabelecida ao longo das gerações com indivíduos e grupos residentes nos países do Oriente Médio, principalmente Síria e Líbano, nos Estados Unidos e no Canadá, na França e no Reino Unido. Essas relações se afirmam pela existência de laços de parentesco resgatados através das buscas e contato das comunidades para identificação de sobrenomes comuns[19], ou ainda, mais recentemente, pelos programas internacionais que visam integração comunitária no âmbito global entre indivíduos descendentes das distintas comunidades, oferecidos pelas mencionadas associações de cunho recreativo e partidário, focados principalmente nas competições esportivas, como também das associações religiosas da diáspora. De forma peculiar, todas tem intuito abrangente de manter a integração dessas comunidades através da disseminação da cultura e língua armênia no ambiente da diáspora.

Embora se trate de pesquisa de natureza exploratória investigativa, sem postulados de memória ou filtros, para facilitar a dinâmica das entrevistas foi estabelecido espécie de roteiro contendo, basicamente, três blocos de perguntas sobre: origem armênia, memória (da memória dos ancestrais), identidade e pertencimento.

No primeiro foram elaboradas questões sobre: ascendência armênia (pai e mãe – avós paternos e maternos, bisavós...); esboço de árvore genealógica a partir da memória que se reproduz nos relatos orais; locais de origem dos ancestrais; se há descendência(s) de outra(s) etnia(s) na família; se há parentes ou amigos de origem armênia em outros países com os quais mantém contato.

No segundo bloco, relatos dos relatos dos ancestrais sobre: o genocídio armênio, condições de chegada à América do Sul e passagens intermediárias por outros países. Ainda

[19] Geralmente o sufixo “ian” designa sobrenomes armênios.

ISBN: 978-85-7205-133-01

se incluem questões envolvendo impressões e opiniões dos entrevistados acerca do próprio genocídio e políticas de reparação.

E no bloco final, sobre identidade e pertencimento**:** línguas faladas em casa (avós, tios, pais); aprendizado de línguas estrangeiras na casa, na escola, em viagens. Já foi à Armênia? O que é ser armênio(a)? Se sente armênio(a)? "Turco(a)" ofende? Onde é a Armênia (ancestral, interior, projetada, imaginada, sonhada)?

Do roteiro proposto, especificamente para este trabalho, buscou-se extrair algumas das respostas focadas na identidade e memória. Foram selecionadas entrevistas com quatro indivíduos residentes em São Paulo, de idades entre 29 e 60 anos, e quatro residentes em Buenos Aires, idades entre 19 e 41 anos. Por questão de preservação da identidade, não serão divulgados os nomes dos entrevistados[20]; sendo utilizadas siglas das cidades onde vivem, seguidas da idade de cada um.

O período das entrevistas compreendeu os meses de novembro de 2013 e novembro de 2014, embora tenham sido parcialmente utilizadas duas entrevistas anteriores com dois indivíduos de São Paulo, realizadas por integrantes do grupo de estudos do Departamento de Línguas Orientais da Universidade de São Paulo[21].

Os critérios de escolha, além dos já elencados em relação ao pertencimento às associações comunitárias, levaram em consideração a predisposição e vontade para falar dos temas acima abordados, com liberdade total para questões que porventura não quisessem ser respondidas.

Sobre a região geográfica dos ancestrais, os entrevistados de Buenos Aires mencionaram as cidades: Haijin, Aintab, Esmirna e Rodosto e os de São Paulo: Haijin, Urfa, Alepo e Amasia, todas à época do genocídio integradas ao Império Otomano. Sobre país Armênia, todos informaram conhecer através de viagens curtas.

Em relação ao esboço de árvore genealógica, do grupo de Buenos Aires, idades, 22,37 e 41 anos, se declararam descendentes de famílias armênias e mencionaram não haver outras nacionalidades em suas linhagens ascendentes diretas; um deles, casado, declarou que sua esposa também tem ascendência armênia. Do grupo paulistano, idades 27, 41, 48 e 60 anos,

[20] Embora a pesquisadora tenha contato com receptividade dos entrevistados para divulgação das entrevistas, os indivíduos serão novamente consultados após apresentação na integra da transcrição de suas falas para possível obtenção formal das divulgações e dos direitos de imagem, uma vez que os recursos de áudio e vídeo foram utilizados.

[21] Grupo coordenado pela Profa. Dra. Deize Crespim Pereira, entrevistas realizadas pelos pesquisadores Fernando Januário Pimenta e Beatriz Rodrigues Lima, ano 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

todos também confirmaram única origem e um dos entrevistados (48), declarou ter se casado com "brasileira".

Para pergunta "se sente armênio?", todos responderam positivamente. Se sentem armênios em grande ou total proporção. Indivíduos do lado platino e brasileiro enfatizaram porção armênia e declararam se sentir pertencendo a duas culturas e nações distintas. Um relato de indivíduo de 41anos, nascido em Osasco e residente em São Paulo, teve tom de exclusividade:

> Sou armênio. Tenho gratidão à acolhida que o Brasil deu aos meus ancestrais, mas eu preferia ter nascido na Armênia ancestral. Apesar de ter nascido no Brasil, falar pouco a língua armênia, eu vivo a cultura armênia, ouço música armênia todos os dias, participo dos eventos da comunidade. Não me identifico com a cultura brasileira.

Sobre "o que é ser armênio", um dos relatos apontou a "luta por direitos" (BsAs, 20), "estar na coletividade" (SP, 60, 48 e BsAs, 41, 22, 20), conhecer longa trajetória histórica do povo armênio (BsAs, 37 e SP, 27), conhecer a língua armênia (SP, 48), lutar pelo reconhecimento do genocídio (todos).

Ao serem indagados sobre a existência de relados de ancestrais envolvendo fatos do genocídio, indivíduos do grupo platino foram mais evasivos[22], preferindo já falar de suas próprias impressões e convicções acerca do tema. Dois (37 e 41) informaram ter havido longo período silêncio: bisavós e avós não costumavam falar em casa sobre o genocídio; e (20) mencionou a lembrança de seus avós trocando insultos em turco, língua que não foi ensinada a ela.

Dos entrevistados de São Paulo, todos mencionam narrativas de ancestrais que, ainda crianças, testemunharam mortes de parentes e vizinhos, se tornaram órfãs. Reproduzimos brevemente um deles:

> Minha avó materna contou que o pai dela presenciou ainda menino a morte de um homem que já estava muito doente. Eles seguiam uma estrada, estavam com muita fome e acharam um pão que o falecido guardava numa espécie de saco e que usava como travesseiro.

Três entrevistados de São Paulo (60, 48 e 27) mencionaram reencontro de parentes muitos anos depois, em outros países. Outro mencionou saber que o seu sobrenome não é o mesmo de sua família consanguínea: "o passaporte Nansen era um documento coletivo e

[22] As entrevistas com indivíduos do grupo de Buenos Aires constituíram o primeiro contato ao vivo da pesquisadora, fato que talvez os tenha deixado pouco à vontade para lembrar fatos do genocídio presentes na memória individual e familiar.

ISBN: 978-85-7205-133-01

juntava pessoas de famílias diferentes e dava a todos um mesmo sobrenome, forjando uma nova família. Foi o que aconteceu com o meu bisavô" (41).

Especificamente sobre genocídio e reparação, reproduzimos algumas falas: (BsAs, 41) "Meu bisavô lutou", "genocídio: sentimento de impotência e incerteza" referindo-se a ele e outras coisas que ficam impunes, "dor", "luta por direitos" e "negação da oportunidade de ter sido outra coisa, mesmo que esteja feliz (aqui) e agora". "Devolva o Monte Ararat" (SP, 41). "reconhecimento para haver justiça e imparcialidade da mídia internacional" (SP, 60), "reconhecimento, com devolução de terras e bens pecuniários" (SP, 48 e BsAs, 41). A palavra "perdão" apareceu nas falas de todos os entrevistados como atitude fundamental a ser tomada pelo governo turco atual para reconhecimento do genocídio armênio.

Quando indagados: onde é a (sua) Armênia? se observou a predominância da resposta: "Onde tiver dois ou mais armênios", remetendo à célebre frase do escritor da diáspora Willian Saroyan, nascido na Califórnia. Dela seguem outras: na Síria (BsAs, 22), em Córdoba (SP,41), em Buenos Aires (BsAs, 41 e SP,48), "na oração Hai Mer[23] e "na música Erebuni Ierevani"[24] (SP, 60), "em toda a parte**...**" e "no departamento de armênio da Universidade de São Paulo" (SP, 27).

Considerações finais

Um dos pressupostos desse trabalho é a busca de uma "Armênia ancestral", imaginária, sonhada, projetada, desejada, idealizada, uma vez que, efetivamente, o país Armênia não é para os membros dessa diáspora, a região geográfica de origem dos seus antepassados vítimas e sobreviventes do genocídio. Ademais, a região de onde veio maioria de seus antepassados é a Turquia, alguns a Síria, o Egito, o Líbano, a Palestina. De acordo com os entrevistados até o presente momento, com essas regiões há identificação; com a Armênia atual não, ou nem tanto.

As entrevistas ao vivo aqui propostas e parcialmente concluídas[25] constituem o foco maior desse trabalho. Buscou-se identificar nos discursos desses indivíduos as impressões acerca a história de sua própria origem, no sentido da busca de uma memória da memória ancestral, que possa trazer à tona relatos – ainda que esparsos - dos relatos passados de geração a geração acerca da diáspora que chegou aos países sul-americanos. Tais narrativas visam também proporcionar elementos para compreensão dos processos geracionais de

[23] *Հայր մեր*, Pai Nosso.

[24] *Երեբունի Երևանի*. Alusão ao velho e novo país Armênia.

[25] A meta é coletar seis entrevistas de integrantes de cada grupo nacional.

ISBN: 978-85-7205-133-01

integração cultural, envolvendo: locais de origem dos antepassados, assentamento no ambiente da diáspora, nascimento dessas novas gerações no país de acolhimento e sensação de pertencimento a uma (ou mais de uma) nação.

Segundo Bauman a história moderna, através a formação dos Estados-nação nos impõe "a Identidade como problema e, acima de tudo como *tarefa*" (2005, p.19).

E complementa, que as questões territoriais decorrentes da formação dos Estados-nação modernos, "conformam grupos ao conceito estritamente vinculado de nascimento e nação, com referencia a um único lugar possível para ser e pertencer" (id, p. 25). Contudo, algumas afirmações presentes nos relatos individuais da pesquisa nos apontam uma questão controversa e ainda não solucionada, dissociando local de nascimento do de pertencimento.

Se, de acordo com o autor, o próprio conceito que nação é uma entidade imaginada que apenas tem a aparência de natural, e apontando a "credibilidade do pertencimento declarado como produto final de antigas batalhas e perpetuação garantida por meio de batalhas que ainda virão" (2005, p.29), revela a questão do não reconhecimento do genocídio como fator premente que envolve a própria questão da identidade armênia declarada, diretamente relacionada ao pertencimento de cada indivíduo enquanto membro de uma "nação armênia" que se constitui, projetada ou onírica, para além das fronteiras de cada país e independente da nacionalidade constante em seus documentos individuais.

Sobre o acionamento das memórias individual e coletiva a que se refere Halbwachs (2008), observou-se ainda nas falas, o enlaçamento de ambas. Primeiro no consenso a que se refere ao contato com a obra literária de Saroyan "Armênia é o encontro de dois armênios"; logo após o aparecimento de signos vividos, e sonhados, acerca perpetuação da existência de um ambiente ancestral.

De acordo com Bahba (1998), a retenção de uma memória coletiva no seio das diásporas está relacionada ao sentimento de que talvez nunca venham a ser totalmente aceitos nas sociedades de acolhimento e assim, permaneçam parcialmente isolados. A sensação de pertencimento a mais de uma cultura – ou mesmo o não reconhecimento da identidade contida nos documentos em detrimento à outra relacionada à ancestralidade - no caso estudado, também demonstrar que ao longo das décadas, a integração social desses indivíduos - pode ser configurada, conforme o autor, como caroços de um caldo cultural não completamente assimilável.

A partir dos relatos coletados se verificou menções de pertencimento a duas culturas, nas proporções que variaram de: meio a meio, dois indivíduos, um de São Paulo e outro de

ISBN: 978-85-7205-133-01

Buenos Aires; maior ênfase ao pertencimento ao universo cultural armênio, dois de São Paulo e três de Buenos Aires; ou mesmo total pertencimento ao universo armênio, na fala de um integrante da comunidade de São Paulo.

Referências:

BAHBA, Homi K. O local da Cultura. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

BALAKIAN, Peter. The Burning Tigris. HarperCollins Publishers: New York, 2004.p. 40-43

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: C.A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GRUN, Roberto. Negócios & famílias: armênios em São Paulo. Série Imigração. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. Centauro: São Paulo, 2008.

HERIMIAN, Kim. Armenian Immigration to Argentina: 1909-1938. *ARMENIAN REVIEW, SPRING 1990,* Volume 43, Number 11169, pp. 85-113.

ARMENIAN GENOCIDE – ARMENIAN NATIONAL INSTITUTE (Armênia). Map of the 1915 Armenian Genocide in the Turkish Empire. Disponível em <http://www.armenian-genocide.org/map-full.html>. Acesso em 11nov2014.

MARCARIAN, M. N. *Diáspora armênia no Brasil.* In Revista de Estudos Orientais Nº6, DLO/FFLCH/ USP: São Paulo, 2008. P. 109-115.

MINISTRY OF ARMENIAN DIASPORA OF THE REPUBLIC OF ARMENIA. Disponível em <http://www.mindiaspora.am>. Acesso em 11nov2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Brasil dos Imigrantes. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

QUINTEROS, Marcela Cristina. Os olhos da nação – As imagens construídas sobre o estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas (1930-1955). P.37-62. Instituto Memória: Curitiba, 2008.

SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia. Emblema: São Paulo, 2010.

SUMMA, R.F. Vozes Armênias: memórias de um genocídio. *Revista Ética e Filosofia na Política*, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), volume 10, nº 1, Junho2007.

VARELA, Brisa. La migración armenia en Argentina: la ruptura del mito del retorno. Editorial Dunken: Buenos Aires, 2002.

ISBN: 978-85-7205-133-01

ISBN: 978-85-7205-133-01

Artistas contra os modelos hegemônicos da Arte.

Simone Rocha de Abreu[1]
Doutora em Ciências da Integração da América Latina PROLAM-USP
Docente das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU – SP)
Membro do Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina
Membro Sociedade Científica da Arte - Cesa
faabreu@uol.com.br

Resumo

Esta comunicação busca analisar, sem esgotar o tema, narrativas plásticas latino-americanas que ao mobilizarem elementos simbólicos específicos, distanciam-se dos parâmetros hegemônicos da arte estabelecida na Europa e nos Estados Unidos. Não se trata de desconhecer tais parâmetros, mas evidenciar a complexidade do imaginário latino-americano. Essas narrativas podem ser derivadas da assunção pelos artistas da multiculturalidade característica das nossas sociedades, e assim assumem a citação do passado pré-colombiano na produção artística ou da ancestralidade africana, assim como podem ser derivadas do emprego pelos artistas de temáticas sobre o seu lugar através de seus problemas ou de seu cotidiano.

Palavras-chave: latino-americano, modelo, narrativas plásticas, ancestralidade, povos pré-colombianos.

Artistas contra los modelos hegemónicos del Arte.

Resumen

Esta comunicación busca analizar, sin agotar el tema, narrativas plásticas latino-americanas que, al movilizar elementos simbólicos específicos, se alejan de los parámetros hegemónicos del arte establecido en Europa y en Estados Unidos. No se trata de desconocer esos parámetros, sino evidenciar la complejidad del imaginario latino-americano. Esas narrativas pueden ser derivadas de la absorción, por los artistas, de la multiculturalidad característica de nuestras sociedades, y así asumen la citación del pasado pre-colombiano en la producción artística o de la ancestralidad africana, así como pueden ser derivadas del empleo de temáticas, por los artistas, sobre su lugar a través de sus problemas o de su cotidiano.

Palabras clave: latino-americano, modelo, narrativas plásticas, ancestralidad, pueblos precolombinos.

[1] Simone Rocha de Abreu é pesquisadora em arte, especialista em História da Arte e Cultura Contemporânea pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), é mestre e doutora em Integração da América Latina, linha de pesquisa Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Atua como docente em disciplinas sobre Arte e Cultura em diferentes cursos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU - SP) e como formadora da Secretaria Municipal da Educação em projetos de formação continuada dos profissionais da rede municipal da educação, membro do Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina e da Sociedade Científica de Estudos da Arte. e-mail: faabreu@uol.com.br

ISBN: 978-85-7205-133-01

> *Hacer arte de acuerdo a los cánones hegemónicos cementa la unidireccionalidad de la información, no es uma forma de crear, sino uma forma más refinada y compleja de consumir. Luis Camnitzer, 1995.*

Este artigo busca analisar obras plásticas latino-americanas que se distanciam dos parâmetros hegemônicos da arte, estabelecidos na Europa e Estados Unidos. Não se trata de desconhecer tais parâmetros, mas evidenciar a complexidade do imaginário latino-americano. Os artistas enfocados buscaram particularidades culturais de cada contexto e assim propagaram as suas percepções de repensar a cultura local o que nos permite uma aproximação sensível às suas produções menos centrada em teorias eurocêntricas com as quais tradicionalmente foi estabelecida a disciplina história da arte, já que essas teorias se aspiraram a uma equivocada universalidade. A ruptura com os modelos hegemônicos pode ser atingida quando o artista revela o lugar em que vive, tornando a sua percepção dos problemas de seu lugar como parte integrante da obra ou quando revela parte de seu cotidiano ou de sua cidade na temática de sua produção, caso de algumas obras de *Antonio Berni* (Argentina, 1905 – 1981), *Antonio Henrique Amaral* (Brasil, 1935) e da produção coletiva que gerou a exposição *"Tucuman Arde"*.

A ruptura com os modelos hegemônicos também pode ser atingida quando o artista agrega à sua produção poética elementos derivados da assunção do caráter multicultural de nossas sociedades que podem assumir a citação do passado pré-colombiano na produção artística, caso do artista *Nadín Ospina* (Colômbia, 1960) ou das raízes africanas que para muitos não são somente referências encontradas no passado, mas parte da vivência cotidiana, caso de *Wilfredo Lam* (Cuba, 1902-1982) e *Manuel Mendive* (Cuba, 1944).

É importante dizer que esses artistas podem, e quase sempre este é o caso, lançar mão de mais de um recurso entre os mencionados para afirmar, através de sua produção, que são latino-americanos, caso exemplar é a produção de *Ana Maria Pacheco* (Brasil,1943).

Uma narrativa plástica que se afirma latino-americana é produzida pelo colombiano *Nadín Ospina*, como na série *Críticos del High-Tech* (1993, Fig.1), cujas peças trazem a imagem de Bart Simpson - personagem mordaz de uma série de desenhos norte-americanos, difundida massivamente pelo cinema e pela TV. As peças apresentadas foram elaboradas com materiais e métodos iguais aos utilizados pelas culturas pré-hispânicas para fabricarem seus objetos de culto. O artista contratou especialistas na produção de peças pré-hispânicas para elaborar as peças em seu lugar. Com essa operação, introduziu a questão da *falsificação*, uma

ISBN: 978-85-7205-133-01

vez que uma possível análise da peça, provavelmente assegurará que se trata de uma peça pré-colombina. Também devemos destacar o fato de que o artista trabalhou com a apropriação do trabalho realizado por outra pessoa.

Fig. 1. *Nadín Ospina*. Visão do conjunto de obras chamado *Críticos del High- Tech*, 1993. Instalação com 25 peças de cerâmica (24X10X12 cm) e fórmica. Fonte: http://www.nadinospina.com. Acesso em 10.10.2014.

A série *Críticos del High-Tech* (1993, Fig.1) e demais esculturas assinadas por *Ospina* (ver Fig.2 ,2000) mesclam o passado pré-hispânico com a cultura massiva dos personagens norte-americanos. Ao fazer tal operação, o artista torna-se atento comentador da cultura contemporânea, levantando questões sobre a aceitação do simulacro ou, até mesmo, demarcando sua preferência por ele, em detrimento da verdade na sociedade atual. A obra de *Ospina* também evidencia a complexidade da cultura latino-americana ao mesclar passado e presente, levantando a incerteza se o passado pré-hispânico ainda não perdura e, em caso afirmativo, até que ponto isto é possível?

Podemos dizer que a obra de *Ospina* também mescla o caráter popular, massivo e imperialista dos personagens de desenhos animados norte-americanos com o caráter elitista das obras escultóricas apresentadas em galerias de arte sobre pedestais ou superprotegidas, atrás de vidros, o que lhes confere um status de preciosidade.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Fig.2. Nadín Ospina. *Vaso trípode com efígie*, 2000. Cerâmica, 35 X 21 X 22 cm. Fonte: http://www.nadinospina.com/. Acesso em 10.10.2014.

Wilfredo Lam (1902-1982) foi um artista notável e de singular importância para o afrocubanismo nas artes plásticas cubanas. Sem desconhecer o caráter ocidental da sua cultura, *Lam* reivindicou para sua obra a presença de muitos elementos não ocidentais e de raiz africana. Afirmou que a escravidão não privou o continente africano somente de homens, mas, também, tolheu o imaginário sobre a África, limitando o seu alcance cultural.

Lam foi um profundo conhecedor da pintura europeia, isto fica evidente se lembrarmos que o artista estudou, em Havana, pintura e desenho na "*Academia de Bellas Artes San Alejandro*", uma academia como qualquer outra da época, que prezava o ensino através das cópias dos grandes mestres. Além disso, passou dezessete anos na Europa, primeiramente, em Madrid, onde estudou e, constantemente, visitava o *Museo del Prado.* Posteriormente, foi em busca do já famoso *Pablo Picasso* em Paris, artista que colecionava, à época, esculturas africanas. Picasso tornou-se seu amigo e incentivador de sua produção artística.

Fugindo da segunda guerra, *Lam* retornou ao seu país em 1940, impactando-se com a pobreza e a marginalização social a que era relegada a população negra. Além disso, a imagem do negro era deformada: mostrava-se para o turista o negro bom, que tocava tambor, dançava e demonstrava grande sensualidade. Esta percepção causou um incrível impacto em sua obra.

> Lo que encontraba a mi regresso – dice Wilfredo –parecia el infierno – e insiste: Comerciar con la dignidad de un pueblo equivale para mí al infierno. Mi pintura no sería el equivalente de una música pseudocubana para clubs de baile. [...] Deseaba, con todas mis fuerzas, pintar el drama de mi país, pero expressando a fondo el espíritu de los negros, la beleza de la plástica de los negros (LAM, apud CRUZ, 2009, p.39)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Fig. 3. Wilfredo Lam. *La jungle*, 1943. Guache sobre papel e tela, 240X230cm. Fondo Latinoamericano – Coleção "Museum of Modern Art", Nova York. Fonte :site do MoMa, acesso 10.10.2014..

Lam foi considerado por *Alejo Carpentier* (Havana, 1904 - Paris, 1980) como um exemplo claro do mundo maravilhoso que é parte da realidade latino-americana. No prefácio de *El reino de este mundo* (1949), *Carpentier* criticou a narrativa realista dizendo que esta não dava conta da complexa realidade cultural latino-americana, defendeu a inserção de elementos mágicos e fantásticos no realismo, o que chamou de "Real Maravilhoso". O autor prosseguiu criticando o surrealismo francês, dizendo que de nada adiantava o mágico inventado e criado pelo autor da narrativa, nesse sentido disparou críticas às pinturas do surrealista *André Masson* e as contrapôs a elogios a *Wilfredo Lam*, afirmando:

> Y tuvo que ser un pintor de América, el cubano Wilfredo Lam, quien nos enseñara la magia de la vegetación tropical, la desenfrenada Creación de Formas de nuestra naturaleza – con todas as sus metamorfosis y simbiosis-, en quadros monumentales de una expressión única en la pintura contemporánea[2].

A produção artística de *Manuel Mendive* (Cuba, 1944) também evidencia a presença africana na cultura cubana, o artista começou a pintar na década de sessenta, em um momento pós-vitória da revolução cubana que trouxe mudanças na política cultural e reafirmou o caráter de apropriação e transformação que caracterizou o período anterior. *Mendive* pratica na sua pintura a "desenfreada criação de formas de nossa natureza" de que falou *Carpentier* se referindo a *Lam*. Mendive pratica a *santería* e leva para a sua produção artística os mitos e a cosmovisão dos *iorubas*, aonde a natureza é plena em vida e é a própria religião.

Fig.4. **Manuel Mendive**. *Oshun y Shango*, óleo sobre tela, 118 X 189 cm, 1991. Fonte: catálogo da 21ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo.

[2] CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo*. Barcelona: Editorial Seix Barral S.A, 2012.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Na obra *Oshun y Shango* (Fig.4, 1991) de *Mendive* o artista parece nos revelar sua visão sobre a formação de Cuba através da união entre a palmeira e o mar, desta união representada na obra surge o seu país insular em meio a esta natureza plena em vida que o artista nos oferece na obra. Os espíritos na floresta estão em toda a parte, todos os elementos da natureza tem vida e entre esses identificamos *Oshum* e *Shangô*, a primeira aparece grávida se observando no espelho, aparece em amarelo a cor de sua riqueza, é a orixá ligada a fertilidade e a vaidade. Já *Shangô* (ou *Xangô*) ostenta a sua insígnia chamada de *oxé* (um machado de dois gumes), segundo a mitologia *Oshum* (ou *Oxum*) foi a segunda esposa de *Shangô* que a disputou com *Ogun*, o orixá das batalhas e dono do ferro e que abre os caminhos com a sua faca, será que *Ogun* está também representado nesta obra? Não me parece fácil responder a isto, mas independente desta resposta, a obra revela a compreensão de *Mendive* sobre a formação cultural de Cuba como unida à mitologia africana.

Fig. 4. Manuel Mendive. *Barco Negrero*, 1976/2011. Serigrafia, 61 X 76 cm. Fonte: http://artizar.es/artistas/manuel-mendive/. Acesso em 10.10.2014.

Na obra *Barco Negrero* (Fig.4), *Mendive* retratou a forma desumana como foi feita a travessia do mar para transportar pessoas vindas da África, para serem vendidas como escravas. No barco, identifica-se a bandeira do colonizador espanhol que traz os futuros

ISBN: 978-85-7205-133-01

escravos. O artista contrasta o ambiente apertado, claustrofóbico, desumano do interior dos porões repletos de escravos, com o céu e o mar repletos de vida. No mar existem inúmeras serpentes e, no céu, uma infinidades de águas-vivas inundando e unindo céu e mar, mostrando o elo entre as forças da natureza, tão caras à cultura iorubá. Na cosmovisão deste povo, iorubá, a natureza é a própria religião. Esta imensidão de referências à vida contrasta com a brutalidade da escravidão. No céu, além das águas-vivas, há também duas imagens que parecem irradiar vida pelas cabeças. Seriam orixás? Vale lembrar que o artista não somente pratica, mas também é sacerdote da religião afro-cubana.

Nesta obra um negro cai ao mar. Suicídio ou uma forma do escravizador escapar de provas contrárias a si mesmo, nos anos finais da escravidão? Não sabemos, mas esse negro que se unirá às serpentes representa uma forma de escapar da escravidão, encontrada pelo povo africano. E também, a união com o retorno aos ancestrais, retorno a outros tempos, retorno representado na imagem da serpente. Na *santería*, o mar é denominado como "o grande cemitério", onde estão milhares de ancestrais. Portanto, a solução deste homem que se joga ao mar é voltar às suas origens, voltar aos ancestrais. Esta foi e ainda é a busca e a salvação de muitos dos descendentes desses homens que cada vez mais encontram na valorização de suas ascendências africanas o encontro com uma realidade mais confortável, onde a autoaceitação torna-se mais plausível.

A ruptura com os modelos hegemônicos pode ser atingida quando o artista revela o lugar em que vive, tornando a sua percepção dos problemas de seu lugar como para integrante da obra ou quando revela parte de seu cotidiano, de sua cidade na temática de sua produção, caso de algumas obras de *Antonio Berni* (Argentina, 1905 – 1981), *Antonio Henrique Amaral* (Brasil, 1935) e da produção coletiva *Tucumán Arde* (1968).

La família de Juanito Laguna se salva de la inundación (fig. 5, 1961) evidencia uma realidade das "villas miserias". A inundação como consequência dos espaços ocupados sem urbanização, que crescem ao sabor da necessidade das famílias marginalizadas pela sociedade dita "moderna". A inundação é uma tragédia para a mãe que ao carregar um *Juanito* chora, ela está ao lado de um barco, comandado pelo pai da família e que leva seus dois outros filhos.

Aparece mais uma menina em pé dentro da água, ela também chora ao enfrentar essa dura situação levando um relógio na cabeça, o bem que parece ter sobrado das perdas da família nesta inundação. No barco estão as crianças menores, com expressões faciais tensas, mas salvaguardadas no interior do barco. Fora, em pé, com água até a cintura, está uma jovem

ISBN: 978-85-7205-133-01

adolescente provavelmente também filha, enfrentando com mais crueza esta dura situação. O relógio, símbolo do tempo, é carregado com certo esforço para não ser estragado nas águas turvas da inundação. Será um símbolo de esperança? Símbolo de novos tempos? Ou o relógio está marcando o tempo para que esta situação ocorra novamente.

Fig. 5. Berni. *La família de Juanito Laguna se salva de la inundación*, 1961. Óleo, metal y cartón sobre hardboard, 185 X 122 cm. Envio a la XXXI Bienal de Venecia. Fonte: Recoleta, 2002, p. 42.

Tudo é sujeira, desencanto e destruição na obra *La família de Juanito Laguna se salva de la inundación* (fig. 5, 1961). O único elemento preservado desta destruição é uma placa vermelha onde se lê "se venden terrenos", mostrando que *Berni* está atento aos desmandos da ocupação imobiliária desregrada que em nome do progresso empurra a população mais pobre para os espaços com menor infraestrutura e causa desequilíbrios ecológicos durante este processo de ocupação determinado pela necessidade.

Juanito é um menino que brinca, sonha, caminha, apesar da sujeira do ambiente onde vive. Durante esses sonhos *Juanito* fabula, cria. Na obra *Juanito Laguna remontando um barrilete* (Fig. 6, 1973), o primeiro impacto visual é dado por uma grande nuvem que apresenta um formato revolto. Essa nuvem chama atenção pela sua concretude e porque é a imagem especular da pipa (papagaio) e de sua rabiola com a qual brinca o menino. A consistência da nuvem é o sonho de *Juanito*, menino que não perdeu a capacidade de fabular e assim mantêm a sua capacidade de sonhar, mantêm a sua humanidade. O sonho, a fabulação é importante para todos e para *Juanito* é talvez o único espaço possível para a sua existência saudável. A capacidade de sonhar representa um espaço possível, uma lagoa que cerca *Juanito* e o salva da crueza da realidade vivida. É a lagoa deste *Juanito* que se chama *Laguna*.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Fig. 6. Antonio Berni. *Juanito Laguna remontando um barrilete*, 1973. Óleo, latas, telas, plástico, madeira, corda e papel sobre madeira, 192 X 109 cm. Fonte: MALBA, *Berni y sus contemporáneos*, p.125.

A outra personagem criada por *Berni* que mereceu uma série de obras é *Ramona Montiel*, uma mulher que encontra na prostituição a possibilidade de vida nesta sociedade dita moderna. A personagem foi tema desta série de obras, que incluíram pintura, xilocolagens (xilogravuras com colagens na matriz de madeira) e instalações. Quanto aos temas, a série *Ramona Montiel* inclui o início de sua vida, seus amigos e clientes, os sonhos e medos de *Ramona*, a série inclui também os monstros da sociedade moderna.

Sobre Ramona *Berni* declarou:

> (...)[Ramona]es el símbolo de otra realidad social cargada de miseria, ya no en el exclusivo plano material, como en el caso de Juanito, sino también en el otro, en el de espíritu, con sus desequilíbrios neuróticos propios de una mujer de su condición social, atrapada por la telaraña de la sociedad de consumo. Ramona debe jugar un rol social y hacer publicamente lo que a escondidas praticaban muchas princesas, niñas del gran mundo y del submundo. Debe llenar el vacío dejado por éstas em el ámbito del erotismo[3].

[3] Berni em entrevista a José Viñals, editado por Imagen Galeria de Arte, Buenos Aires, 1986. In: PACHECO, M.E. Berni escritos Y papeles privados. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999,p. 59.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Fig.7. Antonio Berni. *El exame*, 1976. Colagem sobre madeira, 250,5 X 140 cm. Fonte: CASANEGRA, 2000, p. 196.

Na obra *El exame* (Fig.6, 1976) *Berni* se vale ainda mais da colagem que vinha sendo um recurso da plástica na narrativa da personagem *Ramona*. Tanto a colagem como a pintura confere forma ao fundo e criam o ambiente, compõem a força alusiva do tema. As figuras das mulheres são irônicas e o uso dos clichês que já se tornaram signos indiciais, como as cintas-ligas, os sapatos de salto e as presilhas douradas, não constrangem as sugestões de um enredo que pode ser pleno de surpresas e crueldades.

Berni formula uma cafetina monstruosa, tão demoníaca como é cruel o exame que realiza. Ao examinar os dotes da prostituta, a cafetina mostra uma expressão de inveja. O artista coloca-se como narrador romântico, exagerando as expressões dramáticas. Sua expressividade pictórica se concentra nas cabeças, a demoníaca cafetina e a cabeça de Ramona, também fantasmagórica, mas quase encoberta pela roupa que vestia e precisou retirar para o ato do exame.

Neste mesmo viés de abordar na obra de arte a realidade do seu entorno, o que denominaram fazer arte com significado de compromisso ativo com a realidade, um grupo de artistas argentinos, formado por *Noemí Escandell* (1942), *Norberto Puzzolo* (1948), *Graciela Carnevale* (1942), *Margarita Paksa* (1933), *Leon Ferrari* (1920 - 2013) *e outros*, escolheu a região de *Tucumán* como modelo de situação de pobreza extrema no Argentina e seguiram para estudar a situação desta região. Realizaram pesquisas, investigaram e revelaram cumentação sobre a situação, os artistas recorreram a uma espécie de jogo entre o oficial e o

ISBN: 978-85-7205-133-01

clandestino, enquanto uns estabeleciam contato com os setores oficiais da cultura e afirmavam querer produzir material artístico-cultural sobre a Província de *Tucumán*, outros fotografavam, filmavam, gravavam entrevistas com trabalhadores e dirigentes sindicais a fim de penetrar na realidade dos engenhos e dos trabalhadores. Fizeram entrevistas, diagramas tentando acercar a situação de extrema dificuldade da população após o fechamento de vários engenhos de açúcar em consequência da política governamental, que a partir de 1966 teve atuação direta no mercado açucareiro. Com todo este material produzido organizaram uma exposição na "*Central General de los Trabajadores de los Argentinos"* (CGT) de *Rosario*. O público presente na abertura, dia 03 de novembro de 1968, bebeu café amargo, ficou submetido à obscuridade na frequência equivalente a taxa de mortalidade infantil, além de observar todo o material elaborado pelos artistas a partir da fase de pesquisa na província de *Tucumán.*

Neste mesmo viés de revelar as questões emergenciais de seu lugar, destacamos, no Brasil, a figuração de Antonio Henrique Amaral, a elucidar questões políticas cruciais, através das bananas. Este artista é conhecido como o artista das "bananas" pela série de cerca de duzentas pinturas em que explorou este tema-símbolo sob inúmeras configurações e diferentes contextos, criando um personagem-tipo[4].

Amaral é um artista paulista, nascido em 1935, pintou bananas durante quase uma década a partir de 1968, em duas grandes séries: na "*Brasiliana*" e no "*Campo de Batalha*". Na série "*Brasiliana*" elas aparecem no cacho, em pencas, verdes ou maduras e até apodrecidas. Na série intitulada *"Campo de Batalha"*, iniciada a partir de 1973, aparecem signos fortes da repressão. A corda amarra e enforca, imobilizando a banana, cortada, perfurada, pelos metais. Em outras obras evidenciam-se somente os metais e toda a composição aparece em primeiro plano, tendo duas consequências simbólicas, que resultam na interpretação de aumento do terror na cena e na tendência para ver a banana não como representação do real intacto, mas como forma alusiva a todos nós. O artista afirmava: *Todos somos bananas.*

> [...] a arte deste século, como a de qualquer outro século, reflete sempre as transformações que se operam no homem e nas culturas em

[4] Emprego o termo personagem-tipo na acepção que lhe confere Mariza Bertoli na sua dissertação de Mestrado em referência aos Bois de Humberto Espíndola. BERTOLI, MARIZA. *O Mítico e o Político na Arte no Cone Sul. Análise comparada da obra plástica de Antonio Seguí – Córdoba, Argentina e Humberto Espíndola – Mato Grosso do Sul, Brasil.* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> que vive o artista. Essas transformações ocorrem em dois tempos distintos, no tempo interior do homem e no tempo do mundo à sua volta [...] Consciente ou não, o artista se defronta com o desafio de lidar com esses dois tempos e, através deles, criar seu trabalho, desenvolver sua linguagem refletindo seu estar no mundo[...][5]

No trecho acima, é possível verificar o pensamento de *Antonio Henrique Amaral* sobre a relação entre arte, artista e sociedade. Verificamos como ele percebe essas relações imbricadas, afirmando que o artista reflete seu estar no mundo, articulando a sua individualidade e as contingências do ambiente que o cerca, a partir dessa articulação forma-se um vocabulário próprio com o qual ele se expressa.

Fig.8. Antonio Henrique Amaral**.** *Campo de batalha 27*, óleo sobre tela, 152 X 152 cm, 1974.
Fonte: SULLIVAN, 1996, p.127.

Estamos dilacerados. O metal pontiagudo se impõe e perfura o corpo já em estado de putrefação, o estrago é claro, ardente e doloroso. O metal viola o corpo de baixo para cima, carrega consigo partes do todo, em um estrago indelével, a porção mais ferida é a superior, lembrando que, talvez, o corpo ainda sare, mas os estragos na cabeça, na psique, são muito mais difíceis de serem curados e talvez de impossível cura. O que fazer? Impera o silêncio da perplexidade frente à obra *Campo de batalha 27* (Fig.8, 1974). Aliada ao silêncio aparece a dor dilacerante de nos sentirmos sob o jugo dessas grandes pontas de metal que

[5] Trecho do texto *Tradição e Ruptura. Pintura é o cadáver que mais vive e se mexe* de autoria de Antonio Henrique Amaral, publicado no encarte *Especial Domingo*, no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 24 de outubro de 1995.

ISBN: 978-85-7205-133-01

impiedosamente ferem a quem não se submete a elas.. Quando essa violência terá fim? Parecem gritar as suas obras.

Ana Maria Pacheco cria narrativas plásticas que se distanciam dos parâmetros hegemônicos da arte estabelecidos na Europa e Estados Unidos e para isso utiliza inúmeros recursos como, o emprego da história que ela vivenciou, no Brasil e cita o passado com seus mitos, é o que podemos verificar na obra analisada a seguir.

A instalação *Memória roubada I* (2001, fig.9) de *Ana Maria Pacheco* nos impõe silêncio, apresenta uma tensão que nos emudece, é espantoso todo o conjunto e cada um dos seus elementos. A artista nos apresenta seis cabeças dispostas em um armário e todas olham para um coração perfurado por sete adagas, clara alusão à Mater dolorosa e ao sacrifício cristão. As faces estão em diferentes graus de horror, reagindo à visão desta agressão extrema ao primordial símbolo da vida. O coração, no nosso imaginário concentra toda a generosidade possível, pois é aquele que trabalha para se encher e dar tudo que tem, continuamente trabalha para se encher e doar o seu conteúdo. É o símbolo maior da possível generosidade humana que está brutalmente ferido por sete adagas. Por que esta agressão? O título da obra acrescenta significações nos falando de um roubo, o roubo da memória.

Fig. 9. Ana Maria Pacheco. *Memória roubada I*, 2001, base de ardósia, armário de madeira pintado com porta policromada, folha de ouro, 7 esculturas em madeira policromada, 200 X 300 X 300 cm. Fonte: catálogo *Ana Maria Pacheco: gravuras, esculturas*, Pinacoteca do Estado de São Paulo, p.91.

As esculturas de cabeças que compõe esta instalação impressionam pelas expressões e pelo realismo exacerbado em consequência das incrustações para compor os olhos e os dentes, recursos recorrentes nas esculturas de cabeça desta artista. A cabeça mais próxima ao

ISBN: 978-85-7205-133-01

coração parece ser a menos apavorada com a visão, no entanto ela tem os cabelos arrepiados. Esta é a cabeça mais próxima ao chão, mais fincada na terra, na realidade do mundo e, portanto, menos sonhadora, parece ser mais consciente das contingências da vida, essas contingências que nos fazem acordar dos sonhos.

As caras estão dispostas em um armário escuro e solene. Armário é o lugar onde se guarda coisas, de utilidades, roupas até objetos que nos lembram de situações vividas, se conservam no armário diversas coisas que muito revelam da nossa identidade. Podemos dizer que o armário é o lugar das memórias. Também é importante perceber que no verso das portas deste armário existem escritas, a artista deixa ali versos de José Lobo escritos de maneira continua, sugerindo entonação recorrente: "Olhos vazados / Sexos castrados / Chumbo nos ouvidos / Mãos arrancadas". Novamente esses versos revelam agressões dilacerantes.

Esse armário de portas abertas nos remete a imagem do oratório, portanto, estamos novamente no âmbito religioso católico, especificamente no âmbito da cultura barroca tão presente no imaginário brasileiro principalmente quando se pensa nas localidades afastadas das cidades litorâneas. O catolicismo imposto pelos portugueses no momento da colonização e o consequente apagamento das culturas pré-existentes, ou seja, da memória da população que se tornou colônia. Mais que comentar fatos históricos do Brasil, a artista revisita essa história e chama atenção a outros pontos de tensão, subvertendo os papéis de colônia e colonizador ao sugerir outras leituras possíveis que desmentem a história oficial.

Referências

ABREU, Simone Rocha de. *Um olhar sobre as produções de Luis Felipe Noé, Antonio Berni, Rubens Gerchman e Antonio Henrique Amaral.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, PROLAM – USP, São Paulo, 2014.

ACHA, Juan. Definicion Latinoamericana de las Artes. In: *Revista Arte e Cultura da América Latina*. Sociedade Científica de Estudos de Arte. São Paulo, Vol.XII, 2004.

ADES, Dawn. *Arte na América Latina: a era moderna, 1820-1980. São Paulo: Cosac & Naify,* 1997.

AMARAL, Antonio Henrique. *Tradição e Ruptura. Pintura é o cadáver que mais vive e se mexe.* Jornal *O Estado de S.Paulo*, encarte *Especial Domingo*, 24 de outubro de 1995.

BERTOLI, MARIZA. *O Mítico e o Político na Arte no Cone Sul. Análise comparada da obra plástica de Antonio Seguí – Córdoba, Argentina e Humberto Espíndola – Mato Grosso do Sul, Brasil.* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARRIZOSA, D. Críticos del High-Tech, de Nadín Ospina. *Poliantea*, IX (16), pp. 153-175.

CARPENTIR, Alejo. *El reino de este mundo*. Barcelona: Editorial Seix Barral S.A, 2012.

CASANEGRA, M. et al. *Pintura del MERCOSUL: Uma selección del Período 1950 – 1980*. Buenos Aires: Editado por Fundação Finimbrás e Grupo Velox, 2000.

GLUSBERG, Jorge. *Del Informalismo a la Figuración Crítica*. Centro de Arte y Comunicación, CAYC, 1986.

CRUZ, Guillermina Ramos. *Lam y Mendive. Arte Afrocubano*. Barcelona: Red Ediciones, 2009.

ISBN: 978-85-7205-133-01

KATZENSTEIN, Inés (ed.). *Listen, Here, Now! Argentine Art of the Sixties: Writings of the Avant-Garde*, Nueva York: MoMA, 2004.
LEAL, Eneida. *Os orixás no Brasil*. Rio de Janeiro: Spala Editora, s/d.
LONGONI, Ana; MESTMAN, Mariano. *Del Di Tella a Tucumán Arde: Vanguardia Artística y Política em el 68' Argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf, acesso em 22.08.2013.
MOSQUERA, G. Entrevista, Revista Bohemia, nº 25, La Havana, Cuba, 20 de junio de 1980.
PACHECO, M.E. Berni escritos Y papeles privados. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999.
ROSSI, Cristina (comp.). *Antonio Berni. Lecturas em tempo presente*. Buenos Aires: Eudeba,2010.
SULLIVAN,E. J.; MORAIS, F.; MILLIET, M. A. *Antonio Henrique Amaral: obra em processo.* São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1996.
SZIRTES, George. *Exercício de poder: a arte de Ana Maria Pacheco*. Tradução Frderico Dentello e Ludimila Hashimoto. Goiânia: Ed. Da UCG; Londres: Pratt Contemporary Art, 2004.

Catálogos de exposições:

Ana Maria Pacheco: gravuras, esculturas. Curador Carlos Martins, textos: Nicolau Sevcenko, Paul Hills e Carlos Martins. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 10 de novembro de 2012 a 3 de fevereiro de 2013.
Antonio Berni – A 40 años del Premio de la XXXI Bienal de Venecia 1962 – 2002.Buenos Aires: Asoc. Amigos del Centro Cultural Recoleta,2002.
Antonio Berni – Obra Gráfica. Porto Alegre: Museo de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, 2001.
BERNI y sus contemporâneos correlatos. Homenaje a 100 anõs de su nacimiento. Buenos Aires: Fundación Eduardo F. Constantini, MALBA, 2005.
BERNI: narrativas argentinas. Curador Roberto Amigo. Buenos Aires: Asoc. Amigos del Museo de Bellas Artes,2010.
Luis Felipe Noé: Pinturas 60 – 95. Buenos Aires: Museu Nacional de Bellas Artes, julho – agosto de 1995.

ISBN: 978-85-7205-133-01

ESCOLAS DE FRONTEIRA: EDUCAÇÃO E DEMANDA SOCIAL NA FRONTEIRA CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO

Suzana Vinicia Mancilla Barreda;
Mestre em Educação pela UFMS;
UFMS/USP;
suzana.mancilla@ufms.br

Resumo: O Estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Esta situação propicia uma aproximação cultural que se observa no cotidiano sul-mato-grossense. Corumbá, município localizado no extremo oeste do Estado é caracterizado como cidade-gêmea com Puerto Quijarro, município do Departamento de Santa Cruz, no oriente boliviano. Nesse cenário, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF, apresenta-se como um espaço de discussão e reflexão sobre a educação nas fronteiras, bem como a viabilização de ações de intervenção que tenham efeitos significativos no contexto escolar. Neste trabalho apresentamos o histórico da implantação do PEIF na fronteira mencionada e a realização do primeiro curso de Formação Continuada para professores bolivianos e brasileiros, tomando como eixos a perspectiva intercultural, as línguas em uso e a metodologia de projetos.

Palavras-chave: PEIF; Fronteira Bolívia-Brasil; Educação.

ESCUELAS DE FRONTERA: EDUCACIÓN Y DEMANDA SOCIAL EN LA FRONTERA CORUMBÁ Y PUERTO QUIJARRO

Resumen: El Estado de Mato Grosso do Sul- MS hace frontera con Bolivia y Paraguay. Esa situación favorece una aproximación cultural que se observa en el cotidiano del habitante de ese estado. Corumbá, municipio localizado al extremo oeste del MS se caracteriza por ser ciudad-gemela con Puerto Quijarro, municipio del Departamento de Santa Cruz en el oriente boliviano. En ese escenario, el Programa Escuelas Interculturales de Frontera – PEIF, se presenta como un espacio de discusión y reflexión sobre la educación en las fronteras, igualmente como la posibilidad de tornar viables acciones de intervención que tengan efectos significativos en el contexto escolar. En este trabajo presentamos el histórico de la implantación del PEIF en la frontera mencionada y la realización del primer curso de Formación continua para profesores bolivianos y brasileros, tomando como ejes la perspectiva intercultural, las lenguas en uso y la metodología de proyectos.

Palabras-clave: PEIF, Frontera Bolivia-Brasil; Educación.

Considerações iniciais

Este artigo descreve as ações que iniciaram o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, doravante PEIF, nos municípios fronteiriços de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, os dois primeiros localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e os outros dois no Departamento de Santa Cruz na Bolívia. Para tanto, partimos da contextualização dessa região, destacando as peculiaridades que definem a formação social,

ISBN: 978-85-7205-133-01

cultural, linguística e identitária dos habitantes da fronteira. Esses aspectos são expressos no âmbito educativo, principalmente quando constatamos uma presença significativa de alunos bolivianos nas escolas de Corumbá, constituindo um cenário que orienta à discussão sobre a Educação a ambos os lados da fronteira. Pretende-se assim, construir paradigmas que possam contribuir com o diálogo a partir de uma perspectiva intercultural de valorização do "outro" e reconhecimento e respeito às diferentes culturas que compõem o contexto a partir do qual foi pensado o PEIF,

Práticas como contexto

O lugar de onde falamos é uma região de fronteira composta pelos municípios de Corumbá, Ladário[1], Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Destes, Corumbá e Ladário encontram-se no extremo oeste do Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil) enquanto Puerto Quijarro e Puerto Suárez estão situados na região oriental da Bolívia, no Departamento de Santa Cruz, constituindo uma confluência fronteiriça "vibrante", tipologia cunhada pelo pesquisador Tito Carlos Machado (2010). Esse adjetivo nos remete não só ao movimento deflagrado pela intensa atividade comercial que se registra a cada lado da fronteira, mas também pelo trânsito de pessoas que se deslocam por esse espaço para trabalhar, estudar, fazer compras, visitar amigos e parentes entre outras atividades cotidianas que bolivianos e brasileiros realizam territorializando a linha demarcatória fronteiriça.

Os olhares e sentidos que a fronteira provoca estão expressos em estudos que se filiam a diferentes ciências e tentam, adjetivando o lugar, retratar as nuances vivenciadas e plasmadas num sentimento ambíguo e paradoxal, adjetivos que compõem o repertorio de definições tecidas a partir de distintas "experiências de borde" (CAMBLONG, 2012).

A prática de atravessar a fronteira faz parte do cotidiano dos seus habitantes e é vivida de forma simples e as vezes naturalizada pelo trânsito do fazer cotidiano, tanto que não é raro que ao entrevistar os moradores da fronteira, com a pergunta: "- o que é morar na fronteira?" respondam descomplicando a questão: "- é poder ir ao outro lado".

Da mesma maneira acessível dá-se a mobilidade de crianças bolivianas que atravessam a fronteira rumo à cidade vizinha, por vezes acompanhando os pais ao seu lugar de trabalho, motivo que justifica sua frequência nas escolas da cidade; ou ainda aquelas

[1] Alguns geógrafos consideram que o município de Ladário é conurbado a Corumbá, dada a proximidade existente entre ambos (há aproximadamente 5 quilômetros entre suas áreas urbanas). Por este motivo, incluímos Ladário na descrição da região. Entretanto, até 2014, o PEIF não conta com nenhuma escola desse município. Podemos considerar que a expansão do PEIF inclua futuramente escolas ladarenses.

ISBN: 978-85-7205-133-01

crianças que realizam a travessia apenas para estudar nas escolas do país vizinho, acompanhadas pelos pais ou parentes; enquanto algumas com mais idade, utilizam o transporte público para recorrer os aproximadamente 5 quilômetros que materializam o trajeto do ônibus circular que une o centro de Corumbá às proximidades da fronteira.

Evidentemente esta prática não se dá somente na fronteira Bolívia-Brasil. Encontramos relatos que mencionam a travessia de alunos bolivianos rumo ás escolas argentinas em Salta e Jujui, e na fronteira Bolívia-Chile também registra-se significativa presença de alunos bolivianos nas escolas de Arica e Parinacota[2]. Estes fatos não passam despercebidos para o governo boliviano, que manifestou, mediante a fala do Ministro boliviano de Educação, Roberto Aguilar, a preocupação com a formação sócio-política desses alunos:

> El funcionario consideró que el problema radica no solo en el traslado de los menores hacia otro territorio, sino "que en esas escuelas les enseñan historia argentina, cantan los himnos de ese país y, obviamente, van generando una identidad argentina. Por ello, no pensamos que pudiera producirse una pérdida territorial en sí mismo, lo que estamos perdiendo son bolivianos".

Esta preocupação coincide com a preocupação de uma diretora de uma das escolas participantes do Curso de formação do PEIF, que manifestou surpresa ao tomar conhecimento do quantitativo de alunos que frequentavam as escolas de Corumbá em 2012, aproximadamente 600 alunos. Segundo a diretora, essa era a metade de alunos da sua escola.

Considerando o atributo peculiar de cada fronteira, é evidente que as mobilidades guardam características próprias. Na fronteira Corumbá – Puerto Quijarro a procedência, na sua maioria se dá a partir da zona urbana desse município boliviano, incluindo-se jovens procedentes de Puerto Suárez, município distante aproximadamente 12 quilômetros da linha de fronteira.

Muito embora não se trate de alunos imigrantes, crianças e jovens bolivianos que frequentam as escolas brasileiras passam por processos de ajustes à nova realidade que os rodeia, muito semelhantes aos processos de crianças imigrantes,

> [...] os especialistas chamam de estresse de aculturação. Nesse momento, atividades simples do dia a dia, como pedir uma comida e cumprimentar as pessoas, precisam

[2] Informações retiradas dos artigos: <http://www.eltribuno.info/evo-quiere-que-los-chicos-bolivianos-estudien-su-pais-n190514>; http://www.soychile.cl/Arica/Sociedad/2013/07/22/188291/Cerca-de-mil-ninos-bolivianos-estudian-en-colegios-de-la-region-de-Arica-y-Parinacota.aspx. Acesso em out. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> ser reaprendidas. Esse processo pode levar a vários resultados de acordo com a personalidade e o tipo de cultura do imigrante e a recepção dada a ele. (OLIVEIRA, 2010).

Algumas pesquisas desenvolvidas sobre esse tema por SILVA e SOUZA (2012); COSTA, SOUZA e SILVA (2008); RODRIGUES e SOUZA (2011); RIBEIRO (2011) e RIVAS (2011), constatam que o processo de adaptação resulta no sentimento de exclusão, entre os alunos bolivianos pelo distanciamento e/ou rejeição por parte dos professores e alunos brasileiros.

Falar das nacionalidades, boliviana ou brasileira, como identificadoras da origem dos moradores na região de fronteira, pode incorrer em erro, dadas as diversas possibilidades que se encontram quando se procura saber a origem ou procedência dos alunos "bolivianos" nas escolas de Corumbá[3].

Embora tenha sido mencionada a problemática de "identidade", no sentido de identificação mediante os documentos de identidade, na fronteira o fato não se resume a ter um RG – Registro Geral, brasileiro, e/ou ter um "Carnet de Identidad" boliviano, estas problemáticas ultrapassam os contextos de fronteira como verificamos no relato a continuação:

> Los niños, y en particular los niños migrantes que asisten a la escuela, aparecen atravesados por fuertes tensiones identitarias, tal como se manifiesta en los siguientes comentarios en torno a la forma en que vivencian y sienten representado en la escuela su lugar de procedencia:
> *Lo que no me gusta de esta escuela es que me digan que soy boliviana solo porque nací en Bolivia…*
> *Si yo nací en Buenos Aires y mi mamá en Bolivia ¿yo qué soy*? (NOVARO, 2009, p. 51)

Estas falas recolhidas em uma escola de Buenos Aires, Argentina, apresentam a questão da identidade da forma como é sentida pelos que vivenciam a pertença como um dilema sem resposta. Por vezes, na fronteira as identidades parecem estar numa condição indefinida.

Há, também, alguns traços que têm a função de identificadores, como por exemplo as características físicas vinculadas ao boliviano[4], ou as línguas em uso, como ocorre com os bolivianos que apresentam um conhecimento incipiente do português ou ainda pelo sotaque

[3] Em julho de 2014 iniciou-se um encontro entre autoridades locais representando ambos países, com o fim de atualizar o "Tratado de Roboré", acordo que orienta as relações fronteiriças entre Brasil e Bolívia na região. Entre as propostas que estão sendo levantadas, está a implementação da TVF – *Tarjeta Vecinal Fronteriza*, que é uma tentativa de conhecer o número de brasileiros/bolivianos que atravessam a fronteira. Pode se ler a notícia na íntegra no site: <http://www.semanaon.com.br/coluna/9/906/para-alem-de-robore>. Acesso em ago. 2014.

[4] De um modo geral os traços indígenas são associados ao "ser boliviano".

ISBN: 978-85-7205-133-01

carregado do "português boliviano" que falam, nomenclatura com que identificamos a variedade do português falado pelos bolivianos, na tentativa de evitar cair na designação generalizante de "portunhol".

A continuação abordaremos alguns aspectos fundamentais que sobre as línguas em uso no contexto fronteiriço abordado. Lembrando que um dos pontos-chave no Programa escolas interculturais de fronteira está centrado nas línguas e o uso/aquisição/aprendizagem destas pelos falantes fronteiriços.

As línguas em uso na fronteira Corumbá – Puerto Quijarro

Neste tópico abordaremos as línguas que se falam no contexto de fronteira Corumbá-Puerto Quijarro. Iniciamos com uma breve descrição do castelhano no oriente boliviano. Para tanto tomamos os estudos de Roca (2007) e Sanabria Fernández (2008) que se referem à formação da variedade do castelhano falado na região oriental da Bolívia, em especial Santa Cruz, ambos coincidem que o português brasileiro, juntamente com línguas originárias como o arahuaco-taíno, quéchua, guarani, chiquitano e o chané, são línguas que formaram o substrato do castelhano oriental do século XVI.

As contribuições linguísticas derivaram no que hoje se conhece como "*el habla cruceña*" em alusão ao castelhano falado no Departamento de Santa Cruz, local em que estão localizados Puerto Suárez e Puerto Quijarro, municípios que compõem o lugar desta pesquisa no lado boliviano. Sobre o processo de formação do castelhano oriental, Roca acrescenta: "*Este rico mestizaje del habla cruceña no se asemeja a ninguna otra región americana, ya que no existe otra habla dialectal americana que tenga tantos ingredientes lingüísticos en su mestizaje*."

Como resultado das grandes ondas da migração interna na Bolívia pontuadas em Souchaud, Carmo e Fusco (2007) e Souchaud, Baeninger (2008), verificamos que falantes da línguas originárias, como o quíchua e o aymara, procedentes do ocidente e vales da Bolívia deslocaram-se às fronteiras com o Brasil, promovendo não só o encontro de duas variedades do castelhano identificadas como castelhano andino e castelhano oriental ou mais especificamente, castelhano *cruceño*.

Essas contribuições são tão relevantes, que estão registradas no Plano de Desenvolvimento Municipal de Puerto Quijarro- PDM, 2006-2012, em que constam entre as línguas faladas nesse município, o quíchua o aymara e o português (figura 1). Não obstante,

ISBN: 978-85-7205-133-01

nesse documento não são identificados falantes de guarani ou bésiro chiquitano, línguas faladas pelos povos originárias da região oriental boliviana.

Figura 1. Gráficos extraídos do PDM de Puerto Quijarro, 2006.

A diferença do PMD, no estudo sobre as fronteiras do MS elaborado pelo SEBRAE, encontram-se identificados falantes de guarani: “Dentre a população do município (referindo-se a Puerto Quijarro) que tem como idioma materno uma língua nativa, 64% falam quíchua, 31% aymara e 6% guarani” (SEBRAE, 2010, p. 198).

Uma perspectiva de estudos das línguas e seus falantes nas áreas de fronteiras, criadas aos instituir-se os estados nacionais, é considera-las a partir do seu caráter transnacional. Por exemplo, nesta região o antropólogo Silva (2009), ao pesquisar a presença dos povos camba-chiquitanos na região, constatou se tratar de povos transnacionais, pois estão presentes na Bolívia e no Brasil, estando localizados no Departamento de Santa Cruz (BO) e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BR). Com relação ao uso da sua língua, os remanescentes camba-chiquitanos em Corumbá perderam a língua originária, tornando-se monolíngues em português.

Em Puerto Quijarro e Puerto Suárez a situação da língua bésiro-chiquitana não é muito diferente, pois há um exíguo número de falantes dessa língua nesses municípios. Isto foi comprovado ao tentar ser implementada a reforma educativa boliviana, em que se prevê o ensino do castelhano e uma língua originária no seu respectivo território, ao ser definido o

ISBN: 978-85-7205-133-01

bésiro como a língua local, não se encontrou professores proficientes que pudessem ensinar essa língua nas escolas do lugar, esse motivo provocou a necessidade de oferecer um curso de formação continuada aos professores interessados em aprende-la.

Do lado brasileiro, a comunidade Corumbaense e ladarense é monolíngue em português, embora ainda se constate uma população remanescente de indígenas Guató (os índios canoeiros do Brasil), que habitam na comunidade da Ilha Insua no alto pantanal, e nas beiras do rio Paraguai, próximas ao Porto Geral no centro de Corumbá, são monolíngues em português na sua grande maioria, existindo falantes com reduzida proficiência na sua língua originária.

Então, em se tratando de um breve mapeamento linguístico das línguas em uso na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, podemos afirmar que as de maior uso são o português e o castelhano, principalmente quando nos referimos aos contatos de brasileiros e bolivianos falantes. As demais línguas citadas são utilizadas no âmbito familiar ou em conversação entre amigos. No comércio costuma-se ouvir esses falantes bilíngues, por exemplo em castelhano-quíchua, conversando em quíchua entre si, mas que ao atender os clientes comunicam-se em castelhano ou português-boliviano.

No âmbito escolar, ainda não há pesquisas sobre as línguas que os alunos bolivianos das escolas de Corumbá falam, além do castelhano, entretanto, consultando professores de algumas escolas municipais, há registros que o uso das línguas originárias entre esses alunos é bastante reduzido. Estimamos que estas informações são muito incipientes, o que nos leva a acreditar que este seria um mapeamento importante a ser feito para constatar a vitalidade dessas línguas nas novas gerações em um ambiente comum, como o escolar, e em lugares distantes dos andes e vales, em que seu uso é extensivo. Como as línguas expressam o modo de ser dos seus falantes, esta é uma pauta pendente para próximos estudos.

A continuação abordaremos o processo de implantação do PEIF, para, em seguida refletirmos sobre algumas perspectivas para o Programa

O PEIF em Corumbá – Puerto Quijarro

Para iniciar esta parte do artigo, consideramos necessário esclarecer a situação geográfica dos municípios que temos mencionado ao longo deste artigo. Isto porque ao consultar o Portal do MEC que aloja informações sobre as Escolas de Fronteira encontramos o mapa dos municípios que formam cidades-gêmeas ao longo das fronteiras do Brasil. Observamos que o município de Corumbá aparece fazendo par com o município de Puerto

ISBN: 978-85-7205-133-01

Suárez (Figura 1). Entretanto, os municípios que estabelecem fronteira mediante suas áreas urbanas são Corumbá e Puerto Quijarro, como apresentamos na Figura 2. Sendo que, a primeira área urbana ao atravessar a linha de fronteira, saindo de Corumbá e adentrando na Bolívia é o distrito de Arroyo Concepción, localidade que faz parte de Puerto Quijarro. Quanto a Puerto Suárez, a área urbana desse município encontra-se a aproximadamente 12 quilômetros da linha de fronteira, no local em que se atravessa da Bolívia para o Brasil e vice-versa.

Aqui aparecem as cidades-gêmeas Corumbá- Puerto Suárez.

Figura 1. Mapa das cidades-gêmeas nas fronteiras brasileiras[5]

[5] Mapa em que aparecem as cidades-gêmeas ao logo das fronteiras do Brasil. Disponível em: < http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira> Acesso em abr. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Figura 2. Mapa dos municípios bolivianos e brasileiros em foco. Sebrae, 2010, p. 71.

Feitos os esclarecimentos necessários, podemos concentrar-nos em Corumbá e Puerto Quijarro, municípios que estando geograficamente próximos, apresentam peculiaridades que os tornam diferentes.

Como mencionamos anteriormente, um aspecto que chamou a atenção do órgão gestor em Educação de Corumbá no ano de 2010 foi constatar a presença de um número significativo de alunos bolivianos nas escolas da Rede Municipal de Educação. Com o fim de averiguar esse quantitativo, foi feita pesquisa desenvolvida pela SEMED-Corumbá, obtendo o número de 548 alunos bolivianos frequentando as escolas da Rede Municipal de Corumbá[6]. No ano seguinte, já em outra gestão administrativa, foi feita a mesma averiguação, obtendo-se o número de 659 alunos bolivianos nas escolas do município[7].

Essas constatações motivaram o início de uma aproximação entre o secretário de Educação de Corumbá e o *Director Distrital de Educación* de Puerto Quijarro, com a mediação de professores do Curso de Letras da UFMS. A partir desses encontros construiu-se a proposta de aproximação dos sistemas da educativos. Com essa perspectiva foi organizado o Primeiro Encontro sobre Educação na fronteira realizado em setembro de 2011. Assistiram a esse evento as autoridades em educação de Corumbá e Puerto Quijarro, bem como professores, coordenadores e diretores das diferentes escolas de ambos países.

Nesse primeiro encontro foi abordado o PEIF como possibilidade para pensar a Educação na região, considerando as diferenças e diversidade que compõem o cenário escolar numa região de fronteira.

Assim sendo, e como o título deste artigo enuncia, o PEIF foi pensado como uma resposta à demanda de uma formação dos professores e alunos com um olhar diferenciado, que reconheça a riqueza da diversidade que proporciona a convivência na fronteira, não como um aspecto delimitador, mas como um recurso que imprime novas possibilidades. Conhecer e vivenciar outras culturas poderia ampliar o repertório cultural e de conhecimento de mundo.

[6] Informação recolhida em: <http://www.midiamax.com.br/noticias/760074-escolas+municipais+corumba+acolhem+548+alunos+bolivianos.html#.VF3GvWddXwk>. Acesso em jun. 2014.

[7] Informação recolhida em:< http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/para-dar-escola-a-659-bolivianos-corumba-gasta-rs-1-4-milhao-por-ano>. Acesso em jun. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Os professores presentes ao Encontro de Educação na Fronteira mostraram-se sensibilizados para esses aspectos, uma vez que perceberam que, ao acolher os alunos bolivianos nas escolas, seria necessário abrir mais o leque da compreensão do "outro". Ao mesmo tempo em que ficava mais evidente a necessidade de desnaturalizar os discursos eufemísticos e esvaziados de "hermanos bolivianos" ou "hermanos brasileiros" que muitas vezes escondem diferenças e preconceitos.

Com essa visão, começamos a organizar o Primeiro curso de formação que foi realizado em 2012.

Primeiro curso de formação continuada para professores do PEIF

A organização do Primeiro curso de formação continuada para professores com vistas a participar do PEIF apresentou uma série de aspectos que surgem quando se pensa num curso que, para ser coerente com sua proposta fundadora, necessita ser organizado com uma concepção binacional. Surgiram questionamentos, impossibilidades e entraves que tivemos que resolver e que nos obrigaram a tomar decisões, certamente algumas delas questionáveis. Mas consideramos na avaliação final, que o processo de construção de um Programa dessa dimensão exige avanços e recuos até afinar os propósitos que permitam seu andamento.

Assim iniciamos a jornada, procurando em primeira instância entender a trajetória do PEIF. Tendo tido seu início em 2005, com a participação da Argentina e Brasil, incorporando-se ao longo dos anos outros países como Uruguai, Venezuela e Paraguai, o PEIF no Brasil está sob a coordenação da Educação Básica, no MEC. A inclusão da fronteira com a Bolívia no Programa teve início contando com o protagonismo dos professores e o compromisso que foi além das obrigações que o cargo exige. Por outro lado, oficializar a participação da Bolívia revelou-se uma necessidade que continua em pauta, pois o PEIF, até o momento (2014) ainda não foi reconhecido como um Programa educativo nas instâncias governamentais bolivianas.

Desse fato decorrem várias limitantes, seja na organização do curso de formação continuada, seja na participação dos professores bolivianos nas atividades programadas para o curso.

Na sua formatação, o curso revelou como uma das suas primeiras tarefas considerar a necessidade da formação continuada para professores bolivianos e brasileiros. Não tendo o caráter binacional, não teria sentido organiza-lo pois estaria descumprindo uma das premissas do PEIF, qual seja: ter uma perspectiva intercultural. Essa atitude implicou em dispor os recursos destinados ao PEIF, pensando-se no curso como um todo, e não regulando as

ISBN: 978-85-7205-133-01

demandas apenas para os professores brasileiros. O entendimento de uma ação conjunta binacional envolve cuidado e atenção não só na organização e definição do conteúdo do curso, o que em si já é uma grande responsabilidade, mas também na preservação do aspecto ético de respeito à idiossincrasia dos participantes.

Com relação à organização dos conteúdos trabalhados no curso, tomamos como ponto de partida os eixos formativos, quais sejam: a interculturalidade, as línguas e a metodologia de projetos. Detalhamos os eixos formativos a continuação:

- Interculturalidade: (re)conhecimento das culturas dos países e da cultura peculiar de cada fronteira, promovendo a desnaturalização de práticas discriminatórias e de exclusão, para a reconstrução das relações sociais, políticas, econômicas e educacionais. É importante pensar "que interculturalidade queremos".

- Língua: promoção da vivência nas línguas, sem ficar delimitado ao ensino de línguas em uso na fronteira. Mapear a situação local mediante um diagnóstico sociolinguístico construído a partir de uma equipe binacional.

- Projetos de aprendizagem: conhecimento e definição dos projetos a serem desenvolvidos envolvendo as escolas ou ainda em grupos, de acordo com as diferentes realidades do local. Promover o protagonismo dos alunos na definição das problemáticas.

Estes temas foram abordados nos encontros presenciais realizados no período de agosto a dezembro de 2012. As discussões foram organizadas a partir de material preparado por professores pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, utilizando a metodologia participativa em que os professores eram motivados a interagir e contribuir com sua experiência de vida.

Durante os encontros, percebemos que, embora o português e o castelhano sejam línguas próximas, houve dificuldades de compreensão. Os ministrantes tomaram o cuidado de abordar os diferentes temas utilizando alternadamente português e castelhano, e quando os professores participantes manifestavam alguma dúvida, os ministrantes utilizavam diversos recursos para sanar as incertezas.

Durante os encontros registramos muitas discussões memoráveis, com ampla participação dos professores das diferentes escolas, que contribuíram levantando questionamentos que propiciaram uma troca rica de ideias e conceitos muitos dos quais traziam a problemática local, por exemplo, o desconhecimento ou aparente indiferença dos

ISBN: 978-85-7205-133-01

corumbaenses com relação ao castelhano. Em contrapartida, alguns professores bolivianos manifestaram ter ouvido seus alunos nas suas salas de aula falando em português (e não se tratava de alunos brasileiros). Essa situação denota que as novas gerações de bolivianos está adquirindo a língua portuguesa pela convivência e por estar expostos à produtos culturais em língua portuguesa.

Utilizamos neste caso o conceito de aquisição, conforme Krashen (1981) e McLaughlin (1978) que distinguem o processo de aquisição do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. Encontramos em Puerto Quijarro bolivianos falantes de português, com nível de bilinguismo ainda não estudado, mas que conseguem comunicar-se com falantes de português, apresentando, as vezes, sotaque que carrega a interferência do castelhano, ao que denominamos português boliviano, como já se mencionou neste artigo. Há também bolivianos falantes de português que apresentam pouquíssima influência do castelhano na sua fala. Em ambos casos não se trata de pessoas que frequentaram cursos de português, mas o adquiriram por contato e exposição a essa língua. Tecer considerações sobre a aquisição do português pelos falantes bolivianos é outro ponto pendente na pesquisa das línguas em uso nesta fronteira.

Com relação ao uso da metodologia de projetos, a proposta foi utilizar alguns princípios dessa metodologia na elaboração de projetos que fossem ser desenvolvidos pelos professores participantes sob a orientação de professores orientadores. Esta foi uma adequação que teve como fundamento a construção de conhecimento pela experiência, em vista que esses mesmos professores, em data futura, estariam acompanhando e orientando novos alunos na formulação de projetos.

Dessa forma o grande grupo foi dividido em 6 grupos menores, conforme apresentamos na tabela a continuação:

Projetos	**Professores Cursistas**	**Orientador (a)**	**Escolas participantes**
A formação cultural boliviana e brasileira nos times de futebol	- Rubens Dário Yanez; - Jorge Correa Antelo; - Regina Coelho de Melo.	- Lucilene Machado - Alexandre Cougo de Cougo.	- Unidad Educativa La Frontera; - E. M. Eutrôpia Gomes Pedroso
Pontos turísticos na fronteira Bolívia/Brasil	- Maria Luiza Marcondes; - Mercy Ramos Gomes; - Rosangela Lora; - Marlene Karen Irala Flores.	Suzana Vinicia Mancilla Barreda.	- Unidad Educativa La Frontera; - E. M. José de Souza Damy.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Dificuldades na expressão oral e escrita em atividades com lendas folclóricas	- Maria Nóbrega Paz - Vera Regina Rodrigues da Silva - Ruth Lhanos García	- Fabiana Portela de Lima - Luciene Paula Machado Pereira	- Unidad Educativa La Frontera; - CAIC Pe. Ernesto Sassida.
Culturas e comidas tradicionais na Bolívia e no Brasil	- Johany Mercedes; - Mariana Vaca Conde.	Elizabeth Maria Azevedo Bilange.	- Unidad Educativa La Frontera; - E. M. Eutrôpia Gomes Pedroso
Usos da linguagem por meio das poesias brasileiras e bolivianas	- Edinéia do Nascimento Correia; - Florinda Candia Anastácio; - Osvaldina Milgar; - Rosa Helena B. Viana.	Joanna Durand Zwarg	- Unidad Educativa La Frontera; - CAIC Pe. Ernesto Sassida.
Modos de comer e vestir na Bolívia-Brasil	- Marcia Antonia Consuelo Lopes - Claudia Michel Cora; - Consuelo Velez de Koch; - Ruth Salazar Vega; - Ruth Llanos García	Ângela Varela Brasil	- Unidad Educativa La Frontera; - E. M. Eutrôpia Gomes Pedroso

Tabela 1. Grupos discriminados por projetos, participantes e orientadores e escolas participantes

Permito-me, nesta ocasião, indicar nominalmente a todos os participantes da etapa final do Curso de Formação Continuada para o PEIF, como uma homenagem e reconhecimento à sensibilidade já desperta no início do Programa, quando estávamos ainda tateando o caminho a ser desenvolvido, conduzindo-nos por trilhas desconhecidas e instigantes.

Para a realização da atividade de intervenção nas escolas, a proposta dos projetos emergiu dos professores participantes que, reunidos em grupos, chegaram a um consenso sobre a formulação do projeto e de como seria exposto/trabalhado com os alunos em sala de aula.

A proposição consistia em executar um *cruce*, em que um grupo de professores brasileiros e bolivianos se deslocasse até uma escola boliviana, realizasse a atividade programada para depois dirigir-se a uma escola brasileira e lá desenvolvesse a atividade conforme planejamento. Assim, os professores apresentaram os projetos definidos com atividades previamente preparadas para uma turma definida com antecedência. Dessa forma, alunos bolivianos receberam as equipes de professores do PEIF nas escolas de Puerto Quijarro, participando de uma aula em português; enquanto que alunos brasileiros receberam as equipes de professores do PEIF nas escolas de Corumbá, participando de uma aula em castelhano.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O resultado das atividades desenvolvidas foram, de um modo geral, muito bem acolhidas pelos alunos. A proposta de apresentar um conteúdo desenvolvido em uma língua diferente à língua materna dos alunos foi uma novidade que levantou algumas informações novas ou a confirmação de algumas informações previstas, como por exemplo os alunos bolivianos que sabiam se comunicar em português. Alunos brasileiros que entendiam o castelhano porque alguém da família falava essa língua. Enfim, inúmeras novas informações foram percebidas pelos professores, o que confirma o papel do PEIF como um espaço de conhecer o outro, de permitir a emergência de atitudes que no contexto escolar convencional não sairiam à tona e poderiam passar despercebidas.

Quanto a parte prática do deslocamento, como havíamos previsto, a mobilidade dos professores seja rumo a Corumbá ou rumo a Puerto Quijarro não é uma atividade descomplicada, dada a distância que há entre os locais em que se encontram as escolas. Assim, para viabilizar essa parte da intervenção nas escolas, contamos com o transporte cedido pela Prefeitura de Corumbá, com transporte cedido pela UFMS, Câmpus Pantanal e em algumas ocasiões foi necessário utilizar carros particulares.

Este é um dos gargalos que deve ser muito bem afinado para a realização do *cruce* na realização efetiva do PEIF, pois o translado de professores e/ou alunos implica não só no meio de transporte que será utilizado, mas também nas garantias de bem-estar e segurança (por meio de seguro de vida ou outra medida similar) daqueles que estiverem em trânsito. Neste aspecto é imprescindível a participação efetiva dos órgãos gestores em educação, das Prefeituras locais e ainda, se possível dos órgãos gestores do Estado, de ambos os lados da fronteira, para viabilizar os deslocamentos necessários à realização do PEIF.

Para finalizar, todos os projetos foram formatados em *banners* e apresentados em atividade em conjunto com o grande grupo, contando também com a participação de professores convidados, provenientes de outras fronteiras, que trouxeram sua contribuição com um olhar diferenciado. Cada grupo e o professor orientador fizeram um breve relato das percepções apreendidas nessa experiência e houve uma troca substancial de conhecimentos e saberes recolhidos durante todo o processo do curso e principalmente na realização dos projetos nas escolas participantes.

A experiência trouxe diversas reflexões, muitos questionamentos que não necessariamente exigiam uma resposta imediata, mas ponderações e discussões que tivessem

ISBN: 978-85-7205-133-01

como ponto básico a construção de uma educação intercultural para a região da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro.

Reflexões e continuidades

A proposta do PEIF é constituir-se inicialmente como um espaço de diálogo e trocas, em que possa haver um intercâmbio que se inicia na escola, como microcosmos da sociedade que a acolhe, para evoluir ampliando suas prerrogativas a um modo de viver a vida em um espaço plural como é a fronteira. A propósito, a interculturalidade que emerge como uma necessidade das fronteiras, é semelhante à necessidade que há em qualquer escola que acolhe uma diversidade de participantes, expressa na riqueza das peculiaridades culturais que compõem uma sala de aula. É verdade que há especificidades típicas da fronteira, mas, como um todo, a perspectiva intercultural é uma filosofia que permite o diálogo mediante o respeito e a valorização de quem ou daquilo que está próximo, neste caso separado por uma linha de fronteira imaginária, construída historicamente e transgredida a diário nas práticas da convivência regional.

Entendemos que há inúmeros desafios a serem entendidos, aceitos, enfrentados e superados para que o PEIF seja conduzido de forma a alcançar às pessoas nas suas necessidades primárias de convivência profícua e construtiva. A continuação enunciamos alguns desses desafios que serão enfrentados na continuidade do Programa.

1. Institucionalização do PEIF na Bolívia.
2. Manter um diálogo aberto sobre aspectos que permeiam as relações humanas na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, como semelhanças, diferenças, aceitação, preconceitos, exclusões, distanciamentos e outros sentidos, perceptíveis no cotidiano escolar e extraescolar.
3. Viabilizar meios de comunicação mais eficientes para o desenvolvimento das atividade em comum.
4. Construir propostas de “cruce” viáveis, dada a distância entre as escolas e a necessidade de meios de transporte.
5. Participação igualitária na organização do PEIF. É necessário ouvir o “outro” e é necessário que o “outro” queira ser ouvido. Conhecer os silêncios e os silenciamentos que ecoam na fronteira.

ISBN: 978-85-7205-133-01

6. Promover maior envolvimento da comunidade local para que o Programa passe a se tornar um modo de vida numa perspectiva de convivência que propicie a cultura da paz.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Escolas de fronteira. Brasília: MEC, 2008, 37 f. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article>. Acesso em jan. 2013.

COSTA, V. C.; SILVA, A. S. ;SOUZA, T. F. P. B. **A inclusão de crianças bolivianas nas escolas municipais de Corumbá-MS**. Relatório final de Iniciação Científica, UFMS, Campus do Pantanal, 2008

KRASHEN, S. D. ***Second language acquisition and second language learning***. Oxford: Pergamon, 1981.

MAGALHÃES, G. M. ; SCHILLING, F. **Imigrantes da Bolívia na Escola em São Paulo: fronteiras do Direito à Educação**. Pro-Posições (UNICAMP. Impresso), v. 23, p. 43-64, 2012.

McLAUGHLIN, B. ***Second-language acquisition in childhood***. New Jersey: Hillsdale, 1978.

NOVARO, G. ***Palabras desoídas - palabras silenciadas - palabras traducidas: voces y silencios de niños bolivianos en escuelas de Buenos Aires.*** Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 34, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 47-64, Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso em ago. 2014.
OLIVEIRA, G. H. Destino: Brasil. Nova Escola, Rio de Janeiro, v. 235, set. 2010.

RIBEIRO, M. L. O. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO).** 2001. 70f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2011.

RIVAS, V. E. **"Yo no soy boliviano, soy carioco". Entre línguas e preconceitos na fronteira Brasil/Bolívia**. 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2011.

RODRIGUES, A. L.; SOUZA, R. Q. **A educação na fronteira: o caso dos alunos bolivianos na rede pública e particular de Corumbá/MS**. Relatório final de iniciação científica, UFMS, Campus do Pantanal, 2011.

SEBRAE. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais: Brasil, Bolívia, Paraguai.** Campo Grande, MS: Gráfica e editora Pontual, 2010.

SILVA, A. S.; SOUZA, T. F. P. B. **As crianças bolivianas na educação infantil brasileira**. Textos & Debates, n. 21. Boa Vista, 2012. p. 23-36.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SILVA, G. J. da. **A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia(1938-1987): identidades, migrações e práticas culturais**. 2009. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Goiás. UFG, 2009).

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. D.; FUSCO, W. **Mobilidade populacional e migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai**. Teoria & Pesquisa, São Carlos, XVI, p. 39-60, 2007.

SOUZA, R. Q. de; RODRIGUES, A. L**. O ensino de Geografia e a realidade fronteiriça entre Brasil e Bolívia: um estudo da rede de ensino público de Corumbá/MS**. In: XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Paisagem, arte e memória

Sylvia A. Dobry-Pronsato.
Doutora pela FAU-Usp.
Instituição: Fiam Faam.
sydobry@gmail.com

Resumo

Este artigo discute o vinculo entre memória e arte em intervenções artísticas na paisagem urbana, em algumas cidades argentinas, desenvolvidas entre 1968 e a atualidade, em diferentes momentos da historia argentina. A metodologia utilizada fundamenta se em analise de imagens, pesquisa bibliográfica e entrevistas. Nas obras narradas existe uma profunda vinculação entre arte, paisagem e memória: cada intervenção artística, com suas particularidades de tempo e lugar indica ação e reflexão sobre à contribuição da arte, convertendo ausências em presenças, restaurando a memória, revitalizando a esperança e resistindo o esquecimento..

Palavras-chave: Arte; memória; paisagem; intervenções urbanas.

Paisaje, Arte y Memoria

Resumen

Este artículo discute el vínculo entre memoria y arte en intervenciones artísticas en el paisaje urbano, en algunas ciudades argentinas, realizadas entre 1968 y la actualidad, en diferentes momentos de la historia argentina. La metodología utilizada se fundamenta en análisis de imágenes, pesquisa bibliográfica y entrevistas. En las obras descriptas existe una profunda relación entre arte, paisaje y memoria: cada intervención artística con sus peculiaridades de tiempo e lugar indica acción y reflexión en relación a la contribución del arte, convirtiendo ausencias en presencias, recuperando la memoria , revitalizando la esperanza y resistiendo el olvido .

Palabras-claves: Arte; memoria; paisaje; intervenciones urbanas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Paisagem, Arte e Memória

Introdução

O entrelaçado de memória e arte é tratado neste artigo, através de intervenções artísticas na paisagem em algumas cidades argentinas, realizadas entre 1968 e a atualidade, em diferentes momentos da historia argentina. Porém, é preciso lembrar que volta se ao passado na procura de um presente e de um futuro para, na

> "[...] esteira da proposta de Benjamin de fazer uma arqueologia do passado, não para reencontrar o que se foi, mas sim para buscar o que ficou esquecido,: os vestígios que o tempo sufocou[...]. Segundo Benjamin, é indispensável reconstruir O Passado dos silenciados, dos esquecidos, dos espoliados da historia. Sendo fundamental preservar a memória daqueles que não tem lugar nos manuais de historia, salvaguardar os seus testemunhos e depoimentos". (Gianveccio, 2013:199).

È importante ponderar que a partir dos anos 1960-70, o contexto está marcado por alguns pontos que considero relevantes, apontados por Anderson, P. (1999: 102-103):

a. O progresso e a indústria, vistos como avanços tecnológicos já não são vistos somente na sua dimensão positiva: mesmo se a ciência, trazendo o progresso, mostrasse a ameaça técnica dos instrumentos que criavam a morte, a destruição, incluindo explosões nucleares.

b. Acentuam-se as mudanças ocorridas na percepção a partir do início do século XX, no contexto de enormes transformações urbanas e tecnológicas.

c. È no período entre guerras que o "glamour e a velocidade tornaram-se, ainda mais que antes, as notas dominantes no registro da percepção".

d. Esta *gestalt* é mudada repentinamente na Segunda Guerra, com a chegada de máquinas que, lançavam sobre a experiência cotidiana uma sombra maligna.

e. O rádio tornara possível a desconexão entre olho e ouvido e a TV consegue captar a atenção do público de uma maneira imensamente maior, porque não se trata simplesmente de audiência: antes de se aprumar o ouvido, o olho é atingido.

f. O imaginário chega a um grau de saturação jamais antes atingido, especialmente com a chegada da televisão a cores, por volta dos anos de 1970.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Contexto Em America Latina

Esse período (anos 1960-70) foi também sombriamente marcado por golpes militares latino-americanos, entre os quais se inclui o brasileiro. Sabe se que

> [...] além da "versão oficial" [...] coabitam outras historias, outras memórias, muitas vezes, contra-narrativas e contra-memórias que não devem ser perdidas sob o risco de desperdiçar a compreensão histórica dos grupos, sociedades,eventos ou períodos ou mesmo no sentido de alguma reparação possível, sobre tudo no que tange aos crimes de lesa humanidade. (Gianveccio, 2013:199-200)

Nessa situação considera-se fundamental preservar as experiências que relatam o inenarrável, o que foi excluído, atribuindo relevância

> [...] às narrativas esquecidas nesse contexto, à arte como possibilidade de legitimar memórias, de revistar lugares e revelar o que se quis esconder. [...] devolvendo á arte sua potencia como organizadora do sensível e que também se alinha aos propósitos da filosofia benjaminiana de: "fazer a historia dos sem historia", "dar voz aos sem voz", erguer uma contra-historia. E com isso adentrar em territórios muitas vezes destituídos de imagens, de recordações, de campos simbólicos que se ancoram [...] no vazio, no apagamento. [...] nesse contexto, a arte se manifesta como criadora de campos do porvir, do imaginário e do simbólico [...] (Gianveccio, 2013:199-200)

Nesse sentido, em Argentina, destacam-se algumas experiências de arte intervenção urbana, entre outras, em: 1968/ 1983/ 2006/ 2012.

Tucumán Arde

A mítica experiência chamada *Tucumán Arde* foi realizada por artistas de vanguarda de Rosário em 1968 e tinha como objetivo principal articular a arte , a comunicação e as reclamações sociais inseridas numa época de agitação política, econômica e cultural,nos anos 1960-70. Em aquele momento, vivia-se em Argentina a ditadura cívico-militar encabeçada por Ongania, que tomou o poder em 1966, por meio do golpe auto-intitulado de *"Revolución Argentina"*.

> A obra coletiva *Tucumán Arde* teve como ponto de partida a situação contemporânea da Argentina, enfocando a província ao noroeste do país chamada *Tucumán*, cujos problemas foram lidos pelos artistas como paradigma da política [...] (ROCHA DE ABREU, Simone, 2011, p.01)

A província de Tucumán, que dá nome á experiência coletiva, é conhecida como o Jardim da República Argentina e cuja economia, predominantemente agrária fundamentada no cultivo de cana de açúcar, e com uma longa tradição de subdesenvolvimento, sofria em aquele período o fechamento da maioria dos engenhos açucareiros o que disseminou o

ISBN: 978-85-7205-133-01

desemprego, a fome, o drama do trabalhador açucareiro, que se acentua, durante a longa década de 1960, na região. Isto, enquanto oficialmente, a chamada *Operación Tucumán* era noticiada como um "projeto de aceleração do crescimento industrial" (ROCHA DE ABREU, Simone, 2011, p.01) e que inseria a província na política econômica que, a nível nacional, havia estruturado a ditadura e cujos objetivos eram assentar as bases de uma economia baseada na promoção de sectores, particularmente os ligados ao capital transnacional, o que resultou no fechamento de pequenas e médias empresas.(Ramírez, Ana Julia,2008, p.29)

Contexto e particularidades

Tucumán Arde se relaciona com outras produções realizadas durante os convulsionados anos 1960 em todo o mundo e inclui características que podem ser sintetizadas nos seguintes pontos, apontados por Fernando Farina, (1999, p.01):

1) Contra a arte experimental.

Propõe-se ir além do projeto do Instituto Di Tella com sua línea de arte experimental e a estratégia de apostar na novidade. Os artistas ecoam o momento político e social da Argentina depois do golpe cívico-militar de Onganía em 1966, e se posicionam contra o acionar do Di Tella, tanto por institucionalizar a "vanguarda" como por ter mudado sua política para financiar os projetos culturais.

Nesse momento, no que internacionalmente se difundia a luta contra o imperialismo, o Di Tella aceitou fundos de empresas multinacionais para dar continuidade á suas atividades, e também promoveu um maior relacionamento com a indústria a partir de incentivar o design como alternativa ás experiências que na área artística foi desenvolvida desde sua criação nos inícios dos anos 1960.

Em 1968, os artistas aprofundaram os questionamentos: entre eles, pode se destacar, a carta de Pablo Suárez renunciando ao convite para participar das Experiências 68 do Di Tella; a decisão dos artistas participantes dessa mostra de destruir suas obras logo depois de que a polícia clausura os banheiros apresentados como obra por Roberto Plate.

A proposta, foi a ação que ligava, em tanto vanguarda, ás realizadas no campo político, colocando a necessidade de um arte que se postulou como total, transformador e social

2) Obra interdisciplinar e coletiva.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Tucumán Arde se propôs como uma ação interdisciplinar e coletiva, além das produções tradicionais.

Para confrontar o discurso oficial – baseado em uma publicidade enganosa –, realizaram um minucioso estudo sobre a situação em Tucumán, se conectando com instituições que pudessem apoiá-los e registraram o que realmente acontecia no lugar. Convocaram especialistas de diferentes disciplinas: sociólogos, comunicadores, escritores, críticos, etc., que aportaram dados sobre o tema y forneceram alicerce teórico ao processo da obra de arte. A obra se propôs como uma ação coletiva que destruiria o mito da individualidade do artista e o assumindo na sua função crítica.

3) O processo como obra.

A valoração do processo como obra foi um dos aspectos mais paradigmáticos de *Tucumán Arde*. Nesse sentido, os artistas trabalharam o tema dos médios de comunicação e apresentaram importância de outras materializações, concedendo um lugar preponderante à desmaterialização.

A obra não se limitou à exposição na Confereração Geral do Trabalho (CGT), incluiu tanto o acionar anterior quanto o posterior, relacionado com a ideia de re-criação permanente.

Foi construído um circuito sobre informacional para evidenciar a solapada deformação dos fatos produzidos na província de Tucumán pelos médios de difusão e informação. Porém, simultaneamente, se utilizaram estratégias dos próprios médios para gerar expectativas de um falso evento, evitar a repressão e resguardar aos artistas que realizaram a pesquisa de campo. Em todo o processo, a ideia da obra supera à simples concretização, o que coloca a *Tucumán arde* como uma antecipação da arte conceitual desenvolvida na década de 1970. *Tucumán Arde* se produz com fatos políticos registrados na memória coletiva, como diz FARINA, (1999,p.02).

4) Renuncia à estetização.

Em *Tucumán Arde*, os artistas renunciaram às formas de arte tradicionais e usaram filmes, fotografias, pôsters, etc. sem intenção estética, no sentido tradicional, para registrar o que passava en Tucumán, por meio de documentos e fontes primarias.

5) Arte político.

Os artistas se constituíram em agentes ativos e apontaram a modificar o contexto: declararam sua condição de vanguardistas, explicitando a unidade entre vanguardas artísticas y políticas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ao intentar levar a experiência estética fora dos museus surgiu a ideia de arte político. Nesse processo, os artistas passaram de uma arte na rua a uma arte política comprometida com a sociedade. Levar a arte a um parque, entre outros lugares da paisagem urbana, saindo das galerias, se estendeu à levar a ação ao campo sindical .

6) Aliança com os trabalhadores.

Os questionamentos sociais e a atitude crítica às instituições levaram os artistas participantes de *Tucumán Arde* a procurar novas alianças. No contexto internacional do Maio Francês, se uniram com os trabalhadores na intenção de transformar a realidade. Simbolizando suas críticas ao sistema y selando essa aliança, realizaram a mostra da obra *Tucumán Arde* nas sedes da CGT dos Argentinos de Rosario e Buenos Aires, como aponta FARINA (1999, p. 03).

7) Jogo de possibilidades: correlação entre ética, estética e compromisso.

Ainda que o processo no fosse necessariamente consciente, se estabeleceu uma correlação entre ética, estética y compromisso. Os artistas reivindicavam certas formas da ética, no que se inclui pôr em ação e situação o corpo. Tratou se de una ética na qual se comprometia a corporeidade.

Os artistas que tomaram parte de *Tucumán Arde* colocaram o corpo e arriscaram muitas coisas, alguns perderam a vida.

8) Arte como ação.

Entender *Tucumán Arde* como ação, significa aquilo que de alguma maneira emerge da temporalidade cotidiana e da temporalidade histórica, e seus efeitos são vistos a posteriormente e, muitas vezes a longa distancia. A dura repressão militar argentina a partir de mediados dos anos 1970 tentou apagar sua memória histórica.

> *Tucumán Arde* foi um projeto artístico-político radical que teve como características a exploração da interação entre as linguagens artísticas, o caráter inacabado da ação, o valor dado ao processo de comunicação, a centralidade da ação no espectador, a dissolução da idéia de autoria uma vez que se apresentava como um coletivo de artista, o questionamento do sistema artístico e da legitimação que eles representavam, como objetivo principal de promover a transformação da realidade que seria representada pelo esclarecimento do visitante sobre as situações ali colocadas. Algumas dessas características colocam este projeto político – artístico no âmbito da modernidade como a crença na arte como agente transformador da realidade e o entendimento da integração entre arte e vida. (ROCHA DE ABREU, Simone, 2011, p.13)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Quatorze anos se passaram entre *Tucumán Arde* e a próxima experiência de arte - intervenção urbana selecionada.

"El Siluetazo"[8], Setembro 1983:

Foi uma ação que articulou de maneira emblemática a arte com uma demanda social coletiva: a aparição com vida de milhares de desaparecidos durante a última ditadura cívico-militar em Argentina, iniciada em 1976.

Idealizado pelos artistas visuais Rodolfo Aguerreberry, Julio Flores y Guillermo Kexel, que levaram proposta as "*Madres y Abuelas de Plaza de Mayo' e* outros organismos de diretos humanos, o "***Siluetazo***" foi realizado poucos meses antes de que concluíra o regime militar, o 21 de setembro de 1983, no marco da III Marcha da Resistência.

Os organizadores improvisaram um ateliê ao ar livre e, usando gabaritos, começaram a delinear junto a centos de manifestantes-, siluetas humanas sobre papéis, que logo colaram verticalmente sobre as paredes dos edifícios do entorno, outros cartazes existentes, árvores, etc.

Passados mais de trinta anos do "***Siluetazo"*** é possível visualizar as imagens que registraram esse acontecimento é em parte, pelo trabalho de artistas como Eduardo Gil, quem participo ativamente da ação tanto política como artisticamente que as imagens permeiam a memória coletiva graças, também, a este registro.

"*Portal del rio*" : Praça *"de los Troncos".* Municipalidade de La Granja.

Serras de Córdoba – Argentina**.** Autora: Sara Galiasso . 2006.

Esta intervenção na paisagem, em uma localidade das Serras de Córdoba, Argentina, possibilitou

> [...] a salvaguarda do que foi esquecido e a historia e cultura dos grupos dominados. Por isso, a relevância que atribuímos as narrativas esquecidas e nesse contexto, a arte como possibilidade de legitimar memórias, de revistar lugares e revelar o que se quis esconder. Readequando a importância que concedemos às lembranças, à recordação, à rememoração, à anamnese, devolvendo à arte sua potência como organizadora do sensível e que também se alinha aos propósitos da filosofia benjaminiana de: 'fazer a história dos sem história', 'dar voz aos sem voz'; erguer uma contra-história (Gianveccio, 2013:199)

[8] Dados disponíveis em;: http://revistareplicante.com/un-misterio-mas-del-arte-contemporaneo/

ISBN: 978-85-7205-133-01

A intervenção na paisagem se realizou utilizando elementos brindados pela própria geografia da região: uma pedra de grande porte , uma árvore da flora autóctone , e a ação dos moradores no cuidado e construção do espaço. Pedra, mineral ancestral com iconografia e árvore, irmanados através de um umbral de cantos rodados do rio, modificando a percepção e uso da praça, convidando a reflexionar sobre o lugar.

Foram desenhados dos círculos demarcatórios de cinco metros de diâmetro cada um, unidos por um estreito corredor. Ambos os círculos foram realizados com pedras do rio que os moradores trouxeram desde la margem do rio La Granja , que contorna a praça.

Um dos círculos inclui uma grande pedra de 1,70 m. de altura, deslocada da área do córrego Carapé perto de Ascochinga e rodeada de forração nativa.

A enorme pedra posicionada N-S simbolizando este território, Sul de América do Sul, demonstra ante través da textura natural a orografia da região , cambiando o contexto e irvinda com signos que ajudem a iconografias dos povos originários. Os grafismos verticais remetem ao transcorrer do rio.

Intervenção urbana: Arvores da vida. Córdoba, Argentina. 2012 -13

O *Archivo Provincial de la Memoria* organizou em Córdoba, Argentina, uma homenagem as vítimas do terrorismo de Estado. As árvores estão acompanhados por tutores realizados por Natalia Colón, artista plástica ;Stella Molina, artesã, e Virginia Rozza, educadora; Susana Gonzales, artista plástica.

“Plantar uma árvore é um ritual de contacto que gera vida, algo positivo. Gerar vida, alegria para recordar”, explicou a diretora do Archivo ; “a linha vermelha que amarra o tutor à arvore, representa a vida”.

> “A árvore leva sempre una escultura para dar visibilidade despertando interesse às pessoas que passam pelo lugar. A árvore como símbolo do universo aparece na la maioria das tradições culturais. Desde as raízes até os frutos, passando pelo tronco, as ramas, as folhas e as flores, todos os seres tem uma função em alguma parte de encontram seu lugar na árvore da vida, esta árvore… todas as existências, todas as atividades, todas as regiões.O mesmo sucede com os seres. Quando um homem morre, regressa à terra original, porem depois reaparece em alguma parte da árvore.Cada semana, durante este ano acompanharemos o desenvolvimento do juízo, plantando á árvores nos lugares onde foram seqüestradas cada una de la vítimas. Desta maneira se deixarão marcas da memória com o nome dos homens e mulheres ali desaparecidos inscritos no vaso onde é plantada a árvore; interpelando as pessoas que circulam pelo espaço público e recordando que nessa praça, nesse bairro, em

ISBN: 978-85-7205-133-01

> essa esquina um homem ou uma mulher foi seqüestrada e que por esse crime hoje estão sendo julgados seus responsáveis dando visibilidade a juízo.Por outro lado, a atividade tem como finalidade chamar aos familiares, os conhecer, os acompanhar e aprofundar às historias de vida de cada una dessas pessoas"

Os tutores dessas árvores, esculturas que carregam lembranças, fotografias, objetos que dão presença á ausência, abrem a possibilidade de entender de outra forma os processos da arte, entrelaçados á memória, permitindo "permear os territórios do esquecimento e legitimar esses campos de memória que foram destituídos de seus lugares e relegados ao apagamento e negações." (Gianveccio, 2013: 200),

Considerações Finais

Nos casos descritos, existe uma intensa conexão entre arte, paisagem e memória: cada intervenção artística com suas peculiaridades de tempo e lugar sugere ação e reflexão em relação à contribuição da arte, **transformando ausências em presenças**, recuperando a memória e lutando contra o esquecimento, e revitalizando a esperança.

Bibliografía

ABREU, Simone Rocha de. Tucumán Arde: arte, protesto e exposição., disponível, em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300393317_ARQUIVO_Anpuh.pdf acesso: 10/06/ 2014

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana. *Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva.* São Paulo: Annablume/ Fapesp/Fupam, 2005.

RAMÍREZ, Ana Julia. Tucumán 1965-1969: movimiento azucarero y radicalización política.2008. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/38892#tocto1n5 acesso: 10/07/2014.

FARINA, Fernando.*Tucumán Arde.* 1999. Disponível em: http://www.rosariarte.com.ar/contenidos/index.php?op=nota&nid=0002&pn=2 acesso: 12/07/2014

ISBN: 978-85-7205-133-01

Conhecendo os vizinhos

Sylvia Werneck
Dra. em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP
Curadora independente e crítica de arte filiada à ABCA e à AICA
sylwerneck@gmail.com

Resumo:

Com o intuito de promover trocas entre a produção de arte de seus países e a de seus vizinhos, algumas iniciativas despontam na América Latina. Neste artigo, pretende-se abordar, a título de exemplo, o programa *Sala Taller III*, edição regional de residências promovida pelo Espacio de Arte Contemporáneo, situado em Montevidéu, no Uruguai, entre agosto e novembro de 2013, da qual participaram artistas uruguaios, brasileiros e argentinos.

Palavras-chave: integração entre países da América Latina / Espacio de Arte Contemporáneo / arte contemporânea

Abstract:

In order to promote exchanges between the production of art from their countries and that from their neighbors, some initiatives emerge in Latin America. In this paper we intend to approach, as an example, the program *Sala Taller III*, regional edition of residencies promoted by Espacio de Arte Contemporáneo, located in Montevideo, Uruguay, between August and November of 2013, which had the participation of artists from Uruguay, Brazil and Argentina.

Key-words: Latin American integration / Espacio de Arte Contemporáneo / contemporary art

Muito se tem falado, ultimamente, em estreitar os laços entre os países de nossa chamada América Latina. Internacionalmente, as artes visuais vêm ganhando cada vez mais projeção, especialmente no mercado, com obras sendo vendidas em leilões por cifras até pouco tempo inimagináveis. Casas como Christie's e Sotheby's realizam eventos exclusivos para a produção da região, ao mesmo tempo em que proliferam feiras com o mesmo recorte, como a Brazil Art Fair, que estreia em Miami em dezembro de 2013 e a Pinta, que reúne arte de Portugal, Espanha e América Latina há sete anos em Nova York e há quatro em Londres. No outro lado do sistema, especialistas oriundos do continente em questão assumem postos estratégicos em grandes coleções do hemisfério norte, como José Roca na Tate, em Londres,

ISBN: 978-85-7205-133-01

ou Cecilia Fajardo-Hill no MOLAA de Long Beach. Curadores, diretores de museus e agentes culturais em geral vêm dedicando mais tempo a promover trocas entre os países do grupo. Afinal, se há interesse externo em conhecer a produção desta região, mais vale que nos dediquemos a conhecermos, nós mesmos, nossos vizinhos. Este foi o primeiro impulso por trás da criação da Bienal do Mercosul, embora hoje a mesma já abarque um escopo bem mais amplo, e é o cerne da proposta da Casa Daros, no Rio de Janeiro. Ainda há um longo caminho a percorrer, e os esforços de integração ainda são muito modestos quando consideramos a extensão territorial da zona, a diversidade e a variedade das expressões culturais e artísticas destes países, que abarcam, com frequência, várias realidades e mesmo tempos distintos em uma mesma unidade nacional. Mas cada passo em direção a tal integração tem valor e, quando bem aproveitado, gera desdobramentos significativos.

Um de nossos vizinhos, o pequeno - porém notável - Uruguai, fez em 2013 um destes esforços de integração, acolhendo artistas de dois países vizinhos em um programa de residência do projeto *Sala Taller*. Cabe ressaltar que há, em todo o país, apenas um lugar dedicado à arte de agora, o Espacio de Arte Contemporáneo, localizado na capital. A utilização do espaço e sua conversão em centro cultural respondem, muito contemporaneamente, a uma preocupação bastante atual – a da reciclagem. Isto porque o EAC ocupa as instalações do antigo presídio de Miguelete, que funcionou entre 1888 e 1986, tendo uma sobrevida como centro de reclusão de menores até 1990. O desenho do edifício obedeceu a um conceito moderno para a época e que hoje se mostra renovadamente atual: o de panóptico, com um espaço central de onde se ramificam corredores de celas radiais. Os vigilantes podiam, desta maneira, observar os detentos em tempo integral, assim como em nossa sociedade de hoje, em todo o mundo, quase todos são vigiados por quase todos, o tempo todo. A partir de 2008 as instalações começaram a ser recuperadas, e o centro cultural abriu suas portas (ocupando parte do complexo) em julho de 2010 sob a batuta de Fernando Sicco, artista e produtor cultural responsável pelo processo de criação do EAC. A proposta é fortalecer o desenvolvimento da produção, pesquisa e exibição da arte contemporânea e a integração com outras instituições nacionais e internacionais. O espaço, formado por uma sucessão de antigas celas, representa a um só tempo uma limitação e um desafio para os artistas, dadas as diminutas dimensões de cada cubículo. É interessante notar que o uso atual do edifício não esconde seu passado – as configurações de presídio forma mantidas, e o presente e a história convivem em harmonia.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Interior do EAC, com as celas transformadas em pequenas salas de exposição. No alto, as antigas passarelas por onde circulavam os detentos do piso superior

Foto: Guillermo Sierra – Espacio de Arte Contemporáneo

Vista do pátio externo. Ao fundo, torre central do panóptico

Foto: Guillermo Sierra – Espacio de Arte Contemporáneo

O programa *Sala Taller* tem como conceito principal explorar os processos criativos, a relação com o espaço expositivo e com o público. A 3ª edição teve, pela primeira vez, a participação de artistas de outros países, que compartilharam uma casa e o subsolo do EAC,

ISBN: 978-85-7205-133-01

onde cada um recebeu uma cela como estúdio e outra para exposição. Os escolhidos foram a uruguaia Magela Ferrero, o coletivo brasileiro Ío, formado por Laura Cattani e Munir Klamt, o também brasileiro Túlio Pinto e os argentinos Leonello Zambón, Julia Masvernat e Juan Gugger, todos jovens e com uma linguagem criativa que dialoga com os modos de viver e pensar característicos da atualidade. Além das propostas individuais, que incluíram diversos trabalhos e performances, ocorreram cruzamentos e cooperações. Lamentavelmente, não haveria espaço aqui para falar de todas. Destaco algumas:

Leonello Zambón trabalha na fronteira entre as linguagens da arquitetura, da música experimental e do vídeo. Capta sons de atividades cotidianas e por vezes os mistura a composições pré-existentes, exaltando o caráter poético da vida diária. Da convivência com seus colegas de residência produziu *Migraciones – movimiento I* (que pode ser visto em http://vimeo.com/73836802). O vídeo acompanha um percurso de 4 km de Túlio Pinto pela cidade, em que a trilha sonora é composta pelos ruídos dos tênis e da respiração do artista/corredor, terminando na torre de vigilância do presídio de Miguelete.

Leonello Zambón. *Migraciones – movimiento I*, 2013

Vídeo- 4’09’’

Roupa para Se Transformar em Monstro, da dupla Ío, joga com contrastes de percepções visuais e emocionais – a cela inteiramente pintada de branco e hiper iluminada contrasta com o negro do tecido felpudo no chão, evidenciando o caráter cenográfico do ambiente. Entretanto, a massa peluda se eriça discretamente, aparentando ter vida. Orientados a só entrarem na sala descalços, uma situação geralmente associada a vulnerabilidade e relaxamento, os visitantes são expostos a sensações conflitantes com este conforto, já que o

ISBN: 978-85-7205-133-01

texto[9] ao fundo (que só pode ser lido de muito perto, após passar pela "criatura" e ficar longe da única saída possível) alerta sobre como proceder caso o impulso monstruoso da roupa se manifeste.

Ío (Laura Cattani e Munir Klamt). *Roupa para se transformar em monstro*, 2013
Tecido de pelos sintéticos, motor elétrico e texto impresso. Dimensões variáveis
Fotos: Guillermo Sierra – Espacio de Arte Contemporáneo

Túlio Pinto inspirou-se nos vetores da planta do edifício e os sobrepôs ao mapa do Uruguai para traçar percursos a partir de Montevidéu em direções radiais pelo país, aproveitando para deslocar pedras tiradas de uma instituição para os pontos finais de cada um dos vetores, registrando nelas a latitude do lugar de onde vieram. Nestas *Migrações*, fez seus trajetos/observações/reconhecimentos correndo e registrando as paisagens das paradas de descanso através de desenhos rápidos, incorporando as impressões sensoriais, emocionais e os próprios efeitos do cansaço físico de cada um desses momentos fugazes. O desafio de compreender o desconhecido, ou de encontrar um "ponto de conexão" entre os diferentes, se

[9] Cinco conselhos para entrar em uma sala onde houver uma Roupa Para Se Transformar Em Monstro.

1. Faça silêncio. Não corra nem faça movimentos bruscos, pois isto poderá induzir um comportamento agressivo na Roupa Para Se Transformar Em Monstro, que poderá confundi-lo com uma presa.

2. Mantenha-se calmo e demonstre que suas intenções não são hostis. Se você perceber que está sendo observado, mas não tiver percebido nenhum movimento, afaste-se lentamente de costas, falando com voz baixa, porém firme.

3. No caso da Roupa Para Se Transformar Em Monstro se aproximar de você, deite-se no chão em posição fetal, protegendo o estômago e o pescoço. Fique imóvel, fingindo-se de morto. Se o ataque for prolongado, mude de tática e revide vigorosamente.

4. Nunca, em hipótese alguma, entre na Roupa Para Se Transformar Em Monstro.

5. Se, de alguma forma, você entrar na roupa, pense em absolutamente nada até sair da mesma.

ISBN: 978-85-7205-133-01

expressa de outra maneira na obra *Nadir*, que coloca em equilíbrio perfeito materiais de aparência, densidades e texturas praticamente opostas, tornando-as interdependentes.

Túlio Pinto. *Migrações – pedras relocadas*, 2013

Fotografias e mapa. Dimensões variáveis.

Túlio Pinto. *Nadir*, 2013

Lâmina de vidro, pedras e cabo de aço. Dimensões variáveis.

Fotos: Túlio Pinto

A iniciativa do Espacio de Arte Contemporáneo deu frutos. Terminada a residência, o projeto já gerou desdobramentos, com a replicação da mostra no Brasil, Argentina e Chile, passando pelas cidades de Porto Alegre, Córdoba, Buenos Aires e Santiago, voltando a Montevidéu para o encerramento, em novembro de 2014.

De 19 de agosto a 19 de outubro a Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, exibe a mostra "LINDE – A Cidade Especular", que reúne, além dos artistas que participaram da residência, quatro convidados: Felippe Moraes e Nazareno Rodrigues (Brasil), Ignácio Rodriguez (Uruguai) e Luciana Lamothe (Argentina). Com curadoria da dupla Ío, a exposição busca explorar como as inquietações individuais se comunicam com a realidade coletiva. A palavra "linde" existe tanto na língua portuguesa como na espanhola e significa limite. A escolha do termo como conceito tem vários desdobramentos – os limites entre o individual e o coletivo, entre diferentes indivíduos e entre diferentes países. Há muito sobre o que pensar neste contexto em termos de aproximações entre processos criativos, possibilidades de trocas e compartilhamentos além das fronteiras físicas e imaginárias.

A dupla de curadores alude à especularidade através de seu sentido de reflexo, da investigação sobre como se encontram e se espelham (ou não) as estratégias de criadores de países vizinhos. No programa editado pelo EAC, a introdução provoca:

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Talvez seja inevitável a vertigem, ao imaginar que a cidade e a língua que nos envolvem e nos constituem contém outras, sobrepostas e em transformação, que pertencem a cada indivíduo que as compõe. Uma imagem possível seria a de um labirinto de espelhos que fosse alterado, em sua estrutura, pelo movimento de quem o explora: uma Cidade Especular.[10]

Nightshot, de Luciana Lamothe, foi executada no De Appel Art Center, em Amsterdam, em uma coletiva da qual a artista participou em 2011. Como uma provocação silenciosa (podemos lembrar da subversão perpetrada pelos personagens do filme alemão *Edukators*, de 2003), a ação consistiu em passar a noite na instituição e, a cada hora, ligar a câmera e fazer pequenas alterações em alguns cômodos do edifício – pequenas o suficiente para não causar grandes transtornos, mas notáveis o bastante para que os frequentadores do espaço percebessem que algo estava fora do lugar. A desorganização, o imprevisto em um cotidiano conhecido fazem com que olhemos de maneira renovada para aquilo que nos é familiar.

Luciana Lamothe. *Nightshot*, 2011

Vídeo. Dimensões variáveis.

[10] http://issuu.com/juangugger/docs/eac_linde-web

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ignacio Rodríguez. *Virus*, work in progress

Outro tipo de perturbação do *status quo* é realizado por Ignacio Rodríguez. *Virus* é uma observação de quanto tempo leva para que um vestígio de uma realidade indesejada (neste caso a pobreza e a precariedade) cause incômodo e seja retirado de cena. O artista elege lugares em Punta Del Este, onde vive, e instala barracos, fotografando-os e observando o que ocorre a estes. Em sua maioria, as construções improvisadas duram 24 horas. Todas, sem exceção, acabam por ser desmanteladas, destruídas ou removidas, seja pelos cidadãos ou pelo poder público.

Felippe Moraes brinca com os limites entre a ciência e a imaginação. Será possível medir uma ideia? *64 kg de triângulo* apresenta a discussão entre o abstrato e a manifestação física deste polígono. Três cabos de aço têm, em cada um de seus vértices, uma balança que mede a tensão entre eles. Além de ser o peso em quilos do artista no dia em que a obra foi montada, o número 64 também representa relações matemáticas "elegantes" – sua raiz quadrada é 8 e sua raiz cúbica é 4.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Felippe Moraes. *64 kg de triângulo*, 2014

Cabos de aço e balanças

O projeto *La ciudad encarnada*, de Magela Ferrero, envolve identificar os locais da cidade que associamos a um ente querido que se foi e fazer um registro fotográfico. Por outro lado, apesar da dor desta ausência, a vida segue e deixa registros (documentos, recibos de compras, bilhetes de ônibus) que são exibidos junto a esta fotografia, ligando a ausência às provas materiais da permanência da vida, seja de quem for.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Magela Ferrero. *La ciudad encarnada*, 2014.

fotografia

Nazareno Rodrigues se concentra em tentar captar as percepções, sentimentos e sensações que surgem a partir de estímulos das ações prosaicas da vida cotidiana, como um cheiro, um riso, um gesto. É a partir daí, segundo ele, que o trabalho começa.

Nazareno. Instalação, 2014

Depois de Porto Alegre, o próximo desdobramento da residência acontece em Buenos Aires, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015, com o título "LINDE/MIT (Modelos de Intercambio Temporarios). Da mesma maneira que na capital gaúcha, os artistas do grupo

ISBN: 978-85-7205-133-01

original convidaram outros artistas para enriquecer a discussão. Nesta etapa, o foco recai sobre a transitoriedade das trocas e a efemeridade das definições, características tão próprias do contemporâneo. A coordenação está a cargo do "ente curatorial" COZA, coletivo formado por Leonello Zambón e Roger Colom, convidado externo, e Julia Masvernat.

O texto curatorial do grupo propõe o exercício "*Instrucciones para crear tu propio artefacto cultural fantasma*"[11], que é precedido pelas seguintes citações:

> *Mi vieja definición de extranjero se basaba en la geografía tradicional. Con la desaparición de la geografía – la desterritorialización – la única forma de mantenerse extranjero es no llegar o no estar en ningún lado*. (Luis Camnitzer, 1999).

> *Siento que uno debe convencerse de que ha muerto y seguir adelante ya solo como información* (Roger Colom, 2013).

> *Si funciona, está obsoleto* (Stafoord Beer, 1971).

Propostas como esta, nascida em pequena escala e ganhando ímpeto à medida que surgem as oportunidades, são não apenas possíveis, como desejáveis. O mundo atual nos prova que o intercâmbio enriquece todos os participantes (entre artistas, críticos, curadores e pesquisadores, entre outros) e ajuda na compreensão da arte contemporânea por parte do público em geral, inserção de nomes no circuito e ampliação da circulação da arte e referências culturais. Mais uma vez em sintonia com o ritmo da sociedade atual, a repercussão da iniciativa se dá de forma viral, contribuindo para estreitar os laços entre vizinhos.

Este artigo expande e complementa a primeira versão de "Conhecendo os vizinhos", publicada no nº 29 – Ano XI da edição online do Jornal da ABCA, em setembro de 2013.

Referências:

http://abca.art.br/n29/werneck.html

http://www.eac.gub.uy/eac_files/eac_pdf/eac_institucional.pdf

http://www.farq.edu.uy/extension/files/2013/07/Fanzine_final-1.pdf

[11] Texto e citações disponíveis em http://issuu.com/juangugger/docs/eac_linde-web. Acesso em 15/09/2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

http://www.arteinformado.com/Criticas/83517/sala-taller-iii-regional/

http://www.ccmq.com.br/2014/08/%E2%80%98linde-%E2%80%93-cidade-especular%E2%80%99-reune-artistas-do-uruguai-argentina-e-brasil/

ISBN: 978-85-7205-133-01

¿QUÉ HAY POR DETRÁS DEL "*GAUCHO MALO*"?

Thaís de Oliveira
Mestranda
Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP)
th.d.oliveira@gmail.com

Resumen

La poesía tiene la capacidad de conducirnos a la dimensión poética de la existencia humana. Por su intermedio, individuos, emociones, sentimientos, escenarios y acontecimientos históricos son revelados. Los autores, cuando producen sus obras, transfieren a las mismas y a sus personajes parte de su universo particular, y, consecuentemente, sentimientos que alimentarán sus obras desde su principio hasta su fin, con la intención de contagiar positiva o negativamente a su receptor. En relación a la literatura latinoamericana, más específicamente a la argentina, hay una obra que fue publicada en 1872 y es considerada un símbolo en esa sociedad: *El Gaucho Martín Fierro* de José Hernández. Durante el enredo, otros gauchos entran en escena y narran sus condiciones de vida, con todo, en esta ponencia, trataremos apenas del protagonista de la obra: Martín Fierro. Consideramos que estas condiciones son, en su gran mayoría, sentimientos traducidos. Así, pretendemos presentar, por medio del análisis de esa obra, quien es el gaucho *Martín Fierro*, y cuáles son los sentimientos que él expresa. Procuraremos comprender, igualmente, cuál fue el principio motivador que llevó Hernández a crear este personaje representado en el ropaje de gaucho, y porqué él le dio esa "voz" que expresa diversos sentimientos con los cuales, quizás, Hernández también se identificó.

Palabras-clave: Martín Fierro. Literatura. Sentimientos. Gaucho.

Resumo

A poesia tem a capacidade de nos conduzir à dimensão poética da existência humana. Através dela, indivíduos, emoções, sentimentos, cenários e acontecimentos históricos são revelados. Os autores, quando produzem suas obras, transferem às mesmas e a seus personagens parte de seu universo particular, e, consequentemente, sentimentos que alimentarão suas obras desde seu início até seu fim, com a intenção de contagiar positiva ou negativamente seu receptor. Em relação à literatura latino-americana, mais especificamente à literatura argentina, há uma

ISBN: 978-85-7205-133-01

obra que foi publicada em 1872 e é considerada um símbolo nessa sociedade: *El Gaucho Martín Fierro* de José Hernández. Durante o enredo, outros *gauchos* entram em cena e narram suas condições de vida, contudo, neste artigo, trataremos apenas do protagonista da obra: Martín Fierro. Consideramos que estas condições são, em sua grande maioria, sentimentos traduzidos. Assim, pretendemos apresentar, por meio da análise dessa obra, quem é o *gaucho* Martín Fierro, e quais são os sentimentos que ele expressa. Procuraremos compreender, igualmente, qual foi o princípio motivador que levou Hernández a criar este personagem representado na roupagem de *gaucho*, e porque ele lhe deu essa "voz" que expressa diversos sentimentos com os quais, talvez, Hernández também se identificou.

Palavras-chave: Martín Fierro. Literatura. Sentimentos. *Gaucho*.

Introducción

Con algunas batallas que eclosionaron en el siglo XIX en la Argentina, muchos hombres fueron reclutados para componer la tropa del ejército, que era "compuesta, en gran parte, por malhechores o por gauchos arbitrariamente arrebañados por las patrullas policiales". (BORGES; GUERRERO, 2007, p.37) Este reclutamiento ilegal, no tenía duración fija. Fue en uno de estos reclutamientos que las "desgracias" de Martín Fierro comenzaron. La obra de José Hernández, publicada en 1872, tenía como principal objetivo denunciar los malos tratos y represiones que este grupo de la sociedad sufría.

Guillermo Ara (1967, p.39) señala que la obra "explica la condición del gaucho sometido a tratamientos brutales en las líneas de frontera con el indio o reducido a torpe elemento de choque en la escena eleccionaria con que el gobierno pretendía disfrazar una pregonada libertad democrática […]"

Hernández tenía la preocupación de que su obra fuera referencia para los gauchos. Como él mismo advirtió, el poema "debe ajustarse estrictamente a los usos y costumbres de esos mismos lectores, rendir sus ideas e interpretar sus sentimientos en su mismo lenguaje, o en sus frases más usuales, en su forma más general, aunque sea incorrecta… a fin de que el libro se identifique con ellos de una manera tan estrecha e íntima que no sea sino una continuación natural de su existencia". (ARA, 1967, p.40)

Donghi (2006) declara que el Martín Fierro surge para ser un *alter ego* de Hernández. Esa identificación entre poeta y personaje es lo que hace esa obra ser distinta de las demás

ISBN: 978-85-7205-133-01

obras gauchescas y así tornarse un marco en la literatura argentina. Aún de acuerdo con Donghi (2006, p.449) la invención de Martín Fierro se "apoya en la disposición de Hernández a mirar a su Argentina con los ojos de esos parias a cuyas filas ha sido súbitamente arrojado por un poder político que responde a los desafíos más irrisorios con sistemática, inhumana crueldad".

¿Pero quién es el gaucho? En muchas obras tanto argentinas, uruguayas como brasileñas, sitios donde se encuentran este tipo social regional, él es visto bajo diferentes concepciones desde el Centauro de las pampas hasta el gaucho malo.

Sobre el Centauro de las pampas, la explicación es bien simples: es difícil imaginar un gaucho sin un caballo. El ingeniero Alberto Martín Labiano[1] mencionado por Finucci (2012, p.29) expresa muy bien esta afirmación cuando dice que "el gaucho de a pie era un ente, le faltaba su mitad, no tenía forma de trabajar ni de subsistir. El caballo era la mejor pilcha del gaucho".

Sobre el gaucho malo, el escritor brasileño Jorge Salis Goulart, en su obra *A Formação do Rio Grande do Sul* (1985, p.108-109) dice que él "es la creación de pelear, eterno enemigo de la sociedad y de la justicia, guerrero indomable y aventurero, dominado por la adicción del juego y por amor de la lucha cruenta, héroe anónimo de la Pampa, es peculiar a las populaciones castellanas".

Martín Fierro no empieza la obra como un gaucho malo, él se transforma en uno después de percibir que el gobierno le quitó lo que le era más importante: su familia y su hogar. En ese sentido, Salaverría (1934, p.41) alega que él se "convirtió, pues, en un 'gaucho malo', ése a quién vigila y evita la gente porque no obedece a ley ninguna, como un verdadero pirata en el océano de hierba. Se convirtió en lo que antiguamente denominaron con la expresiva palabra de 'forajido', o sea el que sale arrojado fuera de la civilización".

Al analizar la obra, percibimos que por detrás de los aspectos sociales, políticos, económicos y culturales que ella presenta, existen sentimientos expresados por los personajes. Con todo, para la presente ponencia presentaremos y haremos una reflexión acerca de los sentimientos expresados por solamente uno de los personajes: el protagonista Martín Fierro.

[1] Ver: LABIANO, Alberto Martín. *De campo y de caballos.* Editorial Hemisferio Sur: Buenos Aires, 1989.

ISBN: 978-85-7205-133-01

De igual modo, pretendemos verificar a que hechos estos sentimientos están relacionados y cuál fue la motivación de José Hernández para concederle la voz, con la cual pudo expresarse.

El Gaucho Martín Fierro

El gaucho Martín Fierro que es el nombre del libro de José Hernández publicado en 1872, y es también el nombre del personaje protagonista de la misma obra. La intención principal de Hernández al escribirlo fue denunciar los malos tratos que los gauchos sufrieron durante un determinado periodo del siglo XIX. El protagonista, por medio de sus narrativas, describe diferentes momentos de su vida y cambios que enfrentó bajo persecuciones políticas y de la sociedad de la época.

Inicio de una trayectoria

Martín Fierro empieza su trayectoria en la obra haciendo algo que es común entre los gauchos: cantando. Para él la proeza de cantar puede consolar a cualquier uno que esté enfrentando una pena. A pesar de ser considerado valiente por unos y malo por otros, él explica su temperamento, diciendo que “con los blandos yo soy blando y soy duro con los duros, y ninguno en un apuro me ha visto andar tutubiando”. (HERNÁNDEZ, 1994, p.10)

Complementa ese pensamiento afirmando que “sepan cuantos escuchan de mis penas el relato, que nunca peleo ni mato sino por necesidá, y que a tanta alversidá sólo me arrojó el mal trato”. (HERNÁNDEZ, 1994, p.10)

El protagonista relata muchos de sus sufrimientos y lamenta los cambios que padeció. Él narra cómo era su vida antes, cuando, por ejemplo, tenía su rancho, mujer e hijos y podía contemplar la naturaleza, el cielo, los animales, en especial su pingo (caballo). En esa parte, él describe con gran nostalgia momentos que vivió y que probablemente no volverá a vivir:

> ¡Ah tiempos!... Si era un orgullo
> ver *ginetear* un *paisano.*
> Cuando era gaucho *vaquiano,*
> aunque el *potro se boliase,*
> no había uno que no parase
> con el cabresto en la mano.
> (HERNÁNDEZ, 1994, p.12)

ISBN: 978-85-7205-133-01

Fierro afirma que tenía todo lo que deseaba para vivir de manera tranquila y feliz, con todo, la situación cambió cuando lo echaron a la frontera, pues no sabía lo que podría encontrar allá, y ni tampoco lo que encontraría cuando volviese.

El reclutamiento era forzoso y la suerte de Martín Fierro estaba en las manos de un juez de paz que, por acordarse de que él no había votado en las últimas elecciones fue "indicado" por él para ir a la frontera y sufrir tamaño castigo. Es inclusive un lamento suyo el hecho de que el gaucho sólo servía para votar.

La indignación por servir, contra su voluntad, a un gobierno autoritario y explotador era inmensa, el mismo cuestionaba "¡quién aguanta aquel infierno! Y si eso es servir al Gobierno, a mí no me gusta el cómo" (HERNÁNDEZ, 1994, p.16)

Aunque en su rancho no tuviera quizás el conforto y la hartura, tenía por lo menos ropas, sitio para dormir y comida para saciarse. En la frontera, la realidad y la situación era otra, allá la pobreza era visible, el primer problema es que no tenía sueldo, el segundo es que no le era dado condiciones para vivir una vida digna.

El mismo lamenta, "yo no tenía ni camisa ni cosa que se parezca; mis trapos sólo pa yesca que podían servir al fin… No hay plaga como un fortín para que el hombre padezca." (HERNÁNDEZ, 1994, p.20) Su desespero para salir de ahí era inmenso que esperaba algún momento para que pudiese escapar y volver para su pago, sobre el servicio el continuaba afirmando que:

> Aquello no era servicio
> ni defender la frontera:
> Aquello era ratonera
> en que sólo gana el juerte;
> Era jugar a la suerte
> con una *taba* culera.
> (HERNÁNDEZ, 1994, p.22)

Después de tres años sufriendo, Fierro regresa a casa, en la condición de desertor, pobre y desnudo, pero asimismo buscaba nueva suerte con su familia, pero cuando regresó nada encontró, delante tan grande sufrimiento, él juró en aquel momento "ser más malo que una fiera!" (HERNÁNDEZ, 1994, p.26)

ISBN: 978-85-7205-133-01

El cambio de toda una vida

Fierro resolvió salir sin rumbo, ya que nada lo unía allí, y desde ese momento por considerarlo como vago, las autoridades empezaron a perseguirlo. A cada sitio que él iba, trataba de "pelear". Cierta noche en un baile, cuando percibió que una pareja de negros entraban, empezó a ofender a la mujer. El negro se puso furioso y entonces la pelea tuvo su inicio y finalizó con la muerte del negro.

Un aspecto observable en la obra, es el prejuicio que el personaje tiene de los indios y de los negros. Para él, los indios son la barbarie, y los negros conforme subraya en esa estrofa: "A los blancos hizo Dios; a los mulatos, San Pedro; a los negros hizo el diablo; para tizón del infierno". (HERNÁNDEZ, 1994, 29)

En esa vida de *matrero* donde iba de pago en pago, de pulpería en pulpería intentando divertirse con los juegos y bebidas, bien como "vengarse" de su destino, al mismo tiempo en que era perseguido por sus delitos, Fierro ya empieza a sentir el peso de la soledad, de no ter con quien compartir sus alegrías (que son, en este momento, muy pocas) y sus penas.

En esta estrofa él declara eso, "bala el tierno corderito al lao de la blanca oveja, y a la vaca que se aleja llama el ternero amarrao; pero el gaucho desgraciao no tiene a quién dar su queja". (HERNÁNDEZ, 1994, p.33) En varios momentos de la obra él habla de su soledad, pero aquí presentaremos apenas dos, "es triste en medio del campo pasarse noches enteras contemplando en sus carreras las estrellas que Dios cría, sin tener más compañía que su soledá y las fieras". (HERNÁNDEZ, 1994, p.34)

La libertad es un elemento imprescindible en su vida de "aventurero", él mismo conta que "sin punto ni rumbo fijo en aquella inmensidá, entre tanta escuridá anda el gaucho como duende; allí jamás lo sorpriende dormido la autoridá". (HERNÁNDEZ, 1994, p.34)

Algo interesante que percibimos es que existe una sensibilidad oculta en la rudeza de Martín Fierro, la misma sensibilidad de cuando él era "feliz", y vivía en su rancho con su familia, contemplando las cosas sencillas de la vida. La valoración de esa característica, aún que tal vez muy entrelíneas, está presente en estrofas como esas, "ansí me hallaba una noche contemplando las estrellas, que le parecen más bellas cuanto uno es más desgraciao, y que Dios las haiga criao para consolarse en ellas. Les tiene el hombre cariño, y siempre con alegría ve salir las *Tres Marias*; que si llueve, cuanto escampa, las estrellas son la guía que el gaucho tiene en la *pampa*". (HERNÁNDEZ, 1994, p.34)

ISBN: 978-85-7205-133-01

La fe y la religiosidad es muy presente en la obra también. La impresión que tenemos, es que el personaje insiste en demostrar eso en diferentes cantos, y en las más variadas situaciones. En una persecución por ejemplo, él se manifiesta, "por suerte en aquel momento venía coloriando la alba, y yo dije: 'si me salva la Virgen en este apuro, en delante le juro ser más güeno que una malba". (HERNÁNDEZ, 1994, p.36)

En la vuelta, ese sentimiento de respecto y deferencia a Dios es muy expresivo. En una ocasión, él y su amigo Cruz se encontraban en apuros y en ese momento Fierro dice que lo único que ellos respetarán será Dios. "Se endurece el corazón, no teme peligro alguno. Por encontrarlo oportuno allí juramos los dos respetar tan sólo a Dios; de Dios abajo, a ninguno". (HERNÁNDEZ, 1994, p.64)

Existe un momento de transición entre las dos obras El Gaucho Martín Fierro y La Vuelta de Martín Fierro, procuraremos presentar los sentimientos expresados por Martín Fierro, también en ese otro momento para que hagamos una comparación, y mostremos si hubo cambios o no.

Declaramos anteriormente que Martín Fierro tenía prejuicio contra los indios y los negros, pero el declara que también sufre prejuicios, principalmente en el momento en que se pone a cantar: "canta en *pueblero*…y es pueta; canta el gaucho…y ¡ay Jesús!, lo miran como avestruz, su inorancia los asombra; mas siempre sirven las sombras para distinguir la luz". (HERNÁNDEZ, 1994, p.59)

El gaucho por su naturaleza, posee gran destreza con sus objetos de uso personal, como las boleadoras, por ejemplo, con su compañero inseparable, el caballo, y con algunos servicios de campo, lo mismo le pasa a Martín Fierro, cuando el afirma que sabe "dirigir la *mansera* y también echar un *pial;* sé correr en un *rodeo*, trabajar en un corral; me sé sentar en un pértigo lo mesmo que en un *bagual*". (HERNÁNDEZ, 1994, p.61)

La tristeza y la nostalgia son frecuentes en su discurso "es triste dejar sus *pagos* y largarse a tierra agena llevándose la alma llena de tormentos y dolores; mas nos llevan los rigones como el *pampero* a la arena" (HERNÁNDEZ, 1994, p.62)

La amistad es algo que Fierro valora mucho, y cuando él fue salvado por el sargento Cruz, una gran amistad comenzó. Durante la convivencia acabaron descubriendo que Cruz también era gaucho, y que había pasado por los mismos padecimientos que Fierro, pero ha mejorado su situación cuando recibió el puesto de sargento.

Después de la persecución a Fierro, y percibiendo su valentía al luchar sólo contra varios policías, Cruz resolvió abandonar su puesto para acompañar a Fierro por el mundo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ellos se tornaron grandes compañeros hasta el momento en que una grave enfermedad lo mató. El sufrimiento de Fierro fue inmenso, y en ese momento su lado humano se afloró, "aquel bravo compañero en mis brazos espiró, hombre que tanto sirvió, varón que fue tan prudente, por humano y por valiente en el desierto murió". (HERNÁNDEZ, 1994, p.75)

Mismo con su lado valiente, las dificultades no dejan de estar presentes, principalmente en el contexto de la frontera. Fierro describe bien lo que siente en relación a ese tema, "es un peligro muy serio cruzar juyendo el desierto. Muchísimos de hambre han muerto, pues en tal desasosiego no se puede ni hacer fuego para no ser descubierto". (HERNÁNDEZ, 1994, p.85)

Otro rasgo interesante de notarse es el posicionamiento machista que imperaba fuertemente también en el siglo XIX. Aunque para la sociedad, el gaucho fuera visto como duro e "insensible", es señalado que en su íntimo los sentimientos existían y se manifestaban en diversas ocasiones. Pero en público, Fierro jamás externalizaría sus más profundos sentimientos, con la intención de "conservar" esa imagen que la sociedad poseía de él.

Así, él recita que "la junción de los abrazos, de los llantos y los besos se deja pa las mugeres, como que entienden el juego. Pero el hombre que compriende que todos hacen lo mesmo en público canta y baila, abraza y llora en secreto". (HERNÁNDEZ, 1994, p.88)

Reencuentros, madurez y despedida

Cuando Fierro reencontró a sus hijos y conoció a Picardía, empezaron a compartir todo lo que sufrieron en estos años separados, cada uno contó las dificultades enfrentadas, y eso, de cierto modo, emocionó a Fierro, primero porque él se identificaba con los hechos narrados, y segundo, porque en el caso de sus hijos, ningún padre desea ver a sus hijos sufriendo.

Entonces, antes de cada uno seguir un rumbo diferente, Fierro les dio varios consejos para que pudiesen superar los obstáculos de la vida. Les habló sobre la importancia del trabajo, "el trabajar es la ley, porque es preciso alquirir. No se espongan a sufrir una triste situación: sangra mucho el corazón del que tiene que pedir". (HERNÁNDEZ, 1994, p.142)

Aconsejó sobre la valoración de la familia, donde la unión debería prevalecer en todas las circunstancias. La cuestión de la honestidad, de no robar pues como él les explicó "no es vergüenza ser pobre y es vergüenza ser ladrón". (p.143) Les pidió para no matar a los hombres que encontrasen por el camino, ni tampoco pelear por "diversión". Sobre la bebida

ISBN: 978-85-7205-133-01

también les advirtió diciendo que "es siempre, en toda ocasión, el trago el pior enemigo. Con cariño se los digo, recuerdenló con cuidado: aquél que ofiende embriagado merece doble castigo". (p.143)

Al explicarles lo porque les dio estos consejos, Fierro se justifica diciendo que fue muy difícil para él adquirirlos, y también porque le gustaría conducirlos al camino del bien, e igualmente finaliza alegando que es de "la boca del viejo de ande salen las verdades". (p.144) Eso nos remite a un pensamiento que dice que es en la juventud nosotros aprendemos, pero es en la vejez que comprendemos.

Consideraciones Finales

Cuando leímos la obra *El Gaucho Martín Fierro*, percibimos que la misma era mucho más que simples narrativas de un personaje principal. La obra traía en su esencia algo muy profundo e inquietante: sentimientos. En muchos momentos, nos cuestionamos, ¿Pero a quién pertenecen estos sentimientos? La impresión que teníamos era que Martín Fierro era más que un personaje, era un hombre real que sufrió todo lo que narró, una vez que los detalles eran descriptos con la perfección de quien vive aquella realidad.

Así, nos surgió el interés de trabajar con sentimientos en esa ponencia. Intentamos comprender, lo que había por detrás de los sentimientos de ese gaucho. Pero como los sentimientos son subjetivos, es difícil presentar una respuesta concreta, sin embargo la impresión que tenemos es que los sentimientos de ese gaucho, son los de un hombre que pasó por diversas situaciones de subyugación y tubo su voz silenciada por un gobierno y sociedad autoritarios y excluyentes.

José Hernández, que fue periodista, activista militar y muchas veces hasta rebelde en el sentido de luchar contra ese gobierno, buscó por medio de esa obra exponer a toda la sociedad Argentina las atrocidades que estos tipos sociales sufrían y que eran siempre ocultadas por los detentores del poder de la época.

Hernández, mismo antes de publicar la obra, ya cuestionaba en los periódicos donde trabajaba: ¿por qué solamente los habitantes del campo tenían que sufrir las dificultades de vivir en la frontera? También se cuestionaba: ¿dónde están los derechos a la vida humana que estos "pobres" hermanos sólo conocían en los papeles?

El autor convivió un tiempo de su vida con gauchos, y aprendió incluso un poco de su cultura, entonces, una de las hipótesis que levantamos en relación a su interés de publicar la

ISBN: 978-85-7205-133-01

obra, y, consecuentemente, de dar voz al gaucho, fue quizás el hecho de considerarse, en partes, uno de ellos, o porque quería, de cierta manera, atacar al gobierno de oposición, denunciando, por medio de la obra, las barbaridades que los gauchos pasaban en sus manos, sin el derecho a contestar y a ser oídos.

Entonces, cuando propusimos cuestionar ¿qué hay por detrás del "gaucho malo"? Contestamos que hay sentimientos y situaciones que lo llevaron a transformarse con el tiempo. Creemos que nadie se porta como una persona mala sin razón, e interpretando cada narrativa de Martín Fierro, podemos percibir que él tuvo innúmeras razones para cambiar.

Quién sufre no olvida, puede hasta con el tiempo mejorar, como fue su caso en la vuelta, pero eso requiere tiempo y voluntad, y hasta que eso ocurra, lo más probable es que quienes pasaron por estas situaciones, se rebelen contra quien causó eso, en el caso del personaje: el gobierno de la época.

Referencias Bibliográficas

ARA, Guillermo. *La Poesía Gauchesca*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A., 1967.

BORGES, Jorge Luis; GUERRERO, Margarita. *O "Martín Fierro".* Porto Alegre: L&PM, 2007.

DONGHI, Tulio Halperin. *José Hernández y sus mundos.* Buenos Aireis: Debolsillo, 2006.

FINUCCI, Raúl Oscar. *Todos somos gaúchos.* 1.ed. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2012.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul.* Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1985.

HERNÁNDEZ, José. *El gaucho Martín Fierro. La vuelta de Martín Fierro.* Colombia: Ediciones Nuevo Siglo S.A., 1994.

SALAVERRÍA, José María. *Vida de Martín Fierro. El gaucho ejemplar.* Madrid: ESPASA-CALPE, S.A., 1934.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Integração Física e sua Importância para a América do Sul: Olhares da Geopolítica

THAÍS VIRGA PASSOS
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
Universidade de São Paulo - PROLAM/USP
thaisvirga@yahoo.com.br

MARIA CRISTINA CACCIAMALI
Livre Docente em Economia
Universidade de São Paulo e Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP

RESUMO

Entender o recente processo de integração regional na América do Sul compreende a influência da Geopolítica no assunto, como um dos fatores de adensamento ou freio de processos e agendas integracionistas. Nesse espectro, o presente artigo propõe analisar a relação entre a geopolítica e a importância da maior integração física, focalizada na infraestrutura de transportes intermodal, como via de desenvolvimento nessa região. Este objetivo será desenvolvido por meio de contribuições da geopolítica, a partir dos estudos de Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos, no intuito de trazer as iniciativas políticas recentes voltadas à integração física à análise do espaço geográfico, tal qual caracteriza a área do conhecimento da geopolítica em sua proposta de compreender a relação entre política, territórios e desenvolvimento.
Palavras-chaves: Integração Física, Transportes, Geopolítica, América do Sul, Desenvolvimento

RESUMEN

Comprender el reciente proceso de integración regional en América del Sur comprende la influencia de la geopolítica en el tema, como uno de los factores de densificación o de freno de processos y agendas integracionistas. En este espectro, este artículo se propone analizar la relación entre la geopolítica y la importancia del aumento de la integración física, focalizada en la integración de la infraestructura de transporte intermodal, como via de desarollo en esta región. Esto obyectivo se desarrollará a través de las contribuciones de la geopolítica, a partir de estudios de Mario Travassos y Carlos de Meira Mattos, con el fin de traer las iniciativas políticas recientes involucradas en el análisis de la integración física del espacio geográfico, lo que caracteriza a esta área de conocimiento Geopolítica en su intento por comprender la relación entre la política, território y desarrollo.
Palabras clave: Integración Física, Transporte, Geopolítica, América del Sur, Desarrollo.

INTRODUÇÃO: GRANDES PENSADORES DA GEOPOLÍTICA - TERRITÓRIOS E AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS

Entender o recente processo de integração regional na América do Sul compreende a influência da Geopolítica no assunto, como um dos fatores de adensamento ou freio de processos e agendas integracionistas. A geopolítica se caracteriza pela área do conhecimento

ISBN: 978-85-7205-133-01

que busca entender as relações recíprocas entre o poder político nacional e o seu respectivo espaço geográfico, ou como resume Beckheuser "é a política feita em decorrência das condições geográficas" (In: MATTOS; 2007, p.61). Da mesma forma, a geopolítica auxilia no entendimento das relações entre Estados e das medidas adotadas visando movimentos de aproximação, de política conjunta nas áreas de economia, defesa ou integração regional, por exemplo.

Como importante exemplo dessa área de estudo à América do Sul, a historiadora e geógrafa Therezinha de Castro (1999) ressaltou a importância estratégica do Atlântico Sul para a região, destacando que esse oceano caracteriza um ponto de estratégia geográfica e econômica aos países que o acessam. Um dos motivos seria pela distinção do Oceano Atlântico, frente os outros dois grandes oceanos (Pacífico e Índico), pela ampla comunicação marítima com as zonas polares, e, importantemente, para o comércio com os continentes africano e europeu. A saber, o Brasil, maior país do Atlântico Sul, é altamente dependente desse mar para seu comércio exterior. Castro (1999) também lembrou a estratégica posição geográfica da própria América do Sul, região banhada a leste pelo Atlântico Sul e a oeste pelo Pacífico e as possibilidades de maior conexão também com a Ásia. Assim, ressaltou que a dinâmica geopolítica nessa região, se pensada e estruturada de forma integrada, tende a se tornar uma região de grande potencialidade de desenvolvimento no mundo.

Com um objeto de estudo voltado à importância da integração física, baseada na intermodalidade de transportes, para o desenvolvimento da América do Sul, é fundamental para este trabalho partir da geopolítica como o alicerce ao entendimento frente às diferenças e semelhanças na geografia dos países. Como exemplos, como o bioma amazônico deve ser pensado em matéria de infraestrutura de transportes para uma maior conexão entre os países? Também, de que forma a cadeia montanhosa da Cordilheira dos Andes, perpassando territórios do Peru, Equador e Colômbia, pode influenciar nas políticas desses países no tocante aos modais de transporte mais eficientes para suas economias e uma maior integração regional? Essas são algumas das perguntas que perpassam este trabalho e relacionam a temática infraestrutural à integração regional. Em suma, a geopolítica é necessária para o entendimento de que é preciso conhecer os territórios para um melhor planejamento territorial integrado.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Sendo assim, a partir de uma fundamentação da geopolítica clássica, voltamos aos estudos do grande expoente dos estudos à essa área do conhecimento, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel.

Em sua obra clássica "*La Géographie Politique: Les Concepts Fondamentaux*" (ed.1987), Ratzel defende a importância do território para a concepção dos Estados e as relações entre eles, em consonância aos estudos da geografia relacionados às ciências políticas, sociais e a história. Adiante, aponta que cabe aos Estados estreitar os laços de coesão e unidade dentro de um determinado território, articulando-o (RATZEL; 1987, p. 60).

Influenciado por Ratzel, Rudolph Kjéllen[1], fundador da "geografia política da guerra", ressaltava a importância da integração territorial para fortalecer um Estado ou uma região frente a possibilidades de invasão e ataques (KJÉLLEN; 1916) [2]. Outro autor do século XIX, importante no tocante às relações entre a geografia e Estado, é Camille Vallaux, geógrafo e oceanógrafo francês. O autor sublinha que mais do que o valor econômico dos territórios, identificado inicialmente pelos recursos exploráveis que possuem, esses também detém um valor político e estratégico, como forma de dominação e associado à conformação de sociedades.

Em sua obra "*Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre o Território e o Poder*", Wanderley Messias da Costa, evidencia uma destacada característica dos estudos de Vallaux: "que o Estado deve ser considerado como uma "forma essencialmente geográfica da vida social". (COSTA; 2010, p. 47). O autor também destacaria a importância do território, relacionando-a a processos de integração. Conforme acentua ao evidenciar a importância da "valorização territorial", o autor explica ser esse "um processo de longo prazo que implica integração econômica, política e delimitação de fronteiras" (COSTA; 2010, p. 35-41).

Avançando na proposta deste trabalho, Backheuser (1952; p.42) ressalta que desde o século XIX, clássicos como Friedrich Ratzel já chamavam a atenção para o papel da infraestrutura e das vias de comunicação na direção de ampliar os potenciais geográficos de um território, ou seja, suas riquezas naturais, através de configurações econômicas e políticas.

[1] Convém destacar o momento em que Friedrich Ratzel e Rudolph Kjëlen consolidavam as bases da geopolítica clássica, quando ao final do Século XIX e início do XX, o mundo passava por momentos turbulentos, com formação e desaparecimento de nações. A soberania dos Estados era fortemente vinculada aos territórios e, principalmente, às fronteiras marítimas, terrestres e aéreas.

[2] Naquele momento, o autor lançava as bases da geopolítica alemã.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Com um olhar à América do Sul, finalizamos essa nota introdutória evidenciando a importância de maior planejamento entre os países que a compõem, tendo em vista as potencialidades de desenvolvimento a partir do adensamento da integração regional. Segundo Heleno Moreira , no trabalho "*A Integração Sul – Americana: Situação Atual e Perspectivas*", o "continente sul-americano dispõe de riquezas naturais e de espaço que podem garantir-lhe condições de pleno e contínuo desenvolvimento" (MOREIRA; 2010, p.7). O autor ressalta o desafio geopolítico da América do Sul:

> A América do Sul está frente ao desafio que definirá seu papel no século XXI: retomar o crescimento econômico com ampla participação social, para construir as bases de um desenvolvimento sustentável que gere bem-estar social, reduza os níveis de pobreza e desigualdade em todos os países da região e aumente sua relevância na economia mundial. (MOREIRA, H. In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA; v.25, n.51, 2010, p.21).

É importante lembrar que grande parte das iniciativas de integração na região sul-americana a partir do século XX partiu de ações brasileiras, onde o país, sendo o maior da região, buscaria seu fortalecimento enquanto soberania nacional, assim como da região frente o sistema internacional. A busca por maior integração regional pode ser visualizada através da própria Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988. O parágrafo único do artigo 4° da Constituição, diz: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" [3].

A consolidação da integração regional na América do Sul, a partir de maior conectividade entre os países, possibilitará seu fortalecimento e desenvolvimento, tanto no que tange a potenciais e estratégicas parcerias entre países vizinhos nessa região, além de ligações com países da África e da Ásia, por exemplo, como também ao estabelecimento de maior força, econômica e política no sistema geopolítico regional e internacional.

AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DE MÁRIO TRAVASSOS E CARLOS DE MEIRA MATTOS PARA A INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL

Primeiramente, é importante destacar a conceituação de "infraestrutura física" a qual abrange um amplo campo de setores tais como: transportes – rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimos, fluvial e intermodal, comunicações – internet e telefonia, energia, saúde, educação

[3] Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

ISBN: 978-85-7205-133-01

e habitação. Conforme é ressaltado em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

> *Es importante precisar los conceptos de infraestructura y servicios de infraestructura, y establecer asimismo su relación en un marco de actividades que tienden a vincularse de manera crecientemente sinérgica y entrelazada. En general, es posible definir a la infraestructura como el conjunto de estructuras de ingeniería e instalaciones –por lo general, de larga vida útil– que constituyen la base sobre la cual se produce la prestación de servicios considerados necesarios para el desarrollo de fines productivos, políticos, sociales y personales* (*BID; 2000*).

No Brasil, um autor com grande contribuição aos estudos sobre infraestrutura é Mário Travassos, militar e autor de um dos estudos pioneiros sobre geopolítica no país. Travassos evidenciou a relação entre integração física via transportes, comunicação e desenvolvimento e para um maior compreendimento dessa relação faz-se necessário entender a abordagem do autor em sua obra "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras", de 1942.

Com um foco na integração do Brasil o autor cria o conceito de "Brasil longitudinal", onde um sistema plurimodal de transportes seria o suporte para um plano maior de comunicações "transversais" no país. O autor defende a técnica frente obstáculos de natureza morfológica de um território. Nesse contexto levanta o ponto central de sua obra ao perceber a possibilidade da integração física através de sistemas plurimodais de transportes, como o automóvel e o avião e todas as tecnologias que compreendem seus processos produtivos, interligados aos modais marítimo, fluvial e/ou ferroviário.

As agendas integracionistas recentes visam basicamente articular de maneira mais eficiente os fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, assim como uma maior conexão entre áreas menos desenvolvidas e importantes atividades econômicas. Segundo ressaltou Travassos (1942), "cabe ao sistema de comunicações e transportes a articulação dos centros de produção possibilitando a ampliação desses fluxos".

Além disso, sua contribuição pode ser utilizada para estudos além de Brasil, conforme destacou em outra obra intitulada "Projeção Continental do Brasil" (1935), onde ressalta que "as comunicações podem mesmo definir o grau de aproveitamento das possibilidades de um país como de uma região, exprimir materialmente os objetivos que se prosseguem." (TRAVASSOS; 1935, p. 185)[4].

[4] No tocante ao fenômeno da circulação, Travassos defende que os transportes constituam o meio para atingir o objetivo das "comunicações", cujo significado é político. Preocupado com a manutenção da unidade

ISBN: 978-85-7205-133-01

Nessa obra, o autor destaca dois grandes "Antagonismos Geográficos" da América do Sul, conforme sua própria definição, tendo de um lado o oceano Atlântico, do outro o Pacífico[5]. Sob o primeiro, ressalta a posição atlântica brasileira submetida a dois outros ambientes geográficos: a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica (destaque à sua caracterização territorial peculiar, com a densa floresta incorrendo em uma área de difícil acesso para a maior integração nacional). Do lado do Pacífico, o autor ressaltaria a importância da Cordilheira dos Andes, como outro óbice geográfico, que se por um lado dificultava a passagem no sentido Leste-Oeste, oferecia comunicações no sentido Norte-Sul na região sul-americana. Isso devido à extensão desta Cordilheira, da Venezuela à Patagônia, apresentando pontos de rebaixamento, chamados "nudos", que facilitam a passagem e a circulação nesse sentido. Sobre esses "nudos" o autor destaca sua posição estratégica entre dois oceanos diferentes, um "pacífico", outro "agitado":

> (...) as cumeadas dos Andes dividem águas para dois oceanos especificamente diferentes. Para oeste, o Pacífico, o "mar solitário", o oceano de feixes de circulação regionais, das extensões sem fim, das grandes profundidades, das polinésias. Para leste, o Atlântico, cujas águas são as mais frequentadas do globo, em cujas costas a ecúmeno marítima se encontra magnificamente definida e onde o planalto "continental" é dos mais piscosos. (TRAVASSOS; 1935, p. 20).

No estabelecimento do debate proposto acerca de uma infraestrutura de transportes mais eficiente na região sul-americana, e suas especificidades físicas, Carlos de Meira Mattos (2007) retoma Travassos para justificar a importância dos transportes em toda a América do Sul:

> As soluções sugeridas por Travassos visando à superação dos óbices oferecidos pela geografia sul-americana situam-se na realização de uma política de transportes que neutralize, a nosso favor, os desequilíbrios potenciais oferecidos pelos antagonismos fisiográficos existentes." (MATTOS, 2007, p.62).

Mattos defendia a posição mais favorável do Brasil para conduzir uma maior integração regional, tendo em vista sua posição geográfica privilegiada. O autor destacaria a

---

geográfica e criticando as "anomalias viatórias" características do período da "Primeira República" (1889-1930), Travassos elogiou o Plano de Viação Nacional[4] lançado em 1934 pelo governo de Getúlio Vargas, ressaltando o plano como: "a mais perfeita concepção circulatória que se poderia projetar para o nosso país. Seus traçados constituem, por assim dizer, a própria materialização das linhas de menor resistência ao tráfego do território, plena satisfação às características da geografia das comunicações brasileiras" (TRAVASSOS; 1942, p. 195). No anexo deste trabalho, apresentamos o **MAPA 01**, com o Plano Viário Nacional de 1934, e seus respectivos modais de transporte.

[5] Tais antagonismos podem ser visualizados através do **MAPA 02**, em anexo neste trabalho.

ISBN: 978-85-7205-133-01

fronteira marítima do país, em 7.400 quilômetros desde a foz do Rio Amazonas, na porção setentrional do país até o limite sul com o Uruguai, e, internamente, com uma fronteira terrestre de 15.500 quilômetros ligando o Brasil à grande parte da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador. Porém, destacava também, desde os anos de 1960, a "vasta área, largamente subdesenvolvida, de suas regiões ocidental e setentrional" (MATTOS; In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2007, p. 18) [6].

Ao final da Coletânea sobre a grande contribuição do General Meira Mattos para os estudos da geopolítica brasileira e regional e sua relação com o desenvolvimento, são relacionados os principais temas de trabalho e defesa do autor, conforme explicitado na TABELA 1, a seguir. Tais temas alicerçam a análise sobre a importância da integração regional sul-americana a partir de uma perspectiva brasileira:

TABELA 1: Temas Geopolíticos de Análise do General Meira Mattos

1	Os fatores geopolíticos são vitais para o desenvolvimento e a segurança nacional do Brasil, baseados em uma **integração de planejamento político, espaço e posição territorial**, recursos naturais e tecnologia, a coesão e a vitalidade da população e a criatividade da liderança para resolver os problemas internos e internacionais.
2	A segurança do Brasil está ligada à bacia do Atlântico Sul – uma localização estratégica acentuada primeiro pelo saliente nordestino, projetando-se na direção da África e obrigando a proteção da parte estreita do Atlântico nas rotas para o Norte da África e para a Europa.
3	O pensamento geopolítico emoldura o **planejamento do desenvolvimento regional para a Bacia Amazônica**, isto é, segundo os conceitos de **pólos de desenvolvimento fronteiriços, redes de comunicações, desafios demográficos, recursos naturais** etc. Do mesmo modo, a **integração da fronteira com a costa e sua auto-suficiência** reduzem as ameaças insurrecionistas e estrangeiras contra o interior e podem ser conseguidas dentro do quadro de **cooperação do Brasil com os países hispano-americanos.**
4	**Desenvolvimento, poder e segurança** são intimamente ligados à **conexão física** entre estados e países.

Fonte: "O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra". Coletânea de Artigos da Revista da ESG, 2007, p. 53. Disponível em: http://www.esg.br/uploads/2008/12/Coletanea_MeiraMatos.pdf. Destaques nossos.

Outro autor, da área do Direito, que destacou a importância da Geopolítica e da integração regional na América do Sul, para o fortalecimento e desenvolvimento dessa região, é Guilherme Sandoval Góes, Coordenador da Divisão de Assuntos Geopolíticos da Escola Superior de Guerra (ESG). O autor destaca a importância da integração regional, a partir de

[6] Em linha cronológica aos seus mais importantes trabalhos, com grande influência geopolítica, destacam-se: "Projeção Mundial do Brasil" (1960); "Brasil, Geopolítica e Destino" (1975 e 1979); "A Geopolítica e as Projeções do Poder" (1979) e "Uma Geopolítica Pan-Amazônica" (1980), esse último de grande importância nesse trabalho. Seus artigos, em sua maioria, foram publicados principalmente nos meios: "A Defesa Nacional"; "*Estratégia*" (Argentina); "Boletim Geográfico"; "Revista Brasileira de Política Internacional" e "*Revista del Colégio Inter-Americano de Defensa*".

ISBN: 978-85-7205-133-01

uma liderança brasileira e exemplifica complementaridades entre os países da América do Sul, com destaque às potencialidades do Arco Amazônico:

> A integração do chamado triângulo geopolítico sul-americano é o melhor projeto de integração da América do Sul. Sob o acicate orientador da liderança benigna brasileira, a integração destes grandes conjuntos geopolíticos pode ser feita a partir da exploração de suas vocações naturais e pautada no caráter de intercomplementaridade sub-regional. E assim é que no âmbito do Arco Amazônico, por exemplo, a postura brasileira deveria caminhar no sentido de integrar os países da região por intermédio de acordos multinacionais visando à valorização de redes pan-amazônicas de ciência & tecnologia e saúde (pesquisas cientificas em torno da biodiversidade seriam priorizadas em todas as universidades dos países amazônicos, visando a agregar maior valor às suas descobertas e assegurando as patentes sul-americanas, evitando, por conseguinte a fuga de recursos pela pirataria e tráfico ilegal de ervas e sementes), intensificação do turismo ecológico (construção da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento), etc. (...) Este é um rol meramente exemplificativo, com certeza muitas outras iniciativas poderiam aqui ser elencadas, mas não há espaço para tanto, fica apenas a sinalização de uma vibrante integração a partir destas três grandes frentes: amazônica, andina e platina. (REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, v.23, n.48, 2007, p. 120).

Articulando os pensamentos dos autores agora apresentados, destacamos que ambos ressaltaram a importância da infraestrutura e das ligações entre países para o desenvolvimento social e econômico, além de maior poder político desses e de toda a região sul-americana, através da geopolítica. A integração física entre os países da região configuram o ponto central e inicial para muitas das iniciativas de maior conexão, isso é dizer que primeiro, é importante conhecer e estreitar relações entre vizinhos.

Existe um amplo entendimento de que para a ampliação do comércio ao ponto que favoreça as economias dos países de uma região é importante o desenvolvimento de rotas de ligação entre eles. Além disso, há uma compreensão de que a ampliação e articulação da infraestrutura dos transportes através dos eixos viários - rodovias, rios, mares, aéreo – são importantes fatores para a conectividade de mercados (de insumos à produção e distribuição) e à circulação de bens, pessoas e serviços, alavancando as potencialidades de desenvolvimento de uma região. Acentuando o papel da logística para ampliar as conexões internas no que tange a um aumento de fluxos comerciais, de uma forma mais eficiente e competitiva, Costa & Costa (2009) destacam:

> No mundo contemporâneo, a logística é um sistema de vetores de produção, transporte e processamento que garante o movimento perene e a competitividade. (…) Na indústria e na agroindústria, a logística foi incorporada à geopolítica e visa maximizar o valor econômico dos produtos ou materiais, tornando-os disponíveis a um preço razoável, onde e quando houver procura. Em outras palavras, a utilização do tempo e do espaço são otimizados. (COSTA, W. M. & COSTA, F. A. In: CGEE, 2009, p. 366).

ISBN: 978-85-7205-133-01

Segundo o estudo "*Infraestructura Física para la Integración en America Latina y el Caribe*" do Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA), a debilidade infraestrutural da região implica em várias limitações em seu desenvolvimento, conforme é explicitado:

> *(...) el atraso considerable de la infraestructura física de América Latina y el Caribe (ALC) acarrea limitaciones en su competitividad internacional, el comercio intrarregional, la inversión, la superación de la pobreza y sus posibilidades de desarrollo. (SELA, 2011, p.3).*

Também com relação aos impactos sociais, de perspectivas de urbanização e deslocamentos entre campo-cidade, o estudo destaca a questão de serviços sociais, os quais atento também à importância dos transportes ao permitir acesso a serviços ligados à educação e saúde, principalmente em regiões isoladas e distantes do desenvolvimento econômico dos grandes centros. Conforme consta no estudo da SELA:

> *Mediante la infraestructura las tierras adquieren valor y posibilidades de utilizarse a favor del desarrollo humano, por cuanto se vuelven aptas para la producción y la urbanización y así se facilita el acceso a los servicios sociales, se promueven actividades como el turismo, de tanta importancia para la economía de los países latinoamericanos y caribeños y se contrarrestan situaciones como la migración campo-ciudad o la falta de seguridad. (SELA, 2011, p. 11).*

As especificidades geográficas da América do Sul, caracterizadas por áreas de selva, desérticas, grandes macias hidrográficas naturalmente conectadas e áreas de grande altitude, com regiões acima de 3.000 m, por exemplo, demandam um maior planejamento logístico que leve em consideração infraestruturas de transportes intermodais, a depender da própria geografia. Isso quer dizer, que em áreas territoriais planificadas muitas vezes a opção ferroviária ou rodoviária possa imprimir melhores condições para a integração física. No âmbito das altas altitudes como a presença da extensa Cordilheira dos Andes, o modal rodoviário no seu entorno conectado a outras vias, como as fluviais (próximas em países como Peru, Colômbia e Equador) deva ser priorizado, tendo em vista os altos custos de implantação de ferrovias a altitudes tão elevadas. Por fim, na grande área selvática da Amazônia sul-americana, a existência de uma ampla rede fluvial navegável, imprime possibilidades de maior utilização do modal hidroviário (fluvial e marítimo) para a realização de maior integração física entre países e regiões dessa área. Mas o mais importante, pensando nessa integração, é que o planejamento, os projetos e as obras relacionadas a transportes na América do Sul, sejam pensados e executados de forma a conectar os diferentes modais de transporte estabelecidos através de centros logísticos e de armazenamento.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Assim, o que atentamos aqui, é que o planejamento territorial e a integração regional devem levam em conta, prioritariamente, as especificidades geográficas do ambiente em questão a fim de dirimir impactos negativos que obras de infraestrutura, em grande medida, imprimem. Isto posto, é importante que a integração física, baseada na conectividade e na capilaridade das redes, seja planejada de acordo com as especificidades regionais, sejam essas geográficas, mas também culturais e políticas. Como um exemplo na região amazônica, tendo em vista sua importância em termos vitais e de recursos naturais e energéticos, deve priorizar meios fluviais de transporte ao invés de traçados ferroviários, por exemplo, perpassando a floresta. A ampla rede fluvial conectada à Bacia do Rio Amazonas[7], com ligações a importantes rios da região, como o Putumayo (no Peru) e Napo (no Equador) além de proximidade a redes rodoviárias no interior dos países, imprime grandes potencialidades de maior integração física na região. E isso no que tange tanto a conexões econômicas e sociais regionais, quanto, também, internacionais, tendo em vista a conectividade das bacias fluviais aos grandes oceanos que circundam a América do Sul (Pacífico e Atlântico), através de operações portuárias e logísticas de comando e controle.

Assim, é importante também destacarmos alguns pontos com relação a custos, capacidade de transporte e tecnologias para pensamos na integração física e nas comunicações tal qual falava Travassos.

Segundo Vitte (2009), o transporte aquático tem o menor custo quando comparados os fretes dos diferentes tipos de tranporte. Considerando por km rodado em US$/tonelada, o frete hidroviário custa em média 40% do frete ferroviário e 30% do rodoviário, além da capacidade de transporte comparado ser substancialmente maior. Como exemplo, uma barcaça pode ser carregada em média com 1.500 toneladas ao passo que um vagão de trem comporta em média 100 toneladas, exigindo 15 vagões para cada barcaça. Há de se destacar também que os impactos ambientais com realação a projetos de cunho fluvial (como obras de dragagem de rios, por exemplo) apresentam-se menores que o traçado de ferrovias e rodovias em áreas de preservação ambiental, pois acarretam em níveis de desmatamento e destruição alarmantes (CAN; 2010). Além disso, quando em funcionamento, o transporte hidroviário apresenta menores índices de poluição comparativamente a outros modais com grande queima de combustíveis.

[7] As redes de conexão fluvial da Bacia do Amazonas pode ser visualizada no **MAPA 03**, em anexo ao final deste trabalho.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ademais, destacamos, conforme ressalta Bertha Becker (2009), a importância e a necessidade de investimentos em tecnologia na área de engenharia naval em projetos que envolvam os transportes hidrobiários (fluviais e marítimos). A autora apontaria que o planejamento aliado à tecnologia deve ter como objetivos garantir não somente a comercialização de fluxos de mercadorias relacionados a conexões globais (grãos, minérios, produtos eletrônicos, etc.), mas também a conectividade e complementaridade econômica intra-região e o transporte diário das populações ribeirinhas.

Finalizando esta parte, ressaltamos a grande importância da geografia sul-americana e seus recursos, explorados e potenciais, para ampliar a conexão econômica e social dos países e alavancar perspectivas de desenvolvimento regional. Pois, se de um lado as próprias condições geográficas e ambientais se apresentam como principais obstáculos para a construção e instalação de sistemas de infraestrutura. Nesse sentido, o transporte e o fornecimento de serviços e outros produtos se tornam mais complexos que em outras regiões. Por isso, e por outro lado, os projetos de integração a partir da ligação entre modais adequados aos óbices desses territórios, manejados de forma integrada, se mostram como meios importantes de integração e desenvolvimento.

A importância de melhorar a infraestrutura logística na região se baseia na possibilidade de diminuir tempo e custos da conectividade interna, dirimindo a "distância econômica e social" dos países da região, tendo em vista fortes disparidades de crescimento e desenvolvimento. Assim, ao diminuir tais distâncias através de maior conexão física, as próprias dificuldades geográficas da região são desafiadas.

AS INICIATIVAS RECENTES NA AMÉRICA LATINA PARA A AMPLIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO FÍSICA

Assim, dentro do amplo espectro dos processos de integração regional, o aprofundamento do regionalismo da América do Sul através da integração física de uma infraestrutura transnacional e compartilhada é uma questão de grande debate e importância para uma maior compreensão das iniciativas e processos ligados a essa integração.

Em linha histórica da institucionalização dos processos ligados à integração física, foi instituída no ano 2000[8] a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um mecanismo institucional focado na coordenação de ações

8 Na Reunião de Presidentes da América do Sul (I Cúpula de Países da América do Sul), realizada em agosto de 2000, na cidade de Brasília.

ISBN: 978-85-7205-133-01

intergovernamentais com o objetivo de construir uma agenda comum entre os doze países[9] da região visando o fortalecimento da integração de infraestruturas. A IIRSA representa um marco de uma agenda voltada a projetos de integração de infraestruturas em nível sul-americano[10]. A iniciativa objetiva a coordenação entre governos, alguns bancos governamentais (como o brasileiro BNDES) [11], instituições financeiras multilaterais[12] e setor privado com o propósito de favorecer a integração da infraestrutura de transportes, energia, comunicações, além da integração da logística regional. Dessa forma, a iniciativa se inseriu na chamada "era do novo regionalismo", primando pelo foco na infraestrutura física da integração regional.

Três são os princípios que orientam a IIRSA: Regionalismo Aberto; Eixos de Integração e Desenvolvimento e Sustentabilidade Econômica, Social, Ambiental e Político-Institucional, conforme **Tabela 2** a seguir. E são esses os balizadores das iniciativas posteriores para a integração na América do Sul[13].

TABELA 2 – Princípios Orientadores da IIRSA

Regionalismo Aberto	Considera o Continente Sul Americano como um espaço geoeconômico integrado em que se pretende a redução das barreiras internas ao comércio e de ineficiências na infraestrutura e nos sistemas regulatórios e operativos.
Eixos de Integração e Desenvolvimento	Em função do regionalismo aberto, a região é organizada através de franjas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, onde se busca implementar um padrão mínimo e comum de serviços de infraestrutura.
Sustentabilidade Econômica, Social, Ambiental e Político-institucional	Sustentabilidade econômica, proporcionada pela eficiência e competitividade dos processos produtivos. Sustentabilidade social, derivada do impacto do crescimento econômico sobre a qualidade de vida da população. Sustentabilidade ambiental, pelo uso racional dos recursos naturais e sua conservação. Sustentabilidade político-institucional para que os atores públicos e privados se insiram ao processo de desenvolvimento e integração.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações da IIRSA. Disponível em: www.iirsa.org

[9] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela

10 Os projetos objetivam o melhoramento e ampliação de aeroportos; construção e ampliação de malhas ferroviárias e rodoviárias; estabelecimento e regulação de fronteiras; linhas de transmissão, dentre outros.

11 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

[12] São três as instituições financeiras multilaterais da região envolvidas na IIRSA, são elas: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

[13] Maiores detalhes consultar o site da Iniciativa. Disponível em: http://www.iirsa.org.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Como tema prioritário da integração física ressaltamos também a criação do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento – o COSIPLAN, em agosto de 2009, com aprovação de seu estatuto em junho de 2010[14]. Ao âmbito do Conselho estão: identificar atividades, obras e projetos de interesse comum entre dois ou mais países e avaliar formas de planejamento[15]. Em sua esfera foi definida a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) - através da revisão dos projetos dos Eixos de Integração e_Desenvolvimento (EIDs[16]), criados no estabelecimento da IIRSA - organizando o espaço sul-americano em faixas multinacionais. Essas faixas concentram fluxos de comércio presentes e potenciais a fim de promover o desenvolvimento em negócios e cadeias produtivas. A API incorporou novos objetos nos projetos de integração, como a conservação histórico-cultural e ambiental das regiões, além de estudos para a proteção de populações indígenas.

Após a análise de diversos critérios como a formação de redes de conectividade de alcance regional e ações complementares, na API chegou-se à estruturação de Oito Eixos de Integração[17], visando o maior desenvolvimento da América do Sul. Em números, foram estabelecidos 31 projetos estruturantes divididos em 88 projetos individuais, com previsão de investimentos superior a US$ 20 bilhões. É importante destacar que a afirmação dessa lista de 31 projetos após o consentimento dos doze países sul-americanos parece demonstrar uma coesão dos governos frente a prioridades comuns para o desenvolvimento da região.

No tocante ao desenvolvimento econômico, a importância da conexão física através da infraestrutura dos transportes se dá pelo papel chave que desempenha no estímulo a seu crescimento, ao possibilitar e facilitar a produção e o comércio, gerando renda e emprego.

---

[14] O COSIPLAN está constituído no âmbito da UNASUL - União das Nações Sul-americanas, criada em 2008, com uma agenda voltada à construção da integração regional nas esferas cultural, social, econômica e política. Dentre suas prioridades destacam-se as políticas sociais (educação, saúde e cultura) e a integração energética e de infraestrutura necessárias para permitir a interconexão da região e seus povos. O COSIPLAN substituiu o Comitê de Direção Executiva da IIRSA, em um Conselho a nível de Ministros dentro da estrutura institucional da União. Com a medida, os países membros objetivaram conceder maior suporte político às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura, de forma a assegurar os investimentos necessários para a execução de projetos prioritários.

[15] No COSIPLAN foram incorporados os trabalhos realizados em dez anos pelo Comitê de Direção Executiva (CDE) da IIRSA, passando a constituir o Foro Técnico do Conselho. Destaca-se que em novembro de 2011, foi realizado em Brasília a II Reunião Ministerial do COSIPLAN, cujos acordos resultaram na aprovação do Plano de Ação Estratégico (PAE) 2011-2022, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) e o Plano de Trabalho 2012. Tais planos orientarão as decisões do Conselho nos próximos anos.

[16] Na IIRSA esses totalizavam Dez Eixos: Andino, Interoceânico de Capricórnio, Amazonas, do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Peru-Bolívia-Brasil, Hidrovia Paraguai-Paraná, Escudo Guiano e Andino do Sul.

[17] Os Eixos são: Amazonas, Andino, Capricórnio, Escudo Guianês, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile e Peru-Brasil-Bolivia. A estruturação desses Eixos e sua abrangência são apresentados no **MAPA 04**, em anexo, ao final deste trabalho.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Segundo Djick (2008) a falta de uma infraestrutura adequada torna as transações mais custosas aos agentes econômicos. Tal fato pode debilitar ou frear a produção em um país, e consequentemente o comércio e o consumo. Segundo o autor,

> Custos de transporte podem ser expressos em termos de uma equivalente tarifa de importação, e seu impacto no bem estar pode ser considerado da mesma maneira. A IIRSA é parte de um grupo de iniciativas políticas para fortalecer a posição da América do Sul na economia global. (...) Para apoiar os produtores domésticos frente a esses desafios, uma grande gama de medidas são requeridas para facilitar o comércio e alcançar a capacidade comercial relacionada. (DJICK, 2008, p. 106) [18].

Sob o ponto de vista da possibilidade também de um desenvolvimento social através de maior e melhor infraestrutura destacamos que através da análise do estudo "*Trade Logistics in Global Economy*" do Banco Mundial[19], em 2012, verificou-se uma relação positiva entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Infraestrutura Logística (LPI)[20]. Tal índice é elaborado em uma escala de 1 a 5, onde o primeiro determina infraestrutura muito baixa e o último, muito alta. No ano de 2012, a América do Sul obteve 2,80 como média do índice de infraestrutura, considerado ainda baixo na comparação com países desenvolvidos, com índice médio igual ou superior a 4. A fim de comparação, em 2009, a média do índice de infraestrutura na América do Sul fora de 2,53, indicando uma sensível melhora.

Em suma, com um aprofundamento nas discussões e alcances das instituições voltadas a estabelecer marcos para a integração regional, percebe-se uma defesa dos projetos de interligação física entre os países. Conforme ressalta Espinosa (2006), a integração econômica depende diretamente da conexão física entre os países:

> A integração da América do Sul passou a ser analisada em uma instância de diálogo técnico e de intercâmbio de informação, a ser considerada como um dos objetivos essenciais da região para seu desenvolvimento sustentável. [...] Este princípio básico imediatamente posicionou estrategicamente a integração física, posto que, não existe ampliação da integração econômica sem que se obtenha o fortalecimento das prestações de serviços de transportes, comunicações e energia. (Espinosa, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da integração física e da importância da conectividade de modais de transporte e a logística revelam uma necessidade em dinamizar as ligações entre os países a fim de adensar os próprios processos e projetos integracionistas da América do Sul como um

[18] Traduzido, de exclusiva responsabilidade do autor.

[19] Fonte: World Bank – http://www.worldbank.org, in:

http://siteresources.worldbank.org/TRADE/Resources/239070-1336654966193/LPI_2012_final.pdf

[20] *Logistics Performance Index* (LPI)

ISBN: 978-85-7205-133-01

todo. Para integrar a região, é preciso, primeiramente, integrar os países internamente e ampliar as relações entre esses.

Este ensaio procurou apresentar e analisar a questão da importância da integração física, através da infraestrutura de transportes, para o avanço dos processos de integração regional na América do Sul e seu desenvolvimento. Especificamente, buscou-se evidenciar que a maior comunicação e conectividade física e logística entre esses países poderão levar a um adensamento das trocas comerciais e da circulação de pessoas, visando avançar o movimento de desenvolvimento intra-regional. A geopolítica se apresenta como área embasadora do trabalho, tendo em vista as especificidades geomorfológicas na região, assim como a importância da política integrada em nível regional, para que projetos de integração física avancem. Autores nos mostraram desde o século XIX, a importância dos estudos voltados e territórios e relações entre Estados, além de evidenciar, como a infraestrutura pode ajudar a perpassar antagonismos geográficos.

A partir da exposição bibliográfica conjuntamente às iniciativas de integração física, este artigo procurou trazer à luz importantes conceitos sobre a questão dos transportes e da logística nessa região, tendo vista suas marcadas características geográficas, que distintas, poderão unir ou afastar ainda mais os países, ampliando ou não a conexão entre eles, a depender do fortalecimento de infraestruturas regionais conectas e capilares.

É forte a relação entre a infraestrutura física, economia e sociedades, tendo em vista que para se estabelecer infraestrutura de transportes em uma região e em um país são necessárias atividades econômicas, população e comércio que a demandem. E a partir de uma melhor estruturação e integração viária, as atividades econômicas e os mercados ganham impulso para se ampliar, e com o tempo essas demandam cada vez mais uma infraestrutura sofisticada e conectada, interna e externamente.

O crescimento do intercâmbio de bens e serviços entre os países da América do Sul, poderá ser ainda mais beneficiado através da construção e ampliação do sistema de transportes. Mais do que aumentar as trocas entre os países, o avanço dos projetos para maior integração física poderá dinamizar o desenvolvimento a partir de possibilidades de maior complementaridade entre as economias e a execução de projetos que visem **um manejo integrado da região**.

Importante lembrar que embora algumas abordagens de solocam críticas aos projetos de infraestrutura de transportes planejados no âmbito da IIRSA e, posteriormente ao COSIPLAN como forma de maior integração interna, anunciando que esses favorecerão

ISBN: 978-85-7205-133-01

apenas o comércio "para fora", este trabalho procurou enunciar e refletir como esses projetos **também**[21] poderiam favorecer a integração entre os países, com um olhar para a conexão física "para dentro".

Assim, é importante trazer um olhar adicional às potencialidades intra-regionais da integração física, se atentando na importância dessa integração para fortalecer as conexões internas e regionais entre os quatro países, assim como para avançar os processos integracionistas da América Latina. O professor Raphael Padula ressalta:

> A ênfase da visão dominante está sempre na formação de uma área de livre comércio regional e, neste âmbito, na igual importância da interconexão eficiente da produção dos países ao mercado global, ganhando proeminência o estabelecimento dos chamados corredores de exportação e a ligação "para fora" (para a costa). A provisão de infraestrutura trabalhando em ambos os sentidos –livre comércio regional e conexão competitiva global -, facilitando a mobilidade dos fluxos econômicos e cruzando o território, criaria mais oportunidades à integração regional (PADULA, R., 2011, p. 5).

A ampla gama de recursos naturais e energéticos encontrados e em processo de descoberta na América do Sul confere a essa região um destaque como uma das mais importantes áreas de foco nos processos de integração física em nível global. A variedade desses recursos, a agricultura diversificada, carnes, minérios e energia, por exemplo, podem, em um primeiro momento, aproximar mercados e pessoas e facilitar na transformação de produtos, através de possibilidades de integração de cadeias produtivas e ganhos de escala se tornando fatores de competitividade de relevância. Também, a importância da integração física entre regiões e países imprime possibilidades de desenvolvimento no tocante aos serviços, tanto no sentido de viabilizar o acesso à saúde e educação, em áreas longínquas e de risco, quanto de fortalecer atividades conjuntas nas áreas de turismo (ecoturismo e de aventura, por exemplo), além de segurança e defesa, em áreas fronteiriças.

[21] Grifos meus, para destaque.

ISBN: 978-85-7205-133-01

ANEXOS
MAPA 01: PLANO GERAL DE VIAÇÃO NACIONAL - 1934

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, o projeto político para a nação era baseado na unidade política, desenvolvimento econômico e defesa militar. Nesse período, é então apresentado pelo presidente o Plano de Viação Nacional, em 1934, como proposta de ampliar as comunicações, com foco na intermodalidade de transportes no Brasil, levando em conta as condições geográficas do país. Travassos elogia o Plano, que apresenta uma ilustração de sua defesa das comunicações no Brasil e sugere:

> "(...) um sistema de comunicações adequado ao conjunto de suas condições geográficas. (...) O fenômeno da convexidade nordestina e da excentricidade amazônica; a ação isolante da Serra do Mar entre o oceano e o interior, como ingrato espaço litorâneo; os diversos graus de acessibilidade do espaço litorâneo aos feixes de circulação marítima; as dificuldades para o estabelecimento de ligações longitudinais; todos esses complexos aspectos da geografia das comunicações brasileiras são fartamente atendidos, não só quanto à unidade política e bem-estar econômico como no da satisfação dos imperativos da defesa militar do país" (Travassos, 1942: p. 202).

Fontes: Brasil, Conselho Nacional de Transportes. Planos de viação: evolução histórica (1808-1973). Ministério dos Transportes, Rio de Janeiro, 1973. & TRAVASSOS, Mário. Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1942.

ISBN: 978-85-7205-133-01

MAPA 02: OS ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS DE MÁRIO TRAVASSOS

O mapa retrata os feixes de circulação natural do continente sul-americano, segundo a definição de Mário Travassos de "Antagonismos Geográficos". Tais feixes se apresentam como vetores dos fluxos interiores do continente, direcionando-os aos exultórios das Bacias do Rio da Prata e do Amazonas.

Fonte: TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935, 2° Ed. p. 21.

ISBN: 978-85-7205-133-01

MAPA 03: A CONEXÃO HIDROVIÁRIA DA BACIA DO RIO AMAZONAS NA AMÉRICA DO SUL E A IMPORTÂNCIA DO RIO PUTUMAYO

O Rio Putumayo é um importante rio de integração na região amazônica, tendo em vista seu percurso estratégico com nascimento na Colômbia, na região do Nudo de los Pastos, em Puerto Asís, e desembocadura no Rio Solimões, no Brasil, com divisão de administração também com o Peru e o Equador, através dos rios Loreto e Sucumbíos, respectivamente.

Fonte: *Wikimedia Commons*
Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Putumayorivermap.png

ISBN: 978-85-7205-133-01

MAPA 04: COSIPLAN – 8 EIXOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL – ABRANGÊNCIA E INTERMODALIDADE

Este é o Mapa Geral dos projetos de infraestrutura dos Oito Eixos de Integração do COSIPLAN. Para melhor entendimento, destacam-se os principais projetos voltados ao transporte: linhas amarelas (corredor rodoviário), linhas vermelhas (rodovias), pontilhados verticais azuis (hidrovias) e trechos da cor vinho (ferrovias)

FONTE: IIRSA/COSIPLAN. Disponível em: Agenda de Projetos Prioritários de Integração. Documento elaborado pela IIRSA e aprovado pelo Comitê Coordenador do COSIPLAN. Novembro 2011.

ISBN: 978-85-7205-133-01

TABELA 03: EIXOS DE INTEGRAÇÃO COSIPLAN – PAÍSES ENVOLVIDOS E PROJETOS

Eixos de Integração Cosiplan		Países	Projetos Estruturantes	Projetos Individuais
1	Amazonas	Brasil, Peru, Colômbia , Equador	3	25
2	Andino	Peru, Colômbia , Equador, Venezuela	5	11
3	Capricórnio	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai	5	18
4	Escudo Guianês	Guiana, Suriname, Venezuela, Brasil	3	4
5	Hidrovia Paraguai-Paraná	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai	4	15
6	Interoceânico Central	Bolívia, Brasil, Paraguai	4	7
7	Mercosul-Chile	Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai, Chile	6	7
8	Peru-Brasil-Bolívia	Peru, Brasil, Bolívia	1	1
TOTAL		12	31	88

Fonte: IIRSA – Elaboração própria

São oito os Eixos de Integração e Desenvolvimento reestruturados a partir da IIRSA. Como podemos verificar todos os Eixos envolvem mais de dois países e abrangem os doze países América do Sul que consentiram com seu planejamento. Ressaltamos aqui, que são os projetos estruturantes do Eixo Amazonas, que iremos apresentar e analisar a partir da terceira parte deste trabalho.

Fonte: IIRSA/COSIPLAN. Elaboração própria. Disponível em: http://www.iirsa.org

TABELA 04: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA AGENDA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS (API) - INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA API		
SETOR	N° DE PROJETOS	PARTICIPAÇÃO NOS INVESTIMENTOS (%)
Transporte	29	90,8
Energia	2	9,2
Total	31	100

ISBN: 978-85-7205-133-01

A Agenda de Projetos Prioritários (API), que resultou em 31 projetos prioritários de integração acordados pelos países, a partir dos resultados do planejamento territorial dos transportes e energia. Os objetivos centrais são:

- Colocar a implementação como tema importante na agenda da IIRSA;
- Ampliar a visibilidade de projetos estratégicos ou prioritários para a integração física do subcontinente;
- Utilizar um novo paradigma de gestão de projetos para alcançar resultados mais rapidamente.

Conforme ressaltado, a grande maioria dos investimentos estudados para a ampliação da infraestrutura física na América do Sul é voltada a projetos de transporte, em grande parte abarcando projetos intermodais. Assim, mais de 90% da perspectiva de investimentos deverá ser utilizada nesses projetos, e o restante em obras ligadas à infraestrutura energética.

Fonte: IIRSA/COSIPLAN. Elaboração própria. Disponível em: http://www.iirsa.org

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). **Centro de Informações Estatísticas e Indicadores – DATAINTAL**. Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe.
Disponível em: http://www.iadb.org/dataintal/ Acesso em: 11 de abril, 2014.

BECKER, Bertha K. **Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia.** In: *Um projeto para aAmazônia no século 21: desafios e contribuições*, p. 37-86, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009.
_____. & COSTA, Wanderley M. **Da infraestrutura à logística.** In: *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*, p. 365-392, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009.
_____. **À guisa de conclusão.** In: *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*, p. 393-407, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios meio e fim.** Rio de Janeiro (RJ): Biblioteca do Exército, 1999.
COMUNIDAD ANDINA DE NAÇÕES - CAN. ***Tráfico Portuário em los Países Andinos y eN España*. Secretaria General, 2008 - 2010.**

COSTA. Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder.** São Paulo: Edusp, 2010.
_____. & COSTA, Francisco de A. **Estruturas, dinâmicas e perspectivas.** In: *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*, p. 139 - 392, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009.

DIJCK, Pitou van. ***Troublesome Construction: The Rationale and Risks of IIRSA***. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies 85, October 2008*, p. 101-120.

ESPINOSA, A. **"De la agenda 'no comercial' en los últimos 15 años"**. *Seminário 15 anos do Mercosul: Avaliação e Perspectivas*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2006. Disponível em: www.memorial.sp.gov.br, 2006.

INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA (IIRSA) – **Todo o sítio.** Disponível em: www.iirsa.org. Acesso em: 21 de abril, 2014.
_____. "**Ejes de Integración: Elementos para el Desarrollo Sostenible del Territorio Eje del Amazonas".** Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_amaonas_ampliado.pdf. Acesso em: 27 de junho, 2014.

KJELLÉN, Rudolf. ***Staten som Lifsform*** (trad. al., 1924, Der Saat als Lebensform).Berlin: Kurt Wowinckel Vlg, (1916 [1924]).

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica brasileira – Predecessores e Geopolíticos**. In: Revista da Escola Superior de Guerra. Ano XVII, N. 39, p. 58-82.
_____.**Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1980.

MOREIRA, José Benedito de Barros. **A Nova Geopolítica Mundial e seus Reflexos para o Brasil.** In Revista da Escola Superior de Guerra, V.23, N.48, P. 7-22. Brasil, 2007.

PADULA, Raphael. **Infraestrutura, Geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica À IIRSA.** In: Laboratório de Estudos da América Latina – LEAL, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://leal-ufrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html

RATZEL, Friedrich. ***La Géographie Politique: Les Concepts Fondamentaux***, *Chapitre I – L'État comme organisme lié au sol*. Paris: Fayard, 1987, pp. 220. Traduzido por Matheus Hoffmann Pfrimer (matheuspfrimer@hotmail.com), doutorando em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (SELA). ***Infraestructura Física para la Integración en America Latina y el Caribe.*** Secretaria Permanente da SELA, SP/ Di Nº 09-11 2011. Caracas, Venezuela. Junho de 2011. Disponível em: http://www.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2011/06/T023600004771-0-Infraestructura_fisica_para_la_integracion_del_ALC.pdf

TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1942.
_____. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS (UNASUR). **Todo o sítio**. Disponível em: www.unasur.org
Acesso em: 05 de março, 2014.
_____. **Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN**. Todo o sítio. Disponível em: http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/consejos/cosiplan
Acesso em: 02 de abril, 2014.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Planejamento Territorial e os Impactos Sócio-Econômicos da IIRSA no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses**.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf.

WORLD BANK. ***Trade Logistics in Global Economy.*** Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/TRADE/Resources/2390701336654966193/LPI_2012_final.pdf. Acesso em: 02 de fevereiro, 2014.

_____. ***Socio Economic Database for Latin America and the Carribean – SEDLAC***. Todo o sítio. Disponível em: http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/esp/index.php

ISBN: 978-85-7205-133-01

ARTE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE TEATRO EM COMUNIDADE

GRAZIANO, Valéria Teixeira (autora)
Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Mestranda em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).
E-mail: valeria.graziano@usp.br

ULIAN, Eduardo Salles (autor)
Mestrando em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).
E-mail: eduardoulian@usp.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explorar, a partir dos Estudos Culturais e da teoria social latino-americana, o processo de formação e atuação da Rede Latino-Americana de Teatro de Comunidade, buscando compreender as formas de articulação e resistência dos grupos que integram essa rede, bem como as práticas e discursos estéticos adotados em seus trabalhos artísticos e os impactos de tais articulações para as políticas públicas em cultura e os processos de integração regional. Para tanto, foram analisados os trabalhos de dois coletivos que compõem a Rede: o Pombas Urbanas, do Brasil, e a Corporação Cultural Nuestra Gente, da Colômbia. Pretende-se, assim, contribuir para as reflexões acerca das práticas e experiências comunitárias desenvolvidas por coletivos artísticos na América Latina, bem como sua atuação no que se refere às lutas que caracterizam a região neste início de século e às possibilidades de superação da situação de dominação colonial.

Palavras-chave: Arte; Teatro de Comunidade; América Latina; Estudos Culturais.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo explorar, a partir de los Estudios Culturales e de la teoría social latinoamericana, el proceso de formación y actuación de la Red Latinoamericana de Teatro en Comunidad, buscando comprender las formas de articulación y resistencia de los grupos que la integran, así como las prácticas y discursos estéticos adoptados en sus trabajos artísticos y los impactos de tales articulaciones para las políticas públicas en cultura y los procesos de integración regional. Para tal efecto, han sido analizados los trabajos de dos colectivos que componen la Red: el Pombas Urbanas, de Brasil, y la Corporación Cultural Nuestra Gente, de Colombia. Se pretende, así, contribuir con las reflexiones acerca de prácticas y experiencias comunitarias desarrolladas por colectivos artísticos en Latinoamérica, así como su actuación en lo que respecta a las luchas que caracterizan a la región en este comienzo de siglo y las posibilidades de superación de la situación de dominación colonial.

Palabras clave: Arte; Teatro en Comunidad; Latinoamérica; Estudios Culturales.

Introdução

Com a reconfiguración de poderes no sistema mundo colonial moderno, especialmente a partir do aprofundamento dos processos relacionados à globalização e da

ISBN: 978-85-7205-133-01

imposição de uma nova lógica de colonialidade global[1], os quais têm resultado em aumento de desigualdade e exclusão econômica e social, muitos países latino-americanos viram emergir neste início de século movimentos de luta e resistência liderados por grupos sociais, étnicos e culturais historicamente marginalizados.

Ao se organizarem em torno da chamada globalização contra-hegemônica, esses movimentos contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil nas últimas décadas, influenciando significativamente as agendas políticas e pressionando por maior participação social, pelo reconhecimento de direitos e pela construção de instituições que possibilitem a emancipação e a valorização da diversidade cultural dos povos latino-americanos. Desse modo, essas lutas têm impactado radicalmente não apenas as instituições e estruturas de poder, mas também as práticas e referências simbólicas e culturais no continente.

É neste cenário que se multiplicam grupos e coletivos artísticos que buscam, por meio da reflexão acerca de suas realidades e condições socioeconômicas, construir novas formas de fazer arte e abrir espaços para o estabelecimento de novas expressões, éticas e consciências, levando à construção de práticas inovadoras, à reivindicação de identidades e à uma maior participação política. Dentre as expressões que se fortalecem neste contexto, destacamos neste artigo o Teatro em Comunidade, o qual, por meio do empoderamento e do trabalho em rede, têm conseguido restaurar laços comunitários e interferir nas agendas de políticas públicas nacionais e internacionais.

Com o objetivo de refletir acerca da formação e atuação da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, partimos da análise do trabalho desenvolvido por dois coletivos teatrais: a Corporação Cultural *Nuestra Gente*, da Colômbia, e o Pombas Urbanas, do Brasil. Ambos os grupos têm contribuído para a construção do Teatro em Comunidade na América Latina, bem como para a formação e consolidação da Rede. Para tanto, exploramos, a partir dos Estudos Culturais e da teoria crítica latino-americana, as formas de articulação e resistência dos grupos e coletivos que integram a Rede, bem como suas práticas e discursos estéticos.

Pretendemos, assim, contribuir para o debate acerca das práticas e experiências comunitárias desenvolvidas por grupos e coletivos artísticos e culturais, bem como sobre a atuação e o protagonismo desses movimentos no contexto político regional, buscando

[1] Em referência à noção proposta por Walter Mignolo, a qual desenvolveu a partir do conceito de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano.

ISBN: 978-85-7205-133-01

compreender sua contribuição para o fortalecimento das lutas transformadoras e emancipadoras que caracterizam atualmente a América Latina e, desse modo, para a reflexão sobre as possibilidades de superação da situação de dominação colonial e de construção de novas formas de pensar e de viver.

Globalização, colonialidade do poder e resistência na América Latina

Considerando que a colonialidade do poder continua a definir na América Latina, ainda hoje, as estruturas de poder e as relações de exploração e dominação a partir do pensamento eurocêntrico, os movimentos sociais organizados "desde abaixo" passam a questionar a legitimidade do Estado-nação e a reivindicar transformações em busca de possibilidades alternativas de vida e de constituição do Estado, com base em realidades, valores, práticas e saberes diversos e plurais.

Neste sentido, é preciso lembrar que a consolidação dos Estados modernos na América Latina a partir desse modelo eurocêntrico de Estado-nação dependeu da construção de identidades nacionais baseadas em homogeneização cultural, extermínio de populações e exclusões de grupos étnicos e culturais. Assim,

> a colonialidade do poder implicava então, e ainda hoje no fundamental, a invisibilidade sociológica dos não-europeus, "índios", "negros" e seus "mestiços", ou seja, da esmagadora maioria da população da América e sobretudo da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento "racional". Logo, de identidade. (QUIJANO, 2005, p. 24).

Ademais, é importante ressaltar que, embora a globalização seja um processo bastante antigo, atualmente se caracteriza por ser um fenômeno muito mais amplo, cujos impactos econômicos, políticos e sociais atingiram patamares até então desconhecidos. Além disso, as assimetrias entre o centro e a periferia do sistema mundo colonial moderno geradas por esse novo padrão de poder global são muito mais dramáticas que em qualquer outro período histórico, atingindo as regiões periféricas e semiperiféricas do mundo, como a América Latina, de maneira devastadora. Para Santos (2011, p.26), os processos de globalização mais recentes representam um fenômeno multifacetado, o qual "parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro". O autor lembra também que

ISBN: 978-85-7205-133-01

> os poderosos e envolventes processos de difusão e imposição de culturas, imperialisticamente definidas como universais, têm sido confrontados, em todo o sistema mundial, por múltiplos e engenhosos processos de resistência, identificação e indigenização culturais (SANTOS, 2011, p. 47).

Dessa forma, Woodward (2012) conclui que a globalização produz resultados diversos em termos de identidade: a homogeneidade cultural produzida pelos mercados globais pode levar tanto ao distanciamento da identidade com relação ao "local" quanto à resistência e reafirmação de identidades ou surgimentos de novas identidades. A globalização resulta, então, em crescimento da homogeneização cultural, desintegrando identidades nacionais, ao mesmo tempo em que reforça identidades nacionais a partir da resistência a tal processo e também leva ao descentramento e ao deslocamento de identidades, fazendo surgir novas identidades, híbridas[2]. Para Hall (2006), no mundo contemporâneo tal tensão entre o "global" e o "local" se constitui a base para as transformações identitárias. Não se pode esquecer, ademais, que o processo de globalização é desigual e tem sua própria "geometria de poder", o que faz com que seja encarado de formas diversas pelas sociedades e resulte em processos bastante heterogêneos em termos de identidades.

É a partir desse contexto de imposição histórica da América Latina à colonialidade do poder e de sua reconfiguração no âmbito do atual sistema de exploração e dominação global, bem como de seus impactos para as questões políticas, econômicas, sociais e culturais, que emergem na região movimentos por transformações radicais na estrutura do Estado, na sociedade e nas formas de vida. O fortalecimento dos movimentos sociais em torno de questões como democracia participativa, reconhecimento de direitos, autonomia indígena e emancipação social resultam em disputas e transformações que impactam profundamente não só nas instituições e estruturas de poder, mas também nas práticas e referências simbólicas e culturais.

Desse modo, pode-se afirmar que tanto o fortalecimento da luta de grupos subalternizados e suas articulações em redes nas últimas décadas, bem como o aprofundamento e a multiplicação de processos de integração regional protagonizados pelos governos chamados pós-neoliberais, os quais ascenderam com o apoio e ampla mobilização popular, representam estratégias de resistência aos impactos mais devastadores da atual

[2] Conforme proposto por Hall (2006).

ISBN: 978-85-7205-133-01

globalização, ou da inserção da América Latina no sistema de globalidade imperial/colonialidade global[3].

Por isso, para Santos (2010), a América Latina protagoniza hoje avançadas lutas anticapitalistas e anticoloniais no cenário mundial da chamada globalização contra-hegemônica. Ele acredita que é dessa globalização alternativa e do embate com a globalização neoliberal que deverão ser construídos os novos caminhos da emancipação social. O autor afirma também que este embate tende a ser particularmente intenso nos países semiperiféricos e que, por esse motivo, é também neles "que as potencialidades e os limites da reinvenção da emancipação social mais claramente se revelam" (SANTOS, 2010, p.14). Ele lembra ainda que, tão importante quanto pensar a globalização contra-hegemônica, é pensar a localização contra-hegemônica, já que o global sempre acontece localmente, ou seja, representa sempre a globalização de determinado localismo. Para tanto, é preciso desenvolver "uma teoria da tradução que permita criar inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas locais, aprofundar o que têm em comum de modo a promover o interesse em alianças translocais" (Santos, 2011, p. 74).

É justamente na tentativa de criar espaços de diálogo intercultural e consolidar alianças translocais, com o objetivo de identificar interesses comuns e fortalecer suas lutas, que têm surgido, nas últimas décadas, inúmeras redes compostas por movimentos sociais, as quais se organizam em diferentes níveis – nacional, regional e global – e a partir de temáticas diversas, em torno da chamada globalização contra-hegemônica.

Das práticas comunitárias à rede: o (re)conhecimento de si e do outro

É a partir do contexto abordado acima, de aprofundamento dos processos de globalização e do consequente aumento das lutas contra-hegemônicas, que ganharam força e projeção nas últimas décadas na América Latina movimentos artísticos e culturais compostos por grupos sociais historicamente marginalizados, os quais buscam, por meio de práticas inovadoras, do empoderamento e do trabalho em rede, reivindicar identidades, ampliar capacidades e restaurar laços comunitários, bem como participar de maneira ativa dos diversos processos sociopolíticos nacionais e dos movimentos internacionais de resistência à globalização neoliberal. Dessa forma, multiplicaram-se, especialmente nas periferias das cidades, importantes debates e reflexões sobre as práticas culturais e simbólicas desses grupos

[3] Categoria de análise proposta por Escobar (2005).

ISBN: 978-85-7205-133-01

e coletivos, o que levou ao desenvolvimento de novas formas e conteúdos para a produção artística, e também à construção de novas posturas éticas e políticas.

Neste sentido, tais movimentos têm conseguido ampliar seus espaços de influência para além das periferias e participar ativamente na definição de agendas políticas, especialmente no campo da cultura – mas não apenas nele. E é também a partir dessa postura renovada que ganha cada vez mais projeção na América Latina o Teatro em Comunidade, levando à criação e ao fortalecimento de diversos grupos e coletivos teatrais que trabalham a partir dessa perspectiva em diversos países e, ainda, a significativas articulações em âmbito internacional.

Dentre os grupos que surgiram neste cenário e que passaram a se dedicar ao Teatro em Comunidade, destacam-se a Corporação Cultural *Nuestra Gente*, da Colômbia, e o Pombas Urbanas, do Brasil, os quais analisamos neste trabalho. Ambos os grupos utilizam essa forma-teatro em suas comunidades, realizando seus trabalhos a partir da comunidade e para a comunidade, com o objetivo de construir um novo sentido de pertencimento para o sujeito social, que seja capaz de transformar, sensível a todas as formas de conflitos, e que produza respostas objetivas para a transformação humana. Ademais, esses dois grupos tiveram um papel fundamental na formação da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade.

Segundo Nogueira (2012), o Teatro em Comunidade se desenvolve a partir da existência de um contexto comum, no qual a comunidade interage, identifica interesses comuns e produz conhecimentos. A autora identifica três diferentes formas de se fazer o Teatro em Comunidade : o teatro “para”, “com” e “por” comunidade. Neste sentido, Jorge Blandón (2012, p.06), diretor da Corporação Cultural *Nuestra Gente* enfatiza:

> O Teatro em Comunidade e seus prefixos por, com e para são taxonomias para clarificar uma ação coletiva em rede, expressada a partir de um território que busca mostrar o simbólico e o identitário. Isso faz com que esse teatro seja altamente político, incidindo nas políticas setoriais da arte e da cultura. Trata-se de uma afirmação da população que, entre práticas de inclusão e exclusão, estabelece um exercício democrático em perspectiva de criação, no qual se propicia um espaço de juízo e gosto como prática comunitária, que possibilita sempre um processo de desenvolvimento humano.

Ou seja, nessa concepção não há apenas uma percepção estética da obra e a consecutiva separação do outro no processo de fruição, mas uma correlação profunda, uma interconexão entre artistas e espectadores. Dessa forma, o Teatro em Comunidade se constitui

ISBN: 978-85-7205-133-01

como importante ferramenta de articulação e afirmação de identidades culturais periféricas, oprimidas e marginalizadas. Representa, ainda, um importante fator de articulação e mobilização político-social e uma forma de resistência cultural ao hegemônico que massifica, estandartiza e fragmenta ainda mais as subjetividades.

De acordo com Williams (2011, p.172), "não se pode compreender um projeto intelectual ou artístico sem que também se compreenda sua formação; que a relação entre um projeto e uma formação é sempre decisiva". A partir desse pressuposto, descrevemos brevemente os processos de formação dos grupos Corporação Cultural *Nuestra Gente* e Pombas Urbanas, buscando compreender sua atuação e formas de articulação e resistência.

A Corporação Cultural *Nuestra Gente* nasceu nos idos de 1986, em meio a uma situação política a econômica instável, num país onde a vida era medida pelo número de massacres, terror e miséria, quando membros da comunidade do bairro Santa Cruz, em Medellín, Colômbia, resolveram fazer arte como instrumento de paz e de maneira comprometida com a comunidade. Assim, a Corporação nasceu como um espaço cultural, social e comunitário, com o objetivo protagonizar sua própria história. A resistência, persistência e a insistência fez com que os membros do grupo ocupassem um antigo bordel, a Casa Amarela, a partir de 1993, e instaurassem ali a sede do coletivo que hoje conta com mais de 30 artistas multiplicadores e inúmeras oficinas de artes, entre elas, teatro, música e circo com o objetivo de "construir artistas para a vida" (BLANDÓN, 2012) e transpor as barreiras territoriais impostas pelo narcotráfico, formando sujeitos capazes de inferir na esfera sociopolítica através da autonomia e do protagonismo.

Dessa maneira, o grupo não trata apenas de formar artistas, mas seres humanos esteticamente sensíveis e comprometidos com sua realidade, a partir do princípio da alteridade, da interação com o outro que possibilita o reconhecimento de si no outro e na diferença. Portanto, propicia o desenvolvimento constante de um espaço de reflexão e a construção de ferramentas que possibilitem a desconstrução das linguagens hostis do cotidiano através de experiência estética. Além disso, partem da compreensão de que as políticas e práticas comunitárias têm o poder de reverberar no conjunto das políticas públicas, pois desenvolve no sujeito a capacidade de realizar por si e com o apoio dos outros as mudanças necessárias para a evolução e o fortalecimento da comunidade, isto é, o empoderamento.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Diversos trabalhos têm sido montados ao longo dos anos pelo coletivo. Destaca-se a organização, desde 1987, do Encontro Nacional Comunitário de Teatro Jovem, o qual possibilitou ao coletivo ampliar seus contatos e expandir sua rede de trabalho e colaboração. Seja com os demais grupos da Colômbia, a partir da fundação de Rede Colombiana de Teatro em Comunidade, que conta com mais de 40 grupos, seja a partir da participação na organização e fundação da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, o *Nuestra Gente* acredita que a arte se constrói com amor com esperança e com o trabalho das comunidades que entregam seus recursos para construir dias mais promissores.

Já no Brasil, de acordo com Garcia (2004) o chamado teatro popular da periferia surge a partir de meados década de 1970. A autora destaca que existe **"**um consenso no sentido de ir buscar o público [...] nos bairros periféricos mais afastados, e de produzir um teatro que [...] corresponda à realidade dessas populações" (GARCIA, 2004, p.126). Portanto, na cidade de São Paulo, por exemplo, esse deslocamento do centro para as regiões periféricas aconteceu não apenas pela falta de opções e espaços adequados para as diversas expressões artísticas que conviviam nas áreas mais centrais, mas também com o objetivo de discutir as reais condições sociais e os problemas específicos da periferia.

O Pombas Urbanas foi formado em 1989, no bairro de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, dentro da oficina cultural Luiz Gonzaga e a partir do projeto "Semear Asas", desenvolvido pelo ator e diretor peruano Lino Rojas (1942-2005) com o objetivo inicial de formar jovens atores e técnicos para o teatro. O grupo possui com uma trajetória bastante peculiar: num primeiro momento, o coletivo se desloca para o grande centro, mas se firma no extremo leste da cidade, no bairro de cidade Tiradentes, em 2004, após quinze anos de estrada. Desde a montagem de "Os Tronconenses", texto de Lino Rojas, ao mais recente espetáculo, "Era uma vez um rei...", do chileno Oscar Castro, a produção teatral do coletivo se caracteriza pelo estudo contínuo da comunidade e seus habitantes, que por fim resultam no fazer teatral. Todavia, foi a partir de 2004, com a participação no VIII Encontro Nacional Comunitário de Teatro Jovem de Medellín, Colômbia, e, em especial, do contato com a Corporação Cultural *Nuestra Gente,* que houve uma profunda alteração na trajetória do grupo e uma maior ênfase no Teatro em Comunidade.

A partir desse vínculo, o coletivo Pombas Urbanas passa a realizar inúmeros encontros com a comunidade e para a comunidade, seguindo a premissa ditada por Lino Rojas e sua forma-teatro: "o princípio de trabalhar o ser para a comunidade e a comunidade para o

ISBN: 978-85-7205-133-01

ser." (Silvestre, 2009). O "Café Memória" é um bom exemplo dessa característica do coletivo, já que abre a possibilidade para que a comunidade local vá à sede do grupo, o Centro Cultural Arte em Construção, e contem histórias, as quais alimentam os futuros espetáculos e a revista do grupo, intitulada "Semear Asas". Além desse evento, que acontece regularmente, o Pombas Urbanas realiza uma série de oficinas artístico-culturais na região e colabora na formação de novos grupos de teatro que se articulam a partir do centro cultural e em diversos pontos da comunidade.

> Uma característica forte do Pombas Urbanas é o pensamento em conjunto, o ser e estar coletivo. Para aqueles jovens da periferia, o grupo virou um espaço de reflexão e descoberta e o teatro um meio de recriar suas histórias, repensar a vida e entendê-la, saber cada vez mais de si; além das tantas coisas compartilhadas por viverem sempre juntos (Silvestre, 2009, p.39).

O trabalho do grupo pode ser resumido num "*caminar por el espacio"*, frase recorrendo de Lino, segundo Silvestre (2009, p.21). Ou seja, num ritmo coletivo, num tempo necessário para se descobrir e experimentar o que faz, buscando produzir um tipo de conhecimento para a vida – um teatro que acontece na prática da comunidade.

É preciso ressaltar que, embora tenham se consolidado como importantes grupos teatrais e ganhado projeção nacional e internacional, ambos os grupos teatrais seguem enfrentando a dura realidade da periferia, marcada por violência e por problemas sociais diversos, pela ausência de políticas públicas permanentes e pela constante dificuldade de encontrar financiamento para seus trabalhos. Assim, suas lutas continuam e têm contribuído para a mobilização e a organização dos grupos e coletivos em diversos níveis. Foi em torno de tais lutas, bem como dos intercâmbios e conexões que conseguiram estabelecer ao longo dos anos, que a Corporação Cultural *Nuestra Gente* e o Pombas Urbanas contribuíram para a formação e consolidação da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, a qual passamos a analisar.

El Quijote, um acordo fraterno: criação e atuação da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade

A mescla de cores e idiomas não podia ser colocada em cena da melhor forma para contar a história do cavaleiro da triste figura, *El Quijote*, e concretizar o lançamento oficial da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, no ano de 2009. Na cena, onze Quixotes e Onze Sanchos, representando 16 grupos da América Latina – dentre

ISBN: 978-85-7205-133-01

eles o Pombas Urbanas (Brasil) e a Corporação Cultural *Nuestra Gente* (Colômbia) – encadeiam doze cenas escritas pelo diretor colombiano Santiago Garcia, do Teatro la Candelaria. Após quinze dias de ensaios e uma produção com figurinos e cenários pluriétnicos, *El Quijote* veio à cena para efetivar uma iniciativa do coletivo Quinto Teatro, de Cuba, vinculado ao dramaturgo Rolando Hernández Jaime, Havana; da Corporação Cultural *Nuestra* Gente, Medellín; e do Pombas Urbanas, do Brasil. Tinham como premissa realizar o sonho de Lino Rojas de formar uma Pátria do Teatro e fortalecer os laços o intercâmbio entre os coletivos que atuam e desenvolvem projetos culturais voltados para a comunidade.

Nasce então, a partir dessa experiência artística e estética coletiva, a Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, cujo resultado final foi apresentado aos participantes do "II Congresso Ibero-Americano de Cultura - Cultura e Transformação Social", realizado em São Paulo, em setembro de 2009. Considerando que a Rede tem como objetivo constituir não apenas um espaço de intercâmbio artístico, mas também criar um diálogo e uma agenda propositiva em temas como educação, políticas públicas e cultura, é muito significativo que a mesma tenha nascido durante esse Congresso, que ademais de ter como tema central a cultura para a transformação social, propiciou um espaço de ampla articulação entre Estado e sociedade, onde estiveram presentes ministros e autoridades de cultura, intelectuais e artistas de 22 países ibero-americanos, além de participantes de países caribenhos e africanos.

Como o lema "nossa pátria é o teatro" e contando com mais de 40 grupos, a Rede estabeleceu como objetivos iniciais a promoção do apoio mútuo, a criação de mecanismos para intercâmbio de informações, a inter-relação do teatro com a comunidade, além da criação de programas de educação e formação, tendo a cultura como meio de transformação social. Todavia, os impactos e resultados da atuação da Rede têm ido bastante além dessas propostas iniciais. Nesses mais de cinco anos de atuação, os membros da Rede realizaram importantes articulações, as quais resultaram, por exemplo, em espetáculos conjuntos, residências artísticas e intercâmbios de profissionais, mas também tiveram um importante protagonismo no que se refere aos avanços das políticas públicas em cultura nacionais e regionais, bem como para o fortalecimento dos processos de integração regional, cujos impactos vão muito além do campo do teatro.

Desse modo, pode-se concluir que, como representantes dos movimentos contra-hegemônicos que emergem na América Latina neste início de século, os grupos e

ISBN: 978-85-7205-133-01

coletivos teatrais que integram a Rede Latino-Americana de Teatro de Comunidade desempenham um importante papel de intervenção no real, a partir não só da resistência aos processos de homogeneização cultural, mas também da luta pela ruptura com a situação de dominação e exploração colonial, por meio da construção de diálogos plurais e de soluções políticas inovadoras.

Dentre essas soluções, destaca-se a criação da Plataforma *Puente* Cultura Viva Comunitária, um espaço virtual constituído por diversas organizações e movimentos sociais com o objetivo de impulsionar a construção de um tecido cultural comunitário capaz de realizar transformações de longo prazo no continente, reconhecendo a cultura como dimensão central para a consolidação de uma ética e uma estética da solidariedade, da sustentabilidade, da liberdade, da democracia, da equidade e da igualdade. Como membro dessa Plataforma, a Rede integra um conjunto de experiências populares que "nascem da resistência e da busca de superação das exclusões e dominações de todo tipo presentes em nossos países e da reivindicação do próprio como ponto a partir do qual se pode contribuir para a construção do coletivo"[4].

Ademais, a Rede tem tido um papel relevante no que se refere às articulações para a realização ou atuação em eventos políticos, artísticos e culturais, tais como organização do I Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária, que aconteceu em La Paz, Bolívia, em 2013. Durante o encontro, os grupos e redes participantes definiram como "Cultura Viva Comunitária" um movimento continental de raiz comunitária que assume as culturas e suas manifestações como um bem universal e pilar efetivo de desenvolvimento humano e uma luta pela construção de políticas públicas construídas desde abaixo.

Destaca-se também a participação da Rede no Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá, reconhecido como o maior festival de teatro do mundo. Integra, ainda, um conjunto de grupos e movimentos que lançaram, em 2012, uma campanha regional que exige a destinação de ao menos 1% dos orçamentos nacionais para a cultura e 0,1% para a cultura comunitária, o que contribuiu para gerar intensos debates nacionais em torno da necessidade de fortalecimento das políticas culturais e da criação de novas legislações, com o objetivo de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e dos valores defendidos pelos grupos que lutam pela chamada Cultura Viva Comunitária.

[4] Segundo informações da própria Plataforma Puente, disponível em http://culturavivacomunitaria.org/cv/sobre-cvc/. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

No Brasil, esses processos de mobilização social e reivindicações resultaram, por exemplo, na aprovação pelo Congresso Nacional, em julho de 2014, da Lei Cultura Viva, a qual transforma o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural "Cultura Viva" em uma política de Estado, garantindo assim perenidade às ações do programa, independente das alternâncias de gestão na administração pública. Recorda-se que a criação do Programa Cultura Viva pelo Ministério da Cultura em 2004, que tem como um dos seus principais instrumentos o apoio à criação e à manutenção de pontos de culturas – entidades culturais sem fins lucrativos que desenvolvem ações culturais continuadas nas comunidades locais ou redes regionais e temáticas –, constitui-se numa importante referência para os debates no continente e para o desenvolvimento de políticas nacionais e regionais.

Como exemplo, destaca-se a criação do Programa Ibero-Americano de Fomento à Política Cultural de Base Comunitária, conhecido como Ibercultura Viva, que foi estabelecido em 2013 com base na experiência brasileira e tem como objetivo fomentar o desenvolvimento cultural, econômico e social e as políticas culturais de base comunitária, bem como fortalecer a cooperação e a integração cultural no espaço ibero-americano. Apesar de ter sua criação aprovada por ministros de cultura em 2009, durante o II Congresso Ibero-Americano de Cultura, o mesmo só foi estabelecido em 2013, a partir da intensa rearticulação entre governos da região, mas também do protagonismo exercido pelos movimentos e grupos culturais no que se refere ao tema da cultura viva comunitária no espaço regional.

Neste ano de 2014, durante o VI Congresso Ibero-Americano de Cultura – Cultura Viva Comunitária, realizado na Costa Rica, pela primeira vez a sociedade civil que atua no âmbito do tema Cultura Viva Comunitária participou oficialmente num evento realizado por um organismo multilateral. Ademais, considerando o tema desta edição do Congresso, Turino[5] lembra que, "pela primeira vez, um organismo internacional de Estado discute uma política pública criada de baixo para cima". Mais do que adotar o tema como central, o Congresso propiciou um importante espaço de diálogo entre as redes e os governos. Sobre o evento, Jorge Blandon[6], articulador da Plataforma *Puente* em Medelín, na Colômbia, afirmou:

> Andamos muito para chegar até aqui. Essa viagem com tanta gente ao redor de cada pequeno grupo é muito valiosa. Cada um deles é a coletividade do

[5] Disponível em: http://www.nina.org.br/2014/04/14/cultura-viva-comunitaria-abre-novo-ciclo-pos-congresso-ibero-americano/. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

[6] Ibid.

ISBN: 978-85-7205-133-01

> outro. Com nosso amigo Obregón [em referência ao Ministro da Cultura da Costa Rica], encontramos o melhor cenário para o diálogo afetuoso, franco e sincero. Vamos seguir pela Ibero-América, cruzando a América do Sul e Central, para quem sabe chegarmos a África e outros continentes com países lusófonos e hispânicos. Vamos aproveitar este espaço da cultura viva comunitária.

Neste sentido, pode-se afirmar que os movimentos e grupos culturais organizados a partir do estabelecimento de redes, tal como a Rede Latino-Americana de Teatro de Comunidade, têm tido um importante papel não apenas para repensar o fazer teatral e para renovar as práticas artísticas, criando novas éticas e estéticas, mas também para as questões políticas, sociais e culturais e para o enfrentamento dos principais desafios que marcam atualmente a América Latina.

Conclusão

Como vimos, os movimentos sociais protagonizam na América Latina importantes processos regionais e influenciam as agendas políticas em diferentes níveis. É a partir do seu protagonismo, da sua tomada de posição e da afirmativa que as mudanças são parte de si, mas que também residem no outro, que vemos hoje na América Latina esboços de uma nova perspectiva e de um novo olhar que leva em consideração a sua própria realidade. Ser da periferia é estar imerso num roteiro onde cada unidade de ação conduz o protagonista a um objetivo nada afável. Há tragédia e não há catarse e, o espectador só aparece depois do fim, pois tem medo da trama. Mas é no palco que a ação acontece, pois o teatro tem a capacidade de olhar nos olhos da realidade e enfrentá-la. Nele ainda reside a imensa dimensão humana, sua capacidade de sonhar e de ter esperança.

É nesse cenário que a cultura periférica e marginalizada encontra nas lacunas expostas pelo artifício da globalização espaço para resistir e se afirmar. Nesse processo, essas novas identidades deslocadas de seus eixos buscam num movimento contra-hegemônico formas de apreensão de si e do outro para opor-se ao mundo colonial. No que se refere especificamente às lutas empreendidas por grupos e coletivos artísticos e à atuação dos mesmos por meio da Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade, destaca-se que têm conseguido, com êxito, colocar o tema da cultura viva comunitária e do fortalecimento das políticas públicas em cultura no centro de inúmeros debates governamentais e das lutas por transformações radicais nas sociedades latino-americanas.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A construção de novos caminhos rumo à emancipação dos povos latino-americanos será ainda bastante longo e certamente estará marcado por intensas disputas e conflitos, já que visam transformar radicalmente as estruturas do Estado e as relações sociais, condição necessária para enfrentar a colonialidade do poder e romper com as relações coloniais e capitalistas de exploração e dominação. De toda maneira, é preciso reconhecer a importância desses movimentos, construídos "desde abaixo" e a partir de perspectivas inclusivas e democráticas. Somente a partir deles será possível pensar modos alternativos de vida, que reconheçam e valorizem a pluralidade de saberes, valores e práticas e, assim, acabar com os processos de exclusões e extermínios de povos e de sua diversidade que historicamente caracterizaram a América Latina.

Referências

BLANDÓN, Jorge. *Teatro é Comunidade*. Revista Semear Asas, São Paulo, n. 2, p. 42-46, mar. 2012.

_____. *Entre a representação e o aplauso*. Revista Semear Asas, São Paulo, n. 3, p. 10-13, mar. 2013.

_____. *Las redes de teatro, un tejido hecho de alegre rebeldia*. Paso de Gato. México, n. 58, p. 27-29, Jul./Set. 2014.

ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo*: Globalización y Diferencia. Bogotá: Imprenta Nacional, 2005.

GARCIA, Silvana. *Teatro da militância*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Márcia Pompeo. *Teatro e Comunidade*. Revista Semear Asas. São Paulo: Pombas Urbanas, n. 2, mar. 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. In: Dossiê América Latina, Revista Estudos Avançados, nº55, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *A globalização e as ciências sociais*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

SILVESTRE, Neomisia. *Esumbaú, Pombas Urbanas*: 20 anos de uma prática de teatro e vida. São Paulo: Pombas Urbanas, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Sites:

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE NARRADORES ORAIS E AGENTES CULTURAIS. Disponível em: http://www.nina.org.br/2014/04/14/cultura-viva-comunitaria-abre-novo-ciclo-pos-congresso-ibero-americano/. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

PLATAFORMA PUENTE. Disponível em: http://culturavivacomunitaria.org/cv/sobre-cvc/. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

ESTAMOS EN EL SIGLO XXI: APROXIMAÇÃO ENTRE AS OBRAS DE *LUIS FELIPE NOÉ* E *MEDIANERAS*

ESTAMOS EN EL SIGLO XXI: PROXIMIDAD ENTRE LAS OBRAS DE LUIS FELIPE NOÉ Y MEDIANERAS

Vinicius Custodio de Lima Silva[7]
Graduando em Licenciatura em Artes Visuais – FMU
vinicius.lima.artes@hotmail.com
Dra. Simone Rocha de Abreu[8]
PROLAM-USP
faabreu@uol.com.br

Resumo:
Este artigo apresenta uma análise crítica das obras *Medianeras – Buenos Aires na era do amor virtual* (2011) de autoria de Gustavo Taretto e a produção plástica de *Luis Felipe Noé* realizada na última década. A análise caminha aproximando as obras, pois ambas apresentam rotas alternativas, desvelando aos espectadores possibilidades de compreensão de aspectos das sociedades contemporâneas. Para desenvolver este trabalho recorremos à análise das obras bem como aos sociólogos *Beatriz Sarlo* e *Zygmunt Bauman* nos seus trabalhos referentes às sociedades contemporâneas.
Palavras-Chave: transgressão; utopia; *Medianeras*; Gustavo Taretto; Luis Felipe Noé.

Resumen:
En este artículo se presenta un análisis crítico de las obras Medianeras - Buenos Aires, en la era del amor virtual (2011), de autoria de Gustavo Taretto y la producción plástica de Luis Felipe Noé realizó en la última década. El acercamiento entre las obras fue posible porque ambos tienen rutas alternativas, revelando posibilidades espectadores para la comprensión de los aspectos de las sociedades contemporáneas. Para desarrollar este trabajo se utilizó el análisis de las obras ya los sociólogos Beatriz Sarlo Zygmunt Bauman y en su trabajo en las sociedades contemporáneas.
Palabras clave: incumplimiento; utopía; medianeras; Gustavo Taretto; Luis Felipe Noé.

INTRODUÇÃO

Esta artigo adota o título de uma obra de *Luis Felipe Noé* (Buenos Aires, 1933) produzida em 2004, chamada *Estamos em el siglo XXI* para nomear a análise crítica que traça aproximações entre a produção de *Noé* e o longa-metragem *Medianeras – Buenos Aires da Era do Amor Virtual*, do diretor argentino Gustavo Taretto (Buenos Aires,1965). Acreditamos que essas obras possam ser aproximadas em uma análise crítica comparativa, pois ambas

[7] Vinícius Custódio Lima é graduando do curso de Licenciatura em Artes Visuais das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), atualmente cursa o último semestre do curso. E-mail: vinicius.lima.artes@hotmail.com

[8] Simone Rocha Abreu é professora universitária em São Paulo (*FMU*), atua em projetos de formação continuada de docentes pela *Secretaria Municipal de Educação* e é pesquisadora em arte, especialista em História da Arte e Cultura Contemporânea pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), é mestre e doutora em Integração da América Latina, linha de pesquisa Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Membro do Fórum Permanente de Arte e Cultura da América Latina e da Sociedade Científica de Estudos da Arte. e-mail: faabreu@uol.com.br

ISBN: 978-85-7205-133-01

apresentam rotas alternativas, desvelando aos espectadores possibilidades de maior compreensão das sociedades contemporâneas.

1. NOSSA MEDIANERA EM GUSTAVO TARETTO

> Todo prédio, todo mesmo, tem um lado inútil. Não serve para nada, não dá para a frente, nem para o fundo. A *medianera*. Superfícies que nos dividem e lembram a passagem do tempo, a poluição e a sujeira da cidade. As *medianeras* mostram nosso lado mais miserável. Refletem a inconstância, as rachaduras, as soluções provisórias. É a sujeira que escondemos embaixo do tapete. Só nos lembramos delas às vezes, quando, submetidas ao rigor do tempo. Elas aparecem sob os anúncios. Viraram mais um meio de publicidade, que, em raras exceções, conseguiu embeleza-las. Em geral, são indicações dos minutos que nos separam de supermercados ou de lanchonetes. Anúncios de loterias que prometem muito em troca de quase nada. Ultimamente, lembram a crise econômica que nos deixou assim sem empregos. Para a opressão de viver em apartamentos minúsculos existe uma saída. Uma rota de fuga. Ilegal, como toda rota de fuga. Em clara desobediência às normas de planejamento urbano, abrem-se minúsculos, irregulares e irresponsáveis janelas que permitem que alguns milagrosos raios de luz iluminem a escuridão em vivemos.

A citação acima é uma fala da personagem Mariana, através dela o diretor Gustavo Taretto nos apresentará o significado e a importância das *medianeras*, e através destas são mostrados vários aspectos da contemporaneidade no decorrer do longa-metragem. *Medianeras* é um termo até então desconhecido por muitos, como nos conta Marcia Tiburi durante a entrevista com Taretto[9], definindo o filme como uma grande metáfora, uma *medianera*, que trata do encontro e do desencontro, do enxergar e do não enxergar, nessa sociedade visual; e do estar na pura conexão e não estar conectado, são paradoxos inerentes a contemporaneidade, que como uma *medianera* nos proporciona consequências muito incômodas. Ao longo do filme a sociedade contemporânea é refletida na *medianera*, mas também na arquitetura e na configuração dos apartamentos, como vemos na seguinte fala da personagem Martín, personagem de Javier Drolas:

> Buenos Aires cresce descontrolada e imperfeita. É uma cidade superpovoada num país deserto. Uma cidade onde se erguem milhares e milhares de prédios sem nenhum critério. Ao lado de um alto, tem um muito baixo. Ao lado de um racionalista, tem um irracional. Ao lado de um estilo francês, tem um sem nenhum estilo. Provavelmente essas irregularidades nos refletem perfeitamente. Irregularidades estéticas e éticas. Esses edifícios que se sucedem sem lógica demonstram total falta de planejamento. Exatamente igual é a nossa vida que construímos sem saber como queremos que fique. Vivemos como quem está de passagem por Buenos Aires. Somos os criadores da cultura do inquilino.

[9] Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=u94e-7TKfjo>. Acesso em <30/06/2014>

ISBN: 978-85-7205-133-01

> Edifícios menores para dar lugar a outros edifícios, menores ainda. Os apartamentos se medem por cômodos, vão daqueles excepcionais, com sacada, sala de recreação, quarto de empregada e depósito, até a quitinete ou 'caixa de sapatos'.
> Os edifícios, como quase todas as coisas pensadas pelo homem servem para diferenciar uns dos outros. Existe à frente e existe o fundo. Andares altos e baixos. Os privilegiados são identificados com a letra A, às vezes a B. Quanto mais à frente do alfabeto, pioro apartamento. Vista e claridade são promessas que poucas vezes se concretizam. O que se pode esperar de uma cidade que dá as costas ao seu rio? Estou convencido que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais a cabo, a falta de comunicação, a falta de desejo, a apatia, a depressão, os suicídios, as neuroses, os ataques de pânico, a obesidade, a tensão muscular, a insegurança, a hipocondria, o estresse e o sedentarismo, são culpa dos arquitetos e incorporadoras. Esses males, exceto o suicídio, todos me acometem.

Na fala de *Martín* transcrita acima podemos ver que nossas construções refletem o momento que vivemos, um mundo caótico e egocêntrico, com todos os seus males, mundo quase inabitável, onde temos a angústia de saber que estamos perdidos entre milhões, e apesar desses milhões estamos cada vez mais sozinhos.

Através das personagens *Taretto* nos mostra uma *Buenos Aires* com um acúmulo de diferentes estilos arquitetônicos, atuais e passadistas, deixando a nós uma cidade com um acúmulo de tempos, além de caracterizar Buenos Aires como uma cidade que nos leva a pensar em todas, já que possui uma pouco de cada tempo e lugar, ou seja, o diretor não caracteriza apenas sua cidade natal, mas configura as características da sociedade global, como um todo, sem territórios, porém que se coloca imperfeita e com seu crescimento sem critério, possuindo irregularidades, não só estéticas, mas éticas também.

As duas personagens trarão aspectos das sociedades doentes e fóbicas, onde podemos nos identificar, somos todos partes das personagens, como podemos ver com Mariana quando nos fala, "sou arquiteta, mas ainda não construí nada. [...]. Só uma maquetes inabitáveis, e não só por causa da escala. [...]. Com outras construções, também não dei certo. Uma relação de quatro anos ruiu", o que nos possibilita pensar que todos somos arquitetos, que todos construímos a nossa realidade, ao menos no exemplo dado: a construção das relações interpessoais. Um ponto importante que mostra a incapacidade de construções adequadas na contemporaneidade é ver que as maquetes de Mariana não são inabitáveis por culpa somente da escala, o que nos fará perguntar, será que os construtores da sociedade estão construindo algo real? Ou são somente maquetes em grande escala? Pois nenhuma construção nos parece habitável, destacamos uma fala de Mariana quando a mesma apresenta um "negócio, metade janela e metade sacada, que o Sol evita todo ano", ou na fala de Martín sobre seu

ISBN: 978-85-7205-133-01

apartamento: “São quarenta e poucos metros quadrados, e uma deprimente janela que dá para um pulmão sem ar”. Duas cenas do filme nos deixam clara a desconforto de viver nas cidades contemporâneas, uma é a cena do cachorro que se suicida, a outra mostra um menino com o seu triciclo, as duas figuras se tornam iguais, são colocadas em poucos metros quadrados de pura solidão, sem espaço para caminhar, podendo a nós ter uma única solução nesta sociedade doente: o suicídio.

Para transgredir o primeiro passo é enxergar a inadequação das coisas. Mariana e Martín percebem a inadequação nas situações enfocadas, percebem a solidão, percebem a falta de afetividade, a inadequação dos espaços privados e coletivos na cidade contemporânea, e buscam transgredir. É nesta busca por uma transgressão que todos nos encontramos e assim nos vemos nas personagens de Taretto. A transgressão será abrir a *ventana* possibilitando novos olhares sobre a vida.

> Quando vamos ser uma cidade sem fios? Que gênios esconderam o rio com prédios, e o céu com cabos? Tantos quilômetros de cabos servem para nos unir ou para nos manter afastados? Cada um no seu lugar. A telefonia celular invadiu o mundo prometendo conexão sempre. Mensagens de texto, uma nova linguagem adaptada para dez teclas que reduz uma das línguas mais lindas a um primitivo vocabulário, limitado e gutural. ‘O futuro está na fibra óptica’ dizem os visionários. Do trabalho, você vai poder aumentar a temperatura da sua casa. Claro, ninguém vai esperar você com a casa quentinha. Bem-vindos à era das relações virtuais.

Nesta era das relações virtuais percebemos o quanto estamos *lejos* um do outro, e da natureza, por estar parados frente a este futuro apresentado, tanto nesta fala de Mariana, quanto na relação de Martín com a internet, que o aproximou do mundo, mas o distanciou da vida. Mariana mostra a evolução até o momento de ruína de sua relação com Pablo, personagem do escritor Alan Pauls (Buenos Aires, 1959) através de fotografias, ela declara que o relacionamento foi acompanhado pelo surgimento fotografia digital, assim temos um paralelo das relações interpessoais com os mecanismos tecnológicos de comunicação, seja a fotografia digital ou a internet; este ultimo a medida que intensifica provoca as ruínas em nossas relações interpessoais, nos colocando em um espaço ilusório, pois nos faz parecer ainda mais conectado, onde os encontros virtuais parecem cada vez melhores, porém é uma decepção igual a um *Big Mac*, como *Taretto* nos coloca pela fala de sua personagem Martín.

Assim nossas relações interpessoais são afetadas na contemporaneidade, nesse aspecto nos parece de singular importância a declaração de Mariana sobre ser *Onde está o Wally?* o livro de sua vida, ela nos afirma que a página que ele não consegue resolver é “wally na cidade”, para ela esta página representa a “angústia de saber que sou alguém perdido entre

ISBN: 978-85-7205-133-01

milhões", neste momento novamente citamos Bauman, "Estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo", de uma angústia e solidão, que chegamos a substituir o outro, colocando em seu lugar manequins, colocando neles a palavra que gostaríamos de ouvir, o calor que gostaríamos de ter do outro corpo, o carinho que gostaríamos de dar, o sexo que gostaríamos de fazer, o prazer do outro, ao amor do outro (BAUMAN,2004).

Abrir as ventanas é transgredir, é através dessa transgressão Martín e Mariana se encontram, e se torna possível o desejo por melhores relações humanas, rumo à utopia da solidariedade.

2. UTOPIA PARA RESISTIR: LUIS FELIPE NOÉ

Luis Felipe Noé é argentino, nascido em 1933 na cidade de *Buenos Aires*, onde vive atualmente, apresenta já na infância o grande interesse pelas *figuritas*, além do gosto pelo *"blá blá blá, sensitivo, la historia, la parte del relato literaria"*, manifestando secretamente o desejo de ser pintor. A infância de *Noé* transcorreu em um contexto de mudanças, um forte sentimento de ruptura; o fascínio por manifestações de massa; o contexto da Segunda Guerra Mundial, configurando uma sociedade que se movia rapidamente e violentamente; estas influências se expressam na obra *Introducción a la esperanza* (1963), que traz a *Noé* o Prêmio Nacional do Instituto di Tella.

Esta pintura, que configura a sociedade portenha com seus interesses díspares, possui toda a influência da mutabilidade percebida por *Noé*, além do desejo de inovação pictórica, já que estes cartazes quebram e invadem o espaço da realidade, assim *Noé* representa uma população em manifestação, que grita por seu interesse pelo futebol, indicado pelas cores de um dos times portenhos, e pela palavra *Campeón*; e por um interesse político, a frase "*Vote fuerza ciega"* é clara menção ao período peronista; além da importância que possui a religião para a população representada pelo *slogan* "*Cristo habla en el Luna Park*"que também aparece nesta pintura.

Este não é o inicio de sua carreira, para isso, devemos retomar o período entre os anos de 1957 e 1961, para destacar três individuais e uma coletiva, junto a *Ernesto Deira, Rómulo Macció e Jorge de la Vega*, com dois convidados, *Sameer Makarius e Carolina Muchnik*, na exposição intitulada *Otra Figuración*. Também devemos citar os *Cuadros Divididos*, nessas obras o artista rompeu a unidade da pintura ao romper o bastidor, isto pode ser visto na obra intitulada *Mambo* (1962), nesta pintura o artista nos mostra o bastidor, neste momento *Noé* formula a ideia de *Visión Quedrada*, nestas a unidade da pintura é rompida sendo projetada

ISBN: 978-85-7205-133-01

em outros planos, fazendo a moldura parte da obra. A consequência deste pensamento foi a criação de instalações, como *El ser nacional* (1963). Instalações que terão seu ápice em 1966 na exposição da unidade da *Galeria Bonino* em Nova York, logo depois o artista percebendo os limites da pintura, decide parar de pintar e assim permanece durante nove anos.

Apesar desse afastamento da pintura, *Noé* não abandonou a arte. O artista escreveu livros, formulou pensamento sobre seu país e sobre a latinoamerica, definindo-as como sociedades coloniais avançadas, além de suas experiências com espelhos côncavos; elementos e pensamentos que se farão presentes quando volta a pintar.

Em 1971 *Luis Felipe Noé* escreveu o livro *Una sociedad colonial avanzada*, ao pensar em seu país natal, acaba por caracterizar, não só seu país, mas uma América Latina, mostrando dois tempos existentes, o atual e o colonizado, apresentando características de uma sociedade através dos aforismos, como podemos ver em um deles, "*UNA SOCIEDAD QUE SE ENORGULLECE DE FALSIFICAR EN SU SENO TODOS LOS FENOMENOS CULTURALES DEL MUNDO*" (1971), o que aponta *Jorge Glusberg* sobre este pensamento de *Noé*, "*piensa al unísono de la historia que fue y la que es, y de la sociedad que es y la que ha de ser*". Como escreve Aldo Pellegrini, no prólogo do livro, o autor com suas palavras iluminam uma verdade, sendo esta uma miséria moral e uma confusão que nos rondeiam, sugerindo *Noé* um *camino de esperanza*, produto da *indignación del amor*, que tem sua origem na utopia, que romperá este desejo do homem de se tornar Deus, além de romper este *monstruo polifacético* de frivolidade estúpida, como vemos na história de *Las aventuras de Recontrapoder*, outra obra de Noé de 2003[10].

Utopia que nas obras de *Noé* se dá pelo *caos* povoado, no homem que se enamora pela multidão e pela natureza, se transformando tanto na multidão quanto na natureza, onde o *caos* está ao seu lado. A natureza possui um lugar de grande importância nessa utopia, como visto na obra *La cabalgata del conquistador* (1981), que nos mostra um tempo colonial e outro atual, onde o conquistador é pequeno frente a natureza, mesmo com as grandes cidades, na pintura a natureza é colocada se sobrepondo a arquitetura que aparece ao fundo apagada por essa força. Outra pintura que deixa clara a utopia é a obra *La naturaleza del deseo* (1988),

[10] No livro "Las Aventuras de Recontrapoder" (Ediciones de la Flor ,2003), Luis Felipe Noé trabalhou juntamente com Nahuel Rando (n. 1980). Personagens como a Terra, a infância idealizada, a razão, a loucura e a memória que acompanham a jornada espiritual do protagonista que almeja recriar o mundo, o livro foi gerado a partir de outro intitulado "*Códice rompecabezas sobre recontrapoder en cajón desastre*", escrito por Noé em 1974 (Noé,L.F. *Códice rompecabezas sobre recontrapoder en cajón desastre.* Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1974).

ISBN: 978-85-7205-133-01

onde o homem que se veste de Sol, ou o homem flor, que se veste de girassol é o louco, que é o homem buscando a utopia, a liberdade, que sonha com outro mundo possível, que é *Recontrapoder*, na obra *Las aventuras de Recontrapoder* (2003).

Como já colocado a utopia que *Noé* nos oferece através de sua pintura é representado por uns *caos* povoado, ou seja, um mundo caótico mas que inclui o homem. Para *Noé* é essencial assumir o *caos*, negar a harmonia que nos é imposta, *Glusberg* afirmou, que assumir este caos é estar dentro de nós para sentir e pensar para, somente assim, incorporar o mundo, em relações de enriquecimento mútuo, que de acordo com *Noé* (p. 32, 2000), "*es el único objetivo cierto al cual debemos dirigir nuestras preocupaciones*". Este conceito de caos se desenvolve amplamente no livro *Antiestética* (1965), de Luis Felipe Noé, que o fará pintar "assumindo a vertigem do inconstante" (ABREU, 2014).

Noé questiona a imposição de padrões estéticos na obra *Eh Winckelmann? Donde estan los dioses griegos?* (2004), o artista elaborou um questionamento a *Johann Joachim Winckelmann* (1717 - 1768), estudioso da cultura helenística, perguntando onde estão estes deuses que não se adequam à realidade latino-americana. *Noé* percebe a inadequação dos parâmetros gregos na América Latina, ele defende que o artista deve assumir o caos, produzindo o embate e o contraste necessário para que algo novo e significativo, uma nova estrutura, como nos fala *Noé* (p. 36, 2000), "*es una orden posible cuya característica es que él todo es posible*", e acrescenta Glusberg (p.5, 2000), *"se trata de un proceso cultural de rechazo de un orden y búsqueda de otro, y es por ló tanto contínuo, sinuoso y abierto"*, possibilitando a utopia nesta sociedade colonial avançada.

3. APROXIMAÇÃO ENTRE MEDIANERAS E PINTURAS DE NOÉ

Neste mundo caótico caracterizado em *Medianeras* e nas pinturas de *Noé*, principalmente naquelas realizadas na última década, destacamos o desvelamento de rotas de fuga. Rotas, muitas vezes, vistas como ilegais, algo que como nos fala *Taretto* em uma de suas entrevistas, nos aguça a curiosidade. Nos apartamentos contemporâneos, chamados por ele de *caixas de sapatos*, o mais curioso são as *ventanas* ou janelas, que são abertas por pessoas que querem sair da asfixia, da claustrofobia, da escuridão, da falta de pluralidade de pontos de vista, da solidão, a fim de encontrar o ar, a luz, o espaço, as pluralidades, as melhores relações interpessoais e encontrar a utopia do viver bem com o outro.

É neste desvelamento de novas rotas de fuga que chegaremos às obras de *Luis Felipe Noé*, artista que assumiu o *caos* em suas obras, não buscando entender o *caos* ou organizá-lo

ISBN: 978-85-7205-133-01

harmoniosamente, pois como *Noé* nos coloca a harmonia não existe, servindo como meio para entender sua relação com a sociedade. Assim o artista abre rotas de fuga, algumas julgadas irregulares, contra as regras impostas, deixando entrar um pouco de luz para iluminar esta escuridão que vivemos, um pouco de ar para nossa claustrofobia, e um mundo novo, com a utopia da boa relação interpessoal, com inúmeros pontos de vista.

A pintura de Noé intitulada *Estamos en el siglo XXI* (Fig. 1, 2004), da qual emprestamos o título para este artigo, nos mostrará uma *medianera* com características da sociedade atual, em seu estado caótico como se configura na película de Taretto nas consequências doentias das construções inabitáveis, e ambas as obras nos desvelam rotas de fuga, uma *ventana*, a utopia que se dá pelo caos habitável e humano, que Noé assume e expressa em uma pintura múltiplas em cores e direções.

Figura 1: Luis Felipe Noé. *Estamos en el siglo XXI*, 2004. Fonte: luisfelipenoe.com

As faixas fortes, pretas e coloridas, dividem a obra em alguns pedaços, o que nos lembram as soluções provisórias encontradas nas *medianeras*. Também fica claro que essas soluções e fortes divisões, como paredes, dividem povos, estes que se encontram em tonalidades de preto e branco, que é também a sociedade de Taretto, uma sociedade separada, individualista, em plena solidão; e que aumenta a sensação de separação, de *medianera*, como coloca Mariana, elas além de nos dividirem, mostram nossos lados mais miseráveis pela sujeira e poluição.

Além dessa denúncia pode ver a utopia rompendo esta *medianera* que se configurou, como notamos nas linhas que antes separavam e agora se desfazem, misturando-se aos múltiplos rostos, como acontece na obra de *Taretto*, que ao quebrar a parede e ao construir uma janela, eles proporcionam um novo tempo, um novo mundo, novas relações interpessoais, que irá contra a solidão e ao individualismo em plena multidão. Citamos *Zygmunt Bauman* ao afirmar que nesta contemporaneidade "estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo", e reforça *Beatriz Sarlo* ao dizer, "vivemos na era do

ISBN: 978-85-7205-133-01

individualismo que, paradoxalmente, floresce no terreno da mais inclusiva comunidade eletrônica".

Quando *Noé* mostra o bastidor da tela, ou rompe a unidade da pintura podemos relacionar com o rompimento de uma *medianera* no filme de Tarretto, é o desvelar de rotas alternativas. Podemos verificar este desvelar na obra *CRAC* (Fig. 2, 2011), pois Noé puxa, igualmente a uma cortina, a tela da pintura. Neste trabalho está clara a sociedade altamente visual, como colocou Marcia Tiburi ao falar do longa-metragem de Taretto, ao que acrescenta a socióloga argentina *Beatriz Sarlo*, uma cultura onde possamos nos reconhecer através da imagem, esta que "tem mais força probatória uma vez que não se limita a ser simplesmente verossímil ou coerente, como pode ser um discurso, mas também convence como verdadeira" (pg. 73, 2004), porém que pode ser colocada em dúvida na medida em que pode ser manipulada, assim sendo uma ilusão, como vemos no longa-metragem quando Taretto explora as relações virtuais de Martín.

Figura 2: Luis Felipe Noé. *Crac*, 2011. Fonte: Revista Brasileiros[11].

Ao termos nossa imagem na obra a partir do espelho fragmentado que Noé incluiu na obre *Crac*, somos invadidos por imagens, assim como nossa imagem invade o quadro, caracterizando uma sociedade que nos banha de imagens, como *Noé* nos mostra na entrevista para *La Mancha Verde*, porém ter muitas imagens é não ter nenhuma, causando uma cegueira frente a tanta imagem, nos perdemos nos fragmentos, estes que podem ser a construção arquitetônica, tendo muito o significado que Tarreto mostra, dessa construção caótica e doente, visto em algumas partes do quadro, no centro superior dele, torres que parecem ser de edifícios, alguns que até carregam sua bandeira. A velocidade da imagem se torna algo significativo, tornando-se efêmera, passageira, que deixa seu rastro, não nos possibilitando ver o que realmente são, como as letras que aparecem do lado superior esquerdo do espectador, vemos o "s" invertido, ou o "t", não temos nem a certeza se são letras, e se são, de que

[11] Disp. em < http://www.revistabrasileiros.com.br/2014/06/gestualidade-poderosa-e-errante/#.VEwRAvnF-So >. Acesso em <25/10/2014>

ISBN: 978-85-7205-133-01

palavras saíram. Outra figura que nos aponta interpretações múltiplas é a figura feminina, ao lado direito do espectador, que segura o som dessa captação de imagem, referência ao som do *click* da máquina fotográfica, que parece buscar os espelhos, poderia assim estar buscando a pessoa refletida, ou um novo mundo, como Mariana e Martín buscavam, em meio a este império de imagens, e a este *caos*.

Beatriz Sarlo (pg. 53, 2004) coloca que "a imagem perdeu toda a intensidade. Não provoca espanto nem interesse", assim nos cegamos neste império, até nossa imagem refletida pode não nos causar espanto, porém deveria, pois estamos refletidos em uma construção de fragmentos, que nos leva a dois caminhos, a sensação da solidão nestes fragmentos de imagens, sem o outro, em um espaço claustrofóbico, ou podemos interpretar, como a utopia em que nós podemos habitar o *caos*, construído por todos estes elementos.

Apesar dessas interpretações o que podemos ter certeza é que temos um verdadeiro *zapping* na obra de *Noé* e de *Taretto*, este *zapping* de Beatriz Sarlo que é um mosaico de imagens, em *Medianeras* vemos claramente quando Martín nos apresenta sua relação com a internet, o diretor nos banha de imagens virtuais e irreais, pois a imagem como já havia mostrado René Magritte é só uma representação, não é o verdadeiro objeto retratado. Nesta captação de imagens que nos cegam ou nos fazem enxergar, como a máquina fotográfica para Martín, temos outra certeza, que há outro mundo possível, quando Noé abre as cortinas, ou através do espelho, podemos ir de encontro a ela, uma nova realidade.

Na obra *Global desconstruction* (Fig. 3, 2011), temos claramente o novo mundo, que se relaciona ao assumir o caos, e as ideias que provém do conceito estabelecido no livro *"Una Sociedad Colonial Avanzada"* países que assumem seu lugar e importância, além de se tornarem parte integrante da América Latina, como do mundo, mudando a configuração do que nos é imposto hoje, o que é visto nos mapas de autoria de *Noé* como na figura 3.

Figura 3: Luis Felipe Noé. *Global desconstruction*, 2011. Fonte: Catálogo Luis Felipe Noé no MUBE, 17/03 a 27/04 de 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Ao vermos este mapa em total desconstrução, não há como não lembrar Joaquin Torres-Garcia, com seu *Mapa invertido* (1943), e do livro sobre *Recontrapoder* (Noé, 1974) que invertem o mapa, e assim, a realidade latino-americana, se inverte a *medianera*, e mais que esta inversão, *Noé* desconstrói toda uma harmonia imposta, não há mais norte, nem sul, há um *caos*, o artista configura um *caos* oposto ao visto nas *medianeras* de Taretto, sem o individualismo e egocentrismo, superioridade ou inferioridade, o outro é tratado como igual, além da forte natureza ser colocada como parte integrante da contemporaneidade, ela possui seu direito, como na crônica de Eduardo Galeano, *A natureza não é muda*.

Esta natureza é fortemente pintada neste *caos*, as veias desse organismo que pulsa vida, são os rios que *Noé* pinta fortemente, diferente dos fios, como a fibra óptica mostrada pela personagem Mariana que escondiam a natureza, não há nesse novo mundo o desejo anti-cultural visto por *Sarlo* (pg. 84, 2004), do desejo de relações perceptíveis pelo imediato de comunicação simples e direta. Noé limpa a sociedade da cultura de mídia, que como define *Sarlo* (p. 104, 2004), somente parece democrática reformulando uma identidade.

Ao limpar esta contemporaneidade configura uma nova com uma natureza de cores múltiplas, além das veias já faladas, vemos o verde de florestas tropicais ou aciculifoliadas, até as cores de uma savana vista de do alto, é sem dúvida a visão de uma verdadeira utopia, digna de ser buscada e vivida. Temos também nesta desconstrução duas tríplices, a primeira que mostra a igualdade, sendo formada pelas sociedades coloniais avançadas, a latino-americana, a africana, e os povos da Oceania, assim o pior deixa uma contemporaneidade que assumi seus povos originários, seus mitos, suas raízes, de uma cultura popular, diferente da sociedade capitalista que temos, que como acrescenta *Sarlo* (p. 100, 2004), se dedicou a usufruir e destruir pela política de hibridização, mestiçagem ou mescla, como vemos na *Las aventuras de Recontrapoder*; o segundo triângulo formado pela natureza, pelo *caos*, e pelo povo; uma utopia que não busca ser efêmera, onde ninguém bebe do individualismo ou egocentrismo do outro, pois nem mesmo há separação de oceanos, nos banharemos todos de um oceano que se faz único e presente em todos os lugares.

Para terminar esta aproximação analisaremos a obra *Net (Red)*, 2009, exposta na 55ª Bienal de Veneza, um trabalho composto por *La estatica velocidad* (Fig. 4, 2009) e *Nos estamos entendiendo* (Fig. 5, 2009), que poderá ser um instante imortalizado da expansão rápida e brutal da contemporaneidade, apontando novos caminhos. *Noé*, declarou em entrevista para a *Revista 12* "*tiene eso que se llama red, que es dispersa y múltiple, con una*

ISBN: 978-85-7205-133-01

lógica abstracta de por si.". Sendo que o caos paira os trabalhos e o artista sobre este *caos* declara na mesma entrevista, "*es la vida mismo, lo indeterminable, la permanente transformación, lo imprecisable, lo inesperado*", assim é a contemporaneidade.

Figura 4: Luis Felipe Noé. *La Estática Velocidad*, 2009. Fonte: ARTISHOCK[12].

Em *La estatica velocidad*, temos um olho que nos mira, como fala *Noé*, *"el órgano privilegiado para comenzar el impacto de la obra a través de una multitud de tensiones"* ,e que nos convida ir mais profundo na obra, neste *caos* que se expande, nesta miniatura gigante, um quebra-cabeça trabalhado até o detalhe, em técnicas artesanais, contrapondo com a contemporaneidade tecnológica, nos lançando ao desconhecido, como mostra Fabián Lebenglik, curador de Noé na 53ª Bienal de Veneza, porém ao entrar na obra, no detalhe, percebemos uma multidão, um novo mundo que caminha, saindo do desencontro visto na obra de Taretto.

Temos nesta obra de *Noé* mundos que se conectam, se tencionam, se sobrepõe, que são simultâneos e contraditórios. *Fabián Lebenglik* aponta no vídeo *Luis Felipe Noé en la Bienal de Venecia* (2009), o artista define múltiplas temporalidades, de tempos contraídos e em linha, algo imposto pela era tecnológica, do qual *Noé* com seu fazer artístico vai contra. Estas múltiplas temporalidades são claras em *Taretto*, pois a *Buenos Aires* cresce com acúmulo de tempos, visto nas estéticas arquitetônicas da cidade.

Figura 5: Luis Felipe Noé. *Nos Estamos Entendiendo*, 2009. Fonte: Google Images[13].

[12] Disp. em <http://www.artishock.cl/2013/08/bienal-de-curitiba-se-apropia-del-espacio-urbano/luiz-felipe-noe%CC%81-obra-la-estatica-velocidad-2009-peq/>. Acesso em <25/10/2014>

[13] Disp. em <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fwww.revistaenie.clarin.com%2Fsociedad%2Fent

ISBN: 978-85-7205-133-01

Também temos uma condensação de tempos, energias e tensões, em *Los estamos entendendo* (figura 5), os quinze painéis que ocupam o espaço, sendo autônomos, mas que se completam, e que negam a afirmação do título, questionando toda a contemporaneidade, será que estamos nos entendendo? E que se relaciona com as construções sobre as maquetes de *Taretto*, será que estamos construindo uma contemporaneidade habitável?

Estamos diante de uma obra que nos mostra um pensar coletivo, pois como *Taretto* nos mostrou no seu curta intitulado *Una vez más*, sem acordo não avançamos, não transcendemos, não alcançaremos um novo mundo utópico que estamos sempre procurando, uma utopia latino-americana que está no detalhe, a busca do outro, como Martín e Mariana sempre buscaram, mesmo sem saber, pois somente na utopia de boas relações interpessoais que transcenderemos, onde devemos assumir o *caos*, como vemos com Rozenberg, quando Bauman (p. 18, 2004) o cita, "o ilimitado não pode ser por meio da organização... As coisas mais elevadas não podem ser planejadas.", onde o amor, como mostra Zygmunt Bauman (p. 18, 2004), "destaca um outro de 'todo mundo' e por meio desse ato remodela 'um' outro transformando-o num 'alguém bem definido', dotado de uma boca que se pode ouvir e com que é possível conversar de modo a que alguma coisa seja capaz de acontecer.", este amor, assim como o caos, também deve ser assumido, pois trará o embate para acontecer o surgimento do novo mundo, onde se vive a utopia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Simone Rocha de. Utopia como resistência: Luis Felipe Noé. In:____ *Um olhar sobre as produções de Luis Felipe Noé, Antonio Berni, Rubens Gerchman e Antonio Henrique Amaral*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AMARAL, Aracy. Revista Brasileiros. *Gestualidade poderosa e errante*. Disp. em < http://www.revistabrasileiros.com.br/2014/06/gestualidade-poderosa-e-errante/#.VEwRAvnF-So >. Acesso em <25/10/2014>. 2014.

AMIGO, Roberto. *Las armas de la pintura – La Nación em construcción (1852-1870)*. 1 ed. Buenos Aires. Museo Nacional de Bellas Artes. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor liquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

CULTURA, Puerto. *Luis Felipe Noé en Puerto Cultura PARTE 1/3*. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=SXkofgDgmmQ>. Acesso em <19/10/2014>.

CULTURA, Puerto. *Luis Felipe Noé en Puerto Cultura PARTE 2/3*. Disp. em

endiendo-represento-Argentina-Bienal-Venecia_CLAIMA20120621_0060_19.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.revistaenie.clarin.com%2Farte%2Fpintura%2Fdecadas-visiones-Luis-Felipe-Noe_0_722927895.html&h=222&w=750&tbnid=Z8nPFp2ya0JfLM%3A&zoom=1&docid=bM6hn5Fdc78usM&ei=VxBMVLT_CsfxgwSlioKIBw&tbm=isch&ved=0CB0QMygAMAA&iact=rc&uact=3&dur=2989&page=1&start=0&ndsp=14>. Acesso em <25/10/2014>

ISBN: 978-85-7205-133-01

<http://www.youtube.com/watch?v=G9r4jyfNpO8>. Acesso em <19/10/2014>.
CULTURA, Puerto. *Luis Felipe Noé en Puerto Cultura PARTE 3/3*. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=xrCNGPTZSik>. Acesso em <19/10/2014>.
DESCONHECIDO. *On/Off – Relacionamentos na era virtual*. *2001video*. 113 ed. p. 10 – 11. Fev. 2012.
GLUSBERG, Jorge; NOÉ, Luis Felipe. *Lectura Conceptual de una trayectoria*. CAYC. 1993.
LEBENGLIK, Fabián. Revista 12. *La gran muestra veneciana de Noé*. Disp. em < http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/6-14141-2009-06-09.html>. Acesso em <25/10/2014>. 2009.
MAGAZINE, Artefacto. *Gustavo Taretto habla de 'Medianeras'*. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=HsLuRSPOUDw>. Acesso em <20/09/2014>.
NOÉ, Luis Felipe; RANDO, Nahuel. *Las aventuras de Recontrapoder*. 1 ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 2003.
SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Tradução: ALCIDES, Sérgio. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004.
TARETTO, Gustavo. *Medianeras – Buenos Aires na Era do Amor Virtual*. Buenos Aires: Rizoma. 93 min. 2011.
TARETTO, Gustavo. *Una vez más*. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=cwaJzsDLNgA>. Acesso em <05/11/2014>.
VERDE, Mancha. *Luis Felipe Noé*. Entrevista. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=E9JA4tvA5b0>. Acesso em <19/10/2014>.
VÍDEO, 2001. *Debate sobre Medianeras*. Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=u94e-7TKfjo>. Acesso em <30/06/2014>.
YACCAR, María Daniela. Revista 12. Entrevista Luis Felipe Noé. Disp. em <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/6-16535-2010-01-03.html >. Acesso em <25/10/2014>. 2010.

ISBN: 978-85-7205-133-01

O empoderamento das margens através dos discursos cinematográficos e cartográficos

Vinícius Wingler Borba Santiago
Mestrando em Relações Internacionais
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio
E-mail: viniciuswbsantiago@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa fazer uma análise sobre a continuidade de uma lógica da política moderna internacional nas políticas públicas brasileiras, em especial, as políticas de pacificação das favelas do Rio de Janeiro. O objetivo é analisar as interações entre o global e local e como essa relação reterritorializa o espaço urbano. Esse modo de fazer política opera no campo da espacialização conferindo às políticas de pacificação um caráter de estratégias territorializadas cujo árbitro soberano é o Estado-Nação. Nesse sentido, as políticas de pacificação das favelas cariocas ecoam estratégias militarizadas de guerra civil em que a lógica espacializada entre amigos e inimigos se faz presente. Sendo assim, as margens produzidas por essa política de espacialização se constituem em um campo de relações de poder cujas possibilidades de empoderamento disputam narrativas discursivas no campo do cinema e nos mapas virtuais.

Palavras-chave: política internacional; pacificação; espacialização; empoderamento; narrativas.

Abstract

This article aims to analyze the maintenance of a logic of the international modern politics in Brazilian public policy, specially, in the pacification policies of slums in Rio de Janeiro. The aim is to analyze the interactions between the global and the local and how this relationship reterritorialize the urban space. This way of doing policies works in the field of spatialization granting pacification policies a character of territorialized strategies whose sovereign arbiter is the Nation-State. In this sense, the pacification policies of slums in Rio echoes militarized strategies of civil war in which the spatialized logic between friends and enemies is present. Thus, the margins produced through this spatialization policy is constituted in a field of power relations whose possibilities of empowerment dispute discursive narratives in the field of the cinema and of the virtual maps.

Keywords: international politics; pacification; spatialization; empowerment; narratives.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Introdução

O presente estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla de um projeto de pesquisa em andamento de pós-graduação. As reflexões aqui suscitadas são, portanto, apenas de caráter preliminar dado que a pesquisa maior da qual eu parto continua sendo realizada. Antes de começar a trilhar o roteiro a ser apresentado neste artigo, faz-se importante situar este trabalho no campo de estudo do qual venho, o campo teórico utilizado e a relevância das problematizações para os estudos *trans*disciplinares contemporâneos.

A análise a qual me proponho fazer situa-se no campo de estudos das Relações Internacionais, disciplina surgida no mundo anglo-saxão, no início do século XX, quando vem a se consolidar como um campo de estudos teóricos. A disciplina se consolida através de um aporte teórico tradicionalmente conhecido pelo embate entre os realistas e liberais, o que dá corpo e forma a este campo de estudos.

No entanto, a partir dos anos 80 e 90 a disciplina tem recebido influências de outras áreas do saber como a antropologia, os estudos culturais, a filosofia da linguagem, a comunicação o que lhe conferiu um caráter mais crítico em suas pesquisas acadêmicas. Essa virada na disciplina apresentou os novos debates sob outras perspectivas e configurações que as abordagens mais tradicionais não eram suficientes para analisar. É desta *Relações Internacionais* que eu parto e, mais especificamente, de perspectivas pós-colonialistas e pós-estruturalistas dentro da disciplina.

Nesse sentido, o presente estudo problematiza o modo como o internacional se estabelece e as problemáticas que daí surgem. Além disso, pretende-se mostrar como os encontros coloniais são performatizados no internacional através de uma lógica da exclusão da diferença e como essa mesma lógica pode ser percebida dentro das fronteiras territoriais brasileiras no que compete ao surgimento das favelas e às políticas de pacificação.

Essa mesma lógica presente nas políticas domésticas é analisada sob um olhar informado pelos resquícios de colonialidade presentes ainda no Brasil, assim como em outros países latino-americanos outrora colonizados. Essa leitura crítica pretende mostrar como este legado de uma narrativa da colonização sobre o território brasileiro se faz presente no modo como a política é entendida e operada dentro das fronteiras nacionais (re)configurando os territórios urbanos e produzindo espaços marginalizados como as favelas.

O ponto chave para essa reflexão é apresentar, através da narrativa de colonização, o estabelecimento da ideia de Estado-Nação como um ente cujo poder soberano lhe permite

ISBN: 978-85-7205-133-01

perpetrar práticas discriminantes no espaço social, produzindo territórios sob a lógica da política moderna do "eu" e do "outro", do "amigo" e do "inimigo". Estas práticas cortam o espaço social de modo arbitrário e violento fazendo com que os espaços marginalizados não tenham voz ou não sejam vistos. Desse modo, pretende-se aqui mostrar como esses espaços produzidos e marginalizados disputam uma relação de poder no campo discursivo do cinema e da cartografia e como se dão as condições de possibilidade para o empoderamento destes espaços nestas representações.

Como o espaço marginalizado da favela é apresentado nos discursos cinematográficos? A favela está representada no mapa? De que modo se dá essa representação? Nesse sentido, pretendo aqui problematizar alguns exemplos pontuais de como estes espaços se apresentam na escritura do imaginário e da cultura brasileira. Como essas páginas da literatura – não no sentido comum do termo, mas uma literatura midiática e virtual – são criadas, (re)inventadas e disputadas pelas espacialidades?

Desse modo, feita esta contextualização, apresentarei primeiramente como se constitui o problema da diferença no internacional; em seguida, a crítica ao estabelecimento do Estado-Nação e a questão do território – central para a discussão; e, para concluir, o modo como se apresentam os espaços marginalizados no filme *Cidade de Deus* e no *GoogleMaps*, encenando assim as possibilidades e dificuldades de esses espaços terem voz e se fazerem presentes através dessas narrativas de representação.

O medo da "diferença"

A perspectiva crítica das Relações Internacionais, informada por um repertório pós-colonial, apresenta as falhas da disciplina em lidar com o problema da diferença no campo internacional. Em grande medida, essa dificuldade em lidar com o "outro", com a "diferença" nas relações internacionais se deve ao fato de que a própria disciplina é um legado de um projeto europeu de expansão e dominação inserido no bojo histórico do colonialismo (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 2) fazendo com que os interesses da disciplina fossem formatados por valores modernos que buscassem homogeneizar as diferenças através de seu silenciamento.

O pensamento político moderno foi estabelecido por um modelo de sistema de Estados, o modelo *westphaliano*, no qual se reforçou a ideia de um sistema internacional de uniformidade, ordem e estabilidade onde as diferenças ganham um caráter de ameaça a esse

ISBN: 978-85-7205-133-01

sistema devendo ser, portanto, erradicadas (INAYATULLAH; BLANEY, 1994, p. 2). Nesse sentido, a uniformidade nacional e o isomorfismo conferiram um sentido de ameaça do internacional do qual o campo doméstico deve se defender. Estabelece-se aí uma linha bem demarcada entre o que está no campo "doméstico" e o que está no campo "internacional", na medida em que o Estado com sua prerrogativa soberana deve proteger o ambiente interno de quaisquer ameaças externas e garantir, portanto, a ordem. Dessa forma, a "diferença", o "outro" ao se configurar como uma ameaça à ordem e estabilidade nacionais deve ser arremessado para fora do "doméstico". Isso faz com que a "diferença", a "ameaça" seja destinada ao campo internacional caracterizando-o, portanto, como um campo de "caos" e "barbárie". Essa configuração do pensamento político moderno informa fortemente as bases da política internacional.

Essa lógica na qual opera o pensamento internacional moderno configurou a forma como os encontros coloniais se deram, na medida em que a "diferença", o "outro" foram concebidos através de uma performance de duplo movimento em que essa "diferença" é traduzida primeiramente em uma convicção de inferioridade do "outro" e, em seguida, quando identificada uma humanidade comum no "outro", ela é assimilada pelo "eu", como nos estudos apresentados sobre a "conquista" da América (TODOROV apud INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 9).

Não obstante, o "outro" não está presente como ameaça somente no campo internacional, ele também se faz presente dentro das comunidades políticas nas quais o Estado se dirige a ele de modo a encará-lo operando nas bases da política moderna dos encontros no qual a "diferença" não é reconhecida, mas sim assimilada e convertida:

> A comunidade política de fronteiras constrói (e é construída pelo) o outro. Para além das fronteiras, o outro se apresenta como ameaça perpétua na forma de outros estados, grupos antagônicos, bens importados e ideias alienígenas. O outro também aparece como diferença dentro, anulando a pressuposta, mas rara, se alguma vez, alcançada "similaridade". O outro dentro das fronteiras da comunidade política é administrado pela combinação de hierarquia, erradicação, assimilação ou expulsão, e tolerância. O outro externo é deixado a sofrer ou prosperar segundo seus próprios meios (embora sua pobreza ou prosperidade possa ser experienciada como uma ameaça); ele é interditado nas travessias das fronteiras, equilibrado e dissuadido; ele é derrotado militarmente e colonizado se preciso. De fato, as relações coloniais tem existido como um modo separável de, ou talvez como um suplemento para, relações entre Estados soberanos (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 6).

Vê-se, portanto, que o Estado como instituição ganha caráter de grande relevância tanto para a política internacional quanto nacional na medida em que é o Estado o garantidor

ISBN: 978-85-7205-133-01

de uma suposta estabilidade e ordem no campo doméstico e é ele o liminar entre o que é concebido como ameaça ou não. O Estado, nessa medida, é o único lócus de viabilidade política, a entidade pela qual o sistema político ganha corpo e forma e a única expressão legítima de existência. Nesse sentido, o Estado arroga para si a soberania sobre seu território, forja uma ideia de nação e se constitui no árbitro da produção, controle e dominação de espacialidades, temporalidades e subjetividades.

Esta prática de discriminação entre o que é político e o que não é, entre o "amigo" e o "inimigo" consolida a política moderna como um sistema rígido e articulado no campo das distinções. Não obstante, esta prática além de limitar o significado da política, é feita através da ideia de soberania que pressupõe a territorialização do espaço e suas distinções (WALKER, 2002, p. 24).

A tarefa arbitrária do Estado soberano em lidar com a política internacional se constitui em um princípio que se choca com a fluidez dos movimentos migratórios, a porosidade das fronteiras nacionais e a impossibilidade de territorializar identidades e temporalidades na globalização (WALKER, 2002, p. 24). Isso mostra a insustentabilidade de continuar levando a cabo políticas nacionais apoiadas nessa noção de soberania e o que ela promove na prática para analisar e entender a política internacional bem como os problemas nacionais como se apresentam atualmente.

Essa forma de ver a política através da soberania territorializada nos apresenta uma virtude da integridade e da vida política como estável que, no entanto, não se confirma na realidade. Analisar o cenário internacional através de uma leitura da soberania como episódica pode nos permitir enxergar a vida política como um conjunto instável de eventos e evidenciar o protagonismo do sujeito que interfere nesse *modus vivendi* dado pela rigidez do paradigma estatal soberano. Por trás dessa ideia de igualdade soberana há uma história de violência que é contida nas relações de poder e soberania (SHAPIRO, 2002, p. 38).

Nesse sentido, a crítica a ideia de Estado-Nação e suas práticas arbitrárias e discriminantes não pode vir separada de uma crítica ao conceito de território forjado pelo Estado para se estabelecer como ente soberano. Na medida em que estamos tratando de espaços marginalizados e produzidos pelo Estado, a saber, o espaço da favela, não podemos deixar de problematizar a ideia de território como algo construído historicamente e não como algo dado, auto-evidente. Dessa forma, é preciso se atentar para a forma como o Estado manuseia o espaço e produz, controla e reforça as diferenças.

ISBN: 978-85-7205-133-01

A questão do espaço: o que está em jogo?

A ideia de espaço pode ser aqui entendida como questão chave para se pensar como o modelo espacial configura as políticas internacional e nacional em termos de territórios e como essas esferas – global e local – estão articuladas. Nesse sentido, entender como as territorialidades locais se fazem, desfazem-se e refazem-se através de um regime de relações globais é de suma importância para entender o contexto de produção de favelas no Rio de Janeiro e a política de pacificação destinada a elas como um eco da política da diferença e exclusão do campo internacional.

A relação entre espaço e Estado não pode ser entendida sem um questionamento historicamente específico da problemática do território (ELDEN; BRENNER, 2009, p. 356). Nesse sentido, o Estado soberano está intimamente ligado à produção do espaço e à instrumentalização do território através de estratégias espaciais de administração e dominação envolvendo novas formas de prever, conceber e representar o espaço (ELDEN; BRENNER, 2009, p. 358).

Para Lefebvre, o *espaço abstrato* é lido como a garantia ao Estado de um espaço sobre o qual exercer a sua soberania e sua produção é violenta e geograficamente expansiva permitindo conectar formas econômicas, burocráticas e militares de intervenção estratégicas (ELDEN; BRENNER, 2009, p. 359). O espaço, desse modo, além de ser um produto histórico e social, passa por um processo de nacionalização do Estado. O Estado produz uma nação dentro de um espaço delimitado e produz, assim, territórios controlados por ele (ELDEN; BRENNER, 2009, p. 363).

> O território associado com o espaço estatal nacional e com o sistema interestatal mundial não se caracteriza por uma forma estática ou um recipiente fixo, mas deve ser visto como um meio contextualmente inserido e resultado de transformações em andamento, estratégias, e lutas. O Estado opera, então, como um local para processos contestados, projetos, e estratégias, ele é uma relação social que é produzida e transformada através da luta contínua. Na nossa leitura de Lefebvre, então, o conceito de estado, espaço e território estão interligados inelutavelmente: cada termo implica reciprocamente o outro, ambos analítica e historicamente. Lefebvre insiste não só no entendimento espacializado e territorializado do poder estatal, mas também no papel crucial do estado nas operações de poder sobre o espaço territorial (Elden; Brenner, 2009, p. 364).

O surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro remonta a um processo de higienização urbana encabeçado na virada do século XIX para o século XX. As classes sociais mais desfavoráveis economicamente passaram por um processo crescente de marginalização

ISBN: 978-85-7205-133-01

sendo removidas das favelas localizadas nas regiões centrais e passaram a ocupar espaços mais distantes. Isso mostra o poder público no manuseio do espaço criando territórios marginalizados e desprovidos também de serviços públicos.

A importância em entender o código espacial pelo qual a noção de território se constrói se dá na medida em que o código espacial não é simplesmente um meio de ler ou interpretar o espaço, ao contrário, é um meio de viver nesse espaço, de entendê-lo e de produzi-lo e é justamente neste ponto que é muito importante entender os processos de significação através dos quais esse espaço estatal é concebido (LEFEBVRE, 1991, p. 47). Em que medida se dá, então, a significação dos espaços? Quem é o responsável pela sua significação? E a quem essa significação se destina?

Em suma, a própria construção do Estado-nação repousa sobre um modelo violento de imposição e delimitação de fronteiras com o pretenso objetivo de ser um ente soberano sob o qual a vida política acontece. E esse modelo violento pode ser lido como parte da narrativa de colonização que impõe um modelo institucional de organização da vida política cujos impactos e ressonâncias estão presentes nas políticas de pacificação das favelas cariocas atualmente. Em última instância, poderíamos nos questionar até que ponto as políticas de *pacificação* das favelas cariocas não estariam reproduzindo uma certa forma de lidar com a diferença de modo a extirpá-la como nas práticas soberanas violentas que constituem o campo internacional. Até que ponto o discurso de *guerra* às drogas do Estado Brasileiro com foco nas favelas não seria uma reprodução de um cenário de guerra internacional dentro das fronteiras territoriais brasileiras? Poderíamos supor que as políticas de *pacificação* das favelas cariocas seriam tidas como uma extensão do cenário de caos e barbárie que constitui o internacional na literatura de RI?

Diante disso, cabe-nos questionar até que ponto o Estado Brasileiro ainda conseguirá manter internamente esse *modus operandi* de fazer política diante das complexidades que o tema da favela tomou nas questões urbanas. A questão das favelas no Rio de Janeiro passa não só por uma demanda de urgência como um problema social urbano, bem como se choca com as políticas de *pacificação.*

O que se pode ver atualmente é uma tentativa do Estado em resgatar esse espaço da *desordem* e *caos* através de uma perspectiva militarizada de segurança pública que nos remete a um estado de guerra. Ainda que as políticas sejam de *pacificação* o Estado parece ver a questão como um campo de batalha em que territórios estão em jogo. Não se trata, para o

ISBN: 978-85-7205-133-01

Estado, de um problema social urbano, mas de políticas de *conquistas* e *dominação*. E a ideia de território informa as práticas políticas de pacificação.

Faz-se importante resgatar aqui a prática moderna de homogeneização da diferença pelo silenciamento no campo internacional. Assim como o modelo *westphaliano* adiou o engajamento intercultural estabelecendo fronteiras bem definidas entre as unidades-estados, na perspectiva nacional brasileira, pode-se sentir algumas reminiscências desse mesmo *modus operandi* ao ver que a produção do espaço social se dá a partir do centro em detrimento da periferia para onde a diferença interna, a saber, o outro, é arremessado. O mesmo movimento de produção de centro/periferia pode ser percebido desde uma análise pós-colonial da política brasileira atual. A produção do espaço e, por consequência, a espacialização da política brasileira promove silenciamentos nas margens produzidas pelo próprio Estado. A análise desse fenômeno sob a perspectiva teórica pós-colonialista tensiona esse conflito provocando ruídos que outrora foram silenciados.

Problematizar a questão da homogeneização da diferença pelo silenciamento é de suma importância para entender o legado colonial trazido à tona pela imposição de um projeto político eurocêntrico de Estado-Nação. A lógica das políticas de *pacificação* levadas a cabo nas favelas da cidade do Rio de Janeiro opera na mesma lógica, a saber, da naturalização da produção de hostilidades e uma violência cartográfica escamoteada pelo discurso da homogeneidade, do consenso espacial sob tutela estatal, quando o que se vê e se vive – sobretudo quando se fala em favelas no Brasil – é uma política discriminadamente violenta que inclui e exclui o ser no espaço social e, portanto, do espaço político. É preciso suspeitar desse discurso da homogeneização do espaço e estar atento a como os códigos espaciais em que se dão as políticas de *pacificação* leem, interpretam esse espaço e como se concebe o ser e estar – politicamente – nesse espaço. Se é que isso é concebível.

A representação das margens: uma questão estética

Aqui faz-se relevante exemplificar pontualmente como se dá essa relação arbitrária de produção, manuseio e controle dos espaços pelo Estado e, além disso, como esses espaços se constituem em um campo de forças de representação através dos mapas. Uma das representações do espaço estatal, ou melhor, do território, mais utilizadas hoje se dão por meio dos mapas cartográficos. O mapa pode ser visto neste contexto como uma das formas de representações do território concebido pelo Estado. Através do mapa, é possível ver muito

ISBN: 978-85-7205-133-01

claramente as práticas soberanas que delimitam as fronteiras entre os Estados e, no âmbito doméstico, entre os vários territórios urbanos. O mapa pode nos dizer muito sobre os processos de significação pelos quais tal território passou para ter determinada representação. Não obstante, o mapa é também uma forma de representação em disputa na medida em que suas representações são arbitrárias e entre o representado e a representação há um *gap* que deve ser cuidadosamente analisado.

Um exemplo disso foi o pedido feito pela prefeitura do Rio de Janeiro ao Google, em 2009, para que fossem retirados os nomes "favela" e/ou "morro" dos mapas virtuais do *Google Maps* (COMITÊ POPULAR RIO, on-line). Essa notícia gerou polêmica na medida em que a alteração arbitrária dessa forma de representação não condiz com o representado, há aqui esse *gap* que provoca um deslocamento, um desconforto, uma barreira entre o se sentir e/no espaço. E esse processo exemplifica muito bem a forma pela qual o território se constitui em um campo histórica e socialmente em disputa. Em que medida a tentativa de escamotear estes espaços marginalizados nos mapas virtuais não nega a identidade destes espaços? Além disso, qual o impacto dessa alteração no mapa virtual no "sentir-se" no espaço por parte do representado? Como se dá a representação do espaço da favela no mapa? Outro ponto interessante a destacar é que até pouco tempo muitas favelas não tinham demarcação de ruas no mapa virtual e algumas tinham até uma mancha branca em cima do mapa.

Os territórios, como já explicado, passam por um processo histórico de mudanças e são constantemente ressignificados. No entanto, a ausência da problematização da relação entre o significado que lhe é atribuído – e por quem – em seu contexto histórico específico e o que ele pode representar reforça ainda mais a noção de *espaço abstrato* que confere uma economia do espaço baseada no consenso (Lefebvre, 1991, p. 56).

Esse consenso atribuído ao espaço territorial toma o espaço como pré-existente e condiciona a presença dos sujeitos, ação, discurso e performance. Além disso, segundo as reflexões de Rancière sobre "consenso" *versus* "dissenso" na política, este consenso seria entendido como "polícia" no sentido de que ele mantem as pessoas, de certo modo, sob a suposta ordem das coisas (RANCIÈRE, 2001). Ademais, Rancière (1996, p. 378) defende que os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis, eles existem como sujeitos em ação, como capacidades locais e pontuais de construir mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Em suma, a noção de espaço territorial como dado e natural esconde as transformações através das quais ele passa e o papel de (re)criar subjetividades e espacialidades. Essa articulação entre Estado e o espaço sobre o qual domina pode ser

ISBN: 978-85-7205-133-01

entendia como uma prática violenta na medida em que sua atividade arbitrária não leva em conta a fluidez e porosidade das fronteiras do mundo contemporâneo.

A questão cartográfica tem muita relevância para entender essa política de territorialização da diferença perpetrada pela soberania estatal. O mapa possui uma perspectiva própria, ele possui um discurso dotado não só de uma objetividade, mas de uma subjetividade também e que não pode ser negada. O fato de o morador de favela não estar representado no mapa virtual possui sua concretude na medida em que o não estar no mapa gera um sentimento de exclusão, de inexistência. Estar representado no mapa significa resgatar a história daquele mapa, quem o habita, como o habita[1].

Uma vez que o espaço da favela é subrepresentado cartograficamente, a mídia e a tecnologia passam a ter um papel importante no empoderamento dos sujeitos que ali habitam para se auto-representarem. Na ausência do poder público, o projeto WikiMapa concebido pela Rede Jovem passou a trabalhar para o empoderamento da juventude de baixa renda através da tecnologia. O WikiMapa (mapa colaborativo) atua em áreas marginalizadas desenvolvendo uma tecnologia móvel integrada com o mapa virtual e com base de dados no *Google*. Com essa tecnologia é possível que o próprio morador da favela insira a favela no mapa através de um telefone celular. Com o WikiMapa foi possível colocar no mapa do Rio de Janeiro 10 comunidades (REDE JOVEM, on-line).

O que nos chama a atenção aqui é a importância que há em se sentir representado. Isso mostra, portanto, o quão presente está a questão do espaço, do território em nossas vidas. Na medida em que pensar a agência política e formas de empoderamento passam pela questão do existir no mundo, a representação no mapa ganha caráter de extrema importância uma vez que o existir no mundo passa pela questão de como essa sua existência está sendo representada. Além disso, existir no mundo, no espaço político só se concretiza a partir do momento em que essa existência é representada. Estar no espaço político não é o suficiente, é preciso ser reconhecido naquele espaço e não é isso o que parece fazer as políticas públicas em relação a esse espaço ainda apagado dos mapas.

As favelas cariocas estão passando por um processo de invisibilização – não só virtual – levado a cabo por uma ausência de representação cartográfica deste espaço social urbano. E parte da responsabilidade por essa remoção simbólica é do Estado que sustenta práticas políticas de policiamento, tanto no que se refere às intervenções militares nas favelas – dada a

[1] O filme documentário *Todo mapa tem um discurso*, de Francine Albernaz e Thais Inácio, de 2014, apresentam essas reflexões sobre o mapa como um campo discursivo em disputa no qual as representações estão em constante jogo.

ISBN: 978-85-7205-133-01

presença das Forças Armadas e do Exército Brasileiro nesses espaços – quanto na produção territorial da diferença. Isso sugere que mais que uma simples remoção simbólica das favelas do mapa da cidade, esses apagamentos cartográficos indicam que essas remoções virtuais possuem sua concretude, ou seja, a representação tem seu impacto no *real*. Ela é a mediação entre o mapa e o se sentir nele, daí a importância de se atentar para uma análise crítica do espaço territorial dominado pelo poder estatal e o que isso pode significar nos dias de hoje.

O cinema tampouco está isento de problemáticas na questão da representação se constituindo também como um campo discursivo no qual os espaços são tratados de forma a reificar e reforçar as diferenças espaciais entre espaços urbanos centrais e os marginalizados como as favelas. No entanto, no que se refere à questão das favelas no Rio de Janeiro, elas não se marginalizam somente no sentido geográfico longitudinal de centro/periferia. As favelas ocupam os morros, em grande parte, localizados em espaços centrais convivendo lado a lado com os espaços mais valorizados. Ainda assim, há uma chocante demarcação não só estética, mas também existencial entre esses mundos.

O filme *Cidade de Deus* foi o primeiro filme brasileiro depois dos anos 2000 a trabalhar com temas relacionados à favela e que teve grande repercussão nacional e internacional. Nesse sentido, sendo campeão de bilheteria o filme teve um poder de impacto muito relevante tanto no imaginário social brasileiro quanto estrangeiro. Passível de inúmeras críticas positivas e negativas, uma das críticas feitas ao filme e que se faz importante para o presente estudo é a de que boa parte dele foi gravado na Cidade Alta e não na própria Cidade de Deus. Segundo o diretor Fernando Meirelles, o tráfico fortemente presente na Cidade de Deus inviabilizou as gravações do filme ali, em contrapartida, na Cidade Alta, foi possível uma negociação com o tráfico e o filme pode, portanto, ser rodado[2].

A relevância desse dado para a presente discussão se faz presente na questão dos espaços em que o filme foi gravado e o que ele pretende representar. Em que medida que um filme cujo próprio título faz referência ao local que ele pretende representar pode ser gravado em outras espacialidades? De que maneira o filme *Cidade de Deus*, ao pretender representar a história do tráfico na favela Cidade de Deus não se compromete ao gravá-lo na Cidade Alta? Como é possível que esses diferentes espaços sejam colocados e reduzidos a uma mesma história de violência em detrimento de suas especificidades, o que inclui as do próprio

[2] O diretor Fernando Meirelles realizou uma entrevista sobre as principais polêmicas em torno do filme *Cidade de Deus.*

ISBN: 978-85-7205-133-01

território? Pode-se ver que mesmo nos discursos cinematográficos a questão do espaço é um dado não problematizado.

Enquanto que a mídia pode ser vista como um instrumento manuseado pelo poder público na representação dos espaços urbanos marginalizados como no caso do pedido da prefeitura do Rio de Janeiro ao *GoogleMaps*, ela também pode ser vista como uma ferramenta de empoderamento dos sujeitos desses espaços em representá-los no mapa através, por exemplo, de iniciativas como a do *WikiMapa*.

O cinema, portanto, se entendido como um possível instrumento midiático dada a sua capacidade de re(des)construir imaginários, pode ser lido também como um campo de disputa discursivo em que a depender da maneira como as espacialidades são levadas em conta, pode-se viabilizar o empoderamento ou não dessas margens. A exemplo do filme *Cidade de Deus*, o que se pode perceber que é essas margens estão sendo ali representadas de forma a adiar o empoderamento de suas especificidades espaciais historicamente construídas.

Em resumo, podemos nos perguntar em relação ao espaço marginalizado da favela, em que consiste o processo estético de se sentir no mundo? Como se dá essa estética do estar no espaço para os moradores de favela que vivem em territórios disputados pelo tráfico e pelo Estado? Temos aqui duas questões importantes. A primeira é em relação à estética e a segunda em relação a nossa (in)capacidade de conceber nossas vidas políticas sem a autoridade soberana olhando para nós, ou seja, nossa dificuldade em pensar política sem uma voz soberana sobre nós.

A ligação entre política e estética pode ser vista nas contribuições de Rancière para este debate. O autor "vê a política no sentido foucaltiano como um domínio das relações de poder que 'envolve o que é visto e o que pode ser dito sobre isso, sobre quem tem a habilidade de ver e o talento de falar'" (RANCIÈRE apud BLEIKER, 2009, p. 9). Assim, essa distribuição do sensível é importante para essa discussão sobre a cartografia da diferença nas favelas. Em que medida o sensível é distribuído no mapa a ponto de podermos perceber os espaços ali ou não? Em que medida essa distribuição pode fazer as pessoas invisíveis no mundo? Perceber o *gap* entre o representado (espaços em certos territórios) e a forma de representação (como eles aparecem ou não no mapa ou no cinema) é identificar o próprio local do político, segundo Bleiker (2009, p. 14).

Desse modo, considerar como as práticas representativas tem se constituído e formatado a política é invocar uma abordagem estética na política que adicione uma dimensão diferente para nosso entendimento do político e também promover um debate sobre questões

ISBN: 978-85-7205-133-01

que, ao contrário, continuariam silenciadas ou marginalizadas bem como as pessoas que continuariam invisíveis – não só virtual e midiaticamente.

A segunda questão faz referência à (im)possibilidade de pensar política fora do discurso estatista, como Walker (1994, p. 674) afirma. Nesse sentido, o Estado tem capturado e reproduzido uma explicação particular de possibilidade política e se essa possibilidade pode acontecer somente pela autoridade soberana e ao mesmo tempo essa voz soberana corta espaços e diz onde cada um deve estar, esta é a dificuldade pela qual só conseguimos pensar em uma base espacial. Estamos sempre procurando por um local de prática política. Mais que isso, só conseguimos conceber nossa existência ao passo que temos uma experiência sensorial de habitar certo espaço, ou seja, ao passo que percebemos esse processo estético. É daí que vem nossa ansiedade de buscar sempre por fronteiras espaciais e, então, perceber a violência contida nisso. No entanto, a questão é: como romper com essa prática violenta, essa prática discriminante a fim de conceber outras formas do político?

Considerações finais

O intuito deste artigo foi mostrar como a questão das favelas e o modo como as políticas de pacificação lidam com esse espaço marginalizado informadas por práticas da política internacional. Essa interface entre as práticas políticas locais – como no caso das favelas do Rio de Janeiro – e as práticas da política internacional – como os encontros coloniais – passa pelo crivo do Estado-Nação que realiza a ponte entre um projeto colonial de dominação e a manutenção e reprodução de práticas arbitrárias e violentas.

Pretendeu-se neste artigo mostrar como o estabelecimento do Estado-Nação se dá por uma abstração que, no entanto, deve ser problematizada e desmistificada. O território sobre o qual o Estado-Nação toma corpo e forma é, em última instância, produto das próprias práticas estatais que criam, controlam e dominam esses espaços. A partir disso, foi mostrado como esses espaços marginalizados se configuram em um campo de disputa através das suas representações nos mapas e no cinema. Uma vez que esses discursos nos indicam um *gap* entre o representado e a forma de representação, é possível problematizá-lo permitindo-nos uma outra análise do político.

Nesse sentido, este trabalho nos coloca em contato com uma problemática que passa por uma *trans*diciplinaridade muito rica e instigante na medida em que vários campos do

ISBN: 978-85-7205-133-01

saber estão sincronizados em um mesmo esforço crítico. Dada a fase inicial desse estudo, deixa-se muitas portas abertas para a continuidade da pesquisa e muitas questões ainda a serem pensadas. Fica o convite para futuras reflexões.

Referências

BLEIKER, R. *Aesthetics and World Politics.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

COMITÊ POPULAR RIO. *A pedido da Prefeitura, Google faz remoção virtual no mapa do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/04/07/a-pedido-da-prefeitura-google-faz-remocao-virtual-no-mapa-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 06 out. 2014.

ELDEN, Stuart; BRENNER, Neil (2009). "Henri Lefebvre on State, Space, Territory". *International Political Sociology*, vol. 3, no. 4: 353-377

INAYATULLAH, N; BLANEY, D. L. *International Relations and the Problem of Difference*. Routledge, NY, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space***.** Oxford, Blackwell, 1991.

PROGRAMA REDE JOVEM. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.redejovem.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=33>. Acesso em: 07 out. 2014.

RANCIÈRE, Jacques. "O Dissenso". In NOVAES, Adauto. *A Crise da Razão*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. "Ten thesis on Politics". *Theory and Event* , vol. 5, no. 3, 2001. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/jacques-ranciere/articles/ten-thesis-on-politics/>. Acesso em: 15 out. 2014.

ISBN: 978-85-7205-133-01

REVISTA ÉPOCA. *Entrevista com Fernando Meirelles, diretor do filme "Cidade de Deus"*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT384848-1655,00.html.>. Acesso em: 13 set. 2014.

SHAPIRO, Michael. J. "Social Science, Geophilosophy and Inequality". In PASHA; MURPHY. *International Relations and the New Inequality.* Blackwell Publishing, 2002.

WALKER, R. B. J. "Social Movements/World Politics". *Millenium: Journal of International Studies,* 1994.

WALKER, R. B. J. "International/Inequality". In PASHA; MURPHY. *International Relations and the New Inequality.* Blackwell Publishing, 2002.

ISBN: 978-85-7205-133-01

Apoio e Patrocinadores